

**NORTE BRASIL**

Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

**ESTAÇÃO**

Estação Transmissora de Energia S.A.

**LT 600kV CC Coletora  
Porto Velho Araraquara 2, N° 02**

Abril de 2010

**EIA**

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL**

**VOL. 5/9**

Diagnóstico do Meio Socioeconômico  
**PARTE A**

————— CONSÓRCIO AMBIENTAL MADEIRA —————



**JGP**



# SUMÁRIO

## VOLUME 1 / 9

### Introdução, Considerações Gerais, Caracterização do Empreendimento, Alternativas Locacionais e Áreas de Influência

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1-1</b>
<b>2.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>2-1</b>
<b>2.1</b>	<b>PROCEDIMENTOS DO LICENCIAMENTO .....</b>	<b>2-1</b>
<b>2.1.1</b>	<b>Instrumentos Legais e Normativos .....</b>	<b>2-2</b>
	a. Apresentação.....	2-2
	b. Planejamento do Setor Elétrico no Brasil .....	2-3
	c. Aspectos Jurídicos do Licenciamento Ambiental do Empreendimento .....	2-7
<b>2.1.1.1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DOS ESTADOS.....</b>	<b>2-44</b>
	a. Considerações acerca da Legislação Ambiental de Rondônia .....	2-44
	b. Considerações acerca da Legislação Ambiental de Mato Grosso.....	2-51
	c. Considerações acerca da Legislação Ambiental de Goiás.....	2-57
	d. Considerações acerca da Legislação Ambiental de Minas Gerais .....	2-62
	e. Considerações acerca da Legislação Ambiental de São Paulo.....	2-68
<b>2.1.1.2</b>	<b>CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS.....</b>	<b>2-80</b>
<b>2.1.1.3</b>	<b>QUADRO DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO.....</b>	<b>2-88</b>
	a. Quadro de Legislação Ambiental Federal .....	2-88
	b. Quadro de Legislação Ambiental dos Estados....	2-101
	c. Quadro de Legislação Ambiental dos Municípios	2-120

<b>2.1.2 Estudos Ambientais.....</b>	<b>2-139</b>
2.1.2.1 ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA .....	2-139
2.1.2.2 RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA .....	2-140
2.1.2.3 Outros Estudos e Documentos .....	2-140
a. Estudos de Levantamento de Potencial Malarígeno .....	2-140
b. Estudos Etnoecológicos nas Terras Indígenas ...	2-141
c. Estudos sobre Comunidades Quilombolas .....	2-142
d. Estudos sobre Assentamentos Agrícolas.....	2-144
e. Estudos sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Regional .....	2-144
f. Certidão de Anuência das Prefeituras Municipais .....	2-145
g. Estudos Específicos para Unidades de Conservação Federais .....	2-145
h. Estudos Específicos para Cavidades .....	2-146
<b>2.1.3 MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>2-146</b>
2.1.3.1 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS .....	2-146
<b>2.1.4 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDOS AMBIENTAIS.....</b>	<b>2-147</b>
a. Disponibilidade do Empreendedor e Empresas Consultoras .....	2-147
b. Elaboração dos Planos de Trabalho .....	2-147
c. Disponibilidade do Empreendedor e Empresas Consultoras para Reuniões .....	2-147
d. Disponibilidade do Empreendedor e Empresas Consultoras para Vistorias .....	2-147
e. Disponibilidade do Empreendedor e Empresas Consultoras para Seminário .....	2-148

## **ANEXOS**

- 2.1.2-1 – Correspondências SVS
- 2.1.2-2 – Correspondências FUNAI
- 2.1.2-3 – Correspondências Fundação Cultural Palmares
- 2.1.2-4 – Correspondências INCRA
- 2.1.2-5 – Correspondências IPHAN
- 2.1.2-6 – Anuências Obtidas das Prefeituras
- 2.1.2-7 – Correspondências ICMBIO
- 2.1.2-8 – Correspondências CECAV
- 2.1.2-9 – Protocolo Planos de Trabalho

<b>3.</b>	<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL.....</b>	<b>3.1-1</b>
<b>3.1</b>	<b>ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO EIA/RIMA .....</b>	<b>3.1-1</b>
<b>3.2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDEDOR .....</b>	<b>3.2-1</b>
	a. Dados do Empreendedor .....	3.2-1
	b. Experiência da Empresa no Setor .....	3.2-3
<b>3.3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA E DA EQUIPE RESPONSÁVEL PELOS ESTUDOS AMBIENTAIS .....</b>	<b>3.3-1</b>
	a. Dados do Consórcio .....	3.3-1
	b. Equipe Técnica.....	3.3-6
	c. Experiência do Consórcio.....	3.3-6

## **ANEXOS**

3.3-1 – Anotações de Responsabilidade Técnica

<b>3.4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO .....</b>	<b>3.4-1</b>
<b>3.4.1</b>	<b>HISTÓRICO DO EMPREENDIMENTO.....</b>	<b>3.4-4</b>
	a. Estrutura do Setor Elétrico Brasileiro .....	3.4-4
	b. Entidades Envolvidas na Política Nacional de Energia....	3.4-11
	c. Histórico dos Estudos para Inserção no Sistema Interligado Nacional (SIN) .....	3.4-17
	d. Sistema Interligado Nacional (SIN).....	3.4-18
<b>3.4.2</b>	<b>OBJETIVOS DO EMPREENDIMENTO .....</b>	<b>3.4-21</b>
	a. Descrição dos Objetivos do Empreendimento .....	3.4-21
<b>3.4.3</b>	<b>JUSTIFICATIVAS DA IMPLEMENTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....</b>	<b>3.4-22</b>
	a. Justificativas Técnicas, Econômicas e Socioambientais .	3.4-22
	b. Justificativas para Uso de Linhas de Transmissão de 600kV CC .....	3.4-23
	c. Necessidade de Implementação de duas LTs.....	3.4-30
<b>3.4.4</b>	<b>DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO .....</b>	<b>3.4-31</b>
	a. Características Técnicas da LT 600kV CC Coletora Porto - Velho – Araraquara 2 N <sup>o</sup> 02 .....	3.4-32
	b. Características Técnicas das Estações Retificadoras e Inversoras e das Subestações Interligadas .....	3.4-72
	c. Fontes de Distúrbios e Interferências do Sistema de Transmissão .....	3.4-104
	d. Medidas de Segurança.....	3.4-106
	e. Riscos e Acidentes .....	3.4-108

f. Etapas de Planejamento.....	3.4-112
g. Etapas de Implantação do Empreendimento.....	3.4-113
h. Etapas de Operação e Manutenção .....	3.4-144
i. Diretrizes de Localização dos Pontos de Apoio às Obras ...	3.4-147
<b>3.4.5 ASPECTOS CONSTRUTIVOS.....</b>	<b>3.4-148</b>
a. Obras e Serviços de Infraestrutura .....	3.4-148
b. Infraestrutura para Áreas de Apoio.....	3.4-148
c. Técnicas Construtivas Especiais .....	3.4-149
d. Procedimentos Construtivos no Interior de Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP) .....	3.4-152
e. Critérios para Minimização de Interferências em Fragmentos Florestais .....	3.4-153
f. Logística de Saúde, Transporte e Emergência Médica ..	3.4-154
g. Cruzamentos com Interferências .....	3.4-154
<b>3.4.6 INVESTIMENTOS.....</b>	<b>3.4-155</b>
<b>3.5 ESTUDO E ANÁLISE COMPARATIVA DE ALTERNATIVAS LOCACIONAIS.....</b>	<b>3.5-1</b>
a. Alternativas de Diretrizes de Traçado .....	3.5-1
b. Definição do Corredor de Estudo.....	3.5-37
c. Identificação e Caracterização de Diretrizes de Traçado.....	3.5-41
d. Principais Interferências Socioambientais das Alternativas (Diretrizes).....	3.5-50
e. Distanciamento de Unidades de Conservação .....	3.5-56
f. Localização Geográfica do Corredor de Estudo .....	3.5-59
g. Análise Comparativa das Alternativas.....	3.5-63
h. Hipótese de não execução do empreendimento.....	3.5-85
i. Escolha da diretriz preferencial de passagem .....	3.5-85
j. Hipótese de passagem das diretrizes fora dos limites do vale do rio Guaporé .....	3.5-87
k. Alternativas ao corredor de referência do leilão da ANEEL e manutenção de distância de 10km entre os circuitos....	3.5-89
l. Razões técnicas para afastamento de 10 quilômetros do empreendimento em relação ao outro circuito projetado .....	3.5-89

<b>3.6</b>	<b>DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DA DIRETRIZ PREFERENCIAL .....</b>	<b>3.6-1</b>
<b>3.6.1</b>	<b>LEVANTAMENTO DE DADOS .....</b>	<b>3-6-1</b>
3.6.1.1	Meio Físico .....	3.6-2
3.6.1.2	Meio Biótico .....	3.6-5
3.6.1.3	Meio Socioeconômico.....	3.6-9
<b>3.6.2</b>	<b>DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA.....</b>	<b>3-6-11</b>
3.6.2.1	ÁREA DE ABRANGÊNCIA REGIONAL (AAR) .....	3.6-13
3.6.2.2	ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII) .....	3.6-14
3.6.2.3	ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID) .....	3.6-17

## VOLUME 2 / 9

### Diagnóstico do Meio Físico

<b>3.6.3 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DE MEIO FÍSICO</b> .....	<b>3.6.3.1-1</b>
<b>3.6.3.1 CLIMA</b> .....	<b>3.6.3.1-1</b>
a. Clima e as Condições Meteorológicas da ARR e All .....	3.6.3.1-6
b. Séries históricas de dados para todas as variáveis climáticas na região de inserção da LT .....	3.6.3.1-64
<b>3.6.3.2 GEOLOGIA</b> .....	<b>3.6.3.2-1</b>
a. Caracterização Geológica da All .....	3.6.3.2-1

#### ANEXO

3.6.3.2-1 – Coordenadas dos Pontos de Levantamento de Campo – GEOLOGIA

<b>3.6.3.3 CAVIDADES</b> .....	<b>3.6.3.3-1</b>
a. Identificação e Localização de Cavernas na All .....	3.6.3.3-1
b. Estudos de Patrimônio Espeleológico .....	3.6.3.3-2
<b>3.6.3.4 SISMICIDADE</b> .....	<b>3.6.3.4-1</b>
a. Caracterização da ocorrência de eventos sísmicos .....	3.6.3.4-1
<b>3.6.3.5 GEOMORFOLOGIA E GEOTECNIA</b> .....	<b>3.6.3.5-1</b>
a. Unidades Geomorfológicas .....	3.6.3.5-1
b. Padrões de Relevo .....	3.6.3.5-20
c. Áreas Suscetíveis ao Desencadeamento de Movimentos de Massa, Processos Erosivos e Assoreamento de Corpos d'Água (Dinâmica Superficial) .....	3.6.3.5-37
d. Estabilidade Geotécnica de Áreas Sensíveis .....	3.6.3.5-40
<b>3.6.3.6 PEDOLOGIA</b> .....	<b>3.6.3.6-1</b>
a. Caracterização Pedológica .....	3.6.3.6-1
b. Áreas Degradadas e Antropizadas .....	3.6.3.6-1
<b>3.6.3.7 RECURSOS MINERAIS</b> .....	<b>3.6.3.7-1</b>
a. Processos Minerários Existentes .....	3.6.3.7-1
b. Áreas para Potenciais Bota-Foras e Áreas de Empréstimo .....	3.6.3.7-14



## ANEXOS

### 3.6.3.7-1 – Processos Minerários (DNPM) existentes nas Áreas de Influência da LT

<b>3.6.3.8 PALEONTOLOGIA .....</b>	<b>3.6.3.8-1</b>
a. Potencial Paleontológico .....	3.6.3.8-1
<b>3.6.3.9 RECURSOS HÍDRICOS.....</b>	<b>3.6.3.9-1</b>
a. Principais Corpos d'Água Atravessados .....	3.6.3.9-1
b. Caracterização dos Principais Corpos d'Água.....	3.6.3.9-3
c. Caracterização das Áreas Alagáveis na AID .....	3.6.3.9-13
d. Condições de Drenagem dos Acessos em Áreas de Várzeas e Lagoas Marginais.....	3.6.3.9-19
<b>3.6.3.10 SÍNTESE DO MEIO FÍSICO.....</b>	<b>3.6.3.10-1</b>
a. Aspectos Metodológicos e Critérios Adotados .....	3.6.3.10-1
b. Unidades de Terrenos e Sensibilidade Geoambiental .....	3.6.3.10-5
c. Resumo .....	3.6.3.10-19

## **VOLUME 3 / 9**

### **Diagnóstico do Meio Biótico – Parte A**

<b>3.6.4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO BIÓTICO</b>	<b>3.6.4-1</b>
<b>3.6.4.1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS</b>	<b>3.6.4.1-1</b>
	a. Levantamento e Distribuição dos Grupos	3.6.4.1-1
	b. Metodologia e Esforço Amostral	3.6.4.1-1
	c. Desenho Experimental do Monitoramento	3.6.4.1-2
<b>3.6.4.2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DOS ECOSISTEMAS</b>	<b>3.6.4.2-1</b>
	a. Biótopos das Áreas de Influência	3.6.4.2-1
	b. Áreas de Preservação Permanente (APP)	3.6.4.2-25
	c. Unidades de Conservação	3.6.4.2-28
	d. Áreas Prioritárias e Corredores Ecológicos	3.6.4.2-40
<b>3.6.4.3</b>	<b>FLORA</b>	<b>3.6.4.3-1</b>
	a. Produtos	3.6.4.3-1
<b>3.6.4.3.1</b>	<b>Levantamento da Flora Terrestre</b>	<b>3.6.4.3-1</b>
	a. Florística	3.6.4.3-1
	b. Metodologia Adotada	3.6.4.3-19
	c. Lista de Espécies	3.6.4.3-29
	d. Dados dos Estudos Quali-Quantitativos	3.6.4.3-60
	e. Remanescentes Florestais	3.6.4.3-245
	f. Extrativismo Vegetal	3.6.4.3-247
	g. Espécies da Flora Objeto de Resgate	3.6.4.3-251
<b>3.6.4.3.2</b>	<b>Inventário Florestal</b>	<b>3.6.4.3-267</b>
	a. Interferências com Áreas de Preservação Permanente (APP)	3.6.4.3-267
	b. Identificar áreas de apoio à obra	3.6.4.3-267
	c. Mapear as áreas de vegetação a ser suprimida	3.6.4.3-267
	d. Uso do Material Lenhoso	3.6.4.3-267
	e. Quantificar a área a ser desmatada e sua localização	3.6.4.3-267
	f. Registros de Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs)	3.6.4.3-268
	g. Relatório Fotográfico	3.6.4.3-268
	h. Apresentar todas as informações, unidades amostrais e cálculos referentes aos dados levantados	3.6.4.3-268

<b>3.6.4.4 FAUNA.....</b>	<b>3.6.4.4-1</b>
a. Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Fauna Silvestre.....	3.6.4.4-1
b. Registro de Dados.....	3.6.4.4-1
<b>3.6.4.4.1 Levantamento da Fauna Terrestre .....</b>	<b>3.6.4.4-2</b>
a. Caracterização dos Ambientes.....	3.6.4.4-2
b. Caracterização das Espécies da Fauna .....	3.6.4.4-2
c. Pontos de Amostragem.....	3.6.4.4-54
d. Metodologia e Esforço Amostral.....	3.6.4.4-82
e. Resultados – AID .....	3.6.4.4-94
f. Análises Estatísticas e Conclusões.....	3.6.4.4-257
g. Destino do material coletado.....	3.6.4.4-269
<b>3.6.4.4.2 Levantamento de Fauna Aquática em           Áreas de Várzea.....</b>	<b>3.6.4.4-269</b>
a. Metodologia.....	3.6.4.4-269
b. Resultados .....	3.6.4.4-275
<b>3.6.4.4.3 Conclusões sobre a Fauna Terrestre e a           Fauna Aquática.....</b>	<b>3.6.4.4-315</b>

## **VOLUME 4 / 9**

### **Diagnóstico do Meio Biótico – Parte B - Anexos**

#### **ANEXOS**

- 3.6.4.4-1 – Autorizações para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico
- 3.6.4.4.1-1 – Espécies de Mastofauna de Ocorrência nas Áreas de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-2 – Espécies de Aves de Ocorrência na Área de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-3 – Espécies de Herpetofauna de Ocorrência na Área de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-4 – Espécies de Borboletas de Ocorrência na Área de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-5 – Espécies de Ictiofauna de Ocorrência na Área de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-6 – Ofício No 265/2010/CGFAP/DBFLO
- 3.6.4.4.1-7 – Padrões Utilizados para a Análise de Solos
- 3.6.4.4.1-8 – Estações Meteorológicas Utilizadas como Subsídio à Coleta de Fauna
- 3.6.4.4.1-9 – Avaliação do Potencial Malarígeno (APM)
- 3.6.4.4.1-9.1 – Aspectos das Técnicas Utilizadas em Campo e em Laboratório para Avaliação do Potencial Malarígeno da LT
- 3.6.4.4.1-9.2 – Pontos Georreferenciados e Pesquisados para Coleta de Anofelinos Adultos e Imaturos, ao Longo da LT
- 3.6.4.4.1-9.3 – Coletas Efetuadas com Armadilha de Shannon ao Longo da LT
- 3.6.4.4.1-9.4 – Pontos de Coleta de Mosquitos Imaturos Coletados com Concha Entomológica
- 3.6.4.4.1-9.5 – Georreferenciamento dos Pontos de Coleta ao Longo da LT, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, Indicando os Locais onde foram feitas as Capturas de Mosquitos Adultos e Imaturos
- 3.6.4.4.1-10 – Lista Comentada de Mamíferos, Aves, Herpetofauna e Lepidópteros
- 3.6.4.4.1-11 – Cartas de Recebimento (Vertebrados, Ictiofauna, Lepidópteros e Anofelinos)
- 3.6.4.4-2 – CD de Dados Brutos

## VOLUME 5 / 9

### DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO – PARTE A

<b>3.6.5 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO .....</b>	<b>3.6.5.1-1</b>
<b>3.6.5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>3.6.5.1-1</b>

#### ANEXOS

3.6.5.1-1 – Roteiro de Entrevista/Consulta às Prefeituras	
3.6.5.1-2 – Roteiro de Entrevista AID	
3.6.5.1-3 – Roteiro de Entrevista/Descrição do Traçado	
<b>3.6.5.2 ASPECTOS GEOPOLÍTICOS - AAR .....</b>	<b>3.6.5.2-1</b>
a. Histórico de Ocupação da AAR.....	3.6.5.2-1
b. Programas Governamentais – AAR .....	3.6.5.2-14
c. Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE dos Estados Abrangidos pelo Empreendimento .....	3.6.5.2-55
<b>3.6.5.3 DEMOGRAFIA, ESTRUTURA PRODUTIVA E MALHA URBANA – AID/AII .....</b>	<b>3.6.5.3-1</b>
a. Histórico de Ocupação das Mesorregiões e Municípios .....	3.6.5.3-1
b. Caracterização da População Residente .....	3.6.5.3-23
c. Distribuição Geográfica da População Residente .....	3.6.5.3-59
d. Hierarquia Urbana Regional .....	3.6.5.3-87
e. Infogramas de Hierarquia Urbana Regional ..	3.6.5.3-88
f. Ordenamento Territorial: Planos Diretores Municipais .....	3.6.5.3-105
g. Caracterização do Uso do Solo no Corredor de Estudo .....	3.6.5.3-116
h. Estrutura-Fundiária dos Municípios da AII ..	3.6.5.3-132
i. Superposições e Atividades Incompatíveis com Usos Futuros da Faixa de Servidão .....	3.6.5.3-159
j. Povoados, Vilas, Comunidades e Outras Formas de Assentamentos.....	3.6.5.3-170
K. Área Territorial e Extensão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara2, Nº 02 nos Municípios Atravessados.....	3.6.5.3-190

#### ANEXO

3.6.5.3-1 – Distribuição Geográfica da População Residente	
--	--

<b>3.6.5.4 SAÚDE – AII .....</b>	<b>3.6.5.4-1</b>
a. Infraestrutura e Serviços de Saúdes disponíveis na AII .....	3.6.5.4-1
b. Profissionais de Saúde nos municípios da AII .....	3.6.5.4-21
c. Incidência de Endemias na AII .....	3.6.5.4-34
d. Municípios Interceptados pela LT Situados em Área Endêmica de Malária .....	3.6.5.4-36
e. Recomendações da SVS/MS .....	3.6.5.4-41
f. Aspectos Sanitários .....	3.6.5.4-41

## **ANEXO**

### 3.6.5.4-1 – Plano Preliminar de Ação de Controle de Malária (PACM)

<b>3.6.5.5 EDUCAÇÃO – AII .....</b>	<b>3.6.5.5-1</b>
a. Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Técnico na AII .....	3.6.5.5-1
b. Ensino Superior na AII .....	3.6.5.5-22
<b>3.6.5.6 SEGURANÇA PÚBLICA – AII/AID .....</b>	<b>3.6.5.6-1</b>
a. Trecho 1 – Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT) .....	3.6.5.6-1
b. Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – Alto Araguaia (MT) .....	3.6.5.6-11
c. Trecho 3: Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP) .....	3.6.5.6-18
<b>3.6.5.7 INFRAESTRUTURA – AID/AII .....</b>	<b>3.6.5.7-1</b>
a. Caracterização da Infraestrutura .....	3.6.5.7-1
b. Sobreposição do sistema viário com o empreendimento .....	3.6.5.7-25
<b>3.6.5.8 ORGANIZAÇÃO SOCIAL – AII .....</b>	<b>3.6.5.8-1</b>
a. Pressões Migratórias .....	3.6.5.8-1
b. Conflitos Agrários e Tensões Socioambientais .....	3.6.5.8-16
c. Disponibilidade de Mão de obra na AII .....	3.6.5.8-23
<b>3.6.5.9 ATIVIDADES ECONÔMICAS E FINANÇAS PÚBLICAS – AII .....</b>	<b>3.6.5.9-1</b>
a. Composição do PIB por Setor da Economia ...	3.6.5.9-1
b. Caracterizar as Principais Atividades Econômicas Urbanas e Rurais .....	3.6.5.9-8

<b>3.6.5.10</b>	<b>POPULAÇÕES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E TRADICIONAIS .....</b>	<b>3.6.5.10-1</b>
a.	Comunidades Tradicionais .....	3.6.5.10-1
b.	Comunidades Remanescentes Quilombos ...	3.6.5.10-7
c.	Fatos Históricos e Atuais Associados à Presença de Quilombos .....	3.6.5.10-10
d.	Recomendações da Fundação Palmares ...	3.6.5.10-23
e.	Povos e Etnias Indígenas.....	3.6.5.10-26
f.	Recomendações da FUNAI .....	3.6.5.10-27
<b>3.6.5.11</b>	<b>DINÂMICA E USO DO TERRITÓRIO E OUTRAS INFORMAÇÕES .....</b>	<b>3.6.5.11-1</b>
a.	Descrição do Corredor de Estudo (AID) .....	3.6.5.11-1
b.	Usos e Ocupação do Solo.....	3.6.5.11-133
b.1	Uso e Ocupação do Solo Rural na AII.....	3.6.5.11-133
b.2	Culturas e Sistema de Produção no Corredor em Estudo.....	3.6.5.11-173
c.	Travessia de Rios Navegáveis .....	3.6.5.11-225
d.	Projetos de Desenvolvimento Econômico .....	3.6.5.11-234
e.	Proximidade com Estruturas Impeditivas ..	3.6.5.11-243
f.	Projetos Viários .....	3.6.5.11-247
g.	Malhas Urbanas Vulneráveis ao Empreendimento .....	3.6.5.11-253
h.	Demandas por infraestrutura decorrentes do empreendimento .....	3.6.5.11-262
<b>3.6.5.12</b>	<b>PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO E DE LAZER – AID/AII .....</b>	<b>3.6.5.12-1</b>
a.	Áreas de Valor Histórico, Arqueológico, Cultural e Paisagístico .....	3.6.5.12-1
a.1	Patrimônio Arqueológico .....	3.6.5.12-1
a.2	Patrimônio Paisagístico .....	3.6.5.12-82
a.3	Patrimônio Histórico e Cultural .....	3.6.5.12-89
b.	Atendimento às Recomendações do IPHAN .....	3.6.5.12-146
c.	Instituições Envolvidas com o Patrimônio Histórico/Cultural Local .....	3.6.5.12-147
d.	Locais para Prática de Turismo e Lazer ....	3.6.5.12-148

## **ANEXOS**

- 3.6.5.12-1 – Belezas Cênicas (Figura 3.6.5.12-1-A)
- 3.6.5.12-2 – Belezas Cênicas (Figura 3.6.5.12-1-B)
- 3.6.5.12-3 – Belezas Cênicas (Figura 3.6.5.12-1-C)

## **VOLUME 6 / 9**

### **DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO – PARTE B**

#### **ANEXO**

- 3.6.5.10-1 – Povos e Etnias Indígenas



## VOLUME 7 / 9

# ANÁLISE INTEGRADA, IMPACTOS, MEDIDAS, PROGRAMAS, PROGNÓSTICOS, CONCLUSÕES, BIBLIOGRAFIA E GLOSSÁRIO E ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

<b>3.6.6 ANÁLISE INTEGRADA .....</b>	<b>3.6.6-1</b>
<b>3.6.6.1 METODOLOGIA.....</b>	<b>3.6.6-1</b>
a. Síntese da Qualidade Ambiental .....	3.6.6-1
b. Identificação dos Principais Indicadores de Sensibilidade .....	3.6.6-2
c. Pontuação .....	3.6.6-5
d. Espacialização e Integração dos Indicadores de Sensibilidade .....	3.6.6-5
<b>3.6.6.2 SÍNTESE DA QUALIDADE AMBIENTAL.....</b>	<b>3.6.6-7</b>
a. Primeira Geounidade .....	3.6.6-7
b. Segunda Geounidade .....	3.6.6-13
c. Terceira Geounidade .....	3.6.6-17
<b>3.6.6.3 SÍNTESE CONCLUSIVA – ÁREAS DE SENSIBILIDADE .....</b>	<b>3.6.6-20</b>
<b>3.6.7 IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS .....</b>	<b>3.6.7-1</b>
a. Considerações da avaliação de impactos e Metodologia.....	3.6.7-1
b. Espacialização dos Impactos .....	3.6.7-7
c. Efeitos cumulativos e sinergia .....	3.6.7-8
d. Descrição dos Cenários, Intervenções e Processos Indutores .....	3.6.7-8
e. Resultados – Descrição dos Impactos Ambientais .....	3.6.7-40
f. Programas e Medidas Ambientais.....	3.6.7-115
g. Conclusão .....	3.6.7-123

## ANEXO

### 3.6.7-1 – MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS

<b>3.6.8 MEDIDAS MITIGADORAS E PROGRAMAS AMBIENTAIS.....</b>	<b>3.6.8-1</b>
a. Medidas de Controle e Programas Ambientais .....	3.6.8-1

- b. Proposição Integrada para Monitoramento Ambiental para as Diversas Áreas de Influência ..... 3.6.8-1
- c. Composição dos Programas Ambientais ..... 3.6.8-5
- d. Medidas Mitigadoras para Construção de Obras ... 3.6.8-5
- e. Outras Medidas Compensatórias ..... 3.6.8-5
- f. Incorporar medidas específicas de resgate e manejo de fauna..... 3.6.8-6
- g. Medidas do meio socioeconômico visando à inserção regional do empreendimento ..... 3.6.8-6
- h. Identificar a participação do empreendedor junto a parceiros institucionais que desenvolvam programas de capacitação e qualificação..... 3.6.8-6
- i. Apresentar o Plano Ambiental para a Construção (PAC), Programa de Gestão de Resíduos, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos, entre outros programas e medidas de controle ambiental relacionados ao meio físico ..... 3.6.8-7
- j. Apresentar medidas de controle do efeito indutor de penetração e ocupação antrópica gerado pela abertura da faixa de servidão e demais áreas necessárias para instalação do empreendimento..... 3.6.8-7
- k. Considerar a hipótese de promoção do incremento e/ou melhoria das estruturas e serviços médicos municipais de pronto-atendimento e pronto-socorro, dos serviços de Segurança Pública junto aos pontos de apoio logístico do empreendimento (canteiros de obras, cidades, vilas, comunidades), entre outros serviços, conforme os resultados dos levantamentos realizados na elaboração do EIA e das análises de impactos..... 3.6.8-7
- l. Considerar a hipótese de promoção do incremento e/ou infraestrutura e dos serviços de Segurança Pública junto aos pontos de apoio logístico do empreendimento (canteiros de obras, cidades, vilas, comunidades), conforme os resultados dos levantamentos realizados na elaboração do EIA e das análises de impactos ..... 3.6.8-8
- m. Apresentar medidas de segurança no trânsito e mobilidade urbana, com ênfase no convívio sustentável da mobilidade

intraurbana, em razão do incremento do tráfego de veículos pesados no período de obras .....	3.6.8-8
n. Apresentar medidas e programas de controle/recuperação quanto à instabilização de taludes e encostas marginais e demais áreas sensíveis identificadas na AID .....	3.6.8-8
o. Apresentar, caso se verifique a presença de áreas de interesse paleontológico, um Programa de Monitoramento Paleontológico, com o objetivo de identificar e mapear as áreas potenciais de ocorrência de vestígios fósseis na AID, conforme as formações litoestratigráficas presentes .....	3.6.8-8
p. Propor ações para qualificar a mão de obra local e regional de forma a priorizar sua contratação .....	3.6.8-9
q. Planos e Programas .....	3.6.8-11
<b>3.6.9 PROGNÓSTICO .....</b>	<b>3.6.9-1</b>
<b>3.6.9.1 REGIÃO SEM O EMPREENDIMENTO .....</b>	<b>3.6.9-1</b>
<b>3.6.9.2 A REGIÃO COM O EMPREENDIMENTO .....</b>	<b>3.6.9-2</b>
<b>3.6.10 CONCLUSÃO .....</b>	<b>3.6.10-1</b>
<b>3.6.11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>3.6.11-1</b>
<b>3.6.12 GLOSSÁRIO.....</b>	<b>3.6.12-1</b>
<b>3.6.13 ANEXOS DO EIA.....</b>	<b>3.6.13-1</b>
<b>4. ORIENTAÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....</b>	<b>4-1</b>
<b>4.1 ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR .....</b>	<b>4-1</b>
<b>4.2 NORMAS E PADRÕES PARA PRODUTOS CARTOGRÁFICOS .....</b>	<b>4-1</b>
<b>4.2.1 PADRÕES GERAIS.....</b>	<b>4-1</b>
<b>4.2.2 IMAGENS .....</b>	<b>4-6</b>
<b>4.2.3 PLANOS DE INFORMAÇÃO.....</b>	<b>4-9</b>
<b>4.2.4 ATRIBUTOS .....</b>	<b>4-9</b>
<b>4.2.5 LEGENDA .....</b>	<b>4-9</b>
<b>4.2.6 ESCALA .....</b>	<b>4-10</b>
<b>4.2.7 PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA E BASE DE DADOS .....</b>	<b>4-11</b>
<b>ANEXO</b>	
4.1-1 DVDs (1/2 e 2/2) - ILUSTRAÇÕES EDITÁVEIS – ARQUIVOS MXD E SHAPES ASSOCIADOS	

## **VOLUME 8 / 9**

### **ILUSTRAÇÕES – PARTE A**

ILUSTRAÇÃO 1 – LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

ILUSTRAÇÃO 2 – RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

ILUSTRAÇÃO 3 – CORREDORES ALTERNATIVOS

ILUSTRAÇÃO 4 – DIRETRIZES DE TRAÇADO

ILUSTRAÇÃO 5 – ÁREAS DE INFLUÊNCIA

ILUSTRAÇÃO 6 – GEOLOGIA, CAVIDADES NATURAIS, PALEONTOLOGIA E JAZIMENTOS MINERAIS

ILUSTRAÇÃO 7 – ZONAS SISMOGÊNICAS E SISMOS

ILUSTRAÇÃO 8 – GEOMORFOLOGIA

ILUSTRAÇÃO 9 – PEDOLOGIA

ILUSTRAÇÃO 10 – SUSCETIBILIDADE À EROSÃO

ILUSTRAÇÃO 11 – PROCESSOS MINERÁRIOS (DNPM)

ILUSTRAÇÃO 12 – SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS

ILUSTRAÇÃO 13 – RECURSOS HÍDRICOS E ÁREAS ALAGÁVEIS

ILUSTRAÇÃO 14 – SÍNTESE DO MEIO FÍSICO

---

## **VOLUME 9 / 9**

### **ILUSTRAÇÕES – PARTE B**

ILUSTRAÇÃO 15 – COBERTURA VEGETAL, USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS

ILUSTRAÇÃO 16 – CARTA-IMAGEM E PONTOS DE INTERESSE PARA A SOCIOECONOMIA

ILUSTRAÇÃO 17 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, ÁREAS PRIORITÁRIAS E CORREDORES ECOLÓGICOS

ILUSTRAÇÃO 18 – PONTOS DE AMOSTRAGEM DO MEIO BIÓTICO

ILUSTRAÇÃO 19 – PROJETOS DE ASSENTAMENTOS, TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

ILUSTRAÇÃO 20 – SENSIBILIDADE AMBIENTAL

ILUSTRAÇÃO 21 – ESPACIALIZAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS



## 3.6.5 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO

### 3.6.5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O diagnóstico do meio socioeconômico foi elaborado a partir Termo de Referência (Processo IBAMA: 02001.000328/2009-98), emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para subsidiar o processo de Licenciamento Ambiental das Atividades de Instalação e Operação da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02, com 2.382 km de extensão, localizada nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, atravessando os Estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Esta parte do Estudo tem como objetivo caracterizar os principais aspectos sociais, culturais e econômicos das áreas de inserção do empreendimento e das populações residentes que podem ser por ele afetadas, considerando a implantação da faixa de servidão de 79 m ao longo do traçado, as áreas de abertura de acessos aos locais das torres, empréstimo e bota-fora, o sistema viário utilizado para o transporte de equipamentos, materiais e trabalhadores, bem como demais interferências oriundas das etapas de implantação e operação da LT.

A partir dos levantamentos de dados primários e secundários e das análises feitas sobre os dados obtidos, são apresentados, nesta seção, os diagnósticos que servirão como base para a avaliação dos impactos e para a proposição das medidas e programas ambientais pertinentes, bem como os meios e as alternativas mais eficazes para mitigar ou eliminar esses impactos.

Dada a grande extensão de 2.382 km do traçado da LT, optou-se por amostrar as áreas atravessadas pelo empreendimento com enfoque nos padrões de ocupação, sistema de produção e principais aglomerados humanos identificados na Área de Influência Direta (AID). As áreas pesquisadas na AID do empreendimento são apresentadas por trechos, para cuja definição foi utilizada a categoria de unidade de paisagem como recorte. Como instrumentos de pesquisa, foram utilizados questionários aplicados nas Prefeituras, roteiro de entrevista semi-estruturado e observação dos participantes, para identificação das áreas inseridas no corredor em estudo (**Anexo 3.6.5.1-1 ao 3.6.5.1-3 – Roteiros de Entrevista**). Os levantamentos de campo foram realizados no período de agosto a dezembro de 2009, ao longo da área atravessada pelo empreendimento, considerando um corredor de 5 km, sendo 2,5 km para cada lado a partir do eixo da LT, para identificação dos usos e ocupação da AID; um corredor de 10 km (5km para cada lado a partir do eixo da LT) para identificação de

comunidades tradicionais e povos indígenas; e pesquisa junto às Prefeituras dos municípios atravessados pelo empreendimento.

O estudo procurou caracterizar as dinâmicas sociais da região de inserção do empreendimento, considerando os históricos de ocupação e ciclos econômicos, a fim contextualizar as ocupações humanas nas cidades e nas áreas atravessadas pela LT, permitindo observar suas consequências sobre a organização espacial, recursos florestais disponíveis e, principalmente, sobre o cotidiano das comunidades residentes na região. Desta forma, os levantamentos *in loco* buscaram identificar a dinâmica de circulação local, as formas e apropriações dos espaços e a organização do território das populações residentes ao longo do corredor de 5 km da diretriz do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02.

A apresentação dos resultados dos levantamentos realizados, tanto das informações coletadas em campo como da revisão bibliográfica, apoiada pela coleta de dados em bases oficiais, foi organizada de forma a seguir o Termo de Referência, conforme solicitado pelo órgão licenciador.

Após a apresentação dos aspectos metodológicos, a seção seguinte contém a análise dos **“Aspectos Geopolíticos”**, que compreende o histórico de ocupação da Área de Abrangência Regional - AAR, pontuações sobre a importância estratégica do território amazônico e sobre o andamento da elaboração e implantação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, as diretrizes do ZEE dos estados e a relação do empreendimento com o uso e ocupação do solo propostos. São abordados ainda os planos e programas governamentais dirigidos à AAR. Esta seção baseia-se, essencialmente, no levantamento de documentos elaborados por órgãos governamentais, como o Programa Amazônia Sustentável e o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia, complementados por textos acadêmicos. Nesta seção é descrito o histórico dos projetos de infra-estrutura nos estados afetados pelo empreendimento, no contexto dos ciclos econômicos e suas influências no desenvolvimento e povoamento da região e os programas e projetos transnacionais e nacionais de infra-estrutura previstos e em implantação na região.

Em seguida, na seção **“Demografia, Estrutura Produtiva e Malha Urbana”**, a Área de Influência Indireta - AII é subdividida em AIIs mesorregionais estaduais, a fim de permitir a visualização das diferenças regionais. Para cada uma delas, é desenvolvida a análise da concentração e crescimento populacional, situação do domicílio, composição da população por idade e sexo, hierarquia urbana regional, considerando o setor terciário, a infra-estrutura e fluxo de pessoas e cargas. A caracterização se baseia



com base nos dados fornecidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo Demográfico e da Contagem de População, e da pesquisa Região de Influência das Cidades (REGIC), recobrando o período de 1991 a 2007, as dinâmicas de circulação local e os principais pólos (regionais, municipais e locais). Também é caracterizada a população total dos municípios, sua distribuição, por sexo, longevidade, IDHM e taxa geométrica de crescimento de 1970 a 2000. Quanto à distribuição geográfica, tem-se: densidade demográfica por município, grau de urbanização por município e o contingente populacional na AID ao longo do traçado. São analisados indicadores sociais, como a Esperança de Vida ao Nascer e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 1970 a 2000), com base em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Além disso, são apresentados o histórico de ocupação e formação dos municípios e a caracterização qualitativa dos aspectos fundiários dos municípios da All, com base no Censo Agropecuário do IBGE, relacionando-os com os planos diretores municipais, quando existentes. A análise do uso e ocupação do solo no corredor em estudo se baseia nos dados de fito-fisionomia, fornecidos pelo MMA e complementados com informações de levantamento de campo. Os aspectos fundiários são analisados a partir de informações sobre a condição legal das terras e do número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total. Nessa seção, são abordados também os povoados e demais formas de assentamento humano e as superposições entre o traçado da LT e as atividades e usos incompatíveis com estabelecimento da faixa de servidão do empreendimento.

A seção seguinte – “**Saúde**” - também apresenta a subdivisão em All mesorregionais estaduais. A infra-estrutura e os serviços de saúde são analisados através do número de estabelecimentos de saúde por tipo, presentes em cada município, além do número de leitos hospitalares disponibilizados nos municípios, segundo sua especialidade, e da cobertura da população pelo Programa de Saúde da Família (PSF), com base em dados recentes do Ministério da Saúde (DATASUS e SVS) e com informações do levantamento de campo, quando existentes.

Estas informações são complementadas por dados quantitativos (número de profissionais de saúde, equipes de saúde, agentes comunitários e área de atuação) referente ao ano de 2000, fornecida pelo IPEA, e qualificadas por informações disponibilizadas pelos governos municipais, quando existentes.

Quanto à incidência de endemias, os dados disponibilizados pelo DATASUS - SVS referentes aos estados de Rondônia e Mato Grosso, são complementados com informações dos governos municipais, quando disponíveis. É apresentada uma

avaliação da influência das endemias na região e uma identificação dos municípios interceptados pela LT que se encontram em área endêmica de Malária. Nessa seção são abordadas, ainda, as condições de saneamento ambiental, mensuradas através do número de domicílios por forma de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário e destino do lixo, com base no Censo Demográfico 2000, IBGE.

Na seção “**Educação**”, a análise da infra-estrutura em educação toma por base as informações acerca das matrículas nos diferentes níveis de ensino, da creche ao ensino profissionalizante, por município e All, fornecidas pelo INEP através do Censo Escolar - 2009, além do número de instituições de ensino superior e de cursos técnicos secundários presentes nos municípios da All, encontradas no Censo do Ensino Superior do INEP – 2007, complementado por levantamentos de campo no corredor de passagem da LT (AID).

A seção de “**Segurança Pública**” apresenta as taxas de homicídios por mesorregião/microrregião e as frequências por município para os anos de 2003 a 2007; comparativo entre mortes violentas por homicídios com outras causas externas, relacionados à escolaridade, sexo, estado civil, raça-cor das vítimas e local de ocorrência do evento por meso/microrregião, quando existentes. Destaca-se que houve grande dificuldade para se obter informações a respeito de Segurança Pública para os municípios da All. Estas informações, quando existentes, foram obtidas durante o levantamento de campo, realizado em outubro de 2009.

Na seção dedicada à “**Infra-Estrutura**”, qualifica-se a rede viária de transporte existente, tais como rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, nos estados atravessados pelo empreendimento, enfatizando a rede que atende aos municípios em estudo nestes estados. Apresenta a caracterização do sistema viário e a superposição com o traçado da LT.

A seção seguinte – “**Organização Social**” – também apresenta a subdivisão da All em mesorregionais estaduais. Nessa seção, são abordados os temas relacionados à existência de pressões migratórias, os respectivos serviços públicos sobrecarregados pelo empreendimento, conflitos agrários, tensões socioambientais, disponibilidade de mão-de-obra na região. As pressões migratórias são analisadas com base em informações da Contagem de População 1996 e do Censo Demográfico 2000, ambos produzidos pelo IBGE. Para a identificação de disponibilidade de mão-de-obra na All, foi utilizado como variável o nível de emprego. Este é analisado através de dados do Censo Demográfico 2000, estabelecendo-se uma comparação entre o total da População Economicamente Ativa (PEA) e o percentual da PEA que se encontra

efetivamente empregada – População Ocupada (PO). São relacionados com o contingente e nível de qualificação exigidos para as obras de implantação da LT.

A análise das “**Atividades Econômicas e Finanças Públicas**” inicia a seção seguinte apresentando o Produto Interno Bruto (PIB) dos estados nos quais estão inseridos os municípios em estudo – Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Em seguida, para cada subdivisão das AII – Mesorregionais, são apresentados os PIBs municipais, divididos pelos setores primário, secundário e terciário, estabelecendo uma comparação de representatividade percentual com o PIB estadual setorial, de modo a situar cada município no panorama das atividades econômicas do estado ao qual pertence, com base em dados do IPEA.

Segue-se a análise das atividades econômicas de cada setor. Para os setores secundário e terciário são utilizados como base dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE, referentes ao ano de 2006, complementados por outras fontes bibliográficas. Quanto ao setor primário, dado o elevado o grau de informalidade das atividades econômicas, tanto no que se refere ao registro de unidades empresariais quanto com relação à contratação de pessoal, optou-se pela análise de informações sobre a produção animal e vegetal, fornecidas pela Pesquisa Pecuária Municipal, pela Produção Agrícola Municipal e Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, realizadas pelo IBGE. Para analisar as finanças públicas, observa-se a participação dos municípios da AII na cota-parte de fundo de participação municipal, nas transferências correntes de tributos estaduais para os municípios, na receita tributária municipal e nas receitas de capital, tomando por base dados do IPEA - 2006.

A seção destinada à identificação das “**Populações Indígenas, Quilombolas e Tradicionais**” toma como base as informações coletadas na AID durante a realização dos levantamentos de campo (agosto-novembro,2009), e ofícios das instituições governamentais FUNAI e Fundação Cultural Palmares, referentes às populações indígenas e quilombolas. Com relação ao componente indígena, destaca-se que não foram identificadas Terras Indígenas no corredor em estudo. Contudo, seguindo as diretrizes do TR da FUNAI, são apresentadas as Terras Indígenas localizadas nos municípios que compõem a AII. No caso das comunidades remanescentes de quilombo, por solicitação da Fundação Cultural Palmares, foi realizado em outubro de 2009, um seminário na instituição, com a presença do corpo técnico da Fundação, de equipe do IBAMA, de representante do INCRA, lideranças do Movimento Negro dos cinco estados atravessados pela LT, do empreendedor e consultora. Neste seminário foi exposta as preocupações das comunidades e foi apresentado o empreendimento, a metodologia de trabalho para elaboração do EIA, as informações levantadas por dados secundários sobre o tema até aquela data e os principais impactos esperados do

empreendimento, bem como os procedimentos a serem tomados no caso de identificação de travessia da LT sobre comunidade quilombola. Nessa seção são apresentadas as áreas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares e as demais comunidades encontradas na AID que se auto-denominam quilombolas, apesar de não serem reconhecidas oficialmente. Quanto às populações tradicionais, foram identificados e descritos os principais aspectos socioeconômicos das diversas localidades presentes ao longo da LT, com ênfase para a descrição dos modos de vida das populações extrativistas.

Na seção “**Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações**” são apresentadas as descrições das áreas atravessadas pela LT com ocupação ou uso humano das terras, tais como: povoados, fazendas, assentamentos, loteamentos. A descrição do traçado tem início na Subestação de Porto Velho, terminando na Subestação de Araraquara 2. Optou-se por apresentar as informações por trechos do traçado, por conta das semelhanças no padrão de ocupação e nos modos de vida dos grupos sociais identificados. A apresentação de cada trecho é acompanhada de sua respectiva imagem, para permitir a visualização da área descrita. Para ilustrar o padrão construtivo e as paisagens integrantes da AID, o registro fotográfico apresenta-se ao longo das descrições dos trechos, informando também as coordenadas UTM correspondentes aos trechos e às fotos correspondentes. A análise de uso e ocupação está baseada na área e no número de estabelecimentos agropecuários, a partir do Censo Agropecuário 2006. Nessa seção são abordados também as culturas e sistemas de produção empregados ao longo nas atividades agropecuárias e extrativistas do corredor de estudo (5km), ainda, a descrição dos usos e paisagem nos trechos de travessia dos principais rios navegáveis; os projetos de desenvolvimento econômico, tais como UHE e LTs encontradas ao longo das áreas atravessadas pelo empreendimento; a localização dos aeródromos e pivôs centrais identificados no corredor em estudo; os projetos de abertura de sistema viários, quando existentes. Por fim, apresenta-se a malha urbana vulnerável ao empreendimento, entendida como aquelas vias que potencialmente sofrerão interferências relacionadas ao período de obras empreendimento.

Em seguida, é apresentada a seção de “**Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico e de Lazer**” com informações e estudos referentes às áreas de valor histórico, arqueológico, paisagístico, cultural e lazer para turismo nas AID e AII do empreendimento.

Por último, é apresentada uma “**Síntese do Meio Socioeconômico**” das informações com aspectos relevantes para a compreensão da dinâmica socioeconômica das áreas de influência.

## (1) Áreas de Estudo para o Meio Socioeconômico

Considerando o item 3.6.2 do Termo de Referência para o meio socioeconômico, as Áreas de Influência do empreendimento foram delimitadas conforme descrito a seguir:

- **Área de Abrangência Regional – AAR**

O Termo de Referência define que a AAR “*deve ter por referência um recorte geográfico para além da abrangência da All, sobre o qual a Linha e os impactos sinérgicos com outros empreendimentos possam gerar ou sofrer influências*”. Nesse sentido, considerou-se como Área de Abrangência Regional (AAR) a região que inclui os estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, atravessados pelo traçado projetado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02.

- **Área de Influência Indireta – All**

De acordo com o Termo de Referência, a Área de Influência Indireta (All) “*corresponde ao território onde a implantação do projeto impacte de forma indireta os meios físico, biótico e socioeconômico. A delimitação da All circunscreve a área de influência direta – AID*”. Deste modo, esta Área de Influência Indireta é composta pelos 87 municípios atravessados pela LT, ou seja, aqueles municípios em cujo território se encontra a faixa de servidão ao longo do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 e aqueles inseridos na área ao redor do ponto de localização dos eletrodos de terra, com 15 km de raio.

Para permitir a compreensão das diferenças regionais entre os municípios em estudo, eles foram agrupados de acordo com as mesorregiões às quais pertencem. Assim sendo, os conjuntos de municípios da All pertencentes a diferentes mesorregiões constituem as Alls mesorregionais do empreendimento. Nos estados de Goiás e Minas Gerais, onde há poucos municípios a serem atravessados pela LT (5 e 2, respectivamente), todos pertencentes às mesmas mesorregiões, as Alls mesorregionais são compostas pela totalidade dos municípios em estudo nestes estados. Nos demais estados, a área em estudo é composta de mais de uma All mesorregional, conforme o quadro apresentado a seguir.

**Quadro 3.6.5.1-1 – Área de Influência Indireta e Mesorregiões da  
LT 600kV CC Coletora Porto Velho- Araraquara 2, Nº2**

Região	UF	Mesorregiões	Municípios
Norte	RO	Madeira-Guaporé	Candeias do Jamari
Norte	RO		Itapuã do Oeste
Norte	RO		Porto Velho
Norte	RO	Leste Rondoniense	Alto Paraíso
Norte	RO		Alvorada D'Oeste
Norte	RO		Ariquemes
Norte	RO		Cabixi
Norte	RO		Cacaulândia
Norte	RO		Castanheiras
Norte	RO		Cerejeiras
Norte	RO		Chupinguaia
Norte	RO		Colorado do Oeste
Norte	RO		Corumbiara
Norte	RO		Governador Jorge Teixeira
Norte	RO		Jaru
Norte	RO		Monte Negro
Norte	RO		Nova Brasilândia D'Oeste
Norte	RO		Ouro Preto do Oeste
Norte	RO		Parecis
Norte	RO		Presidente Médici
Norte	RO		Primavera de Rondônia
Norte	RO		Rolim de Moura
Norte	RO		São Felipe D'Oeste
Norte	RO		Teixeirópolis
Norte	RO		Urupá
Centro-Oeste	MT		Sudoeste Mato-grossense
Centro-Oeste	MT	Alto Paraguai	
Centro-Oeste	MT	Cuiabá	
Centro-Oeste	MT	Jangada	
Centro-Oeste	MT	Rosário Oeste	
Centro-Oeste	MT	Santo Antônio do Leverger	
Centro-Oeste	MT	Várzea Grande	
Centro-Oeste	MT	Centro-Sul Mato-grossense	Alto Araguaia
Centro-Oeste	MT		Alto Garças
Centro-Oeste	MT		Jaciara
Centro-Oeste	MT		Juscimeira
Centro-Oeste	MT		Pedra Preta
Centro-Oeste	MT		São José do Povo
Centro-Oeste	MT		Rondonópolis
Centro-Oeste	MT	Sudeste Mato-grossense	Araputanga
Centro-Oeste	MT		Barra do Bugres
Centro-Oeste	MT		Comodoro
Centro-Oeste	MT		Indiavaí
Centro-Oeste	MT		Jauru

Região	UF	Mesorregiões	Municípios
Centro-Oeste	MT		Lambari D'Oeste
Centro-Oeste	MT		Vila Bela da Santíssima Trindade
Centro-Oeste	MT		Nova Lacerda
Centro-Oeste	MT		Pontes e Lacerda
Centro-Oeste	MT		Rio Branco
Centro-Oeste	MT		Vale de São Domingos
Sudeste	SP	São José do Rio Preto	Estrela d'Oeste
Sudeste	SP		Fernandópolis
Sudeste	SP		Floreal
Sudeste	SP		Irapuã
Sudeste	SP		Itajobi
Sudeste	SP		José Bonifácio
Sudeste	SP		Macaubal
Sudeste	SP		Mendonça
Sudeste	SP		Meridiano
Sudeste	SP		Monte Aprazível
Sudeste	SP		Neves Paulista
Sudeste	SP		Nhandeara
Sudeste	SP		Nipoã
Sudeste	SP		Nova Aliança
Sudeste	SP		Novo Horizonte
Sudeste	SP		Ouroeste
Sudeste	SP		Populina
Sudeste	SP		Potirendaba
Sudeste	SP		Turmalina
Sudeste	SP		União Paulista
Sudeste	SP		Urupês
Sudeste	SP		Valentim Gentil
Sudeste	SP	Votuporanga	
Centro-Oeste	GO	Sul Goiano	Santa Rita do Araguaia
Centro-Oeste	GO		Mineiros
Centro-Oeste	GO		Serranópolis
Centro-Oeste	GO		Jataí
Centro-Oeste	GO		Itarumã
Sudeste	MG	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Limeira do Oeste
Sudeste	MG		Ituramã
Sudeste	SP	Araraquara	Araraquara
Sudeste	SP		Borborema
Sudeste	SP		Gavião Peixoto
Sudeste	SP		Itápolis
Sudeste	SP		Matão
Sudeste	SP		Nova Europa
Sudeste	SP		Tabatinga

Fonte: IBGE, elaboração própria, 2010.

- **Área de Influência Direta - AID**

De acordo com o TR, a AID “é a área cuja incidência dos impactos ocorre de forma direta sobre os recursos ambientais, modificando a sua qualidade ou diminuindo seu potencial de conservação ou aproveitamento. A rede de relações sociais, econômicas e culturais a ser afetada durante todas as fases do empreendimento deve ser considerada na sua delimitação” e considerou-se as “áreas destinadas à instalação da infra-estrutura necessária à implantação e operação do empreendimento, áreas de canteiros de obras, de empréstimo e bota-fora, áreas a serem utilizadas para o transporte de equipamentos, materiais e trabalhadores, bem como as demais áreas que sofrerão alterações conseqüentes da ação direta do empreendimento, a serem identificadas no decorrer dos estudos. Inclui ainda pontos de localização de obras civis decorrentes ou associadas ao empreendimento tais como cidades, vilas residenciais, alojamentos e demais pontos de apoio logístico. Para os estudos socioeconômicos, devem ser considerados como AID, as localidades e comunidades diretamente impactadas pelo empreendimento. Devem ser considerados ainda os espaços de referência necessários à manutenção das atividades humanas ali identificadas”.

Deste modo, para atendimento ao que preconiza o TR, a Área de Influência Direta compreende todos os pontos de ocupação humana, tais como: comunidades, vilas, distritos, loteamentos, fazendas, projetos de assentamento, localizados num corredor de 5 km (2,5 km para cada lado do eixo) e populações tradicionais e ribeirinhas localizadas em um corredor de 10 km (5 km para cada lado do eixo) ao longo da diretriz do traçado; pontos de localização dos eletrodos de terra; além dos espaços de referência necessários à manutenção das atividades humanas ali identificadas que poderão ser impactados pelas obras e operação da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02.

O Quadro a seguir apresenta um resumo das Áreas de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02 a serem estudadas.



**Quadro 3.6.5.1-2 – Áreas de Influência da LT 600kV Coletora Porto Velho- Araraquara 2, Nº 02.**

AAR	AII	AID
Estado	Municípios Atravessados	
Rondônia (RO)	Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Porto Velho, Alto Paraíso, Alvorada D'Oeste, Ariquemes, Cabixi, Cacaúlândia, Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Monte Negro, Nova Brasilândia D'Oeste, Ouro Preto do Oeste, Parecis, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, Rolim de Moura, São Felipe D'Oeste, Teixeirópolis e Urupá.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Localidades e Povoados situados no corredor de 5km.</li> <li>• Faixa de servidão Administrativa.</li> <li>• Comunidades Indígenas, Quilombolas e Tradicionais situadas no corredor de 10km.</li> <li>• Área das Estações Retificadoras e Coletoras em Porto Velho e Araraquara.</li> <li>• Área de localização do eletrodo de terra.</li> <li>• Áreas de Canteiros de obras e alojamentos de trabalhadores.</li> <li>• Vias de acessos a serem utilizadas durante o período de obras.</li> </ul>
Mato Grosso (MT)	Acorizal, Alto Paraguai, Cuiabá, Jangada, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Alto Araguaia, Alto Garças, Jaciara, Juscimeira, Pedra Preta, São José do Povo, Rondonópolis, Araputanga, Barra do Bugres, Comodoro, Indiauí, Jauru, Lambari D'Oeste, Vila Bela da Santíssima Trindade, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Rio Branco e Vale de São Domingos.	
Goiás (GO)	Santa Rita do Araguaia; Mineiros; Serranópolis; Jataí.	
Minas Gerais (MG)	Limeira do Oeste e Ituramã.	
São Paulo (SP)	Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Floreal, Irapuã, Itajobi, José Bonifácio, Macaúbal, Magda, Meridiano, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Novo Horizonte, Ouroeste, Populina, Potirendaba, Turmalina, União Paulista, Urupês, Valentim Gentil, Votuporanga, Araraquara, Borborema, Gavião Peixoto, Itápolis, Matão, Nova Europa e Tabatinga.	



**ANEXO 3.6.5.1 - 1**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA**  
**CONSULTA ÀS PREFEITURAS**



## ROTEIRO DE CONSULTA ÀS PREFEITURAS

Data e local da entrevista:

Identificação do(s) Entrevistado(s):

Nome:

Cargo:

Contato:

---

### **Lista de documentos a ser solicitada**

(Verificar se existem ou não. Caso existam, solicitação de cópia e/ou arquivo digital)

1. Plano Diretor: ( )sim ( )não

2. Mapas oficiais e recentes:

a. Planta oficial do município com limites municipais, malha viária, distritos, bairros, comunidades ou povoados rurais: ( )sim ( )não

b. Mapa com perímetro urbano: ( )sim ( )não

3. Legislação de Zoneamento Municipal (inclusive com mapa) - Zoneamento Ecológico Econômico: ( )Sim ( )Não

4. Lei de Parcelamento de Uso do Solo: ( )Sim ( )Não

5. Código de Meio Ambiente: ( )Sim ( )Não

6. Lei Orgânica: ( )Sim ( )Não

### **7. Instrumentos de Gestão Ambiental**

a. Planos de Manejo de Unidades de Conservação ( ) Sim ( ) Não.

---

b. Conselhos gestores ( ) Sim ( ) Não Quais?

---

---

d. Agenda 21? ( ) Sim ( ) Não

---

---

e. Qual o grau de implementação desses instrumentos de gestão no município? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

f. Quais os mecanismos de participação comunitária na sua implementação? \_\_\_\_\_

---

---

---

8. O Município possui CODEMA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental)? Quais entidades participam do Conselho? Há quanto tempo foi formado? \_\_\_\_\_

---

---

---

9. Quais são os principais problemas ambientais enfrentados pelo Município?

---

---

---

---

---

10. Existem **projetos** públicos e/ou privados no município **em processo de licenciamento ambiental** por algum órgão do SISNAMA? Quais são, quais as empresas responsáveis e em que fase do licenciamento está o projeto?

---

---

---

---

---

**Unidades Conservação**

11. Existem Unidades de Conservação municipal e estadual tais como APAs, RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) e Reservas em geral? (**Nome, Área total, Decreto de Criação, Plano de Manejo e Localização Geográfica**)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**População Tradicional**

12. Caso haja **RESEX** no município, levantar informações sobre o relacionamento com a RESEX: serviços públicos existentes na RESEX, projetos em curso; eventuais obras de infra – estrutura em planejamento e informações sobre **Área – Numero de Famílias – Plano de Manejo.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13. Há **comunidades quilombolas**? Caso afirmativo, identificar, quantificar população, localizar em mapa, pegar contatos e textos ou informações disponíveis.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14. Verificar existência de **populações indígenas** no município. Caso sim, localizar e levantar informações acerca do relacionamento com o município (em caso de programa, solicitar uma cópia)

um. \_\_\_\_\_

15. Existem **ações voltadas** para segmentos sociais de interesse específico (como grupos **indígenas, populações ribeirinhas, comunidades de remanescentes de quilombos, pescadores artesanais**)? Quais? Quem são os grupos? Onde eles se localizam? (numero de famílias ou habitantes, nomes de lideranças, contatos e endereços) \_\_\_\_\_



### **Principais características municipais**

16. Breve historio do surgimento, ocupação e evolução da ocupação do território do município ( solicitar cópia ou local onde possa estar disponível esta informação)

17. **Lista dos Distritos, bairros rurais, principais núcleos povoados** (ou comunidades) do município: (estimar quantidade da população; identificar distância da sede municipal; localizar em mapa – solicitar uma cópia ou indicar as **localidades que se situam próximas ao empreendimento**);

18. **Tendências migratórias:**

a. Existe algum fluxo migratório para o município recente? Caso sim, motivado por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

b. Há migração para fora do município? Os que saem vão para onde e por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### **Zoneamento ou uso de território**

19. Identificar as categorias a seguir especificando: nome, **principais atividades desenvolvidas, localização, histórico de ocupação, padrão construtivo e situar em relação ao traçado– ir até os locais e fotografar:**

a. **áreas industriais** atuais ou previstas: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

b. área de **expansão urbana**:

---

---

---

c. áreas de **loteamento**:

---

---

---

d. áreas de **assentamentos**

rurais:

---

---

---

---

20. **Estrutura fundiária** do município:

a. Identificação o predomínio de **uso e tamanho de propriedade** ( informar o módulo rural mínimo):

---

---

---

b. Principais tendências de alteração na estrutura fundiária do município:

---

---

---

c. Verificar se existem dados municipais a respeito da estrutura fundiária local ( caso sim, solicitar cópia – identificar fonte e contanto dos responsáveis).

**21. Conflitos agrários:**

a. Levantar históricos de conflitos agrários e tensões sociais no município (informar o **local de ocorrência, período e motivo**, com enfoque na região atravessada pelas LTs):

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**22. Há ocupações de terras e/ou assentamentos de movimentos sociais?** Identificar e Localizar os que situam próximos ao traçado:

---

---

---

---

---

**Atividades Econômicas e Finanças Municipais**

**23. Quais são as principais atividades econômicas urbanas e rurais atualmente?**

---

---

---

**24. Quais os setores da economia que empregam mais trabalhadores?** ( )

agropecuária ( ) turismo rural ( ) reflorestamento ( ) indústria ( ) comércio ( ) serviços e outros: \_\_\_\_\_

---

25. Caracterizar a **mão de obra disponível** localmente (na sede e em todo o município, com enfoque na qualificação e grau de escolaridade):

26. Orçamento Municipal atualizado: **principais fontes de arrecadação.**

27. Identificar **centros regionais** fornecedores de mercadorias e serviços para município:\_\_\_\_\_

28. Existem projetos de investimento privado de porte no município.

Quais?\_\_\_\_\_

29. Verificar existência de **aeródromos** no município, homologados ou não? Quais são os principais usuários do aeródromo? ( )Sim ( )Não

30. Há atividade de **mineração** ou projetos de exploração de recursos minerais? Quais são? Onde ficam? Explora que tipo de minério?

( )Sim ( )Não

### **Saúde**

31. Caracterização da **incidência de endemias**, sobretudo de:

a. malária ( )Sim ( )Não

b. dengue ( )Sim ( )Não

- c. febre amarela ( )Sim ( )Não  
d. Leishmaniose ( )Sim ( )Não  
e. doenças sexualmente transmissíveis ( )Sim ( )Não  
f. outras com incidência significativa: -

---

---

32. Identificar **hospitais de referência** e estrutura para remoção regionais utilizadas:

---

---

---

33. Principal **causa de morte** infantil e adulta:

---

---

---

34. Caracterizar a **infraestrutura** local do setor de saúde:

a. porte:

---

---

b. onde se localizam as unidades de  
saúde: \_\_\_\_\_

---

c. existência de leitos de UTI: ( )Sim ( )Não Quantos?

---

---

d. unidades vinculadas ao SUS: ( )Sim ( )Não Quantos?

---

---

e. unidades da rede privada: ( )Sim ( )Não Quantos?

---

---

f. número de médicos:

---

---

g. número de outros profissionais de saúde:

---

---

h. Número de **agentes comunitários e área** de atuação desses agentes: \_\_\_\_\_

---

---

i. Avaliação da suficiência do atendimento atual:

---

---

---

---

j. Unidades da **SVS** – Secretaria de Vigilância Sanitária e atuação desta unidade:

---

---

---

---

---

### **Educação**

35. Pegar lista das escolas, números de matrícula e localização (para verificar a distancia das escolas em relação ao traçado e aos locais de alojamento de trabalhadores) ( )Sim ( )Não

---

---

36. Existe alguma política ou ação educacional diferenciada nas escolas dos municípios (educação ambiental – educação indígena – quilombola – agrícola)? ( )Sim ( )Não

---

---

37. Existem cursos técnicos e profissionalizantes no município? Quais são e quais as entidades que oferecem? ( )Sim ( )Não \_\_\_\_\_

38. Identificar carências atuais, incluindo os locais onde a população do município busca serviços educacionais? \_\_\_\_\_

**Infra – estrutura**

39. Quais os **serviços de transporte (rodoviário, fluvial e aéreo)** disponíveis? Quais as principais **rotas, empresas e frequências**? Identificar a nível local (entre a zona rural e urbana) e regional (principais destinos)

40. Existem projetos de **hidrovias** ou ampliação de capacidade de navegação fluvial? Quais são? Identificar os rios e demais informações sobre o projeto. ( )Sim ( )Não \_\_\_\_\_

41. Há projetos de **abertura de sistemas viários**? Quais? (informações sobre extensão, localização, data de conclusão, instituição responsável)  
( )Sim ( )Não \_\_\_\_\_

42. Equipamentos públicos (captação de água; ETA; captação e lançamento de esgoto, ETE; subestação de energia; aterro sanitário ou lixão; cemitérios, etc.): localizar em mapa, em particular destacar aqueles que se situam ao longo ou próximos ao traçado.

### **Segurança Pública**

43. Caracterizar **infra – estrutura e serviços de segurança pública existentes**, identificando as **dificuldades e demandas atuais** (numero e localização dos postos policiais, efetivo, principais ocorrências, abrangência ou jurisdição, formas de atendimento) Ex: quando há uma ocorrência na zona rural, como a população chama a policia e quanto tempo demora para atender ao chamado?

Identificar a existência – numero de unidade – localização e área de atuação:

- Exercito: ( ) Sim ( ) Não

---

---

- ou outra instituição de apoio a segurança pública?

---

---

- Postos de defesa civil: ( ) Sim ( ) Não

---

---

- Unidades do corpo de bombeiro: ( ) Sim ( ) Não

---

---

- Brigadas de incêndio: ( ) Sim ( ) Não

---

---

- Polícia ambiental: ( ) Sim ( ) Não

---

---

---

---

---

---



### **Sociedade Civil Organizada**

44. Identificar associações, entidades de classe e outras instituições atuantes da sociedade civil organizada. Indicar áreas de atuação. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

45. Há ONGs atuando e quais suas formas e áreas de atuação? ( )Sim ( )Não  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

46. Há movimentos sociais atuantes? Quais são? ( )Sim ( )Não  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### **47. Comunicação**

a. Identificar os principais jornais locais e a sua abrangência.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

b. Identificar os principais rádios locais e a sua abrangência.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

c. Recebe sinais de quais emissoras de televisão?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

d. Recebe sinais de celular? Quais operadoras?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---

**Patrimônio Histórico, Cultural e Lazer**

48. Existem, no município, áreas valor histórico e cultural? Há alguma instituição envolvida com o patrimônio histórico-cultural? (identificar e pegar contato)

( ) Sim ( ) Não

---

---

---

---

49. Existem áreas procuradas para prática de lazer e turismo? Quais são os equipamentos de lazer e atrativos naturais (serra, cachoeiras, etc.)?

( ) Sim ( ) Não

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

50. Quais são as principais festas, festejos e comemorações realizadas no município e em que época é realizada?

---

---

---

---

---

---

---

**ANEXO 3.6.5.1 - 2**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA AID**



## ROTEIRO DE ENTREVISTA - AID

### **Principais caracterizações gerais ao longo do traçado**

- a. Identificar as principais atividades econômicas urbanas e rurais atualmente.
- b. Identificar os distritos, bairros rurais, principais núcleos povoados (ou comunidades) rurais ao longo do traçado e identificar as respectivas distância da sede municipal;
- c. Identificar o contingente populacional (Distritos, bairros rurais, principais núcleos povoados as comunidades, fazendas, etc.) ao longo do traçado;
- d. Localizar em mapa as comunidades tradicionais (ribeirinhas, extrativistas, quilombolas, etc) mais significativas, quantificando a população na faixa da AID.
- e. .Identificar (marcar ponto) os equipamentos públicos (captação de água; ETA; captação e lançamento de esgoto, ETE; subestação de energia; aterro sanitário ou lixão; cemitérios, escolas, etc.) que se situam ao longo ou próximos ao traçado.
- f. Identificar principais problemas e carências em serviços público.
- g. Verificar existência de aeródromos na AID, homologados ou não.
- h. Há projetos de abertura de sistemas viários que podem interferir com a diretriz principal do traçado?
- i. Há projetos de exploração de recursos minerais? Quais são?
- j. Existe algum projeto já implantado ou em planejamento que foi objeto de licenciamento ambiental (tanto a nível estadual como federal?)

### **População Local:**

- a. Identificar a população residente existentes das localidades identificadas ao longo do traçado (numero de famílias);
- b. Identificar casos de segunda residência, especificando os respectivos locais;
- c. Identificar usos dos recursos naturais ou atividades desenvolvidas pela população local na AID, incluindo pesca, lazer, medicina natural, entre outras, para subsidiar avaliação de impactos potenciais;

Tendências migratórias:

- a. Existe algum fluxo migratório para o município recente? Caso sim, motivado por quê?
- b. Há migração para fora do município? Os que saem vão para onde e por quê?

### **Uso de território**

- a. Identificar ao longo do traçado:
- b. Culturas sazonais e culturas permanentes e formas de exploração;
- c. Pastagens naturais e/ou cultivadas (tipos e quais são cultivadas);
- d. Áreas com atividades de silvicultura ou extração de produtos florestais;
- e. Áreas legisladas de preservação de vegetação natural;
- f. Unidades de Conservação;
- g. Áreas industriais atuais;
- h. Áreas urbanas e área de expansão urbana;
- i. Áreas de uso indireto indígena ou de comunidades tradicionais;

Estrutura fundiária:

- a. Identificação o predomínio de tipo e tamanho de propriedades ao longo do traçado;
- b. Identificar a relação de propriedade e posse das terras ao longo do traçado;

Conflitos agrários:

- a. Levantar históricos de conflitos agrários e tensões sociais ao longo do traçado.
- b. Há ocupações de terras e/ou assentamentos do MST ou outra entidade? Marcar ponto e caracterizar o local.

## **Uso dos Recursos naturais**

- a. Uso dos Rios
- b. Caracterizar a navegação existente hoje em dia (tipos de embarcação, calado, destino de viagens, horários) e determinações técnicas correspondentes quanto à altura de segurança de cabo / embarcação segundo a NBR 5422;
- c. Caracterizar a pesca existente (locais de pesca “pesqueiros”, freqüência, horário, principais espécies, artes de pesca, embarcações, numero de pescadores por embarcação, finalidade (comercial/subsistência);
- d. Identificar e caracterizar as Áreas de Lazer e praias sazonais;
- e. Existem projetos de ampliação de capacidade de previstos (dragagem e novas rotas de deslocamento).

### Árvores e Plantas exploradas:

- a. Período (calendário extrativista);
- b. Manejo e formas de utilização (caule, folha, flor, fruto e tempo para regeneração);
- c. Utilização e beneficiamento (para que serve e como é feito);
- d. Sistema de Produção (familiar, agroindustrial, assalariado, etc)
- e. Destino da produção e formas comercialização. Identificar os intermediários e pontos de venda dos produtos;

### Animais:

- a. Identificar os animais utilizados na Caça (alimentação e comercialização: pele, abate)

## **Infraestrutura Física**

### Transporte

- a. Identificar quais os serviços de transporte (rodoviário, fluvial e aéreo ) disponíveis.
- b. Identificar as principais rotas, empresas, freqüências e tempo do trajeto?

\* O sistema viário existente apresenta superposição com o traçado proposto para o empreendimento?

Sistema de abastecimento ou captação de água:

- Qual a empresa responsável pelo abastecimento de água no município?
- Onde é feita a captação?
- Como é fornecida a população? ( ) rede geral ( ) cisterna ( ) poço ( ) outros

Sistema de Esgotamento Sanitário:

- Qual a empresa responsável pelo tratamento?
- Onde é feito o tratamento do esgoto? ( ) não existe ( ) estação de tratamento ( ) outro:
- E pelo tratamento? Apontar os problemas e deficiências do sistema

Sistema de coleta de lixo:

Identificar qual empresa é responsável e como é feita a coleta, o transporte e a disposição final do lixo.

Comunicação

- Identificar os principais meios de comunicação local (jornais, rádios, carro de som, auto-falante, correio) e a sua abrangência.
- Recebe sinais de quais emissoras de televisão?
- Recebe sinais de celular? Quais operadoras?

### **Segurança Pública**

Caracterizar infra-estrutura e serviços de segurança pública existentes, identificando as principais ocorrências, dificuldades e demandas atuais.

\* Caso haja algum problema e se você precisar de policia, qual a delegacia que você procura?

### **Saúde**

- Caracterizar a infra – estrutura local do setor de saúde:
- porte das unidades;
- onde se localizam as unidades de saúde;
- número de médicos;
- número de outros profissionais de saúde;
- Número de agentes comunitários e área de atuação desses agentes;
- Avaliação da suficiência do atendimento atual.



- h. Unidades da SVS – Secretaria de Vigilância Sanitária e atuação desta unidade.
- i. Identificar hospitais de referência e estrutura para remoção utilizadas.

Incidência de endemias, sobretudo de:

- a. malária
- b. dengue;
- c. febre amarela;
- d. doenças sexualmente transmissíveis;
- e. outras com incidência significativa.

### **Educação**

Quantas e quais os tipos de escolas existentes no povoado?

Identificar carências atuais, incluindo os locais onde a população busca serviços educacionais?

### **Comércio e serviços**

Caracterizar o comércio local existente.

Identificar centros regionais fornecedores de mercadorias e serviços para a localidade.

### **Emprego**

Situação de emprego / desemprego local ? Verificar sazonalidade do emprego.

Caracterizar a mão de obra disponível localmente.

### **Sociedade Civil Organizada**

- a. Identificar associações, ONGs, entidades de classe e outras instituições atuantes da sociedade civil organizada. Indicar áreas de atuação.
- b. Há movimentos sociais atuantes?

### **Turismo, Patrimônio Histórico – Arqueológico, Cultural**

- a. Identificar e localizar áreas procuradas para prática de lazer e turismo? Quais são os equipamentos de lazer e atrativos naturais (serra, cachoeiras, etc.)?
- b. Identificar e localizar áreas de interesse histórico, arqueológico, cultural e paisagístico.
- c. Quais são as principais festas, festejos e comemorações realizadas no local e em que época é realizada?



## **ANEXO 3.6.5.1 - 3**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA DESCRIÇÃO DO TRAÇADO**



## **ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA DE CAMPO – DESCRIÇÃO DO TRAÇADO**

### ***Caracterização das áreas atravessadas pelo traçado***

- 1) HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO**
  - a. De onde vieram:
  - b. Quando e por que:
- 2) CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO**
  - a. Número de famílias/residências (aproximado):
  - b. Tamanho dos lotes:
  - c. Padrão construtivo (predomínio):
  - d. Tipos de propriedade (posse, título, arrendatário, meeiro, parceiro):
  - e. Uso da terra: (sistemas de produção, preços, principais destinos, formas de escoamento da produção e grau de mecanização da produção).
- 3) INFRA-ESTRUTURA**
  - a. Saneamento:
  - b. Água:
  - c. Lixo:
  - d. Saúde (equipamentos e recursos humanos), potencial endêmico:
  - e. Educação (equipamentos e recursos humanos):
  - f. Segurança (posto – ocorrências):
  - g. Lazer:
  - h. Comunicação:
- 4) VIAS DE ACESSO:**
  - a. Principais vias de acesso;
  - b. Rotas e locais de deslocamento (polos locais e regionais);
  - c. Condições das vias de acesso.
- 5) ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE SOCIAL**
  - a. Locais que estejam fora do corredor de 5km que sejam pólos ou centros locais;
  - b. Aeródromos ou aeroportos;
  - c. Áreas de Lazer e Turismo;
  - d. Cemitérios e áreas sagradas;
  - e. Áreas de uso indireto de comunidades indígenas e população tradicional;



### 3.6.5.2. ASPECTOS GEOPOLÍTICOS

Neste item será apresentado o histórico da ocupação e dos projetos de infra-estrutura aplicados à Área de Abrangência Regional (AAR) do empreendimento, que compreende os estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, pertencentes às regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. A AAR, de acordo com o TR emitido pelo IBAMA, tem por referência um recorte geográfico para além da abrangência da All, sobre o qual a Linha e os impactos sinérgicos com outros empreendimentos possam gerar ou sofrer influências. O histórico de ocupação dos Estados em estudo aborda desde as primeiras levas de ocupação não indígena, ocasionando a formação das primeiras unidades administrativas, até a ocupação recente, sempre relacionadas aos grandes projetos de infra-estrutura que impulsionaram o desenvolvimento das regiões nas quais estes estados estão inseridos.

#### a. Histórico de Ocupação da AAR

Os grandes investimentos em infra-estrutura, bem como a implantação de projetos de assentamento, projetos industriais e de mineração foram os fatores determinantes no processo de ocupação e principais vetores de transformação do espaço e da dinâmica social na Amazônia ao longo das últimas décadas. Ora defendidos como condição essencial ao desenvolvimento e à integração da região ao país, ora criticados como vetor de devastação ambiental e fragmentação territorial, esses projetos ainda não foram avaliados adequadamente quanto aos seus custos e benefícios. As decisões sobre as obras jamais foram integradas a um processo abrangente de planejamento multissetorial para a região, o que resultou um padrão errático de intervenções, com grande impacto socioambiental, em que, raramente as vocações econômicas e os interesses das populações regionais foram considerados.

Em geral, tais políticas de desenvolvimento se resumiram a ações de indução passiva de investimentos por grandes empresas, a exemplo dos incentivos fiscais e creditícios da antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e do Banco da Amazônia – BASA, ou a investimentos em grandes estradas à frente da demanda.

O “boom” das grandes políticas de desenvolvimento implementadas na Amazônia ocorreu a partir da década de 60. Na visão dos governos militares, a Amazônia deveria ser ocupada e explorada com o objetivo de reafirmar a soberania nacional e de acelerar o crescimento econômico do país. As principais estratégias foram estabelecidas com a criação da SUDAM (1966); a criação do Banco da Amazônia – BASA; da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA e da implantação da “Operação Amazônia”.

A Operação Amazônia se sustentava sobre o seguinte tripé: i) incentivos fiscais e financeiros, para atrair capital privado, ii) política de terras, para solucionar o problema

da posse da terra em outras regiões e também para ampliar as áreas de utilização agrícola e iii) infra-estrutura de telecomunicações e estradas, viabilizando as primeiras. Através dessas estratégias, os governos militares buscaram promover o processo de desenvolvimento regional.

Ao longo de um período de 20 anos, foram tomadas medidas para implementação dessas políticas e de seus projetos (Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, Projetos Demonstrativos - PDA, POLAMAZÔNIA, entre outros), que resultaram na construção das principais rodovias federais e estaduais (Belém-Brasília, Transamazônica, Santarém-Cuiabá) e das principais hidrelétricas da região, além da criação da Zona Franca de Manaus (1967), dos principais projetos de colonização (década de 70) e dos grandes projetos para uso dos recursos naturais da região, como o Porto Trombetas, o Projeto Carajás e ainda o Projeto Jari (todos na década de 80).

O deslocamento de pessoas para fora do setor agrícola, por conta das inúmeras ofertas de empregos, criadas nesse período em outros municípios e/ou em outros setores (indústria, comércio, ou mesmo para áreas de garimpos que proliferaram bastante nessa época), assumiu proporções importantes na região amazônica como um todo, uma vez que um grande contingente da população de vários municípios “correu” para os grandes centros (num ascendente processo de urbanização de cidades como Belém e Manaus), buscando os benefícios desses projetos (Oliveira, 1983 Miranda Neto, 1986 *apud* Oliveira 2002).

A formação de eixos de transporte decorrentes do processo de integração terrestre e fluvial do território atraiu investimentos públicos e privados, definindo uma espécie de macro-zoneamento de fato da região. Estabeleceu-se a concentração dos migrantes e os núcleos urbanos, induzindo à forte pressão sobre o meio ambiente em termos de desmatamento, queimadas e conflitos fundiários.

Além dos nordestinos que migraram para a região nos séculos XIX e XX, nas últimas décadas, chegaram migrantes do Sul e do Sudeste do Brasil, especialmente na Amazônia Ocidental. Entre os migrantes estrangeiros, destacam-se os japoneses, que desempenharam importante papel na agricultura do município de Alenquer, na margem esquerda do rio Amazonas, enquanto nas fronteiras, há trocas constantes nos dois sentidos com países vizinhos, da Bolívia à Guiana Francesa.

Tanto a atração de capitais voltados à transformação modernizadora da economia regional, quanto a imigração espontânea, na esteira das novas estradas e cidades, resultaram na multiplicação de expectativas contraditórias de controle sobre recursos naturais, subitamente abertos à apropriação. Tal posição contrastava com a fragilidade, ou mesmo ausência, de uma estrutura de regulação adequada. A presença do governo federal era, em geral, incipiente. Quando presentes, as instituições federais eram, não raro, capturadas por grupos dominantes, o que acirrava a grave crise de legitimidade.



Governos estaduais e municipais não dispunham nem da autoridade política e nem dos meios para estruturarem as demandas conflitantes nos limites do marco legal e no âmbito da negociação política. O nível de organização da sociedade era baixo e as regras e convenções, cruciais ao diálogo e à solução pacífica de conflitos, virtualmente inexistentes.

A partir da década de 90, foram incentivadas e redirecionadas algumas políticas agrícolas, tendo como pano de fundo a valorização da agricultura familiar. Um exemplo foi a criação de novas linhas de crédito, menos burocratizadas, em contraponto às inúmeras linhas de crédito acessíveis somente aos produtores mais capitalizados. A nova política do governo para o campo levou a um aumento no volume de recursos aplicado no setor agrícola nacional.

Por outro lado, faltam condições infra-estruturais básicas para viabilizar a economia local, principalmente em termos de acesso à energia, manutenção de estradas vicinais e ramais, melhora da confiabilidade e segurança do transporte fluvial, acesso a comunicações, capacidade de estocagem e boa conservação dos produtos.

Tem se observado notável efeito das políticas públicas, em particular aquelas associadas à infra-estrutura, nas expectativas dos diversos segmentos sociais. A simples possibilidade de novas estradas vem produzindo intensa mobilização de agentes, que procuram garantir primazia no acesso aos recursos.

## **(1) Rondônia**

O processo de povoamento do espaço físico que constitui o estado de Rondônia começa no século XVIII, durante o ciclo do ouro, quando mineradores, comerciantes, militares e padres jesuítas fundam os primeiros arraiais e vilas nos vales dos rios Guaporé e Madeira.

A decadência desse ciclo de produção aurífera causou a involução populacional desses arraiais, vilas e cidades surgidas no auge deste ciclo, com o êxodo dos portugueses e paulistas, que formavam o topo da sociedade da época. Ficaram apenas os negros remanescentes do escravismo, os mulatos e os índios já aculturados.

No século XIX, o primeiro ciclo da borracha, em sua fase primária, atraiu basicamente nordestinos e bolivianos para o trabalho nos seringais, mas não gerou núcleos de povoamento nesse espaço geográfico, tendo em vista que se tratava de um sistema de produção voltado para a exportação, cujos principais núcleos localizavam-se em Manaus (Amazonas) e Belém (Pará).

A construção e o funcionamento da Ferrovia Madeira-Mamoré, e das Estações Telegráficas da Comissão Rondon, geraram os sub-ciclos Ferroviário e o do Telégrafo,

que atraíram povoadores para as terras rondonienses, originários de várias regiões brasileiras e de outros países, que se fixaram e formaram núcleos urbanos.

As estações telegráficas da Comissão Rondon atraíram, principalmente, mato-grossenses, paulistas e nordestinos, que trabalhavam nos serviços de telegrafia, e acomodavam-se em suas cercanias, gerando pequenos núcleos urbanos, como Ariquemes, Presidente Pena ou Urupá, Pimenta Bueno e Vilhena.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré atraiu vários contingentes migratórios destinados ao trabalho nas obras da ferrovia, nos setores técnicos e administrativos da empresa construtora, com seus diversos ramos de exploração, comercialização e serviços, além do comércio que se formava ao redor.

Nesta fase de imigrações, instalaram-se, em terras rondonienses, notadamente nos núcleos urbanos de Porto Velho, Jacy-Paraná, Mutum-Paraná, Abunã, Guajará-Mirim e Costa Marques, turcos, sírios, judeus, gregos, libaneses, italianos, bolivianos, indianos, cubanos, panamenhos, porto-riquenhos, italianos, barbadianos, tobaguenses, jamaicanos.

A migração ocorreu com a fixação de nordestinos procedentes dos estados do Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba, além de amazonenses, paraenses e mato-grossenses.

O segundo ciclo da Borracha, iniciado em 1942, foi diferente do primeiro e encontrou a região com sua infraestrutura em fase de consolidação. Os povoadores dos seringais eram nordestinos, divididos em duas categorias, os seringueiros civis e os soldados da borracha, estes, incorporados ao Batalhão da Borracha.

Os núcleos urbanos desenvolveram-se. O sistema de saúde pública melhorou consideravelmente e as ações de governo estenderam-se para o interior. A geopolítica regional passou por total transformação, tendo em vista a criação do Território Federal do Guaporé, em terras desmembradas dos estados do Mato Grosso e do Amazonas.

Em 13-09-1943, foi criado o Território Federal do Guaporé, posteriormente denominado Rondônia, tendo como capital o município de Porto Velho, condição conservada quando da elevação do Território à categoria de Estado, em 1981.

Nesse período, as estações telegráficas da Comissão Rondon funcionavam como receptores de uma ocupação humana rural-rural, procedente do Mato Grosso, destinada à pecuária, formando grandes latifúndios, onde funcionavam antigos seringais.

O ciclo do Diamante promoveu mudanças substanciais na ocupação humana e desenvolvimento dos povoados de Rondônia (hoje Ji-Paraná) e Pimenta Bueno,

enquanto o ciclo da Cassiterita expandiu a ocupação humana no espaço físico que compreende as microrregiões de Porto Velho e Ariquemes.

O ciclo da Agricultura, cuja atração migratória começou desordenadamente em 1964, fixou em Rondônia contingentes migratórios procedentes do Mato Grosso, Goiás, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, Acre e do Nordeste, destacando-se os estados do Ceará, Bahia, Piauí, Paraíba e Sergipe.

Após o golpe militar de 1964, os novos líderes do Brasil aumentaram o nível de intervenção federal na região amazônica. Nessa época os planos estratégicos do governo para a região foram inspirados por uma doutrina geopolítica que tratava a região como um imenso “vazio demográfico” que precisava ser ocupado, inclusive por motivos de “segurança nacional” conforme o lema “ocupar para não entregar”. E, simultaneamente, a região era vista pelo regime militar como uma enorme fronteira de riquezas naturais. A ser incorporada ao crescimento da economia nacional, (Becker 1990 *apud* AIRES 2003: P.9).

Com a intenção de facilitar o acesso à terra e outros recursos naturais, o governo federal criou incentivos fiscais financiados pelo BASA – Banco da Amazônia e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para incentivar os setores industriais, inclusive empresas estrangeiras, a atuar como agentes de desenvolvimento junto ao governo federal na região amazônica.

Durante a administração do General Médici, o governo criou o Programa de Integração Nacional – PIN, com o *slogan* “terras sem homens para homens sem terras”. O programa previa o assentamento de mais de 100.000 famílias, sob a responsabilidade do Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária – INCRA, (MODESTO 1983 *apud* Aires 2003: 10).

Com a abertura da BR-364 e as notícias oficiais e informais sobre terras férteis e baratas em Rondônia, provocou-se um surto migratório, que fez a população do Estado saltar de 113.000 para 500.000, entre as décadas de 70 e 80. Os migrantes, quase em sua totalidade, eram pequenos agricultores. Porém, a ocupação acelerada levou à simbiose entre agricultores, posseiros e madeireiros, onde as madeiras eram trocadas pela abertura de carreadores para o seu escoamento e para o transporte dos agricultores migrantes, (HOMMA *apud* MORAN 1981).

As microrregiões formadas pelos municípios de Vilhena, Pimenta Bueno e Rolim de Moura receberam migrantes mato-grossenses, gaúchos e paranaenses, em sua maioria. As microrregiões formadas pelos municípios de Cacoal, Presidente Médici e Ji-Paraná receberam gaúchos, paranaenses, paulistas e nordestinos, em sua maioria.

Migrantes capixabas, paranaenses, mineiros e baianos formam a maioria dos que se fixaram nas microrregiões de Ouro Preto, Jaru e Ariquemes.

As regiões de Porto Velho e Guajará-Mirim receberam povoadores, mas em menor escala e de categorias diferentes, considerando-se que o ciclo da Agricultura atraiu, em princípio, uma migração rural-rural, para, em seguida, migrantes de características rural-urbana.

## **(2) Mato Grosso**

A região onde hoje se encontra o Estado de Mato Grosso tem sua base econômica assentada na atividade agropecuária, em um sistema onde predominam médias e grandes propriedades, com expressiva produção mercantil de carne, leite, grãos, algodão e cana-de-açúcar. A economia agrícola determina o processo de desenvolvimento, desdobrando-se em atividades industriais e de serviços direcionadas ou decorrentes da agropecuária. A agricultura da região é realizada, em geral, com bases tecnológicas avançadas, em que se destacam o uso da mecanização, o trato cultural e a irrigação, em médias e grandes propriedades rurais, com baixa utilização de mão-de-obra.

Apesar das diferenças internas encontradas na região Centro-Oeste, ela apresenta uma considerável homogeneidade em seu crescimento histórico, tendo mantido, até o último quarto do século XX, características da sociedade rural tradicional, apresentando significativo crescimento no último quarto de século, impulsionado por investimentos privados no agronegócio, principalmente em função do *boom* da soja na região do cerrado, ocorrido a partir dos anos 80.

O processo de organização político-administrativa de Mato Grosso ocorreu a partir de 1724, com o estabelecimento do distrito de Cuiabá, que veio a se constituir em seu primeiro município. Mato Grosso englobava os atuais estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul. Durante a vigência do Estado Novo, pelo Decreto nº 5.812, de 13, de setembro de 1943, foram desmembrados de Mato Grosso os territórios federais de Ponta Porã e Guaporé (hoje Estado de Rondônia). O território federal de Ponta Porã voltou a reintegrar o Estado, em virtude do Artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946.

Segundo Oliveira (1997 *apud* Ecology Brasil 2005), até os anos 30 do século XX, menos de 20% das terras do Centro-Oeste eram ocupadas. No primeiro governo de Getúlio Vargas, a migração para a região foi estimulada com o discurso da “Marcha para o Oeste”, em que trabalhadores e agricultores nacionais e estrangeiros foram

estimulados a migrarem para núcleos de colonização ali instalados. Entretanto, os resultados da ocupação da região não foram significativos.

A região centro-oeste manteve, até a década de 1960, seu caráter essencialmente rural, apresentando um acentuado vazio demográfico e estabelecendo ténues relações comerciais com os principais centros do país. As características climáticas, associadas à boa aptidão do cerrado para a formação de pastagens, fizeram com que a pecuária extensiva em pastagens naturais se mantivesse, por longos anos, como a forma predominante de utilização das terras na região, ao lado da exploração de recursos minerais, atividades que representaram o motor da ocupação desse território, em que viviam populações indígenas, como testemunham os diversos sítios arqueológicos nele existentes.

A partir da ascensão de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, em 1956, foi iniciada a construção da nova capital da República, exatamente com o objetivo de incentivar o desenvolvimento das regiões centro-oeste, norte e nordeste do país. Simultaneamente, inicia-se a construção da rodovia Belo Horizonte – Brasília. Paralelamente, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM - foram implantadas medidas voltadas para o incentivo à ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste. Houve atração de trabalhadores de todo o país, que se refletiu em forte crescimento de toda a região de entorno da nova capital e da nova rodovia e a ampliação de processo migratório para o Centro-Oeste.

De acordo com Oliveira (1997 *apud* Ecology Brasil), durante a década de 60, a região passou a receber grande número de migrantes que se deslocavam para as regiões ao sul de Mato Grosso e Goiás. Os pequenos agricultores enfrentaram dificuldades para se fixarem nas áreas iniciais de expansão de fronteira agrícola ao sul do Centro-Oeste, onde se estabeleceram grandes propriedades. Assim, os deslocamentos das frentes demográficas foram direcionados para o Estado do Mato Grosso, que se encontra mais distante do eixo central do país.

Os incentivos decorrentes dos programas conduzidos pelo Poder Público, a partir deste momento, sobretudo através do crédito subsidiado, visando à ocupação do Cerrado, atraíram contingentes importantes de agricultores detentores de conhecimentos técnicos e de meios de produção, sobretudo oriundos da região Sul do país, que, fazendo uso do crédito estatal, introduziram um novo padrão de reestruturação do espaço territorial na região Centro-Oeste, ampliando a produção agrícola, principalmente de grãos, em que se destacava o arroz.

Dois tipos de produtores se distinguem nesse contexto: *“Aqueles provenientes do Sul, que reproduzem o capital trazido, transformando-se em empresários rurais, através da abundância de crédito e infraestrutura de armazenagem, e os pequenos produtores,*

*que não podendo usufruir da política creditícia, cedem lugar à concentração capitalista (de terras ou de produção)” (Idem, s.d:10).*

A economia tradicional da pecuária extensiva, do extrativismo vegetal e do garimpo sobrevive paralelamente às novas configurações da vida rural que vão ganhando força em todo o Centro-Oeste a partir dos anos 60.

Pela Lei Complementar n 31 de 11 de outubro de 1977 foi criada nova unidade federativa no Brasil, o Estado de Mato Grosso do Sul, como parte desmembrada do Estado de Mato Grosso.

A partir da década de 80, com o crescimento da importância da economia da soja e sua expansão para o Centro-Oeste, em grande parte devido às pesquisas realizadas pela EMBRAPA em busca de variedades da soja adaptáveis às condições ambientais do Cerrado, o desenvolvimento regional veio a efetivamente se consolidar.

O intenso processo de crescimento da soja vai capitanear o desenvolvimento do agro-negócio no Estado de Mato Grosso, reunindo indústrias e serviços a montante e a jusante da produção e promovendo uma forte mecanização das práticas agrícolas. De outro lado, a modernização da agricultura acarretou a exclusão dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, uma vez que reduziu drasticamente a utilização do fator trabalho e inviabilizou a ocupação dessas áreas pela agricultura familiar. Em grande a área, predomina a agricultura mecanizada em alto nível tecnológico, com aplicação de corretivos e de fertilizantes, sendo muito comum o uso da irrigação, principalmente nos platôs, com sistemas de pivôs centrais. Os elevados custos de produção associados às culturas locais, em decorrência das deficiências trazidas pelo clima e pelos solos da região, a predominância da monocultura (soja, milho, cana-de-açúcar e algodão) e a alta produtividade obtida, deram origem a uma concentração do agro-negócio na região, implicando na exclusão do pequeno agricultor familiar e do trabalhador agrícola.

Sobretudo a partir dos anos 90, observa-se um crescimento dos conflitos agrários na região, marcados por invasões de terras pelo Movimento dos Sem Terra – MST, dando origem a um número significativo de assentamentos rurais da reforma agrária.

### **(3) Goiás**

O Estado de Goiás caracteriza-se como uma região de produção de grãos, principalmente soja e milho, consolidada com o processo de modernização agrícola brasileiro adotado a partir da década de 70.

Em 1683, Bartolomeu Bueno da Silva, à frente de numerosa bandeira, chegou até o rio das Mortes, seguindo o roteiro que Manuel Correia traçara em 1647. Ali, com o auxílio

do bandeirante Pires de Campos, que lhe indicou um guia, atingiu as cabeceiras de um rio que depois se chamou rio Vermelho. Foi nesse local que Bartolomeu usou a artimanha do prato de aguardente com fogo para impressionar os nativos, sendo cognominado Anhanguera - diabo velho. De regresso, além de ouro, trouxe grande numero de índios cativos.

Cerca de quarenta anos depois, Bartolomeu Bueno da Silva Filho foi incumbido, pelo governo de São Paulo, de chefiar uma bandeira de cem homens, com o fim de localizar o lugar onde estivera com seu pai. Tendo encontrado o aldeamento dos índios guaiases, ou Goiás, e vestígios da roca cultivada pelo Anhanguera, fundou, em 1726, o arraial da Barra, hoje Buenolândia, e no ano seguinte, os de Ouro Fino, Ferreiro e Santana, originando-se deste ultimo a cidade de Goiás, que foi sede administrativa da Capitania e do Estado de Goiás, de 1744 ate 1937.

Os primeiros migrantes para a região do estado de Goiás vieram, principalmente, em busca da mineração do ouro. Segundo Aguiar (2003 *apud* Ecology Brasil 2005), as primeiras viagens para Goiás ocorreram no século XVII, mas o interesse maior pela região foi a partir de 1726, com a descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas. Desta forma, o ouro passou a ser o primeiro elemento catalisador da vida econômica do povo goiano, que teve o seu apogeu de 1726 a 1778, decaindo em seguida. Nessa época, abriu-se uma frente de colonização, vinda principalmente de Minas Gerais, em direção a essa região. Com a estagnação e a decadência da mineração de ouro, surgiram fazendas direcionadas principalmente à pecuária, ainda no século XVII, como alternativa econômica para a região, afirmando uma vocação do estado para a produção pecuária.

A primeira capital goiana tinha sido escolhida quando a Província era aurífera. Posteriormente, ficou demonstrado que a criação do gado e a agricultura passaram a ser fatores preponderantes no desenvolvimento. Em 23 de março de 1937, foi assinado o Decreto nº 1816, transferindo a capital estadual da Cidade de Goiás para a de Goiânia.

A partir de 1935, a construção da estrada de ferro, cruzando o rio Paranaíba e atingindo a cidade de Anápolis, marcou uma nova fase do processo de ocupação da região. Até a década de 1960, a região Centro-Oeste, na qual está inserido o Estado de Goiás, manteve seu caráter essencialmente rural, com vazio demográfico e tênues relações comerciais com os principais centros do país. A partir de 1956, com Juscelino Kubitschek presidente do Brasil, foi iniciada a construção de Brasília, objetivando incentivar o desenvolvimento das regiões centro-oeste, norte e nordeste do país. Simultaneamente, teve início a construção da rodovia Belo Horizonte – Brasília. Paralelamente, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia –

SUDAM, foram implantadas medidas voltadas para o incentivo à ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste.

Esses eventos provocaram um intenso processo de atração de trabalhadores de todo o país, que se refletiu em forte crescimento de toda a região de entorno da nova capital e da nova rodovia e a ampliação de processo migratório para o Centro-Oeste. Neste momento, é particularmente significativo o crescimento observado nas regiões Sudoeste e Centro-Sul de Goiás. Leite, ao estudar a região Centro-Sul, apontou que a “área agropecuária modernizada de Goiás evoluiu para uma economia de mercado, a partir do desenvolvimento urbano e regional dos mercados de Goiânia, Anápolis e Brasília. A pecuária é leiteira, gerando a ocorrência de muitas unidades industriais de transformação (cooperativas de leite e indústria de laticínios).” (Leite, s.d:8).

De acordo com Shiki (1997 *apud* Lima 2008:4), a agricultura intensiva, com utilização de alto padrão tecnológico e da mecanização tratorizada em extensas áreas, principalmente na cultura da soja, tomou impulso na década de 80. As bases deste processo foram alicerçadas na década de 70, com os programas públicos de crédito rural e ocupação de regiões de fronteiras agrícolas, mas, apenas na década de 80, têm-se uma alteração de base e o processo de modernização altera toda a estrutura produtiva da região.

O setor sucroalcooleiro beneficiou-se, no Estado de Goiás, dos incentivos fiscais e do Programa “Produzir”, que tem potencializado os investimentos. Além disso, o estado de Goiás apresenta terras baratas, com preço de arrendamento considerado baixo em relação aos outros estado e áreas propícias, principalmente da pecuária extensiva, que podem ter sua ocupação otimizada. Todos os fatores parecem indicar que este processo terá uma continuidade e tende a agravar a gestão do território em Goiás.

#### **(4) Minas Gerais**

O desbravamento da região que hoje corresponde ao Estado de Minas Gerais teve início no século XVI, por entradas que partiam da Bahia em busca de ouro e pedras preciosas. Em 1720, a região foi dividida em Capitania de São Paulo e Capitania de Minas Gerais. Na primeira metade do século XVIII, a região tornou-se o centro econômico da colônia, com rápido povoamento, com destaque para as chamadas Vilas do Ouro - Ouro Preto, Mariana, Serro, Caeté, São João del-Rei, Pitangui, Sabará e São José do Rio das Mortes. No entanto, a produção aurífera começou a cair por volta de 1750, o que levou Portugal a buscar meios para aumentar a arrecadação de impostos, provocando a revolta popular, que culminou na Inconfidência Mineira, em 1789.

A decadência do ouro levou ao esvaziamento das vilas mineradoras, com o deslocamento das famílias e seus escravos para outras regiões, o que expandiu as fronteiras da capitania, antes restritas à região das minas.



Encerrada essa fase, a política de isolamento, antes imposta à região mineradora como forma de exercer maior controle sobre a produção de pedras e metais preciosos, ainda inibia o desenvolvimento de qualquer outra atividade econômica de exportação, forçando a população a se dedicar a atividades agrícolas de subsistência. Por décadas, apesar dos avanços alcançados na produção de açúcar, algodão e fumo para o mercado interno, as atividades produtivas continuaram restritas às grandes fazendas, autárquicas e independentes.

No fim do século XVIII, começou a ocupação das atuais regiões da Zona da Mata, Norte de Minas e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A expansão dos limites de Minas Gerais continuou ao longo do século XIX. Em 1800, definiu-se a divisa com o Espírito Santo, que foi estendida até a Serra dos Aimorés. Em 1816, as atuais regiões do Triângulo e Alto Paranaíba foram incorporadas a Minas Gerais, transferidas da Capitania de Goiás. Em 1824 o atual Noroeste de Minas deixou de pertencer a Pernambuco e foi incorporado a Minas. Já a divisa com o Rio de Janeiro, estabelecida sem muita precisão desde 1709, foi fixada em 1843, e, em 1857, o Vale do Jequitinhonha foi definitivamente transferido da Bahia para Minas Gerais.

A decadência da produção aurífera nas últimas décadas do século XVIII desencadeou um movimento migratório das vilas do ouro para outras áreas da Capitania das Minas Gerais. A estagnação econômica da província, bem como de toda a colônia, continuava e somente foi rompido com o surgimento de uma nova e dinâmica atividade exportadora, o café.

Nos primeiros anos do século XIX, as lavouras de café da Capitania do Rio de Janeiro atingiram Minas Gerais pelos vales dos afluentes do Rio Paraíba do Sul. Localizaram-se, inicialmente, na Zona da Mata, nas fazendas dos seus desbravadores, cujas famílias eram oriundas das regiões de Vila Rica, do Serro e do Sul de Minas.

Rapidamente, a cafeicultura se difundiu, transformando-se na principal atividade da Província de Minas Gerais durante o Brasil Império e agente indutor do povoamento e do desenvolvimento da infraestrutura de transportes e de energia. A prosperidade trazida pelo café ensejou um primeiro surto de industrialização, reforçado, mais tarde, pela política protecionista implementada pelo Governo Federal, após a Proclamação da República Brasileira.

Juiz de Fora despontava como a principal cidade mineira à época, estimulada pela imigração de alemães e italianos para trabalhar nas fazendas e nas fábricas. Construíram-se as primeiras usinas hidroelétricas, ferrovias e rodovias de Minas Gerais - com destaque para as pioneiras Estrada União e Indústria e Usina de Marmelos - e foram fundadas as primeiras instituições bancárias.

As indústrias daí originadas eram de pequeno e médio porte, concentradas, principalmente, nos ramos de produtos alimentícios (laticínios e açúcar), têxteis e siderúrgicos. No setor agrícola, em menor escala, outras culturas se desenvolveram, como o algodão, a cana-de-açúcar e cereais.

O predomínio da cafeicultura só vai se alterar, gradualmente, no período de 1930 a 1950, com a afirmação da natural tendência do Estado para a produção siderúrgica e com o crescente aproveitamento dos recursos minerais. Ainda na década de 50, no processo de substituição de importações, a indústria ampliou consideravelmente sua participação na economia brasileira. Um fator que contribuiu para essa nova realidade foi o empenho governamental na expansão da infraestrutura - sobretudo na área de energia e transportes - cujos resultados se traduziram na criação, em 1952, da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e no crescimento da malha rodoviária estadual, com destaque para a inauguração da Rodovia Fernão Dias (BR-381), que liga Belo Horizonte a São Paulo, no fim da década.

Na década de 60, a ação do Governo cumpriu papel decisivo no processo de industrialização, ao estabelecer o aparato institucional requerido para desencadear e sustentar o esforço de modernização da estrutura fabril mineira.

A eficiente e ágil ofensiva de atração de investimentos, iniciada no final da década de 1960, encontrou grande ressonância junto a investidores nacionais e estrangeiros. Já no início da década de 1970, o Estado experimentou uma grande arrancada industrial, com a implantação de inúmeros projetos de largo alcance sócio-econômico. O parque industrial mineiro destacou-se nos setores metal-mecânico, elétrico e de material de transportes.

Entre 1975 e 1996, o Produto Interno Bruto (PIB) mineiro cresceu 93% em termos reais. Em igual período, o País registrou um crescimento de 65%. Esse relevante desempenho verificou-se, sobretudo, no setor de transformação e nos serviços industriais de utilidade pública. Na indústria extrativa mineral, a supremacia mineira durou até 1980, quando o País passou a explorar, entre outras, as jazidas do complexo Carajás. Entretanto, em 1995, o Estado ainda respondia por 26% do valor da produção mineral brasileira do setor de metálicos

## **(5) São Paulo**

A fundação de São Paulo insere-se no processo de ocupação e exploração das terras americanas pelos portugueses, a partir do século XVI. Inicialmente, os colonizadores fundaram a Vila de Santo André da Borda do Campo (1553), constantemente ameaçada pelos povos indígenas da região. A data oficial reconhecida para a fundação da cidade de São Paulo é a da conversão de São Paulo, 25 de janeiro de 1554, quando foi rezada a primeira missa no local do colégio fundado pelos jesuítas Manoel da

Nóbrega e José de Anchieta, que se chamou "Colégio São Paulo de Piratininga", dando origem ao povoado que se formou ao seu redor.

Em 1681, São Paulo foi considerada cabeça da Capitania de São Paulo e, em 1711, a Vila foi elevada à categoria de Cidade. Apesar disso, até o século XVIII, São Paulo continuava como um quartel-general de onde partiam as "bandeiras", expedições organizadas para apresar índios e procurar minerais preciosos nos sertões distantes.

Durante os três primeiros séculos de colonização, o número de índios e mamelucos superava em muito o de europeus. Até meados do século XVIII, predominava entre a população uma "língua geral" de base tupi-guarani, sendo essa língua franca a mais falada em toda a região. Após a Independência, em 1822, os africanos representavam algo em torno de 25% da população, e, os mulatos, mais de 40%. Era já então insignificante a presença de índios nas zonas ocupadas pela colonização, e em especial nas lavouras de açúcar, implantadas com êxito no litoral norte e na região entre Itu e Sorocaba. Assim, a grande virada da economia paulista só aconteceria na passagem do século XVIII para o XIX, quando as plantações de café começaram a substituir as de cana-de-açúcar e a se preparar para ocupar o primeiro plano na economia nacional.

Foi nessa época que São Paulo passou a assumir uma posição de destaque no cenário nacional, com o avanço dos cafezais, que encontraram na terra roxa do norte da província o solo ideal. A expansão da cultura do café exigiu a multiplicação das estradas de ferro, iniciando-se então (1860-1861) em Santos e São Paulo os trabalhos da construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, a São Paulo Railway, responsável pelo primeiro trem a ligar as duas cidades.

São Paulo prosperou muito nessa época e a capital da província passou por uma verdadeira revolução urbanística, resultado da necessidade de transformar uma cidade acanhada, pouco mais que um entreposto comercial, em capital da nova elite econômica que se impunha. Mas as transformações no período também assumiram outras facetas. A chegada de milhares de imigrantes, além de resolver o problema da mão-de-obra da lavoura cafeeira, permitiu maior ocupação do interior do Estado. Criaram-se as condições necessárias para que pequenas fábricas, subsidiárias do café, dessem os primeiros passos em direção à industrialização. Com o interior já integrado ao cenário do rápido crescimento da província, começou haver a preocupação com a construção de novas estradas, prevendo-se a interiorização dos cafezais e a prosperidade que seria sacramentada com a República.

Até 1930, a República foi controlada pelas oligarquias agrárias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A importância econômica do café produzido em São Paulo e do gado de Minas Gerais sustenta a "política do café-com-leite", em que paulistas e

mineiros se alternam na presidência da República. Na verdade, São Paulo apenas mantinha o poder que conquistara com a consolidação das novas bases econômicas do país nas últimas décadas do Império. A ferrovia puxava a expansão da cafeicultura, atraía imigrantes e permitia a colonização de novas áreas, enquanto, nas cidades, a industrialização avançava, criava novos contornos urbanos e abria espaço para novas classes sociais, o operariado e a classe média.

Em 1930, os trilhos de suas ferrovias chegavam às proximidades do rio Paraná e a colonização ocupava mais de um terço do Estado. As cidades se multiplicavam. Socialmente, o Estado, com seus mais de um milhão de imigrantes, tornou-se uma torre de Babel, profundamente marcado pelas diferentes culturas trazidas de mais de 60 países.

No plano econômico, o café superou a crise por que passou no início da década de 1930 e foi estimulado por bons preços durante a guerra, favorecendo a recuperação de São Paulo. Mas, agora, era a vez da indústria despontar, impulsionada, entre outros motivos, pelos capitais deslocados da lavoura. Logo, outro grande salto seria dado, com a chegada da indústria automobilística em São Paulo, carro-chefe da economia nacional desde a década de 1950. A partir daí, o Estado paulista se transformou no maior parque industrial do país, posição que continuou a manter, apesar das transformações econômicas e políticas vividas pelo Brasil.

## **b. Programas Governamentais – AAR**

Esse item volta-se para a identificação das políticas públicas que já possuem mecanismos em funcionamento nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, especialmente quando envolvem municípios da Área de Influência Indireta (All) da LT, ou que, por estarem sendo desenvolvidos em outras regiões desses estados, possam vir a ser implantadas na All, em função das características do empreendimento e de seus potenciais benefícios e impactos ambientais para a região.

O **Plano Plurianual (PPA)** é o núcleo diretor dos planos e políticas governamentais, e a ele devem se ajustar os planos e políticas governamentais em âmbito nacional e regional. A partir do PPA, as políticas públicas destinadas, em especial à região da Amazônia Legal buscam compatibilizar o crescimento econômico com a inserção social e com a conservação ambiental. Embora correto em sua proposição, o Plano precisa avançar como instrumento da espacialização e territorialização da atuação governamental, que por vezes apresenta contradições em sua implementação ou não aproveita potenciais de sinergia entre ações.

### **• Infra-estrutura**

Em termos das políticas públicas de infraestrutura, são apresentadas informações sobre o Setor de Energia, em função de sua evidente interface e complementaridade

com a Linha de Transmissão, e do Setor de Transportes, na medida em que suas novas obras devem ser consideradas no planejamento socioambiental do empreendimento, visando reduzir impactos ambientais, evitar a adoção de medidas que venham a ser conflituosas com os empreendimentos planejados pelo setor e indicar possíveis parcerias que ampliem os benefícios das ações de cunho socioambiental que venham a ser implantadas.

- **Programa Calha Norte**

O Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985, pelo Governo Federal, visando a promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais.

Na sua trajetória, o PCN esteve vinculado a diversos órgãos do Governo Federal. Atualmente, está subordinado ao Ministério da Defesa, que considerando a estratégia adequada à região, busca desenvolver ações que colaborem efetivamente para as duas principais vertentes do Programa:

- ▶ Contribuir para a Manutenção da Soberania Nacional e da Integridade Territorial da Região do Calha Norte.
- ▶ Contribuir para a Promoção do Desenvolvimento Regional.

Vencida a etapa pioneira da implantação do Programa, quando se chamava Projeto Calha Norte, prioritariamente dirigida à Faixa de Fronteira, cresce a importância do PCN, tendo em vista o agravamento de certas tendências presentes na região amazônica. Entre os principais problemas, figuram o esvaziamento demográfico das áreas mais remotas e o espraiamento dos ilícitos transfronteiriços. Nesse contexto, crescem, igualmente, as necessidades de vigilância da fronteira e de proteção das populações da região diante de novos e perversos fenômenos sociais.

Outro importante e urgente aspecto a ser considerado no norte amazônico é a fixação de padrões de desenvolvimento que sejam socialmente justos e ecologicamente sustentáveis.

A estratégia adotada pelo Programa visa atender as duas vertentes principais e baseia-se, principalmente, na implantação e ampliação de unidades militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como no apoio aos pólos irradiadores do desenvolvimento social sustentável e ambientalmente correto.

### **Área de abrangência**

O PCN abrange 194 municípios, 95 dos quais ao longo dos 10.938 Km da Faixa de Fronteira, em 6 Estados da Federação: Acre (22 municípios), Amapá (16 municípios), Amazonas (62 municípios), Pará (27 municípios), Rondônia (52 municípios) e Roraima

(15 municípios). O Programa tem uma área de atuação que corresponde a 32% do Território Nacional onde habitam cerca de 8.000.000 pessoas, aí incluindo 30% da população indígena do Brasil.

Em Rondônia, estado abordado neste estudo, são 52 municípios contemplados pelo Calha Norte. São eles: Alta Floresta D' oeste, Espigão D' oeste, Porto Velho, Alto Alegre dos Parecis, Governador Jorge Teixeira, Presidente Médici, Alto Paraíso, Guajará-Mirim, Primavera de Rondônia, Alvorada D' oeste, Itapuã do Oeste, Rio Crespo Ariquemes, Jaru, Rolim de Moura, Buritis, Ji-Paraná, Santa Luzia D' oeste, Cabixi, Machadinho D' oeste, São Felipe D' oeste, Cacaulândia, Ministro Andreazza, São Francisco do Guaporé, Cacoal, Mirante da Serra, São Miguel do Guaporé, Campo Novo de Rondônia, Monte Negro Seringueiras, Candeias do Jamari, Nova Brasilândia D' oeste, Teixeirópolis, Castanheiras, Nova Mamoré, Theobroma, Cerejeiras, Nova União, Urupá, Chupinguaia, Novo Horizonte do Oeste, Vale do Anari, Colorado do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Vale do Paraíso, Corumbiara, Parecis, Vilhena, Costa Marques, Pimenta Bueno, Cujubim, Pimenteiras do Oeste.

**Projetos:** (i) Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial na Região do Calha Norte; (ii) Implantação de Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região do Calha Norte; (iii) Implantação de Unidades Militares na Região do Calha Norte;

**Atividades:** (i) Gestão e Administração do Programa Calha Norte; (ii) Apoio aéreo na Região do Calha Norte; (iii) Manutenção de Aeródromos; (iv) Conservação de Rodovias na Região do Calha Norte; (v) Manutenção de Pequenas Centrais Elétricas na Região do Calha Norte; (vi) Apoio às Comunidades da Região do Calha Norte, através da distribuição de material e equipamentos básicos às comunidades indígenas; distribuição de material e de equipamentos escolares e materiais didáticos para as comunidades isoladas; manutenção das embarcações; manutenção da infra-estrutura instalada nos pelotões especiais de fronteira.

#### • **Geração de Energia**

A Matriz Energética Brasileira, segundo os dados da ANEEL até 03/2010, está estruturada na geração hidrelétrica, que respondia por 68,24% da capacidade instalada. Em segundo lugar, respondendo por 10,5% da capacidade instalada, encontra-se o uso do gás, no qual se destaca o gás natural, na geração termelétrica. O uso do petróleo (óleo diesel ou residual), de biomassa e de carvão mineral e os sistemas de energia nuclear e eólica desempenham 14,19% do parque gerador nacional.

No total, o Brasil conta com 2.209 empreendimentos do setor de energia, responsáveis por uma geração de 107.436.280 kW de potência. O Setor planeja a adição de outros

37 milhões de kW ao Sistema, a partir de 161 novos empreendimentos, que já se encontram em construção, e 432 já outorgados. (ANEEL).

Serão aqui descritos os equipamentos do setor em âmbito estadual, dentro da AAR.

## **(1) Rondônia**

O estado de Rondônia possui no total 67 empreendimentos em operação, gerando 923.559 kW de potência, o que corresponde a 0,88% da capacidade geradora do Brasil. Os empreendimentos em operação no Estado compreendem: 48 Usinas Termelétricas; 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas; 4 Centrais Geradoras Hidrelétricas; 1 Usina Hidrelétrica de Energia e 1 Central Geradora Solar Fotovoltaica. Está prevista para os próximos anos uma adição de 6.713.220 kW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos oito (8) empreendimentos atualmente em construção e mais nove (9) com sua outorga assinada.

Apesar de só haver uma usina hidrelétrica, esta é responsável por 23,47% da energia produzida em Rondônia e situa-se na cidade de Porto Velho, no rio Jamari. A usina denomina-se Samuel, é de propriedade das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A e produz 216.750 kW de energia destinada a serviço público.

As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) respondem por 6,83% da capacidade geradora do estado e quatro delas localizam-se nos municípios em estudo, três em Colorado do Oeste, no rio Enganado, denominadas Castaman I, Castaman II e Castaman III; e uma entre Pimenta Bueno e Primavera de Rondônia, denominada Primavera, no rio Pimenta Bueno.

Apenas uma Central Geradora Hidrelétrica está situada na All rondoniense, entre os municípios de Colorado do Oeste e Vilhena, no rio Cabixi, denominada de Poço, com produção de 500 kW de potencia para registro.

## **(2) Mato Grosso**

O Estado do Mato Grosso possui no total 124 empreendimentos em operação, distribuídos entre: Central Geradora Hidrelétrica; Pequena Central Hidrelétrica; Usina Hidrelétrica de Energia e Usina Termelétrica de Energia. Juntos, estes empreendimentos geram 2.122.490 kW de potência, o que corresponde a 2,1% da capacidade geradora do Brasil. Está prevista para os próximos anos uma adição de 976.238 kW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos 15 empreendimentos atualmente em construção e mais 28 com sua outorga assinada.

Dos empreendimentos em operação, 41,70% da capacidade de geração do Estado é proveniente de oito usinas hidrelétricas, sendo que três delas estão em municípios que pertencem a All Mesorregional Mato-grossense. A primeira delas, a Usina Hidrelétrica Guaporé, localiza-se em Pontes e Lacerda, no Rio Guaporé e gera 124.200 kW de

potência destinada tanto a autoprodução quanto a produção independente de energia. É de propriedade de duas empresas: a Mineração Santa Elina Indústria e Comércio S/A (36%) e a Tangará Energia S/A (64%).

A segunda, Juba I, situam-se nos municípios de Barra do Bugres e Tangará de Serra<sup>1</sup>, no Rio Juba. Produz 42.000 kW de energia destinadas a autoprodução, e são de propriedade da Itamarati Norte S/A Agropecuária.

Existe também uma Usina Hidrelétrica outorgada, a Couto Magalhães, situada nos municípios de Alto Araguaia e Santa Rita do Araguaia<sup>2</sup>, no rio Araguaia. Esta Usina é de propriedade da Enercouth S/A (49%) e da Rede Couto Magalhães Energia S/A (51%), produzirá 150.000 kW e se destinará a produção independente de energia.

Das 47 Usinas Termelétricas em operação, que respondem a 32,59% da energia do Estado do Mato Grosso, sete delas pertencem aos municípios da All Mato-grossense.

Existem duas Usinas Termelétricas em construção e duas outorgadas no Estado. Entre as usinas em construção, uma situa-se no município de Alto Araguaia, denominada Unidade de Geração de Energia Elétrica – AGRENCO – Mato Grosso, de propriedade da Agrenco Bioenergia Indústria e Comércio de Óleos e Biodiesel Ltda. Será movida a resíduos de madeira e irá gerar 34.000 kW de potência, com a finalidade de produção independente de energia. E, entre as usinas outorgadas, uma estará presente no município de Comodoro – a Solonorte, pertencente a Solonorte Construções, Madeiras e Metalurgia Ltda, movida também a resíduos de madeira e com previsão de gerar 800 kW de potência, destinada a produção independente de energia.

O Mato Grosso possui também quarenta e cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas, que produzem 25,20% da energia estadual. Vinte delas localizam-se em municípios pertencentes à All Mesorregional e, juntas, produzem 282.170 kW de potência.

Encontram-se em construção doze Pequenas Centrais Hidrelétricas, e duas estão situadas em Juscimeira e Santo Antonio do Leverger, municípios da All Mesorregional Mato-grossense. Ambas produzirão 18.000 kW para produção independente de energia. A Central de Juscimeira, propriedade da Ibó Energética Ltda, se chamará Sete Quedas Altas, localizada no rio Córrego Ibó. Em Santo Antonio do Leverger, está sendo construída a Usina São Tadeu I, no rio Aracá-Mirim, pertencente a São Tadeu Energética Ltda. Além disso, existem dezenove as Pequenas Centrais Hidrelétricas outorgadas e dez pertencem aos municípios da All Mato-grossense.

Por último, existem vinte e quatro Centrais Geradoras Hidrelétricas, que respondem por 0,51% da potencia gerada no Estado do Mato Grosso. Sete delas estão incluídas nos municípios da All Mesorregional em estudo.

1 O município de Tangará de Serra não pertence à All Mesorregional Mato-grossense.

2 O município de Santa Rita do Araguaia não pertence à All Mesorregional Mato-grossense.



Ainda existem seis Centrais Geradoras Hidrelétricas outorgadas e uma delas, a Preformax, será construída no município de Nova Lacerda, de propriedade da Preformax Indústria Plástica S.A., e que produzirá 1000 kW de potência para registro.

### **(3) Goiás**

De acordo com o Banco de Informações de Geração, da Aneel, o estado de Goiás possui, no total, 62 empreendimentos em operação, gerando 8.787.461 kW de potência, que representam 8,3% da capacidade geradora do Brasil. Está prevista, para os próximos anos, uma adição de 2.369.018 kW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos 17 empreendimentos em construção e mais 23 com sua outorga assinada. A maior parte da potência gerada no Estado é proveniente das 11 Usinas Hidrelétricas (91%) em operação, sendo a maior geradora a Hidrelétrica de Itumbiara (2.080.500 kW de potência), de propriedade de Furnas Centrais Elétricas S/A, com a produção integralmente destinada ao serviço público.

Entre os municípios em estudo na All goiana, situa-se apenas a Usina Hidrelétrica Espora, no município de Serranópolis, no rio Corrente, de propriedade da Espora Energética S/A, gerando 32.010 kW de potência, destinadas à produção independente de energia. No município de Caçu, encontram-se em construção as usinas hidrelétricas de Salto e Salto do Rio Verdinho, pertencentes, às empresas Rio Verde Energia S/A e Rio Verdinho Energia S/A, com a previsão de gerar 108.000 e 93.000 kW de potência, respectivamente, com a finalidade de produção independente de energia e, também, uma hidrelétrica de propriedade da Gerdau Aços Longos, com a previsão de gerar 65.000 kW de potência.

Entre as 25 usinas termoelétricas em operação no Estado, uma também está situada no município de Serranópolis, de propriedade da Energética Serranópolis Ltda., gerando 3.860 kW de potência e movida a bagaço de cana-de-açúcar. Encontram-se em construção três (3) termoelétricas, nos municípios de Jataí, Mineiros e Caçu, com a finalidade de produção independente de energia.

Há, ainda, duas pequenas centrais hidrelétricas nos municípios em estudo: uma delas em Santa Rita do Araguaia, gerando 800 kW de potência destinada ao serviço público, de propriedade da Primavera Energia S/A, e outra no município de Jataí, de propriedade da Jataí Energética S/A, gerando 30.000 kW de potência com a finalidade de produção independente de energia. Em Jataí, funciona, também, a central geradora hidrelétrica Agropecuária Rio Paraíso, gerando 302 kW de potência para a empresa.

Encontram-se outorgados, nos municípios goianos em estudo, a usina hidrelétrica de Couto Magalhães, no município de Santa Rita do Araguaia, com a previsão de gerar 150.000 kW de potência, além de uma central geradora hidrelétrica no município de

Jataí, e uma termoelétrica movida a bagaço de cana-de-açúcar no município de Mineiros.

#### **(4) Minas Gerais**

O Estado de Minas Gerais possui 274 empreendimentos em operação, gerando 18.477.963 kW de potência, que representam 17,6% da capacidade geradora do país. Está prevista, para os próximos anos, uma adição de 1.811.491 kW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos 25 empreendimentos atualmente em construção e 74 com sua outorga assinada. Segundo a Aneel (Banco de Informações de Geração), 90% da capacidade de geração do Estado provêm de suas 41 usinas hidrelétricas. Na All mineira, situa-se a hidrelétrica de São Simão, no município de Santa Vitória, de propriedade da Cemig Geração e Transmissão S/A, responsável por gerar 1.710.000 kW de potência destinada ao serviço público.

As 79 usinas termoelétricas de Minas Gerais respondem por 6,6% da capacidade de geração do Estado. Duas delas estão situadas nos municípios mineiros que serão atravessados pela LT: a de Coruripe Iturama, no município de Iturama, e a de Limeira do Oeste, no município homônimo, ambas com finalidade de produção independente de energia.

#### **(5) São Paulo**

O Estado de São Paulo é o maior gerador de energia do Brasil, com 522 empreendimentos em operação, gerando 22.638.907 kW de potência, que representam 21,5% da potência gerada no país. 78,5% desta capacidade provêm das 48 usinas hidrelétricas em operação no Estado, destacando-se a de Ilha Solteira, que gera 3.444.000 kW, enquanto 20,8% cabem às 408 usinas termoelétricas em funcionamento. Está prevista, para os próximos anos, uma adição de 4.304.741 kW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos 28 empreendimentos atualmente em construção e mais 43 com a outorga assinada.

Nos municípios paulistas em estudo, estão situadas 14 usinas termoelétricas. São elas: de Água Limpa e da Agroálcool, no município de Monte Aprazível; da Destil, no município de Marapoama; da Casa de Força, no município de Fernandópolis; da Nova Tamoio, da Zanin, da Nestlé Araraquara e da Kaiser-Araraquara, no município de Araraquara; da Hevea-Tec, no município de Jaci; de Virgolino de Oliveira (Fazenda Canoas), no município de José Bonifácio; e da Bebidas Poty e da Cerradinho Potirendaba, em Potirendaba. Há, ainda, 2 pequenas centrais hidrelétricas, nos municípios de Araraquara e Gavião Peixoto, e uma central geradora hidrelétrica, no município de Itápolis. Há duas termoelétricas em construção no município de Sebastianópolis do Sul.

- **Programa Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica (Luz para Todos)**

O Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com a participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, foi lançado pelo Governo Federal, em substituição ao Projeto Luz no Campo, com a meta de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas, atualmente sem acesso à energia.

O programa tem como prioridades dar suporte aos projetos de eletrificação rural que atendam às comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; projetos de eletrificação em assentamentos rurais; projetos de eletrificação rural em municípios com baixo índice de atendimento em energia elétrica; projetos de eletrificação rural em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); projetos de eletrificação rural em escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água; projetos de eletrificação rural que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado; projetos de eletrificação rural das populações do entorno de unidades de conservação ambiental; e projetos de eletrificação rural, oriundos de demandas coletivas.

A ANEEL estabeleceu metas de universalização por município, devendo as concessionárias de serviços de energia elaborar Planos de Universalização de Energia para suas áreas de concessão, que se concretizam em Programas Anuais de Expansão do Atendimento.

### **(1) Rondônia**

**Programa Luz para Todos:** desde o ano de 2004, o estado vem se beneficiando com o programa federal Luz para Todos, que até dezembro de 2008 havia expandido a eletrificação rural para 24.160 consumidores e construiu 6.900 km de rede. A meta é o atendimento de 100% das propriedades rurais até o final de 2010.

O estado de Rondônia tem participação no Programa Luz Para Todos através do convênio firmado entre o Governo do Estado (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES) e Centrais Elétricas de Rondônia - CERON.

A CERON investiu também no Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – ReLuz, em continuidade ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, lançado em 2000, com o objetivo de reduzir as despesas dos municípios com iluminação pública, melhorar o embelezamento urbanístico e, ainda, proporcionar segurança à população.

**Projeto de Eletrificação Rural<sup>3</sup>:** busca Proporcionar à população rural, especialmente naquelas localidades com maior adensamento populacional e que apresentam potencialidades agropecuárias, o acesso a eletrificação.

**Quadro 3.6.5.2-1 - Ações executadas diretamente pelo Governo do Estado (Secretaria de Agricultura – SEAPES) em 2006:**

Município	Tipo de obra	Local	Valor (R\$)
Rolim de Moura	Melhoria e ampliação de 17,5 km de monofásica , passando 4,128 km para trifásica	Linha 200-Norte	54.768,58
Santa Luzia do Oeste	Construção de 13,26 km de trifásica	Linha 208-Sul	225.557,05
Santa Luzia do Oeste	Construção de 5,3 km de rede monofásica	Linha 200-Sul	52.618,76
Nova Brasilândia do Oeste	Ampliação e reforma de 18,16 km de monofásica	Linha 118	137.209,84
Santa Luzia do Oeste	Construção de 7,0 km de monofásica	Linha 60-184 e Vila Lazzaroto	67.346,41
Machadinho do Oeste	Construção de 7,0 km de rede monofásica	Linha C-10	80.064,15
Machadinho do Oeste	Construção de 4,8 km de rede trifásica e 10,8 km de rede monofásica	Linha MA-39 e Linha C-9	196.089,27
TOTAL			813.654,06

Destaca-se, ainda, a inserção da CERON ao Sistema Interligado Nacional – SIN, através da linha de transmissão de Jauru - MT a Vilhena – RO, e o início da construção das hidrelétricas do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau).

## (2) Mato Grosso

**Programa Luz para Todos:** entre 2004 e 2008, o Programa Luz para todos realizou 73.500 novas ligações no Estado do Mato Grosso. Para 2009-2010, a previsão é de atendimento de 32.000 novos domicílios rurais.

**Plano de Universalização Urbana:** através do Plano de Universalização Urbana, as Centrais Elétricas Mato-grossenses (Cemat), efetuou mais de 42 mil novas ligações urbanas em 2008, atingindo a universalização em 100% dos municípios mato-grossenses, e se mantendo sempre bem acima da meta de atendimento estipulada pela empresa.

## (3) Goiás

**Programa Luz para Todos:** é responsabilidade da CELGPar (Companhia Celg de Participações), A CELG fornece energia elétrica a 237 dos 246 municípios goianos. Os outros nove, que não integram a All do empreendimento, são de responsabilidade da companhia Hidroelétrica São Patrício (Chesp). De acordo com a CELG, quando o Luz para Todos teve início, a empresa já recebeu mais de 50 mil inscrições válidas, sendo

<sup>3</sup><http://www.seapes.ro.gov.br/projetos/Programa%20de%20Apoio%20ao%20Desenvolvimento%20Agropecuário/eletrificacao.htm>

que 27 mil já foram atendidas e o restante está com a rede elétrica em fase de construção. Outras 21.652 mil estão com o requerimento em fase de contratação.

**Programa Energia e Telecomunicações:** de responsabilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura – Seinfra, que se destina a disponibilizar energia elétrica e informações do setor elétrico, busca a melhoria do planejamento energético do estado, através do apoio a projetos de utilização de fontes de energia alternativas, como a solar e o gás natural, e o atendimento a comunidades isoladas.

#### **(4) Minas Gerais**

**Programa Luz para Todos:** a primeira etapa do Programa Luz para Todos, implantado em parceria com o Ministério das Minas e Energia, já efetuou ligações em 190.000 domicílios e estabelecimentos, atendendo a 800.000 pessoas da área rural, entre 2004 e 2008.

Na segunda etapa, que irá até dezembro de 2010, serão priorizados municípios cujos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) estejam abaixo da média estadual, principalmente no Norte de Minas e nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e nos municípios com as menores taxas de atendimento em relação ao mercado potencial original. Cerca de 220.000 pessoas serão beneficiadas, em 205 municípios do Estado.

**Programa Clarear:** é um programa de eletrificação urbana, da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, concluiu o processo de universalização de ligações elétricas, em todos os 774 municípios mineiros atendidos pela Empresa.

Mais de 650 mil consumidores já foram beneficiados com a ligação da energia elétrica ou obras de modificação de redes de distribuição de energia, mediante investimentos que chegam a R\$ 302 milhões, desde 2004, com recursos próprios da Empresa. A Cemig completou toda a infraestrutura de atendimento urbano dos 774 municípios no final de 2006, cumprindo as metas de universalização estipuladas pela Aneel. O Programa Clarear contempla novas ligações de consumidores residenciais urbanos, de pequeno e médio porte, com carga de até 50 kW. O único custo para o consumidor é a instalação do padrão de entrada em sua residência.

#### **(5) São Paulo**

**Programa Luz para Todos:** no período de janeiro de 2005 a setembro de 2008, foram realizadas 62.162 novas ligações elétricas rurais no âmbito do Programa Luz para Todos no estado de São Paulo, sendo que a maior parte deste público situa-se na faixa de renda familiar de até três salários mínimos mensais.

No programa de eletrificação rural, mais de 90% das ligações elétricas rurais foram realizadas em municípios que possuem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

abaixo da média do estado, focando a inclusão social e o resgate da cidadania aos trabalhadores que residem no meio rural paulista.

**Programa de Universalização do Atendimento no Meio Rural:** no Plano Plurianual do Estado de São Paulo, para o período 2008 – 2011, no âmbito do Programa de Universalização do Atendimento no Meio Rural, está prevista a realização de 10.000 ligações de energia. A experiência da Ceresp – Comissão de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – atesta que, a cada duas ligações rurais efetuadas, gera-se uma terceira ligação, fato que estimula a atividade rural de pequeno e médio porte e contribui para conter ou mesmo reverter o êxodo rural (Governo do Estado de São Paulo 2008: 81).

- **Transporte**

### **Transporte Rodoviário**

- ✓ **Âmbito federal**

Com relação ao transporte rodoviário, de responsabilidade do Ministério dos Transportes, a partir do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o principal programa relacionado à região da LT é o Corredor Sudoeste, voltado para a redução do custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o sul do Estado de Goiás e parte da Região Sudeste.

### **Programa Corredor Sudoeste**

Contempla atividades de adequação rodoviária nas BR's 060, 158 e 452, que cortam os municípios presentes na Área de Influência Indireta da LT.

São também relevantes, para a região, os programas de:

**Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário**, que visa “melhorar as condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos Estados”;

**Manutenção da Malha Rodoviária Federal**, destinada a manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego; e

**Serviços de Transporte Rodoviário**, destinados a “garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e cargas”.

### **Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT)**

De acordo com o plano, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) registra ser crescente a realização de investimentos no setor de infraestrutura

de transportes, o que vem contribuindo para o desenho de um novo cenário do país e onde se destacam obras na região Centro-Oeste. Nos últimos anos, os recursos destinados à região aumentaram significativamente, para garantir o escoamento da produção agrícola e demais riquezas geradas no Centro-Oeste. Entretanto, são essencialmente investimentos para recuperação de rodovias que nem chegam a alterar seu padrão regular.

✓ **Âmbito estadual**

**(1) Rondônia**

**Programa de Aceleração do Crescimento – PAC:** para o estado de Rondônia, o principal programa em âmbito federal é o Programa de Aceleração do Crescimento, que tem como objetivo na área de infraestrutura, a melhoria das condições de interligação do estado com os demais estados da região norte até 2010, reduzindo os custos de transporte de cargas através dos seguintes projetos:

- na BR-319: pavimentação e construção da ponte sobre o Rio Madeira;
- na BR-364: construção do trecho Candeias do Jamari – UNIR e Travessia de Porto Velho;
- na BR-429: construção e pavimentação do trecho Alvorada D'Oeste - São Miguel.

**(2) Mato Grosso**

**Programa de Aceleração do Crescimento (PAC):** no estado de Mato Grosso, o PAC tem o objetivo de integrar o território do estado e melhorar as condições da interligação do Mato Grosso com a Região Norte e com São Paulo, através dos seguintes projetos para os anos 2007-2010:

- BR-158: Construção/Pavimentação dos trechos Ribeirão Cascalheira – Entroncamento MT- 326 - Divisa MT/PA;
- BR-163: Adequação de capacidade de travessias de urbanas de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop e pavimentação do trecho Guarantã do Norte-Divisa MT/PA;
- BR-163-364/MT: Duplicação - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil;
- BR-242: Construção dos trechos Ribeirão - Cascalheira – Sorriso;
- BR-364: Pavimentação de Mundo Novo a Sapezal, construção e pavimentação de Diamantino-km 720 e Construção e pavimentação do km 720-Campo Novo dos Parecis.

**Programa Estradeiro:** a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Mato Grosso (SINFRA)<sup>4</sup> é responsável pela obras na área de construção civil, infraestrutura e habitação. Na área de transportes a SINFRA se responsabiliza, através do Programa Estradeiro, pela construção e recuperação das rodovias estaduais, além de possuir uma parceria com os produtores rurais para pavimentação das rodovias.

### (3) Goiás

**Plano de Desenvolvimento do Transporte de Goiás:** da Secretaria de Estado de Infraestrutura, no âmbito da melhoria da malha rodoviária goiana, prevê pavimentações e duplicações em corredores rodoviários, incluindo vias alimentadoras por regiões de planejamento, destacando-se:

- Sudoeste: BR-364, BR-060, BR-158, GO-174, GO-206, GO-164 e BR-452;
- Sul: BR-060, BR-452, GO-040, BR-153, GO-206 e GO-330;
- Sudeste: BR-050 e GO-330;
- Entorno do DF: BR-040, BR-050 e BR-080;
- Nordeste: BR-020 e BR-010;
- Norte: BR-153, GO-164 e BR-414;
- Centro: BR-153, BR-414, BR-060 e BR-070;
- Noroeste: GO-164
- Oeste: BR-070, GO-060, GO-164 e BR-158;
- Metropolitana: Anel Rodoviário, BR-153, BR-060, BR-070, GO-060 e GO-040.

### (4) Minas Gerais

**Programa Potencialização da Infraestrutura Logística da Fronteira Agroindustrial:** a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, do Governo do Estado de Minas Gerais, desenvolve o Programa de Potencialização da Infraestrutura Logística da Fronteira Agroindustrial, com o objetivo de aumentar a competitividade da indústria da região, reduzindo o custo do transporte.

**Plano Estratégico de Logística de Transportes:** no âmbito do Plano Estratégico de Logística de Transportes, do Estado de Minas Gerais, com relação ao transporte rodoviário, estão previstas as seguintes ações:

- BR – 040, entre BH e divisa com Goiás: duplicação (Sete Lagoas – entr. BR – 135), recuperação e construção de 3ª faixa (entroncamento com BR – 135 e divisa com Goiás) e posterior concessão (BH – div. MG/GO).

<sup>4</sup> <http://www.sinfra.mt.gov.br/conteudo.php?sid=9&parent=9>



- BR – 262, entre a entrada para Bela Vista de Minas e a divisa MG/ES: recuperação e construção de 3ª faixa, e posterior concessão.
- BR – 262, entre Betim e Uberaba: duplicação (Betim – Nova Serrana), construção de 3ª faixa (Nova Serrana – Araxá) e posterior concessão.
- Duplicação da BR 381, entre BH e Governador Valadares.
- BR 050, entre divisa MG/GO e divisa MG/SP: duplicação (Uberlândia – divisa MG/GO) e posterior concessão (div MG/GO e div MG/SP).
- Recuperação da BR 116 entre divisa MG/BA e Governador Valadares e entre Governador Valadares e divisa MG/RJ.
- Recuperação e manutenção da BR – 135, trecho entre Montes Claros e Januária.

## **(5) São Paulo**

**Programa de Aceleração do Crescimento (PAC):** para o Estado de São Paulo, dos programas de âmbito federal, destaca-se o apoio à construção do Rodoanel Trecho Sul, no município de São Paulo, integrando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

**Programa Plurianual 2008 – 2011:** de âmbito estadual, este programa seleciona quatro linhas prioritárias de ação:

- projetos com foco na ampliação e recuperação da malha rodoviária destinados a eliminar os gargalos no trânsito do interior do Estado, como o dirigido para as rodovias estaduais e para as estradas vicinais;
- projetos destinados a melhorar as condições de exportação no Estado, como as obras de melhoria da ligação rodoviária Campinas/Vale do Paraíba/Porto de São Sebastião e as obras projetadas para o entorno do Porto de Santos e a viabilização do Porto de São Sebastião;
- projetos destinados a promover a transposição da RMS, seja no modal rodoviário (Rodoanel, Marginais, Complexo Viário Jacu-Pêssego, Avenidas Roberto Marinho e Bandeirantes), seja no modal ferroviário (Ferroanel); e
- projetos destinados a descongestionar as regiões metropolitanas como as novas linhas e a modernização do metrô e do sistema de trens da CPTM, os corredores exclusivos de ônibus na Grande São Paulo, o Corredor Noroeste da Região Metropolitana de Campinas e o Sistema de Transporte sobre Trilhos da Região Metropolitana de Santos.

➤ **Transporte Ferroviário**

✓ **Âmbito federal**

**Programa Corredor Sudoeste**

No âmbito do Programa Corredor Sudoeste, do governo federal, duas importantes concessões ferroviárias beneficiam os Estados de Goiás, São Paulo e Minas Gerais.

A primeira, Ferrovia Norte-Sul, tem sua concessão detida pela VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., interligando as cidades de Goiânia e Palmas/TO ao Porto de Belém e ao Porto de Itaqui, no Maranhão, através de sua integração com a Estrada de Ferro Carajás, em Açailândia. A partir de Senador Canedo, nas proximidades de Goiânia, a Ferrovia Norte-Sul, se interligará à Ferrovia Centro-Atlântica, com ramais para Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória e Salvador.

Encontra-se em operação o trecho norte, ligando as cidades de Estreito e Açailândia, no Estado do Maranhão, com extensão de 226 km de linha ferroviária. O trecho sul, que deverá ligar as cidades de Porangatu e Senador Canedo, em Goiás, possui 502 km, enquanto o trecho intermediário, que não faz parte da concessão da Valec, interligará Porangatu a Colinas do Tocantins, com 675 km.

A Estrada de Ferro Norte-Sul encontra-se a considerável distância da Área de Influência Indireta da LT, não possuindo nenhuma interferência com o Projeto, mas representando, futuramente, a partir da integração intermodal, uma importante alternativa de escoamento de sua produção, sobretudo para a região Norte.

Já a Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil, segundo grande projeto para a região, apresenta grande proximidade com a AII. A Ferronorte possuirá uma extensão de 5.228 km, atravessando os estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Pará, e se integrará às ferrovias Centro-Atlântica, a partir de Uberlândia - MG e Ferroban – Ferrovias Bandeirantes (Malha Paulista), a partir de Aparecida do Taboado – MS. Trata-se de ferrovia destinada ao transporte de cargas. Encontra-se em operação um trecho de 512 km ligando a fronteira MS/SP à cidade de Alto Araguaia/ MT.

**Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**

Com impulso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), está em fase de estudo a construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste Uruaçu/GO - Vilhena/RO.

Sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, está em andamento, no Estado de Minas Gerais, a construção de contorno ferroviário no município de Campo Belo.

No Estado de São Paulo, o Plano Plurianual 2008 – 2011 concentra os investimentos em transporte ferroviário nas regiões metropolitanas, prevendo a expansão do metrô e a modernização dos trens metropolitanos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, para transformá-los em metrô de superfície, e a promoção da melhoria do transporte de passageiros nas regiões metropolitanas (Campinas e Baixada Santista), com a implantação de corredores expressos de ônibus e trilhos.

Ainda no estado de São Paulo, com investimentos do PAC, estão em construção o contorno no município de Ourinhos e o contorno e o pátio ferroviário de Tutóia, no município de Araraquara, que integra a área em estudo.

➤ **Transporte Aeroviário**

✓ **Âmbito federal**

**Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com relação ao transporte aeroviário, estão previstas ações para os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. São elas:

- Complementação da reforma do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Cuiabá para os anos 2007-2010.
- Em andamento, a construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto de Goiânia.
- Foi concluída a complementação da reforma, modernização e adequação do terminal de passageiros do Aeroporto de Congonhas (SP). Encontram-se em andamento as obras na torre de controle deste aeroporto.
- Encontram-se em andamento as obras de implantação, adequação, ampliação e revitalização do sistema de pistas e pátios do Aeroporto de Guarulhos (SP).
- Em fase de ação preparatória, no Estado de São Paulo, estão os seguintes projetos: pátio de aeronaves de autoridades, no Aeroporto de Congonhas; construção do terminal de passageiros 3 e da pista de saídas rápidas, no Aeroporto de Guarulhos; pista de táxi, pista principal e projeto de construção da segunda pista de pouso, no Aeroporto de Viracopos – Campinas.
- No Aeroporto de Confins (MG), está em construção a ampliação do estacionamento de veículos e alteração de acessos internos.
- Em fase de ação preparatória, está o projeto de reforma e ampliação do terminal de passageiros do município de Confins (MG).

## ➤ **Transporte Hidroviário e Portos**

### ✓ **Âmbito federal**

#### **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**

Quanto ao transporte hidroviário e portos, no âmbito do PAC, estão determinadas ações somente nos Estados de São Paulo e Rondônia. São elas:

- Está em construção o Terminal Hidroviário de Porto Velho - Cain´Água, com o objetivo de expandir o acesso fluvial para a melhoria do transporte de cargas e de passageiros,
- Está em construção a Avenida Perimetral Portuária (margem direita), no Porto de Santos (SP).
- Em fase de licitação de obra, no Porto de Santos (SP), encontram-se a Avenida Perimetral Portuária (margem esquerda); dragagem de aprofundamento do canal de acesso, na bacia de evolução e junto ao cais; e derrocagem junto ao canal de acesso.

#### **Principais Planos e Programas de Meio Ambiente**

### ✓ **Âmbito federal**

#### • **Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)**

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil é uma iniciativa do Governo Federal e da sociedade civil brasileira, em parceria com a comunidade internacional, que busca a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais nas florestas tropicais da Amazônia e Mata Atlântica brasileira e também melhorias na qualidade de vida das populações locais. É considerado o mais importante programa já desenvolvido para a proteção e manejo sustentável das florestas tropicais brasileiras.

O programa foi oficialmente lançado no Brasil em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, e em 2003, após uma análise dos resultados e obstáculos de implantação, teve início a sua segunda fase, prevista para se estender até 2010.

O responsável pela sua coordenação geral do programa é o Ministério do Meio Ambiente – MMA, que atua em parceria com órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, organizações ambientais, movimentos sociais e o setor privado.

Podemos destacar como os beneficiários: gestores públicos responsáveis pela aplicação das políticas ambientais nos diferentes níveis, comunidades indígenas e populações tradicionais, instituições da sociedade civil, setor privado e a comunidade científica.

- **Plano Amazônia Sustentável – PAS**

O Plano Amazônia Sustentável - PAS se refere ao conjunto de objetivos e diretrizes estratégicas elaborados a partir de um diagnóstico atualizado sobre a Amazônia brasileira, que tem como objetivo orientar um novo modelo de desenvolvimento, no qual as soluções econômicas sejam ambientalmente sustentáveis, possibilitando a preservação de toda a área amazônica, valorizando a potencialidade de seu enorme patrimônio natural e sócio-cultural e oferecendo opções de desenvolvimento que beneficiem especialmente as populações locais.

Para tanto, com ênfase em processos institucionais, foram estabelecidas as seguintes diretrizes do PAS: presença do Estado em ações integradas aos três níveis de governo, à sociedade civil e aos setores empresariais; o fortalecimento dos fóruns de diálogo intergovernamentais, criando o fórum dos governadores da Amazônia Legal; a integração do Brasil com os países sul-americanos; organização de uma estrutura produtiva; garantia dos direitos dos povos indígenas e populações tradicionais; ampliação do crédito e do apoio para atividades e cadeias produtivas sustentáveis; melhoria do acesso aos serviços públicos e do suporte ao subdesenvolvimento rural; adoção de um novo padrão de financiamento.

Instituído em 2003, o Plano visa constituir-se como locus institucional capaz de orientar o desenvolvimento de políticas públicas que atendam aos desafios da região. Na elaboração da primeira versão do Plano Amazônia Sustentável, em 2003, foi identificado um grande arco de povoamento mais adensado em torno da floresta amazônica – via de regra chamado “Arco do Fogo” - de onde partiam três frentes de expansão para a floresta: do leste do Pará em direção à Terra do Meio, do norte de Mato Grosso rumo ao eixo da BR-163, no sudoeste paraense, e do norte de Rondônia e do noroeste de Mato Grosso para o sul do Amazonas.

O PAS estabelece que projetos de infra-estrutura indutores de grandes alterações na apropriação do espaço, caso não acompanhados de um planejamento estratégico das obras, podem implicar em riscos de ampliação do desflorestamento.

Entende-se que a infra-estrutura é necessária ao desenvolvimento de qualquer região ou país, mas na Amazônia ela requer especificidades que devem ser atendidas. A região é extremamente carente em energia e transporte, bem como em insumos básicos tais como indústrias, serviços e ciência, tecnologia e inovação (CT&I). A solução proposta pelo PAS é um compromisso de ampliar as condições de participação de grupos de indivíduos que enfrentam maiores custos nesta direção, sugerindo a adoção de regras que interajam com a base desigual da sociedade, minimizando as consequências indesejáveis. O apoio do Estado a esforços de auto-organização e mobilização dos setores tradicionalmente excluídos das decisões sobre políticas

públicas é um compromisso central da estratégia de implementação do PAS. Assim, as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, conforme proposto no Plano, estão agrupadas em 5 grandes eixos temáticos: ordenamento territorial e gestão ambiental; produção sustentável com inovação e competitividade; infraestrutura para o desenvolvimento; inclusão social e cidadania; e novo padrão de financiamento.

- **Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia – PROAMBIENTE**

O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia (PROAMBIENTE) foi instituído em junho de 2003, sendo incluído como política pública do Governo Federal no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 e como programa da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

O programa consiste no desenvolvimento rural socioambiental direcionado à produção familiar rural agrícola da Amazônia Legal. Está voltado para a produção de sistemas equilibrados de produção, como o manejo integrado dos recursos naturais. Seu conceito inovador está relacionado à valorização, inclusão e ao tratamento diferenciado aos produtores rurais, através da conciliação entre a produção rural econômica e a conservação do meio ambiente.

O programa tem como objetivo promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação de serviços ambientais. Dessa forma, o PROAMBIENTE incentiva o uso sustentável dos recursos naturais, priorizando o emprego de sistemas de produção que incorporem tecnologias mitigadoras de impactos ambientais, o preparo da terra sem uso do fogo, a utilização de áreas alteradas ou degradadas através de implantação de sistemas alternativos de uso da terra, o uso de sistemas agropastoris, sistemas agro-florestais, agro-extrativismo, o extrativismo florestal madeireiro (através de manejo comunitário) e não madeireiro, as modalidades de pesca artesanal, práticas indígenas e tradicionais e a verticalização da produção familiar rural.

O principal elemento da proposta consiste no Programa de Serviços Ambientais que permite que o produtor familiar que aderir ao PROAMBIENTE tenha apoio para o estabelecimento de um sistema de produção rural (via recursos próprios ou via crédito produtivo opcional) que une viabilidade econômica; processos participativos de planejamento e tomadas de decisão; fortalecimento de sua organização social; assessoria técnica e extensão rural pública (estatal e não-estatal); manejo integrado dos recursos naturais da unidade de produção; e mecanismos de verificação de serviços ambientais através de certificação participativa e monitoramento ambiental.

Comprovada a prestação dos serviços ambientais propostos, o produtor familiar terá o direito de receber uma parcela mensal referente à remuneração desses serviços ambientais prestados à sociedade nacional e internacional.

Existem atualmente 11 pólos localizados na Amazônia Legal, cada um com 250 a 500 famílias que contam com capacitação técnica das instituições responsáveis pela coordenação. Na Área de Abrangência Regional do estudo, destaca-se o Pólo Noroeste do Mato Grosso (ou Pólo Pioneiro Noroeste) que é desenvolvido no município de Juína.

A degradação ambiental pela permanência dos processos de exploração já em andamento na região, de puro extrativismo de atributos naturais de forma pouco eficiente, como a exploração madeireira sem manejo florestal, constitui-se numa ameaça atual e constante para a sustentabilidade regional. Por isso, o Governo Federal, a partir de uma parceria sólida com a Prefeitura Municipal de Juína, vem buscando o restabelecimento da formação vegetal em escala de paisagem e o resgate social a partir da implantação do Programa PROAMBIENTE na região.

- **Programa Nacional de Florestas (PNF)<sup>5</sup>**

O Programa Nacional de Florestas-PNF foi instituído pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, e lançado pelo Governo Federal em 21 de setembro do mesmo ano. Seu objetivo geral é *"a promoção do desenvolvimento sustentável, conciliando a exploração com a proteção dos ecossistemas e a compatibilização da política florestal com os demais setores de modo a promover a ampliação do mercado interno e externo e o desenvolvimento institucional do setor"*.

Nesse contexto, o PNF envolve os aspectos ambientais, sociais e econômicos do setor florestal brasileiro, englobando entre seus objetivos específicos:

I - O estímulo do uso sustentável de florestas nativas e plantadas.

II - O fomento das atividades de reflorestamento, notadamente em pequenas propriedades rurais.

III - A recuperação das florestas de preservação permanente, de reserva legal e áreas alteradas.

IV - O apoio às iniciativas econômicas e sociais das populações que vivem em florestas.

V - A repreensão de desmatamentos ilegais e a extração predatória de produtos e subprodutos florestais, conter queimadas acidentais e prevenir incêndios florestais.

<sup>5</sup> [http://www.presidencia.gov.br/principais\\_programas/dsenvolvimento/](http://www.presidencia.gov.br/principais_programas/dsenvolvimento/)

VI - A promoção do uso sustentável das florestas de produção, sejam nacionais, estaduais, distrital ou municipais.

VII - O apoio do desenvolvimento das indústrias de base florestal.

VIII - a ampliação dos mercados interno e externo de produtos e subprodutos florestais;

IX - A valorização dos aspectos ambientais, sociais e econômicos dos serviços e dos benefícios proporcionadas pelas florestas públicas e privadas.

X - O estímulo à proteção da biodiversidade e dos ecossistemas florestais.

O PNF cria uma nova política florestal com fundamentos no aumento da cobertura florestal no Brasil por meio da expansão das florestas plantadas, no estímulo ao manejo sustentável, no investimento em formação de mão-de-obra especializada, na criação de linhas de crédito e desenvolvimento tecnológico. Do programa fazem parte, ainda, a regulamentação da concessão de terras públicas e a fiscalização mais intensa e dirigida, com foco na Amazônia, Matam Atlântica, Cerrado e Caatinga.

- **Programa Terra Legal<sup>6</sup>**

O Governo Federal, por meio do **Programa Terra Legal**, vai titular a propriedade de terras públicas ocupadas por posseiros na Amazônia Legal. Em Rondonia, serão beneficiados 51 municípios, 43.740 imóveis rurais. No Estado do Mato Grosso, serão 8 municípios beneficiados.

O **Terra Legal** também leva à Amazônia Legal a Rota Verde, estratégia de incentivo ao desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, que vai atender posseiros que ocupam áreas tituladas de até quatro módulos fiscais e assentados da reforma agrária. A partir do georreferenciamento da área, esses produtores terão acesso a licenciamento ambiental, assistência técnica, crédito e programas do Governo Federal de compra da produção, como o PAA Sociobiodiversidade. A Rota Verde será gerenciada e monitorada pelo Sistema Pronaf Sustentável, uma abordagem global dos sistemas produtivos, da propriedade com plano de desenvolvimento sustentável da unidade familiar.

- **Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado – Programa Cerrado Sustentável.**

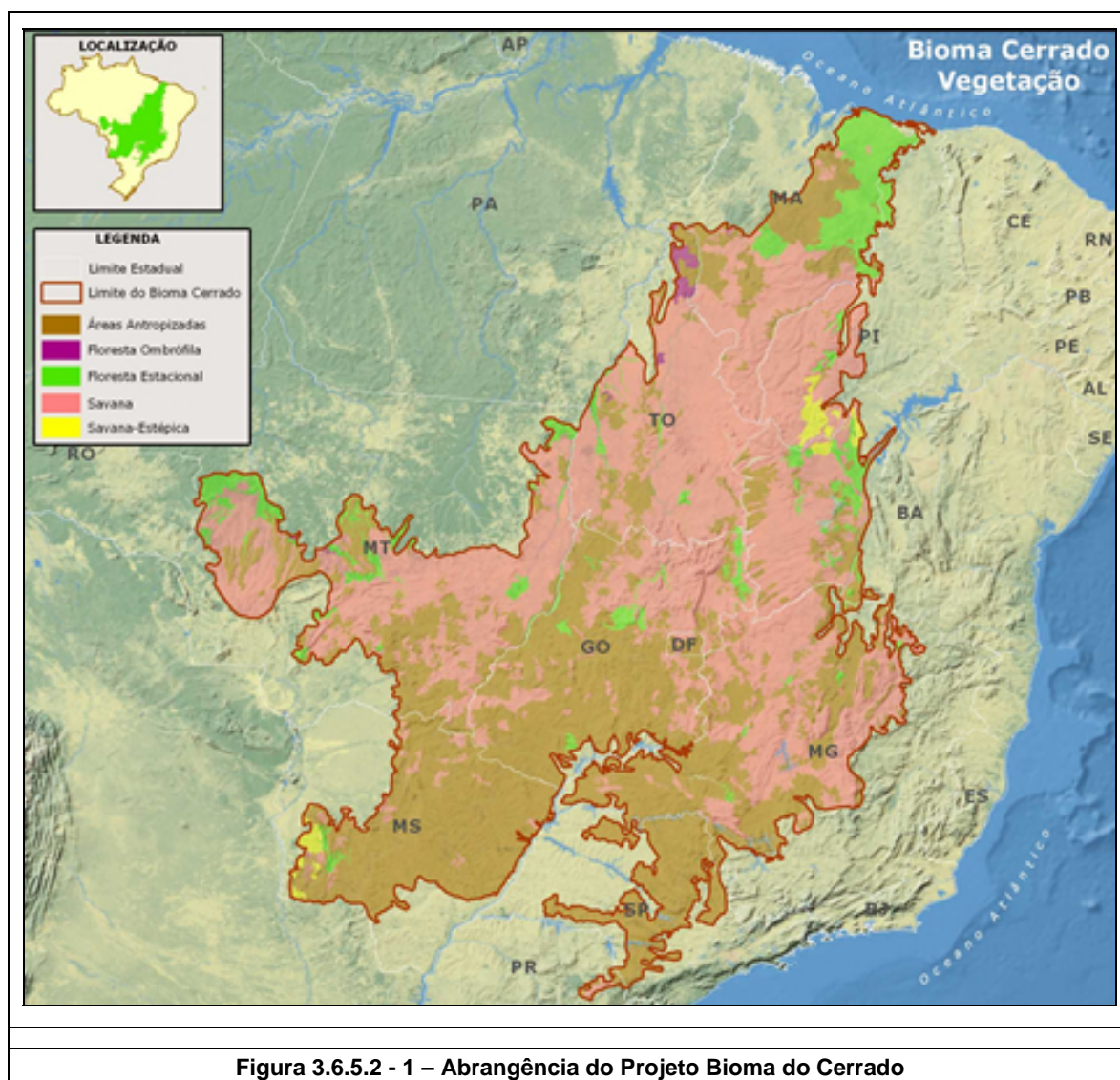
As atividades relacionadas à Proteção do Bioma do Cerrado inserem-se no **Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado – Programa Cerrado Sustentável**. O Programa Cerrado Sustentável Sustentável (com abrangência indicada na **Figura 3.6.5.2-1**) tem como objetivo principal a promoção da conservação,

<sup>6</sup> <http://portal.mda.gov.br/terralegal/>



a restauração, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas naturais, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações tradicionais, buscando condições para reverter os impactos socioambientais negativos do processo de ocupação do Bioma Cerrado.

O Programa visa incorporar medidas não só no plano ambiental da preservação e da conservação, mas também consolidar políticas sociais e econômicas estruturantes, estimuladoras do desenvolvimento sustentável, bem como favorecer a contínua mobilização da sociedade em torno de seus objetivos específicos.



O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) integra e articula ações do Ministério do Meio Ambiente e suas instituições vinculadas visando a redução do desmatamento no Cerrado. Incorpora as diretrizes e operacionaliza o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado (Programa Cerrado Sustentável).

O traço fundamental do Plano é servir de referência para a ação coordenada entre o Ministério e suas vinculadas, no período de 2009-2011. Assim, por exemplo, as áreas prioritárias para a criação de Unidades de Conservação, cujos estudos são de responsabilidade do ICMBIO e da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, serão alvos preferenciais da fiscalização, a ser feita pelo IBAMA. O estímulo ao manejo da agrobiodiversidade pelas comunidades locais é considerado medida importante para demonstrar a viabilidade da produção sustentável o bioma, e as políticas de valorização das cadeias produtivas da sociobiodiversidade deverão reforçar os mecanismos que facilitem a produção, o escoamento e a comercialização dos produtos, favorecendo a formação de bons negócios para as comunidades e a conservação do Cerrado. A integração de sistemas de licenciamento das propriedades rurais e de gestão florestal é considerada necessária para o diagnóstico sobre as irregularidades ambientais, em especial o desmatamento. Para tanto, espera-se criar, por meio do Plano, as condições para que os Estados e o Ibama possam cada vez mais integrar suas bases de informação.

- **Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)**

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) “é um plano estratégico de longo prazo, pactuado entre o Poder Público, os usuários e as comunidades, que visa fundamentar e orientar a implementação da política e o gerenciamento dos recursos hídricos, propondo as diretrizes e grandes metas para a gestão dos mesmos.”

O Plano propõe programas nacionais e regionais, relacionados aos setores usuários de recursos hídricos, objetivando o uso racional e sustentável da água, tendo por base uma divisão do território nacional em 12 grandes bacias hidrográficas, dentre as quais, duas são de interesse do empreendimento: a Região Hidrográfica do Tocantins Araguaia, ocupando parte significativa dos estados de Mato Grosso e Goiás e sendo atravessada pela LT; e a Região Hidrográfica do Paraná, que inclui o sudeste do Estado de Goiás.

O PNRH tem como objetivos estratégicos: (i) melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e em quantidade; (ii) redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, assim como a mitigação de efeitos de eventos hidrológicos críticos; e (iii) percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante.

- **Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Araguaia–Tocantins**

O Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás celebraram convênio para a implantação de um Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins. As atividades tiveram início pela elaboração de um diagnóstico sobre a bacia, envolvendo a realização de oficinas e

audiências públicas sobre o tema. Encontra em elaboração um Plano de Ações e Metas (PAM), cujas responsabilidades são compartilhadas por Núcleos de Articulação do Plano (NAPs).

✓ **Âmbito Estadual**

**(1) Rondônia**

• **Programa de Recuperação da Mata Ciliar**

O Programa de Recuperação de Mata Ciliar tem como meta principal a recomposição da vegetação no entorno das nascentes, córregos, igarapés e rios em todos os municípios e distritos do Estado de Rondônia. Programas e projetos desta natureza têm a função de conscientizar a sociedade da importância da vegetação no entorno dos corpos hídricos, e assim promover a mobilização dos mesmos para que juntos, poder público, privado e sociedade civil, possam combater a erosão, a eutrofização das águas, aumento das chuvas, aumento na diversidade de espécies animais e vegetais, aumento no volume de água nos corpos hídricos e melhoria da qualidade da mesma.

**(2) Mato Grosso**

• **Programa de Desenvolvimento Ambiental do Estado do Mato Grosso (PRODEA)<sup>7</sup>**

A finalidade do PRODEA é estimular o desenvolvimento do setor ambiental, defendendo e preservando o meio ambiente, por meio de uma política de defesa da fauna, da flora e do patrimônio genético e cultural do Estado de Mato Grosso, através de financiamentos de atividades que estimulem o crescimento dos setores de desenvolvimento no Estado, de forma sustentável, mediante o fortalecimento e o desenvolvimento de áreas voltadas a conservação ambiental, recuperação de áreas degradadas e a sustentabilidade da atividade econômica do Mato Grosso. O PRODEA cria o **Fundo Estadual de Desenvolvimento Ambiental - FUNDEA**, vinculado a Fundação Estadual do Meio Ambiente, com o objetivo de financiar projetos e áreas complementares de interesse do Estado.

• **Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH<sup>8</sup>**

É um instrumento de planejamento que estabelece diretrizes gerais sobre os Recursos Hídricos no Estado, com intuito de promover a harmonização e adequação de políticas públicas para busca do equilíbrio entre a oferta e a demanda de água, de forma assegurar as disponibilidades hídricas em quantidade e qualidade para o uso racional,

<sup>7</sup>[http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A\\_9d921451fc6a39ff48e8a860f19d3a35LEI7958.pdf](http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A_9d921451fc6a39ff48e8a860f19d3a35LEI7958.pdf)

<sup>8</sup><http://www.sema.mt.gov.br/PERH/>

propondo programas e projetos para sua proteção, recuperação e gerenciamento deste recurso, buscando garantir seu uso sustentável.

- **Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Estado do Mato Grosso – PPCDQ/MT.**

Foi elaborado pelo Governo do Estado por meio de parceria firmada com o Ministério do Meio Ambiente (MMA/SECEX/DPCD), e deriva da necessidade dos estados amazônicos construírem seus próprios planos de prevenção e combate ao desmatamento, como extensores naturais do Plano Federal, o PPCDAM, que teve sua segunda versão lançada em julho/2009. O PPCDQ/MT delinea-se com base na priorização de algumas ações, dentre elas: o refinamento do conhecimento e monitoramento da cobertura florestal do estado; a intensificação dos programas de desenvolvimento sustentável para indígenas, quilombolas, assentamentos e colônias agrícolas; o incentivo e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis.

- **Programa MT Legal**

A proposta do MT Legal foi construída pelo Governo de Mato Grosso com a participação das Organizações Não Governamentais (ONGs), Ministério Público Estadual, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), com objetivo de regularização fundiária e dos passivos ambientais no Mato Grosso.

O programa prevê o cadastramento e regularização de 100% das propriedades no Estado e consta do Termo de Cooperação Técnica "Pacto Ambiental", assinado há dois anos entre produtores de soja, por meio da sua associação (Aprosoja) e o governo estadual. O processo de licenciamento de imóveis rurais obedecerá duas etapas: o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) e o Licenciamento Ambiental Único (LAU).

- **Programa de Biocombustíveis do Estado de Mato Grosso - PROBIOMAT**

O PROBIOMAT tem como objetivo “integrar o Estado à rede nacional de biocombustíveis, contribuindo no esforço para desenvolver tecnologias de produção e uso economicamente sustentável de biodiesel, e contribuindo também para melhorar a inserção internacional do Brasil nas questões ambientais globais”. Além disso, o Estado apresenta boas condições para o cultivo de oleaginosas, tecnologia e infraestrutura necessária para a produção de biocombustíveis em larga escala e centenas de assentamentos rurais que potencialmente poderiam ser incorporados ao esforço produtivo, tendo em vista a meta de inclusão social do PNPB.

- **Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Mato Grosso – MT FLORESTA<sup>9</sup>**

O MT Floresta visa apoiar o Programa de Desenvolvimento Florestal, assegurando ao Estado a oferta futura de matéria-prima para a indústria madeireira de forma sustentável, bem como, criar uma nova mentalidade junto aos proprietários rurais quanto ao valor da cobertura florestal de suas propriedades. Os objetivos do MT Floresta são: Produção sustentável e matéria-prima para o setor florestal; Conservação da biodiversidade do Estado; Criação de mecanismos legais para a obtenção de benefícios florestais; e Certificação florestal. Os recursos disponíveis são distribuídos da seguinte forma: 10% para pesquisa; 15% para áreas degradadas e matas ciliares; 15% para controle e fiscalização; 50% para atividades econômicas; 10% para atividades administrativas e educação ambiental.

### **(3) Goiás**

- **Política Estadual de Educação Ambiental**

Em junho de 2009, o Governo do Estado de Goiás, através de lei estadual, instituiu a **Política Estadual de Educação Ambiental**, que envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente, instituições dos sistemas de ensino público e privado, órgãos e entidades públicos da União, dos Estados e dos Municípios, e organizações não governamentais com atuação em educação ambiental.

A lei determina que todas as instituições, de natureza pública ou privada, que exerçam atividades consideradas poluidoras ou potencialmente poluidoras, ou que tenham condutas lesivas ao meio ambiente, deverão implantar programas de educação ambiental. As atividades vinculadas à Política Estadual de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação formal e não formal, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I – formação e capacitação de pessoas;
- II – desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III – produção e divulgação de material educativo;
- IV – acompanhamento e avaliação das ações em educação ambiental.

<sup>9</sup>[http://www.seder.mt.gov.br/html/ind\\_modelo.php?CX=internas\\_miolo&tabela=paginas&codigoPagina=120](http://www.seder.mt.gov.br/html/ind_modelo.php?CX=internas_miolo&tabela=paginas&codigoPagina=120)

- **Gerenciamento Ambiental Integrado do Alto e Médio Araguaia – Projeto Rio Vivo**

O Programa é desenvolvido por uma parceria entre a Fundação Pro Cerrado (Coordenadora do Programa), a Agência Goiana de Meio Ambiente (executora), o Instituto Qualitas e a APEGO – Associação dos Pescadores Esportivos de Goiás, das Universidades Federal, Estadual e Católica de Goiás, da Saneago, do CPRM e do IBAMA, visando a gestão ambiental integrada da bacia do Rio Araguaia.

O Projeto Rio Vivo possui 6 frentes de ação: monitoramento da qualidade da água, proteção de nascentes, recuperação de matas ciliares, salvamento do Pirarucu, proteção ambiental de quelônios e educação ambiental.

- **Programa Goiano de Biodiesel**

Lançado em 2005, o programa objetiva “fomentar a cadeia produtiva do biodiesel em Goiás e contribuir para com o desenvolvimento sustentado do Estado. Há, ainda, o Fundo de Incentivo ao Biodiesel no Estado de Goiás (FUNBIODIESEL) que tem por uma de suas finalidades, “incentivar a melhoria dos processos industriais, da qualidade do produto final, dos co-produtos e subprodutos e a rentabilidade global da cadeia de produção de biodiesel”. Segundo o Governo do Estado de Goiás, cerca de 50 agrovilas goianas estão envolvidas atualmente na produção de oleaginosas para o mercado de biodiesel, mobilizando quase 2 mil famílias.

#### **(4) Minas Gerais**

- **Plano Plurianual de Ação Governamental**

No Plano Plurianual de Ação Governamental 2008-2011, do Governo do Estado de Minas Gerais, estão previstas as seguintes ações em prol da qualidade ambiental, dentre outras:

- Aprimorar a gestão de bacias hidrográficas, visando à disponibilidade e à qualidade da água e a redução dos conflitos em torno de seu uso.
- Reduzir a contaminação das águas de Minas Gerais.
- Conservar o cerrado e recuperar a mata atlântica.
- Ampliar o tratamento de resíduos sólidos.
- Adotar metas de sustentabilidade e qualidade ambiental e consolidar o sistema de monitoramento.
- Ampliar o percentual do território ambientalmente protegido e promover a gestão eficiente das unidades de conservação.

## (5) São Paulo

- **Programa de Proteção e Recuperação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais e Projeto de Recuperação de Matas Ciliares**

A recuperação de matas ciliares prevista no Programa de Proteção e Recuperação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais é um dos principais projetos estratégicos para o período do Plano Plurianual, apresentando forte interface com outros projetos estratégicos, como o Projeto de Recuperação de Matas Ciliares, que se encontra em implementação, com apoio financeiro do GEF/Banco Mundial e em parceria com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento — SAA (Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável), e cuja execução terá continuidade no período 2008-2011.

- **Protocolo de Conduta Agroambiental**

O Protocolo de Conduta Agroambiental define uma forma de premiar condutas positivas, além das exigidas pela legislação, atraindo à adesão os mais adiantados e norteando ações complementares aos que não aderirem. Tais ações podem ser tanto de fomento como de exigências adicionais, porém, adequadas à sua realidade. Dentro do guarda-chuva do protocolo, há vários itens, tais como redução da colheita da cana queimada, recuperação das matas ciliares, redução no consumo de água e nas emissões atmosféricas das unidades industriais e gerenciamento de embalagens de agrotóxicos. Outras iniciativas estratégicas incluem o Licenciamento Ambiental Unificado, que prevê a criação da Agência Ambiental/Cetesb; os projetos Litoral Norte e Município Verde, visando o planejamento ambiental, e o Serra do Mar, focado na gestão ambiental, assim como o projeto Lixo Mínimo, que irá melhorar a gestão e a redução do volume de resíduos domésticos, estimulando a reciclagem e extinguindo os lixões a céu aberto.

- **Principais Planos e Programas de Desenvolvimento Socioeconômico**

- ✓ **Âmbito federal**

- **Programa Brasil Quilombola (PBQ)**

O Programa Brasil Quilombola é uma iniciativa do Governo Federal que visa o desenvolvimento sustentável dos quilombolas, através da sua inclusão na sociedade civil sem comprometer a legitimidade de sua cultura, assim como garantir os direitos à titulação e a permanência na terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infraestrutura, saneamento básico, transporte, água, luz, telecomunicações, previdência social, entre outras políticas públicas destinadas à população brasileira.

O programa é coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR – por meio da Subsecretaria de Políticas para

Comunidades Tradicionais, e tem suas ações executadas por 23 órgãos da administração pública federal, além de empresas e organizações sociais. Os governos municipais têm, neste contexto, uma função singular por se responsabilizarem, em última instância, pela execução da política em cada localidade. Para garantir a eficácia do programa, seu modelo de gestão, que cuida da formulação, execução e monitoramento das ações planejadas, este é baseado nos princípios da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que são transversalidade, gestão descentralizada e gestão democrática.

Dentre estas ações governamentais incluídas no Programa Brasil Quilombola, podemos destacar, primeiramente, os serviços de ouvidoria e as pesquisas que garantem a competência das próprias ações. As ações em si se concentram nas seguintes áreas: regularização fundiária; promoção da igualdade racial; fortalecimento da participação política dos quilombolas; segurança; assistência social –; saúde; geração de renda; direitos humanos; educação; meio ambiente; e previdência social.

- **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), implantado em 1996, é um programa do Governo Federal que visa à erradicação de todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos, garantindo a permanência delas na escola e em atividades sócio-educativas, culturais, esportivas, artísticas e de lazer, em um processo de resgate da cidadania. Além disso, o programa promove projetos de geração de trabalho e renda para suas famílias.

O PETI é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e desenvolvido em parceria com os diversos setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil. Desde 2000, o programa estabeleceu uma parceria junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (tem), que tem como competência o mapeamento dos focos de trabalho infantil no Brasil. Além disso, o Governo Federal vem buscando integrar o PETI ao Programa Bolsa Família como forma de racionalizar a gestão de ambos os programas e evitar o desperdício de recursos públicos, a duplicidade de benefícios, propiciando uma maior cobertura do atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho no Brasil.

Segundo a Análise Situacional do PETI de 2004, os Estados e municípios apontaram como principais pontos positivos do programa: “melhoria na qualidade de vida da criança e da família e da auto-estima da criança; construção e resgate da cidadania e inserção social das crianças, adolescentes e suas famílias; ajuda financeira às famílias; permanência das crianças na escola e na jornada ampliada; geração de renda para as famílias, melhoria da qualidade de vida da criança e sua família, representando



importante ajuda financeira às famílias; incremento de recursos que movimentam a economia dos municípios.”

- **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional é uma política do Governo Federal que envolve todas as áreas de atuação do governo, visando reduzir as desigualdades regionais e despertar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras. Busca, a exploração dos potenciais endógenos de desenvolvimento das diversas regiões do país, articulando políticas setoriais para regiões e sub-regiões prioritárias, sobretudo as de baixa renda, permitindo a dinamização e a melhor distribuição das atividades produtivas no território.

A PNDR tem como objetivo organizar um olhar sobre o conjunto do território do país, permitindo que as ações e os programas implementados sejam regulados a partir de um referencial nacional comum, capaz de produzir os efeitos desejados na redução das desigualdades regionais. Para isso, as regiões prioritárias para a PNDR foram definidas pelo cruzamento de duas variáveis: rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB per capita. O cruzamento dessas resultou em um cartograma que classifica o território nacional com base em quatro critérios diferentes: “Alta Renda”, “Baixa Renda”, “Dinâmica Recente” e “Estagnado”. Com isso, se reconhece a existência de sub-regiões dentro de cada macrorregião do país, sendo algumas consideradas competitivas com elevados rendimentos médios, e outras sub-regiões consideradas estagnadas e com precárias condições de vida. A PNDR pode então apresentar estratégias específicas para cada tipo de sub-região, lançando um olhar mais aguçado para cada realidade e permitindo a tomada de ações que vão desde a escala supranacional até a escala local.

- **Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada**

O Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada consiste em diversas ações coordenadas e supervisionadas pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração que visam a diminuição da pobreza em zonas rurais, especialmente nas áreas de baixa disponibilidade de recursos hídricos e áreas onde esses recursos estão sendo subutilizados. Entende-se que o apoio a agricultura irrigada representa um eficaz mecanismo para o combate à pobreza e distribuição de renda, gerando empregos para a mão-de-obra qualificada ou não. Além disso, o fortalecimento da agricultura irrigada resulta em um aumento da oferta de alimentos a preços menores do que aqueles produzidos nas áreas não irrigadas e favorece ao aumento produtivo entre os fatores terra e trabalho.

A execução do Programa é feita a partir do apoio dado a Estados e municípios para elaboração de planos diretores, estudos e projetos, além de fortalecimento institucional,

execução de obras e aquisição de equipamentos. No entanto, os responsáveis diretos pela execução das ações são os próprios Governos municipais e estaduais e entidades vinculadas ao Ministério da Integração.

- **II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**

Pretende representar o maior plano de reforma agrária da história do Brasil, assentando em média 130 mil famílias por ano. Com o PNRA, o atual Governo pretende mudar a estrutura agrária brasileira. Para atingir seus objetivos e metas o PNRA associa a democratização do acesso à terra, medidas direcionadas à garantia de crédito, ao seguro agrícola, à assistência técnica e extensão rural, à comercialização, à agroindustrialização, à recuperação e preservação ambiental e à promoção da igualdade.

Na implantação de novos projetos de assentamento, o PNRA pauta-se por dois princípios: desenvolvimento sustentável dos territórios nos quais se inscreverão e um projeto produtivo de viabilização econômica da produção agrícola.

No ano de 2008, de acordo com o INCRA, no Estado de Goiás, a área incorporada aos assentamentos da reforma agrária foi de 2.751 ha, enquanto, em Minas Gerais, a área destinada aos assentamentos foi acrescida de 186 ha e, no Estado de São Paulo, de 232 ha.

O PNRA contará ainda com o apoio do Plano Safra da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária; do Programa de Aquisição de Alimentos; Programa de Crédito Fundiário; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; Programa Nacional de Educação do Campo – PRONERA.

- **Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)**

Criado em 1995 e tendo sua atual estrutura regulamentada pelo Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, o Pronaf, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem por objetivo “promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares”. O programa tem por diretrizes: disponibilizar financiamentos em volume e condições adequadas à sustentabilidade da agricultura familiar; garantir o fluxo de recursos para implantação dos assentamentos rurais; promover a capacitação dos agricultores e extensão rural de qualidade; incentivar a geração e a transferência de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e às atividades não-agrícolas; estimular a agricultura orgânica; combater a violência no campo; dentre outras.

- **Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família, instituído em 2003, tem como principal objetivo a inclusão social das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. A transferência direta de renda possibilita aliviar os efeitos mais imediatos da pobreza, como a insegurança alimentar e nutricional. Ao associá-la a estratégias de melhoria das condições de saúde e educação, o programa potencializa oportunidades para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza.

A participação dos estados na gestão de benefícios está focada na coordenação dos municípios que fazem parte de seu território. Os estados exercem a função de promotores do desenvolvimento das atribuições municipais, não apenas estimulando uma ação local qualificada, como também fornecendo o suporte e o apoio técnico necessário ao planejamento e desenvolvimento do Programa.

No modelo de gestão descentralizada do PBF, os governos municipais são os principais gestores do Programa junto às famílias. Neste sentido, os gestores municipais, como executores locais do PBF, podem identificar mudanças socioeconômicas das famílias e realizar as devidas atividades de gestão de benefícios, de forma centralizada ou descentralizada. O gestor municipal deve manter-se atento, também, à mobilidade geográfica, característica presente nesse estrato da população, promovendo os ajustes necessários nos cadastros das famílias beneficiárias.

- **Projeto Brasil Municípios**

O Projeto Brasil Municípios, também chamado de Projeto Reforço da Capacidade Institucional em Municípios Selecionados para a Redução da Pobreza, que está previsto para durar até 2011, consiste em um acordo de cooperação técnica entre o Governo Federal, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e a União Européia que visa contribuir para o fortalecimento das capacidades administrativas municipais, como forma de aumentar a eficácia das ações de planejamento, gestão, avaliação e monitoramento de políticas públicas e de programas e projetos governamentais no nível dos governos locais.

Segundo o Governo Federal, o projeto poderá auxiliar na formação e na capacitação de gestores e técnicos municipais, na prestação de consultoria e assistência técnica para a solução de problemas que impedem ou fragilizam a execução de programas e projetos, no intercâmbio de experiências entre municípios, do Brasil e do exterior, no apoio ao desenvolvimento de experiências-piloto inovadoras de gestão local e no fortalecimento de parcerias, consórcios e outras formas de associativismo intermunicipal.

O projeto tem amplitude nacional, mas os municípios localizados nas regiões Norte e Nordeste do país, selecionados previamente segundo critérios socioeconômicos, e que

levam em conta também as inter-relações geográficas e a participação dos municípios em programas de desenvolvimento, receberão prioridade para as ações de capacitação institucional.

- **Programa Luz Para Todos**

O Programa Luz para Todos, lançado em 11 de novembro de 2003, é uma iniciativa do Governo Federal que visa estimular as concessionárias distribuidoras de energia a levar eletricidade até um significativo contingente de domicílios, principalmente nas áreas rurais do Brasil, para que seja possível acabar com a exclusão elétrica no país. Assim, o Governo Federal pretende utilizar a energia elétrica como instrumento de desenvolvimento social e econômico das comunidades de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e da fome e para o aumento da renda familiar. O acesso à energia elétrica favorece a integração dos programas sociais do Governo Federal, contribuindo para que as áreas atendidas pelo programa se beneficiem de serviços básicos de saúde, educação, abastecimento de água, saneamento e comunicação e também de políticas de incentivo à agricultura familiar. Além disso, com a implementação do programa, estima-se que, aproximadamente, 300 mil empregos diretos e indiretos são gerados, já que é dada prioridade ao uso da mão-de-obra local e à compra de materiais e equipamentos nacionais fabricados nas regiões próximas às localidades atendidas.

No Estado de Goiás, cerca de 35 mil domicílios já foram atendidos, beneficiando 176 mil pessoas e contando com 58 milhões de reais em investimentos. No Estado do Mato Grosso, estima-se que já foram investidos cerca de 700 milhões de reais até agora, e que quase 80% dos municípios do Estado já foram atendidos pelo programa.

- **Territórios da Cidadania<sup>10</sup>**

Lançado pelo Governo Federal em 2008, o programa Territórios da Cidadania tem como objetivos: promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável nas regiões mais necessitadas do país, especialmente no meio rural. As ações a serem executadas estão divididas nos seguintes eixos temáticos: direitos e desenvolvimento social; organização sustentável da produção; saúde, saneamento e acesso a água; educação e cultura; infraestrutura; apoio à gestão territorial e ações fundiárias.

O Território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os Territórios demonstram, de forma mais nítida,

<sup>10</sup><http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>

a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade. Em 2009, o número de territórios foi ampliado de 60 para 120, sendo 27 territórios na região Norte; 56 territórios na região Nordeste; 15 territórios na região Sudeste; 12 territórios na região Centro-Oeste e 10 territórios na região Sul.

- **Geração de Trabalho e Renda**

No eixo Geração de Trabalho e Renda, o Governo Federal, através de 15 Ministérios e 4 Secretarias Especiais da Presidência da República, desenvolve uma grande variedade de ações visando à inclusão produtiva para desempregados, jovens em situação de risco, mulheres, indígenas, quilombolas, catadores e populações pobres em geral.

Deseja-se incentivar a especialização produtiva dos territórios, construindo marcas próprias, e estimular a cooperatividade e a competitividade sistêmica, para a conquista da sustentabilidade dos pequenos negócios. Nada disso é possível sem capacitação.

### **Âmbito Estadual**

#### **(1) Rondônia**

- **Programa De Apoio Ao Desenvolvimento Agropecuário**

No eixo Geração de Trabalho e Renda, o Governo Federal, através de 15 Ministérios e 4 Secretarias Especiais da Presidência da República, desenvolve uma grande variedade de ações visando à inclusão produtiva para desempregados, jovens em situação de risco, mulheres, indígenas, quilombolas, catadores e populações pobres em geral.

Deseja-se incentivar a especialização produtiva dos territórios, construindo marcas próprias, e estimular a cooperatividade e a competitividade sistêmica, para a conquista da sustentabilidade dos pequenos negócios. Nada disso é possível sem capacitação.

- **"MICROCRÉDITO" - Um gerador de oportunidades<sup>11</sup>**

A Associação de Crédito Cidadão de Rondônia - ACRECID, é uma Organização da Sociedade Civil de interesse Público (OSCIP) que trabalha com o microcrédito, levando em conta a realidade dos pequenos negócios, que operam de forma mais simplificada, apostando na potencialidade econômica do empreendimento e nas relações de confiança. Foi constituída em 12 de setembro de 2001, e, desde então, vem realizando um trabalho social em todo o estado de Rondônia.

<sup>11</sup><http://www.sedes.ro.gov.br/conteudo.asp?id=155>

- **Programa de Geração de Emprego e Renda<sup>12</sup>**

Este projeto oferece a prestação de serviços de intermediação de mão de obra, atendimento ao seguro-desemprego, emissão de carteiras de trabalho e qualificação e requalificação profissional para trabalhadores e desempregados, objetivando aumentar a probabilidade de obtenção de um novo emprego, ou manutenção do existente, contribuindo decisivamente nos processos de geração de oportunidades de trabalho e renda.

## (2) Mato Grosso

- **Programa de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso – PRODER<sup>13</sup>**

A finalidade do PRODER é criar condições para a consolidação da agricultura familiar e da expansão do agronegócio no Estado do Mato Grosso, através de apoio produtivo, tecnológico, organizacional, ambiental e de mercado, no intuito de promover a inclusão social, a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano da população rural, o estímulo das cadeias produtivas para geração de trabalho e renda, além de saldos na balança comercial do Estado. Dentro do programa foi criado o **Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR**, para ser aplicado prioritariamente em pesquisa e difusão tecnológica, treinamento de mão-de-obra, promoção e divulgação.

- **Programa Produtos da Terra<sup>14</sup>**

O programa de desenvolvimento da agroindústria familiar tem como objetivos principais: implantar, modernizar e adequar às pequenas e médias unidades agroindustriais, gerando emprego e renda, bem como inserir os agro empreendedores de forma profissional e com competitividade no mercado, tendo como premissa a sustentabilidade social, econômica e ambiental; e agregar valores aos sistemas produtivos dos familiares, transformando seu perfil socioeconômico, baseado predominantemente na produção primária.

- **Programa de Incentivo à cultura do algodão - PROALMAT**

O PROALMAT foi criado pela Lei Estadual 6.883 de 02/06/97 e regulamentado pelo Decreto nº 1.589 de 18/07/1.997, e tem como objetivo fornecer redução de 75% do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS), incidente sobre o valor de comercialização do algodão sendo destinado aos produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, inscritas no Cadastro de Contribuintes do Estado.

O Proalmat entrega para cada produtor cadastrado e que cumpre as exigências estabelecidas, a destruição das soqueiras de algodão (restos da lavoura), o transporte

<sup>12</sup> <http://www.sedes.ro.gov.br/conteudo.asp?id=156>

<sup>13</sup> [http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A\\_9d921451fc6a39ff48e8a860f19d3a35LEI7958.pdf](http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A_9d921451fc6a39ff48e8a860f19d3a35LEI7958.pdf)

<sup>14</sup> [http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A\\_9ad87fe3863ce1f9610d3baab95a8aedPASSO%20A%20PASSO%20PARA%20REGISTR O%20NO%20PRODUTO%20DA%20TERRA.pdf](http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A_9ad87fe3863ce1f9610d3baab95a8aedPASSO%20A%20PASSO%20PARA%20REGISTR O%20NO%20PRODUTO%20DA%20TERRA.pdf)

das embalagens de agrotóxicos para as Centrais de Recepção e o certificado anual que comprova a participação no programa. O programa beneficia quase 100% dos produtores de algodão do Estado, inclusive os da agricultura familiar, o que fez com que, nos últimos anos, o Estado do Mato Grosso fosse transformado no maior produtor de algodão do País, sendo responsável por quase metade da produção nacional.

- **Programa Mato-Grossense de Melhoramento da Pecuária – PROMMEPE<sup>15</sup>**

Os objetivos do PROMMEPE são: I – elevar, a curto e médio prazo, o padrão sócio-econômico do rebanho geral através da utilização de inseminação artificial, touros registrados, reprodutores e matrizes melhoradoras, oriundos do programa; II – introduzir e aprimorar orientações sobre manejo, alimentação e sanidade, visando aumentar os índices de desfrute e a oferta de carne; III – introduzir o Calendário Sanitário de forma que concretize o processo profilático e do controle das principais doenças que ocorrem nos Estado; IV – possibilitar aos pecuaristas a introdução e melhorias quando ao aumento do índice de natalidade, redução do índice de mortalidade, redução de idade do 1º parto e redução da idade de abate; V – fornecer um esquema de alimentação no período da seca que permite ganhos e peso; VI – incentivar a utilização e cruzamento industrial, com objetivo de obter um produto precoce e de maior peso para o abate; e VII – possibilitar melhorias de desempenho da pecuária leiteira.

- **Programa de Agregação de Valor à Produção Rural – PROVEMAIS<sup>16</sup>**

O PROVEMAIS visa assegurar os recursos necessários para criação de projetos que possam gerar emprego e renda no meio rural, principalmente em relação às iniciativas da agroindústria. Os beneficiários do programa são associações, cooperativa sindicatos rurais e de trabalhadores rurais, e demais setores envolvidos na agricultura familiar e projetos individuais.

- **Projeto de Microcrédito<sup>17</sup>**

O projeto de Microcrédito oferece oportunidade de crédito a empreendedores de baixa renda que tenham habilidade e experiência de trabalho e que queiram iniciar ou ampliar seu próprio negócio, sendo parte de uma ação conjunta da Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS), Município, MT FOMENTO, SEBRAE, Conselho Municipal do Trabalho, EMPAER e Agente de Crédito. Os bens financiáveis pelo projeto são: Máquinas, equipamentos, ferramentas, (novos e usados),

<sup>15</sup>[http://www.seder.mt.gov.br/html/ind\\_modelo.php?CX=internas\\_miolo&tabela=paginas&codigoPagina=102](http://www.seder.mt.gov.br/html/ind_modelo.php?CX=internas_miolo&tabela=paginas&codigoPagina=102)

<sup>16</sup>[http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A\\_3bd988fc3f31c6239b05dc1ac633330cPROVEMAIS%20-%20DEC.%204.930%20DE%2028.12.04.jpg](http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A_3bd988fc3f31c6239b05dc1ac633330cPROVEMAIS%20-%20DEC.%204.930%20DE%2028.12.04.jpg)

<sup>17</sup><http://aplic.setec.mt.gov.br/microcredito/index.htm>

matéria prima, mercadorias para revendas e bens destinados a produção, prestação de serviços e comercialização.

- **Programa Pinar**

Lançado pelo Governo do Estado do Mato Grosso em 1997, o programa visa fornecer a demanda hídrica necessária para irrigação de 3.712ha de 26 núcleos agrícolas localizados em diversos municípios do Estado de Mato Grosso, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado. O programa foi implementado através de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional e o Governo do Estado do Mato Grosso.

### **(3) Goiás**

- **Projeto de Irrigação Flores de Goiás**

Lançado pelo Governo do Estado de Goiás em 1997, o projeto consiste na instalação de um sistema de captação e distribuição de água, envolvendo estruturas tipo barramentos, canais e tomadas d'água, que permite facilidade para uso eficiente de vários métodos de irrigação. Assim, o projeto visa contribuir para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida na região nordeste do Estado. Localizado na Região do Vão do Paranã, no nordeste Goiano, o projeto está sendo implementado através de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional, e o Governo do Estado de Goiás.

- **Projeto de Irrigação Luís Alves do Araguaia**

Lançado pelo Governo do Estado de Goiás em 1997, o projeto consiste na construção de canais, drenos, estações de bombeamento e de drenagem, diques, sistematização e estradas para possibilitar um melhor aproveitamento hidroagrícola para irrigação de lavouras, possibilitando a obtenção do máximo de rentabilidade da área agrícola. Assim, tendo o Rio Araguaia como fonte hídrica, o projeto visa contribuir para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida na região do Vale do Rio Araguaia. Localizado no município de São Miguel do Araguaia, o projeto está sendo implementado através de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional, e o Governo do Estado de Goiás.

- **Projeto de Irrigação Três Barras**

Lançado pelo Governo do Estado de Goiás em 1997, o projeto consiste na melhoria da infraestrutura de irrigação para ampliar a produção de alimentos, especialmente frutas e hortaliças, visando melhoria da qualidade de vida de 182 famílias da região. Assim, o projeto tem como objetivo aumentar o número de empregos e diminuir o êxodo rural, proporcionando o crescimento econômico da região sudeste do Estado. Localizado no



município de Cristalina, o projeto está sendo implementado através de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional, e o Governo do Estado de Goiás.

- **Programa Goiás Irrigar**

Desenvolvido pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), o Programa tem por objetivo “promover o desenvolvimento planejado da agricultura irrigada, viabilizando a implantação dos projetos de irrigação de interesse de Goiás”. Suas ações são dirigidas a: garantir a eficiência e sustentabilidade dos projetos de irrigação; estimular investimentos privados, o incremento da produção e da qualidade agrícola, a organização de produtores rurais e a expansão da agroindustrialização e da comercialização dos produtos agrícolas; implementar um modelo eficaz de irrigação para o Estado; elaborar o Plano Diretor de Irrigação; compatibilizar os projetos públicos de irrigação com os projetos da iniciativa privada.

- **Programa Agricultura Familiar**

De responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO, tem por objetivo “estimular e fortalecer a expansão das atividades agropecuárias, desenvolver a agroindustrialização, agregar renda, gerar emprego e diversificar a produção rural familiar”.

O Programa Agrofamiliar é dirigido aos pequenos produtores e os trabalhadores rurais que utilizam mão-de-obra familiar, viabilizando mecanismos voltados à assistência creditícia, reforma agrária, transferência de conhecimentos e tecnologias, regularização fundiária, incentivos ao associativismo, verticalização e técnicas de inserção competitiva no mercado.

- **Programa Celeiro Novo**

Promovido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO, visa “aumentar a produção, a produtividade e qualidade de grãos, desenvolver e fortalecer as demais atividades agropecuárias de forma harmoniosa e sustentável em relação ao meio ambiente e ao crescimento da economia”. O Programa atua junto aos agentes do agronegócio, na busca da eficiência da produção agrícola, através de ações de fomento, assistência técnica, modernização, verticalização, conhecimento, motivação e ampliação de acesso aos mercados locais, regionais e internacionais. É também responsável pela vigilância sanitária animal e vegetal e pelo apoio tecnológico e gerencial à agricultura familiar.

- **Programa Banco do Povo**

Promovido pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, visa “gerar oportunidades de trabalho e renda, através da concessão de crédito ágil, acessível e

adequado e da promoção de assistência técnica para microempreendedores de baixa renda, garantindo a sustentabilidade do negócio.”

No ano de 2008, no âmbito deste programa, foram financiados 5.404 contratos, gerados 6.578 empregos e foi aplicado um valor acumulado de R\$ 9.358.663,04. Foi realizada a capacitação de agentes de crédito de 114 municípios, 2.031 empreendedores receberam treinamento e foi disponibilizada consultoria empresarial a 2.905 agentes de crédito.

#### **(4) Minas Gerais**

O Plano Plurianual de Ação Governamental 2008 – 2011, do Estado de Minas Gerais, destaca os seguintes objetivos na área de redução da pobreza e inclusão produtiva: superar a pobreza crônica das novas gerações, através da educação; promover a inclusão produtiva da população adulta; reduzir o analfabetismo; promover a segurança alimentar nutricional e a saúde em todas as fases do ciclo de vida individual; promover a intervenção integrada nos espaços de concentração da pobreza; fortalecer a agricultura familiar, dentre outros.

#### **(5) São Paulo**

No Plano Plurianual 2008-2011, elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo, na área de assistência e desenvolvimento social, recebem destaque as seguintes iniciativas: concessão de apoio técnico e financeiro a municípios, entidades e organizações de assistência social para a execução de ações de proteção social básica aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade; apoio técnico e financeiro a municípios, entidades e organizações de assistência social para a promoção de ações de proteção social especial à população em situação de desamparo e exclusão social; ações de transferência de renda, operacionalizadas no Programa Família Cidadã, por meio de duas ações.

A seguir é apresentado um quadro resumo dos Planos e Programas identificados nas Áreas de Abrangência Regional e Área de Influência Indireta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N°1.

**Quadro 3.6.5.2 - 2 - Resumo de Planos e Programas Governamentais existentes na AAR e AII da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N1.**

PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA DE ÂMBITO FEDERAL
Programa Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica (Programa Luz para Todos)
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
Programa Corredor Sudoeste
Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT)

PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA DE ÂMBITO ESTADUAL	
Rondônia	Programa Luz para Todos
	Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
Mato Grosso	Programa Luz para Todos
	Plano de Universalização Urbana
	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
	Programa Estradeiro
Goiás	Programa Luz para Todos
	Programa Luz para Goiás
	Programa Energia e Telecomunicações
	Plano de Desenvolvimento do Transporte de Goiás
Minas Gerais	Programa Luz para Todos
	Programa Clarear
	Programa de Potencialização da Infraestrutura Logística da Fronteira Agroindustrial
	Plano Estratégico de Logística de Transportes
São Paulo	Programa Luz para Todos
	Programa de Universalização do Atendimento no Meio Rural
	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
	Programa Plurianual 2008 - 2011

PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE DE ÂMBITO FEDERAL
Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)
Plano Amazônia Sustentável - PAS
Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia - PROAMBIENTE
Programa Nacional de Florestas (PNF)
Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável
Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH
Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins

PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE DE ÂMBITO ESTADUAL	
Rondônia	PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE DE ÂMBITO ESTADUAL
Mato Grosso	Programa de Desenvolvimento Ambiental do Estado do Mato Grosso - PRODEA
	Plano Estadual de Recursos Hídricos
	Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Estado do Mato Grosso - PPCDQ/MT
	Programa MT Legal
	Programa de Biocombustíveis do Estado de Mato Grosso - PROBIOMAT
Goiás	Política Estadual de Educação Ambiental
	Gerenciamento Ambiental Integrado do Alto e Médio Araguaia - Projeto Rio Vivo
	Programa Goiano de Biodiesel
Minas Gerais	Plano Plurianual de Ação Governamental
São Paulo	Programa de Proteção e Recuperação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
	Projeto de Recuperação de Matas Ciliares
	Protocolo de Conduta Agroambiental

PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE ÂMBITO ESTADUAL	
Goiás	Projeto de Irrigação Luís Alves do Araguaia
	Projeto de Irrigação Três Barras
	Projeto de Irrigação Flores de Goiás
	Programa Goiás Irrigar
	Programa Agricultura Familiar
	Programa Ceiteiro Novo
	Programa Banco do Povo
Rondônia	PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
	Programa de Mecanização Agrícola - PROMEC
	Programa PRO-LEITE
	Projeto de Eletrificação Rural
	Programa MICROCRÉDITO
	Programa de Geração de Emprego e Renda
Mato Grosso	Programa de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso - PRODER
	Programa Produtos da Terra
	Programa de Incentivo à cultura do algodão - PROALMAT
	Programa Mato-Grossense de Melhoramento da Pecuária - PROMMEPE
	Programa de Agregação de Valor à Produção Rural - PROVEMAIS
	Projeto de Microcrédito
	Programa Pinar
Minas Gerais	Plano Plurianual de Ação Governamental 2008 - 2011
São Paulo	Plano Plurianual de assistência e desenvolvimento social 2008-2011

### **c. Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE dos Estados Abrangidos pelo Empreendimento**

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento de planejamento do ordenamento territorial que vem sendo elaborado em algumas regiões prioritárias de determinadas macro-regiões do Brasil, especialmente na Amazônia.

O ZEE foi considerado como instrumento de gestão territorial técnico (provê informação integrada em uma base geográfica e classifica o território segundo suas potencialidades e vulnerabilidades) e político (permite integrar políticas públicas e é instrumento de negociação entre esferas do governo, setor privado e a sociedade civil).

O ZEE, como instrumento de planejamento, possui três características fundamentais:

- Integração harmônica e interdependência entre os aspectos ecológicos e econômicos;
- processualidade operacional em uma sequência interativa de fases contínuas, de modo a superar o modelo de utilização de recursos naturais gerador de desequilíbrios;
- adequação à realidade considerada, no que tange a preservar as peculiaridades próprias dos sistemas físico-bióticos, sócio-econômicos, culturais e políticos, retratando uma opção de desenvolvimento sustentável.

#### **Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal**

A Amazônia tem sido foco da atenção nacional e mundial no que diz respeito à preservação do meio ambiente e em relação à importância e riqueza dos seus recursos naturais. Se por um lado a importância ambiental e política da maior floresta tropical do planeta enquanto acervo de biodiversidade e para a manutenção do clima global, avança em consonância com a afirmação de políticas ambientais globais, em outra mão, o discurso desenvolvimentista, normalmente presente nas políticas regionais, ressaltam a importância da exploração dos recursos naturais da região para o seu desenvolvimento econômico. Desta forma, muitas das análises que envolvem o espaço amazônico, possuem um caráter paradoxal acerca do uso dos recursos naturais. Historicamente, ressalta-se que o modelo de desenvolvimento para a Amazônia, salvo algumas exceções pontuais, prima pela perda de sua riqueza natural decorrente da exploração predatória e conseqüente prejuízos para as comunidades amazônicas.

Contudo, apesar de pressões cada vez mais intensas, a Amazônia conserva ainda hoje as principais características de seu patrimônio natural, social e cultural, o que lhe confere uma identidade singular. O complexo ecológico transnacional é caracterizado principalmente pela contigüidade da floresta que, juntamente com o amplo sistema

fluvial amazônico, unifica vários subsistemas ecológicos distribuídos pela Guiana Francesa, Suriname, Guyana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

Desta forma, alguns esforços governamentais têm sido dirigidos para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, especialmente para a compatibilização da exploração eficiente dos recursos naturais, coadunando ações de preservação ambiental. Esta política é expressa, por exemplo, no PAS (Plano Amazônia Sustentável), que integra a política de desenvolvimento regional da Amazônia definido diretrizes para o desenvolvimento e ocupação da região norte, envolvendo ações dos governos federal e estadual. Desenvolvido a partir do ano de 2003, o PAS vem sendo discutido e aprimorado através de diagnósticos e consultas públicas e influenciado diversos programas em andamento e definido novos programas para a região.

Segundo o diagnóstico apresentado em 2003 no PAS, o desenvolvimento sustentável na Amazônia está especialmente condicionado á importância dos seus recursos naturais, resumidas em três conjuntos estratégicos - os patrimônios biológico, hidrológico e geológico:

**Patrimônio biológico.** A Amazônia abriga um terço das florestas tropicais úmidas do Planeta, que concentram 50% da diversidade biológica mundial e apresentam imenso potencial genético, princípios ativos de inestimável interesse econômico e social e oferta de produtos florestais com alto valor no mercado. O maciço florestal é administrado, em sua maior parte, por um mesmo Estado nacional. Seus habitantes acumularam conhecimento singular sobre suas características e seu funcionamento. Assim, o patrimônio biológico representa grande potencial ecológico, econômico e político, de importância estratégica regional, nacional e internacional.

**Patrimônio hidrológico.** A bacia hidrográfica estende-se por mais de 6 milhões de km<sup>2</sup> e reúne mais de 1.100 afluentes. Pela bacia do rio Amazonas, flui cerca de 15% da água doce não congelada do planeta, recurso cada vez mais escasso, e 80% da água disponível no território brasileiro. O potencial hidrelétrico é fundamental para o País. A bacia dispõe, ainda, de vastos recursos pesqueiros e potencial excepcional para a aquicultura.

**Patrimônio pedológico/geológico.** A Amazônia possui meio bilhão de hectares de solos de aptidão agrícola variada, cerca de um quinto dos quais aberto, um subsolo com gigantescas reservas de minérios tradicionais em exploração (ferro, bauxita, ouro, cassiterita) e ocorrências de minérios com potencial para novas aplicações tecnológicas (nióbio, manganês, titânio).

Dada a importância estratégica da Amazônia, foi criado em 2001, o **Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)**, com o objetivo de estabelecer um modelo de

desenvolvimento sustentável, a fim de conciliar conflitos de uso do território e exploração dos recursos naturais. A regulação do território passou a ser abordada segundo três princípios básicos - eficácia, valorização da diferença e descentralização.

Destaca-se que o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento de planejamento do ordenamento territorial que vem sendo elaborado em algumas regiões prioritárias de determinadas macro-regiões do Brasil, especialmente na Amazônia.

O ZEE foi considerado como instrumento de gestão territorial técnico (provê informação integrada em uma base geográfica e classifica o território segundo suas potencialidades e vulnerabilidades) e político (permite integrar políticas públicas e é instrumento de negociação entre esferas do governo, setor privado e a sociedade civil).

O ZEE, como instrumento de planejamento, possui três características fundamentais:

- integração harmônica e interdependência entre os aspectos ecológicos e econômicos;
- processualidade operacional em uma seqüência interativa de fases contínuas, de modo a superar o modelo de utilização de recursos naturais gerador de desequilíbrios;
- adequação à realidade considerada, no que tange a preservar as peculiaridades próprias dos sistemas físico-bióticos, sócio-econômicos, culturais e políticos, retratando uma opção de desenvolvimento sustentável.

O ZEE junto com a regularização fundiária é o estabelecimento da fronteira da legalidade ambiental, demandada por governos, técnicos, ambientalistas, empresários e universidades. Estabelece o que pode ser feito, como e onde, criando a base da sustentabilidade e uma clareza e foco nas operações de repressão ao crime ambiental.

Nesse sentido, o Macrozoneamento dialoga e mantém uma relação de mão dupla com as principais iniciativas que já em transformação na Amazônia e que contam com forte legitimação política e social, no geral referendadas pelo PAS, tais como o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAM), as Políticas Nacionais de Ordenamento Territorial (PNOT), as Políticas de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de Defesa (PND), o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Programa Territórios da Cidadania, os Planos de Desenvolvimento Regionais, a exemplo dos Planos Marajó, BR-163, Xingu e Sudoeste da Amazônia, e, assim que forem lançados, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Cerrado (PPCerrado) e o Plano Estratégico de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas, entre outros. Uma aproximação ainda não realizada, porém necessária, é com o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), que está sendo elaborado pela Sudam.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) organizou com o IBGE, a Embrapa e a CPRM (recursos minerais) o Consórcio ZEE Brasil para apoiar os estados na elaboração dos seus zoneamentos. A conclusão de todos os ZEEs estaduais e do Macro-zoneamento até o final de 2009 é um compromisso do MMA e do governo federal. Três estados concluíram (Acre, Rondônia e Pará), enquanto outros 3 enviaram às Assembléias Legislativas. Já o estado do Amazonas o apresentou à Comissão e enviou ao parlamento estadual em março de 2009.

## **(1) Rondônia**

### **1ª aproximação do ZEE do Estado de Rondônia**

Na década de 80, o Governo Federal, preocupado com a ocupação desordenada da região Noroeste e, constatando a pouca capacidade dos governos estaduais em fazer frente à necessidade de apoio socioeconômico à população migrante, implantou o POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil, que tinha como objetivo a maior integração nacional, através de projetos de pavimentação de rodovias e infraestrutura, que facilitariam o escoamento da produção, interiorizando e descentralizando os serviços públicos.

Entretanto, mesmo com esta intervenção, havia a necessidade de promover o ordenamento da ocupação segundo critérios mais sustentáveis. Por volta de 1986, o estado desencadeou um processo de correção de rumos do POLONOROESTE, incorporando a idéia do ordenamento territorial, numa ótica de sustentabilidade a longo prazo, surgindo então o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia-PLANAFORO, que teve como base a 1ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico.

O referido Zoneamento foi instituído em 14 de junho de 1988, através do Decreto Estadual nº 3782, na escala 1:1.000.000, posteriormente ratificado pela Lei Complementar nº 052, de 20 de dezembro de 1991.

A concepção metodológica que norteou a 1ª Aproximação do Zoneamento se apoiou no reconhecimento da ocupação territorial, na identificação da alteração da cobertura florestal e na evidência dos condicionamentos geofitoecológicos e edafoclimáticos dos "Sistemas Ambientais" de ocupação.

Como forma de aprofundar os estudos sobre o Zoneamento, reconheceu-se a necessidade de uma 2ª aproximação do ZEE de Rondônia, considerando a área total do seu território, e ainda as áreas de influência dos Estados do Mato Grosso, do Acre, do Amazonas e da República Federativa da Bolívia. Além disso, realizaram-se vários



estudos através de um consórcio de empresas especializadas<sup>18</sup> que resultaram em um diagnóstico sócioeconômico-ambiental do Estado.

O projeto de ZEE de Rondônia foi dividido em 4 etapas:

**Levantamento situacional:** neste levantamento foram considerados: (i) meio físico - a geologia, a geomorfologia, o clima, a hidrologia, os solos e a hidrogeologia; (ii) meio biótico - a cobertura vegetal e a fauna; (iii) meio antrópico - a demografia, os setores produtivos, o uso das terras, a estrutura fundiária, a infraestrutura econômica e a infraestrutura social e (iv) os aspectos jurídicos e institucionais: as leis, as instituições e o zoneamento.

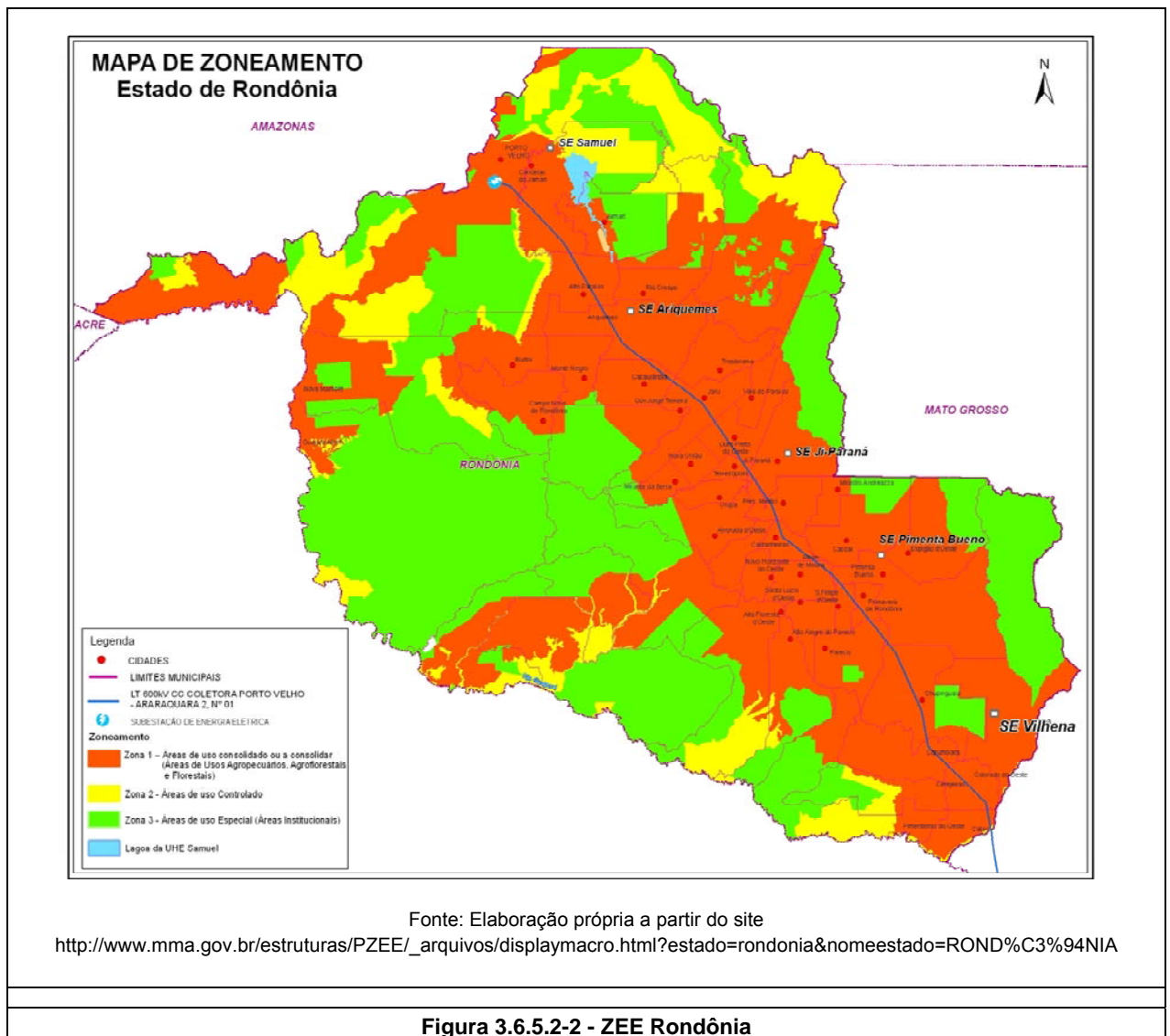
**Diagnóstico:** a partir do Levantamento situacional, foi elaborado um diagnóstico com a situação física, biótica e sócio-econômica do estado, e, desta forma, este foi o ponto de partida para a definição dos espaços ambientais e a proposta de zoneamento.

**Oficinas e Audiências Públicas:** com a proposta de ZEE concluída, ocorreram diversas oficinas e audiências públicas nas cidades de Guajará Mirim; Machadinho d'Oeste; Nova Mamoré; Buritis; Ji Paraná; Alta Floresta; Costa Marques; Cerejeiras; São Miguel do Guaporé; Pimenta Bueno e Porto Velho.

A seguir são apresentadas as Leis de Zoneamento criadas para o estado de Rondônia:

- LEI COMPLEMENTAR Nº 233, DE 06 DE JUNHO DE 2000 - Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia - ZSEE
- LEI COMPLEMENTAR Nº 312, DE 06 DE MAIO DE 2005, do Estado de Rondônia, que institui o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico – ZSEE – Altera a Lei Complementar Nº 233
- DECRETO Nº 5.875, DE 15 DE AGOSTO DE 2006 (DOU de 16/08/2006) - Adota a Recomendação nº 003, de 22 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

<sup>18</sup> O Consórcio Tecnosolo/DHV Consultants foi contratado para execução do "Diagnóstico Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia e Assistência Técnica para Formulação do Zoneamento do Estado", conforme processo administrativo nº 276/94, licitado através da Carta Convite nº 146/94, bem aos termos da Lei 8.666/93".  
<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./estadual/index.html&conteudo=./estadual/ro2.html>



De acordo com o mapa acima, pode-se notar que o Estado de Rondônia é composto por três grandes zonas, onde destaca-se a Zona 1 com usos consolidados ou a consolidar, predominando portanto atividades agropecuárias, agroflorestais e florestais.

Por ser também a região onde está prevista a implantação do empreendimento, pode-se afirmar que não há incompatibilidade com o uso e ocupação do solo, tendo em vista as características dessa região, com vocação para o uso agrícola. Acrescenta-se a isso o fato de que estes municípios foram fundados a partir de projetos de colonização, conforme será descrito no item 3.6.5.3, letra a apresentado no próximo capítulo.

Um outro aspecto que também contribui para reforçar o argumento de que não há incompatibilidade de uso com o empreendimento é o fato de que das 26 prefeituras da área de influência do empreendimento, 23 consentiram a anuência pelo uso de passagem, 02 o fizeram com algumas ressalvas, no caso, os municípios de

Teixeirópolis e Urupá e apenas 01 município, Candeias do Jamari, ainda não autorizou a passagem.

## **(2) Mato Grosso**

De acordo com as informações da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) do Estado do Mato Grosso, o relatório final do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Mato Grosso está em fase de apreciação pela Comissão Especial de Zoneamento (dezembro/2009). Este relatório já incorpora as diretrizes do projeto original elaborado pelo governo, e as sugestões feitas pela sociedade durante a realização das audiências públicas e seminários técnicos promovidos nas cidades-pólos do estado.

Após ser aprovado e sancionado, o relatório denominado Substitutivo Integral ao Projeto de Lei nº 273/08 - do Zoneamento, ainda deverá ser apreciado pela Comissão Coordenadora do Zoneamento e Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) em Brasília (DF), antes de receber o decreto presidencial homologando-o como Lei do Zoneamento de Mato Grosso.

### **O projeto de ZSEE do Mato Grosso**

O projeto de Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Mato Grosso baseou-se no Diagnóstico Socioeconômico Ecológico, que dividiu o estado em Unidades Socioeconômicas Ecológicas – USEE.

As USEE são unidades territoriais que foram caracterizadas a partir das similaridades e distinções de suas potencialidades naturais, econômicas e sociais, baseadas nas 12 Regiões de Planejamento e posteriormente avaliadas em sua sustentabilidade quanto à eficiência econômica, condições e qualidade de vida e qualidade do ambiente natural. Essa avaliação qualificou as unidades territoriais mediante o reconhecimento das limitações e vocações de cada uma. Na sequência, foi elaborado um quadro prospectivo qualitativo das unidades, denominado Situação Tendencial, considerando a evolução das tendências dos indicadores que caracterizam a qualidade do meio natural, das condições de vida e da eficiência econômica, identificando problemas e questões emergentes.

Com isso, foram definidas as linhas de intervenção adequadas para o estado e, em cada Região de Planejamento foi promovido o enquadramento das Unidades Territoriais de acordo com a problemática comum a elas, dando origem a Zonas de Intervenção, com diretrizes específicas em cada zona de acordo com a sua problemática dominante. Além disso, foram criadas Subzonas com diretrizes específicas, de acordo com suas particularidades, compatibilizadas com a categoria de uso da zona à qual estavam vinculadas. Em resumo, o ZSEE do Estado de Mato Grosso é constituído por Zonas de Intervenção, agrupadas em Categorias e Subcategorias de uso, listadas a seguir.

## **Categoria 1. Áreas com Estrutura Produtiva Consolidada ou a Consolidar**

Compreende as áreas que se encontram em processo de consolidação das atividades produtivas ou já consolidadas, que concentram a porção mais dinâmica da economia estadual, para as quais são recomendadas ações e intervenções para a manutenção e/ou intensificação das atividades existentes, tendo em vista a sustentabilidade ambiental e econômica.

**Quadro 3.6.5.2 - 3 - Categoria 1: Áreas com Estrutura Produtiva Consolidada ou a Consolidar**

<b>Zonas/ Subzonas</b>	<b>Característica</b>	<b>Indicação</b>
1.1	Estrutura Produtiva Consolidada em Área com Predomínio de Agricultura Moderna e Agroindústria, na Área de Influência do Pólo Regional de Sorriso	Consolidação, diversificação e integração de cadeias produtivas da agricultura moderna empresarial e da agroindústria associada, controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas, fortalecimento das funções urbanas e de apoio à produção no Pólo Regional de Sorriso.
1.2	Estrutura Produtiva Consolidada em Área com Predomínio de Agroindústria Madeireira e Atividades Agropecuárias e Madeireira, na Área de Influência do Pólo Regional de Sinop	Fomento à atividade empresarial visando pesquisa, apoio tecnológico, exploração e industrialização sustentável da madeira, incentivo ao reflorestamento com espécies nativas, e ao controle do manejo florestal sustentável de uso múltiplo de florestas nativas. Admite-se ainda, uso agropecuário nos solos de melhor aptidão, acompanhado de práticas conservacionistas e diversificação desta cadeia produtiva.
1.3	Estrutura Produtiva a Consolidar em Áreas com Predomínio de Agricultura Moderna Diversificada, Agroindústria e Reflorestamento na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Consolidação da agricultura moderna com manejo de solos e água, incentivo à diversificação e integração de cadeias produtivas e à agroindústria associada. Indicada também ao reflorestamento, e ao controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e de erosão.
1.4	Estrutura Produtiva a Consolidar em Área com Predomínio de Agricultura Moderna e Agroindústria, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Consolidação da agricultura moderna, com manejo de solos e água, incentivo à diversificação e integração de cadeias produtivas e à agroindústria associada, ao controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e de erosão.
1.5	Estrutura Produtiva a Consolidar em Área com Predomínio de Agricultura Moderna e Pecuária, na Área de Influência do Pólo Regional de Diamantino	Consolidação e diversificação da agricultura moderna, com manejo de solos e água, incentivo à integração de cadeias produtivas e desenvolvimento de agroindústria associada, ao controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e de erosão.
1.6	Estrutura Produtiva Consolidada com Agropecuária Moderna Tecnificada e Diversificada e Presença de Pequena e Média Produção Familiar, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Consolidação e integração de cadeias produtivas da agropecuária moderna diversificada, com adoção de práticas conservacionistas, fomento à agroindústria associada, reflorestamento e incentivo ao turismo e aproveitamento do potencial mineral, controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e de erosão e programa de recuperação ambiental da bacia do rio Sepotuba.
1.7	Estrutura Produtiva Consolidada em Área com Predomínio de Agricultura Moderna e Pecuária, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Consolidação da agropecuária moderna e da pecuária extensiva nas áreas aptas a essas lides em condições morfológicas adequadas, acompanhadas de práticas conservacionistas, ao controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e de processos erosivos. Indicada também, ao incentivo à agroindústria e programa de recuperação ambiental da bacia do rio São Lourenço, em especial as cabeceiras dos rios Tenente Amaral, Prata, Saia Branca e Areia.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
1.8	Estrutura Produtiva Consolidada e a Consolidar em Área com Predomínio da Pecuária Moderna, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	Consolidação da atividade agropecuária, com predominância da pecuária moderna, através da melhoria das lides, com adoção de técnicas conservacionistas no manejo de solos, água e pastagens e boas práticas de produção pecuária, admitindo pastagens plantadas apenas nas áreas com condições morfoedológicas adequadas. Incentivo à agroindústria e ao desenvolvimento de fruticultura em áreas de agricultura familiar, à diversificação das atividades terciárias e ao desenvolvimento das atividades turísticas através do incremento das infraestruturas e serviços de apoio ao turismo receptivo e ao controle das atividades pesqueiras e minerárias empresariais.
1.8 a		Consolidação da atividade agropecuária, com predominância da pecuária moderna, através da melhoria das lides, com adoção de técnicas conservacionistas no manejo de solos, água e pastagens e boas práticas de produção pecuária. Incentivo à diversificação das atividades terciárias ao desenvolvimento das atividades turísticas através do incremento das infraestruturas e serviços de apoio ao turismo receptivo e ao controle de atividades pesqueiras
1.8 b		Consolidação da pecuária, com adoção de técnicas conservacionistas no manejo de solos, água e pastagens e boas práticas de produção pecuária, admitindo pastagens plantadas apenas nas áreas com condições morfoedológicas adequadas. Incentivo à agroindústria e ao desenvolvimento de fruticultura em áreas de agricultura familiar. Controle de atividades minerárias empresariais.
1.9	Estrutura Produtiva Consolidada em Área com Predomínio da Pecuária Moderna, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Fortalecimento da infraestrutura urbana de apoio à produção do Pólo Regional de Rondonópolis; ao estímulo à implantação de equipamentos rodo-ferroviários em reforço às funções locais e regionais de logística; à contenção da ampliação das áreas antropizadas pela agropecuária, com incentivos à melhoria da capacidade de suporte daquelas exploradas; à agropecuária moderna nas áreas aptas a essas lides e agroindústria associada; e incentivo ao turismo receptivo e ao ecoturismo (águas termais, cavernas e cachoeiras) e programa de recuperação ambiental da bacia dos rios São Lourenço e Vermelho.
1.10	Estrutura Produtiva a Consolidar com Agricultura Moderna e Pecuária em Relevo Fragmentado do Planalto dos Guimarães, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Consolidação da agropecuária moderna, fortalecimento da pecuária leiteira para pequenos e médios produtores e agroindústria associada; regularização, reorganização e tecnificação da atividade mineral (diamante e calcário) e controle das atividades pesqueiras nos rios Itiquira e Correntes e implantação de programas de recuperação de áreas degradadas contemplando as cabeceiras dos rios Araguaia, Itiquira, Correntes e Taquari, a ser desenvolvido de forma integrada com os governos dos estados vizinhos de Goiás e Mato Grosso do Sul.

Fonte: SEPLAN/MT

## **Categoria 2. Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo**

Compreendem as áreas de ocupação antiga ou em processo de consolidação, para as quais são necessárias ações de recuperação ambiental, ou alteração do uso do solo, ou reordenação de estrutura produtiva, ou adequação do sistema de manejo, ou readequação para conservação e/ou recuperação de recursos hídricos, em face dos problemas de degradação emergente dos componentes ambientais ou da importância estratégica para o desenvolvimento sustentável do Estado.

As áreas enquadradas na Categoria 2 são divididas em 3 Subcategorias:

## 2.1 Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação Ambiental;

**Quadro 3.6.5.2 – 4 - Subcategoria 2.1**

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.1.1	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação Ambiental, em Ambiente do Contato Savana/Floresta, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Recuperação ambiental no que concerne aos recursos hídricos e às áreas degradadas por uso agropecuário intenso sem técnicas adequadas de manejo de solos de águas; à melhoria e fortalecimento das atividades agropecuárias com a adoção de manejo e práticas conservacionistas, policultura e agroindústria associada, assegurando a agregação de valores à produção para fixação de pequenos e médios produtores. Prioritária para recuperação de áreas de preservação permanente.
2.1.2	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação Ambiental, em Ambiente Savânico da Baixada Cuiabana, na Área de Influência do Pólo Regional de Cuiabá	Recuperação ambiental da Baixada Cuiabana, no que concerne aos recursos hídricos e às áreas degradadas por exploração mineral; à promoção de usos agropecuários compatíveis nas áreas com baixa capacidade de suporte; à implantação de medidas de desenvolvimento urbano e à aplicação das ações estabelecidas nos planos e programas específicos referentes ao Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande, com incentivo à consolidação do parque industrial e de serviços. Controle de atividades minerárias, em especial aos bens minerais usados na construção civil. Incentivo ao turismo receptivo e de negócios.

Fonte: Seplan/MT

## 2.2. Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva;

**Quadro 3.6.5.2 - 5 - Subcategoria 2.2**

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.2.1	Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva, na Área de Influência do Pólo Regional de Alta Floresta	Readequação dos usos do solo através da utilização de tipos de manejos adequados, considerando as especificidades relativas a relevo e solos na exploração dos recursos naturais, tanto em atividades agropecuárias, como para desenvolvimento de sistemas agroflorestais e policultura diversificada, notadamente de pequenos e médios produtores, intensificação das atividades de reflorestamento com espécies nativas, nas áreas com formações florestais remanescentes é indicado manejo florestal de uso múltiplo, aproveitamento da madeira, ordenação e regularização das atividades minerárias para exploração empresarial, agroindústria e turismo. É indicada também para recuperação de áreas degradadas.
2.2.2	Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva na Área de Influência do Pólo Regional de Vila Rica	Readequação dos usos do solo através da utilização de tipos de manejos adequados, considerando as especificidades relativas a relevo e solos na exploração dos recursos naturais, acompanhadas de práticas conservacionistas, tanto em atividades agropecuárias, como para desenvolvimento de sistemas agroflorestais e policultura diversificada, notadamente de pequenos e médios produtores, diversificação das cadeias produtivas, intensificação das atividades de reflorestamento com espécies nativas, nas áreas com formações florestais remanescentes é indicado manejo florestal de uso múltiplo, aproveitamento da madeira e exploração do potencial mineral em especial de ouro e rochas ornamentais.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.2.2.a		Readequação dos usos do solo através da utilização de tipos de manejos adequados, considerando as especificidades relativas a relevo e solos na exploração dos recursos naturais, acompanhadas de práticas conservacionistas, tanto em atividades agropecuárias, como para desenvolvimento de sistemas agroflorestais e policultura diversificada, notadamente de pequenos e médios produtores, intensificação das atividades de reflorestamento com espécies nativas, nas áreas com formações florestais remanescentes é indicado manejo florestal de uso múltiplo, aproveitamento da madeira e exploração do potencial mineral em especial de ouro e rochas ornamentais.
2.2.2.b		Indicada à readequação dos usos do solo através da utilização de tipos de manejos adequados, considerando as especificidades relativas a relevo e solos na exploração dos recursos naturais, acompanhadas de práticas conservacionistas, em especial nas atividades agropecuárias, com incentivo à policultura, notadamente para pequenos e médios produtores, diversificação da cadeia produtiva e intensificação das atividades de reflorestamento com espécies nativas.
2.2.3	Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva na Área de Influência do Pólo Regional de Juína	Readequação dos usos do solo através da utilização de tipos de manejos adequados, considerando as especificidades relativas a relevo e solos na exploração dos recursos naturais, acompanhadas de práticas conservacionistas, tanto em atividades agropecuárias, como para desenvolvimento de sistemas agroflorestais e policultura diversificada, notadamente de pequenos e médios produtores, diversificação de cadeias produtivas, intensificação das atividades de reflorestamento com espécies nativas, nas áreas com formações florestais remanescentes é indicado manejo florestal de uso múltiplo, reorganização da indústria madeireira, ordenação e regularização das atividades minerárias para exploração empresarial e agroindústria. É indicada também para recuperação de áreas degradadas.
2.2.4	Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva, em Ambientes da Planície do Guaporé, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Readequação dos usos do solo através da utilização de tipos de manejos adequados, considerando as especificidades relativas a relevo e solos na exploração dos recursos naturais, em atividades agropecuárias e policultura diversificada, com emprego de práticas conservacionistas, desenvolvimento de sistemas agroflorestais, intensificação das atividades de reflorestamento com espécies nativas, nas áreas com formações florestais remanescentes é indicado manejo florestal de uso múltiplo. Ordenação e regularização de atividades minerárias. Incentivo ao turismo cultural e ecoturismo.
2.2.5	Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva, em Ambientes das Baixas Vertentes do Guaporé, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Readequação da agropecuária utilizando tipos de manejos adequados, com emprego de práticas conservacionistas, considerando as especificidades relativas a relevo e solos, proteção ou recuperação de áreas de preservação permanente e controle de processos erosivos. Nas áreas com formações florestais remanescentes é indicado ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo e nas áreas antropizadas, o reflorestamento com espécies nativas.
2.2.6	Readequação dos Sistemas de Manejo para Fomento às Atividades Agroindustriais e Revigoração das Atividades Agropecuárias, em Ambiente do Planalto do Jauru, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Reordenamento da estrutura produtiva, com diversificação das cadeias produtivas para incremento das atividades agroindustriais, fomento à agropecuária em ambientes que apresentem condições adequadas de relevo e solos e fortalecimento da pequena e média produção. Indicada também ao revigoração das atividades agropecuárias e fortalecimento e diversificação das atividades sócio-econômicas ao longo do eixo estabelecido pela rodovia BR-174, com incentivo à pequena e média produção familiar. Priorização de recuperação de áreas de preservação permanente e de áreas degradadas por atividade garimpeira e pastagens degradadas. Ordenação e regularização de atividades minerárias.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.2.6.a		Reordenamento da estrutura produtiva, com diversificação das cadeias produtivas para incremento das atividades agroindustriais, fomento à agropecuária em ambientes que apresentem condições adequadas de relevo e solos e fortalecimento da pequena e média produção. Priorização de recuperação de áreas de preservação permanente e de pastagens degradadas. Ordenação e regularização de atividades minerárias.
2.2.6.b		Revigoração das atividades agropecuárias e fortalecimento e diversificação das atividades sócio-econômicas ao longo do eixo estabelecido pela rodovia BR-174, com incentivo à pequena e média produção familiar. Regularização e controle de atividades minerárias e recuperação de áreas degradadas.
2.2.7	Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva, em Ambientes das Rampas do Guaporé, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Melhoria da pecuária e agricultura nas terras elevadas, aptas a essas lides, em ambientes que apresentem condições adequadas de relevo e solos, adotando técnicas conservacionistas. Restrições dos usos que impliquem em alterações da cobertura vegetal e do regime hídrico em áreas inundáveis e a proteção das lagoas e meandros do rio Guaporé e seus afluentes.
2.2.8	Readequação dos Sistemas de Manejo para Fortalecimento de Atividades Agropecuárias, em Ambientes de Entorno do Pantanal do Paraguai, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres.	Melhoria da pecuária nas terras elevadas, aptas a essas lides, implantação de pastagens plantadas apenas em ambientes que apresentem condições adequadas de relevo e solos, com adoção de manejo e práticas conservacionistas. Restrições dos usos que impliquem em alterações da cobertura vegetal e do regime hídrico em áreas inundáveis e a proteção das lagoas e meandros de drenagens formadoras do pantanal.

Fonte: SEPLAN/MT

### 2.3. Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo para Conservação e/ou Recuperação de Recursos Hídricos.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.3.1	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Papagaio, Juruena e Sangue da Superfície Circumplanáltica do Rio Papagaio/Rio do Sangue, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Proteção de áreas de recarga de aquíferos através de recuperação e/ou conservação de drenagens, ao reflorestamento com espécies nativas, à implantação de sistemas agroflorestais, às atividades agropecuárias nos interflúvios com destaque àquele ao longo da MT-170, implantação de projeto integrado de microbacia, não sendo admitido o fomento e incentivo às práticas agropecuárias em ambientes sem condições de relevo e solos, especialmente em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.2	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Claro e Sucariúna ou Ponte de Pedra, e Cabeceiras do Rio Arinos, na Área de Influência do Pólo Regional de Diamantino	proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens, em especial das suas cabeceiras; usos agropecuários nas áreas de interflúvios; não sendo admitido o fomento e incentivos à atividades agropecuárias em ambientes sem condições adequadas de relevo e solos, especialmente em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Indicada ainda, à implantação de projeto integrado de microbacia, ao estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas, à pesquisa, regularização e controle da atividade mineral.



Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.3.3	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Verde e Arinos, na Área de Influência do Pólo Regional de Sorriso	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através da recuperação e/ou conservação de drenagens, proteção de áreas de campos de murundus, reflorestamento com espécies nativas, uso agropecuário nos interflúvios, não sendo admitido o fomento e incentivo às atividades agropecuárias em ambientes sem condições adequadas de relevo e solos, especialmente em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e regularização e controle da atividade mineral na bacia do rio Arinos.
2.3.4	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos rios Sepotuba, Santana, Branco, Bugres e Paraguai, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e suas cabeceiras, ao controle de atividades pesqueiras no rio Paraguai; à melhoria e fortalecimento de atividades agropecuárias nos interflúvios, em condições morfoedológicas adequadas, implantação de projeto integrado de microbacia, e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas; com ênfase ao agronegócio e ao ecoturismo.
2.3.5		Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras do rio Paraguai; ao fortalecimento e melhoria das atividades agropecuárias em áreas adequadas de relevo e solos, com ênfase ao apoio aos pequenos e médios produtores. Indicada também à implantação de projeto integrado de microbacia e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas, consolidação das atividades agropecuárias modernas nas manchas de solos aptos, não sendo admitido o fomento e incentivo à agropecuária em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Destinada ainda à pesquisa, regularização e controle de atividade mineral, e à recuperação de áreas degradadas pela atividade garimpeira nas sub-bacias dos formadores do rio Paraguai e à reestruturação sócio-econômica da região de Alto Paraguai.
2.3.5.a	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Sepotuba, Santana e Paraguai, na Área de Influência do Pólo Regional de Diamantino	proteção de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e suas cabeceiras, aofortalecimento e melhoria das da agropecuária em áreas adequadas de relevo e solos, não sendo admitido o fomento e incentivo à atividades agropecuárias em áreas sem condições adequadas de relevo, solos e clima, em especial em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; apoio aos pequenos e 139 médios produtores, implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas, pesquisa, regularização e controle de atividade mineral, e à recuperação de áreas degradadas pela atividade garimpeira nas sub-bacias dos formadores do rio Paraguai.
2.3.5.b		Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras, consolidação da agropecuária moderna apenas nos interflúvios, não sendo admitido o fomento e incentivo à agropecuária em áreas sem condições adequadas de relevo e solos, em especial em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, implantação de projeto integrado de microbacia e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas. Indicada também à pesquisa, regularização e controle de atividade mineral, e à recuperação de áreas degradadas pela atividade garimpeira e à reestruturação sócio-econômica da região de Alto Paraguai.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.3.6	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores do Rio Suiá-Miçu, Daro e Feio, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças.	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores do rio Suiá-Miçu, Daro e Feio, à readequação dos usos dos recursos naturais através de manejo florestal de usos múltiplos, reflorestamento com espécies nativas e usos agropecuários apenas nos interflúvios de áreas já desmatadas, em condições de relevo e solos adequadas, não sendo admitido o fomento e incentivo à atividades agropecuárias em áreas sem condições adequadas de relevo e solos, em especial em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas
2.3.7		Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Von Den Steinen, Ronuro e Teles Pires, Culuene e Curisevo, ao ecoturismo e turismo de pesca, ao incentivo à proteção dos remanescentes vegetais, onde predominam formações ecotonais, destinando-os à compensação de reserva legal; ao reflorestamento com espécies nativas. A agropecuária deverá ser limitada à utilização de áreas onde as condições morfológicas forem favoráveis, não sendo admitido seu fomento e incentivo em áreas sem condições adequadas de relevo e solos, em especial em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e 152 monitoramento do uso de defensivos agrícolas. Incentivo aos estudos de biodiversidade.
2.3.7.a	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Ferro, Ronuro, Culuene, Teles Pires e das Altas Cabeceiras dos Afluentes do Rio Xingu, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e de cabeceiras dos formadores dos rios Von Den Steinen, Ronuro e Teles Pires, incentivo à proteção dos remanescentes vegetais, onde predominam formações ecotonais, destinando-os à compensação de reserva legal; reflorestamento com espécies nativas. A agropecuária deverá ser limitada à utilização de áreas onde as condições morfológicas forem favoráveis, não sendo admitido seu fomento e incentivo em áreas onde estas condições forem inadequadas, em especial em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas. Incentivo aos estudos de biodiversidade.
2.3.7.b		Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras, priorizando os formadores dos rios Teles Pires, Culuene e Curisevo, ao ecoturismo e turismo de pesca, e à implantação de pastagens plantadas apenas em interflúvios, em condições morfológicas favoráveis, não sendo admitido o fomento e incentivos à agropecuária em áreas onde essas condições forem inadequadas, em especial em solos arenosos e hidromórficos por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.8	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação de recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Teles Pires e Xingu, em Ambientes da Depressão de Paranatinga, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Teles Pires e Xingu, à pecuária apenas nos interflúvios que apresentem condições de relevo e solos adequadas, exceto em solos arenosos e hidromórficos; e pastagens naturais nas áreas inadequadas ao uso agropecuário. Implantação de projeto integrado de microbacia e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.3.9		Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens dos formadores dos rios Sete de Setembro, Culuene, Tanguro e Suiá-Miçu, aos usos agropecuários nas áreas de maior aptidão em relação ao relevo e solo, aproveitamento de pastagens nativas, especialmente nas áreas próximas dos formadores do rio Xingu; ao incentivo à proteção dos remanescentes vegetais onde predominam formações ecotonais, destinando-os à compensação de reserva legal; e ao reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.9.a	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Sete de Setembro, Culuene, Tanguro e Suiá-Miçu, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Sete de Setembro e Suiá-Miçu, à agropecuária apenas em interflúvios que apresentem condições de relevo e solos adequadas, garantindo nas demais áreas que apresentam limitações agrônômicas, apenas o aproveitamento sustentado da oferta de pastagens nativas na atividade pecuária, com especial ênfase nas áreas próximas aos formadores do rio Xingu. Implantação de definidas por projeto integrado de microbacia e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.9.b		Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Sete de Setembro e Suiá-Miçu; agropecuária nas áreas com condições adequadas de relevo e solos; implantação de projeto de microbacias; ao incentivo à proteção dos remanescentes vegetais onde predominam formações ecotonais, destinando-os à compensação de reserva legal; ao reflorestamento com espécies nativas e à recuperação de áreas degradadas. Estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.10	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Ronuro, Arraias, Manissuiá-Miçu e Von Den Steinen, na Área de Influência do Pólo Regional de Sinop	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, em especial recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Ronuro, Arraias, Ferro, Manissuiá-Miçu e Von Den Steinen; aos estudos de biodiversidade; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos; ao manejo florestal em grandes estabelecimentos e ao reflorestamento com espécies nativas; à agropecuária apenas nos interflúvios nas áreas já desmatadas e em condições adequadas de relevo e solos, não sendo admitidos fomento e incentivos a estas atividades em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.11	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Curisevo, Culuene e Pacuneiro, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através da recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Curisevo, Pacuneiro e Culuene; ao reflorestamento com espécies nativas e manejo florestal; incentivo a sistemas agroflorestais associados à agroindústria para pequenos e médios produtores; à agropecuária nas áreas já desmatadas e em condições 173 adequadas de relevo e solos, não sendo admitidos fomento e incentivos a estas atividades em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.3.12	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios das Mortes e Araguaia, na Borda do Planalto dos Guimarães/Alcantilados, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através da recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios das Mortes e Araguaia; readequação da atividade pecuária, através do melhoramento e/ou recuperação das pastagens já existentes, projetos agrícolas alternativos e pecuária em pastagens naturais. Indicada também a recuperação de áreas degradadas e à regularização e controle da atividade mineral. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.13	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Pindaíba, Araguaia e das Mortes, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através da recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Pindaíba, Araguaia e das Mortes; à proteção integral dos ecossistemas pantaneiros e remanescentes florestais, para manutenção dos recursos biológicos. Indicada também às atividades agropecuárias em condições de relevo e solos adequadas, não sendo admitido o fomento e incentivo para atividades em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Incentivo ao desenvolvimento das atividades turísticas e ao controle das atividades pesqueiras. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.14	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Roncador e Cuiabá, na Área de Influência do Pólo Regional de Cuiabá	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através da recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios da Casca, Quilombo, Roncador e Manso; incentivo à exploração turística do potencial cênico representado pelo lago do APM Manso e da Chapada dos Guimarães; à exploração econômica das pastagens naturais; atividades agropecuárias, apenas nas áreas com condições adequadas de relevo e solos, não sendo admitido seu fomento e incentivo em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Incentivo ao desenvolvimento das atividades turísticas e ao controle das atividades pesqueiras. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.15	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Sepotuba, Cabaçal e Paraguai, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Sepotuba, Cabaçal e Paraguai; à proteção das baías e lagoas através do incentivo ao ecoturismo e turismo rural; à agropecuária apenas em condições adequadas de relevo e solos, à recuperação das pastagens já implantadas, ao uso extensivo das pastagens naturais, à pecuária leiteira e à fruticultura, não sendo admitido o fomento e incentivo à pecuária moderna e agricultura tecnificada em ambientes sem condições de relevo e solos, especialmente em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Indicada também a implantação de projeto de microbacias, estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e à regularização e ao controle da atividade mineral e pesqueira.
2.3.16	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Araguaia, Correntes, Taquari e Itiquira, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Araguaia, Correntes, Taquari e Itiquira, à adequação da pecuária extensiva com incentivo à melhoria das pastagens plantadas, não sendo admitida a agricultura em função do limitado potencial de solos. Indicada também a recuperação de áreas degradadas por atividades agropecuárias e garimpeiras; e, à pesquisa, regularização e controle da atividade mineral em nível empresarial. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.3.17	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Taquari e Correntes, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Taquari e Correntes; ao incentivo ao ecoturismo; à pecuária apenas em condições adequadas de relevo e solos, à 195 recuperação das pastagens já implantadas, não sendo admitido o fomento e incentivo à agricultura tecnificada. Indicada também a recuperação de áreas degradadas por atividades agropecuárias. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.

Fonte: Seplan/MT

### **Categoria 3. Áreas que Requerem Manejos Específicos**

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.1.1	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde predominam Formações Florestais, na Região Localizada entre os Rios Madeirinha e Juruena, na Área de Influência do Pólo Regional de Juína	Estudo da biodiversidade, visando à identificação e exploração sustentável de novos produtos da floresta e à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos e outras atividades que não impliquem na alteração da cobertura vegetal.
3.1.1.a		Estudo da biodiversidade, visando à identificação e exploração sustentável de novos produtos da floresta; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos.
3.1.1.b		Implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos, manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona, e outras atividades que não impliquem na alteração da cobertura vegetal.
3.1.1.c		Implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona; combinadas com ações conservacionistas voltadas à recuperação de áreas degradadas e/ou desmatadas, visando garantir a conectividade com as áreas protegidas do Estado de Rondônia.
3.1.2		Estudos de biodiversidade, em função da alta diversidade biológica e à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona e ao turismo receptivo.
3.1.3	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais, na Área de Influência do Pólo Regional de Alta Floresta	Estudos de biodiversidade; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.4	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações do Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Alta Floresta	Reflorestamento com espécies nativas; manejo florestal de uso múltiplo adequado e ao uso agropecuário nas manchas de solos aptos para essas lides, acompanhadas de práticas conservacionistas, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.5	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais na Bacia dos Rios Iriri Novo e Kurumaro, na Área de	Incentivo dos estudos de biodiversidade e à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de usos múltiplos em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.1.5.a	Influência do Pólo Regional de Alta Floresta	Implantação de sistemas agroflorestais nas áreas degradadas pelo uso agropecuário e ao incentivo do manejo florestal sustentável de uso múltiplo de acordo com a capacidade da zona.
3.1.5.b		Incentivo dos estudos de biodiversidade, à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de usos múltiplos em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.6	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais com Ocorrência de Formações Savânicas, na Área de Influência do Pólo Regional de Vila Rica (Subzona 3.1.6.a e 3.1.6.b)	Incentivo aos estudos da biodiversidade; ao reflorestamento, com espécies nativas, manejo florestal sustentável de uso múltiplo, à melhoria das lides pecuárias e pastagens nativas nas áreas de Savana Parque, acompanhadas de ações conservacionistas.
3.1.6.a		Incentivo aos estudos da biodiversidade; ao reflorestamento, com espécies nativas; manejo florestal sustentável de uso múltiplo e à melhoria das lides pecuárias.
3.1.6.b		Incentivo ao reflorestamento, com espécies nativas, manejo florestal sustentável de uso múltiplo, à melhoria das lides pecuárias, acompanhadas de ações conservacionistas, e pastagens nativas nas áreas de Savana Parque.
3.1.7	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações do Contato de Florestas, na Área de Influência do Pólo Regional de Vila Rica	Indicada predominantemente a ações conservacionistas; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos, e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.8	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais, em Área de Influência do Pólo Regional de Juara	Reflorestamento com espécies nativas e manejo florestal sustentável de uso múltiplo nos remanescentes florestais, de acordo com a capacidade da zona. Nas demais áreas, sendo admitida atividades agropecuárias nas manchas de solos aptos para essas lides, acompanhadas de práticas conservacionistas.
3.1.8.a		Reflorestamento, com espécies nativas e manejo florestal sustentável de uso múltiplo, de acordo com a capacidade da zona, admite-se também, o desenvolvimento de atividades agropecuárias nas manchas de solos aptos para essas lides, acompanhadas de práticas conservacionistas.
3.1.8.b		Manejo florestal sustentável de uso múltiplo nos remanescentes florestais; ao reflorestamento com espécies nativas e ao uso agropecuário nos solos com melhor aptidão, com emprego de práticas conservacionistas.
3.1.9	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais, na Área de Influência do Pólo Regional de Sinop	Incentivo aos estudos de biodiversidade; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos, e ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.10	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações do Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Incentivo aos estudos da biodiversidade, ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo e ao reflorestamento com espécies nativas.
3.1.11	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações do Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Diamantino	Incentivo dos estudos da biodiversidade, ao reflorestamento com espécies nativas e ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo, de acordo com a capacidade da zona. Nas áreas regularmente desmatadas e com capacidade de suporte, são admitidos usos agropecuários.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.1.12	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais com Ocorrência do Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Sorriso	Incentivo para reflorestamento com espécies nativas e manejo florestal sustentável de uso múltiplo, de acordo com a capacidade da zona; à pesquisa e apoio tecnológico para a exploração sustentável de produtos e subprodutos da madeira. Admitindo-se também, o uso agropecuário nos solos de melhor aptidão, acompanhado de práticas conservacionistas.

Fonte: SEPLAN/MT

Compreendem as áreas que pelas características ambientais - elevado potencial biótico, especificidade ecológica e paisagística e elevada fragilidade - requerem manejos específicos, para garantir a manutenção de suas características e a exploração racional e adequada de sua base de recursos naturais, tendo em vista compatibilizar a proteção do ambiente natural com a sustentabilidade das atividades econômicas.

As áreas enquadradas na Categoria 3 são divididas em 3 Subcategorias:

### 3.1. Áreas que Requerem Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal;

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.1.1	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde predominam Formações Florestais, na Região Localizada entre os Rios Madeirinha e Juruena, na Área de Influência do Pólo Regional de Juína	Estudo da biodiversidade, visando à identificação e exploração sustentável de novos produtos da floresta e à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos e outras atividades que não impliquem na alteração da cobertura vegetal.
3.1.1.a		Estudo da biodiversidade, visando à identificação e exploração sustentável de novos produtos da floresta; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos.
3.1.1.b		Implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos, manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona, e outras atividades que não impliquem na alteração da cobertura vegetal.
3.1.1.c		Implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona; combinadas com ações conservacionistas voltadas à recuperação de áreas degradadas e/ou desmatadas, visando garantir a conectividade com as áreas protegidas do Estado de Rondônia.
3.1.2		Estudos de biodiversidade, em função da alta diversidade biológica e à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona e ao turismo receptivo.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.1.3	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais, na Área de Influência do Pólo Regional de Alta Floresta	Estudos de biodiversidade; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.4	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações do Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Alta Floresta	Reflorestamento com espécies nativas; manejo florestal de uso múltiplo adequado e ao uso agropecuário nas manchas de solos aptos para essas lides, acompanhadas de práticas conservacionistas, de acordo com a capacidade da zona.

3.1.5	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais na Bacia dos Rios Irii Novo e Kurumaro, na Área de Influência do Pólo Regional de Alta Floresta	Incentivo dos estudos de biodiversidade e à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de usos múltiplos em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.5.a		Implantação de sistemas agroflorestais nas áreas degradadas pelo uso agropecuário e ao incentivo do manejo florestal sustentável de uso múltiplo de acordo com a capacidade da zona.
3.1.5.b		Incentivo dos estudos de biodiversidade, à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de usos múltiplos em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.6	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais com Ocorrência de Formações Savânicas, na Área de Influência do Pólo Regional de Vila Rica (Subzona 3.1.6.a e 3.1.6.b)	Incentivo aos estudos da biodiversidade; ao reflorestamento, com espécies nativas, manejo florestal sustentável de uso múltiplo, à melhoria das lides pecuárias e pastagens nativas nas áreas de Savana Parque, acompanhadas de ações conservacionistas.
3.1.6.a		Incentivo aos estudos da biodiversidade; ao reflorestamento, com espécies nativas; manejo florestal sustentável de uso múltiplo e à melhoria das lides pecuárias.
3.1.6.b		Incentivo ao reflorestamento, com espécies nativas, manejo florestal sustentável de uso múltiplo, à melhoria das lides pecuárias, acompanhadas de ações conservacionistas, e pastagens nativas nas áreas de Savana Parque.
3.1.7	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações do Contato de Florestas, na Área de Influência do Pólo Regional de Vila Rica	Indicada predominantemente a ações conservacionistas; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos, e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.8	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais, em Área de Influência do Pólo Regional de Juara	Reflorestamento com espécies nativas e manejo florestal sustentável de uso múltiplo nos remanescentes florestais, de acordo com a capacidade da zona. Nas demais áreas, sendo admitida atividades agropecuárias nas manchas de solos aptos para essas lides, acompanhadas de práticas conservacionistas.



Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.1.8.a		Reflorestamento, com espécies nativas e manejo florestal sustentável de uso múltiplo, de acordo com a capacidade da zona, admite-se também, o desenvolvimento de atividades agropecuárias nas manchas de solos aptos para essas lides, acompanhadas de práticas conservacionistas.
3.1.8.b		Manejo florestal sustentável de uso múltiplo nos remanescentes florestais; ao reflorestamento com espécies nativas e ao uso agropecuário nos solos com melhor aptidão, com emprego de práticas conservacionistas.
3.1.9	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais, na Área de Influência do Pólo Regional de Sinop	Incentivo aos estudos de biodiversidade; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos, e ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.10	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações do Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Incentivo aos estudos da biodiversidade, ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo e ao reflorestamento com espécies nativas.
3.1.11	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações do Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Diamantino	Incentivo dos estudos da biodiversidade, ao reflorestamento com espécies nativas e ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo, de acordo com a capacidade da zona. Nas áreas regularmente desmatadas e com capacidade de suporte, são admitidos usos agropecuários
3.1.12	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais com Ocorrência do Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Sorriso	Incentivo para reflorestamento com espécies nativas e manejo florestal sustentável de uso múltiplo, de acordo com a capacidade da zona; à pesquisa e apoio tecnológico para a exploração sustentável de produtos e subprodutos da madeira. Admitindo-se também, o uso agropecuário nos solos de melhor aptidão, acompanhado de práticas conservacionistas.

### 3.2. Áreas que Requerem Manejos Específicos com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros;

**Quadro 3.6.5.2 - 6 - Subcategoria 3.2**

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.2.1	Manejos Específicos com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros, onde Predominam Formações Savânicos e de Contato Floresta/Savana, da Planície do Rio Araguaia, na Área de Influência do Pólo Regional de Vila Rica	Pecuária extensiva e às ações conservacionistas, limitando seus usos ao aproveitamento da Savana como pastagem natural e pastagem plantada como economia complementar à pecuária pantaneira e ao fortalecimento do ecoturismo, turismo náutico, turismo de praia e do turismo receptivo.
3.2.1.a		Pecuária extensiva acompanhada de ações conservacionistas, limitando seus usos ao aproveitamento da Savana como pastagem natural e ao fortalecimento do ecoturismo.
3.2.1.b		Desenvolvimento da pecuária em pastagens plantadas, como economia complementar à pecuária pantaneira; implantação ou incremento de infraestruturas e serviços de apoio, voltados ao aproveitamento dos atrativos naturais para o turismo receptivo, turismo náutico e de praia.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.2.2	Manejos Específicos com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros, da Planície do Rio Araguaia na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	Pecuária extensiva, acompanhada de ações conservacionistas, vedadas interferências ou implantação de estruturas que alterem a dinâmica do regime hídrico. Indicada a implantação ou incremento de infraestruturas e serviços de apoio ao turismo náutico, turismo de praia, turismo de pesca e turismo receptivo.
3.2.2.a		Implantação ou incremento de infraestruturas e serviços de apoio ao turismo receptivo, turismo náutico e de praia; limitação dos usos ao aproveitamento da savana para pastagem natural, vedadas interferências ou implantação de estruturas que alterem a dinâmica do regime hídrico e regularização e ordenação da atividade minerária.
3.2.2.b		Desenvolvimento da pecuária em pastagens plantadas, como economia complementar à pecuária pantaneira, apenas nas áreas aptas para tais lides; incentivo ao desenvolvimento do turismo receptivo, turismo náutico, turismo de praia e turismo de pesca.
3.2.3	Manejos Específicos com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros, onde Predominam Formações Savânicas, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Pecuária extensiva acompanhada de ações conservacionistas, limitada os usos ao aproveitamento da savana como pastagem natural, vedada à implantação de estruturas e interferências que alterem a dinâmica dos recursos hídricos. Incremento de infraestruturas e de serviços de apoio ao ecoturismo, turismo receptivo e turismo de pesca.
3.2.4	Manejos Específicos com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros, onde Predominam Formações Savânicas, na Área de Influência do Pólo Regional de Cuiabá	Pecuária extensiva com pastagem nativa, e pastagens plantadas, apenas nas áreas com aptidão para esse uso da terra, mediante o emprego de práticas conservacionistas, ao ecoturismo, turismo de contemplação, de pesca, rural e cultural.
3.2.4.a		Limitação dos usos ao aproveitamento da Savana como pastagem natural, vedada a implantação de estruturas e interferências que alterem a dinâmica dos recursos hídricos. Incentivo ao ecoturismo, turismo de contemplação, de pesca, rural e cultural.
3.2.4.b		Pecuária em pastagens plantadas, apenas nas áreas com aptidão para esse uso da terra, mediante o emprego de práticas conservacionistas, associada à pecuária extensiva em pastagens nativas e incentivos à melhoria da capacidade de suporte das pastagens existentes. Incentivo ao ecoturismo.

Fonte: SEPLAN/MT

### 3.3. Áreas que Requerem Manejos Específicos com Elevada Fragilidade;

Quadro 3.6.5.2 - 7 - Subcategoria 3.3

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.3.1	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Florestais, na Área de Influência do Pólo Regional de Juína	Incentivo do reflorestamento com espécies nativas; ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo; ao controle da agropecuária e sua contenção em ambientes de solos arenosos pela sua alta susceptibilidade à erosão e hidromórficos por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, nestes ambientes deve-se manter a cobertura vegetal natural para evitar erosão; e à ordenação e regularização das atividades minerárias para exploração empresarial. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.2	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Florestais, na Área de Influência do Pólo Regional de Vila Rica	Incentivo do reflorestamento com espécies nativas, manejo sustentável de uso múltiplo, à readequação da pecuária em pequenas propriedades com a utilização de práticas de manejo de solo e sua contenção em ambientes de solos arenosos, pela sua alta susceptibilidade à erosão, e de solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando o controle de processos erosivos e a proteção de recursos hídricos, não sendo admitido o uso para agricultura tecnificada. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.3		Implantação de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, ao reflorestamento com espécies nativas nas áreas desflorestadas, à readequação da pecuária e policultura em pequenas e médias propriedades, apenas em solos e relevos aptos, com a adoção de técnicas de manejo de solos e água, e sua contenção em ambientes de solos arenosos, pela sua alta susceptibilidade à erosão, e de solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando o controle de processos erosivos e a proteção dos recursos hídricos, não sendo admitido o uso para agricultura tecnificada. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.3.a	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas com Ocorrência de Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	Implantação de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, ao reflorestamento com espécies nativas nas áreas desflorestadas, à readequação da pecuária e policultura em pequenas e médias propriedades, apenas em solos e relevos aptos, com a adoção de técnicas de manejo de solos e água, e sua contenção em ambientes de solos arenosos, pela sua alta susceptibilidade à erosão, e de solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando o controle de processos erosivos e a proteção dos recursos hídricos, não sendo admitido o uso para agricultura tecnificada. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.3.b		Implantação de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, ao reflorestamento com espécies nativas nas áreas desflorestadas, à readequação da pecuária e policultura em pequenas e médias propriedades, apenas em solos e relevos aptos, com a adoção de técnicas de manejo de solos e água, e sua contenção em ambientes de solos arenosos, pela sua alta susceptibilidade à erosão, e de solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando o controle de processos erosivos e a proteção dos recursos hídricos, não sendo admitido o uso para agricultura tecnificada. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.3.4	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas da Superfície Circumplanáltica das Altas Cabeceiras do Rio Juruena, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Incentivo do reflorestamento com espécies nativas, à readequação do uso do solo, ao desenvolvimento do ecoturismo e etnoturismo, à contenção da agropecuária em solos arenosos pela sua alta susceptibilidade à erosão, e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, onde se deve manter a cobertura vegetal natural com aproveitamento apenas de pastagens nativas, evitando aceleração de processos erosivos e assoreamento dos cursos d'água, visando proteger os recursos hídricos e controlar a degradação ambiental. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.5	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Florestais nas Altas Vertentes do Guaporé, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Reflorestamento com espécies nativas, à contenção da expansão agropecuária, admitindo-a apenas em condições adequadas de solos e relevos, com adoção de técnicas de manejos de solos e água, e restringindo-a em solos arenosos, em função de sua baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão, e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, onde é indicada a conservação da cobertura vegetal, a ser utilizada apenas com aproveitamento de pastagens nativas, visando o controle de processos erosivos e de assoreamento dos cursos d'água. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.6	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas no Planalto de Comodoro, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Recuperação de áreas degradadas nas áreas de pastagens já implantadas, ao controle da agropecuária com adoção de técnicas adequadas de solos e água e sua contenção em solos arenosos, em função da baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; com incentivo à compensação de reserva legal através da manutenção de remanescentes vegetais e dos recursos hídricos, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.7	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas na Borda da Chapada dos Parecis, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Manejo sustentável de usos múltiplos e aproveitamento de pastagens naturais. Os usos agropecuários se restringem a pequenas áreas localizadas no limite da Chapada em condições morfológicas adequadas, sendo vedados em solos arenosos, em função de sua baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; onde se incentiva a compensação de reserva legal através da manutenção de remanescentes vegetais, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água e proteger aquíferos superficiais e subterrâneos. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.8	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas na Borda da Chapada dos Parecis, na Área de Influência do Pólo Regional de Diamantino	Preservação de formações vegetais que protegem as escarpas da Chapada dos Parecis, ao manejo sustentável de usos múltiplos e aproveitamento de pastagens naturais. Os usos agropecuários se restringem a pequenas áreas localizadas no limite da Chapada, em condições morfológicas adequadas, sendo vedados nas escarpas, como também em solos arenosos, em função de sua baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; onde se incentiva a compensação de reserva legal através da manutenção de remanescentes vegetais, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água e proteger aquíferos superficiais e subterrâneos. Contenção de agricultura tecnificada. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.3.9	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Florestais em Relevos Rampeados das Bordas do Planalto dos Guimarães, na Área de Influência do Pólo Regional de Cuiabá	Indicada à preservação de formações vegetais que protegem as escarpas do Planalto dos Guimarães e da Serra de São Vicente, ao incentivo ao ecoturismo, à pecuária extensiva em pastagem natural na região de entorno do Reservatório da APM Manso, à agropecuária em condições adequadas de relevo e solos na região de entorno da serra de São Vicente, com adoção de práticas conservacionistas e ao ordenamento da atividade minerária em moldes empresariais. Recuperação de Áreas Degradadas por processos erosivos.
3.3.3.10	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas do Entorno do Reservatório do APM Manso, na Área de Influência do Pólo Regional de Cuiabá	Preservação de formações vegetais que protegem as escarpas do Planalto dos Guimarães, ao incentivo ao ecoturismo, à pecuária extensiva em pastagem natural e da agropecuária em condições adequadas de relevo e solos, com adoção de técnicas de manejo de solos e água e contenção desta atividade em solos arenosos, em função da baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água. Não admitida a agricultura tecnificada. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.11	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Uso com pastagens naturais não admitindo a ampliação das pastagens plantadas nos solos arenosos, em função da baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; com incentivos à melhoria da capacidade de suporte das pastagens existentes; ao controle de atividades pesqueiras no rio Culuene e à recuperação de áreas degradadas por processos erosivos.
3.3.12	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	Aproveitamento para pastagens naturais, atividades de ecoturismo, à contenção da expansão agropecuária, restringindo-a apenas em áreas com aptidão compatível, com adoção de técnicas de manejos de solos e água, não admitindo-a em solos arenosos, em função de sua baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.13	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas em Relevo Fragmentado do Planalto dos Alcantilados, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis.	Indicada ao uso com pastagens naturais, ao ecoturismo, ao rígido controle de usos agropecuários, restritos apenas às áreas de ocorrência de solos com aptidão compatível para a atividade com acompanhamento de práticas conservacionistas e programa de controle de processos erosivos, não sendo admitidas atividades agropecuárias em solos arenosos em função da baixa capacidade de suporte e à alta susceptibilidade à erosão, e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água. Indicada à pesquisa e ao ordenamento de atividades minerárias e implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.13.a		Indicada ao uso com pastagens naturais, ao ecoturismo, ao rígido controle de usos agropecuários, restritos apenas às áreas de ocorrência de solos com aptidão compatível para a atividade com acompanhamento de práticas conservacionistas e programa de controle de processos erosivos, não sendo admitidas atividades agropecuárias em solos arenosos em função da baixa capacidade de suporte e à alta susceptibilidade à erosão, e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água. Indicada à pesquisa e ao ordenamento de atividades minerárias, e implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.3.13.b		Indicada ao rígido controle de usos agropecuários, restritos apenas às áreas de ocorrência de solos com aptidão compatível para a atividade, em condições morfoedológicas adequadas, com acompanhamento de práticas conservacionistas. Indicada a implantação de programa de controle de erosão e de assoreamento de drenagens.

Fonte: SEPLAN/MT

## **Categoria 4. Áreas Protegidas**

Compreendem as áreas legalmente instituídas até a data da publicação desta lei, relativas às Terras Indígenas e Unidades de Conservação, regidas pelas respectivas normas de criação e demais dispositivos legais pertinentes, e as Unidades de Conservação propostas para implantação, que obedecem à relevância ecológica tratada no âmbito do ZSEE-MT.

As áreas enquadradas na Categoria 4 são divididas em 2 Subcategorias:

### **4.1. Áreas Protegidas Criadas**

**Quadro 3.6.5.2 - 8 - Subcategoria 4.1**

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
4.1.1.	Terras indígenas	Apiaká-Kayabi , Arara do Rio Branco, Areões, Areões I, Areões II, Aripuanã, Baía dos Guatós, Bakairi, Batelão, Batovi, Cacique Fontoura, Capoto / Jarina, Chão Preto, Enawenê-Nawê, Erikbatsa, Escondido, Estação Paresi, Estivadinho, Figueiras, Gleba Iriri, Manok, Japuíra, Jarudore, Juinhina, Kaiaby, Karajá de Aruanã II, Kawahiva do Rio Pardo, Lagoa dos Brincos, Marãiwatsed, Marechal Rondon, Menkragnoti, Menku, Merure, Nambikwara, Panará, Parabubure, Paresi, Parque Indígena Aripuanã, Parque Indígena Xingu, Pequizal, Pequizal do Naruv'tu, Perigara, Pimentel Barbosa, Pirineus de Souza, Ponte de Pedra, Portal do Encantado, Rio Formoso, Roosevelt, Sangradouro/Volta Grande, Santana, São Domingos, São Marcos, Sararé, Serra Morena, Sete de Setembro/MT, Tadarimana, Taihãntesu, Tapirapé/Karajá, Tereza Cristina, Tirecatinga, Ubawawe, Uirapuru (Capitão Marcos), Umutina, Urubu Branco, Utiririti, Vale do Guaporé, Wawi e Zoró
4.1.2.	<b>Unidades de Conservação</b>	
	Unidades de Conservação de Jurisdição Federal	
	Proteção Integral	Estação Ecológica do Iquê Juruena; Estação Ecológica Taimã; Estação Ecológica Serra das Araras - Área I; Estação Ecológica. Serra das Araras - Área II; Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense; Parque Nacional da Chapada dos Guimarães; Parque Nacional dos Campos Amazônicos e Parque Nacional do Juruena.
4.1.2.a	Uso Sustentável	Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica São Luis; Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Estância Dorochê; Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Terra Nova; Reserva Particular do Patrimônio Natural Estância Ecológica SESC Pantanal; Reserva Particular do Patrimônio Natural Parque Ecológico João Basso; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica Mata Fria; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Jubran; Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba Cristalino; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Rama; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica Lourdes Félix Soares; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica Verde Amazônia; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica América Amazônica; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica José Gimenez Soares; Reserva Particular do Patrimônio Natural Hotel Mirante; Área de Proteção Ambiental dos Meandros do Rio Araguaia.
4.1.2.b	Unidades de Conservação de Jurisdição Estadual	

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
	Proteção Integral	Reserva Ecológica Culuene; Estação Ecológica Rio da Casca I; Estação Ecológica Rio da Casca II; Reserva Ecológica Apiacás; Estação Ecológica do Rio Roosevelt; Estação Ecológica do Rio Madeirinha; Estação Ecológica do Rio Ronuro; Estação Ecológica Rio Flor do Prado; Parque Águas Quentes; Parque Massairo Okamura; Parque da Serra Azul; Parque Serra Ricardo Franco; Parque Serra de Santa Bárbara; Parque da Cidade Mãe Bonifácia; Parque do Cristalino I; Parque do Cristalino II; Parque Gruta da Lagoa Azul; Parque da Saúde; Parque do Araguaia; Parque do Xingu; Parque Guirá; Parque Águas de Cuiabá; Parque Dom Osório Stofell; Parque Igarapés do Juruena; Parque Tucumã; Parque Encontro das Águas; Parque de Paranaíta; Refúgio da Vida Silvestre Corixão da Mata Azul; Refúgio da Vida Silvestre Quelôneos do Araguaia; Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Vale do Sepotuba; Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba Cristalino III.
	Uso Sustentável	Reserva Extrativista Guariba Roosevelt; Distrito Agroecológico de Praia Rica; Área de Proteção Ambiental do Pé da Serra Azul; Área de Proteção Ambiental do Rio da Casca; Área de Proteção Ambiental da Chapada dos Guimarães; Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá; Área de Proteção Ambiental do Salto Magessi; Área de Proteção Ambiental Nascentes do Rio Paraguai; Estrada Parque Transpantaneira; Estrada Parque Cachoeira da Fumaça; Estrada Parque Chapada dos Guimarães; Estrada Parque MT 040/361; Estrada Parque Poconé-Porto Cercado.
4.1.2.c	Unidades de Conservação de Jurisdição Municipal	
	Proteção Integral	Parque Zoológico de Rondonópolis; Parque Ilto Ferreira Coutinho; Parque do Bacaba; Parque Ambiental de Juína; Parque Florestal de Cláudia; Parque do Distrito de Progresso; Parque de Jaciara; Parque do Córrego Lucas; Parque das Araras; Parque Residencial Alto da Boa Vista; Parque Zoológico da Lagoa dos Veados; Parque do Córrego Boiadeiro; Parque Nascente do Rio Taquari; Parque Celebra; Parque da Cabeceira do Coxipozinho; Horto Florestal Toti Garcia; Monumento Natural Confusão; Monumento Natural Caverna do Jabuti
	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental Tanque do Fanchó; Área de Proteção Ambiental do Aricá-Açu; Área de Proteção Ambiental Córrego do Mato e Rio Araguaia; Área de Proteção Ambiental Ribeirãozinho e Alcantilados do Rio Araguaia; Área de Proteção Ambiental Morro Santa Luzia; Área de Proteção Ambiental Ribeirão da Aldeia; Área de Proteção Ambiental Cachoeira da Fumaça; Área de Proteção Ambiental Ribeirão Claro, Água Emendada, Paraíso, Rio Araguaia; Área de Proteção Ambiental Ribeirão do Sapo; Área de Proteção Ambiental Córrego Gordura e Córrego Boiadeiro; Área de Proteção Ambiental Rio Araguaia. Córrego Rico, Couto Magalhães e Rio Araguaína; Área de Proteção Ambiental Serra das Araras; Área de Proteção Ambiental Ribeirão da Aldeia e Rio das Garças; Área de Proteção Ambiental Tadarimana; Área de Proteção Ambiental Rio Bandeira, Rio das Garças e Rio Taboca; Área de Proteção Ambiental Nascente do Rio Araguaia; Área de Proteção Ambiental Ninho das Águas; Área de Proteção Ambiental do Rio Dantas e Morro Verde; Área de Proteção Ambiental do Rio das Garças e Furnas do Batovi; Área de Proteção Ambiental Ribeirão do Sapo e Rio Araguaia.

Fonte: SEPLAN/MT

## 4.2. Áreas Protegidas Propostas.

Além das áreas protegidas listadas a cima, estão sendo propostas à criação de diversas Unidades de Conservação no estado do Mato Grosso, considerando a relevância ecológica que estes ambientes possuem, as áreas estão divididas em: elevado potencial florestal, ambientes pantaneiros e ambientes com elevada fragilidade. Dessa forma sendo indicada as seguintes áreas:

- Elevado Potencial Florestal:

**Apiacás:** Indicada à criação de Unidade de Conservação, devido à ocorrência de sistemas de elevada fragilidade e garantir a ampliação da área do Parque Nacional do

Juruena e a faixa de amortecimento de atividades antrópicas no entorno da Terra Indígena kAiabi;

**Rio Madeirinha:** Indicada para criação de Unidade de Conservação visando à ampliação da área das Unidades de Conservação Estaduais Estação Ecológica do Rio Madeirinha e Rio Roosevelt, Parque Estadual Tucumã e a Reserva Extrativista Guariba – Roosevelt, para preservação da Biodiversidade no Domínio Amazônico no Estado de Mato Grosso.

**Serra dos Caiabis:** Indicada para disciplinar o uso, garantir a manutenção e conectividade das formações ripárias, florestais e de savana, e áreas significativas de vida silvestre, que se encontram sob pressão antrópica, para orientar os usos futuros de conservação, turismo, em áreas específicas.

**Rio Arinos:** Indicada à criação de Unidade de Conservação como forma de garantir a conservação ambiental desta região do estado, recoberta por ambientes florestais.

**Rio Manissauá-Miçú:** Indicada à criação de Unidade de Conservação devido à ocorrência de espécie nova de primata (*Callicebus sp nov*) e de formação florestal de significativa importância ecológica, sob pressão da exploração seletiva da madeira e de áreas agrícolas.

- Ambientes pantaneiros com elevado potencial biótico:

**Rio das Mortes:** criação da Unidade de Conservação visando garantir a preservação do complexo paisagístico do pantanal do vale dos rios Araguaia e das Mortes; pela presença de uma fauna e flora específica associadas à dinâmica do regime de cheias e vazantes e, reforçar a conectividade entre o Parque Estadual do Araguaia e Reserva de Vida Silvestre; Rio Araguaia – Rio das Mortes: criação da Unidade de Conservação para garantir a variabilidade ambiental evidenciada pelos diversos padrões fisionômicos e pela riqueza da flora e fauna; visando resguardar a conservação das feições ecológicas existentes, bem como disciplinar o uso e garantir a manutenção das formações ripárias e das áreas significativas de vida silvestre reforçando a conectividade entre o Parque Estadual do Araguaia, APA dos Meandros do Rio Araguaia, Reserva da Vida Silvestre, Corixão da Mata Azul e Reserva da Vida Silvestre Quelônios do Araguaia;

**Rio Cristalino do Araguaia:** Indicada para ampliação da Unidade de Conservação existente – APA Estadual dos Meandros do rio Araguaia, para resguardar a conservação ambiental, como forma de disciplinar o uso e garantir a manutenção das Formações Ripárias e das feições ecológicas, decorrentes da dinâmica das cheias e vazantes do rio Araguaia.



**Pantanal do Barbado:** Indicada para criação de Unidade de Conservação, pela relevância ecológica do Pantanal do rio Barbado, nas proximidades do Parque Ecológico Santa Bárbara, como forma de disciplinar o uso e garantir a manutenção nas formações ripárias e áreas significativas de vida silvestre e constituir uma faixa tampão do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense.

**Corixo Grande/Rio Paraguai:** Indicada para implantação de Unidade de Conservação, como forma de disciplinar o uso e garantir a manutenção das formações ripárias e áreas significativas de vida silvestre, constituir uma faixa tampão ao Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense e promover a conectividade entre este Parque e o Parque Estadual Guirá.

- Ambientes com Elevada Fragilidade:

**Serra de São Vicente:** Indicada à manutenção e recuperação do seu estado de conservação, visando promover a conectividade com a Unidade de Conservação Parque Estadual Serra de Santa Bárbara e a Terra Indígena Sararé e a regularização das atividades de mineração (ouro) existentes, incluindo a recuperação das áreas degradadas.

**Província Serrana:** Indicada para criação de Unidade de Conservação, visando garantir a manutenção das formações vegetais, dos ambientes de vida silvestre, a proteção das formações cársticas e de beleza cênica da Província Serrana.

**Serra do Culuene:** Indicada para criação da Unidade de Conservação, visando garantir a manutenção das formações vegetais e de áreas significativas de vida silvestre e da beleza cênica.

**Serra de Santa Bárbara:** Indicação para criação de Unidade de Conservação, visando disciplinar o uso do solo, e ampliar o Parque Estadual Serra de Santa Bárbara.

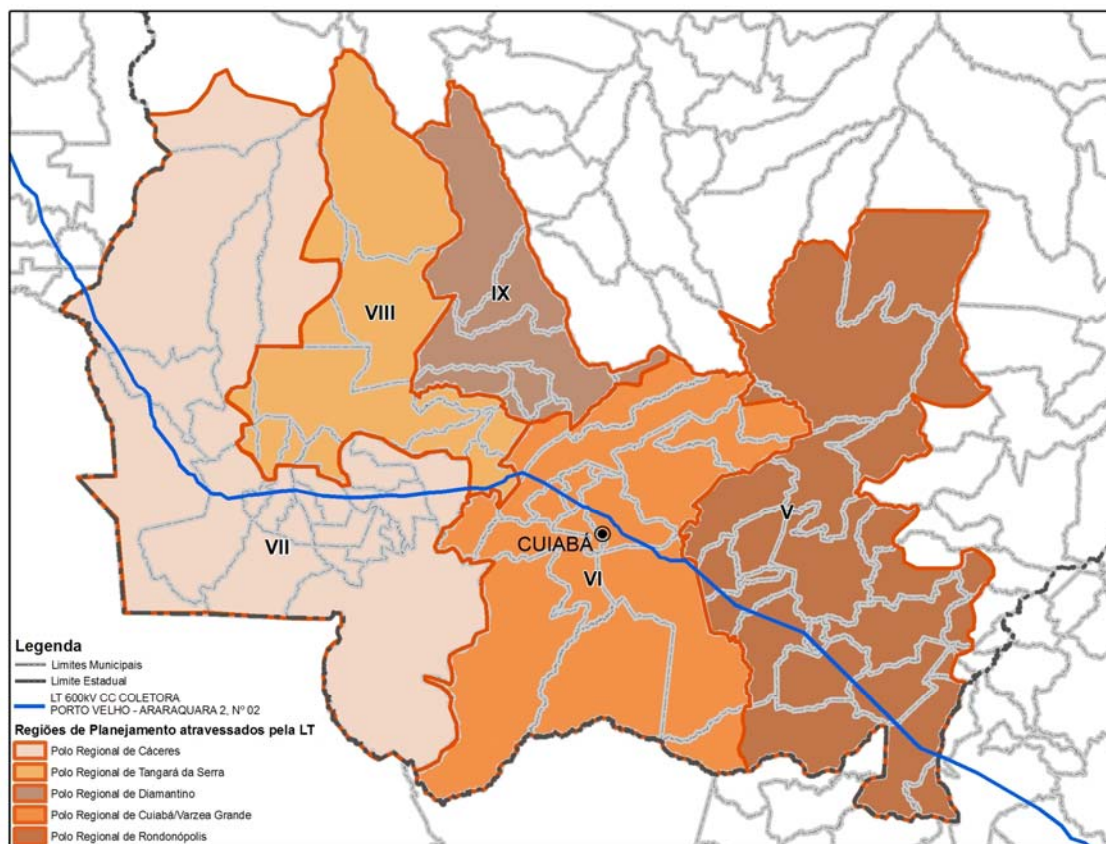
Além das áreas de elevado potencial florestal foi proposta áreas de conservação de recursos hídricos no Rio Ronuro, tendo sido indicada à criação de Unidade de Conservação visando à conectividade entre o Parque Indígena do Xingu e a Estação Ecológica Estadual do rio Ronuro; preservação dos diversos ambientes compostos de florestas e savanas e de contatos na forma de enclave e ecótonos, e à proteção da recarga de aquífero dos rios formadores da bacia do Rio Xingu que vêm sofrendo forte pressão antrópica.

No estado do Mato Grosso, a divisão por regiões de planejamento, está assim definida:

REGIÃO DE PLANEJAMENTO	
POLOS REGIONAIS	MUNICÍPIOS
Pólo Regional de Juína - região I	Juína (Cidade Pólo);Aripuanã;Castanheira;Colniza; Cotriguaçu;Juruena;Rondolândia
Pólo Regional de Alta Floresta - região II	Alta Floresta (Cidade Pólo); Apiacás;Carlinda;Colider;Guarantã do Norte; Matupá;Nova Bandeirantes;Nova Canaã do Norte;Nova Guarita;Nova Monte Verde;Nova Santa Helena;Novo Mundo; Paranaíta; Peixoto de Azevedo;Terra Nova do Norte.
Pólo Regional de Vila Rica - região III	Vila Rica (Cidade Pólo); Alto Boa Vista; Bom Jesus do Araguaia; Cana-Brava do Norte;Confresa;Luciara;Novo Santo Antônio;Porto Alegre do Norte;Santa Cruz do Xingu;Santa Terezinha; São Felix do Araguaia; São José do Xingu;Serra Nova Dourada.
Pólo Regional de Barra do Garças - região IV	Barra Garças (Cidade Pólo) ;Água Boa;Araguaiana;Araguainha;Campinápolis;Canarana;Cocalinho;General Carneiro;Nova Nazaré;Nova Xavantina;Novo São Joaquim;Pontal do Araguaia;Ponte Branca; Querência;Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho;Torixoréu.
Pólo Regional de Rondonópolis - região V	Rondonópolis (Cidade Pólo) ;Alto Araguaia;Alto Garças;Alto Taquari;Campo Verde;Dom Aquino;Gaúcha do Norte; Guiratinga;Itiquira; Jaciara;Juscimeira;Paranatinga;Pedra Preta;Poxoréu; Primavera do Leste;Santo Antônio do Leste;São José do Povo;São Pedro da Cipa;Tesouro.
Pólo Regional de Cuiabá - região VI	Cuiabá/Várzea Grande (Cidades Pólos);Acorizal;Barão de Melgaço;Chapada dos Guimarães;Jangada; Nobres;Nossa Senhora do Livramento;Nova Brasilândia; Planalto da Serra;Poconé;Rosário Oeste;Santo Antônio do Leverger .
Pólo Regional de Cáceres - região VII	Cáceres (Cidade Pólo);Araputanga;Campos de Júlio;Comodoro;Conquista D'Oeste;Curvelândia;Figueirópolis D'Oeste;Glória D'Oeste;Indiavaí;Jauru;Lambari D'Oeste;Mirassol D'Oeste;Nova Lacerda; Pontes e Lacerda;Porto Esperidião;Reserva do Cabaçal; Rio Branco;Salto do Céu;São José dos Quatro Marcos;Sapezal;Vale de São Domingos;Vila Bela da Santíssima Trindade ;
Pólo Regional de Tangará da Serra - região VIII	Tangará da Serra (Cidade Pólo) ;Barra do Bugres;Brasnorte;Campo Novo do Parecis;Denise;Nova Olímpia;Porto Estrela;Santo Afonso.
Pólo Regional de Diamantino - região IX	Diamantino (Cidade Pólo);Alto Paraguai;Arenápolis;Nortelândia;Nova Marilândia;Nova Maringá;São José do Rio Claro.
Pólo Regional de Sorriso - região X	Sorriso (Cidade Pólo);Ipiranga do Norte; Itanhanga;Lucas do Rio Verde;Nova Mutum;Santa Rita do Trivelato;Tapurah.
Pólo Regional de Juara - região XI	Juara ( Cidade Pólo);Novo Horizonte do Norte;Porto dos Gaúchos;Tabaporã
Pólo Regional de Sinop - região XII	Nova Ubiratã, Feliz Natal, Vera, Santa Carmem, Cláudia, União do Sul, Itaúba, Marcelândia e Sinop.

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado do Mato Gross, Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

Na área de influencia do empreendimento, concentram-se os pólos regionais de Rondonópolis (região V), Cuiabá/Várzea Grande (região VI), Cáceres (região VII), Tangará da Serra (região VIII) e Diamantino (região IX), conforme apresentado no mapa a seguir.

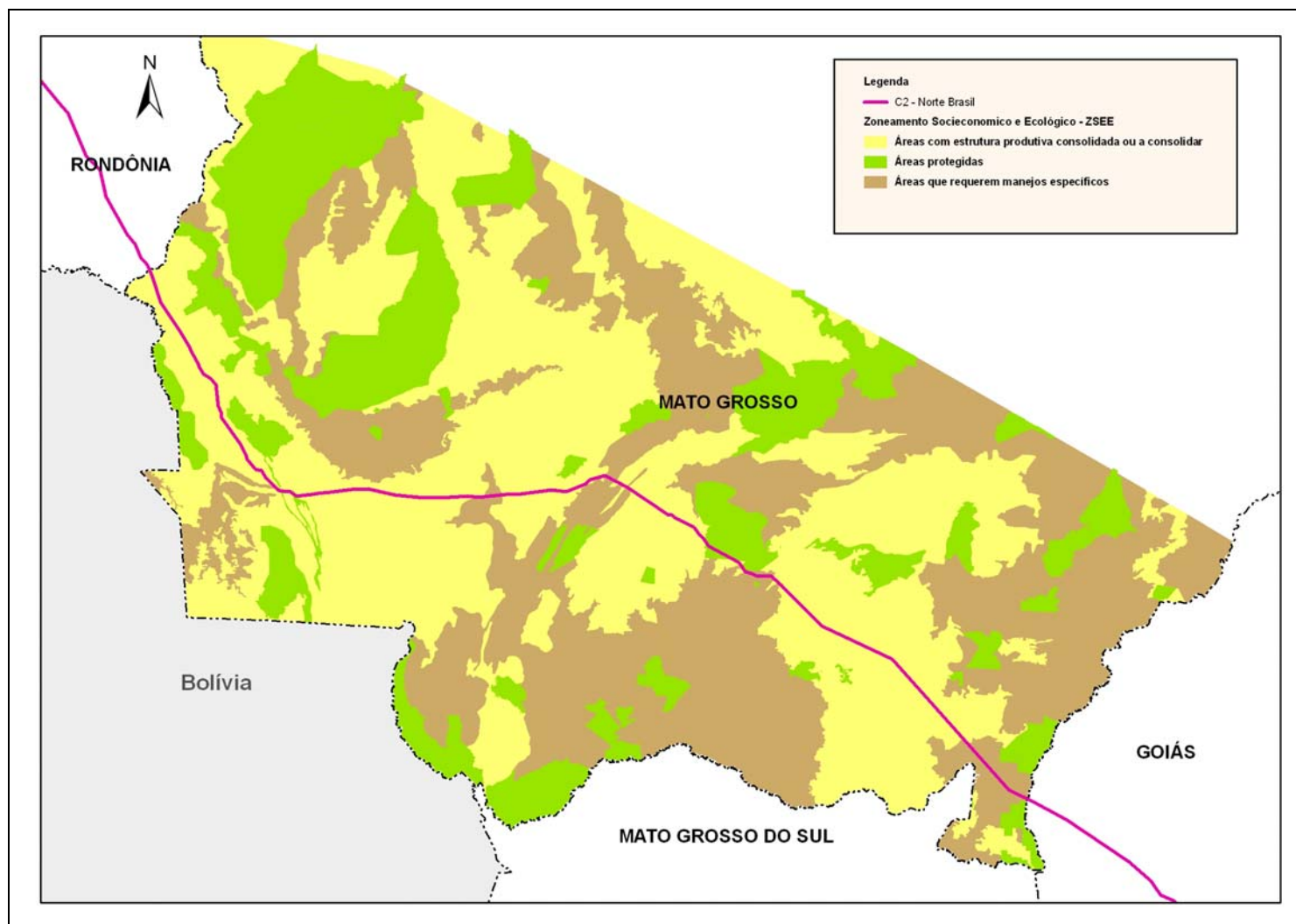


Fonte: Elaboração própria a partir das informações disponibilizadas em Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso, Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado do Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

Ao se correlacionar os usos das regiões de planejamento, das zonas de intervenção, e das categorias e sub categorias, percebe-se que na região onde está prevista a instalação do empreendimento, prevalecem áreas nas categorias 1 e 3, ou seja, áreas com uso consolidado ou a consolidar e áreas que requerem manejo específico, com predomínio de atividades econômicas ligadas a agricultura, pecuária de alta tecnologia e agroindústria. As exceções estão na categoria 4 que estabelece áreas protegidas, nesse caso, Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

De acordo com as características de uso do solo dessa região, pode-se considerar que seus usos são compatíveis com a implementação do empreendimento.

Destaca-se que pelo fato do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do estado do mato grosso estar em fase de aprovação, o mapa a ser apresentado não contempla as áreas que requerem readequação dos sistemas de manejo, descritas acima como categoria 2. Entretanto, optou-se por apresentar as informações tento em vista que esta categoria ainda está em via de ser implantada.



### **(3) Goiás**

No Estado de Goiás, apenas 20 municípios, que não fazem parte da área direta ou indiretamente afetada pelo empreendimento, são contemplados pelo Zoneamento Ecológico-Econômico da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Em 2009, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica, entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado de Goiás, segundo o qual o Estado executa e o MMA acompanha o processo de elaboração do ZEE. A previsão da conclusão do macrozoneamento está prevista para 2010, definindo as áreas a serem detalhadas.

### **(4) Minas Gerais**

No Estado de Minas Gerais, o Zoneamento Ecológico-Econômico foi aprovado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) em dezembro de 2008. O ZEE/MG foi elaborado a partir das diretrizes metodológicas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA para elaboração do ZEE, em conformidade às diretrizes da Política e Legislação Ambiental do Estado de Minas Gerais, orientando-se pelos patamares: (i) referente às Unidades Regionais do Copam; (ii) patamar referente às Bacias Hidrográficas do Estado; (iii) referente às meso e microregiões; (iv) referente ao ordenamento Municipal. É fruto de acordo de cooperação técnica, científica, financeira e operacional, firmado entre o SISEMA e Universidade Federal de Lavras, através da Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão, e contou, em especial, com a parceria da Fundação João Pinheiro para a sua execução.

O ZEE/MG estabelece um Índice Ecológico Econômico, que é o resultado de uma combinação lógico-intuitiva dos vários níveis de potencialidade social com os de vulnerabilidade natural. As possíveis combinações permitem agrupar áreas semelhantes quanto à severidade dos problemas ambientais e dos potenciais sociais que nelas podem ser encontrados. Foram geradas tabelas com a relação dos municípios que compõem as regiões do ZEE, contendo a pontuação obtida em cada um dos fatores condicionantes, o total de pontos e a categorização em A, B, C, D e E. A partir desses resultados, os municípios poderão ser aglomerados por classe, formando zonas dentro de cada região em termos de ponto de partida para o desenvolvimento sustentável de condições Muito Favoráveis, Favoráveis, Pouco Favoráveis, Precárias e Muito Precárias de potencialidade social. Entre os quatro municípios mineiros que integram a AII do empreendimento, três possuem a maior parte de seu território classificada como Zona Ecológica Econômica A, que engloba municípios que possuem capacidades nos níveis estratégico, tático e operacional de serem facilmente estimulados para alavancar o desenvolvimento sustentável local. A exceção é o município de União de Minas, classificado como Zona Ecológica Econômica C, que define o município como ponto de partida pouco favorável para o desenvolvimento sustentável, em comparação com todos os municípios do estado de

Minas Gerais. Essa situação se traduz na capacidade limitada que possui de oferecer resposta proporcional aos investimentos realizados em áreas estratégicas ou em setores específicos.

#### **(5) São Paulo**

No Estado de São Paulo, já existe Zoneamento Ecológico Econômico para a região do Litoral Norte e encontra-se em fase de elaboração o ZEE da Baixada Santista. Nenhum deles se refere à All do empreendimento. Para a elaboração do ZEE do Estado, está sendo articulado Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o governo estadual. A princípio, o zoneamento será elaborado por bacias hidrográficas.

### 3.6.5.3. DEMOGRAFIA, ESTRUTURA PRODUTIVA E MALHA URBANA – AII/AID

#### a. Histórico de Ocupação das Mesorregiões e Municípios

A LT 600Kv CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 atravessa 87 municípios e dez mesorregiões brasileiras. Dada a extensão do traçado e unidade histórica no processo de formação dos municípios inseridos em uma mesma região. Nesse item são apresentados os históricos de ocupação das mesorregiões atravessadas pela LT, destacando os municípios atravessados pelo empreendimento.

#### (1) Rondônia

- **Mesorregião Madeira-Guaporé**

A Mesorregião Madeira-Guaporé é composta por 10 municípios, 2 dos quais fazem parte da Área de Influência Indireta da Linha de Transmissão 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02.

Em **Porto Velho**<sup>1</sup>, capital do Estado, o início do povoamento se deu efetivamente a partir de 1907, depois da assinatura do Tratado de Petrópolis (17 de Novembro de 1903), em que o Brasil se comprometia com a Bolívia em construir uma estrada de ferro que ligasse a fronteira boliviana do rio Mamoré, onde hoje está a cidade de Guajará Mirim, até a cabeceira navegável do rio Madeira, hoje Porto Velho. Em contrapartida o Governo boliviano passava para o Brasil as terras do extremo oeste, que formam hoje o Estado do Acre. A Bolívia necessitava escoar sua produção para a Europa e Estados Unidos, mas havia dificuldade de navegabilidade estava nos Rios Mamoré e Madeira, pois em seus leitos haviam vinte e três cachoeiras, impossibilitando qualquer empreitada. Sem estradas e diante do problema, a saída encontrava-se na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). Vieram, então, para esta região cidadãos de diversas nacionalidades, entre eles ingleses, norte-americanos, caribenhos e asiáticos, todos determinados a desbravar essa fronteira e a construir a maior obra humana na Amazônia Ocidental. Como a melhor tecnologia era a estrangeira, eles chegaram prontos a construir uma estação completa, dotada do que havia de básico e imprescindível para o bom andamento do empreendimento e o bem-estar de seus usuários. Com a chegada dos trabalhadores e o desenvolvimento, a pequena vila de Santo Antônio da Madeira, situada a 7 km ao sul do porto Madeira, ao passar dos anos foi gradualmente se transferindo para as proximidades da nova estação central. Nascia, então, a cidade de Porto Velho. As instalações do complexo ferroviário cresciam, a renda per capita era alta, o comércio vigoroso e o fluxo de

<sup>1</sup> <http://www.rondonia.ro.gov.br/>

estrangeiros intenso. Foi o que bastou para a pequena cidade chamar a atenção de nações distantes com interesses especiais: um pequeno povoado em franco desenvolvimento, uma estrada de ferro e um eldorado latente em plena selva brasileira.

Em 2 de outubro de 1914, Porto Velho era conhecida político-administrativamente como Município e em 13 de setembro de 1943 como capital de novo Território Federal do Guaporé, que mais tarde, em 17 de fevereiro de 1956, passava a se chamar de Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido da Silva Rondon.

Já a moderna história de Porto Velho começa com a descoberta de cassiterita (minério de estanho) nos velhos seringais no final dos anos 50, e de ouro no rio Madeira. Mas, principalmente, com a decisão do governo federal, no final dos anos 70, de abrir nova fronteira agrícola no então Território Federal de Rondônia, como meio ocupar e desenvolver essa região segundo os princípios da segurança nacional vigentes. Além de aliviar tensões fundiárias principalmente nos estados do sul, por meio da transferência de grandes contingentes populacionais para o novo Eldorado. A cidade (e o estado) tornou-se um novo caldeirão cultural, onde se misturam hábitos e sotaques de todos os quadrantes do país. Esta migração intensa provocou um explosivo crescimento da cidade, particularmente na década de 80.

**Candeias do Jamari**<sup>2</sup> foi criado como município em fevereiro de 1992, como área desmembrada de Porto Velho. Surgiu como povoado no cruzamento da BR-29 (hoje BR-364) com o Rio Candeias, afluentes do Rio Jamari, e ficou conhecida como Vila Candeias em homenagem ao rio que banha a cidade.

O município de **Itapuã do Oeste**<sup>3</sup> fica às margens da BR-364 e foi criado com o nome de Jamari, em fevereiro de 1992, com áreas desmembradas dos municípios de Ariquemes e Porto Velho. Devido à insatisfação dos moradores com a denominação Jamari, foi realizado um plebiscito para mudança de nome para Itapuã do Oeste, o que ocorreu em outubro de 1997.

<sup>2</sup> <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>

<sup>3</sup> <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>



**Quadro 3.6.5.3 - 1 – Ano de criação e formação dos municípios da All Mesorregional Madeira Guaporé**

All Mesorregional Madeira Guaporé		
Municípios da All	Ano de Criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Candeias do Jamari	1993	Porto Velho
Itapuã do Oeste	1992	Ariquemes e Porto Velho
Porto Velho	1943	-

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal

- **Mesorregião Leste Rondoniense** <sup>4</sup>

A Mesorregião Leste Rondoniense é composta por 42 municípios, 22 dos quais fazem parte da Área de Influência Indireta da Linha de Transmissão.

**Ariquemes** tem em seu nome uma homenagem ao povo indígena Arikemes, habitante original dessa região. Por volta de 1794, o Vale do Jamari, onde surgiu o núcleo que deu origem ao município de Ariquemes, era conhecido pela abundância de suas especiarias nativas, destacando o cacau e o látex da seringueira. A região habitada por extrativistas e índios possuía vários seringais, principalmente o Seringal Papagaios. Nessa época, a região amazônica era desconhecida. A ocupação do Vale do Jamari ocorreu por volta de 1900, principalmente durante o primeiro ciclo da borracha, mas sua ocupação efetiva se deu a partir de 1909 com a construção da linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira, cuja expedição era chefiada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Em 1915, essa região foi delimitada pela resolução nº 735, de 06 de outubro, e denominada 3º Distrito do município de Santo Antônio do Rio Madeira. Período de grande migração nordestina, com os imigrantes ocupando terras e extraíndo as riquezas naturais, especialmente o látex da borracha, de grande procura internacional. Com as altas produções de borracha da Malásia, os seringais amazônicos entraram em decadência, vindo a se recuperar com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, fazendo com que os aliados perdessem os seringais do oriente. A Amazônia via-se envolvida num conflito em função da borracha, iniciando o segundo ciclo econômico com reflexos em todos os seringais já existentes. Novos imigrantes nordestinos surgiram na Amazônia para contribuir com o trabalho na guerra que se desenrolava na Europa e no Oriente. Em setembro de 1943, o Presidente Getúlio Vargas, cria o Território Federal do Guaporé, e a região passou a fazer parte do município de Porto Velho como Distrito de Ariquemes. Houve um fluxo migratório de nordestinos que se transformaram em seringueiros, formando um exército de "Soldados da Borracha". Terminado o conflito mundial, houve a diminuição do interesse pela borracha Amazônica. Em 1958, com a descoberta da cassiterita, minério de

<sup>4</sup> As informações dos municípios pertencentes a esta mesorregião foram pesquisadas no site: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>

estanho, novos contingentes migratórios ocorreram vindos de diversos pontos do país. Os garimpeiros se estabeleceram em volta do campo de pouso de aeronaves que escoavam a produção do minério, centralizaram suas moradias e os estabelecimentos comerciais. Em fevereiro de 1960, o então Presidente Juscelino Kubstchek de Oliveira, determinou a abertura e construção da estrada que acabou se tornando o leito da BR 364. No dia 15 de abril de 1970, o Ministério das Minas e Energia, por meio de portaria, proibiu a lavra manual de garimpagem da cassiterita sob argumento de ser predatória, determinando que a exploração das jazidas minerais fosse mecanizada através de empresas. A partir daí, Ariquemes passou a ser apenas ponto de parada ao longo da BR 364. Em 1972, começaram os estudos realizados pelo INCRA nas áreas desapropriadas, que resultaram nos projetos de assentamento "Burareiro" e "Marechal Dutra". A partir de 1975, esses projetos entram em fase de implantação. O Prefeito de Porto Velho determinou a transferência da sede do Distrito, localizada às margens do rio Jamari, onde atualmente se localiza o bairro Marechal Rondon, para outra localidade próxima a BR 364, onde foi instalada a cidade planejada dividida em setores: Institucional, Industrial, Comercial e Residencial. No dia 11 de fevereiro de 1976, a primeira árvore foi derrubada surgindo a Nova Ariquemes. A vila passou a ser chamada de Vila Velha. Houve tentativa de erradicação do vilarejo inicial, visto ser ele cortado ao centro pela BR 364, que lhe servia de eixo. Apesar das tentativas, o povo ali residiu e ocupou, em grande parte, a área atualmente incluída no plano urbano que representa uma referência histórica do município.

**Alto Paraíso** foi criado em fevereiro de 1992, como área desmembrada de Ariquemes e Porto Velho. Uma cidade que se originou do Núcleo Urbano de Apoio Rural Marechal Dutra, um dos projetos de assentamento de colonos do Incra. O município de **Cacaulândia** foi criado em fevereiro de 1992, também como área desmembrada de Ariquemes, surgindo, primeiramente, como núcleo urbano de apoio rural ao projeto de assentamento dirigido por Marechal Deodoro. **Jaru** foi criado em junho de 1981 como município, pelo demembramento dos municípios de Ariquemes e Ji-Paraná. O povoamento desta região teve início no século XX com a construção de um depósito de um seringal. Em 1912, o arrendatário deste depósito, Sr. Ricardo Cantanhede, dinamizou a exploração de borracha naquele lugar, quando em 1917, Rondon instalou uma estação telegráfica às margens do Rio Jaru, que deu nome a localidade. **Monte Negro**<sup>5</sup> foi criado em 1992, como área desmembrada de Ariquemes, e surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra, com o nome de Boa Vista.

<sup>5</sup> <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>

**Governador Jorge Teixeira** surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Padre Adolfo Rohl, com o nome de Pedra Branca. Foi elevado a condição de município em 1992, com o nome atual, e como área desmembrada de Jaru.

**Colorado do Oeste** foi criado em junho de 1981, como área desmembrada do município de Vilhena, surgindo com a implantação pelo INCRA, em 1975, do Projeto Integrado de Colonização Colorado, depois denominado Paulo Assis Ribeiro, em homenagem ao chefe do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - SEMTA, que tinha como finalidade encaminhar trabalhadores para os seringais da Amazônia, à época da Segunda Guerra Mundial. O município de **Corumbiara** foi criado como área desmembrada de Colorado do Oeste e Vilhena, e também tem seu surgimento como núcleo urbano de apoio rural ao Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, com o nome de Nova Esperança. **Cabixi** tem este nome em homenagem à tribo indígena Cabixis, e também surge dentro do Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, sendo elevado a categoria de município em julho de 1988, com área desmembrada de Colorado do Oeste.

**Chupinguaia** foi criada a partir do desmembramento dos municípios de Vilhena e Corumbiara, tornando-se município em dezembro de 1995.

Em meados da década de setenta o INCRA/RO implacou mais um projeto integrado de colonização denominado **Rolim de Moura**, nome escolhido em homenagem a Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro governador da Capitania de Mato Grosso. Em julho de 1977, o Engenheiro Agrônomo Exedito Rafael, executor do INCRA em Cacoal, foi a região com a finalidade de determinar o local para a instalação do núcleo urbano do projeto. Foi escolhido o cruzamento da linha 25 com a linha 184, onde foram feitas as demarcações e distribuição dos lotes urbanos, tendo o povoado recebido o nome do projeto de colonização: Rolim de Moura. Sem nunca ter sido distrito, o povoado de Rolim de Moura foi transformado em município em agosto de 1983, com área desmembrada do Município de Cacoal. O município de **Castanheiras** foi criado em fevereiro de 1992, com área desmembrada de Rolim de Moura.

O município de **Ouro Preto do Oeste** foi criado em 1981, como área desmembrada de Ji-Paraná, e surgiu através do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, realizado pelo INCRA, com um núcleo urbano de apoio rural localizado às margens da BR-364. Em 1915 surgem os primeiros registros sobre a origem do município de **Presidente Médici**, com a passagem da comissão de Rondônia pela região, que era habitada por seringueiros e trabalhadores do seringal São Pedro do Muqui. A região permaneceu praticamente imutável até a abertura da rodovia federal BR 364, do início do incentivo à colonização do Estado de Rondônia e da região Norte do país. Os primeiros colonos

chegaram ao local da margem da rodovia BR 364, a partir da década de sessenta, instalando-se em quatro barracas ao lado do lamaçal que cobria a estrada. A localidade ficou conhecida como "Trinta e Três" por estar a 33 km da "Vila de Rondônia", atual cidade de Ji - Paraná. A "Vila 33" passou a chamar Presidente Médici e foi elevada a categoria de município em junho de 1981, com área desmembrada de Ji-Paraná.

**Alvorada D'Oeste** foi criada em 1986, com área desmembrada de Presidente Médici, e, surgiu, a partir da necessidade de assentamento dos migrantes de maioria sulistas, através de lotes que localizavam-se na BR-429<sup>6</sup>, e que foram entregues pelo INCRA, em 1979, tendo o nome do município origem em um dos lotes desta região - "Sítio Alvorada", de propriedade de João Távora. O povoado de Nova Brasilândia surgiu à medida que as frentes migratórias avançavam através da linha 25 do Projeto Integrado de Colonização Rolim de Moura, a partir da BR-364 em Pimenta Bueno. O núcleo urbano foi construído no cruzamento da linha 25 com a linha 126 do referido projeto. O município foi criado com o nome de **Nova Brasilândia d'Oeste**, em junho de 1987, com área desmembrada do Município de Presidente Médici. **Urupá** surgiu com núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Ouro Preto, setor Urupá, sendo criado em 1992, com áreas desmembradas de Ouro Preto do Oeste e Alvorada d'Oeste. **Teixeirópolis** surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Ouro Preto, e foi elevado a categoria de município em junho de 1994, com área desmembrada do Município de Ouro Preto do Oeste.

. Os municípios de **Parecis, Primavera de Rondônia e São Felipe d'Oeste** foram criados a partir do desmembramento do município de Pimenta Bueno. Parecis surgiu como Núcleo Urbano de Apoio Rural, na linha 75, sendo elevado a município em junho de 1994. **Primavera de Rondônia** surgiu como Núcleo Urbano de Apoio Rural do projeto de Colonização Abaitará, e foi criado como município em junho de 1994. Já **São Felipe d'Oeste** surgiu de uma invasão de terras na fazenda São Felipe na década de 80, que após muitos conflitos sofreu desapropriação, e os posseiros residentes decidiram que o nome São Felipe deveria permanecer na denominação do projeto de colonização implantado no município de Pimenta Bueno. O município de São Felipe D'Oeste foi criado em junho de 1994.

Os primeiros imigrantes chegaram a **Cerejeiras**<sup>7</sup> em 1875. Todavia, sua história teve início no século XVIII, com o acampamento fundado às margens do rio Guaporé, pelo capitão Antônio Rolim de Moura, em 1750, em viagem de Vila Bela, então capital do Mato Grosso, à Conceição, onde hoje é o Forte Príncipe da Beira. Este acampamento, posteriormente, foi ocupado por escravos, em sua maioria, fugidos de Vila Bela e

<sup>6</sup> <http://www.alvoradadooeste.ro.gov.br/>

<sup>7</sup> Prefeitura de Cerejeiras: <http://www.cerejeiras.ro.gov.br>. Acesso em 23/3/2010.

passou a ser então um ponto de apoio à navegação do rio Guaporé. O vilarejo ficou estagnado à margem da civilização durante quase dois séculos. Com o advento da Segunda Guerra Mundial veio a necessidade do extrativismo da borracha, abundante na região amazônica, inclusive na localidade que marca os primórdios de Cerejeiras. Foi a época da imigração nordestina para o local, os chamados soldados da borracha, que vinham para colaborar no esforço de guerra dos aliados. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o elevado custo da borracha brasileira, sua população foi-se exaurindo até sumir por completo. Da mesma maneira, o lugarejo, ficou estagnado até o início do processo de ocupação do Estado, a partir da década de 60. Durante o processo de colonização de Estado, atendo como eixo da BR 364, o INCRA, em outubro de 1973, criava o Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, implantado no ano seguinte na gleba Guaporé, onde se instalaram as primeiras famílias. No Referenciado Projeto Integrado de Colonização, inicialmente chamado de Colorado, surgiu uma povoação no cruzamento da linha terceira, eixo com a linha três. Era o início do núcleo urbano que deu início a atual cidade de Cerejeiras. O município foi criado no dia 5 de agosto de 1983, pelo Decreto Lei nº 071, assinado pelo Governador Jorge Teixeira de Oliveira, com área desmembrado do município de Colorado DOeste. Através da Lei nº 570, de 22 de junho de 1994, o município cedeu área territorial para criação do município de Alto Alegre dos Parecis. Através da Lei nº 645, de 27 de dezembro de 1995, o município voltou a ceder área territorial, desta vez para criação do município de Pimenteiras do Oeste.

**Quadro 3.6.5.3 - 2 - Ano de criação e formação dos municípios da AII Mesorregional Leste Rondoniense**

AII Mesorregional Leste Rondoniense		
Municípios da AII	Ano de Criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Alto Paraíso	1993	Ariquemes e Porto Velho
Alvorada D'Oeste	1986	Presidente Médici
Ariquemes	1977	-
Cabixi	1989	Colorado do Oeste
Cacaulândia	1993	Ariquemes
Castanheiras	1993	Rolim de Moura
Cerejeiras	1983	Colorado do Oeste
Chupinguaia	1997	Vilhena e Corumbiara
Colorado do Oeste	1981	Vilhena
Corumbiara	1993	Colorado do Oeste e Vilhena
Governador Jorge Teixeira	1992	Jaru
Jaru	1981	Ariquemes e Ji-Paraná
Monte Negro	1992	Ariquemes
Nova Brasilândia D'Oeste	1989	Presidente Médici
Ouro Preto do Oeste	1981	Ji-Paraná
Parecis	1997	Pimenta Bueno
Presidente Médici	1981	Ji-Paraná
Primavera de Rondônia	1997	Pimenta Bueno

All Mesorregional Leste Rondoniense		
Municípios da All	Ano de Criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Rolim de Moura	1983	Cacoal
São Felipe D'Oeste	1997	Pimenta Bueno
Teixeirópolis	1997	Ouro Preto do Oeste
Urupá	1992	Ouro Preto do Oeste e Alvorada D'Oeste

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal

## (2) Mato Grosso

### • Mesorregião Sudoeste Mato-Grossense

A Mesorregião Sudoeste Mato-grossense é formada por 22 municípios, dos quais 11 destes fazem parte da Linha de Transmissão 600 kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 em estudo.

**Vila Bela Santíssima Trindade**<sup>8</sup>, foi fundada em 1752 por D. Antonio Rolim de Moura, sendo a primeira sede da Capitania de Mato Grosso. Com o passar do tempo, a localidade perde a condição de capital para Cuiabá e passa a chamar-se Mato Grosso, mas em 1979 recebe a denominação antiga de volta – Vila Bela Santíssima Trindade - que tem como principais atividades econômicas, hoje, a pecuária e o extrativismo mineral, além da agricultura de subsistência. **Pontes e Lacerda**<sup>9</sup> foi uma região habitada pelos índios nambikwára, que depois receberam, pelos paulistas que chegaram nesta localidade, o nome de kabixi. Primeiramente denominada Vila dos Pretos, o povoado começa a crescer a partir da instalação, em 1906, da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas. Em 1962, foi construída a estrada de Vila Bela Santíssima Trindade e, com a conclusão desta, nasce um novo povoado que ficava a 3 km da Vila dos Pretos. Surge assim, o distrito de Pontes e Lacerda, no município de Vila Bela Santíssima Trindade, que é emancipado em dezembro de 1979, e tem sua base econômica, atualmente, no extrativismo vegetal e mineral, pecuária e agricultura de subsistência. **Comodoro**<sup>10</sup> surgiu pelo movimento dos governos federais e estaduais para estabelecer fronteiras agrícolas no Estado do Mato Grosso, mas bem antes disso a região era habitada pelo povo indígena nambikwára<sup>11</sup>. Além do mais, vale também destacar a passagem da comissão Rondon pelo território onde nasceria Comodoro, que é fruto de um projeto de colonização surgido em 1983, idealizado por José Carlos Piovezan, dono de extensa área de terras na região, e que organizou uma empresa imobiliária com fins de loteamento, com pretensões de vender 3.235 lotes e abrigar pelo menos 17.000 habitantes no projeto colonizador. O resultado final do

<sup>8</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

<sup>9</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

<sup>10</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

<sup>11</sup> <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>

projeto foi tido como sucesso total, com a vinda de milhares de pessoas de diversos Estados da Federação, mais especialmente da região sul brasileira.

Com o crescimento acentuado permitiu-se a afirmação política de Comodoro, tendo absorvido a sede distrital de Novo Oeste, em março de 1985, e em maio de 1986, é sancionada a lei que cria o município, desmembrando-o de Vila Bela Santíssima Trindade. Hoje, o município tem como principais atividades econômicas a agricultura, a pecuária e o extrativismo vegetal. **Nova Lacerda**<sup>12</sup> se constitui num dos mais novos territórios de todo o Estado do Mato Grosso, sendo criado em dezembro de 1995, desmembrada de Comodoro e Vila Bela Santíssima Trindade. Mas, antes disso, esta foi uma região habitada por povos indígenas bororos, cabixis e nambikwára. Também teve seu chão movimentado por inúmeras expedições a partir do século XVIII. A lida garimpeira sempre movimentou esta porção oestina mato-grossense, que também despertou interesse pela riqueza vegetal. Mas foi somente a partir dos programas governamentais de auxílio à abertura de novas fronteiras agrícolas brasileiras que esta região começa a ser colonizada. Hoje, a economia de Nova Lacerda é baseada na agricultura, pecuária e extrativismo mineral<sup>13</sup>.

O município de **Vale de São Domingos**<sup>14</sup> foi criado em dezembro de 1999, como território desmembrado de Pontes e Lacerda, e tem sua economia local, hoje, baseada no extrativismo vegetal e mineral, agricultura e pecuária.

**Araputanga**<sup>15</sup>, assim como vários outros municípios desta Mesorregião, originou-se em função do movimento de colonização programada do governo estadual, iniciado na década de 1940. De 1953 a 1955, o Dr. Nelson da Costa Marques conheceu e mediu terras entre os rios Jauru e Cabaçal. Separou para si algumas sobras e logo legalizou a posse dessas terras. As sobras localizavam-se no Vale das Pitas, do Bugre, da Água Suja e do Córrego Grande. Pelos anos de 1957/58, um grupo de imigrantes coreanos e japoneses adquiriu terras na região, a fim de implantar uma colonização modelo. Pretendiam situar a sede à margem esquerda do córrego das Pitas, onde mais tarde moraria o Sr. José Sato. Denominaram o lugar de Ituinópolis. No entanto, o projeto não vingou e a maioria dos imigrantes foi embora. O Dr. Nelson da Costa Marques, dono de extensa área resolveu lotear sua propriedade. Em 1963, a família Sato tomou a determinação de fundar o patrimônio, ao ser vendido o primeiro lote urbano. Ao povoado deu-se o nome de Paixão, que perdurou durante anos. A atual denominação foi sugerida pelo Dr. Nelson da Costa Marques. Em 1970, foi inaugurada a estrada ligando Araputanga à Cáceres. Em 1975, foi fundada a Cooperativa Agropecuária do

<sup>12</sup> <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>

<sup>13</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

<sup>14</sup> <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>

<sup>15</sup> <http://www.araputanga.mt.gov.br/>

Noroeste, que passou a coletar leite de toda a região e a industrializá-lo. Com isso, Araputanga passou a desenvolver-se rapidamente e tornou-se distrito em outubro de 1977, com território jurisdicionado ao município de Mirassol D'Oeste. Em dezembro de 1979 foi criado o município de Araputanga, que tem sua base econômica, nos dias de hoje, na pecuária leiteira, na agricultura e no comércio<sup>16</sup>.

Antenor Modesto, paulista, chegou primeiramente à região da atual **Indiavaí** em 1961, adquirindo terras de um gaúcho, e sendo vizinho de alemães que cultivavam café. Em 1962, suas terras são demarcadas em lotes para colonização. A primeira denominação da localidade foi Água Suja, e, aproximadamente, em 1966, substitui-se por Patrimônio Nova Esperança, que perdurou até 1970. O município de Indiavaí foi criado em maio de 1986, com território desmembrado de Araputanga, e a sua principal atividade econômica, hoje, é a pecuária.

Em 1878, assentou-se em **Barra do Rio dos Bugres**<sup>17</sup>, Pedro Torquato Leite da Rocha, procedente de Cuiabá, acompanhado de familiares. No ano seguinte, 1879, ali chegavam mais famílias e, assim, continuou o povoamento da Barra do Rio dos Bugres, com família chegando para a extração de poaia, borracha e madeira. A essa época, também era intensa a navegação pelo Rio Paraguai, que tinha em Barra do Bugres a passagem das lanchas que faziam linha regular de Cáceres-Corumbá-Montevideo. Cáceres crescia como interposto. Ali lideravam a indústria e o comércio. Em junho de 1910, ocorreu a desapropriação de 2000 hectares de terras dos campos de propriedade de Manoel de Campos Borges para Barra do Bugres, e em julho de 1927, foi reservada uma área de terras para patrimônio da povoação. Em 1938, a denominação de Barra do Rio dos Bugres passa para Barra do Bugres. E, finalmente, em dezembro de 1943, é criado o município de Barra do Bugres. Vale ressaltar, que por volta de 1958, Manoel Rodrigues projetou produzir aguardente, e produziu a Bugrina, aguardente muito disputada pelos conhecedores. Em 1979, a 4 km da cidade, 60 ha de terras eram doados pela prefeitura municipal para o programa do PROBOR 3, com a produção de mudas de seringueiras enxertadas de alta qualidade e resistência a pragas, estendendo à região circunvizinha. Em setembro de 1980, instalou-se em Barra do Bugres a Barralcool Destilaria Barra Ltda, absorvendo a produção canavieira regional. A mesma Barralcool protagonizou, em outubro de 2006, a inauguração da primeira usina de biodiesel do Brasil. A base econômica do município, hoje, é a agricultura, comércio, agroindústria e pecuária.

<sup>16</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

<sup>17</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br>



Também habitada primeiramente por índios pareci, nambikwara e bororo<sup>18</sup>, **Jauru**<sup>19</sup> nasceu sob a influência do movimento colonizador. No começo da década de 1950, a Companhia Comercial de Terras Sul Brasil, da cidade paulista de Marília, adquiriu área de 250 mil ha, com fins de colonização no município de Cáceres, entre os rios Jauru e Guaporé. Em 1953, Francisco Ângelo Montalar e outros membros da família, em consórcio com Antenor Pereira de Carvalho e Aurélio Mota adquiriram as terras da Companhia Sul Brasil, localizadas entre o Rio Jauru, pela margem direita até a altura da confluência do Rio Santíssimo, Córrego do Bagre e uma parte do município de Mato Grosso. Essas terras adquiridas foram divididas em quatro glebas, e uma parte dos lotes formou a área urbana de Jauru, que primeiramente recebeu a denominação de Gleba Paulista, passando depois a Cidade de Deus. Por fim, deram-lhe a denominação de Jauru, devido ao Rio Jauru. Em 1953, começaram a chegar as primeiras famílias de colonos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Enfrentando todas as dificuldades, o povoado foi crescendo, tornando-se distrito em novembro de 1976 e município em setembro de 1979, tendo sua área desmembrada do município de Cáceres. Atualmente, em Jauru, a principal atividade econômica é a pecuária.

O local do loteamento Gleba Cerejeira, adquirido pela família Fidelis, se tornaria o município de **Lambari d'Oeste**<sup>20</sup>, que recebe esta denominação em 1956, mas que só foi criado como município em dezembro de 1991.

A denominação do município de **Rio Branco**<sup>21</sup> foi em homenagem ao Rio Branco, curso d'água que banha a cidade e também é referência à Colônia Rio Branco, implantada pelo governo do Estado numa área de 200 mil hectares, em maio de 1953. O início da colônia ocorre a partir de ações desenvolvidas por João Augusto Capilé, da Comissão de Planejamento da Produção, que buscava assentar colonos que tiveram problemas em Dourados e Jaciara. O distrito de Rio Branco foi criado abril de 1978, jurisdicionado ao município de Cáceres, elevando-se a categoria de município em dezembro de 1979. Atualmente, as principais atividades econômicas são a agricultura, a pecuária e o extrativismo mineral.

**Quadro 3.6.5.3 -3 - Ano de criação e formação dos municípios da  
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense - MT**

Municípios da All	Ano de Criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Araputanga	1979	Mirassol D'Oeste
Barra do Bugres	1943	-
Comodoro	1986	Vila Bela da Santíssima Trindade
Jauru	1979	Cáceres
Indiavaí	1986	Araputanga

<sup>18</sup> <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>

<sup>19</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

<sup>20</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

<sup>21</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

Municípios da AI	Ano de Criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Lambari D'Oeste	1993	Rio Branco
Vila Bela da Santíssima Trindade	1746	-
Nova Lacerda	1997	Comodoro e Vila Bela da Santíssima Trindade
Pontes e Lacerda	1979	Vila Bela da Santíssima Trindade
Rio Branco	1979	Cáceres
Vale de São Domingos	1999	Pontes e Lacerda

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal

## • Mesorregião Centro-Sul Matogrossense

A Mesorregião Centro-Sul Matogrossense é formada por 17 municípios, 7 dos quais fazem parte do empreendimento analisado. A cidade mais populosa é **Cuiabá**, capital do Estado, fundada pelos bandeirantes paulistas que estavam, primeiramente, a procura de índios para lavoura, e, mais tarde, atraídos pela descoberta das minas de ouro e diamantes<sup>22</sup>. Em 1719, o bandeirante Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil descobriam ouro às margens do córrego da Prainha, denominada “Lavras do Sutil”, hoje Cuiabá. Somente em 1818, Cuiabá é elevada a categoria de cidade, passando a capital em 1835. Na segunda metade do século XIX, com o fim da Guerra do Paraguai e a livre negociação, a cidade ganha força com obras de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Como pólo avançado no interior brasileiro, centraliza uma região que passa a ter expressiva produção agroindustrial açucareira e intensa produção extrativa, em especial de poaia e de seringa. No século XX, a ligação rodoviária com São Paulo e Goiás e a aviação comercial, a partir de 1940, trouxeram o desenvolvimento da Capital. No entanto, o grande marco de crescimento têm início na década de 70, quando o Governo Federal inicia um programa de povoamento do interior do País, oferecendo vantagens para os interessados<sup>23</sup>, e fazendo com que a população de Cuiabá fosse de 83 mil habitantes em 1970 para 526 mil pessoas em 2007. Hoje a economia da cidade é representada pelo comercio varejista e pela agroindústria, principalmente.

Os municípios de Acorizal e Santo Antonio do Leverger foram criados a partir do desmembramento de Cuiabá. **Acorizal**<sup>24</sup> foi desmembrado de Cuiabá em 1953 e teve origem essencialmente agrícola, principalmente no cultivo da cana-de-açúcar. Já **Santo Antonio do Leverger**<sup>25</sup>, antes denominado Santo Antonio do Rio Abaixo, foi desmembrada de Cuiabá em 1899, e também surgiu devido ao cultivo da cana-de-açúcar, possuindo, no final do século XIX, as maiores usinas de açúcar, aguardente e

<sup>22</sup> www.biblioteca.ibge.gov.br

<sup>23</sup> http://www.cuiaba.mt.gov.br/cuiaba/index.jsp

<sup>24</sup> www.biblioteca.ibge.gov.br

<sup>25</sup> www.mtseusmunicipios.com.br

álcool do Estado do Mato Grosso. A decadência da expansão industrial da cana tem início em 1925, e, atualmente, a economia do município tem base principal na agropecuária, pesca e turismo.

**Alto Paraguai**<sup>26</sup> pertencia a Diamantino, sendo elevada a categoria de município em 1953. O primeiro núcleo de povoação se formou devido às lavras auríferas<sup>27</sup>, na primeira metade do séc. XVIII, e posteriormente com a descoberta de diamantes. Em 1850 o ciclo de garimpo se fecha, devido à queda da cotação do diamante, sendo reaberto, apenas, na década de 30, inclusive ganhando fama alguns garimpos no interior do município. Atualmente, as principais atividades econômicas do município são o extrativismo mineral, a agricultura e a pecuária. **Jangada**<sup>28</sup> foi desmembrada do município de Acorizal em 1976 e é uma região que se desenvolveu por estar situada em um entroncamento rodoviário (BR-364/BR-163/MT-358), e por esta razão, ter acesso a diferentes regiões do estado, facilitando o fluxo migratório. A base econômica jangadense hoje é a pecuária<sup>29</sup>. **Rosário do Oeste** foi elevado à categoria de município em 1861, mas foi fundada em 1750 a partir do desenvolvimento de um povoado que estava situado na passagem para as minas de ouro de Cuiabá<sup>30</sup>. A economia do município, nos dias de hoje, gira em torno da agricultura (mandioca, principalmente) e pecuária.

Em 1867, ano de fundação de **Várzea Grande**<sup>31</sup>, o presidente da província do Mato Grosso, Couto Magalhães, em plena Guerra do Paraguai, ordenou a prisão de todos os paraguaios residentes em Cuiabá, em um acampamento militar nesta região. Os presos paraguaios, hábeis no corte e secagem da carne bovina, e também na fabricação de arreios e curtume, atraíram compradores e tornaram Várzea Grande um famoso povoado pela melhor carne seca da Província. Terminada a guerra, tanto os paraguaios como os soldados brasileiros, os vaqueiros, os carnicheiros e os lavradores, permaneceram em Várzea Grande. A povoação cresceu com a procura por produtos agrícolas e pecuários. Nas primeiras décadas, o povoado várzea-grandense cresceu lentamente, sobrevivendo da lavoura, abate de reses e fabricação de lenha. Em 1942, foi inaugurada a primeira ponte unindo Cuiabá e Várzea Grande, o que aumentou significativamente seu comércio com a capital, fornecendo-lhe carne, suínos, galináceos, leite e derivados, lenha, carvão, chinelos, material de construção e cereais, além de peixe. O município foi criado em setembro de 1948, sua base econômica,

<sup>26</sup> [www.biblioteca.ibge.gov.br](http://www.biblioteca.ibge.gov.br)

<sup>27</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

<sup>28</sup> [www.biblioteca.ibge.gov.br](http://www.biblioteca.ibge.gov.br)

<sup>29</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

<sup>30</sup> [http://www.rosariooeste.mt.gov.br/?pg=conteudo&id\\_con=4](http://www.rosariooeste.mt.gov.br/?pg=conteudo&id_con=4)

<sup>31</sup> <http://www.varzeagrande.mt.gov.br/>

atualmente, encontra-se na agricultura de subsistência, na pecuária, na indústria de transformação e comércio<sup>32</sup>.

**Quadro 3.6.5.3 -4 - Ano de criação e formação dos municípios da  
All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense – MT**

Municípios da All	Ano de Criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Acorizal	1953	Cuiabá
Alto Paraguai	1953	Diamantino
Cuiabá	1719	-
Jangada	1989	Acorizal
Rosário Oeste	1833	-
Santo Antônio do Leverger	1899	Cuiabá
Várzea Grande	1867	Cuiabá

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal

- **Mesorregião Sudeste Mato-grossense**

A Mesorregião Sudeste Mato-grossense é constituída por 22 municípios, sendo que 07 fazem parte da Área de Influência Indireta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 em estudo. **Rondonópolis** destaca-se por possuir a maior população. Sua ocupação<sup>33</sup> se dá, primeiramente, através dos índios Bororo, no final do século XIX, seguida por aventureiros em busca de ouro e pedras preciosas. Em 1902, famílias procedentes de Goiás, Cuiabá e outras regiões do estado formaram o povoado às margens do Rio Poguba ou “Rio Vermelho” – primeira denominação da região. A existência do povoado do Rio Vermelho se oficializa em 10 de agosto de 1915, quando o presidente do Estado do Mato Grosso – Joaquim da Costa Marques – concede uma reserva de 2.000 ha para a povoação do Rio Vermelho. Acontecem ainda, entre 1907 e 1909, as expedições, comandadas por Cândido Rondon para o estabelecimento de uma linha telegráfica para interligar o Estado do Mato Grosso e do Amazonas com o resto do país. Em 1922 é inaugurado um posto telegráfico às margens do Rio Poguba. Em 1918, o tenente Otávio Pitaluga, que também era deputado e agrimensor, concluiu o projeto de medição, alinhamento e estética da cidade, e ainda altera o seu nome para Rondonópolis, em homenagem a Rondon. Em 1920, Rondonópolis transforma-se em distrito de Santo Antonio de Leverger e comarca de Cuiabá. No mesmo período, com a descoberta do garimpo de diamantes na localidade vizinha denominada Poxoréu, ocorre o despovoamento de Rondonópolis, que passa a ser distrito de Poxoréu em 1938. Em 1947, a cidade retoma o seu crescimento devido à política do sistema de colônias pelo governo do Estado, que fez com que a cidade se desenvolvesse através da agricultura, conseguindo a sua

<sup>32</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

<sup>33</sup> <http://www.rondonopolis.mt.gov.br>

emancipação política em 1953. Na década de 50 e 60 a cidade recebe muitos migrantes mato-grossenses, nordestinos, paulistas, mineiros, japoneses e libaneses para a produção de alimentos. Na década de 70, o município passa por uma “modernização no campo”, incrementando as atividades da soja, pecuária e comércio, e recebendo migrantes sulistas. Em 1980, transforma-se em pólo econômico da região e classifica-se como segundo município do estado em importância econômica, demográfica e urbana. Na década de 90, Rondonópolis projeta-se como a “capital nacional do agronegócio”, e ao mesmo tempo começa a desenvolver o setor agroindustrial.

A história de **São José do Povo**<sup>34</sup> está ligada ao contexto econômico e social de Rondonópolis. O povoado surgiu através da destinação das terras por José Salmen Hanze, sendo criado o município em julho de 1989, e tendo sua economia baseada na cultura do algodão, arroz e milho, além da pecuária. O município de **Pedra Preta**<sup>35</sup> foi desmembrado de Rondonópolis. As terras deste município pertenciam a um japonês – Noda Guenko, que morava em Rondonópolis no início da década de 50 e que planejava transformar suas terras em uma cidade, o que aconteceu em 13 de maio de 1976, e que, hoje, tem sua base econômica na agricultura, onde se destaca o cultivo da soja e da pecuária<sup>36</sup>.

**Jaciara** se origina pelo desmembramento do território de Cuiabá Jaciara teve sua primeira ocupação feita por três famílias vindas de Minas Gerais, a partir de 1877. Mas, somente na década de 40, através da família paulista Ferreira da Costa, ocorreu o desbravamento das terras e o povoamento da região, através da aquisição de terras do governo, criando a CIPA – Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola Ltda. Desta forma, no início dos anos 50, foi feito o loteamento da área do povoado de São Nicolau, hoje sede do município de Jaciara, que foi elevado à categoria de município em dezembro de 1958. Destaca-se também no ano de 1958 o início da abertura da BR-364, passando por Jaciara. Até a década de 70, predominava na região os paulistas, mineiros e nordestinos. A partir de 1975 migram para Jaciara famílias oriundas do sul do País, que levaram para a região a tecnologia para o cultivo da soja, que junto das culturas de cana-de-açúcar, arroz, milho e pecuárias são as principais atividades econômicas do município nos dias de hoje. A primeira denominação de **Juscimeira**<sup>37</sup> foi Garimpos, ocupada primeiramente por João Mateus Barbosa, em 1953, através da compra de terras junto às margens do Rio Areias. Devido à fertilidade do solo, a região foi atraída por mais pessoas. José Candido Lima, em 1957, adquire também terras e as divide em lotes, dando início a um povoado denominado Limeira. Em 1968, o nome do

<sup>34</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

<sup>35</sup> <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>

<sup>36</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

<sup>37</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

então distrito de Poxoréu passa a ser Juscimeira, que se torna município em dezembro de 1979, e tem sua base econômica, atualmente, na cultura da cana-de-açúcar, principalmente, e no turismo.

O município de **Alto Araguaia**<sup>38</sup>, anteriormente denominado de Santa Rita do Araguaia foi descoberto devido à procura de pedras preciosas, mas tendo entre seus primeiros habitantes os índios Bororo. Em janeiro de 1923 foi criada a comarca de Santa Rita do Araguaia, ano que foi marcado inúmeros problemas com os garimpeiros, que não concordavam que o governo do estado cedesse terras para uma companhia inglesa de exploração de minérios, o que resultou em inúmeras turbulências políticas na região, cessada apenas após o envio das tropas mato-grossenses pelo governo. No entanto, devido a degradação política pela qual o município passava, em 1929, o distrito de Lageado é elevado a condição de vila e, em 1933, a sede de Santa Rita do Araguaia é transferida para Lageado, que passa a município em 1938. Essa situação perdura por pouco tempo, já que Santa Rita do Araguaia retoma sua condição de município em outubro de 1938, mas perde o distrito de Lageado, que passa a ser denominado de Guiratinga. A economia de Alto Araguaia gira em torno do cultivo da soja, pecuária, indústria e comércio. A formação dos primeiros núcleos urbanos no município de **Alto Garças**<sup>39</sup> ocorreu no Vale do Rio Café com a chegada de garimpeiros em 1915. A primeira denominação da localidade onde hoje se encontra o município de Alto Garças<sup>40</sup> foi São Vicente, que era parte de uma grande fazenda pertencente a Manoel Bastos. Um decreto estadual de junho de 1928 reservou 3.600 ha de terras desta fazenda para formação de patrimônio. Em fevereiro de 1933 este patrimônio torna-se distrito, com o nome de São Vicente de Bonito, e pertencente à Santa Rita do Araguaia e em 1938 passa para o município de Alto Araguaia. Em 1943 altera o nome para Alto Garças e em dezembro 1953 eleva-se a categoria de município. Sua base econômica, atualmente, encontra-se nas atividades de agricultura, pecuária e extrativismo mineral.

**Quadro 3.6.5.3-5 - Ano de criação e formação dos municípios da  
All Mesorregional Sudeste Matogrossense – MT**

Municípios da All	Ano de Criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Alto Araguaia	1938	Guiratinga (Lageado)
Alto Garças	1953	Alto Araguaia
Jaciara	1958	Cuiabá
Juscimeira	1979	Poxoró
Pedra Preta	1976	Rondonópolis

<sup>38</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

<sup>39</sup> <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>

<sup>40</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

Municípios da AI	Ano de Criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
São José do Povo	1993	Rondonópolis
Rondonópolis	1953	Poxoréu

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal

### (3) Goiás

- **Mesorregião Sul Goiano - GO**

A Mesorregião Sul Goiano, da qual fazem parte os 5 municípios goianos a serem atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, é formada por 82 municípios, e é a mesorregião goiana que apresenta o maior PIB do Estado.

Registros históricos apontam que, durante o ciclo do ouro (o apogeu foi entre 1751 e 1778), as tribos indígenas eram numerosas no território goiano, apesar da passagem repetida das bandeiras durante mais de 100 anos.

Desde o início da povoação da região, a colonização levou à ocupação das terras indígenas, à escravização dos mais pacíficos e choques intermitentes com tribos que resistiam. Foram vários os choques entre índios e mineradores. Depois de muito insucesso, a partir do Marquês de Pombal, o governo português reconheceu que seria impossível povoar a capitania sem a presença dos índios e lembrou que, desde o princípio, os colonizadores da América do Norte ganharam a benevolência dos índios “por meio da suavidade e brandura, fazendo-os presentes para os atraírem”.

Durante o Século XIX, com a Marcha para o Oeste, especialmente os paulistas e mineiros vieram para o sudoeste goiano em busca de extensas faixas de terras férteis para explorar a atividade econômica agropastoril.

**Jataí** estava sendo formado como município no final da década de 1890. A história do município, assim como a de todo o sudoeste goiano, constitui a última fase de expansão do gado, que, vindo da zona leste do Brasil, através do rio São Francisco, tomou conta de Minas Gerais e veio até Goiás e Mato Grosso. Em setembro de 1836, o mineiro José Manoel Vilela procedente de Lavras do Funil, hoje cidade de Coqueiral, Estado de Minas Gerais, entrou pelo leste através de Rio Verde, nos sertões do sudoeste goiano, fundando uma fazenda de criação de gado às margens do Rio Claro. Foi o primeiro núcleo de povoação que, com terreno doado por Francisco Joaquim Vilela e sua mulher Genoveva Maximina Vilela, tomou o nome de Paraíso. Em 1864, o Presidente da Província de Goiás elevou à Freguesia a capela do Divino Espírito Santo de Jataí, criando-se assim o Distrito de Paraíso de Jataí. Já em 1867, foi lançada a

pedra fundamental da Igreja, pelo Padre Antônio Marques Santarém. Atualmente o município é considerado a *capital de grãos* de Goiás, o maior produtor de milho e sorgo do Brasil e maior de soja de Goiás. É o maior produtor de grãos de Goiás e o quinto do Brasil com 1 164 913 toneladas colhidas em 2007.

Naquele instante, Mineiros já aparecia como núcleo urbano (distrito) da então, ainda pequena, Cidade das Abelhas. O processo de ocupação do município de **Mineiros** iniciou com as expedições vindas de Minas Gerais, mais precisamente da região do Triângulo Mineiro, começaram a desbravar a região conhecida atualmente como sudoeste goiano, influenciados pelo romance "Inocência", de Visconde de Taunay, que narrava uma aventura nessa região. A partir daí, famílias de fazendeiros começaram a instalar-se na região onde hoje existe a Vila do Cedro. As primeiras famílias que exerceram influência foram os Carrijo, Machado, Resende e Paniago. Com o crescimento do povoado, ergueu-se a primeira igreja, que hoje é a Matriz do Divino Espírito Santo. As famílias se instalaram próximas ao Córrego Moita Redonda, hoje conhecido por Córrego Mineiros. Após ser elevada à condição de povoado e depois vila, em 31 de Outubro de 1939 ocorreu a emancipação que tornou oficial o Município de Mineiros, data do aniversário da cidade.

O município de **Santa Rita do Araguaia** surgiu com o povoado chamado "Santa Rita dos Impossíveis", que começou a se formar em 1890, na margem direita do Rio Araguaia, em terras doadas pelo fazendeiro José Manoel Vicente. Ele cedeu parte das terras de sua fazenda Araguaia para a formação do patrimônio (denominação usada para designar locais e obras da igreja católica). O povoado passou a distrito de Mineiros, em 1911, com a denominação de Santa Rita do Araguaia. Recebeu este nome por estar a 500 metros do Rio Araguaia. O nome do lugar muda, em 1943, para Ivape, termo indígena que significa "Caminho das Frutas". Ficou conhecido assim até 12 de outubro de 1953, quando foi criado o município, que voltou a chamar-se Santa Rita do Araguaia.

O município de **Serranópolis**, antiga Serra do Café, teve sua origem por volta de 1880, quando começou com a doação de terras feita por Agostinho Cristiano de Oliveira para a formação do patrimônio (denominação usada para designar locais e obras da igreja católica). No século passado, migrantes de Minas Gerais, São Paulo e Bahia se fixaram na região, em terras próprias para lavoura e pecuária. Em 1914, por lei municipal de Jataí foi criado o Distrito de Serra do Cafezal devido a presença de grandes lavouras cafeeiras. Com o declínio desta cultura, mudaram o nome do povoado para Nuputira, nome indígena e, em 14 de novembro de 1958, o distrito se emancipa, com o nome de Serranópolis indicando as serras que envolvem a cidade.



O município de **Itarumã** teve início por volta de 1874, a partir do povoado, que recebeu o nome de São Sebastião da Pimenta, em homenagem a São Sebastião e a Dona Francisca Pimenta, abastada fazendeira da região. Em 1883 construiu-se a Igreja de São Sebastião, hoje em ruínas. Segundo dados do Cartório do Registro Civil, o distrito foi criado em 1901, figurando como tal na divisão administrativa do Brasil em 1911. Em data ignorada o Distrito de São Sebastião da Pimenta passa-se a chamar-se Pimenta. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, figura no município de Jataí o distrito com a denominação de São Sebastião da Pimenta. Pelo decreto-lei estadual nº 557, de 30-03-1938, o distrito já denominado de Pimenta antigo São Sebastião de Pimenta, permanece no município de Jataí. Pelo decreto-lei estadual nº 8305, de 31-12-1943, o distrito de Pimenta passou a denominar-se Itarumã. Elevado à categoria de município com a denominação de Itarumã, pela lei estadual nº 754, de 21-07-1953, desmembrado de Jataí. Sede no antigo distrito de Itarumã.

**Quadro 3.6.5.3 -6 - Ano de criação e formação dos municípios da All Mesoregional Sul Goiano - GO**

Município	Ano de criação	Município(s) do qual foi desmembrado
Itarumã	1953	Jataí
Jataí	1895	Rio Verde
Mineiros	1960	Jataí
Santa Rita do Araguaia	1953	Jataí
Serranópolis	1958	Jataí

Fonte: Histórico – IBGE/Cidades

#### **(4) Minas Gerais**

- **Mesoregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**

O Triângulo Mineiro pertencia, inicialmente, à província de São Paulo, juntamente com Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás. Em 1720, Minas Gerais se emancipou, mas o Triângulo, Goiás e Paraná continuaram pertencendo à província de São Paulo. Já em 1748, Goiás também se emancipou e levou consigo o Triângulo. Mas só em 1816, Dom João VI, a pedido de um grupo de fazendeiros, líderes políticos e comerciantes de Araxá, separou o Triângulo de Goiás e o anexou a Minas Gerais. Eles alegavam que Ouro Preto, capital da época, era bem mais próxima do Triângulo do que de Goiás.

Muitos fatores concorreram para o povoamento do território do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, a mesopotâmia do Brasil Central, isto é, território limitado por dois caudais de grande vulto; o Paranaíba e o Rio Grande, que, ao se encontrarem, formam o vértice do triângulo. O escasseamento das minas do Campo das Vertentes, de Ouro Preto e Sabará, despertou a atenção para outras terras.

Os grupos indígenas que dominavam o Triângulo, na época do desbravamento, ofereciam resistência aos viajantes e colonizadores. Nas margens do Rio Grande, localizavam-se os Boróros, os Araxás e os Cataguás. Nas vertentes do Paranaíba, ficavam os Caiapós e os Inás. Os Caiapós não tinham habitação certa, mas dominavam extensa área do Triângulo e se estendiam pelo interior de São Paulo. (JOSÉ, O. 1965; 14 *apud* Paiva) Desde o século XVII, sofreram terríveis ataques, por determinação da Coroa portuguesa, através das bandeiras de apresamento, que matavam os que resistiam. Em 1820, ainda havia perto de mil Caiapós na freguesia de Uberaba. No início do século XX, os remanescentes dos antigos grupos indígenas, inteiramente corrompidos pelos brancos, atuavam como facínoras no Triângulo.

As criações de distritos, municípios e comarcas na região consolidam a presença institucional de Minas no Triângulo. Até 1840, a região tinha somente dois municípios: Araxá e Uberaba. Ao longo de um século, com o crescimento econômico e intenso povoamento, esses dois enormes municípios foram-se desdobrando. Araxá, município e vila de São Domingos do Araxá, por decreto imperial de 13 de outubro de 1831, que engloba todo o Triângulo, de Uberaba até as divisas do Campo das Vertentes e do Alto Paranaíba. Começam os desdobramentos com a emancipação de Uberaba em 1836, por lei de 22 de fevereiro de 1936; emancipação de Patrocínio em 1840, de Rio Paranaíba em 1848, de Sacramento em 1870, de Ibiá, em 1923, de Perdizes e Santa Juliana, em 1938. Mais tarde começam os desdobramentos de Patrocínio, completando a configuração Atual do Alto Paranaíba. Começam os desdobramentos do município de Uberaba com a emancipação de Prata, em 1851, Frutal em 1888, Uberlândia em 1891, Campo Florido, em 1938, Conceição das Alagoas em 1938, Veríssimo em 1838 e Água Comprida em 1948. (COSTA, J. R. 1970)

De acordo com Carvalho (2008: 2), a área em estudo mineira, desde o século XIX, tem sido marcada pelo desenvolvimento da atividade da pecuária tradicional, de corte e leite. A partir da década de 1970, com a implantação de programas de expansão agrícola do cerrado, aliados a mudanças de estruturas e técnicas para o preparo do solo, o cultivo de grãos foi responsável pela maior modificação que ocorreu na região do Pontal do Triângulo Mineiro (que engloba os quatro municípios mineiros pertencentes à All), alterando as estruturas tradicionais de produção que se mantinham até então. Seguiu-se a hegemonia da pecuária e do cultivo de grãos. A partir de 1999, surge então o avanço de uma reestruturação produtiva no Pontal do Triângulo Mineiro, com a consolidação do plantio de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e álcool combustível, em áreas até então destinadas às atividades tradicionais principais ou a outras atividades de menor expressão local.

O município de **Limeira do Oeste** surgiu na década de 90, sendo que Limeira do Oeste foi desmembrado de Iturama, em 1992. **Iturama** foi originalmente um povoado indígena. Já em 1890, nas imediações da atual cidade de Iturama, naquela ocasião, município de Campina Verde, havia uma fazenda de vastíssima extensão territorial – “Fazenda Santa Rosa” – no qual o município foi criado em 1938, com a denominação de Santa Rosa. Somente em 1948 foi elevado a categoria de município, com o nome atual.

**Quadro 3.6.5.3 -7 - Ano de criação e formação dos municípios da  
All Mesorregional Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba - MG**

Município	Ano de criação	Município(s) do(s) qual(is) foi desmembrado
Iturama	1949	Campina Verde
Limeira do Oeste	1992	Iturama

Fonte: Histórico – IBGE/Cidades

A Mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba conta com 66 municípios, 2 dos quais serão atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, integrando a Área de Influência Indireta (All) do empreendimento. Figura entre as mesorregiões mais urbanizadas de Minas Gerais, de acordo com o perfil demográfico do Estado elaborado pela Fundação João Pinheiro (2003: 45). A cidade de Uberlândia polariza os demais municípios, como capital regional interestadual, dada a magnitude de seu comércio, além do crescimento da atividade industrial, do centro universitário e da prestação de serviços.

## **(5) São Paulo**

### **• Mesorregião São José do Rio Preto**

Com a chegada da Estrada de Ferro Araraquarense, em 1912, a cidade de São José do Rio Preto transformou-se em pólo comercial, por onde passavam produtos agrícolas locais e as mercadorias vindas da capital. Na área em estudo, o primeiro município a ser criado foi Itajobi, desmembrado de Itápolis em 1918. Em 1928, seu território foi desmembrado para formação do município de Urupês. Nesta mesma época, surgiram os municípios de Potirendaba, Mirassol, Monte Aprazível e Ibirá, desmembrados de Rio Preto (atual São José do Rio Preto).

A região destacou-se, em meados da década de 1930, como grande área agropecuária de São Paulo, integrada à dinâmica da economia paulista, respondendo por cerca de 14% da produção agrícola e 20% dos efetivos bovinos do Estado. O café era, então, a cultura economicamente mais importante, respondendo por cerca de 63% do valor da produção agropecuária regional e 17% da área cultivada com café do Estado de São Paulo.

Com a crise de 1929, houve forte expansão da indústria e de alguns produtos como o algodão e o açúcar, voltados para o comércio exterior, embora o café continuasse sendo a principal cultura da região.

De 1970 a 1989, a mesorregião de São José do Rio Preto desempenhou papel estratégico na produção de matérias-primas agroindustriais, produtos agrícolas para exportação e alimentos. Nesse período, cresceu o peso das culturas exportáveis mais dinâmicas, como a laranja e, após o lançamento do Proálcool, em 1975, a cana-de-açúcar, para a produção de álcool, além do café e dos produtos da pecuária.

A região constitui, hoje, importante centro comercial e de serviços, industrial e médico-hospitalar, exercendo atração sobre ampla área geográfica, que ultrapassa os limites do Estado de São Paulo, atingindo municípios de Estados vizinhos, como os do sudeste de Minas Gerais, do sul de Goiás e do nordeste do Mato Grosso do Sul.

A Mesorregião São José do Rio Preto contém 109 municípios, 23 dos quais estão incluídos na All do empreendimento. O município de fundação mais recente é Ouroeste,

**Quadro 3.6.5.3 -8 - Ano de criação e formação dos municípios da All Mesorregional São José do Rio Preto – SP**

Município	Ano de criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Estrela d'Oeste	1948	Fernandópolis
Fernandópolis	1944	Tanabi e Pereira Barreto
Floreal	1959	Nhandeara
Irapuã	1944	Novo Horizonte
Itajobi	1918	Itápolis
José Bonifácio	1926	São José do Rio Preto
Macaubal	1948	Monte Aprazível
Meridiano	1959	Fernandópolis
Monte Aprazível	1924	Rio Preto
Neves Paulista	1944	Monte Aprazível e Mirassol
Nhandeara	1944	Monte Aprazível
Nipoã	1953	Monte Aprazível
Nova Aliança	1944	São José do Rio Preto
Novo Horizonte	1916	Itápolis
Ouroeste	1995	Guarani d'Oeste
Populina	1959	Estrela d'Oeste
Potirendaba	1925	Rio Preto
Turmalina	1964	Estrela d'Oeste
União Paulista	1964	Monte Aprazível

Município	Ano de criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Urupês	1928	Itajobi
Valentim Gentil	1948	Votuporanga
Votuporanga	1948	Tanabi

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal – Governo do Estado de São Paulo

## • Mesorregião Araraquara

A Mesorregião Araraquara possui uma produção agropecuária importante, associada a uma agroindústria de grande dimensão.

A região estruturou-se economicamente a partir de meados do século XIX, com o café. Em 1866, era criado o município de Araraquara, desmembrado de Piracicaba. Em 1898, o município de Matão foi desmembrado de Araraquara. O grande impulso veio com a construção da Companhia de Estrada de Ferro do Rio Claro, que ligou a região a outras importantes ferrovias, fazendo chegar ao Porto de Santos suas mercadorias e, à mesorregião, a mão-de-obra imigrante.

Com a cultura cafeeira, surgiram vários segmentos urbanos, a agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas, a indústria, o setor externo, a intermediação financeira, o comércio atacadista e varejista, os serviços de apoio à produção, os transportes urbanos, a construção civil, a infraestrutura urbana, etc. Nesta época, foram criados os municípios de Itápolis (1906) e Tabatinga (1925), desmembrados de Ibitinga. A crise do café, por sua vez, abriu espaço para novas culturas, como laranja, abacaxi, banana, algodão e cana-de-açúcar.

Araraquara construiu grande parte de seu setor industrial a partir do aproveitamento de produtos agrícolas, como as agroindústrias sucroalcooleiras, de processamento e refino de óleos vegetais e de frutas cítricas.

A Mesorregião Araraquara contém 21 municípios, 7 dos quais serão atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02..

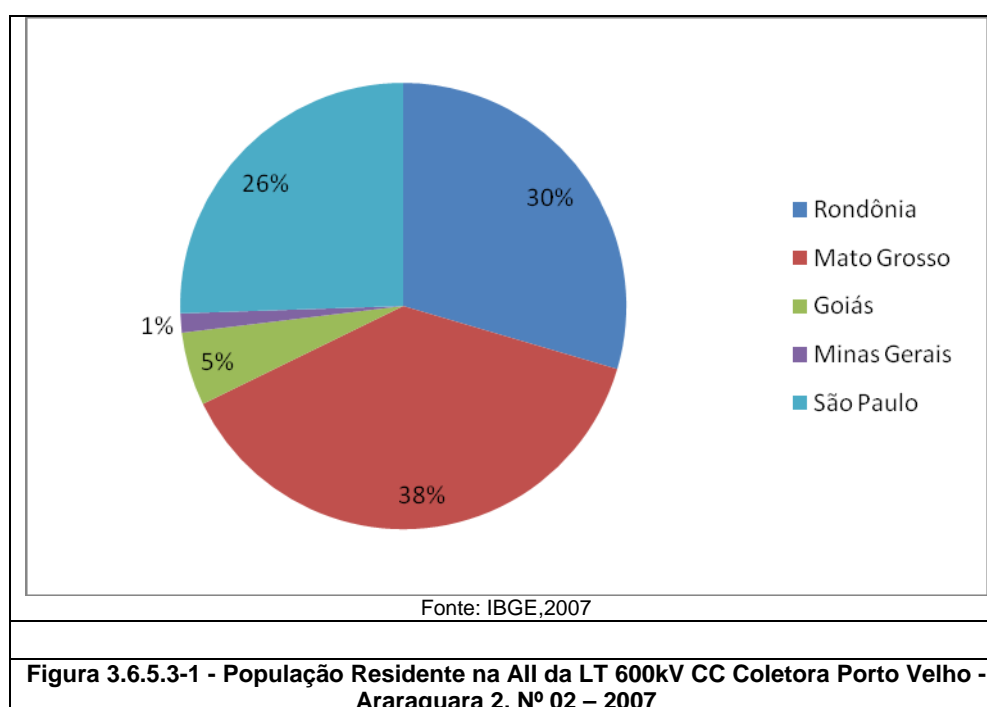
**Quadro 3.6.5.3 - 9 - Ano de criação e formação dos municípios da AII Mesorregional Araraquara - SP**

Município	Ano de criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
<b>Araraquara</b>	1866	Piracicaba
<b>Borborema</b>	1925	Itápolis
<b>Gavião Peixoto</b>	1995	Araraquara
<b>Itápolis</b>	1906	Ibitinga
<b>Nova Europa</b>	1953	Tabatinga
<b>Tabatinga</b>	1925	Ibitinga
<b>Matão</b>	1898	Araraquara

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal – Governo do Estado de São Paulo

## b. Caracterização da População Residente

A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 atravessará o território de 89 municípios, divididos em cinco estados brasileiros: Rondônia (25), Mato Grosso (25), Goiás (5), Minas Gerais (2) e São Paulo (30). Estes 87 municípios, que constituem a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, juntos, no ano de 2007, perfaziam uma população de 2.739.369 habitantes. Deste total, a maior parte residia nos estados de Mato Grosso (38%) e Rondônia (30%). Os dois municípios mais populosos da AII são as capitais destes dois estados, Cuiabá (526.830 habitantes) e Porto Velho (369.345 habitantes).



Para permitir a compreensão das diferenças regionais entre os municípios em estudo, eles foram agrupados de acordo com as mesorregiões às quais pertencem. Assim sendo, os conjuntos de municípios da AII pertencentes a diferentes mesorregiões constituem as AII mesorregionais do empreendimento. Nos estados de Goiás e Minas Gerais, onde há poucos municípios a serem atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 (5 e 2, respectivamente), todos pertencentes às mesmas mesorregiões, as AII mesorregionais são compostas pela totalidade dos municípios em estudo nestes estados, cujas populações correspondem a 5,3% e 1,4% da população residente na AII do empreendimento. Destacam-se, como municípios mais populosos, os municípios de Jataí (81.972 habitantes), em Goiás, e Iturama (31.495 habitantes), em Minas Gerais.

Nos demais estados, a área em estudo é composta de mais de uma All mesorregional. No estado de Rondônia, os municípios foram divididos em All Mesorregional Madeira-Guaporé, que inclui a capital, Porto Velho, e mais dois municípios, e All Mesorregional Leste Rondoniense, onde se inserem os outros 22 municípios a serem atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 no estado, e onde reside 15,2% da população da All do empreendimento, destacando-se como o mais populoso o município de Ariquemes (82.388 habitantes).

No estado do Mato Grosso, os 28 municípios da All foram divididos em All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, que inclui a capital Cuiabá e é a mais populosa All mesorregional do empreendimento (21,4% da população da All); All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, onde residem 11,3% da população da All da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, com 07 municípios; e All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, que contribui com 5,3% da população da All, composta por 11 municípios.

No estado de São Paulo, há 7 municípios incluídos na All Mesorregional Araraquara, onde residem 12,8% dos habitantes da All do empreendimento, figurando Araraquara como o município mais populoso de toda a área em estudo paulista – 195.815 habitantes. Os demais 23 municípios paulistas em estudo constituem a All mesorregional São José do Rio Preto, com 12,8% da população residente na All da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, tendo como município mais populoso Votuporanga – 77.622 habitantes, em 2007.

**Quadro 3.6.5.3-10 – População Residente na All da LT 600kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N2 – 2007**

Alls Mesorregionais e Total All	Nº de municípios	População residente	(%) All	(%) Estado
All Mesorregional Madeira Guaporé (RO)	3	393986	14,4	27,1
All Mesorregional Leste Rondoniense (RO)	22	415665	15,2	28,6
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense (MT)	7	585790	21,4	20,5
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense (MT)	7	308822	11,3	10,8
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense (MT)	11	152234	5,6	5,3
All Mesorregional Sul Goiano (GO)	5	145705	5,3	2,6
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG)	2	37987	1,4	0,2
All Mesorregional Araraquara (SP)	7	349722	12,8	0,9
All Mesorregional São José do Rio Preto (SP)	23	349458	12,8	0,9
<b>Total All</b>	<b>87</b>	<b>2739369</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Contagem de População – IBGE

A seguir, os municípios que compõem a All do empreendimento são analisados mais detalhadamente, através da sua inserção nas suas respectivas Alls mesorregionais. O

enfoque por mesorregiões, divididas por estados, permite aprofundar as especificidades de cada grupo de municípios, diferenciando-os com relação ao crescimento populacional, à composição da população e aos indicadores de “desenvolvimento humano” e expectativa de vida.

Preliminarmente, observa-se o expressivo crescimento populacional das Alls mesorregionais Madeira-Guaporé, Sudoeste e Centro-Sul Mato-grossenses, na década de 70. Nos anos 80, ambas as Alls mesorregionais rondonienses apresentaram crescimento expressivo, que foi mantido também pelo Centro-Sul Mato-grossense. A All Mesorregional Araraquara também apresentou taxa de crescimento significativa nesta década. Apenas o conjunto de municípios mineiros perdeu população neste período. Na década de 90, perderam população as Alls mesorregionais do leste Rondoniense, de Minas Gerais e de São José do Rio Preto. As demais mantiveram crescimento positivo, num ritmo mais lento. Entre 2000 e 2007, em Minas Gerais, no sul Goiano e no sudoeste Mato-grossense, foi observado crescimento positivo em ritmo lento, abaixo de 1,0%, e, nas demais Alls mesorregionais, crescimento entre 1,0% e 2,0%.

A Síntese dos Indicadores Sociais 2005, elaborada pelo IBGE, aponta as tendências demográficas observadas no Brasil e nas suas grandes regiões. A análise da composição etária da população brasileira permite observar um estreitamento na base da pirâmide etária, associada à diminuição das taxas de fecundidade e natalidade. No entanto, “a distância que separa a fecundidade das mulheres menos instruídas das Regiões Norte e Nordeste da fecundidade das que possuem alta escolaridade do Sudeste e Sul é de mais de 3 filhos. Mesmo dentro de uma mesma região, as mulheres com até 3 anos de estudo chegam a ter, em média, mais que o dobro do número de filhos das mulheres com 8 anos ou mais de estudo” (IBGE 2006: p. 28). Outra tendência, verificada a nível nacional, é o incremento da população idosa acima de 70 anos de idade, ocasionando um alargamento do topo da pirâmide etária.

Para a análise da estrutura etária da população, no presente estudo, foram estabelecidas três faixas etárias: de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos e de 65 anos ou mais. Esta divisão permite perceber a proporção das populações infantil e idosa em meio à população total, lançando bases para a análise da razão de dependência, uma vez que a faixa etária mais longa corresponde à População em Idade Ativa (PIA), ou população potencialmente produtiva. Foram consideradas populações com estrutura jovem aquelas em que a faixa etária de 0 a 14 anos contribui com 30% e mais, enquanto a população com 65 anos ou mais representa menos de 4%.



Quanto à composição da população, de uma maneira geral, classificavam-se como estruturalmente jovens as populações das AII's Mesorregionais Rondonienses, e do Sudoeste Mato-grossense. De uma maneira geral, predomina a população masculina na maior parte dos municípios da AII. Mesmo aqueles situados em estados caracterizados, já no ano de 2000, como de predominância feminina, como São Paulo e Minas Gerais, as AII's Mesorregionais neles inseridas apresentam maioria masculina. Os municípios mais populosos e urbanizados, como Porto Velho, Cuiabá, Jataí, Rondonópolis, Votuporanga e Araraquara apresentam, de uma maneira geral, maior proporção da População em Idade Ativa, apesar de uma maior presença de idosos, além da predominância da população feminina ou equilíbrio entre os dois sexos. Além disso, estes municípios apresentaram, de uma maneira geral, maior IDH e expectativa de vida.

### (1) Rondônia

Dos 52 municípios e 1.453.756 pessoas que compõem o estado de Rondônia, 25 deles fazem parte da Área de Influência Indireta (AII) do trajeto da Linha de Transmissão 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, o que corresponde a uma população residente de 809.561 pessoas, ou seja, 55,7% da população total do estado. Além disso, o estado possui duas Mesorregiões - Madeira Guaporé e Leste Rondoniense - onde se encontram os municípios da Área de Influência Indireta (AII), conforme demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro 3.6.5.3 - 11 – População Residente na AII/Rondônia - 2007**

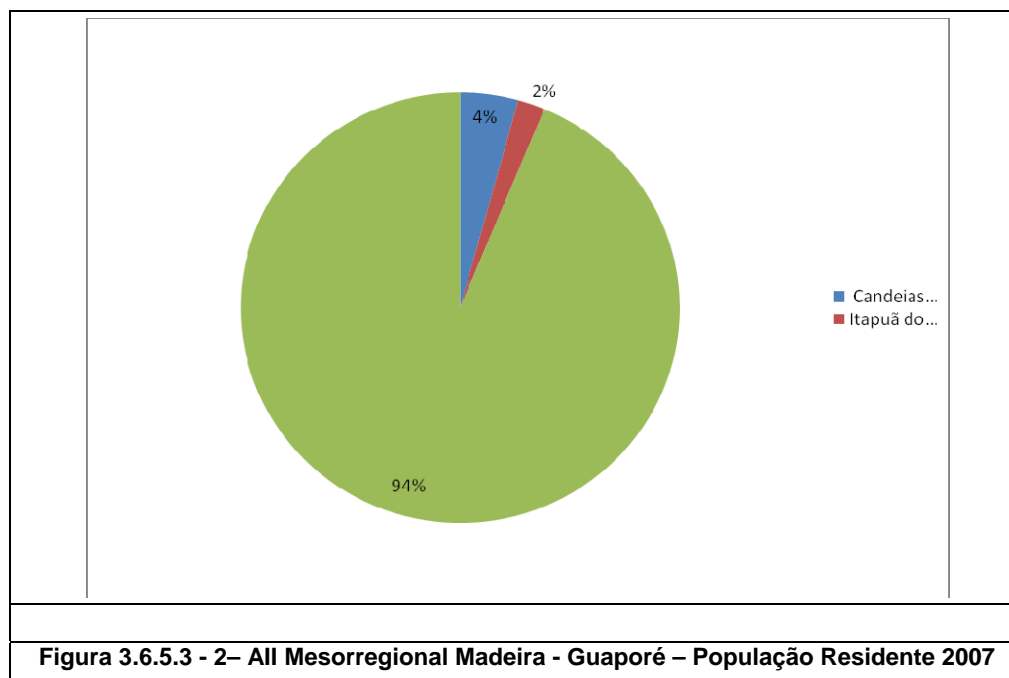
Municípios da AII	N de População residente
Candeias do Jamari	16.736
Itapuã do Oeste	7.905
Porto Velho	369.345
<b>AII Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>393.986</b>
Alto Paraíso	16.758
Alvorada D'Oeste	16.485
Ariquemes	82.388
Cabixi	6.575
Cacaulândia	5.553
Castanheiras	3.624
Cerejeiras	16.290
Chupinguaia	7.456
Colorado do Oeste	17.644
Corumbiara	9.476
Governador Jorge Teixeira	11.432
Jaru	52.453
Monte Negro	12.357

Municípios da All	N de População residente
Nova Brasilândia D'Oeste	17.170
Ouro Preto do Oeste	36.040
Parecis	4.583
Presidente Médici	22.197
Primavera de Rondônia	3.704
Rolim de Moura	48.894
São Felipe D'Oeste	6.286
Teixeirópolis	4.919
Urupá	13.381
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>415.665</b>
<b>Total</b>	<b>809.651</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Contagem da População

Para efeito de análise neste trabalho, a All do estado de Rondônia será dividida em duas Alls Mesorregionais: Madeira-Guaporé e Leste Rondoniense.

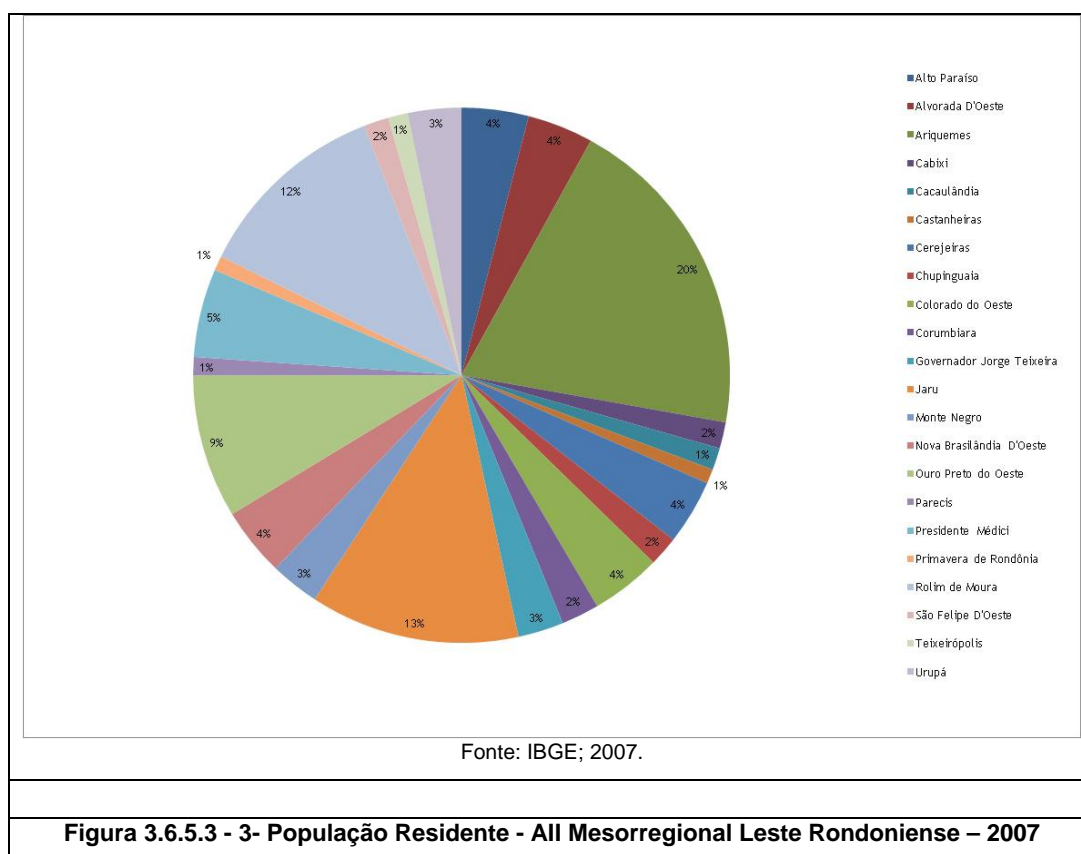
A All Mesorregional Madeira-Guaporé possuía, em 2007, 393.986 pessoas, ou seja, 27,1% da população do estado de Rondônia, sendo composta por apenas três municípios, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Porto Velho. Da população desta All Mesorregional, 94% pertenciam a apenas um município, Porto Velho, capital do estado de Rondônia, com 369.345 habitantes.



A All Mesorregional Leste Rondoniense é formada por 22 municípios, cuja população, em 2007, era de 415.665 pessoas (28,6% da população do estado de Rondônia). A composição dos municípios desta All Mesorregional é bastante diversificada, com

quatro municípios maiores, Ariquemes, Jaru e Rolim de Moura, com respectivamente 20%, 13% e 12% da população total.

O município de Ariquemes, com 82.388 habitantes, era, em 2007, o mais populoso, enquanto nove municípios possuíam menos de 10.000 habitantes, com menos de 2% da população total da All Mesorregional, cada um: Corumbiara, Chupinguaia, Cabixi, São Felipe d'Oeste, Cacaupônia, Teixeiraópolis, Parecis, Primavera de Rondônia, Castanheiras.



### População Residente e taxa de crescimento anual

A população do estado de Rondônia passou de 111.064 habitantes, em 1970, para 1.453.756 habitantes, em 2007, com uma taxa de crescimento populacional sempre positiva, mas que vai decrescendo ao longo das décadas analisadas.

Porto Velho, na All Mesorregional Madeira-Guaporé, manteve sempre crescimento positivo entre 1970 e 2007. No período entre 1970-80 a taxa de crescimento foi de 4,77, subindo para 7,94 entre 1980-91, mas tendo uma queda acentuada entre 1991-2000 (1,53) e 2000-2007 (1,42). Candeias do Jamari apresentou taxa de crescimento de 3,55 entre os anos 2000 e 2007.

A All Mesorregional Leste Rondoniense apresentou crescimento acentuado entre 1980-1991, tendo sua população mais que duplicada neste período. Porém, nas décadas seguintes, sua população começa a decair, apresentando taxas de crescimento negativo, atingindo -0,41 em 2007. Entre os anos 2000 e 2007, Chupinguaia (4,39), Alto Paraíso (3,56) e Parecis (3,42) foram os municípios que apresentaram maior taxa positiva de crescimento. Colorado do Oeste (-3,03), Alvorada D'Oeste (-2,61), Governador Jorge Teixeira (-2,49), Presidente Médici (-2,43), Primavera de Rondônia (-2,14) e Castanheiras (-2,13) apresentaram as maiores taxas negativas.

**Quadro 3.6.5.3 - 12 - População Residente e Taxa de Crescimento Anual por Período na All/Rondônia - 1970/2007**

Municípios da All e Mesorregionais	Período								
	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
Candeias do Jamari	-	-	-	-	-	13.107	-	16.736	3,55
Itapuã do Oeste	-	-	-	-	-	-	-	6.822	-
Porto Velho	84.048	133.882	4,77	287.534	7,94	334.661	1,53	369.345	1,42
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	84.048	133.882	4,77	287.534	7,94	13.107	-26,57	392.903	62,54
Alto Paraíso	-	-	-	-	-	13.118	-	16.758	3,56
Alvorada D'Oeste	-	-	-	21.045	-	19.832	-0,59	16.485	-2,61
Ariquemes	-	53.365	-	83.684	4,60	74.503	-1,16	82.388	1,45
Cabixi	-	-	-	8.174	-	7.518	-0,83	6.575	-1,90
Cacaulândia	-	-	-	-	-	5.372	-	5.553	0,47
Castanheiras	-	-	-	-	-	4.212	-	3.624	-2,13
Cerejeiras	-	-	-	21.608	-	18.207	-1,70	16.290	-1,58
Chupinguaia	-	-	-	-	-	5.521	-	7.456	4,39
Colorado do Oeste	-	-	-	38.993	-	21.892	-5,61	17.644	-3,03
Corumbiara	-	-	-	-	-	10.459	-	9.476	-1,40
Governador Jorge Teixeira	-	-	-	-	-	13.641	-	11.432	-2,49
Jaru	-	-	-	63.535	-	53.600	-1,69	52.453	-0,31
Monte Negro	-	-	-	-	-	12.627	-	12.357	-0,31
Nova Brasilândia D'Oeste	-	-	-	15.798	-	17.067	0,78	17.170	0,09
Ouro Preto do Oeste	-	-	-	83.857	-	40.884	-6,93	36.040	-1,79
Parecis	-	-	-	-	-	3.622	-	4.583	3,42
Presidente Médici	-	-	-	30.064	-	26.365	-1,30	22.197	-2,43
Primavera de Rondônia	-	-	-	-	-	4.311	-	3.704	-2,14
Rolim de Moura	-	-	-	59.751	-	47.382	-2,29	48.894	0,45

Municípios da All e Mesorregionais	Período								
	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
São Felipe D'Oeste	-	-	-	-	-	7.056	-	6.286	-1,64
Teixeirópolis	-	-	-	-	-	5.618	-	4.919	-1,88
Urupá	-	-	-	-	-	14.880	-	13.381	-1,51
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	-	53.365	-	426.509	23,10	427.687	0,03	415.665	-0,41
<b>Rondônia</b>	<b>111.064</b>	<b>491.025</b>	<b>16,03</b>	<b>1.132.692</b>	<b>8,72</b>	<b>1.379.787</b>	<b>1,99</b>	<b>1.453.756</b>	<b>0,75</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>84.048</b>	<b>187.247</b>	<b>8,34</b>	<b>714.043</b>	<b>14,32</b>	<b>440.794</b>	<b>-4,71</b>	<b>808.568</b>	<b>9,05</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Contagem da População

## População por sexo

De maioria masculina, a população do estado de Rondônia, em 2000, compunha-se de 708.140 homens e 671.647 mulheres ou 51,3% de homens e 48,7% de mulheres. Na All Mesorregional Madeira-Guaporé, nota-se uma diferença bem pequena entre o número de homens e mulheres, o que faz o seu percentual ser igual para ambos os sexos, mas, ao analisar individualmente as três cidades desta All Mesorregional, observa-se que em Porto Velho existia uma pequena maioria de mulheres (50,2%), ocorrendo o contrário em Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste, que possuíam maioria de homens, com percentuais de 53,7% e 53,4%, respectivamente.

A All Mesorregional Leste Rondoniense apresentou distribuição percentual similar ao estado de Rondônia entre homens e mulheres, 51,8% e 48,2%, respectivamente, e ao analisar seus municípios, percebe-se que todos possuíam maioria masculina.

**Quadro 3.6.5.3 - 13 - População Residente por Sexo nos municípios da All/Rondônia - 2000**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Candeias do Jamari	13.107	7.045	6.062	53,7%	46,3%
Itapuã do Oeste	6.822	3.641	3.181	53,4%	46,6%
Porto Velho	334.661	166.737	167.924	49,8%	50,2%
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>354.590</b>	<b>177.423</b>	<b>177.167</b>	<b>50,0%</b>	<b>50,0%</b>
Alto Paraíso	13.118	7.141	5.977	54,4%	45,6%
Alvorada D'Oeste	19.832	10.407	9.425	52,5%	47,5%
Ariquemes	74.503	37.995	36.508	51,0%	49,0%
Cabixi	7.518	3.962	3.556	52,7%	47,3%
Cacaulândia	5.372	2.906	2.466	54,1%	45,9%
Castanheiras	4.212	2.248	1.964	53,4%	46,6%

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Cerejeiras	18.207	9.317	8.890	51,2%	48,8%
Chupinguaia	5.521	3.043	2.478	55,1%	44,9%
Colorado do Oeste	21.892	11.140	10.752	50,9%	49,1%
Corumbiara	10.459	5.649	4.810	54,0%	46,0%
Governador Jorge Teixeira	13.961	7.448	6.513	53,3%	46,7%
Jaru	53.600	27.446	26.154	51,2%	48,8%
Monte Negro	12.627	6.767	5.860	53,6%	46,4%
Nova Brasilândia D'Oeste	17.067	9.081	7.986	53,2%	46,8%
Ouro Preto do Oeste	40.884	20.725	20.159	50,7%	49,3%
Parecis	3.622	1.946	1.676	53,7%	46,3%
Presidente Médici	26.365	13.609	12.756	51,6%	48,4%
Primavera de Rondônia	4.311	2.330	1.981	54,0%	46,0%
Rolim de Moura	47.382	23.987	23.395	50,6%	49,4%
São Felipe D'Oeste	7.056	3.752	3.304	53,2%	46,8%
Teixeirópolis	5.618	2.990	2.628	53,2%	46,8%
Urupá	14.880	7.898	6.982	53,1%	46,9%
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>428.007</b>	<b>221.787</b>	<b>206.220</b>	<b>51,8%</b>	<b>48,2%</b>
<b>Rondônia</b>	<b>1.379.787</b>	<b>708.140</b>	<b>671.647</b>	<b>51,3%</b>	<b>48,7%</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>782.597</b>	<b>399.210</b>	<b>383.387</b>	<b>51,0%</b>	<b>49,0%</b>

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

## População por Idade

Ao analisar o quadro de população por faixa etária no ano 2000, observa-se que a população de Rondônia e das All Mesorregionais em estudo era de estrutura jovem, por estarem todas com percentual acima de 30% para a faixa de 0 a 14 anos, enquanto a população maior de 65 anos estava abaixo de 4%. Em Rondônia, o percentual era de 34,5% para os menores de 14 anos e de 3,2% para os maiores de 65 anos.

Na All Mesorregional Madeira-Guaporé, o grupo de 0 a 14 anos era de 34,7%, com destaque para Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste, ambos com aproximadamente 38,6% da população nesta faixa etária. Os maiores de 65 anos se encontravam com um percentual baixo, de 2,8%, nesta All Mesorregional.

Na All Mesorregional Leste Rondoniense, a população de 0 a 14 anos era de 34,07%, tendo nos municípios de Governador Jorge Teixeira (38,4%), Parecis (37,4%) e Chupinguaia (36,2%) os maiores percentuais, e os menores em Colorado do Oeste

(32,2%), Presidente Médici (32,5%) e São Felipe D'Oeste (32,8%). No que diz respeito à faixa etária dos maiores de 65 anos, no caso desta All Mesorregional, o percentual entre os municípios que a compõem sofreu variação. Embora a média da All mesorregional fosse de 3,7%, oito cidades apresentaram percentuais acima de 4%, como foi o caso de Cabixi (4,8%), Teixeirópolis (4,7%), Colorado do Oeste (4,5%), Presidente Médici (4,5%), Cerejeiras (4,4%), Nova Brasilândia D'Oeste (4,3%), Rolim de Moura (4,3%) e Primavera de Rondônia (4,0%).

A população em Idade Ativa (PIA), ou seja, entre 15 e 64 anos, nas Alls Mesorregionais, acompanhou a tendência estadual de 62,2%. Na All Mesorregional Madeira-Guaporé, a média ficou em 62,4% e, na All Mesorregional Leste Rondoniense, foi de 62,2%. O maior percentual, nesta categoria, encontrava-se em São Felipe D'Oeste, com 63,6%, e, a menor, em Governador Jorge Teixeira, como 58,4% de pessoas entre 15 e 64 anos.

**Quadro 3.6.5.3 - 14 - População por faixa etária nos municípios da All/Rondônia - 2000**

Municípios, All Mesorregional e Estado	0 a 14 anos		15 a 64 anos		65 anos ou mais	
	n	%	n	%	n	%
Candeias do Jamari	5.055	38,57	7.716	58,87	336	2,56
Itapuã do Oeste	2.625	38,62	3.990	58,70	182	2,68
Porto Velho	115.793	34,60	209.544	62,61	9.324	2,79
<b>All Mesorregional Madeira-Guaporé</b>	<b>120.848</b>	<b>34,73</b>	<b>217.260</b>	<b>62,44</b>	<b>9.842</b>	<b>2,83</b>
Ariquemes	25.724	34,53	46.614	62,57	2.165	2,91
Alto Paraíso	4.592	35,01	8.116	61,87	410	3,13
Alvorada D'Oeste	6.863	34,61	12.234	61,69	734	3,70
Cabixi	2.500	33,25	4.658	61,96	359	4,78
Cacaulândia	1.867	34,75	3.343	62,23	162	3,02
Castanheiras	1.460	34,66	2.613	62,04	139	3,30
Cerejeiras	5.987	32,88	11.417	62,71	803	4,41
Chupinguaia	1.999	36,21	3.395	61,49	128	2,32
Colorado do Oeste	7.040	32,16	13.860	63,31	991	4,53
Corumbiara	3.773	36,07	6.379	60,99	308	2,94
Governador Jorge Teixeira	5.366	38,44	8.151	58,38	445	3,19
Jaru	18.097	33,76	33.485	62,47	2.017	3,76
Monte Negro	4.564	36,14	7.687	60,88	376	2,98
Nova Brasilândia D'Oeste	5.895	34,54	10.441	61,18	732	4,29
Ouro Preto do Oeste	13.582	33,22	25.729	62,93	1.573	3,85

Municípios, All Mesorregional e Estado	0 a 14 anos		15 a 64 anos		65 anos ou mais	
	n	%	n	%	n	%
Parecis	1.354	37,38	2.207	60,93	61	1,68
Presidente Médici	8.559	32,46	16.613	63,01	1.193	4,52
Primavera de Rondônia	1.453	33,70	2.685	62,28	174	4,04
Rolim de Moura	15.630	32,99	29.720	62,72	2.031	4,29
São Felipe D'Oeste	2.315	32,81	4.488	63,61	253	3,59
Teixeirópolis	1.909	33,98	3.438	61,20	271	4,82
Urupá	5.278	35,47	9.134	61,38	468	3,15
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>145.807</b>	<b>34,07</b>	<b>266.407</b>	<b>62,24</b>	<b>15.793</b>	<b>3,69</b>
<b>Rondônia</b>	<b>476.289</b>	<b>34,49</b>	<b>859.998</b>	<b>62,28</b>	<b>44.661</b>	<b>3,23</b>

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

## Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer

Todos os municípios que fazem parte da All de Rondônia, tanto na All Madeira-Guaporé quanto na All Leste Rondoniense, tiveram um acréscimo no seu IDH-M entre os anos de 1991 e 2000 e todos eles classificaram-se como de médio desenvolvimento humano.

O município que mais se destacou nessa classificação, em 2000, foi Porto Velho, com índice de 0,763, bem acima do estado de Rondônia, com 0,735. Rolim de Moura veio em seguida, com índice de 0,753, seguido por Ariquemes (0,752) e Cerejeiras (0,751). O menor índice ocorreu em Parecis, com 0,666.

No que concerne à Esperança de Vida ao Nascer, também é possível afirmar que, em todos os municípios das Alls Mesorregionais, houve um incremento na expectativa de vida, entre os anos 1991 e 2000. Na cidade de Presidente Médici, esse aumento foi pouco expressivo, pois passou de 65,22 anos para 65,61 anos. E apenas um município, Rolim de Moura, teve a sua expectativa de vida em 69,52 anos. Em todos os demais, a esperança de vida ao nascer se situava abaixo desta idade.

**Quadro 3.6.5.3 - 15 - Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer nos municípios da All/Rondônia – 1991/2000**

Municípios, All Mesorregional e Estado	IDH-M		Esperança de Vida ao Nascer	
	1991	2000	1991	2000
Candeias do Jamari	0,597	0,671	57,82	63,12
Porto Velho	0,71	0,763	62,99	64,81
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>				



Municípios, All Mesorregional e Estado	IDH-M		Esperança de Vida ao Nascer	
	1991	2000	1991	2000
Alto Paraíso	0,578	0,715	59,66	66,57
Ariquemes	0,66	0,752	61,85	67,61
Cabixi	0,619	0,705	63,16	65,62
Cacaulândia	0,575	0,713	61,51	67,61
Castanheiras	0,536	0,702	59,32	67,17
Chupinguaia	0,597	0,707	61,95	66,62
Colorado do Oeste	0,647	0,739	66,02	68,24
Corumbiara	0,542	0,668	59,32	63,94
Jaru	0,646	0,729	65,22	68,49
Ji-Paraná	0,68	0,753	64,51	66,92
Nova Brasilândia d'Oeste	0,585	0,689	61,4	64,58
Ouro Preto do Oeste	0,648	0,727	62,76	65,63
Parecis	0,575	0,666	62,73	66,18
Pimenta Bueno	0,663	0,754	61,95	67,22
Presidente Médici	0,623	0,707	65,22	65,61
Primavera de Rondônia	0,593	0,691	62,73	66,18
Rolim de Moura	0,655	0,753	64,87	69,52
São Felipe d'Oeste	0,582	0,694	62,73	66,62
Teixeirópolis	0,593	0,685	63,84	65,61
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	-			
<b>Rondônia</b>	0,66	0,735	63,84	65,61

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD/IPEA

## (2) Mato Grosso

Dos 141 municípios e 2.854.642 pessoas que compõem o estado do Mato Grosso, 25 deles fazem parte da Área de Influência Indireta (All) do trajeto da Linha de Transmissão 600kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 C2, o que corresponde a uma população residente de 1.216.123 pessoas, ou seja, 42,6% da população total do estado e 38% da população da All do empreendimento. Além disso, o estado possui cinco Mesorregiões, sendo que, em quatro delas, estão situados os municípios compreendidos neste estudo.

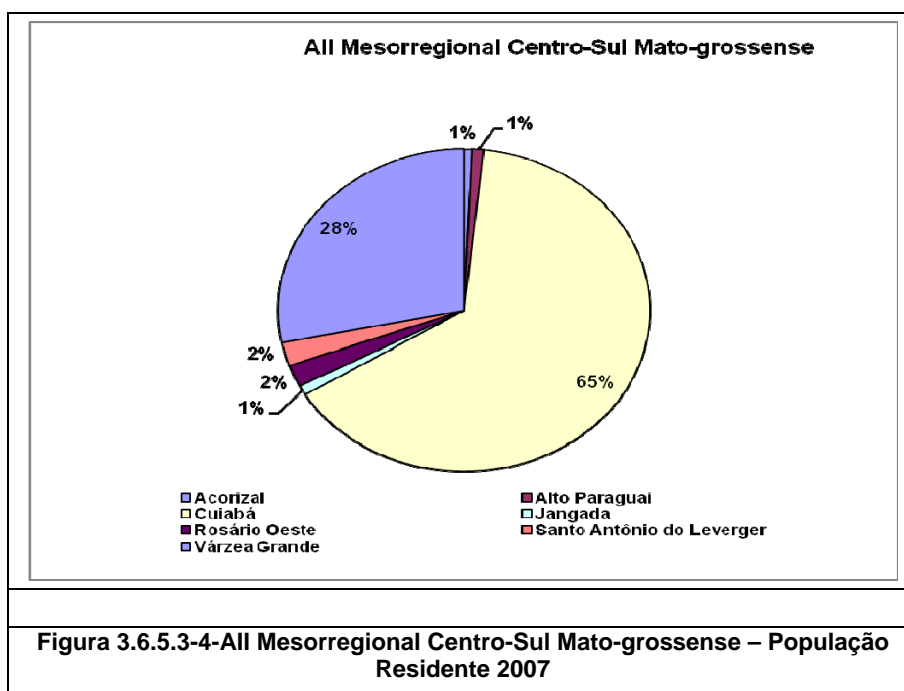
Para efeito de análise neste trabalho, a AII do estado do Mato Grosso será dividida em três AII Mesorregionais: Centro-Sul Mato-grossense, Sudeste Mato-grossense e Sudoeste Mato-grossense. Como a Mesorregional Norte Mato-grossense possui apenas um município, Comodoro, este será incorporado à Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, pela semelhança e proximidade com os demais municípios desta mesorregião, conforme demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro 3.6.5.3 - 16 – População Residente nos municípios da AII/Mato Grosso - 2007**

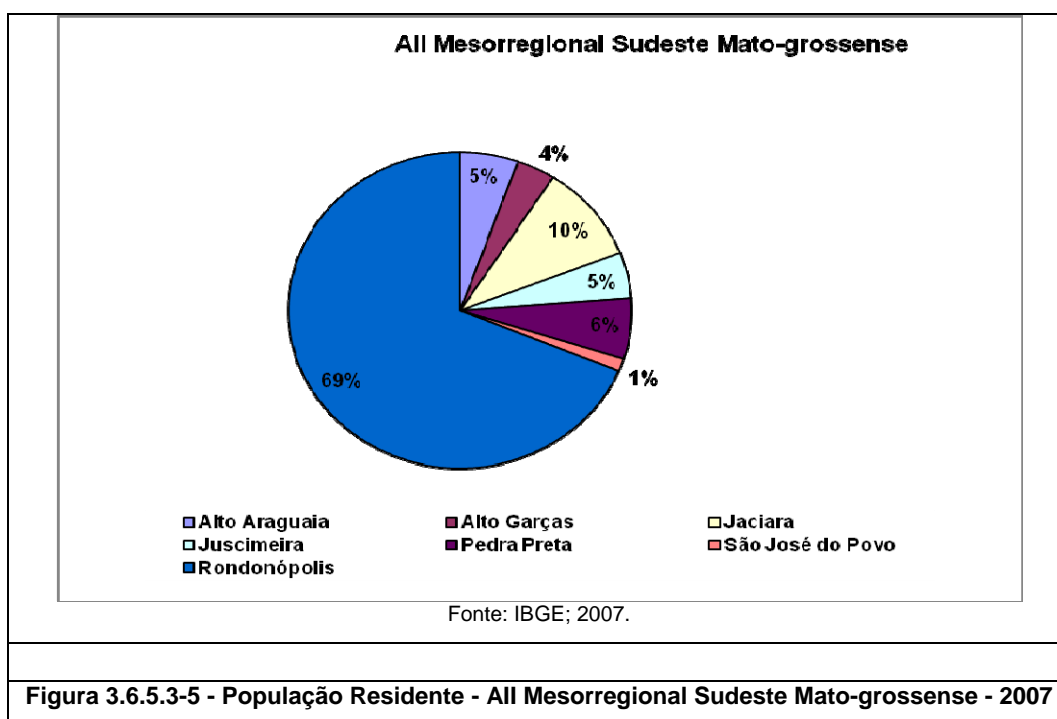
All e Municípios da AII	N de População residente	Mesorregião
Acorizal	5.530	All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense
Alto Paraguai	8.144	
Cuiabá	526.830	
Jangada	8.058	
Rosário Oeste	18.031	
Santo Antônio do Leverger	19.197	
Várzea Grande	230.307	
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>816.097</b>	
Alto Araguaia	13.790	All Mesorregional Sudeste Mato-grossense
Alto Garças	9.132	
Jaciara	24.945	
Juscimeira	11.830	
Pedra Preta	15.638	
São José do Povo	3.305	
Rondonópolis	172.783	
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>251.423</b>	
Araputanga	15.335	All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense
Barra do Bugres	32.490	
Comodoro	17.939	
Indiavaí	2.524	
Jauru	10.774	
Lambari D'Oeste	4.870	All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense
Vila Bela da Santíssima Trindade	13.886	
Nova Lacerda	4.949	
Pontes e Lacerda	37.910	
Rio Branco	5.053	
Vale de São Domingos	2.873	
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>148.603</b>	
<b>Mato Grosso</b>	<b>2.854.642</b>	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

A AII Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense possuía 816.097 pessoas em 2007, sendo composta por sete municípios, Acorizal, Alto Paraguai, Cuiabá, Jangada, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande. Aproximadamente 93% da população desta AII Mesorregional pertenciam aos municípios de Cuiabá, capital do estado do Mato Grosso, com 526.830 habitantes e Várzea Grande, com 230.307 pessoas.

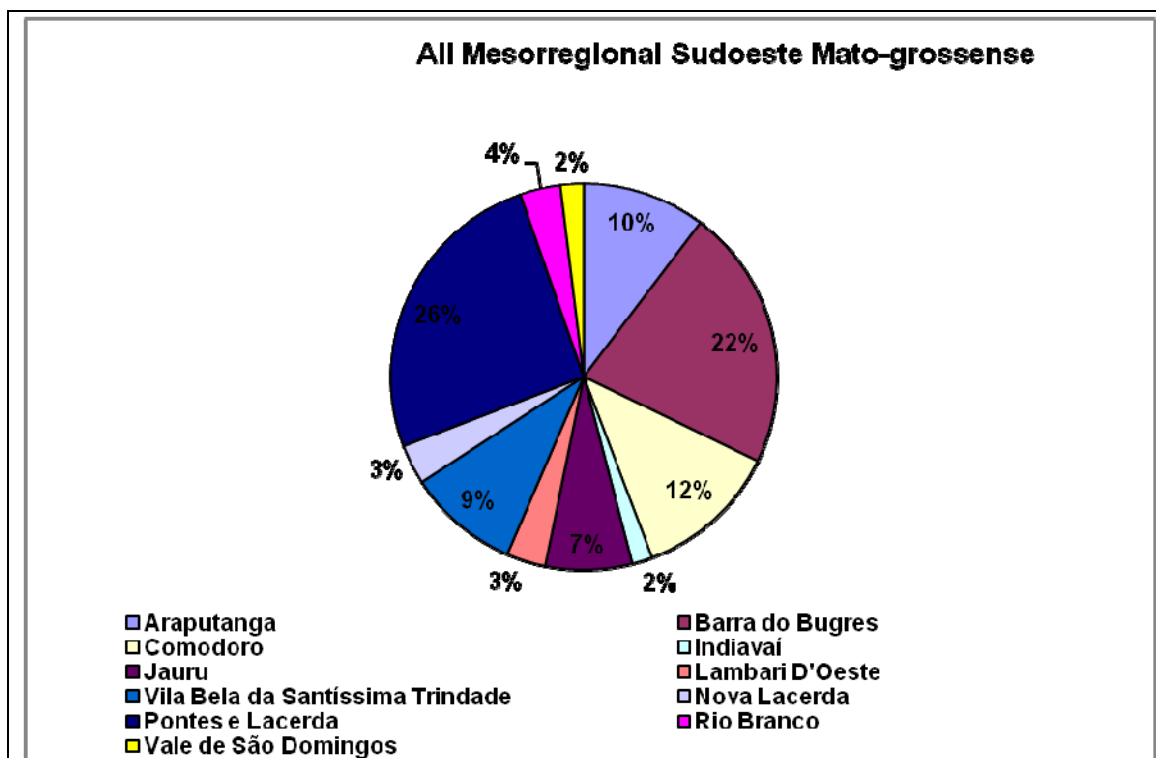


Já a All Mesorregional Sudeste Mato-grossense é composta por sete municípios e 251.423 pessoas, aproximadamente 9% da população do estado do Mato Grosso. Apenas um município se destacou em número de habitantes – Rondonópolis – com 172.783 pessoas e 69% da população desta All Mesorregional. Nos demais, a população variava entre 3.305 habitantes, em São José do Povo, e 24.945, habitantes em Jaciara.



**Figura 3.6.5.3-5 - População Residente - All Mesorregional Sudeste Mato-grossense - 2007**

Por último, a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense é formada por onze municípios e 148.603 habitantes. Os maiores municípios encontrados foram Pontes e Lacerda, com 37.910 pessoas, e Barra do Bugres, com 32.490 pessoas, e os menores municípios foram Vale de São Domingos, com 2.873 habitantes, e Indiavaí, com 2.524 habitantes.



Fonte: IBGE; 2007.

**Figura 3.6.5.3-6- População Residente - All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense - 2007**

### População Residente e taxa de crescimento anual

De 1970 a 2007, a população do estado de Mato Grosso quase dobrou, saltando de 1.597.009 para 2.854.642 habitantes. Entre 1970 e 1980, a taxa de crescimento anual da população foi negativa (-3,32%). Por outro lado, na década seguinte, 1980/1990, o crescimento populacional foi positivo, subindo para 5,94% e, nos anos subsequentes, foi decrescendo, atingindo 1,89% no período entre 2000 e 2007.

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, houve incremento da taxa anual de crescimento da população entre os anos 70 e 90 e queda entre 90 e 07, ficando abaixo da média estadual. Isto significa que, no conjunto dos municípios em estudo na mesorregião Centro-Sul Mato-grossense, a população passou a crescer num ritmo menos acelerado a partir dos anos 90. A cidade de Cuiabá, capital do estado, acompanhou a tendência apresentada pela All Mesorregional, alcançando 1,24% em

2007. A maior taxa de crescimento populacional, entre 2000 e 2007, ocorreu no município de Santo Antônio de Leverger (3,17%). Ao mesmo tempo, três municípios apresentaram decréscimo populacional neste mesmo período: Acorizal (-0,72%), Alto Paraguai (-0,78%) e Rosário do Oeste (-0,56%).

A maior taxa de crescimento anual na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense ocorreu entre os anos 80 e 91, quando atingiu 3,17%. Entre os anos 70 e 80 a taxa de crescimento foi de 2,58%. Nos demais anos, essa mesma taxa foi inferior a 2%. De forma geral, a maioria dos municípios desta All Mesorregional apresentou crescimento positivo não muito significativo durante o período de 1970 e 2007, à exceção do município de Jaciara que teve uma queda expressiva em sua população entre os anos 70 e 80 (-7,69%), mas com crescimento positivo nos anos subsequentes. O município de Juscimeira foi o único a apresentar crescimento negativo em sua população entre 2000 e 2007, atingindo uma taxa de -0,28% neste período.

A All Mesorregional Sudoeste Mato-Grossense apresentou queda ininterrupta em sua taxa anual de crescimento populacional entre 1991 e 2007. Porém, em número absoluto, a sua população passou de 31.826 pessoas, em 1970, para 148.603, em 2007. Isso se deve ao fato de que houve um acréscimo de novos municípios a partir dos dados de 1991, nesta All Mesorregional. Em sete municípios, ocorreu crescimento positivo entre 2000 e 2007, sendo o maior deles em Indiavaí, que atingiu 2,97%. Nos demais, houve crescimento populacional negativo, sendo a menor taxa encontrada em Jauru, com -2,39%.

**Quadro 3.6.5.3 - 17 - População Residente e Taxa de Crescimento Anual por Período na All/Mato Grosso - 1970/2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Período								
	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
Acorizal	8.854	8.609	-0,28	5.308	-4,72	5.817	0,92	5.530	-0,72
Alto Paraguai	11.353	10.659	-0,63	13.854	2,66	8.605	-4,65	8.144	-0,78
Cuiabá	100.860	212.980	7,76	402.813	6,58	483.346	1,84	526.830	1,24
Jangada	-	-	-	5.227	-	7.134	3,16	8.058	1,76
Rosário Oeste	18.044	19.757	0,91	20.050	0,15	18.755	-0,67	18.031	-0,56
Santo Antônio do Leverger	14.509	11.738	-2,10	15.389	2,75	15.435	0,03	19.197	3,17
Várzea Grande	18.053	76.678	15,56	161.958	7,76	215.298	2,89	230.307	0,97
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>171.673</b>	<b>340.421</b>	<b>7,09</b>	<b>624.599</b>	<b>6,26</b>	<b>754.390</b>	<b>1,91</b>	<b>816.097</b>	<b>1,13</b>
Alto Araguaia	7.547	11.230	4,05	10.770	-0,42	11.410	0,58	13.790	2,74
Alto Garças	5.890	6.705	1,30	8.306	2,16	8.335	0,03	9.132	1,31
Jaciara	32.132	14.438	-7,69	21.917	4,26	23.796	0,83	24.945	0,68
Juscimeira	-	12.757	-	10.948	-1,52	12.063	0,97	11.830	-0,28
Pedra Preta	-	12.343	-	11.225	-0,94	13.611	1,95	15.638	2,00
São José do Povo	-	-	-	-	-	3.056	-	3.305	1,13
Rondonópolis	62.086	81.375	2,74	126.627	4,52	150.227	1,72	172.783	2,02

Municípios, All Mesorregional e Estado	Período								
	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	107.655	138.848	2,58	189.793	3,17	222.498	1,60	251.423	1,76
Araputanga	-	17.155	-	12.560	-3,07	13.675	0,85	15.335	1,65
Barra do Bugres	22.250	23.646	0,61	22.264	-0,60	27.460	2,12	32.490	2,43
Comodoro	-	-	-	9.278	-	15.046	4,95	17.939	2,54
Indiavaí	-	-	-	2.023	-	2.056	0,16	2.524	2,97
Jauru	-	16.696	-	13.247	-2,29	12.764	-0,37	10.774	-2,39
Lambari D'Oeste	-	-	-	-	-	4.690	-	4.870	0,54
Vila Bela da Santíssima Trindade	9.576	8.935	-0,69	13.693	4,36	12.665	-0,78	13.886	1,32
Nova Lacerda	-	-	-	-	-	4.045	-	4.949	2,92
Pontes e Lacerda	-	14.406	-	34.603	9,16	43.012	2,20	37.910	-1,79
Rio Branco	-	17.583	-	11.845	-3,87	5.092	-8,10	5.053	-0,11
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	2.873	-
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	31.826	98.421	11,95	119.513	1,96	140.505	1,63	148.603	0,80
<b>Mato Grosso</b>	<b>1.597.009</b>	<b>1.138.918</b>	<b>-3,32</b>	<b>2.027.231</b>	<b>5,94</b>	<b>2.504.353</b>	<b>2,14</b>	<b>2.854.642</b>	<b>1,89</b>

Fonte: Censo Demográfico e Contagem da População – IBGE

## População por sexo

A população do estado do Mato Grosso é composta por maioria masculina (51,4%), segundo os dados do ano 2000. Nas Alls Mesorregionais, com exceção da Centro-Sul Mato-grossense, a maioria da população também é formada por homens.

Na All Mesorregional Centro Sul Mato-grossense, existiam 50,55% de mulheres em 2000, e entre os seus municípios, apenas um possuía maioria feminina – Cuiabá (51,26%). Várzea Grande possuía o mesmo percentual de homens e mulheres – 50%, porém, em número absoluto, havia uma pequena maioria feminina. Os demais municípios eram de maioria masculina, variando a população masculina de 54,07%, em Santo Antônio do Leverger, a 52,5%, em Rosário Oeste.

A All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, com 50,78% de homens e 49,22% de mulheres, tinha em São José do Povo o maior percentual de população masculina (53,96%). Rondonópolis era o município com o maior percentual de população feminina (49,88%).

Todos os municípios que compõem a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense possuíam maioria masculina, tendo Nova Lacerda o maior percentual dessa população (55,62%). Dentre a população feminina, o maior percentual localizava-se em Araputanga (49,72%).

**Quadro 3.6.5.3 - 18 - População Residente por Sexo nos municípios da All/Mato Grosso - 2000**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
		N	N	%	%
Alto Paraguai	8.605	4.536	4.069	52,71	47,29
Cuiabá	483.346	235.568	247.778	48,74	51,26
Jangada	7.134	3.744	3.390	52,48	47,52
Rosário Oeste	18.755	10.020	8.735	53,43	46,57
Santo Antônio do Leverger	15.435	8.346	7.089	54,07	45,93
Várzea Grande	215.298	107.641	107.657	50	50
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>754.390</b>	<b>373.025</b>	<b>381.365</b>	<b>49,45</b>	<b>50,55</b>
Alto Araguaia	11.410	5.906	5.504	51,76	48,24
Alto Garças	8.335	4.303	4.032	51,63	48,37
Jaciara	23.796	12.395	11.401	52,09	47,91
Juscimeira	12.063	6.342	5.721	52,57	47,43
Pedra Preta	13.611	7.097	6.514	52,14	47,86
São José do Povo	3.056	1.649	1.407	53,96	46,04
Rondonópolis	150.227	75.287	74.940	50,12	49,88
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>222.498</b>	<b>112.979</b>	<b>109.519</b>	<b>50,78</b>	<b>49,22</b>
Araputanga	13.675	6.876	6.799	50,28	49,72
Barra do Bugres	27.460	14.230	13.230	51,82	48,18
Comodoro	15.046	7.920	7.126	52,64	47,36
Indiavaí	2.056	1.067	989	51,9	48,1
Jauru	12.764	6.538	6.226	51,22	48,78
Lambari D'Oeste	4.690	2.489	2.201	53,07	46,93
Vila Bela da Santíssima Trindade	12.665	6.825	5.840	53,89	46,11
Nova Lacerda	4.045	2.250	1.795	55,62	44,38
Pontes e Lacerda	43.012	22.254	20.758	51,74	48,26
Rio Branco	5.092	2.579	2.513	50,65	49,35
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>140.505</b>	<b>73.028</b>	<b>67.477</b>	<b>52,0</b>	<b>48,0</b>
<b>Mato Grosso</b>	<b>2.504.353</b>	<b>1.287.187</b>	<b>1.217.166</b>	<b>51,4</b>	<b>48,6</b>

### População por Idade

No ano 2000, a população do Mato Grosso poderia ser considerada como de estrutura jovem, por sua população de 0 a 14 anos representar 31,81% do total (acima de 30%), enquanto a população de 65 anos ou mais correspondia a 3,64% (abaixo de 4%).

Existia um percentual alto de população com 65 anos ou mais nos municípios que compõem a All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, se comparado à média estadual. Com exceção de Cuiabá (3,67%) e Várzea Grande (3,12%), todos os demais municípios pertencentes a essa All Mesorregional apresentavam mais de 5% de população idosa, sendo Acorizal a localidade com maior percentual (6,76%).

Por outro lado, esta mesma All Mesorregional, se comparada com as médias das outras Alls Mesorregionais, é a que apresenta o maior percentual de pessoas de 15 a

64 anos (66,23%). Novamente, Cuiabá se destacou por ser a cidade com o maior percentual de pessoas nesta faixa etária - 15 a 64 anos (67,26%) - e menor percentual na faixa etária de 0 a 14 anos (29,08%). O município de Jangada era o que possuía maior percentual de pessoas de 0 a 14 anos (37,72%) e também o menor percentual de pessoas de 15 a 64 anos (57%).

De todas as Alls Mesorregionais, a Sudeste Mato-grossense foi a que apresentou maior percentual de pessoas acima de 65 anos, com 4,44%, estando os maiores percentuais desta faixa etária na cidade de São José do Povo (7,00%). O município de Jaciara foi o que apresentou o maior percentual de pessoas com 15 a 64 anos (67,01%), enquanto o município de São José do Povo apresentou o menor percentual de população até 14 anos (27,05%).

A All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense também poderia ser considerada como estruturalmente jovem, pois sua população de 0 a 14 anos foi de 33,50%, enquanto a população maior de 65 anos era de 3,48%. Com relação aos diversos municípios desta All Mesorregional, Rio Branco foi o único que apresentou a população até 14 anos abaixo de 30% (29,79%). O percentual de população idosa é bastante diversificado entre seus municípios, estando quatro deles com população idosa acima da média estadual: Rio Branco (5,74%); Lambari d'Oeste (5,06%); Jauru (4,30%) e Indavaí (3,77%). A população em idade ativa (15 a 64 anos) variava entre 59,59%, em Vila Bela Santíssima Trindade, e 65,15%, em Araputanga.

**Quadro 3.6.5.3-19 - População por Faixa Etária nos municípios da All/Mato Grosso- 2000**

Idade em Faixas	0 - 14		15 - 64		65 ou mais	
	N	%	n	%	n	%
Acorizal	1.888	32,46	3.536	60,78	393	6,76
Alto Paraguai	2.788	32,40	5.270	61,24	547	6,36
Cuiabá	140.509	29,08	325.143	67,26	17.693	3,67
Jangada	2.691	37,72	4.067	57,00	375	5,27
Rosário Oeste	6.308	33,63	11.379	60,66	1.069	5,69
Santo Antônio do Leverger	4.830	31,29	9.597	62,17	1.008	6,54
Várzea Grande	67957	31,56	140.627	65,32	6.715	3,12
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>226.971</b>	<b>30,09</b>	<b>499.619</b>	<b>66,23</b>	<b>27.800</b>	<b>3,69</b>
Alto Araguaia	3.205	28,09	7.541	66,09	663	5,83
Alto Garças	2.316	27,79	5.520	66,23	498	5,99
Jaciara	6.895	28,98	15.943	67,01	958	4,03
Juscimeira	3.648	30,24	7.743	64,19	672	5,57
Pedra Preta	4.114	30,22	8.899	65,38	598	4,40
São José do Povo	827	27,05	2.015	65,94	213	7,00
Rondonópolis	44.651	29,73	99.302	66,11	6.275	4,18



Idade em Faixas	0 - 14		15 - 64		65 ou mais	
	N	%	n	%	n	%
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	65.656	29,51	146.963	66,05	9.877	4,44
Araputanga	4.304	31,47	8.911	65,15	460	3,36
Barra do Bugres	9.494	34,58	17.011	61,94	954	3,47
Comodoro	5.403	35,91	9.228	61,33	415	2,77
Indiavaí	651	31,66	1.328	64,57	78	3,77
Jauru	4.295	33,65	7.919	62,05	551	4,30
Lambari D'Oeste	1.512	32,25	2.940	62,68	238	5,06
Vila Bela da Santíssima Trindade	4.675	36,92	7.545	59,59	445	3,52
Nova Lacerda	1.346	33,27	2.611	64,57	87	2,16
Pontes e Lacerda	13.878	32,27	27.764	64,54	1.369	3,18
Rio Branco	1.517	29,79	3.283	64,47	293	5,74
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	47.075	33,50	88.540	63,02	4.890	3,48
<b>Mato Grosso</b>	<b>796.823</b>	<b>31,81</b>	<b>1.617.195</b>	<b>64,55</b>	<b>91.226</b>	<b>3,64</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

## Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer

O estado do Mato Grosso e todos os municípios em estudo eram classificados como de “médio desenvolvimento humano”, tanto em 1991 quanto em 2000, com exceção de Cuiabá que, no ano 2000, teve seu índice registrado em 0,821, e portanto, subindo na classificação do IDH para município de “alto desenvolvimento humano”.

Além disso, observa-se que houve crescimento do IDH entre os anos 91 e 2000 em todos os municípios analisados. Os menores índices, em 2000, foram encontrados em dois municípios: Jangada e Jauru, e eram ambos de 0,68. Os maiores índices, excetuando-se Cuiabá, já citado, e Várzea Grande (0,79) na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, estavam concentrados na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, nos municípios de Rondonópolis (0,791); Alto Garças (0,795); Jaciara (0,788) e Alto Araguaia (0,786).

No que concerne à Esperança de Vida ao Nascer, medida em anos, também é possível afirmar que em todos os municípios das Alls Mesorregionais houve um incremento na expectativa de vida entre os anos 1991 e 2000. O maior crescimento, em número de anos neste período, foi verificado em Alto Garças, seguido por Alto Araguaia, Nova Lacerda e Jangada.

No ano 2000, os municípios que apresentaram menor esperança de vida localizavam-se na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense: Lambari d'Oeste e Rio Branco, ambos com 65,55 anos, e Jauru, com 64,4 anos.

Por outro lado, a maior parte dos municípios que apresentaram maior esperança de vida ao nascer estavam localizados na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, como por exemplo, Alto Araguaia (73,81), Alto Garças (72,49) e Jaciara (72,4), entre outros.

**Quadro 3.6.5.3-20 - Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer nos municípios da All/Mato Grosso - 1991/2000**

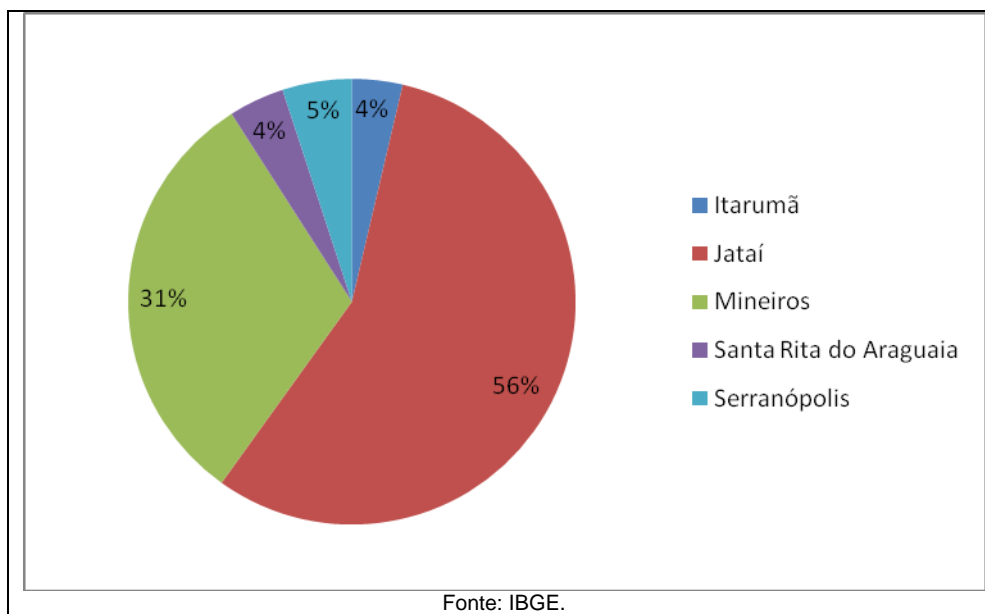
Municípios e Estado	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)		Esperança de vida ao nascer - Ano	
	1991	2000	1991	2000
Acorizal	0,624	0,695	66,92	69,67
Alto Paraguai	0,605	0,704	61,27	66,01
Cuiabá	0,76	0,821	66,31	69,06
Jangada	0,548	0,68	59,63	67,63
Rosário Oeste	0,601	0,715	63,35	69,67
Santo Antônio do Leverger	0,6	0,717	66,85	69,86
Várzea Grande	0,703	0,79	65,38	71,4
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>				
Alto Araguaia	0,674	0,786	65,05	73,81
Alto Garças	0,666	0,795	63,34	72,49
Jaciara	0,71	0,788	67,07	72,4
Juscimeira	0,65	0,718	62,09	67,06
Pedra Preta	0,664	0,735	67,07	69,69
São José do Povo	0,625	0,699	64,16	67,63
Rondonópolis	0,714	0,791	65,16	70,67
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>				
Araputanga	0,68	0,754	64,07	68,17
Barra do Bugres	0,62	0,715	58,61	66,29
Comodoro	0,664	0,724	64,73	67,47
Indiavaí	0,667	0,714	64,07	67,15
Jauru	0,576	0,68	60,79	64,4
Lambari D'Oeste	0,579	0,692	60,98	65,55
Vila Bela da Santíssima Trindade	0,649	0,715	64,13	67,94
Nova Lacerda	0,583	0,719	59,92	68,17
Pontes e Lacerda	0,671	0,753	65,48	70,71
Rio Branco	0,636	0,698	62,55	65,55
Vale de São Domingos	-	-	-	-
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>				
<b>Mato Grosso</b>	<b>0,685</b>	<b>0,773</b>	<b>64,24</b>	<b>69,38</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD/IPEA)

### (3) Goiás

Dos 246 municípios que compõem o estado de Goiás, 82 fazem parte da Mesorregião Sul Goiano, 5 dos quais serão atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 estando, portanto, incluídos na All do empreendimento. O conjunto dos 5 municípios goianos em estudo constitui a All Mesorregional Sul Goiano, cuja

população residente, no ano de 2007, era de 145.705 habitantes, correspondendo a 2,6% da população residente no estado de Goiás. A população residente em cada um destes 5 municípios variava de 5.338, em Itarumã, a 81.972, em Jataí. Nos dois municípios mais populosos – Jataí e Mineiros – residiam, em 2007, 87% da população da AII Mesorregional Sul Goiano.



**Figura 3.6.5.3-7–População Residente nos municípios da AII/Goias – 2007**

**Quadro 3.6.5.3 - 21 – População Residente nos municípios da AII/Goias – 2007**

Municípios da AII	N de População residente	Mesorregião
Itarumã	5.338	Sul Goiano
Jataí	81.972	
Mineiros	45.189	
Santa Rita do Araguaia	5.873	
Serranópolis	7.333	
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>145.705</b>	
<b>Goias</b>	<b>5.647.035</b>	

Fonte: Contagem de População - IBGE

De uma maneira geral, entre 1970 e 2007, o crescimento populacional da AII Mesorregional Sul Goiano se manteve abaixo do crescimento populacional apresentado pelo estado de Goiás, exceto na década de 80. No entanto, os municípios que a compõem apresentam diferenciações entre si. Mineiros é o município goiano em estudo que mais cresceu durante todo o período analisado, mantendo-se acima da taxa de crescimento populacional do estado de Goiás entre 1970 e 2007. O município de Santa Rita do Araguaia apresentou expressivo crescimento na década de 70, mantendo-se acima da média estadual de crescimento populacional na década de 80 e entre 2000 e 2007. O município de Jataí apresentou crescimento constante no período

analisado, abaixo da média estadual, enquanto Serranópolis apresentou crescimento negativo, ou seja, decréscimo populacional, na década de 90. O município de Itarumã, o menos populoso da AII, sofreu diminuição da população nas décadas de 1970 e 1990 e no período 2000-2007.

**Quadro 3.6.5.3 - 22 – População Residente e Taxa de Crescimento Anual por Período nos municípios da AII/Goiás – 1970/2007**

AII	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
Itarumã	6.206	5.579	-1,06	5.859	0,49	5.446	-0,73	5.338	-0,29
Jataí	41.364	53.394	2,59	65.957	2,14	75.451	1,35	81.972	1,19
Mineiros	15.182	21.690	3,63	31.144	3,68	39.024	2,28	45.189	2,12
Santa Rita do Araguaia	2.309	3.933	5,47	4.534	1,43	5.087	1,16	5.873	2,07
Serranópolis	5.179	5.390	0,40	7.855	3,84	6.447	-1,96	7.333	1,86
<b>All Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>70.240</b>	<b>89.986</b>	<b>2,51</b>	<b>115.349</b>	<b>1,02</b>	<b>131.455</b>	<b>1,32</b>	<b>145.705</b>	<b>1,48</b>
<b>Goiás</b>	<b>2.938.029</b>	<b>3.860.174</b>	<b>2,77</b>	<b>4.018.903</b>	<b>0,40</b>	<b>5.003.228</b>	<b>2,21</b>	<b>5.647.035</b>	<b>1,74</b>

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE.

## População por sexo

No ano de 2000, o estado de Goiás apresentava pequena predominância da população feminina (50,19%). No entanto, na AII Mesorregional Sul Goiano, era a população masculina que predominava no ano de 2000, representando 51,6% da população total. Todos os municípios, exceto Jataí, acompanhavam esta predominância, variando a população masculina, nos demais municípios goianos em estudo, de 50,5% do total, em Mineiros, a 53,8%, no município de Serranópolis.

**Quadro 3.6.5.3 - 23 – População por Sexo nos municípios da AII/Goiás – 2000**

Municípios, Estado e AII	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Itarumã	5.446	2.871	2.575	52,72	47,28
Jataí	75.451	37.626	37.825	49,87	50,13
Mineiros	39.024	19.691	19.333	50,46	49,54
Santa Rita do Araguaia	5.087	2.602	2.485	51,15	48,85
Serranópolis	6.447	3.471	2.976	53,83	46,17
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>131.455</b>	<b>66.261</b>	<b>65.194</b>	<b>51,61</b>	<b>48,39</b>
<b>Goiás</b>	<b>5.004.197</b>	<b>2.492.724</b>	<b>2.511.473</b>	<b>49,81</b>	<b>50,19</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

## População por Idade

A Síntese dos Indicadores Sociais 2005, elaborada pelo IBGE, aponta as tendências demográficas observadas no Brasil e nas suas grandes regiões. A análise da composição etária da população brasileira permite observar um estreitamento na base da pirâmide etária, associada à diminuição das taxas de fecundidade e natalidade. No entanto, a distância que separa a fecundidade das mulheres menos instruídas das Regiões Norte e Nordeste da fecundidade das que possuem alta escolaridade do

Sudeste e Sul é de mais de 3 filhos. Mesmo dentro de uma mesma região, as mulheres com até 3 anos de estudo chegam a ter, em média, mais que o dobro do número de filhos das mulheres com 8 anos ou mais de estudo” (IBGE 2006: p. 28). Outras tendências, verificadas a nível nacional, são o incremento da população idosa acima de 70 anos de idade, ocasionando um alargamento do topo da pirâmide etária.

Para a análise da estrutura etária da população, no presente estudo, foram estabelecidas três faixas etárias: de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos e de 65 anos ou mais. Esta divisão permite perceber a proporção das populações infantil e idosa em meio à população total, lançando bases para a análise da razão de dependência, uma vez que a faixa etária mais longa corresponde à População em Idade Ativa (PIA), ou população potencialmente produtiva.

Foram consideradas populações com estrutura jovem aquelas em que a faixa etária de 0 a 14 anos contribui com 30% e mais, enquanto a população com 65 anos ou mais representa menos de 4%. O estado de Goiás está inserido nesta classificação. No ano de 2000, a população jovem representava 35,5% do total, enquanto os idosos representavam apenas 2,21%.

No entanto, não é este o comportamento apresentado pelo conjunto de municípios em estudo neste estado. A All Mesorregional Sul Goiano possuía, no ano de 2000, 29,3% de população jovem e 4,3% de população idosa. Todos os municípios estudados acompanham esta tendência apresentada pela All. O município de Serranópolis é o que apresenta o maior percentual de População em Idade Ativa (PIA), ou seja, entre 15 e 64 anos – 67,19%.

**Quadro 3.6.5.3- 24 – População por Faixa Etária nos municípios da All/Goiás – 2000**

Municípios, Estado e All	Idade em Faixas					
	0 - 14		15 - 64		65 ou mais	
	n	%	n	%	n	%
Itarumã	1.623	29,8	3.585	65,83	214	3,93
Jataí	21.630	28,67	49.657	65,81	3.367	4,46
Mineiros	11.626	29,79	25.235	64,67	1.780	4,56
Santa Rita do Araguaia	1.507	29,62	3.254	63,97	269	5,29
Serranópolis	1.833	28,43	4.332	67,19	223	3,45
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>38.219</b>	<b>29,26</b>	<b>86.063</b>	<b>65,49</b>	<b>5853</b>	<b>4,34</b>
<b>Goiás</b>	<b>1.466.984</b>	<b>29,32</b>	<b>3.304.925</b>	<b>66,04</b>	<b>194.735</b>	<b>3,89</b>

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

## Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Longevidade

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado pela ONU no início da década de 90 e trouxe uma inovação ao introduzir, em sua concepção, além da variável econômica (renda), tradicionalmente utilizada nas comparações do grau de desenvolvimento entre

países, outras variáveis que visam captar aspectos das condições de vida da população. Ainda que tenham ocorrido algumas alterações em sua metodologia de cálculo, o IDH tem mantido a sua concepção básica ao longo dos anos, sendo composto de três índices, aos quais são atribuídos pesos iguais: longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (número médio de anos de estudo e taxa de analfabetismo) e renda (renda familiar per capita média ajustada). O IDH varia entre 0 e 1 e classifica países, estados e municípios segundo três níveis de desenvolvimento humano: baixo desenvolvimento humano (IDH até 0,5); médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8) e alto desenvolvimento humano (IDH acima de 0,8).

Em 2000, de acordo com a lista dos 175 países avaliados pela ONU, no que se refere ao IDH, o Brasil ficou com a 65ª posição, com um IDH de 0,757. Em 2004, o Brasil se classificou em 72º lugar, com índice de 0,775, entre 177 países. O IBGE constatou que, entre os anos de 1991 e 2000, ocorreu uma melhoria dos índices em 83% das 5.507 cidades existentes no País, sendo que o subíndice de educação cresceu 25%, enquanto o subíndice de longevidade apresentou aumento de 12% e o subíndice de renda cresceu 11%.

Na AII Mesorregional Sul Goiano, todos os municípios se encontravam, tanto em 1991 quanto em 2000, incluídos na classificação de médio desenvolvimento humano. Em todos eles, houve crescimento do IDH no período analisado de cerca de 0,08, tendo o maior crescimento ocorrido no município de Serranópolis.

Quanto à componente longevidade do IDH, que constitui um parâmetro para avaliar as condições de saúde dos municípios de uma maneira ampla, embora todos os municípios goianos em estudo se classifiquem como de médio desenvolvimento humano, tendo sido registrado crescimento entre 1991 e 2000, a esperança de vida ao nascer é mais baixa do que o IDH total. O indicador Esperança de Vida ao nascer cresceu em todos os municípios em estudo no período analisado. No ano de 2000, variava de 69 anos, em Serranópolis, a 72, no município de Mineiros.

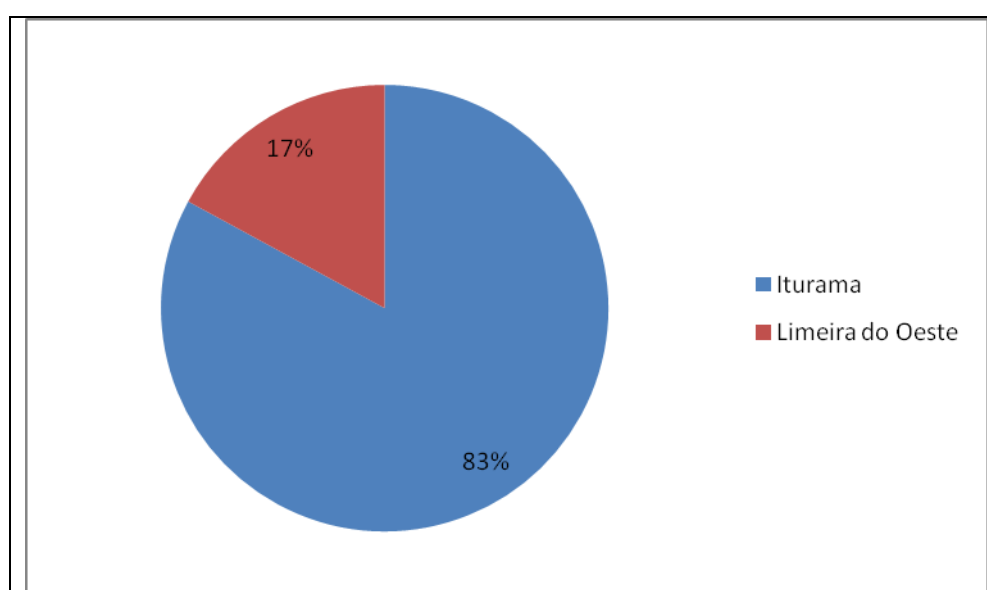
**Quadro 3.6.5.3 - 25 – Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer nos municípios da AII/Goias – 1991/2000**

AII Mesorregional Sul Goiano Municípios, Estado e AII	IDH-M		Esperança de Vida	
	1991	2000	1991	2000
Itarumã	0,63	0,735	60,89	67,17
Jataí	0,716	0,793	66,2	71,55
Mineiros	0,701	0,78	64,36	72,1
Santa Rita do Araguaia	0,682	0,756	63,61	70,56
Serranópolis	0,666	0,742	65,28	69,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD/IPEA

#### (4) Minas Gerais

O estado de Minas Gerais possui 853 municípios, 66 dos quais integram a Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Os 2 municípios mineiros cujo território será atravessado pelo empreendimento fazem parte desta Mesorregião Geográfica e, para efeito de análise no presente estudo, compõem a All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. No ano de 2007 residiam, nestes dois municípios, 37.987 habitantes, correspondendo a 0,2% da população do estado de Minas Gerais. Deste total, 83% residiam no município de Ituramã.



Fonte: IBGE, 2007

**Figura 3.6.5.3-8– População Residente nos municípios da All/Minas Gerais – 2007**

**Quadro 3.6.5.3 - 26 – População Residente nos municípios da All/Minas Gerais – 2007**

Municípios da All	População	Mesorregião
Ituramã	31.495	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
Limeira do Oeste	6.492	
<b>All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba</b>	<b>37.987</b>	
<b>Minas Gerais</b>	<b>19.273.506</b>	

Como o município de Limeira do Oeste foi criado na década de 90, até o Censo 2000, a taxa de crescimento anual da All Mesorregional do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é a mesma do município de Ituramã, que apresentou crescimento populacional bastante abaixo do apresentado pelo estado de Minas Gerais, em todos os subperíodos analisados, exceto de 2000 a 2007, quando a taxa de crescimento anual ficou 0,12 acima da apresentada pelo estado. Nas décadas de 80 e 90 houve decréscimo populacional. Na década de 90, contribuiu para a significativa diminuição

da população do município de Iturama o desmembramento para a formação do município de Limeira do Oeste, cuja população só veio a ser contada pelo Censo 2000, do IBGE.

**Quadro 3.6.5.3- 27 – População residente e Taxa de Crescimento Anual por Período nos municípios da AII/Minas Gerais – 1970/2007**

AII	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
Ituramã	42.644	47.564	1,10	45.699	-0,40	28.814	-4,51	31.495	1,28
Limeira do Oeste	-	-	-	-	-	6.170	-	6.492	0,73
<b>AII Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>42.644</b>	<b>47.564</b>	<b>1,10</b>	<b>45.699</b>	<b>-0,40</b>	<b>34.984</b>	<b>-2,64</b>	<b>37.987</b>	<b>1,18</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>11.485.663</b>	<b>13.380.105</b>	<b>1,54</b>	<b>15.743.152</b>	<b>1,64</b>	<b>17.905.134</b>	<b>1,30</b>	<b>19.273.506</b>	<b>1,06</b>

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE

### População por sexo

No ano de 2000, no estado de Minas Gerais, a população feminina predominava sobre a população masculina, representando 50,5% dos habitantes do estado. A AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentava, contudo, comportamento diverso, com predominância da população masculina – 51,2%. Os dois municípios mineiros em estudo acompanhavam esta tendência, mas a predominância masculina é mais expressiva em Limeira do Oeste – 52,1%.

**Quadro 3.6.5.3- 28 – População residente por sexo nos municípios da AII/Minas Gerais – 2000**

Municípios, Estado e AII	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Iturama	28.814	14.498	14.316	50,32	49,68
Limeira do Oeste	6.170	3.212	2.958	52,06	47,94
<b>AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba</b>	<b>34.984</b>	<b>17.710</b>	<b>17.274</b>	<b>51,19</b>	<b>48,81</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>17.905.134</b>	<b>8.856.145</b>	<b>9.048.988</b>	<b>49,46</b>	<b>50,54</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

### População por idade

O estado de Minas Gerais acompanha a tendência apresentada pelo país de envelhecimento da população, com 28,4% de jovens até 14 anos de idade e 5,1% de idosos acima de 65 anos, no ano de 2000. A AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresenta uma intensificação desta tendência, classificando-se sua população, já no ano de 2000, como estruturalmente idosa, onde os jovens representam menos de 28% do total de habitantes ao mesmo tempo em que os idosos representam mais de 5%. A população do município de Ituramã, contudo, ainda não pode ser assim classificada, pois, embora os jovens até 14 anos representem 27,7% do total de habitantes, os idosos não chegam a 5%. Isto resulta no elevado percentual da população em idade ativa no município – 66,7%.



**Quadro 3.6.5.3- 29 – População por faixa etária nos municípios da All/Minas Gerais – 2000**

Municípios, Estado e All	Idade em Faixas					
	0 - 14		15 - 64		65 ou mais	
	n	%	n	%	n	%
Ituramã	7.975	27,68	19.208	66,66	1.293	4,49
Limeira do Oeste	1.724	27,94	4.093	66,34	327	5,31
<b>Total All Mesorregional</b>	<b>9.699</b>	<b>27,81</b>	<b>23.301</b>	<b>66,5</b>	<b>1.620</b>	<b>4,9</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>5.082.169</b>	<b>28,38</b>	<b>11.713.991</b>	<b>65,42</b>	<b>914.432</b>	<b>5,11</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

## Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Longevidade

Entre 1991 e 2000, os municípios mineiros em estudo apresentaram expressivo crescimento do IDH, destacando-se o município de Limeira do Oeste, cujo IDH cresceu 0,12 pontos. No ano de 2000, o município de Ituramã atingiu a classificação de “alto desenvolvimento humano”.

O indicador Esperança de Vida ao Nascer, que subsidia a componente “longevidade” do IDH, avalia as condições de saúde nos municípios. Entre 1991 e 2000, houve crescimento da Esperança de Vida ao Nascer nos dois municípios da All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, destacando-se, em Limeira do Oeste, o crescimento mais expressivo.

**Quadro 3.6.5.3 - 30 - Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer nos municípios da All/Minas Gerais – 1991/2000**

Municípios da All	IDH-M		Esperança de Vida	
	1991	2000	1991	2000
Ituramã	0,714	0,802	68,77	72,96
Limeira do Oeste	0,632	0,751	67	72,96

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD/IPEA

### (5) São Paulo

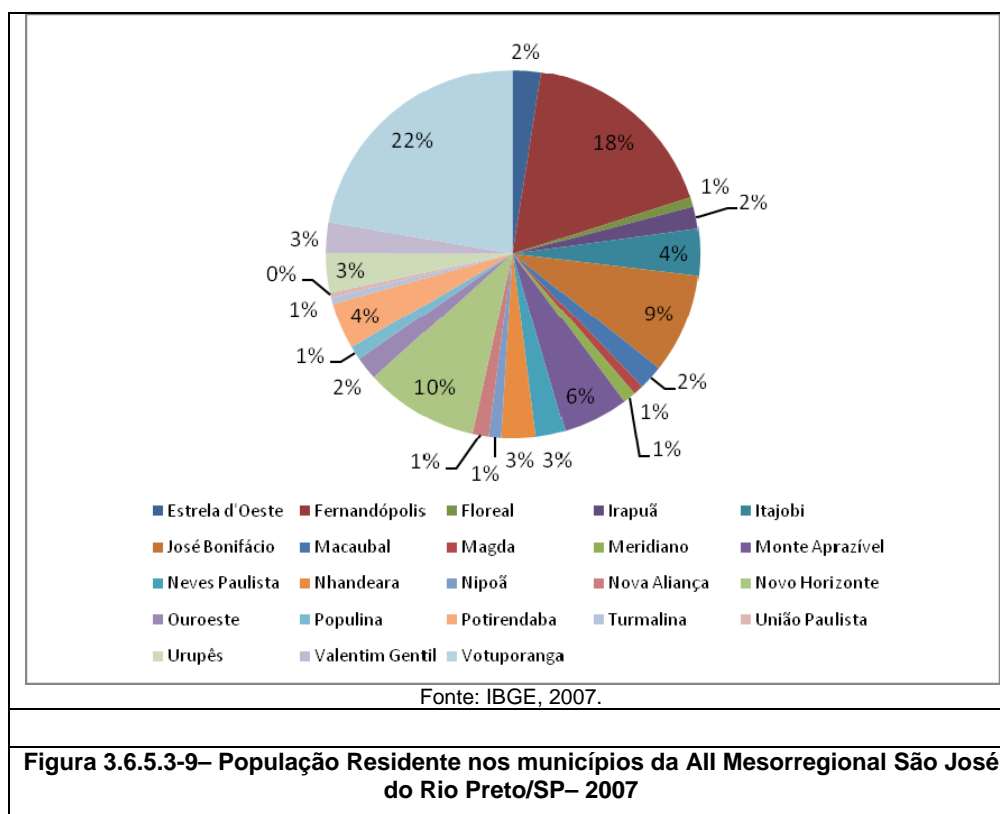
O estado de São Paulo possui 645 municípios, subdivididos em 15 mesorregiões geográficas. Os 30 municípios paulistas que serão atravessados pela LT 600kV cc Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 e estão, portanto, incluídos na Área de Influência Indireta do empreendimento, estão situados nas mesorregiões São José do Rio Preto e Araraquara. No conjunto destes 30 municípios que integram a All, residiam, no ano de 2007, 699.180 pessoas, correspondendo a 1,8% da população do estado. O município mais populoso é Araraquara, com 195.815 habitantes em 2007.

**Quadro 3.6.5.3 - 31 – População Residente nos municípios da All/São Paulo – 2007**

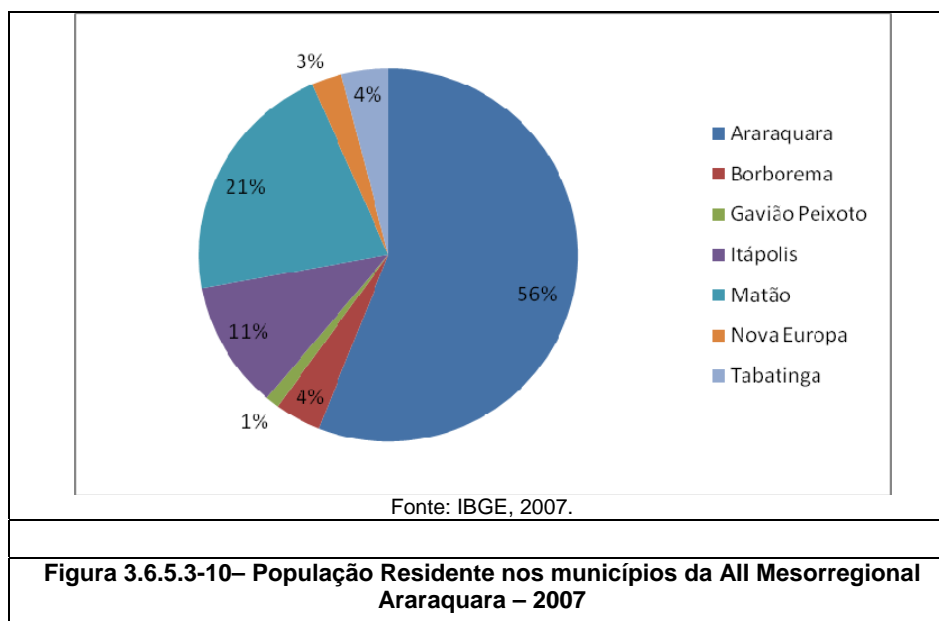
Municípios da All	N de População Residente	Mesorregião
Araraquara	195.815	<b>All Mesorregional Araraquara</b>
Borborema	13.752	
Gavião Peixoto	4.103	
Itápolis	38.633	
Matão	74.407	
Nova Europa	9.047	
Tabatinga	13.965	
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>349.722</b>	
Estrela d'Oeste	8.590	<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>
Fernandópolis	61.392	
Floreal	2.907	
Irapuã	6.710	
Itajobi	14.182	
José Bonifácio	30.639	
Macaubal	7.396	
Mendonça	3.980	
Meridiano	3.857	
Monte Aprazível	19.745	
Neves Paulista	8.825	
Nhandeara	10.334	
Nipoã	3.762	
Nova Aliança	4.905	
Novo Horizonte	34.264	
Ouroeste	7.035	
Populina	4.201	
Potirendaba	14.327	
Turmalina	2.024	
União Paulista	1.436	
Urupês	11.917	
Valentim Gentil	9.408	
Votuporanga	77.622	
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>349.458</b>	
<b>São Paulo</b>	<b>39.827.570</b>	

Fonte: Contagem de População - IBGE

Do total de habitantes da All no estado de São Paulo, 49,98%, ou seja, 348.632 pessoas residiam em 23 municípios que pertencem à Mesorregião São José do Rio Preto, formando a All Mesorregional São José do Rio Preto. Os dois mais populosos, em 2007, eram Votuporanga e Fernandópolis, onde residiam, respectivamente, 22% e 18% da população da All Mesorregional São José do Rio Preto. Seguem-se, em porte populacional, os municípios de Novo Horizonte e José Bonifácio, com 10% e 9% da população desta All mesorregional, respectivamente. Os municípios menos populosos são União Paulista e Turmalina que, em 2007, contavam com 1.436 e 2.024 habitantes, respectivamente.



Nos setes municípios paulistas em estudo que compõem a All Mesorregional Araraquara, residia, no ano de 2007, a maior parte da população da All do empreendimento no estado de São Paulo (50,02%), totalizando 349.722 pessoas. Deste total, 195.815 pessoas residiam no município de Araraquara, correspondendo a 71% da população desta All Mesorregional. O segundo município mais populoso era Matão, com 74.407 habitantes (21%), seguido de Itápolis, com 38.633 habitantes – 14%. O município menos populoso é Gavião Peixoto, com 4.103 habitantes.



De 1970 a 2007, a população do estado de São Paulo mais do que duplicou, chegando a 39.827.570 habitantes em 2007. Em todo o período, a taxa anual de crescimento da população permaneceu elevada, tendo o mais baixo ocorrido entre 2000 e 2007 – 1,04% ao ano – e, a mais elevada, entre 1970 e 1980 – 3,49% ao ano.

A All Mesorregional Araraquara apresentou crescimento ininterrupto em todo o período analisado, tendo superado a taxa de crescimento anual da população estadual na década de 80. Este desempenho foi o mesmo nos seis municípios que a integram, sendo que, nas décadas de 70 e 80, a maior taxa de crescimento anual foi registrada no município de Matão, e, na década de 90 e no período 2000-2007, a maior taxa de crescimento anual ocorreu no município de Nova Europa.

A All Mesorregional São José do Rio Preto apresentou crescimento populacional positivo, porém abaixo da média estadual, em todo o período analisado – de 1970 a 2007. Em todo o período analisado, vários municípios desta All mesorregional apresentaram decréscimo populacional, tendo as maiores taxas anuais negativas sido registradas, na década de 70, no município de Populina (-5,23% ao ano), na década de 80, no município de Irapuã (-1,66% ao ano) e, de 1991 a 2007, no município de Turmalina (-2,13%, entre 1991 e 2000, e -2,21% ao ano, de 2000 a 2007).

**Quadro 3.6.5.3- 32 – População Residente e Taxa Anual de Crescimento nos municípios da All/São Paulo – 1970/2007**

Municípios, Mesorregiões e Estado	Período								
	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
Araraquara	100.438	128.122	2,46	166.731	2,67	182.471	1,30	195.815	1,01
Borborema	9.530	11.635	2,02	12.109	0,40	13.193	1,23	13.752	0,59
Gavião Peixoto	-	-	-	-	-	4.126	-	4.103	-0,08
Itápolis	20.711	25.981	2,29	33.053	2,44	37.750	1,92	38.633	0,33
Matão	21.953	38.133	5,68	63.613	5,25	71.753	1,21	74.407	0,36
Nova Europa	3.822	4.508	1,66	5.381	1,79	7.307	3,11	9.047	2,16
Tabatinga	6.875	7.999	1,53	10.793	3,04	12.990	1,87	13.965	0,73
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>163.329</b>	<b>216.378</b>	<b>2,85</b>	<b>291.680</b>	<b>3,03</b>	<b>329.590</b>	<b>1,23</b>	<b>349.722</b>	<b>0,59</b>
Estrela d'Oeste	10.873	9.017	-1,85	8.493	-0,60	8.256	-0,40	8.590	0,57
Fernandópolis	39.050	46.996	1,87	56.144	1,79	61.647	1,34	61.392	-0,06
Floreal	4.683	3.588	-2,63	3.547	-0,11	3.223	-1,36	2.907	-1,46
Irapuã	6.081	7.199	1,70	6.092	-1,66	6.658	1,28	6.710	0,11
Itajobi	11.579	14.503	2,28	15.014	0,35	14.230	-0,76	14.182	-0,05
José Bonifácio	20.738	22.968	1,03	26.488	1,44	28.714	1,16	30.639	0,93
Macaubal	6.996	6.387	-0,91	7.380	1,46	7.385	0,01	7.396	0,02
Mendonça	4.205	3.999	-0,50	3.501	-1,32	3.759	0,71	3.980	0,82
Meridiano	5.795	3.771	-4,21	3.784	0,03	4.025	0,89	3.857	-0,61
Monte Aprazível	17.005	16.442	-0,34	17.504	0,63	18.413	0,73	19.745	1,00
Neves Paulista	8.199	7.804	-0,49	8.313	0,63	8.907	0,99	8.825	-0,13
Nhandeara	10.996	10.223	-0,73	10.343	0,12	10.194	-0,21	10.334	0,20

Municípios, Mesorregiões e Estado	Período								
	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
Nipoã	3.046	2.737	-1,06	2.796	0,21	3.267	2,25	3.762	2,04
Nova Aliança	4.577	4.287	-0,65	4.194	-0,22	4.768	1,85	4.905	0,41
Novo Horizonte	23.098	26.816	1,50	30.446	1,28	32.432	0,91	34.264	0,79
Ouroeste	-	-	-	-	-	6.290	-	7.035	1,61
Populina	8.066	4.714	-5,23	4.673	-0,09	4.450	-0,70	4.201	-0,82
Potirendaba	9.880	10.705	0,81	11.201	0,45	13.656	2,87	14.327	0,69
Turmalina	3.713	3.015	-2,06	2.750	-0,92	2.366	-2,13	2.024	-2,21
União Paulista	1.725	1.239	-3,26	1.320	0,64	1.354	0,36	1.436	0,84
Urupês	10.417	11.991	1,42	11.011	-0,85	11.833	1,03	11.917	0,10
Valentim Gentil	5.744	5.395	-0,62	5.905	0,91	8.605	5,53	9.408	1,28
Votuporanga	39.443	52.279	2,86	66.166	2,38	75.641	1,93	77.622	0,37
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>255.921</b>	<b>275.647</b>	<b>0,75</b>	<b>307.243</b>	<b>1,09</b>	<b>339.735</b>	<b>1,45</b>	<b>348.632</b>	<b>0,37</b>
<b>São Paulo</b>	<b>17.770.975</b>	<b>25.042.074</b>	<b>3,49</b>	<b>31.588.925</b>	<b>2,35</b>	<b>37.032.403</b>	<b>2,30</b>	<b>39.827.570</b>	<b>1,04</b>

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE

## População por sexo

No estado de São Paulo, no ano de 2000, havia preponderância das pessoas do sexo feminino na composição da população, representando as mulheres 51% da população total do estado. Nas duas Alls mesorregionais em estudo no estado de São Paulo, no entanto, era a população masculina que predominava no ano de 2000. Na All Mesorregional Araraquara, a predominância masculina era de 50,6% da população, em 2000, enquanto na All Mesorregional São José do Rio Preto, as pessoas do sexo masculino representavam 50,5% da população.

No entanto, o predomínio da população masculina não ocorre em todos os municípios analisados. Na área em estudo na Mesorregião Araraquara, nas populações dos municípios de Araraquara e Tabatinga predominam as pessoas do sexo feminino. Na All Mesorregional São José do Rio Preto, a população feminina é maioria em 7 municípios: Fernandópolis, Floreal, Nhandeara, Monte Aprazível, Nova Aliança, Novo Horizonte e Votuporanga.

**Quadro 3.6.5.3 - 33 – População Residente por Sexo nos municípios da All/São Paulo – 2000**

Municípios, Estado e All	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Araraquara	182.471	88.742	93.729	48,63	51,37
Borborema	13.193	6.691	6.502	50,72	49,28
Gavião Peixoto	4.126	2.205	1.921	53,44	46,56
Itápolis	37.750	18.840	18.910	49,91	50,09
Matão	71.753	35.878	35.875	50,00	50,00
Nova Europa	7.307	3.708	3.599	50,75	49,25
Tabatinga	12.990	6.591	6.399	50,74	49,26
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>329.590</b>	<b>162.655</b>	<b>166.935</b>	<b>50,60</b>	<b>49,40</b>

Municípios, Estado e All	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Estrela d'Oeste	8.256	4.196	4.060	50,82	49,18
Fernandópolis	61.647	30.343	31.304	49,22	50,78
Floreal	3.223	1.606	1.617	49,83	50,17
Irapuã	6.658	3.426	3.232	51,46	48,54
Itajobi	14.230	7.176	7.054	50,43	49,57
José Bonifácio	28.714	14.379	14.335	50,08	49,92
Macaubal	7.385	3.752	3.633	50,81	49,19
Mendonça	3.759	1.933	1.826	51,42	48,58
Meridiano	4.025	2.056	1.969	51,08	48,92
Monte Aprazível	18.413	9.128	9.285	49,57	50,43
Neves Paulista	8.907	4.484	4.423	50,34	49,66
Nhandeara	10.194	5.020	5.174	49,24	50,76
Nipoã	3.267	1.668	1.599	51,06	48,94
Nova Aliança	4.768	2.369	2.399	49,69	50,31
Novo Horizonte	32.432	16.112	16.320	49,68	50,32
Ouroeste	6.290	3.159	3.131	50,22	49,78
Populina	4.450	2.302	2.148	51,73	48,27
Potirendaba	13.656	7.012	6.644	51,35	48,65
Turmalina	2.366	1.184	1.182	50,04	49,96
União Paulista	1.354	703	651	51,92	48,08
Urupês	11.833	5.968	5.865	50,44	49,56
Valentim Gentil	8.605	4.380	4.225	50,9	49,1
Votuporanga	75.641	37.114	38.527	49,07	50,93
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>340.073</b>	<b>169.470</b>	<b>170.603</b>	<b>50,45</b>	<b>49,55</b>
<b>São Paulo</b>	<b>37.032.403</b>	<b>18.139.363</b>	<b>18.893.040</b>	<b>48,98</b>	<b>51,02</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

## População por Idade

No ano de 2000, a população do estado de São Paulo se enquadrava na classificação de estruturalmente idosa, com 26,3% de jovens até 14 anos (abaixo de 28%) e 5,1% de idosos acima de 65 anos (acima de 5%). Ambas as Alls mesorregionais em estudo no estado acompanham esta tendência, de forma mais acentuada.

O conjunto de municípios em estudo na Mesorregião Araraquara apresenta percentual de jovens até 14 anos de 26,02%, bastante abaixo do estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que o percentual de idosos é mais elevado do que o estadual – 5,96%. O município onde a população é mais idosa é Borborema, com 7,4% de idosos e 23,7% de jovens. Nesta All mesorregional, apenas o município de Gavião Peixoto contradiz esta tendência, com 29,9% de jovens e 4,4% de idosos. O maior percentual de População em Idade Ativa (PIA), entre 15 e 64 anos de idade, foi apresentado pelo município de Araraquara – 68,9%.

A All Mesorregional São José do Rio Preto também apresenta população estruturalmente idosa, com 23,6% de jovens e 7,2% de idosos, destacando-se, também, o elevado percentual da População em Idade Ativa (PIA) – 69,2%. Todos os 23 municípios que a compõem apresentam população estruturalmente idosa. O mais baixo percentual de jovens até 14 anos ocorre no município de Neves Paulista (20%), enquanto o maior percentual de idosos ocorre em Floreal (9,1%). O município de Magda é o que apresenta o maior percentual de População em Idade Ativa – 70,9%.

**Quadro 3.6.5.3 - 34 – População por Faixa Etária nos municípios da All/São Paulo – 2000**

Municípios, Estado e All	Idade em Faixas					
	0 - 14		15 - 64		65 ou mais	
	n	%	n	%	n	%
Araraquara	42.117	23,08	125.639	68,85	12.098	6,63
Borborema	3.132	23,74	8.877	67,29	974	7,38
Gavião Peixoto	1.235	29,93	2.677	64,88	183	4,43
Itápolis	9.285	24,6	25.281	66,97	2.702	7,16
Matão	19.238	26,81	48.342	67,37	3.446	4,8
Nova Europa	1.955	26,76	4.878	66,76	354	4,85
Tabatinga	3.535	27,21	8.478	65,27	839	6,46
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>80.497</b>	<b>26,02</b>	<b>224.172</b>	<b>66,77</b>	<b>20.596</b>	<b>5,96</b>
Estrela d'Oeste	1.945	23,56	5.549	67,22	584	7,07
Fernandópolis	14.352	23,28	42.368	68,73	3.961	6,42
Floreal	673	20,88	2.184	67,77	294	9,13
Irapuã	1.674	25,14	4.416	66,33	490	7,36
Itajobi	3.219	22,52	9.643	67,46	1.232	8,62
José Bonifácio	7.530	26,22	19.059	66,38	1.811	6,31
Macaubal	1.596	22,71	5.125	68,15	564	9,14
Mendonça	845	22,64	2.536	70,86	340	5,73
Meridiano	988	24,55	2.727	67,76	269	6,68
Monte Aprazível	3.896	21,16	12.789	69,45	1.459	7,92
Neves Paulista	1.877	21,07	6.131	68,84	769	8,63
Nhandeara	2.040	20,01	7.176	70,4	822	8,07
Nipoã	816	24,98	2.184	66,84	214	6,56
Nova Aliança	1.086	22,78	3.194	66,99	383	8,03
Novo Horizonte	7.954	24,53	21.748	67,06	2.225	6,86
Ouroeste	1.562	24,83	4.202	66,8	431	6,86
Populina	1.118	25,12	2.905	65,28	380	8,53
Potirendaba	2.891	21,17	9.364	68,57	1.180	8,64
Turmalina	544	22,99	1.572	66,45	215	9,07
União Paulista	327	24,15	883	65,2	104	7,65
Urupês	2.659	22,47	7.975	67,4	1.024	8,65
Valentim Gentil	2.056	23,89	5.963	69,29	481	5,59
Votuporanga	17.337	22,92	52.368	69,23	5.068	6,7
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>78.985</b>	<b>533,57</b>	<b>232.061</b>	<b>1558,46</b>	<b>24300</b>	<b>174,22</b>
<b>São Paulo</b>	<b>9.745.219</b>	<b>26,31</b>	<b>25.027.182</b>	<b>67,58</b>	<b>1.891.491</b>	<b>5,11</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

## Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Longevidade

Entre 1991 e 2000, o estado de São Paulo apresentou crescimento de 0,042 pontos do IDH, passando a se classificar, no ano de 2000, como de “alto desenvolvimento humano”. No mesmo período, houve crescimento do IDH em todos os municípios paulistas em estudo. O maior crescimento do IDH ocorreu no município de União Paulista (0,09). Em 1991, todos os municípios em estudo no estado de São Paulo se classificavam como de “médio desenvolvimento humano”. No ano de 2000, 13 destes municípios alcançaram a classificação de “alto desenvolvimento humano”: Araraquara, cidade pólo da Mesorregião Araraquara, e, na All Mesorregional São José do Rio Preto, os municípios de Fernandópolis, Floreal, Itajobi, José Bonifácio, Nhandeara, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nova Aliança, Novo Horizonte, Urupês, Potirendaba e Votuporanga.

Quanto à Esperança de Vida ao Nascer, medida em anos, foi verificado crescimento em todos os municípios paulistas em estudo, de 1991 a 2000, sendo que os maiores crescimentos foram verificados nos municípios de União Paulista, Ouroeste e Borborema. No ano de 2000, na All Mesorregional Araraquara, a Esperança de Vida ao Nascer variava de 70,2 anos, em Tabatinga, a 73,8 anos, nos municípios de Nova Europa e Matão. Na All Mesorregional São José do Rio Preto, o indicador variava de 71,5 anos, no município de Meridiano, a 76,3 anos, em Itajobi.

**Quadro 3.6.5.3 - 35 – Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer nos municípios da All/São Paulo – 1991/2000**

Municípios da All	IDH-M		Esperança de Vida	
	1990	2000	1990	2000
Araraquara	0,789	0,83	70,12	72,17
Borborema	0,71	0,771	65,14	70,99
Gavião Peixoto	0,726	0,763	70,01	71,34
Itápolis	0,727	0,785	68,31	71,34
Matão	0,764	0,806	71,98	73,76
Nova Europa	0,759	0,791	71,49	73,76
Tabatinga	0,706	0,76	67,18	70,24
<b>All Mesorregional Araraquara</b>				
Estrela d'Oeste	0,721	0,792	69,11	74,42
Fernandópolis	0,775	0,832	72,08	75,82
Floreal	0,744	0,8	69,99	74,22
Irapuã	0,707	0,766	70,32	73,58
Itajobi	0,739	0,798	72,11	76,32
José Bonifácio	0,745	0,817	71,94	75,42
Macaubal	0,73	0,781	70,52	72,04
Mendonça	0,719	0,771	71,13	71,38
Meridiano	0,678	0,762	66,27	71,48
Monte Aprazível	0,745	0,808	70,52	73,31
Neves Paulista	0,734	0,804	71,15	73,31
Nhandeara	0,753	0,806	70,96	73,31

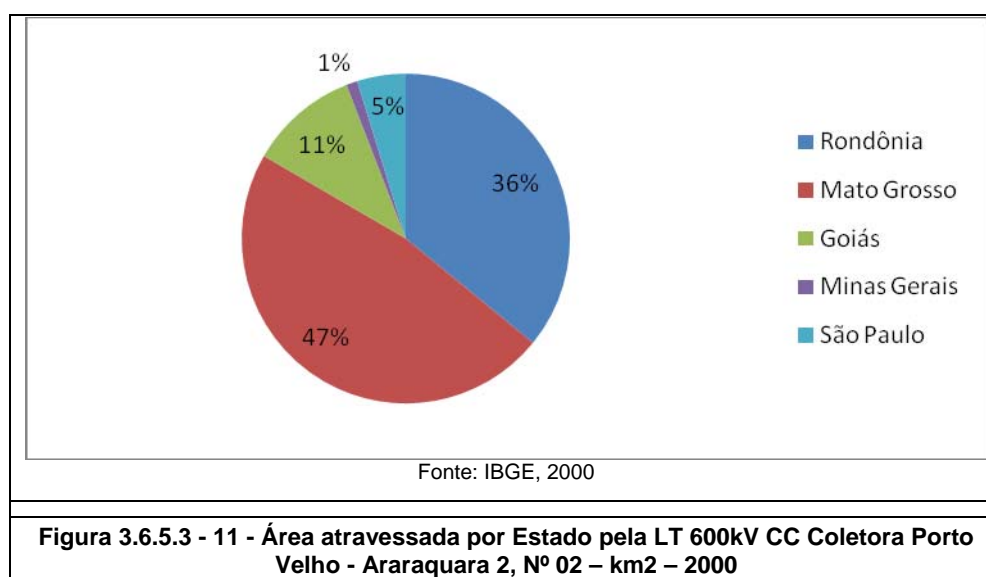


Municípios da All	IDH-M		Esperança de Vida	
	1990	2000	1990	2000
Nipoã	0,714	0,775	70,52	74,64
Nova Aliança	0,751	0,806	72,43	76,05
Novo Horizonte	0,744	0,808	72,11	75,5
Ouroeste	0,700	0,787	65,88	72,04
Populina	0,707	0,755	69,43	72,24
Potirendaba	0,744	0,805	72,47	75,42
Turmalina	0,72	0,782	71,22	75,27
União Paulista	0,685	0,777	67,98	75,39
Urupês	0,746	0,795	72,11	73,58
Valentim Gentil	0,721	0,785	71,11	73,53
Votuporanga	0,766	0,817	71,11	71,92
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>				

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD/IPEA

### c. Distribuição Geográfica da População Residente

No ano de 2000, os 87 municípios que serão atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, juntos, ocupavam uma área de 247.349,81 km<sup>2</sup>, que corresponde à All do empreendimento. Quase metade desta superfície pertence ao Estado do Mato Grosso (47%), onde está situada a maior All Mesorregional, a do Sudoeste Mato-grossense, com 66.394,70 km<sup>2</sup> (26,8% da All). O estado de Rondônia fica com 36% da All, sendo maior a extensão territorial da All Leste Rondonienses. A área em estudo no estado de Goiás corresponde a 11% da All, enquanto a área paulista em estudo representa 5% e Minas Gerais fica com 1% da área total da All. O município de maior extensão territorial é a capital Porto Velho, com 34.08,50 km<sup>2</sup>, seguido pelo município mato-grossense de Comodoro, com um território de 21.744,2 km<sup>2</sup>.



O conjunto de 30 municípios paulistas em estudo ocupa apenas 5% da superfície da All, mas nele residem 26% da população abrangida pela All do empreendimento. Assim sendo, a concentração populacional na área paulista em estudo é significativamente mais elevada do que no restante da All. A maior densidade demográfica ocorria na All Mesorregional Araraquara, onde, no ano de 2000, havia 85,5 habitantes/km<sup>2</sup>, seguida pela All Mesorregional São José do Rio Preto, com 43,8 hab/km<sup>2</sup>. Os municípios onde havia maior concentração populacional, em 2000, eram Araraquara (181,2 hab/km<sup>2</sup>) e Votuporanga (179,2 hab/km<sup>2</sup>). A terceira em concentração populacional é a All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense (25,9 hab/km<sup>2</sup>, em 2000), a mais populosa da All do empreendimento e que ocupa 11,8% de sua superfície. Esta All Mesorregional inclui a capital mato-grossense, Cuiabá, que, no ano de 2000, possuía 121,6 hab/km<sup>2</sup>.

A menor densidade demográfica da All, no ano de 2000, era apresentada pela All Mesorregional do Sudoeste Mato-grossense (2,2 hab/km<sup>2</sup>), a mais extensa da All, onde reside apenas 5,6% da população da All da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 Madeira. Destacam-se, em extensão territorial, os municípios de Comodoro, Vila Bela de Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda. É preciso ressaltar que o município de Comodoro, o segundo em extensão territorial de toda a área do conjunto de municípios atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, pertence à mesorregião Norte Mato-grossense. Por ser o único desta mesorregião a ser atravessado pela linha, e pelas suas semelhanças com os municípios da mesorregião Sudoeste Mato-grossense, foi incluído na All Mesorregional homônima.

Nas demais Alls Mesorregionais em estudo, no ano de 2000, a densidade demográfica variava de 4,9 hab/km<sup>2</sup>, na All Mesorregional Sul Goiano, a 12,9 hab/km<sup>2</sup>, na All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

**Quadro 3.6.5.3 - 36 – Área (km<sup>2</sup>) e densidade demográfica nas Mesorregiões da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 – 2000**

Alls Mesorregionais e Total All	Área total das unidades territoriais (Quilômetros quadrados)	(%) All	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por quilômetro quadrado)
All Mesorregional Madeira-Guaporé	40907,70	16,5	8,5
All Mesorregional Leste Rondoniense	47966,50	19,4	8,9
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	29115,40	11,8	25,9
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	21864,60	8,8	10,2
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	66394,70	26,8	2,2
All Mesorregional Sul Goiano	26563,20	10,7	4,9
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2718,70	1,1	12,9
All Mesorregional Araraquara	3853,81	1,6	85,5
All Mesorregional São José do Rio Preto	7965,20	3,2	43,8
Total All	247349,81	100,0	

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

De 1991 a 2007, houve incremento da urbanização em 8 das 9 AIs Mesorregionais em estudo. A exceção foi a AI Mesorregional Madeira-Guaporé, onde o percentual referente a 1991 englobou somente o município de Porto Velho. Em cada um dos anos da pesquisa do IBGE, o maior percentual de domicílios em situação urbana foi apresentado pela AI Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, que inclui a capital do estado, Cuiabá. Em seguida, a área paulista em estudo é a mais urbanizada, tendo o maior percentual sido apresentado, em todo o período analisado, pela AI Mesorregional Araraquara. Os municípios que apresentaram os maiores percentuais de urbanização, em 2007, foram Cuiabá (98,5%) e Votuporanga (97,4%). Por outro lado, os menores percentuais de domicílios em situação urbana ocorrem na área rondoniense em estudo, seguida pelo Sudoeste Mato-grossense. Os municípios menos urbanizados da AI, em 2007, eram o rondoniense Castanheiras (22,2%) e o mato-grossense Vale de São Domingos (23,9%).

**Quadro 3.6.5.3 - 37 – Percentual de domicílios em situação urbana nas Mesorregiões da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

AIs Mesorregionais e Total AI	Domicílios em situação urbana (%)		
	1991	2000	2007
All Mesorregional Madeira Guaporé (RO)	80,9	68,4	67,2
All Mesorregional Leste Rondoniense (RO)	51,3	63,8	69,2
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense (MT)	93,2	95,3	94,5
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense (MT)	85,8	89,9	91,0
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense (MT)	55,3	64,4	71,8
All Mesorregional Sul Goiano (GO)	80,8	87,3	88,7
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG)	69,3	87,4	89,1
All Mesorregional Araraquara (SP)	91,8	93,5	94,4
All Mesorregional São José do Rio Preto (SP)	82,2	88,9	91,6

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE

## (1) Rondônia

O conjunto dos municípios em estudo ocupava, no ano 2000, uma área de 88.874,2 km<sup>2</sup>, o que equivalia a 37,4% da área territorial do estado de Rondônia. Havia uma composição bastante variada com relação à densidade demográfica, tendo municípios que se encontravam tanto abaixo quanto acima da densidade do Estado, que era de 5,8 hab/ km<sup>2</sup>.

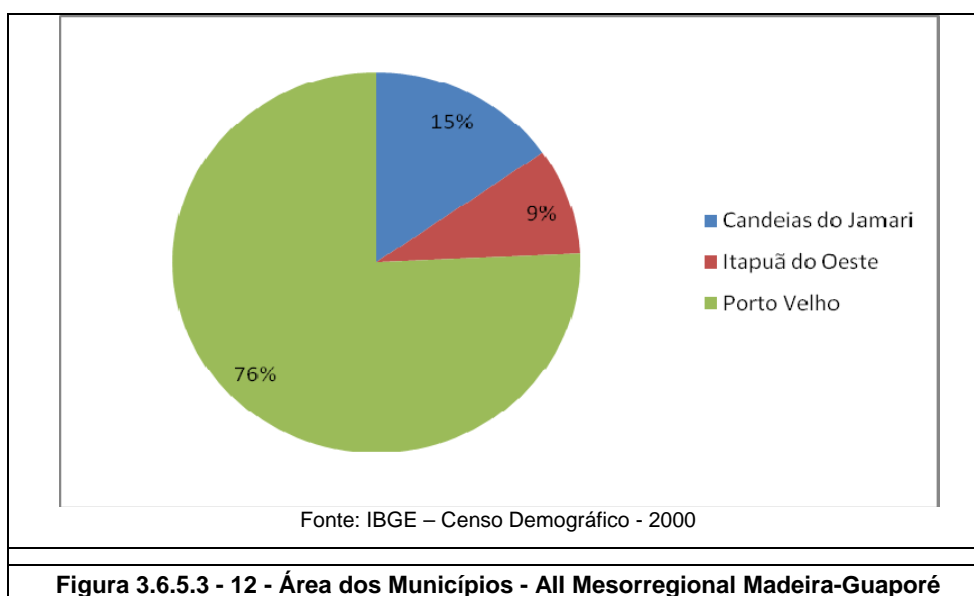
**Quadro 3.6.5.3-38 - Área e Densidade Demográfica na AI e Mesorregiões / Rondônia - 2000**

Municípios, AI Mesorregional e Estado	Área total das unidades territoriais (Quilômetros quadrados)	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por quilômetro quadrado)
Candeias do Jamari	6.839,2	1,92
Itapuã do Oeste	4.082	2,1
Porto Velho	34.068,5	9,82
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>44.989,6</b>	<b>8,76</b>
Alto Paraíso	2.647,8	4,96
Alvorada D'Oeste	2.970,4	6,67

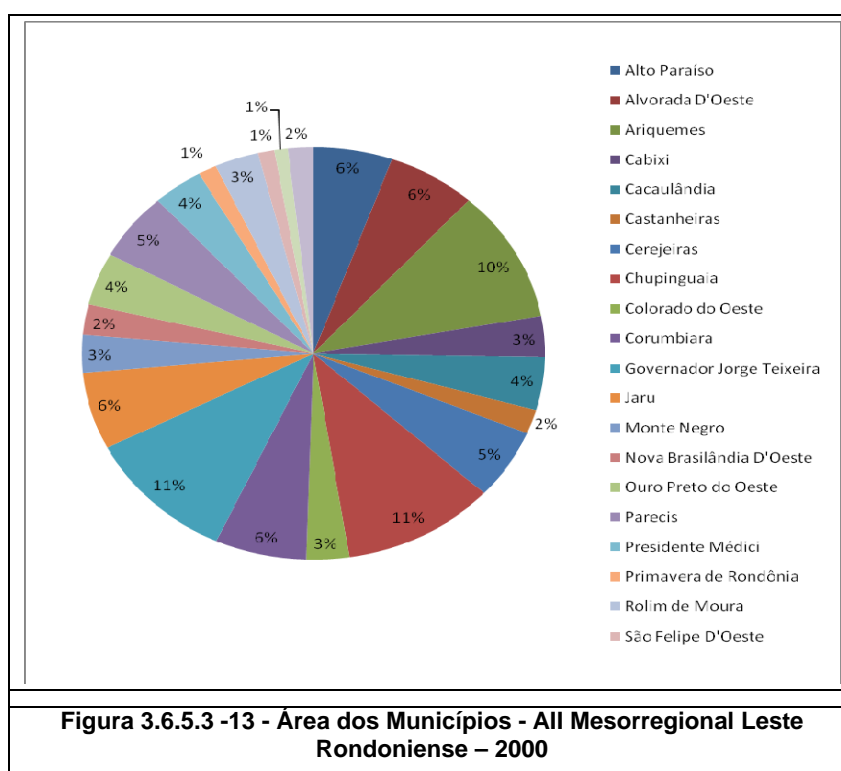
Municípios, All Mesorregional e Estado	Área total das unidades territoriais (Quilômetros quadrados)	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por quilômetro quadrado)
Ariquemes	4.975,0	14,94
Cabixi	1.525,0	4,93
Cacaulândia	2.002,3	2,67
Castanheiras	897,6	4,69
Cerejeiras	2.635,0	6,90
Chupinguaia	5.131,0	1,07
Colorado do Oeste	1.437,0	15,31
Corumbiara	3.068,0	3,41
Governador Jorge Teixeira	5.071,3	2,69
Jaru	2.897,9	18,22
Monte Negro	1.407,7	8,90
Nova Brasilândia D'Oeste	1.155,4	14,77
Ouro Preto do Oeste	1.970,4	20,74
Parecis	2.548,7	1,42
Presidente Médici	1.686,7	15,62
Primavera de Rondônia	613,0	7,03
Rolim de Moura	1.481,5	31,92
São Felipe D'Oeste	544,4	12,96
Teixeirópolis	454,0	12,39
Urupá	846,4	17,58
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>47.966,5</b>	<b>8,66</b>
<b>Rondônia</b>	<b>237.564,5</b>	<b>5,80</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

A All Mesorregional Madeira-Guaporé ocupava 18,9% do território de Rondônia, tendo em Porto Velho a sua maior extensão territorial, com 34.068,50 km<sup>2</sup>, seguida por Candeias do Jamari, com 6.839,20 km<sup>2</sup> e Itapuã do Oeste, com 4.082 km<sup>2</sup>. A densidade demográfica em Porto Velho era de 9,82 hab/ km<sup>2</sup>, em Candeias do Jamari, 1,92hab/km<sup>2</sup> e em Itapuã do Oeste, 2,1 hab/km<sup>2</sup>



A All Mesorregional Leste-Rondoniense ocupava 20,2% do Estado de Rondônia, com a densidade demográfica variando de 1,07 hab/km<sup>2</sup> em Chupinguaia até 31,92 hab/ km<sup>2</sup> em Rolim de Moura. O maior município, em extensão territorial, era Chupinguaia com área de 5.131,0 km<sup>2</sup> e densidade de 1,07 hab/km<sup>2</sup>, seguido por Governador Jorge Teixeira, com 5.071,3 km<sup>2</sup> e densidade de 2,69 hab/ km<sup>2</sup>. Destacam-se, também, nesta All Mesorregional, os municípios com as menores áreas territoriais, estando os mesmos distribuídos entre Teixeiraópolis, com uma área de 454 km<sup>2</sup> e densidade de 12,39 hab/ km<sup>2</sup>, São Felipe D'Oeste, com 544,4 km<sup>2</sup> e densidade de 12,96 hab/km<sup>2</sup>, Primavera de Rondônia, com 613 km<sup>2</sup> e densidade de 7,03 km<sup>2</sup> e, por último, Castanheiras, com 897,6 km<sup>2</sup> e densidade de 4,69 km<sup>2</sup>.



O Estado de Rondônia, no ano 2000, se manteve como uma das unidades da federação com mais baixo percentual de domicílios em situação urbana (65,91%), sendo superior apenas aos estados do Maranhão (61,11%) e Piauí (64,89%).

Nos municípios em estudo, o percentual de domicílios urbanos apresentava-se fortemente concentrado em quatro cidades: Cerejeiras (84,72%), Porto Velho (83,51%); Rolim de Moura (80,46%) e Ariquemes (77,1%), de acordo com os dados do IBGE de 2007.

Entre 1991 e 2007, na All Mesorregional Madeira-Guaporé não houve crescimento do percentual de domicílios em situação urbana apenas em Candeias do Jamari, onde este percentual passou de 69,5%, em 2000, para 56,91%, em 2007.

A mesma situação apresentada acima se repete na All Mesorregional Leste Rondoniense, onde houve acréscimo do percentual de domicílios em situação urbana, com exceção de Chupinguaia, que teve uma pequena diminuição em seu percentual de domicílios urbanos, passando de 34,71%, em 2000, para 33,79% em 2007.

**Quadro 3.6.5.3 - 39 - Percentual de Domicílios em situação urbana na All e Mesorregiões / Rondônia - 1991-2007**

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Domicílios em Situação Urbana (%)		
	1991	2000	2007
Candeias do Jamari	-	69,50	56,91
Itapuã do Oeste	-	53,24	61,16
Porto Velho	80,85	82,38	83,51
<b>All Mesorregional Madeira-Guaporé</b>	<b>80,85</b>	<b>68,37</b>	<b>67,19</b>
Alto Paraíso	-	30,49	46,11
Alvorada D'Oeste	38,95	46,03	52,34
Ariquemes	55,03	76,15	77,10
Cabixi	25,80	37,86	41,09
Cacaulândia	-	35,95	34,28
Castanheiras	-	19,49	22,65
Cerejeiras	69,19	82,22	84,72
Chupinguaia	-	34,71	33,79
Colorado do Oeste	41,57	69,22	72,15
Corumbiara	-	20,71	25,47
Governador Jorge Teixeira	-	13,35	24,21
Jaru	45,32	57,39	67,91
Monte Negro	-	47,05	48,40
Nova Brasilândia D'Oeste	34,46	40,82	48,74
Ouro Preto do Oeste	30,25	66,26	73,18
Parecis	-	32,87	38,49
Presidente Médici	37,63	48,66	59,88
Primavera de Rondônia	-	28,18	36,48
Rolim de Moura	49,17	73,79	80,46
São Felipe D'Oeste	-	16,24	24,66
Teixeirópolis	-	20,39	27,73
Urupá	-	29,82	38,82
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>51,29</b>	<b>63,81</b>	<b>69,20</b>
<b>Rondônia</b>	<b>60,09</b>	<b>65,91</b>	<b>70,00</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Em números absolutos, observa-se que as All Mesorregionais analisadas possuíam, em 2007, um total de 226.267 domicílios, 162.647 na área urbana e 63.620 na área rural.

Na All Mesorregional Madeira-Guaporé, houve crescimento da quantidade de domicílios, tanto em situação rural quanto urbana, entre os anos de 1991 e 2007. E, no caso de Candeias do Jamari, os domicílios rurais quase dobraram entre os anos de 2000 e 2007, passando de 966 para 1.890 domicílios.

No caso da All Mesorregional Leste Rondoniense, apesar de ter havido um acréscimo no número total de domicílios, entre os anos de 1991 e 2007, houve diminuição do número de domicílios em situação rural. Ainda assim, a maior parte dos municípios manteve a predominância de domicílios em situação rural, sendo eles: Cabixi, Corumbiara, Nova Brasilândia d'Oeste, Alto Paraíso, Cacaúlândia, Castanheiras, Chupinguaia, Governador Jorge Teixeira, Monte Negro, Nova Brasilândia D'Oeste, Parecis, Primavera de Rondônia, São Felipe d'Oeste, Teixeiraópolis e Urupá.

**Quadro 3.6.5.3- 40 - Domicílios por situação na All e Mesorregiões / Rondônia - 1991/2007**

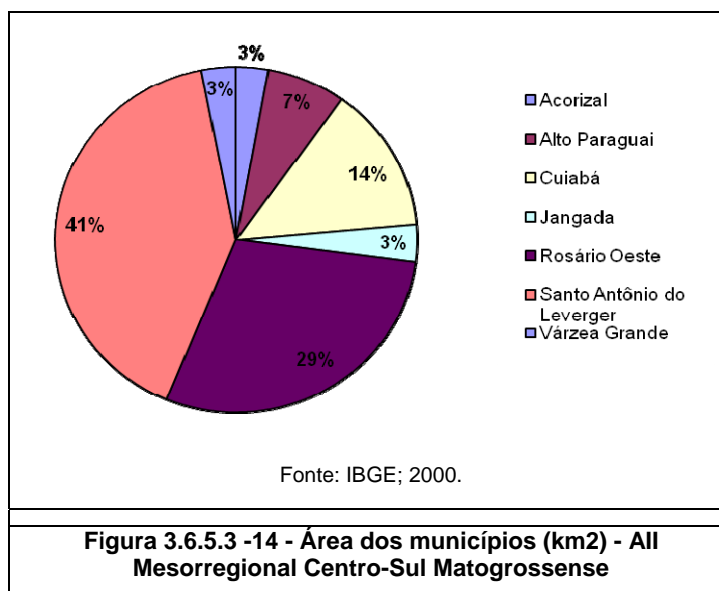
Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	1991		2000		2007	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Candeias do Jamari	-	-	2.201	966	2.496	1.890
Itapuã do Oeste	-	-	939	839	1.332	846
Porto Velho	53.838	12.753	68.935	14.747	84.036	16.592
<b>All Mesorregional Madeira-Guaporé</b>	<b>53.838</b>	<b>12.753</b>	<b>72.075</b>	<b>16.552</b>	<b>87.864</b>	<b>19.328</b>
Alto Paraíso	-	-	927	2.113	2.152	2.515
Alvorada D'Oeste	1.724	2.702	2.293	2.688	2.454	2.235
Ariquemes	10.445	8.534	14.108	4.419	17.940	5.329
Cabixi	458	1.317	739	1.213	789	1.131
Cacaúlândia	-	-	472	841	541	1.037
Castanheiras	-	-	206	851	229	782
Cerejeiras	3.416	1.521	3.985	862	4.263	769
Chupinguaia	-	-	503	946	671	1.315
Colorado do Oeste	3.500	4.919	3.971	1.766	3.863	1.491
Corumbiara	-	-	544	2.083	699	2.045
Governador Jorge Teixeira	-	-	395	2.563	734	2.298
Jaru	6.250	7.540	7.786	5.780	10.260	4.849
Monte Negro	-	-	1.425	1.604	1.591	1.696
Nova Brasilândia D'Oeste	1.180	2.244	1.723	2.498	2.382	2.505
Ouro Preto do Oeste	5.357	12.350	7.063	3.596	7.611	2.789
Parecis	-	-	283	578	495	791
Presidente Médici	2.521	4.179	3.310	3.493	3.891	2.607
Primavera de Rondônia	-	-	310	790	398	693
Rolim de Moura	6.645	6.868	9.318	3.310	11.558	2.807
São Felipe D'Oeste	-	-	278	1.434	440	1.344
Teixeiraópolis	-	-	283	1.105	381	993
Urupá	-	-	1.060	2.495	1.441	2.271
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>41.496</b>	<b>52.174</b>	<b>60.982</b>	<b>47.028</b>	<b>74.783</b>	<b>44.292</b>
<b>Rondônia</b>	<b>153.045</b>	<b>101.659</b>	<b>228.834</b>	<b>118.360</b>	<b>284.686</b>	<b>122.022</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

## (2) Mato Grosso

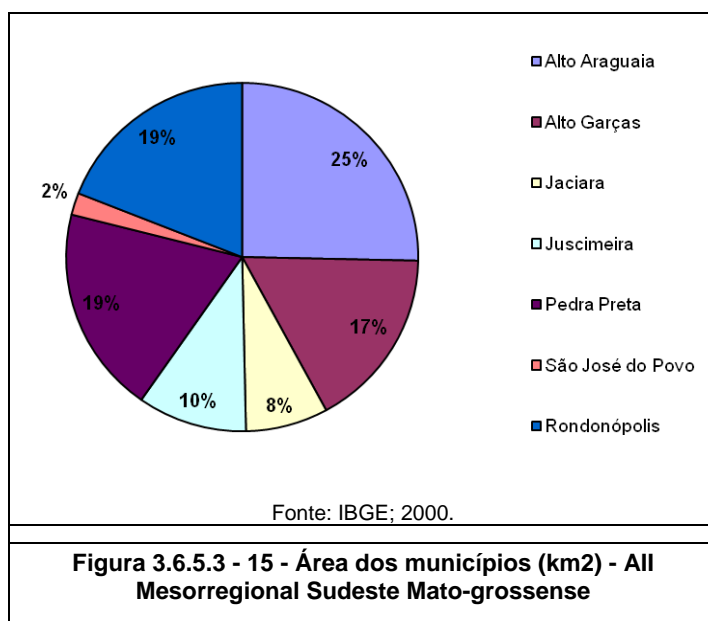
O conjunto dos municípios mato-grossenses em estudo perfazia uma área, no ano 2000, de 117.374,7 km<sup>2</sup>, o que equivalia a 12,9% da área territorial do estado do Mato Grosso.

A All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense ocupava 3,2% do território estadual, com uma densidade demográfica de 25,91 hab/km<sup>2</sup>. Dentre os seus municípios, Várzea Grande se destacou por possuir densidade demográfica bem maior que, inclusive, a de todos os municípios analisados – 238,82 hab/km<sup>2</sup>. Em seguida, vem Cuiabá, capital do Estado, com uma densidade de 121,72 hab/km<sup>2</sup> e ocupando 14% da área territorial desta All Mesorregional. A maior extensão territorial cabia a Santo Antonio do Leverger, com 11.827,9 km<sup>2</sup>.



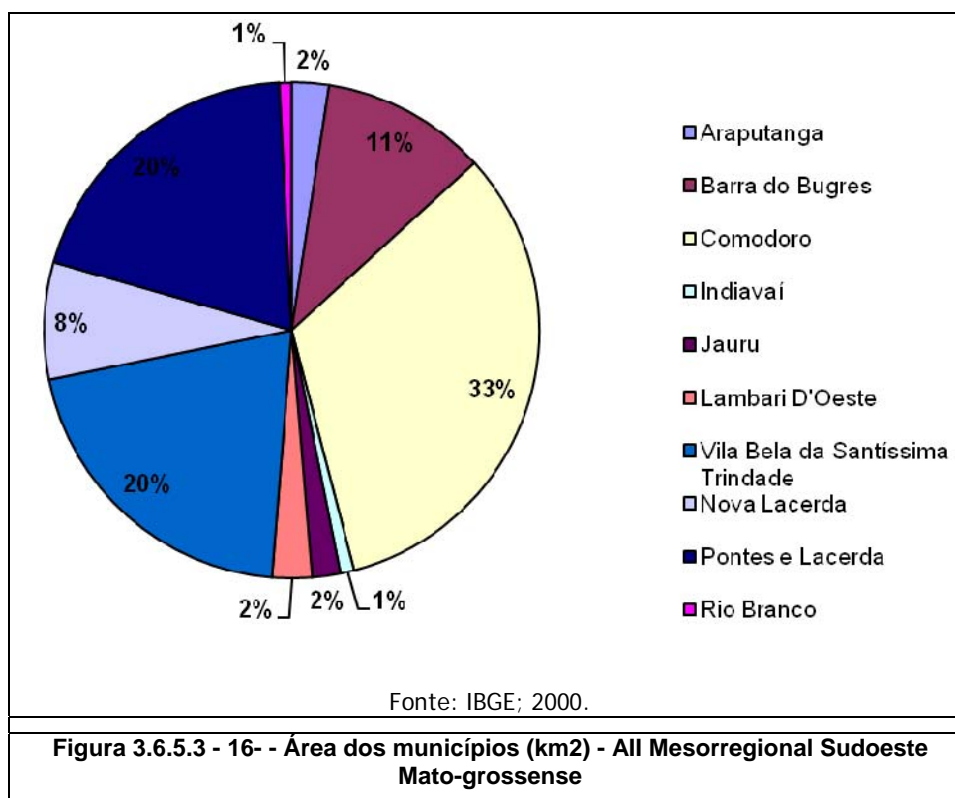
Os municípios de Alto Araguaia, Pedra Preta e Rondonópolis possuíam a maior extensão territorial na All Mesorregional Sudeste Matogrossense. Ao mesmo tempo, as maiores concentrações populacionais encontravam-se em Rondonópolis (36,02 hab/km<sup>2</sup>) e Jaciara (14,35 hab/km<sup>2</sup>). Observa-se, também, que esta era a All Mesorregional com o menor município em extensão territorial entre todos os analisados: São José do Povo, com 444,1 km<sup>2</sup>.





A All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense<sup>41</sup> possuía a maior área territorial entre as três All Mesoregionais, com 66.394,7 hab/km<sup>2</sup>, correspondendo a 7,3% do Estado do Mato Grosso. Quatro municípios se destacaram porque, juntos, ocupavam 82% da área desta All Mesoregional: Comodoro (21.744,2 km<sup>2</sup>), Vila Bela de Santíssima Trindade (13.630,5 km<sup>2</sup>); Pontes e Lacerda (13.122,9 km<sup>2</sup>) e Barra do Bugres (7.161,1 km<sup>2</sup>). Com relação à densidade demográfica, esta variava de 0,69 hab/km<sup>2</sup>, em Comodoro, e 10,48 hab/km<sup>2</sup>, em Jauru.

<sup>41</sup> O município de Vale de São Domingos, pertencente à All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense, não possuía dados disponíveis.



**Quadro 3.6.5.3- 41 - Área e Densidade Demográfica na All e Mesorregiões/MT - 2000**

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Área total das unidades territoriais (Quilômetros quadrados)	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por quilômetro quadrado)
Acorizal	841,1	6,92
Alto Paraguai	2.052,5	4,19
Cuiabá	3.970,9	121,72
Jangada	1.021,9	6,98
Rosário Oeste	8.499,6	2,21
Santo Antônio do Leverger	11.827,9	1,30
Várzea Grande	901,5	238,82
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>29.115,4</b>	<b>25,91</b>
Alto Araguaia	5.538,4	2,06
Alto Garças	3.660,0	2,28
Jaciara	1.658,7	14,35
Juscimeira	2.205,0	5,47
Pedra Preta	4.193,2	3,25
São José do Povo	444,1	6,88
Rondonópolis	4.165,2	36,07
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>21.864,6</b>	<b>10,18</b>
Araputanga	1.602,8	8,53
Barra do Bugres	7.161,1	3,83
Comodoro	21.744,2	0,69
Indiavaí	600,3	3,42
Jauru	1.217,4	10,48
Lambari D'Oeste	1.713,1	2,74

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Área total das unidades territoriais (Quilômetros quadrados)	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por quilômetro quadrado)
Vila Bela da Santíssima Trindade	13.630,5	0,93
Nova Lacerda	5.073,3	0,80
Pontes e Lacerda	13.122,9	3,28
Rio Branco	529,1	9,62
Vale de São Domingos	-	-
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>66.394,7</b>	<b>2,24</b>
<b>Mato Grosso</b>	<b>903.386,1</b>	<b>2,77</b>

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

Conforme observado nos dados do ano 2000, o Estado do Mato Grosso estava entre os doze Estados brasileiros com percentual de domicílios urbanos acima de 80%, ocupando o 11º lugar, com 81,59%, sendo inferior ao Estado do Espírito Santo (81,15%) e superior ao Estado de Santa Catarina (80,28%).

A capital do Estado, Cuiabá, entre os anos 1991 e 2007, mantivera os seus domicílios em situação urbana em aproximadamente 98%, e é o maior percentual de domicílios urbanos entre os municípios analisados.

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, mesmo com decréscimo no número de domicílios urbanos entre 2000 e 2007, o percentual de domicílios nesta situação em 2007 permanecia alto – 94,52%. Excetuando Cuiabá, que foi citada acima e que pertence a esta All Mesorregional, e Várzea Grande que tinha percentual de 97,26%, os municípios em situação urbana em 2007 variavam de 30,14%, em Santo Antônio do Leverger, e 69,98%, em Alto Paraguai.

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, dois municípios apresentaram queda no percentual de domicílios urbanos entre 2000 e 2007: São José do Povo e Pedra Preta. E, os maiores municípios em percentual de domicílios urbanos, em 2007, foram Rondonópolis, com 95,58%, seguido por Jaciara, com 92,62% e Alto Garças, com 90,41%.

Entre 1991 e 2007, a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense apresentou percentual de domicílios urbanos abaixo da média estadual. No entanto, em 2007, três dos seus municípios tiveram mais de 80% de domicílios em área urbana: Pontes e Lacerda (82,89%); Rio Branco (81,22%) e Barra dos Bugres (81,04%). O restante dos municípios apresentou percentual de domicílios urbanos variando entre 79,55%, em Araputanga, e 23,89%, em Vale de São Domingos.

**Quadro 3.6.5.3- 42 - Percentual de Domicílios em Situação Urbana na All e Mesorregiões/MT - 1991-2007**

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Domicílios em situação urbana (%)		
	1991	2000	2007
Acorizal	52,86	48,1	53,72
Alto Paraguai	70,29	76,21	69,98
Cuiabá	98,15	98,71	98,49
Jangada	40,41	39,66	44,63
Rosário Oeste	54,41	57,09	56,53
Santo Antônio do Leverger	27,26	34,9	30,14
Várzea Grande	96,1	98,19	97,26
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>93,21%</b>	<b>95,28%</b>	<b>94,52%</b>
Alto Araguaia	79,17	80,14	82,99
Alto Garças	82,33	86,45	90,41
Jaciara	89,07	90,53	92,62
Juscimeira	67,93	66,01	73,45
Pedra Preta	67,4	78,8	70,8
São José do Povo	-	52,5	46,78
Rondonópolis	89,23	94,46	95,58
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>85,78%</b>	<b>89,87%</b>	<b>91,04%</b>
Araputanga	59,49	80,76	79,55
Barra do Bugres	69,58	82,46	81,04
Comodoro	56,46	60,94	68,14
Indiavaí	53,28	61,93	74,49
Jauru	45,48	52,78	62,72
Lambari D'Oeste	-	38,52	60,82
Vila Bela da Santíssima Trindade	27,95	20,79	34,64
Nova Lacerda	-	48,88	57,15
Pontes e Lacerda	62,65	68,28	82,89
Rio Branco	45,46	69,39	81,22
Vale de São Domingos	-	-	23,89
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>55,53%</b>	<b>64,51%</b>	<b>71,81%</b>
<b>Mato Grosso</b>	<b>74,40%</b>	<b>80,59%</b>	<b>81,53%</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Contagem da População

Em números absolutos, observa-se que as All Mesorregionais possuíam em 2007 um total de 349.156 domicílios, 317.918 na área urbana e 31.238 na área rural.

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense houve uma pequena queda na quantidade de domicílios em situação rural entre os anos de 1991 e 2000, e crescimento dos mesmos entre 2000 e 2007. Jangada e Santo Antônio do Leverger foram os municípios em que ocorreu predomínio da situação rural em relação à urbana, em 2007.

A All Mesorregional Sudeste Mato-grossense quase dobrou o número de domicílios urbanos entre 1991 e 2007, passando de 39.162 para 68.537. Com relação aos domicílios rurais, existia uma composição diversificada entre os municípios desta All

Mesorregional. Em quatro deles, houve acréscimo dos domicílios rurais entre 2000 e 2007, destacando-se Pedra Preta, por ter tido aumento mais significativo. Nos demais municípios, houve queda não muito acentuada dos domicílios rurais, também entre 2000 e 2007.

Por último, a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense manteve o crescimento dos domicílios urbanos entre 1991 e 2007 e leve queda nos rurais entre 2000 e 2007. Vila Bela Santíssima Trindade e Vale de São Domingos eram os únicos municípios que, em 2007, possuíam maior quantidade de domicílios em situação rural.

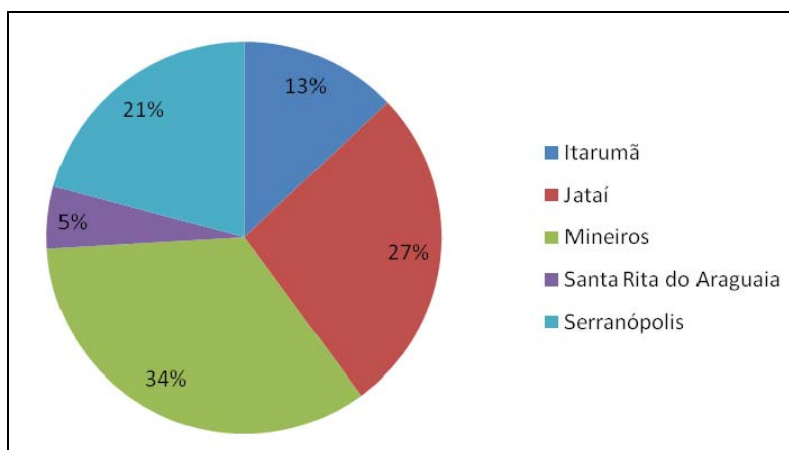
**Quadro 3.6.5.3 - 43 - Domicílios por situação na All e Mesorregiões/MT - 1991/2007**

Municípios, All Mesorregionais e Estado	1991		2000		2007	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Acorizal	628	560	696	751	888	765
Alto Paraguai	2.224	940	1.714	535	1.702	730
Cuiabá	91.929	1.730	125.496	1.637	148.031	2.271
Jangada	430	634	650	989	943	1.170
Rosário Oeste	2.288	1.917	2.538	1.908	2.753	2.117
Santo Antônio do Leverger	930	2.482	1.291	2.408	1.673	3.878
Várzea Grande	33.982	1.378	54.080	999	63.381	1.784
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>132.411</b>	<b>9.641</b>	<b>186.465</b>	<b>9.227</b>	<b>219.371</b>	<b>12.715</b>
Alto Araguaia	1.976	520	2.599	644	3.572	732
Alto Garças	1.705	366	2.009	315	2.563	272
Jaciara	4.710	578	5.613	587	6.786	541
Juscimeira	1.798	849	2.255	1.161	2.673	966
Pedra Preta	1.877	908	2.829	761	3.360	1.386
São José do Povo	-	-	431	390	508	578
Rondonópolis	27.096	3.271	38.544	2.260	49.075	2.270
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>39.162</b>	<b>6.492</b>	<b>54.280</b>	<b>6.118</b>	<b>68.537</b>	<b>6.745</b>
Araputanga	1.683	1.146	2.854	680	3.640	936
Barra do Bugres	3.418	1.494	5.462	1.162	7.029	1.645
Comodoro	1.149	886	2.328	1.492	3.234	1.512
Indiavaí	252	340	221	209	584	200
Jauru	1.289	1.545	1.616	1.446	1.913	1.137
Lambari D'Oeste	-	-	463	739	885	570
Vila Bela da Santíssima Trindade	829	2.137	623	2.373	1.255	2.368
Nova Lacerda	-	-	416	435	763	572
Pontes e Lacerda	4.874	2.906	7.833	3.639	9.197	1.898
Rio Branco	1.187	1.424	1.002	442	1.310	303
Vale de São Domingos	-	-	-	-	200	637
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>14.681</b>	<b>11.878</b>	<b>22.818</b>	<b>12.617</b>	<b>30.010</b>	<b>11.778</b>
<b>Mato Grosso</b>	<b>339.178</b>	<b>116.715</b>	<b>520.538</b>	<b>125.367</b>	<b>664.576</b>	<b>150.510</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Contagem da População

### (3) Goiás

O conjunto de municípios em estudo no Estado de Goiás compõe a All Mesorregional Sul Goiano, que ocupa uma área de 26.563,20 km<sup>2</sup>, correspondendo a 7,8% da área do Estado de Goiás. Os maiores territórios municipais desta All pertencem aos municípios de Mineiros e Jataí, que ocupam, respectivamente, 34% e 27% da área goiana em estudo.



**Figura 3.6.5.3 - 17 – Área dos municípios (km<sup>2</sup>) – All Mesorregional Sul Goiano**

Fonte: IBGE, 2000

Na All Mesorregional Sul Goiano, a concentração da população era de 4,9 hab/km<sup>2</sup>, no ano de 2000, bastante inferior à concentração populacional no Estado de Goiás naquele mesmo ano, que era de 14,7 hab/m<sup>2</sup>. Entre os municípios goianos em estudo, em 2000, a densidade demográfica variava de 1,2 hab/km<sup>2</sup>, no município de Serranópolis, a 10,5 hab/km<sup>2</sup>, no município de Jataí.

**Quadro 3.6.5.3 - 44 – Área, população residente e densidade demográfica na All Mesorregional Sul Goiano – 2000**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Área total das unidades territoriais (Quilômetros quadrados)	População residente	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitação por quilômetro quadrado)
Itarumã	3.433,80	5.446	1,6
Jataí	7.174,10	75.451	10,5
Mineiros	9.067,00	39.024	4,3
Santa Rita do Araguaia	1.361,80	5.087	3,7
Serranópolis	5.526,50	6.447	1,2
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>26.563,20</b>	<b>131.455</b>	<b>4,9</b>
<b>Goiás</b>	<b>340.117,60</b>	<b>5.003.228</b>	<b>14,7</b>

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

Entre 1991 e 2007, na All Mesorregional Sul Goiano, houve crescimento do percentual de domicílios em situação urbana, mais acentuado entre 1991 e 2000. Todos os

municípios em estudo acompanharam a tendência apresentada pela All, exceto Santa Rita do Araguaia, onde o percentual de domicílios em situação urbana diminuiu entre 2000 e 2007, chegando a um percentual inferior ao apresentado em 1991. Neste município, em termos absolutos, houve crescimento do número de domicílios, tanto em situação rural quanto em situação urbana, sendo que, proporcionalmente, o crescimento dos domicílios em situação rural foi maior, o que explica a porcentagem apresentada em 2007 – 86,2% de domicílios urbanos. No ano de 2007, o percentual de domicílios em situação urbana, nos municípios goianos em estudo, variava de 66,2% em Itarumã a 92% em Jataí.

**Quadro 3.6.5.3 - 45 – Percentual de domicílios em situação urbana na All Mesorregional Sul Goiano – 1991/2007**

Municípios, All e Estado	Domicílios em situação urbana (%)		
	1991	2000	2007
Itarumã	47,4	55,8	66,2
Jataí	84	90,5	92,0
Mineiros	84,3	88,1	89,0
Santa Rita do Araguaia	86,4	90,4	86,2
Serranópolis	52,2	60,4	69,1
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>80,8</b>	<b>87,3</b>	<b>88,7</b>
<b>Goiás</b>	<b>80,8</b>	<b>87,7</b>	<b>83,7</b>

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População, IBGE

Em números absolutos, na All Mesorregional Sul Goiano, entre 1991 e 2000, houve crescimento da quantidade de domicílios em situação urbana e diminuição dos domicílios em situação rural. A maior parte dos municípios integrantes da All acompanhou esta tendência. A exceção foi o município de Mineiros, onde, embora o percentual de domicílios em situação urbana tenha passado de 84,3%, em 1991, para 88,1%, em 2000, houve crescimento do número de domicílios nas duas situações consideradas. Entre 2000 e 2007, esta All Mesorregional apresentou crescimento do número dos domicílios, tanto em situação urbana quanto rural, embora, percentualmente tenha crescido a proporção dos domicílios em situação urbana. Nos municípios de Itarumã, Serranópolis e Jataí, no entanto, o número de domicílios em situação rural diminuiu no mesmo período.

**Quadro 3.6.5.3 - 46 – Domicílios por situação na All Mesorregional Sul Goiano – 1991/2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	1991		2000		2007	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Itarumã	715	792	932	737	1.126	576
Jataí	13.637	2.601	19.357	2.038	22.916	2.003
Mineiros	6.404	1.192	9.372	1.270	11.725	1.450
Santa Rita do Araguaia	970	152	1.360	145	1.603	256
Serranópolis	1.004	919	1.184	775	1.542	691
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>22.730</b>	<b>5.656</b>	<b>32.205</b>	<b>4.965</b>	<b>38.912</b>	<b>4.976</b>
<b>Goiás</b>	<b>798.835</b>	<b>189.348</b>	<b>1.225.871</b>	<b>172.144</b>	<b>862.230</b>	<b>167.563</b>

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População, IBGE

#### (4) Minas Gerais

Os dois municípios mineiros em estudo, juntos, ocupam uma área de 2.718,7 km<sup>2</sup>, que corresponde a 0,5% da área do Estado de Minas Gerais. O maior deles é Iturama, com 52% deste total. O município de Limeira do Oeste, embora possua território quase do mesmo tamanho, possui apenas 17% da população da AII Mesorregional mineira. Assim sendo, a população se encontra muito mais concentrada em Ituramã, onde há 20,6 hab/km<sup>2</sup>, contra apenas 4,7 hab/km<sup>2</sup> em Limeira do Oeste.

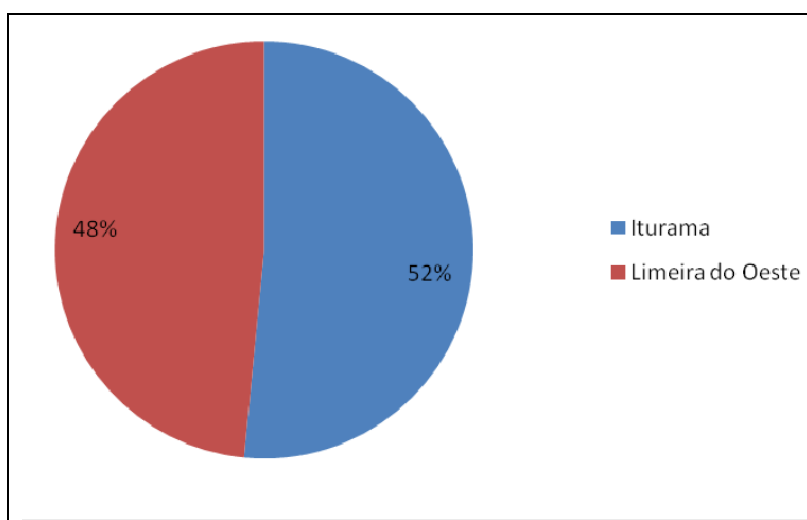


Figura 3.6.5.3 - 18 – Área dos municípios da AII/Minas Gerais – 2000

Quadro 3.6.5.3 - 47 – Área, população residente e densidade demográfica na AII/Minas Gerais – 2000

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Área total das unidades territoriais (Quilômetros quadrados)	População residente	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por quilômetro quadrado)
Ituramã	1.401,30	28.814	20,56
Limeira do Oeste	1.317,40	6.170	4,69
AII Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2718,7	34.984	12,9
Minas Gerais	586.552,40	17.905.134	30,5

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

A partir do ano de 2000, a AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentou percentual de domicílios em situação urbana bastante acima do apresentado pelo Estado de Minas Gerais. Isto se deve ao elevado percentual de urbanização dos domicílios no município de Ituramã, o mais populoso, uma vez que, em Limeira do Oeste, no ano de 2007, apenas 64,5% dos domicílios estavam em situação urbana.



**Quadro 3.6.5.3 - 48 – Percentual de domicílios em situação urbana na All/Minas Gerais – 1991/2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Domicílios em situação urbana (%)		
	1991	2000	2007
Ituramã	69,3	93,0	93,9
Limeira do Oeste	-	61,8	64,5
All Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	69,3	87,4	89,1
Minas Gerais	76,7	83,3	77,9

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE

Em termos absolutos, no Estado de Minas Gerais, entre 1991 e 2000, houve crescimento do número de domicílios em situação urbana e diminuição dos domicílios em situação rural. No município de Ituramã, houve diminuição dos domicílios em ambas às situações, devido ao desmembramento para formação do município de Limeira do Oeste. Assim sendo, a All Mesorregional como um todo acompanhou a tendência estadual. De 2000 a 2007, ao contrário, houve diminuição dos domicílios em situação urbana e aumento dos domicílios em situação rural, no Estado como um todo. Os municípios mineiros em estudo, contudo, apresentaram comportamento diverso. Em ambos, houve crescimento dos domicílios em situação urbana e diminuição dos domicílios em situação rural.

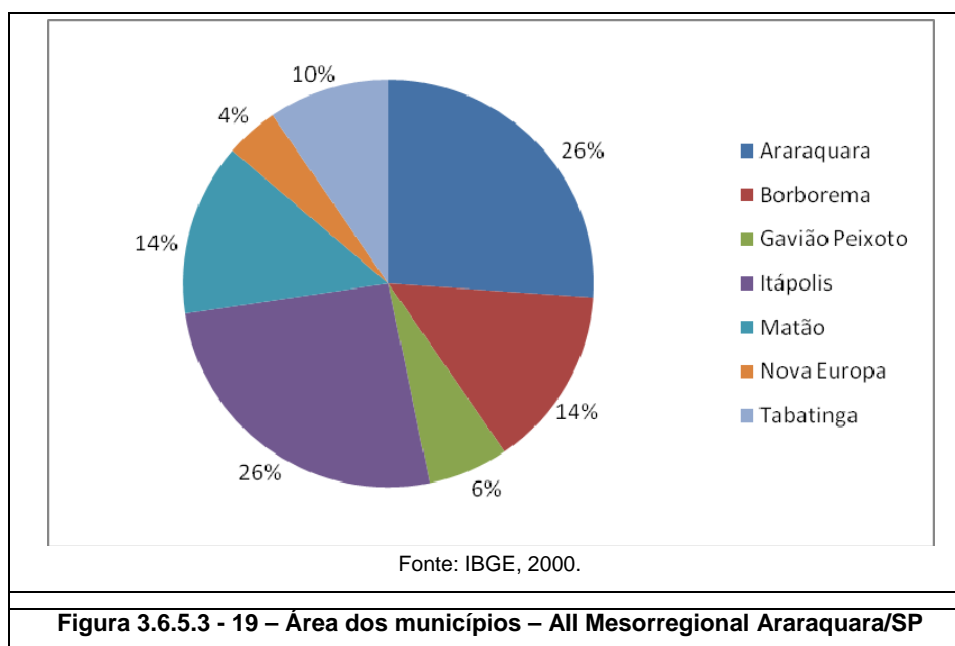
**Quadro 3.6.5.3 - 49 – Domicílios por Situação na All/Minas Gerais – 1991/2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	1991		2000		2007	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Ituramã	8.089	3.580	7.770	587	9.126	592
Limeira do Oeste	-	-	1.131	699	1.225	674
All Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	8.089	3.580	8.901	1.286	10.351	1.266
Minas Gerais	2.843.616	863.621	3.967.370	797.888	2.850.129	810.337

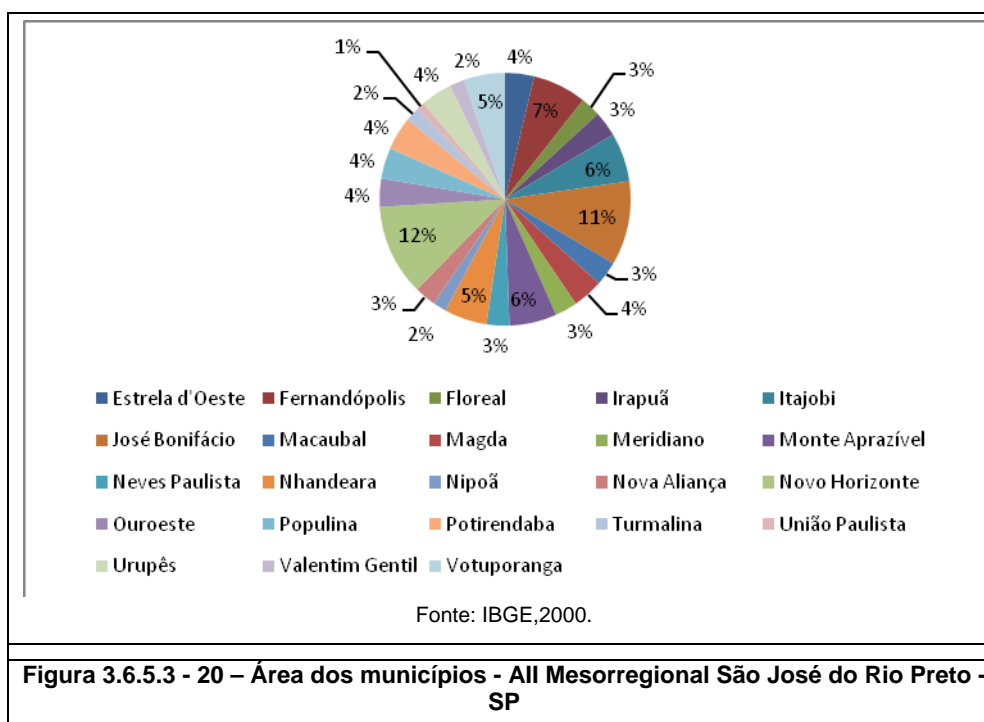
Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE

## (5) São Paulo

O conjunto de municípios paulistas em estudo ocupa uma área de 11.819,01 km<sup>2</sup>, equivalendo a 4,8% do território do Estado de São Paulo. De toda a área paulista em estudo, Araraquara é o maior município, em termos de extensão territorial, é o mais populoso e, também, o mais densamente povoado, apresentando, inclusive, densidade demográfica superior à do Estado de São Paulo. A All Mesorregional Araraquara, com 7 municípios, ocupa 32,6% da área em estudo no Estado de São Paulo. O município com o segundo maior território é Itápolis, enquanto que a segunda maior densidade demográfica cabe ao município de Matão.



A All Mesoregional São José do Rio Preto, com seus 23 municípios, ocupa 70,5% da área em estudo paulista, com 7.965,2 km<sup>2</sup>. Os municípios de maior extensão territorial são Novo Horizonte (932,8 km<sup>2</sup>) e José Bonifácio (858,6 km<sup>2</sup>). Os municípios de menor território são União Paulista (79,2 km<sup>2</sup>) e Nipoã (138 km<sup>2</sup>).



A concentração populacional de ambas as Alls Mesoregionais em estudo é menor do que no Estado de São Paulo, onde havia, no ano de 2000, 149 hab/km<sup>2</sup>. Os municípios de Araraquara e Votuporanga, contudo, apresentavam densidade demográfica acima da estadual – 181,2 hab/km<sup>2</sup> e 179,2 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente. Nos demais

municípios em estudo, em 2000, a densidade demográfica variava de 11 hab/km<sup>2</sup>, a 136,2 hab/km<sup>2</sup>, em Matão.

**Quadro 3.6.5.3 - 50 – Área, população residente e densidade demográfica na AII/São Paulo – 2000**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Área total das unidades territoriais (Quilômetros quadrados)	População residente 2000	Densidade demográfica da unidade territorial (Hab/Km quadrado) 2000
Araraquara	1.006,00	182.471	181,2
Borborema	552,6	13.193	23,8
Gavião Peixoto	243,7	4.126	16,9
Itápolis	997,1	37.750	37,9
Matão	527,0	71.753	136,2
Nova Europa	160,9	7.307	45,4
Tabatinga	366,5	12.990	35,4
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>3.853,81</b>	<b>329.590</b>	<b>85,5</b>
Estrela d'Oeste	296,3	8.256	27,9
Fernandópolis	549,6	61.647	112,1
Floreal	203,7	3.223	15,8
Irapuã	257,4	6.658	25,9
Itajobi	501,8	14.230	28,3
José Bonifácio	858,6	28.714	33,3
Macaubal	248,7	7.385	28,8
Meridiano	228,1	4.025	17,6
Monte Aprazível	482,9	18.413	38,1
Neves Paulista	232,2	8.907	38,4
Nhandeara	437,4	10.194	23,3
Nipoã	138	3.267	23,6
Nova Aliança	217,9	4.768	21,9
Novo Horizonte	932,8	32.432	34,8
Ouroeste	287,6	6.290	21,9
Populina	315,5	4.450	14,1
Potirendaba	342,4	13.656	39,0
Turmalina	147,3	2.366	16,1
União Paulista	79,2	1.354	17,2
Urupês	324,8	11.833	36,4
Valentim Gentil	149,2	8.605	57,8
Votuporanga	421,7	75.641	179,2
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>7965,2</b>	<b>339.735</b>	<b>43,8</b>
<b>São Paulo</b>	<b>248.176,70</b>	<b>37.032.403</b>	<b>149,0</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

Entre 1991 e 2007, o Estado de São Paulo apresentou decréscimo do percentual de domicílios em situação urbana, de 93,4%, em 1991, para 90,3%, em 2007, com pequena elevação meio ponto percentual em 2000, em relação a 1991. A área em estudo no Estado, no entanto, vem incrementando o percentual de urbanização dos domicílios. Embora a análise seja prejudicada pela ausência de dados sobre situação do domicílio para o município de Araraquara, em 2007, é possível observar que, de

uma maneira geral, todos os municípios paulistas em estudo apresentaram crescimento do percentual de domicílios em situação urbana no período considerado. Em 2007, ambas as Alls mesorregionais paulistas apresentavam percentual de domicílios em situação urbana superior ao estadual.

Na All Mesorregional Araraquara (excetuando-se o município de Araraquara), o percentual dos domicílios em situação urbana, em 2007, variava de 79,9%, em Gavião Peixoto, a 96,4%, no município de Matão. Na All Mesorregional São José do Rio Preto, este percentual variava de 69%, no município de Meridiano, a 97,4%, em Votuporanga.

**Quadro 3.6.5.3 - 51 – Percentual de domicílios em situação urbana na All/São Paulo – 1991/2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Domicílios em situação urbana (%)		
	1991	2000	2007
Araraquara	94,7	95,7	
Borborema	73,0	82,5	88,1
Gavião Peixoto		67,5	79,9
Itápolis	79,3	86,0	90,1
Matão	98,1	95,2	96,4
Nova Europa	69,2	88,3	93,3
Tabatinga	67,8	78,9	84,2
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>91,8</b>	<b>93,5</b>	<b>94,4</b>
Estrela d'Oeste	64,6	78,4	81,6
Fernandópolis	93,2	96,0	96,8
Floreal	68,7	77,7	84,5
Irapuã	72,7	82,3	86,8
Itajobi	63,1	78,0	83,9
José Bonifácio	79,7	87,6	90,9
Macaubal	73,2	85,5	88,7
Mendonça	70,5	81,5	83,0
Meridiano	54,1	67,0	69,0
Monte Aprazível	80,8	87,2	90,0
Neves Paulista	79,0	87,0	89,4
Nhandeara	70,7	79,0	82,5
Nipoã	75,1	85,7	88,1
Nova Aliança	65,2	76,9	85,5
Novo Horizonte	84,8	89,5	92,7
Ouroeste		75,2	84,4
Populina	70,1	77,5	79,2
Potirendaba	74,4	86,1	90,3
Turmalina	54,1	68,0	71,5
União Paulista	64,1	72,7	76,4
Urupês	73,7	83,8	88,5
Valentim Gentil	77,6	87,2	90,7
Votuporanga	93,2	96,4	97,4
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>82,2</b>	<b>88,9</b>	<b>91,6</b>
<b>São Paulo</b>	<b>93,4</b>	<b>93,9</b>	<b>90,3</b>

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE

Em números absolutos, em todos os municípios paulistas em estudo, no período que vai de 1991 a 2007, houve crescimento do número de domicílios em situação urbana e decréscimo do número de domicílios em situação rural.

**Quadro 3.6.5.3 - 52 – Domicílios por situação na All/São Paulo – 1991/2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	1991		2000		2007	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Araraquara	41.441	2.321	51.266	2.331		
Borborema	2.306	854	3.180	675	3.855	521
Gavião Peixoto	-	-	716	345	883	222
Itápolis	6.861	1.791	9.488	1.543	11.138	1.226
Matão	21.824	423	60.530	3.083	69.168	2.585
Nova Europa	907	403	1.780	235	2.491	180
Tabatinga	1.849	880	2.952	791	3.635	680
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>75.188</b>	<b>6.672</b>	<b>129.912</b>	<b>9.003</b>	<b>91.170</b>	<b>5.414</b>
Estrela d'Oeste	1.364	746	1.858	513	2.171	488
Fernandópolis	13.961	1.021	17.879	742	19.342	633
Floreal	677	309	807	232	846	155
Irapuã	1.121	422	1.542	331	1.788	271
Itajobi	2.454	1.436	3.247	918	3.785	729
José Bonifácio	5.463	1.394	7.289	1.033	8.581	859
Macaubal	1.493	547	2.012	342	2.221	282
Mendonça	699	292	852	194	912	187
Meridiano	535	454	805	396	855	385
Monte Aprazível	3.911	927	5.047	743	5.841	650
Neves Paulista	1.730	460	2.348	351	2.598	307
Nhandeara	2.030	841	2.535	674	2.887	613
Nipoã	573	190	875	146	1.055	143
Nova Aliança	730	390	1.100	331	1.378	233
Novo Horizonte	6.889	1.231	8.826	1.035	10.279	809
Ouroeste	-	-	1.375	454	1.922	354
Populina	896	383	1.067	310	1.141	299
Potirendaba	2.264	778	3.560	574	4.124	445
Turmalina	387	329	515	242	514	205
União Paulista	227	127	290	109	344	106
Urupês	2.174	777	2.964	573	3.331	434
Valentim Gentil	1.217	352	2.119	310	2.726	279
Votuporanga	16.773	1.228	22.268	840	25.031	656
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>67.568</b>	<b>14.634</b>	<b>91.180</b>	<b>11.393</b>	<b>103.672</b>	<b>9.522</b>
<b>São Paulo</b>	<b>7.508.078</b>	<b>531.583</b>	<b>9.731.738</b>	<b>632.414</b>	<b>3.652.074</b>	<b>393.282</b>

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE

## (6) Distribuição da População Residente no Corredor em Estudo (5Km)

Conforme observado no item anterior, embora haja grande concentração populacional nas zonas urbanas dos municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento, grande parte da população reside na zona rural dos municípios atravessados pela LT 600Kv CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Ao longo do levantamento de

campo, realizado entre o período de agosto – novembro de 2009, procurou-se entender o padrão de ocupação no corredor de estudo com 5Km - faixa de 2,5 Km para cada lado, a partir do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 - a fim de perceber se esse padrão se reproduz nas áreas atravessadas pela LT e como a população residente se distribui no espaço. Para tal, procurou-se identificar os bairros, distritos, as localidades e demais aglomerados humanos existentes na Área de Influência Direta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02.

O traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 atravessa, em grande parte a zona rural dos municípios inseridos na AI. Na zona rural, a distribuição geográfica da população acompanha os modelos de ocupação do solo desencadeados a partir da década de 60 pelos projetos de colonização. A população está distribuída, de um lado, em latifúndio, e de outro em pequena propriedade rural. Esta última, categorizada por pequenos sítios, colônias, lotes e parcelas. No latifúndio, a densidade demográfica é baixa, condição observada em Rondônia, nos municípios de Porto Velho (BR 364 sentido Rio Branco-AC), Candeias do Jamari e Chupinguaia; e mais acentuadamente nos municípios de Comodoro e Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso. Os territórios que apresentam maior concentração populacional são aqueles em que se enraizaram os projetos de assentamento desencadeados pelo INCRA. Este modelo predomina nos municípios de Alto Paraíso, Jarú, Ouro Preto D'Oeste, Colorado do Oeste, Cerejeiras e Cabixi no estado de Rondônia. No corredor em estudo foi identificada uma série de localidades que possuem adensamentos populacionais relevantes, como o caso da Linha 632 em Jarú, com 31 famílias, Linha 20 em Teixeirópolis com 45 famílias e Linha Nova em Colorado do Oeste, com 31 famílias.

Há de se destacar que a mobilidade no meio rural é uma importante característica do dinamismo que remodela as configurações sociais, produtivas e fundiárias da região. Vários depoimentos levam a crer que mesmo as famílias dos assentamentos, com reconhecimento legal do direito de usufruto da terra, não estão enraizadas em seus territórios. Neste cenário, há uma importante contribuição advinda das melhorias de infraestrutura que chegam às áreas ocupadas por essas famílias, em especial a pavimentação das linhas, ramais e estradas de chão. Na medida em que o asfalto chega, ou está prestes a chegar, chega também a pressão daqueles que desejam, a qualquer custo, constituir grandes fazendas ou incorporar mais terra a partir da compra seqüencial de pequenas propriedades rurais, estabelecendo a concentração fundiária e desestruturando a pequena agricultura familiar.

Nesse trecho foram identificados importantes aglomerados que se encontram em processo de urbanização, todos localizados no Estado de Rondônia. Com destaque para: o distrito de Jardinópolis, em Castanheiras; Querência do Norte, no município de

São Felipe do Oeste; o distrito de Novo Plano, em Chupinguaia e nos distritos de Alto Guajarus e Rondolândia, ambos em Corumbiara; o distrito de Joelândia, em Ariquemes; Novo Colorado, no município de Colorado do Oeste. E por fim, o distrito de Vila Triunfo, em Candeias do Jamari.

Além dos distritos acima citado foi identificado também algumas áreas urbanas no corredor em estudo, nos quais a densidade populacional é mais elevada se comparada aos demais locais pesquisados. Estas áreas se constituem com área de expansão urbana dos municípios de Governador Jorge Teixeira, Cacaúlândia, Teixeirópolis, São Felipe do Oeste, Alto Paraíso, Corumbiara e Cabixi, todos em Rondônia. As áreas urbanas identificadas no corredor de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 são descritas no item g. Malhas Urbanas Vulneráveis ao Empreendimento da seção 3.6.5.11- Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações.

No estado do Mato Grosso a distribuição da população residente no corredor em estudo é similar ao padrão encontrado no estado de Rondônia, os adensamentos populacionais identificados alternam com extensas áreas agrícolas e pastagens destinadas a pecuária, onde a densidade demográfica é baixa. Ao longo do trecho entre os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT e Alto Araguaia-MT foram identificadas 12 ocupações urbanas situados em distritos dos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, Vale de São Domingos, Jauru, Araputanga, Rio Branco, Barra dos Bugres, Cuiabá, dois distritos de Santo Antonio Leverger, bem como dois distritos de Rondonópolis e São Jose do Povo, todos localizados no estado do Mato Grosso. As maiores concentrações populacionais identificadas foram nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade - Assentamento Santa Helena; Barra dos Bugres - Distrito de Currupira; Jangada, Cuiabá – Distrito da Guia e Santo Antonio do Leverger - Assentamento Santo Antonio da Fatura, além do perímetro urbano do município de Jangada – MT, situada a cerca de 1,2Km do traçado. O número médio de famílias residentes nos adensamentos populacionais identificados no corredor de estudo é de 110 aproximadamente. Em geral os adensamentos populacionais que se encontram acima da média possuem acentuado grau de urbanização e são responsáveis pela oferta de serviços para as populações residentes em suas proximidades.



**Foto 3.6.5.3-21 - Assentamento Santo Antonio da Fartura, no município de Santo Antônio do Leverger - MT**

Por outro lado, os menores adensamentos populacionais, tratam-se em sua maioria, de assentamentos rurais e concentram-se predominantemente nos municípios de Pontes e Lacerda, Jauru, Barra dos Bugres, Acorizal, Cuiabá e Santo Antonio do Leverger. Em comum eles possuem número de famílias muito abaixo da média estimada, variando entre 10 e 60 famílias residentes.

No trecho entre os municípios de Santa Rita do Araguaia-GO e Araraquara-SP, ocupação humana se distribui de forma não uniforme ao longo do trecho pesquisado. O Sudeste goiano e os municípios de Limeira d'Oeste e Ituramã, no estado de Minas Gerais se caracterizam por apresentar a menor concentração populacional nas localidades e nos municípios sede. Esta região há o predomínio de grandes propriedades agropastoris. Não foi identificado nenhum povoado, distrito ou comunidade tradicional na AID, concentrando-se grande parte da população nas sedes urbanas dos municípios de Santa Rita do Araguaia, Serranópolis e em maior numero nos municípios de Mineiros-GO e Ituramã-MG, pólos regionais na área educacional, de saúde e segurança.

No Noroeste Paulista, assim como o padrão fundiário é diferenciado dos trechos anteriores, com a presença de médias e pequenas propriedades rurais, à densidade populacional dos municípios é bem diferenciada. Nesse trecho encontram-se os povoados, distritos e aglomerados humanos em maior concentração e proximidade com a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, se comparado aos demais trechos do empreendimento. Foram identificados em 9 municípios em áreas urbanas que estão mais próximas da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, optou-se por identificar aqueles municípios que se encontram há pelo menos cinco quilômetros do traçado do empreendimento. Assim destaca-se o município de Serranópolis, em Goiás; Limeira do Oeste, em Minas Gerais; e os municípios de



Turmalina, Fernadópolis, Nhandeara, Nipoã, Itápolis, Nova Europa e Gavião Peixoto, no estado de São Paulo. Esses municípios se caracterizam por áreas de recentes construções, que se expandiram nos últimos anos, formados por conjuntos habitacionais populares. Seus moradores, em sua maioria, são originários de outros municípios e migraram da área rural para as cidades a partir de trabalhos temporários que realizavam nos colheitas de laranja e cana-de-açúcar na região.

Destaca-se que o centro do município de Nipoã encontra-se a 1 Km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, e possui uma população estimada de 4 mil pessoas e densidade populacional de 23,6 habitantes por quilometro quadrado.

Por outro lado, destaca-se o município de Itápolis que apresenta uma das maiores concentrações populacionais na região, com aproximadamente 40 mil habitantes. O centro do município encontra-se ha aproximadamente 2,5 Km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02. Itápolis se destaca como pólo local, referente a serviços educacionais e de saúde.

Dentre os povoados e distritos identificados nesse trecho, destacam-se o bairro dos Portugueses, no município de Nhandeara, situado a cerca de 400m do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02; o Bairro Junqueira (Monte Aprazível), a 700 m do eixo da LT; e os Bairro Córrego do Meio e o Distrito de Curupá localizados no municípios de Tabatinga.

Com relação à área projetada para o Eletrodo de Terra da Nº 02, este se encontra no Noroeste e Oeste Paulista, em uma região onde há baixa concentração populacional. Para identificar os bairros, distritos e localidades localizados na área de estudo deste eletrodo, percorreu-se um raio de 15Km, a partir do eixo central do mesmo, cobrindo uma área circular de aproximadamente 353,25 Km<sup>2</sup> nos municípios Gavião Peixoto, Tabatinga, Itápolis, Matão e Nova Europa.

O município de Gavião Peixoto é de pequeno porte e a paisagem dominante são os canaviais. Mas podem ser observadas ainda áreas com cultivo de laranja. Nele, foi identificado o Bairro Vila Nova Paulicéia, localizado a aproximadamente 12,5Km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02. De acordo com os entrevistados, no bairro vivem mais de 100 habitantes, a maioria da própria região, que trabalham nas lavouras de cana-de-açúcar. Esta produção é escoada para a Usina Santa Fé.

No município de Tabatinga, identificou-se o Distrito de Curupá, o Bairro Monjolo, o Bairro Córrego do Meio e o Bairro Vila Alice. O Distrito de Curupá encontra-se a 2,5Km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02. Segundo os entrevistados, tem aproximadamente 5000 habitantes, que vivem do cultivo da laranja, do milho e da

cana-de-açúcar. É possível considerar o distrito bem estruturado, tendo em vista a presença de asfalto nas ruas, iluminação pública, posto de saúde, rede de esgoto, coleta de lixo e posto policial, além de uma fábrica de pelúcia. Vale destacar o importante intercâmbio de trabalhadores e produtos com o município de Tabatinga, o que gera renda e faz cair o nível de desemprego na região. O Bairro Monjolo fica a aproximadamente 13,6Km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02. A região não é muito povoada e o acesso é através de estrada de terra. O Bairro é composto por pequenos sítios com a produção diversificada, que inclui laranja, milho e gado, e grandes fazendas monocultoras de cana-de-açúcar. O Bairro Córrego do Meio encontra-se localizado a aproximadamente 4,6Km do centro de Eletrodo e, segundo os entrevistados, possui 300 habitantes, que vivem da produção do milho, da laranja, da cana-de-açúcar e gado. A localidade carece de diversos serviços, que são buscados nos municípios vizinhos como Nova Europa ou no próprio município de Tabatinga. O Bairro Vila Alice encontra-se a aproximadamente 10km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02 é pouco povoado. Segundo os entrevistados, os habitantes do local vivem da produção de cana-de-açúcar, laranja, milho e gado. O acesso ao local é feito através de estrada de terra e há relativa carência de serviços públicos, que assim como os demais bairros rurais, são oferecidos prioritariamente na sede do município.

Conforme apontado acima, o município de Itápolis é maior que os demais mencionados acima. Nele, identificou-se o Bairro Vila do Quadro. A aproximadamente 12km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02, o Bairro possui ruas asfaltadas e iluminadas, quadra de esportes, Igreja e um pequeno comércio. Vila do Quadro tem menos de 100 habitantes, que vivem principalmente da produção de laranja, milho, cana e nas fazendas de gado. O bairro conta ainda com agentes de saúde e transporte escolar até o centro de Itápolis, pólo local.

O município de Matão é de médio porte e bem estruturado. Possui ruas asfaltadas e iluminadas, um variado distrito industrial e universidades, sendo assim considerado um pólo local. Nele, a 14,6Km do centro do Eletrodo de Terra nº 02, foi identificado o Distrito de São Lourenço do Turvo. O Distrito com aproximadamente 3.000 habitantes, tem sua economia baseada no cultivo da cana e da laranja, além da fábrica de produtos alimentícios Predilecta, que emprega muitos moradores do local.

Nova Europa é um município de pequeno porte, com boa estrutura urbana conta com ruas pavimentadas e iluminadas, 2 postos de saúde, um hospital e escolas. Contudo, os habitantes buscam alguns serviços em Araraquara ou Ribeirão Preto, pólos locais. No município foi possível identificar o Bairro Meia Légua, a aproximadamente 6 km do centro do Eletrodo Nº 02. O Bairro é pouco povoado e seus moradores vivem do cultivo

da cana. A produção é escoada para as Usinas da região. Outra localidade Córrego Bonito e Forquilha.

O quadro a seguir ilustra os povoados e distritos encontrados ao longo do corredor de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 e nas áreas de estudo dos eletrodos de terra.

**Quadro 3.6.5.3 - 53 – Localidades, povoados, bairros e distritos identificados ao longo do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Estado	Município	Descrição	Distancia da Linha NB (m <sup>2</sup> )	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
<b>Trecho 01</b>					
RO	Porto Velho	Rio do Garças	1.507	397834	9011480
RO	Porto Velho	Linha 22 - Travessão	12.545	408757	9009230
RO	Candeias do Jamari	Linha Sivan II	13.000	432900	9007142
RO	Ariquemes	Vila União	508	480426	8893858
RO	Ariquemes	Joelândia	1.353	485806	8881578
RO	Chupinguaia	Novo Plano	302	706134	8623212
RO	Corumbiara	Rondolândia	272	736376	8560476
RO	Candeias do Jamari	Vila Triunfo	8.629	449288	8973934
RO	Primavera de Rondônia	Querência do Norte	744	670731	8675654
RO	Colorado do Oeste	Novo Colorado	5.730	749014	8528736
RO	Corumbiara	Alto Guajarús	29.084	702000	8568000
RO	Castanheiras	Jardinópolis	4.154	621341	8728634
<b>Trecho 2</b>					
MT	Vila Bela de Santíssima Trindade	São José	19.669	189987	8337090
MT	São Domingos	Máquina Queimada	1.808	272590	8309713
MT	Jauru	Taquaraçu	2.320	300624	8317664
MT	Araputanga	Cachoeirinha	2.500	356080	8308115
MT	Rio Branco	Panorama	179	388000	8311500
MT	Barra do Bugres	Curupira	1.929	515478	8329564
MT	Jangada	Alto Jangada	1.033	553904	8316312
MT	Cuiabá	Distrito da Guia	918	582471	8301917
MT	Santo Antonio do Leverger	Olho d'Água	1.091	636000	8263500
MT	Campo Verde	PA Santo Antonio da Fatura	5.214	668447	8255120
MT	Santo Antonio do Leverger	São Vicente	164	669071	8250075
MT	Rondonópolis	Vila Cardinal	4.974	751414	8198061
MT	Rondonópolis	Três Pontes	1.069	769991	8185681
MT	São José do Povo	Vila Nova Catanduva	2.762	788019	8166823
MT	Jauru	Vila Taquaraçu	6.700	300000	8322000
MT	Acorizal	Mata Grande	5.003	561000	8307000
MT	Cuiabá	Expansão urbana	3.925	600729	8287244
MT	Cuiabá	Pedra 90	5.307	611340	8271780
MT	Juscimeira	Águas Quentes	1.846	722000	8207500
MT	Juscimeira	São Lourenço de Fátima	8.812	721000	8216000
MT	Rondonópolis	PA Vale do Bucuri ou Chico Mendes	9.388	758000	8200000
MT	Rondonópolis	Nova Galiléia	10.848	780500	8163000
MT	Pedra Preta	Garça Branca	5.990	809000	8140000

Trecho 3					
GO	Jataí/Serranópolis	Professor Chiquinho	4.174	434.657	7.959.879
MG	Limeira do Oeste	Localidade da Lama	3.491	533.536	7.856.431
MG	Iturama	Alexandrita	383	557.182	7.821.829
SP	Populina	do Sol	1.019	554.404	7.787.299
SP	Turmalina	Fátima Paulista	4.365	556.529	7.777.086
SP	Estrela do Oeste	Boa Esperança	3.904	564.002	7.766.365
SP	Meridiano	Santo Antônio	2.885	584.097	7.737.111
SP	Nhandeara	Vila São Benedito	179	593.557	7.725.749
SP	Nhandeara	Bairro dos Portugueses	337	595.624	7.721.786
SP	Nhandeara	Vila Aparecida	1.760	600.990	7.710.672
SP	Monte Aprazível	Junqueira	720	617.857	7.697.255
SP	Neves Paulista	Localidade de Miraluz	4.454	636.290	7.683.720
SP	José Bonifácio	Bairro Tanquinho	737	637.245	7.677.468
SP	Nova Aliança	Nova Itapirema	1.946	651.632	7.669.340
SP	Nova aliança	Nova Aliança	529	654.253	7.663.974
SP	Nova Aliança	Monte Belo	2.798	654.682	7.660.481
SP	Urupês	Bairro da Figueira	2.781	667.386	7.656.013
SP	Urupês	Vila Barreirão	1.184	671.096	7.651.172
SP	Novo Horizonte	Novo Horizonte	1.358	682.109	7.641.303
SP	Itajobi	Vila Nova Cardoso	6.466	689.345	7.640.321
SP	Itápolis	Bairro Vila do Quadro	12.000	750.596	7.611.560
SP	Itápolis	Vila Queimada	3.949	708.331	7.621.378
SP	Itápolis	Bairro Leiteiro	6.302	716.732	7.617.091
SP	Gavião Peixoto	Bairro Vila Nova Paulicéia	12.000	754.854	7.587.918
SP	Tabatinga	Distrito Curupá	2.500	750254	7595877
SP	Matão	Distrito de São Lourenço do Turvo	14.000	755.687	7.614.754
SP	Nova Europa	Bairro Meia Légua	6.000	753.076	7.588.822
SP	Nova Europa	Córrego Bonito e Forquilha	10.000	755.728	7.590.485.
SP	Tabatinga	Bairro Monjolo	12.000	740.978	7.599.910.
SP	Tabatinga	Bairro Córrego do Meio	4.600	746.512	7.600.682
SP	Tabatinga	Bairro Vila Alice	8.300	747.849	7.604.967

Fonte: Pesquisa de campo, agosto – novembro de 2009.

Tendo em vista as dimensões do empreendimento, com 2.382km de extensão, optou-se por trabalhar com estimativas do total de população presente no corredor de passagem da LT, a partir dos dados da contagem de população de 2007, realizada pelo IBGE. Para o cálculo das estimativas teve-se como base os totais populacionais das menores unidades geográficas trabalhadas pelo IBGE, isto é, os setores censitários. No corredor em estudo foram identificados 372 setores censitários sendo 26 no Estado de Goiás, 13 em Minas Gerais, 116 no Mato Grosso e 95 em São Paulo. Todos estes setores têm parcelas inseridas em uma área de 40.279 km<sup>2</sup>, que corresponde ao total do corredor de passagem da LT, sendo esta uma faixa de 5 quilômetros de largura ao longo do traçado previsto (2,5 km para cada lado).

Para estimar a população residente nestas parcelas dos setores, calculou-se a densidade demográfica de todo o setor, para o ano de 2007, e aplicou-se esta taxa

para a parcela atingida. Assim, multiplicou-se a taxa pela área ocupada, em cada um dos setores, chegando aos totais de população estimada, (os valores por setor estão apresentados no **Anexo 3.6.5.3 –C – Estimativa da População Residente no Corredor de Passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**). A partir destes cálculos estima-se que no corredor de passagem da LT haja aproximadamente 72.220 pessoas residentes ao longo do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, com 5Km de extensão. Ressalta-se que a área diretamente afetada pela LT, ou seja, a área que terá interferência com o empreendimento será uma faixa de 78m de largura, onde será estabelecida a faixa de servidão da referida LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 e o local onde serão instalados os eletrodos de terra.

#### **d. Hierarquia Urbana Regional**

De acordo com o documento “Regiões de Influência das Cidades 2007”, elaborado pelo IBGE, o “avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes das novas formas de comunicação ampliaram a organização em redes – de produção e distribuição, de prestação de serviços, de gestão política e econômica – cujos nós somos as cidades”.

Ao lado do entendimento de que o desenvolvimento econômico e social é regionalmente desbalanceado, a melhoria do sistema de comunicações e o acesso imediato à informação dão origem a um fenômeno novo que é a possibilidade da articulação direta do “local” com “global”, sem a necessária mediação do regional ou nacional. Isso porque a inserção das localidades no mundo crescentemente integrado faz-se segundo suas potencialidades e capacidade de competitividade, o que gera um processo de simultânea inclusão e exclusão. Isso significa que, em vez de homogeneização dos espaços econômicos nacionais, o processo de globalização pode aumentar as diferenças entre as regiões de um mesmo país (SWYNGEDOUW, 1989; MARKUSEN, 1996).

O conceito de hierarquia urbana está baseado na noção de rede urbana, um conjunto integrado de cidades que estabelecem relações econômicas, sociais e políticas entre si. A avaliação tradicional está baseada no denominado modelo industrial, que dá prioridade à relação esta estabelecida entre as diferentes cidades a partir dos fluxos de mercadorias e de serviços; a avaliação recente apóia-se no chamado modelo informacional, concentrando-se na relação entre as diferentes cidades a partir dos fluxos administrativos e de informações.

Para a definição dos centros da rede urbana brasileira, o IBGE buscou informações de subordinação administrativa no setor público federal e de localização das sedes e filiais

de empresas. “A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet – complementa a identificação dos centros de gestão do território” (IBGE 2007: p.9).

As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis (metrópole, capital regional, centro subregional, centro de zona e centro local), divididos, por sua vez, em dois ou três subníveis. “A hierarquia dos centros urbanos assim identificados levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais. (...) a avaliação do papel dos centros dá-se em função de sua posição em seu próprio espaço. Quanto maior o centro urbano, mais diversificada é sua infraestrutura econômica e maiores as suas possibilidades de coordenar os principais fluxos de mercadorias e de serviços, influenciando as outras cidades da sua rede. Assim, centros localizados em regiões menos densamente ocupadas, em termos demográficos ou econômicos, ainda que apresentem indicativos de centralidade mais fracos do que os de centros localizados em outras regiões, podem assumir o mesmo nível na hierarquia” (REGIC/IBGE; p.11). Destaca-se que a complexidade crescente do espaço social e sua flexibilidade na organização e articulação dificultam definições regionais rígidas e exigem a combinação de critérios variados que dialoguem com as múltiplas espacialidades e territorialidades implícitas e/ou explícitas nas políticas setoriais e nos recortes temáticos. Com o objetivo de visualizar essa interação existente na área de Influência do empreendimento no item E – Infogramas de Hierarquia Urbana Regional é apresentado um fluxograma dos municípios em estudo e a seguir é apresentada a rede urbana na Área de Influência do empreendimento.

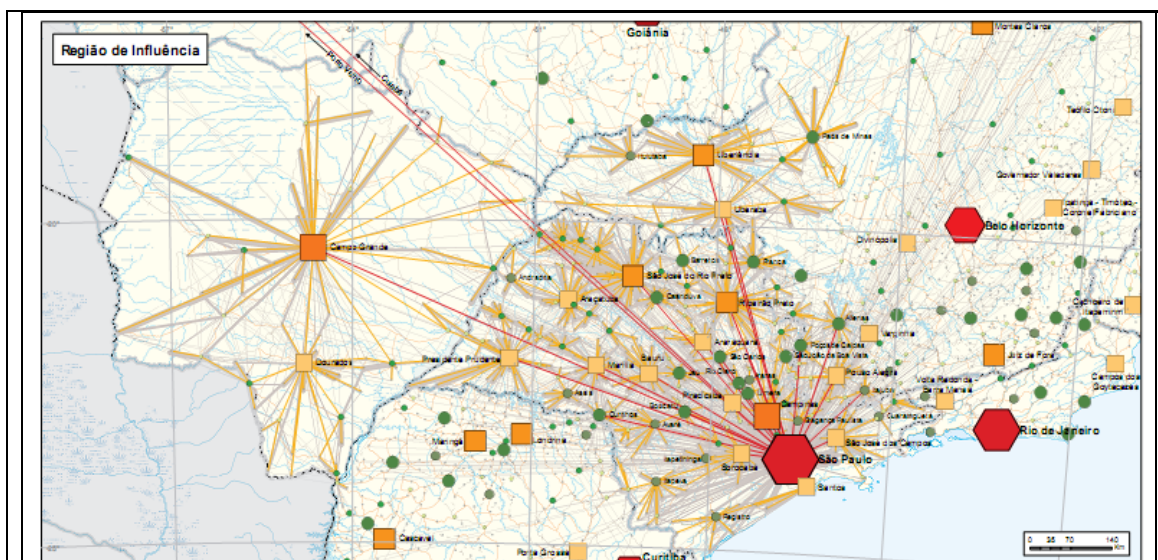
## **e. Infogramas de Hierarquia Urbana Regional**

### **(1) Metrôpoles**

De acordo com a metodologia do IBGE, nesta hierarquia, as metrópoles são os 12 principais centros urbanos do país, que se caracterizam pelo seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. O conjunto de municípios que compõe a AI do empreendimento se encontra na área de influência das metrópoles de São Paulo, Brasília, Goiânia e Belo Horizonte.

Segundo o IBGE, o conjunto urbano de São Paulo é o único a receber a classificação de “**grande metrópole nacional**”, por exercer controle sobre os principais sistemas de comunicação que difundem as inovações por todo o país, através dos meios de

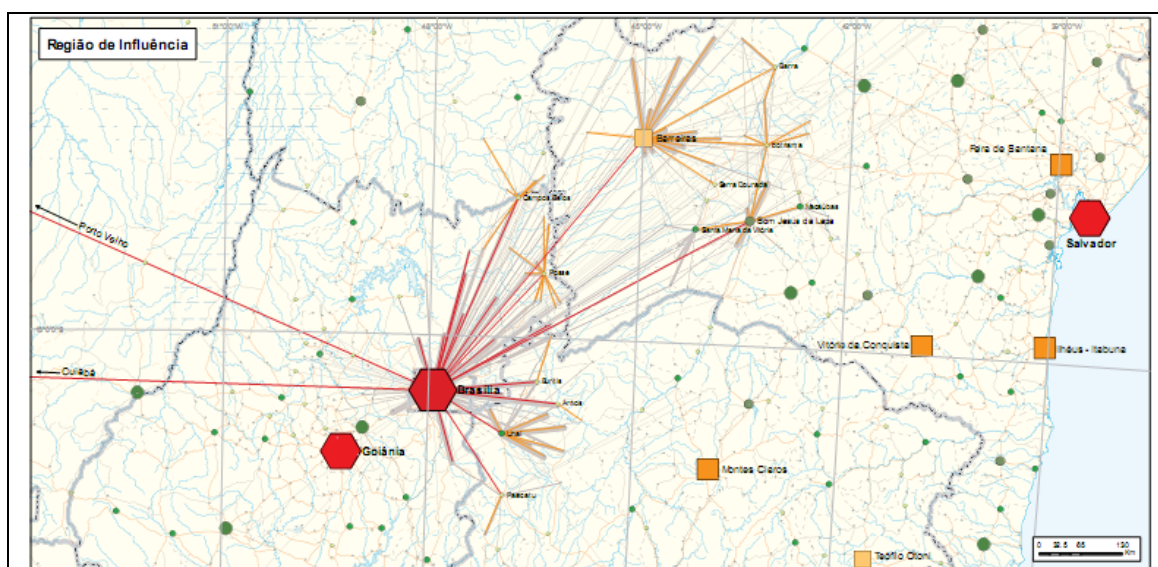
comunicação. São Paulo é considerado, portanto, a metrópole informacional. Essa liderança foi conquistada ao longo das últimas décadas e atraiu profissionais altamente qualificados de todas as regiões do país; é a cidade que apresenta atualmente a maior concentração de cientistas, engenheiros, administradores, especialistas em finanças, artistas, esportistas, profissionais da área de comunicações e publicitários do Brasil. Com exceção dos municípios goianos, influenciados pela metrópole de Goiânia, todos os municípios em estudo pertencem à área de influência de São Paulo.



Fonte: Regic 2007, IBGE

**Figura 3.6.5.3-21 - São Paulo – Grande Metrópole Nacional**

Os municípios rondonienses e matogrossenses se encontram, também, sob a influência de Brasília, classificada como “**metrópole nacional**”. Isto deve-se em grande parte a dinâmica de deslocamento entre as regiões, as quais Brasília é ponto de encontro, parada ou conexão entre os municípios em estudo e demais regiões do país.



Fonte: Regic, 2007 - IBGE

**Figura 3.6.5.3 - 22 - Brasília – Metrópole Nacional**

## (2) Capitais Regionais

De acordo com o IBGE, as capitais regionais são centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão territorial no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência no estado e nos estados próximos, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades por grande número de municípios.

Na Área de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 os municípios de Porto Velho, Cuiabá, e Araraquara são classificados como capitais regionais, sendo o principal ponto de conexão para os demais municípios rondonienses, matogrossenses, goiano e paulistas. Além das capitais regionais situadas na área de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, os municípios paulistas em estudo são influenciados também pelas cidades de São José do Rio Preto e Bauru, ambas situadas fora da All. Destaca-se que há 17 municípios na All do empreendimento sob influência da cidade de São José do Rio Preto.



Foto 3.6.5.3 - 3 - Cidade de Porto Velho - RO





Foto 3.6.5.3-4 - Cidade de Cuiabá – MT

Os municípios mineiros sofrem a influência da metrópole paulista e também da metrópole de Belo Horizonte através do município de Uberaba, ambas situadas fora da Área de Influência do empreendimento, mas classificado como capital regional. A exceção é o município de Santa Vitória, que é influenciado somente pela metrópole de São Paulo, pois se encontra na área de influência da capital regional de Uberlândia.

- **Centro Subregional**

Os Centros Subregionais complementam e polarizam a rede urbana de regiões menores, neles se encontram os principais serviços, além de ter um comércio mais dinâmico. Neste caso, esses municípios por apresentarem infra-estrutura consolidada e exercem influência apenas em cidades próximas, povoados e zona rural.

Na Área de Influência do empreendimento, no estado de Rondônia os municípios de Ariquemes, Vilhena e Ji-Paraná, que figuram como centros sub-regionais, No estado do Mato Grosso, apenas os municípios de Cáceres e Rondonópolis são apontados como pólos sub-regionais. Ainda na Área de influência figuram como centro sub-regionais os municípios de Catanduva, Votuporanga e Fernandópolis no estado de São Paulo. Sob a influência de Bauru, o município de Jaú também é como centro subregional classificado.

Os municípios de Rio Verde, Cacoal e Ituiutaba fora da Área de Influência do empreendimento também aparecem como pólos de referencia para os municípios em estudo.

- **Centro de Zona**

De acordo com as classificações do IBGE estes municípios apresentam atuação restrita a imediações, exercendo funções elementares de gestão. Os centros de zonas podem ser entendidas como aquelas cidades pequenas e médias concentram atividades que dão suporte à produção rural, como os profissionais especializados, comércio de insumos e maquinário agrícola, os centros de transportes e de distribuição de produtos para a agricultura e a pecuária.

No Estado de Rondônia os municípios de Ouro Preto do Oeste, Cacoal e Rolim de Moura são classificados como centro de zona. Na área de influência cuiabana, centralizando relações com os municípios menores, destacam-se os municípios: Alto Araguaia, Barra do Bugres, Diamantino, Primavera do Leste, Araputanga, Pontes e Lacerda e Jaciara.

Os municípios goianos que integram a área em estudo pertencem à área de influência da metrópole de Goiânia, onde figuram como centros de zona os municípios de Jataí e Mineiros, influenciando Serranópolis e Santa Rita do Araguaia, respectivamente. No estado de São Paulo, sob a influência direta de Araraquara, encontram-se os centros locais de Gavião Peixoto, Boa Esperança do Sul, Nova Europa e Tabatinga. E ainda os municípios de Itápolis, Monte Aprazível, Bariri, classificado como centro de zona.

- **Centro Locais e Outras Centralidades**

A hierarquização dos pólos aqui abordados está relacionada com a dinâmica de ocupação existente nos trechos atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 e ao respectivo grau de urbanização das cidades, seguindo os seguintes parâmetros: serviços de saúde, educação, saneamento, energia, comunicação, transporte, moradia e fluxos de pessoas e cargas.

A distribuição dos níveis hierárquicos no território é desigual, confrontando áreas que contam com uma rede urbana estruturada — com a presença de níveis encaixados e situados a intervalos regulares — e áreas onde há ausência de alguns níveis hierárquicos intermediários, reposicionando assim, a hierarquia urbana local.

Nesse sentido, levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais. Nesse aspecto consideraram-se as principais redes de comunicação e circulação existentes na AID, tanto do ponto de vista da percepção dos moradores sobre o território e a importância destes centros no cotidiano

das comunidades visitadas na AID, como pela própria infra-estrutura existente na região.

Dentre os elementos apontados pelos moradores e utilizados como critério para a classificação e hierarquização dos pólos encontrados na Área de Influência, podemos citar: escolas, posto de saúde, hospitais, supermercados, portos, aeroportos, rodoviárias, além de identificar os principais destinos da produção dessa população residente na AID.

Com relação a oferta de serviços públicos de saúde para a população residente na área de influência direta do empreendimento, observou-se que nem todos os serviços de saúde estão disponíveis diretamente aos residentes. Por isso, utilizou-se como critério os níveis de atenção à saúde disponível a população, sendo eles:

**Atenção Básica:** os serviços de saúde no nível da atenção básica estão disponíveis aos residentes na área de influencia direta, através de unidades básicas de saúde localizadas nos pólos locais e pela atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que uma vez sediados nestes pólos atendem à população das demais comunidades. Os agentes concentram suas atividades nas ações de vigilância e promoção da saúde e em tese, desempenham um papel educativo e liderança, pois percorrem todas as localidades e são referência deste nível para a população.

**Média complexidade:** é encontrado nas sedes dos municípios da Área de Influência Indireta. Neles são realizados exames patológicos e demais procedimentos especializados por profissionais de nível médio e superior e é para aonde a população da AID se dirige quando procura este serviço. Em geral, estes serviços são encontrados em centros médicos municipais, ou em unidades de saúde particulares conveniadas ao SUS.

**Alta Complexidade:** a depender da distância do município do paciente e da especialidade exigida pelo caso é realizada a remoção para o município que possui Gestão Plena do SUS para o atendimento.

Importante destacar que a área de influência do empreendimento é grande diversidade territorial, embora predomine, regiões menos densamente ocupadas, em termos demográficos, apresentando alguns povoados indicativos de centralidade mais fracos do que os de centros localizados em outras regiões ou os estabelecidos pelo IBGE. No entanto, considerando os padrões de interações e importância na vida cotidiana da população residentes, estes locais assumem a o mesmo nível na hierarquia “centros locais”.

A seguir são apresentadas as informações levantadas em campo, que indicam os locais e a circulação dos moradores na região do empreendimento.

- **Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

No trecho estudado foram identificados espaços urbanos essenciais para a manutenção da dinâmica territorial ao longo da AID. No que tange a malha viária, no estado de Rondônia, constatou-se que o elevado número de linhas, estradas, ramais e rodovias possibilitam uma considerável mobilidade entre o rural e o urbano. Essa dinâmica cria uma frouxidão entre os limites legais dos municípios, fazendo, por exemplo, que a família que reside na Linha 4 do município de Ji-Paraná, em razão da localização e existência de condições de acesso, deixe de dirigir-se à sede de seu município para resolver seus assuntos na cidade de Presidente Médici, sede do município vizinho.

No Estado de Rondônia, a análise de campo identificou uma série de eixos e pólos de circulação viária, tendo sua função graduada pela importância que assume para a manutenção da dinâmica rural e urbana. Partindo do rural, as linhas, travessões e estrada de chão são corredores essenciais para que as famílias se desloquem até o centro urbano mais próximo, e vice-versa. As famílias de Candeias do Jamari residentes no povoado de Rancho Paraíso se deslocam à Vila Triunfo em busca de serviços de saúde, educação, judiciários, ou ainda para adquirir e oferecer produtos e serviços. A relação entre a família rural e as vilas, distritos e sede dos municípios representa o nível primário dessa dinâmica de circulação. Neste nível, ao longo da AID, foram identificados 21 pólos de circulação, sendo 19 em Rondônia e 2 em Mato Grosso.

Outro nível de circulação é aquele que liga vilarejos, distritos e pequenas cidades aos centros urbanos mais desenvolvidos. Neste nível ganha destaque as cidades-pólos de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Presidente Médici, Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Colorado do Oeste. Estas recebem os fluxos de demandas por produtos e serviços não contemplados nos centros urbanos menores.

A BR 364 é o principal eixo de integração entre as principais cidades de Rondônia e Mato Grosso que se encontram mais próximas ao trecho estudado. Em Rondônia, a BR 421 conecta distritos e vilarejos de Ariquemes e Cacaúlândia aos pólos da cidade de Monte Negro, Ariquemes e de Porto Velho. A rede rodoviária composta pela BR 429, RO 470, RO 010 e RO 479 representa outro importante eixo de integração de Rondônia, ligando as vilas e distritos dos municípios de Ouro Preto D'Oeste, Teixeirópolis, Urupá, Alvorada do Oeste, Presidente Médici, Nova Brasilândia, Ji-

Paraná, Castanheiras e Rolim de Moura, às cidades-pólos de Ji-Paraná, Presidente Médici e Rolim de Moura.

O tipo de transporte utilizado está relacionado às condições de trafegabilidade oferecidas pela malha viária. Nas estradas de chão, linhas e ramais, no período de verão (junho-novembro), circulam todo o tipo de veículo: ônibus, caminhões, caminhonetes, carros de passeios e motos. Ao longo da AID, a motocicleta é o tipo de transporte mais comum. O cavalo, a carroça e a bicicleta aparecem como outro importante tipo de transporte, em especial para percorrer pequenas distâncias.

**Quadro 3.6.5.3 - 54 – Dinâmica de circulação no corredor em estudo - Trecho Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT).**

Centro Subregional	Centro de Zona	Centro Local	Povoados /Localidades	Vias de Acesso utilizados
Porto Velho	Porto Velho	Porto Velho	Povoado Rio das Garças	BR 364 – Linha 22
	Candeias do Jamari	Vila de Triunfo	Rancho Paraíso	BR 364 -Linha 02
	Candeias do Jamari	Vila de Triunfo	Vila de Triunfo	28 km da BR 364
Ariquemes	Alto Paraíso	Alto Paraíso	Linha 110	Linha 110
	Ariquemes	Ariquemes	Linha 60	BR 421 / B30
	Ariquemes	Monte Negro	Vila União	BR 421 km 17
	Ariquemes	Joelândia	Linha C 40	B 40
	Cacaulândia	Cacaulândia	Pousada Rancho Grande	BR 364 km 483 RO140
Ji Paraná	Teixeirópolis	Teixeirópolis	Linha 28	RO 473
	Presidente Médici	Presidente Médici	Assentamento Chico Mendes	BR 429 4ª linha
Rolim de Moura	Nova Brasilândia	Nova Brasilândia	Ass. Bela Vista e Ass. Uziel	BR 429 Linha 4
	Rolim de Moura	Castanheiras	Distrito Jardinópolis	RO 135 Linha 172
	Rolim de Moura	Rolim de Moura	Associação dos Apicultores Chapada dos Parecis	Linha 188 km 10
Cacoal	Cacoal	Nova Estrela	Fazenda Gavião	Linha 204
	Primavera do Norte	Querência do Norte	Distrito Querência do Norte	RO 491
Vilhena	Chupinguaia	Chupinguaia	Distrito Novo Plano	BR 364 linha 105
	Corumbiara	Alto Guarajús	Ass. Adriana	Terceiro Eixo Linha 6
	Corumbiara	Corumbiara	Alto Guarajús	Terceiro Eixo Linha 4
	Corumbiara	Corumbiara	Rondolândia	Terceiro Eixo
	Colorado do Oeste	Novo Colorado	Eixo 2	RO 399/RO 370 Segundo Eixo

Fonte: levantamento de campo, outubro 2009

• **Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade -MT – Alto Araguaia-MT**

No presente trecho os pólos regionais são os municípios de Cáceres, que faz limite com os municípios de Lambari d'Oeste e Barra dos Bugres e de Cuiabá, que além de capital do Estado é referência para parte da população do trecho, em particular para média e alta complexidade em serviços de saúde, educação de nível superior e comércio. Já os pólos municipais são as cidades integrantes da área de influência do

empreendimento e que são referência para a população de municípios vizinhos em serviços públicos, comércio e trabalho. Na AID apenas duas sedes de pólos municipais são atravessadas pelo empreendimento, a saber, São José do Povo Pontes e Lacerda, Barra dos Bugres e Rondonópolis. E suas sedes, são importantes pólos municipais, em virtude da abundante oferta de serviços e de infra-estrutura, em comparação aos demais municípios do trecho.



Foto 3.6.5.3 -5 - Sedes dos municípios de Reserva do Cabaçal e São José do Povo, respectivamente.

Os pólos locais podem ser definidos, como aqueles locais que os moradores primeiro acionam quando precisam de serviços como escolas; posto de saúde e pequenos estabelecimentos comerciais. Na área de influência direta do empreendimento em geral podem ser patrimônio (ou currutelas), distritos e assentamentos rurais de reforma agrária. As rodovias e estradas municipais são a única forma de deslocamento das populações residentes no trecho e a dinâmica de circulação de pessoas e mercadorias entre os diferentes pólos, se dá através destas vias. No quadro a seguir são apresentados os pólos locais e quais localidades integrantes da AID os tem como referência.

**Quadro 3.6.5.3 - 55 – Dinâmica de circulação no corredor em estudo-  
Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade -MT – Alto Araguaia-MT**

Centro Subregional	Centro de Zona	Centro Local	Povoados /Localidades	Vias de Acesso utilizados
Cáceres	Ponte e Lacerda	Vila Bela da Santíssima Trindade	PA Coronel Ari	Estrada de chão; MT 473
		Pontes e Lacerda	PA Córrego da Onça	MT 352; BR 174
		São Domingos	Máquina Queimada	MT 352; BR 174 (Pontes e Lacerda) - MT 352 (São Domingos) - MT 352; BR 174 (Cáceres)
		Araputanga	Distrito de Cachoeirinha	Estrada entre Araputanga e Reserva do Cabaçal
		Rio Branco	Panorama	MT 125
Cuiabá	Barra do Bugres	Barra do Bugres	Distrito de Currupira	MT 246
		Barra do Bugres	Buriti Fundo	Estrada de chão; MT 246

Centro Subregional	Centro de Zona	Centro Local	Povoados /Localidades	Vias de Acesso utilizados
	Cuiabá	Jangada	Alto Jangada	MT 246
		Cuiabá	Distrito Guia	MT 010
		Cuiabá	PA 21 de Abril	Estrada de chão; BR 364
		Campo Verde	PA Santo Antonio	BR 070; BR 364
		Santo Antonio do Leverger	São Vicente	BR 070 e BR 364
Rondonópolis	Rondonópolis	Juscimeira	Águas Quentes	Estrada de chão, BR 364 e MT 270
		Rondonópolis	Vila Cardinal	Estrada de chão; MT 270
		Rondonópolis	PA Dom Osório	MT 460; MT 130
		Rondonópolis	3 Pontes	MT 383
		Rondonópolis	PA Águas da Serra	MT 470; BR 364
		São José do Povo	Vila Nova Catanduva	Estrada de chão; MT 470; MT 459
		São José do Povo	PA Marcio Pereira	Estrada de chão; MT 470; MT 459

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2009.

### • Trecho 3: Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP)

No trecho do estado de Goiás, os municípios da área de Influência do empreendimento da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 são: Santa Rita do Araguaia, Mineiros, Serranópolis, e Jataí,. Segundo os moradores destes municípios os principais pólos locais são: Rio Verde, Jataí e Mineiros.

A cidade de Santa Rita do Araguaia, situada a cerca de 15km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, possui 4 escolas, 2 postos de saúde, um posto da polícia. Os entrevistados queixaram-se da falta de emprego e hospitais. Verificou-se também a ausência de universidades, o que força os jovens a saírem do município e irem para o município de Mineiros, em função dos estudos. É em Mineiros que as ocorrências policiais são registradas e os hospitais atendem os casos mais graves e de internação.

Próximo ao município de Serranópolis, identificou-se um município chamado Chapadão do Céu. Nele os moradores encontram serviços de saúde de primeiro atendimento e de educação pré-escolar, contudo, os principais serviços públicos são oferecidos apenas pelo município de Mineiros. No caso do Estado de Minas Gerais, os municípios de Limeira do Oeste e Ituramã, são polarizados por cidades como Uberlândia (fora da All), São José do Rio Preto (fora da All) e Fernandópolis, no Estado de São Paulo. Pela proximidade geográfica, muitos moradores dos municípios mineiros buscam por serviços públicos oferecidos no estado de São Paulo. É o caso do município de Ituramã, que pela carência de escolas e hospitais recorre ao município paulista de Ouroeste para atender às suas necessidades. Os moradores do município de Limeira do Oeste, por estarem próximo aos municípios de Fernandópolis e São José do Rio

Preto, buscam esses pólos, principalmente em casos mais urgentes e especializados no atendimento médico.

No trecho que atravessa o estado de São Paulo, os municípios por serem menores, estão em maior número. São eles: Ouroeste, Guarani d'Oeste, Indiaporã, Fernandópolis, Votuporanga, Nhandeara, Floreal, Macaubal, Monte Aprazível, Poloni, União Paulista, Nipoã, Neves Paulista, José Bonifácio, Jaci, Nova Aliança, Potirendaba, Macedônia, Valentim Gentil, Irapuã, Urupês, Novo Horizonte, Itajobi, Jaci, Itápolis, Tabatinga, Matão, Gavião Peixoto e Araraquara.

Os municípios do estado de São Paulo se diferenciam dos demais estados por apresentarem melhor infraestrutura, o que faz com que os moradores das diferentes localidades recorram ao próprio município para atender às suas necessidades em relação à educação, segurança, serviços e educação. Em casos mais graves de saúde, ou em busca de mais qualificação profissional, os moradores recorrem às cidades de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, que apresentam grandes hospitais e universidades.

Em se tratando de compras de artigos mais elaborados os entrevistados dos municípios mais próximos de Minas Gerais (de Ouroeste/Populina até Votuporanga) recorrem à cidade de Fernandópolis para realizá-las. Quando não são atendidos recorrem à cidade de São José do Rio Preto.

Os moradores dos municípios de Nhandeara até Itajobi recorrem diretamente a São José do Rio Preto para serviços que não são contemplados em seus municípios (Saúde, educação e compras) em função da proximidade com esta cidade. E, a partir de Borborema, os entrevistados recorrem a cidade de Araraquara para realizar principalmente compras de artigos mais específicos, e em caso de atendimento médico especializado como internação são encaminhados a Ribeirão preto ou São José do Rio Preto.



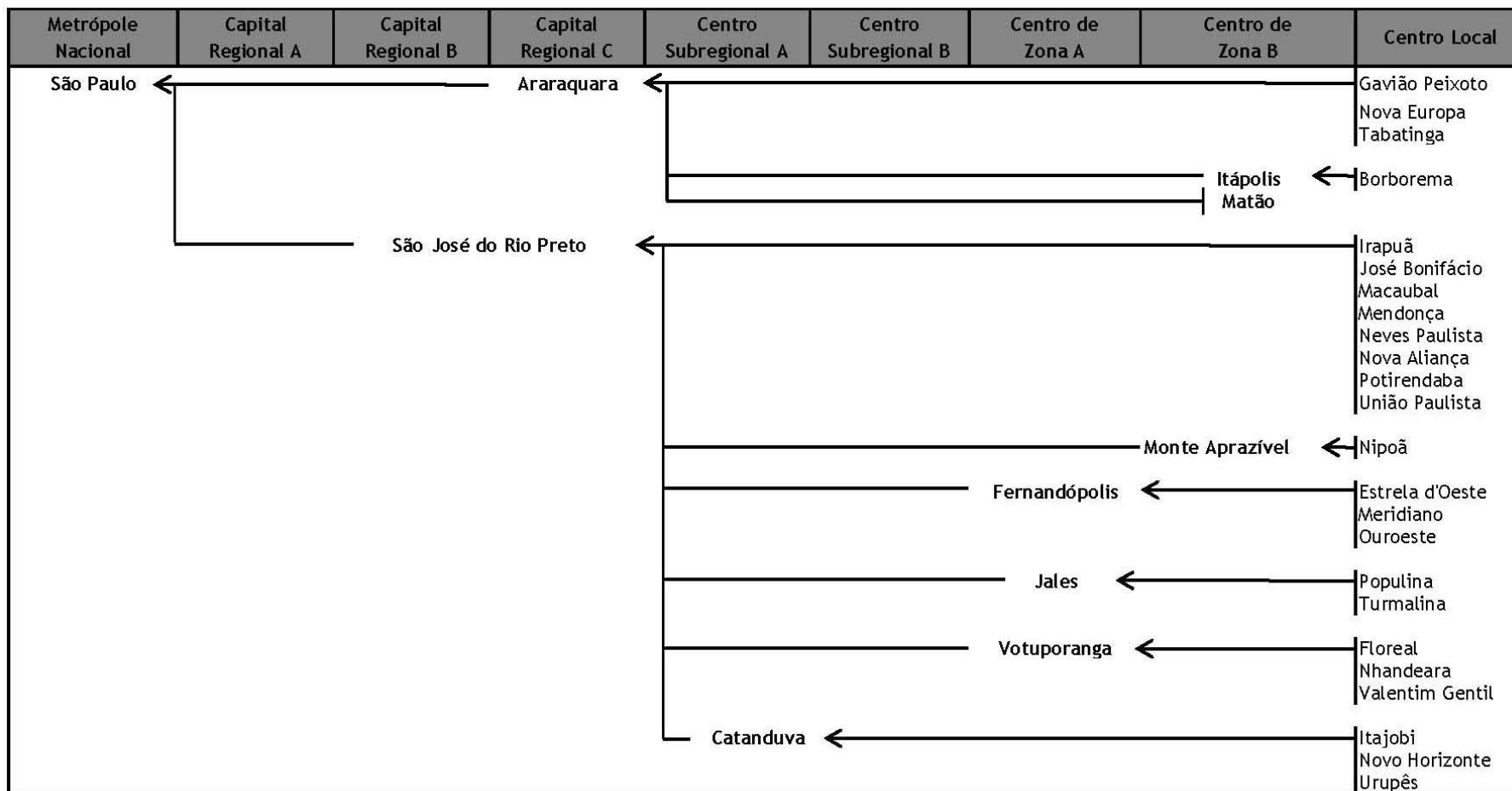
**Quadro 3.6.5.3 - 56 – Dinâmica de circulação no corredor em estudo Trecho 3: Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara(SP)**

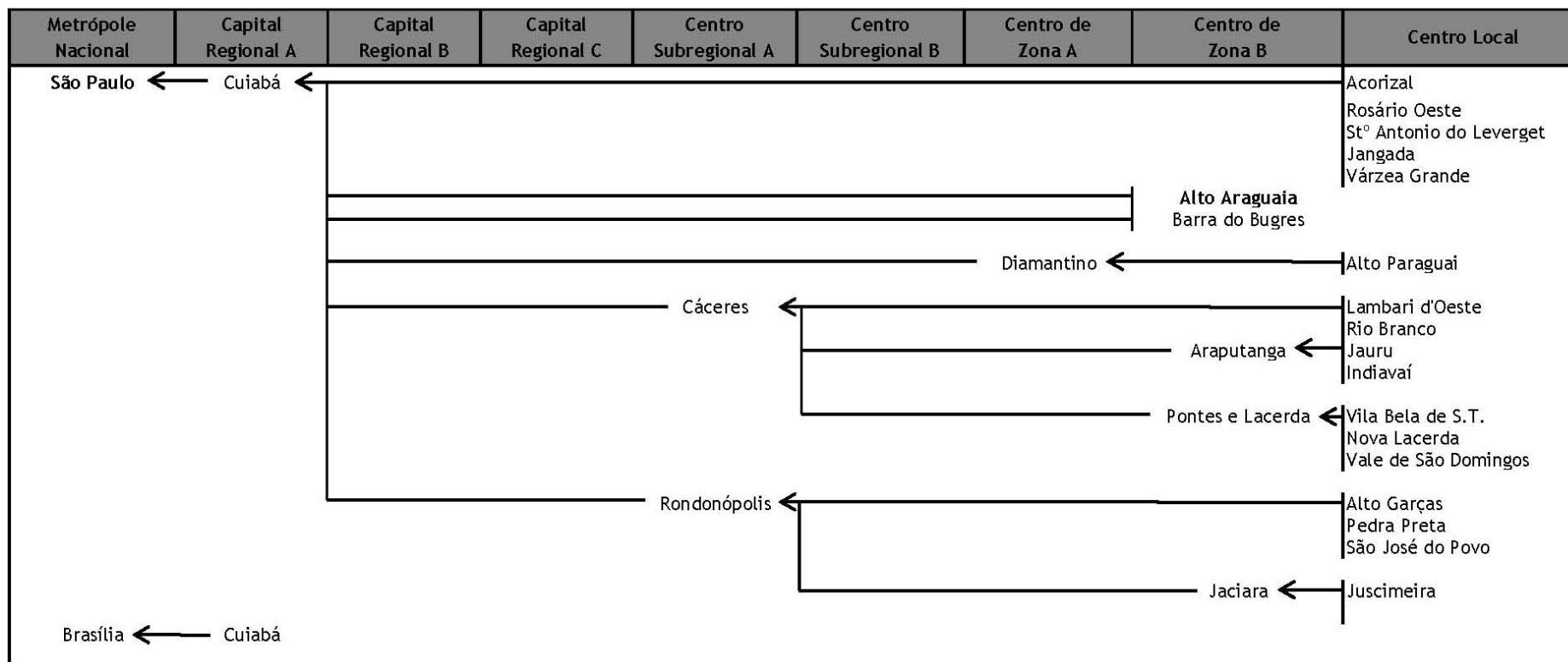
Centro Subregional	Centro de Zona	Centro Local	Povoados /Localidades	Vias de Acesso utilizados
Rio Verde	Mineiros/Jataí	Mineiros	Região da Babilônia	Estrada de terra e rodovia asfaltada até a sede do município
	Caçu	São Simão	P.A São Jerônimo	Estradas de terra e rodovia asfaltada até a sede do município
	Jataí/Serranópolis	Jataí	Região da escola do prof. Chiquinho	Estrada de terra até a sede do município
Itarumã - MG	Limeira do Oeste	Limeira do Oeste	Banco da Terra-Canaã	Estrada de terra e um trecho de asfalto próximo a sede do município
	Limeira do Oeste	Limeira do Oeste	Localidade da Lama	Estrada de terra até a sede do município
	Limeira do Oeste	Limeira do Oeste/Uberlândia	P.A Barreiro	Estrada de terra até a sede do município
Uberlândia/Fernandópolis	Iturama	Iturama	Distrito de Alexandrita	Rodovia estadual asfaltada até a sede do município
Fernandópolis	Populina	Populina	Povoado do Sol	Estrada asfaltada até a sede do município
	Populina	Populina	P.A Santa Rita	Estrada de terra até a sede do município
	Turmalina	Estrela do Oeste	Distrito de Fátima Paulista	Estrada asfaltada até a sede de Estrela do Oeste
	Estrela do Oeste	Estrela do Oeste	Localidade Boa Esperança	Estrada de terra até a sede do município
	Monte Aprazível	Meridiano	Povoado de Santo Antônio	Estrada asfaltada até a sede do município
Votuporanga	Nhandeara	Nhandeara	Vila São Benedito	Estrada de terra até a sede do município
	Nhandeara	Nhandeara	Bairro dos Portugueses	Estrada vicinal asfaltada até a sede do município
	Nhandeara	Nhandeara	Vila Aparecida	Estrada asfaltada e de terra até a sede do município
Fernandópolis	Monte Aprazível	Poloni	Distrito de Junqueira	Estrada asfaltada até a sede do município de Poloni
São José do Rio Preto	Itápolis	Neves Paulista	Localidade de Miraluz	Estrada de terra até a sede do município
	Itápolis	José Bonifácio	Bairro Tanquinho	SP 425
	Itápolis	José Bonifácio e Nipoã	Vila Maria	Estrada vicinal de terra
	Itápolis	Nova Aliança	Distrito de Nova Itapirema	Estrada asfaltada até a sede do município
	Itápolis	Nova Aliança	Povoado de Monte Belo	Estrada ora asfaltada ora de terra até a sede do município
Votuporanga	Urupês	Urupês	Bairro da Figueira	Estrada ora asfaltada ora de terra até a sede do município
	Urupês	Urupês	Vila Barreirão	Estrada ora asfaltada ora de terra até a sede do município
	Itajobi	Itajobi	Vila Nova Cardoso	Estrada asfaltada até a sede do município
Araraquara/ São José do Rio Preto	Itápolis	Itápolis	Vila Queimada	Estrada ora asfaltada ora de terra até a sede do município
	Itápolis	Itápolis	Bairro Leiteiro	Estrada vicinal asfaltada até a sede do município

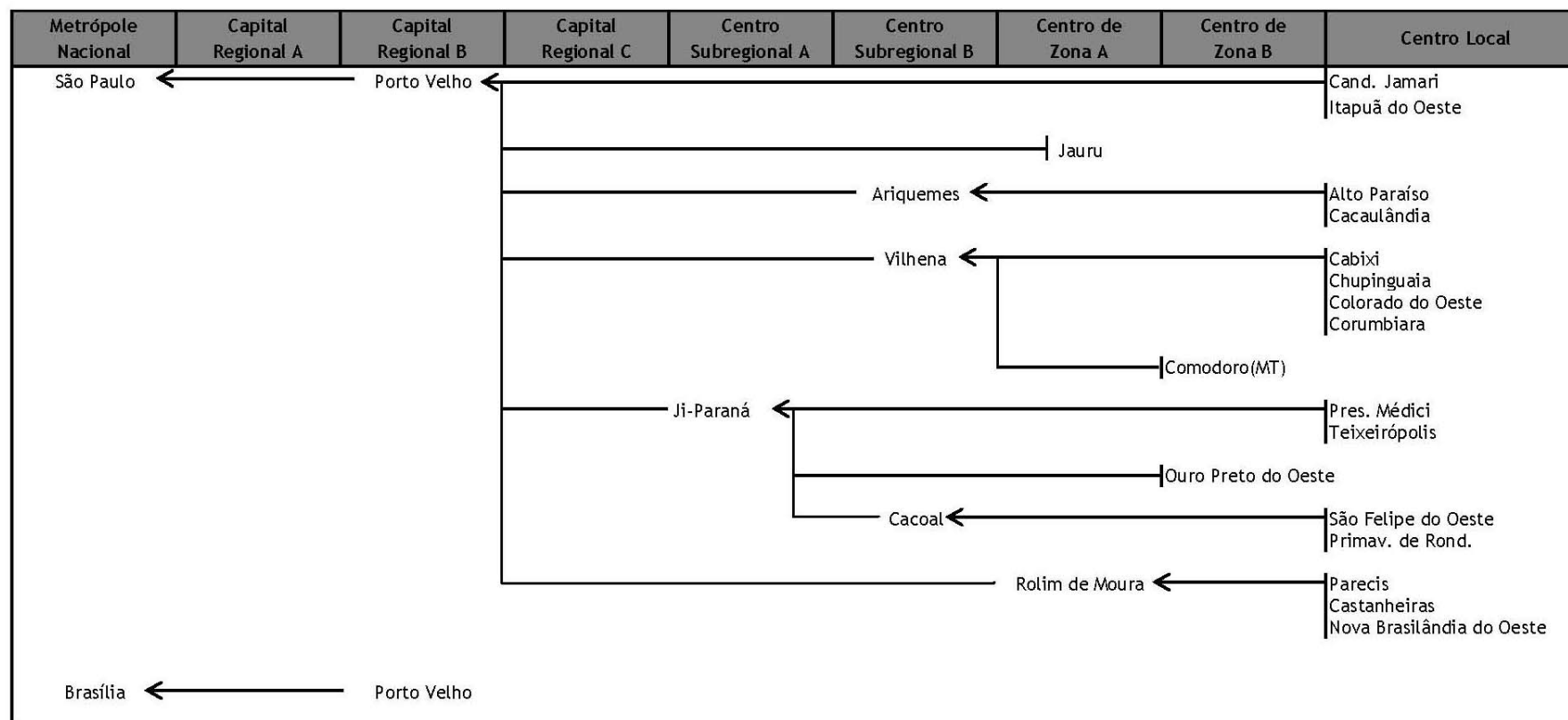
Centro Subregional	Centro de Zona	Centro Local	Povoados /Localidades	Vias de Acesso utilizados
Araraquara	Gavião Peixoto	Gavião Peixoto	Fazenda Palmital (Usina Zanim)	Rodovia estadual asfaltada até a sede do município
	Gavião Peixoto	Gavião Peixoto	Vila Nova paulicéia	Estrada asfaltada
	Tabatinga	Tabatinga	Distrito de Curupá	Estrada vicinal asfaltada
	Nova Aliança	Nova Aliança	Banco da Terra – Agrovila Nova Aliança	Estrada de terra nas proximidades do assentamento, em seguida asfalto até a sede do município.
	Novo Horizonte	Novo Horizonte	Banco da Terra – Novo Horizonte	Estrada de terra nas proximidades do assentamento, em seguida asfalto até a sede do município.

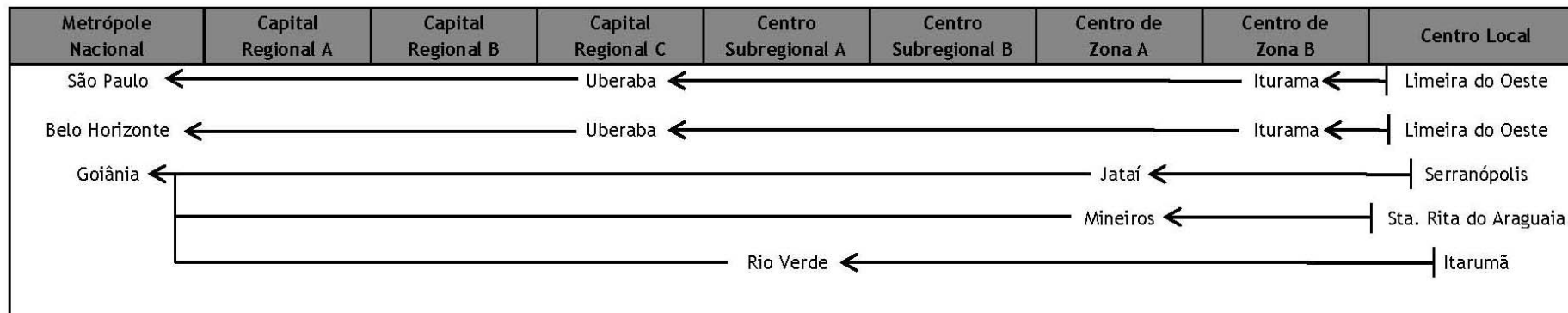
Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro de 2009.

### Infogramas de Hierarquia Urbana Regional









## f. Ordenamento Territorial: Planos Diretores Municipais

### (1) Rondônia

Na área rondoniense em estudo, o instrumento de planejamento municipal mais utilizado é o Código de Obras, presente em 14 dos 25 municípios rondonienses da All. A Lei de Zoneamento ou equivalente e a Lei de parcelamento do solo estão presentes em 12 municípios e o Plano Diretor em apenas 7 municípios da All. Os municípios de Ariquemes, Colorado do Oeste, Jaru e Ouro Preto do Oeste são os únicos que dispõem dos quatro instrumentos de planejamento municipal analisados.

O Plano Diretor do município de **Ariquemes**, instituído em 2006, estabelece diretrizes para as políticas de desenvolvimento e ordenamento urbano municipal a partir da perspectiva da “organização e controle do uso e ocupação do solo no território municipal, de modo a evitar e corrigir distorções do processo de desenvolvimento urbano e seus efeitos negativos (...)” (Plano Diretor de Ariquemes, 2006: p. 18).

As políticas públicas a serem desenvolvidas no município devem estar fundamentadas em princípios como: a função social da cidade; o desenvolvimento sustentável; a justiça social; a universalização da mobilidade e acessibilidade; a gestão democrática e participativa; entre outros. No artigo 10, do Capítulo IV, o Plano prevê que “a regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo do Município terá como objetivo geral estruturar a cidade, ordenar e controlar o processo de ocupação do solo” (idem, p.5) atendendo a esses princípios estabelecidos.

No artigo 74, do Capítulo II, o novo zoneamento municipal é definido “considerando que a zona de expansão urbana passa a integrar a zona urbana, com perímetro contendo: I – Área urbana consolidada; II – Área urbana em expansão.” (idem, p.36). A área urbana consolidada foi dividida em 3 regiões e a área urbana em expansão foi dividida em 4 regiões, sendo compostas por bairros e setores especificados no documento. O Plano especifica, ainda, que o Município deve, através de lei específica, estabelecer o zoneamento ambiental.

O Plano Diretor do município de **Porto Velho**, instituído em 2007, visa o ordenamento do território municipal na “perspectiva de sua valorização, tendo como finalidade o desenvolvimento econômico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do Município e seus núcleos urbanos, de forma a compatibilizar esse desenvolvimento com o uso e a ocupação do solo, os recursos ambientais, a oferta de equipamentos urbanos e comunitários e a mobilidade de pessoas e bens” (Plano Diretor de Porto Velho 2007: p. 6).

No artigo 11, da Seção I, do Capítulo III, o Plano trata do macrozonemaneto municipal “objetivando promover seu ordenamento, assim como o planejamento, visando atingir a visão estratégica e adequada implementação dos programas e os projetos prioritários definidos pelo Plano Diretor do Município de Porto Velho” (idem, p.7). Dessa forma, o Plano institui 4 categorias de macrozonas: Macrozona Urbana – UM; Macrozona Ambiental – MA; Macrozona de Interesse Sociocultural – MI; Macrozona Rural – MR. Nessa mesma perspectiva, o artigo 5º do Capítulo II do documento estabelece que “a política municipal de desenvolvimento urbano será estabelecida com base nas diretrizes de: I - uso e ocupação do solo; II – mobilidade urbana; III – meio ambiente” (idem, p.4).

**Quadro 3.6.5.3 - 57 – Instrumentos de Planejamento Municipal e de Política Urbana na AII/Rondônia – 2008**

Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Alto Paraíso	Não	Sim	Sim	Sim
Alvorada D'Oeste	Não	Não	Não	Sim
Ariquemes	Sim	Sim	Sim	Sim
Cabixi	Não	Sim	Não	Não
Cacaulândia	Não	Sim	Não	Não
Candeias do Jamari	Não	Sim	Sim	Não
Castanheiras	Não	Não	Sim	Não
Cerejeiras	Não	Sim	Não	Sim
Chupinguaia	Não	Sim	Não	Sim
Colorado do Oeste	Sim	Sim	Sim	Sim
Corumbiara	Não	Não	Sim	Sim
Governador Jorge Teixeira	Não	Não	Não	Não
Itapuã do Oeste	Não	Não	Não	Não
Jaru	Sim	Sim	Sim	Sim
Monte Negro	Não	Não	Não	Sim
Nova Brasillândia D'Oeste	Não	Não	Sim	Não
Ouro Preto do Oeste	Sim	Sim	Sim	Sim
Parecis	Não	Não	Não	Não
Porto Velho	Sim	Não	Sim	Sim
Presidente Médici	Sim	Não	Não	Sim
Primavera de Rondônia	Sim	Não	Não	Não
Rolim de Moura	Não	Sim	Sim	Não
São Felipe D'Oeste	Não	Não	Não	Sim
Teixeirópolis	Não	Não	Não	Não
Urupá	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2008 – IBGE



## (2) Mato Grosso

Na área mato-grossense em estudo, o instrumento de planejamento municipal mais utilizado é o Código de obras, presente em 17 dos 25 municípios mato-grossenses da All. A Lei de parcelamento do solo está presente em 10 municípios e a Lei de Zoneamento ou equivalente em 9 municípios da All. Enquanto isso, apenas 7 municípios dispõem de Plano Diretor. Os municípios de Barra dos Bugres, Comodoro, Cuiabá, Jaciara, Pontes e Lacerda e Várzea Grande são os únicos que dispõem dos quatro instrumentos de planejamento municipal analisados.

O Plano Diretor do município de **Barra do Bugres**, instituído por lei complementar em 2006, “visa propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem-estar social dos cidadãos de Barra do Bugres e é o instrumento normativo e orientador dos processos de transformação urbana nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, determinante para todos os agentes, públicos, privados e sociais, que atuam no município.” (Plano Diretor de Barra do Bugres, 2006: p. 1).

No Capítulo V, que trata do Ordenamento Territorial, o Documento define que o território do município divide-se em: macrozona urbana - parcela do território municipal delimitada pelo perímetro urbano, composta por áreas urbanizadas e de expansão urbana; e macrozona rural: parcela do território municipal localizada fora dos limites definidos pela macrozona urbana.

A macrozona urbana subdivide-se em 3 (três) categorias de zona: I - Zona Urbana de Uso Misto (ZOMI); II - Zona de Expansão Urbana (ZOEX); III - Zonas Urbanas Especiais (ZOES). As ZOES, por sua vez, são zonas próprias exigem tratamento diferenciado por suas condições peculiares e classificam-se em 6 (seis) sub-categorias: I - Zona Especial Central (ZECE); II - Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA); III - Zona Especial de Interesse Histórico (ZEIH); IV - Zona de Especial de Interesse Social (ZEIS); V - Zona Especial de Alto Impacto (ZEAI); VI - Corredores de Tráfego (COTR).

O artigo 81 do Documento estabelece que “o uso do solo na macrozona urbana de Barra do Bugres tem como critério básico a compatibilidade de vizinhança.” (idem, p.33). A compatibilidade de vizinhança é definida como “a capacidade de convivência entre as diversas atividades e empreendimentos que se desenvolvem na macrozona urbana, desde as relações que não oferecem nenhum tipo de incomodidade, até as que resultam altos níveis de incômodo.” (idem, p.34).

O Plano Diretor do município de **Comodoro**, datado de 2007, estabelece a Política de Uso e Ocupação do Solo Urbano, tendo como objetivos: ordenar o crescimento da Cidade e de suas edificações; promover a justiça social, contemplando o acesso da

população a terra e à moradia; zelar pela qualidade do ambiente construído; implantar áreas verdes, de recreação e convivência humana; estimular a descentralização das atividades de planejamento. Dessa forma, o zoneamento municipal deve “assegurar a proteção à natureza, porém conferindo condições de uso para promover e estimular investimentos privados em hotelaria, náutica e ecoturismo.” (Plano Diretor de Comodoro, 2007: p. 34).

O Plano divide o município de Comodoro nas seguintes macrozonas: I. De Gestão Compartilhada dos Terrenos da União e do Estado; II. Da Sede Municipal; III. Dos Sertões. O Artigo 111 do Plano Diretor estabelece que “o município terá como orientação básica para o gerenciamento das áreas de seu território, em especial aquelas integrantes das macrozonas de gestão compartilhada, o respeito ao interesse local e à autonomia municipal conforme previsto na Constituição Federal.” (idem, p. 35)

A Subseção III do Plano também cria Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), e as conceitua de 2 formas: ZEIS1 – áreas ocupadas por assentamentos urbanos consolidados e irregulares de baixa renda; e ZES2 – áreas desocupadas que possam receber empreendimentos imobiliários de interesse social, de caráter público ou privado.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico do município de **Cuiabá**, publicado em 2007, é definido como “o instrumento básico do processo de planejamento municipal para implantação da Política de Desenvolvimento Urbano, executada pelo Poder Público Municipal, tendo por finalidade orientar a atuação da Administração Pública e da iniciativa privada.” (Plano Diretor de Cuiabá, 2007: p. 1).

Constitui como diretriz geral do Plano, o ordenamento territorial do município “mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, de forma a combater e evitar: a) proximidade ou conflitos entre os usos incompatíveis ou inconvenientes; b) parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infra-estrutura urbana; c) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente; d) o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade; e) o estacionamento de veículos bem como a colocação de jardineiras, placas e outros obstáculos em calçadas e passeios públicos, ressalvados os abrigos de passageiros, o posteamento de sinalização de trânsito e a iluminação pública.” (idem, p.5-6)

Além disso, o Plano estabelece que a aplicação da legislação de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo Urbano deve ser feita a partir da “definição de ‘áreas preferenciais’ e ‘áreas restritas à ocupação urbana’, compatibilização com a

acessibilidade de infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos, condições geotécnicas e elementos indutores do crescimento urbano, notadamente os geradores de emprego (...)" (idem, p.5)

O artigo 31 define o zoneamento municipal como "o estabelecimento de áreas diferenciadas de adensamento, uso e ocupação do solo, visando dar a cada região melhor utilização em função das diretrizes de crescimento, da mobilidade urbana, das características ambientais e locais, objetivando o desenvolvimento sustentável e o bem estar social da comunidade, mediante a observação das condições físicas, ambientais e paisagísticas, de infra-estrutura disponível e usos compatíveis com a vizinhança local." (idem, p.28).

Dessa forma, os diversos tipos de Usos do Solo Urbano são classificados em quatro categorias: "I- INÓCUA: os que não apresentam caráter de incomodidade, nela se incluindo a atividade residencial unifamiliar, e aquelas anexas à residência, desde que não ultrapassem a 50% (cinquenta por cento) da área construída desta; II- COMPATÍVEL: os que, por seu nível impactante, porte, periculosidade, potencial poluidor e incremento da demanda por infra-estrutura, podem e devem integrar-se à vida urbana, adequando-se a padrões comuns de funcionamento, estabelecidos pelo Código de Posturas do Município; III- IMPACTANTE: os que, por seu nível impactante, porte, periculosidade, potencial poluidor e incremento da demanda por infra-estrutura, podem integrar-se à vida urbana comum, adequando-se às exigências de Posturas Municipais, mas que exigem padrões mínimos de infra-estrutura para sua instalação e funcionamento; IV- ALTO IMPACTO: as atividades e empreendimentos que, por seu nível impactante, porte, periculosidade, potencial poluidor e incremento da demanda por infra-estrutura, devem submeter-se a condições especiais para sua localização e instalação. Esta categoria subdivide-se em ALTO IMPACTO SEGREGÁVEL e ALTO IMPACTO NÃO SEGREGÁVEL." (idem, p.28-29)

Por fim, o artigo 34 do Plano define que a Macrozona Urbana de Cuiabá é dividida em três categorias de zonas: "ZONA URBANA DE USO MULTIPLO (ZUM): Zona de uso proibido à sub-categoria ALTO IMPACTO SEGREGÁVEL e restrita à categoria IMPACTANTE e à subcategoria ALTO IMPACTO NÃO SEGREGÁVEL; II- ZONA DE EXPANSÃO URBANA (ZEX): Zona não parcelada dentro da macrozona urbana, destinada à ampliação da ocupação urbana, conforme modelo de Uso e Ocupação do Solo aqui definido e na Legislação de Parcelamento do Solo; III- ZONAS URBANAS ESPECIAIS: Zonas cujas condições peculiares próprias recomendam tratamento diferenciado (...)" (idem, p.29)

O Plano Diretor do município de **Jaciara** prevê a elaboração de um zoneamento para ordenar o território municipal, criando zonas comercial, industrial, residencial, mista, de preservação paisagística, de expansão urbana e zona rural. A Lei nº 1.160, de 6 de abril de 2009, que dispõe sobre a Política de Proteção Ambiental do Município de Jaciara, na sua Seção IV, também prevê a definição do Zoneamento Ambiental em lei específica.

O plano diretor de **Pontes e Lacerda** foi instituído em 2006, e na Seção I do cap. II trata do Zoneamento, determinando para o território do município a divisão em:

- a) Áreas: divididas em rural e urbana
- b) Bairros: definidos como unidades de vizinhança com identidade comum
- c) Zonas: definidas como setores homogêneos os quais traduzem espacialmente as estratégias de desenvolvimento, podendo se dividir em subzonas;
- d) Zonas de especial interesse: porções do território com diferentes características ou com destinação específica, normas próprias de uso e ocupação do solo.

No art. 74 desta mesma Seção, é constituída a Zona de Proteção Ambiental Urbana (ZPAU). E o art.75 coloca que a Zona de Proteção Ambiental pode se impor a qualquer outra zona, interrompendo-as em sua continuidade.

A Seção II trata do Zoneamento do município e define a Zona de Produção Rural (ZPAR), que é subdividida em ZPAR 1 – de proteção permanente, e ZPAR 2 – de uso e ocupação controlados. Cria-se ainda a Zona de Proteção Ambiental Rural, a Zona de Expansão Urbana, e a Zona de Urbanização Específica (que é subdividida em três zonas).

A Seção III trata do Zoneamento da Cidade, estabelecendo a Zona de Estruturação e Adensamento, identificada como área com infra-estrutura básica executada, e que se subdivide em ZEA-1, ZEA-2 e ZEA-3. O parágrafo IV trata da Zona de Estruturação Básica, que define as áreas com grande carência de obras de infra-estrutura básica, equipamentos urbanos e comunitários. Além disso, esta Seção ainda trata das Zonas Comerciais e Industriais e da Zona de Proteção Ambiental Urbana.

A Seção IV trata das Zonas de Especial Interesse (ZEI), que são quatro: ZEI Social; ZEI Ambiental; ZEI Público e ZEI Histórico.

O plano diretor de Pontes e Lacerda também possui uma parte reservada somente para os instrumentos de desenvolvimento urbano e ambiental (Titulo IV), que trata do ordenamento urbano e ambiental, do uso e ocupação do solo, do parcelamento do solo urbano, das obras e instalações, posturas, proteção ambiental e do sistema viário e de transportes.

O Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de **Rondonópolis** (2006) divide o perímetro urbano em seis macrozonas: zonas especiais de interesse sociais (ZEIS), zonas de interesse ambiental (ZIA), zonas impactantes (ZIM), zonas de comércio e serviço (ZCS), zona centralizada (ZC) e zonas de bairro (ZB), prevalecendo as zonas de interesse ambiental sobre as demais. O plano também dedica atenção detalhada às zonas especiais de interesse social, garantindo o direito das populações de baixa renda de requerer o assentamento e um maior comprometimento do poder público na viabilização de interesses sociais.

O plano diretor de **Várzea Grande** trata no Capítulo I do Macrozoneamento, onde divide o seu território em três Macrozonas:

- I. Macrozona Rural (MR) – que classifica o território municipal em área de usos a readequar para recuperação ambiental, baseando-se no ZEE do Mato Grosso;
- II. Macrozona Rural de Interesse de Conservação e Preservação do Patrimônio Ambiental e Cultural (MRCP) – correspondem as áreas rurais cuja ocupação deverá se realizar sob condições adequadas de manejo;
- III. MacroZona Urbana – é dividida em 3 áreas: a) área urbana de recuperação, conservação e preservação do patrimônio ambiental e cultural; b) área urbana de ocupação controlada; c) área urbana de intensificação de ocupação.

O Plano trata também, no Art. 90, das Zonas Especiais de Interesse Social, onde se permite o estabelecimento de padrões de uso e ocupação diferenciados, através da elaboração de um plano urbanístico próprio.

**Quadro 3.6.5.3 - 58 – Instrumentos de Planejamento Municipal e de Política Urbana na AII/Mato Grosso– 2008**

Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Acorizal	Não	Sim	Não	Não
Alto Araguaia	Não	Não	Não	Sim
Alto Garças	Não	Não	Sim	Sim
Alto Paraguai	Não	Não	Não	Não
Araputanga	Não	Sim	Sim	Sim
Barra do Bugres	Sim	Sim	Sim	Sim
Comodoro	Sim	Sim	Sim	Sim

Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Cuiabá	Sim	Sim	Sim	Sim
Indiavaí	Não	Não	Não	Não
Jaciara	Sim	Sim	Sim	Sim
Jangada	Não	Não	Não	Não
Jauru	Não	Não	Não	Não
Juscimeira	Não	Não	Não	Sim
Lambari D'Oeste	Não	Não	Não	Sim
Nova Lacerda	Não	Não	Não	Não
Pedra Preta	Não	Não	Não	Sim
Pontes e Lacerda	Sim	Sim	Sim	Sim
Rio Branco	Não	Não	Não	Sim
Rondonópolis	Sim	Não	Sim	Sim
Rosário Oeste	Não	Não	Não	Sim
Santo Antônio do Leverger	Não	Não	Não	Sim
São José do Povo	Não	Não	Não	Não
Vale de São Domingos	Não	Não	Não	Não
Vila Bela da Santíssima Trindade	Não	Sim	Sim	Sim
Várzea Grande	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2008 – IBGE

### (3) Goiás

Na área goiana em estudo, o instrumento de planejamento municipal mais utilizado é a Lei de Zoneamento ou equivalente, presente em todos os municípios goianos da AI, exceto Serranópolis e Itarumã, que dispõem apenas de Código de Obras. A lei de parcelamento do solo já existe nos municípios de Jataí e Mineiros. Apenas os municípios de Jataí e Mineiros dispõem de Plano Diretor.

O plano diretor de Mineiros, de 2008, estabelece macrozoneamentos urbano e rural. Prevê a elaboração de Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano que contenha mecanismos de controle de atividades ou empreendimentos potencialmente poluidores ou causadores de impacto (Art. 95).

O Plano Diretor Urbano de Jataí é formado pelo Código de Edificações, Código de Posturas e pelas leis de Uso e Ocupação do Solo Urbano e a lei que institui o Certificado de Regularidade junto ao Plano Diretor Municipal (CRPD).

**Quadro 3.6.5.3 - 59 – Instrumentos de Planejamento Municipal e de Política Urbana na AI/Goias - 2008**

Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Iturumã	Não	Não	Não	Sim
Jataí	Sim	Sim	Sim	Não
Mineiros	Não	Sim	Sim	Não
Santa Rita do Araguaia	Não	Sim	Não	Não
Serranópolis	Não	Não	Não	Sim

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2008 – IBGE e Pesquisa de Campo 2009

#### (4) Minas Gerais

Na área mineira em estudo, apenas o município de Iturumã dispõe de Plano Diretor, bem como dois demais instrumentos de planejamento municipais analisados. O município de Limeira do Oeste conta com Lei de Zoneamento ou equivalente, Lei de parcelamento do solo e Código de Obras.

O Plano Diretor de Desenvolvimento de Iturumã, de 2003, estabelece, em seu artigo quarto, parágrafo segundo, que o “Executivo Municipal deverá exigir a elaboração de estudos e relatórios de impacto ambiental”, para o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente. O documento contém um Código de Zoneamento.

**Quadro 3.6.5.3 – 60 – Instrumentos de Planejamento Municipal e de Política Urbana na AI/Minas Gerais - 2008**

Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Iturumã	Sim	Sim	Sim	Sim
Limeira do Oeste	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2008 – IBGE

#### (5) São Paulo

Na área em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 no Estado de São Paulo, apenas os municípios de Araraquara, Itápolis e Votuporanga dispõem dos quatro instrumentos de planejamento municipal analisados. Além destes, os municípios de Fernandópolis, José Bonifácio, Novo Horizonte e Matão também dispõem de Plano Diretor.

O plano diretor de **Araraquara**, datado de 2005, em seu terceiro capítulo, que trata das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, estabelece como uma das diretrizes gerais da política urbana, a realização de “Audiência do Poder Público Municipal e da população interessada nos processos de implantação de

empreendimentos e atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população” (art. 7, inciso XII). O artigo 162 trata do zoneamento urbano, estabelecendo duas categorias de uso do solo: Zonas Ambientais e Zona de Estruturação Urbana Sustentável.

O Plano Diretor do município de **Itápolis**, instituído em 2006, contém as seguintes leis: Leis dos Perímetros Urbanos, Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, Lei do Parcelamento do Solo Urbano, Lei do Sistema Viário e Código de Obras. São definidos como temas prioritários do plano: sistema produtivo, meio ambiente, mobilidade, desenvolvimento social e política habitacional, uso e ocupação do solo e organização institucional. Na subseção I da Seção I, o documento trata do macrozoneamento municipal, que divide o município em macrozonas urbana e rural. A Macrozona rural é definida como “constituída por áreas com predominância de cultura extensiva, destinadas às atividades rurais e à implantação de equipamentos urbanos ou estabelecimentos de grande porte, como aterro sanitário, estação de tratamento de água e de efluentes líquidos e agroindústria” (Plano Diretor de Itápolis 2006: p. 47). Para a Macrozona Urbana, o documento prevê “a divisão das áreas urbanas do Município em zonas de usos e ocupações distintos, segundo os critérios de usos predominantes e de usos afins e separação de usos conflitantes, objetivando a ordenação do território e o desenvolvimento urbano, seguindo critérios urbanísticos e ambientais desejáveis estabelecidos pelo Plano Diretor” (idem, p.50) e, também, a elaboração de lei específica para o perímetro urbano.

O plano diretor de **Votuporanga**, de 2007, em seu Art.29, prevê a realização de Audiências Públicas “sempre que empreendimentos ou atividades públicas ou privadas acarretem impactos negativos à vizinhança do seu entorno, ao ambiente natural ou construído, ao patrimônio histórico-cultural, ao conforto ou à segurança da população, para os quais serão exigidos estudos e relatórios de impacto ambiental e de vizinhança”. O plano estabelece diretrizes para a elaboração do macrozoneamento urbano e rural, este último com zonas de uso predominantemente agrícola e zonas de proteção ambiental.

O Plano Diretor do município de **Novo Horizonte**, de 2006, em seu Art.48, divide o município em 5 tipos de áreas: áreas de transição – núcleos urbanos isolados; áreas de importância ambiental; áreas destinadas à extração mineral; áreas urbanizadas e urbanizáveis; e área de restrição quanto ao aproveitamento urbano.

Por outro lado, municípios como Nova Europa, Borborema, Floreal, Meridiano, Neves Paulista, Nhandeara e Nipoã não dispõem de nenhum dos quatro instrumentos pesquisados. Existe lei de zoneamento ou equivalente em dez dos municípios paulistas



analisados, enquanto que 13 destes municípios contam com lei de parcelamento do solo e outros 13, dispõem de código de obras.

**Quadro 3.6.5.3 - 61 – Instrumentos de Planejamento Municipal e de Política Urbana na AII/São Paulo - 2008**

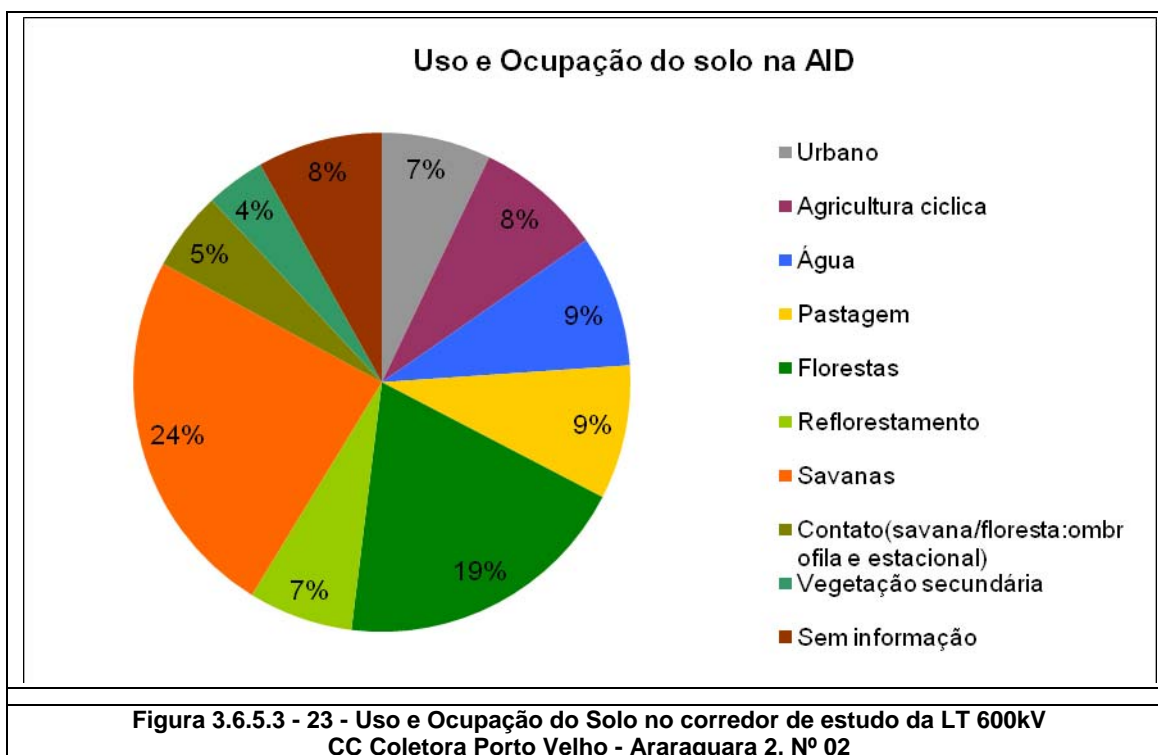
Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Araraquara	Sim	Sim	Sim	Sim
Borborema	Não	Não	Não	Não
Matão	Sim	Não	Não	Sim
Gavião Peixoto	Não	Sim	Sim	Não
Itápolis - SP	Sim	Sim	Sim	Sim
Nova Europa - SP	Não	Não	Não	Não
Tabatinga - SP	Não	Não	Sim	Não
Estrela d'Oeste - SP	Não	Não	Não	Sim
Fernandópolis - SP	Sim	Sim	Não	Sim
Floreal - SP	Não	Não	Não	Não
Irapuã - SP	Não	Não	Sim	Não
Itajobi - SP	Não	Não	Sim	Sim
José Bonifácio - SP	Sim	Sim	Sim	Sim
Macaubal - SP	Não	Não	Não	Não
Mendonça - SP	Não	Não	Não	Não
Meridiano - SP	Não	Não	Não	Não
Monte Aprazível - SP	Não	Não	Não	Sim
Neves Paulista - SP	Não	Não	Não	Não
Nhandeara - SP	Não	Não	Não	Não
Nipoã - SP	Não	Não	Não	Não
Nova Aliança - SP	Não	Sim	Sim	Não
Novo Horizonte - SP	Sim	Sim	Sim	Não
Ouroeste - SP	Não	Sim	Sim	Não
Populina - SP	Não	Não	Não	Não
Potirendaba - SP	Não	Não	Sim	Sim
Turmalina - SP	Não	Não	Não	Sim
União Paulista - SP	Não	Não	Não	Sim
Urupês - SP	Não	Sim	Sim	Não
Valentim Gentil - SP	Não	Não	Não	Sim
Votuporanga - SP	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2008 – IBGE e Pesquisa de Campo 2009

### g. Caracterização do Uso e Ocupação do Solo no Corredor de Estudo

O corredor de estudo se constitui numa faixa de 5km, com a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 no centro. De Rondônia a São Paulo, a área do corredor é de 1.158.244,92 hectares (1.158,92 km<sup>2</sup>) e possui um total de 2.382km de extensão. Há 87 municípios, distribuídos em cinco estados brasileiros, que serão interceptados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02. A faixa de 5km em torno do circuito, contudo, compreende 92 municípios, contemplados neste item, que visa descrever os usos da terra compreendida neste corredor.

Considerando-se a área total do corredor de estudo, de Rondônia a São Paulo são predominantes as savanas (24%) e florestas (19%). As pastagens representam 9% da área do corredor de estudo, ficando a agricultura cíclica com 8%.



#### (1) Rondônia

No Estado de Rondônia, a área atravessada pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 é de 319.011,28 hectares, o que corresponde a 27,05% do total da área do corredor em estudo. Há predominância no uso do solo destinado a pastagem (15,46%), destacando-se os municípios de Chupinguaia (25.406,67 ha), Rolim de Moura (16.042,67 ha) e Corumbiara (14123,20ha), com as maiores áreas com este tipo de ocupação.

Em seguida, observam-se as áreas ocupadas por florestas, que representam 7,99% do total da área que perpassa o corredor em estudo. Candeias do Jamari (22.900,05ha) e Alto Paraíso (17145,69ha) são os municípios com as maiores extensões de terras caracterizadas como florestas.

O restante da área atravessada pelo corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 em Rondônia é composta por: Vegetação Secundária (1,97%), Vegetação de Contato (Savana/Floresta Ombrófila) (1,21%), Savana (0,38%) e Água (0,04%). Somente o município de Cacaulândia é coberto por uma pequena área urbana.



**Quadro 3.6.5.3 - 62 - Uso das terras presentes em faixa de 5km com a LT no centro - Rondônia**

Municípios	Pastagem		Florestas		Vegetação Secundária		Água		Savanas		Contato		Urbano		TOTAL	
	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT
Alto Paraíso	8.131,30	0,6896	17.145,69	1,4540											25.276,99	2,1436
Alvorada d'Oeste	1.833,02	0,1554	218,59	0,0185	964,46	0,0818	182,97	0,0155							3.199,04	0,2713
Ariquemes	8.615,05	0,7306	8.797,79	0,7461	682,17	0,0579									18.095,01	1,5345
Cabixi	10.751,93	0,9118	915,28	0,0776											11.667,21	0,9894
Cacaulândia	11.218,13	0,9513	10.771,75	0,9135	344,35	0,0292						4,25	0,0004		22.338,47	1,8944
Candeias do Jamari	1.826,60	0,1549	22.900,05	1,9420	2.533,83	0,2149									27.260,47	2,3118
Castanheiras	7.510,25	0,6369			4.613,25	0,3912	85,99	0,0073	630,79	0,0535	2.916,35	0,2473			15.756,63	1,3362
Cerejeiras	1.775,86	0,1506	37,24	0,0032							371,07	0,0315			2.184,17	0,1852
Chupinguaia	25.406,68	2,1546	5.589,10	0,4740	535,34	0,0454			245,44	0,0208	4.763,71	0,4040			36.540,26	3,0988
Colorado do Oeste	9.002,69	0,7635	1.361,35	0,1154							506,05	0,0429			10.870,09	0,9218
Corumbiara	14.123,21	1,1977	42,23	0,0036							0,05	0,0000			14.165,49	1,2013
Governador Jorge Teixeira	1.394,87	0,1183	292,23	0,0248	596,44	0,0506									2.283,53	0,1937
Jaru	12.678,08	1,0752	2.496,85	0,2117	2.840,36	0,2409									18.015,29	1,5278
Monte Negro	2.772,15	0,2351	2.063,33	0,1750											4.835,49	0,4101
Nova Brasilândia D'Oeste	2.019,63	0,1713			405,78	0,0344	107,14	0,0091	920,83	0,0781	882,81	0,0749			4.336,20	0,3677
Ouro Preto do Oeste	10.050,26	0,8523	1.675,20	0,1421	1.630,42	0,1383					89,09	0,0076			13.444,97	1,1402
Parecis	7.330,39	0,6217	3.904,91	0,3312	58,14	0,0049			519,68	0,0441	3.714,62	0,3150			15.527,73	1,3168
Porto Velho	349,93	0,0297	9.453,00	0,8017	2.582,26	0,2190									12.385,19	1,0503
Presidente Médici	6.924,26	0,5872	2.272,33	0,1927	1.516,64	0,1286	54,88	0,0047	424,74	0,0360	916,15	0,0777			12.108,99	1,0269
Primavera de Rondônia	3.751,46	0,3181	67,69	0,0057											3.819,15	0,3239
Rolim de Moura	16.042,68	1,3605	778,77	0,0660	2.062,77	0,1749			1.775,09	0,1505	57,03	0,0048			20.716,34	1,7568
São Felipe D'Oeste	10.164,28	0,8620	251,38	0,0213	67,84	0,0058									10.483,50	0,8890
Teixeirópolis	6.151,68	0,5217	2.589,91	0,2196	1.233,58	0,1046					45,92	0,0039			10.021,09	0,8498
Urupá	2.451,70	0,2079	627,94	0,0533	528,12	0,0448	72,22	0,0061							3.679,98	0,3121
<b>Corredor Rondônia</b>	<b>182.276,06</b>	<b>15,4578</b>	<b>94.252,61</b>	<b>7,9930</b>	<b>23.195,76</b>	<b>1,9671</b>	<b>503,21</b>	<b>0,0427</b>	<b>4.516,56</b>	<b>0,3830</b>	<b>14.262,84</b>	<b>1,2095</b>	<b>4,25</b>	<b>0,0004</b>	<b>319.011,28</b>	<b>27,0536</b>

Fonte: Elaboração própria. **Referências cartográficas utilizadas:** Base cartográfica (planimétrica), obtida por meio da digitalização de cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:250.000, 1:100.000 e 1:50.000; revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT; atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e imagens de alta resolução disponibilizadas no programa *Google Earth* (2009/10); dados de verdade terrestre (campanhas de campo, 2009/2010).

**Referências temáticas utilizadas:** Tema elaborado a partir da análise integrada de dados secundários e primários, por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGis 9.3.1 (ESRI, 2009). Entre os principais dados para a identificação da cobertura vegetal, destacam-se: Projeto RADAMBrasil (Folha SC.20 Porto Velho, Folha SD.20 Guaporé, Folha SD.21 Cuiabá, Folha SE.21 Corumbá, Folha SE.22 Goiânia); MMA (2007); SIPAM (2008); KRONKA, F.J.N. *et al.* Inventário Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Florestal, 1993, 200p.; SCOLFORO, J. R.; CARVALHO, L. M. T. Mapeamento e Inventário da Flora e dos Reflorestamentos de Minas Gerais. Lavras: UFL, 2006; para a identificação do uso e ocupação das terras, contou-se com a interpretação automática, não supervisionada (algoritmo "isodata") e visual de imagens LANDSAT 5 TM, em composição colorida 3(r), 4(g) e 5(b) e 2(b), 3(g) e 4(r); Modelo Digital de Terreno – MDT (SRTM – Shuttle Radar Topography Mission, NASA/2000).



## **(2) Mato Grosso**

No Estado do Mato Grosso, terras de 25 municípios estão presentes na faixa de 5 km com a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02 ao centro, correspondendo a 41,48% do corredor em estudo.

Do total de 489.138,22 hectares, 17,98% da área é ocupada por pastagens, 9,19% por savanas e 6,75% por florestas. Há, ainda, em menor percentual, municípios com áreas de agricultura cíclica (3,97%), vegetação de contato (Savana/Floresta Estacional) (3,36%), urbana (0,14%), água (0,05%) e vegetação secundária (0,02%). Apenas um município, Alto Garças, apresentou uma pequena área reflorestada.

Os municípios de Barra dos Bugres (19.888,35ha), Rondonópolis (18.019,00ha) e Vila Bela Santíssima Trindade (15.469,49ha) são os que possuem a maiores áreas de pastagem. Juntos, tais municípios representam 4,53% do total de áreas cobertas por pastagens no corredor em estudo, somando 53.376,84ha.

Com relação à área de florestas, destacam-se três municípios onde há predominância desta vegetação: Comodoro (2,17%), Barra do Bugres (1,46%) e Nova Lacerda (1,38%). Os municípios de Cuiabá (2,02%) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1,16%) são os mais expressivos com área coberta por savana.





**Quadro 3.6.5.3 - 63 - Uso das Terras presentes em faixa de 5km com LT no centro - Mato Grosso**

Municípios	Pastagem		Florestas		Vegetação Secundária		Água		Savanas		Contato		Agricultura cíclica		Reflorestamento		Urbano		TOTAL	
	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT
Acorizal	6.104,23	0,5177	60,84	0,0052			12,72	0,0011	3.481,69	0,2953									9.659,47	0,8192
Alto Araguaia	13.606,87	1,1539	73,77	0,0063					11.501,00	0,9753									25.181,64	2,1355
Alto Garças	7.630,94	0,6471	1.033,18	0,0876					7.932,97	0,6728			10.165,19	0,8621	31,21	0,0026			26.793,48	2,2722
Alto Paraguai	2.506,35	0,2125	515,88	0,0437					578,41	0,0491									3.600,64	0,3054
Araputanga	13.765,63	1,1674	1.431,09	0,1214															15.196,72	1,2888
Barra do Bugres	19.888,35	1,6866	17.208,73	1,4594					3.335,47	0,2829	3.054,44	0,2590	13,11	0,0011					43.500,09	3,6890
Comodoro	4.761,38	0,4038	25.559,40	2,1676			238,69	0,0202	2.043,70	0,1733									32.603,16	2,7649
Cuiabá	9.363,13	0,7940	986,59	0,0837			159,26	0,0135	23.819,16	2,0200							1.169,07	0,0991	35.497,22	3,0103
Indiavaí	9.642,85	0,8178																	9.642,85	0,8178
Jaciara	1.769,75	0,1501	571,28	0,0484					2.160,30	0,1832			9.983,69	0,8467					14.485,01	1,2284
Jangada	4.118,70	0,3493	375,27	0,0318					3.358,63	0,2848									7.852,60	0,6659
Jauru	9.362,87	0,7940	99,42	0,0084															9.462,29	0,8024
Juscimeira	7.513,62	0,6372	2.340,03	0,1984					4.356,69	0,3695			2.586,43	0,2193					16.796,76	1,4244
Lambari D'Oeste	11.329,45	0,9608					0,10	0,0000			5.817,04	0,4933							17.146,60	1,4541
Nova Lacerda			16.246,41	1,3778	300,62	0,0255	0,85	0,0001	271,71	0,0230			6.206,57	0,5263					23.026,17	1,9527
Pedra Preta	1.217,81	0,1033	2.163,05	0,1834					8.019,76	0,6801			8.190,60	0,6946					19.591,22	1,6614
Pontes e Lacerda	11.579,22	0,9820	1.648,79	0,1398							2.416,25	0,2049					541,02	0,0459	16.185,29	1,3726
Rio Branco	10.946,50	0,9283	221,93	0,0188					2.161,76	0,1833							5,39	0,0005	13.335,57	1,1309
Rondonópolis	18.019,00	1,5281	2.303,26	0,1953			61,29	0,0052	2.555,19	0,2167			5.449,44	0,4621					28.388,18	2,4074
Rosário Oeste	5.594,16	0,4744	862,48	0,0731					5.278,40	0,4476									11.735,04	0,9952
Santo Antônio do Leverger	6.158,48	0,5223	3.700,26	0,3138					11.385,61	0,9656			3.802,20	0,3224					25.046,55	2,1241
São José do Povo	7.348,35	0,6232	513,81	0,0436					905,30	0,0768									8.767,46	0,7435
Vale de São Domingos	13.688,15	1,1608	31,21	0,0026															13.719,36	1,1635
Vila Bela da Santíssima Trindade	15.469,49	1,3119	1.703,93	0,1445					13.642,55	1,1570	28.317,77	2,4015	474,71	0,0403					59.608,44	5,0551
Várzea Grande	646,61	0,0548					72,43	0,0061	1.597,36	0,1355									2.316,40	0,1964
<b>Corredor Mato Grosso</b>	<b>212.031,89</b>	<b>17,9813</b>	<b>79.650,58</b>	<b>6,7547</b>	<b>300,62</b>	<b>0,0255</b>	<b>545,34</b>	<b>0,0462</b>	<b>108.385,67</b>	<b>9,1916</b>	<b>39.605,50</b>	<b>3,3587</b>	<b>46.871,93</b>	<b>3,9750</b>	<b>31,21</b>	<b>0,0026</b>	<b>1.715,48</b>	<b>0,1455</b>	<b>489.138,22</b>	<b>41,4811</b>

Fonte: Elaboração própria. **Referências cartográficas utilizadas:** Base cartográfica (planimétrica), obtida por meio da digitalização de cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:250.000, 1:100.000 e 1:50.000; revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT; atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e imagens de alta resolução disponibilizadas no programa *Google Earth* (2009/10); dados de verdade terrestre (campanhas de campo, 2009/2010).

**Referências temáticas utilizadas:** Tema elaborado a partir da análise integrada de dados secundários e primários, por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGis 9.3.1 (ESRI, 2009). Entre os principais dados para a identificação da cobertura vegetal, destacam-se: Projeto RADAMBrasil (Folha SC.20 Porto Velho, Folha SD.20 Guaporé, Folha SD.21 Cuiabá, Folha SE.21 Corumbá, Folha SE.22 Goiânia); MMA (2007); SIPAM (2008); KRONKA, F.J.N. *et al.* Inventário Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Florestal, 1993, 200p.; SCOLFORO, J. R.; CARVALHO, L. M. T. Mapeamento e Inventário da Flora e dos Reflorestamentos de Minas Gerais. Lavras: UFL, 2006; para a identificação do uso e ocupação das terras, contou-se com a interpretação automática, não supervisionada (algoritmo "isodata") e visual de imagens LANDSAT 5 TM, em composição colorida 3(r), 4(g) e 5(b) e 2(b), 3(g) e 4(r); Modelo Digital de Terreno – MDT (SRTM – Shuttle Radar Topography Mission, NASA/2000).



### **(3) Goiás**

No Estado de Goiás, o corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 é composto por terras que integram 6 municípios, num total de 162.211,9 hectares, correspondendo a 13,8% da área do corredor de estudo.

A maior parte da área goiana do corredor é constituída por pastagens (63,9%), seguida por savanas (27,9%), florestas (5,9%) e agricultura cíclica (2,4%). A maior parte das pastagens atravessadas por este corredor, no Estado de Goiás, se encontra nos municípios de Itarumã e Serranópolis. A maior área coberta por savanas, no corredor de estudos, está localizada nos municípios de Mineiros e Serranópolis.

**Quadro 3.6.5.3 - 64 - Uso das terras presentes em faixa de 5 km com a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 no centro – Goiás**

Municípios	Agricultura ciclica		Água		Pastagem		Florestas		Savanas		Total	
	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT
Itarumã			0,42		48430,52	4,11	2572,5865	0,22	8194,91	0,69	59198,438	5,02
Jataí					1545,19	0,13	177,15161	0,02	256,84	0,02	1979,1843	0,17
Mineiros	62,217654	0,01			18508,36	1,57	1863,9273	0,16	21619,81	1,83	42054,315	3,57
Santa Rita do Araguaia					2951,93	0,25			942,92	0,08	3894,8552	0,33
Serranópolis	3773,0409	0,32			31913,34	2,71	4854,7227	0,41	14199,01	1,20	54740,114	4,64
<b>Corredor Goiás</b>	<b>3835,259</b>	<b>0,33</b>	<b>0,42</b>	<b>0</b>	<b>103625,25</b>	<b>8,79</b>	<b>9521,064</b>	<b>0,81</b>	<b>45229,92</b>	<b>3,84</b>	<b>162211,9</b>	<b>13,76</b>

Fonte: Elaboração própria.

**Referências cartográficas utilizadas:** Base cartográfica (planimétrica), obtida por meio da digitalização de cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:250.000, 1:100.000 e 1:50.000; revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT; atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e imagens de alta resolução disponibilizadas no programa *Google Earth* (2009/10); dados de verdade terrestre (campanhas de campo, 2009/2010).

#### **(4) Minas Gerais**

No Estado de Minas Gerais, a área atravessada pelo corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02 é de 34.673,27 hectares, situados em três municípios. A maior parte desta área é constituída por pastagens – 87,5%. Na área do corredor mineiro, grande parte das pastagens se localiza no município de Limeira do Oeste.

**Quadro 3.6.5.3 - 65 – Uso das terras presentes em faixa de 5 km com LT no centro – Minas Gerais**

Municípios	Agricultura ciclica		Água		Pastagem		Florestas		Savanas		Urbano		Total	
	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT
Ituramã			94,95835	0,01	9693,206	0,82	500,51865	0,04	272,43024	0,02	291,79512	0,02	10852,908	0,92
Limeira do Oeste	882,26146	0,07	178,62324	0,02	20449,112	1,73	725,10094	0,06	1299,3793	0,11			23534,477	2,00
Corredor Minas Gerais	882,2615	0,07	365,3886	0,03	30330,95	2,57	1231,068	0,10	1571,81	0,13	291,7951	0,02	34673,27	2,94

Fonte: Elaboração própria. **Referências cartográficas utilizadas:** Base cartográfica (planimétrica), obtida por meio da digitalização de cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:250.000, 1:100.000 e 1:50.000; revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT; atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e imagens de alta resolução disponibilizadas no programa *Google Earth* (2009/10); dados de verdade terrestre (campanhas de campo, 2009/2010).

**Referências temáticas utilizadas:** Tema elaborado a partir da análise integrada de dados secundários e primários, por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGis 9.3.1 (ESRI, 2009). Entre os principais dados para a identificação da cobertura vegetal, destacam-se: Projeto RADAMBrasil (Folha SC.20 Porto Velho, Folha SD.20 Guaporé, Folha SD.21 Cuiabá, Folha SE.21 Corumbá, Folha SE.22 Goiânia); MMA (2007); SIPAM (2008); KRONKA, F.J.N. *et al.* Inventário Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Florestal, 1993, 200p.; SCOLFORO, J. R.; CARVALHO, L. M. T. Mapeamento e Inventário da Flora e dos Reflorestamentos de Minas Gerais. Lavras: UFL, 2006; para a identificação do uso e ocupação das terras, contou-se com a interpretação automática, não supervisionada (algoritmo “isodata”) e visual de imagens LANDSAT 5 TM, em composição colorida 3(r), 4(g) e 5(b) e 2(b), 3(g) e 4(r); Modelo Digital de Terreno – MDT (SRTM – Shuttle Radar Topography Mission, NASA/2000).

## **(5) São Paulo**

No Estado de São Paulo, a faixa de 5 km com a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 no centro compreendem as áreas situadas no território de 34 municípios. A área do corredor de estudo paulista representa 12,9% da área total deste corredor em toda a extensão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, ocupando 153.210,25 hectares. É constituída, majoritariamente, por 81,9% de área utilizada para agricultura cíclica, 13,3% de pastagens e 4,7% de florestas.

No município de Itápolis, encontra-se a maior área utilizada para agricultura cíclica no corredor paulista – 13.318 hectares. São significativas, também, a área de agricultura cíclica, no interior do corredor de estudo, dos municípios paulistas de Fernandópolis, José Bonifácio e Novo Horizonte. Quanto às áreas de pastagens, são mais expressivos, no corredor paulista da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, os municípios de Nhandeara, Meridiano, Valentim Gentil e Macaúbal, nesta ordem. A maior área de floresta no corredor de estudo no Estado de São Paulo é encontrada no município de Itápolis. A área em que o corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 se situa em trechos com uso urbano é bastante reduzida, situando-se nos municípios de Gavião Peixoto, Nhandeara, Nipoã e Nova Europa.

**Quadro 3.6.5.3 - 66 - Uso das terras presentes em faixa de 5 km com LT no centro – São Paulo**

Municípios	Agricultura ciclica		Água		Pastagem		Florestas		Urbano		Total	
	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT
Araraquara	1620,2974	0,14			730,79501	0,06	365,28898	0,03			2716,3814	0,23
Borborema	6930,4652	0,59					710,94008	0,06			7641,4053	0,59
Estrela d'Oeste	2158,3564	0,18			226,25072	0,02					2384,6071	0,20
Fernandópolis	11287,644	0,96			2645,855	0,22	218,17275	0,02			14151,672	1,20
Floreal	600,69247	0,05			177,18618	0,02	11,601097	0,00			789,47975	0,07
Gavião Peixoto	6240,8586	0,53					441,94739	0,04	2,860264	0,00	6685,6662	0,57
Irapuã	7685,6371	0,65	156,72792	0,01	70,323457	0,01	257,76844	0,02			8170,4569	0,69
Itajobi	1533,8066	0,13			95,037576	0,01	203,8383	0,02			1832,6824	0,16
Itápolis	13317,096	1,13					1469,3738	0,12			14786,47	1,25
José Bonifácio	11265,834	0,96			138,87673	0,01	128,00254	0,01			11532,713	0,98
Macaubal	2812,8317	0,24			1304,7314	0,11					4117,5631	0,35
Mendonça	1228,6789	0,10	16,783669	0,00	370,63277	0,03					1228,6789	0,10
Meridiano	1345,9175	0,11			3185,9746	0,27	801,6626	0,07			5333,5547	0,45
Monte Aprazível	3721,7976	0,32			270,23906	0,02					3992,0367	0,34
Neves Paulista	424,01172	0,04									424,01172	0,04
Nhandeara	7764,4616	0,66			5809,1297	0,49	86,16089	0,01	71,940469	0,01	13731,693	1,16
Nipoã	5794,8172	0,49			150,62333	0,01			184,42242	0,02	6129,863	0,52
Nova Aliança	5119,8987	0,43			211,93621	0,02	112,31901	0,01			5444,1539	0,46
Nova Europa	3427,9911	0,29					486,25573	0,04	109,62247	0,01	4023,8693	0,34
Novo Horizonte	11742,898	1,00			907,30025	0,08	317,51676	0,03			12967,715	1,10
Ouroeste	71,477773	0,01									71,477773	0,01



Municípios	Agricultura ciclica		Água		Pastagem		Florestas		Urbano		Total	
	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT	Área (hectares)	% corredor da LT
Populina	211,91231	0,02			854,25899	0,07					1066,1713	0,09
Potirendaba	2516,5171	0,21	64,11123	0,01	11,426852	0,00	81,732487	0,01			2673,7877	0,23
Tabatinga	6945,8415	0,59					901,96195	0,08			7847,8034	0,67
Turmalina	4829,3875	0,41			806,12929	0,07					5635,5168	0,48
União Paulista	977,06441	0,08									977,06441	0,08
Urupês	1389,0952	0,12					6,35884	0,00			1395,4541	0,12
Valentim Gentil	6,472368	0,00			2089,482	0,18	132,1902	0,01			2228,1445	0,19
Votuporanga	1201,2147	0,10					78,03374	0,01			1279,2485	0,11
Corredor São Paulo	125409,56	10,64	237,62	0,02	20442,34	1,73	7139,30	0,61	368,85	0,03	153210,25	12,93

Fonte: Elaboração própria. **Referências cartográficas utilizadas:** Base cartográfica (planimétrica), obtida por meio da digitalização de cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:250.000, 1:100.000 e 1:50.000; revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT; atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e imagens de alta resolução disponibilizadas no programa *Google Earth* (2009/10); dados de verdade terrestre (campanhas de campo, 2009/2010).

**Referências temáticas utilizadas:** Tema elaborado a partir da análise integrada de dados secundários e primários, por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGis 9.3.1 (ESRI, 2009). Entre os principais dados para a identificação da cobertura vegetal, destacam-se: Projeto RADAMBrasil (Folha SC.20 Porto Velho, Folha SD.20 Guaporé, Folha SD.21 Cuiabá, Folha SE.21 Corumbá, Folha SE.22 Goiânia); MMA (2007); SIPAM (2008); KRONKA, F.J.N. *et al.* Inventário Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Florestal, 1993, 200p.; SCOLFORO, J. R.; CARVALHO, L. M. T. Mapeamento e Inventário da Flora e dos Reflorestamentos de Minas Gerais. Lavras: UFL, 2006; para a identificação do uso e ocupação das terras, contou-se com a interpretação automática, não supervisionada (algoritmo "isodata") e visual de imagens LANDSAT 5 TM, em composição colorida 3(r), 4(g) e 5(b) e 2(b), 3(g) e 4(r); Modelo Digital de Terreno – MDT (SRTM – Shuttle Radar Topography Mission, NASA/2000).

## **h. Estrutura-Fundiária dos Municípios da AI**

A forma como a terra é apropriada e distribuída/concentrada é analisada com base nos dados do INCRA e do IBGE. Os dados do INCRA foram obtidos através do DATALUTA-Estrutura Fundiária, cujas fontes primárias são as Estatísticas Cadastrais de 1992 e 1998 e o Cadastro de 2003 do INCRA. Os dados do IBGE são relativos ao Censo Agropecuário de 2006. O INCRA elabora o cadastro dos imóveis rurais através da declaração dos proprietários ou posseiros e, por isso, comporta o caráter jurídico da estrutura fundiária, de forma que um imóvel pode ser uma propriedade ou uma posse. O IBGE considera, nos censos agropecuários, os estabelecimentos agropecuários, definidos como *“toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável. (IBGE, 2006a, não pag.)”*.

O cadastro do INCRA é abastecido com dados de natureza declaratória, não havendo conferências com informações dos cartórios de registro de imóveis, o que indica a fragilidade do sistema. A declaração de uma área superior ou inferior à área real do imóvel pode ter como objetivo a redução de impostos, omissão de terras improdutivas, ampliação de crédito rural e grilagem de terras. Por isso, devemos considerar possíveis desvios principalmente no tamanho da área dos imóveis rurais. Esses possíveis desvios nos dados do INCRA não os inutilizam, pois essas práticas ilegais, por mais numerosas que possam ser, não se aplicam à maioria dos detentores. Os dados do IBGE não estão totalmente isentos desses possíveis desvios, porém, em virtude de sua finalidade censitária, acreditamos que haja menos interesse dos produtores em fornecer informações falsas.

Iniciamos a análise da estrutura fundiária com o índice de Gini, calculado pelo Atlas da Questão Agrária Brasileira, a partir dos dados da estrutura fundiária de 1992, 1998 e 2003, do INCRA. De acordo com esta publicação, em 2003, o índice de Gini para o Brasil era 0,816, o que indica grande concentração, já que quanto mais próximo de um maior é o grau de concentração da terra. A evolução entre 1992 e 2003, de apenas - 0,010, confirma que as políticas de reforma agrária não tocaram na concentração geral da estrutura fundiária brasileira. Em 2003, entre todas as unidades da federação brasileiras, o menor índice de concentração fundiária foi apresentado pelo Estado de Rondônia – 0,567 e, o maior, pelo Estado do Amazonas – 0,837. Entre os Estados que compõem a Área de Abrangência Regional (AAR) do empreendimento, a concentração fundiária variava, no ano de 2003, de 0,567, em Rondônia, a 0,763, no Mato Grosso.

Entre 1992 e 2003, houve diminuição da concentração da terra em todos os Estados a serem atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, exceto Goiás, onde o incremento do índice foi de 0,002, considerando todo o período analisado. A maior desconcentração da terra, na área em estudo, ocorreu nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, onde o índice diminuiu 0,065 e 0,05 pontos, respectivamente.

**Quadro 3.6.5.3 - 67 – Índice de Gini 1992-1998-2003 e evolução 1992-2003**

UF	GINI 1992	GINI 1998	GINI 2003	Evolução 1992-2003
Acre	0,883	0,865	0,785	-0,098
Alagoas	0,783	0,783	0,784	0,001
Amapá	0,842	0,775	0,585	-0,258
Amazonas	0,935	0,927	0,837	-0,098
Bahia	0,802	0,826	0,807	0,004
Ceará	0,684	0,695	0,691	0,007
Espírito Santo	0,615	0,632	0,626	0,012
Goiás	0,717	0,720	0,720	0,002
Maranhão	0,740	0,759	0,719	-0,021
Minas Gerais	0,745	0,754	0,741	-0,004
Mato Grosso do Sul	0,807	0,806	0,805	-0,001
Mato Grosso	0,813	0,803	0,763	-0,050
Pará	0,888	0,885	0,823	-0,065
Paraíba	0,753	0,758	0,755	0,002
Pernambuco	0,757	0,756	0,742	-0,015
Piauí	0,743	0,767	0,755	0,012
Paraná	0,693	0,702	0,677	-0,016
Rio de Janeiro	0,728	0,742	0,738	0,010
Rio Grande do Norte	0,739	0,759	0,752	0,013
Rondônia	0,631	0,631	0,567	-0,065
Roraima	0,870	0,789	0,597	-0,273
Rio Grande do Sul	0,713	0,718	0,693	-0,021
Santa Catarina	0,625	0,632	0,607	-0,018
Sergipe	0,788	0,788	0,773	-0,014
São Paulo	0,750	0,754	0,744	-0,006
Tocantins	0,661	0,685	0,678	0,017
Distrito Federal	0,781	0,804	0,827	0,046
BRASIL	0,826	0,838	0,816	-0,010

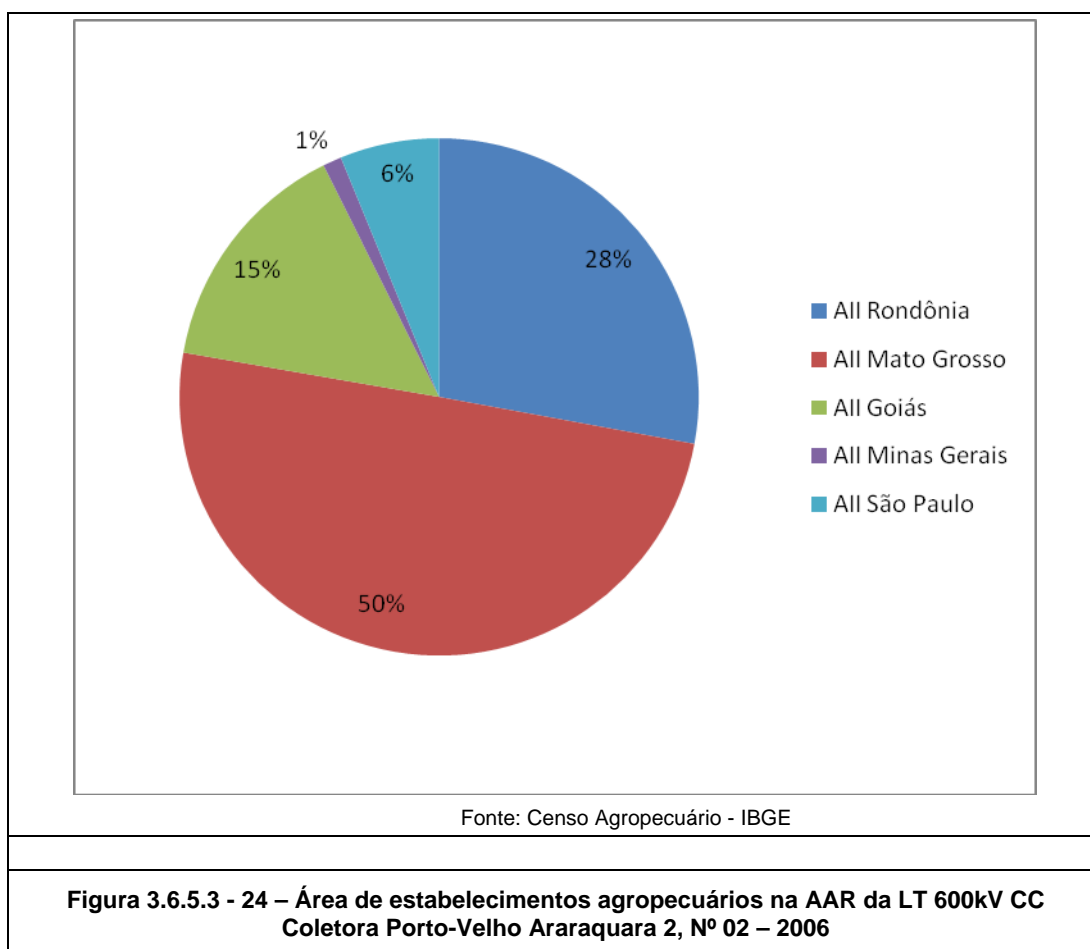
**Dados:** DATALUTA-Estrutura Fundiária / Cadastro do INCRA  
**Cálculo:** Eduardo Paulon Girardi

Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira

A área ocupada por estabelecimentos agropecuários, no conjunto dos 87 municípios que compõem a Área de Influência Indireta (AII) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, de acordo com informações do Censo Agropecuário 2006 (IBGE), é de 134.541.124 hectares, ocupando 54,4% da AII. A maior parte da área total ocupada por estabelecimentos agropecuários se situa no Estado do Mato Grosso (50%), percentual superior à área do conjunto de municípios matogrossense na AII, que é de 47%. O mesmo acontece com os municípios goianos, que, juntos, ocupam 11%

da área em estudo, apresentando maior fatia de seus territórios ocupada por estabelecimentos agropecuários, que ocupam 15% do total da área ocupada por estabelecimentos agropecuários de toda a AII.

Por outro lado, o conjunto de estabelecimentos agropecuários da área rondoniense em estudo ocupa 28% da área de estabelecimentos agropecuários em toda a AII, a maior parte deles situados na AII Leste Rondoniense (que concentra 43% dos estabelecimentos agropecuários de toda a área em estudo), enquanto que o conjunto de municípios rondonienses ocupa 36% da AII.



Para analisar a estrutura fundiária, adotamos três grandes grupos de estabelecimentos agropecuários: pequenos, com área inferior a 200 hectares; médio, com área entre 200 e 2.500 hectares; e grandes, com área superior a 2.500 hectares. O Censo Agropecuário 2006, do IBGE, fornece, ainda, dados sobre os produtores sem área, que foram incorporados à análise.

Considerando a área ocupada por estabelecimentos agropecuários, no ano de 2006, no conjunto dos 90 municípios brasileiros que compõem a AII do empreendimento,

39,7% desta área era constituída por grandes estabelecimentos, enquanto os estabelecimentos médios ocupavam 37,4% e os pequenos, que correspondiam a 87,4% do total de estabelecimentos, ocupavam apenas 22,8% da área cadastrada.

Em todo o trajeto a ser percorrido pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, a maior concentração fundiária ocorre na área mato-grossense e, a menor, na área paulista em estudo. Em 2006, a proporção da área ocupada por pequenos estabelecimentos, em relação ao total da área ocupada por estabelecimentos agropecuários, variava de 7,9% na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, a 55,6% na All Mesorregional São José do Rio Preto, onde inexistiam grandes estabelecimentos. Na All Mesorregional Leste Rondoniense, embora os estabelecimentos grandes ocupassem 15,5% da área cadastrada, havia 32.049 estabelecimentos pequenos que ocupavam expressiva porcentagem da área cadastrada – 45,5%. A porcentagem da área cadastrada ocupada por grandes estabelecimentos era mais elevada nas Alls Mesorregionais Sul Goiano (62%), Sudoeste Mato-grossense (52,7%), e Sudeste Mato-grossense (47,4%). A All Mesorregional que apresenta a maior porcentagem da área cadastrada ocupada por estabelecimentos médios é também o Sudeste Matogrossense – 52,7%.

**Quadro 3.6.5.3-68 – Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por Grupos de Área Total nas Mesorregiões da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho Araraquara 2, Nº 02 – 2006**

AII Mesorregionais e AII	Total		Mais de 0 a menos de 200 hectares		Mais de 200 a menos de 2500 hectares	De 2500 ha e mais	Produtor sem área	Número	Área	
	Número	Área	Número	Área	Número					
<b>AII Mesorregional Madeira Guaporé</b>	4377	615039	3419	172679	528	280186	29	154646	400	0
<b>AII Mesorregional Leste Rondoniense</b>	34558	3138307	32049	1427383	2252	1149912	101	486290	156	0
<b>AII Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense</b>	7098	1581684	6054	162085	752	520838	121	885754	171	0
<b>AII Mesorregional Sudeste Mato-grossense</b>	5701	1516128	4519	165074	952	719342	127	625311	103	0
<b>AII Mesorregional Sudoeste Mato-grossense</b>	7746	3608636	6373	283638	1061	799213	255	2522162	57	0
<b>AII Mesorregional Sul Goiano</b>	4037	2004871	1965	407126	1930	1242229	111	567208	31	0
<b>AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba</b>	1260	156313	1064	44654	193	102593	3	9059	0	0
<b>AII Mesorregional Araraquara</b>	3705	285781	3512	106822	155	52955	22	85401	16	0
<b>AII Mesorregional São José do Rio Preto</b>	11455	547365	10891	291713	497	164586	12	0	55	0
<b>TOTAL AII</b>	79937	13454124	69846	3061174	8320	5031854	781	5335831	989	0

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

## (1) Rondônia

No Estado de Rondônia havia, no ano de 2006, 82.077 estabelecimentos agropecuários, distribuídos numa área de 8.329.133 hectares. As propriedades com mais de 2500 ha do Estado, que correspondiam a 0,3% do total, localizavam-se em 18,9% do território cadastrado. Por outro lado, os estabelecimentos de pequeno porte, que totalizavam 91,6%, ocupavam 41,3% da área estadual. Os estabelecimentos de médio porte – 39,8% - situavam-se em 39,8% do total da área cadastrada.

Em se tratando do conjunto dos municípios analisados, a concentração de terras em grandes propriedades ainda é maior se comparado ao Estado, pois 130 estabelecimentos agropecuários (0,33%) ocupavam 17,1% do total dos municípios cadastrados. Os estabelecimentos de médio porte eram 2.780 (7,14%) distribuídos em 1.430.127 ha. Aproximadamente 90% dos estabelecimentos eram de pequeno porte e estavam localizados em 42,6% da área total dos municípios.

Na All Mesorregional Madeira Guaporé eram 4.377 estabelecimentos agropecuários ocupando 615.039 ha da área cadastrada. Do total dos estabelecimentos, 78,1%, era de menos de 200 ha e distribuídos em 172.675 ha, o que correspondia a 28% da área. Já os grandes estabelecimentos, de 2500 ha ou mais, eram 29 (0,7%) em 25,1% do total da área, e a maior parte destes (19) estavam localizados no município de Porto Velho. Os estabelecimentos de médio porte eram 528 (12%) em uma área de 280.215 ha.

Na All Mesorregional Leste Rondoniense, eram 34.558 estabelecimentos agropecuários localizados em 3.138.307 ha da área cadastrada. O maior número de estabelecimentos (3.097) encontrava-se em Jaru, e a maior área localizava-se em Ariquemes (359.577 ha). Havia 32.049 estabelecimentos com menos de 200 hectares, distribuídos em uma área de 1.427.383 ha, e, ainda, 2.252 estabelecimentos de médio porte, ocupando uma área de 1.149.912 ha. Os estabelecimentos com mais de 2500 ha ocupavam uma área de 486.290 ha e eram 101. Os municípios de Chupinguaia, Corumbiara e Parecis eram os que possuíam o maior número de estabelecimentos de grande porte.

Com relação aos produtores sem área, no Estado de Rondonia havia 914, e nos municípios analisados eram 556. A maior parte deles, 357, encontrava-se em Porto Velho, na All Mesorregional Madeira Guaporé. Os outros 156 estavam localizados na All Mesorregional Leste Rondoniense, principalmente nas cidades de Jaru, Governador Jorge Teixeira e Rolim de Moura.

**Quadro 3.6.5.3-69 – Número e área de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total nos municípios da AII/Rondônia – 2006**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 hectares		Mais de 200 a menos de 2500 hectares		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)
<b>Rondônia</b>	<b>87.077</b>	<b>8.329.133</b>	<b>79.741</b>	<b>3.438.326</b>	<b>6.142</b>	<b>3.314.237</b>	<b>280</b>	<b>1.576.570</b>	<b>914</b>	<b>0</b>
Candeias do Jamari	829	127.694	728	29.570	92	51.532	8	46.592	1	X
Itapuã do Oeste	706	83.950	576	34.379	86	42.067	2	-	42	0
Porto Velho	2.842	403.395	2.116	108.726	350	186.616	19	108.054	357	0
<b>AII Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>4.377</b>	<b>615.039</b>	<b>3.420</b>	<b>172.675</b>	<b>528</b>	<b>280.215</b>	<b>29</b>	<b>154.646</b>	<b>400</b>	<b>0</b>
Alto Paraíso	2.259	186.680	2.104	119.440	150	63.489	1	X	4	0
Alvorada D'Oeste	2.250	138.458	2.138	71.748	107	57.757	3	8.954	2	X
Ariquemes	3.005	359.577	2.613	117.054	377	200.447	9	42.076	6	0
Cabixi	1.016	105.085	919	47.798	95	46.245	2	X	-	-
Cacaulândia	773	137.486	574	36.105	196	91.121	3	10.260	-	-
Castanheiras	592	68.290	526	26.538	62	35.459	2	X	2	X
Cerejeiras	958	124.457	887	37.229	64	40.088	6	47.140	1	X
Chupinguaia	637	261.547	525	26.182	87	73.108	25	162.258	-	-
Colorado do Oeste	1.602	128.932	1.496	75.526	99	49.106	1	X	6	0
Corumbiara	1.497	200.696	1.416	63.243	65	43.567	15	93.885	1	X
Governador Jorge Teixeira	1.814	138.852	1.719	86.928	60	27.211	3	24.713	32	0
Jaru	3.097	238.877	2.878	159.979	170	69.921	2	X	47	0
Monte Negro	1.375	143.851	1.235	75.687	124	54.854	2	X	14	0
Nova Brasilândia D'Oeste	2.187	93.656	2.136	54.348	48	21.856	3	17.452	-	-
Ouro Preto do Oeste	1.757	150.790	1.633	98.878	122	43.926	2	X	-	-
Parecis	780	168.069	664	27.857	104	92.742	11	47.471	1	X
Presidente Médici	2.210	145.083	2.088	80.622	105	47.621	5	16.840	12	0



Municípios, All Mesorregional e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 hectares		Mais de 200 a menos de 2500 hectares		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)
Primavera de Rondônia	550	55.942	513	18.394	35	23.808	2	X	-	-
Rolim de Moura	2.467	129.389	2.330	89.018	112	40.371	-	-	25	0
São Felipe D'Oeste	954	51.014	928	24.697	21	11.075	3	15.241	2	X
Teixeirópolis	686	41.628	655	30.526	31	11.102	-	-	-	-
Urupá	2.092	69.948	2.072	59.586	18	5.038	1	X	1	X
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>34.558</b>	<b>3.138.307</b>	<b>32.049</b>	<b>1.427.383</b>	<b>2.252</b>	<b>1.149.912</b>	<b>101</b>	<b>486.290</b>	<b>156</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>38.935</b>	<b>3.753.346</b>	<b>35.469</b>	<b>1.600.058</b>	<b>2.780</b>	<b>1.430.127</b>	<b>130</b>	<b>640.936</b>	<b>556</b>	<b>0</b>

Fonte: IPEA - 2006

No Estado de Rondônia, no ano de 2006, 91,4% dos estabelecimentos agropecuários eram constituídos por terras próprias. O restante da área era constituído por terras concedidas por órgão fundiário (1,3%), terras ocupadas (1,1%), terras arrendadas (1,0%) e terras em parceria (0,5%).

Em relação ao Estado de Rondônia, no conjunto dos municípios em estudo localizavam-se 45% das terras cadastradas, e, dentre elas, 96,1% eram próprias, 1,5% eram concedidas por órgão fundiário, 0,4% eram em parceria, e, as terras arrendadas e ocupadas possuíam o mesmo percentual – 1,0%.

A All Mesorregional Madeira Guaporé respondia por 7,4% das terras estaduais. Do total das terras desta Mesorregional, 93,6% eram próprias, 3,9% eram concedidas, 1,3% em parceria, 0,6% arrendadas, e, também, 0,6% de terras ocupadas.

Por último, a All Mesorregional Leste Rondoniense dividia-se em 96,5% de terras próprias, 1,0% de terras concedidas por órgão fundiário, 1,1% de terras arrendadas, 1,0% de terras ocupadas, e, 0,3% em parceria. Das terras próprias, 11,3% do total localizava-se em Ariquemes, seguido por Chupinguaia (8,5%) e Jaru (7,8%). Das terras arrendadas, destacavam-se por possuírem maior área os municípios de Cerejeiras (22,5%), Cabixi (12,4%) e Cacaúlândia (7,2%) e, das terras ocupadas, os maiores percentuais de terras encontravam em Alto Paraíso (16,8%), Alvorada D'Oeste (14,9%), Ouro Preto do Oeste (10,3%) e Presidente Médici (10,3%). Esta All Mesorregional ocupava 37,7% das terras estaduais.

**Quadro 3.6.5.3-70 - Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras nos municípios da All/Rondônia - 2006**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
<b>Rondônia</b>	<b>8.329.133</b>	<b>8.004.578</b>	<b>109.043</b>	<b>86.095</b>	<b>41.091</b>	<b>88.326</b>
Candeias do Jamari	127.694	127.219	257	X	X	126
Itapuã do Oeste	83.950	80.214	1.038	1.099	492	1.108
Porto Velho	403.395	367.976	22.726	2.570	7.739	2.383
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>615.039</b>	<b>575.409</b>	<b>24.021</b>	<b>3.669</b>	<b>8.231</b>	<b>3.617</b>
Alto Paraíso	186.680	175.363	4.521	1.247	35	5.514
Alvorada D'Oeste	138.458	132.326	64	710	473	4.884
Ariquemes	359.577	342.043	11.896	2.340	1.368	1.931
Cabixi	105.085	97.546	-	4.263	701	2.575
Cacaúlândia	137.486	134.367	X	2.475	64	532
Castanheiras	68.290	67.643	-	489	19	138
Cerejeiras	124.457	115.837	X	7.709	47	731
Chupinguaia	261.547	257.991	1.384	1.801	-	370
Colorado do Oeste	128.932	126.822	X	1.618	38	340
Corumbiara	200.696	196.845	557	657	1.217	1.420

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Governador Jorge Teixeira	138.852	137.609	X	685	304	153
Jaru	238.877	236.718	X	415	938	731
Monte Negro	143.851	142.036	310	1.041	156	308
Nova Brasilândia D'Oeste	93.656	88.617	1.597	606	1.214	1.622
Ouro Preto do Oeste	150.790	144.765	1.308	871	462	3.384
Parecis	168.069	162.503	4.745	722	-	99
Presidente Médici	145.083	136.139	3.469	1.688	398	3.389
Primavera de Rondônia	55.942	53.719	37	544	328	1.315
Rolim de Moura	129.389	124.357	2.266	1.146	293	1.327
São Felipe D'Oeste	51.014	48.588	99	1.612	389	326
Teixeirópolis	41.628	40.723	-	595	10	300
Urupá	69.948	67.283	-	1.018	179	1.468
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>3.138.307</b>	<b>3.029.840</b>	<b>32.253</b>	<b>34.252</b>	<b>8.633</b>	<b>32.857</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>3.753.346</b>	<b>3.605.249</b>	<b>56.274</b>	<b>37.921</b>	<b>16.864</b>	<b>36.474</b>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

## (2) Mato Grosso

No Estado do Mato Grosso, no ano de 2006, havia 112.978 estabelecimentos agropecuários, que ocupavam uma área de 47.805.514 ha. O Estado apresentava elevada concentração fundiária, onde apenas 3,3% dos grandes estabelecimentos estavam distribuídos em mais da metade da área cadastrada - 61,6%. Os estabelecimentos com menos de 200 ha, que eram maioria (78,7%), ocupavam somente 8,8% do total da área estadual. Os estabelecimentos de médio porte representavam 17,1% do total e estavam distribuídos em 29,7% da área. Os produtores sem área representavam 0,9% do total.

O conjunto dos municípios analisados representava 18,2% dos estabelecimentos agropecuários em relação ao Estado, e 14% da área estadual. Os produtores sem área representavam 32,6% dos produtores no Estado. A terra continuava, ainda, bastante concentrada entre estes municípios. Em 2006, 2,4% dos estabelecimentos de grande porte localizavam-se em 60,1% da área dos municípios em estudo. Os estabelecimentos de médio porte eram 2.765 (13,5%) em 30,4% da área, e as pequenas propriedades era maioria, 16.946 (82,5%), distribuídas em apenas 9,1% da área.

A All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense havia, em 2006, 7.098 estabelecimentos agropecuários, ocupando 1.581.684 ha da área cadastrada. Aqui, repete-se a tendência observada tanto no Estado de Rondonia quanto no conjunto dos municípios analisados, onde, mais uma vez, existe uma elevada concentração

fundiária. As grandes propriedades representavam 1,7% do total dos estabelecimentos e ocupavam 56% da área cadastrada desta All Mesorregional. As cidades de Rosario do Oeste e Santo Antonio do Leverger, juntas, somavam 50,2% da área dos estabelecimentos de grande porte da All Mesorregional, com apenas 1,4% de estabelecimentos da mesma. Os estabelecimentos de pequeno porte representavam 85,3% do total, distribuídos em 10,2% da área, e estavam localizados, principalmente, nos municípios de Santo Antonio do Leverger (1.589), Cuiabá (1.175) e Rosário do Oeste (1.037). Por último, os estabelecimentos de médio porte eram 752 (10,6%), ocupando uma área de 520.838 ha (32,9%). O maior número de produtores sem área estava nesta All Mesorregional – 171.

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, os grandes estabelecimentos ocupavam 41,2% da área e representavam 2,2% do total desta All Mesorregional. A cidade de São José do Povo e Jaciara possuíam o menor número de estabelecimentos com mais de 2500 ha, estando os outros estabelecimentos variando entre 34, em Alto Araguaia, e, 14, em Rondonópolis. Quatro municípios se destacaram por possuir o maior número de estabelecimentos de médio porte, sendo eles: Alto Araguaia, Rondonópolis, Alto Garças e Pedra Presta. Juntos eles somavam 80% (762) do total de 952 estabelecimentos médios. A cidade de Rondonópolis chamou a atenção por possuir aproximadamente 42% dos pequenos estabelecimentos em 36% da área. Os estabelecimentos de menos de 200 hectares ocupavam 10,9% da área e eram 4.519.

A All Mesorregional que apresentou maior concentração fundiária foi a Sudoeste Mato-grossense. O município de Vila Bela Santíssima Trindade destacou-se por possuir a maior área territorial cadastrada (1.236.917 ha ou 34,3%), inclusive, também a maior área de cada tipo de estabelecimento (pequeno, médio e grande), e, ainda, o maior número de estabelecimentos agropecuários da All Mesorregional (1.334 ou 17,2%). Os estabelecimentos de grande porte respondiam por 3,3% do total e ocupavam, aproximadamente, 70% da área cadastrada, enquanto os estabelecimentos médios eram 13,7% e eram distribuídos em 22,1% da área. Os estabelecimentos de pequeno porte eram maioria (82,3%) e ocupavam 7,9% do total da área da All Mesorregional, destacando-se a cidade de Comodoro com o maior percentual destes estabelecimentos (16,4%) em apenas 14,4% da área.

**Quadro 3.6.5.3 - 71 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total nos municípios da AII/Mato Grosso- 2006**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 hectares		Mais de 200 a menos de 2500 hectares		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)
<b>Mato Grosso</b>	<b>112.978</b>	<b>47.805.514</b>	<b>88.860</b>	<b>4.190.044</b>	<b>19.348</b>	<b>14.182.487</b>	<b>3.754</b>	<b>29.432.982</b>	<b>1.016</b>	<b>0</b>
Acorizal	686	63.412	582	15.284	57	37.168	4	10.960	43	0
Alto Paraguai	541	84.382	473	14.157	62	45.228	6	24.997	-	-
Cuiabá	1.311	125.366	1.175	21.747	128	71.971	6	31.648	2	X
Jangada	630	69.314	534	13.175	45	31.575	3	24.564	48	0
Rosário Oeste	1.343	502.168	1.037	39.190	212	168.612	50	294.366	44	0
Santo Antônio do Leverger	1.877	694.759	1.589	45.738	220	149.801	50	499.219	18	0
Várzea Grande	710	42.283	664	12.794	28	16.483	2	X	16	0
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>7.098</b>	<b>1.581.684</b>	<b>6.054</b>	<b>162.085</b>	<b>752</b>	<b>520.838</b>	<b>121</b>	<b>885.754</b>	<b>171</b>	<b>0</b>
Alto Araguaia	642	402.489	322	22.258	281	212.657	34	167.574	5	0
Alto Garças	228	225.628	73	5.617	130	105.963	25	114.049	-	-
Jaciara	383	86.702	299	9.445	77	53.679	7	23.578	-	-
Juscimeira	724	191.761	615	28.481	87	56.117	22	107.162	-	-
Pedra Preta	908	276.808	642	20.098	160	141.445	23	115.265	83	0
São José do Povo	684	42.033	654	19.893	26	15.740	2	X	2	X
Rondonópolis	2.132	290.707	1.914	59.282	191	133.741	14	97.683	13	0
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>5.701</b>	<b>1.516.128</b>	<b>4.519</b>	<b>165.074</b>	<b>952</b>	<b>719.342</b>	<b>127</b>	<b>625.311</b>	<b>103</b>	<b>0</b>
Araputanga	680	123.133	609	23.076	60	49.497	8	50.560	3	0
Barra do Bugres	831	400.540	578	21.686	188	151.689	38	227.164	27	0
Comodoro	1.189	562.526	1.045	40.846	92	68.642	35	453.038	17	0
Indiavaí	177	57.774	147	5.639	25	22.926	4	29.209	1	X
Jauru	890	102.211	830	35.935	51	33.088	9	33.188	-	-
Lambari D'Oeste	281	76.828	224	8.180	52	34.832	4	33.817	1	X
Vila Bela da Santíssima Trindade	1.334	1.236.917	1.042	53.168	215	178.041	73	1.005.709	4	0
Nova Lacerda	378	363.435	250	14.705	95	62.983	33	285.746	-	-
Pontes e Lacerda	1.241	525.653	980	47.576	213	155.650	44	322.426	4	0

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 hectares		Mais de 200 a menos de 2500 hectares		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)
Rio Branco	281	45.430	234	11.626	46	30.182	1	X	-	-
Vale de São Domingos	464	114.189	434	21.201	24	11.683	6	81.305	-	-
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	7.746	3.608.636	6.373	283.638	1.061	799.213	255	2.522.162	57	0
<b>TOTAL All</b>	<b>20.545</b>	<b>6.706.448</b>	<b>16.946</b>	<b>610.797</b>	<b>2.765</b>	<b>2.039.393</b>	<b>503</b>	<b>4.033.227</b>	<b>331</b>	<b>0</b>

Fonte: IPEA - 2006

No ano de 2006, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários no estado do Mato Grosso era constituída por terras próprias, correspondendo a 92,6%. O percentual de terras em parceria era irrisório, apenas 0,2%. As terras arrendadas respondiam por 3,9% e as concedidas por órgão fundiário sem titulação definitiva eram 2,1%. As terras ocupadas representavam 1,2% do total da área estadual.

No conjunto da área mato-grossense em estudo, o percentual de terras próprias era de 93%, o percentual de terras arrendadas era 5,1%. As terras concedidas por órgão fundiário representavam 1,4%, as terras ocupadas, 0,2%, e as terras em parceria, 0,1%.

As terras próprias respondem por 95,4% das terras da All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, e o maior percentual delas localizava-se em Santo Antonio do Leverger (43,9%) e Rosario do Oeste (32,1%). As terras arrendadas ocupavam 2,6% da All Mesorregional, e destacava-se o município de Santo Antonio de Leverger (62,3%) com o maior percentual de terras. As terras concedidas por órgão fundiário ocupavam apenas 1,6% do total da área da All Mesorregional e 51,8% dela localizava-se em Rosario do Oeste. Das terras ocupadas, 36% estavam em Rosário do Oeste e 24% em Cuiabá. Novamente Cuiabá, Santo Antonio do Leverger e Rosario do Oeste possuíam os maiores percentuais de área em parceria.

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, 89,8% das terras eram próprias, e 7,6% eram de terras arrendadas. Das terras próprias, 29,6% estavam em Alto Araguaia, e das terras arrendadas, boa parte delas localizavam-se em Alto Garças (41,3%). O percentual de terras concedidas por órgão fundiário, mas sem titulação definitiva, era pequeno (2,1%), e 50,7% delas estavam em Rondonópolis. As terras ocupadas eram apenas 0,3% e mais da metade delas encontrava-se em Alto Araguaia (43,1%) e Jaciara (31,1%). As terras em parceria possuíam um percentual irrisório – 0,1%.

A maior parte das terras na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense eram próprias (93,1%), 5,3% eram terras arrendadas, e 1,0% eram terras concedidas por órgão fundiário, mas sem titulação definitiva. O maior percentual de terras próprias ocupava o território de Vila Bela Santíssima Trindade (35,8%), que também era o município que possuía o maior percentual de terras ocupadas, 64,2%, e de terras concedidas por órgão fundiário, mas sem titulação definitiva (58,9%). As terras em parceria e as ocupadas apresentavam percentual pouco significativo.





**Quadro 3.6.5.3 - 72 - Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras nos municípios da AII/Mato Grosso- 2006**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
<b>Mato Grosso</b>	<b>47.805.514</b>	<b>44.271.940</b>	<b>994.838</b>	<b>1.874.518</b>	<b>91.784</b>	<b>572.435</b>
Acorizal	63.412	63.089	300	X	11	8
Alto Paraguai	84.382	73.287	593	9.208	X	1.280
Cuiabá	125.366	122.653	X	2.146	528	36
Jangada	69.314	68.662	-	369	X	278
Rosário Oeste	502.168	483.701	12.898	3.017	638	1.914
Santo Antônio do Leverger	694.759	661.644	6.344	25.478	628	664
Várzea Grande	42.283	35.704	4.776	654	-	1.148
<b>AII Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>1.581.684</b>	<b>1.508.740</b>	<b>24.911</b>	<b>40.872</b>	<b>1.805</b>	<b>5.328</b>
Alto Araguaia	402.489	379.748	6.950	13.797	-	1.995
Alto Garças	225.628	180.442	-	44.794	-	392
Jaciara	86.702	77.706	723	6.346	489	1.438
Juscimeira	102.211	101.473	395	22	X	207
Pedra Preta	276.808	261.948	168	14.421	271	X
São José do Povo	42.033	35.591	6.288	153	X	-
Rondonópolis	290.707	245.561	14.927	28.742	889	587
<b>AII Sudeste Mato-grossense</b>	<b>1.426.578</b>	<b>1.282.469</b>	<b>29.451</b>	<b>108.275</b>	<b>1.649</b>	<b>4.619</b>
Araputanga	123.133	118.775	2.255	2.011	X	X
Barra do Bugres	400.540	394.185	557	5.230	541	26
Comodoro	562.526	396.287	1.972	163.713	123	431
Indiavaí	57.774	56.109	1.496	X	-	-
Jauru	102.211	101.473	395	22	X	207
Lambari D'Oeste	76.828	67.910	-	8.906	-	X
Vila Bela da Santíssima Trindade	1.236.917	1.203.570	21.969	7.907	157	3.316
Nova Lacerda	363.435	362.031	628	297	X	368
Pontes e Lacerda	525.653	515.318	7.606	1.885	32	813
Rio Branco	45.430	45.418	-	-	X	X
Vale de São Domingos	114.189	98.943	437	X	-	X
<b>AII Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>3.608.636</b>	<b>3.360.019</b>	<b>37.315</b>	<b>189.971</b>	<b>853</b>	<b>5.161</b>
<b>TOTAL AII</b>	<b>6.616.898</b>	<b>6.151.228</b>	<b>91.677</b>	<b>339.118</b>	<b>4.307</b>	<b>15.108</b>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário



### **(3) Goiás**

No ano de 2006, o Estado de Goiás apresentava elevada concentração fundiária, com 0,9% de grandes estabelecimentos agropecuários ocupando 24,6% da área total de estabelecimentos agropecuários, além de 23.435 médios estabelecimentos (17,3% do total) ocupando 14.292.965 hectares (55,7% da área total). Os estabelecimentos pequenos, com menos de 200 hectares, representavam 80,3% do total de estabelecimentos do Estado, ocupando 19,8% da área.

No conjunto de municípios goianos em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, a concentração fundiária é ainda maior. No ano de 2006, os grandes estabelecimentos representavam 2,7% do total de estabelecimentos agropecuários e ocupavam 28,3% da área total na All Mesorregional Sul Goiano, enquanto os estabelecimentos pequenos ocupavam 20,3% e, os médios, 62%. Em Serranópolis, onde a área total dos estabelecimentos correspondia a 23% da área de estabelecimentos agropecuários nesta All, havia 34 grandes estabelecimentos que ocupavam 45% da área total de estabelecimentos agropecuários recenseados no município. No município de Itarumã, os grandes estabelecimentos representavam 37,4% da área total, em 2006. O município de Santa Rita do Araguaia é o único município goiano em estudo onde não foi registrada a existência de grandes estabelecimentos agropecuários.

**Quadro 3.6.5.3 - 73 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total nos municípios da All/Goiás - 2006**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 hectares		Mais de 200 a menos de 2500 hectares		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
<b>Itarumã</b>	393	281040	140	285896	233	101840	18	105032	2	X
<b>Jataí</b>	1585	567876	880	56530	676	430529	19	80815	10	0
<b>Mineiros</b>	1228	632302	553	40282	619	418762	40	173249	16	0
<b>Santa Rita do Araguaia</b>	238	61678	160	6838	78	54835	-	-	-	-
<b>Serranópolis</b>	593	461975	232	17580	324	236263	34	208112	3	0
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	4037	2004871	1965	407126	1930	1242229	111	567208	31	0
<b>Goiás</b>	135683	25683548	108942	5081549	23435	14292965	1193	6309034	2113	0

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

No estado de Goiás, no ano de 2006, 92,4% da área dos estabelecimentos agropecuários era constituída por terras próprias. O restante desta área era arrendada (5,2%), ocupada (0,9%), cedida em parceria (0,5%) ou concedida por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva (apenas 0,1% da área total).

Na AII Mesorregional Sul Goiano, as terras próprias representavam 87,8% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Chamam à atenção as terras arrendadas, representando 10,8% do total. No município de Jataí, o percentual da área ocupada por terras arrendadas atinge o percentual de 19,6%. Em Serranópolis, as terras ocupadas atingem 1% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

**Quadro 3.6.5.3 - 74 – Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras nos municípios da AII/Goias – 2006**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Itarumã	281.040	249.935	-	28.873	X	2.134
Jataí	567.876	443.557	4.429	111.312	4.821	3.757
Mineiros	632.302	574.834	1.754	48.884	2.537	4.294
Santa Rita do Araguaia	61.678	59.881	-	1.759	-	X
Serranópolis	461.975	431.214	X	25.894	X	4.479
AII Mesorregional Sul Goiano	2.004.871	1759421	6183	216722	7358	14664
Goias	25683548	23734486	273206	1324723	117686	233448

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

#### (4) Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais, no ano de 2006, havia 551.617 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 32.647.547 hectares. Os estabelecimentos pequenos (menos de 200 hectares) correspondiam a 91,8% do total de estabelecimentos agropecuários do Estado, ocupando 40,5% da área total, enquanto os estabelecimentos grandes (2.500 hectares ou mais) ocupavam 16% da área e, os médios (entre 200 e 2.500 hectares), 43,6%.

Na área em estudo em Minas Gerais, os estabelecimentos pequenos correspondem a 84,4% do total, ocupando 28,6% da área. Os estabelecimentos médios (15,3% do total) ocupam 65,6% da área total de estabelecimentos agropecuários da AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, ficando os 3 estabelecimentos grandes existentes, todos no município de Limeira do Oeste, com 5,8% da área.

**Quadro 3.6.5.3- 75 – Número e área de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total nos municípios da AII/Minas Gerais – 2006**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 hectares		Mais de 200 a menos de 2500 hectares		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)
<b>Ituramã</b>	521	73371	427	22262	94	51108	-	-	-	-
<b>Limeira do Oeste</b>	739	82942	637	22392	99	51485	3	9059	-	-
<b>AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba</b>	1260	156313	1064	44654	193	102593	3	9059	0	0
<b>Minas Gerais</b>	551617	32647547	506243	13208512	29625	14227781	914	5211254	14835	0

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

No ano de 2006, no Estado de Minas Gerais, as terras próprias ocupavam 93,1% da área total dos estabelecimentos agropecuários, ficando as terras arrendadas com 3,6% da área e restando, ainda, 1,6% de terras ocupadas, 0,9%, cedidas em parceria e 0,8%, concedidas por órgãos fundiários, ainda sem titulação definitiva.

Na área mineira em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, o município de Ituramã apresenta percentuais semelhantes aos estaduais com relação à condição legal das terras, chamando a atenção a proporção um pouco mais elevada de terras arrendadas em relação às terras próprias. A maior parte da área formada por terras ocupadas se encontra no município de Limeira do Oeste, onde os 11.012 hectares de terras ocupadas correspondem a 13,3% da área total de estabelecimentos agropecuários do município. Este município também apresenta o maior percentual de área concedida por órgãos fundiários ainda sem titulação definitiva – 6%.

**Quadro 3.6.5.3 - 76 – Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras nos municípios da AII/Minas Gerais – 2006**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Ituramã	73.371	70.526	34	2.442	X	357
Limeira do Oeste	82.942	65.498	4.991	1.298	143	11.012
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	156.313	136.024	5.025	3.740	143	11.369
Minas Gerais	32.647.547	30.386.430	256.562	1.189.340	292.394	522.823

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

## (5) São Paulo

No Estado de São Paulo, no ano de 2006, havia 227.594 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 16.701.71 hectares. A maior parte destes estabelecimentos possuía até 200 hectares, classificando-se como pequenos (92,7%) e ocupavam, juntos, 35% da área total de estabelecimentos agropecuários paulistas. Os estabelecimentos médios, que representavam 6,1% do total, ocupavam 42,6% da área total, enquanto os grandes, apenas 0,3% do total de estabelecimentos, ocupavam 9,7% da área.

Em 2006, na área paulista em estudo, 95% dos estabelecimentos eram pequenos e ocupavam 47,8% da área total de estabelecimentos agropecuários (acima dos

percentuais estaduais), enquanto que os grandes estabelecimentos (0,5% do total) ocupavam 10,3% da área, também acima dos percentuais estaduais. Ou seja, no conjunto de municípios paulistas em estudo, há maior quantidade tanto de estabelecimentos pequenos quanto de estabelecimentos grandes, ocupando maior área, em detrimento dos estabelecimentos médios, em comparação com o estado de São Paulo como um todo.

A All Mesorregional Araraquara, contudo, apresenta um perfil diferenciado com relação à concentração fundiária. Neste conjunto de sete municípios, havia, em 2006, 22 grandes estabelecimentos que ocupavam 29,9% da área total de estabelecimentos agropecuários desta All Mesorregional, ficando os estabelecimentos pequenos (94,8% do total) com 37,4% da área e, os médios, 18,5%. A maior parte da área ocupada por grandes estabelecimentos agropecuários pertencia aos municípios de Araraquara, Borborema e Itápolis.

Na All Mesorregional São José do Rio Preto, a concentração fundiária é menor. 95,1% dos 11.455 estabelecimentos existentes em 2006 eram pequenos e ocupavam 55,6% da área total dos estabelecimentos agropecuários desta All mesorregional, ou 291.713 hectares, enquanto os estabelecimentos médios ocupavam 164.586 hectares. Foram encontrados grandes estabelecimentos apenas nos municípios de Urupês (1), Potirendaba (1), Ouroeste (1), Nova Aliança (2), Itajobi (1), José Bonifácio (1), Novo Horizonte (4) e Fernandópolis (1).



**Quadro 3.6.5.3 - 77 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total nos municípios da All/São Paulo – 2006**

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 hectares		Mais de 200 a menos de 2500 hectares		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)
<b>Araraquara -</b>	773	59.005	739	15701	22	10.997	7	32.307	5	0
<b>Borborema</b>	630	47.237	591	17857	32	10.337	3	17.921	4	0
<b>Gavião Peixoto</b>	71	18.036	55	2454	15	12.166	1	X	-	-
<b>Itápolis</b>	1.386	86.969	1332	47811	44	14.148	5	23.902	5	0
<b>Matão</b>	255	33.920	228	6.089	22		3	11.271	2	0
<b>Nova Europa</b>	78	18.651	70	2667	6	1.852	2	X	-	-
<b>Tabatinga</b>	512	21.963	497	14243	14	3.455	1	X	-	-
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	3705	285.781	3512	106822	155	52955	22	85401	16	0
<b>Estrela d'Oeste</b>	381	25.863	346	12305	35	11.198	-	-	-	-
<b>Fernandópolis</b>	819	48.002	778	21623	32	15.381	1	X	8	0
<b>Floreal</b>	310	20.066	291	12085	19	6.490	-	-	-	-
<b>Irapuã</b>	376	19.351	359	8865	17	10.486	-	-	-	-
<b>Itajobi</b>	647	28.390	630	15747	16	5.678	1	X	-	-
<b>José Bonifácio</b>	715	54.143	651	24813	61	24.087	1	X	2	X
<b>Macaubal</b>	670	22.214	659	17936	11	4.279	-	-	-	-
<b>Mendonça</b>	293	12.106	281	6090	12	3.185	-	-	-	-
<b>Meridiano</b>	348	19.948	292	6250	24	10.892	-	-	32	0
<b>Monte Aprazível</b>	1.337	41.717	1315	34829	22	5.713	-	-	-	-
<b>Neves Paulista</b>	316	17.551	302	11916	14	3.464	-	-	-	-
<b>Nhandeara</b>	747	37.962	723	25902	23	8.479	-	-	1	X

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 hectares		Mais de 200 a menos de 2500 hectares		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)	Número	Área (hectares)
<b>Nipoã</b>	141	11.117	128	5558	12	2.422	-	-	1	X
<b>Nova Aliança</b>	287	22.299	266	9931	19	5.564	2	X	-	-
<b>Novo Horizonte</b>	708	22.396	666	2088	35	818	4	X	3	-
<b>Ouroeste</b>	182	23.164	158	4863	22	13.049	1	X	1	X
<b>Populina</b>	300	4.677	260	894	35	2.462	-	-	5	-
<b>Potirendaba</b>	754	30.045	732	19386	21	7.621	1	X	-	-
<b>Turmalina</b>	270	13.593	261	8651	9	2.130	-	-	-	-
<b>União Paulista</b>	118	8.075	111	4299	7	1.593	-	-	-	-
<b>Urupês</b>	749	23.548	741	13982	7	3.324	1	X	-	-
<b>Valentim Gentil</b>	242	10.665	226	5834	14	4.827	-	-	2	X
<b>Votuporanga</b>	745	30.473	715	17866	30	11.444	-	-	-	-
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	11455	547.365	10.891	291.713	497	164.586	12	0	55	0
<b>São Paulo</b>	227.594	3.584.168	210989	598032	13834	1.369.954	599	1.616.183	2.172	0

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

Em 2006, 80,9% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários no Estado de São Paulo era constituída por terras próprias. As terras arrendadas também representavam percentual significativo – 13,1% - e, as terras cedidas em parceria, 4,6%. O restante da área distribuía-se em terras ocupadas (0,7%) e terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva (0,7%).

Na área em estudo paulista da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, as terras arrendadas ocupam área proporcional ainda mais expressiva do que na média do estado. Na All Mesorregional Araraquara, as terras próprias ocupam apenas 68,7% da área total dos estabelecimentos agropecuários, havendo 20,3% de terras arrendadas e 10,3% de terras cedidas em parceria. A maior parte da área arrendada se encontra nos municípios de Araraquara e Itápolis. No município de Araraquara, as terras arrendadas atingem o percentual de 36,8% da área total dos estabelecimentos agropecuários. O maior percentual de área cedida em parceria é encontrado no município de Nova Europa – 43,8%, seguido por Matão – 25,3%.

Na All Mesorregional São José do Rio Preto, a área total dos estabelecimentos agropecuários se encontra assim distribuída: 80,8% de terras próprias, 16,1% de terras arrendadas, 2,2% cedidas em parceria, 0,2% de terras ocupadas e 0,1% de terras concedidas por órgão fundiário ainda não definitivamente tituladas. O maior percentual de terras arrendadas face à área total de estabelecimentos agropecuários é encontrado no município de Urupês – 29,8%. O município de Novo Horizonte é o que apresenta a maior área cedida em parceria – 7.784 hectares -, que representa 11,2% da área total dos estabelecimentos agropecuários no município. Em termos percentuais, as terras cedidas em parceria são significativas também nos municípios de Irapuã (10,3%) e Floreal (8,8%). Ouroeste é o município que apresenta o maior percentual de área constituída por terras próprias – 95,3%.

**Quadro 3.6.5.3 - 78 – Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras nos municípios da All/São Paulo – 2006**

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Araraquara	59.005	32.604	1.453	21.720	3.184	44
Borborema	47.237	35.198	-	3.236	8.748	53
Gavião Peixoto	18.036	14.070	-	3.966	-	-
Itápolis	86.969	61.956	-	16.012	8.907	94
Matão	33920	25127	224	8568	-	0

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Nova Europa	18.651	6.738	-	3.739	8.174	-
Tabatinga	21.963	20.711	-	799	402	X
All Mesorregional Araraquara	285.781	196.404	1.677	58.040	29.415	191
Estrela d'Oeste	25.863	24.976	-	538	X	X
Fernandópolis	48.002	39.533	X	8.039	339	90
Floreal	20.066	15.253	-	2.987	1.755	72
Irapuã	19.351	16.560	X	647	1.987	108
Itajobi	28.390	22.286	-	5.433	493	X
José Bonifácio	54.143	47.047	144	6.666	X	123
Macaubal	22.214	17.265	-	4.936	X	6
Mendonça	12.106	10.110	-	1.968	-	28
Meridiano	19.948	19.228	-	689	X	14
Monte Aprazível	41.717	35.415	94	6.196	X	-
Neves Paulista	17.551	15.141	-	2.191	206	X
Nhandeara	37.962	29.991	-	7.877	X	X
Nipoã	11.117	9.895	-	1.222	-	-
Nova Aliança	22.299	13.566	X	6.216	X	X
Novo Horizonte	69.298	43.229	156	18.054	7.784	75
Ouroeste	23.164	22.076	-	762	X	-
Populina	27.990	24.224	X	2.929	571	256
Potirendaba	30.045	22.640	X	7.391	-	X
Turmalina	13.593	12.973	X	563	X	32
União Paulista -	8.075	6.462	-	1.608	-	X
Urupês	23.548	16.134	-	7.030	361	22
Valentim Gentil	10.665	9.598	-	1.048	-	X
Votuporanga	30.473	25.266	-	4.723	X	450
All Mesorregional São José do Rio Preto	617.580	498.868	394	99.713	13.496	1.276
São Paulo	16.701.471	13.511.330	122.315	2.192.946	764.090	110.792

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

## **i. Superposições e Atividades Incompatíveis com Usos Futuros da Faixa de Servidão**

Para que a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 possa ser implantada e operada com segurança tanto para os trabalhadores como para a população local, as normas de segurança determinam algumas restrições no uso do solo, a partir do estabelecimento da faixa de servidão, de 78 metros de largura, tais como plantio árvores de grande porte, utilização de queimadas como técnica de manejo do uso, instalação de benfeitoras e áreas de lazer. Ressalta-se que, os distúrbios e interferências causadas pela operação da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 limitam-se largura da faixa de servidão.

Nessa fase de estudo de impacto ambiental, buscou-se identificar as principais atividades e/ou benfeitorias existentes ao longo do corredor de estudo - com 5km de largura - a fim de contribuir para refinamento e melhoria do traçado, no sentido de preservar, na medida do possível, as benfeitorias existente e, desviar, quando possível, das atividades ou usos que sejam incompatíveis com o estabelecimento da faixa de servidão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02.

Seguindo as orientações do órgão ambiental, estruturas como: pivôs centrais, aeródromos, linhas de transmissão, PCH ou demais empreendimentos que se encontram no corredor de estudo, os quais, possam ter alguma interface/interferência com o estabelecimento da faixa de servidão são apresentados nos itens e- Proximidade com Estrutura Impeditiva e d- Projetos de Desenvolvimento Econômico na seção 3.6.5.11 Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações. Bem, como o item b- Uso e Ocupação do solo da referida seção são apresentadas a descrição das culturas e os sistemas de produção identificados ao longo do corredor de 5km.

O traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 atravessa áreas de plantio de cana-de-açúcar nos estados de Mato Grosso, Goiás e São Paulo, com predomínio nos municípios atravessados no estado de São Paulo. Destaca-se que nesse estado, a legislação local proíbe a utilização de queima como técnica de manejo do uso.

Assim destaca-se nesse trecho da AID, nas diferentes ocupações atividades como coleta de castanhas e ocupações a 1909m (0449742 / 8951354) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, bem como aterro sanitário (lixão) a 602m (0462688 / 8923330), no município de Alto Paraíso (RO); extensos seringais a 1630m (0485477 / 8881584) da LT, nos municípios de Ariquemes (RO). No município de Rolim Moura observou-se a existência de três localidades com seringais: uma a 265m (0633342 / 8714278), outra a 79m (0649470 / 8702208) e outra a cerca de 2000m

(0641210 / 8706215), numa região com plantação também de eucalipto e coco e São Felipe do Oeste (RO) ocupação do solo por seringais a 967m (0665208 / 8684956) da LT. Além de plantações de eucaliptos nos municípios de Teixerópolis (RO) a 1716m (0587689 / 8782760) da LT e Castanheiras (RO) com 1746m (0617267 / 8728650) de distância da LT.

No trecho 2, região onde se localizam os municípios do estado do Mato Grosso foi identificado em Pontes Lacerda (MT) a 149m (0252124 / 8310004) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 um assentamento e um Parque de Exposições a 758m (0250121 / 8312162), Em Barra dos Bugres (MT) os impedimentos se concentram em atividades agrícolas ligadas a plantações de cana em três localidades a 573m (0475553 / 8320242), 358m (0488795 / 8319315) e 49m (0516502 / 8331977), bem como extensa plantações de eucaliptos a 371m (0497251 / 8321535) da LT. No município de Jangada (MT) a ocupação é mais diversificada, composta de plantações de teça a 1033m (0553904 / 8316312) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, um aterro sanitário a 822m (0556816 / 8316639) e a localização de uma empresa de beneficiamento de couro a apenas 103m (0559051 / 8314093) da LT. Em Cuiabá, a capital a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 tem proximidade de um balneário em construção a cerca de 930m (0609903 / 8281427) e a cascalheira a 701m (615420 / 8274469). No município de Jaciara (MT) foi identificado na região com maquinário agrícola (secadora de grãos) e extensos canaviais em duas regiões: uma a 1212m (0686175 / 8238023) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 e outra a apenas 279m (0722266 / 8205674).

O trecho 3, tem composição geográfica de três estados (GO, MG e SP), e embora seja um trecho longo da AID, foi identificado malhas vulneráveis apenas em um município no estado de Goiás, em Serranópolis, a 1106m (403248/7977118) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 plantação de eucalipto, bem como a estrutura de um armazém a 1298m da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02. No estado de Minas dois municípios apresentaram atividades incompatíveis com servidão: Itarumã (MG), com um aterro sanitário a 246m (556742/7823913) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 e Limeira do Oeste (MG), uma estação de tratamento de água COPASA a 2553m (545039/7839196). Em São Paulo, o município de Turmalina (SP) foi identificado um galpão para armazenamento de animais a 2095m (555188/7782976). No município de Fernandópolis (SP) foi observada a ocupação de uma usina de álcool a 1464m (568353/7762564) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02. E em Estrela do Oeste (SP), a 982m (564253/7772092) da LT foi identificada extensos seringais. Bem como também esse tipo de cultivo (seringais) foi observado em Valentim Gentil (SP) a 1555m

(587801/7733177) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 T. E por fim, em Nipoã (SP) foi identificado a plantação de eucalipto a 1349m (624185/7692058) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02.

A seguir são apresentadas os principais os usos, as atividades e as benfeitorias identificadas no corredor em estudo ao longo dos 2.382km do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02.

**Quadro 3.6.5.3 - 79- Superposições da LT com áreas de atividades incompatíveis ao Estabelecimento da Faixa de Servidão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Estado	Município	Atividades	Distância da LT (m²)	Coordenadas
<b>Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)</b>				
RO	Alto Paraíso	Coleta de Castanhas	1909	0449742 / 8951354
RO	Alto Paraíso	Lixão	602	0462688 / 8923330
RO	Alto Paraíso	Casa nas proximidades da LT	221	0446711 / 8957742
RO	Alto Paraíso	Casas nas proximidades da LT	54	0460297 / 8926200
RO	Alto Paraíso	Casa proximidade da LT	98	0465122 / 8917646
RO	Alto Paraíso	Casas próximas à LT	43	0466112 / 8916040
RO	Ariquemes	Seringal	1630	0485477 / 8881584
RO	Ariquemes	Casa próxima a LT	147	0487215 / 8881590
RO	Cacaulândia	Casa e curral próximos a LT	380	0503468 / 8866952
RO	Cacaulândia	Casas próximas à LT	56	0510165 / 8861840
RO	Cacaulândia	Igreja e pequeno comércio perto da LT	167	0510596 / 8861773
RO	Teixerópolis	Plantação de Eucalipto	1716	0587689 / 8782760
RO	Teixerópolis	Casa e curral	119	0580774 / 8789586
RO	Presidente Médici	Casa	273	0600302 / 8761402
RO	Castanheiras	Plantação de Eucalipto	1746	0617267 / 8728650
RO	Rolim de Moura	Usina de Borracha	90	0633368 / 8714700
RO	Rolim de Moura	Seringal	265	0633342 / 8714278
RO	Rolim de Moura	Seringal	1780	0637281 / 8713912
RO	Rolim de Moura	Seringal, Eucalipto e Coco	2077	0641210 / 8706215
RO	Rolim de Moura	Seringal	79	0649470 / 8702208
RO	Rolim de Moura	Igreja e Campo de futebol	687	0658123 / 8693020
RO	São Felipe do Oeste	Seringal	967	0665208 / 8684956
RO	São Felipe do oeste	Igreja	2187	0668948 / 8682373
RO	São felipe do oeste	Bar e casas	35	0667538 / 8680594
RO	Chupinguaia	Casas de fazenda	1484	0705989 / 8628190
<b>Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – Alto Araguaia (MT)</b>				
MT	Pontes e Lacerda	Casas de periferia urbana	655	0249363 / 8312570
MT	Pontes e Lacerda	Parque de Exposição	758	0250121 / 8312162
MT	Pontes e Lacerda	Casa e curral	97	0251869 / 8310120
MT	Pontes e Lacerda	Casa em assentamento	149	0252124 / 8310004
MT	Pontes e Lacerda	Casas	69	0289301 / 8313551
MT	Jauru	Casa	25	0302152 / 8315569

Estado	Município	Atividades	Distância da LT (m²)	Coordenadas
MT	Indiavaí	Curral	281	0316663 / 8316877
MT	Barra do bugres	Fazenda com projetos de plantio de cana	573	0475553 / 8320242
MT	Barra do Bugres	cana-de-açúcar	358	0488795 / 8319315
MT	Barra do Bugres	Eucalipto	371	0497251 / 8321535
MT	Barra do Bugres	Casas	1929	0515478 / 8329564
MT	Barra do Bugres	cana-de-açúcar	49	0516502 / 8331977
MT	Rosário do Oeste	Casa	149	0530048 / 8331189
MT	Rosário do oeste	Casa	317	0534346 / 8329221
MT	Jangada	Lixão	822	0556816 / 8316639
MT	Jangada	Empresa de beneficiamento de couro	103	0559051 / 8314093
MT	Cuiabá	Casas e chácaras no distrito da Guia	926	0581177 / 8301851
MT	Cuiabá	Pousada	383	0582927 / 8300551
MT	Cuiabá	Casas	526	0601780 / 8292156
MT	Cuiabá	Balneário em construção	932	0609903 / 8281427
MT	Cuiabá	Cascalheira	701	615420 / 8274469
MT	Cuiabá	Casa	19	0616714 / 8274402
MT	Cuiabá	Casa e escola	672	0617824 / 8274576
MT	Santo Antonio do Leverger	Casas, hotéis e centro espírita	301	0659279 / 8250130
MT	Santo Antonio do Leverger	Comércio	362	0670283 / 8250283
MT	Jaciara	Galpões de fazenda	602	0673972 / 8248545
MT	Jaciara	Pista de Pouso e decolagem e secador de grãos	1264	0678988 / 8241329
MT	Jaciara	cana-de-açúcar	1212	0686175 / 8238023
MT	Jaciara	cana-de-açúcar	279	0722266 / 8205674
MT	Rondonópolis	Casa e curral	132	0775136 / 8182411
<b>Trecho 3: Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP)</b>				
GO	Mineiros	casa com curral e pomar.	657	291674/8051354
GO	Mineiros	casa	1074	292186/8050667
GO	Serranópolis	Igreja Assembléia de Deus. Minist. Missão	107	429009/7959063
GO	Serranópolis	Eucalipto	1106	403248/7977118
GO	Serranópolis	Armazem da fazenda Primavera	1298	397087/7984820
MG	Iturama	Lixão	246	556742/7823913
MG	Iturama	Distrito de Alexandrita	383	557182/7821829
MG	Limeira do Oeste	estação de tratamento de água da COPASA	2553	545039/7839196
SP	Turmalina	Galpão para exposições de animais	2095	555188/7782976
SP	Fernandópolis	usina alcoeste	1464	568353/7762564
SP	Turmalina	casas	603	559795/7781068
SP	Estrela do Oeste	casas	1937	563588/7771380
SP	Estrela do Oeste	seringueira	982	564253/7772092
SP	Valentim Gentil	Pedreira COPLAN	1263	586121/7736808
SP	Valentim Gentil	seringueira	1555	587801/7733177
SP	Nipoã	Eucalipto	1349	624185/7692058

Fonte: levantamento de campo; agosto – dezembro, 2009



Com relação a operação do Eletrodo de Terra Nº 02, a bibliografia que versa sobre tema, não aponta impedimento sobre equipamentos de qualquer natureza, restringindo-se há alguns procedimentos de segurança, em especial sobre estruturas metálicas. Tais restrições ou medidas de segurança dependem da resistividade do solo no local de instalação dos eletrodos de terra e serão determinadas a partir dos estudos específicos do projeto dos eletrodos de terra, os quais deverão ser avaliadas cada caso, conforme a distancia e posicionamento de cada equipamento em relação as curvas equipotenciais.

Nesse sentido, serão postos os equipamentos possíveis de serem identificados durante o levantamento de campo, ressaltando mais uma vez, que tal listagem não implica necessariamente em atividades incompatíveis com a instalação e operação do eletrodo, mas sim, instalações e atividades que merecem atenção diferenciada quanto a análise de sua incompatibilidade, ou necessidade de cuidados especiais, em relação à implantação dos empreendimentos.

### (1) Rondônia

Na AID do Eletrodo de Terra Nº 02I, localizada no município de Candeias do Jamari, foi identificada a existência de uma rede elétrica na linha 45. Segundo os entrevistados, como parte do sistema de segurança dessas redes, encontram-se instalados no solo diversos aterramentos, todos próximos a postes e cercas das propriedades.



**Foto 3.6.5.3-6 - Rede elétrica a 10 metros da área de instalação do eletrodo de terra Nº 02 – Linha 53 – Porto Velho/RO**



**Foto 3.6.5.3-7 - Rede elétrica – Linha 37 – Porto Velho/RO**

Pesquisa de campo: 06/02/2010 a 13/02/2010  
Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2010

Foram identificadas diversas propriedades cercadas com arame de metal, algumas eletrificadas. A expansão da rede elétrica convencional no meio rural faz da cerca elétrica uma prática cada vez difundida entre os criadores de gado, que vêem nela a medida mais eficaz, seja na durabilidade como no custo, de proteção de sua área e manutenção do gado dentro dos campos de pastagem. De acordo com os

entrevistados na AID do Eletrodo de Terra Nº 02, a cerca elétrica deverá se expandir à maioria das propriedades locais, apesar do risco que traz à vida dos trabalhadores rurais.



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2010

**Foto 3.6.5.3 - 8 - Cerca elétrica – Linha 37 – Porto Velho/RO**

Outra situação que merece destaque são as embarcações de metal com motores de popa, freqüentemente utilizadas para a navegação no Rio Candeias, maior bacia hidrográfica da região. Em função da atividade pesqueira, contemplação da beleza cênica, das praias e balneários, o Rio Candeias possui um intenso trânsito de embarcações o ano inteiro. Os tipos de embarcações variam entre pequenos botes de alumínio de 3 a 6 metros a lanchas de pequeno e médio porte que chegam até 8 metros.

O quadro a seguir ilustra as instalações e os equipamentos identificados na área de estudo do eletrodo de terra – Rondônia.

**Quadro 3.6.5.3-80 - Instalações e Equipamentos identificados na Área de Estudo do Eletrodo de Terra Nº 02 – LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 – Rondônia.**

Estado	Município	Localidade	Descrição	Coordenada Geográfica		Distância (m)
				L	UTM	Nbrasil
<b>Corpos Hídricos</b>						
Rondônia	Porto Velho	Linha 22	Rio João Ramos	410339	9011058	14.554
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Rio João Ramos	407790	9001058	4.341
Rondônia	Porto Velho	Linha 53	Barragem da Fazenda Ponte Nova	407907	8996762	68
Rondônia	Porto Velho	Linha 45	Rio Cavalo Véio	395800	8988102	14.818
Rondônia	Candeias do Jamari	Travessão Linhas 43-27	Rio Tapagi	421013	9002694	14.451
<b>Propriedades Rurais</b>						
Rondônia	Porto Velho	Linha 27	Propriedade Rural - Fazenda N S Aparecida	397933	9007920	14.966
Rondônia	Porto Velho	Linha 24	Propriedade Rural - Fazenda Vagalume - margem do Rio João Ramos	410429	9011022	14.534
Rondônia	Porto Velho	Linha 22	Propriedade Rural - Fazenda Santa Maria - margem do Rio João Ramos	410378	9011158	14.659

Estado	Município	Localidade	Descrição	Coordenada Geográfica		Distância (m)
				L	UTM	Nbrasil
Rondônia	Porto Velho	Linha 22	Propriedade rural	409570	9011058	14.443
Rondônia	Porto Velho	Linha 22	Propriedade rural	409172	9011060	14.403
Rondônia	Porto Velho	Linha 22	Propriedade rural	403912	9011030	14.846
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Propriedade rural - Fazenda Triângulo - manejo florestal	400626	9001128	8.469
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Plantio de arroz	400620	9001068	8.443
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Propriedade rural - Fazenda Caroline	407907	9001130	4.413
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Propriedade rural - Fazenda Frare	407914	8995718	1.001
Rondônia	Porto Velho	Linha 53	Propriedade rural - Fazenda Ponte Nova	406446	8995414	1.920
Rondônia	Porto Velho	Linha 53	Propriedade rural	407407	8996762	451
Rondônia	Porto Velho	Linha 53	Fazenda Matão	408577	8991638	5.130
Rondônia	Porto Velho	Linha 45	Propriedade rural - Rancho Maria Cabral	404640	8988174	9.129
Rondônia	Porto Velho	Linha 37	Propriedade rural - Sítio Sol Nascente	397893	8990586	11.699
Rondônia	Porto Velho	Linha 37	Propriedade rural - Fazenda J P Ongride - cerca elétrica	398060	8992238	10.772
Rondônia	Porto Velho	Linha 37	Propriedade rural	395923	8996078	11.950
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Propriedade rural - Sítio Sete Irmãos	423380	9003118	16.792
Rondônia	Candeias do Jamari	Travessão Linhas 43-27	Propriedade rural - Sítio Candeias	421044	9002760	14.506
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Propriedade rural - Sítio Três Irmãos	423570	9002210	16.646
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Propriedade rural	424051	8998130	16.256
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Propriedade rural	423437	9002186	16.513
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 27	Lote 23 Setor 4 Igarapé Três Casas - Plano de Manejo florestal	416600	9003128	10.842
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 27	Lote 94 Setor 4 Igarapé Três Casas - Plano de Manejo florestal	418002	8985868	14.854
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 27	Propriedade Rural - Fazenda Montes das Oliveiras	417612	8991566	11.032
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 27	Propriedade rural	417550	8996510	9.696
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 27	Propriedade rural - Sítio São Paulo	417897	8987900	13.363
<b>Vias de acesso</b>						
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Ponte sobre o Rio das Garças	394841	9001040	13.714
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Estrada em situação intrafegável	409091	9001048	4.503
<b>Benefeitorias</b>						
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Associação dos Prod. Baixo Candeias e Garça	3972444	9001106	
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Escola Municipal Maria Angélica de Oliveira	398004	8996242	9.864
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 27	Comércio	417499	8995616	9.706
<b>Equipamentos de Infra-estrutura Urbana</b>						
Rondônia	Porto Velho	Linha 53	Rede de energia elétrica com aterramento	407901	8996730	47

Fonte: levantamento de campo, fevereiro de 2010.

## (5) São Paulo

Na área de estudo do Eletrodo de Terra N° 02 foram identificadas algumas estruturas metálicas que podem vir a ser incompatíveis e/ou impeditivas com o empreendimento.

Nas propriedades identificadas, também foi possível constatar a presença de outras estruturas metálicas além das cercas, como silos, estufas e caixas d'água.

Quanto às tubulações subterrâneas de material metálico, foi possível identificar dois casos no município de Matão. O primeiro, diz respeito às tubulações de água e vapor enterrados, pertencentes à fábrica de produtos alimentícios Predilecta, no Distrito de São Lourenço do Turvo. O segundo caso foi identificado na fábrica produtora de suco de laranja Citrovita, pertencente ao grupo Votorantim. Segundo os entrevistados, nas fazendas de propriedade da fábrica há tubulações de material metálico de gás e água enterradas, totalizando uma malha hidráulica de ferro de mais de 2.600 ha, ou seja, 10 km de tubulações, além de adutoras de ferro fundido.

Na área de estudo do Eletrodo de Terra Nº 02 não foram identificadas Usinas. Contudo, em Nova Europa, a 16,2Km do centro do Eletrodo, há uma importante Usina da região, que merece atenção: a sucroalcooleira Usina Santa Fé. Alguns empreendimentos foram identificados na área do Eletrodo de Terra Nº 02, nos municípios de Matão e Tabatinga. As fábricas apresentam muitas estruturas de ferro aparentes, contudo, nestes empreendimentos, identificou-se a presença de canos enterrados para água e vapor, além de uma imensa malha hidráulica para irrigação, com gotejadores de material metálico.

**Quadro 3.6.5.3 -81 – Estruturas metálicas incompatíveis e/ou impeditivas identificadas na Área de Segurança– Eletrodo de Terra Nº 02 – Fábricas, Fazendas com Silos, caixas d'água e outras estruturas**

Estado	Município / Localidade	Fábricas e Produções	Estruturas metálicas	Distância do Eletrodo	Coordenadas (UTM)	
					X	Y
SP	Gavião Peixoto-Bairro Nova Paulicéia	Fazenda - Cana-de-açúcar	Galpões	14,4Km	752.240.919	7.589.717.776
SP	Tabatinga	Fazenda arrendada - Milho	Caixas d'água	5,9Km	751.410.859	7.595.070.976
SP	Tabatinga	Fazenda-Café	2 Caixas d'água	5,8Km	751.629.903	7.595.121.789
SP	Tabatinga	Fazenda-Milho	Caixa d'água e silo de metal	5,8Km	750.646.574	7.595.799.736
SP	Nova Europa	Fazenda – Cana-de-açúcar	Galpões	13,7Km	751.960.480	7.586.542.879
SP	Nova Europa	Fazenda - Cana-de-açúcar	Caixa d'água	5,7Km	753.528.849	7.594.451.708
SP	Itápolis	Fazenda - Cana-de-açúcar	Estufas	11,8Km	746.382.075	7.608.642.346
SP	Matão	Sítio - Laranja	Caixa d'água e galpões	14,6Km	762.833.481	7.612.291.280
SP	Tabatinga - Distrito de Curupá / SP	Fábrica de Pelúcia	Galpões	6,6Km	749.583.379	7.595.791.245
SP	Matão / SP	Citrovita – Votorantim – Fábrica de suco de laranja	Galpões	14,3Km	764.551.644	7.610.560.523
SP	Matão / SP	Fazenda Cambuhy – Fábrica de suco de laranja	Galpões	14,3 Km	765.739.764	7.609.139.722

• Fonte: Pesquisa de Campo, Fevereiro de 2010.

Ao atravessar os municípios e suas respectivas localidades, foi possível identificar alguns postes de energia na área de estudo do Eletrodo de Terra N° 02 e em diversas localidades foram identificadas torres de telefonia móvel. Em Nova Europa, estas se localizavam no centro do município, próximas à Praça Central. No caso de Matão, as torres se localizam a beira da estrada SP-310 – Rodovia Washington Luiz. Ao todo, em dois municípios na área de estudo do Eletrodo de Terra N° 02 foi possível identificar a presença de Linhas de Transmissão. Algumas foram identificadas a beira da estrada e outras dentro de propriedades produtoras de cana-de-açúcar e laranja.

Alem dos equipamentos a cima citado, destaca-se a presença de cinco postos de combustível na área de estudo do Eletrodo de Terra N° 02. Estes se encontram nos municípios de Nova Europa; Tabatinga (Distrito de Curupá) e no município de Matão (Distrito de São Lourenço do Turvo).

O quadro a seguir enumera as estruturas e equipamentos identificados nos municípios de Gavião Peixoto, Nova Europa, Tabatinga, Itápolis e Matão na área de estudo do Eletrodo de Terra N° 02– São Paulo.

**Quadro 3.6.5.3 - 82 – Instalações e Equipamentos identificados na Área de Estudo do Eletrodo de Terra N° 02 – LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02 –São Paulo**

Estado	Município	Descrição	Distancia do Eletrodo	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
<b>Fazendas com cerca de arame</b>					
SP	Gavião Peixoto	Estrada para Nova Europa	14,4 Km	756.012.024	7.585.687.082
SP	Gavião Peixoto	Fazenda de Cana-de-açúcar	14,4 Km	755.762.521	7.585.695.389
SP	Gavião Peixoto	Estrada para Nova Europa	13,8 Km	755.388.122	7.586.245.401
SP	Gavião Peixoto	Fazenda de Laranja - estrada para Nova Europa	12,5 Km	754.619.533	7.587.487.250
SP	Gavião Peixoto	Fazenda de Cana-de-açúcar	12,1 Km	754.854.307	7.587.918.687
SP	Tabatinga	Estrada para Curupá	7,4 Km	751.206.623	7.593.511.099
SP	Tabatinga	Fazenda de Café	5,8 Km	751.629.903	7.595.121.789
SP	Tabatinga	Fazenda de Milho - Dekalb - Agrofito	5,5 Km	749.064.623	7.599.800.550
SP	Tabatinga	Fazenda de Laranja	2,7 km	752.059.757	7.601.114.063
SP	Tabatinga	Fazenda de Laranja	6,8 Km	749.821.603	7.604.991.975
SP	Itápolis	Fazenda de Gado corte	10 km	750.462.315	7.609.268.006
SP	Matão	Fazenda de Cana-de-açúcar e Laranja	12,7 Km	753.030.297	7.612.758.499
SP	Matão	Fazenda de Milho - Agrofito	13,4 Km	753.708.306	7.613.555.253
SP	Matão	Fazenda de Cana-de-açúcar	13,7 Km	754.502.012	7.613.856.024
SP	Matão	Fazenda de Gado de corte	14,7 Km	763.135.239	7.612.230.771
SP	Nova Europa	Fazenda de Cana-de-açúcar	11,3 Km	753.076.247	7.588.8224.22

Estado	Município	Descrição	Distancia do Eletrodo	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
SP	Nova Europa	Fazenda de Cana-de-açúcar	9,8 Km	753.472.481	7.590.353.669
SP	Nova Europa	Fazenda de Cana-de-açúcar e milho	9,2 Km	754.651.372	7.590.872.294
SP	Nova Europa	Fazenda de Soja	10,5 Km	756.939.854	7.589.786.627
SP	Nova Europa	Fazenda de Cana-de-açúcar	11,2 Km	758.721.040	7.589.635.886
SP	Nova Europa	Fazenda de Soja	11,2 Km	759.304.917	7.589.884.484
SP	Nova Europa	Fazenda de Laranja	10,3 Km	759.438.097	7.590.967.626
SP	Nova Europa	Fazenda de Milho	9,4 Km	759.351.488	7.591.842.944
SP	Nova Europa	Fazenda de Laranja	8,4 Km	759.055.084	7.592.875.981
SP	Nova Europa	Fazenda de Cana-de-açúcar	6,3Km	753.532.090	7.593.882.361
SP	Tabatinga	Sítios Milho, Cana-de-açúcar e Gado	14,9Km	739.750.788	7.598.178.426
SP	Tabatinga	Fazenda de Cana-de-açúcar	14,4Km	740.164.507	7.600.185.354
SP	Tabatinga	Fazenda de Gado	14 km	740.601.798	7.600.104.835
SP	Tabatinga	Fazenda de Cana-de-açúcar e Laranja	13,6Km	740.978.889	7.599.910.121
SP	Tabatinga	Fazenda de Laranja	12,6Km	741.968.262	7.600.121.431
SP	Tabatinga	Fazenda de Milho	11,3Km	743.281.016	7.600.730.668
SP	Tabatinga	Fazenda de Gado	9,86m	744.838.350	7.601.320.647
SP	Tabatinga	Fazenda de Cana-de-açúcar	8,6Km	746.487.768	7.602.917.065
SP	Tabatinga	Fazenda de Cana-de-açúcar	7,1Km	748.359.323	7.603.468.866
SP	Tabatinga	Fazenda de Laranja	7,9Km	748.134.393	7.604.626.133
SP	Tabatinga	Fazenda de Laranja	8,3Km	747.849.855	7.604.967.480
SP	Tabatinga	Fazenda de Gado	9 km	747.466.085	7.605.607.581
SP	Tabatinga	Fazenda de Laranja	13 km	749.552.514	7.612.158.011
SP	Itápolis	Fazenda de Laranja	12,4Km	750.426.959	7.611.809.872
SP	Matão	Fazenda de Cana-de-açúcar	14,4Km	764.493.501	7.610.674.093
SP	Matão	Condomínio	14,6Km	763.575.000	7.611.736.698
SP	Matão	Fazenda de Cana-de-açúcar	14,8Km	762.936.394	7.612.465.494
SP	Matão	Fazenda de Cana-de-açúcar	15 km	762.463.326	7.612.963.959
SP	Matão	Fazenda de Laranja	14,8Km	761.764.766	7.613.179.736
SP	Matão	Fazenda de Laranja	14,4Km	761.465.940	7.612.807.694
SP	Matão	Fazenda de Gado	14,7Km	763.279.091	7.612.025.499
SP	Matão	Fazenda de Eucalipto	14,5Km	763.692.679	7.611.552.603
SP	Matão	Fazenda de Laranja	14,4Km	764.356.964	7.610.788.727
SP	Matão	Citrovita	14,6Km	765.008.114	7.610.449.422
SP	Matão	Fazenda de Cana-de-açúcar	14,8Km	765.281.883	7.610.495.825
SP	Matão	Fazenda de Cana-de-açúcar	14,8Km	765.343.224	7.610.464.513
SP	Matão	Fazenda Cambuhy	14,3Km	765.526.270	7.609.446.745
		Rede de Telefonia			

Estado	Município	Descrição	Distancia do Eletrodo	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
SP	Nova Europa	Torre de Telefonia	10,6Km	752.240.919	7.589.717.776
SP	Matão	Torre de Telefonia	14,8Km	755.486.897	7.614.962.921
SP	Matão	3 Torres de Telefonia	14,3Km	765.593.588	7.609.431.111
SP	Matão	Torre de Telefonia	15 km	762.463.326	7.612.963.959
SP	Matão	Torre de Telefonia	14,3Km	765.526.270	7.609.446.745
<b>Posto de Combustível</b>					
SP	Nova Europa	Posto de Combustível	10,7Km	752.045.058	7.589.607.649
SP	Nova Europa	Posto de Combustível	11,1Km	751.969.052	7.589.293.225
SP	Tabatinga – Distrito de Curupá	Posto de Combustível	6,3Km	750.031.394	7.595.735.047
SP	Matão – Distrito de São Lourenço do Turvo	Posto de Combustível	15 km	755.630.668	7.615.116.060
SP	Matão – Distrito de São Lourenço do Turvo	Posto de Combustível	14,7Km	755.781.241	7.614.800.746
<b>Linhas de Transmissão de energia</b>					
SP	Matão	LT	14,7Km	763.132.939	7.612.194.156
SP	Nova Europa	LT	5,7Km	753.528.849	7.594.451.708
SP	Nova Europa	LT	8,6Km	752.481.722	7.591.695.141
SP	Matão	LT	14,4Km	764.493.501	7.610.674.093
SP	Matão	LT	14,4Km	761.465.940	7.612.807.694
SP	Matão	2 LTs	14,6Km	762.833.481	7.612.291.280
SP	Matão	2 LTs	14Km	762.382.435	7.611.781.837
SP	Matão	2 LTs	14,4Km	764.356.964	7.610.788.727
<b>Rede de Distribuição Rural</b>					
SP	Nova Europa	Poste de energia	5,7Km	753.528.849	7.594.451.708
SP	Tabatinga	Postes cruzando a SP-331	11,8Km	745.975.540	7.592.032.206
SP	Matão	Poste de energia	14,6Km	763.575.000	7.611.736.698
SP	Matão	Poste de energia	15Km	762.463.326	7.612.963.959
SP	Matão	Poste de energia	14,8Km	765.280.554	7.610.524.291
<b>Benfeitorias</b>					
SP	Nova Europa / Praça Central	Igreja e salão de festas	10,6Km	752.240.919	7.589.717.776
SP	Nova Europa / Centro do município	Terminal Rodoviário	10,8Km	752.230.378	7.589.509.578
SP	Tabatinga / Distrito de Curupá	Reservatório de água	6,1Km	750.228.735	7.595.738.936
SP	Tabatinga / Distrito de Curupá	Ginásio de Esportes	6Km	750.263.663	7.595.959.545
SP	Tabatinga / Distrito de Curupá -	Galpão da Igreja	6,1Km	750.198.967	7.595.887.107
SP	Itápolis / Bairro do Quadro	Igreja - Praça Central - quadra poliesportiva	12,1Km	750.386.819	7.611.518.663
SP	Matão / São Lourenço do Turvo	Reservatório de água – CAEMA – Galpão da Igreja	14,6Km	755.550.891	7.614.739.319
SP	Tabatinga / Córrego do Meio	Barracão da Capela	8,1Km	746.512.711	7.600.682.930
SP	Itápolis / Vila Alice	Estufas com estrutura metálica	11,8Km	746.382.075	7.608.642.346

Estado	Município	Descrição	Distancia do Eletrodo	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
SP	Nova Europa	Usina Santa Fé - 16,5Km do eixo do eletrodo- construção de pontes metálicas na estrada municipal NVE-142-Rio Itaquerê	16,2Km	747.121.289	7.585.716.831

Fonte: Pesquisa de Campo, Fevereiro de 2010.

## j. Povoados, Vilas, Comunidades e Outras Formas de Assentamentos

Para a caracterização dos espaços e das formas de ocupação encontrados ao longo do corredor de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02 e da área de estudo do Eletrodo de Terra N° 02, foram utilizados dois sistemas de classificação complementares. O primeiro está relacionado às observações de campo realizadas pelos técnicos atentos aos padrões construtivos e produtivos das regiões estudadas. O segundo critério leva em consideração as classificações dos espaços utilizadas pelos moradores entrevistados, privilegiando categorizações locais de acordo com a concepção de que o espaço, mais do que simples meio físico, também é sujeito a construções sociais e culturais (Durkheim & Mauss, 1999).

Além destas fontes de informação, foi utilizada bibliografia de apoio, uma vez que várias das formas de ocupação encontradas já foram objeto de estudo de pesquisas acadêmicas na área de ciências sociais, de modo que este material auxilia a compreensão das características das ocupações, bem como a sua relação com outros elementos do mundo social.

Levando em conta as observações dos técnicos e as formas de classificação nativas, de um modo geral, as modalidades de ocupação do espaço encontradas nos trechos foram classificadas em seis tipos básicos. Deve-se salientar que levantamentos realizados com diferentes enfoques podem organizar as modalidades de classificação em números superiores ou inferiores de tipos. No entanto, aqueles definidos no contexto deste estudo são eficazes para se perceber as características socioeconômicas e, por fim, projetar os impactos que o planejamento, a implantação e a operação do empreendimento podem exercer sobre estas características. Tais tipos são: distritos; povoados; córregos, glebas ou bairros; assentamentos; sítios e lotes e fazendas.

### • Distritos

O termo distrito corresponde a uma das formas oficiais de se classificar certos segmentos territoriais dos espaços municipais no Brasil. Segundo o IBGE um distrito corresponde a uma unidade administrativa do município, sendo dotado de um território e uma sede distrital, onde esta última possui categoria de vila. Nos levantamentos



realizados observou-se que normalmente trata-se a sede distrital como sendo o próprio distrito. Com o objetivo de articular as categorias nativas para o espaço optou-se por seguir esta concepção. Nota-se que nem todos os distritos considerados pelos entrevistados apresentavam tal categoria nos dados do IBGE (Contagem da População 2007). Assim, ao longo do traçado foram identificados 16 distritos. Deve-se destacar que no esforço para a compreensão da distribuição das ocupações humanas ao longo do traçado do empreendimento foram incluídos alguns distritos (ou sedes distritais) localizados fora dos limites da AID, mas em suas proximidades.

**Quadro 3.6.5.3-83 - Distritos na AID e Proximidades identificadas ao longo do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Estado	Município	Distrito	Número de habitantes ou famílias <sup>42</sup>	Principal Atividade Econômica	Distância do Traçado da AID (km)	Pontos
<b>Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)</b>						
RO	Candeias do Jamari	Vila Triunfo	1500 famílias	Serrarias	7 km	0449288/8973934
	Ariquemes	Joelândia	2000 habitantes	Plantio de Café	2 km	0485806/8881584
	Castanheiras	Jardinópolis	2000 famílias	Pecuária Leiteira	5 km	0621341/8728634
	São Felipe do Oeste	Querência do Norte	100 famílias	Agricultura	5 km	0670731/8765654
	Chupinguaia	Novo Plano	600 habitantes	Pecuária Leiteira	100 m	0706134/8623212
	Corumbiara	Alto Guajarus	100 famílias	Pecuária Leiteira	1 km	0729544/8566202
	Colorado do Oeste	Novo Colorado	-	Grãos	2 km	0749014/8528736
<b>Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – Alto Araguaia (MT)</b>						
MT	Araputanga	Cachoeirinha	55 famílias	Turismo	2,5	0356080/8308115
	Barra do Bugres	Curupira	1000 habitantes	Pecuária e grãos	1,9	0515478/8329564
	Cuiabá	Guia	4000 habitantes	Pecuária e grãos	0,9	0582471/8301917
	São José do Povo	Vila Nova Catanduva	50 famílias	Cana-de-açúcar	2,7	0788019/8166823
<b>Trecho 3: Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP)</b>						
MG	Ituramã	Alexandrita	415 habitantes	Cana-de-açúcar	0,38	557.182/7821.829
SP	Monte Aprazível	Junqueira	229 habitantes	Cana-de-açúcar, Seringais e Pecuária Leiteira	0,72	617.857/7697.255
	Nova Aliança	Itapirema	858 habitantes	Cana-de-açúcar, Seringais e Pecuária Leiteira	1,9	651.632/7669.340
	Itajobi	Vila Nova Cardoso	579 habitantes	Citros e Cana-de-açúcar	6,4	689.345/7640.321

Fonte: Trabalho de Campo, agosto – dezembro de 2009.

<sup>42</sup> Totais de população segundo fontes locais

Em geral, esses distritos possuem cemitério, escola, posto de saúde, igrejas (católicas e evangélicas) e campo de Futebol. Eles também costumam ser atendidos com serviços sociais básicos, como água encanada e sistema sanitário, além de transporte público e telefonia. Nessas pequenas aglomerações urbanas, seus moradores vivem normalmente da renda agropecuária, dos trabalhos em prefeituras e do pequeno comércio de gêneros alimentícios, além de bares.



Fonte: Trabalho de Campo, outubro de 2009.

**Foto 3.6.5.3 - 9- Vista do Distrito de Novo Plano, Chupinguaia-RO**



Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

**Foto 3.6.5.3 - 10 - Vista do Distrito de Panorama, em Rio Branco-MT.**



**Foto 3.6.5.3 - 11 - Distrito de Alexandrita no município de Iturama-MG.**



**Foto 3.6.5.3 - 12 - Igreja católica localizada no Distrito de Curupá, município de Tabatinga-SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

Principalmente, nos Estados de Minas e Gerais e São Paulo há intensa relação entre alguns distritos e as lavouras de cana-de-açúcar nas suas proximidades. Além de vários moradores atuarem na atividade é comum a circulação de maquinário pesado ligado aos trabalhos nos canaviais, principalmente de bi-trem que transportam a produção dos canaviais para as usinas.



Fonte: levantamento de campo, agosto –  
novembro de 2010.

**Foto 3.6.5.3- 13 - Caminhão de cana-de-açúcar  
circulando no distrito de Nova Itaperema,  
município de Nova Aliança-SP.**

Apesar da maior parte dos distritos contar com alguma infra-estrutura e oferta de serviços, estes são limitados, de modo que os moradores vão às cidades ou sedes municipais para realizar compras mensais, serviços bancários, acessar escolas (nível médio e superior) ou para resolver problemas de saúde. Em alguns casos, sobretudo, em se tratando de saúde mais especializada ou até mesmo educação de nível superior os moradores da maioria das localidades visitadas recorrem às cidades identificadas como pólos regionais.

Já o transporte entre a cidade e esses locais geralmente é feito de carro, carona no transporte escolar e em alguns casos, existem linhas de ônibus o distrito até a sede municipal.

Outra observação que cabe destacar nestes locais é a presença do campo de futebol, que segundo informações dos entrevistados, o campo de futebol representa um espaço de lazer e de integração entre os moradores do distrito. Esta integração pode transpor os limites do distrito atingindo localidades e outros distritos nas proximidades.



Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

**Foto 3.6.5.3 - 14 - Campo de futebol do distrito de Monte Belo, município de Nova Aliança-SP**

Além do campo de futebol foi possível constatar que nesses locais existem festas, normalmente de cunho religioso, que são celebradas para comemorar o dia do Santo representante do distrito. Nestas ocasiões existem, bingos e leilões que guardam como objetivo integrar a comunidade e arrecadar recursos para paróquia.

- **Povoados**

Os povoados podem ser definidos como pequenos núcleos com características urbanas, posicionados no interior de espaços eminentemente rurais. A princípio tal definição poderia também ser aplicada aos distritos, neste sentido cabe salientar que o termo povoado é atribuído a áreas com aspecto urbano, mas que possuem contingente populacional ou densidade demográfica ou recursos e infra-estrutura, inferiores ao que se considera como distrito, aproximando-se do que é considerado pelo IBGE como aglomerado rural, que consiste em localidade situada em área rural, mas que apresenta edificações permanentes e adjacentes, dispostas ao longo de uma via.

É importante destacar que nos municípios localizados no Estado de Goiás, praticamente não foi encontrado esse tipo de ocupação (somente um caso), uma vez que a forma de ocupação mais comum neste espaço consiste em grandes fazendas. Já no Estado de Rondônia também não se registrou a ocorrência de povoados, no entanto isto se deve ao fato de que todos os núcleos de povoação com as características citadas são considerados pelos atores locais como distritos.

Assim, foi possível identificar que boa parte dos povoados dentro desse espaço se concentra com maior intensidade nos municípios nos estados de São Paulo e Mato Grosso, conforme pode ser observado a seguir.

**Quadro 3.6.5.3 - 84 - Principais núcleos de povoamento encontrados na AID**

Estado	Município	Núcleos de Povoamento	Coordenadas	
MT	Vila Bela de Santíssima Trindade-	Povoado São José (Km 8)	0189987	8337090
MT	São Domingos	Máquina Queimada	0272590	8309713
MT	Jauru	Taquaraçu	0300624	8317664
MT	Rio Branco	Panorama	0388000	8311500
MT	Jangada	Alto Jangada	0553904	8316312
MT	Santo Antonio do Leverger	Olho d'Água	636000	8263500
MT	Santo Antonio do Leverger	São Vicente	0669071	8250075
MT	Rondonópolis	Vila Cardinal	0751414	8198061
	Rondonópolis	Três Pontes	0769991	8185681
GO	Jataí/Serranópolis	Região da escola do prof. Chiquinho (Fazenda São José)	434.657	7959.879
MG	Limeira do Oeste	Localidade da Lama	533.536	7856.431
SP	Populina	Povoado do Sol	554.404	7787.299
SP	Turmalina	Povoado de Fátima Paulista	556.529	7777.086
SP	Estrela do Oeste	Localidade Boa Esperança	564.002	7766.365
SP	Meridiano	Povoado de Santo Antônio	584.097	7737.111
SP	Nhandeara	Vila São Benedito	593.557	7725.749
SP	Nhandeara	Bairro dos Portugueses	595.624	7721.786
SP	Nhandeara	Vila Aparecida	600.990	7710.672
SP	José Bonifácio	Bairro Tanquinho	637.245	7677.468
SP	Neves Paulista	Povoado de Miraluz	636.290	7683.720
SP	Nova Aliança	Povoado de Monte Belo	654.682	7660.481
SP	Urupês	Bairro da Figueira	667.386	7656.013
SP	Urupês	Vila Barreirão	671.096	7651.172
SP	Itápolis	Vila Queimada	708.331	7621.378
SP	Itápolis	Bairro Leiteiro	716.732	7617.091
SP	Gavião Peixoto-SP	Fazenda Palmital (Usina Zanim)		
SP	Gavião Peixoto-SP	Fazenda Alabama (Usina Zanim)		
SP	Gavião Peixoto-SP	Vila Nova paulicéia		
SP	Tabatinga-SP	Distrito de Curupá		

Fonte: Pesquisa de campo, setembro 2009

Em virtude de seu crescimento alguns desses povoados ou localidades podem receber o status de distrito enquadrando-se em outra categoria. De forma que os maiores povoados e localidades apresentam muitos elementos similares aos distritos, sendo a única distinção a categoria de território que o determina. Por outro lado, os povoados também apresentam características similares aos Córregos, bairros ou glebas, sendo uma classificação intermediária entre estes últimos e os distritos. Pode-se afirmar que a principal característica que os povoados guardam dos bairros rurais (ou de áreas rurais) é que grande parte dos seus moradores apresenta relações de parentesco ou afinidade, tendo um passado comum na região.



**Foto 3.6.5.3 - 15 - Bairro dos Portugueses no município de Nhandeara-SP.**



**Foto 3.6.5.3 - 16 - Povoado de Fátima Paulista, município de Turmalina-SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

Tal como ocorre na maior dos distritos, muitas vezes as ruas dessas localidades são calçadas e até mesmo asfaltadas, possuem praças, sobretudo nos povoados localizados nos municípios paulistas, onde os moradores vivem dos trabalhos nas lavouras de cana-de-açúcar, Laranja e de trabalhos temporários nas propriedades rurais. De modo que foi possível observar que, assim como nos distritos, em povoados próximos ao cultivo de cana-de-açúcar, sobretudo nos municípios do Estado de São Paulo e Minas Gerais, existe uma intensa circulação de maquinário pesado.



Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

**Foto 3.6.5.3 - 17 - Caminhão de cana próximo a Escola da localidade da Lama, município de Limeira do Oeste-MG.**

Também, existem aqueles moradores que vivem dos pequenos estabelecimentos comerciais que vende gêneros alimentícios e bebidas. Outra forma de ocupação muito comum nestes locais é o trabalho na administração pública municipal.



Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

**Foto 3.6.5.3 - 18 - Escola municipal na localidade da Lama, município de Limeira do Oeste – MG.**

Se nos distritos a oferta de serviços é limitada, de modo que os moradores devem se deslocar para a sede municipal ou para as cidades pólo, esta situação é mais intensa em relação aos povoados. Os moradores destes locais também partem para os distritos e as localidades maiores para terem acesso a determinados bens e serviços, com destaque para serviços de comércio e públicos, como educação e saúde.

Nos levantamentos realizados foi possível apreender que, nestes espaços, o futebol também representa um forte elemento associado à coesão social local e a integração com outras comunidades e localidades.



Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

**Foto 3.6.5.3-19 - Campo de futebol da comunidade Boa Esperança, município de Estrela do Oeste – SP.**

- **Córregos, bairros e glebas**

“Córregos”, “bairros” ou “glebas” são os nomes mais comuns de um tipo específico de comunidade rural encontrada ao longo do traçado previsto para a construção da LT

600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02. Estas comunidades são formadas por uma série de famílias nucleares distribuídas em seus próprios lotes de terra. Destaca-se que cada uma destas localidades é, na maioria dos casos, marcada por sentidos de pertencimento responsáveis por movimentar redes mais ou menos visíveis de reciprocidades.

As localidades são, em geral, constituídas em torno de relações visíveis e reconhecidas de parentesco. É muito comum que pais, filhos e suas respectivas famílias nucleares vivam muito próximos uns dos outros; assim como podem ser observados grupos de irmãos de uma mesma família (também casados) que se encontram numa mesma localidade. As evidências parecem indicar um padrão, ao menos ideal, de famílias extensas compartilhando o mesmo território.

Algumas destas localidades podem ser formadas por mais de uma família extensa, que interagem entre si através de práticas de auxílio mútuo e, até, de casamentos cruzados. Nesse sentido, os bairros rurais podem ser igualmente definidos como “territórios de parentesco” (Woortmann, 1995). Os laços entre vizinhos e parentes, de modo geral, são criados e recriados em torno de formas específicas de sociabilidade, expressas em práticas de auxílio mútuo, festividades, entre outras.

A espacialidade (baseada na idéia de vizinho) e a família (na idéia de parente) desempenham papéis fundamentais na sua constituição; são princípios complementares a definir os “direitos sobre a terra, e os deveres entre as pessoas” (idem, ibidem: 250). Ainda que, muitas vezes, não haja efetivamente uma correspondência exata entre as séries do parentesco (que delimitam um campo de relações pautado, discursivamente, pela união, tolerância, confiança, ajuda mútua, respeito, intimidade, compartilhamentos e responsabilidades) e a dos territórios, há uma nítida tendência nesse sentido: não só porque a subdivisão de um sítio ou fazenda ao longo do tempo costuma ter como resultado a criação de uma vizinhança formada por avós, pais, filhos, netos, irmãos, primos, cunhados, cunhadas, noras, genros, mas também porque cada um destes lugares tende a ser associado genericamente, nas narrativas e comentários cotidianos, a algumas famílias (Comerford, 2001)

- **Assentamentos**

No Brasil, o termo “assentamento rural” tem uma história que se inicia em meados dos anos 60, quando passa a ser usado, pelos órgãos do estado em seus relatórios oficiais, principalmente, para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária. O vocábulo



unifica e, muitas vezes, encobre uma extensa gama de ações, os seus múltiplos objetivos e a diversidade de beneficiários diretos (Medeiros & Leite, 2004: 17)<sup>43</sup>.

Carvalho (1999), ao seu lado, apresenta o conceito como que designando uma “encruzilhada social”. O assentamento seria, neste sentido, não apenas uma área de terra com finalidade de produção agropecuária e/ou extrativista, mas também um agregado heterogêneo de grupos sociais, constituídos por famílias de trabalhadores provenientes de várias procedências que se apossam formalmente das terras cedidas pelo estado.

Ao longo do traçado previsto para o empreendimento foram encontrados vários tipos de assentamento que expressam a sua heterogeneidade. Estas iniciativas foram empreendidas de formas diferentes em períodos e partindo de princípios díspares.

- **PIC's e PAD's**

A ocupação planejada do território rondoniano foi, num primeiro momento, organizada em dois tipos de Projetos de Assentamento: os PIC's (Projetos Integrados de Colonização) e os PAD's (Projetos de Assentamento Dirigido). Os primeiros, grosso modo, deveriam distribuir diversos lotes de 100ha destinados à agricultura familiar integrada ao mercado – 100ha era o tamanho padrão considerado pelos técnicos do INCRA como ideal para a agricultura familiar -, enquanto os segundos reservariam terras de 250, 500 e 1000ha à monocultura, tais como a do cacau ou a pecuária. A clientela dos PIC's era definida, nestes termos, pelo conjunto das famílias camponesas que se deslocavam ao estado. Segundo os ditames do projeto, o INCRA seria o órgão responsável por facilitar o acesso a terra, pela organização territorial, pela implantação de serviços de apoio, pela construção de escolas, postos de saúde e estradas vicinais, armazéns para produção, além da administração e controle do projeto como um todo. Os PAD's, por sua vez, foram elaborados com a expectativa de que funcionassem, dado o perfil sócio-econômicos de seu público-alvo, segundo os interesses e o comando da iniciativa privada.

---

43 As “ações” podem ser a compra de terras para os fins de ocupação, a desapropriação de imóveis rurais improdutivos e a utilização de terras públicas para a reforma agrária. Os “múltiplos objetivos das intervenções” são a regularização de áreas há muito ocupada por “posseiros”; a fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra, onde viviam como “rendeiros” ou “agregados”; a destinação de terras a pessoas desprovidas dela e organizadas em movimentos sociais, sindicatos ou outras entidades; a preservação de populações tradicionais; realocação de populações atingidas pela construção de projetos hidrelétricos, etc. Já a “diversidade de beneficiários diretos” incluem “posseiros” em busca de titularidade de terras; filhos de produtores rurais pauperizados; parceiros; pequenos produtores, proprietários ou não, atingidos por projetos hidrelétricos; seringueiros; assalariados rurais; populações da periferia urbana; aposentados, etc. (Medeiros & Leite, 2004: 17).

**Quadro 3.6.5.3-85 - Projetos Integrados de Colonização no Estado de Rondônia**

Projetos	Área (ha.)	Nº de famílias	Área de influência	Lotes
Ouro Preto	512.585	5.000	Ouro Preto D'Oeste Ji-Paraná	4222
Paulo de Assis Ribeiro	293.580	3.500	Colorado D'Oeste	3533
Sidney Girão	60.000	600	Guajará-Mirim	635

Fonte: INCRA-1980. Organização: Oliveira (1990); Becker (1991); Santos (2001); Binsztok (2002)

**Quadro 3.6.5.3-86 - Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD)**

Projetos	Área (ha)	Municípios	Lotes
Buradeiro	304.925	Ariquemes	1540
Mal. Dutra	490.178	Ariquemes	4675

Fonte: INCRA-1980. Organização: Oliveira (1990); Becker (1991); Santos (2001); Binsztok (2002)

Ao todo foram criados, até 1980, cinco Projetos Integrados de Colonização e três Projetos de Assentamento Dirigidos; sendo a grande maioria deles localizada às margens da rodovia 364 (Santos, 2001). No final da década de 1970, a pressão por terras, resultado de um fluxo migratório muito superior à quantidade de lotes disponíveis, estimularia à criação dos PAR's (Projetos de Assentamento Rápido), que distribuía lotes de apenas 50ha (Santos, 2001)<sup>44</sup>.

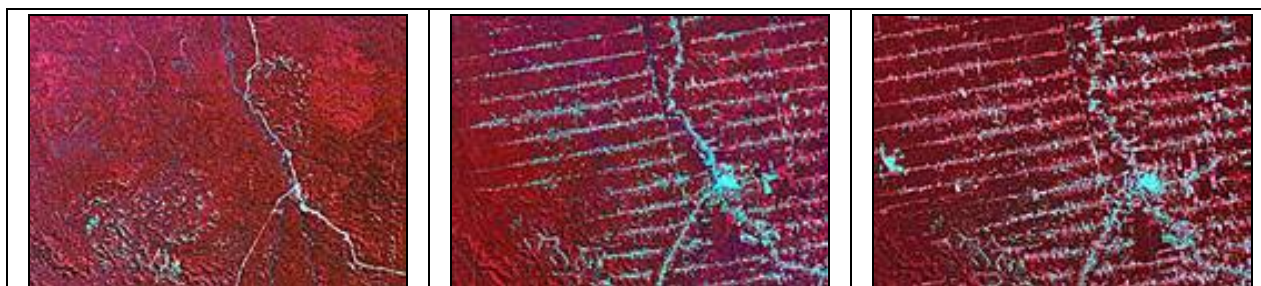
Os Projetos Integrados de Colonização (PIC's), os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD's) e os Projetos de Assentamento Rápido (PAR's) ocupariam, em sua grande maioria, duas faixas de 100 km de largura espalhadas, cada uma delas, de um lado e de outro da BR-364 (a exceção seria o PIC Sidney Girão, localizado em Guajará-Mirim). Instalados ao longo da rodovia, alguns dos antigos postos telegráficos construídos por Rondon, tais como de Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Ariquemes, foram transformados em núcleos de projetos e de recepção do movimento migratório: os NUAR (Núcleos Urbanos de Apoio Rural). Em poucos anos, os pequenos aldeamentos transformam-se em grandes aglomerados urbanos. A população de Vila Rondônia (atual município de Ji-Paraná), por exemplo, saltaria de quatro mil habitantes, em 1970, para cerca de 36 mil, 1976. O núcleo se transformara num espaço de prestação de serviços – lícitos e ilícitos –, pousada para aventureiros de toda espécie e abrigo para aqueles que fracassaram ou ainda não conseguiram seu lote de terra.

44 As áreas destinadas à colonização ocupavam, ao todo, 13.733.156ha, cerca de 56% das terras rondonianas. Contudo, os lotes selecionados para a colonização dentro do espírito da pequena propriedade corresponderam a menos da metade das terras reservadas para concorrência pública e regularização fundiária (9.504.520ha). Estas foram destinadas a iniciativas de maior porte econômico. "O que significa dizer", segundo Santos, "que o público realmente mais importante para o projeto era formado por médios e grandes proprietários rurais, donos de vários empreendimentos agropecuários" (2001: 81-82).

- **Linhas e Travessões**

Num primeiro momento, os vocábulos “linha” e “travessão” identificam algumas das inúmeras estradas de rodagem, asfaltadas e não-asfaltadas, por onde circulam os moradores e visitantes das zonas rurais de Rondônia, os maquinários agrícolas e os insumos para a atividade agrícola. Efetivamente, no entanto, os termos evocam todo o processo de colonização do meio rural rondoniense pelo governo federal, durante as décadas de 1970 e 1980, adquirindo, mais do que puras feições físicas, características simbólicas e sociais destacadas.

As “linhas” indicam os principais eixos de colonização do estado de Rondônia. A rigor, cada “linha” divide duas “glebas”, em cuja extensão foram demarcados os lotes que deveriam ser ocupados pelos colonos. As “linhas de colonização”, como eram oficialmente conhecidas, são separadas umas das outras por cerca de 4 km ao longo das quais os lotes foram divididos aos seus ocupantes; o caminho que liga uma “linha” e outra é conhecido como “travessão”.



**Foto 3.6.5.3-20 - Imagens de satélite revelam três etapas de ocupação ao longo da rodovia BR-364 (linha vertical). A área em vermelho corresponde à vegetação nativa. Em azul estão representadas as áreas desmatadas. Fotos INPE.**

O projeto original do INCRA previa que as “linhas” fossem desenhadas como ramificações do eixo central demarcado pela BR- 364. A abertura destas autênticas estradas vicinais serviria, assim, como a marca visível da ocupação humana, a porta de entrada para a “domesticação” da floresta através de empreendimentos agropecuários, um ramal de contato com os centros de apoio ao colono e como um canal de escoamento da produção. Em tese, portanto, a linha seria a expressão maior do planejamento estatal – através do seu órgão máximo, à época, o INCRA – no sentido de orientar o assentamento dos colonos na região, além de garantir a prestação de serviços e sua viabilidade econômica. O resultado foi uma estrutura territorial que se assemelha ao desenho de “espinhas de peixe” que recortam os espaços onde antes estavam as florestas,

Para além do seu caráter prático, econômico ou político, a “linha” também pode ser entendida, muitas vezes, como uma unidade social delimitada. Os laços sociais construídos em espaços de intensa sociabilidade e as relações mais antigas mantidas

por laços de parentesco indicam, desde já, que uma “linha” pode ser bem definida como produto e produtora de verdadeiras identidades sociais. Em geral, cada uma delas conta com pelo menos uma escola, um posto de saúde e um centro social e simbólico, demarcado por uma igreja, a sede da associação de produtores, bares e um campo de futebol. Uma mesma linha também costuma ser habitada por parentes que preferiram se assentar próximos um dos outros ou que se distribuíram ao longo dos caminhos na medida em que um único lote foi se repartindo pelos herdeiros do dono original.



Foto 3.6.5.3-21 - Linha de Colonização.



Foto 3.6.5.3-22 - Linha de Colonização.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

- **Projetos de Assentamento (P.A.)**

Os projetos de assentamentos rurais, no Brasil passam a ganhar notoriedade a partir das ocupações de terras promovidas pelos movimentos sociais, na metade da década de 1990. Esses assentamentos são formados por uma diversidade de trabalhadores rurais e não rurais que ocupam um “pedaço de terra” para produzir, principalmente, para garantir a segurança alimentar das suas famílias.

Em geral, os assentamentos são formados por lotes pequenos e individuais. Moradias são levantadas sobre os lotes, onde também são constituídas as roças e pastos para a produção agropecuária. Em certos casos, o assentamento pode conter uma pequena “agrovila”, onde estão localizados seus principais bens coletivos e espaços de sociabilidade: a caixa d’água, o campo de futebol, os bares, as igrejas, lugares de festa e associações de produtores.



**Foto 3.6.5.3-23 - Placa do Assentamento Chico Mendes**



**Foto 3.6.5.3-24 - Assentamento Dom Osório, em Rondonópolis-MT**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

Como se pode observar no quadro a seguir foram encontrados 20 projetos de assentamento na AID e em suas proximidades. No Estado de Rondônia encontram-se sete P.A's. Todos os projetos foram implantados, pelo INCRA, na década de 1990 (de 1991 a 1997). Nota-se que apesar destes projetos estarem concentrados nos municípios de Presidente Médici (três projetos) e de Brasilândia do Oeste (três projetos), é no município de Corumbiara que está localizado o projeto de maiores dimensões em termos de parcelas (lotes).

O Estado do Mato Grosso comporta o maior número de projetos de assentamentos das proximidades da AID, sendo 10 ao todo (50% do total de P.A's encontrados). Entre estes destaca-se o Vila Rural Renascer, promovido pelo Instituto de Terras do Estado do Mato Grosso.

**Quadro 3.6.5.3-87 - Projetos de Assentamento Rural identificados ao longo do traçado da LT 600kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 Nº 02**

Estado	Município	Assentamento	Órgão Criador	Ano de criação	Número de Lotes
RO	Presidente Médici	Chico Mendes Gelba I	INCRA	1997	22
		Chico Mendes Gelba II	INCRA	1997	22
		Chico Mendes Gelba III	INCRA	1997	29
	Brasilândia do Oeste	Bela Vista	INCRA	1997	40
		Oziel dos Carajás I	INCRA	1999	30
		Oziel dos Carajás II	INCRA	1999	20
Corumbiara	PA Adriana	INCRA	1991	82	
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	PA Santa Helena	INCRA	2005	160

Estado	Município	Assentamento	Órgão Criador	Ano de criação	Número de Lotes
	Pontes e Lacerda	Coronel Ari	INCRA	2004	83
		Vila Rural Renascer	INTERMAT	2003	49
		PA Córrego da Onça	INCRA	ENTRE 1978 E 1980	70
	Barra do Bugres	Buriti Fundo	INCRA		31
	Rondonópolis	Dom Osório	INCRA	1996	45
		Águas da Serra	INCRA	1997	18
	São José do Povo	Padre Josino	INCRA		119
		Márcio Pereira	INCRA	1997	90
MG	Limeira do Oeste-	P.A Barreiro			131
SP	Populina	P.A Santa Rita			18
Total					1379

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

Nos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo registram-se apenas um projeto de assentamento por estado. Entre estes o assentamento onde existe o maior número de famílias é o PA Barreiro, localizado no município de Limeira do Oeste-MG.



**Foto 3.6.5.3-25 - Casa no assentamento Barreiro no município de Limeira do Oeste-MG**



**Foto 3.6.5.3-26 - Casa no assentamento Santa Rita, município de Populina-SP**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

Os Projetos de Assentamentos encontrados ao longo da diretriz do traçado seguiam o padrão de propriedade individual com uma área coletiva onde geralmente fica a sede da associação e infraestrutura comunitária. A produção dos assentados é diversificada, porém tendo a pecuária leiteira como atividade econômica principal. Normalmente, o assentado utiliza a mão de obra familiar na realização das atividades.

• **Assentamentos pelo Banco da Terra**

Entre as modalidades de assentamento (PAs), foi identificado em um município do estado do Mato Grosso e em alguns municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, um tipo designado como assentamentos pelo Banco da Terra. Esse tipo de assentamento foi criado em 1998, cujo objetivo era proporcionar ao trabalhador rural a compra de imóvel rural, incluídos os custos da documentação de transferência da propriedade, e as despesas cartoriais de registro do contrato de financiamento e também a infraestrutura comunitária. No quadro a seguir observam-se os assentamentos pelo Banco da Terra encontrados na AID.

**Quadro 3.6.5.3-88 - Assentamentos pelo Banco da Terra próximos a área de influência da LT**

Estado	Município	Assentamento	Número de famílias	Coordenadas
MT	Cuiabá	Vinte e Um de Abril	140	
MG	Limeira do Oeste	Banco da Terra- Canaã	26	530.486/7860.897
MG	Iturama	Banco da Terra- Nova Esperança	06	553.955/782.7536
SP	Iturama	Banco da Terra – Santa Rosa	15	560.551/7817.910
SP	Nova Aliança	Banco da Terra – Agrovila Nova Aliança	27	654.253/7663.974
SP	Novo Horizonte	Banco da Terra – Novo Horizonte	55	682.109/764.1303

Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2009



**Foto 3.6.5.3 - 27 - Placa indicando projeto Banco da Terra no município de Novo Horizonte em São Paulo**



**Foto 3.6.5.3 - 28 - Assentamento Banco da Terra Santa Rosa no município de Iturama-MG**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

A diferença dessa modalidade dos PAs é que para o trabalhador rural adquirir a propriedade é preciso criar uma associação de produtores. A propriedade, que se pretende comprar, não pode ser ocupada de forma irregular pelos trabalhadores rurais. Normalmente as agências de assistência técnica tipo EMATER ou sindicato dos trabalhadores rurais dá orientações para a compra da propriedade. Neste caso o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não participa do

processo. Para alguns críticos essa modalidade de assentamento foi criada para desmobilizar os movimentos sociais. Da mesma forma que os projetos de assentamentos, os assentados nesses locais praticam a agricultura familiar e trabalham com a mão de obra da própria família.

- **Sítios/Lotes**

O sítio é a unidade mínima da vida social de diversas regiões rurais do Brasil. Organizado em torno de uma casa e de áreas de plantio (o roçado), criação de gado (o pasto) e vegetação nativa (a mata), o sítio é ao mesmo tempo o lugar da morada, o produto e o meio para a reprodução social da família de pequenos produtores rurais (Heredia, 1979; Woortmann, 1997; Pereira, 2009).



**Foto 3.6.5.3-29 - Moradias de Sítios**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

O trabalho envolvido na sua manutenção é regido pelo sistema familiar, com seus serviços divididos entre homens e mulheres, adultos e crianças. Destaca-se que este trabalho sobre os terrenos é idealmente organizado segundo o modelo do patriarcado, sendo o esposo/pai o dono da terra e o gerente da produção. A ele, a esposa e os filhos devem auxílio e respeito. Quase todas as atividades produtivas são realizadas pelos membros do grupo doméstico, mas podem contar, às vezes, com a presença de mão-de-obra assalariada. Os produtos da lavoura e da pequena pecuária são consumidos internamente pela família. O excedente é vendido num incipiente mercado local de grãos e farinha de mandioca.

Os sítios contam, geralmente, com espaços nos quintais e terreiros destinados à pequenas criações e pequenos cultivos. As criações são constituídas geralmente de animais de pequeno e médio porte, como galinhas e porcos. Esses animais são uma importante fonte de proteína alimentar e um meio para aproveitamento de resíduos, como restos de alimentos, restos de produção, etc. De modo geral, essas atividades são orientadas para subsistência, ou como fonte de renda complementar através da



comercialização de produtos e subprodutos (e.g., carne, ovos, etc.). Além das pequenas criações os quintais são também utilizados para plantios de espécies frutíferas. As frutas também proporcionam alguma renda adicional, estando relacionadas com as pequenas criações na medida em que são também utilizadas na alimentação dos animais.

Na maioria das unidades, deste tipo de estabelecimento, encontrados na AID e em suas proximidades, os sítiantes são donos de seus terrenos. Sua posse, no entanto, é definida menos em termos de titulação legal do que pelo valor trabalho, entendido como atividade familiar de transformação do ambiente natural em espaço econômico, social e cultural (Woortmann, 1987; Brandão, 1995). O sítio é, muitas vezes, considerado um “patrimônio familiar”, deixado de herança para os filhos de seus donos. Ele corresponde, em certo sentido, a um determinado estágio do ciclo evolutivo de uma família. Num primeiro momento, indica o grupo doméstico que vive sobre seu espaço de acordo com regimes reconhecidos de posse e uso da terra; num segundo, ele aponta idealmente para a família extensa, quando implica heranças e divisões que acabarão aproximando o espaço dos territórios habitados por grupos de parentesco (Woortmann, 1995: 249).

No Estado de Rondônia o sítio é a forma dominante de ocupação rural, sendo o espaço onde se realiza a reprodução de pequenos agropecuaristas familiares. O sítio possui, em geral, uma área de 30 a 100ha e é voltado prioritariamente para a pequena produção de lavouras e para a criação de gado leiteiro. Historicamente, os sítios rondonenses são desdobramentos do processo de colonização levado a cabo no estado. Surgidos na forma de lotes, eles foram sendo divididos através de heranças, vendidos ou abandonados por seus primeiros ocupantes. Ainda neste estado há casos nos quais os sítios podem se transformar em áreas de lazer para profissionais liberais moradores das cidades da região. A propriedade perde parcela significativa de sua área efetiva e produtiva, para se manter apenas com pequenos animais de terreiro e algumas hortas plantadas no quintal. Nesses casos, o proprietário pode deixar suas terras e moradia sob os cuidados de “caseiros” que vivem no local.

No estado de Mato Grosso, este tipo de ocupação rural também possui, em geral, uma área de 30 a 100 ha e é voltado prioritariamente para a pequena produção de lavouras e para a criação de gado leiteiro. Em certos locais visitados pelos pesquisadores, próximos a médios e grandes aglomerados urbanos, tais como Jangada, Cuiabá e Rondonópolis, os sítios de pequena produção agrícola e pecuária estão se transformando em espaços de lazer para profissionais liberais moradores das cidades da região, como se observara em Rondônia. A propriedade, conhecida como “chácara”, perde parcela significativa de sua área efetiva e produtiva, para se manter apenas com

pequenos animais de terreiro e algumas hortas plantadas no quintal. Nesses casos, o proprietário pode deixar suas terras e moradia sob os cuidados de “caseiros” que vivem no local.

Nos estados de São Paulo e Minas Gerais, os sítios podem ser médias e pequenas propriedades. Destaca-se que, principalmente em São Paulo, é possível encontrar uma produção mais diversificada: laranja e seringueira; laranja e leite; seringueira e leite; leite e mandioca; leite e hortifrutigranjeiros; entre outras combinações. Nesse tipo de estabelecimento é comum que o proprietário resida no local ou em uma cidade próxima e visite o local quase todos os dias. Entretanto, também foram identificados alguns casos em que o proprietário utiliza a propriedade como espaço de descanso ou lazer nos finais de semana.



**Foto 3.6.5.3-30 - Sítio localizado no município de Irapuã-SP**



**Foto 3.6.5.3-31 - Consorciamento de banana com limão, em pequena propriedade no município de Novo Horizonte - SP**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

## • Fazendas

O vocábulo “fazenda” é usado na região potencialmente atingida pela construção do empreendimento para definir grandes propriedades de terra, com tamanho entre 500 ou mais alqueires, dedicadas, geralmente, à criação de animais de corte (bovinos) ou à lavoura de produtos, tais como a soja, cana-de-açúcar e o milho. Habitada por “empregados” do dono da propriedade, uma fazenda também possui diversas benfeitorias: casa da sede, alojamento de trabalhadores, galpões para maquinários, luz elétrica, poços artesianos, cercas, currais, etc. Numa fazenda também podem viver uma ou mais famílias dos seus empregados, que se responsabilizam pela sua manutenção<sup>45</sup>. Em alguns casos, as grandes propriedades podem contar com serviços de escola e de saúde para atender seus funcionários.

<sup>45</sup> O termo “fazenda”, algumas vezes, também pode ser residual. Desapropriada pelo INCRA e depois dividida entre vários lotes individuais, a grande propriedade repassa seu nome para uma ocupação humana que não condiz com sua formação original.

Em geral, as fazendas encontradas são unidades produtivas bastante modernizadas em termos técnicos e sociais. Os trabalhadores possuem carteiras assinada e são qualificados para desempenhar funções específicas no manejo dos criatórios ou lavouras. Não há, na região, portanto, vestígios da “fazenda tradicional”, onde se poderia encontrar “agregados” que vivem sob o domínio pessoal do fazendeiro. Enquanto a fazenda “modernizada” passa a ser dominada pela lógica mercantil, a “fazenda tradicional” se caracteriza pelo jogo de reciprocidades, onde favores, auxílios e compromissos de honra regem boa parte das relações<sup>46</sup>.



**Foto 3.6.5.3-32 - Curral de grande fazenda, Indiavaí.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

Nestas grandes propriedades, a exploração as áreas pode ser lavouras mecanizadas ou pecuária extensiva e, normalmente, especializadas em uma única cultura. Entretanto, em alguns casos a pecuária reveza com a cultura escolhida. As terras dessas grandes propriedades, também, costumam ser arrendadas para o cultivo da cana-de-açúcar. Geralmente, os proprietários dessas grandes fazendas não residem na propriedade, mas na sede do município ou em alguns casos até em outros estados. Sendo assim, a propriedade fica sobre a responsabilidade de seus funcionários. Esse tipo de propriedade é mais comum nos municípios do Estado de Goiás, no entanto é importante ressaltar que também se encontra esse tipo de ocupação no Estado de São Paulo e Minas Gerais.

<sup>46</sup> “A fazenda pode ser também um território de parentesco e de reciprocidade. Estudando a fazenda goiana em processo de modernização, a autora aborda com relativo detalhe o sentido da troca num ‘tempo de transformação’. ‘Sob um aspecto, a fazenda não se diferencia do Sítio: Tanto o proprietário quanto os trabalhadores mantêm entre si relações de parentesco, ou compadrio... O processo de ocupação daquela região foi desenvolvido por grupos de parentes... essa circunstância parece ter gerado uma espécie de obrigação moral entre as famílias’ (Motta Santos, 1986: 5). Não obstante a assimetria entre as categorias sociais da fazenda, o simbolismo da reciprocidade aí operante postula uma equivalência moral entre famílias consideradas iguais entre si” (Woortmann, 1987: 36).



**Foto 3.6.5.3-33 - Fazenda Colorado no município de Limeira do Oeste-MG.**



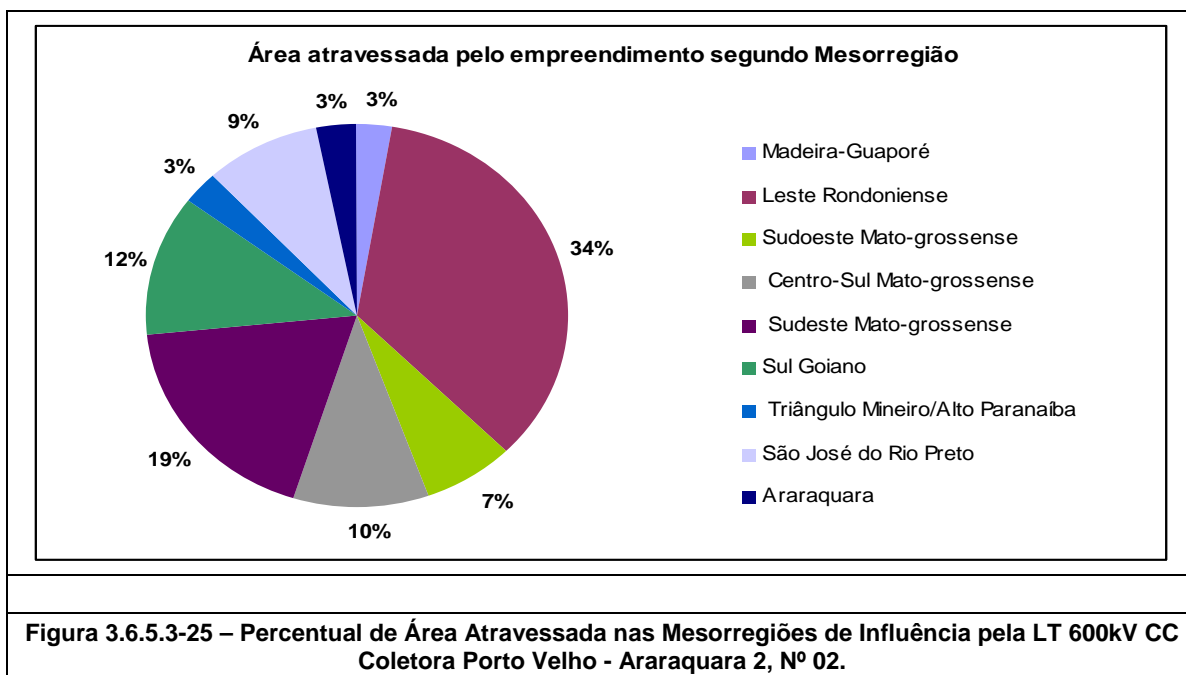
**Foto 3.6.5.3-34 - Entrada de fazenda localizada no município de Itarumã-GO**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

#### **k. Área Territorial e Extensão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 nos Municípios Atravessados**

A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 possui no total 2.382Km de extensão atravessa cinco estados brasileiros e 87 municípios ao longo dos estados de Rondônia – Mato Grosso – Goiás – Minas Gerais – São Paulo. De modo geral, a passagens da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 por cada município não ultrapassa 9% da extensão territorial total de cada município atravessado, sendo os municípios de Nipoã e Potirendaba, no estado de São Paulo, as unidades territoriais com maior percentual área atravessada pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02. E em termo de extensão de área atravessada o município de Itarumã e Serrapólois no estado de Goiás possuem a maior área atravessada pelo traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, com um total de 122Km e 112Km, representando 4% e 2% respectivamente, do total da área destes municípios.

Embora 37% do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 estejam situados no estado de Rondônia, 36% no estado do Mato Grosso e apenas 12% do traçado situado no estado de São Paulo, as maiores extensão de unidades territoriais atravessadas, se comparadas com a área total dos municípios, concentram-se nos municípios localizados no estado de São Paulo. Isto deve a menor extensão territorial total dos municípios paulistas e as maiores extensões territoriais dos municípios de Mato Grosso e Rondônia, que acompanham o padrão regional. Na figura a seguir são apresentadas os percentuais das áreas atravessadas pelo empreendimento nas mesorregiões em estudo e o quadro a seguir apresenta a extensão territorial e o percentual das áreas atravessadas em relação à área total de cada município inserido na AII.



**Quadro 3.6.5.3- 89 – UF, Região, Mesorregiões e Área territorial atravessada pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 nos municípios da AI**

Região	UF	Mesorregiões e Municípios	Área total das unidades territoriais (Km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica da unidade territorial (Hab/Km <sup>2</sup> )	Comprimento (km <sup>2</sup> )	% de Área atravessada nas Unidades Territoriais
		<b>Madeira-Guaporé</b>	<b>44.989,60</b>	<b>8,76</b>	<b>77</b>	<b>0%</b>
Norte	RO	Candeias do Jamari	6.839,20	1,92	55,22	1%
Norte	RO	Itapuã	4.082	2,1	0,00	0%
Norte	RO	Porto Velho	34.068,50	9,82	21,83	0%
		<b>Leste Rondoniense</b>	<b>47.966,50</b>	<b>8,66</b>	<b>960,30</b>	<b>2%</b>
Norte	RO	Alto Paraíso	2.647,80	4,96	51,58	2%
Norte	RO	Alvorada D'Oeste	2.970,40	6,67	8,00	0%
Norte	RO	Ariquemes	4.975,00	14,94	35,64	1%
Norte	RO	Cabixi	1.525,00	4,93	23,63	2%
Norte	RO	Cacaulândia	2.002,30	2,67	44,64	2%
Norte	RO	Castanheiras	897,6	4,69	32,26	4%
Norte	RO	Cerejeiras	2.635,00	6,9	4,59	0%
Norte	RO	Chupinguaia	5.131,00	1,07	75,24	1%
Norte	RO	Colorado do Oeste	1.437,00	15,31	21,61	2%
Norte	RO	Corumbiara	3.068,00	3,41	34,81	1%
Norte	RO	Governador Jorge Teixeira	5.071,30	2,69	4,84	0%
Norte	RO	Jaru	2.897,90	18,22	35,80	1%
Norte	RO	Monte Negro	1.407,70	8,9	9,19	1%
Norte	RO	Nova Brasilândia D'Oeste	1.155,40	14,77	8,24	1%
Norte	RO	Ouro Preto do Oeste	1.970,40	20,74	27,00	1%
Norte	RO	Parecis	2.548,70	1,42	30,44	1%
Norte	RO	Presidente Médici	1.686,70	15,62	23,47	1%
Norte	RO	Primavera de Rondônia	613	7,03	7,83	1%
Norte	RO	Rolim de Moura	1.481,50	31,92	41,51	3%
Norte	RO	São Felipe D'Oeste	544,4	12,96	22,21	4%
Norte	RO	Teixeirópolis	454	12,39	19,83	4%
Norte	RO	Urupá	846,4	17,58	7,09	1%

Região	UF	Mesorregiões e Municípios	Área total das unidades territoriais (Km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica da unidade territorial (Hab/Km <sup>2</sup> )	Comprimento (km <sup>2</sup> )	% de Área atravessada nas Unidades Territoriais
		<b>Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>66.394,70</b>	<b>2,24</b>	<b>195,42</b>	<b>0%</b>
Centro-Oeste	MT	Acorizal	841,1	6,92	19,88	2%
Centro-Oeste	MT	Alto Paraguai	2.052,50	4,19	7,40	0%
Centro-Oeste	MT	Cuiabá	3.970,90	121,72	70,87	2%
Centro-Oeste	MT	Jangada	1.021,90	6,98	16,34	2%
Centro-Oeste	MT	Rosário Oeste	8.499,60	2,21	23,19	0%
Centro-Oeste	MT	Santo Antônio do Leverger	11.827,90	1,3	52,24	0%
Centro-Oeste	MT	Várzea Grande	901,5	238,82	5,50	1%
		<b>Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>29.115,40</b>	<b>25,91</b>	<b>285,11</b>	<b>1%</b>
Centro-Oeste	MT	Alto Araguaia	5.538,40	2,06	51,13	1%
Centro-Oeste	MT	Alto Garças	3.660,00	2,28	54,71	1%
Centro-Oeste	MT	Jaciara	1.658,70	14,35	29,59	2%
Centro-Oeste	MT	Juscimeira	2.205,00	5,47	34,91	2%
Centro-Oeste	MT	Pedra Preta	4.193,20	3,25	40,04	1%
Centro-Oeste	MT	São José do Povo	444,1	6,88	19,42	4%
Centro-Oeste	MT	Rondonópolis	4.165,20	36,07	55,31	1%
		<b>Sudeste Mato-grossense</b>	<b>21.864,60</b>	<b>10,18</b>	<b>518,76</b>	<b>2%</b>
Centro-Oeste	MT	Araputanga	1.602,80	8,53	29,88	2%
Centro-Oeste	MT	Barra do Bugres	7.161,10	3,83	88,15	1%
Centro-Oeste	MT	Comodoro	21.744,20	0,69	66,88	0%
Centro-Oeste	MT	Indiavaí	600,3	3,42	19,48	3%
Centro-Oeste	MT	Jauru	1.217,40	10,48	18,64	2%
Centro-Oeste	MT	Lambari D'Oeste	1.713,10	2,74	44,53	3%
Centro-Oeste	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	13.630,50	0,93	106,64	1%
Centro-Oeste	MT	Nova Lacerda	5.073,30	0,8	58,03	1%
Centro-Oeste	MT	Pontes e Lacerda	13.122,90	3,28	30,37	0%
Centro-Oeste	MT	Rio Branco	529,1	9,62	27,03	5%
Centro-Oeste	MT	Vale de São Domingos	-	-	29,12	

Região	UF	Mesorregiões e Municípios	Área total das unidades territoriais (Km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica da unidade territorial (Hab/Km <sup>2</sup> )	Comprimento (km <sup>2</sup> )	% de Área atravessada nas Unidades Territoriais
		<b>Sul Goiano</b>	<b>26.563,20</b>	<b>4,9</b>	<b>329,57</b>	<b>1%</b>
Centro-Oeste	GO	Santa Rita do Araguaia	1.361,80	3,7	7,74	1%
Centro-Oeste	GO	Mineiros	9.067,00	4,3	84,99	1%
Centro-Oeste	GO	Serranópolis	5.526,50	1,2	112,09	2%
Centro-Oeste	GO	Jataí	7.174,10	10,5	2,06	0%
Centro-Oeste	GO	Itarumã	3.433,80	1,6	122,69	4%
		<b>Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba</b>	<b>2718,7</b>	<b>12,9</b>	<b>71,85</b>	<b>3%</b>
Sudeste	MG	Limeira do Oeste	1.317,40	4,69	48,91	4%
Sudeste	MG	Iturama	1.401,30	20,56	22,94	2%
		<b>São José do Rio Preto</b>	<b>7965,2</b>	<b>43,8</b>	<b>246,46</b>	<b>3%</b>
Sudeste	SP	Estrela d'Oeste	296,3	27,9	4,66	2%
Sudeste	SP	Fernandópolis	549,6	112,1	31,18	6%
Sudeste	SP	Floreal	203,7	15,8	1,92	1%
Sudeste	SP	Irapuã	257,4	25,9	18,94	7%
Sudeste	SP	Itajobi	501,8	28,3	0,42	0%
Sudeste	SP	José Bonifácio	858,6	33,3	24,01	3%
Sudeste	SP	Macaubal	248,7	28,8	8,23	3%
Sudeste	SP	Meridiano	228,1	17,6	9,74	4%
Sudeste	SP	Monte Aprazível	482,9	38,1	7,53	2%
Sudeste	SP	Neves Paulista	232,2	38,4	0,58	0%
Sudeste	SP	Nhandeara	437,4	23,3	29,60	7%
Sudeste	SP	Nipoã	138	23,6	12,66	9%
Sudeste	SP	Nova Aliança	217,9	21,9	11,18	5%
Sudeste	SP	Novo Horizonte	932,8	34,8	28,58	3%
Sudeste	SP	Ouroeste	287,6	21,9	7,13	2%
Sudeste	SP	Populina	315,5	14,1	19,55	6%
Sudeste	SP	Potirendaba	342,4	39	5,94	2%
Sudeste	SP	Turmalina	147,3	16,1	12,23	8%
Sudeste	SP	União Paulista	79,2	17,2	1,87	2%



Região	UF	Mesorregiões e Municípios	Área total das unidades territoriais (Km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica da unidade territorial (Hab/Km <sup>2</sup> )	Comprimento (km <sup>2</sup> )	% de Área atravessada nas Unidades Territoriais
Sudeste	SP	Urupês	324,8	36,4	0,48	0%
Sudeste	SP	Valentim Gentil	149,2	57,8	4,86	3%
Sudeste	SP	Votuporanga	421,7	179,2	2,85	1%
		<b>Araraquara</b>	<b>3.853,81</b>	<b>85,5</b>	<b>88,20</b>	<b>2%</b>
Sudeste	SP	Araraquara	1.006,00	181,2	4,43	0%
Sudeste	SP	Borborema	552,6	23,8	17,18	3%
Sudeste	SP	Gavião Peixoto	243,7	16,9	13,15	5%
Sudeste	SP	Itápolis	997,1	37,9	29,14	3%
Sudeste	SP	Matão	527	136,2	0,00	0%
Sudeste	SP	Nova Europa	160,9	45,4	8,26	5%
Sudeste	SP	Tabatinga	366,5	35,4	16,02	4%

Fonte: levantamento de campo, agosto a novembro de 2009.



**ANEXO 3.6.5.3 - 1**  
**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO**  
**RESIDENTE**



Setor por município	Área Afetada	Área Total	População Total	Densidade demográfica	População no corredor da LT IE Madeira
Caçu	230,18	2,47	341	1,481438933	3,659717101
Caçu	621,45	234,95	548	0,881814683	207,1832235
Caçu	308,26	144,68	260	0,843432128	122,0295727
Caçu	121,40	52,73	234	1,927571482	101,6369128
Caçu	229,42	75,94	232	1,011245208	76,79896656
Caçu	302,20	56,99	121	0,40040334	22,82017769
Jataí	335,90	10,59	182	0,541822332	5,736719138
Jataí	217,58	105,75	241	1,107654682	117,1311988
Jataí	416,05	2,09	223	0,535993003	1,122881535
Jataí	336,69	6,83	343	1,018735423	6,959469879
Jataí	398,54	70,32	250	0,627291791	44,11377374
Jataí	381,07	63,06	257	0,67441594	42,52806197
Jataí	342,26	0,21	191	0,558054802	0,117035548
Mineiros	279,70	72,83	299	1,069013735	77,86017161
Mineiros	396,28	62,24	269	0,678815665	42,24847449
Mineiros	394,83	61,29	47	0,119037307	7,2959289
Mineiros	434,61	29,68	108	0,248496445	7,376245733
Mineiros	385,12	31,60	177	0,45960246	14,52291032
Mineiros	234,78	18,88	262	1,115924759	21,06553528
Mineiros	416,65	39,48	165	0,396017925	15,63514562
Mineiros	364,94	97,26	184	0,504195034	49,03849464
Mineiros	517,07	37,05	285	0,551179638	20,42331549
Santa Rita do Araguaia	775,32	62,57	362	0,46690578	29,21366511
São Simão	229,82	0,02	225	0,979026652	0,016109878
Serranópolis	362,33	58,38	424	1,170198332	68,31552169
Serranópolis	584,71	99,66	211	0,360862846	35,96382953
Serranópolis	382,65	31,33	103	0,269178111	8,432892302
Serranópolis	482,70	122,79	203	0,420553546	51,64122557
Serranópolis	262,58	11,89	237	0,902579522	10,73056305
Iturama	276,22	106,79	315	1,140390904	121,7812632
Iturama	91,95	40,51	201	2,185871885	88,55938678
Iturama	157,18	2,33	226	1,43783797	3,347760281
Limeira do Oeste	71,37	1,95	404	5,660257204	11,0222039
Limeira do Oeste	236,99	109,57	421	1,776447953	194,6506664
Santa Vitória	214,42	59,37	156	0,727550426	43,19523179
União de Minas	102,48	53,65	161	1,571101886	84,29060498
União de Minas	184,03	27,80	168	0,912887608	25,3824671
União de Minas	83,21	31,33	69	0,829181148	25,97953806
Comodoro	71,83	952,68	182	0,191039794	13,72271625
Comodoro	192,78	1966,42	183	0,093062425	17,94031789
Comodoro	74,46	1344,34	563	0,418793417	31,18168428
Nova Lacerda	197,80	1605,83	446	0,277738236	54,93644755
Acorizal	75,28	4,06	65	0,863417112	3,503780194
Acorizal	278,66	66,65	508	1,823036137	121,5020562
Acorizal	220,18	0,54	832	3,778808835	2,047649159
Acorizal	86,41	1,77	421	4,872360045	8,633286134
Alto Paraguai	619,07	39,19	858	1,385950966	54,31296202
Araputanga	333,43	118,56	781	2,342338565	277,7072244
Araputanga	386,04	85,57	435	1,126839052	96,41915258
Barra do Bugres	658,47	137,43	648	0,984103801	135,2407894
Barra do Bugres	0,26	0,03	540	2059,780157	53,39330005
Barra do Bugres	326,34	95,88	232	0,710906995	68,16337547
Barra do Bugres	448,67	68,36	332	0,739972017	50,58149246
Barra do Bugres	1395,25	160,35	731	0,523921417	84,00967448
Campo Verde	839,84	26,75	1346	1,602683352	42,87780045
Campo Verde	199,76	3,59	487	2,437961189	8,746579058
Cuiabá	185,44	62,63	669	3,607566238	225,9304368
Cuiabá	377,15	71,32	642	1,702261133	121,397942
Cuiabá	706,17	82,07	612	0,866645523	71,12910519
Cuiabá	2,03	1,01	61	30,05855437	30,40639902
Cuiabá	400,61	75,00	582	1,452780457	108,9545506
Cuiabá	117,79	21,40	234	1,986587168	42,50790239
Cuiabá	125,08	38,02	702	5,612212922	213,3528671
Cuiabá	188,39	18,21	76	0,403425392	7,347742819
Cuiabá	229,82	44,55	253	1,10084421	49,04190941
Guiratinga	290,67	25,98	470	1,616936296	42,00917413
Indiavaí	598,37	4,29	150	0,250682563	1,075177338
Jaciara	149,70	64,20	202	1,349365477	86,63517536
Jaciara	483,39	92,39	80	0,16549915	15,29001586
Jaciara	300,00	63,46	367	1,223315128	77,63095013
Jaciara	6,28	4,27	241	38,38074587	163,8910176
Jangada	141,93	15,68	577	4,065260503	63,73978112
Jangada	123,09	67,63	659	5,353914476	362,0946005
Jauru	90,30	3,65	130	1,439625772	5,256275587
Jauru	227,16	43,32	573	2,522473655	109,2634795
Jauru	173,70	34,78	336	1,934347029	67,28309892
Juscimeira	60,93	25,83	177	2,90509761	75,02876094
Juscimeira	24,28	0,00	129	5,312813514	0,013006046
Juscimeira	0,82	0,16	431	525,0431582	81,4061487
Juscimeira	120,29	36,69	116	0,964361507	35,37881829
Juscimeira	0,94	0,94	353	375,0845776	353
Juscimeira	107,74	13,25	301	2,793727204	37,02537659
Juscimeira	152,72	34,56	443	2,900808448	100,2488722
Juscimeira	566,03	6,83	363	0,641303433	4,379560944

Setor por município	Área Afetada	Área Total	População Total	Densidade demográfica	População no corredor da LT IE Madeira
Lambari D'Oeste	313,38	69,00	69	0,220181742	15,19212305
Lambari D'Oeste	433,54	14,34	177	0,408268101	5,853558842
Vila Bela da Santíssima Trindade	382,14	4,35	557	1,457567235	6,343952205
Vila Bela da Santíssima Trindade	1910,46	328,34	625	0,327147095	107,4166251
Vila Bela da Santíssima Trindade	633,91	106,98	555	0,875517678	93,66226688
Nova Lacerda	843,39	29,95	843	0,999533207	29,9340148
Nova Lacerda	1606,14	85,46	446	0,277684421	23,73147925
Pedra Preta	312,06	2,10	338	1,083113365	2,269644433
Pedra Preta	455,59	109,67	272	0,597029267	65,47901729
Pedra Preta	482,66	27,89	48	0,099449473	2,773173002
Pontes e Lacerda	164,45	31,49	338	2,055384882	64,72212281
Pontes e Lacerda	558,66	81,07	424	0,758964591	61,53249275
Pontes e Lacerda	505,20	84,05	151	0,298892402	25,12249741
Pontes e Lacerda	26,00	2,26	360	13,84801794	31,26274219
Pontes e Lacerda	383,57	92,87	252	0,656984206	61,01288838
Porto Estrela	234,11	0,55	550	2,349363753	1,294631946
Poxoréo	269,37	0,06	455	1,689156841	0,099739831
Poxoréo	133,96	3,89	719	5,367233401	20,86192968
Poxoréo	52,66	17,26	860	16,33224195	281,9239426
Reserva do Cabapal	3,30	0,43	651	197,0553131	84,70047649
Reserva do Cabapal	242,20	2,55	619	2,555750655	6,526029167
Reserva do Cabapal	98,20	40,12	285	2,902316964	116,4287004
Rio Branco	51,31	4,80	2	0,038977678	0,187129446
São José do Povo	3,78	0,01	578	152,8937729	1,733693325
São José do Povo	120,28	9,96	740	6,152438573	61,25665424
São José do Povo	80,07	4,62	491	6,132355664	28,34739995
São José do Povo	147,70	53,25	286	1,936353241	103,1052786
São José do Povo	55,26	32,63	127	2,298297171	74,9897385
Rondonópolis	119,01	3,83	83	0,697396256	2,671791257
Rondonópolis	177,40	17,88	924	5,208565135	93,11367186
Rondonópolis	209,73	52,83	123	0,586478616	30,98584515
Rondonópolis	198,45	39,96	613	3,088947048	123,4478364
Rondonópolis	218,07	16,63	356	1,632523599	27,14411154
Rondonópolis	99,63	76,18	356	3,573181888	272,1878616
Rondonópolis	56,34	10,57	96	1,704042256	18,00932224
Rosário Oeste	365,08	66,03	898	2,459761918	162,4224024
Rosário Oeste	299,33	42,72	972	3,247236022	138,7336711
Rosário Oeste	502,99	9,09	819	1,628256539	14,80003254
Rosário Oeste	509,51	3,97	773	1,517151211	6,024843412
Salto do Céu	6,20	2,49	775	124,9293611	310,9697768
Salto do Céu	133,77	33,42	246	1,839030515	61,45240066
Salto do Céu	135,66	53,09	169	1,245780186	66,14157862
Salto do Céu	94,88	15,24	146	1,538707543	23,44656095
Salto do Céu	0,77	0,77	19	24,7914362	19
Salto do Céu	159,63	69,79	417	2,612343259	182,3055573
Salto do Céu	438,71	63,77	183	0,417130116	26,60137903
Santo Antônio do Leverger	445,77	48,24	850	1,906810232	91,99086343
Santo Antônio do Leverger	120,76	15,52	349	2,890067818	44,84970816
Santo Antônio do Leverger	985,81	32,86	941	0,954540168	31,36579641
Santo Antônio do Leverger	621,59	10,60	1363	2,192770059	23,24734074
Santo Antônio do Leverger	314,02	0,17	264	0,840717014	0,140000526
Santo Antônio do Leverger	80,65	54,51	241	2,988105406	162,8762548
Santo Antônio do Leverger	79,30	0,96	423	5,334248463	5,134018508
Santo Antônio do Leverger	72,62	43,04	777	10,69918583	460,4507757
Vale de São Domingos	131,80	18,91	233	1,767829842	33,42547497
Vale de São Domingos	681,75	1,80	46	0,06747304	0,121786893
Vale de São Domingos	681,55	30,65	13	0,019074147	0,584556113
Alto Araguaia	431,88	90,01	117	0,270910732	24,38342763
Alto Araguaia	946,91	131,36	208	0,219662554	28,85405474
Alto Garças	599,15	42,79	373	0,622552648	26,63940819
Alto Garças	668,23	100,11	167	0,249912196	25,01764849
Alto Garças	948,61	134,76	132	0,139150809	18,75133345
Pedra Preta	559,65	14,78	1254	2,24067601	33,12045993
Pedra Preta	482,57	80,14	48	0,099467766	7,971171978
Ariquemes	0,10	93,34	233	2,496123967	0,242928681
Ariquemes	65,68	161,88	330	2,038503429	133,8868714
Ariquemes	27,80	82,68	315	3,809784706	105,8940714
Ariquemes	32,03	144,80	480	3,315000833	106,1911037
Ariquemes	38,63	122,90	500	4,06842963	157,1651387
Ariquemes	10,62	117,14	631	5,386791444	57,20191212
Ariquemes	42,87	84,71	604	7,130262964	305,6796895
Ariquemes	0,09	121,57	496	4,080119739	0,35616998
Ariquemes	8,97	150,38	468	3,112144038	27,91746533
Ariquemes	22,00	126,14	333	2,63997912	58,08341212
Ariquemes	26,51	86,32	342	3,962115778	105,017775
Cabixi	20,14	62,90	313	4,975882912	100,2176383
Cabixi	19,39	62,03	258	4,159276879	80,63449426
Cabixi	0,64	0,64	242	379,5631058	242
Cabixi	18,10	53,27	257	4,824372173	87,34120936
Cabixi	20,85	112,08	282	2,516012835	52,45264373
Colorado do Oeste	1,04	17,87	160	8,953502226	9,356283098

Setor por município	Área Afetada	Área Total	População Total	Densidade demográfica	População no corredor da LT IE Madeira
Colorado do Oeste	32,55	88,23	488	5,531216216	180,0353523
Colorado do Oeste	1,31	109,22	339	3,103915076	4,053783758
Colorado do Oeste	14,20	78,47	118	1,503834704	21,35712884
Colorado do Oeste	30,92	85,25	267	3,132061823	96,85258908
Colorado do Oeste	23,76	71,63	338	4,718662226	112,1211293
Colorado do Oeste	20,74	72,32	258	3,567264963	73,99782317
Colorado do Oeste	25,24	77,89	420	5,392306282	136,0759903
Colorado do Oeste	6,28	136,95	489	3,570608343	22,40703457
Colorado do Oeste	39,01	83,61	398	4,760302991	185,7140126
Colorado do Oeste	35,40	103,62	286	2,760044852	97,7138908
Colorado do Oeste	0,41	194,24	133	0,684709626	0,279200398
Corumbiara	49,41	136,32	328	2,406116721	118,8793842
Corumbiara	3,87	194,23	493	2,538274872	9,834275795
Corumbiara	57,75	144,28	314	2,176332698	125,6817326
Corumbiara	26,34	112,97	625	5,532330308	145,727053
Jaru	15,86	36,69	785	21,39364875	339,3495016
Jaru	42,25	145,59	850	5,838168244	246,6507899
Jaru	20,78	86,96	192	2,208002707	45,89172431
Jaru	18,30	102,73	357	3,475051366	63,57849528
Jaru	35,86	113,27	584	5,155697312	184,8798677
Jaru	19,02	85,76	469	5,468677652	103,9941689
Jaru	19,24	94,00	605	6,436272709	123,8222185
Jaru	52,21	124,36	654	5,258927315	274,5444309
Ji-Paraná	36,95	88,83	738	8,308025268	306,9870132
Ji-Paraná	17,15	54,37	417	7,669215895	131,5410588
Ji-Paraná	33,16	109,36	396	3,621201015	120,0835242
Nova Brasilândia D'Oeste	2,00	169,87	624	3,673455541	7,346029259
Ouro Preto do Oeste	1,04	72,56	346	4,76861369	4,962586024
Ouro Preto do Oeste	21,85	82,72	345	4,170940291	91,13740194
Ouro Preto do Oeste	30,14	72,93	575	7,884772939	237,6204684
Ouro Preto do Oeste	55,72	113,68	436	3,835373786	213,7080387
Ouro Preto do Oeste	69,72	87,99	672	7,637230769	532,48798
Ouro Preto do Oeste	0,75	79,11	828	10,46596472	7,866912808
Pimenta Bueno	25,12	99,54	601	6,037769773	151,686363
Pimenta Bueno	16,80	121,15	192	1,584800764	26,6223824
Pimenta Bueno	14,29	215,17	206	0,957384653	13,68574914
Pimenta Bueno	18,70	707,88	134	0,189297313	3,539310281
Porto Velho	25,21	135,91	677	4,9811516	125,5768068
Porto Velho	1,23	90,10	415	4,605747869	5,680290109
Porto Velho	60,19	424,98	215	0,505909042	30,44881899
Porto Velho	0,24	528,44	262	0,495800211	0,117768528
Porto Velho	1,47	656,38	323	0,492090914	0,721242729
Porto Velho	33,26	442,48	483	1,091578851	36,30852467
Presidente Médici	24,47	86,64	632	7,294290387	178,4569595
Presidente Médici	67,10	137,28	1094	7,969187211	534,7713732
Presidente Médici	5,20	66,31	312	4,704999746	24,4612512
Presidente Médici	0,54	18,35	198	10,79005185	5,81291652
Presidente Médici	30,32	51,78	211	4,074994784	123,5370539
Rolim de Moura	4,04	62,73	173	2,757807836	11,14867059
Rolim de Moura	16,54	65,79	249	3,784926069	62,59083515
Rolim de Moura	23,81	62,51	192	3,071460723	73,12424465
Rolim de Moura	33,82	89,95	287	3,190718774	107,9185391
Alto Paraíso	0,22	43,13	1076	24,94865926	5,591038236
Alto Paraíso	0,47	84,50	410	4,852328405	2,292261026
Alto Paraíso	10,40	83,26	561	6,737678889	70,07895833
Alto Paraíso	22,69	89,43	353	3,947148117	89,5792572
Alto Paraíso	55,80	171,86	926	5,388050633	300,6468884
Alto Paraíso	8,75	139,09	329	2,365456475	20,68871914
Alto Paraíso	17,27	103,26	284	2,750467795	47,48726966
Alto Paraíso	27,82	103,48	276	2,667114247	74,21088855
Alto Paraíso	29,07	109,29	404	3,696581468	107,4723292
Alto Paraíso	17,59	93,39	386	4,133012328	72,69380753
Alto Paraíso	43,98	125,67	430	3,421694712	150,4899964
Cacaulândia	7,06	278,90	681	2,441754573	17,24810683
Cacaulândia	80,95	141,04	139	0,985513575	79,77307148
Cacaulândia	12,75	88,92	180	2,024364771	25,80538754
Cacaulândia	42,61	83,97	563	6,704792704	285,6960466
Cacaulândia	0,66	44,42	69	1,553496733	1,021664608
Candeias do Jamari	113,17	834,47	582	0,697450105	78,92897382
Candeias do Jamari	0,93	280,57	227	0,809054995	0,753706145
Candeias do Jamari	183,58	967,60	1925	1,989466673	365,2243009
Castanheiras	40,57	107,10	256	2,390331967	96,98667361
Castanheiras	33,68	73,76	161	2,182833023	73,52674289
Castanheiras	21,63	105,10	292	2,778409166	60,09885428
Castanheiras	24,14	80,55	266	3,302308349	79,71502669
Castanheiras	53,58	113,19	232	2,049650555	109,8246252
Castanheiras	22,47	82,68	278	3,36241316	75,5682477
Castanheiras	29,17	159,27	243	1,525703979	44,5070982
Chupinguaia	88,77	660,58	356	0,538920212	47,838277
Chupinguaia	3,80	332,77	1241	3,729324677	14,1721241
Chupinguaia	11,27	137,42	242	1,760961247	19,84064071
Chupinguaia	51,93	122,00	120	0,983574594	51,07625136
Chupinguaia	24,59	624,72	396	0,633888294	15,58875482
Chupinguaia	42,61	207,82	88	0,423438666	18,04319327

Setor por município	Area Afetada	Área Total	População Total	Densidade demografica	População no corredor da LT IE Madeira
Chupinguaia	56,99	158,46	409	2,581076713	147,0886014
Chupinguaia	1,16	1,16	285	246,391418	285
Parecis	94,81	268,79	141	0,524581723	49,73691556
Parecis	5,17	222,19	23	0,103517014	0,534917155
Primavera de Rondônia	2,03	88,52	294	3,321158874	6,74410308
Primavera de Rondônia	21,11	94,89	251	2,645159256	55,83116958
Primavera de Rondônia	14,96	45,22	266	5,88245476	87,9890462
Primavera de Rondônia	19,37	72,93	333	4,565816839	88,46082017
Primavera de Rondônia	31,78	135,56	600	4,426153324	140,6536838
São Felipe D'Oeste	25,76	71,19	732	10,28196817	264,8135082
São Felipe D'Oeste	18,02	58,78	676	11,49968801	207,2276052
São Felipe D'Oeste	38,70	87,83	586	6,672083353	258,2024042
São Felipe D'Oeste	0,29	0,32	614	1900,520239	558,8491611
São Felipe D'Oeste	0,81	45,54	530	11,63890142	9,374287293
São Felipe D'Oeste	10,46	70,33	1080	15,35717084	160,6588772
Teixeirópolis	3,01	43,42	335	7,715162614	23,22798422
Teixeirópolis	34,16	52,11	607	11,64782445	397,8659042
Teixeirópolis	3,42	95,58	979	10,24230461	35,01552708
Teixeirópolis	23,33	90,88	606	6,66780914	155,5745567
Araraquara	81,53	27,32	0	0	0
Araraquara	141,05	0,64	0	0	0
Boa Esperança do Sul	83,33	2,66	290	3,480167092	9,262648067
Fernandópolis	57,64	13,06	169	2,931891142	38,27790928
Fernandópolis	30,09	10,20	154	5,117872811	52,18400878
Fernandópolis	39,61	7,94	452	11,41143633	90,65077645
Fernandópolis	64,10	14,34	152	2,371409689	34,01722011
Gavião Peixoto	63,74	0,57	372	5,836178183	3,30543012
Gavião Peixoto	179,00	55,05	456	2,547494662	140,242507
Guarani d'Oeste	47,19	29,80	108	2,288690937	68,2130634
Ibirá	50,62	7,76	217	4,286945464	33,27373622
Indiaporã	74,05	8,94	199	2,687239717	24,0107048
Itajobi	6,78	4,47	572	84,35794633	376,9127591
Itajobi	85,22	8,49	199	2,335183793	19,82137282
Itajobi	35,43	26,96	242	6,830143572	184,1497036
Itajobi	29,67	2,33	280	9,437169131	22,02518506
Itajobi	93,75	35,41	423	4,511765617	159,7626551
Itajobi	69,12	28,10	174	2,517398641	70,74131473
Itajobi	30,10	0,74	149	4,950819392	3,654227574
Itajobi	49,69	0,82	363	7,305067872	5,960860533
Itápolis	1,07	0,86	0	0	0
Itápolis	102,20	18,99	302	2,955035886	56,11254092
Itápolis	38,69	19,29	197	5,091994543	98,22352499
Itápolis	113,49	63,59	116	1,022092906	64,99571171
Itápolis	72,74	43,13	478	6,57142776	283,4072414
Itápolis	61,66	6,95	312	5,059961649	35,16152613
Itápolis	96,45	33,51	434	4,499940702	150,7780423
Itápolis	48,84	1,71	187	3,828964109	6,555002087
Itápolis	0,08	0,08	44	565,8500386	44
Itápolis	96,70	4,22	380	3,929654948	16,588748
Jaci	45,24	21,65	214	4,730226169	102,4163143
Jaci	44,07	21,95	222	5,036972055	110,5686015
Jaci	54,14	9,83	313	5,781383889	56,83437099
Macedônia	32,84	7,08	127	3,866841198	27,38957888
Macedônia	97,34	47,94	265	2,722455835	130,5038133
Marapoama	2,47	2,47	684	277,2511044	683,4456286
Marapoama	53,81	27,37	203	3,772200427	103,2636905
Marapoama	56,13	11,05	278	4,953129667	54,73073023
Meridiano	37,70	20,12	379	10,05309087	202,2375061
Meridiano	34,42	6,49	352	10,22706566	66,33075018
Mirassol	37,59	14,62	272	7,23626838	105,8127104
Monte Aprazível	64,47	4,37	264	4,094696185	17,88381413
Monte Aprazível	43,83	24,12	143	3,262614008	78,68225207
Monte Aprazível	46,52	22,01	216	4,643434825	102,2204803
Monte Aprazível	0,34	0,16	256	747,2653675	121,585189
Monte Aprazível	68,79	28,90	287	4,172022066	120,5882191
Neves Paulista	4,00	0,57	229	57,32104504	32,49724205
Neves Paulista	38,06	17,06	121	3,179098094	54,24192465
Neves Paulista	36,98	27,49	147	3,974586213	109,2686652
Neves Paulista	75,88	3,30	378	4,981399182	16,44647791
Nipoã	70,71	0,43	196	2,771891004	1,202239405
Nova Aliança	1,81	0,32	772	425,5362459	136,1369238
Nova Aliança	49,28	18,32	114	2,313294808	42,37096596
Nova Aliança	52,11	22,84	248	4,758814569	108,6693903
Nova Europa	95,09	41,77	858	9,022832148	376,9191488
Ouroeste	2,45	2,18	236	96,21022315	209,9317051
Ouroeste	33,04	0,00	143	4,328269839	0,007391072
Ouroeste	129,60	43,71	652	5,030801044	219,8884849
Ouroeste	0,63	0,63	1232	1954,239415	1232
Ouroeste	104,85	59,26	1167	11,12971034	659,5146318
Ouroeste	18,04	14,86	520	28,82828611	428,3976521
Pedranópolis	47,65	32,00	531	11,14417831	356,6465216
Pedranópolis	54,05	29,89	514	9,509094671	284,2148247
Poloni	32,02	18,09	606	18,9280582	342,3720351
Poloni	50,97	12,62	335	6,573086589	82,93439067



Setor por município	Area Afetada	Área Total	População Total	Densidade demografica	População no corredor da LT IE Madeira
Poloni	49,31	21,16	165	3,346030618	70,78849514
Potirendaba	5,65	1,76	471	83,34876738	146,6180157
Potirendaba	67,98	3,91	21	0,308935323	1,208656991
Potirendaba	71,15	35,07	722	10,14794315	355,8928241
Potirendaba	55,12	11,27	180	3,265418148	36,79300639
Potirendaba	94,63	39,86	705	7,449894249	296,9336802
Potirendaba	0,26	0,26	434	1646,496675	434
Potirendaba	0,02	0,02	732	32432,65805	732
Sebastianópolis do Sul	0,96	0,38	874	906,8321083	348,8784203
Sebastianópolis do Sul	78,42	27,71	285	3,634146182	100,7168105
Sebastianópolis do Sul	84,39	40,71	475	5,628520389	229,1090783
Tabatinga	64,18	33,89	217	3,380994502	114,5906697
Tabatinga	47,97	2,49	272	5,669784301	14,12599698
Tabatinga	0,64	0,64	1059	1646,809357	1059
Tabatinga	146,94	45,80	508	3,457196487	158,3300374
Tabatinga	0,15	0,15	621	4238,844592	621
Urupés	47,87	26,07	363	7,582553405	197,7066798
Urupés	36,17	21,22	150	4,147595004	88,02573388
Urupés	36,60	19,90	195	5,327437874	106,0078735
Urupés	25,56	0,35	92	3,599004502	1,254680811
Urupés	58,66	25,87	153	2,608033386	67,47355789
Valentim Gentil	3,85	0,84	574	149,0461735	125,2564505
Valentim Gentil	21,36	9,69	239	11,19147372	108,4560015
Valentim Gentil	41,12	29,77	252	6,128275215	182,4381848
Valentim Gentil	39,13	6,51	226	5,775193295	37,60218921
Votuporanga	34,97	0,04	401	11,46684019	0,421076333
Votuporanga	98,61	44,89	552	5,597592857	251,2841857
Votuporanga	101,02	27,54	454	4,494324209	123,7737017
Votuporanga	30,36	4,54	318	10,47315075	47,57902387
Votuporanga	82,52	16,21	345	4,180745628	67,76858941
	55731,83	31439,21			37405,43702

### 3.6.5.4 SAÚDE

#### a. Infraestrutura e Serviços de Saúdes disponíveis na All

A infra-estrutura de saúde é analisada através do número de estabelecimentos de saúde por tipo, presentes em cada município, além do número de leitos hospitalares disponibilizados nos municípios, segundo sua especialidade, e da cobertura da população pelo Programa de Saúde da Família (PSF), com base em dados recentes do Ministério da Saúde (DATASUS e SVS).

De uma maneira geral, em todas as Alls mesorregionais analisadas, estão presentes estabelecimentos de saúde dos principais tipos, inclusive hospitais gerais e postos de saúde. A distribuição destes estabelecimentos, no entanto, não é equânime entre os conjuntos de municípios em estudo. A All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense, que inclui a capital do Estado, Cuiabá, concentra 30,7% dos estabelecimentos de saúde de toda a All. É seguida, em número de estabelecimentos, pelas duas Alls mesorregionais que compõem a área paulista em estudo. Além disso, a rede de saúde da All Mesorregional Centro-Sul matogrossense é a mais diversificada, apresentando maior número de centros/unidades básicas de saúde, hospitais gerais, clínicas ou ambulatórios especializados, consultórios isolados, unidades de serviços de apoio à diagnose e terapia e “outras”. A All Mesorregional Leste Rondoniense, por sua vez, apresenta o maior número de postos de saúde de toda a área em estudo.

**Quadro 3.6.5.4-1 - Estabelecimentos de Saúde por tipo – 2009**

Municípios e All	Centro de Saúde /Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/ Ambulatório Especializado	Consultório I solado	Hospital geral	Posto de saúde	Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
All Mesorregional Madeira Guaporé	39	74	129	13	20	1	57	2	19	354
All Mesorregional Leste Rondoniense	78	43	57	18	70	16	46	13	23	364
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	116	212	777	22	19	3	109	3	64	1325
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	68	28	222	12	9	4	31	1	13	388
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	40	18	20	9	23	5	17	2	11	145
All Mesorregional Sul Goiano	25	17	74	9	1	1	7	2	1	145
All Mesoregional Triângulo Mineiro /Alto Paranaíba	11	12	17	1	2	6	2	2	0	57
All Mesorregional Araraquara	66	93	588	8	2	0	39	5	46	847
All Mesorregional São José do Rio Preto	80	59	444	17	8	0	59	4	19	690
<b>Total All</b>	523	556	2328	109	154	36	367	34	196	4315

Fonte: DATASUS

## (1) Rondônia

De acordo com o banco de dados do Ministério da Saúde, a partir das informações referentes ao mês de outubro do ano de 2009, na área rondoniense em estudo há 723 estabelecimentos de saúde, sendo que 356 localizam-se na AII Mesorregional Madeira Guaporé e 367 na AII Mesorregional Leste Rondoniense. Dentre todos os municípios analisados, Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, é o que apresenta o maior número de estabelecimentos de saúde (48,23% do total da área em estudo rondoniense) e também uma rede de saúde bastante diversificada, não possuindo apenas unidade mista de atendimento 24h. Em seguida, vem os municípios de Jaru e Ariquemes, ambos com 70 estabelecimentos. Alguns municípios se destacam pela não existência de alguns estabelecimentos importantes. É o caso, por exemplo, de Ariquemes, Castanheiras, Cerejeiras, Parecis e Teixeiraópolis, que não possuem postos de saúde. Além disso, 19 dos 25 municípios da área em estudo rondoniense não dispõem de hospital geral registrado. São eles: Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Alto Paraíso, Alvorada D'Oeste, Cabixi, Cacaúlândia, Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Governador Jorge Teixeira, Monte Negro, Parecis, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, São Felipe D'Oeste, Teixeiraópolis e Urupá. Vale ressaltar também que os municípios Castanheiras e Parecis disponibilizam, em cada um deles, apenas dois estabelecimentos de saúde (que representam apenas 0,2% do total das unidades de saúde da área em estudo), e Itapuã do Oeste, Teixeiraópolis e São Felipe D'Oeste, apenas três em cada município (1,2% do total).

**Quadro 3.6.5.4-2 - Estabelecimentos de Saúde por tipo nos municípios da AII – Rondônia – out/2009**

Municípios e AIs Mesorregionais	Centro de Saúde/ Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/ Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
Candeias do Jamari	1	0	0	0	2	0	2	0	0	5
Itapuã do Oeste	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3
Porto Velho	38	75	128	14	17	0	54	2	20	348
<b>AII Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>39</b>	<b>75</b>	<b>128</b>	<b>14</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>57</b>	<b>2</b>	<b>20</b>	<b>356</b>
Alto Paraíso	4	0	0	0	1	1	0	0	0	6
Alvorada D'Oeste	2	0	1	0	1	1	2	1	0	8
Ariquemes	9	14	14	7	0	0	11	5	0	70
Cabixi	1	0	0	0	7	1	0	1	0	10
Cacaulândia	1	0	0	0	6	1	0	0	0	8
Castanheiras	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Cerejeiras	7	0	0	0	0	1	2	0	0	11
Chupinguaia	0	0	0	0	4	1	0	0	0	5
Colorado do Oeste	6	2	0	0	1	1	0	0	1	11
Corumbiara	2	0	0	0	2	1	0	0	0	5
Governador Jorge Teixeira	2	0	0	0	3	1	0	1	0	7
Jaru	11	13	25	3	3	0	11	1	0	70
Monte Negro	7	1	0	0	1	1	1	0	0	11
Nova Brasilândia D'Oeste	2	2	3	1	2	0	2	0	0	12
Ouro Preto do Oeste	4	3	4	4	10	0	5	1	1	32
Parecis	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Presidente Médici	4	2	1	0	13	1	2	1	1	25
Primavera de Rondônia	2	0	0	0	3	0	0	0	0	5
Rolim de Moura	11	4	11	3	3	0	9	2	0	49
São Felipe D'Oeste	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3
Teixeirópolis	0	1	0	0	0	1	1	0	0	3
Urupá	0	2	0	0	8	1	1	0	0	12
<b>AII Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>76</b>	<b>44</b>	<b>59</b>	<b>18</b>	<b>69</b>	<b>16</b>	<b>49</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>367</b>
<b>TOTAL AII</b>	<b>115</b>	<b>119</b>	<b>187</b>	<b>32</b>	<b>89</b>	<b>17</b>	<b>106</b>	<b>15</b>	<b>23</b>	<b>723</b>

Fonte: DATASUS

Na área rondoniense em estudo, 58,5% das unidades de saúde pertencem à rede privada, e se concentram principalmente em Porto Velho. Em oito municípios não há rede privada de saúde. São eles: Alto Paraíso, Cabixi, Cacaulândia, Castanheiras, Chupinguaia, Corumbiara, Governador Jorge Teixeira e Primavera de Rondônia. Das 295 unidades públicas de saúde presentes nos municípios analisados, 85 situam-se em Porto Velho, 24 em Ariquemes e 23 em Rolim de Moura. Ressalta-se que em todos os municípios deste estudo existem rede pública de saúde. Por outro lado, as redes filantrópicas são apenas 4, sendo 3 em Porto Velho, e 1 em Teixeiraópolis. Só há 1 unidade de saúde pertencente a sindicato, localizada em Porto Velho.

**Quadro 3.6.5.4-3- Estabelecimentos de saúde por tipo de prestador nos municípios da AII – Rondônia - out/2009**

Municípios e AIs Mesorregionais	Público	Filantrópico	Privado	Sindicato	Total
Candeias do Jamari	3	0	2	0	5
Itapuã do Oeste	2	0	1	0	3
Porto Velho	85	3	259	1	348
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>90</b>	<b>3</b>	<b>262</b>	<b>1</b>	<b>356</b>
Alto Paraíso	6	0	0	0	6
Alvorada D'Oeste	5	0	3	0	8
Ariquemes	24	0	46	0	70
Cabixi	10	0	0	0	10
Cacaulândia	8	0	0	0	8
Castanheiras	2	0	0	0	2
Cerejeiras	9	0	2	0	11
Chupinguaia	5	0	0	0	5
Colorado do Oeste	9	0	2	0	11
Corumbiara	5	0	0	0	5
Governador Jorge Teixeira	7	0	0	0	7
Jaru	20	0	50	0	70
Monte Negro	9	0	2	0	11
Nova Brasilândia D'Oeste	6	0	6	0	12
Ouro Preto do Oeste	18	0	14	0	32
Parecis	1	0	1	0	2
Presidente Médici	21	0	4	0	25
Primavera de Rondônia	5	0	0	0	5
Rolim de Moura	23	0	26	0	49
São Felipe D'Oeste	2	0	1	0	3
Teixeiraópolis	1	1	1	0	3
Urupá	9	0	3	0	12
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>205</b>	<b>1</b>	<b>161</b>	<b>0</b>	<b>367</b>
<b>TOTAL AII</b>	<b>295</b>	<b>4</b>	<b>423</b>	<b>1</b>	<b>723</b>

Fonte: DATASUS

Dos 2.435 leitos hospitalares existentes nos municípios rondonienses em estudo, 1.579 estão vinculados ao SUS. Os leitos clínicos eram predominantes (869) e estavam em sua maioria localizados em Porto Velho. Logo em seguida vêm os leitos cirúrgicos (545), obstétricos (403), pediátricos (346) e complementares (204). Existem 57 leitos considerados de outras especialidades que podem ser encontrados em Porto Velho (54), Jaru (2) e Ariquemes (1).

**Quadro 3.6.5.4-4 - Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade nos municípios da All – Rondônia - 2009**

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Vinculação ao SUS		Especialidade						
	Quantidade existente	Quantidade SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospital/DIA	Outras Especialidades	Complementares
Candeias do Jamari	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapuã do Oeste	15	15	0	12	3	0	0	0	0
Porto Velho	1.364	882	358	397	190	178	9	54	178
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>1.379</b>	<b>897</b>	<b>358</b>	<b>409</b>	<b>193</b>	<b>178</b>	<b>9</b>	<b>54</b>	<b>178</b>
Alto Paraíso	15	15	0	15	0	0	0	0	0
Alvorada D'Oeste	35	35	3	16	10	6	0	0	0
Ariquemes	244	74	72	60	56	36	0	1	19
Cabixi	20	2	0	16	0	4	0	0	0
Cacaulândia	26	26	0	16	3	7	0	0	0
Castanheiras	7	7	0	4	3	0	0	0	0
Cerejeiras	42	42	5	20	8	7	0	0	2
Chupinguaia	16	16	0	12	4	0	0	0	0
Colorado do Oeste	63	62	11	28	10	12	2	0	0
Corumbiara	15	15	0	9	2	4	0	0	0
Governador Jorge Teixeira	21	21	2	9	5	5	0	0	0
Jaru	115	15	14	53	27	19	0	2	0
Monte Negro	40	40	6	12	8	14	0	0	0
Nova Brasilândia D'Oeste	44	44	5	25	8	6	0	0	0
Ouro Preto do Oeste	125	61	42	38	24	16	0	0	5
Parecis	8	8	0	8	0	0	0	0	0
Presidente Médici	49	49	6	29	6	8	0	0	0
Primavera de Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rolim de Moura	121	100	21	59	25	16	0	0	0
São Felipe D'Oeste	16	16	0	16	0	0	0	0	0
Teixeirópolis	9	9	0	5	1	3	0	0	0
Urupá	25	25	0	10	10	5	0	0	0
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>1.056</b>	<b>682</b>	<b>187</b>	<b>460</b>	<b>210</b>	<b>168</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>26</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>2.435</b>	<b>1.579</b>	<b>545</b>	<b>869</b>	<b>403</b>	<b>346</b>	<b>11</b>	<b>57</b>	<b>204</b>

Fonte: DATASUS

No ano 2009, no Estado de Rondônia, o Programa Saúde de Família (PSF) realizou 187.202 atendimentos. Deste total, 59,0% (110.416) dos atendimentos ocorreram entre os municípios rondonienses analisados: 34.846 na All Mesorregional Madeira Guaporé, e 75.570 na All Mesorregional Leste Rondoniense.

**Quadro 3.6.5.4-5 - População coberta pelo Programa Saúde da Família (PSF) nos municípios da All – Rondônia - 2009**

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Nº Famílias por Município
<b>Rondônia</b>	<b>187.202</b>
Candeias do Jamari	2.836
Itapuã do Oeste	-
Porto Velho	32.010
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>34.846</b>
Alto Paraíso	1.940
Alvorada D'Oeste	974
Ariquemes	14.360
Cabixi	-
Cacaulândia	780
Castanheiras	1.066
Cerejeiras	4.252
Chupinguaia	313
Colorado do Oeste	3.002
Corumbiara	933
Governador Jorge Teixeira	-
Jaru	10.004
Monte Negro	2.921
Nova Brasilândia D'Oeste	2.863
Ouro Preto do Oeste	9.521
Parecis	811
Presidente Médici	3.324
Primavera de Rondônia	1.016
Rolim de Moura	12.789
São Felipe D'Oeste	457
Teixeirópolis	1.315
Urupá	2.929
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>75.570</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>110.416</b>

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica - Cadastramento Familiar - DATASUS

## (2) Mato Grosso

Na área mato-grossense em estudo, de acordo com os dados do DATASUS referentes ao mês de agosto de 2009, há 225 estabelecimentos de saúde. Uma parte expressiva (40%) está localizada no município de Cuiabá, onde existem 90 centros de saúde, 190



clínicas especializadas, 716 consultórios, 14 hospitais, 83 unidades de serviço de apoio à diagnose e terapia, 2 posto de saúde e 1 unidade de vigilância. Além de Cuiabá, apenas três municípios se destacam por possuírem todos os tipos de estabelecimento de saúde. São eles: Rondonópolis, somando 307 estabelecimentos, e Pontes e Lacerda, com 31 estabelecimentos. Oito municípios não possuem hospital geral: Acorizal, Jangada, Alto Garças, São José do Povo, Indiavaí, Lambari D'Oeste, Nova Lacerda e Vale de São Domingos. Já os Centros de Saúde estão presentes em todos os municípios analisados.

**Quadro 3.6.5.4-6 - Estabelecimentos de saúde por tipo nos municípios da All – Mato Grosso– Ago/2009**

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Centro de Saúde/ Unidade Básica de Saúde	Clínica Especializada/ Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Secretaria de Saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
Acorizal	1	1	0	0	3	0	0	0	0	5
Alto Paraguai	2	1	0	1	2	0	1	1	0	8
Cuiabá	90	190	716	14	2	1	83	1	54	1.151
Jangada	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Rosário Oeste	4	1	1	1	2	0	2	1	0	12
Santo Antônio do Leverger	4	1	1	1	10	1	0	0	1	19
Várzea Grande	11	11	53	5	0	1	20	0	10	111
<b>All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>117</b>	<b>205</b>	<b>771</b>	<b>22</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>106</b>	<b>3</b>	<b>65</b>	<b>1.311</b>
Alto Araguaia	6	2	1	3	0	0	0	0	0	12
Alto Garças	4	1	3	0	0	1	0	0	2	11
Jaciara	12	6	8	2	0	0	2	0	3	33
Juscimeira	4	2	1	1	2	1	0	0	0	11
Pedra Preta	4	1	3	1	1	1	1	0	0	12
São José do Povo	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Rondonópolis	37	16	207	5	5	1	27	1	8	307
<b>All Mesorregional Sudeste Mato-grossense</b>	<b>68</b>	<b>28</b>	<b>223</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>388</b>
Araputanga	3	2	2	1	3	0	2	0	0	13
Barra do Bugres	6	4	3	1	2	0	2	0	4	22
Comodoro	6	1	1	1	5	0	6	0	2	22
Indiavaí	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Jauru	3	1	0	1	6	0	2	0	0	13
Lambari D'Oeste	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Centro de Saúde/ Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/ Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Secretaria de Saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
Vila Bela da Santíssima Trindade	5	1	0	1	3	1	1	0	0	12
Nova Lacerda	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Pontes e Lacerda	9	4	1	3	3	1	4	1	5	31
Rio Branco	2	1	0	1	0	0	0	0	0	4
Vale de São Domingos	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3
<b>All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense</b>	40	17	7	9	23	2	17	1	11	127
<b>TOTAL All</b>	225	250	1.001	43	51	9	153	5	89	1.826

Fonte: DATASUS

A maior parte dos estabelecimentos de saúde existentes no conjunto dos municípios em estudo é privada (1.438) e está situada em Cuiabá (1.022). Vale ressaltar que em 9 municípios não há unidades privadas de saúde, sendo eles: Acorizal, Alto Paraguai, Jangada, São José do Povo, Indiavaí, Lambari D'Oeste, Nova Lacerda, Rio Branco e Vale do São Domingos. Com relação às unidades públicas, elas são 403 e estão presentes, em maior ou menor grau, em todos os municípios analisados, com exceção de Indiavaí, em que não houve nenhum registro em out/2009. Existem, ainda, 14 unidades filantrópicas situadas em 6 municípios – Cuiabá (8), Rosário do Oeste (1), Várzea Grande (1), Rondonópolis (2), Jauru (1) e Vila Bela Santíssima Trindade (1).

**Quadro 3.6.5.4-7 - Estabelecimentos de saúde por tipo de prestador nos municípios da All – Mato Grosso– out/2009**

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Público	Filantrópico	Privado	Total
Acorizal	5	0	0	5
Alto Paraguai	8	0	0	8
Cuiabá	134	8	1.022	1.164
Jangada	5	0	0	5
Rosário Oeste	9	1	2	12
Santo Antônio do Leverger	18	0	1	19
Várzea Grande	26	1	85	112
<b>All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense</b>	205	10	1.110	1.325

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Público	Filantropico	Privado	Total
Alto Araguaia	8	0	4	12
Alto Garças	7	0	4	11
Jaciara	16	0	17	33
Juscimeira	8	0	3	11
Pedra Preta	8	0	4	12
São José do Povo	2	0	0	2
Rondonópolis	58	2	247	307
<b>All Mesorregional Sudeste Mato-grossense</b>	<b>107</b>	<b>2</b>	<b>279</b>	<b>388</b>
Araputanga	8	0	6	14
Barra do Bugres	13	0	10	23
Comodoro	15	0	7	22
Indiavaí	0	0	0	0
Jauru	10	1	4	15
Lambari D'Oeste	3	0	0	3
Vila Bela da Santíssima Trindade	10	1	1	12
Nova Lacerda	3	0	0	3
Pontes e Lacerda	21	0	21	42
Rio Branco	5	0	0	5
Vale de São Domingos	3	0	0	3
<b>All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>91</b>	<b>2</b>	<b>49</b>	<b>142</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>403</b>	<b>14</b>	<b>1.438</b>	<b>1.855</b>

Fonte: DATASUS

No ano de 2009, havia 3.542 leitos hospitalares nos municípios pertencentes as Alls Mesorregionais, sendo 2.471 vinculados ao SUS. Os leitos cirúrgicos são predominantes (1.021), seguidos pelos clínicos (989), pediátricos (512), obstétricos (398), complementares (393), além dos leitos de outras especialidades (207). O município de Cuiabá é o que concentra o maior número de leitos (1.895), além da existência de todas as especialidades. Destaca-se também a cidade de Várzea Grande (524) e Rondonópolis (462) pela mesma razão de Cuiabá – quantidade de leitos e todas as especialidades podem ser encontradas.

**Quadro 3.6.5.4-8 - Número de leitos de internação por tipo de prestador segundo especialidade nos municípios da AII – Mato Grosso - 2009**

Municípios, AII Mesorregionais e Estado	Vinculação ao SUS		Especialidade						
	Quantidade existente	Quantidade SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospital/DIA	Outras Especialidades	Complementares
Acorizal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alto Paraguai	42	42	5	18	10	8	0	0	1
Cuiabá	1.895	1.201	611	433	174	249	6	112	310
Jangada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rosário Oeste	64	56	8	35	11	9	0	0	1
Santo Antônio do Leverger	25	25	5	11	4	4	0	0	1
Várzea Grande	524	358	150	201	57	78	8	5	25
<b>All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>2.550</b>	<b>1.682</b>	<b>779</b>	<b>698</b>	<b>256</b>	<b>348</b>	<b>14</b>	<b>117</b>	<b>338</b>
Alto Araguaia	106	87	12	52	18	24	0	0	0
Alto Garças	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jaciara	61	30	25	15	10	10	0	1	0
Juscimeira	20	15	0	13	2	5	0	0	0
Pedra Preta	28	28	8	7	6	7	0	0	0
São José do Povo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rondonópolis	462	373	127	99	43	56	8	87	42
<b>All Mesorregional Sudeste Mato-grossense</b>	<b>677</b>	<b>533</b>	<b>172</b>	<b>186</b>	<b>79</b>	<b>102</b>	<b>8</b>	<b>88</b>	<b>42</b>
Araputanga	18	16	5	5	5	3	0	0	0
Barra do Bugres	86	86	14	31	12	19	0	2	8
Comodoro	42	31	7	17	8	10	0	0	0
Indiavaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jauru	38	33	9	18	4	6	0	0	1
Lambari D'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	28	19	6	8	10	4	0	0	0
Nova Lacerda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	83	51	24	21	18	16	0	0	4
Rio Branco	20	20	5	5	6	4	0	0	0
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>315</b>	<b>256</b>	<b>70</b>	<b>105</b>	<b>63</b>	<b>62</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>13</b>
<b>TOTAL AII</b>	<b>3.542</b>	<b>2.471</b>	<b>1.021</b>	<b>989</b>	<b>398</b>	<b>512</b>	<b>22</b>	<b>207</b>	<b>393</b>

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) – DATASUS

O Programa Saúde da Família atendeu, até o mês de dezembro do ano de 2009, 237.587 famílias nos municípios compreendidos nas AII Mesorregionais mato-grossenses, estando, inclusive, presente em todos estes municípios.

**Quadro 3.6.5.4-9 - População coberta pelo Programa Saúde da Família (PSF) nos municípios da AII –Mato Grosso– dez/2009**

Municípios e AII Mesorregionais	Número de Famílias
Acorizal	1.660
Alto Paraguai	2.291
Cuiabá	84.941
Jangada	2.168
Rosário Oeste	4.811
Santo Antônio do Leverger	4.221
Várzea Grande	28.521
<b>All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>128.613</b>
Alto Araguaia	4.111
Alto Garças	2.562
Jaciara	7.412
Juscimeira	3.419
Pedra Preta	3.720
São José do Povo	1.030
Rondonópolis	44.637
<b>All Mesorregional Sudeste Mato-grossense</b>	<b>66.891</b>
Araputanga	4.119
Barra do Bugres	6.649
Comodoro	4.591
Indiavaí	853
Jauru	3.113
Lambari D'Oeste	1.714
Vila Bela da Santíssima Trindade	5.368
Nova Lacerda	2.438
Pontes e Lacerda	10.484
Rio Branco	1.725
Vale de São Domingos	1.029
<b>All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>42.083</b>
<b>TOTAL AII</b>	<b>237.587</b>

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica  
Cadastramento Familiar - DATASUS

### (3) Goiás

De acordo com o banco de dados do Ministério da Saúde (DATASUS), a partir de informações referentes ao mês de agosto do ano de 2009, na área goiana em estudo, há 145 estabelecimentos de saúde. A maior parte deles (112) está situada no município de Jataí, onde existem 4 hospitais gerais e 15 clínicas/ambulatórios especializados, além de unidades de apoio à diagnose e terapia (2), unidades de vigilância em saúde (1), centros de saúde (15) e consultórios isolados (71). O município de Mineiros

também dispõe de 4 hospitais gerais, além de 2 clínicas especializadas, 1 posto de saúde, unidades de apoio à diagnose e terapia, centros de saúde e consultórios isolados, totalizando 24 unidades de saúde. O município de Itarumã conta com um hospital geral e mais três unidades de saúde. A situação é mais precária nos municípios de Serranópolis e Santa Rita do Araguaia, que não dispõem de hospitais gerais. Em Santa Rita do Araguaia, há apenas um centro de saúde, enquanto que em Serranópolis, a população conta com uma unidade mista de atendimento 24 horas e mais dois centros de saúde e uma unidade de vigilância.

**Quadro 3.6.5.4-10 - Número de Unidades de Saúde por tipo de Estabelecimentos existentes nos municípios da All – Goiás - Ago/2009**

Municípios e All	Centro de Saúde/ Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/ Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
Itarumã	2	0	0	1	0	0	1	0	0	4
Jataí	15	15	71	4	0	0	2	1	0	112
Mineiros	5	2	3	4	1	0	4	0	1	24
Santa Rita do Araguaia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Serranópolis	2	0	0	0	0	1	0	1	0	4
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>74</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>145</b>

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS

Na All Mesorregional Sul Goiano, de acordo com informações de outubro de 2009, das 154 unidades de saúde existentes, havia 88 privadas, 53 públicas e 4 filantrópicas. A maior parte das unidades de saúde privadas se localizam no município de Jataí (74), havendo ainda 13 unidades no município de Mineiros e 1, no município de Itarumã. As 4 unidades de saúde filantrópicas existentes nesta All Mesorregional estão situadas no município de Jataí. Este município também é predominante na localização das unidades públicas de saúde.

**Quadro 3.6.5.4-11 - Número de Unidades de Saúde por tipo de prestador nos município da All – Goiás - Out/2009**

Número de Unidades de Saúde por tipo de Estabelecimentos nos município da All - Out/2009					
Municípios e All	Público	Filantrópico	Privado	Sindicato	Total
Itarumã	3	0	1	0	4
Jataí	34	4	74	0	112
Mineiros	11	0	13	0	24
Santa Rita do Araguaia	1	0	0	0	1
Serranópolis	4	0	0	0	4
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>53</b>	<b>4</b>	<b>88</b>	<b>0</b>	<b>145</b>

Fonte: DATASUS

O conjunto de municípios goianos em estudo dispõe de 296 leitos hospitalares, 155 dos quais vinculados ao SUS. A maior parte destes leitos, assim como as unidades de saúde, está concentrada no município de Jataí, seguido pelo município de Mineiros. O município de Jataí é o único desta AII Mesorregional a dispor de leitos que não são vinculados ao SUS e que constituem, inclusive, a maioria dos leitos disponíveis no município. A maior parte dos leitos disponíveis na área em estudo goiana é constituída por leitos “clínicos”, havendo ainda quantidade significativa de leitos cirúrgicos, obstétricos e pediátricos. O município de Santa Rita do Araguaia não conta com leitos hospitalares.

**Quadro 3.6.5.4-12 - Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade disponíveis nos municípios da AII – Goiás -2009**

Municípios e AII	Vinculação ao SUS		Especialidade						
	Qtd_existente	Qtd_SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospital/DIA	Outras Especialidades	Complementares
Itarumã	14	14	3	5	3	3	0	0	0
Jataí	217	76	59	62	60	34	0	0	2
Mineiros	47	47	5	21	1	6	6	1	0
Santa Rita do Araguaia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serranópolis	18	18	2	6	5	5	0	0	0
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>296</b>	<b>155</b>	<b>69</b>	<b>94</b>	<b>69</b>	<b>48</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – DATASUS

O Programa de Saúde da Família (PSF), do Ministério da Saúde, apresenta razoável capilaridade, estando presente em todos os municípios goianos em estudo. No ano de 2009, foram atendidas 30.875 famílias no conjunto de municípios goianos em estudo, representando 3% do total de famílias atendidas no Estado de Goiás. A maior parte destas famílias (57,3%) residia no município de Jataí, seguido por Mineiros (30%), Itarumã (4,7%), Santa Rita do Araguaia (4,1%) e Serranópolis (3,9%).

**Quadro 3.6.5.4-13 - População coberta pelo Programa de Saúde da Família (PSF) nos municípios da AII – Goiás - 2009**

Municípios, Estado e AII	Nº Famílias por Município
Itarumã	1442
Jataí	17701
Mineiros	9261
Santa Rita do Araguaia	1264
Serranópolis	1207
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>30875</b>
<b>Goiás</b>	<b>1039399</b>

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica Cadastramento Familiar – DATASUS

#### (4) Minas Gerais

Na área em estudo no Estado de Minas Gerais, há um hospital geral, situado nos municípios de Ituramã. Ao todo, no conjunto dos dois municípios mineiros em estudo, são 57 unidades de saúde, 47 das quais situadas no município de Ituramã.

**Quadro 3.6.5.4-14 – Estabelecimentos de Saúde por tipo existentes nos municípios da All – Minas Gerais - 2009**

Municípios e All	Centro de Saúde/ Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada /Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
Iturama	9	12	15	1	0	4	1	1	0	47
Limeira do Oeste	2	0	2	0	2	2	1	1	0	10
<b>All Mesoregional Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>57</b>

Fonte: DATASUS

Entre as 57 unidades de saúde existentes na All mineira, 23 são públicas, 33, privadas, e 1 filantrópica. A maior parte das unidades privadas está situada no município de Iturama (31), havendo ainda 2 em Limeira do Oeste. As unidades públicas se encontram mais distribuídas, sendo 15 em Iturama e 8 em Limeira do Oeste. O município de Iturama conta, também, com uma unidade filantrópica de saúde.

**Quadro 3.6.5.4-15 – Estabelecimentos de saúde por tipo de prestador existentes nos municípios da All – Minas Gerais - out/2009**

Número de Unidades de Saúde por tipo de prestador nos município da All - Out/2009					
Municípios e All	Público	Filantrópico	Privado	Sindicato	Total
Ituramã	15	1	31	0	47
Limeira do Oeste	8	0	2	0	10
<b>All Mesoregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba</b>	<b>23</b>	<b>1</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>57</b>

Fonte: DATASUS

No ano de 2009, havia 52 leitos hospitalares na área mineira em estudo, todos pertencentes ao município de Ituramã e vinculados ao SUS. A maior parte dos leitos existentes eram das especialidades cirúrgica (21), clínica (15), obstétrica (8) e pediátrica (6), existindo ainda 2 leitos de especialidade classificada como “complementar”. Até 2009, o município de Limeira do Oeste não dispunha de leitos hospitalares.



**Quadro 3.6.5.4-16 - Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade existentes nos municípios da All – Minas Gerais - 2009**

Municípios e All	Vinculação ao SUS		Especialidade							
	Qtd_existente	Qtd_SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospital/DIA	Outras Especialidades	Complementares	Total
Itarumã	52	52	21	15	8	6	0	0	2	52
Limeira do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>All Mesoregional Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>52</b>

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – DATASUS

No município de Iturama, em 2009, 7.152 famílias foram atendidas pelo Programa de Saúde da Família. No município de Limeira do Oeste, não foi registrado atendimento pelo PSF.

**Quadro 3.6.5.4-17 - População coberta pelo Programa de Saúde da Família (PSF) nos municípios da All – Minas Gerais - 2009**

Municípios, Estado e All	Nº Famílias por Município
Iturama	7152
Limeira do Oeste	-
<b>All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba</b>	<b>7152</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>3357700</b>

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica - Cadastramento Familiar – DATASUS

## (5) São Paulo

A área em estudo no Estado de São Paulo, segundo informações de agosto de 2009, dispõe de 1.537 unidades de saúde, 690 distribuídas pelos municípios da All Mesorregional São José do Rio Preto e 847, na All Mesorregional Araraquara. De todos os municípios paulistas analisados, apresentam uma rede de saúde mais numerosa e diversificada os municípios de Araraquara (32,5% das unidades de saúde da área paulista em estudo), Fernandópolis (15,5%) e Votuporanga (13,5%). Em seguida, vêm os municípios de Matão, com 124 estabelecimentos, e Tabatinga, com 117, ambos situados na All Mesorregional Araraquara. Dez dos municípios paulistas que serão atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 não dispõem de hospital geral. São eles: Gavião Peixoto, Floreal, Irapuã, Mendonça, Meridiano, Nova Aliança, Nipoã, Turmalina, União Paulista e Valentim Gentil.

**Quadro 3.6.5.4-18 – Estabelecimentos de Saúde por tipo existentes nos municípios da All – São Paulo – 2009**

Municípios e All	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
Araraquara	29	70	351	3	0	0	17	2	27	499
Borborema	6	3	4	1	0	0	1	0	4	19
Gavião Peixoto	3	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Itápolis	7	0	57	1	1	0	8	1	2	77
Matão	7	10	96	1	1	0	4	1	4	124
Nova Europa	4	1	0	1	0	0	0	0	1	7
Tabatinga	10	9	80	1	0	0	9	0	8	117
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>66</b>	<b>93</b>	<b>588</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>39</b>	<b>5</b>	<b>46</b>	<b>847</b>
Estrela d'Oeste	1	1	13	1	0	0	1	0	0	17
Fernandópolis	15	7	178	2	2	0	23	2	9	238
Floreal	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Irapuã	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Itajobi	4	0	4	1	0	0	2	0	0	11
José Bonifácio	8	6	9	1	0	0	5	0	3	32
Macaubal	1	1	5	1	0	0	1	0	0	9
Mendonça	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Meridiano	1	0	1	0	1	0	0	0	0	3
Monte Aprazível	4	11	10	1	2	0	1	0	1	30
Neves Paulista	2	1	4	1	1	0	1	0	0	10
Nhandeara	4	2	16	1	0	0	4	0	1	28
Nipoã	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Nova Aliança	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Novo Horizonte	5	11	27	1	1	0	3	0	2	50
Ouroeste	1	0	5	1	1	0	0	0	0	8
Populina	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Potirendaba	4	1	9	1	0	0	3	1	0	19
Turmalina	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
União Paulista	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Urupês	3	2	1	1	0	0	1	0	0	8
Valentim Gentil	2	0	2	0	0	0	0	0	0	4
Votuporanga	14	14	160	3	0	0	14	0	3	208
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>80</b>	<b>59</b>	<b>444</b>	<b>17</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>4</b>	<b>19</b>	<b>690</b>

Fonte: DATASUS

A maior parte das 1.537 unidades de saúde existentes na área paulista em estudo pertence à rede privada. São ao todo 1.262 estabelecimentos privados de saúde, que se concentram majoritariamente nos municípios de Araraquara, Fernandópolis e Votuporanga, com razoável abrangência também nos municípios de Matão, Populina e Itápolis. Em 7 dos municípios em estudo, não há estabelecimentos de saúde da rede privada: Gavião Peixoto, Nipoã, Floreal, Irapuã, Mendonça, Meridiano, Turmalina e União Paulista. As unidades públicas de saúde estão presentes em todos os municípios paulistas analisados. Há, ainda, estabelecimentos de caráter filantrópico nos municípios de Votuporanga, Valentim Gentil, Urupês, Potirendaba, Neves Paulista, Monte Aprazível, Novo Horizonte, Nhandeara, Itajobi, Macaubal, José Bonifácio, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Itápolis e Araraquara.

**Quadro 3.6.5.4-19 – Estabelecimentos de saúde por tipo de prestador existentes nos municípios da All- São Paulo- out/2009**

Municípios e All	Público	Filantrópico	Privado	Sindicato	Total
Araraquara	75	6	418	0	499
Borborema	7	0	12	0	19
Gavião Peixoto	4	0	0	0	4
Itápolis	11	1	65	0	77
Matão	17	1	106	0	124
Nova Europa	5	0	2	0	7
Tabatinga	6	0	33	0	39
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>125</b>	<b>8</b>	<b>636</b>	<b>0</b>	<b>769</b>
Estrela d'Oeste	1	2	14	0	17
Fernandópolis	30	4	204	0	238
Floreal	2	0	0	0	2
Irapuã	2	0	0	0	2
Itajobi	5	1	5	0	11
José Bonifácio	11	1	20	0	32
Macaubal	2	1	6	0	9
Mendonça	1	0	0	0	1
Meridiano	3	0	0	0	3
Monte Aprazível	10	1	19	0	30
Neves Paulista	3	1	6	0	10
Nhandeara	5	2	21	0	28
Nipoã	1	0	0	0	1
Nova Aliança	2	0	1	0	3
Novo Horizonte	9	2	39	0	50
Ouroeste	3	0	5	0	8
Populina	22	0	86	0	108
Potirendaba	7	1	11	0	19
Turmalina	2	0	0	0	2

Municípios e All	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
União Paulista	2	0	0	0	2
Urupês	4	1	3	0	8
Valentim Gentil	2	0	2	0	4
Votuporanga	21	3	184	0	208
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>150</b>	<b>20</b>	<b>626</b>	<b>0</b>	<b>796</b>

Fonte: DATASUS

Dos 2.150 leitos hospitalares existentes no conjunto de municípios paulistas em estudo, no ano de 2009, 970 eram vinculados ao SUS. Os leitos clínicos eram predominantes (845), seguidos pelos cirúrgicos (454), pediátricos (266), obstétricos (228). Os leitos de outras especialidades se concentravam nos municípios de Araraquara (124) e Nhandeara (80), havendo ainda 2 em Votuporanga. Os leitos de especialidades consideradas complementares estavam presentes nos municípios de Araraquara (81), Itápolis, Fernandópolis, Monte Aprazível, Matão e Votuporanga.

**Quadro 3.6.5.4-20 - Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade nos municípios da All- São Paulo 2009**

Municípios e All	Vinculação ao SUS		Especialidade							Total
	Qtd_existente	Qtd_SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospita/DIA	Outras Especialidades	Complementares	
Araraquara	681	315	126	199	66	85		124	81	681
Borborema	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gavião Peixoto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itápolis	112	50	49	41	14	4	0	0	4	112
Matão	154	93	34	76	14	16	0	0	14	154
Nova Europa	12	7	2	6	2	2	0	0	0	12
Tabatinga	35	22	6	15	9	5	0	0	0	35
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>994</b>	<b>487</b>	<b>217</b>	<b>337</b>	<b>105</b>	<b>112</b>	<b>0</b>	<b>124</b>	<b>99</b>	<b>994</b>
Estrela d'Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fernandópolis	193	108	51	76	16	29	0	0	21	193
Floreal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Irapuã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itajobi	36	15	10	20	4	2	0	0	0	36
José Bonifácio	66	40	12	27	8	19	0	0	0	66
Macaubal	24	5	4	18	0	2	0	0	0	24
Mendonça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Meridiano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monte Aprazível	80	35	8	42	6	17	0	0	7	80
Neves Paulista	35	11	0	28	2	5	0	0	0	35

Municípios e All	Vinculação ao SUS		Especialidade							Total
	Qtd_existente	Qtd_SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospital/DIA	Outras Especialidades	Complementares	
Nhandeara	124	36	8	22	8	6	0	80	0	124
Nipoã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Aliança	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Novo Horizonte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ouroeste	39	10	8	20	4	7	0	0	0	39
Populina	18	8	2	11	2	3	0	0	0	18
Potirendaba	28	20	8	10	7	3	0	0	0	28
Turmalina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
União Paulista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Urupês	37	15	6	20	5	6	0	0	0	37
Valentim Gentil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Votuporanga	309	135	91	119	34	39	0	2	24	309
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>1156</b>	<b>483</b>	<b>237</b>	<b>508</b>	<b>123</b>	<b>154</b>	<b>0</b>	<b>82</b>	<b>52</b>	<b>1156</b>

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – DATASUS

No ano de 2009, na área paulista em estudo, 79.408 famílias foram atendidas pelo Programa de Saúde da Família (PSF) que, apesar de apresentar grande capilaridade, não esteve presente nos municípios de Estrela d'Oeste, Floreal, Macaúbal, Mendonça, Novo Horizonte e União Paulista. Dado o porte populacional dos municípios, merece destaque a ampla cobertura pelo PSF nos municípios de Gavião Peixoto, Itajobi e Potirendaba.

**Quadro 3.6.5.4-21 - População coberta pelo Programa de Saúde da Família (PSF) nos municípios da All – São Paulo/2009**

Municípios, Estado e All	Nº Famílias por Município
Araraquara	16284
Borborema	1165
Gavião Peixoto	5906
Itápolis	586
Matão	5667
Nova Europa	2023
Tabatinga	2318
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>33949</b>

Municípios, Estado e All	Nº Famílias por Município
Estrela d'Oeste	-
Fernandópolis	9802
Floreal	-
Irapuã	1347
Itajobi	4500
José Bonifácio	1685
Macaubal	-
Mendonça	-
Meridiano	1212
Monte Aprazível	1831
Neves Paulista	2195
Nhandeara	2256
Nipoã	1370
Nova Aliança	456
Novo Horizonte	-
Ouroeste	2265
Populina	1515
Potirendaba	3153
Turmalina	779
União Paulista	-
Urupês	729
Valentim Gentil	751
Votuporanga	9613
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>45459</b>
<b>São Paulo</b>	<b>4149264</b>

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica DATASUS - Cadastramento Familiar

## b. Profissionais de Saúde nos municípios da All

No tocante aos serviços de saúde e profissionais disponíveis, atualmente, os serviços se concentram nos centros urbanos em todos os municípios que compõem a All do empreendimento. A zona rural é atendida por agente de saúde que esporadicamente visita as famílias ou faz plantão no posto de saúde dos distritos.

No caso dos municípios pré-selecionados para abrigar canteiros de obras principais, a oferta de profissionais de saúde para atender a demanda atual é insuficiente. Apenas os municípios de Cuiabá e Fernandópolis apresentam o recomendado pela OMS, de haver pelo menos 1 médico para cada 1.000 habitantes. De acordo com os dados do IPEA, em 2000, os municípios de Itápolis (e Pontes e Lacerda (são os que apresentam maior carência de profissionais, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

**Quadro 3.6.5.4-22 - Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios pré-selecionados para canteiros de obra principal – 2000**

UF	Municípios Pré-selecionados	Enfermeiros Residentes com Curso Superior - (%)	Médicos Residentes (Por Mil Habitantes)
RO	Ariquemes	59,3	0,742
MT	Comodoro	0,374	0,922
MT	Pontes e Lacerda	0,003	0,307
MT	Alto Araguaia	0,663	0,469
MT	Cuiabá	31,032	1,54
GO	Jataí	0,0	0,4
SP	Itápolis	43	0
SP	Fernandópolis	25,4	1,7

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Embora os canteiros de obras sejam dotados de enfermarias e médico do trabalho para atender as urgências dos trabalhadores ao longo da fase de obras do empreendimento, os municípios de Itápolis, Pontes e Lacerda e Jataí são os mais suscetíveis a sobrecarga nos serviços de saúde, uma vez que isso já ocorre no atual período.

.A seguir são apresentados os dados por município para cada estado atravessado pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02.

### (1) Rondônia

No ano 2000, não existia entre os municípios rondonienses analisados a quantidade mínima de 1 médico por 1000 habitantes recomendada pela OMS. Porto Velho possuía 0,911 médicos residentes por 1000 habitantes, Jaru, 0,852, e Cacaulândia, 0,835. Quinze municípios não dispunham de médicos residentes registrados. A proporção de enfermeiros residentes com curso superior variava de 0,022% em Rolim de Moura a 85,183% em Corumbiara, sendo que em todos os municípios analisado havia enfermeiros residentes com curso superior.

**Quadro 3.6.5.4-23 - Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios da AII – Rondônia/2000**

Municípios e UF	Enfermeiros Residentes Com Curso Superior - (%)	Médicos Residentes (Por Mil Habitantes)
<b>Rondônia</b>	<b>21,288</b>	<b>0,475</b>
Candeias do Jamari	37,561	0
Itapuã do Oeste	16,36	0,61
Porto Velho	21,247	0,911
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>		

Municípios e UF	Enfermeiros Residentes Com Curso Superior - (%)	Médicos Residentes (Por Mil Habitantes)
Alto Paraíso	14,356	0
Alvorada D'Oeste	42,997	0,581
Ariquemes	59,3	0,742
Cabixi	18,024	0
Cacaulândia	18,324	0,835
Castanheiras	22,013	0
Cerejeiras	53,947	0
Chupinguaia	8,483	0
Colorado do Oeste	2,681	0,83
Corumbiara	85,183	0
Governador Jorge Teixeira	5,917	0
Jaru	54,248	0,852
Monte Negro	6,781	0,506
Nova Brasilândia D'Oeste	3,54	0
Ouro Preto do Oeste	55,768	0,268
Parecis	30,523	0
Presidente Médici	0,874	0
Primavera de Rondônia	22,84	0
Rolim de Moura	0,022	0,218
São Felipe D'Oeste	21,471	0
Teixeirópolis	17,881	0
Urupá	4,926	0
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>		

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

## (2) Mato Grosso

De acordo com os dados do IPEA, no ano 2000, dez dos municípios mato-grossenses analisados não possuíam médicos residentes registrados, e apenas Cuiabá possuía a proporção recomendada pela OMS de 1 médico/1000hab. No restante dos municípios esta proporção variava de 0,234 em Rosário do Oeste a 0,922 em Comodoro. Já os enfermeiros residentes com curso superior estavam presentes em todos os municípios analisados, sendo que em cinco deles o percentual não atingia 1%: Rosário do Oeste, Alto Araguaia, Alto Garças, Comodoro e Pontes e Lacerda.



**Quadro 3.6.5.4-24 - Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios da AII - Mato Grosso– 2000**

Municípios e UF	Enfermeiros Residentes Com Curso Superior - (%)	Médicos Residentes (Por Mil Habitantes)
Acorizal	1,526	0
Alto Paraguai	1,645	0
Cuiabá	31,032	1,54
Jangada	17,809	0
Rosário Oeste	0,08	0,234
Santo Antônio do Leverger	45,385	0,424
Várzea Grande	25,456	0
<b>All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense</b>		
Alto Araguaia	0,663	0,469
Alto Garças	0,595	0,486
Jaciara	1,644	0,77
Juscimeira	4,761	0,749
Pedra Preta	3,298	0
São José do Povo	29,146	0
Rondonópolis	34,638	0,892
<b>All Mesoregional Sudeste Mato-grossense</b>		
Araputanga	2,784	0,479
Barra do Bugres	38,095	0,348
Comodoro	0,374	0,922
Indiavaí	50	0
Jauru	9,331	0,306
Lambari D'Oeste	28,472	0,819
Vila Bela da Santíssima Trindade	11,179	0
Nova Lacerda	28,745	0
Pontes e Lacerda	0,003	0,307
Rio Branco	25,521	0
Vale de São Domingos	-	-
<b>All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense</b>		
<b>Mato Grosso</b>	<b>0,62</b>	<b>23,03</b>

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

### (3) Goiás

A proporção de médicos existentes para cada mil habitantes é um indicador da qualidade da infra-estrutura de saúde, sendo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a presença de um médico para cada mil habitantes, proporção esta que, até o ano de 2000, não havia sido alcançada por nenhum dos municípios goianos em estudo. Naquele ano, havia médicos residentes somente nos municípios de Jataí (0,4) e Mineiros (0,3). Complementarmente, a porcentagem de enfermeiros residentes

com curso superior revela a razão entre o total de pessoas residentes no município que exerce a profissão de enfermeiro e que tem curso superior e o total das pessoas residentes no município que exercem esta profissão vezes cem. No ano de 2000, este indicador era mais elevado no município de Itarumã, enquanto que, nos municípios de Jataí e Mineiros, não foi registrada a presença de enfermeiros residentes com curso superior. Em ambos os indicadores, os municípios analisados se encontravam abaixo da proporção apresentada pelo Estado de Goiás como um todo.

**Quadro 3.6.5.4-25 - Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios da All – Goiás/2000**

Municípios e UF	Enfermeiros Residentes Com Curso Superior - (%) *	Médicos Residentes (Por Mil Habitantes)
Itarumã	5,453	0
Jataí	0	0,424
Mineiros	0,005	0,254
Santa Rita do Araguaia	2,222	0
Serranópolis	0,753	0
<b>Goiás</b>	<b>10,228</b>	<b>0,927</b>

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

#### (4) Minas Gerais

No ano de 2000, na área mineira em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02., havia médicos residentes apenas no município de Ituramã. Quanto à existência de enfermeiros com curso superior, a proporção era de 18,8%, no município de Limeira do Oeste, e 22,2%, no município de Ituramã.

**Quadro 3.6.5.4-26 - Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios da All – Minas Gerais- 2000**

Municípios e UF	Enfermeiros Residentes Com Curso Superior - (%) *	Médicos Residentes (Por Mil Habitantes)
Iturama	22,214	0,363
Limeira do Oeste	18,813	0
<b>Minas Gerais</b>	<b>11,827</b>	<b>1,177</b>

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

#### (5) São Paulo

No ano de 2000, enquanto 14 municípios paulistas da All não dispunham de médicos residentes, 7 dispunham de mais de 1 médico por mil habitantes (proporção mínima recomendada pela OMS): Araraquara, Tabatinga, Fernandópolis, Macaúbal, Nhandeara, Urupês e Votuporanga. A proporção de enfermeiros residentes com curso superior variava de 1,1% em Tabatinga a 74,1%, em Valentim Gentil.

**Quadro 3.6.5.4-27 - Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios da All – São Paulo/2000**

Municípios e UF	Enfermeiros Residentes Com Curso Superior - (%) *	Médicos Residentes (Por Mil Habitantes)
Araraquara	18,271	1,564
Borborema	1,547	0,425
Gavião Peixoto	23,772	0,786
Itápolis	43,025	0
Matão	9,691	0,75
Nova Europa	2,57	0
Tabatinga	1,149	1,595
<b>All Mesorregional Araraquara</b>		
Estrela d'Oeste	4,716	0
Fernandópolis	25,415	1,667
Floreal	3,664	0
Irapuã	4,201	0
Itajobi	18,743	0,386
José Bonifácio	0,163	0,799
Macaubal	2,761	1,338
Mendonça	5,181	0
Meridiano	50	0
Monte Aprazível	10,367	0
Neves Paulista	12,627	0
Nhandeara	2,172	1,479
Nipoã	4,222	0
Nova Aliança	3,28	0
Novo Horizonte	29,239	0,91
Ouroeste	5,311	0
Populina	14,806	0,686
Potirendaba	11,021	0,401
Turmalina	23,764	0
União Paulista	4,746	0
Urupês	10,036	1,617
Valentim Gentil	74,054	0
Votuporanga	16,884	1,904
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>		
<b>São Paulo</b>	13,83	1,598

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

- **Serviços Disponíveis e Principais doenças identificadas ao Longo do Corredor em Estudo**

Nas regiões visitadas ao longo da campanha de campo não foi observada incidência significativa relativa a ocorrência de doenças típicas ou epidemias sazonais diferente da dengue, do corredor de estudo. Sem desconsiderar, contudo, a observância de casos eventuais de algumas doenças como malária e dengue, no trecho 1; dengue e leishmaniose no trecho 2 e dengue no trecho 3, o que valida a tese da incidência generalizada da dengue ao longo do corredor de estudo. A dengue por se tratar de uma doença mais sensível as mudanças climáticas, sobretudo em áreas tropicais e subtropicais, ainda de difícil controle, foi identificada maior ocorrência em relação à malária e leishmaniose. A malária vem ao longo dos últimos anos, recebendo tratamento intensivo para sua prevenção junto ao Programa de Saúde da Família, o que vem acarretando sua diminuição em áreas mais freqüente ocorrência, como no caso das zonas rurais.

Nos municípios onde se localizam os canteiros de obras, a maior incidência de doenças endêmicas no ano de 2009, destaca-se a dengue em Cerejeiras (RO), Pimenta Bueno (RO) e Ji-Paraná (RO); os municípios de Pimenta Bueno, Cerejeiras e Ariquemes na incidência de malária. Já no trecho 2, destaca-se os municípios de Jauru (MT) e Pontes Lacerda (MT) com alta incidência de dengue e o município de Rondonópolis com alta ocorrência de leishmaniose. No trecho 3 destaca-se os municípios de União de Minas (MG) na incidência de dengue. Demasiadas causas foram apresentadas para justificar as causas morte nos municípios ao longo do corredor de estudo. Contudo, destaca-se as declarações de cardiopatias no trecho 1 e 2 e doenças respiratórias, doenças vasculares, bem como neoplasias no corredor de estudo do trecho 3.

No tocante aos serviços de saúde, de modo geral, os serviços se concentram nos centros urbanos, ao longo do corredor do trecho 1 e 2 e grande parte do trecho 3. Contudo no Estado de São Paulo, essa situação é alterada, observando unidades de saúde mais freqüentes em zonas rurais. O serviço básico de saúde se caracteriza pelo atendimento com consultas por profissionais práticos, triagens e encaminhamentos para hospitais em caso de diagnósticos graves. Foi observado também atendimento de saúde em fazendas de grande porte, prestando socorro elementar e realizando remoções para unidades de serviço médico nos trechos 1 e 2 do corredor em estudo. No trecho 3, destaca-se o melhor atendimento ao longo do corredor de estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02.

No caso dos municípios (Limeira do Oeste e Iturama) localizados no Triângulo Mineiro, as condições na área da saúde são melhores do que as observadas no Sudoeste Goiano (Santa Rita do Araguaia, Serranópolis, , Mineiros, Jataí e Itarumã, , ). Mas o melhor atendimento se concentra na região do Noroeste Paulista, com os municípios pólos destacando-se os municípios de Fernandópolis e Araraquara.

- **Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Nas regiões visitadas pela equipe de campo no trecho entre os municípios de Porto Velho (RO) e Nova Lacerda (MT) não foram relatadas a ocorrência de doenças típicas ou epidemias sazonais.

De um modo geral, os recursos de assistência à saúde disponíveis próximos às comunidades são escassos. Os postos de saúde, localizados geralmente em linhas mais populosas e nos distritos, são os recursos mais acessados. Nesses locais são oferecidos serviços básicos de saúde, como consultas por profissionais práticos, triagens e encaminhamentos para hospitais em caso de diagnósticos graves. O atendimento por meio de profissional médico, disponível diariamente, está restrito aos centros urbanos, sendo praticamente inexistente em comunidades rurais, ou mesmo em vilas e distritos. Nas comunidades onde é oferecido algum atendimento por médico profissional, este geralmente é ofertado com frequência esporádica (atendimento semanal, mensal ou até mesmo anualmente).

Embora poucas comunidades rurais possuam posto de saúde e médico, o agente de saúde está presente em quase todas. Nas entrevistas os produtores informaram que há visitas regulares desses profissionais. Na maioria das propriedades eles desempenham tarefas básicas, mas sendo constatada também atuação um pouco mais complexa em alguns locais. Essas tarefas se constituem geralmente de orientações quanto à prevenção de doenças, acompanhamento do desenvolvimento e pesagem das crianças, encaminhamento em casos sintomáticos e fornecimento de cloro para tratamento da água. No período de vacinação os agentes de saúde têm atuação mais freqüente, inclusive visitando áreas não acessadas em outros períodos do ano. Na maioria destas comunidades, o agente de saúde é um morador da própria comunidade rural. As comunidades com total ausência de recursos de saúde local são aquelas em que não há postos de saúde, não há atendimento médico e também não há visitas do agente de saúde.

Nas propriedades maiores foi verificado que a principal forma de assistência médica, em caso de doença ou acidentes, é através do deslocamento do trabalhador vitimado para postos de saúde em vilas, ou para grandes centros, a depender da necessidade. Esse deslocamento é realizado por veículos das fazendas.

**Quadro 3.6.5.4-28 - Presença de Serviços de Saúde identificados no corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Estado	Município	Povoados /Localidades	Posto de Saúde	Agente de Saúde
RO	Porto Velho	Linha 22 e 27, Povoado Rio das Garças	Posto de Saúde	sim
	Candeias do Jamari	Linha 2, 09 e 10	Posto de Saúde Vila Triunfo	sim
	Alto Paraíso	Linha 631	Posto de saúde Vila Triunfo	não
RO	Alto Paraíso	Linha 110	Posto de Saúde em Alto Paraíso	sim
RO	Alto Paraíso	Linhas 90 e 100	Posto de Saúde em Alto Paraíso	sim
RO	Alto Paraíso	Linha 80 B20 ao B10	Posto de Saúde em Alto Paraíso	não
RO	Ariquemes	Linhas de 55 a 85	Posto de Saúde Alto Paraíso	sim
RO	Ariquemes	BR 421 e Vila União	Posto de Saúde Ariquemes	sim
RO	Ariquemes	Linha C 40	Posto de Saúde Ariquemes	sim
RO	Cacaulândia	Linhas 30, 25, 20	Posto de Saúde Cacaulândia	sim
RO	Jarú	Linhas 625, 464, 632634	Posto de Saúde linha 634	sim
RO	Urupá	Linhas TN 06	Posto de Saúde TN 10	não
RO	Presidente Médici	Linhas, 2ª, 4ª e 6ª	Posto em Presidente Médici	sim
RO	Nova Brasilândia	Assentamento Uziel e Bela Vista	Posto de Saúde Castanheiras	sim
RO	Castanheiras	Jardinópolis	Posto de Saúde	sim
RO	Rolim de Moura	Linhas 184, 188, 192	Posto de Saúde de Rolim	sim
RO	Rolim de Moura	Linha 204	Posto de saúde Nova Estrela	sim
RO	São Felipe D'Oeste	Linha 208, 45	Posto de São Felipe D'Oeste	sim
RO	Primavera de Rondônia	Querência do Norte	Posto de Saúde Querência	sim
RO	Primavera de Rondônia	Kapa 24 linhas 65 e 70	Posto de Saúde Querência	sim
RO	Chupinguaia	linha 85	Posto de Saúde linha 46	não
RO	Chupinguaia	Linhas, 40, 42, 44 e 100	Posto de Saúde Novo Plano	sim
RO	Corumbiara	Linhas 3, 4 e 5	Posto de Saúde Alto de Guarajús	Sim
RO	Corumbiara	Assentamento Adriana	Posto de Saúde Alto de Guarajús	não
RO	Corumbiara	Terceiro Eixo, linha 1 e 2 Distrito de Rondolândia	Posto de Saúde	não
RO	Colorado do Oeste	Segundo Eixo, linhas 1, 2 e 3, 4, 5 e 6	Posto de Saúde de Novo Colorado	sim
MT	Comodoro	Empregados da Fazenda Realeza do Guaporé e Conguape	Comodoro	-
MT	Nova Lacerda	Empregados da Fazenda Fortaleza do Guaporé	Posto de Saúde Nova Lacerda e Vila Bela de Santíssima Trindade	sim

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.4-1- Posto de Saúde da Vila Triunfo, Candeias do Jamari-RO.**

- **Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade – Alto Araguaia (MT)**

Assim como no trecho anterior, ao longo do estado do Mato Grosso, não há relato de ocorrência de doenças típicas ou epidemias sazonais nas regiões visitadas. Os recursos de assistência à saúde, disponíveis e próximos às comunidades, são escassos. Os postos de saúde, localizados geralmente em distritos, são os recursos mais acessados. Nesses locais são oferecidos serviços básicos de saúde, como consultas por profissionais práticos, triagens e encaminhamentos para hospitais em caso de diagnósticos graves. Na maioria dos casos observados, Cuiabá e Rondonópolis são também procuradas por moradores de diversas localidades quando eles são acometidos por doenças mais graves. Os recursos médicos com maior complexidade estão disponíveis somente nos municípios com melhor infraestrutura, como Rondonópolis e Cuiabá.

O atendimento por meio de profissional médico, disponível diariamente, está restrito aos centros urbanos, sendo praticamente inexistente em comunidades rurais, ou mesmo em vilas e distritos. Nas comunidades onde é oferecido algum atendimento por médico profissional, este geralmente é ofertado com frequência esporádica (atendimento semanal, mensal ou até mesmo anualmente). Abaixo, segue o quadro informando a presença de unidades, postos e agentes de saúde na da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N<sup>o</sup> 02.:

**Quadro 3.6.5.4-29 – Presença de Unidades, Postos e Agentes de Saúde identificadas no corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade – Alto Araguaia (MT)**

Estado	Município	Povoados /Localidades	Posto de Saúde	Agente de Saúde
MT	Vila bela da Santíssima Trindade	São José (Km 8)	Não	Sim
	Vila Bela da Santíssima Trindade	PA Coronel Ari	Não	Sim
	Pontes e Lacerda	PA Córrego da Onça	Não	Sim
	Vale de São Domingos	Máquina Queimada (ou Boa Esperança)	Sim	Sim
	Vale de São Domingos	Gleba Barretos	Não	Sim (sai de São Domingos)
	Jauru	Vila Taquaraçu	Não	Sim
	Araputanga	Distrito de Cachoeirinha	Sim	Sim
	Rio Branco	Panorama	Não	Sim
	Barra do Bugres	Distrito de Currupira	Sim	Não
	Acorizal	Xavier	Não	Sim
	Cuiabá	Distrito Guia	Sim	Sim
	Cuiabá	Bandeira 2	Não	Sim (sai de Rio dos Peixes)
	Cuiabá	Aricazinho	Não	Sim
	Santo Antonio do Leverger	Olho d'Água	Sim	Sim
	Santo Antonio do Leverger	Fazenda Serrana	Não	Sim
	Santo Antonio do Leverger	Vila São Vicente	Sim	Sim
	Rondonópolis	Vila Cardinal	Não	Sim
	Rondonópolis	Três Pontes	Sim	Sim
	Rondonópolis	PA Coqueiro (Padre Osório)	Sim	Sim
	São José do Povo	PA Padre Josino	Não	Sim
São José do Povo	PA Marcio Pereira	Sim	Sim	
São José do Povo	Vila Catanduva	Sim	Sim	

Fonte: Pesquisa de campo, 05/10/2009 a 09/11/2009.

Embora poucas comunidades rurais possuam posto de saúde e médico, o agente de saúde está presente em quase todas. Nas entrevistas, os produtores informaram que há visitas regulares desses profissionais. Na maioria das propriedades eles desempenham tarefas básicas, tais como orientações quanto à prevenção de doenças, acompanhamento do desenvolvimento e pesagem das crianças, encaminhamento em casos sintomáticos e fornecimento de cloro para tratamento da água. No período de vacinação os agentes de saúde têm atuação mais freqüente, inclusive visitando áreas não acessadas em outros períodos do ano. Na maioria destas comunidades, o agente de saúde é um morador da própria comunidade rural.



Nas propriedades maiores foi verificado que a principal forma de assistência médica, em caso de doença ou acidentes, é através do deslocamento do trabalhador vitimado para postos de saúde em vilas, ou para grandes centros, a depender da necessidade. Esse deslocamento é realizado por veículos das fazendas. Em alguns casos, especialmente, em fazendas muito grandes, há posto de saúde ou atendimento médico disponível nas vilas residenciais de trabalhadores, onde procedimentos básicos são garantidos.

• **Trecho 3: Santa Rita do Araguaia - GO a Araguaia - SP**

Nos municípios localizados no Sudoeste Goiano, Triângulo Mineiro e Noroeste/Oeste Paulista, no que se refere ao serviço na área da saúde, esse serviço é feito basicamente por agentes do Programa de Saúde da Família (PSF) ou pelo atendimento em postos de saúde localizados nas sedes dos distritos. No caso dos postos de saúde essa realidade é mais comum nos municípios, localizados no Estado de São Paulo, que mantêm uma taxa de ocupação um pouco maior na região de influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.. No quadro a seguir é possível observar as localidades onde encontraram-se postos de saúde.

**Quadro 3.6.5.4-30 - Distritos e localidades que possuem posto e agente de Saúde no corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 - Trecho 3: Santa Rita do Araguaia - GO a Araguaia - SP**

Estado	Município	Distrito ou localidade	Postos de Saúde	Agentes de Saúde
GO	Jataí/Serranópolis	Região da Escola prof. Chiquinho (Fazenda São José)	Não	Sim
GO	Itarumã	Região de São Jerônimo	Não	Sim
MG	Limeira do Oeste	Localidade da Lama	Não	Sim
MG	Limeira do Oeste	PA Barreiro	Sim	Sim
MG	Limeira do Oeste	Bairro Jô Amaro	Sim	Sim
MG	Iturama	Distrito de Alexandrita	Sim	Sim
SP	Populina	Povoado do Sol	Não	Sim
SP	Turmalina	Povoado de Fátima Paulista	Não	Sim
SP	Estrela do Oeste	Comunidade Boa Esperança (Posto desativado)	Sim	Sim
SP	Meridiano	Povoado de Santo Antônio	Não	Não
SP	Nhandeara	Vila São Benedito	Não	
SP	Nhandeara	Bairro dos Portugueses	Não	
SP	Nhandeara	Vila Aparecida	Não	
SP	Monte Aprazível	Junqueira	Não	
SP	Neves Paulista	Miraluz	Não	
SP	José Bonifácio	Bairro Tanquinho	Não	
SP	Nova Aliança	Nova Itapirema	Não	
SP	Nova Aliança	Monte Belo	Não	
SP	Urupês	Bairro da Figueira	Não	

Estado	Município	Distrito ou localidade	Postos de Saúde	Agentes de Saúde
SP	Urupês	Vila Barreirão	Não	
SP	Itajobi	Vila Nova Cardoso	Sim	Sim
SP	Itápolis	Vila Queimada	Não	
SP	Itápolis	Bairro Leiteiro	Não	
SP	Gavião Peixoto	Vila Nova Paulicéia	Sim	Sim
SP	Tabatinga	Distrito Curupá	Sim	Sim
SP	Populina	Comunidade do Sol	Sim	Sim
SP	Turmalina	Comunidade de Fátima Paulista	Sim	Sim
SP	Meridiano	Povoado de Santo Antônio	Sim	Sim
SP	Monte Aprazível	Distrito de Junqueira	Sim	Sim
SP	Neves Paulista	Localidade Mira Luz	Sim	Sim
SP	Nova Aliança	Distrito Nova Itapirema	Sim	Sim

Fonte Pesquisa de Campo, setembro de 2009

Nos municípios localizados no Sudoeste Goiano, diferente dos municípios Paulistas, não foi identificada nenhuma estrutura básica de saúde do corredor de estudo. Ressaltando que os dois pequenos povoados existentes e o assentamento São Jerônimo, encontrados na região, a sua população nos casos de emergência recorrem ao atendimento na sede do município, e nos casos graves que não são resolvidos no próprio município, as secretarias de saúde encaminham o paciente para municípios que conta com uma melhor infraestrutura.

Já no período de campanhas (vacinação entre outras) ou durante rotina normal a população é assistida por agentes do Programa de Saúde da Família.

No caso dos municípios (Limeira do Oeste e Ituramã) localizados no Triângulo Mineiro, as condições na área da saúde são melhores do que as observadas no Sudoeste Goiano. Além da presença de agentes de saúde, nesta área existem postos de saúde,, como no Distrito de Alexandrita em Ituramã-MG, ou em assentamentos como o Barreiro.

Nos casos de atendimento de maior complexidade, os pacientes são encaminhados para as sedes municipais e em casos mais graves para municípios maiores como Uberlândia ou os municípios paulistas de Fernandópolis, Barretos ou São José do Rio Preto.

A região do Noroeste/Oeste Paulista apresentou as melhores condições de saúde deste trecho. Nas vilas, comunidades, distritos, e povoados existem postos de saúde, funcionando, na maioria das vezes, quatro vezes por semana e com visita de agente de saúde aos domicílios. Em situação de emergência os moradores o município envia ambulância para o transporte dos pacientes, para o hospital da cidade ou são

encaminhados para os municípios pólos da região (São do Rio Preto, Fernandópolis e Araraquara, Ribeirão Preto, cidades mais citadas pelos entrevistados)



Foto 3.6.5.4-2 - Unidade Básica da Saúde no distrito de Junqueira- Monte Aprazível-SP



Foto 3.6.5.4-3- Posto de saúde no povoado de Santo Antônio, Meridiano-SP.

De um modo geral pode-se avaliar que a ocorrência de serviços de saúde (estrutura e material humano) varia conforme a densidade de ocupação, e também a demanda por estes serviços. Nos locais de menor adensamento como os municípios goianos, onde há predominância de grandes propriedades, a oferta de saúde comparativamente menor aos municípios mineiros e paulistas onde há ocorrência maior de povoados e aglomerados e portanto maior densidade populacional.

### c. Incidência de Endemias na All

Quanto à incidência de endemias, os dados disponíveis por municípios se referem somente aos estados de Mato Grosso e Rondônia, com exceção das informações relacionadas à AIDS, que permitem a totalização por municípios e Alls Mesorregionais. As informações sobre a incidência de malária também são limitadas a estes dois Estados. No caso da febre amarela, as informações disponíveis se referem aos totais estaduais. Assim sendo, após um panorama geral das principais endemias ocorrentes nos cinco estados que serão atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02., passamos a uma análise pormenorizada da incidência destas endemias nos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

Entre 2000 e 2005, a taxa de incidência da **Leishmaniose** tegumentar americana se manteve bastante mais elevada nos estados de Rondônia e Mato Grosso, do que nos demais incluídos na área em estudo, sendo que a taxa se apresentou declinante no Mato Grosso e ascendente em Rondônia.

**Quadro 3.6.5.4-31 - Taxa de incidência de Leishmaniose Tegumentar Americana - Estados – 2000/2005**

Unidade da Federação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
<b>Rondônia</b>	102,99	112,03	126,56	138,75	139,18	108,04	102,98
<b>Mato Grosso</b>	156,57	158,01	156,02	161,58	134	130,24	126,26
<b>Minas Gerais</b>	10,47	6,7	8,88	9,62	7,88	9,02	7,45
<b>São Paulo</b>	0,72	1,35	2,14	2,64	1,55	1,15	1,35
<b>Goiás</b>	10,49	8,98	8,46	9,37	8,01	9,32	7,7

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN

A Leishmaniose visceral, de uma maneira, apresenta baixa incidência em todos os cinco estados analisados. O Estado de Minas Gerais é o que apresenta a taxa de incidência mais elevada e, também, ascendente. No Estado de Rondônia, ao contrário, a incidência desta endemia foi praticamente zero em todo o período analisado.

**Quadro 3.6.5.4-32 - Taxa de incidência de Leishmaniose Visceral – Estados - 2000/2005**

Unidade da Federação	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Rondônia</b>	0	0	0	0	0,13	0
<b>Mato Grosso</b>	0,92	0,7	0,31	0,49	0,73	0,78
<b>Minas Gerais</b>	1,22	0,76	1,58	1,84	3,24	2,55
<b>São Paulo</b>	0,24	0,22	0,32	0,46	0,24	0,4
<b>Goiás</b>	0,88	0,35	0,33	0,38	0,29	0,23

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN

Entre 2003 e 2005, no conjunto dos cinco estados analisados, houve crescimento taxa de incidência de **dengue**. No entanto, as maiores taxas são apresentadas pelos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, onde esta endemia apresentou tendência ascendente. Nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, que apresentam as menores taxas, a incidência da doença vem declinando.

**Quadro 3.6.5.4-33 - Taxa de incidência de dengue – Estados - 2003/2005**

Unidades da Federação	2003	2004	2005
<b>Rondônia</b>	207,4	228,0	395,7
<b>Mato Grosso</b>	357,0	87,2	245,0
<b>Goiás</b>	165,8	108,1	338,7
<b>Minas Gerais</b>	82,3	72,8	59,8
<b>São Paulo</b>	70,8	11,5	19,1

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN

De 2000 a 2006, foram notificados pelo Ministério da Saúde 2.298 casos de **febre amarela** nos cinco estados onde está situada a AII do empreendimento. Apesar do pico ocorrido em 2003, com 404 casos da doença, de uma maneira geral, a ocorrência de febre amarela vem caindo nos 5 estados como um todo. Em todo o período analisado,

a maior parte dos casos ocorreu nos estados de São Paulo (45,4%) e Minas Gerais (30,4%). Neste último, desde 2004, o número de notificações vem diminuindo. Em São Paulo, no entanto, o número de casos notificados permanece elevado, tendo ocorrido 107 casos de febre amarela no ano de 2006.

**Quadro 3.6.5.4-34 - Número de casos notificados de febre amarela – Estados - 2000/2006**

Unidade da Federação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
<b>Goiás</b>	243	30	12	22	45	24	20	396
<b>Mato Grosso</b>	14	14	25	15	5	4	7	84
<b>Minas Gerais</b>	13	238	70	247	54	52	26	700
<b>Rondônia</b>	5	40	9	7	5	3	4	73
<b>São Paulo</b>	326	186	85	113	91	137	107	1045
<b>Total</b>	601	508	201	404	200	220	164	2298

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN/DATASUS

Entre 2000 e 2008, na All do empreendimento, foram notificados 4.584 casos de **AIDS**. A maior parte deles ocorreu nas Alls Mesorregionais Centro-Sul Matogrossense, Madeira-Guaporé e Araraquara, nesta ordem. No entanto, enquanto esta última All Mesorregional apresenta tendência declinante, nas Alls Mesorregionais que contêm as capitais Porto Velho e Cuiabá, o número de casos de AIDS notificados vem se elevando, tendo apresentado um pico no ano de 2005. Na All Mesorregional São José do Rio Preto, embora o número de casos seja menor, vem ocorrendo tendência de crescimento.

**Quadro 3.6.5.4-35 - Casos notificados de AIDS – Estados - 2000/2008**

Alls Mesorregionais	Período										Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
All Mesorregional Madeira Guaporé	94	90	125	106	88	115	156	152	13	939	
All Mesorregional Leste Rondoniense	7	18	23	29	33	35	39	46	3	233	
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	58	105	126	141	372	328	237	168	133	1668	
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	14	25	57	48	44	64	31	39	50	372	
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	2	2	4	6	25	11	16	13	11	90	
All Mesorregional Sul Goiano	0	1	1	0	0	19	10	20	11	62	
All Mesoregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0	5	3	10	5	11	7	8	5	54	
All Mesorregional Araraquara	86	115	115	91	116	79	77	45	34	763	
All Mesorregional São José do Rio Preto	29	38	35	61	59	50	42	38	43	403	
<b>Total All</b>	<b>290</b>	<b>399</b>	<b>489</b>	<b>492</b>	<b>742</b>	<b>712</b>	<b>615</b>	<b>529</b>	<b>303</b>	<b>4584</b>	

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN

#### **d. Municípios Interceptados pela LT Situados em Área Endêmica de Malária**

De acordo com a Resolução CONAMA 286/01 todos os municípios nos estados de Rondônia e Mato Grosso interceptados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 se encontram em área endêmica de Malária. Os dados referentes

a malária estão sendo apresentados no **Anexo 3.6.5.4 - Estudo epidemiológico**. Este estudo foi orientado pela SVS/MS e tem o objetivo de atender as recomendações deste órgão quanto ao potencial malarígeno, controle da doença e de seus vetores, a serem implementados ao longo das diferentes fases do empreendimento.

A seguir são apresentadas as informações sobre as principais doenças endêmicas identificadas para os municípios da Área de Influência Indireta que estão situados na região da Amazônia Legal.

De acordo com o DATASUS, o Índice Parasitário de **Malária** (IPS) no Estado de Rondônia foi de 39,19, no ano 2000, para 65,05, em 2006. Este índice diz respeito ao número de exames positivos por 1.000 habitantes, sendo considerados de alto risco os municípios que registrarem mais de 50 casos por 1.000 habitantes. No Estado do Mato Grosso, entre os anos de 2000 e 2006, a taxa de incidência parasitária (IPA) de **malária** apresentou-se não muito relevante, alcançando 2,33 casos/1.000 hab em 2006.

**Quadro 3.6.5.4-36 - Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária - 2000-2006 – Rondônia e Mato Grosso**

Unidade da Federação	Período							Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Rondônia	39,19	40,98	49,75	64,43	70,86	77,29	65,05	58,74
Mato Grosso	4,7	2,67	2,72	1,89	2,36	3,01	2,33	2,79

Fonte: DATASUS

Entre os municípios rondonienses em estudo, no ano de 2001, Candeias de Jamari (IPA=99,7) se destacou por estar inserido nessa classificação de município com alto risco de incidência de malária, e, Alto Paraíso por possuir uma situação ainda mais extrema, já que seu IPA foi de 208,1, com 2.850 exames positivos notificados. Nas demais localidades analisadas, os índices são bem inferiores aos citados acima, com ressalva apenas para Porto Velho (IPA=38,0), Ariquemes (IPA=19,0) e Cacaulândia (IPA=16,2).

**Quadro 3.6.5.4-37 - Exames Positivos e Incidência Parasitária Anual (IPA) – 2001 – All de Rondônia**

	Município	Exames positivos	IPA
All Mesorregional Madeira Guaporé	Candeias do Jamari	1.377	99,7
	Itapuã do Oeste	-	-
	Porto Velho	13.018	38

	Município	Exames positivos	IPA
All Mesoregional Leste Rondoniense	Alto Paraíso	2.850	208,1
	Alvorada D'Oeste	212	10,7
	Ariquemes	1.448	19
	Cabixi	4	0,5
	Cacaulândia	87	16,2
	Castanheiras	11	2,6
	Cerejeiras*	70	10
	Chupinguaia	-	-
	Colorado do Oeste	1	0,1
	Corumbiara	1	0,1
	Governador Jorge Teixeira	24	1,7
	Jaru	58	1,1
	Monte Negro	459	34,7
	Nova Brasilândia D'Oeste	26	1,5
	Ouro Preto do Oeste	8	0,2
	Parecis	5	1,4
	Presidente Médici	107	4,1
	Primavera de Rondônia	7	1,6
	Rolim de Moura	4	0,1
	São Felipe D'Oeste	16	2
Teixeirópolis	26	4,6	
Urupá	33	2,2	

\*Município sem transmissão de malária, porém, com notificação de casos  
Fonte: Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária - PNCM

Entre os municípios mato-grossenses analisados, no ano de 2001, a maior incidência parasitária de malária ocorreu em Rondonópolis (8,0), seguida por Rosário do Oeste (7,0) e Comodoro (6,0). Em grande parte dos municípios, não houve notificação de exames positivos, ou estes eram em número pouco expressivo.

**Quadro 3.6.5.4-38 - Exames Positivos e Incidência Parasitária Anual (IPA) – 2001 – All do Mato Grosso**

	Município	Exames positivos	IPA
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	Acorizal	-	-
	Alto Paraguai***	3	-
	Cuiabá*	2	0,0
	Jangada	-	-
	Rosário Oeste**	33	7,0
	Santo Antônio do Leverger***	1	-
	Várzea Grande	-	-

	Município	Exames positivos	IPA
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	Alto Araguaia	-	-
	Alto Garças**	1	1,0
	Jaciara	-	-
	Juscimeira	-	-
	Pedra Preta	-	-
	São José do Povo	-	-
	Rondonópolis**	40	8,0
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	Araputanga**	5	1,0
	Barra do Bugres*	1	0,0
	Comodoro**	261	6,0
	Indiavaí	-	-
	Jauru	-	-
	Lambari D'Oeste	-	-
	Vila Bela da Santíssima Trindade	4	0,3
	Nova Lacerda	2	0,5
	Pontes e Lacerda*	1	0,0
	Rio Branco	-	-
	Vale de São Domingos	-	-

\*Municípios com transmissão de malária e com IPA igual a zero.

\*\*Municípios sem transmissão de malária, porém, com notificação de casos.

\*\*\*Municípios sem transmissão de malária, porém, com notificação de exames negativos.

Fonte: Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária - PNCM

A leishmaniose tegumentar americana é outra endemia recorrente no estado de Rondônia, e apresentou indicadores elevados entre os anos 2000 e 2005, apesar de demonstrar uma queda em sua taxa entre os anos de 2004 e 2005, passando de 139,18 para 108,04 casos. Esta taxa consiste no número de casos a cada 100.000 habitantes. No Estado do Mato Grosso a leishmaniose tegumentar americana apresentou elevada taxa de incidência no entre os anos de 2000 e 2005, embora tenha havido redução em sua taxa de 161,58 casos/100.000 hab, em 2003 (ano em que esta taxa atingiu seu ápice), para 130,24, em 2005.

**Quadro 3.6.5.4-39 - Taxa de incidência de Leishmaniose tegumentar americana - 2000 - 2005 – Rondônia e Mato Grosso**

Unidade da Federação	Período						Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Rondônia	102,99	112,03	126,56	138,75	139,18	108,04	102,98
Mato Grosso	156,57	158,01	156,02	161,58	134	130,24	126,26

Fonte: DATASUS

Nos municípios em estudo do estado de Rondônia, o número de casos confirmados em 2008 correspondia a 43,4% em relação ao total do Estado, tendo em Porto Velho o seu maior número – 115 casos, seguido por Ariquemes, com 59 casos e Jaru, 51 casos.



**Quadro 3.6.5.4-40 - Leishmaniose Tegumentar Americana - Casos confirmados – 2008 – All de Rondônia**

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Número de casos confirmados
<b>Rondônia</b>	<b>992</b>
Candeias do Jamari	4
Itapuã do Oeste	1
Porto Velho	115
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>120</b>
Alto Paraíso	11
Alvorada D'Oeste	17
Ariquemes	59
Cabixi	9
Cacaulândia	7
Castanheiras	1
Cerejeiras	9
Chupinguaia	11
Colorado do Oeste	14
Corumbiara	8
Governador Jorge Teixeira	6
Jaru	39
Monte Negro	36
Nova Brasilândia D'Oeste	2
Ouro Preto do Oeste	10
Parecis	12
Presidente Médici	6
Primavera de Rondônia	3
Rolim de Moura	32
São Felipe D'Oeste	4
Teixeirópolis	0
Urupá	5
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>301</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>421</b>

Fonte: DATASUS

Já a leishmaniose visceral, no período analisado (2000-2007), apresentou notificação, no Estado de Rondônia, somente nos anos de 2004 e 2007, com uma taxa de incidência pequena de 0,13 e 0,19, respectivamente. No estado do Mato Grosso a taxa de incidência de leishmaniose visceral não foi elevada, porém, apresentou-se crescente desde 2003, passando de 0,49 para 1,07 casos/100.000 hab, em 2007.

**Quadro 3.6.5.4-41 - Taxa de incidência de leishmaniose visceral - 2000-2007 – Rondônia**

Unidade da Federação	Período								Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Rondônia	0	0	0	0	0,13	0	0	0,19	0,04
Mato Grosso	0,92	0,7	0,31	0,49	0,73	0,78	0,74	1,07	0,72

Fonte: DATASUS

No caso da dengue, a taxa de incidência é bastante expressiva nos estados de Rondônia e Mato Grosso, mesmo tendo apresentado uma queda relevante entre os anos de 2005 e 2006, passando de 395,74 casos/100.000hab para 206,73 casos. Segundo as informações do DATASUS, em Mato Grosso a taxa de incidência relevante de 348,55 casos/100.000hab, no ano de 2006.

**Quadro 3.6.5.4-42 - Taxa de Incidência de Dengue - 2003-2006 – Rondônia e Mato Grosso**

Unidade da Federação	Período			
	2003	2004	2005	2006
Rondônia	207,36	227,99	395,74	206,73
Mato Grosso	357,03	87,15	245,03	348,55

Fonte: DATASUS

#### e. **Recomendações da SVS/MS**

Conforme destacado anteriormente, todos os municípios nos estados de Rondônia e Mato Grosso interceptados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 se encontram em área endêmica de Malária. Em atendimento a Resolução CONAMA 286/01 a SVS/MS solicitou que foi realizado um estudo nos municípios da AI referentes a malária. O estudo foi orientado pela SVS/MS e tem o objetivo de atender as recomendações deste órgão quanto ao potencial malarígeno, controle da doença e de seus vetores, a serem implementados ao longo das diferentes fases do empreendimento. Este estudo é apresentado no **Anexo 3.6.5.4 - Estudo epidemiológico**.

#### f. **Aspectos Sanitários**

O saneamento básico é um importante indicador das condições de vida, uma vez que interfere diretamente nas condições de saúde e na qualidade de vida da população. Os indicadores de saneamento básico são os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo.

A Organização Mundial de Saúde – OMS - define o saneamento como o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem, ou podem exercer, efeitos nocivos sobre a saúde. Nesta definição, estão incluídas as medidas que visam a

prevenir e controlar doenças, sejam elas transmissíveis ou não. A OMS apurou, recentemente, que 65% dos leitos dos hospitais do país são ocupados por pacientes com problemas de saúde relacionados à falta de saneamento.

Para analisar a infra-estrutura de saneamento na área em estudo, optou-se por observar o perfil do conjunto de domicílios de cada All Mesorregional. Seguindo o padrão da distribuição populacional, a maior parte dos domicílios da All se encontram no estado do Mato Grosso (40%), seguido por Rondônia (27%) e São Paulo (27%), Goiás (5%) e Minas Gerais (1%). De uma maneira geral, ao longo do trecho a ser percorrido pela LT, as piores condições sanitárias se encontram nos conjuntos de municípios que compõem as Alls Mesorregionais Madeira-Guaporé, Leste Rondoniense e Sudoeste Matogrossense, enquanto que a situação sanitária mais adequada é apresentada pela All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense e pela área paulista em estudo.

No ano de 2000, o abastecimento de água por rede geral chegava a 69,6% dos 732.894 domicílios existentes na All do empreendimento, restando 28,3% abastecidos por poço ou nascente e 2,1% abastecidos de “outra forma”. No entanto, a maior parte dos domicílios abastecidos de água por rede geral se encontrava nas Alls Mesorregionais Centro-Sul e Sudeste Matogrossenses e Araraquara e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo. Nas Alls Mesorregionais rondonienses e do Sudoeste Matogrossense, foram encontrados os percentuais mais reduzidos de domicílios abastecidos de água desta forma, chegando a 23,5% na All Mesorregional Leste Rondoniense.

**Quadro 3.6.5.4-43 - Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água – Mesorregiões da All - 2000**

Alls Mesorregionais	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
All Mesorregional Madeira Guaporé	88547	31802	42,2	52399	52,7	4346	5,1
All Mesorregional Leste Rondoniense	108010	25379	23,5	81065	75,1	1566	1,4
All Mesoregional Centro-Sul Matogrossense	195692	166668	85,2	22284	11,4	6740	3,4
All Mesoregional Sudeste Matogrossense	60398	52795	87,4	6808	11,3	795	1,3
All Mesoregional Sudoeste Matogrossense	35554	16414	46,2	18013	50,7	1127	3,2
All Mesorregional Sul Goiano	37170	28931	71,1	7941	27,9	298	0,9
All Mesoregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	10187	8537	74,6	1522	24,4	128	1,0
All Mesorregional Araraquara	94665	88988	94,0	5543	5,9	134	0,1
All Mesorregional São José do Rio Preto	102671	90878	82,4	11668	17,4	125	0,1
<b>TOTAL All</b>	<b>732894</b>	<b>510392</b>	<b>69,6</b>	<b>207243</b>	<b>28,3</b>	<b>15259</b>	<b>2,1</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

A situação do esgotamento sanitário, no ano de 2000, era ainda mais precária. Apenas 57,3% dos domicílios situados na All do empreendimento da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 apresentavam condições adequadas de escoamento do esgoto – 45,1% através de rede geral de esgoto ou pluvial e 14,5% através de fossa séptica. O escoamento por rede geral era predominante na área paulista em estudo, e também na All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense (que inclui a capital, Cuiabá), onde chegava a 36,5% dos domicílios. O escoamento do esgoto através de fossa séptica, que também é considerada adequada, era predominante na All Mesorregional Madeira Guaporé (que inclui a capital, Porto Velho – 53%), além de atingir percentual expressivo na All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense (23,8%). A fossa rudimentar é a forma predominante de escoamento do esgoto domiciliar nas Alls Mesorregionais Leste Rondoniense (79,1%), Sudoeste Matogrossense (72,1%), Sudeste Matogrossense (64%), Sul Goiano (51,6%) e do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (50,3%). As Alls Mesorregionais Leste Rondoniense e Sudoeste Matogrossense também apresentaram os maiores percentuais de domicílios sem banheiro ou sanitário – 11,4% e 12,3%, respectivamente. O maior percentual de domicílios que despejam esgoto em rio, lago ou mar foi apresentado pela All Mesorregional Sul Goiano (2,9%)

**Quadro 3.6.5.4-44 - Domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário – Mesorregiões da All - 2000**

Alls Mesorregionais	TOTAL	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
All Mesorregional Madeira Guaporé	88547	7470	8,4	46952	53,0	24837	28,0	3058	3,5	900	1,0	753	0,9	4577	5,2
All Mesorregional Leste Rondoniense	108010	416	0,4	5833	5,4	85445	79,1	1789	1,7	647	0,6	1548	1,4	12332	11,4
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	195692	71525	36,5	46590	23,8	65520	33,5	1414	0,7	1491	0,8	899	0,5	8253	4,2
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	60398	12284	20,3	6475	10,7	38678	64,0	203	0,3	407	0,7	205	0,3	2146	3,6
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	35554	1941	5,5	1951	5,5	25640	72,1	1123	3,2	151	0,4	385	1,1	4363	12,3
All Mesorregional Sul Goiano	37170	19148	31,6	2308	4,4	13053	51,6	403	2,7	636	2,9	400	1,7	1222	5,1
All Mesoregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	10187	7074	46,0	33	0,3	2822	50,3	10	0,1	17	0,1	19	0,4	212	2,9
All Mesorregional Araraquara	94665	87921	92,9	2030	2,1	2711	2,9	161	0,2	588	0,1	266	0,3	122	0,1
All Mesorregional São José do Rio Preto	177973	157020	82,7	4895	2,4	14243	18,1	318	0,3	699	0,3	348	0,2	450	0,4
<b>Total All</b>	<b>808196</b>	<b>346302</b>	<b>45,1</b>	<b>117067</b>	<b>14,5</b>	<b>272949</b>	<b>33,8</b>	<b>8479</b>	<b>1,0</b>	<b>5536</b>	<b>0,7</b>	<b>4823</b>	<b>0,6</b>	<b>33677</b>	<b>3,9</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

O serviço de coleta de lixo, entre os indicadores de qualidade da infra-estrutura sanitária, é o que se encontra melhor disseminado na área em estudo. No ano de 2000, 79,1% dos domicílios da AII tinham seu lixo coletado, enquanto 16% queimavam-no na propriedade. O percentual de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo, em 2000, variava de 46,7% na AII Mesorregional Leste Rondoniense a 94,6% na AII Mesorregional Araraquara. As AIs Mesorregionais Leste Rondoniense e Sudoeste Mato-grossense apresentaram os maiores percentuais de domicílios que efetuam a queima do lixo na propriedade – 44,8% e 32,3%, respectivamente -, assim como de domicílios que despejam o lixo em terreno baldio.

**Quadro 3.6.5.4-45 - Domicílios particulares permanentes por destino do lixo – Mesorregiões da AII - 2000**

AIs Mesorregionais	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
All Mesorregional Madeira Guaporé	88547	70745	79,9	12829	14,5	591	0,7	2914	3,3	677	0,8	791	0,9
All Mesorregional Leste Rondoniense	108010	50426	46,7	48394	44,8	2075	1,9	5898	5,5	181	0,2	1036	1,0
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	195692	168313	86,0	18120	9,3	1014	0,5	6948	3,6	519	0,3	778	0,4
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	60398	51205	84,8	6789	11,2	889	1,5	1118	1,9	63	0,1	334	0,6
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	35554	20434	57,5	11501	32,3	990	2,8	2185	6,1	32	0,1	412	1,2
All Mesorregional Sul Goiano	37170	28995	71,7	5257	19,2	738	2,6	1455	3,7	66	0,2	659	2,6
All Mesoregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	10187	8425	72,0	1390	23,0	79	1,2	155	1,8	3	0,0	135	2,0
All Mesorregional Araraquara	94665	89596	94,6	4068	4,3	505	0,5	239	0,3	20	0,0	237	0,3
All Mesorregional São José do Rio Preto	102671	91662	83,2	9024	14,0	1015	1,5	529	0,7	12	0,0	429	0,6
<b>Total AII</b>	<b>732894</b>	<b>579801</b>	<b>79,1</b>	<b>117372</b>	<b>16,0</b>	<b>7896</b>	<b>1,1</b>	<b>21441</b>	<b>2,9</b>	<b>1573</b>	<b>0,2</b>	<b>4811</b>	<b>0,7</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

## (1) Rondônia

De acordo com os dados do Censo Demográfico, no ano 2000, havia no Estado de Rondônia 347.194 domicílios particulares permanentes. A maior parte destes domicílios, 67,90%, apresentava acesso a água através de poço ou nascente, 29,09% eram abastecidos de água pela rede geral e 3,01% por “outra forma”.

No ano 2000, a All Mesorregional Madeira Guaporé, que respondia por 25,5% dos domicílios do Estado, possuía 42,20% de seus domicílios abastecidos com água através da rede geral, 52,75% por poço ou nascente e 5,05% por “outra forma”. Dentre todos os municípios rondonienses analisados, Candeias do Jamari se destacou por possuir o maior percentual de domicílios abastecidos por água da rede geral – 51,97% e também o maior percentual de domicílios com água captada de “outra forma” (6,09%). A capital do Estado, Porto Velho, tinha 59,89% de seus domicílios abastecidos de água por meio de poço ou nascente.

Dos 108.010 domicílios da All Mesorregional Leste Rondoniense (31,11% dos domicílios de Rondônia), 75,05% tinha água captada por fonte ou nascente, percentual acima do nível estadual, destacando-se seis municípios que possuíam mais de 90% de água captada desta forma: Alto Paraíso (96,88%), Cabixi (92,06%), Corumbiara (97,64%), Governador Jorge Teixeira (96,79%), Teixeirópolis (92,29%) e Urupá (92,04%). Ainda nesta All Mesorregional, 23,50% dos municípios tinham na rede geral a sua forma de abastecimento de água. Não havia nenhum município com mais de 50% da água captada da rede geral. Em Colorado do Oeste este percentual chegou apenas a 48,37%, seguido por Chupinguaia, com 43,34%. Corumbiara tinha apenas uma unidade domiciliar com água abastecida pela rede geral. Com relação a “outras formas” de captação de água, 1,45% dos domicílios da All Mesorregional Leste Rondoniense tinha água captada deste modo, variando os percentuais nos municípios de 3,08% em Governador Jorge Teixeira e 0,29% em São Felipe D'Oeste.

**Quadro 3.6.5.4-46 - Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água nos municípios da All – Rondônia - 2000**

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
<b>Rondônia</b>	<b>347.194</b>	<b>106.759</b>	<b>30,75</b>	<b>230.717</b>	<b>66,45</b>	<b>9.718</b>	<b>2,8</b>
Candeias do Jamari	3.167	1.646	51,97	1.328	41,93	193	6,09
Itapuã do Oeste	1.698	669	39,40	958	56,42	71	4,18
Porto Velho	83.682	29.487	35,24	50.113	59,89	4.082	4,88
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>88.547</b>	<b>31.802</b>	<b>42,20</b>	<b>52.399</b>	<b>52,75</b>	<b>4.346</b>	<b>5,05</b>
Alto Paraíso	3.040	80	2,63	2.945	96,88	15	0,49
Alvorada D'Oeste	4.981	1.483	29,77	3.398	68,22	100	2,01
Ariquemes	18.527	5.447	29,4	12.919	69,73	161	0,87
Cabixi	1.952	98	5,02	1.797	92,06	57	2,92
Cacaulândia	1.313	157	11,96	1.135	86,44	21	1,6
Castanheiras	1.057	206	19,49	838	79,28	13	1,23
Cerejeiras	4.847	1.111	22,92	3.711	76,56	25	0,52
Chupinguaia	1.449	628	43,34	807	55,69	14	0,97

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Colorado do Oeste	5.737	2.775	48,37	2.848	49,64	114	1,99
Corumbiara	2.627	1	0,04	2.565	97,64	61	2,32
Governador Jorge Teixeira	2.958	4	0,14	2.863	96,79	91	3,08
Jaru	13.566	1.816	13,39	11.526	84,96	224	1,65
Monte Negro	3.029	373	12,31	2.620	86,5	36	1,19
Nova Brasilândia D'Oeste	4.221	752	17,82	3.414	80,88	55	1,3
Ouro Preto do Oeste	10.659	3.131	29,37	7.361	69,06	167	1,57
Parecis	861	150	17,42	685	79,56	26	3,02
Presidente Médici	6.803	2.139	31,44	4.574	67,24	90	1,32
Primavera de Rondônia	1.100	400	36,36	696	63,27	4	0,36
Rolim de Moura	12.628	4.016	31,8	8.386	66,41	226	1,79
São Felipe D'Oeste	1.712	283	16,53	1.424	83,18	5	0,29
Teixeirópolis	1.388	76	5,48	1.281	92,29	31	2,23
Urupá	3.555	253	7,12	3.272	92,04	30	0,84
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>108.010</b>	<b>25.379</b>	<b>23,50</b>	<b>81.065</b>	<b>75,05</b>	<b>1.566</b>	<b>1,45</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>196.557</b>	<b>57.181</b>	<b>29,09</b>	<b>133.464</b>	<b>67,90</b>	<b>5.912</b>	<b>3,01</b>

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, segundo os dados do IBGE, no ano 2000, o Estado de Rondônia apresentava apenas 3,69% do esgotamento sanitário escoando por rede geral ou pluvial. A maior parte dos domicílios, 64,09%, possuía fossa rudimentar como forma de esgotamento sanitário. As fossas sépticas estavam em apenas 17,05% dos domicílios, e 10,91% não possuíam banheiro nem sanitário.

Na All Mesorregional Madeira Guaporé, a situação do esgotamento sanitário era menos precária, já que 53,02% dos domicílios possuíam fossa séptica. Em Candeias do Jamari este percentual chegava a 70,1%. A rede geral de esgoto ou pluvial estava presente em apenas 8,44% dos domicílios e basicamente no município de Porto Velho. A fossa rudimentar era encontrada em 28,05% dos domicílios.

A situação do esgotamento sanitário na All Mesorregional Leste Rondoniense, no ano 2000, era extremamente precária, onde 79,11% do esgotamento sanitário era escoado através de fossa rudimentar, sendo que em onze municípios este percentual foi ultrapassado: Ariquemes (80,22%); Cabixi (84,12%); Cacaúlândia (81,95%); Castanheiras (92,15%); Cerejeiras (95,40%); Colorado do Oeste (90,92%); Ouro Preto D'Oeste (80,97%); Primavera de Rondônia (83,45%); Presidente Médici (83,64%); Rolim de Moura (88,13%); e Urupá (83,66%). No município de Teixeiraópolis, 45,46% dos domicílios escoavam o esgoto em valas e 42,72% em fossas rudimentares. A precariedade da situação do esgotamento sanitário nesta All Mesorregional também



pode ser demonstrada através do percentual de domicílios que não tinham banheiro nem sanitário (11,42%), já que em alguns municípios este percentual apresentou-se elevadíssimo: Parecis (49,94%); Governador Jorge Teixeira (37,12%); São Felipe D'Oeste (35,05%); Corumbiara (31,02%); Nova Brasilândia D'Oeste (26,39%) e Alto Paraíso (24,24%). As fossas sépticas assumiram importância percentual apenas em Chupinguaia (20,43%), Ariquemes (13,71%) e Jaru (10,77%). Demonstrou-se praticamente irrisório o percentual de domicílios com rede geral de esgoto ou pluvial na All Mesorregional Leste Rondoniense – 0,39%.

**Quadro 3.6.5.4-47 - Domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário nos municípios da AI – Rondônia - 2000**

Municípios, AIs Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
<b>Rondônia</b>	<b>347.194</b>	<b>12.815</b>	<b>3,69</b>	<b>59.201</b>	<b>17,05</b>	<b>222.505</b>	<b>64,09</b>	<b>7.572</b>	<b>2,18</b>	<b>2.712</b>	<b>0,78</b>	<b>4.523</b>	<b>1,3</b>	<b>37.866</b>	<b>10,91</b>
Candeias do Jamari	3.167	4	0,13	2.220	70,1	548	17,3	4	0,13	-	-	118	3,73	273	8,62
Itapuã do Oeste	1.698	29	1,71	713	41,99	667	39,28	6	0,35	1	0,06	2	0,12	280	16,49
Porto Velho	83.682	7.437	8,89	44.019	52,6	23.622	28,23	3.048	3,64	899	1,07	633	0,76	4.024	4,81
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>88.547</b>	<b>7.470</b>	<b>8,44</b>	<b>46.952</b>	<b>53,02</b>	<b>24.837</b>	<b>28,05</b>	<b>3.058</b>	<b>3,45</b>	<b>900</b>	<b>1,02</b>	<b>753</b>	<b>0,85</b>	<b>4.577</b>	<b>5,17</b>
Alto Paraíso	3.040	6	0,2	211	6,94	1.974	64,93	43	1,41	-	-	69	2,27	737	24,24
Alvorada D'Oeste	4.981	28	0,56	54	1,08	3.879	77,88	26	0,52	-	-	166	3,33	828	16,62
Ariquemes	18.527	72	0,39	2.540	13,71	14.862	80,22	21	0,11	10	0,05	28	0,15	994	5,37
Cabixi	1.952	-	-	22	1,13	1.642	84,12	2	0,1	2	0,1	3	0,15	281	14,4
Cacaulândia	1.313	1	0,08	50	3,81	1.076	81,95	4	0,3	-	-	5	0,38	177	13,48
Castanheiras	1.057	-	-	5	0,47	974	92,15	3	0,28	2	0,19	2	0,19	71	6,72
Cerejeiras	4.847	2	0,04	42	0,87	4.624	95,4	58	1,2	-	-	2	0,04	119	2,46
Chupinguaia	1.449	2	0,14	296	20,43	934	64,46	4	0,28	-	-	3	0,21	210	14,49
Colorado do Oeste	5.737	20	0,35	42	0,73	5.216	90,92	17	0,3	85	1,48	15	0,26	342	5,96
Corumbiara	2.627	-	-	9	0,34	1.797	68,41	6	0,23	-	-	-	-	815	31,02
Governador Jorge Teixeira	2.958	-	-	24	0,81	1.601	54,12	16	0,54	4	0,14	215	7,27	1.098	37,12
Jaru	13.566	159	1,17	1.461	10,77	10.212	75,28	216	1,59	190	1,4	374	2,76	954	7,03
Monte Negro	3.029	1	0,03	105	3,47	2.271	74,98	4	0,13	-	-	17	0,56	631	20,83
Nova Brasilândia D'Oeste	4.221	-	-	108	2,56	2.979	70,58	8	0,19	8	0,19	4	0,09	1.114	26,39
Ouro Preto do Oeste	10.659	71	0,67	649	6,09	8.631	80,97	150	1,41	166	1,56	134	1,26	858	8,05
Parecis	861	-	-	19	2,21	372	43,21	39	4,53	-	-	1	0,12	430	49,94
Presidente Médici	6.803	19	0,28	35	0,51	5.690	83,64	68	1	5	0,07	338	4,97	648	9,53
Primavera de Rondônia	1.100	1	0,09	4	0,36	918	83,45	11	1	3	0,27	2	0,18	161	14,64

Municípios, Aills Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Rolim de Moura	12.628	33	0,26	115	0,91	11.129	88,13	426	3,37	161	1,27	154	1,22	610	4,83
São Felipe D'Oeste	1.712	-	-	1	0,06	1.097	64,08	9	0,53	4	0,23	1	0,06	600	35,05
Teixeirópolis	1.388	-	-	1	0,07	593	42,72	631	45,46	7	0,5	7	0,5	149	10,73
Urupá	3.555	1	0,03	40	1,13	2.974	83,66	27	0,76	-	-	8	0,23	505	14,21
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>108.010</b>	<b>416</b>	<b>0,39</b>	<b>5.833</b>	<b>5,40</b>	<b>85.445</b>	<b>79,11</b>	<b>1.789</b>	<b>1,66</b>	<b>647</b>	<b>0,60</b>	<b>1.548</b>	<b>1,43</b>	<b>12.332</b>	<b>11,42</b>
<b>TOTAL Aill</b>	<b>196.557</b>	<b>7.886</b>	<b>4,01</b>	<b>52.785</b>	<b>26,85</b>	<b>110.282</b>	<b>56,11</b>	<b>4.847</b>	<b>2,47</b>	<b>1.547</b>	<b>0,79</b>	<b>2.301</b>	<b>1,17</b>	<b>16.909</b>	<b>8,60</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

Quanto ao destino do lixo, o Estado de Rondônia, no ano 2000, apresentou 57,28% dos domicílios particulares permanentes com serviço de coleta de lixo, 34,97% com o lixo queimado na propriedade e 5,11% com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro.

Na All Mesorregional Madeira Guaporé, o serviço de coleta de lixo estava presente em 79,90% dos domicílios. No município de Porto Velho este percentual atingiu 81,68%. Era alto o percentual de lixo queimado na propriedade em Itapuã do Oeste – 46,29%.

O serviço de coleta de lixo na All Mesorregional Leste Rondoniense era realizado em 46,69% dos domicílios - inferior ao percentual estadual. Entre os municípios, este percentual era mais elevado em Ariquemes (76,77%), Rolim de Moura (64,55%) e Ouro Preto do D'Oeste (60,54%). O percentual de lixo queimado na propriedade era bastante elevado em diversos municípios, alcançando mais de 70% em Teixeiraópolis (71,33%), Urupá (71,45%), São Felipe D'Oeste (75,35%) e Castanheiras (83,16%). Os municípios de Governador Jorge Teixeira e Corumbiara apresentavam o maior percentual de domicílios que jogavam lixo em terreno baldio – 17,68% e 15,49%, respectivamente. Com relação ao lixo enterrado na propriedade, treze municípios apresentaram percentuais acima da média da All Mesorregional, que era de 1,92% dos domicílios. A localidade de Nova Brasilândia D'Oeste possuía o maior percentual de domicílios que tinha no lixo “outro destino” (3,41%).

**Quadro 3.6.5.4-48 - Domicílios particulares permanentes por destino do lixo nos municípios da All – Rondônia - 2000**

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
<b>Rondônia</b>	<b>347.194</b>	<b>198.874</b>	<b>57,28</b>	<b>121.430</b>	<b>34,97</b>	<b>4.989</b>	<b>1,44</b>	<b>17.749</b>	<b>5,11</b>	<b>1.089</b>	<b>0,31</b>	<b>3.063</b>	<b>0,88</b>
Candeias do Jamari	3.167	1.649	52,07	1.288	40,67	99	3,13	94	2,97	11	0,35	26	0,82
Itapuã do Oeste	1.698	742	43,7	786	46,29	58	3,42	96	5,65	6	0,35	10	0,59
Porto Velho	83.682	68.354	81,68	10.755	12,85	434	0,52	2.724	3,26	660	0,79	755	0,9
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>88.547</b>	<b>70.745</b>	<b>79,90</b>	<b>12.829</b>	<b>14,49</b>	<b>591</b>	<b>0,67</b>	<b>2.914</b>	<b>3,29</b>	<b>677</b>	<b>0,76</b>	<b>791</b>	<b>0,89</b>
Alto Paraíso	3.040	672	22,11	1.956	64,34	79	2,6	299	9,84	4	0,13	30	0,99
Alvorada D'Oeste	4.981	1.747	35,07	2.651	53,22	85	1,71	474	9,52	13	0,26	11	0,22
Ariquemes	18.527	14.223	76,77	3.485	18,81	215	1,16	544	2,94	27	0,15	33	0,18
Cabixi	1.952	578	29,61	1.202	61,58	62	3,18	100	5,12	-	-	10	0,51
Cacaulândia	1.313	268	20,41	871	66,34	42	3,2	128	9,75	-	-	4	0,3
Castanheiras	1.057	66	6,24	879	83,16	35	3,31	73	6,91	1	0,09	3	0,28
Cerejeiras	4.847	2.747	56,67	1.833	37,82	120	2,48	129	2,66	-	-	18	0,37

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Chupunguaia	1.449	434	29,95	898	61,97	60	4,14	43	2,97	5	0,35	9	0,62
Colorado do Oeste	5.737	2.438	42,5	2.680	46,71	131	2,28	349	6,08	20	0,35	119	2,07
Corumbiara	2.627	310	11,8	1.814	69,05	82	3,12	407	15,49	6	0,23	8	0,3
Governador Jorge Teixeira	2.958	251	8,49	1.967	66,5	152	5,14	523	17,68	25	0,85	40	1,35
Jaru	13.566	6.106	45,01	6.614	48,75	171	1,26	517	3,81	31	0,23	127	0,94
Monte Negro	3.029	999	32,98	1.836	60,61	57	1,88	102	3,37	2	0,07	33	1,09
Nova Brasilândia D'Oeste	4.221	746	17,67	2.710	64,2	191	4,52	422	10	8	0,19	144	3,41
Ouro Preto do Oeste	10.659	6.453	60,54	3.498	32,82	118	1,11	480	4,5	22	0,21	88	0,83
Parecis	861	221	25,67	504	58,54	19	2,21	114	13,24	2	0,23	1	0,12
Presidente Médici	6.803	2.783	40,91	3.508	51,57	123	1,81	256	3,76	2	0,03	131	1,93
Primavera de Rondônia	1.100	174	15,82	736	66,91	43	3,91	144	13,09	1	0,09	2	0,18
Rolim de Moura	12.628	8.151	64,55	3.932	31,14	152	1,2	284	2,25	9	0,07	100	0,79
São Felipe D'Oeste	1.712	218	12,73	1.290	75,35	58	3,39	125	7,3	-	-	21	1,23
Teixeirópolis	1.388	233	16,79	990	71,33	20	1,44	116	8,36	-	-	29	2,09
Urupá	3.555	608	17,1	2.540	71,45	60	1,69	269	7,57	3	0,08	75	2,11
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>108.010</b>	<b>50.426</b>	<b>46,69</b>	<b>48.394</b>	<b>44,81</b>	<b>2.075</b>	<b>1,92</b>	<b>5.898</b>	<b>5,46</b>	<b>181</b>	<b>0,17</b>	<b>1.036</b>	<b>0,96</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>196.557</b>	<b>121.171</b>	<b>61,65</b>	<b>61.223</b>	<b>31,15</b>	<b>2.666</b>	<b>1,36</b>	<b>8.812</b>	<b>4,48</b>	<b>858</b>	<b>0,44</b>	<b>1.827</b>	<b>0,93</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

## (2) Mato Grosso

No ano 2000, a população do Estado do Mato Grosso habitava 645.905 domicílios particulares permanentes, 63,67% dos quais abastecidos com água advinda da rede geral. Do restante dos domicílios, 33,34% captavam água de poço ou nascente e 2,99% de “outra forma”.

A All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, que possuía 30,2% do total de domicílios do Mato Grosso, apresentava percentual de abastecimento de água por rede geral bem superior ao apresentado pelo Estado – 85,17%. O município de Cuiabá possuía 91,43% de seus domicílios abastecidos com água desta forma, seguido por Alto Paraguai, com 73,01%. Por outro lado, o município de Santo Antonio do Leverger apresentou 52,55% dos seus domicílios abastecidos com água de poço ou nascente, forma esta que respondia por 11,39% do total da All Mesorregional – percentual

bastante inferior ao apresentado pelo Estado. O percentual de captação de água por “outra forma” atingiu 3,44%, e apenas os municípios de Cuiabá (2,85%) e Várzea Grande (2,93%) apresentaram percentual abaixo deste. No restante dos municípios este percentual variou de 10,09% em Alto Paraguai e 14,79% em Acorizal.

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, que, em 2000, respondia por 9,3% dos domicílios do Mato Grosso, o percentual de domicílios com água derivada da rede geral era de 87,41%, e de água derivada de poço ou nascente era 11,27%. Todos os municípios pertencentes a esta All Mesorregional tinham em seus domicílios um elevado percentual de atendimento do serviço de água pela rede geral, variando de 56,88% em São José do Povo e 91,36% em Rondonópolis. No que diz respeito aos domicílios que captavam água através de poço ou nascente, o município de São José do Povo (33,98%) era o que possuía o maior percentual de domicílios atendidos desta forma, vindo em seguida Juscimeira (29,51%). O percentual de domicílios que captavam água de “outra forma” era de 1,32% - o menor dentre as All Mesorregionais.

Por último, a All Mesorregional Sudoeste Mato-Grossense era a que possuía o menor percentual de domicílios atendidos pelo serviço de abastecimento de água através da rede geral – 46,17%, e, por sua vez, tinha a maior parte dos domicílios captando água através de poço ou nascente – 50,66%. Apenas dois municípios, Rio Branco (75,55%) e Araputanga (74,65%), possuíam um percentual que atingiu mais de 70% de domicílios com água advinda da rede geral. Nos demais municípios este percentual variou de 57,12% em Comodoro e 18,66% em Vila Bela Santíssima Trindade. Jauru era o município com maior percentual de água captada por poço ou nascente – 64,11%, e cinco municípios estavam com percentual acima do estadual de domicílios com água captada por “outra forma”, sendo eles: Nova Lacerda (6,46%), Vila Bela Santíssima Trindade (5,94%), Jauru (3,63%), Barra do Bugres (3,58%) e Comodoro (3,12%).

**Quadro 3.6.5.4-49 - Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água - nos municípios da All – Mato Grosso - 2000**

Municípios, All Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
<b>Mato Grosso</b>	<b>645.905</b>	<b>411.233</b>	<b>63,67</b>	<b>215.366</b>	<b>33,34</b>	<b>19.306</b>	<b>2,99</b>
Acorizal	1.447	834	57,64	399	27,57	214	14,79
Alto Paraguai	2.249	1.642	73,01	380	16,9	227	10,09
Cuiabá	127.133	116.241	91,43	7.271	5,72	3.621	2,85
Jangada	1.639	865	52,78	564	34,41	210	12,81
Rosário Oeste	4.446	2.492	56,05	1.504	33,83	450	10,12
Santo Antônio do Leverger	3.699	1.349	36,47	1.944	52,55	406	10,98
Várzea Grande	55.079	43.245	78,51	10.222	18,56	1.612	2,93

Municípios, All Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
<b>All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense</b>	195.692	166.668	85,17	22.284	11,39	6.740	3,44
Alto Araguaia	3.243	2.535	78,17	668	20,6	40	1,23
Alto Garças	2.324	1.823	78,44	463	19,92	38	1,64
Jaciara	6.200	5.507	88,82	618	9,97	75	1,21
Juscimeira	3.416	2.308	67,56	1.008	29,51	100	2,93
Pedra Preta	3.590	2.877	80,14	693	19,3	20	0,56
São José do Povo	821	467	56,88	279	33,98	75	9,14
Rondonópolis	40.804	37.278	91,36	3.079	7,55	447	1,1
<b>All Mesorregional Sudeste Matogrossense</b>	60.398	52.795	87,41	6.808	11,27	795	1,32
Araputanga	3.534	2.638	74,65	803	22,72	93	2,63
Barra do Bugres	6.624	3.679	55,54	2.708	40,88	237	3,58
Comodoro	3.820	2.182	57,12	1.519	39,76	119	3,12
Indiavaí	549	297	54,1	243	44,26	9	1,64
Jauru	3.062	988	32,27	1.963	64,11	111	3,63
Lambari D'Oeste	1.202	497	41,35	686	57,07	19	1,58
Vila Bela da Santíssima Trindade	2.996	559	18,66	2.259	75,4	178	5,94
Nova Lacerda	851	374	43,95	422	49,59	55	6,46
Pontes e Lacerda	11.472	4.109	35,82	7.080	61,72	283	2,47
Rio Branco	1.444	1.091	75,55	330	22,85	23	1,59
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-
<b>All Mesorregional Sudoeste Matogrossense</b>	35.554	16.414	46,17	18.013	50,66	1.127	3,17
<b>TOTAL All</b>	291.644	235.877	80,88	47.105	16,15	8.662	2,97

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

Em 2000, no Estado do Mato Grosso, a situação em relação ao esgotamento sanitário ainda era precária, com 59,75% dos domicílios fazendo uso de fossa rudimentar. Apenas 15,66% dos domicílios eram atendidos por rede geral de esgoto ou pluvial e 14,10% possuíam fossa séptica. O percentual de domicílios que não tinham banheiro nem sanitário era de 8,27%.

Na All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense, destacava-se apenas o município de Cuiabá, que possuía 51,46% dos domicílios com rede geral de esgoto ou pluvial. Inclusive, os números de Cuiabá foram responsáveis pelo percentual de 36,55% de domicílios da All Mesorregional com este tipo de serviço. Na realidade, nos municípios restantes, o percentual de domicílios com este tipo de cobertura era baixo, variando de 0,07% em Acorizal a 10,95% em Várzea Grande. Com relação aos domicílios equipados com fossas sépticas, Acorizal era o município que possuía o maior percentual de domicílios equipados desta forma – 60,61%. As fossas rudimentares

eram as que prevaleciam em quatro municípios desta All Mesorregional, atingindo 67,05% dos domicílios em Alto Paraguai. Era alto também o percentual de domicílios que não tinham banheiro ou sanitário, com exceção apenas de Cuiabá (1,73%) e Várzea Grande (3,75%). Em Jangada, este percentual era de 43,69% e em Acorizal, 35,80%, os maiores entre todos os municípios em estudo.

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, as fossas rudimentares prevaleciam entre os domicílios (64,04%), cujo percentual variava de 51,46% em Alto Araguaia a 89,89% em Alto Garças. Os municípios com percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário também era elevado, atingindo 20,83% em São José do Povo e 11,62% em Juscimeira. Em Alto Araguaia, 5,18% do esgoto sanitário escoavam para o rio, lago ou mar, e 2,13% para outro tipo de escoadouro.

A All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense possuía a situação mais precária entre as All Mesorregionais. Em seus municípios, o percentual de domicílios com fossas rudimentares era de 72,12%, e sem banheiro ou sanitário era de 12,27%. Nos municípios prevaleciam as fossas rudimentares com percentuais bastante elevados, variando de 54,83% em Lambari D'Oeste e 91,99% em Indivaí. Destacavam-se apenas dois municípios com domicílios em que havia rede geral de esgotamento sanitário: Barra do Bugres (10,13%) e Pontes e Lacerda (9,55%). Comodoro era o município com maior percentual de domicílios com fossa séptica – 17,64%. Lambari D'Oeste tinha 11,65% dos seus domicílios despejando o esgoto em “outro escoadouro”. Os municípios de Comodoro (20,50%), Jauru (24,95%), Lambari D'Oeste (22,46%), Vila Bela Santíssima Trindade (24,47%) e Nova Lacerda (29,85%) tinham um percentual expressivo de domicílios sem banheiro ou sanitário.



**Quadro 3.6.5.4-50 - Domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário nos municípios da All – Mato Grosso - 2000**

Municípios, All Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
<b>Mato Grosso</b>	645.905	101.149	15,66	91.103	14,10	385.944	59,75	7.221	1,12	2.737	0,42	4.308	0,67	53.443	8,27
Acorizal	1.447	1	0,07	877	60,61	25	1,73	2	0,14	-	-	24	1,66	518	35,80
Alto Paraguai	2.249	25	1,11	9	0,40	1.508	67,05	14	0,62	13	0,58	9	0,40	671	29,84
Cuiabá	127.133	65.420	51,46	28.249	22,22	28.633	22,52	946	0,74	1.146	0,90	536	0,42	2.203	1,73
Jangada	1.639	6	0,37	177	10,80	733	44,72	3	0,18	-	-	4	0,24	716	43,69
Rosário Oeste	4.446	17	0,38	204	4,59	2.864	64,42	71	1,60	1	0,02	16	0,36	1.273	28,63
Santo Antônio do Leverger	3.699	25	0,68	682	18,44	2.026	54,77	74	2,00	1	0,03	87	2,35	804	21,74
Várzea Grande	55.079	6.031	10,95	16.392	29,76	29.731	53,98	304	0,55	330	0,60	223	0,40	2.068	3,75
<b>All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense</b>	195.692	71.525	36,55	46.590	23,81	65.520	33,48	1.414	0,72	1.491	0,76	899	0,46	8.253	4,22
Alto Araguaia	3.243	841	25,93	269	8,29	1.669	51,46	10	0,31	168	5,18	69	2,13	217	6,69
Alto Garças	2.324	42	1,81	14	0,60	2.089	89,89	7	0,30	16	0,69	40	1,72	116	4,99
Jaciara	6.200	49	0,79	1.954	31,52	3.956	63,81	30	0,48	-	-	26	0,42	185	2,98
Juscimeira	3.416	86	2,52	69	2,02	2.809	82,23	19	0,56	18	0,53	18	0,53	397	11,62
Pedra Preta	3.590	287	7,99	37	1,03	3.012	83,90	25	0,70	66	1,84	14	0,39	149	4,15
São José do Povo	821	3	0,37	79	9,62	548	66,75	13	1,58	4	0,49	3	0,37	171	20,83
Rondonópolis	40.804	10.976	26,90	4.053	9,93	24.595	60,28	99	0,24	135	0,33	35	0,09	911	2,23
<b>All Mesorregional Sudeste Mato-grossense</b>	60.398	12.284	20,34	6.475	10,72	38.678	64,04	203	0,34	407	0,67	205	0,34	2.146	3,55

Municípios, All Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Araputanga	3.534	124	3,51	231	6,54	2.863	81,01	137	3,88	27	0,76	54	1,53	98	2,77
Barra do Bugres	6.624	671	10,13	370	5,59	5.093	76,89	109	1,65	14	0,21	117	1,77	250	3,77
Comodoro	3.820	10	0,26	674	17,64	2.268	59,37	80	2,09	3	0,08	2	0,05	783	20,50
Indiavaí	549	-	-	16	2,91	505	91,99	3	0,55	1	0,18	12	2,19	12	2,19
Jauru	3.062	19	0,62	16	0,52	2.053	67,05	150	4,90	54	1,76	6	0,20	764	24,95
Lambari D'Oeste	1.202	8	0,67	109	9,07	659	54,83	5	0,42	11	0,92	140	11,65	270	22,46
Vila Bela da Santíssima Trindade	2.996	6	0,20	219	7,31	1.940	64,75	79	2,64	-	-	19	0,63	733	24,47
Nova Lacerda	851	3	0,35	85	9,99	498	58,52	6	0,71	5	0,59	-	-	254	29,85
Pontes e Lacerda	11.472	1.096	9,55	228	1,99	8.530	74,35	543	4,73	33	0,29	32	0,28	1.010	8,80
Rio Branco	1.444	4	0,28	3	0,21	1.231	85,25	11	0,76	3	0,21	3	0,21	189	13,09
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>35.554</b>	<b>1.941</b>	<b>5,46</b>	<b>1.951</b>	<b>5,49</b>	<b>25.640</b>	<b>72,12</b>	<b>1.123</b>	<b>3,16</b>	<b>151</b>	<b>0,42</b>	<b>385</b>	<b>1,08</b>	<b>4.363</b>	<b>12,27</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>291.644</b>	<b>85.750</b>	<b>29,40</b>	<b>55.016</b>	<b>18,86</b>	<b>129.838</b>	<b>44,52</b>	<b>2.740</b>	<b>0,94</b>	<b>2.049</b>	<b>0,70</b>	<b>1.489</b>	<b>0,51</b>	<b>14.762</b>	<b>5,06</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

No Estado do Mato Grosso, no ano 2000, 71,68% dos domicílios eram atendidos pelo serviço de coleta de lixo. O restante do lixo era principalmente queimado na propriedade (20,58%). O percentual de domicílios com lixo enterrado na propriedade era de 2,64%, jogado em terreno baldio ou logradouro era de 4,18%, jogado em rio, lago ou mar era de 0,14% e com “outro destino” era de 0,79%.

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, o destino do lixo entre os domicílios estava distribuído em percentuais bem próximos entre o serviço de coleta e o queimado na propriedade. Apenas dois municípios se destacavam: Cuiabá, capital do Estado, que tinha 92,10% do lixo coletado, e Várzea Grande, com 84,50% do lixo coletado. No restante dos municípios, como já foi colocado, parte do lixo era coletado, parte queimado na propriedade, como por exemplo, em Jangada, que possuía 46,06% dos domicílios com lixo queimado na propriedade e 36,49% com domicílios atendidos pelo serviço de coleta. O destino do lixo em terreno baldio ou logradouro assumiam percentuais expressivos nos municípios de Acorizal (15,27%), Rosário do Oeste (13,63%) e Jangada (13,42%).

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, o percentual de lixo coletado entre os domicílios era elevado, 84,78%, variando de 89,53%, em Rondonópolis a 65,66%, em Juscimeira, com exceção apenas do município de São José do Povo em que este percentual era de 34,96% - o único abaixo de 50%. A queima de lixo na propriedade ocorria em 11,24% desta All Mesorregional, destacando-se novamente o município de São José do Povo, com o maior percentual de domicílios que adotavam esta prática (51,16%). Dos municípios que enterravam o lixo na propriedade, um possuía percentual expressivo - São José do Povo (5,48%), que também possuía percentual acima do apresentado pelo Estado de domicílios que despejavam lixo em terreno baldio ou logradouro (7,43%). Os maiores percentuais de domicílios com “outro destino” para o lixo situavam-se em Alto Araguaia (2,41%) e Pedra Preta (2,31%).

Por ultimo, a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense possuía 82,28% dos domicílios com serviço de coleta de lixo, destacando-se o município Araputanga (76,83%), com maior percentual. No que concerne aos domicílios com lixo queimado na própria propriedade, o percentual da All Mesorregional era de 12,48%, sendo que em Vila Bela Santíssima Trindade este percentual atingia 61,15% dos domicílios. Nos municípios de Nova Lacerda e Comodoro era elevado o percentual de domicílios com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro - 16,45% e 15,18%, respectivamente.

**Quadro 3.6.5.4-51 - Domicílios particulares permanentes por destino do lixo nos municípios da All – Mato Grosso - 2000**

Municípios, All Mesorregionais e Estado	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
<b>Mato Grosso</b>	645.905	462.989	71,68	132.899	20,58	17.032	2,64	26.990	4,18	873	<b>0,14</b>	5.122	<b>0,79</b>
Acorizal	1.447	542	37,46	627	43,33	45	3,11	221	15,27	1	0,07	11	0,76
Alto Paraguai	2.249	879	39,08	1.140	50,69	41	1,82	181	8,05	4	0,18	4	0,18
Cuiabá	127.133	117.091	92,10	5.630	4,43	265	0,21	3.314	2,61	378	0,30	455	0,36
Jangada	1.639	598	36,49	755	46,06	54	3,29	220	13,42	-	-	12	0,73
Rosário Oeste	4.446	1.846	41,52	1.811	40,73	141	3,17	606	13,63	7	0,16	35	0,79
Santo Antônio do Leverger	3.699	813	21,98	2.288	61,85	248	6,70	284	7,68	4	0,11	62	1,68
Várzea Grande	55.079	46.544	84,50	5.869	10,66	220	0,40	2.122	3,85	125	0,23	199	0,36
<b>All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense</b>	195.692	168.313	86,01	18.120	9,26	1.014	0,52	6.948	3,55	519	<b>0,27</b>	778	<b>0,40</b>
Alto Araguaia	3.243	2.296	70,80	671	20,69	92	2,84	102	3,15	4	0,12	78	2,41
Alto Garças	2.324	1.891	81,37	271	11,66	85	3,66	57	2,45	4	0,17	16	0,69
Jaciara	6.200	5.233	84,40	636	10,26	88	1,42	202	3,26	3	0,05	38	0,61
Juscimeira	3.416	2.243	65,66	941	27,55	95	2,78	93	2,72	10	0,29	34	1,00
Pedra Preta	3.590	2.722	75,82	584	16,27	82	2,28	110	3,06	9	0,25	83	2,31
São José do Povo	821	287	34,96	420	51,16	45	5,48	61	7,43	2	0,24	6	0,73
Rondonópolis	40.804	36.533	89,53	3.266	8,00	402	0,99	493	1,21	31	0,08	79	0,19
<b>All Mesoregional Sudeste Mato-grossense</b>	60.398	51.205	84,78	6.789	11,24	889	1,47	1.118	1,85	63	<b>0,10</b>	334	<b>0,55</b>
Araputanga	3.534	2.715	76,83	615	17,40	37	1,05	120	3,40	-	-	47	1,33
Barra do Bugres	6.624	4.496	67,87	1.668	25,18	188	2,84	242	3,65	6	0,09	24	0,36
Comodoro	3.820	2.089	54,69	968	25,34	173	4,53	580	15,18	5	0,13	5	0,13
Indiavaí	549	270	49,18	238	43,35	9	1,64	30	5,46	2	0,36	-	-
Jauru	3.062	1.318	43,04	1.237	40,40	107	3,49	318	10,39	6	0,20	76	2,48
Lambari D'Oeste	1.202	412	34,28	662	55,07	52	4,33	68	5,66	1	0,08	7	0,58
Vila Bela da Santíssima Trindade	2.996	756	25,23	1.832	61,15	184	6,14	169	5,64	1	0,03	54	1,80
Nova Lacerda	851	284	33,37	395	46,42	32	3,76	140	16,45	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	11.472	7.110	61,98	3.484	30,37	192	1,67	478	4,17	11	0,10	197	1,72
Rio Branco	1.444	984	68,14	402	27,84	16	1,11	40	2,77	-	-	2	0,14
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Municípios, All Mesorregionais e Estado	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	35.554	20.434	57,47	11.501	32,35	990	2,78	2.185	6,15	32	<b>0,09</b>	412	1,16
<b>TOTAL All</b>	<b>291.644</b>	<b>239.952</b>	<b>82,28</b>	<b>36.410</b>	<b>12,48</b>	<b>2.893</b>	<b>0,99</b>	<b>10.251</b>	<b>3,51</b>	<b>614</b>	<b>0,21</b>	<b>1.524</b>	<b>0,52</b>

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

### (3) Goiás

No Estado de Goiás, no ano de 2000, o Censo Demográfico registrou a existência de 1.398.015 domicílios particulares permanentes, 69,5% dos quais abastecidos de água por rede geral. A maior parte dos domicílios goianos restantes captavam água de poço ou nascente (27,9%), existindo ainda 2,6% do total de domicílios que captavam água de “outra forma”.

A All Mesorregional Sul Goiano possuía, no ano de 2000, 37.170 domicílios (2,7% dos domicílios existentes no Estado de Goiás). Na área goiana em estudo, os indicadores de abastecimento de água se encontram acima do nível estadual, com 77,8% dos domicílios abastecidos de água por meio de rede geral, 21,4% captando água de poço ou nascente e apenas 0,8% captando água de “outra forma”. A exceção é o município de Serranópolis, onde o percentual dos domicílios que captavam água de poço ou nascente, em 2000, chegava a 40,8%.

**Quadro 3.6.5.4-52 – Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água nos municípios da All – Goiás - 2000**

Municípios e All	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Itarumã	1.669	801	47,99	854	51,17	14	0,84
Jataí	21.395	16.360	76,47	4.852	22,68	183	0,86
Mineiros	10.642	9.353	87,89	1.233	11,59	56	0,53
Santa Rita do Araguaia	1.505	1.295	86,05	202	13,42	8	0,53
Serranópolis	1.959	1.122	57,27	800	40,84	37	1,89
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>37.170</b>	<b>28931</b>	<b>71,13</b>	<b>7941</b>	<b>27,94</b>	<b>298</b>	<b>0,93</b>
<b>Goiás</b>	<b>1.398.015</b>	<b>971.358</b>	<b>69,48</b>	<b>389.732</b>	<b>27,88</b>	<b>36.925</b>	<b>2,64</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

No ano de 2000, as informações do Censo Demográfico a respeito do esgotamento sanitário dos domicílios revelam a situação precária do Estado de Goiás – apenas 35,7% apresentavam instalações sanitárias adequadas, sendo 424.472 domicílios que escoavam esgoto através de rede geral ou pluvial e 74.915, através de fossas sépticas.

Na All Mesorregional Sul Goiano, a situação do esgotamento sanitário era menos precária do que no restante do Estado. 57,7% dos domicílios particulares permanentes apresentava situação de esgotamento sanitário adequada, sendo largamente predominante o escoamento por rede geral ou pluvial – 51,5% dos domicílios da All Mesorregional goiana. No entanto, esta forma era predominante apenas nos municípios de Jataí e Mineiros. As fossas sépticas, como opção de esgotamento adequada, assumiam importância percentual apenas nos municípios de Jataí e Serranópolis, onde equipavam 9,4% e 10,5% dos domicílios, respectivamente. A situação mais precária, em termos de esgotamento sanitário, ocorria no município de Santa Rita do Araguaia, onde 85,8% dos domicílios escoavam esgoto através de fossas rudimentares e 6,1% não tinham banheiro ou sanitário. No município de Serranópolis, estes percentuais também eram elevados - 72,1% e 7%, respectivamente – havendo, ainda, 5,5% de domicílios que despejavam esgoto em rio, lago ou mar.

**Quadro 3.6.5.4-53 – Domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário nos municípios da AII – Goiás - 2000**

Municípios e AII	TOTAL	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Itarumã	1.669	554	33,19	5	0,3	731	43,8	150	8,99	88	5,27	36	2,16	105	6,29
Jataí	21.395	11.150	52,11	2.020	9,44	7.183	33,57	132	0,62	181	0,85	204	0,95	525	2,45
Mineiros	10.642	7.392	69,46	57	0,54	2.435	22,88	62	0,58	251	2,36	83	0,78	362	3,4
Santa Rita do Araguaia	1.505	40	2,66	20	1,33	1.291	85,78	20	1,33	8	0,53	34	2,26	92	6,11
Serranópolis	1.959	12	0,61	206	10,52	1.413	72,13	39	1,99	108	5,51	43	2,19	138	7,04
<b>AII Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>37.170</b>	<b>19148</b>	<b>31,61</b>	<b>2308</b>	<b>4,43</b>	<b>13053</b>	<b>51,63</b>	<b>403</b>	<b>2,70</b>	<b>636</b>	<b>2,90</b>	<b>400</b>	<b>1,67</b>	<b>1222</b>	<b>5,06</b>
<b>Goiás</b>	<b>1.398.015</b>	<b>424.472</b>	<b>30,36</b>	<b>74.915</b>	<b>5,36</b>	<b>801.080</b>	<b>57,3</b>	<b>11.511</b>	<b>0,82</b>	<b>9.195</b>	<b>0,66</b>	<b>11.110</b>	<b>0,79</b>	<b>65.732</b>	<b>4,7</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

Quanto ao destino do lixo, a All Mesorregional Sul Goiano apresentou, em 2000, percentual de domicílios particulares permanentes atendidos por serviço de coleta de lixo – 78% - inferior ao percentual estadual, que foi de 81,1%. No entanto, os municípios de Mineiros e Jataí, onde estavam situados 82,9% dos domicílios existentes nesta All Mesorregional, apresentaram este percentual mais elevado do que o estadual – 88,4%, 86,8%, respectivamente. A situação da coleta de lixo era mais precária no município de Itarumã, onde o serviço de coleta atendia apenas 48,8% dos domicílios, sendo o lixo queimado na propriedade em 34,1% dos domicílios. O município de Jataí apresentava, no ano de 2000, o maior percentual de domicílios que jogavam o lixo em terreno baldio – 4,7%, ou 1.009 domicílios.

**Quadro 3.6.5.4-54 – Domicílios particulares permanentes por destino do lixo nos municípios da All – Goiás – 2000**

Municípios, Estado e All	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Itarumã	1.669	815	48,83	570	34,15	51	3,06	137	8,21	8	0,48	88	5,27
Jataí	21.395	16.489	77,07	3.121	14,59	322	1,51	1.009	4,72	32	0,15	422	1,97
Mineiros	10.642	9.239	86,82	823	7,73	251	2,36	249	2,34	25	0,23	55	0,52
Santa Rita do Araguaia	1.505	1.331	88,44	98	6,51	29	1,93	13	0,86	-	-	34	2,26
Serranópolis	1.959	1.121	57,22	645	32,92	85	4,34	47	2,4	1	0,05	60	3,06
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>37.170</b>	<b>28995</b>	<b>71,676</b>	<b>5257</b>	<b>19,18</b>	<b>738</b>	<b>2,64</b>	<b>1455</b>	<b>3,706</b>	<b>66</b>	<b>0,182</b>	<b>659</b>	<b>2,616</b>
<b>Goiás</b>	<b>1.398.015</b>	<b>1.134.399</b>	<b>81,14</b>	<b>187.031</b>	<b>13,38</b>	<b>17.540</b>	<b>1,25</b>	<b>46.134</b>	<b>3,3</b>	<b>1.093</b>	<b>0,08</b>	<b>11.818</b>	<b>0,85</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

#### (4) Minas Gerais

Quanto à forma de abastecimento de água, na All Mesorregional do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no ano de 2000, o município de Iturama apresentou percentuais bastante próximos àqueles apresentados pelo Estado de Minas Gerais. No município de Limeira do Oeste, o percentual de domicílios que captava água de poço ou nascente era mais elevado - 39,2%.

**Quadro 3.6.5.4-55 – Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água nos municípios da All – Minas Gerais – 2000**

Municípios, Estado e All	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Iturama	8.357	7.434	88,96	804	9,62	119	1,42
Limeira do Oeste	1.830	1.103	60,27	718	39,23	9	0,49
<b>All Mesoregional Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba</b>	<b>10.187</b>	<b>8.537</b>	<b>74,62</b>	<b>1522</b>	<b>24,43</b>	<b>128</b>	<b>0,96</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>562.902</b>	<b>440.605</b>	<b>78,27</b>	<b>113.534</b>	<b>20,17</b>	<b>8.763</b>	<b>1,56</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE



No ano de 2000, no Estado de Minas Gerais, dos 4.765.258 domicílios existentes, 68,2% escoavam esgoto por rede geral ou pluvial, enquanto 2,5% estavam equipados com fossas sépticas, totalizando 70,7% de domicílios com instalações sanitárias consideradas adequadas. O conjunto de municípios mineiros em estudo apresenta menor percentual de domicílios com situação sanitária adequada – 46,2%. A maior parte das instalações precárias consiste em fossas rudimentares – 50,3% dos domicílios desta All Mesorregional – uma vez que os percentuais de domicílios que despejavam esgoto na vala, rio lago ou mar, outro escoadouro ou que não possuíam banheiro ou sanitário foram todos menos elevados do que os apresentados pelo Estado como um todo.

O percentual de domicílios atendidos pela captação de esgoto por meio de rede geral de esgoto ou pluvial era, em 2000, de 9,3% em Limeira do Oeste e de 82,6% em Ituramã.

**Quadro 3.6.5.4-56 – Domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário nos municípios da AII – Minas Gerais – 2000**

Minas Gerais Municípios, Estado e AII	TOTAL	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Iturama	8.357	6.904	82,61	30	0,36	1.256	15,03	8	0,1	16	0,19	7	0,08	136	1,63
Limeira do Oeste	1.830	170	9,29	3	0,16	1.566	85,57	2	0,11	1	0,05	12	0,66	76	4,15
<b>AII Mesoregional Triângulo Mineiro /Alto Paranaíba</b>	<b>10.187</b>	<b>7.074</b>	<b>45,95</b>	<b>33</b>	<b>0,26</b>	<b>2.822</b>	<b>50,30</b>	<b>10</b>	<b>0,11</b>	<b>17</b>	<b>0,12</b>	<b>19</b>	<b>0,37</b>	<b>212</b>	<b>2,89</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>4.765.258</b>	<b>3.249.313</b>	<b>68,19</b>	<b>119.318</b>	<b>2,5</b>	<b>764.162</b>	<b>16,04</b>	<b>74.629</b>	<b>1,57</b>	<b>274.007</b>	<b>5,75</b>	<b>43.638</b>	<b>0,92</b>	<b>240.191</b>	<b>5,04</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

Quanto ao destino do lixo, no ano de 2000, o conjunto de municípios mineiros em estudo apresentava percentual de domicílios atendido por serviço de coleta pouco inferior ao estadual, enquanto que o percentual de domicílios cujo lixo era queimado ou enterrado na propriedade era pouco mais elevado que o estadual. Apenas o município de Iturama apresentava um mais elevado percentual de domicílios com o lixo coletado – 88,7%. Limeira do Oeste apresentou, em 2000, elevado percentual de domicílios desprovidos de banheiro ou sanitário – 3,1%.

**Quadro 3.6.5.4-57 – Domicílios particulares permanentes por destino do lixo nos municípios da All – Minas Gerais – 2000**

Minas Gerais	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Iturama	8.357	7.414	88,72	700	8,38	45	0,54	116	1,39	3	0,04	79	0,95
Limeira do Oeste	1.830	1.011	55,25	690	37,7	34	1,86	39	2,13	-	-	56	3,06
<b>All Mesoregional Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba</b>	<b>10.187</b>	<b>8.425</b>	<b>71,985</b>	<b>1390</b>	<b>23,04</b>	<b>79</b>	<b>1,2</b>	<b>155</b>	<b>1,76</b>	<b>3</b>	<b>0,02</b>	<b>135</b>	<b>2,005</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>4.765.258</b>	<b>3.733.665</b>	<b>78,35</b>	<b>685.913</b>	<b>14,39</b>	<b>32.855</b>	<b>0,69</b>	<b>248.788</b>	<b>5,22</b>	<b>16.671</b>	<b>0,35</b>	<b>47.366</b>	<b>0,99</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

## (5) São Paulo

Em toda a extensão a ser percorrida pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, São Paulo é o Estado que apresenta os melhores indicadores de condições sanitárias. O abastecimento de água através de rede geral atingia, em 2000, 93,5% dos domicílios paulistas, restando 5,6% abastecidos por poço ou nascente e 0,85% que captavam água de “outra forma”. O conjunto dos 30 municípios em estudo no Estado de São Paulo possuía, no ano de 2000, 197.336 domicílios (1,9% dos domicílios existentes no Estado), 91,6% dos quais abastecidos de água pela rede geral.

A All Mesorregional Araraquara, como um todo, apresentava percentual de abastecimento de água por rede geral superior ao apresentado pelo Estado – 94%. Isto se deve ao elevado percentual de domicílios atendidos por este serviço no município de Araraquara, o mais populoso entre os municípios paulistas analisados – 96,8%. Nos demais municípios que compõem esta All Mesorregional, este percentual variava de 75,1% em Gavião Peixoto a 95,4%, no município de Matão. O percentual de domicílios que captavam água de “outra forma” era baixo em todos os municípios, revelando a captação por poço ou nascente como a alternativa largamente predominante entre os domicílios não atendidos pela rede de água.

No ano de 2000, na All Mesorregional São José do Rio Preto, que concentrava 52% dos domicílios situados nos municípios paulistas em estudo, o percentual de domicílios atendidos pelo abastecimento de água através da rede geral era mais baixo que o estadual – 82,4% -, sendo mais elevado o percentual de domicílios que captavam água de poço ou nascente – 17,4%. Acima do percentual estadual de abastecimento de água por rede geral encontravam-se, somente, os municípios de Votuporanga (95,7%) e Fernandópolis (94,4%), que eram, também, os municípios que concentravam o maior número de domicílios, elevando o percentual apresentado pela All Mesorregional como um todo. Nos demais municípios desta All Mesorregional, este percentual variava de 69,6%, em Turmalina, a 89,1%, em Novo Horizonte. Fernandópolis era o município que apresentava o maior número de domicílios que captavam água de “outra forma” – 36 domicílios.

**Quadro 3.6.5.4-58 – Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água nos municípios da All – São Paulo – 2000**

São Paulo Municípios, Estado e All	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Araraquara	53.597	51.909	96,85	1.610	3	78	0,15
Borborema	3.855	3.264	84,67	587	15,23	4	0,1
Gavião Peixoto	1.061	797	75,12	262	24,69	2	0,19
Itápolis	11.031	9.449	85,66	1.562	14,16	20	0,18
Matão	19363	18576	95,94	762	3,94	25	0,13
Nova Europa	2.015	1.872	92,9	143	7,1	-	-
Tabatinga	3.743	3.121	83,38	617	16,48	5	0,13
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>94.665</b>	<b>88.988</b>	<b>94,00</b>	<b>5.543</b>	<b>5,86</b>	<b>134</b>	<b>0,14</b>
Estrela d'Oeste	2.371	1.884	79,46	482	20,33	5	0,21
Fernandópolis	18.621	17.584	94,43	1.001	5,38	36	0,19
Floreal	1.039	817	78,63	219	21,08	3	0,29
Irapuã	1.873	1.528	81,58	338	18,05	7	0,37
Itajobi	4.165	3.257	78,2	907	21,78	1	0,02
José Bonifácio	8.322	7.233	86,91	1.080	12,98	9	0,11
Macaubal	2.354	2.004	85,13	349	14,83	1	0,04
Mendonça	1.144	852	74,48	291	25,44	1	0,09
Meridiano	1.201	920	76,6	278	23,15	3	0,25
Monte Aprazível	5.790	4.989	86,17	793	13,7	8	0,14
Neves Paulista	2.699	2.365	87,63	333	12,34	1	0,04
Nhandeara	3.209	2.541	79,18	668	20,82	-	-
Nipoã	1.021	860	84,23	159	15,57	2	0,2
Nova Aliança	1.431	1.103	77,08	328	22,92	-	-
Novo Horizonte	9.861	8.791	89,15	1.062	10,77	8	0,08
Ouroeste	1.829	1.490	81,47	332	18,15	7	0,38
Populina	1.377	1.106	80,32	265	19,24	6	0,44
Potirendaba	4.134	3.552	85,92	577	13,96	5	0,12

São Paulo Municípios, Estado e All	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Turmalina	757	527	69,62	229	30,25	1	0,13
União Paulista	399	292	73,18	107	26,82	-	-
Urupês	3.537	2.962	83,74	575	16,26	-	-
Valentim Gentil	2.429	2.115	87,07	314	12,93	-	-
Votuporanga	23.108	22.106	95,66	981	4,25	21	0,09
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>102.671</b>	<b>90.878</b>	<b>82,43</b>	<b>11668</b>	<b>17,43</b>	<b>125</b>	<b>0,14</b>
<b>São Paulo</b>	<b>10.364.152</b>	<b>9.690.889</b>	<b>93,5</b>	<b>584.723</b>	<b>5,64</b>	<b>88.540</b>	<b>0,85</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

Em 2000, no Estado de São Paulo, 81,7% dos domicílios escoavam esgoto através da rede geral de esgoto ou pluvial, enquanto 6,5% eram equipados com fossas sépticas e 6,4%, com fossas rudimentares. Quanto ao esgotamento sanitário, tanto a All Mesorregional Araraquara quanto a All Mesorregional São José do Rio Preto apresentaram, no ano de 2000, percentuais mais elevados de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial do que a média do Estado – 92,8% e 82,6%, respectivamente. Em ambas, o percentual de domicílios equipados com fossas rudimentares era maior do que o daqueles equipados com fossas sépticas (exceto pelos municípios de Matão, Potirendaba e Votuporanga), apresentando a All São José do Rio Preto percentual de domicílios que escoavam esgoto através de fossa rudimentar bastante mais elevado que o estadual – 18,1%.

Na All Mesorregional Araraquara, os municípios de Gavião Peixoto e Tabatinga apresentaram percentual de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial abaixo do estadual, além de elevado percentual de domicílios que despejavam o esgoto em rios, lagos ou no mar. Gavião Peixoto, no entanto, apresentava elevado percentual de domicílios equipados com fossas sépticas – 18% -, consideradas, também, como adequadas. Nos municípios de Tabatinga, Itápolis e Nova Europa, ao contrário, era elevado o percentual de domicílios que escoavam o esgoto por meio de fossas rudimentares.

Na All Mesorregional São José do Rio Preto, os municípios de Fernandópolis e Votuporanga apresentaram a mais ampla cobertura da rede geral de esgoto ou pluvial, com percentuais acima de 90%. 15 dos municípios desta All Mesorregional apresentaram percentuais abaixo do estadual quanto à cobertura pela rede geral de esgoto ou pluvial, o mais baixo deles no município de Meridiano – 65,8%. No ano de 2000, 11 municípios da All Mesorregional São José do Rio Preto apresentaram percentuais de utilização de fossas rudimentares superiores ao estadual, o mais elevado tendo sido apresentado pelo município de Turmalina (29,3%), seguido por Meridiano (28,1%). O maior número de domicílios sem banheiro ou sanitário foi apresentado pelo município de Itajobi.

**Quadro 3.6.5.4-59 – Domicílios Particulares Permanentes por tipo de esgotamento sanitário nos municípios da AI – São Paulo – 2000**

São Paulo Municípios, Estado e AI	TOTAL	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Araraquara	53.597	51.572	96,22	1.447	2,7	372	0,69	6	0,01	95	0,18	34	0,06	71	0,13
Borborema	3.855	3.113	80,75	234	6,07	419	10,87	11	0,29	48	1,25	16	0,42	14	0,36
Gavião Peixoto	1.061	770	72,57	191	18	4	0,38	14	1,32	80	7,54	1	0,09	1	0,09
Itápolis	11.031	9.390	85,12	138	1,25	1.264	11,46	112	1,02	88	0,8	20	0,18	19	0,17
Matão	19.363	18.497	95,53	493	2,55	290	1,5	6	0,03	41	0,21	8	0,04	28	0,14
Nova Europa	2.015	1.788	88,73	7	0,35	151	7,49	-	-	67	3,33	-	-	2	0,1
Tabatinga	3.743	2.791	74,57	13	0,35	501	13,38	18	0,48	210	5,61	195	5,21	15	0,4
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>94.665</b>	<b>87.921</b>	<b>92,88</b>	<b>2.030</b>	<b>2,14</b>	<b>2.711</b>	<b>2,86</b>	<b>161</b>	<b>0,17</b>	<b>588</b>	<b>0,07</b>	<b>266</b>	<b>0,28</b>	<b>122</b>	<b>0,13</b>
Estrela d'Oeste	2.371	1.808	76,25	5	0,21	542	22,86	7	0,3	3	0,13	1	0,04	5	0,21
Fernandópolis	18.621	17.145	92,07	474	2,55	913	4,9	12	0,06	3	0,02	16	0,09	58	0,31
Floreal	1.039	801	77,09	9	0,87	207	19,92	8	0,77	2	0,19	-	-	12	1,15
Irapuã	1.873	1.509	80,57	9	0,48	334	17,83	7	0,37	2	0,11	1	0,05	11	0,59
Itajobi	4.165	3.184	76,45	44	1,06	867	20,82	14	0,34	42	1,01	12	0,29	2	0,05
José Bonifácio	8.322	6.906	82,98	291	3,5	1.073	12,89	8	0,1	6	0,07	3	0,04	35	0,42
Macaubal	2.354	1.933	82,12	6	0,25	407	17,29	1	0,04	-	-	5	0,21	2	0,08
Mendonça	1.144	827	72,29	65	5,68	249	21,77	-	-	-	-	-	-	3	0,26
Meridiano	1.201	790	65,78	53	4,41	338	28,14	8	0,67	2	0,17	1	0,08	9	0,75
Monte Aprazível	5.790	4.676	80,76	34	0,59	1.046	18,07	10	0,17	5	0,09	6	0,1	13	0,22
Neves Paulista	2.699	2.234	82,77	8	0,3	450	16,67	1	0,04	2	0,07	1	0,04	3	0,11
Nhandeara	3.209	2.286	71,24	259	8,07	652	20,32	2	0,06	-	-	-	-	10	0,31
Nipoã	1.021	833	81,59	29	2,84	148	14,5	4	0,39	1	0,1	-	-	6	0,59
Nova Aliança	1.431	1.077	75,26	5	0,35	338	23,62	-	-	2	0,14	6	0,42	3	0,21

São Paulo	TOTAL	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Novo Horizonte	9.861	8.701	88,24	29	0,29	1.066	10,81	23	0,23	6	0,06	7	0,07	29	0,29
Ouroeste	1.829	1.333	72,88	38	2,08	436	23,84	5	0,27	8	0,44	2	0,11	7	0,38
Populina	1.377	1.000	72,62	4	0,29	344	24,98	2	0,15	2	0,15	1	0,07	24	1,74
Potirendaba	4.134	3.543	85,7	311	7,52	260	6,29	11	0,27	2	0,05	3	0,07	4	0,1
Turmalina	757	513	67,77	-	-	222	29,33	12	1,59	1	0,13	7	0,92	2	0,26
União Paulista	399	290	72,68	-	-	108	27,07	-	-	-	-	-	-	1	0,25
Urupês	3.537	2.934	82,95	74	2,09	498	14,08	5	0,14	18	0,51	2	0,06	6	0,17
Valentim Gentil	2.429	2.101	86,5	88	3,62	235	9,67	-	-	-	-	-	-	5	0,21
Votuporanga	23.108	21.172	91,62	1.030	4,46	799	3,46	17	0,07	4	0,02	8	0,03	78	0,34
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>177.973</b>	<b>157.020</b>	<b>82,66</b>	<b>4.895</b>	<b>2,45</b>	<b>14.243</b>	<b>18,11</b>	<b>318</b>	<b>0,28</b>	<b>699</b>	<b>0,29</b>	<b>348</b>	<b>0,16</b>	<b>450</b>	<b>0,40</b>
<b>São Paulo</b>	<b>10.364.152</b>	<b>8.466.151</b>	<b>81,69</b>	<b>677.822</b>	<b>6,54</b>	<b>661.022</b>	<b>6,38</b>	<b>165.032</b>	<b>1,59</b>	<b>293.921</b>	<b>2,84</b>	<b>55.128</b>	<b>0,53</b>	<b>45.076</b>	<b>0,43</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

No Estado de São Paulo, no ano de 2000, 95,8% dos domicílios eram atendidos por serviço de coleta de lixo. Em ambas as Alls Mesorregionais em estudo, este percentual se situava abaixo do estadual. Apenas os municípios de Votuporanga, Matão e Araraquara apresentavam percentuais acima da média do Estado.

Na All Mesorregional Araraquara, a maior parte do lixo que não era recolhido pelo serviço de coleta era queimada nas propriedades. No município de Itápolis, 1.274 domicílios praticavam a queima do lixo na propriedade (11,5% do total de domicílios) e, em Araraquara, havia 956 domicílios que adotavam a mesma prática. No município de Gavião Peixoto, os domicílios que enterram o lixo na propriedade ou o despejam em terreno baldio assume percentuais expressivos, este último também no município de Nova Europa.

No ano de 2000, na All Mesorregional São José do Rio Preto, o percentual de domicílios atendidos por serviço de coleta de lixo variava de 69%, em Turmalina, a 96,1%, em Votuporanga. A queima do lixo na propriedade ocorria em 14% dos domicílios desta All Mesorregional, destacando-se, em número de domicílios, os municípios de Novo Horizonte, Votuporanga, Itajobi e Fernandópolis, nesta ordem. Os maiores percentuais de domicílios que efetuam a queima do lixo, contudo, ocorrem nos municípios de Turmalina, Meridiano e Mendonça (acima dos 20%). O município de Novo Horizonte apresentava o maior número de domicílios que enterravam o lixo na propriedade, enquanto José Bonifacio apresentava o maior número de domicílios que despejavam em terreno baldio.



**Quadro 3.6.5.4-60 – Domicílios particulares permanentes por destino do lixo nos municípios da All – São Paulo – 2000**

São Paulo Municípios, Estado e All	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Araraquara	53.597	52.372	97,71	956	1,78	103	0,19	60	0,11	2	0	104	0,19
Borborema	3.855	3.276	84,98	510	13,23	28	0,73	17	0,44	1	0,03	23	0,6
Gavião Peixoto	1.061	838	78,98	149	14,04	29	2,73	41	3,86	1	0,09	3	0,28
Itápolis	11.031	9.511	86,22	1.274	11,55	122	1,11	48	0,44	9	0,08	67	0,61
Matão	19.363	18.660	96,37	581	3	57	0,29	35	0,18	1	0,01	29	0,15
Nova Europa	2.015	1.805	89,58	100	4,96	96	4,76	12	0,6	1	0,05	1	0,05
Tabatinga	3.743	3.134	83,73	498	13,3	70	1,87	26	0,69	5	0,13	10	0,27
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>94.665</b>	<b>89.596</b>	<b>94,65</b>	<b>4.068</b>	<b>4,30</b>	<b>505</b>	<b>0,53</b>	<b>239</b>	<b>0,25</b>	<b>20</b>	<b>0,02</b>	<b>237</b>	<b>0,25</b>
Estrela d'Oeste	2.371	1.897	80,01	407	17,17	44	1,86	16	0,67	-	-	7	0,3
Fernandópolis	18.621	17.789	95,53	639	3,43	105	0,56	37	0,2	1	0,01	50	0,27
Floreal	1.039	816	78,54	191	18,38	14	1,35	12	1,15	1	0,1	5	0,48
Irapuã	1.873	1.537	82,06	270	14,42	40	2,14	8	0,43	-	-	18	0,96
Itajobi	4.165	3.248	77,98	710	17,05	85	2,04	115	2,76	1	0,02	6	0,14
José Bonifácio	8.322	7.363	88,48	827	9,94	82	0,99	9	0,11	-	-	41	0,49
Macaubal	2.354	2.003	85,09	299	12,7	17	0,72	22	0,93	-	-	13	0,55
Mendonça	1.144	857	74,91	233	20,37	27	2,36	17	1,49	-	-	10	0,87
Meridiano	1.201	902	75,1	279	23,23	17	1,42	3	0,25	-	-	-	-
Monte Aprazível	5.790	5.038	87,01	623	10,76	45	0,78	60	1,04	-	-	24	0,41
Neves Paulista	2.699	2.347	86,96	228	8,45	60	2,22	47	1,74	1	0,04	16	0,59
Nhandeara	3.209	2.581	80,43	568	17,7	27	0,84	9	0,28	1	0,03	23	0,72
Nipoã	1.021	886	86,78	107	10,48	19	1,86	4	0,39	-	-	5	0,49
Nova Aliança	1.431	1.152	80,5	211	14,74	31	2,17	12	0,84	-	-	25	1,75

São Paulo	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Novo Horizonte	9.861	8.836	89,61	813	8,24	122	1,24	30	0,3	3	0,03	57	0,58
Ouroeste	1.829	1.543	84,36	257	14,05	8	0,44	4	0,22	-	-	17	0,93
Populina	1.377	1.121	81,41	217	15,76	14	1,02	7	0,51	-	-	18	1,31
Potirendaba	4.134	3.573	86,43	461	11,15	54	1,31	11	0,27	-	-	35	0,85
Turmalina	757	522	68,96	208	27,48	21	2,77	3	0,4	-	-	3	0,4
União Paulista	399	294	73,68	91	22,81	10	2,51	1	0,25	-	-	3	0,75
Urupês	3.537	2.968	83,91	448	12,67	60	1,7	39	1,1	1	0,03	21	0,59
Valentim Gentil	2.429	2.173	89,46	193	7,95	34	1,4	28	1,15	-	-	1	0,04
Votuporanga	23.108	22.216	96,14	744	3,22	79	0,34	35	0,15	3	0,01	31	0,13
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>102.671</b>	<b>91.662</b>	<b>83,19</b>	<b>9024</b>	<b>14,01</b>	<b>1015</b>	<b>1,48</b>	<b>529</b>	<b>0,72</b>	<b>12</b>	<b>0,01</b>	<b>429</b>	<b>0,59</b>
<b>São Paulo</b>	<b>10.364.152</b>	<b>9.931.719</b>	<b>95,83</b>	<b>297.338</b>	<b>2,87</b>	<b>42.268</b>	<b>0,41</b>	<b>58.711</b>	<b>0,57</b>	<b>13.642</b>	<b>0,13</b>	<b>20.474</b>	<b>0,2</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE



## **ANEXO 3.6.5.4-1**

### **PLANO PRELIMINAR DE AÇÃO DE CONTROLE DA MALÁRIA (PACM)**



**PLANO PRELIMINAR DE AÇÃO DE CONTROLE DA  
MALÁRIA DA  
LINHA DE TRANSMISSÃO (LT) COLETORA 600KV CC  
COLETORA PORTO VELHO – ARARAQUARA 2 Nº 02**



## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1/105</b>
<b>2.</b>	<b>CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO .....</b>	<b>1/105</b>
<b>3.</b>	<b>DESCRIÇÃO RESUMIDA DO EMPREENDIMENTO .....</b>	<b>3/105</b>
<b>3.1</b>	<b>FAIXAS DE SERVIDÃO .....</b>	<b>4/105</b>
<b>3.2</b>	<b>ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO .....</b>	<b>6/105</b>
<b>3.2.1</b>	<b>LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E CADASTRAL.....</b>	<b>6/105</b>
<b>3.2.2</b>	<b>LIBERAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO .....</b>	<b>7/105</b>
<b>3.2.3</b>	<b>MÃO-DE-OBRA .....</b>	<b>7/105</b>
<b>3.2.4</b>	<b>DIRETRIZES DE LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE APOIO ÀS OBRAS ... .....</b>	<b>9/105</b>
<b>3.2.5</b>	<b>ABERTURAS DE ACESSOS.....</b>	<b>12/105</b>
<b>3.2.6</b>	<b>SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO.....</b>	<b>13/105</b>
<b>3.2.7</b>	<b>FLUXO DE TRÁFEGO .....</b>	<b>14/105</b>
<b>3.2.8</b>	<b>USO DE MATÉRIA-PRIMA E DE ENERGIA .....</b>	<b>14/105</b>
<b>3.2.9</b>	<b>ÁREAS DE EMPRÉSTIMO E BOTA-FORA .....</b>	<b>15/105</b>
<b>3.2.10</b>	<b>DESMOBILIZAÇÃO .....</b>	<b>15/105</b>
<b>3.2.11</b>	<b>RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.....</b>	<b>16/105</b>
<b>3.2.12</b>	<b>OBRAS E SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA.....</b>	<b>17/105</b>
<b>3.2.13</b>	<b>TÉCNICAS CONSTRUTIVAS ESPECIAIS .....</b>	<b>17/105</b>
<b>3.2.14</b>	<b>USO DE FUNDAÇÃO HELICOIDAIS .....</b>	<b>19/105</b>
<b>3.2.15</b>	<b>UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).....</b>	<b>20/105</b>
<b>3.2.16</b>	<b>CRITÉRIOS PARA MINIMIZAÇÃO DE INTERFERÊNCIAS EM FRAGMENTOS FLORESTAIS .....</b>	<b>20/105</b>
<b>3.2.17</b>	<b>CRONOGRAMA DE ATIVIDADES .....</b>	<b>21/105</b>
<b>5.</b>	<b>ÁREAS DE INFLUÊNCIA (DIRETA E INDIRETA) DO EMPREENDIMENTO .....</b>	<b>25/105</b>
<b>6.</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS .....</b>	<b>28/105</b>
<b>6.1</b>	<b>GRUPOS ETÁRIOS .....</b>	<b>28/105</b>
<b>6.2</b>	<b>RAZÕES DE SEXOS.....</b>	<b>32/105</b>
<b>7.</b>	<b>SANEAMENTO BÁSICO .....</b>	<b>36/105</b>
<b>8.</b>	<b>A MALÁRIA NO CONTEXTO DO EMPREENDIMENTO .....</b>	<b>46/105</b>
<b>8.1</b>	<b>A MORBIDADE POR MALÁRIA.....</b>	<b>47/105</b>
<b>8.1.1</b>	<b>A MALÁRIA NOS MUNICÍPIOS DA AII AMAZÔNIA LEGAL.....</b>	<b>47/105</b>



8.1.2	PERFIL DOS CASOS DE MALÁRIA NA AII AMAZÔNIA LEGAL .....	52/105
8.3	A MALÁRIA NA AII EXTRA AMAZÔNIA LEGAL.....	57/105
9.	A ESTRUTURA DE ATENÇÃO À SAÚDE .....	59/105
9.1	DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE.....	59/105
9.2	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS TECNOLÓGICOS (EQUIPAMENTOS).....	63/105
9.3	DISPONIBILIDADE DE LEITOS HOSPITALARES (SUS E NÃO SUS) .....	65/105
10.	A REGIONALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ASSISTENCIAL À SAÚDE NA AII .....	69/105
10.1	O ESTADO DE RONDÔNIA .....	69/105
10.2	O ESTADO DE GOIÁS .....	73/105
10.3	O ESTADO DE MATO GROSSO .....	74/105
10.4	O ESTADO DE MINAS GERAIS .....	78/105
10.5	O ESTADO DE SÃO PAULO .....	79/105
11.	A AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO - APM .....	81/105
12.	PLANO PRELIMINAR DE AÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA .....	84/105
12.1	ESTRATOS DE MUNICÍPIOS NA AII E AID .....	84/105
12.2	OBJETIVOS DO PACM.....	90/105
12.3	EIXOS NORTEADORES E ESTRATÉGIAS.....	91/105
12.3.1	EIXO 1 - ELIMINAÇÃO DE FONTES DE INFECÇÃO DE <i>Plasmodium.sp.</i> ENTRE OS TRABALHADORES DO EMPREENDIMENTO .....	91/105
12.3.2	EIXO 2 - DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO OPORTUNO E CORRETO DA MALÁRIA .....	92/105
12.2.3	EIXO 3 – REDUÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS .....	93/105
12.2.4	EIXO 4 – AVALIAÇÃO E CONTROLE SELETIVO DE ANOFELINOS .....	94/105
12.2.5	EIXO 5 - EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO AOS TRABALHADORES E COMUNIDADE .....	94/105
13.	CRONOLOGIA DAS AÇÕES.....	95/105
14.	ESTIMATIVAS DE RECURSOS NECESSÁRIOS.....	95/105
15.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	98/105
16.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	103/105

## 1. INTRODUÇÃO

Este documento denominado Plano Preliminar Ação e Controle da Malária (PACM) da Linha de Transmissão (LT) Coletora 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 - Nº 02 tem como objetivo fornecer subsídios para a emissão do Atestado de Condição Sanitária (ATCS) pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS) para o empreendimento denominado Linha de Transmissão (LT) Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02

O presente documento atende a Portaria GM/MS 45/2007 que dispõe sobre empreendimentos em zonas endêmicas de malária no país e objetiva dar continuidade do processo de licenciamento ambiental junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

## 2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO

No Brasil, o segmento de transmissão é composto por mais de noventa mil km de linhas sendo operado por sessenta e quatro concessionárias responsáveis pela implantação e operação da rede que liga as usinas às instalações das companhias distribuidoras normalmente localizadas junto aos centros consumidores.

A grande extensão da rede de transmissão no Brasil é explicada pela configuração do segmento de geração, constituído na maior parte de usinas hidrelétricas instaladas em localidades distantes dos centros consumidores.

Nas redes de transmissão, após deixar a usina, a energia elétrica trafega em tensão que varia de 88 kV a 750 kV. Ao chegar às subestações das distribuidoras, a tensão é rebaixada e, por meio de um sistema composto por fios, postes e transformadores, chega à unidade final em 127V ou 220V com exceção de algumas unidades industriais que operam com tensões mais elevadas (de 2,3kV a 88kV) em suas linhas de produção e, recebem energia elétrica diretamente da subestação da distribuidora.

A instalação e a operação da maioria das Linhas de Transmissão estão sob a responsabilidade de empresas estatais vinculadas à ELETROBRÁS, ELETRONORTE, CHESF, FURNAS E ELETROSUL, mas recentemente vem sendo incorporada a participação de empresas privadas. Os direitos e obrigações dessas companhias são estabelecidos no Contrato de Concessão celebrado com a União para a exploração do serviço público em sua área de concessão.

O Sistema Interligado Nacional – SIN é uma rede interligada dos sistemas de Geração e Transmissão (usinas, linhas de transmissão e de distribuição) que abrange as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e, parte da Região Norte. Há ainda alguns sistemas

de menor porte, denominados Sistemas Isolados, que não estão conectados ao SIN, estes localizados principalmente na Região Amazônica.

A implantação das Usinas Hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau e, do Sistema de Transmissão associado - Linha de Transmissão (LT) Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01 e 02 estão inclusas no Programa de Aceleração do Crescimento PAC – constituindo-se no maior investimento do atual governo neste programa.

De acordo com os estudos de viabilidade ambiental a energia elétrica gerada por essas duas novas Usinas será transmitida para os grandes centros consumidores da região Sudeste por meio de dois elos em corrente contínuos associados a duas Estações Conversoras CA/CC, assim como para parte da região Norte do país, através de Estação Conversora “Back-to-Back”, ligada ao sistema de transmissão em 230kV do sistema Acre-Rondônia.

Parte da energia gerada pelas Usinas será transportada para a região Sudeste por meio de duas novas linhas de transmissão em corrente contínua (dois bipolos), com tensão nominal de ±600kV CC, cada uma com capacidade de transmissão da totalidade de potência dos dois bipolos (6.300MW), desde a nova Subestação Coletora de Porto Velho (onde receberá energia das duas Usinas na tensão de 500kVCA) até a nova Subestação de Araraquara-2 e, a partir desta, interligada às demais subestações do Sistema Elétrico Interligado, na tensão de 500kVCA. Nestas duas novas subestações serão construídas duas Estações Conversoras 500kVCA / ±600kV CC em cada, de forma a prover integração das diferentes tecnologias de utilização da energia.

A extensão da Linha de Transmissão será de aproximadamente 2.382 km constituindo-se o conjunto na atualidade no maior sistema de transmissão de energia elétrica “HVDC – High Voltage Direct Current” do mundo neste nível de tensão e potência. Na Subestação Coletora Porto Velho está prevista, também, a implantação de uma Estação Conversora “Back-to-Back”, de capacidade nominal de 2 x 400MW, integrante do Lote LA-CC do Leilão ANEEL-007/2008, que proverá interligação entre os barramentos de 500kVCA desta subestação com os de 230kVCA, transmitindo energia para a região Norte do país, através das instalações existentes do Sistema Acre-Rondônia (EIA/RIMA, 2010).

### 3. DESCRIÇÃO RESUMIDA DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento consiste em LT aérea com extensão total de 2.382 km em tensão de 600 kV CC, atravessando 87 municípios dos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, denominada Linha de Transmissão (LT) Coletora ± 600 kV CC Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, e corresponde ao Lote LD-CC. Também compõem o empreendimento duas Estações Conversoras, caracterizadas como LOTE LF-CC, a saber: Estação Retificadora CA/CC Nº 02, a ser implantada na SE Coletora Porto Velho 500/230 kV, em Porto Velho e Estação Inversora CC/CA Nº 02, a ser implantada na SE Araraquara 2, em Araraquara. Esta última será objeto de estudo de documento específico não estando contemplada neste documento.

A LT ± 600 kVCC tem extensão total de 2.382 km, justificando a escolha de uma série com treze tipos de torres de suspensão visando o aproveitamento otimizado da capacidade de carga de cada estrutura em cada zona. Por outro lado, ao longo da diretriz de traçado são esperados poucos ângulos fortes e longos trechos em alinhamento ou com ângulos que permitam a utilização predominante de torres de suspensão e, em função disso a série inclui apenas dois tipos de torres de ancoragem, uma torre de suspensão estaiada e outra autoportante para ângulos de até 5°.

As Estações Retificadora CA/CC e Inversora CC/CA Nº 02 serão instaladas, respectivamente, na SE Coletora Porto Velho e na SE Araraquara 2. Estas subestações também fazem parte do pacote de empreendimentos licitados por meio do Leilão 007/2008 – ANEEL.

A SE Coletora Porto Velho – Lote LA-CC – se encontra em fase de licenciamento ambiental e possuirá cerca de 300 ha. Sua localização será nas margens do km 18 da rodovia BR-364 (UTM 9.014.846,63 S e 395.578,03 E). Nesta subestação será instalada a Estação Retificadora CA/CC 500 / ±600 kV Nº 02 (Lote LF-CC), para transformação de parte da energia produzida nas UHEs Jirau e Santo Antonio, de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua ±600kV, que permite o transporte pela LT ±600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02 (Lote LD-CC).

A Estação Inversora CC/CA ±600 / 500 kV Nº 02 (Lote LD-CC), ainda em fase de projeto, será instalada na futura SE Araraquara 2, a qual ocupará uma área com cerca de 100 ha. Sua localização será próxima a estrada municipal Araraquara – Gavião Peixoto, acessada pela rodovia SP-310 Washington Luiz (UTM 7.583.271,83 S e 773.497,62 E). A Estação Inversora transformará a energia transmitida em corrente contínua pela LT ±600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02 para corrente alternada, permitindo a interligação da energia gerada pelas usinas do rio Madeira ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A Potência Instalada para estas subestações para a capacidade nominal do bipolo-2 será de 3.150 MW para a Subestação Coletora Porto Velho: e 2.950 MW para a Subestação Araraquara 2.

### 3.1 FAIXAS DE SERVIDÃO

A faixa de servidão da LT Coletora  $\pm 600$  kV CC Porto Velho – Araraquara 2 N° 02 foi definida considerando-se o balanço dos cabos condutores devido à ação do vento, ao campo elétrico, à rádio-interferência, ao ruído e ao posicionamento das fundações de acordo com a NBR 5.422/85 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e os seguintes parâmetros para seu dimensionamento:

- Campo elétrico no nível do solo, no limite da faixa:  $< 10$  kV/m;
- Corrente iônica na condição de carregamento máximo e no limite da faixa de servidão deverá ser inferior ou igual a  $5,0$  nA/m<sup>2</sup>;
- Campo magnético na condição de carregamento máximo e no limite da faixa de servidão deverá ser inferior ou igual a  $67$  A/m;
- Nível máximo de ruído admissível no limite da faixa por efeito de rádio-interferência-RIV e para a tensão máxima no período de 50% de um ano, maior ou igual a  $24$  dB;
- Nível de ruído audível no limite da faixa, para a tensão máxima de operação e durante a condição de chuva leve, inferior ou igual a  $42$  dB.

A largura da faixa de servidão foi calculada com base nos critérios para desempenho eletromecânico estabelecidos na Norma ABNT NBR 5.422/85, considerando cortes seletivos de vegetação arbórea na faixa de servidão para minimizar riscos à segurança e a operação da linha de transmissão, no caso de queda de árvores. A faixa adotada foi uma largura de  $79,0$  metros para a LT  $\pm 600$  kV CC, por uma extensão de  $2.382$  km, o que totaliza uma área estimada de  $188,18$  km<sup>2</sup> ou  $18.817,8$  ha para implantação da LT. Esta faixa de servidão possibilitará a construção e posterior manutenção da Linha de Transmissão.

Para o lançamento dos cabos condutores está prevista a abertura de uma picada na vegetação, com largura de  $10,0$  m em áreas de vegetação florestal, e de  $5,00$  m em áreas de vegetação de menor porte (cerrado).

Para a construção LT estima-se inicialmente o uso de  $4.987$  torres (estruturas de aço galvanizado), com distância média entre as mesmas de  $475,0$  m. As estruturas terão um peso médio de  $8$  toneladas sendo  $3990$  do tipo estaiada e  $997$  do tipo autoportante. No entanto, o número final de torres poderá sofrer pequenas alterações em virtude do detalhamento do projeto, na elaboração do Projeto Executivo.

A LT foi concebida, em sua totalidade, em circuito duplo, ou seja, um circuito com um pólo positivo + 600 kV e um pólo negativo -600 kV, cabos condutores do tipo CA 2.282,8 kcmil, instalados em um feixe de 04 sub-condutores por pólo.

As distancias de segurança serão estabelecidos em conformidade com o proposto no item 10 da NBR 5.422/85 – Projeto de Linhas aéreas de Transmissão de Energia Elétrica – Procedimentos (**Quadro 3.1-1**).

**Quadro 3.1-1 - Distância de segurança do traçado de obstáculos selecionados (NBR 5.422/85), Linha de Transmissão (LT) Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02**

Item	Obstáculo	Valor Adotado Mínimo (metro)
1	Locais acessíveis a pedestres, máquinas agrícolas, estradas de fazendas e semelhantes	14,5 / 13,0
2	Rodovias, ruas, avenidas e estradas municipais	17
3	Ferrovias não-eletrificadas	17
4	Ferrovias eletrificadas ou com previsão de eletrificação	17
5	Suportes de linha pertencentes à ferrovia	6,2
6	Linhas de energia elétrica	6,2
7	Linhas de telecomunicações	6,2
8	Águas navegáveis (H = altura do maior mastro)	h + 7,0
9	Águas não-navegáveis	14,5 / 13,0
10	Vegetação arbórea	5,5

Fonte: EIA/RIMA Linha de Transmissão (LT) Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02 (2010)

As restrições de uso e ocupação do solo na região onde será implantada a LT e sua faixa de servidão incluem atividades de silvicultura e agro florestais com espécies arbóreas exóticas de rápido crescimento (eucaliptos, pínus e teca, entre outras) ou de espécies florestais nativas; plantio de fruteiras de porte alto, a exemplo de mangueira e abacateiro e plantio de culturas que exijam a utilização de fogo.

A utilização de aviões para dispersão de fertilizantes ou pesticidas; instalações elétricas e mecânicas (sistema de irrigação por pivô central); aeródromos ou aeroportos, depósitos de materiais inflamáveis; depósito de lixo está entre as atividades que não serão permitidas além de áreas recreativas, industriais, comerciais e culturais.

Alem disso as cercas será mantida devidamente seccionada e aterrada e m permitidas à construção de quaisquer edificações na faixa de servidão, inclusive instalações zootécnicas, também não são permitidas, pois podem comprometer a operação e a manutenção da LT.

## 3.2 ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO

De forma sucinta, foi descrito as principais ações previstas na fase construtiva do empreendimento tendo como referência os estudos ambientais desenvolvidos para a obtenção do licenciamento ambiental da LT EIA/RIMA (2010) destacando apenas conteúdo de interesse aos objetivos desse estudo. O detalhamento destas etapas na íntegra poderá ser consultado no EIA/RIMA Linha de Transmissão (LT) Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.

Inicialmente ocorrerá a mobilização para a execução dos trabalhos preliminares para suporte ao desenvolvimento dos serviços principais que consistirá na preparação da logística e dos acessos a serem utilizados, na instalação das áreas dos canteiros de obras e estocagem de estruturas metálicas, na contratação da mão-de-obra entre outras providências.

Embora haja previsão de divisão da construção da linha em lotes, com diferentes empresas construtoras em cada um dos trechos, os procedimentos e orientações técnicas deverão ser observados em todo o empreendimento. Porém, eventualmente durante a elaboração do Projeto Executivo poderão ser apresentados procedimentos, ações e/ou orientações diferenciadas em função das condições de cada trecho.

### 3.2.1 LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E CADASTRAL

Os serviços topográficos incluem os levantamentos de campo necessários ao desenvolvimento do projeto, incluindo o detalhamento do traçado selecionado, com a locação definitiva do eixo da linha de transmissão e posicionamento das torres e a delimitação da subestação e locação dos seus componentes. Os proprietários das áreas na projeção da faixa de servidão a ser implantada deverão ser notificados com antecedência ao início dos serviços de marcação topográfica.

A abertura de picadas para execução de levantamento topográfico ocorrerá após a emissão de Autorização específica, emitida pelo IBAMA, e mediante autorização dos proprietários das áreas afetadas. Os serviços incluem ainda a identificação em campo dos limites físicos das propriedades situadas ao longo da faixa de servidão. A marcação dos limites das propriedades terá como referência o levantamento de informações nos cartórios de registros de imóveis dos municípios atravessados pelo empreendimento.

### 3.2.2 LIBERAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO

Os proprietários afetados serão contatados para solicitação de Autorização de Passagem para a Linha de Transmissão e para execução dos levantamentos topográficos. As áreas localizadas na projeção da faixa de servidão serão consideradas em regime de servidão e terão sua demarcação estabelecida por Decreto de Utilidade Pública. Os proprietários afetados serão indenizados de acordo com o tipo de servidão, que poderá ser de passagem da linha ou permanentes (no caso das torres). As indenizações serão estabelecidas segundo métodos diretos e indiretos, de acordo com as seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O detalhamento do projeto de implantação da faixa de servidão é responsabilidade do empreendedor.

Todas as negociações com os proprietários serão conduzidas de modo a assegurar a realização de acordos para o pagamento das indenizações devidas. A liberação das áreas para implantação da Linha de Transmissão será simultânea ao acordo indenizatório. Os eventuais casos de litígio deverão ser decididos em ações judiciais, ou estarão sujeitos a processos de desapropriação por utilidade pública.

### 3.2.3 MÃO-DE-OBRA

A quantidade de mão-de-obra estimada inicialmente para a implantação do empreendimento é de, aproximadamente, 4.000 trabalhadores diretos e 6.000 trabalhadores indiretos ao longo de toda a obra. Espera-se que 70% da mão-de-obra direta da fase de construção sejam contratadas nos municípios próximos às obras.

Esses trabalhadores estarão mobilizados principalmente nos canteiros de obras e nas frentes de trabalho, e estima-se preliminarmente que a sua composição seja a seguinte:

- Frente de desmatamento e limpeza: 08 equipes compostas de 30 pessoas/equipe;
- Abertura de acessos: 08 equipes compostas de 20 pessoas/equipe;
- Escavações/Fundações: 08 equipes compostas de 100 pessoas/equipe;
- Montagens: 08 equipes compostas de 200 pessoas/equipe;
- Cabeamento: 08 equipes compostas de 100 pessoas/equipe;
- Aterramento: 08 equipes compostas de 50 pessoas/equipe.

Na fase de operação, para a manutenção das linhas e das estações, estimam-se um contingente de 100 funcionários, sendo 25 envolvidos com a limpeza dos terrenos e manutenção dos acessos, 75 envolvidos com a manutenção das linhas propriamente ditas e dos equipamentos eletroeletrônicos e 20 envolvidos com a operação de equipamentos nas estações e/ou centros de controle remotos (**Quadro 3.2.3-1**).



**Quadro 3.2.1-1 - Estimativa de Mão de Obra por função e quantidade/mês, Linha de Transmissão (LT) Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.**

FUNÇÃO /MÊS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32		
Pedreiro	40	80	160	300	300	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	200	200	200	200	200	200	200	100	100	100	50	20	20	
Carpinteiro	40	80	160	400	400	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	300	300	300	300	300	300	200	200	200	50	20	20		
Armador	20	40	80	300	300	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	250	250	250	250	250	250	150	150	150	30	20	20		
Servente	60	120	300	600	700	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	750	750	750	750	750	750	300	300	300	200	50	50		
Desmatador	20	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	10	10	10	10			
Apoio Civil	40	60	80	120	120	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	140	140	140	140	140	140	80	80	80	60	50	50		
Montador				80	160	300	300	300	300	610	610	610	610	610	610	610	610	610	610	610	700	800	900	900	900	900	900	900	900	900	900	600	600	
Ajudante	80	120	200	200	400	500	500	500	500	880	880	880	880	880	880	890	890	890	890	890	1000	1200	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	900	900	
Apoio Montagem			30	30	40	50	50	50	50	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	70	70
Apoio Canteiro	40	80	90	120	120	140	140	140	140	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	
TOTAL	340	610	1130	2180	2570	3270	3270	3270	3270	4000	4000	4000	4000	4000	4000	4000	4000	4000	4000	4000	4220	3910	4110	4110	4110	4110	4110	3290	3290	3290	2850	1880	1880	

Fonte: EIA/RIMA Linha de Transmissão (LT) Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.

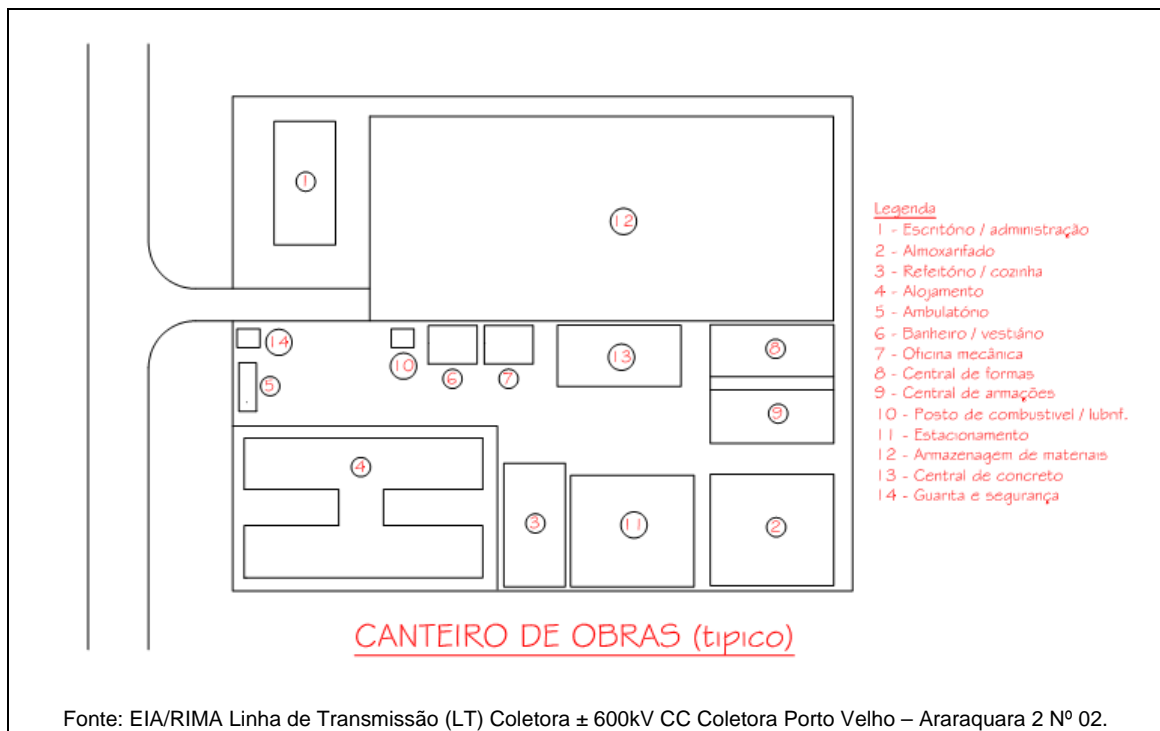
### **3.2.4 DIRETRIZES DE LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE APOIO ÀS OBRAS**

As áreas de apoio às obras consistem basicamente em dois tipos de canteiros de obras. O primeiro e de maior porte é o chamado canteiro principal, onde é prevista a implantação de infra-estrutura mais complexa da obra, como alojamentos, escritórios, refeitórios, ambulatórios médicos, depósitos, centrais de forma, armação e concreto, entre outros componentes. Esses canteiros devem ter dimensões variadas ao longo do traçado, podendo chegar até 15.000 m<sup>2</sup>, em média.

Tem-se como diretriz norteadora a implantação de canteiros fora das áreas centrais das cidades, evitando assim impactos adicionais no tráfego e transtornos à população.

O segundo tipo de estrutura de apoio são os canteiros secundários, os quais serão locados em locais estratégicos em relação às frentes de obra, mas respeitando de forma integral às diretrizes locacionais previstas nos programas de planejamento de áreas de apoio com o objetivo de mitigação de impacto. Devem funcionar como módulos de apoio itinerantes para o atendimento das necessidades dos trabalhadores e reserva de material de construção de uso imediato. A locação dos módulos de apoio também respeitará as restrições ambientais, porém não é possível determinar na atual fase dos estudos a localização desses canteiros.

A estratégia de implantação de diversas unidades de apoio (canteiros principais e secundários) constitui estratégia logística de movimentação de pessoal, transporte de estruturas e cabos e de equipamentos/máquinas, em especial, na fase inicial e final dos trabalhos, quando as máquinas e equipamentos serão conduzidos/retirados da faixa de serviço. Portanto, os acessos foram detalhadamente analisados, observando as distâncias envolvidas, a minimização de intervenção relacionada à sua construção, bem como as dificuldades inerentes. O detalhamento sobre os canteiros de obras e os cuidados na sua locação pode ser observado no Plano Ambiental para a Construção – PAC constantes no EIA/RIMA Linha de Transmissão (LT) Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 N<sup>o</sup> 02.



**Figura 3.2.4-1 - Planta preliminar típica de canteiro de obras (canteiros principais),  
LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.**

Os canteiros alojarão em média até 100 funcionários e incluirá a preparação e o fornecimento de alimentação do pessoal que será elaborada na cozinha do canteiro e servida no refeitório do canteiro, ou nas instalações de apoio (frentes de serviço). Os serviços médicos a serem prestados, obrigatórios por conta da legislação trabalhista serão prestados em ambulatórios instalados nos próprios canteiros, os quais serão equipados com ambulância e demais materiais e instrumentação necessários para atendimento de primeiros socorros e consultas.

É prevista a implantação de 08 (oito) canteiros principais, os quais preferencialmente se localizarão nas proximidades de cidades com infra-estrutura adequada de telecomunicações, estradas, hotéis, restaurantes e hospitais de forma a propiciar aos trabalhadores conforto mínimo, facilidades de lazer e atendimento rápido em casos de emergência. Também será evitada a utilização de canteiros nos centros das cidades a fim de evitar o trânsito de operários, máquinas e materiais nestes locais buscando o mínimo de interferência no cotidiano da população local.

O contingente de mão-de-obra deverá ser transportado diariamente, do canteiro de obras e/ou de sua origem (trabalhadores locais), até as frentes de trabalho.

Preliminarmente, foram escolhidas as cidades de Ariquemes/RO, Ji-Paraná/RO, Vilhena/RO, Tangará da Serra/MT, Jaciara/MT, Mineiros/GO e São Simão/GO Nestas

idades citadas serão instalados os canteiros principais das obras, que apresentarão a infra-estrutura citada logo acima neste item

Os canteiros auxiliares por sua vez serão constituídos por contêineres, com infra-estrutura para descanso dos operários, e servido de água (caminhões pipa), lixeiras e banheiros químicos. Estas instalações estarão distribuídas ao longo do traçado, de forma a propiciar o melhor apoio logístico e gerencial aos trechos definidos e com o menor tempo de deslocamento entre o canteiro e as frentes de trabalho.

A localização destas instalações priorizará locais que causem o mínimo de impacto ambiental, como também às comunidades próximas a suas instalações e serão regularizados junto às Prefeituras envolvidas e estão previstos no programa de gestão ambiental do canteiro de obras.

O abastecimento de energia elétrica e água serão efetuados através da rede pública e na fase de estruturação dos canteiros, as demandas iniciais poderão ser atendidas através de grupos geradores.

Para o abastecimento de água, na inviabilidade de interligação à rede pública de abastecimento de água serão construídos poços artesianos.

Quanto aos efluentes líquidos, mesmo havendo infra-estrutura no local, os efluentes gerados pelo canteiro de obras não deverão ser despejados diretamente nas redes de águas pluviais e de águas servidas, sem a aprovação dos órgãos públicos de cada município. Não existindo infra-estrutura, estão previstas instalações completas para o controle e tratamento dos efluentes, notadamente os de coleta de esgotos dos sanitários e refeitório, com o uso de fossas sépticas segundo a NBR's 7.229 e 13.969 da ABNT e outras normas pertinentes.

Dada a escassez de oferta de serviços serão montadas oficinas provisórias e postos de combustíveis, dentro dos canteiros de obras, em local adequadamente preparado, com piso impermeável e sistema de drenagem independente da rede de drenagem de águas pluviais. A estimativa é que estejam em circulação de 50 a 80 máquinas/caminhões em cada canteiro.

Os canteiros de obras serão ainda dotados de sistema de coleta de lixo seletiva e tratamento de esgoto sanitário e águas servidas, em conformidade com o que estabelecem as normas que regem o assunto.

Nas oficinas e áreas de abastecimento, os resíduos e efluentes (águas oleosas) oriundos das lavagens e lubrificação de equipamentos e veículos, serão encaminhados para caixas coletoras e de separação de água e óleo, para posterior remoção do óleo através de caminhões sugadores ou de dispositivos apropriados, a serem encaminhados aos locais mais próximos, para refino ou disposição final adequada.

### 3.2.5 ABERTURAS DE ACESSOS

Os caminhos de serviços necessários à construção da LT, inclusive da linha do eletrodo, englobarão tanto as vias especialmente construídas quanto aquelas da rede viária existente, a serem utilizadas para permitir o trânsito de equipamentos e veículos a serviço das obras, com a finalidade de interligar os acessos existentes às frentes e canteiros de obras auxiliares. Também são incluídos os acessos implantados na faixa de servidão, na etapa de operação (definitivos).

Os acessos provisórios serão estruturados para suportar o tráfego dos veículos e equipamentos a serviço das obras durante o período de execução das mesmas. Os caminhos de serviços paralelos à faixa de servidão, definitivos, servirão à operação do sistema, possibilitando o tráfego de veículos e atividades de manutenção.

Os acessos serão planejados e implantados de acordo com um plano de construção que aperfeiçoe a utilização dos caminhos existentes e que, no caso da implantação de novos acessos, sejam empregados procedimentos de controle ambiental, para evitar desmatamento, erosão, assoreamento de cursos d'água, e causar o menor impacto ambiental possível.

Nos locais em que as características do solo não oferecerem suporte para o trânsito dos equipamentos e veículos, poderão ser implantadas estivas utilizando troncos resultantes dos serviços de desmatamento, cujas características de diâmetro e resistência da madeira sejam adequadas a esse tipo de serviço.

A implantação dos caminhos de acesso será executada mediante a utilização de equipamentos adequados e do emprego acessório de serviços manuais. Os caminhos de serviço deverão possuir as condições de rampa, de desenvolvimento e de drenagem necessárias à utilização racional dos equipamentos e veículos. Os caminhos de acesso serão adequadamente mantidos ao longo da construção da LT.

A execução dos caminhos de serviços, quando necessária, contemplará os serviços preliminares de desmatamento, destocamento e limpeza, descritos anteriormente, e também a regularização do subleito, visando conformar a camada final da terraplenagem através de cortes e/ou aterros de até 0,20 m, assegurando condições adequadas em termos geométricos e de compactação. Para tanto serão utilizados, quando necessários, tratores de esteira, patrol, grades de disco, pás-carregadeiras e caminhões basculantes e o efetivo planejamento dos acessos será efetuado na fase de detalhamento do projeto, e será submetido ao IBAMA na fase de obtenção da Licença Ambiental de Instalação (LI).

Ressalta-se, porém que as condições de acessibilidade ao eixo selecionado são satisfatórias em grande parte do traçado, cujas regiões atravessadas são caracterizadas pela ocupação agropecuária, com rede de estradas rurais consolidada.

As situações de acessibilidade mais restritas são verificadas nas regiões serranas do estado do Mato Grosso e ao longo de fragmentos florestais de grande porte na região do Vale do Guaporé e ao sul do Porto Velho. Nesses fragmentos, os acessos aos locais das torres serão prioritariamente feitos através de caminhos implantados ao longo do eixo da LT, portanto dentro da faixa de servidão. Complementarmente, serão utilizadas as vias estaduais e federais existentes no eixo da LT.

### **3.2.6 SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO**

Os serviços preliminares de supressão, destocamento e limpeza constituem-se no conjunto de operações destinadas a liberar as áreas destinadas a caminhos de acessos, às praças de implantação das torres, às praças de lançamento, ao local das subestações e, se necessário, aos canteiros de obras.

Consiste no corte de árvores e arbustos de qualquer porte, na roçada e na remoção de galhos. O destocamento compreende as operações de escavação e remoção total de tocos de árvores com diâmetro superior a 30 cm e raízes, nos caminhos de acessos compreendendo as seguintes atividades:

- Supressão de vegetação, destocamento e limpeza para abertura dos caminhos de acessos;
- Supressão da vegetação nas áreas de implantação das torres, as quais, pela sua dimensão, também servirão como áreas de montagem das estruturas das torres;
- Supressão da vegetação (corte raso) em uma faixa de 10 m de largura no eixo central da faixa nas áreas de floresta e 5 m nas áreas de vegetação de pequeno porte, para as atividades de lançamento dos cabos da linha de transmissão e circulação. No sentido de minimizar o impacto ambiental, nas áreas de floresta, em alguns casos será estudada a viabilidade de criação de 2 faixas laterais de 7 m, sob a projeção dos cabos, em substituição à central de 20 m. Essas áreas estarão dentro dos limites da faixa de servidão, sem necessidade de desmatamento de áreas adicionais;
- O corte raso também se dará nas praças de torres e nas praças de lançamento. No restante da faixa de servidão a supressão deve ser realizada de forma a garantir a segurança da LT e seus componentes. Nas áreas em que a faixa intercepta vegetação de baixo porte, deverá ser realizada apenas a poda seletiva, ou seja, a poda ou corte de árvores isoladas que possam colocar em risco a segurança da LT.

- Nas áreas onde a faixa interceptar vegetação de maior porte e, portanto, maior risco para a LT, deve ser realizado o corte raso da vegetação conforme indicado no item anterior e corte seletivo em alguns indivíduos que podem atrapalhar a segurança da LT, mas nunca ultrapassando os limites da faixa de servidão, ou seja, os 79 m de largura para a LT de 600 kV.
- Os serviços de supressão da vegetação e destocamento serão executados mediante a utilização de equipamentos adequados e autorizados pelo IBAMA.

### 3.2.7 FLUXO DE TRÁFEGO

Na atual fase do projeto não há como precisar a intensidade do tráfego de veículos a serviço das obras, porém a estimativa é de 50 a 80 máquinas/caminhões em cada canteiro principal, previstos em 24 municípios ao longo do traçado.

O tráfego entre os canteiros principais e os canteiros auxiliares e as frentes de obras ocorrerá em sua maior extensão em rodovias e em estradas rurais. Estimativas mais precisas do fluxo diário de caminhões serão definidas após o estabelecimento o dimensionamento efetivo das equipes e dos canteiros de obras, o que ocorrerá somente na elaboração do projeto executivo.

### 3.2.8 USO DE MATÉRIA-PRIMA E DE ENERGIA

Este empreendimento é considerado de grande porte e de escala nacional, portanto, a obtenção dos insumos para sua implantação também se dará em nível nacional. Dividem-se em três grandes grupos: insumos de apoio indireto à obra (para a manutenção de canteiros de obras, por exemplo), insumos de construção civil (areia, brita, cimento e outros) e insumos eletroeletrônicos (transformadores auxiliares, cabos elétricos, conectores, etc.).

Os insumos de apoio indireto à obra deverão ser adquiridos junto a fornecedores locais ou regionais, instalados nos estados abrangidos pelas obras. Parte dos insumos de construção civil (areia, brita, por exemplo) será adquirida junto a fornecedores locais, enquanto outros, como o cimento, serão adquiridos diretamente dos grandes fornecedores que atendem o mercado nacional.

Insumos para as instalações eletromecânicas das Estações Conversoras (cabos elétricos isolados, cabos de alumínio nus, tubos de alumínio, conectores para barramentos, ferragens para cadeias de isoladores, eletrodutos de aço, estruturas-suportes, entre outros) serão adquiridos junto aos grandes fornecedores do setor (regiões industrialmente mais desenvolvidas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná).

Todos os materiais previstos para utilização na linha de transmissão e alguns equipamentos/materiais das subestações serão adquiridos no âmbito nacional, porém os equipamentos específicos (de corrente contínua) para as estações conversoras serão adquiridos no âmbito internacional.

Para a operação dos canteiros primários e secundários de obras, será necessário o fornecimento de energia elétrica. Para isso, haverá, nos canteiros secundários e frentes de obra, grupos geradores a diesel quando não disponível rede pública de distribuição de energia elétrica. A energia elétrica necessária para alimentação dos equipamentos e iluminação geral dos canteiros será obtida por meio de uma destas fontes citadas acima. Essa energia será distribuída em condutores aéreos em posteamento até os diversos pontos de utilização ou quadros de distribuição.

### **3.2.9 ÁREAS DE EMPRÉSTIMO E BOTA-FORA**

Não está previsto a implantação de bota-foras específicos para as obras. O material retirado durante a escavação das fundações das torres será removido e armazenado em área próxima à frente de obra, para posterior utilização em reaterro ou espalhado de maneira controlada na própria praça de torre ou na faixa de servidão. Excepcionalmente, o material inservível poderá ser disposto em bota-fora autorizado pelos órgãos ambientais locais, ou aproveitado para a eventual recuperação de caminhos de acessos.

Também para as escavações pertinentes à construção do eletrodo e seu enterramento, será procedido o reaterro, sem necessidade de utilização de áreas de bota-fora. Igualmente não se prevê, a retirada de material de áreas de empréstimo para a construção da linha de transmissão e instalação da subestação. Insumos como areia e brita serão adquiridos, sempre que possível, junto a fornecedores locais, enquanto outros como o cimento, deverão ser adquiridos diretamente dos grandes fornecedores que atendem o mercado nacional. Portanto, não haverá necessidade de abertura de áreas de empréstimo para estes materiais.

### **3.2.10 DESMOBILIZAÇÃO**

Os canteiros de obra e alojamentos serão desmobilizados de acordo com a finalização das atividades de cada empreiteira e contemplará a recuperação da área onde foi instalado, de modo que o terreno no local recupere as suas características originais e seu detalhamento poderá ser observado no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.



A mão-de-obra local contratada para a obra também será desmobilizada gradativamente de acordo com o andamento das obras. Durante a dispensa dos profissionais serão seguidos os trâmites estabelecidos pela legislação trabalhista brasileira, garantindo-lhes todos os direitos trabalhistas devidos. Após o fim das obras, os acessos já existentes utilizados durante a construção serão devolvidos aos proprietários locais, nas mesmas condições em que foram encontrados. Mata-burros, porteiras, colchetes e toda a infra-estrutura encontrada serão revisados e, se necessário, reformada.

### **3.2.11 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS**

No final da etapa de construção serão executadas atividades necessárias à desativação da obra e a recuperação de todas as áreas degradadas. Estes serviços, apesar de fundamentais, não impedem a energização da Linha de Transmissão. Dessa forma, o cronograma das atividades de desativação e recuperação, assim como a verificação da sua eficácia e a adoção de medidas complementares poderá ocorrer concomitantemente ao início da fase de operação.

A desativação de todas as frentes de obra ocorrerá somente quando forem encerradas todas as atividades previstas no projeto construtivo e adotadas todas as medidas de desativação e recuperação ambiental das áreas diretamente afetadas, incluindo a faixa de servidão, os caminhos de serviço exclusivos e não exclusivos da obra, e as áreas de apoio, como os canteiros de obra e outras porventura utilizadas. O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas apresenta mais detalhes sobre essas atividades.

As atividades de operação e controle da Linha de Transmissão serão efetuadas pelas Estações Conversoras (retificadora e inversora) de cada extremidade da Linha. A inspeção periódica da linha, dependendo do trecho, poderá ser efetuada por via terrestre, utilizando as vias de acesso construídas e/ou utilizadas na obra, ou por via aérea, utilizando-se helicópteros.

Os serviços de manutenção preventiva (periódica) e corretiva (restabelecimento de interrupções) caberão às equipes de manutenção da Transmissora. Estas equipes trabalham em regime de plantão e normalmente estão alocadas em escritórios regionais, em condições de atender prontamente as solicitações que venham a ocorrer não sendo prevista mão-de-obra local para execução destas tarefas. Para esse serviço será utilizada a mão-de-obra de trabalhadores especializados em manutenção de LT.

Nas inspeções da linha, deverão ser observadas as condições de acesso às torres e também a situação da faixa de servidão, visando preservar as instalações e operação do sistema, com destaque para os seguintes itens: presença de focos de erosões, drenagem da pista, condições de trafegabilidade, manutenção de obras de arte

correntes; manutenção de porteiras e colchetes, respeito à restrição de uso da faixa de servidão, controle da altura da vegetação na faixa de servidão e áreas de segurança e manutenção da sinalização (telefones de contato, em casos emergenciais), entre outros.

Considerando a execução do conjunto de serviços ora descrito estima-se um contingente de 76 funcionários, sendo 12 locados nos serviços de limpeza e manutenção da faixa de servidão e acessos, 28 na manutenção da linha e equipamentos e 36 na operação dos equipamentos das Estações Conversoras (retificadora e inversora) de cada extremidade da Linha.

### **3.2.12 OBRAS E SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

Na maioria das áreas atravessadas pelo empreendimento, não estão previstas obras ou implantação de infra-estrutura especial como pontes para o desenvolvimento das obras. No entanto, poderá ser necessária a implantação de travessias de pequenos cursos d'água (córregos), o que sempre será efetuado com a implantação de bueiros de dimensões adequadas à contribuição fornecida pela bacia. Apenas na região do Vale do Guaporé (ex. rio Piolho), cortado por inúmeros corpos hídricos, pode ser necessária a construção de pontes que facilitem o deslocamento das equipes.

Complementarmente, nas travessias do rio Paranaíba (divisa de Goiás e Minas Gerais) e do rio Grande (divisa de Minas Gerais e São Paulo), é prevista a utilização de píeres já existentes nesses dois rios.

Todas essas estruturas serão construídas e dimensionadas de acordo com a vazão máxima já identificada para os córregos/rios em questão, considerando também as chuvas usuais em cada região. Além disso, as estruturas deverão suportar o tráfego de máquinas pesadas (fluxo de veículos de obra) e sofrer manutenção constante para garantir sua integridade e evitar acidentes.

### **3.2.13 TÉCNICAS CONSTRUTIVAS ESPECIAIS**

O traçado proposto para a LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 N° 03 apresentam interferências com terrenos alagadiços, que compõem as planícies de inundação (várzeas) de diversos cursos d'água de pequeno e médio porte. Estes terrenos apresentam vegetação com características de formação pioneira com influência fluvial e, via de regra, não apresentam necessidade de supressão, além da faixa de serviço necessária no eixo da linha para lançamento de cabos e outros serviços.

Nestes trechos serão adotados procedimentos construtivos diferenciados, tendo em vista que o solo da região em questão não tem suporte para o tráfego de veículos e de equipamentos necessários para a construção da linha de transmissão naquele trecho.

O primeiro procedimento se refere à logística a ser empregada nestas áreas cuja construção das torres localizadas nestes trechos deverá ser realizada durante os períodos de seca, quando o acesso às áreas é facilitado e o transporte não poderá ser realizado por meio de caminhões, nestas áreas.

Assim, estuda-se a utilização de veículos mais leves e a utilização do uso de tração animal para o suprimento destas áreas e poderá ser utilizado o sistema de cobrimento do solo encharcado através de estivas de madeira que serão retiradas após a finalização dos trabalhos. Será priorizada a utilização de madeira oriunda de desmatamento da faixa para execução dos caminhos provisórios (**Figura 3.2.13-1**).

Nos casos em que fica inviabilizada a utilização de estivas de madeira, em função do nível de água na área onde se situa a fundação a ser executada, será utilizada balsa para locomoção de equipamentos, material e pessoal até o local das obras, como forma de reduzir os danos ambientais no entorno das obras eliminando-se neste caso a opção de acesso por meio de aterro (**Figura 3.2.13-2**).



Extraído do EIA/RIMA Linha de Transmissão (LT) Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.

**Figura 3.2.13-1 – Uso de estivas em áreas alagadas propostos para a LT Coletora ± 600 kV CC Porto Velho – Araraquara 2 – Norte Brasil**



Extraído do EIA/RIMA Linha de Transmissão (LT) Coletora ± 600kV CC  
Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.

**Figura 3.2.13-2 – Utilização da madeira da supressão de  
vegetação da faixa para acessos propostos para a LT Coletora ±  
600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.**

O outro procedimento diferenciado a ser adotado na construção destes trechos é a execução das fundações, para as quais poderão ser utilizadas as alternativas de execução de estacas pré-moldadas e de tubulões de concreto armado. Sempre será adotada uma alternativa que, além de tecnicamente recomendável, cause o menor impacto ao meio ambiente.

Os escoramentos serão obrigatoriamente metálicos tanto para os blocos de coroamento das estacas como para os tubulões e será executada a medida que o solo for escavado para evitar possíveis desmoronamentos e os esgotamentos de água serão constantes até que a fundação seja concluída. Merece referência como trechos nessa condição a região do vale do rio Guaporé, a travessia do rio Paraguai e áreas próximas e do rio Araguaia, no seu alto curso.

### **3.2.14 USO DE FUNDAÇÃO HELICOIDAIS**

Para as áreas alagadiças, estará previsto no projeto executivo o uso de fundações helicoidais. Com o foco no objetivo de reduzir o impacto ambiental causado pelas obras do empreendimento, o projeto executivo utilizará as fundações helicoidais, que serão detalhadas posteriormente no projeto executivo.

Em áreas de Serra, como ocorre na região de divisa entre Mato Grosso e Goiás e ao norte de Cuiabá (Serra das Araras), será priorizado o uso de acessos já existentes. No caso de existência de acessos desativados nessas regiões, os mesmos serão recuperados, evitando novos cortes no terreno. Quando for extremamente necessária a

abertura de novos acessos nessas regiões, serão respeitadas as curvas de nível dos terrenos, visando manter a estabilidade dos taludes.

### **3.2.15 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)**

Os estudos de traçado desenvolvidos englobaram análise multicriteriais para identificação de corredores e alternativas de traçado. Entre os critérios estabelecidos estão as interferências diretas com Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Como resultado dos estudos efetuados, o traçado não interfere com nenhuma unidade de conservação de proteção integral ou Terra Indígena.

Nas Áreas de Preservação Permanente (APP), os procedimentos construtivos e técnicos especiais deverão ser tomados para que o impacto causado pelas obras deste empreendimento sejam o menor possível. Nas zonas de APP (brejos e matas ciliares), será aberta uma picada manual para permitir as tarefas de lançamento, visando preservar ao máximo esses ambientes. Complementarmente, as interferências sobre a vegetação será evitada, através do afastamento do traçado, retrocedendo-se as torres previamente locadas para estabelecimento de novos ângulos, se necessário. A locação de torres em áreas de preservação permanente será restrita ao mínimo necessário.

Mantidas as condições de segurança dos trabalhadores, as torres estaiadas poderão ser montadas manualmente, através da aplicação de estais provisórios para evitar o uso de guindaste e reduzir ainda mais a área de supressão de vegetação, podendo contemplar uma área de, no mínimo, 40 x 40 m.

### **3.2.16 CRITÉRIOS PARA MINIMIZAÇÃO DE INTERFERÊNCIAS EM FRAGMENTOS FLORESTAIS**

Os procedimentos para redução dos impactos sobre grandes fragmentos florestais situado na região do Vale do Guaporé, no noroeste do estado do Mato Grosso está planejado para que a faixa de servidão seja dividida em Zonas de Limpeza que representam áreas da faixa de segurança cuja localização será variável ao longo da faixa de segurança devido à topografia e ao relevo do terreno e às quais se aplicarão os seguintes critérios de corte:

- **Zona de limpeza simples** – toda a vegetação e arbustos são cortados a uma altura de 15 cm. O corte poderá ser feito por máquinas que empreguem lâminas de corte ou segadeiras. São Zonas de limpeza simples: as praças de montagem de torres, as estradas de acesso e as praças de lançamento, porém restringidas ao mínimo necessário.

- **Zona de limpeza seletiva** – consiste na remoção de determinadas espécies vegetais, tipos e tamanhos de material vegetal dentro da faixa de segurança. A distância entre o cabo condutor na condição de flecha máxima e a vegetação determinará as alturas das espécies vegetais maduras escolhidas para remoção.
- **Zona sem corte** – a vegetação ou árvores situadas distantes do eixo da LT, em vales ou grotas excedendo os requisitos de distância mínima deverão ser preservadas, exceto se houver necessidade de cortes devido à construção de estradas de acesso.

Para a limpeza seletiva da faixa serão consideradas duas Zonas de desmatamento, as Zonas I e II. Ao todo a faixa será dividida em 4 zonas:

- **Zona I:** com uma largura de 2,5 m para cada lado do eixo da LT ao longo de todo o traçado, terá para limitação de altura das árvores e/ou vegetação, a cota dos cabos condutores em repouso, na condição de flecha máxima, menos 14,5 m. Essa Zona proporcionará não só a instalação do cabo piloto, mas também servirá de acesso a todas as torres do trecho.
- **Zona II:** com 20,0m de largura situada para cada lado do eixo da LT a partir da Zona I ao longo de todo o Traçado, terá para limitação de altura das árvores, a cota dos cabos condutores em repouso, na condição de flecha máxima, menos 5,5 m.
- **Zona III:** Na área de montagem das torres deverá ser feita uma clareira de raio 25,0 m (torre autoportante), podendo ainda ser mantidos nesta área, arbustos e árvores pequenas, que não interfiram com a construção da LT. Estima-se uma quantidade de 86 torres.
- **Zona IV:** é aquela que, situada para cada lado do eixo da LT a partir da Zona II ao longo de todo o traçado, com largura de 15,5 m, não deverá ser desmatada, exceto para eventual abertura de acessos às torres. Deverão ser cortadas as árvores que possam causar danos às torres e/ou cabos em caso de tombamento.

### 3.2.17 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O empreendimento em tela foi objeto do Leilão nº. 007/2008-Aneel, realizado no dia 26 de novembro de 2008. Conforme exposto anteriormente, as partes que compõem este empreendimento compunham os lotes C, D, F e G deste Leilão. O edital que norteou a realização do Leilão estabeleceu os seguintes prazos para entrada em operação comercial dos lotes:

- Lote C (CC): 38 (trinta e oito) meses

- Lote D (CC): 36 (trinta e seis) meses
- Lote F (CC): 50 (cinquenta) meses
- Lote G (CC): 48 (quarenta e oito) meses

O **Quadro 3.2.17-1** apresenta o cronograma geral de implantação do empreendimento e as divisões do cronograma para cada uma das partes (lotes) e suas atividades específicas.



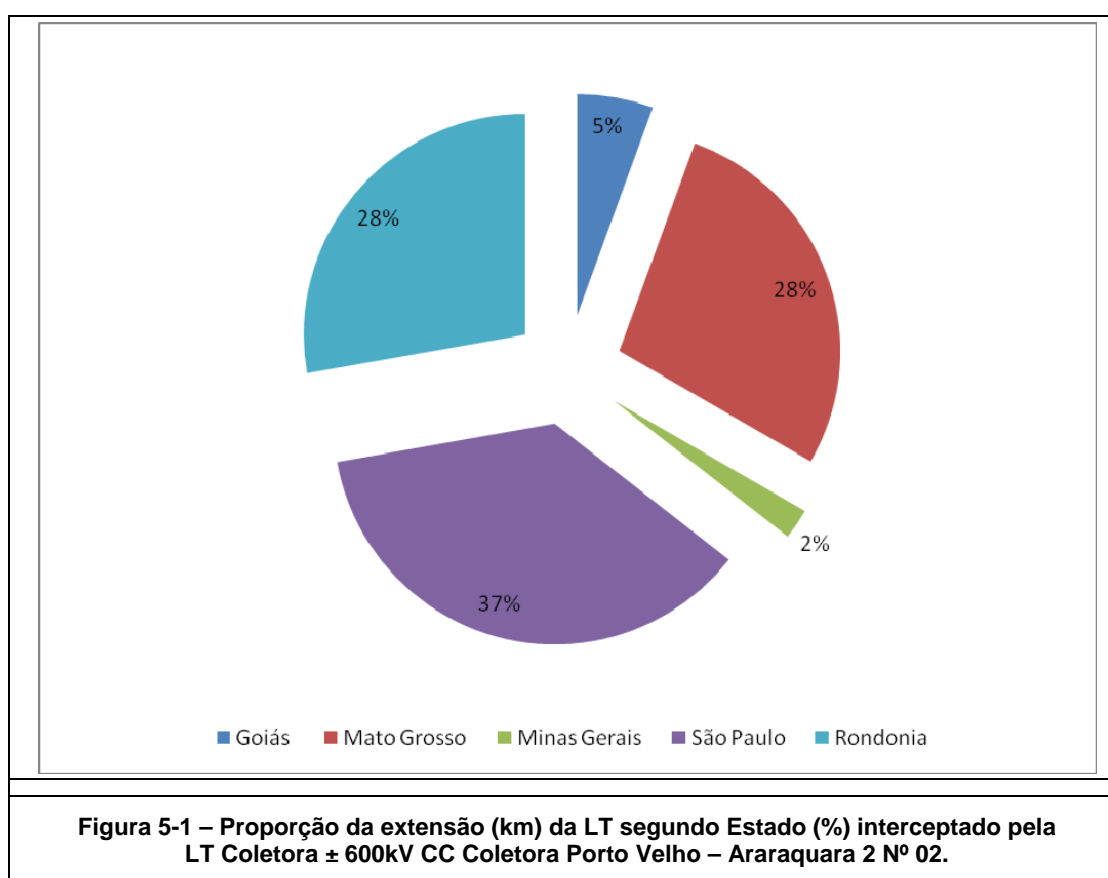




## 5. ÁREAS DE INFLUÊNCIA (DIRETA E INDIRETA) DO EMPREENDIMENTO

Dos 87 municípios que compõem a Área de Influência da LT, 33 situam-se no Estado de São Paulo, Rondônia e Mato Grosso tem cada um deles 25 municípios atravessados pela LT, Goiás e Minas Gerais, sediam cinco e dois municípios respectivamente (**Quadro 5.1** e **Figura 5.1**). Proporcionalmente, São Paulo é o Estado que detém a maior extensão da LT no seu território (37%).

Em torno de 28% da extensão da LT atravessara os Estados de Rondônia e Mato Grosso. As menores participações são dos Estados de Goiás (5%) e Minas Gerais com 2% (**Figura 5.1**). A localização georreferenciada da LT está apresentada na **Figura 5.2**.



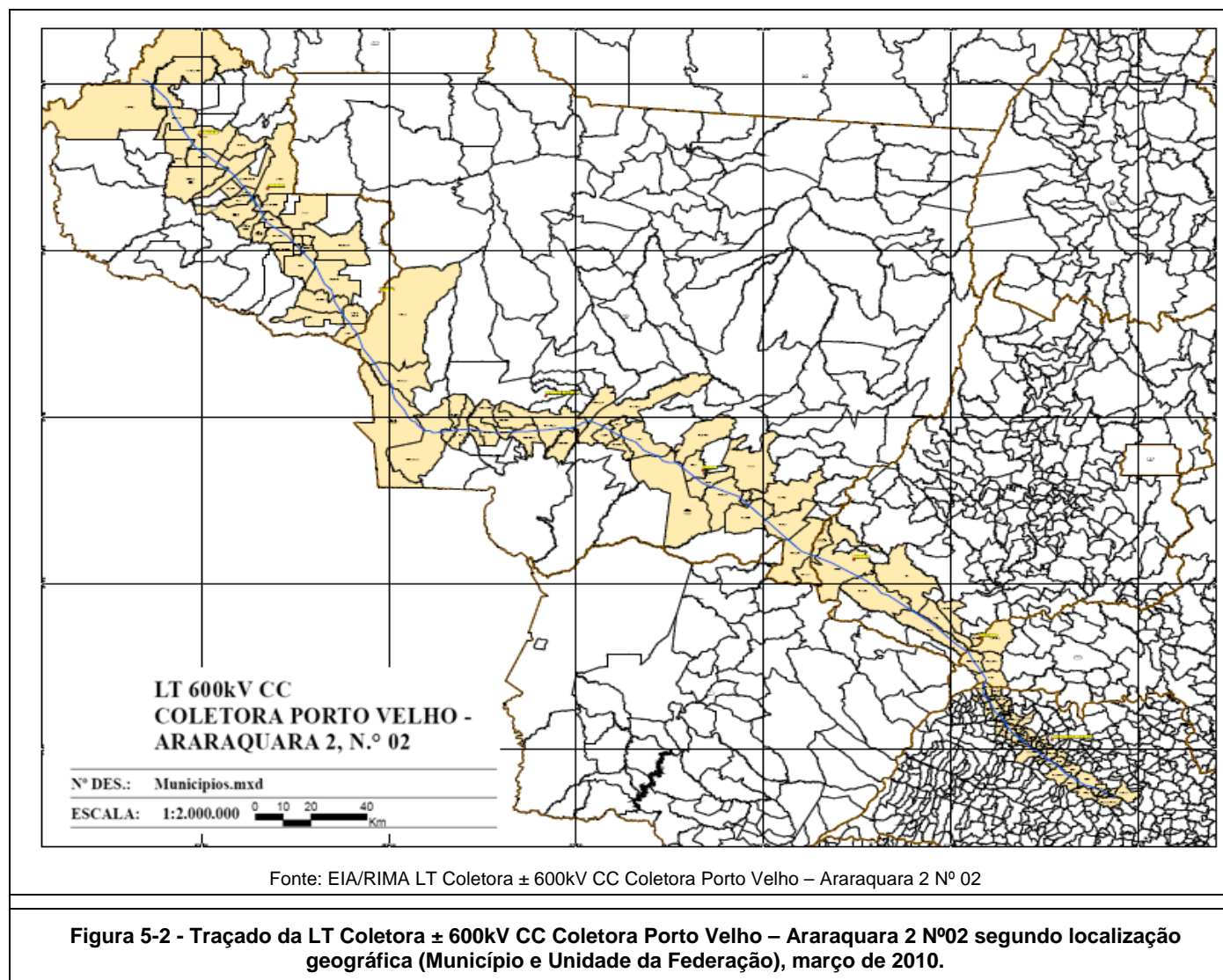
**Quadro 5-1 - Extensão (km) interceptada pela LT segundo municípios, Estados e Áreas de Influência, LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.**

Nº de ordem (*)	Município	Extensão (km) interceptada	UF	Nº de ordem (*)	Município	Extensão (km) interceptada	UF
1	Porto Velho	21,80	RO	46	Rondonópolis	55,27	MT
1	Porto Velho (1)	21,88		47	São José do Povo	19,42	
2	Candeias do Jamari	55,22		48	Pedra Preta	40,04	
2	Candeias do Jamari (1)	19,49		49	Alto Garças	54,73	
3	Itapuã do Oeste (3)	0,00		50	Alto Araguaia	51,10	

Nº de ordem (*)	Município	Extensão (km) interceptada	UF	Nº de ordem (*)	Município	Extensão (km) interceptada	UF
4	Alto Paraíso	51,59	MT	51	Sta Rita do Araguaia	7,74	GO
5	Ariquemes	35,64		52	Mineiros	84,97	
6	Monte Negro	9,19		53	Serranópolis	112,04	
7	Cacaulândia	44,63		54	Jataí	2,07	
8	Jaru	35,80		55	Itarumã	122,64	
9	Gov. Jorge Teixeira	4,84		56	Limeira do Oeste	48,91	MG
10	Ouro Preto do Oeste	27,00		57	Iturama	22,94	
11	Teixeirópolis	19,83		58	Ouroeste	7,13	SP
12	Urupá	7,09		59	Populina	19,55	
13	Alvorada D'Oeste	8,00		60	Turmalina	12,59	
14	Presidente Médici	23,47		61	Estrela d'Oeste	4,30	
15	N.Brasilândia D'Oeste	8,23		62	Fernandópolis	31,18	
16	Castanheiras	32,28		63	Meridiano	9,74	
17	Rolim de Moura	41,50		64	Valentim Gentil	4,86	
18	São Felipe D'Oeste	22,21		65	Votuporanga	2,85	
19	Primavera de Rondônia	7,83		66	Floreal	1,92	
20	Parecis	30,44		67	Nhandeara	29,61	
21	Chupinguaia	75,25		68	Macaubal	8,23	
22	Corumbiara	34,81		69	Monte Aprazível	7,54	
23	Cerejeiras	4,59		70	União Paulista	1,87	
24	Colorado do Oeste	21,61		71	Nipoã	12,67	
25	Cabixi	23,63		72	José Bonifácio	24,01	
26	Comodoro	66,82		73	Neves Paulista	0,58	
27	Nova Lacerda	58,04		74	Nova Aliança	11,18	
28	Vila Bela Sant. Trindade	106,64		75	Potirendaba	5,94	
29	Pontes e Lacerda	30,37	76	Mendonça	2,28		
30	Vale de São Domingos	29,12	77	Irapuã	18,94		
31	Jauru	18,64	78	Urupês	0,48		
32	Indiavaí	19,48	79	Novo Horizonte	28,58		
33	Araputanga	29,88	80	Itajobi	0,42		
34	Rio Branco	27,03	81	Borborema	17,18		
35	Lambari D'Oeste	44,76	82	Itápolis	29,15		
36	Barra do Bugres	88,15	83	Tabatinga	16,02		
37	Alto Paraguai	7,40	83	Tabatinga (2)	4,49		
38	Rosário Oeste	23,19	84	Nova Europa	8,26		
39	Jangada	16,34	84	Nova Europa (2)	8,80		
40	Acorizal	19,89	85	Gavião Peixoto	13,15		
41	Várzea Grande	5,50	85	Gavião Peixoto (2)	11,10		
42	Cuiabá	70,88	86	Araraquara (2)	4,43		
43	Sto Antônio do Leverger	52,20	86	Araraquara	4,38		
44	Jaciara	29,63	87	Matão (4)	0,00		
45	Juscimeira	34,89					

**Notas:**

Área de Influência Indireta



## 6. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

### 6.1 GRUPOS ETÁRIOS

O conhecimento da composição da população segundo sexo e faixa etária possibilitam a análise de fenômenos demográficos relativos à evolução da população e de morbimortalidade dependentes destas variáveis subsidiando assim as ações de saúde pública.

A proporção de crianças numa determinada população representa a participação relativa dessa faixa etária na população total e está associada aos níveis de fecundidade e natalidade dessa população que, conseqüentemente influenciará na sua estrutura etária. Regiões com reduzidas taxas de fecundidade resultam em menor proporção de crianças abaixo de cinco anos na sua população.

Já a proporção de idosos (faixa etária de 65 anos e mais) indica o peso da participação dessa faixa etária na população total e, está também associado à redução da natalidade e fecundidade, mas reflete ainda o ritmo de envelhecimento dessa população. (BRASIL, 2002).

A estrutura etária da população residente nos municípios da Área de Influência (Indireta e Direta) da LT é bastante heterogênea. As duas faixas etárias biologicamente vulneráveis (menores de um ano e acima de 65 anos) mostram a heterogeneidade da estrutura etária dessa população, cujos dados estão apresentados no **Quadro 6-1**.

A população menor de um ano nos municípios da All variou proporcionalmente de 0,8 a 2,4% entre os noventa municípios da LT e, a idosa (65 anos e mais) de 3,2% a 17,0%, um intervalo bastante amplo e identificador da heterogeneidade etária das populações dos municípios componentes da área geográfica da LT em estudo.

Um elevado percentual de crianças numa dada população é representativo de condições socioeconômicas precárias e, quase sempre vêm acompanhada de alta mortalidade infantil, um dos indicadores de saúde bastante utilizado como indicativo de condições socioeconômicas precárias. Por sua vez, uma proporção reduzida de idosos numa dada população é indicativo de mortalidade precoce, quase sempre associada às causas externas, em especial na população masculina. Acidentes de transporte, homicídios e suicídios compõem esse grupo de causa e, altas taxas de mortalidade por essas causas roubam a vida das pessoas precocemente e, conseqüentemente repercute na participação da população idosa causando sua redução dada à mortalidade precoce dessas pessoas.

**Quadro 6.1- População (nº e %) menor de um ano, acima de 65 anos e total residente nos municípios, Estados e Estados da Área de Influência (Direta e Indireta) da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.**

IBGE	Município	Menor 1 ano	%	65 e +	%	Total
510010	Acorizal	97	1,7	553	9,8	5660
510030	Alto Araguaia	205	1,4	1194	8,2	14613
510040	Alto Garças	136	1,4	775	8,1	9550
510050	Alto Paraguai	140	1,7	913	11,0	8329
110040	Alto Paraíso	339	1,9	688	3,9	17570
110034	Alvorada D'Oeste	317	1,9	862	5,2	16708
510125	Araputanga	273	1,7	821	5,1	16091
350320	Araraquara	2132	1,1	19585	9,8	200665
110002	Ariquemes	1642	1,9	3333	3,9	85542
510170	Barra do Bugres	680	2,0	1607	4,7	34348
350740	Borborema	162	1,1	1635	11,3	14482
110003	Cabixi	114	1,7	475	7,1	6691
110060	Caculândia	111	1,9	259	4,5	5732
110080	Candeias do Jamari	423	2,4	559	3,2	17547
110090	Castanheiras	66	1,8	230	6,2	3684
110005	Cerejeiras	262	1,6	1143	6,9	16627
110092	Chupinguaia	165	2,1	316	4,0	7841
110006	Colorado do Oeste	279	1,6	1249	7,0	17826
510330	Comodoro	408	2,2	724	3,8	18970
110007	Corumbiara	175	1,8	468	4,8	9682
510340	Cuiabá	8340	1,5	27092	4,9	550562
351520	Estrela d'Oeste	94	1,0	1003	11,1	9041
351550	Fernandópolis	674	1,1	7000	11,0	63536
351590	Floreal	22	0,8	488	17,0	2872
351685	Gavião Peixoto	60	1,4	292	6,9	4241
110100	Governador Jorge Teixeira	248	2,1	432	3,7	11591
510450	Indiavaí	40	1,5	190	7,1	2673
352150	Irapuã	84	1,2	696	10,0	6989
352190	Itajobi	152	1,0	1702	11,6	14681
352270	Itápolis	461	1,1	4367	10,8	40406
110110	Itapuã do Oeste	189	2,3	360	4,4	8230
521130	Itarumã	89	1,6	370	6,7	5490
313440	Iturama	484	1,5	2407	7,2	33230
510480	Jaciara	390	1,5	1345	5,2	25925
510490	Jangada	190	2,2	623	7,4	8465
110011	Jaru	956	1,8	2773	5,1	53946
521190	Jatáí	1327	1,5	5953	6,9	86447
510500	Jauru	197	1,8	784	7,3	10746
352570	José Bonifácio	417	1,3	2880	8,8	32553
510520	Juscimeira	183	1,5	940	7,7	12168
510523	Lambari D'Oeste	88	1,7	360	7,1	5065
313862	Limeira do Oeste	93	1,4	594	8,7	6794
352810	Macaubal	71	0,9	1096	14,3	7673
352930	Matão	992	1,3	6021	7,7	78224
352950	Mendonça	40	0,9	599	14,2	4223
352960	Meridiano	45	1,1	461	11,7	3935
...continua						

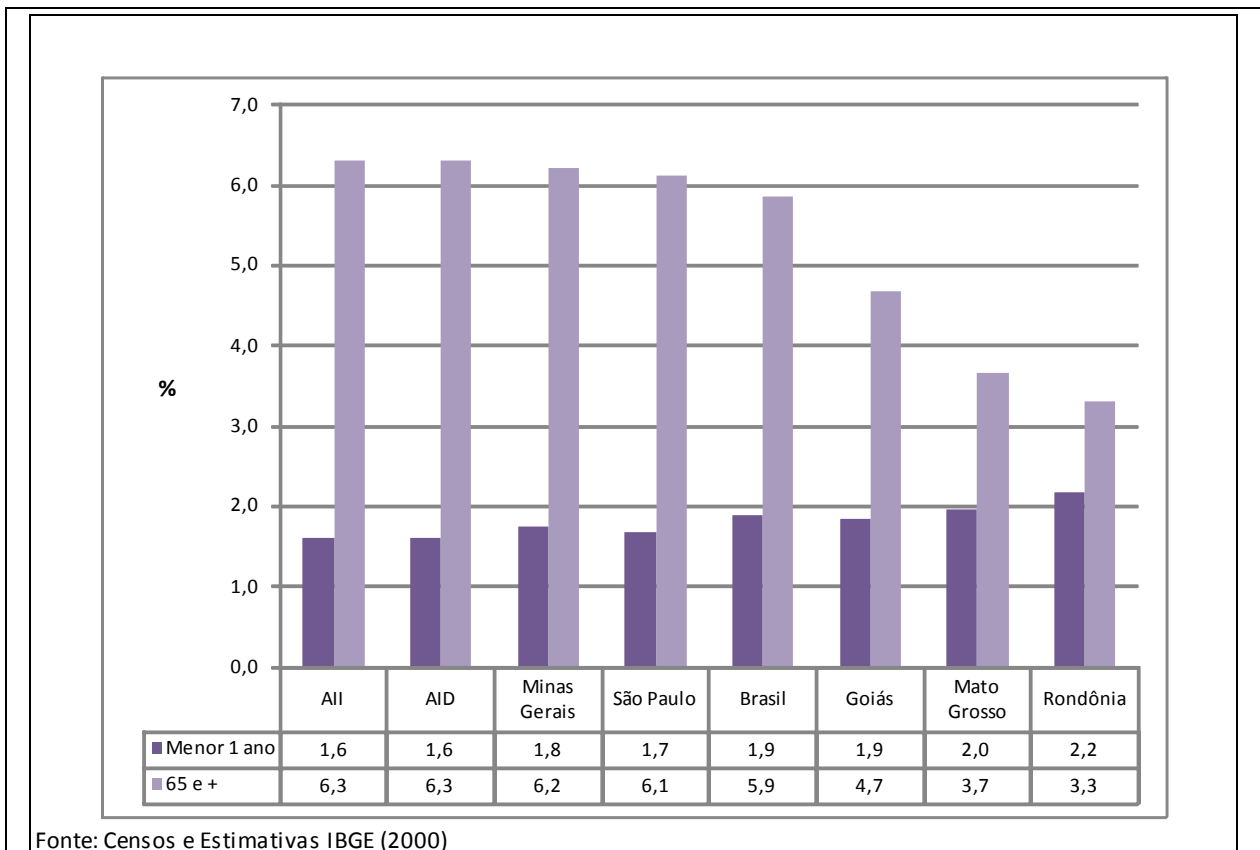
IBGE	Município	Menor 1 ano	%	65 e +	%	Total
521310	Mineiros	761	1,6	3315	6,9	48331
353140	Monte Aprazível	179	0,9	2832	13,5	21012
110140	Monte Negro	268	2,1	508	4,0	12705
353250	Neves Paulista	82	0,9	1226	13,4	9125
353260	Nhandeara	85	0,8	1553	14,4	10774
353270	Nipoã	45	1,1	419	10,2	4106
353280	Nova Aliança	55	1,1	696	13,6	5126
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	325	1,8	921	5,2	17691
353290	Nova Europa	137	1,4	699	6,9	10094
510618	Nova Lacerda	106	2,0	187	3,6	5251
353350	Novo Horizonte	410	1,1	4045	11,2	36270
110015	Ouro Preto do Oeste	625	1,7	1979	5,4	36725
353475	Ouroeste	84	1,1	803	10,6	7597
110145	Parecis	106	2,2	216	4,5	4808
510637	Pedra Preta	280	1,7	905	5,5	16461
510675	Pontes e Lacerda	692	1,8	2048	5,2	39227
354040	Populina	47	1,1	534	12,6	4245
110020	Porto Velho	7182	1,9	13988	3,6	383425
354080	Potirendaba	138	0,9	1843	12,2	15129
110025	Presidente Médici	364	1,6	1530	6,8	22519
110147	Primavera de Rondônia	65	1,7	228	6,1	3766
510720	Rio Branco	75	1,4	480	9,2	5212
110028	Rolim de Moura	844	1,7	2928	5,8	50497
510760	Rondonópolis	2772	1,5	10126	5,6	181904
510770	Rosário Oeste	336	1,8	1457	7,9	18494
521940	Santa Rita do Araguaia	96	1,5	547	8,7	6278
510780	Santo Antônio do Leverger	334	1,6	1765	8,6	20410
110148	São Felipe D'Oeste	108	1,7	364	5,7	6411
510729	São José do Povo	38	1,1	354	10,3	3452
522050	Serranópolis	117	1,5	796	10,2	7819
355270	Tabatinga	203	1,4	1246	8,4	14867
110155	Teixeirópolis	83	1,7	334	6,7	5013
355530	Turmalina	17	0,9	303	15,5	1960
355570	União Paulista	16	1,1	212	14,0	1514
110170	Urupá	268	2,0	630	4,6	13660
355600	Urupês	119	1,0	1635	13,2	12384
510835	Vale de São Domingos	52	1,8	219	7,4	2956
355610	Valentim Gentil	125	1,2	777	7,7	10084
510840	Várzea Grande	4158	1,7	10164	4,2	240038
510550	Vila Bela da Sant.Trindade	337	2,3	650	4,5	14521
355710	Votuporanga	811	1,0	8242	10,1	81277
	All	46997	1,6	191921,0	6,3	3031002
	AID	45816	1,6	185540,0	6,3	2944548
Estado	Rondônia	30124	2,2	45548	3,3	1379787
Estado	Minas Gerais	314348	1,8	1110383	6,2	17891494
Estado	São Paulo	626054	1,7	2263932	6,1	37032403
Estado	Mato Grosso	48866	2,0	91558	3,7	2504353
Estado	Goiás	92726	1,9	233909	4,7	5003228
	Brasil	3213310	1,9	9935100	5,9	169799170

Fonte: Censos e Estimativas IBGE (2000)  
Área de Influência Indireta (All)

Os Estados de Minas Gerais e São Paulo apresentaram a maior participação de idosos na população com 6,1 e 6,2% respectivamente, quando comparado aos demais. Goiás ocupou uma situação intermediária com 4,7%. Os Estados de Mato Grosso e Rondônia alcançaram 3,7 e 3,3% respectivamente situando-se com um pouco acima da metade da participação dos idosos na população paulista ou mineira.

As Áreas de Influência da LT (Direta e Indireta) na média alcançaram uma boa participação nesse grupo etário na população, situando-se com 6,3% de idosos no total da população (**Figura 6-1**).

Para a população infantil (menores de um ano) na média, as Áreas de Influência (Direta e Indireta) foram as que apresentaram as menores proporções (1,6%). Em ordem crescente, São Paulo (1,7%), Minas Gerais (1,8%), Brasil e Goiás, ambos com 1,9%, Mato Grosso (2,0%) e Rondônia (2,2%). Porém, as variações internas (entre os municípios) marcaram uma elevada heterogeneidade variando a participação de 0,8% a 2,4%.



**Figura 6-1 - População (%) menor de um ano e acima de 65 anos residentes nas Áreas de Influência (Direta e Indireta) da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.**



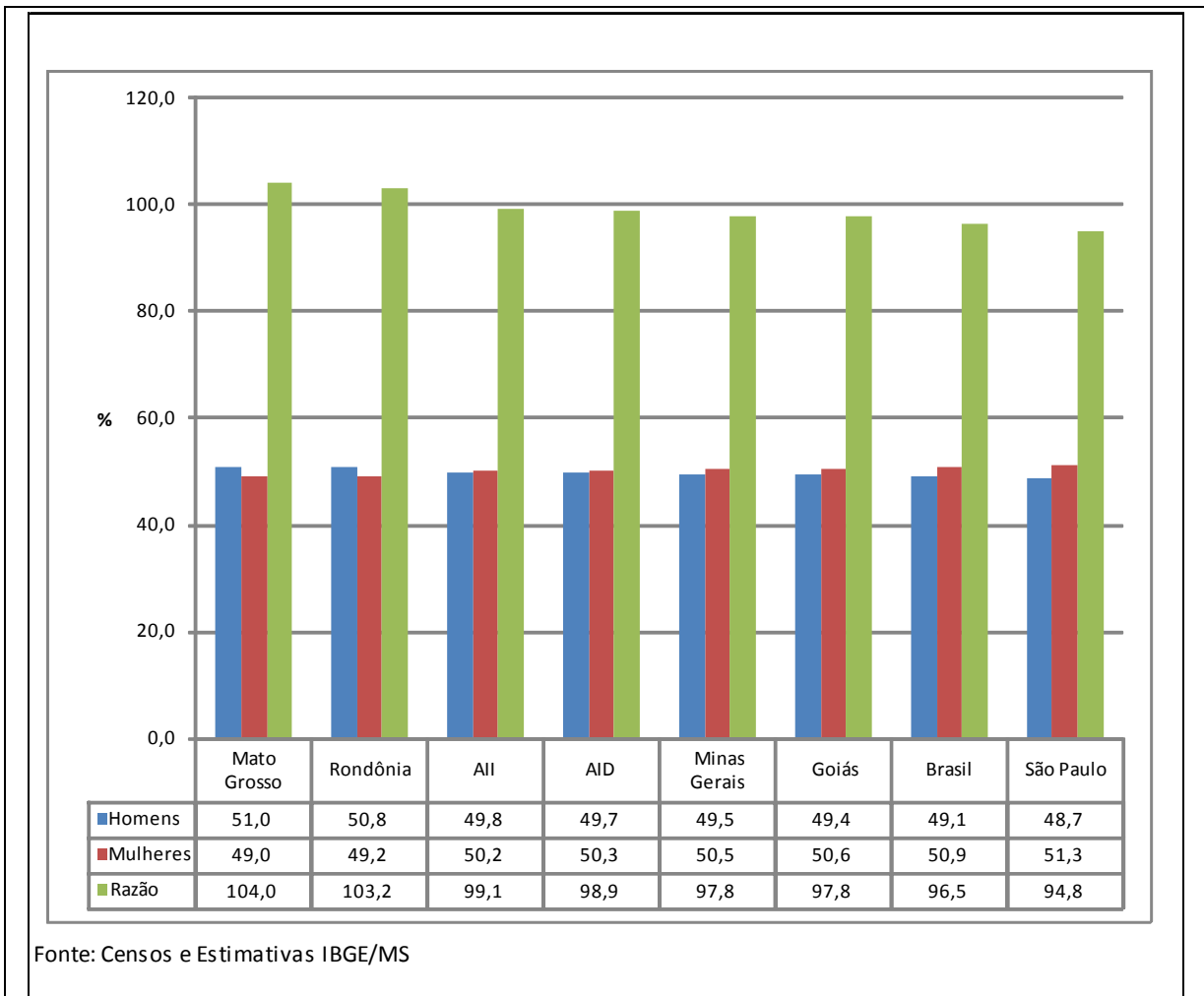
## 6.2 RAZÕES DE SEXOS

O número de homens em relação ao número de mulheres tende a ser bastante estável na população humana e idealmente deveria ser um para um. A razão de sexos é o indicador que expressa a relação quantitativa entre sexos. Se igual a cem o número de homens equivale ao número de mulheres na população se, acima de cem (100) indica que há predominância de homens e se, abaixo de 100 a predominância de mulheres. Movimentos migratórios e mortalidade diferenciada por sexo e idade influenciam os valores alcançados por este indicador. (BRASIL, 2002)

Nas Áreas de Influência e nos Estados em estudo, às mulheres são maioria na população, com exceção de Rondônia e Mato Grosso a proporção de habitantes masculinos na população só se mostrou maior que as mulheres nos Estados de Rondônia (50,8%) e Mato Grosso (51%) que repercutiram respectivamente na razão de sexos (103,2 e 104,0) de cada um destes Estados (**Figura 6.2-1**).

Porem, internamente a All, as projeções e estimativas do IBGE mostrou elevadas discrepâncias para a razão de sexos na população destes municípios. A variação foi de 92,2 a 129,3 no conjunto dos 87 municípios.

Dos 87 municípios da All 67 deles (80%) apresentaram mais homens do que mulheres na sua população. Entre as causas que explicam razões de sexo elevadas estão as correntes migratórias da população masculina em busca de trabalho ou oportunidades de negócios a exemplo de grandes empreendimentos econômicos desenvolvidos na região em estudo, como as hidrelétricas, rodovias, áreas de extrativismo (garimpo, borracha, etc.) que são fatores atrativos para êxodo populacional masculino de outras regiões (**Quadro 6.2-1**).



**Figura 6.2-1 - Proporção (%) de habitantes segundo sexo e Razão de Sexos nas Áreas de Influência da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.**

**Quadro 6.2.1 - Razão de sexos (%) segundo Municípios e Unidades da Federação das Áreas de Influência (Indireta e Direta) da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.**

IBGE	MUN	Homens	%	Mulheres	%	Total	Razão
510010	Acorizal	3192	56,4	2468	43,6	5660	129,3
510729	São José do Povo	1928	55,9	1524	44,1	3452	126,5
110147	Primavera de Rondônia	2098	55,7	1668	44,3	3766	125,8
351685	Gavião Peixoto	2357	55,6	1884	44,4	4241	125,1
110092	Chupinguaia	4314	55,0	3527	45,0	7841	122,3
510618	Nova Lacerda	2889	55,0	2362	45,0	5251	122,3
110007	Corumbiara	5264	54,4	4418	45,6	9682	119,1
510780	Santo Antônio do Leverger	11089	54,3	9321	45,7	20410	119,0
110040	Alto Paraíso	9545	54,3	8025	45,7	17570	118,9
110100	Governador Jorge Teixeira	6290	54,3	5301	45,7	11591	118,7
110060	Cacaulândia	3095	54,0	2637	46,0	5732	117,4
110090	Castanheiras	1987	53,9	1697	46,1	3684	117,1
510835	Vale de São Domingos	1591	53,8	1365	46,2	2956	116,6
510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	7813	53,8	6708	46,2	14521	116,5
510770	Rosário Oeste	9941	53,8	8553	46,2	18494	116,2
510520	Juscimeira	6507	53,5	5661	46,5	12168	114,9
110155	Teixeirópolis	2676	53,4	2337	46,6	5013	114,5
522050	Serranópolis	4166	53,3	3653	46,7	7819	114,0
510050	Alto Paraguai	4436	53,3	3893	46,7	8329	113,9
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	9414	53,2	8277	46,8	17691	113,7
110080	Candeias do Jamari	9311	53,1	8236	46,9	17547	113,1
510480	Jaciara	13745	53,0	12180	47,0	25925	112,8
510490	Jangada	4469	52,8	3996	47,2	8465	111,8
110170	Urupá	7176	52,5	6484	47,5	13660	110,7
110140	Monte Negro	6650	52,3	6055	47,7	12705	109,8
110148	São Felipe D'Oeste	3353	52,3	3058	47,7	6411	109,6
110003	Cabixi	3496	52,2	3195	47,8	6691	109,4
110145	Parecis	2512	52,2	2296	47,8	4808	109,4
510330	Comodoro	9901	52,2	9069	47,8	18970	109,2
510170	Barra do Bugres	17859	52,0	16489	48,0	34348	108,3
110034	Alvorada D'Oeste	8677	51,9	8031	48,1	16708	108,0
354080	Potirendaba	7852	51,9	7277	48,1	15129	107,9
354040	Populina	2202	51,9	2043	48,1	4245	107,8
510450	Indiavaí	1385	51,8	1288	48,2	2673	107,5
510030	Alto Araguaia	7569	51,8	7044	48,2	14613	107,5
313862	Limeira do Oeste	3514	51,7	3280	48,3	6794	107,1
352150	Irapuã	3612	51,7	3377	48,3	6989	107,0
355610	Valentim Gentil	5204	51,6	4880	48,4	10084	106,6
521130	Itarumã	2832	51,6	2658	48,4	5490	106,5
353290	Nova Europa	5205	51,6	4889	48,4	10094	106,5
110110	Itapuã do Oeste	4239	51,5	3991	48,5	8230	106,2
510040	Alto Garças	4918	51,5	4632	48,5	9550	106,2
352960	Meridiano	2024	51,4	1911	48,6	3935	105,9
510675	Pontes e Lacerda	20164	51,4	19063	48,6	39227	105,8
510637	Pedra Preta	8451	51,3	8010	48,7	16461	105,5
521940	Santa Rita do Araguaia	3218	51,3	3060	48,7	6278	105,2
352950	Mendonça	2161	51,2	2062	48,8	4223	104,8
355570	União Paulista	774	51,1	740	48,9	1514	104,6
..continua							

..continua							
IBGE	MUN	Homens	%	Mulheres	%	Total	Razão
110011	Jaru	27533	51,0	26413	49,0	53946	104,2
350740	Borborema	7380	51,0	7102	49,0	14482	103,9
510523	Lambari D'Oeste	2580	50,9	2485	49,1	5065	103,8
351520	Estrela d'Oeste	4602	50,9	4439	49,1	9041	103,7
353475	Ouroeste	3861	50,8	3736	49,2	7597	103,3
510500	Jauru	5461	50,8	5285	49,2	10746	103,3
110005	Cerejeiras	8430	50,7	8197	49,3	16627	102,8
313440	Iturama	16823	50,6	16407	49,4	33230	102,5
110025	Presidente Médici	11389	50,6	11130	49,4	22519	102,3
353270	Nipoã	2073	50,5	2033	49,5	4106	102,0
355600	Urupês	6243	50,4	6141	49,6	12384	101,7
355270	Tabatinga	7492	50,4	7375	49,6	14867	101,6
352810	Macaubal	3866	50,4	3807	49,6	7673	101,5
510720	Rio Branco	2624	50,3	2588	49,7	5212	101,4
521310	Mineiros	24295	50,3	24036	49,7	48331	101,1
110006	Colorado do Oeste	8937	50,1	8889	49,9	17826	100,5
110002	Ariquemes	42848	50,1	42694	49,9	85542	100,4
510125	Araputanga	8058	50,1	8033	49,9	16091	100,3
110015	Ouro Preto do Oeste	18379	50,0	18346	50,0	36725	100,2
352190	Itajobi	7338	50,0	7343	50,0	14681	99,9
110028	Rolim de Moura	25226	50,0	25271	50,0	50497	99,8
353250	Neves Paulista	4554	49,9	4571	50,1	9125	99,6
510760	Rondonópolis	90640	49,8	91264	50,2	181904	99,3
352570	José Bonifácio	16208	49,8	16345	50,2	32553	99,2
352270	Itápolis	20027	49,6	20379	50,4	40406	98,3
521190	Jataí	42844	49,6	43603	50,4	86447	98,3
510840	Várzea Grande	118686	49,4	121352	50,6	240038	97,8
352930	Matão	38616	49,4	39608	50,6	78224	97,5
353350	Novo Horizonte	17889	49,3	18381	50,7	36270	97,3
353140	Monte Aprazível	10353	49,3	10659	50,7	21012	97,1
110020	Porto Velho	188571	49,2	194854	50,8	383425	96,8
353280	Nova Aliança	2513	49,0	2613	51,0	5126	96,2
351590	Floreal	1406	49,0	1466	51,0	2872	95,9
355530	Turmalina	959	48,9	1001	51,1	1960	95,8
355710	Votuporanga	39763	48,9	41514	51,1	81277	95,8
351550	Fernandópolis	31012	48,8	32524	51,2	63536	95,4
353260	Nhandeara	5227	48,5	5547	51,5	10774	94,2
350320	Araraquara	96533	48,1	104132	51,9	200665	92,7
510340	Cuiabá	264056	48,0	286506	52,0	550562	92,2
	All	1508360	49,8	1522642	50,2	3031002	99,1
	AID	1479519	49,7	1495548	50,3	2975067	98,9
Estado	Rondônia	763746	50,8	740165	49,2	1503911	103,2
Estado	Minas Gerais	9906976	49,5	10127092	50,5	20034068	97,8
Estado	São Paulo	20145016	48,7	21239073	51,3	41384089	94,8
Estado	Mato Grosso	1530003	51,0	1471722	49,0	3001725	104,0
Estado	Goiás	2929849	49,4	2996459	50,6	5926308	97,8
Estado	Brasil	94050601	49,1	97430444	50,9	191481045	96,5

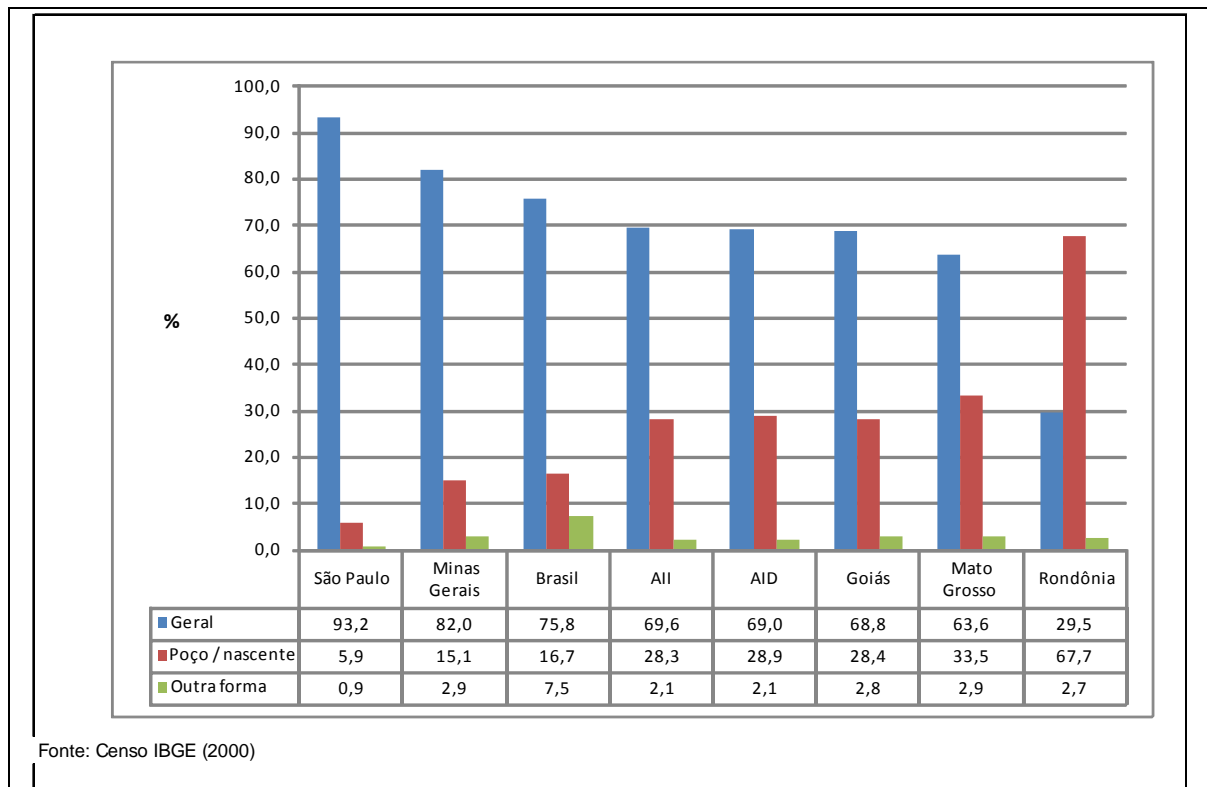
Fonte: Censos e Estimativas IBGE/MS

## 7. SANEAMENTO BÁSICO

As condições ambientais relativas à urbanização podem ser auferidas por alguns indicadores de infra-estrutura de saneamento básico que uma dada população tem à sua disposição e inclui abastecimento de água, destinação lixo e de esgoto.

O **abastecimento de água** na Área de Influência da LT mostra que os domicílios servidos por rede de abastecimento variou de 0,0 a 96,9% com a pior cobertura situada no Estado de Rondônia (29,5%) e, a melhor no Estado de São Paulo com 93,2% (**Figura 7-1**).

Os municípios no seu conjunto nas Áreas de Influência somaram 69,6 (All) e 69,0% para a AID. Alto Paraíso (96,9%), Governador Jose Teixeira (96,8%) e Corumbiara (97,6%) foram os municípios com os percentuais mais elevados com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente (**Quadro 7-1**).



**Figura 7-1 - Domicílios (%) segundo tipo de abastecimento de água nas Áreas de Influência da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, Ano 2000.**

**Quadro 7-1 - Domicílios (nº e %) segundo tipo de abastecimento de água nas Áreas de Influência da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 nº 02, Ano 2000.**

IBGE	Município	Geral	%	Poço / nascente	%	Outra forma	%	Total
350320	Araraquara	51909	96,9	1610	3,0	78	0,1	53597
352930	Matão	18576	95,9	762	3,9	25	0,1	19363
355710	Votuporanga	22106	95,7	981	4,2	21	0,1	23108
351550	Fernandópolis	17584	94,4	1001	5,4	36	0,2	18621
353290	Nova Europa	1872	92,9	143	7,1	0	0,0	2015
510340	Cuiabá	116241	91,4	7271	5,7	3621	2,8	127133
510760	Rondonópolis	37278	91,4	3079	7,5	447	1,1	40804
353350	Novo Horizonte	8791	89,1	1062	10,8	8	0,1	9861
313440	Iturama	7434	89,0	804	9,6	119	1,4	8357
510480	Jaciara	5507	88,8	618	10,0	75	1,2	6200
521310	Mineiros	9353	87,9	1233	11,6	56	0,5	10642
353250	Neves Paulista	2365	87,6	333	12,3	1	0,0	2699
355610	Valentim Gentil	2115	87,1	314	12,9	0	0,0	2429
352570	José Bonifácio	7233	86,9	1080	13,0	9	0,1	8322
353140	Monte Aprazível	4989	86,2	793	13,7	8	0,1	5790
521940	Santa Rita do Araguaia	1295	86,0	202	13,4	8	0,5	1505
354080	Potirendaba	3552	85,9	577	14,0	5	0,1	4134
352270	Itápolis	9449	85,7	1562	14,2	20	0,2	11031
352810	Macaubal	2004	85,1	349	14,8	1	0,0	2354
350740	Borborema	3264	84,7	587	15,2	4	0,1	3855
353270	Nipoã	860	84,2	159	15,6	2	0,2	1021
355600	Urupês	2962	83,7	575	16,3	0	0,0	3537
355270	Tabatinga	3121	83,4	617	16,5	5	0,1	3743
352150	Irapuã	1528	81,6	338	18,0	7	0,4	1873
353475	Ouroeste	1490	81,5	332	18,2	7	0,4	1829
354040	Populina	1106	80,3	265	19,2	6	0,4	1377
510637	Pedra Preta	2877	80,1	693	19,3	20	0,6	3590
351520	Estrela d'Oeste	1884	79,5	482	20,3	5	0,2	2371
353260	Nhandeara	2541	79,2	668	20,8	0	0,0	3209
351590	Floreal	817	78,6	219	21,1	3	0,3	1039
510840	Várzea Grande	43245	78,5	10222	18,6	1612	2,9	55079
510040	Alto Garças	1823	78,4	463	19,9	38	1,6	2324
352190	Itajobi	3257	78,2	907	21,8	1	0,0	4165
510030	Alto Araguaia	2535	78,2	668	20,6	40	1,2	3243
353280	Nova Aliança	1103	77,1	328	22,9	0	0,0	1431
352960	Meridiano	920	76,6	278	23,1	3	0,2	1201
521190	Jataí	16360	76,5	4852	22,7	183	0,9	21395
510720	Rio Branco	1091	75,6	330	22,9	23	1,6	1444
351685	Gavião Peixoto	797	75,1	262	24,7	2	0,2	1061
510125	Araputanga	2638	74,6	803	22,7	93	2,6	3534
352950	Mendonça	852	74,5	291	25,4	1	0,1	1144
355570	União Paulista	292	73,2	107	26,8	0	0,0	399
510050	Alto Paraguai	1642	73,0	380	16,9	227	10,1	2249
355530	Tumalina	527	69,6	229	30,3	1	0,1	757
510520	Juscimeira	2308	67,6	1008	29,5	100	2,9	3416
313862	Limeira do Oeste	1103	60,3	718	39,2	9	0,5	1830
510010	Acorizal	834	57,6	399	27,6	214	14,8	1447
522050	Serranópolis	1122	57,3	800	40,8	37	1,9	1959
..continua								

..continua								
IBGE	Município	Geral	%	Poço / nascente	%	Outra forma	%	Total
510330	Comodoro	2182	57,1	1519	39,8	119	3,1	3820
510729	São José do Povo	467	56,9	279	34,0	75	9,1	821
510770	Rosário Oeste	2492	56,1	1504	33,8	450	10,1	4446
510170	Barra do Bugres	3679	55,5	2708	40,9	237	3,6	6624
510450	Indiavaí	297	54,1	243	44,3	9	1,6	549
510490	Jangada	865	52,8	564	34,4	210	12,8	1639
110080	Candeias do Jamari	1646	52,0	1328	41,9	193	6,1	3167
110006	Colorado do Oeste	2775	48,4	2848	49,6	114	2,0	5737
521130	Itarumã	801	48,0	854	51,2	14	0,8	1669
510618	Nova Lacerda	374	43,9	422	49,6	55	6,5	851
110092	Chupinguaia	628	43,3	807	55,7	14	1,0	1449
510523	Lambari D'Oeste	497	41,3	686	57,1	19	1,6	1202
110110	Itapuã do Oeste	669	39,4	958	56,4	71	4,2	1698
510780	Santo Antônio do Leverger	1349	36,5	1944	52,6	406	11,0	3699
110147	Primavera de Rondônia	400	36,4	696	63,3	4	0,4	1100
510675	Pontes e Lacerda	4109	35,8	7080	61,7	283	2,5	11472
110020	Porto Velho	29487	35,2	50113	59,9	4082	4,9	83682
510500	Jauru	988	32,3	1963	64,1	111	3,6	3062
110028	Rolim de Moura	4016	31,8	8386	66,4	226	1,8	12628
110025	Presidente Médici	2139	31,4	4574	67,2	90	1,3	6803
110034	Alvorada D'Oeste	1483	29,8	3398	68,2	100	2,0	4981
110002	Ariquemes	5447	29,4	12919	69,7	161	0,9	18527
110015	Ouro Preto do Oeste	3131	29,4	7361	69,1	167	1,6	10659
110005	Cerejeiras	1111	22,9	3711	76,6	25	0,5	4847
110090	Castanheiras	206	19,5	838	79,3	13	1,2	1057
510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	559	18,7	2259	75,4	178	5,9	2996
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	752	17,8	3414	80,9	55	1,3	4221
110145	Parecis	150	17,4	685	79,6	26	3,0	861
110148	São Felipe D'Oeste	283	16,5	1424	83,2	5	0,3	1712
110011	Jaru	1816	13,4	11526	85,0	224	1,7	13566
110140	Monte Negro	373	12,3	2620	86,5	36	1,2	3029
110060	Cacaulândia	157	12,0	1135	86,4	21	1,6	1313
110170	Urupá	253	7,1	3272	92,0	30	0,8	3555
110155	Teixeirópolis	76	5,5	1281	92,3	31	2,2	1388
110003	Cabixi	98	5,0	1797	92,1	57	2,9	1952
110040	Alto Paraíso	80	2,6	2945	96,9	15	0,5	3040
110100	Governador Jorge Teixeira	4	0,1	2863	96,8	91	3,1	2958
110007	Corumbiara	1	0,0	2565	97,6	61	2,3	2627
510835	Vale de São Domingos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
	All	510392	69,6	207243	28,3	15259	2,1	732894
	AID	491147	69,0	205523	28,9	15163	2,1	711833
Estado	Rondônia	402066	29,5	921872	67,7	36894	2,7	1360832
Estado	Minas Gerais	14569560	82,0	2680283	15,1	512525	2,9	17762368
Estado	São Paulo	34202790	93,2	2181306	5,9	329708	0,9	36713804
Estado	Mato Grosso	1551761	63,6	816348	33,5	71406	2,9	2439515
Estado	Goiás	3408639	68,8	1405380	28,4	138660	2,8	4952679
	Brasil	127682948	75,8	28074483	16,7	12613462	7,5	168370893

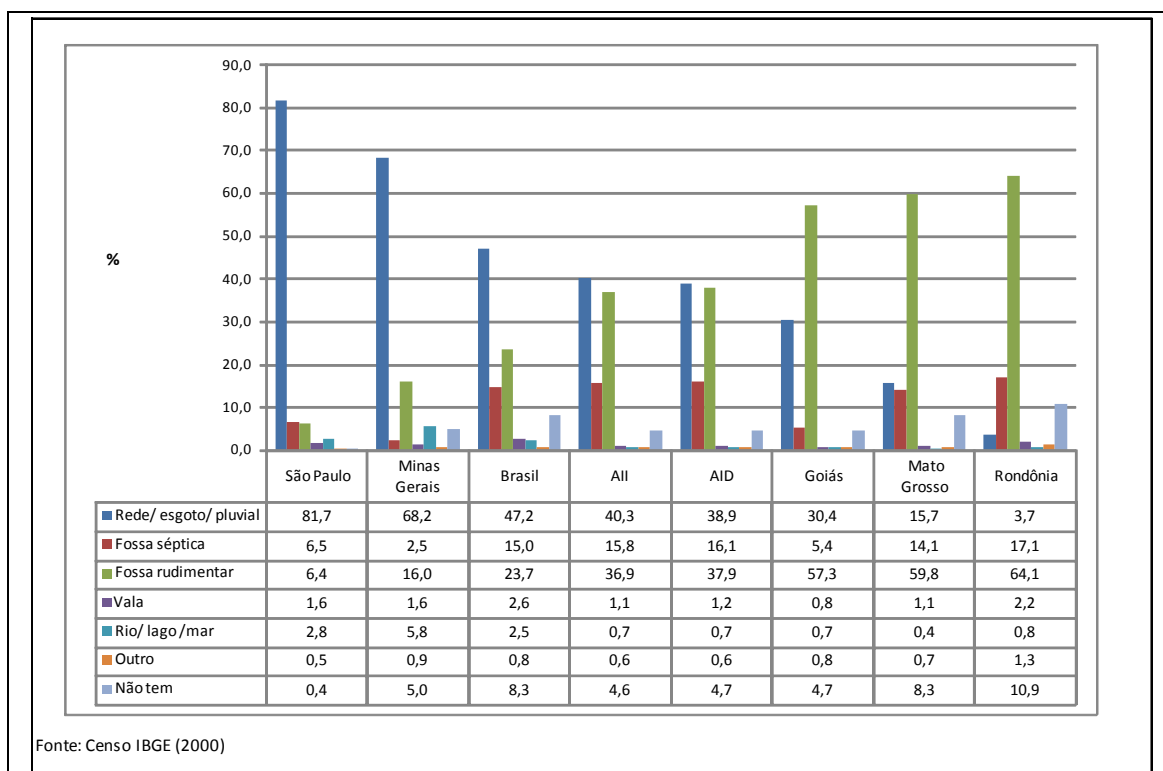
Fonte: Censo IBGE (2000)

Em relação às **instalações sanitárias** nas Áreas de Influência da LT os dados do Censo 2000 mostram a precariedade desse tipo de infra-estrutura no Estado de Rondônia, com predomínio de fossa rudimentar (64,1%), e 3,7% dos domicílios com rede de esgoto. O Estado de melhor infra-estrutura de coleta de dejetos através da rede é o Estado de São Paulo com 81,7%.

Com exceção de São Paulo (0,4%), os demais estados, em ordem crescente apresentam percentuais expressivos de domicílios sem instalações sanitárias: Goiás (4,7%), Minas Gerais (5,0%), Mato Grosso (8,3%) e Rondônia (10,9%).

Nas Áreas de Influência o cenário é bastante semelhante, sendo que na AII o percentual de rede de esgoto (40,3%) é um pouco mais elevado que na AID (38,9%). **(Figura 7-2)**. Cabixi, Castanheiras, Corumbiara, Governador Jorge Teixeira, Nova Brasilândia D Oeste, Parecis, São Felipe D' Oeste, Teixeirópolis, Indivaí, Urupá, Monte Negro, Cerejeiras, Acorizal e Cacaulândia foram os municípios que registraram ausência total de infra-estrutura de instalações sanitárias **(Quadro 7-2)**.

Por sua vez, os municípios de Votuporanga, Fernandópolis, Matão e Araraquara todos no Estado de São Paulo, ultrapassaram 90% de cobertura de instalações sanitárias na rede pública.



**Figura 7-2 - Domicílios (%) segundo tipo de instalações sanitárias nas Áreas de Influência da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 nº 02, ano 2000.**



**Quadro 7-2 - Domicílios (nº e %) segundo tipo de instalações sanitárias nas Áreas de Influência da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 nº 02, ano 2000**

IBGE	Município	Rede/ esgoto/ pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio/ lago /mar		Outro		Não tem		Total
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%			
110040	Alto Paraíso	6	0,2	211	6,9	1974	64,9	43	1,4	0	0,0	69	2,3	737	24,2	3040
110034	Alvorada D'Oeste	28	0,6	54	1,1	3879	77,9	26	0,5	0	0,0	166	3,3	828	16,6	4981
110002	Ariquemes	72	0,4	2540	13,7	14862	80,2	21	0,1	10	0,1	28	0,2	994	5,4	18527
110003	Cabixi	0	0,0	22	1,1	1642	84,1	2	0,1	2	0,1	3	0,2	281	14,4	1952
110060	Cacaulândia	1	0,1	50	3,8	1076	81,9	4	0,3	0	0,0	5	0,4	177	13,5	1313
110080	Candeias do Jamari	4	0,1	2220	70,1	548	17,3	4	0,1	0	0,0	118	3,7	273	8,6	3167
110090	Castanheiras	0	0,0	5	0,5	974	92,1	3	0,3	2	0,2	2	0,2	71	6,7	1057
110005	Cerejeiras	2	0,0	42	0,9	4624	95,4	58	1,2	0	0,0	2	0,0	119	2,5	4847
110092	Chupinguaia	2	0,1	296	20,4	934	64,5	4	0,3	0	0,0	3	0,2	210	14,5	1449
110006	Colorado do Oeste	20	0,3	42	0,7	5216	90,9	17	0,3	85	1,5	15	0,3	342	6,0	5737
110007	Corumbiara	0	0,0	9	0,3	1797	68,4	6	0,2	0	0,0	0	0,0	815	31,0	2627
110100	Governador Jorge Teixeira	0	0,0	24	0,8	1601	54,1	16	0,5	4	0,1	215	7,3	1098	37,1	2958
110110	Itapuã do Oeste	29	1,7	713	42,0	667	39,3	6	0,4	1	0,1	2	0,1	280	16,5	1698
110011	Jaru	159	1,2	1461	10,8	10212	75,3	216	1,6	190	1,4	374	2,8	954	7,0	13566
110140	Monte Negro	1	0,0	105	3,5	2271	75,0	4	0,1	0	0,0	17	0,6	631	20,8	3029
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	0	0,0	108	2,6	2979	70,6	8	0,2	8	0,2	4	0,1	1114	26,4	4221
110015	Ouro Preto do Oeste	71	0,7	649	6,1	8631	81,0	150	1,4	166	1,6	134	1,3	858	8,0	10659
110145	Parecis	0	0,0	19	2,2	372	43,2	39	4,5	0	0,0	1	0,1	430	49,9	861
110020	Porto Velho	7437	8,9	44019	52,6	23622	28,2	3048	3,6	899	1,1	633	0,8	4024	4,8	83682
110025	Presidente Médici	19	0,3	35	0,5	5690	83,6	68	1,0	5	0,1	338	5,0	648	9,5	6803
110147	Primavera de Rondônia	1	0,1	4	0,4	918	83,5	11	1,0	3	0,3	2	0,2	161	14,6	1100
110028	Rolim de Moura	33	0,3	115	0,9	11129	88,1	426	3,4	161	1,3	154	1,2	610	4,8	12628
110148	São Felipe D'Oeste	0	0,0	1	0,1	1097	64,1	9	0,5	4	0,2	1	0,1	600	35,0	1712
110155	Teixeirópolis	0	0,0	1	0,1	593	42,7	631	45,5	7	0,5	7	0,5	149	10,7	1388
110170	Urupá	1	0,0	40	1,1	2974	83,7	27	0,8	0	0,0	8	0,2	505	14,2	3555
313440	Iturama	6904	82,6	30	0,4	1256	15,0	8	0,1	16	0,2	7	0,1	136	1,6	8357
313862	Limeira do Oeste	170	9,3	3	0,2	1566	85,6	2	0,1	1	0,1	12	0,7	76	4,2	1830
350320	Araraquara	51572	96,2	1447	2,7	372	0,7	6	0,0	95	0,2	34	0,1	71	0,1	53597
350740	Borborema	3113	80,8	234	6,1	419	10,9	11	0,3	48	1,2	16	0,4	14	0,4	3855
351520	Estrela d'Oeste	1808	76,3	5	0,2	542	22,9	7	0,3	3	0,1	1	0,0	5	0,2	2371
351550	Fernandópolis	17145	92,1	474	2,5	913	4,9	12	0,1	3	0,0	16	0,1	58	0,3	18621
351590	Floral	801	77,1	9	0,9	207	19,9	8	0,8	2	0,2	0	0,0	12	1,2	1039
351685	Gavião Peixoto	770	72,6	191	18,0	4	0,4	14	1,3	80	7,5	1	0,1	1	0,1	1061
352150	Itapua	1509	80,6	9	0,5	334	17,8	7	0,4	2	0,1	1	0,1	11	0,6	1873
352190	Itajobi	3184	76,4	44	1,1	867	20,8	14	0,3	42	1,0	12	0,3	2	0,0	4165
352270	Itápolis	9390	85,1	138	1,3	1264	11,5	112	1,0	88	0,8	20	0,2	19	0,2	11031
352570	José Bonifácio	6906	83,0	291	3,5	1073	12,9	8	0,1	6	0,1	3	0,0	35	0,4	8322
352810	Macaubal	1933	82,1	6	0,3	407	17,3	1	0,0	0	0,0	5	0,2	2	0,1	2354
352930	Matão	18497	95,5	493	2,5	290	1,5	6	0,0	41	0,2	8	0,0	28	0,1	19363
352950	Mendonça	827	72,3	65	5,7	249	21,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,3	1144
352960	Meridiano	790	65,8	53	4,4	338	28,1	8	0,7	2	0,2	1	0,1	9	0,7	1201
353140	Monte Aprazível	4676	80,8	34	0,6	1046	18,1	10	0,2	5	0,1	6	0,1	13	0,2	5790
353250	Neves Paulista	2234	82,8	8	0,3	450	16,7	1	0,0	2	0,1	1	0,0	3	0,1	2699
353260	Nhandeara	2286	71,2	259	8,1	652	20,3	2	0,1	0	0,0	0	0,0	10	0,3	3209
353270	Nipoã	833	81,6	29	2,8	148	14,5	4	0,4	1	0,1	0	0,0	6	0,6	1021
353280	Nova Aliança	1077	75,3	5	0,3	338	23,6	0	0,0	2	0,1	6	0,4	3	0,2	1431
353290	Nova Europa	1788	88,7	7	0,3	151	7,5	0	0,0	67	3,3	0	0,0	2	0,1	2015
353350	Novo Horizonte	8701	88,2	29	0,3	1066	10,8	23	0,2	6	0,1	7	0,1	29	0,3	9861
353475	Ouroeste	1333	72,9	38	2,1	436	23,8	5	0,3	8	0,4	2	0,1	7	0,4	1829
354040	Populina	1000	72,6	4	0,3	344	25,0	2	0,1	2	0,1	1	0,1	24	1,7	1377
510050	Alto Paraguai	25	1,1	9	0,4	1508	67,1	14	0,6	13	0,6	9	0,4	671	29,8	2249
510125	Araputanga	124	3,5	231	6,5	2863	81,0	137	3,9	27	0,8	54	1,5	98	2,8	3534

..continua

..continua																
IBGE	Município	Rede/ esgoto/ pluvial	%	Fossa séptica	%	Fossa rudimentar	%	Vala	%	Rio/ lago /mar	%	Outro	%	Não tem	%	Total
510170	Barra do Bugres	671	10,1	370	5,6	5093	76,9	109	1,6	14	0,2	117	1,8	250	3,8	6624
354080	Potirendaba	3543	85,7	311	7,5	260	6,3	11	0,3	2	0,0	3	0,1	4	0,1	4134
355270	Tabatinga	2791	74,6	13	0,3	501	13,4	18	0,5	210	5,6	195	5,2	15	0,4	3743
355530	Turmalina	513	67,8	0	0,0	222	29,3	12	1,6	1	0,1	7	0,9	2	0,3	757
355570	União Paulista	290	72,7	0	0,0	108	27,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,3	399
355600	Urupês	2934	83,0	74	2,1	498	14,1	5	0,1	18	0,5	2	0,1	6	0,2	3537
355610	Valentim Gentil	2101	86,5	88	3,6	235	9,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,2	2429
355710	Votuporanga	21172	91,6	1030	4,5	799	3,5	17	0,1	4	0,0	8	0,0	78	0,3	23108
510010	Acorizal	1	0,1	877	60,6	25	1,7	2	0,1	0	0,0	24	1,7	518	35,8	1447
510030	Alto Araguaia	841	25,9	269	8,3	1669	51,5	10	0,3	168	5,2	69	2,1	217	6,7	3243
510040	Alto Garças	42	1,8	14	0,6	2089	89,9	7	0,3	16	0,7	40	1,7	116	5,0	2324
510330	Comodoro	10	0,3	674	17,6	2268	59,4	80	2,1	3	0,1	2	0,1	783	20,5	3820
510340	Cuiabá	65420	51,5	28249	22,2	28633	22,5	946	0,7	1146	0,9	536	0,4	2203	1,7	127133
510450	Indiavaí	0	0,0	16	2,9	505	92,0	3	0,5	1	0,2	12	2,2	12	2,2	549
510480	Jaciara	49	0,8	1954	31,5	3956	63,8	30	0,5	0	0,0	26	0,4	185	3,0	6200
510490	Jangada	6	0,4	177	10,8	733	44,7	3	0,2	0	0,0	4	0,2	716	43,7	1639
510500	Jauru	19	0,6	16	0,5	2053	67,0	150	4,9	54	1,8	6	0,2	764	25,0	3062
510520	Juscimeira	86	2,5	69	2,0	2809	82,2	19	0,6	18	0,5	18	0,5	397	11,6	3416
510523	Lambari D'Oeste	8	0,7	109	9,1	659	54,8	5	0,4	11	0,9	140	11,6	270	22,5	1202
510618	Nova Lacerda	3	0,4	85	10,0	498	58,5	6	0,7	5	0,6	0	0,0	254	29,8	851
510637	Pedra Preta	287	8,0	37	1,0	3012	83,9	25	0,7	66	1,8	14	0,4	149	4,2	3590
510675	Pontes e Lacerda	1096	9,6	228	2,0	8530	74,4	543	4,7	33	0,3	32	0,3	1010	8,8	11472
510720	Rio Branco	4	0,3	3	0,2	1231	85,2	11	0,8	3	0,2	3	0,2	189	13,1	1444
510760	Rondonópolis	10976	26,9	4053	9,9	24595	60,3	99	0,2	135	0,3	35	0,1	911	2,2	40804
510770	Rosário Oeste	17	0,4	204	4,6	2864	64,4	71	1,6	1	0,0	16	0,4	1273	28,6	4446
510780	Santo Antônio do Leverger	25	0,7	682	18,4	2026	54,8	74	2,0	1	0,0	87	2,4	804	21,7	3699
510729	São José do Povo	3	0,4	79	9,6	548	66,7	13	1,6	4	0,5	3	0,4	171	20,8	821
510840	Várzea Grande	6031	10,9	16392	29,8	29731	54,0	304	0,6	330	0,6	223	0,4	2068	3,8	55079
510550	Vila Bela Sant.Trindade	6	0,2	219	7,3	1940	64,8	79	2,6	0	0,0	19	0,6	733	24,5	2996
521130	Itarumã	554	33,2	5	0,3	731	43,8	150	9,0	88	5,3	36	2,2	105	6,3	1669
521190	Jataí	11150	52,1	2020	9,4	7183	33,6	132	0,6	181	0,8	204	1,0	525	2,5	21395
521310	Mineiros	7392	69,5	57	0,5	2435	22,9	62	0,6	251	2,4	83	0,8	362	3,4	10642
521940	Santa Rita do Araguaia	40	2,7	20	1,3	1291	85,8	20	1,3	8	0,5	34	2,3	92	6,1	1505
522050	Serranópolis	12	0,6	206	10,5	1413	72,1	39	2,0	108	5,5	43	2,2	138	7,0	1959
	All	295375	40,3	115530	15,8	270528	36,9	8324	1,1	4989	0,7	4565	0,6	33583	4,6	732894
	AID	276849	38,9	114324	16,1	269571	37,9	8312	1,2	4947	0,7	4555	0,6	33275	4,7	711833
Estado	Rondônia	12815	3,7	59201	17,1	222505	64,1	7572	2,2	2712	0,8	4523	1,3	37866	10,9	347194
Estado	Minas Gerais	3249313	68,2	119318	2,5	764162	16,0	74629	1,6	274007	5,8	43638	0,9	240191	5,0	4765258
Estado	São Paulo	8466151	81,7	677822	6,5	661022	6,4	165032	1,6	293921	2,8	55128	0,5	45076	0,4	10364152
Estado	Mato Grosso	101149	15,7	91103	14,1	385944	59,8	7221	1,1	2737	0,4	4308	0,7	53443	8,3	645905
Estado	Goiás	424472	30,4	74915	5,4	801080	57,3	11511	0,8	9195	0,7	11110	0,8	65732	4,7	1398015
Estado	Brasil	21160735	47,2	6699715	15,0	10594752	23,7	1154910	2,6	1110021	2,5	369660	0,8	3705308	8,3	44795101

Fonte: Censo IBGE (2000)

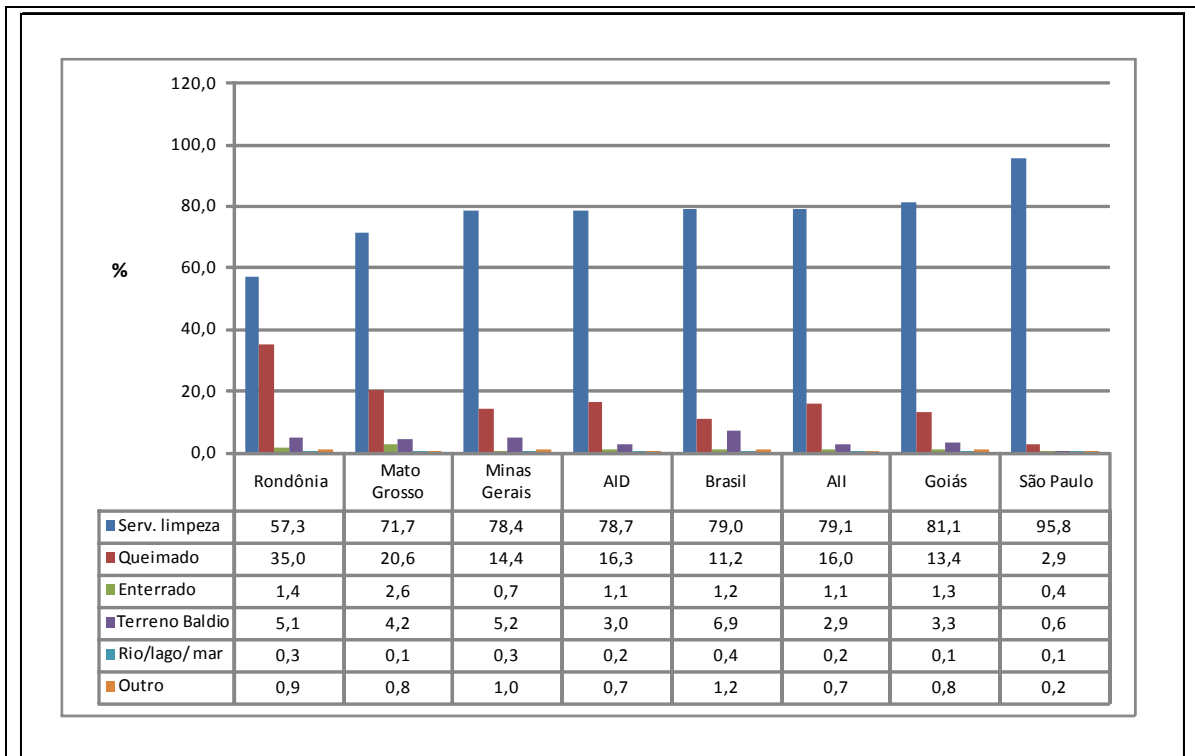
..continua

IBGE	Município	Rede/ esgoto/ pluvial	%	Fossa séptica	%	Fossa rudimentar	%	Vala	%	Rio/ lago /mar	%	Outro	%	Não tem	%	Total
510170	Barra do Bugres	671	10,1	370	5,6	5093	76,9	109	1,6	14	0,2	117	1,8	250	3,8	6624
354080	Potirendaba	3543	85,7	311	7,5	260	6,3	11	0,3	2	0,0	3	0,1	4	0,1	4134
355270	Tabatinga	2791	74,6	13	0,3	501	13,4	18	0,5	210	5,6	195	5,2	15	0,4	3743
355530	Turmalina	513	67,8	0	0,0	222	29,3	12	1,6	1	0,1	7	0,9	2	0,3	757
355570	União Paulista	290	72,7	0	0,0	108	27,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,3	399
355600	Urupês	2934	83,0	74	2,1	498	14,1	5	0,1	18	0,5	2	0,1	6	0,2	3537
355610	Valentim Gentil	2101	86,5	88	3,6	235	9,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,2	2429
355710	Votuporanga	21172	91,6	1030	4,5	799	3,5	17	0,1	4	0,0	8	0,0	78	0,3	23108
510010	Acorizal	1	0,1	877	60,6	25	1,7	2	0,1	0	0,0	24	1,7	518	35,8	1447
510030	Alto Araguaia	841	25,9	269	8,3	1669	51,5	10	0,3	168	5,2	69	2,1	217	6,7	3243
510040	Alto Garças	42	1,8	14	0,6	2089	89,9	7	0,3	16	0,7	40	1,7	116	5,0	2324
510330	Comodoro	10	0,3	674	17,6	2268	59,4	80	2,1	3	0,1	2	0,1	783	20,5	3820
510340	Cuiabá	65420	51,5	28249	22,2	28633	22,5	946	0,7	1146	0,9	536	0,4	2203	1,7	127133
510450	Indiavaí	0	0,0	16	2,9	505	92,0	3	0,5	1	0,2	12	2,2	12	2,2	549
510480	Jaciara	49	0,8	1954	31,5	3956	63,8	30	0,5	0	0,0	26	0,4	185	3,0	6200
510490	Jangada	6	0,4	177	10,8	733	44,7	3	0,2	0	0,0	4	0,2	716	43,7	1639
510500	Jauru	19	0,6	16	0,5	2053	67,0	150	4,9	54	1,8	6	0,2	764	25,0	3062
510520	Juscimeira	86	2,5	69	2,0	2809	82,2	19	0,6	18	0,5	18	0,5	397	11,6	3416
510523	Lambari D'Oeste	8	0,7	109	9,1	659	54,8	5	0,4	11	0,9	140	11,6	270	22,5	1202
510618	Nova Lacerda	3	0,4	85	10,0	498	58,5	6	0,7	5	0,6	0	0,0	254	29,8	851
510637	Pedra Preta	287	8,0	37	1,0	3012	83,9	25	0,7	66	1,8	14	0,4	149	4,2	3590
510675	Pontes e Lacerda	1096	9,6	228	2,0	8530	74,4	543	4,7	33	0,3	32	0,3	1010	8,8	11472
510720	Rio Branco	4	0,3	3	0,2	1231	85,2	11	0,8	3	0,2	3	0,2	189	13,1	1444
510760	Rondonópolis	10976	26,9	4053	9,9	24595	60,3	99	0,2	135	0,3	35	0,1	911	2,2	40804
510770	Rosário Oeste	17	0,4	204	4,6	2864	64,4	71	1,6	1	0,0	16	0,4	1273	28,6	4446
510780	Santo Antônio do Leverger	25	0,7	682	18,4	2026	54,8	74	2,0	1	0,0	87	2,4	804	21,7	3699
510729	São José do Povo	3	0,4	79	9,6	548	66,7	13	1,6	4	0,5	3	0,4	171	20,8	821
510840	Várzea Grande	6031	10,9	16392	29,8	29731	54,0	304	0,6	330	0,6	223	0,4	2068	3,8	55079
510550	Vila Bela Sant.Trindade	6	0,2	219	7,3	1940	64,8	79	2,6	0	0,0	19	0,6	733	24,5	2996
521130	Itarumã	554	33,2	5	0,3	731	43,8	150	9,0	88	5,3	36	2,2	105	6,3	1669
521190	Jataí	11150	52,1	2020	9,4	7183	33,6	132	0,6	181	0,8	204	1,0	525	2,5	21395
521310	Mineiros	7392	69,5	57	0,5	2435	22,9	62	0,6	251	2,4	83	0,8	362	3,4	10642
521940	Santa Rita do Araguaia	40	2,7	20	1,3	1291	85,8	20	1,3	8	0,5	34	2,3	92	6,1	1505
522050	Serranópolis	12	0,6	206	10,5	1413	72,1	39	2,0	108	5,5	43	2,2	138	7,0	1959
All		295375	40,3	115530	15,8	270528	36,9	8324	1,1	4989	0,7	4565	0,6	33583	4,6	732894
AID		276849	38,9	114324	16,1	269571	37,9	8312	1,2	4947	0,7	4555	0,6	33275	4,7	711833
Estado	Rondônia	12815	3,7	59201	17,1	222505	64,1	7572	2,2	2712	0,8	4523	1,3	37866	10,9	347194
Estado	Minas Gerais	3249313	68,2	119318	2,5	764162	16,0	74629	1,6	274007	5,8	43638	0,9	240191	5,0	4765258
Estado	São Paulo	8466151	81,7	677822	6,5	661022	6,4	165032	1,6	293921	2,8	55128	0,5	45076	0,4	10364152
Estado	Mato Grosso	101149	15,7	91103	14,1	385944	59,8	7221	1,1	2737	0,4	4308	0,7	53443	8,3	645905
Estado	Goiás	424472	30,4	74915	5,4	801080	57,3	11511	0,8	9195	0,7	11110	0,8	65732	4,7	1398015
Estado	Brasil	21160735	47,2	6699715	15,0	10594752	23,7	1154910	2,6	1110021	2,5	369660	0,8	3705308	8,3	44795101

Fonte: Censo IBGE (2000)

Em relação à **coleta de lixo** a proporção dos Estados com predomínio do serviço de limpeza variou de 57,3% a 95,8%, cujos extremos foram de São Paulo e Rondônia. O primeiro, com a melhor cobertura do serviço de coleta de lixo e o segundo com a menor cobertura. Nas áreas de influencia, a AII e AID mostraram-se bastante semelhante com cerca de 80% do lixo coletado por serviços de limpeza (**Figura 7-3**).

Os municípios de Cuiabá, Fernandópolis, Matão, Araraquara e Votuporanga destacaram-se no conjunto de municípios da AII por ultrapassarem 95% dos seus domicílios com coleta de lixo por serviços de limpeza (**Quadro 7-3**). O município de Castanheiras foi o que apresentou a menor participação (6,2%).



Fonte: Censo IBGE (2000)

**Figura 7-3 - Domicílios (%) segundo tipo de coleta/destino do lixo nas Áreas de Influência da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 nº 02, ano 2000.**

**Quadro 7-3 - Domicílios (nº e %) segundo tipo de coleta/destino do lixo nas Áreas de Influência a LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 nº 02, ano 2000**

IBGE	MUNICIPIO	Serv. limpeza		Queimado		Enterrado		Terreno Baldio		Rio/lago/ mar		Outro		Total
			%		%		%		%		%		%	
110090	Castanheiras	66	6,2	879	83,2	35	3,3	73	6,9	1	0,1	3	0,3	1057
110100	Governador Jorge Teixeira	251	8,5	1967	66,5	152	5,1	523	17,7	25	0,8	40	1,4	2958
110007	Corumbiara	310	11,8	1814	69,1	82	3,1	407	15,5	6	0,2	8	0,3	2627
110148	São Felipe D'Oeste	218	12,7	1290	75,4	58	3,4	125	7,3	0	0,0	21	1,2	1712
110147	Primavera de Rondônia	174	15,8	736	66,9	43	3,9	144	13,1	1	0,1	2	0,2	1100
110155	Teixeirópolis	233	16,8	990	71,3	20	1,4	116	8,4	0	0,0	29	2,1	1388
110170	Urupá	608	17,1	2540	71,4	60	1,7	269	7,6	3	0,1	75	2,1	3555
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	746	17,7	2710	64,2	191	4,5	422	10,0	8	0,2	144	3,4	4221
110060	Cacaulândia	268	20,4	871	66,3	42	3,2	128	9,7	0	0,0	4	0,3	1313
510780	Santo Antônio do Leverger	813	22,0	2288	61,9	248	6,7	284	7,7	4	0,1	62	1,7	3699
110040	Alto Paraíso	672	22,1	1956	64,3	79	2,6	299	9,8	4	0,1	30	1,0	3040
510550	Vila Bela Sant.Trindade	756	25,2	1832	61,1	184	6,1	169	5,6	1	0,0	54	1,8	2996
110145	Parecis	221	25,7	504	58,5	19	2,2	114	13,2	2	0,2	1	0,1	861
110003	Cabixi	578	29,6	1202	61,6	62	3,2	100	5,1	0	0,0	10	0,5	1952
110092	Chupinguia	434	30,0	898	62,0	60	4,1	43	3,0	5	0,3	9	0,6	1449
110140	Monte Negro	999	33,0	1836	60,6	57	1,9	102	3,4	2	0,1	33	1,1	3029
510618	Nova Lacerda	284	33,4	395	46,4	32	3,8	140	16,5	0	0,0	0	0,0	851
510523	Lambari D'Oeste	412	34,3	662	55,1	52	4,3	68	5,7	1	0,1	7	0,6	1202
510729	São José do Povo	287	35,0	420	51,2	45	5,5	61	7,4	2	0,2	6	0,7	821
110034	Alvorada D'Oeste	1747	35,1	2651	53,2	85	1,7	474	9,5	13	0,3	11	0,2	4981
510490	Jangada	598	36,5	755	46,1	54	3,3	220	13,4	0	0,0	12	0,7	1639
510010	Acorizal	542	37,5	627	43,3	45	3,1	221	15,3	1	0,1	11	0,8	1447
510050	Alto Paraguai	879	39,1	1140	50,7	41	1,8	181	8,0	4	0,2	4	0,2	2249
110025	Presidente Médici	2783	40,9	3508	51,6	123	1,8	256	3,8	2	0,0	131	1,9	6803
510770	Rosário Oeste	1846	41,5	1811	40,7	141	3,2	606	13,6	7	0,2	35	0,8	4446
110006	Colorado do Oeste	2438	42,5	2680	46,7	131	2,3	349	6,1	20	0,3	119	2,1	5737
510500	Jauru	1318	43,0	1237	40,4	107	3,5	318	10,4	6	0,2	76	2,5	3062
110110	Itapuã do Oeste	742	43,7	786	46,3	58	3,4	96	5,7	6	0,4	10	0,6	1698
110011	Jaru	6106	45,0	6614	48,8	171	1,3	517	3,8	31	0,2	127	0,9	13566
521130	Itarumã	815	48,8	570	34,2	51	3,1	137	8,2	8	0,5	88	5,3	1669
510450	Indiavaí	270	49,2	238	43,4	9	1,6	30	5,5	2	0,4	0	0,0	549
110080	Candeias do Jamari	1649	52,1	1288	40,7	99	3,1	94	3,0	11	0,3	26	0,8	3167
510330	Comodoro	2089	54,7	968	25,3	173	4,5	580	15,2	5	0,1	5	0,1	3820
313862	Limeira do Oeste	1011	55,2	690	37,7	34	1,9	39	2,1	0	0,0	56	3,1	1830
110005	Cerejeiras	2747	56,7	1833	37,8	120	2,5	129	2,7	0	0,0	18	0,4	4847
522050	Serranópolis	1121	57,2	645	32,9	85	4,3	47	2,4	1	0,1	60	3,1	1959
110015	Ouro Preto do Oeste	6453	60,5	3498	32,8	118	1,1	480	4,5	22	0,2	88	0,8	10659
510675	Pontes e Lacerda	7110	62,0	3484	30,4	192	1,7	478	4,2	11	0,1	197	1,7	11472
110028	Rolim de Moura	8151	64,5	3932	31,1	152	1,2	284	2,2	9	0,1	100	0,8	12628
510520	Juscimeira	2243	65,7	941	27,5	95	2,8	93	2,7	10	0,3	34	1,0	3416
510170	Barra do Bugres	4496	67,9	1668	25,2	188	2,8	242	3,7	6	0,1	24	0,4	6624
510720	Rio Branco	984	68,1	402	27,8	16	1,1	40	2,8	0	0,0	2	0,1	1444
355530	Turmalina	522	69,0	208	27,5	21	2,8	3	0,4	0	0,0	3	0,4	757
510030	Alto Araguaia	2296	70,8	671	20,7	92	2,8	102	3,1	4	0,1	78	2,4	3243
355570	União Paulista	294	73,7	91	22,8	10	2,5	1	0,3	0	0,0	3	0,8	399
352950	Mendonça	857	74,9	233	20,4	27	2,4	17	1,5	0	0,0	10	0,9	1144
352960	Meridiano	902	75,1	279	23,2	17	1,4	3	0,2	0	0,0	0	0,0	1201
510637	Pedra Preta	2722	75,8	584	16,3	82	2,3	110	3,1	9	0,3	83	2,3	3590
110002	Ariquemes	14223	76,8	3485	18,8	215	1,2	544	2,9	27	0,1	33	0,2	18527
510125	Araputanga	2715	76,8	615	17,4	37	1,0	120	3,4	0	0,0	47	1,3	3534
521190	Jataí	16489	77,1	3121	14,6	322	1,5	1009	4,7	32	0,1	422	2,0	21395
352190	Itajobi	3248	78,0	710	17,0	85	2,0	115	2,8	1	0,0	6	0,1	4165
351590	Floreal	816	78,5	191	18,4	14	1,3	12	1,2	1	0,1	5	0,5	1039
351685	Gavião Peixoto	838	79,0	149	14,0	29	2,7	41	3,9	1	0,1	3	0,3	1061
351520	Estrela d'Oeste	1897	80,0	407	17,2	44	1,9	16	0,7	0	0,0	7	0,3	2371

..continua

..continua														
IBGE	MUNICIPIO	Serv. Limpeza	%	Queimado	%	Enterrado	%	Terreno Baldio	%	Rio/lago/mar	%	Outro	%	Total
353260	Nhandeara	2581	80,4	568	17,7	27	0,8	9	0,3	1	0,0	23	0,7	3209
353280	Nova Aliança	1152	80,5	211	14,7	31	2,2	12	0,8	0	0,0	25	1,7	1431
510040	Alto Garças	1891	81,4	271	11,7	85	3,7	57	2,5	4	0,2	16	0,7	2324
354040	Populina	1121	81,4	217	15,8	14	1,0	7	0,5	0	0,0	18	1,3	1377
110020	Porto Velho	68354	81,7	10755	12,9	434	0,5	2724	3,3	660	0,8	755	0,9	83682
352150	Irapuã	1537	82,1	270	14,4	40	2,1	8	0,4	0	0,0	18	1,0	1873
355270	Tabatinga	3134	83,7	498	13,3	70	1,9	26	0,7	5	0,1	10	0,3	3743
355600	Urupês	2968	83,9	448	12,7	60	1,7	39	1,1	1	0,0	21	0,6	3537
353475	Ouroeste	1543	84,4	257	14,1	8	0,4	4	0,2	0	0,0	17	0,9	1829
510480	Jaciara	5233	84,4	636	10,3	88	1,4	202	3,3	3	0,0	38	0,6	6200
510840	Várzea Grande	46544	84,5	5869	10,7	220	0,4	2122	3,9	125	0,2	199	0,4	55079
350740	Borborema	3276	85,0	510	13,2	28	0,7	17	0,4	1	0,0	23	0,6	3855
352810	Macaubal	2003	85,1	299	12,7	17	0,7	22	0,9	0	0,0	13	0,6	2354
352270	Itápolis	9511	86,2	1274	11,5	122	1,1	48	0,4	9	0,1	67	0,6	11031
354080	Potirendaba	3573	86,4	461	11,2	54	1,3	11	0,3	0	0,0	35	0,8	4134
353270	Nipoã	886	86,8	107	10,5	19	1,9	4	0,4	0	0,0	5	0,5	1021
521310	Mineiros	9239	86,8	823	7,7	251	2,4	249	2,3	25	0,2	55	0,5	10642
353250	Neves Paulista	2347	87,0	228	8,4	60	2,2	47	1,7	1	0,0	16	0,6	2699
353140	Monte Aprazível	5038	87,0	623	10,8	45	0,8	60	1,0	0	0,0	24	0,4	5790
521940	Santa Rita do Araguaia	1331	88,4	98	6,5	29	1,9	13	0,9	0	0,0	34	2,3	1505
352570	José Bonifácio	7363	88,5	827	9,9	82	1,0	9	0,1	0	0,0	41	0,5	8322
313440	Iturama	7414	88,7	700	8,4	45	0,5	116	1,4	3	0,0	79	0,9	8357
355610	Valentim Gentil	2173	89,5	193	7,9	34	1,4	28	1,2	0	0,0	1	0,0	2429
510760	Rondonópolis	36533	89,5	3266	8,0	402	1,0	493	1,2	31	0,1	79	0,2	40804
353290	Nova Europa	1805	89,6	100	5,0	96	4,8	12	0,6	1	0,0	1	0,0	2015
353350	Novo Horizonte	8836	89,6	813	8,2	122	1,2	30	0,3	3	0,0	57	0,6	9861
510340	Cuiabá	117091	92,1	5630	4,4	265	0,2	3314	2,6	378	0,3	455	0,4	127133
351550	Fernandópolis	17789	95,5	639	3,4	105	0,6	37	0,2	1	0,0	50	0,3	18621
352930	Matão	18660	96,4	581	3,0	57	0,3	35	0,2	1	0,0	29	0,1	19363
350320	Araraquara	52372	97,7	956	1,8	103	0,2	60	0,1	2	0,0	104	0,2	53597
355710	Votuporanga	22216	96,1	744	3,2	79	0,3	35	0,2	3	0,0	31	0,1	23108
	All	579801	79,1	117372	16,0	7896	1,1	21441	2,9	1573	0,2	4811	0,7	732894
	AID	560399	78,7	116005	16,3	7781	1,1	21310	3,0	1566	0,2	4772	0,7	711833
Estado	Rondônia	198874	57,3	121430	35,0	4989	1,4	17749	5,1	1089	0,3	3063	0,9	347194
Estado	Minas Gerais	3733665	78,4	685913	14,4	32855	0,7	248788	5,2	16671	0,3	47366	1,0	4765258
Estado	São Paulo	9931719	95,8	297338	2,9	42268	0,4	58711	0,6	13642	0,1	20474	0,2	10364152
Estado	Mato Grosso	462989	71,7	132899	20,6	17032	2,6	26990	4,2	873	0,1	5122	0,8	645905
Estado	Goiás	1134399	81,1	187031	13,4	17540	1,3	46134	3,3	1093	0,1	11818	0,8	1398015
	Brasil	35393331	79,0	5029000	11,2	521785	1,2	3102584	6,9	193505	0,4	554896	1,2	44795101

Fonte: Censo IBGE (2000)

## 8. A MALÁRIA NO CONTEXTO DO EMPREENDIMENTO

A malária é reconhecida como grave problema de saúde pública no mundo ocorrendo em mais de 109 países e territórios. Tem como estimativa anual cerca de 300 milhões de novos casos e um milhão de mortes principalmente em crianças menores de cinco anos e mulheres grávidas do continente africano. No Brasil, sua transmissão foi eliminada ou reduzida drasticamente, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Atualmente, a incidência da malária no país está concentrada na região da Amazônia Legal com mais de 99% dos casos registrados. Nesta região, porém, não está homoganeamente distribuída incidindo prioritariamente em populações vivendo em condições insatisfatórias de habitação e trabalho. Estas populações estão relacionadas à ocupação desordenada de terras, à exploração manual de minérios, a projetos de assentamento e colonização agrária e à intensa migração da zona rural para a periferia de cidades amazônicas.

É uma doença infecciosa febril aguda, cujo agente etiológico é um protozoário do gênero *Plasmodium* transmitido por vetores. No Brasil, três espécies estão associadas à malária em seres humanos: *P. vivax*, *P. falciparum* e *P. maláriae*. Em relação ao *P. ovale*, nunca foi registrada transmissão autóctone no Brasil estando restrita a determinadas regiões do continente africano e a casos importados de malária. O homem é o único reservatório com importância epidemiológica para a malária humana.

No país, os principais vetores transmissores da malária são: *Anopheles (N.) darlingi* (Root, 1926); *Anopheles (N.) aquasalis* (Curry, 1932) *Anopheles (nyssorhynchus) albitarsis s. l.* (Lynch-Arribáizaga, 1878). Tais mosquitos são popularmente conhecidos por “carapanã”, “muriçoca”, “sovela”, “mosquito-prego” e “bicuda”. Destes, o principal vetor no país é o *Anopheles darlingi*, cujo comportamento é extremamente antropofílico e, dentre as espécies brasileiras, é a mais encontrada picando no interior e nas proximidades das residências. Esta espécie cria-se, normalmente, em águas de baixo fluxo, profundas, límpidas, sombreadas e com pouco aporte de sais e matéria orgânica.

Entretanto, em situações de alta densidade, o *Anopheles darlingi* acaba ocupando vários outros tipos de criadouro, incluindo pequenas coleções hídricas e criadouros temporários. Esta espécie distribui-se por todo o Brasil, exceto em regiões de altitude elevada (mais de 1.000 m), no sertão nordestino e no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, esta espécie consegue manter altos níveis de transmissão mesmo com densidades muito reduzidas.

A maioria dos casos ocorre em áreas rurais, mas há registro da doença também em áreas urbanas (cerca de 15%). Mesmo em áreas endêmicas, o risco de contrair a doença não é uniforme. Este risco é medido pela Incidência Parasitária Anual - IPA,

que serve para classificar as áreas de transmissão em alto, médio e baixo risco, de acordo com o número de casos por mil habitantes.

## 8.1 A MORBIDADE POR MALÁRIA

Para subsidiar o estudo da morbi-mortalidade por malária foram utilizados dados dos Sistemas de Informações em Saúde de base nacional disponível no sitio institucional do Ministério da Saúde nos endereços eletrônicos: <http://www.datasus.gov.br> e

[http://dw.saude.gov.br/portal/page/portal/sivep\\_malaria](http://dw.saude.gov.br/portal/page/portal/sivep_malaria). Os

Sistemas de Informações em saúde utilizados foram:

- Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
- Sistema de Informações de Agravos de Notificação – SINAN
- Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica – SIVEP MALÁRIA
- Censos, Estimativas e Projeções - IBGE

Na LT em estudo, dos oitenta e nove municípios, 49 deles (55,1%) estavam situados e em zona endêmica de malária no território da Amazônia Legal (Mato Grosso com 28 e Rondônia com 21 municípios). Estes municípios para este estudo serão denominados para fins de ações de controle neste PACM de AII Amazônia Legal.

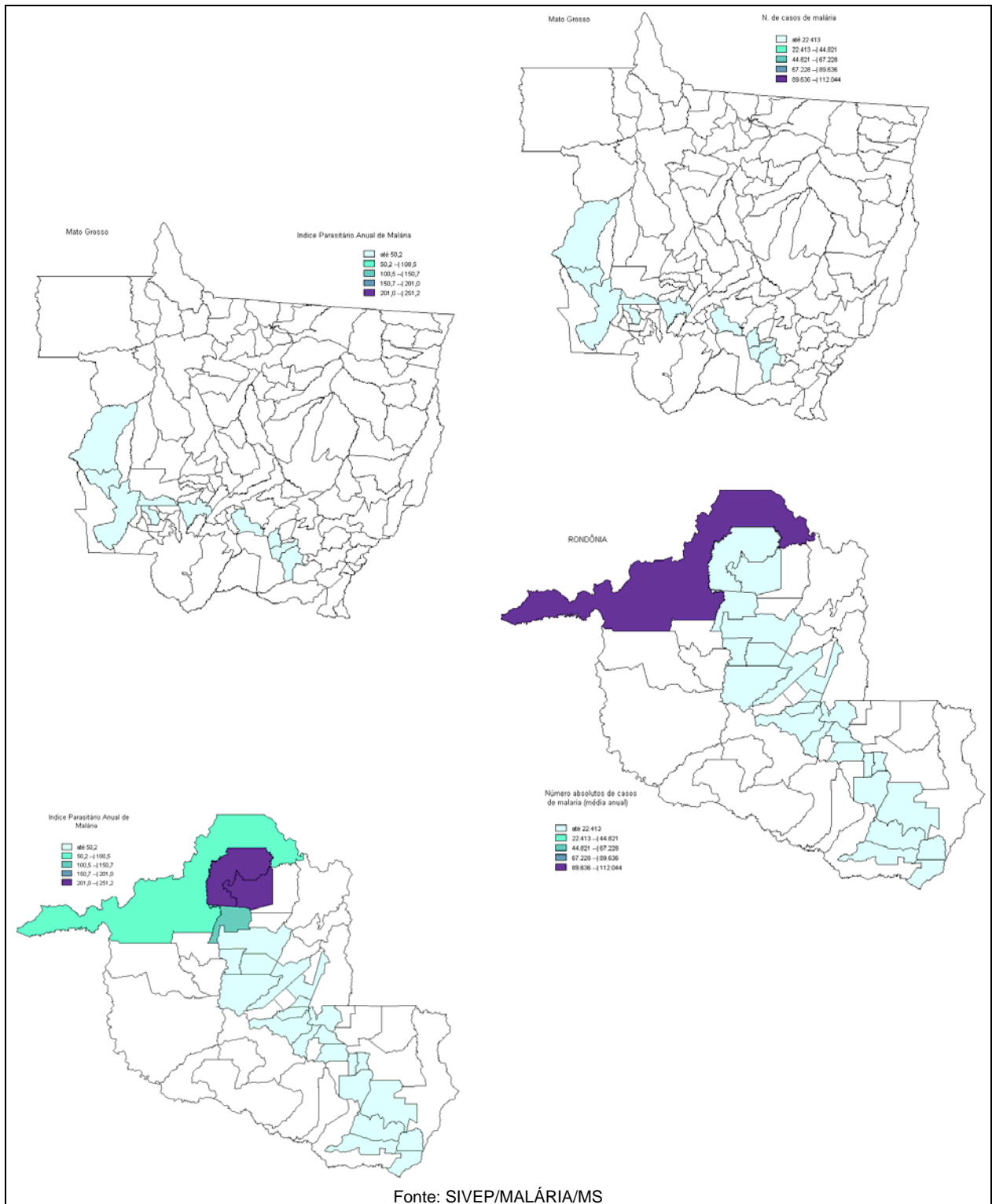
Os demais municípios situam-se em áreas territoriais não endêmicas para a malária (São Paulo, Minas Gerais e Goiás) e para fins de ações de controle neste PACM serão denominados de AII Extra Amazônia Legal.

### 8.1.1 A MALÁRIA NOS MUNICÍPIOS DA AII AMAZÔNIA LEGAL

No período de 2006 a 2009, ocorreram 164.579 casos de malária nestes municípios representando uma média anual de 41.145 casos ano. Oito municípios destacaram-se com o maior volume de casos em ordem decrescente variando de 312 a 41.145 casos na **média anual** no período Porto Velho (28011 casos), Candeias do Jamari (4398 casos), Ariquemes (3272 casos), Alto Paraíso (2055 casos), Ji-Paraná (1108 casos), Jaru (845 casos), Ouro Preto do Oeste (312 casos).

Na observação espacial da distribuição dos casos na AII observa-se a contigüidade dos territórios municipais com destaque para Porto Velho no Estado de Rondônia quando trabalhamos com números absolutos, dado o volume de casos dessa Capital, que seguida de Manaus assumem os postos de maior de maior volume de casos de malária no país.





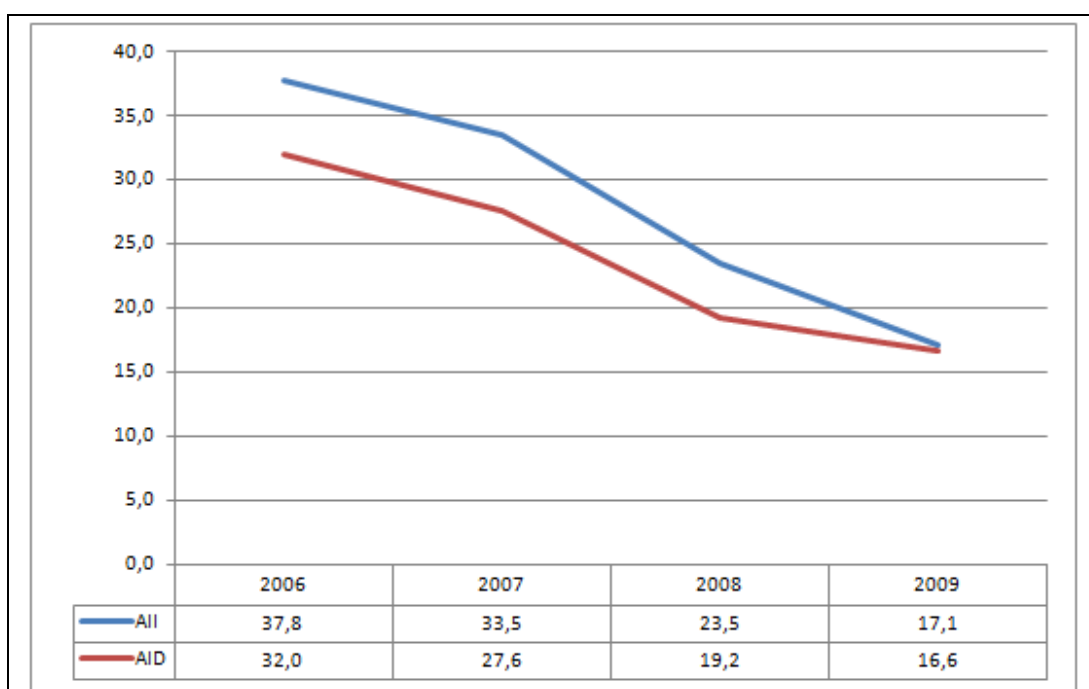
**Figura 8.1.1-1 - Distribuição espacial do N de casos e Índice Parasitário Anual – IPA de Malária na AII Amazônia Legal da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, anos de 2006 a 2009 (média anual).**

Na distribuição espacial segundo IPA (**Figura 8.1.1-1**) observa-se um corredor bastante homogêneo de transmissão sustentada de malária no Estado de Mato Grosso considerando os municípios de interesse desse estudo.

No Estado de Rondônia porém observa-se a elevação do risco de infecção por malária (IPA) no traçado da LT de forma ascendente (sentido da LT Araraquara/Porto Velho), culminando com os maiores valores no eixo territorial que situa-se Porto Velho, capital do Estado de Rondônia e dos municípios no seu entorno.

Na perspectiva da LT esse eixo territorial pode ser classificado como de **risco elevado para a infecção de malária**.

Na análise do Índice Parasitário da Área de Influência observa-se declínio nos últimos quatro anos (2006-2009) de 37,8 para 17,1 casos a cada mil hab. para a AII e de 32,0 para 16,6 casos para cada mil hab. para a AID, um declínio importante para uma região considerada de transmissão sustentada (**Figura 8.1.1-2**).

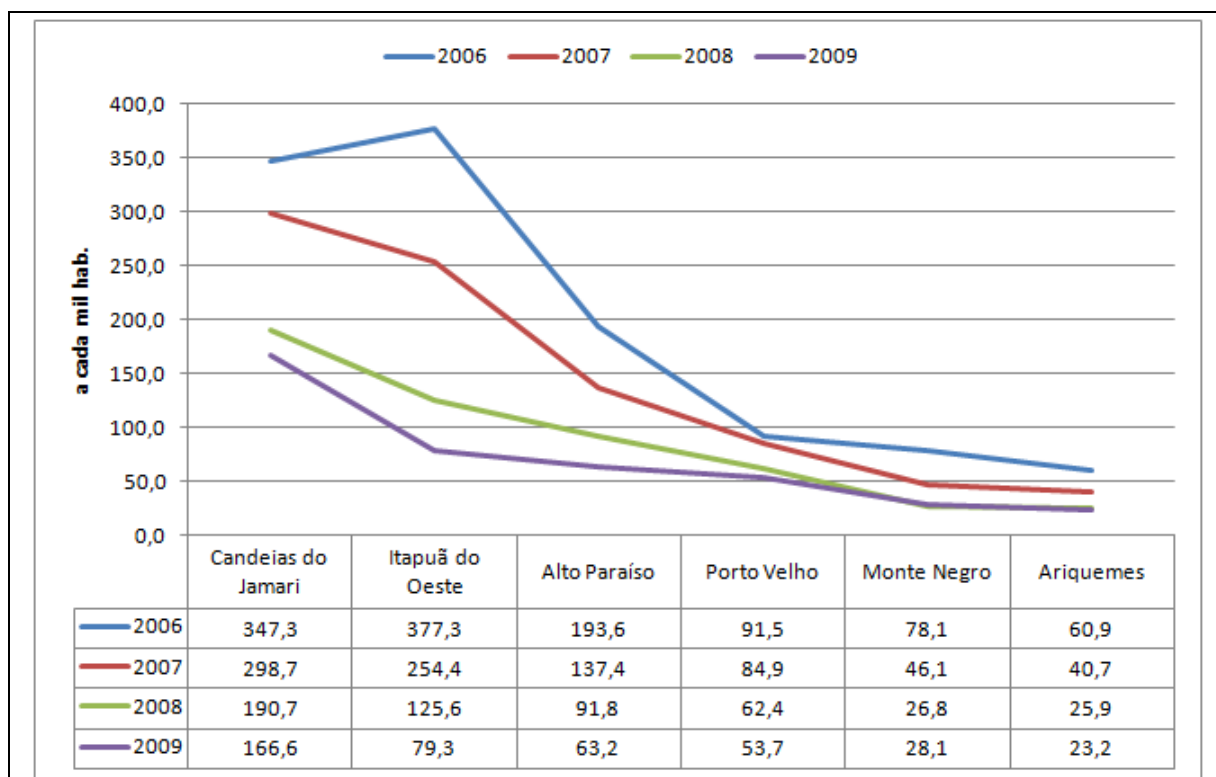


Fonte: SIVEP/MALÁRIA/MS

**Figura 8.1.1-2 - Índice Parasitário Anual na Área de Influência Amazônia Legal da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, média anual dos anos de 2006 a 2009.**

Os (cinco) principais municípios com IPA mais elevados de infecção por *Plasmodium.sp* na AII Amazônia Legal foram: Candeias do Jamari, Irapuã do Oeste, Alto Paraíso, Porto Velho, Monte Negro e Ariquemes e, no decorrer das atividades ocupacionais de construção da LT devem ter garantido as ações de controle propostas para a redução da exposição às picadas de anofelinos (**Figura 8.1.1-3**).

Os demais municípios e a evolução no período de 2006 a 2009 estão apresentados na **Quadro 8.1.1-1**.



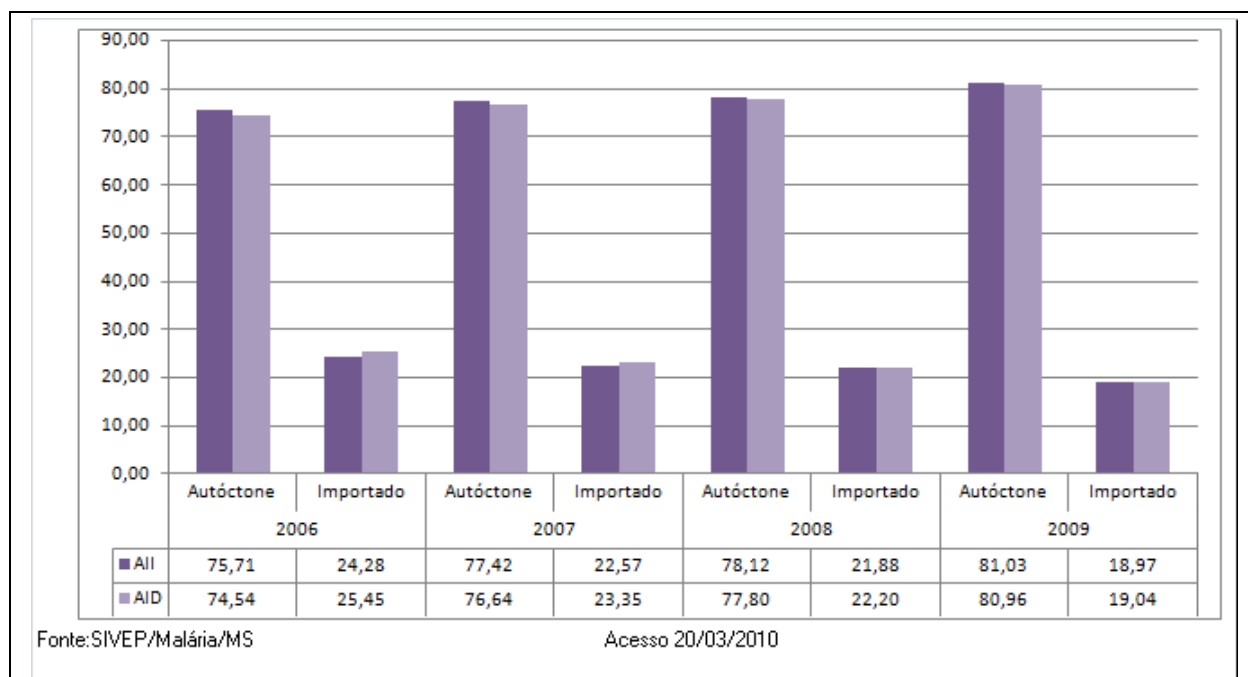
**Figura 8.1.1-3 - Municípios segundo Índice Parasitário Anual da Malária (os mais elevados) da All Amazônia Legal da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, anos de 2006 a 2009.**

**Quadro 8.1.1-1 - Municípios e Índice Parasitário Anual de Malária na Área de Influência da Amazônia Legal da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, anos de 2006 a 2009.**

IBGE	Município	2006	IPA	2007	IPA	2008	IPA	2009	IPA
110080	Candeias do Jamari	6025	347,3	5372	298,7	3270	190,7	2924	166,6
110110	Itapuã do Oeste	3281	377,3	2285	254,4	1019	125,6	653	79,3
110040	Alto Paraíso	3197	193,6	2338	137,4	1576	91,8	1110	63,2
110020	Porto Velho	34863	91,5	32934	84,9	23648	62,4	20599	53,7
110140	Monte Negro	1318	78,1	807	46,1	341	26,8	357	28,1
110002	Ariquemes	5294	60,9	3618	40,7	2194	25,9	1981	23,2
110060	Cacaulândia	113	20,7	78	14,2	67	11,7	59	10,3
110011	Jaru	1423	25,3	967	17,1	544	10,1	446	8,3
110170	Urupá	201	11,3	86	4,7	22	1,6	96	7,0
110034	Alvorada D'Oeste	249	12,7	311	16,0	121	7,1	100	6,0
110090	Castanheiras	103	25,2	61	15,0	21	5,6	22	6,0
510330	Comodoro	43	2,2	30	1,5	27	1,4	95	5,0
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	243	13,5	184	10,1	81	4,6	87	4,9
110025	Presidente Médici	496	19,6	360	14,3	87	3,8	98	4,4
110015	Ouro Preto do Oeste	525	12,9	383	9,4	201	5,4	137	3,7
510618	Nova Lacerda	20	4,2	8	1,6	13	2,5	17	3,2
110155	Teixeirópolis	46	7,8	26	4,4	13	2,6	14	2,8
110100	Governador Jorge Teixeira	123	6,5	72	3,7	52	4,4	32	2,8
110028	Rolim de Moura	240	4,8	204	4,1	96	1,9	98	1,9
110005	Cerejeiras	139	8,1	97	5,7	44	2,6	31	1,9
110092	Chupinguaia	44	6,6	54	7,9	20	2,6	9	1,1
510675	Pontes e Lacerda	54	1,3	28	0,6	32	0,8	42	1,1
110006	Colorado do Oeste	53	2,9	43	2,4	26	1,4	16	0,9
110003	Cabixi	29	3,9	18	2,4	6	0,9	5	0,7
510520	Juscimeira	2	0,2	2	0,2	2	0,2	4	0,3
110148	São Felipe D'Oeste	1	0,1	5	0,7	3	0,5	2	0,3
110007	Corumbiara	13	1,4	4	0,4	7	0,7	3	0,3
110145	Parecis	6	1,9	6	1,9	5	1,1	1	0,2
510125	Araputanga	2	0,1	2	0,1	2	0,1	3	0,2
510480	Jaciara	9	0,3	9	0,3	2	0,1	3	0,1
510340	Cuiabá	108	0,2	107	0,2	82	0,2	59	0,1
510760	Rondonópolis	20	0,1	31	0,2	10	0,1	12	0,1
510170	Barra do Bugres	6	0,2	5	0,1	6	0,2	1	0,0
110147	Primavera de Rondônia	3	0,7	0	0,0	2	0,5	0	0,0
	All	58292	37,8	52439	33,5	35588	23,5	29072	17,1
	AID	55011	32,0	48250	27,6	32623	19,2	28463	16,6

Fonte: SIYEP MALÁRIA /MS acesso em 20/03/2010

Na observação dos casos de malária da AII Amazônia Legal (**Figura 8.1.1-4**) verifica-se que de os casos autóctones evoluíram gradativamente de 75,71 a 81,03% dos casos para a AII e de 74,54% para 80,96% para a AID. Para ambas as áreas, somente em torno de ¼ dos casos são importados de outros municípios, Estados ou país, haja visto a condição de município de fronteira de Porto Velho (RO) com a Bolívia, também endêmica para a malária.

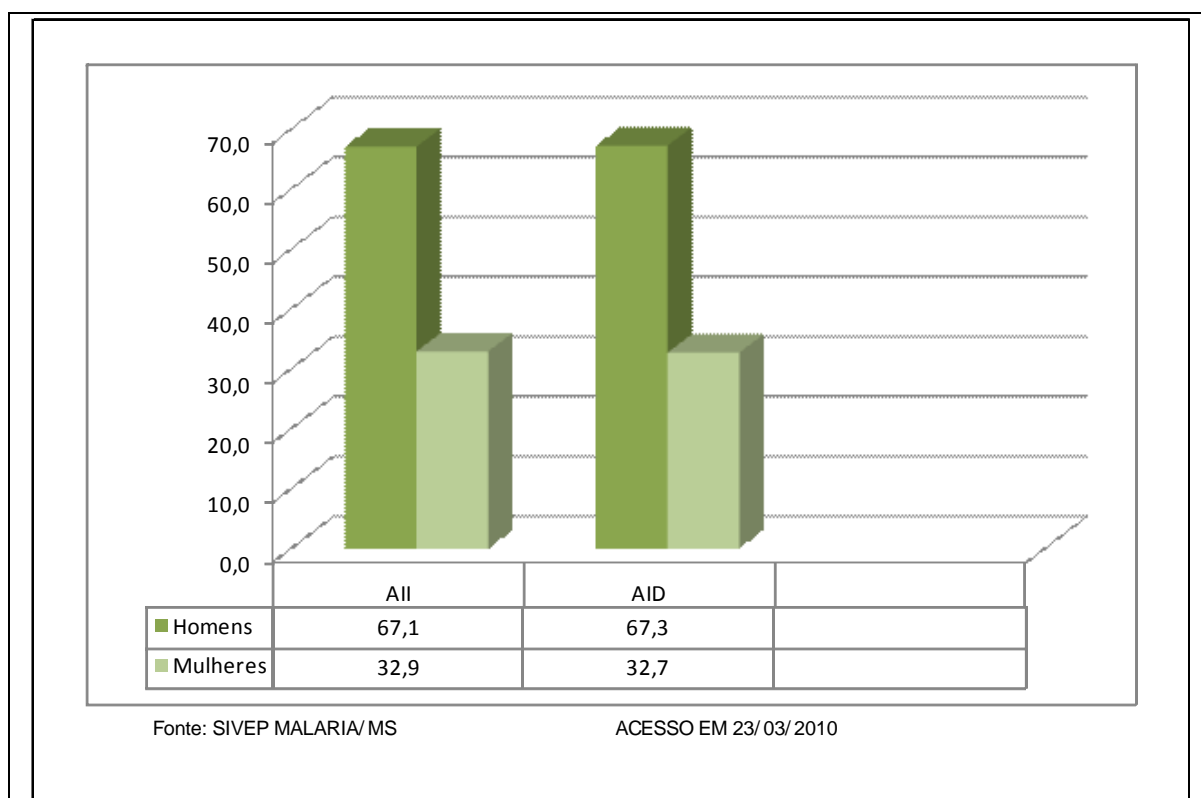


**Figura 8.1.1-4 - Proporção (%) de casos de malária na Área de Influência (Direta e Indireta) segundo autoctonia, LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, media anual dos anos de 2006 a 2009.**

## 8.1.2 PERFIL DOS CASOS DE MALÁRIA NA AII AMAZÔNIA LEGAL

Na observação dos casos de malária na AII verifica-se a maior participação da população masculina do que a população feminina, no período em estudo. A participação dos homens nas agregações AII, AID (**Figura 8.1.2-1**) variou de 67,1% a 67,3% contra 32,9% a 32,7% para a participação de mulheres na infecção por malária no período de 2006 a 2009 (média anual).

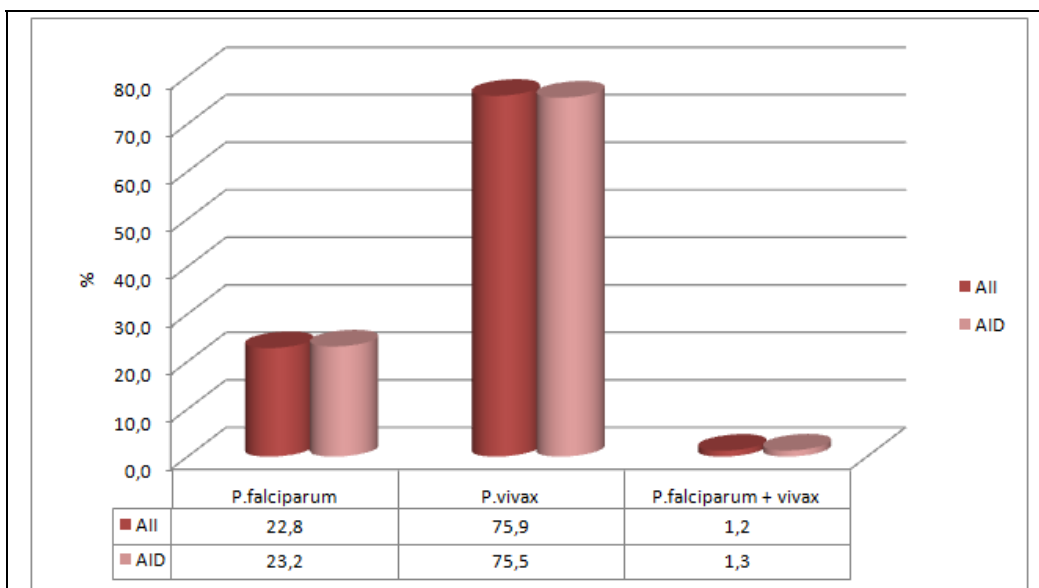
Atribui-se a esta maior participação masculina pela maior exposição à infecção por plasmódios, derivada de atividades ocupacionais em ambientes de alta densidade de anofelinos infectados.



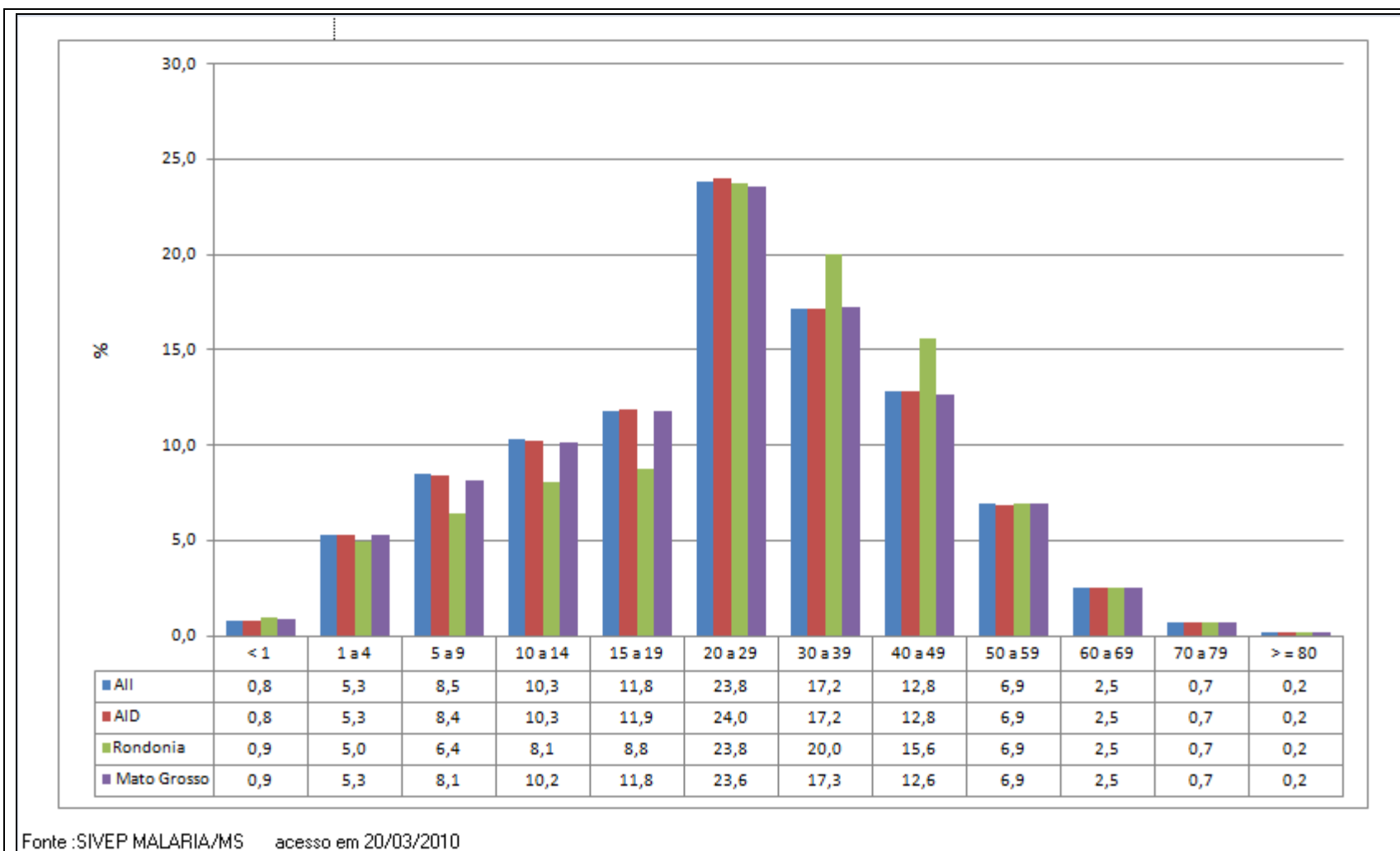
**Figura 8.1.2-1 – Proporção (%) de casos de malária segundo sexo na AII e AID da Amazônia Legal LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, média anual dos anos de 2006 a 2009.**

Na observação etária dos casos de malária observa-se a concentração dos casos na faixa etária produtiva (**Figura 8.1.2-2**) com maior concentração na faixa etária de 20 a 29 anos com 23,8% dos casos, quase 1/4 do total de casos. Observa-se, que quatro grupos etários (de 15 a 49 anos) respondem por um contingente em torno de 70% dos casos de malária reafirmando a faixa etária economicamente produtiva como aquela que mais se encontra exposta às infecções por *plasmódios.sp* na AII da Amazônia Legal. Os dados individualizados por município para o perfil etário dos casos de malária pode ser observado no **Quadro 8.1.2-1**.

Em relação ao tipo de *Plasmodium.sp* predominante verificou-se na media dos anos de 2006 a 2009 que a maior proporção foi de *P.vivax* (75,9 a 75,5%), seguida de *P.falciparum* (22,8 a 23,2%), este ultimo que responde pelas formas mais graves da doença .



**Figura 8.1.2-2 - Proporção de laminais positivas (%) para malária segundo tipo de *Plasmodium.sp.* na All e AID da Amazônia Legal LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, média anual dos anos de 2006 a 2009.**



**Figura 8.1.2-3 - Faixa etária (%) dos casos confirmados de malária nos Estados e Área de Influencia (Direta e Indireta) da Amazônia Legal na LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, média dos anos de 2006 a 2009.**



**Quadro 8.1.2-1 - Faixa etária (nº e %) dos casos confirmados de malária segundo municípios, Estados e Área de Influência (Direta e Indireta) da Amazônia Legal na LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, média dos anos de 2006 a 2009.**

IBGE	IBGE MUN	< 1	%	1 a 4	%	5 a 9	%	10 a 14	%	15 a 19	%	20 a 29	%	30 a 39	%	40 a 49	%	50 a 59	%	60 a 69	%	70 a 79	%	>= 80	%	Total
110002	Ariquemes	27	0,5	215	4,1	325	6,2	398	7,6	611	11,6	1264	24,0	1053	20,0	792	15,0	409	7,8	154	2,9	36	0,7	10	0,2	5267
110003	Cabixi	0	0,0	2	6,9	3	10,3	1	3,4	2	6,9	9	31,0	7	24,1	2	6,9	2	6,9	1	3,4	0	0,0	0	0,0	29
110005	Cerejeiras	1	0,7	3	2,2	3	2,2	9	6,5	15	10,9	39	28,3	31	22,5	20	14,5	11	8,0	5	3,6	2	1,4	0	0,0	138
110006	Colorado do Oeste	0	0,0	1	1,9	2	3,8	0	0,0	4	7,5	12	22,6	18	34,0	6	11,3	7	13,2	1	1,9	1	1,9	1	1,9	53
110007	Corumbiara	0	0,0	1	7,7	0	0,0	1	7,7	1	7,7	1	7,7	3	23,1	2	15,4	2	15,4	2	15,4	0	0,0	0	0,0	13
110011	Jaru	0	0,0	61	4,3	43	3,0	62	4,4	129	9,1	431	30,3	283	19,9	230	16,2	128	9,0	41	2,9	12	0,8	3	0,2	1423
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	1	0,4	0	0,0	11	4,5	8	3,3	32	13,2	71	29,3	58	24,0	39	16,1	20	8,3	3	1,2	0	0,0	0	0,0	242
110015	Ouro Preto do Oeste	6	1,2	19	3,7	15	2,9	19	3,7	51	9,8	135	26,0	98	18,9	95	18,3	65	12,5	18	3,5	2	0,4	2	0,4	519
110020	Porto Velho	264	0,8	1862	5,4	3149	9,1	3820	11,0	4240	12,3	8289	24,0	5688	16,4	4249	12,3	2200	6,4	806	2,3	204	0,6	72	0,2	34579
110025	Presidente Médici	2	0,4	5	1,0	8	1,6	16	3,2	41	8,3	153	31,0	110	22,3	98	19,8	51	10,3	12	2,4	0	0,0	0	0,0	494
110028	Rolim de Moura	2	0,8	5	2,1	8	3,4	7	2,9	15	6,3	48	20,2	67	28,2	51	21,4	18	7,6	11	4,6	6	2,5	2	0,8	238
110034	Alvorada D'Oeste	2	0,8	8	3,2	13	5,3	8	3,2	32	13,0	68	27,5	56	22,7	40	16,2	17	6,9	4	1,6	1	0,4	0	0,0	247
110040	Alto Paraíso	30	0,9	205	6,5	325	10,3	360	11,4	342	10,8	695	21,9	563	17,8	327	10,3	237	7,5	80	2,5	30	0,9	3	0,1	3167
110060	Cacaulândia	0	0,0	6	5,3	9	8,0	7	6,2	14	12,4	31	27,4	19	16,8	13	11,5	9	8,0	4	3,5	1	0,9	0	0,0	113
110080	Candeias do Jamari	42	0,7	384	6,4	556	9,3	754	12,6	748	12,5	1312	21,9	878	14,7	702	11,7	416	7,0	164	2,7	58	1,0	11	0,2	5983
110090	Castanheiras	2	2,0	9	8,9	7	6,9	5	5,0	9	8,9	19	18,8	28	27,7	12	11,9	9	8,9	0	0,0	2	2,0	1	1,0	101
110092	Chupinguaia	2	4,8	4	9,5	4	9,5	6	14,3	3	7,1	8	19,0	4	9,5	10	23,8	3	7,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	42
110100	Gov. Jorge Teixeira	0	0,0	1	0,8	6	4,9	4	3,3	12	9,8	42	34,1	21	17,1	26	21,1	4	3,3	3	2,4	4	3,3	0	0,0	123
110110	Itapua do Oeste	32	1,0	202	6,2	324	10,0	378	11,6	355	10,9	643	19,8	552	17,0	419	12,9	262	8,1	80	2,5	27	0,8	7	0,2	3249
110140	Monte Negro	20	1,5	68	5,2	82	6,3	97	7,5	128	9,9	345	26,6	295	22,7	176	13,6	79	6,1	24	1,8	4	0,3	0	0,0	1298
110145	Parecis	0	0,0	0	0,0	1	16,7	0	0,0	0	0,0	3	50,0	1	16,7	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6
110147	Primavera de Rondônia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0	1	33,3	0	0,0	1	33,3	3
110148	São Felipe D'Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1
110155	Teixeirópolis	1	2,2	0	0,0	1	2,2	3	6,7	6	13,3	16	35,6	11	24,4	5	11,1	1	2,2	2	4,4	0	0,0	0	0,0	45
110170	Urupá	9	4,7	11	5,7	8	4,2	7	3,6	29	15,1	68	35,4	34	17,7	18	9,4	13	6,8	3	1,6	1	0,5	0	0,0	192
510030	Alto Araguaia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1
510050	Alto Paraguai	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	50,0	1	25,0	1	25,0	0	0,0	0	0,0	4
510125	Araputanga	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	2
510170	Barra do Bugres	1	20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	40,0	0	0,0	2	40,0	1	20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5
510330	Comodoro	1	2,4	0	0,0	1	2,4	2	4,8	4	9,5	8	19,0	9	21,4	10	23,8	4	9,5	4	9,5	0	0,0	0	0,0	42
510340	Cuiabá	0	0,0	2	1,9	2	1,9	4	3,7	6	5,6	19	17,6	26	24,1	25	23,1	18	16,7	5	4,6	1	0,9	0	0,0	108
510480	Jaciara	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	33,3	3	33,3	3	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9
510500	Jauru	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	1	33,3	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3
510520	Juscimeira	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2
510550	Vila Bela S.Trindade	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	12,5	3	37,5	3	37,5	1	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8
510618	Nova Lacerda	0	0,0	0	0,0	2	10,0	3	15,0	0	0,0	5	25,0	4	20,0	2	10,0	4	20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	20
510675	Pontes e Lacerda	2	3,8	3	5,8	3	5,8	4	7,7	1	1,9	14	26,9	8	15,4	13	25,0	4	7,7	2	3,8	0	0,0	0	0,0	52
510760	Rondonópolis	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	10,0	2	10,0	6	30,0	4	20,0	3	15,0	1	5,0	2	10,0	0	0,0	20
510770	Rosário Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2
All		447	0,8	3077	5,3	4911	8,5	5984	10,3	6834	11,8	13758	23,8	9937	17,2	7401	12,8	4002	6,9	1433	2,5	394	0,7	112	0,2	57843
AID		415	0,8	2875	5,3	4587	8,4	5606	10,3	6479	11,9	13115	24,0	9385	17,2	6982	12,8	3740	6,9	1353	2,5	367	0,7	105	0,2	54594
Estado	Rondonia	63	0,9	331	5,0	424	6,4	538	8,1	584	8,8	1.580	23,8	1.332	20,0	1.039	15,6	538	6,9	176	2,5	39	0,7	6	0,2	6.650
Estado	Mato Grosso	900	0,9	5.366	5,3	8.272	8,1	10.332	10,2	11.960	11,8	23.938	23,6	17.543	17,3	12.808	12,6	7.005	6,9	2.505	2,5	674	0,7	177	0,2	101.500

Fonte: SIVEP MALARIA/MS  
\* Foram excluídos os casos com idade ignorada

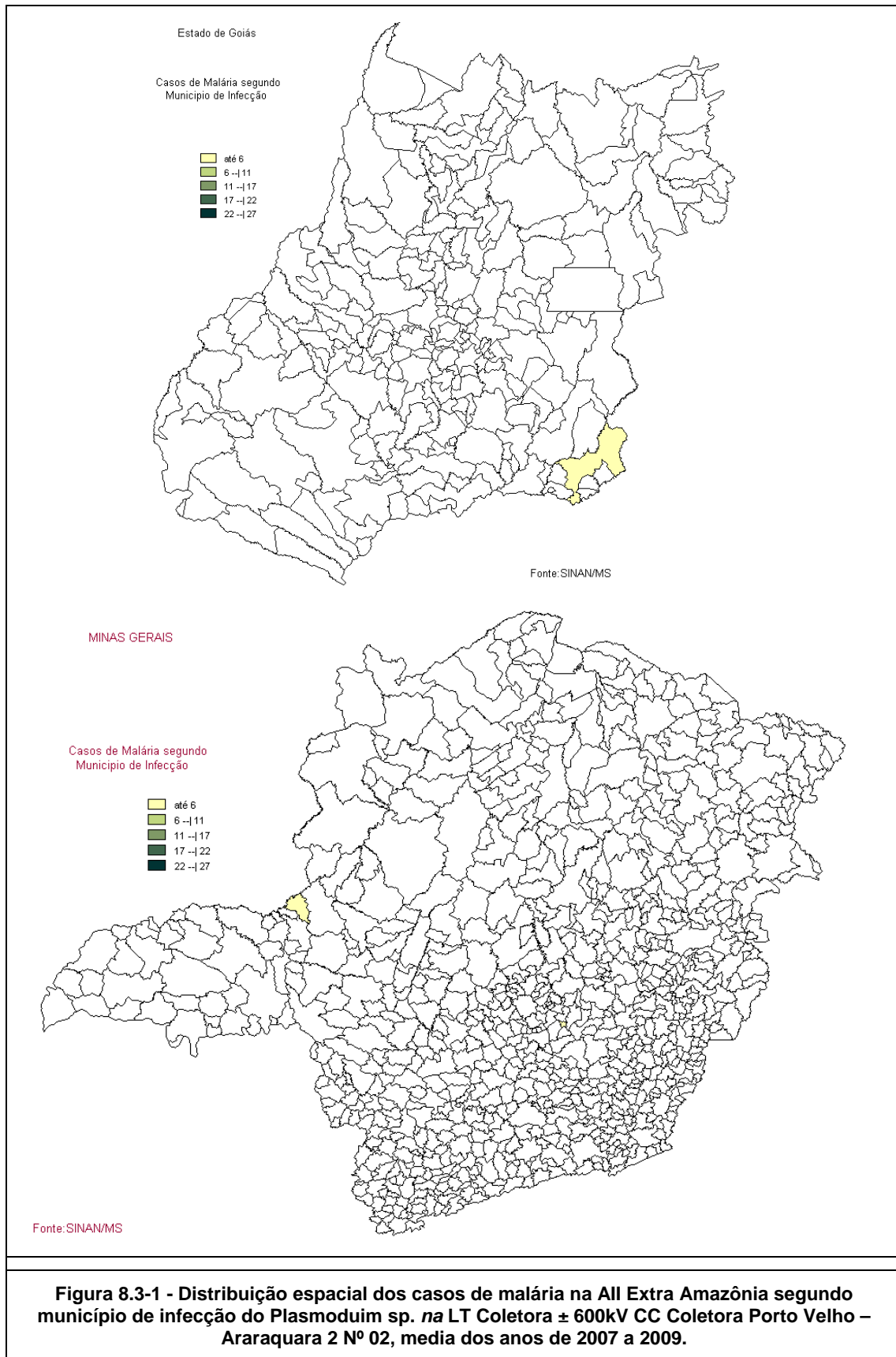
ACESSO EM 20/3/2010

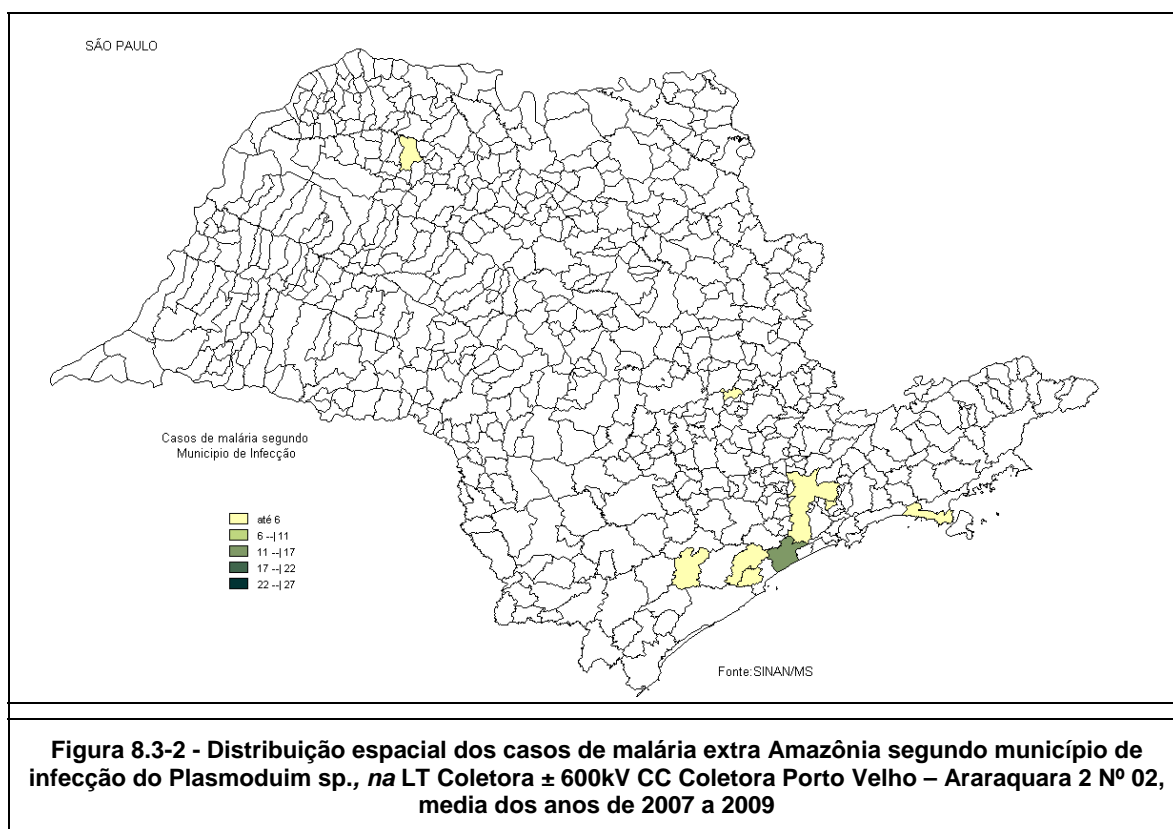
### 8.3 A MALÁRIA NA AII EXTRA AMAZÔNIA LEGAL

No Brasil, os casos de malária AII Extra Amazônia Legal quando considerados os municípios de infecção e respectivo Estado totalizaram 233 casos notificados e confirmados num período de três anos (2007 a 2009), totalizando uma media de 58 casos/ano.

Os três Estados da AII Extra Amazônia Legal que compõem a LT (São Paulo, Goiás e Minas Gerais) apresentaram casos de malária cuja sede de infecção teve origem em seus municípios mostrando a circulação de anofelinos nestes Estados e, a presença embora baixa, de portadores de *plasmodium.sp* que possibilitaram a ocorrência de infecção em pessoas suscetíveis. As **Figuras 8.3-1** e **8.3-2** apresentam a distribuição espacial dos casos de malária autóctone AII Extra Amazônia Legal.

Dentre os municípios pertencentes a AII Extra Amazônia Legal foi registrada infecção autóctone nos municípios de Iturama (MG), Jataí (GO), Mineiros (GO) e Serranópolis (GO) totalizando doze casos no período de 2007 a 2009 com predominância da infecção por *Plasmodium vivax* + *Plasmodium Falciparum*. Destes doze casos, o município de Mineiros (GO) respondeu por sete casos (58,3%) e Jataí (GO) por três casos (25%). Os demais apresentaram um caso da doença, cada um.





## 9. A ESTRUTURA DE ATENÇÃO À SAÚDE

A análise e os dados da infra-estrutura de atenção à saúde no AII e AID da LT foram construídos a partir de dados secundários disponíveis nas bases de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES do Ministério da Saúde no endereço eletrônico [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br).

Foram utilizados os parâmetros constantes na Portaria GM/MS 1001/2002 como eixo norteador para a análise dos dados e sua suficiência considerando o contexto legal do processo de Pactuação Pactuada Integrada – PPI da Assistência coordenado pelo Ministério da Saúde.

### 9.1 DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

A disponibilidade e a suficiência de profissionais de saúde são consideradas estratégicas para avaliar a atenção à saúde a uma dada população. A disponibilidade de profissionais médicos por habitante pode ser considerado um indicador de profissionais de saúde não excluindo a importância estrutural das demais categorias profissionais no processo de atenção à saúde.

É possível inferir que a disponibilidade desse profissional com suficiência para atender a população mostra a capacidade potencial de um serviço em atender a sua demanda

por atenção à saúde pressupondo uma dada organização da atenção que inclui outros profissionais no processo. Por outro lado, a sua insuficiência também pode ser indicativa de uma organização de atenção deficitária, daí este indicador ser bastante utilizado para medir a disponibilidade com suficiência de profissionais de saúde para uma dada população.

Porém, torna-se importante ressaltar que este indicador também apresenta limitações no seu uso. Dois aspectos dessas limitações são importantes ressaltar. O primeiro, a exemplo de municípios pólos ou sedes de regiões de saúde que atuam como referência no sistema para os municípios menores ou sem adequada infra-estrutura cujos profissionais existentes atende além da população residente também a população referenciada. Neste caso, o denominador encontra-se subestimado, pois a contingente populacional é maior do que os residentes apenas e, resultará em superestimação do indicador.

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao numero de médicos cadastrados no CNES, pois um mesmo médico pode estar cadastrado para atuação em mais de uma especialidade, podendo ser computado mais de uma vez quando somadas as categorias profissionais e/ou ocupação superestimando o número de profissionais médicos disponíveis.

Na AII e AID da LT observa-se que na distribuição de profissionais de saúde de nível superior oitenta e três municípios (95,4%) ultrapassaram o parâmetro de 01 medico/1000 hab. Somente quatro municípios (4,6%) apresentaram insuficiência de médicos para a atenção à saúde de sua população. São eles São Felipe D Oeste, Itapuã D Oeste, Parecis e Urupá (**Quadro 9.1-1**).

A concentração média de médicos para a AII como para a AID é de 3,6 médico/mil hab.. Para os Estados, observa-se insuficiência de profissionais médicos no Estado de Rondônia (0,8 médico/mil hab.) diferentemente dos outros Estados e Brasil (1,5 médico/mil hab.). O Estado de Goiás (3,8 médico/mil hab.) seguido de São Paulo (2,1 médico/mil hab.) apresentaram as concentrações mais elevadas dessa categoria profissional. Estes últimos têm como fatores atrativos para fixação desses profissionais a intensa urbanização (em especial em São Paulo) como as oportunidades vinculadas ao mercado de trabalho e desenvolvimento tecnológico e científico.

**Quadro 9.1-1- Profissionais de saúde segundo categorias selecionadas segundo municípios, Estados e Áreas de Influência da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, dezembro de 2009.**

IBGE	Município	Out ocup NU	%	Enfermeiro	%	Odontólogo	%	Medicos	%	Total	Medicos/ hab
353260	Nhandeara	31	43,7	13	18,3	11	15,5	16	22,5	71	6,6
351550	Femandópolis	126	32,0	69	17,5	75	19,0	124	31,5	394	6,2
510340	Cuiabá	1004	30,4	503	15,2	417	12,6	1378	41,7	3302	6,0
350320	Araraquara	373	31,1	145	12,1	295	24,6	385	32,1	1198	6,0
351520	Estrela d'Oeste	17	37,0	7	15,2	9	19,6	13	28,3	46	5,1
355710	Votuporanga	119	31,7	63	16,8	54	14,4	139	37,1	375	4,6
313440	Iturama	72	49,0	23	15,6	25	17,0	27	18,4	147	4,4
352960	Meridiano	10	58,8	2	11,8	4	23,5	1	5,9	17	4,3
355530	Tumalina	4	50,0	1	12,5	2	25,0	1	12,5	8	4,1
355570	União Paulista	3	50,0	1	16,7	2	33,3	0	0,0	6	4,0
353350	Novo Horizonte	81	56,6	13	9,1	24	16,8	25	17,5	143	3,9
353280	Nova Aliança	6	31,6	3	15,8	5	26,3	5	26,3	19	3,7
110020	Porto Velho	430	30,6	249	17,7	162	11,5	563	40,1	1404	3,7
353475	Ouroeste	9	33,3	7	25,9	8	29,6	3	11,1	27	3,6
354040	Populina	4	26,7	8	53,3	2	13,3	1	6,7	15	3,5
510760	Rondonópolis	207	32,7	131	20,7	91	14,4	204	32,2	633	3,5
352930	Matão	87	32,2	42	15,6	56	20,7	85	31,5	270	3,5
355270	Tabatinga	13	25,5	8	15,7	21	41,2	9	17,6	51	3,4
352570	José Bonifácio	53	49,1	12	11,1	17	15,7	26	24,1	108	3,3
350740	Borborema	19	39,6	7	14,6	5	10,4	17	35,4	48	3,3
510030	Alto Araguaia	17	36,2	8	17,0	9	19,1	13	27,7	47	3,2
352270	Itápolis	40	31,3	14	10,9	25	19,5	49	38,3	128	3,2
352150	Irapuã	8	36,4	3	13,6	7	31,8	4	18,2	22	3,1
521190	Jataí	88	32,5	31	11,4	65	24,0	87	32,1	271	3,1
351590	Floreal	3	33,3	1	11,1	3	33,3	2	22,2	9	3,1
354080	Potirendaba	15	31,9	8	17,0	7	14,9	17	36,2	47	3,1
521130	Itarumã	3	17,6	8	47,1	2	11,8	4	23,5	17	3,1
353250	Neves Paulista	4	14,3	7	25,0	8	28,6	9	32,1	28	3,1
353140	Monte Aprazível	19	29,7	11	17,2	9	14,1	25	39,1	64	3,0
352810	Macaubal	7	30,4	2	8,7	8	34,8	6	26,1	23	3,0
352190	Itajobi	18	42,9	7	16,7	9	21,4	8	19,0	42	2,9
355600	Urupês	14	41,2	5	14,7	7	20,6	8	23,5	34	2,7
510480	Jaciara	36	51,4	12	17,1	12	17,1	10	14,3	70	2,7
521310	Mineiros	43	34,1	15	11,9	13	10,3	55	43,7	126	2,6
510040	Alto Garças	9	37,5	5	20,8	7	29,2	3	12,5	24	2,5
510835	Vale de São Domingos	2	28,6	2	28,6	1	14,3	2	28,6	7	2,4
351685	Gavião Peixoto	3	30,0	3	30,0	1	10,0	3	30,0	10	2,4
510500	Jauru	8	32,0	5	20,0	7	28,0	5	20,0	25	2,3
510720	Rio Branco	5	41,7	3	25,0	2	16,7	2	16,7	12	2,3
110002	Ariquemes	51	26,3	31	16,0	22	11,3	90	46,4	194	2,3
510637	Pedra Preta	15	40,5	5	13,5	5	13,5	12	32,4	37	2,2
510675	Pontes e Lacerda	31	36,0	14	16,3	21	24,4	20	23,3	86	2,2
110090	Castanheiras	2	25,0	2	25,0	2	25,0	2	25,0	8	2,2
353290	Nova Europa	9	42,9	5	23,8	3	14,3	4	19,0	21	2,1
110006	Colorado do Oeste	12	32,4	7	18,9	1	2,7	17	45,9	37	2,1
510125	Araputanga	13	39,4	7	21,2	6	18,2	7	21,2	33	2,1

..continua

..continua											
IBGE	Município	Out ocup NU	%	Enfermeiro	%	Odontólogo	%	Medicos	%	Total	Medicos/ hab
510729	São José do Povo	1	14,3	2	28,6	1	14,3	3	42,9	7	2,0
110015	Ouro Preto do Oeste	25	33,8	16	21,6	12	16,2	21	28,4	74	2,0
110005	Cerejeiras	11	33,3	6	18,2	6	18,2	10	30,3	33	2,0
510523	Lambari D'Oeste	4	40,0	2	20,0	2	20,0	2	20,0	10	2,0
353270	Nipoã	3	37,5	4	50,0	1	12,5	0	0,0	8	1,9
510618	Nova Lacerda	3	30,0	2	20,0	2	20,0	3	30,0	10	1,9
510330	Comodoro	14	38,9	8	22,2	5	13,9	9	25,0	36	1,9
352950	Mendonça	2	25,0	1	12,5	2	25,0	3	37,5	8	1,9
110147	Primavera de Rondônia	1	14,3	3	42,9	2	28,6	1	14,3	7	1,9
110011	Jaru	29	29,0	17	17,0	26	26,0	28	28,0	100	1,9
510170	Barra do Bugres	24	39,3	10	16,4	7	11,5	20	32,8	61	1,8
313862	Limeira do Oeste	4	33,3	2	16,7	4	33,3	2	16,7	12	1,8
110060	Cacaulândia	2	20,0	3	30,0	2	20,0	3	30,0	10	1,7
110140	Monte Negro	4	18,2	10	45,5	2	9,1	6	27,3	22	1,7
110028	Rolim de Moura	25	30,5	22	26,8	9	11,0	26	31,7	82	1,6
355610	Valentim Gentil	6	37,5	5	31,3	3	18,8	2	12,5	16	1,6
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	10	37,0	6	22,2	5	18,5	6	22,2	27	1,5
510450	Indiavaí	2	50,0	1	25,0	1	25,0	0	0,0	4	1,5
510520	Juscimeira	5	27,8	6	33,3	2	11,1	5	27,8	18	1,5
510050	Alto Paraguai	3	25,0	5	41,7	3	25,0	1	8,3	12	1,4
510010	Acorizal	2	25,0	2	25,0	1	12,5	3	37,5	8	1,4
522050	Serranópolis	3	27,3	3	27,3	2	18,2	3	27,3	11	1,4
110155	Teixeirópolis	2	28,6	2	28,6	2	28,6	1	14,3	7	1,4
110034	Alvorada D'Oeste	9	42,9	8	38,1	2	9,5	2	9,5	21	1,3
110007	Corumbiara	1	8,3	6	50,0	4	33,3	1	8,3	12	1,2
510780	Santo Antônio do Leverger	8	32,0	10	40,0	4	16,0	3	12,0	25	1,2
110100	Governador Jorge Teixeira	2	14,3	5	35,7	3	21,4	4	28,6	14	1,2
110025	Presidente Médici	9	33,3	9	33,3	4	14,8	5	18,5	27	1,2
110003	Cabixi	2	25,0	2	25,0	2	25,0	2	25,0	8	1,2
510490	Jangada	3	30,0	3	30,0	2	20,0	2	20,0	10	1,2
510550	Vila Bela Sant.Trindade	6	35,3	6	35,3	3	17,6	2	11,8	17	1,2
510770	Rosário Oeste	7	33,3	6	28,6	3	14,3	5	23,8	21	1,1
510840	Várzea Grande	107	39,8	46	17,1	44	16,4	72	26,8	269	1,1
521940	Santa Rita do Araguaia	2	28,6	2	28,6	1	14,3	2	28,6	7	1,1
110040	Alto Paraíso	4	21,1	4	21,1	1	5,3	10	52,6	19	1,1
110080	Candeias do Jamari	2	11,1	4	22,2	7	38,9	5	27,8	18	1,0
110092	Chupinguaia	5	62,5	2	25,0	0	0,0	1	12,5	8	1,0
110148	São Felipe D'Oeste	3	50,0	3	50,0	0	0,0	0	0,0	6	0,9
110110	Itapuã do Oeste	1	14,3	3	42,9	1	14,3	2	28,6	7	0,9
110145	Parecis	0	0,0	2	50,0	1	25,0	1	25,0	4	0,8
110170	Urupá	0	0,0	2	33,3	0	0,0	4	66,7	6	0,4
	All	3499	32,4	1789	16,6	1731	16,0	3767	34,9	10786	3,6
	AID	3411	32,5	1744	16,6	1674	15,9	3680	35,0	10509	3,6
Estado	Rondonia	666	20,1	488	14,7	1169	35,2	995	30,0	3318	0,8
Estado	Minas Gerais	11874	15,7	12637	16,7	28743	38,0	22399	29,6	75653	1,6
Estado	São Paulo	30263	16,8	24574	13,7	76853	42,7	48122	26,8	179812	2,1
Estado	Mato Grosso	1666	18,8	1360	15,3	2891	32,6	2950	33,3	8867	1,2
Estado	Goiás	2805	16,1	3326	19,9	7442	41,6	5277	22,4	18850	3,8
	<b>Brasil</b>	<b>117913</b>	<b>17,8</b>	<b>96932</b>	<b>14,7</b>	<b>262702</b>	<b>39,7</b>	<b>183819</b>	<b>27,8</b>	<b>661366</b>	<b>1,5</b>

Fonte: CNES/MS

Data de acesso: 12/03/2010

## 9.2 DISPONIBILIDADE DE RECURSOS TECNOLÓGICOS (EQUIPAMENTOS)

A disponibilidade de recursos tecnológicos (equipamentos) na All da LT segundo equipamentos registrados pelos municípios no CNES mostra que o Estado de São Paulo (44,4%), Mato Grosso (35,7%) e Minas Gerais (39,3%) são os Estados que proporcionalmente apresentam maior estrutura tecnológica para o suporte e manutenção da vida. Os Estados de Goiás (31,1%), Rondônia (28,7%), AID (37,1%) e All (36,4%) situaram-se abaixo destes Estados (**Quadro 9.2-1**).

Estes Estados, bem como a AID e All (9,8 e 10,0%) apresentaram participação mais elevada em equipamentos de diagnóstico por imagem (radiologia, ultra-sonografia entre outros) e infra-estrutura (geradores de energia, por exemplo) do que os demais Estados.

A disponibilidade de tecnologia em equipamentos é muito dependente do nível de atenção (intensamente utilizada no nível terciário de atenção) desenvolvido pelo sistema de saúde no nível local, regional e estadual e cresce à medida da complexidade dos serviços oferecidos.

Os dados apresentados não têm por objetivo avaliar a suficiência de tecnologia na All e sim demonstrar um panorama da All em relação à tecnologia (equipamentos) disponíveis. Dentre os municípios da All não registraram no CNES nenhum equipamento de Manutenção da Vida na sua estrutura de Atenção à Saúde estão:

- Castanheiras, Chupinguaia e Parecis no Estado de Rondônia
- Floreal e Nipoã no Estado de São Paulo
- Acorizal, Alto das Garças, Indavaí, Jangada, Nova Lacerda, São Jose do Povo, Itarumã, Santa Rita do Araguaia no Estado de Mato Grosso e,
- Serranópolis no Estado de Goiás.

É importante ainda ressaltar que os dados do CNES são atualizados mensalmente por todos os municípios do país e, que a não atualização pode implicar perdas financeiras aos municípios no recebimento de recursos. Logo, eventuais omissões ou erros na sua alimentação têm sempre como origem os dados fornecidos pelo sistema municipal de saúde.



**Quadro 9.2-1 – Recursos Tecnológicos (Equipamentos) disponíveis no Sistema de Saúde (nº e %) segundo Grupo de Equipamentos na All da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, dezembro de 2009.**

IBGE	Município	Imagem	Infra -		Met.		Met.		Manutenção	Odontologia	Outros	Total				
			%	Estrutura	%	Ópticos	%	Graficos					%			
110090	Castanheiras	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	33,3	3	50,0	6		
110092	Chupinguaia	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	2		
110145	Parecis	1	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	87,5	0	0,0	8		
351590	Floreal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	14,3	6	85,7	7		
353270	Nipoã	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	2		
510010	Acorizal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	2	66,7	3		
510040	Alto Garças	3	15,8	0	0,0	1	5,3	1	5,3	0	0,0	13	68,4	1	5,3	19
510450	Indiavaí	2	28,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	14,3	4	57,1	7
510490	Jangada	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	85,7	1	14,3	7
510618	Nova Lacerda	3	37,5	1	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	37,5	1	12,5	8
510729	São José do Povo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0	0	0,0	2
521130	Itarumã	3	16,7	1	5,6	0	0,0	1	5,6	0	0,0	13	72,2	0	0,0	18
521940	Santa Rita Araguaia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	100,0	0	0,0	4		
522050	Serranópolis	1	20,0	1	20,0	0	0,0	1	20,0	0	0,0	2	40,0	0	0,0	5
313440	Iturama	13	16,7	0	0,0	4	5,1	7	9,0	5	6,4	30	38,5	19	24,4	78
510780	Santo Ant. Leverger	1	3,7	1	3,7	0	0,0	0	0,0	2	7,4	22	81,5	1	3,7	27
110011	Jaru	19	10,5	20	11,0	22	12,2	5	2,8	16	8,8	86	47,5	13	7,2	181
110110	Itapuã do Oeste	1	11,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	11,1	7	77,8	0	0,0	9
510520	Juscimeira	3	11,5	1	3,8	0	0,0	1	3,8	3	11,5	9	34,6	9	34,6	26
355610	Valentim Gentil	2	8,3	0	0,0	0	0,0	2	8,3	3	12,5	2	8,3	15	62,5	24
510500	Jauru	5	8,9	1	1,8	0	0,0	0	0,0	7	12,5	36	64,3	7	12,5	56
110140	Monte Negro	7	18,4	1	2,6	1	2,6	1	2,6	5	13,2	23	60,5	0	0,0	38
355530	Turmalina	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	14,3	1	14,3	2	28,6	3	42,9	7
355570	União Paulista	1	14,3	0	0,0	0	0,0	1	14,3	1	14,3	2	28,6	2	28,6	7
510030	Alto Araguaia	7	33,3	1	4,8	0	0,0	1	4,8	3	14,3	7	33,3	2	9,5	21
510770	Rosário Oeste	2	5,1	1	2,6	0	0,0	3	7,7	6	15,4	19	48,7	8	20,5	39
352960	Meridiano	1	8,3	0	0,0	0	0,0	1	8,3	4	16,7	4	33,3	4	33,3	12
510330	Comodoro	8	13,3	2	3,3	0	0,0	0	0,0	10	16,7	38	63,3	2	3,3	60
110025	Presidente Médici	5	12,2	3	7,3	0	0,0	2	4,9	7	17,1	20	48,8	4	9,8	41
353350	Novo Horizonte	21	9,5	17	7,7	11	5,0	6	2,7	39	17,6	78	35,3	49	22,2	221
510675	Pontes e Lacerda	14	8,1	11	6,4	1	0,6	2	1,2	31	17,9	108	62,4	6	3,5	173
352930	Matão	37	5,6	26	4,0	9	1,4	22	3,4	120	18,3	420	64,1	21	3,2	655
353260	Nhandeara	9	8,0	1	0,9	1	0,9	3	2,7	21	18,8	51	45,5	26	23,2	112
352950	Mendonça	1	10,0	0	0,0	0	0,0	1	10,0	2	20,0	2	20,0	4	40,0	10
510550	Vila Bela S.Trindade	1	4,2	1	4,2	0	0,0	0	0,0	5	20,8	13	54,2	4	16,7	24
353280	Nova Aliança	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	10,5	4	21,1	5	26,3	8	42,1	19
355270	Tabatinga	13	26,0	1	2,0	0	0,0	4	8,0	12	24,0	8	16,0	12	24,0	50
355710	Votuporanga	59	7,7	84	11,0	22	2,9	20	2,6	184	24,0	259	33,8	138	18,0	766
510480	Jaciara	12	18,2	5	7,6	4	6,1	2	3,0	16	24,2	15	22,7	12	18,2	66
510125	Araputanga	6	8,7	1	1,4	0	0,0	0	0,0	17	24,6	26	37,7	19	27,5	69
351550	Fernandópolis	76	13,2	7	1,2	25	4,3	19	3,3	142	24,7	201	34,9	106	18,4	576
110007	Corumbiara	1	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	25,0	5	62,5	0	0,0	8
110147	Primavera Rondônia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	12,5	2	25,0	5	62,5	0	0,0	8
352150	Irapuã	2	16,7	0	0,0	0	0,0	1	8,3	3	25,0	2	16,7	4	33,3	12
510835	Vale S.Domingos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	25,0	2	25,0	4	50,0	8
110028	Rolim de Moura	28	33,7	7	8,4	2	2,4	5	6,0	21	25,3	13	15,7	7	8,4	83
351520	Estrela d'Oeste	6	7,9	0	0,0	1	1,3	4	5,3	20	26,3	4	5,3	41	53,9	76
353140	Monte Aprazível	7	7,2	1	1,0	1	1,0	9	9,3	26	26,8	23	23,7	30	30,9	97
352570	José Bonifácio	10	11,0	2	2,2	2	2,2	4	4,4	25	27,5	15	16,5	33	36,3	91
110014	N.Brasilândia Oeste	5	8,9	2	3,6	0	0,0	1	1,8	16	28,6	23	41,1	9	16,1	56
510523	Lambari D'Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	28,6	2	28,6	3	42,9	7
510720	Rio Branco	1	7,1	0	0,0	0	0,0	1	7,1	4	28,6	1	7,1	7	50,0	14
352810	Macaubal	7	10,8	0	0,0	0	0,0	5	7,7	19	29,2	28	43,1	6	9,2	65
110034	Alvorada D'Oeste	3	23,1	3	23,1	0	0,0	0	0,0	4	30,8	2	15,4	1	7,7	13
110148	São Felipe D'Oeste	1	7,7	1	7,7	0	0,0	0	0,0	4	30,8	7	53,8	0	0,0	13
352270	Itápolis	32	16,6	0	0,0	6	3,1	9	4,7	60	31,1	52	26,9	34	17,6	193
110015	Ouro Preto do Oeste	12	8,3	5	3,5	9	6,3	8	5,6	45	31,3	59	41,0	6	4,2	144
110080	Candeias do Jamari	1	5,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	31,6	12	63,2	0	0,0	19
110170	Urupá	1	4,0	3	12,0	0	0,0	0	0,0	8	32,0	13	52,0	0	0,0	25
510760	Rondonópolis	113	9,3	29	2,4	27	2,2	29	2,4	394	32,5	548	45,2	73	6,0	1213
521190	Jataí	17	8,9	7	3,7	6	3,1	11	5,8	63	33,0	69	36,1	18	9,4	191
110040	Alto Paraíso	1	8,3	4	33,3	0	0,0	1	8,3	4	33,3	2	16,7	0	0,0	12
110005	Cerejeiras	3	14,3	4	19,0	0	0,0	1	4,8	7	33,3	6	28,6	0	0,0	21
352190	Itajobi	8	16,7	0	0,0	0	0,0	4	8,3	16	33,3	12	25,0	8	16,7	48
510840	Várzea Grande	70	9,4	15	2,0	16	2,2	27	3,6	251	33,7	333	44,8	32	4,3	744

..continua

														..continua		
IBGE	Município	Imagem %		Infra - Estrutura %		Met. Ópticos %		Met. Gráficos %		Manutenção %	Odontologia %	Outros %	Total			
353250	Neves Paulista	3	13,0	0	0,0	0	0,0	2	8,7	8	34,8	7	30,4	3	13,0	23
350320	Araraquara	216	11,7	17	0,9	75	4,1	49	2,7	649	35,3	660	35,9	173	9,4	1839
351685	Gavião Peixoto	1	5,9	0	0,0	0	0,0	1	5,9	6	35,3	6	35,3	3	17,6	17
110020	Porto Velho	199	11,8	185	11,0	74	4,4	49	2,9	596	35,3	450	26,7	134	7,9	1687
510170	Barra do Bugres	10	11,9	2	2,4	3	3,6	3	3,6	31	36,9	28	33,3	7	8,3	84
110155	Teixeirópolis	0	0,0	1	5,6	0	0,0	0	0,0	7	38,9	10	55,6	0	0,0	18
110002	Ariquemes	40	14,7	14	5,1	17	6,3	11	4,0	107	39,3	48	17,6	35	12,9	272
355600	Urupês	2	6,5	0	0,0	0	0,0	3	9,7	13	41,9	6	19,4	7	22,6	31
313862	Limeira do Oeste	0	0,0	0	0,0	1	5,3	1	5,3	8	42,1	4	21,1	5	26,3	19
354080	Potirendaba	7	10,3	0	0,0	4	5,9	6	8,8	30	44,1	7	10,3	14	20,6	68
521310	Mineiros	34	14,9	14	6,1	22	9,6	9	3,9	106	46,5	30	13,2	13	5,7	228
110006	Colorado do Oeste	3	20,0	3	20,0	0	0,0	1	6,7	7	46,7	1	6,7	0	0,0	15
350740	Borborema	9	15,3	1	1,7	3	5,1	5	8,5	28	47,5	2	3,4	11	18,6	59
354040	Populina	2	9,5	0	0,0	0	0,0	2	9,5	10	47,6	1	4,8	6	28,6	21
510340	Cuiabá	483	7,9	304	5,0	208	3,4	228	3,7	2933	47,9	1525	24,9	439	7,2	6120
353290	Nova Europa	5	12,8	1	2,6	0	0,0	5	12,8	19	48,7	3	7,7	6	15,4	39
510637	Pedra Preta	2	11,1	0	0,0	0	0,0	1	5,6	9	50,0	2	11,1	4	22,2	18
353475	Ouroeste	7	19,4	1	2,8	0	0,0	4	11,1	19	52,8	2	5,6	3	8,3	36
510050	Alto Paraguai	1	7,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	53,8	2	15,4	3	23,1	13
110060	Cacaulândia	1	11,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	55,6	3	33,3	0	0,0	9
110100	Gov. Jorge Teixeira	1	11,1	1	11,1	0	0,0	0	0,0	5	55,6	2	22,2	0	0,0	9
110003	Cabixi	1	14,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	57,1	2	28,6	0	0,0	7
	AlI	1696	9,8	815	4,7	578	3,3	610	3,5	6276	36,4	5589	32,4	1694	9,8	17258
	AID	1658	10,0	789	4,8	569	3,4	588	3,5	6155	37,1	5162	31,1	1673	10,1	16594
Estado	Rondonia	587	11,7	534	10,7	185	3,7	147	2,9	1436	28,7	1720	34,4	398	7,9	5007
Estado	Minas Gerais	9709	9,6	2859	2,8	2798	2,8	4192	4,2	39528	39,3	30777	30,6	10813	10,7	100676
Estado	São Paulo	25929	9,3	8290	3,0	9160	3,3	9923	3,5	124461	44,4	79057	28,2	23447	8,4	280267
Estado	Mato Grosso	1415	8,8	630	3,9	398	2,5	500	3,1	5725	35,7	6003	37,4	1383	8,6	16054
Estado	Goiás	5820	12,6	1922	4,2	1614	3,5	1429	3,1	14393	31,1	17536	37,9	3555	7,7	46269

Fonte: CNES/MS Data de acesso:12/03/2010

### 9.3 DISPONIBILIDADE DE LEITOS HOSPITALARES (SUS E NÃO SUS)

A disponibilidade de leitos hospitalares e de profissionais de saúde numa dada população configuram a estrutura existente de oferta de atenção enquanto a cobertura assistencial de ações como internações hospitalares configura-se como resultados do desenvolvimento das práticas de saúde com os recursos de infra-estrutura disponibilizados.

Já a cobertura de atenção hospitalar através das internações hospitalares mostra a relação entre a oferta dos serviços de saúde frente à demanda por atenção à saúde hospitalar de uma dada população. Um número excessivo de internações pode indicar internações evitáveis, atenção primária deficiente cuja consequência é piora do quadro clínico ou o perfil epidemiológico da população, pois determinadas patologias e/ou agravos demandam maior proporção de assistência hospitalar que outras.

Ao contrário, um número reduzido de internações hospitalares pode indicar dificuldades de acesso, baixa concentração de profissionais de saúde e, ainda, invasão de pacientes de outros municípios.

O indicador de leitos hospitalares é um indicador clássico bastante utilizado para medir a oferta de serviços de saúde hospitalares, porém num sistema de saúde como o

brasileiro em que o país apresenta um território com dimensões continentais e, a organização dos serviços de atenção é regionalizada e hierarquizada a disponibilidade de leitos hospitalares não abrange somente a população residente, mas sim também a população referenciada. Na escala nacional e estadual esse indicador apresenta baixa distorção porém na escala municipal este precisa ser analisado com cuidado quando o objetivo é concluir sua suficiência ou não.

No total de leitos hospitalares disponíveis na All da LT, à exceção de Goiás (4,9) a concentração de leitos a cada mil hab. foi de 2,5 a 2,8 e está dentro dos parâmetros estimados pelo Ministério da Saúde na PT GM/MS 1101/2002 (2,5 a 2,8 leitos hospitalares a cada mil hab.)

Na observação da disponibilidade de leitos por município observou-se que 22 municípios (25,3%) não registraram oferta de leitos hospitalares pressupondo que as necessidades de urgência/emergência ocorridas no seu território serão encaminhadas a municípios de referencia do sistema, fato este que deve ser para o PACM e Programa de Saúde do empreendimento (**Quadro 9.3-1**). São eles:

- Candeias do Jamari e Primavera de Rondônia no Estado de Rondônia
- Limeira do Oeste em Minas Gerais
- Floreal, Gavião Peixoto, Irapuã, Mendonça, Meridiano, Nipoã, Nova Aliança, Turmalina, União Paulista, Valentim Gentil no Estado de São Paulo.
- Acorizal, Alto Garças, Indiavaí, Jangada e Lambari d'Oeste, Nova Lacerda, São José do Povo, Vale de São Domingos e Santa Rita do Araguaia no Mato Grosso.

Os municípios de Nhandeara (SP) e de Alto Araguaia (MT) apresentaram uma concentração de leitos bastante além da média com 11,5% e 7,3% respectivamente.

**Quadro 9.3-1- Leitos hospitalares segundo tipo de leito na All da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02, dezembro de 2009.**

IBGE	Município	Cirúrgicos	%	Clínicos	%	Obstétrico	%	Pediátrico	%	Outras Espec.	%	Hospital/ Dia	%	Total	Leitos / hab.
110040	Alto Paraíso	0	0,0	15	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	15	0,9
110034	Alvorada D'Oeste	3	8,6	16	45,7	10	28,6	6	17,1	0	0,0	0	0,0	35	2,1
110002	Ariquemes	69	34,0	52	25,6	47	23,2	34	16,7	1	0,5	0	0,0	203	2,4
110003	Cabixi	0	0,0	16	80,0	0	0,0	4	20,0	0	0,0	0	0,0	20	3,0
110060	Cacaulândia	0	0,0	16	61,5	3	11,5	7	26,9	0	0,0	0	0,0	26	4,5
110080	Candeias do Jamari	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
110090	Castanheiras	0	0,0	4	57,1	3	42,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	1,9
110005	Cerejeiras	5	12,5	20	50,0	8	20,0	7	17,5	0	0,0	0	0,0	40	2,4
110092	Chupinguaia	0	0,0	12	75,0	4	25,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	16	2,0
110006	Colorado do Oeste	11	17,5	28	44,4	10	15,9	12	19,0	0	0,0	2	3,2	63	3,5
110007	Corumbiara	0	0,0	9	60,0	2	13,3	4	26,7	0	0,0	0	0,0	15	1,5
110100	Gov. Jorge Teixeira	2	9,5	9	42,9	5	23,8	5	23,8	0	0,0	0	0,0	21	1,8
110110	Itapuã do Oeste	0	0,0	12	80,0	3	20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	15	1,8
110011	Jaru	14	12,2	53	46,1	27	23,5	19	16,5	2	1,7	0	0,0	115	2,1
110140	Monte Negro	6	15,0	12	30,0	8	20,0	14	35,0	0	0,0	0	0,0	40	3,1
110014	N. Brasilândia Oeste	5	11,4	25	56,8	8	18,2	6	13,6	0	0,0	0	0,0	44	2,5
110015	Ouro Preto do Oeste	42	34,7	38	31,4	24	19,8	17	14,0	0	0,0	0	0,0	121	3,3
110145	Parecis	0	0,0	8	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	1,7
110020	Porto Velho	358	30,4	397	33,7	182	15,4	178	15,1	54	4,6	9	0,8	1178	3,1
110025	Presidente Médici	6	12,2	29	59,2	6	12,2	8	16,3	0	0,0	0	0,0	49	2,2
110147	Primavera Rondônia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
110028	Rolim de Moura	21	17,4	59	48,8	25	20,7	16	13,2	0	0,0	0	0,0	121	2,4
110148	São Felipe D'Oeste	0	0,0	16	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	16	2,5
110155	Teixeirópolis	0	0,0	5	55,6	1	11,1	3	33,3	0	0,0	0	0,0	9	1,8
110170	Urupá	0	0,0	10	40,0	10	40,0	5	20,0	0	0,0	0	0,0	25	1,8
313440	Iturama	21	42,0	15	30,0	8	16,0	6	12,0	0	0,0	0	0,0	50	1,5
313862	Limeira do Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
350320	Araraquara	126	21,0	199	33,2	66	11,0	85	14,2	124	20,7	0	0,0	600	3,0
350740	Borborema	3	11,5	11	42,3	5	19,2	7	26,9	0	0,0	0	0,0	26	1,8
351520	Estrela d'Oeste	3	21,4	7	50,0	2	14,3	2	14,3	0	0,0	0	0,0	14	1,5
351550	Fernandópolis	51	29,7	76	44,2	16	9,3	29	16,9	0	0,0	0	0,0	172	2,7
351590	Floreal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
351685	Gavião Peixoto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
352150	Irapuã	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
352190	Itajobi	10	27,8	20	55,6	4	11,1	2	5,6	0	0,0	0	0,0	36	2,5
352270	Itápolis	21	26,3	40	50,0	14	17,5	4	5,0	1	1,3	0	0,0	80	2,0
352570	José Bonifácio	12	18,2	27	40,9	8	12,1	19	28,8	0	0,0	0	0,0	66	2,0
352810	Macaubal	4	16,7	18	75,0	0	0,0	2	8,3	0	0,0	0	0,0	24	3,1
352930	Matão	34	24,3	76	54,3	14	10,0	16	11,4	0	0,0	0	0,0	140	1,8
352950	Mendonça	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
352960	Meridiano	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
353140	Monte Aprazível	8	11,0	42	57,5	6	8,2	17	23,3	0	0,0	0	0,0	73	3,5
353250	Neves Paulista	0	0,0	28	80,0	2	5,7	5	14,3	0	0,0	0	0,0	35	3,8
353260	Nhandeara	8	6,5	22	17,7	8	6,5	6	4,8	80	64,5	0	0,0	124	11,5
353270	Nipoã	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
353280	Nova Aliança	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

..continua

..continua															
IBGE	Município	Cirúrgicos	%	Clínicos	%	Obstétrico	%	Pediátrico	%	Outras Espec.	%	Hospital/ Dia	%	Total	Leitos / hab.
353290	Nova Europa	2	16,7	6	50,0	2	16,7	2	16,7	0	0,0	0	0,0	12	1,2
353350	Novo Horizonte	28	22,6	43	34,7	24	19,4	29	23,4	0	0,0	0	0,0	124	3,4
353475	Ouroeste	8	20,5	20	51,3	4	10,3	7	17,9	0	0,0	0	0,0	39	5,1
354040	Populina	2	11,1	11	61,1	2	11,1	3	16,7	0	0,0	0	0,0	18	4,2
354080	Potirendaba	8	28,6	10	35,7	7	25,0	3	10,7	0	0,0	0	0,0	28	1,9
355270	Tabatinga	6	17,1	16	45,7	9	25,7	4	11,4	0	0,0	0	0,0	35	2,4
355530	Turmalina	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
355570	União Paulista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
355600	Urupês	6	16,2	20	54,1	5	13,5	6	16,2	0	0,0	0	0,0	37	3,0
355610	Valentim Gentil	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
355710	Votuporanga	91	31,9	119	41,8	34	11,9	39	13,7	2	0,7	0	0,0	285	3,5
510010	Acorizal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510030	Alto Araguaia	12	11,3	47	44,3	23	21,7	24	22,6	0	0,0	0	0,0	106	7,3
510040	Alto Garças	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510050	Alto Paraguai	5	12,2	18	43,9	10	24,4	8	19,5	0	0,0	0	0,0	41	4,9
510125	Araputanga	5	26,3	5	26,3	5	26,3	4	21,1	0	0,0	0	0,0	19	1,2
510170	Barra do Bugres	14	17,9	31	39,7	12	15,4	19	24,4	2	2,6	0	0,0	78	2,3
510330	Comodoro	7	16,7	17	40,5	8	19,0	10	23,8	0	0,0	0	0,0	42	2,2
510340	Cuiabá	619	39,5	413	26,3	148	9,4	247	15,7	136	8,7	6	0,4	1569	2,8
510450	Indiavaí	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510480	Jaciara	25	41,0	15	24,6	10	16,4	10	16,4	1	1,6	0	0,0	61	2,4
510490	Jangada	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510500	Jauru	9	24,3	18	48,6	4	10,8	6	16,2	0	0,0	0	0,0	37	3,4
510520	Juscimeira	0	0,0	13	65,0	2	10,0	5	25,0	0	0,0	0	0,0	20	1,6
510523	Lambari D'Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510618	Nova Lacerda	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510637	Pedra Preta	8	28,6	7	25,0	6	21,4	7	25,0	0	0,0	0	0,0	28	1,7
510675	Pontes e Lacerda	24	30,4	21	26,6	18	22,8	16	20,3	0	0,0	0	0,0	79	2,0
510720	Rio Branco	5	25,0	5	25,0	6	30,0	4	20,0	0	0,0	0	0,0	20	3,8
510760	Rondonópolis	127	30,2	99	23,6	43	10,2	56	13,3	87	20,7	8	1,9	420	2,3
510770	Rosário Oeste	8	12,7	35	55,6	11	17,5	9	14,3	0	0,0	0	0,0	63	3,4
510780	Sto Antônio do Leverger	5	20,8	11	45,8	4	16,7	4	16,7	0	0,0	0	0,0	24	1,2
510729	São José do Povo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510835	Vale de São Domingos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510840	Várzea Grande	150	30,1	201	40,3	57	11,4	78	15,6	5	1,0	8	1,6	499	2,1
510550	Vila Bela S.Trindade	6	21,4	8	28,6	10	35,7	4	14,3	0	0,0	0	0,0	28	1,9
521130	Itarumã	3	21,4	5	35,7	3	21,4	3	21,4	0	0,0	0	0,0	14	2,6
521190	Jataí	38	19,0	73	36,5	20	10,0	19	9,5	50	25,0	0	0,0	200	2,3
521310	Mineiros	59	27,4	62	28,8	60	27,9	34	15,8	0	0,0	0	0,0	215	4,4
521940	Santa Rita do Araguaia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
522050	Serranópolis	2	10,0	7	35,0	5	25,0	5	25,0	1	5,0	0	0,0	20	2,6
All		2125	27,2	2798	35,9	1091	14,0	1210	15,5	546	7,0	33	0,4	7803	2,6
AID		2091	27,3	2710	35,4	1074	14,0	1194	15,6	546	7,1	33	0,4	7648	2,6
Estado	Roraima	816	22,5	1440	39,7	674	18,6	617	17,0	65	1,8	13	0,4	3625	2,6
Estado	Minas Gerais	10409	23,6	16156	36,6	4936	11,2	5962	13,5	6015	13,6	620	1,4	44098	2,5
Estado	São Paulo	24981	25,4	28578	29,0	10789	11,0	10333	10,5	21319	21,7	2423	2,5	98423	2,7
Estado	Mato Grosso	1883	27,4	2312	33,7	1107	16,1	1244	18,1	261	3,8	53	0,8	6860	2,7
Estado	Goiás	6437	26,5	7694	31,7	3170	13,1	3409	14,0	3246	13,4	332	1,4	24288	4,9
	Brasil	116586	24,8	62318	13,3	68719	14,6	470223	100,0	68719	14,6	7911	1,7	470223	2,8

Fonte: CNES/MS

Data de acesso 10/02/2010

## 10. A REGIONALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ASSISTENCIAL À SAÚDE NA AII

Com o objetivo de contextualizar a infra-estrutura organizacional de Atenção à Saúde na AII da LT, de forma sucinta a partir de documentos de planejamento e/ou avaliação institucional como o Plano de Saúde- PES, Plano Diretor de Regionalização - PDR e dados disponíveis pela Secretarias de Estados da Saúde e Ministério da Saúde nos respectivos sítios eletrônicos institucionais foi descrito de forma sucinta as principais características da regionalização em cada Estado da AII.

### 10.1 O ESTADO DE RONDÔNIA

Segundo dados do PDR, o Estado de Rondônia encontra-se regionalizado em dez regiões de saúde e configuram o Plano Diretor de Regionalização do Estado com as seguintes Regiões de Saúde (01) Ariquemes, (02) Cacoal, (03) Jaru, (04) Ji-Paraná, (05) Ouro Preto do Oeste, (06) Pimenta Bueno, (07) Porto Velho, (08) Alta Floresta do Oeste, (09) Rolim de Moura e (10) Vilhena. O atual PDR estadual em 2010 incorporará mais um pólo estadual (Cacoal) e, atualmente está composto por:

- 22 municípios satélites com Hospitais de Pequeno Porte.
- 30 municípios módulos assistenciais sendo: 18 municípios Módulos Assistência nível I, 12 municípios Módulos Assistência nível II, 10 municípios Pólos Micro Regionais de Saúde, 06 municípios Pólos Regionais e 01 município Pólo Estadual (capital)

A Rede Estadual de saúde é composta por 06 (seis) hospitais, sendo: quatro de grande porte, concentrados em Porto Velho e dois de médio porte, um no município de Buritis e outro no Distrito de Porto Velho, Extrema, na divisa com o Acre. Dispõe ainda de uma Unidade de Ambulatório Especializado.

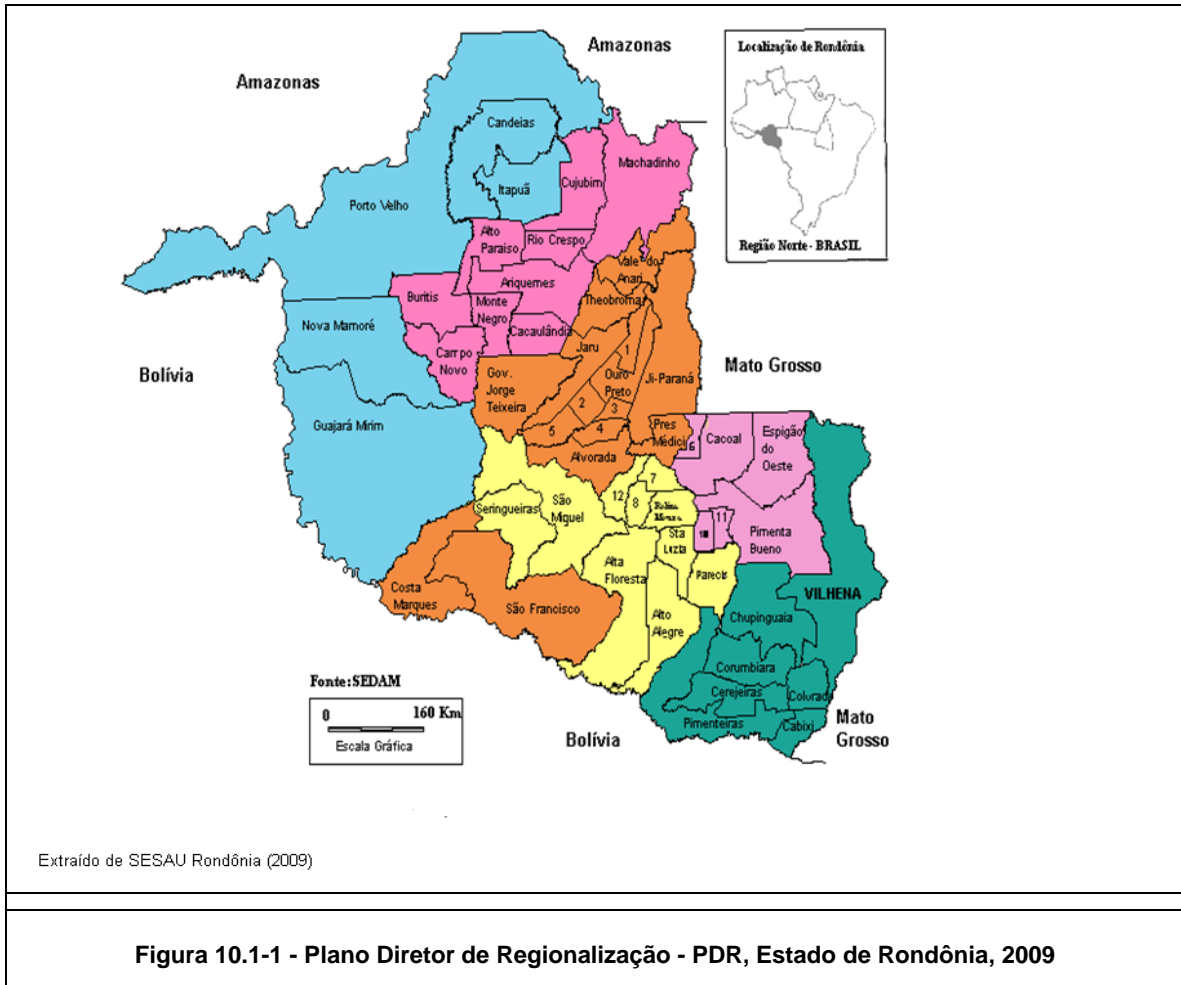
Os hospitais de grande porte somam aproximadamente 700 leitos hospitalares ativos e sustentam a demanda de encaminhamento dos 52 municípios do Estado. Os serviços de Alta Complexidade compreendem os serviços de: **Litotripsia** em Vilhena, Cacoal, Ariquemes e Porto Velho. **As Unidades de Terapia Intensiva – UTI** estão situadas em Ji-Paraná (6 leitos), Ariquemes (8 leitos), Vilhena (6 leitos) e Porto Velho (52 leitos).

Os serviços de **Terapia Renal Substitutiva – TRS** estão localizados em Ariquemes, Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal e Porto Velho. **Os serviços de diagnose em imagem** (tomografia e ressonância magnética) se encontram em Vilhena, Cacoal e Porto Velho.

A criação do novo Pólo Regional de Cacoal possibilitará a incorporação ao sistema 100 leitos (enfermaria adulta e pediátrica), UTI: 10 leitos adultos, 07 leitos pediátricos e 08 leitos para Unidade Semi-intensiva, Centro Cirúrgico (05 salas), Serviços de

diagnóstico (radiologia e imagem), Ambulatório Especializado e Serviços de Regulação.

A implantação do ambulatório de referência e contra-referência para as ações de média e alta complexidade ambulatorial deve reduzir a demanda do interior do Estado em 50% da demanda do interior do Estado para a Capital de Porto Velho que será coberta pelo atendimento oferecido no Hospital Regional de Cacoal.



**Quadro 10.1-1 - Municípios Satélites com Hospitais de Pequeno Porte, PDR Estado de Rondônia, 2009**

<b>Municípios Satélites</b>	<b>Municípios Módulos Assistenciais</b>	
01. Alto Alegre dos Parecis	01. Alta Floresta	16. Machadinho D´Oeste
02. Alto Paraíso	02. Alvorada D´Oeste	17. Monte Negro
03. Cabixi	03. Ariquemes	18. Nova Brasilândia
04. Cacaulândia	04. Buritis	19. Nova Mamoré
05. Campo Novo	05. Cacoal	20. Novo Horizonte
06. Candeias do Jamary	06. Cerejeiras	21. Ouro Preto do Oeste
07. Castanheiras	07. Costa Marques	22. Pimenta Bueno
08. Chupinguaia	08. Colorado D´Oeste	23. Porto Velho
09. Corumbiara	09. Espigão d´Oeste	24. Presidente Médici
10. Cujubim	10. Gov. Jorge Teixeira	25. Rolim de Moura
11. Itapuã D´Oeste	11. Guajará Mirim	26. Santa Luzia
12. Nova União	12. Jaru	27. São Francisco do Guaporé
13. Parecis	13. Ji-Paraná	28. São Miguel do Guaporé
14. Pimenteiras D´Oeste	14. Ministro Andreazza	29. Seringueiras
15. Primavera de Rondônia	15. Mirante da Serra	30. Vilhena
16. Rio Crespo		
17. São Felipe D´Oeste		
18. Teixeiraópolis		
19. Theobroma		
20. Urupá		
21. Vale do Anari		
22. Vale do Paraíso		
Extraído de SESAU, Estado de Rondônia, (2009)		

O processo de regionalização da assistência à saúde no Estado de Rondônia está normatizado pela Resolução CIB/RO nº 123 de 22/11/2007 que instituiu os Colegiados de Gestão Regionais, no âmbito do Estado de Rondônia e Resolução nº 123, de 22/11/2007 que instituiu os Colegiados de Gestão Regionais.



**Quadro 10.1-2 - Regiões de Saúde do Estado de Rondônia, Plano Diretor de Regionalização Estadual.**

Município	Município c/ Assistência em MC	Micro Região	Sede da Região	Pólo Estadual				
Vilhena	Vilhena	Vilhena	Vilhena	Porto Velho				
Chupinguaia								
Colorado D'Oeste								
Cabixi								
Cerejeiras								
Pimenteiras								
Corumbiara	Cerejeiras	Cacoal	Cacoal	Porto Velho				
Cacoal	Cacoal							
Ministro Andreazza	Ministro Andreazza							
Pimenta Bueno	Pimenta Bueno							
Primavera de Rondônia	Primavera de Rondônia							
São Felipe	São Felipe							
Espigão D Oeste	Espigão D Oeste	Espigão D Oeste	Pimenta Bueno	Porto Velho				
Alta Floresta D'Oeste	Alta Floresta D'Oeste	Alta Floresta D'Oeste	Rolim de Moura					
Alto Alegre								
Rolim de Moura								
Castanheiras					Rolim de Moura			
Novo Horizonte					Novo Horizonte			
Nova Brasilândia				Nova Brasilândia				
Santa Luzia				Santa Luzia				
Parecis								
Seringueiras					Seringueiras			
São Miguel					São Miguel			
Jaru					Jarú	Jarú	Ji-Paraná	Porto Velho
Theobroma								
Vale do Anary				Jarú				
Gov. Jorge Teixeira				Gov. Jorge Teixeira				
Ouro Preto D'Oeste	Ouro Preto D'Oeste	Ouro Preto D'Oeste						
Teixeirópolis								
Vale do Paraíso								
Urupá			Ouro Preto D'Oeste					
Mirante da Serra			Mirante da Serra					
Nova Uniao								
Ji-Paraná	Ji-Paraná	Ji-Paraná	Ji-Paraná	Porto Velho				
Presidente Médici	Presidente Médici							
Alvorada D'Oeste	Alvorada D'Oeste							
São Francisco	São Francisco							
Costa Marques	Costa Marques							
Porto Velho	Porto Velho	Porto Velho	Porto Velho	Porto Velho				
Candeias do Jamari								
Itapuã D'Oeste					Porto Velho			
Guajará Mirim					Guajará Mirim			
Nova Mamoré					Nova Mamoré			

Extraído de SESAU Rondônia, 2009

## 10.2 O ESTADO DE GOIÁS

Para a elaboração do Plano Diretor de Regionalização -PDR a SES/GO apontou as seguintes questões como fundamentais:

- A necessidade da desconcentração dos serviços de saúde.
- A estruturação de serviços de saúde na região do Entorno de Brasília.
- Os problemas e as pressões decorrentes do excesso de leitos hospitalares no Estado de Goiás.

Para a organização do PDR tomou como base de orientação as seguintes diretrizes para a reorganização dos serviços de saúde:

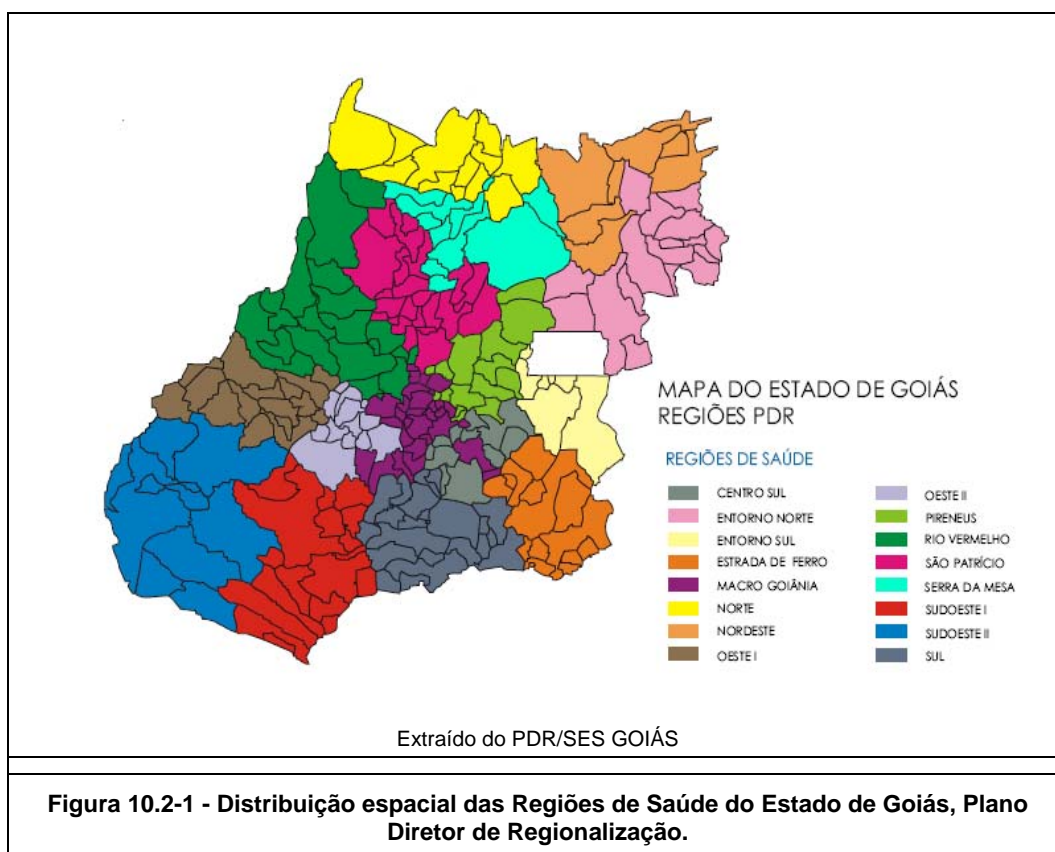
Município Módulo Assistencial	Atenção Básica (Saúde da Família) Média Complexidade 1/Internações básicas em clínica médica, clínica pediátrica e obstétrica (parto normal)
Microrregiões	Pré Natal de Alto Risco Urgências
Regiões	Média Complexidade 2, 3 Internação Especializada Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Extraído do PDR/SES/GO

Os objetivos que nortearam a elaboração do PDR foram:

- Ordenar o processo de regionalização do Estado, conformando sistemas resolutivos de assistência à saúde, através da organização do Estado em regiões/microrregiões e módulos assistenciais, da conformação de redes hierarquizadas de serviços, e estabelecendo mecanismos e fluxos de referências intermunicipais com vistas a garantir a integralidade da
- assistência e o acesso da população aos serviços e ações de saúde de acordo com suas necessidades;
- Promover maior equidade na alocação de recursos;
- Estabelecer compromissos entre os gestores para atendimento das referências intermunicipais;
- Definir prioridades de intervenções coerentes com as necessidades da população;
- Promover a melhoria da qualidade da atenção e do acesso dos cidadãos, bem como assegurar o planejamento dos serviços, o mais próximo possível das comunidades a serem atendidas;

- Subsidiar o processo de qualificação das regiões e microrregiões;
- Garantir a melhor participação possível dos cidadãos na tomada de decisões e escolha das prioridades regionais e locais, na organização e gestão dos serviços;



### 10.3 O ESTADO DE MATO GROSSO

O Estado de Mato Grosso está organizado em 04 Regiões de Saúde, 14 microrregiões de saúde congregando os 141 municípios mato-grossenses. A regionalização do Estado busca implantar um sistema de saúde resolutivo e com capacidade instalada de uma rede hierarquizada de serviços de saúde em todos os níveis de complexidade;

A implantação de mecanismos de gestão com capacidade de Programação, Controle, Avaliação e Regulação de forma integrada e pactuada intergestores e com controle social. Neste sentido o Estado tem um papel estratégico de formulação e coordenação do macro-sistema. As regiões de saúde, microrregiões e municípios polarizadores do Estado são:

- Região Leste: Microrregiões: Baixo Araguaia, Garças Araguaia e Médio Araguaia
- Município Polarizador: Barra dos Garças

- Região Centro-Norte: Microrregiões Baixada Cuiabana, Centro-Norte, Médio Norte,
- Noroeste Mato-Grossense e Vale dos Arinos
- Municípios Polarizadores: Cuiabá e Várzea Grande
- Região Norte: Microrregiões Alto Tapajós, Teles Pires, Vale do Peixoto e Norte.
- Municípios Polarizadores: Sinop e Sorriso
- Região Sul: Microrregião Sul Mato Grossense
- Município Polarizador: Rondonópolis
- Região Oeste: Microrregião Oeste Mato Grossense
- Município Polarizador: Cáceres

As diretrizes bases usadas para a configuração do PDR Estadual foram os conceitos de:

**Módulo Assistencial:** É o espaço de organização da assistência à saúde capaz de garantir, além da Atenção Básica, o acesso com qualidade aos procedimentos e serviços definidos no primeiro nível de referência para uma determinada população circunscrita a um município ou a um conjunto de municípios.

**Municípios Sede do Módulo:** Município existente em um módulo assistencial, que apresenta a capacidade de ofertar a totalidade dos serviços de 1º nível de referência, com suficiência para sua população e para a população de outros municípios a ele descritos.

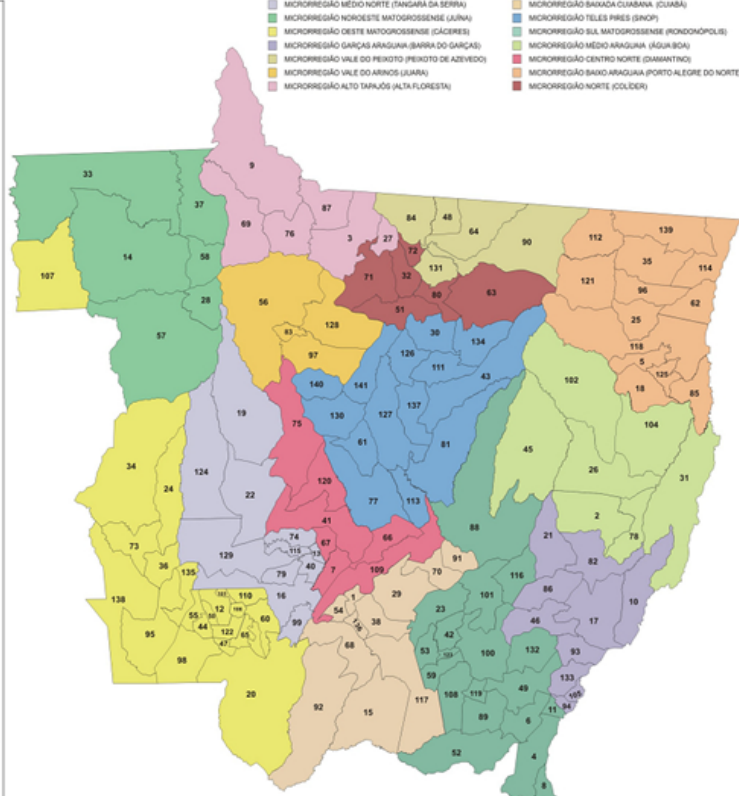
**Municípios Módulos:** Município que apresenta a capacidade de ofertar a totalidade dos serviços de 1º nível de referência com suficiência para sua população

**Microrregião:** É um espaço territorial, geograficamente delimitado, que contém um conjunto de municípios e um Escritório de Saúde e que atenda aos seguintes requisitos: contigüidade entre os municípios; garantia do acesso (Geográfico, sistema viário, transporte, sócio-cultural) e capacidade instalada de:

- Atenção à saúde (todos os municípios devem garantir 100% de cobertura da Atenção Básica) e das ações de saúde coletiva;
- Um ou mais módulos assistenciais constituídos para garantir o primeiro nível de referência da atenção integral à saúde da população da microrregião;
- Uma rede hierarquizada de serviços e sistemas funcionais do segundo nível de referência para assistência e para as ações de saúde coletiva.

**MATO GROSSO, SUAS MICRORREGIÕES E SEUS MUNICÍPIOS**

1	ACORIZAL	72	NOVA GUARITA
2	ÁGUA BOA	73	NOVA LACERDA
3	ALTA FLORESTA	74	NOVA MARILÂNDIA
4	ALTO ARAGUAIA	75	NOVA MARINGÁ
5	ALTO BOA VISTA	76	NOVA MONTE VERDE
6	ALTO GARÇAS	77	NOVA MUTUM
7	ALTO PARAGUAI	78	NOVA NADARE
8	ALTO TAQUARI	79	NOVA OLÍMPIA
9	APIACÁS	80	NOVA SANTA HELENA
10	ARAGUAIANA	81	NOVA UBERATIA
11	ARAGUAZINHA	82	NOVA XAVANTINA
12	ARAPUTANGA	83	NOVO HORIZONTE DO NORTE
13	ARENÓPOLIS	84	NOVO MUNDO
14	ARIPUANIA	85	NOVO SANTO ANTÔNIO
15	BARÃO DE MELGAÇO	86	NOVO SÃO JOAQUIM
16	BARRA DO BUGRES	87	PARAMATTA
17	BARRA DO GARÇAS	88	PARAMATINGA
18	BOM JESUS DO ARAGUAIA	89	PEDRA PRETA
19	BRASNORTE	90	PEIXOTO DE AZEVEDO
20	CÁCERES	91	PLANALTO DA SERRA
21	CAMPINAÓPOLIS	92	POCOENE
22	CAMPO NOVO DO PARECIS	93	PONTAL DO ARAGUAIA
23	CAMPO VERDE	94	PONTE BRANCA
24	CAMPOS DE JÚLIO	95	PONTES E LACERDA
25	CANABRAVA DO NORTE	96	PORTO ALEGRE DO NORTE
26	CANARANA	97	PORTO DOS GAUCHOS
27	CARLÍNIA	98	PORTO ESPERIDÃO
28	CASTANHEIRA	99	PORTO ESTRELA
29	CHAPADA DOS GUIMARÃES	100	POXOREBO
30	CLAUDIA	101	PRIMAVERA DO LESTE
31	COCALINHO	102	QUERÊNCIA
32	COLIDER	103	RESERVA DO CABAÇAL
33	COLNZA	104	RIBERÃO CASCADEIRA
34	COMODOORO	105	RIBERÃOZINHO
35	CONFRESA	106	RIO BRANCO
36	CONQUISTA D'OESTE	107	RONDOLÂNDIA
37	COTRIGUAÇU	108	RONDONÓPOLIS
38	CUABA	109	ROSÁRIO OESTE
39	CURVELÂNDIA	110	SALTO DO CÉU
40	DENISE	111	SANTA CARMEM
41	DIAMANTINO	112	SANTA CRUZ DO XINGU
42	DOM AQUINO	113	SANTA RITA DO TRIVELATO
43	FELIZ NATAL	114	SANTA TEREZINHA
44	FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE	115	SANTO AFONSO
45	GAUÇHA DO NORTE	116	SANTO ANTÔNIO DO LESTE
46	GENERAL CARNEIRO	117	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER
47	GLÓRIA D'OESTE	118	SÃO FELIX DO ARAGUAIA
48	GUARANTA DO NORTE	119	SÃO JOSE DO POVO
49	GUARATINGA	120	SÃO JOSE DO RIO CLARO
50	INDAIAL	121	SÃO JOSE DO XINGU
51	ITAJUBA	122	SÃO JOSE DOS QUATRO MARCOS
52	ITOURA	123	SÃO PEDRO DA CIPA
53	JACIARA	124	SAPÉZAL
54	JANGADA	125	SERRA NOVA DOURADA
55	JAUJÉ	126	SINOP
56	JUARA	127	SORRISO
57	JUINA	128	TABAPORÁ
58	JURUEBA	129	TANGARA DA SERRA
59	JUSCAMEIRA	130	TAPURAH
60	LAMBARÍ D'OESTE	131	TERRA NOVA DO NORTE
61	LUCAS DO RIO VERDE	132	TESOURO
62	LUCIARA	133	TORONQUELU
63	MARCELÂNDIA	134	UNIÃO DO SUL
64	MATUPÁ	135	VALE DO SÃO DOMINGOS
65	MIRASSOL D'OESTE	136	VÁRZEA GRANDE
66	NOBRES	137	VERA
67	NORTELÂNDIA	138	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
68	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	139	VILA RICA
69	NOVA BANDERANTES	140	ITANHANGA
70	NOVA BRASÍLIA	141	IPIRANGA DO NORTE
71	NOVA CANAÁ DO NORTE		



### ESCRITÓRIOS REGIONAIS DE SAÚDE



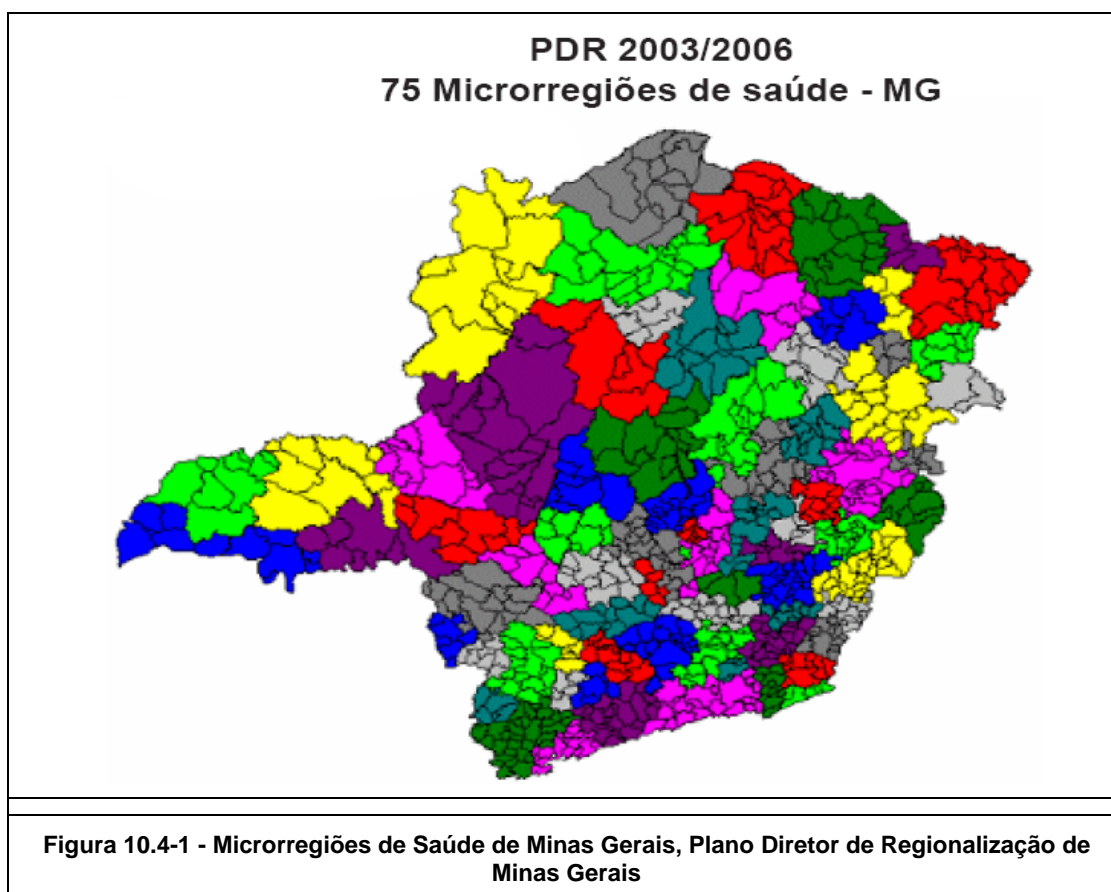
## 10.4 O ESTADO DE MINAS GERAIS

O Plano Diretor de Regionalização - PDR divide o Estado de Minas Gerais em 13 macrorregiões sanitárias em 18 cidades-pólo, e 75 microrregiões sanitárias estabelecidos em consenso com as três esferas de governo (municípios, Estado e União), com base em conceitos, critérios e metodologias próprias.

A partir daí, estabeleceram-se referenciais para a organização dos serviços conforme a densidade tecnológica possível por nível e as necessidades em cada uma delas.

O objetivo de todo esse plano é garantir o acesso dos cidadãos a todos os níveis, a partir do atendimento o mais próximo possível de sua residência, conforme sejam as ações e os serviços necessários à solução de seus problemas de saúde, em qualquer nível de atenção.

O usuário do sistema deve encontrar serviços de atenção primária em seu município, de atenção secundária dentro da microrregião a que pertence, tendo que recorrer aos pólos macrorregionais apenas para procedimentos de alta complexidade.



## 10.5 O ESTADO DE SÃO PAULO

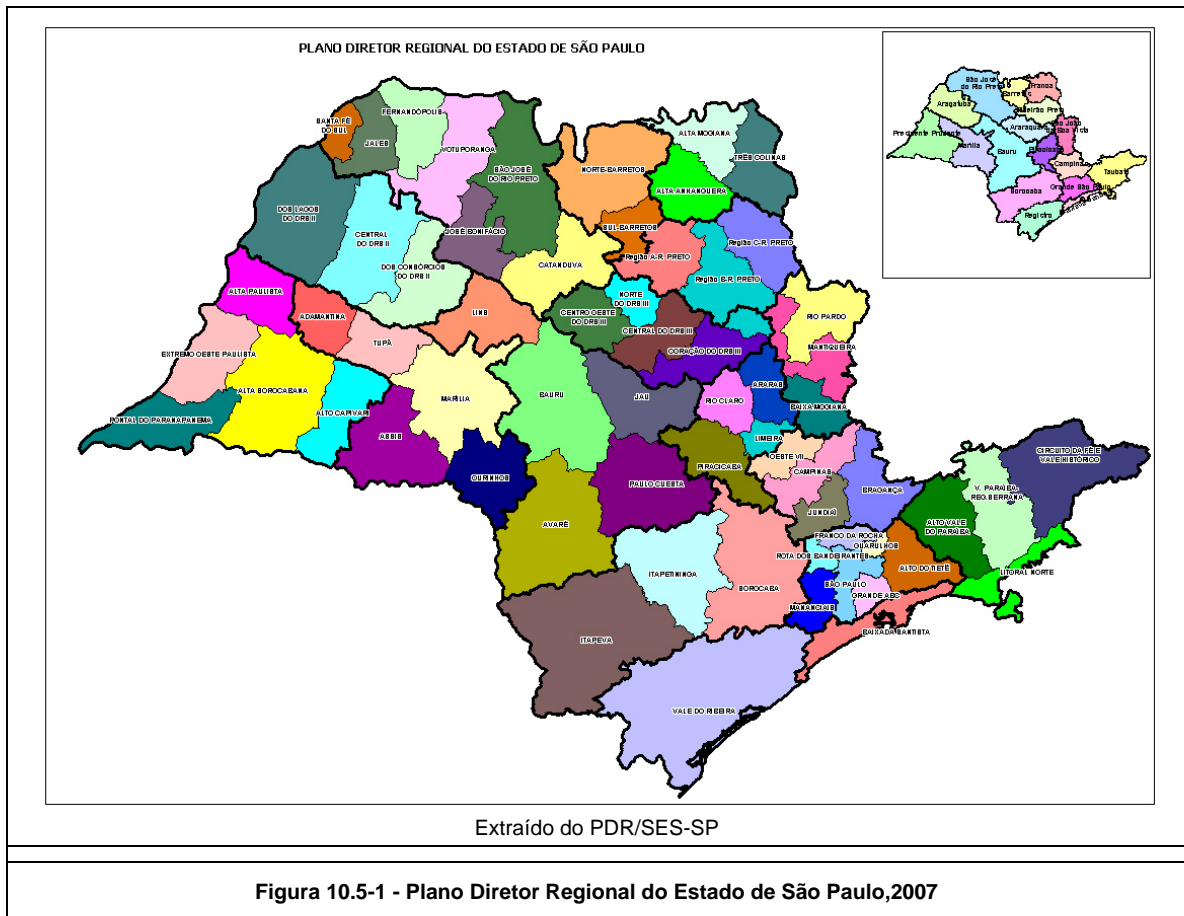
No Estado de São Paulo a Comissão Intergestores Bipartite em 2007 (**Figura 10.5-1**) referendou o reconhecimento de **64 Regiões** de Saúde com os respectivos **Colegiados de Gestão Regional – CGR** e os 17 Departamentos Regionais de Saúde – DRS, enquanto macrorregiões com as respectivas **Comissões Inter-regiões de Saúde** de abrangência do DRS, conforme disposto no **Quadro 10.5-1**.

**Quadro 10.5-1 - Regiões de Saúde e Colegiados de Gestão de Saúde no Estado de São Paulo, 2008**

N.	Região de Saúde	Colegiado de Gestão	
1	Grande São Paulo	Alto do Tietê	Franco da Rocha
		Guarulhos	Mananciais
		Rota dos Bandeirantes	Grande ABC
		São Paulo	
2	Araçatuba	Central da DRS II	dos Lagos da DRS II
		dos Consórcios da DRS II	
3	Araraquara	Norte do DRS III	Central da DRS III
		Centro Oeste do DRS III	Coração do DFRS III
4	Baixada Santista	Baixada Santista	Baixada Santista
5	Barretos	Norte V	Sul V
6	Bauru	Avaré	Bauru
		Jau	Lins
		Pólo Cuesta	
7	Campinas	Bragança	Campinas
		Jundiá	Oeste VII
8	Franca	Alta Anhanguera	Alta Mogiana
		Três Colinas	
9	Marília	Adamantina	Assis
		Marília	Ourinhos
		Tupã	
10	Piracicaba	Araras	Limeira
		Piracicaba	Rio Claro
11	Presidente Prudente	Alta Paulista	Alta Sorocabana
		Alto Capivari	Extremo Oeste Paulista
		Pontal do Paranapanema	
12	Registro	Vale do Ribeira	
13	Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	Horizonte Verde
		Vale das Cachoeiras	
14	São João da Boa Vista	Mogiana	Mantiqueira
		Rio Pardo	
15	São Jose do Rio Preto	Catanduva	Fernandópolis
		Jales	Bonifácio
		Santa Fé do Sul	São José do Rio Preto
		Votuporanga	Itapeva
16	Sorocaba	Itapetininga	
		Sorocaba	
17	Taubaté	Alto Vale do Paraíba	Circuito da Fé Vale Histórico
		Litoral Norte	Vale do Paraíba/Região Serrana

Extraído de Plano Diretor de Regionalização do Estado de São Paulo, SES/SP (2008)





O Plano Estadual de Saúde do Estado de São Paulo para o período de 2008-2011 contém seis eixos prioritários de atuação com as diretrizes estratégicas pactuadas com os municípios e regiões de saúde que foram descritos sucintamente a seguir:

**Eixo I: Ampliação do acesso da população, com redução de desigualdades regionais e aperfeiçoamento da qualidade das ações e serviços de saúde que contemplam as seguintes diretrizes estratégicas:** a) Aperfeiçoamento da Atenção Básica para reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade e resolubilidade das ações e serviços de saúde. b) Ampliação do acesso e melhorar a organização e qualidade da assistência de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar do SUS/SP. c) Garantia da eficiência, qualidade e segurança na Assistência Farmacêutica e nos outros insumos para a saúde. d) Humanização dos serviços de saúde e) Investimento em melhoria dos serviços próprios de saúde estaduais.

**Eixo II: Fortalecimento e Aperfeiçoamento da Capacidade de Gestão Estadual contemplam as diretrizes seguintes estratégicas:** a) Aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, regulação e contratação dos serviços de saúde do SUS/SP. b) Aprimoramento dos Sistemas de Informação do SUS/SP. (c) Fortalecimento do Planejamento Regional do SUS/SP. e) Avaliação e monitoramento o SUS/SP.

**Eixo III: Gestão da Educação e do Trabalho no SUS contemplam as diretrizes seguintes estratégicas:** a) Aperfeiçoamento dos mecanismos de educação, para qualificar os profissionais do SUS/SP b) Aprimoramento da gestão do trabalho para valorizar os recursos humanos do SUS/SP

**Eixo IV: Redução da Mortalidade Infantil e Materna contemplam as diretrizes seguintes estratégicas:** a) Redução da mortalidade infantil. (b) Redução da mortalidade materna.

**Eixo V: Controle de Riscos, Doenças e Agravos Prioritários no Estado de São Paulo contemplam as diretrizes seguintes estratégicas:** a) Melhoria da vigilância e o controle das doenças transmissíveis. b) Melhoria da vigilância e o controle das doenças e agravos não transmissíveis. c) Aperfeiçoamento da vigilância sanitária e ambiental.d) Aprimoramento da rede laboratorial de saúde pública.

**Eixo VI: Desenvolvimento de serviços e ações de saúde para segmentos da população mais vulneráveis aos riscos de doença ou com necessidades específicas contemplam as diretrizes seguintes estratégicas:** a) Ampliação e garantia da atenção à saúde mental. b) Ampliação do acesso à atenção integral à saúde de usuários de álcool e outras drogas. c) Aperfeiçoamento da atenção à pessoa portadora de deficiência. d) Garantia da atenção integral à saúde da população indígena. e) Garantia da atenção integral à saúde da população negra. f) Aperfeiçoamento da atenção à saúde do trabalhador. (g) Aperfeiçoamento da atenção integral à saúde da mulher. h) Garantia da atenção à saúde do idoso. i) Aperfeiçoamento e garantia da atenção integral à HAS e DM. j) Ampliação e garantia da atenção integral à saúde da criança. k) Aperfeiçoamento da atenção à saúde da população do sistema penitenciário e dos adolescentes em conflito com a lei.

## **11. A AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO - APM**

Os estudos de Avaliação do Potencial Malarígeno - APM da LT em estudo encontra-se em fase de execução tendo sido efetuado apenas uma primeira campanha sendo os resultados disponíveis até a elaboração deste estudo parciais e preliminares.

Foi descrito abaixo de forma resumida os aspectos considerados relevantes apontado por NATAL (2010), pesquisador responsável e constante no documento preliminar da APM que foram julgados relevantes para a elaboração do PACM.

Nesta primeira fase foram detectados doze (12) espécies de anofelinos ressaltando a presença de *Anopheles darlingi* considerado vetor primário de plasmódios e responsável pela transmissão de cerca de 99% dos casos notificados no país, segundo estudos de malária no Brasil (BRASIL,2009)

Sua ocorrência foi detectada na área de estudo alocada no município de Porto Velho e também em Vila Bela da Santíssima Trindade, ambos no Estado de Rondônia.

Segundo NATAL (2010) embora o estudo tenha denunciado sua presença, a frequência ocorrida foi muito baixa no trecho da linha estudado, ao se incluir todas as 16 coletas. Mesmo quando considerado o ponto de maior frequência, esse quantitativo pouco ultrapassou a unidade. Em outra análise, a maioria das coletas de adultos feitas nas 16 áreas de estudo (14/16) para essa espécie foi negativa, condição que resultou baixa constância, presente em apenas 12,5% dos pontos.

Aponta ainda o autor da APM que vários pesquisadores têm debatido a malária e seus vetores no Brasil ao focalizarem suas atenções sobre a forma de ocupação do espaço e a epidemiologia dessa doença. TADEI e cols. retrataram estudo sobre a malária em área urbana de Ariquemes (RO) e focalizou a importância do *Anopheles darlingi* como vetor, além do envolvimento de possíveis outras espécies.

Ressalta ainda NATAL (2010) que na avaliação da distribuição geográfica de anofelinos no Brasil, a região a ser atravessada pela LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 N° 02 encontra-se dentro da área de domínio de *Anopheles darlingi*, sendo a presença desse mosquito comum, principalmente na região primitivamente ocupada pela Floresta Amazônica, no território do Estado de Rondônia.

NATAL (2010) afirma ainda que era previsto a coleta da referida espécie no estudo de APM. A presença dessa espécie já foi referida por diversos autores em estudos das regiões de cerrado do Estado do Mato Grosso ou em outras regiões com formação botânica semelhante.

O autor ressalta ainda que a baixa frequência e reduzida constância de *Anopheles darlingi* encontrada nessa fase da APM, no que tange às coletas de formas aladas, não pode ser tomada como resultado definitivo; pois, em cada área de estudo foi feita uma única coleta de quatro horas, sendo esse esforço limitado e insuficiente para que se possam deduzir interpretações ecológicas.

Além desse aspecto, o pesquisador ressalta ainda que os mosquitos são sazonais, com dinâmica populacional explosiva em certos períodos e praticamente raros em outros. Assim, uma única coleta em um único dia do ano em determinado ponto, como foi feito nesse trabalho, não retrata as oscilações que uma determinada espécie está sujeita devido às variações do clima nas quatro estações.

Em outra vertente é fato conhecido que a malária na Amazônia Legal é um desafio à Saúde Pública, principalmente em áreas de colonização recente, onde há derrubadas de matas para ocupação dos espaços, instalação de garimpos, aberturas de estradas e caminhos e demais atividades que agregam a população em determinados pontos. A

migração e a pobreza são também fatores que contribuem para a exposição aos fatores de risco e conseqüentemente à infecção por plasmódios.

A região estudada da LT, já passou pela fase de desmatamento sendo de colonização antiga sendo assim pertinente admitir que já tenha encontrado um novo equilíbrio sócio-ambiental. Esse *status* apresenta-se visível na paisagem, pois segundo os biólogos de campo da APM o trajeto da LT é em grande parte ocupado por projetos agrícolas e de pecuária, sendo de baixa densidade humana.

São observados ao longo do trecho da futura LT, amplas plantações de cana-de-açúcar, soja, algodão, reflorestamento e pastagens, tornando o ambiente desfavorável para a transmissão sustentada de plasmódios. Como síntese desse estudo, NATAL (2010) concluiu sob o ponto de vista entomológico e com base em dados parciais da campanha realizada, que a área estudada possa ter reduzido potencial malarígeno, sendo talvez mais propícia aos vetores secundários, os quais mostraram condição de assumir densidades mais elevadas em determinados pontos da LT.

A área que nesse estudo, que na avaliação de mosquitos adultos, revelou maior presença do vetor principal, o *Anopheles darlingi*, foi identificada em Porto Velho, próximo ao início da LT e, a esse espaço deve ser dada maior atenção segundo NATAL (2010).

Quanto ao componente biológico do contato homem-vetor, referindo-se aos trabalhadores que construirão a linha, essa relação fica reduzida, pois os trabalhos são diurnos e a atividade hematofágica dos anofelinos é predominantemente noturna. Esse aspecto deve ser levado em consideração e sem dúvida pode ser visto como fator que minimiza o potencial malarígeno.

O pesquisador afirma ainda que os comentários encontram-se sustentados exclusivamente pela pesquisa de alados pois os indivíduos imaturos, encontram-se em processo de montagens em lâminas para análise microscópica. Espera-se que com a identificação dos imaturos consiga-se um número maior de informações para subsidiar essa discussão e assim, emitir uma versão final com recomendações mais seguras. O documento na íntegra do estudo da APM com os resultados preliminares encontra-se anexo a este documento podendo ser consultado para maior detalhamento dos resultados encontrados.

## 12. PLANO PRELIMINAR DE AÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA

A construção de Linhas de Transmissão (LT) apresenta operacionalização dinâmica e progressiva ao longo do traçado que muito difere de uma obra fixa, com canteiro de obras e implantação de estruturas em um único sítio.

Tendo em vista as características de construção de uma LT de grande porte como a LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02 e, frente as características epidemiológicas das Áreas de Influência (AII E AID) e, ainda o empreendimento em tela além de contemplar dois circuitos com traçados bastante semelhantes, com extensão territorial que atravessa cinco estados brasileiros os quais apresentam características epidemiológicas, ecológicas e de infra-estrutura de atenção à saúde bastante díspares, optou-se do ponto de vista metodológico e técnico estruturar o Plano Preliminar de Ação de Controle da Malária - PACM da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02 identificando os estratos dos municípios que compõem a LT.

### 12.1 ESTRATOS DE MUNICÍPIOS NA AII E AID

Dado que os dados preliminares da APM detectaram a presença dos vetores primários e secundários de malária no trajeto da LT e, os dados epidemiológicos ratificam o status da malária como endemia importante na área de influência (direta e indireta) entendemos que o trajeto da LT contempla quatro cenários:

- a) **Grupo I** - Municípios dos quais 25 (MA) e 09 (MT) com transmissão sustentada de malária no seu território (AII Amazônia Legal)
- b) **Grupo II** - Municípios (16) sem registro de casos autóctones nos quatro últimos anos em estudo (2006 a 2009): Acorizal, Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Paraguai, Indiavaí, Jangada, Jauru, Lambari D Oeste, Vila Bela S. Trindade; Pedra Preta, Rio Branco, São Jose do Povo, Rosário do Oeste, Santo Antonio do Leverger, Vale de São Domingos, Várzea Grande.
- c) **Grupo III** - Municípios com casos autóctones de malária (04), porém situados geograficamente AII Extra Amazônia Legal (Jataí (GO), Mineiros (GO), Serranópolis (GO) e Iturama (MG)
- d) **Grupo IV** - Municípios situados AII Extra Amazônia legal (33) e sem registro de casos de malária (municípios em SP, GO e MG).

Nessa perspectiva foram construídos quatro estratos de municípios visando categorizá-lo segundo sua posição dentro da LT com base em três critérios: extensão da LT no seu território (km), risco de infecção de plasmódios (IPA médio do período de 2006 a

2009) e, estrutura da atenção à saúde disponível (concentração de médicos /hab.). Obviamente que os indicadores escolhidos apresentam suas limitações, porém mesmo com algumas deficiências permitem uma boa aproximação de cada estrato.

Cada indicador foi a seguir categorizado em intervalos e valorados segundo uma escala de cinco pontos. Cada município foi então classificado segundo tais critérios e a somatória destes (**Quadro 12.1-1**) indicadores possibilitou o ranqueamento de cada município, e que servira de subsidio para a organização das ações de controle e de financiamento do PACM.

**Quadro 12.1-1 – Indicadores, intervalos e respectiva valoração dos indicadores, março de 2010**

<b>Indicador - Extensão (km<sup>2</sup>) da LT no município</b>		
<b>km2</b>	<b>Critério</b>	<b>Valoração</b>
0-25	Muito Baixa	0,5
26-50	Baixa	1,0
51-75	Media	2,0
76-100	Elevada	4,0
> 100	Muito Elevada	8,0

<b>Indicador - IPA (media 2006-2009)</b>		
<b>Categorias</b>	<b>Critério</b>	<b>Valoração</b>
Área não endêmica	Muito Baixo	0,5
Área endêmica	Baixo	1,0
Área endêmica IPA < 50	Médio	2,0
Área endêmica 50-100	Alto	4,0
Área endêmica > 100	Muito Alto	8,0

<b>Indicador - Concentração medico habitante</b>		
<b>Intervalo</b>	<b>Critério</b>	<b>Valoração</b>
0-0,5	Insuficiente	8,0
0,6-1,0	Baixa	4,0
1,1-1,5	Suficiente	2,0
1,6-2,5	Adequada	1,0
> 2,5	Bastante Adequada	0,5

\*Elaboração da autora

**Quadro 12.1-2 - Classificação dos municípios segundo critérios de extensão da LT, concentração de médicos /habitante e Índice Parasitário Anual na LT CC 600kv Porto Velho Araraquara 2**

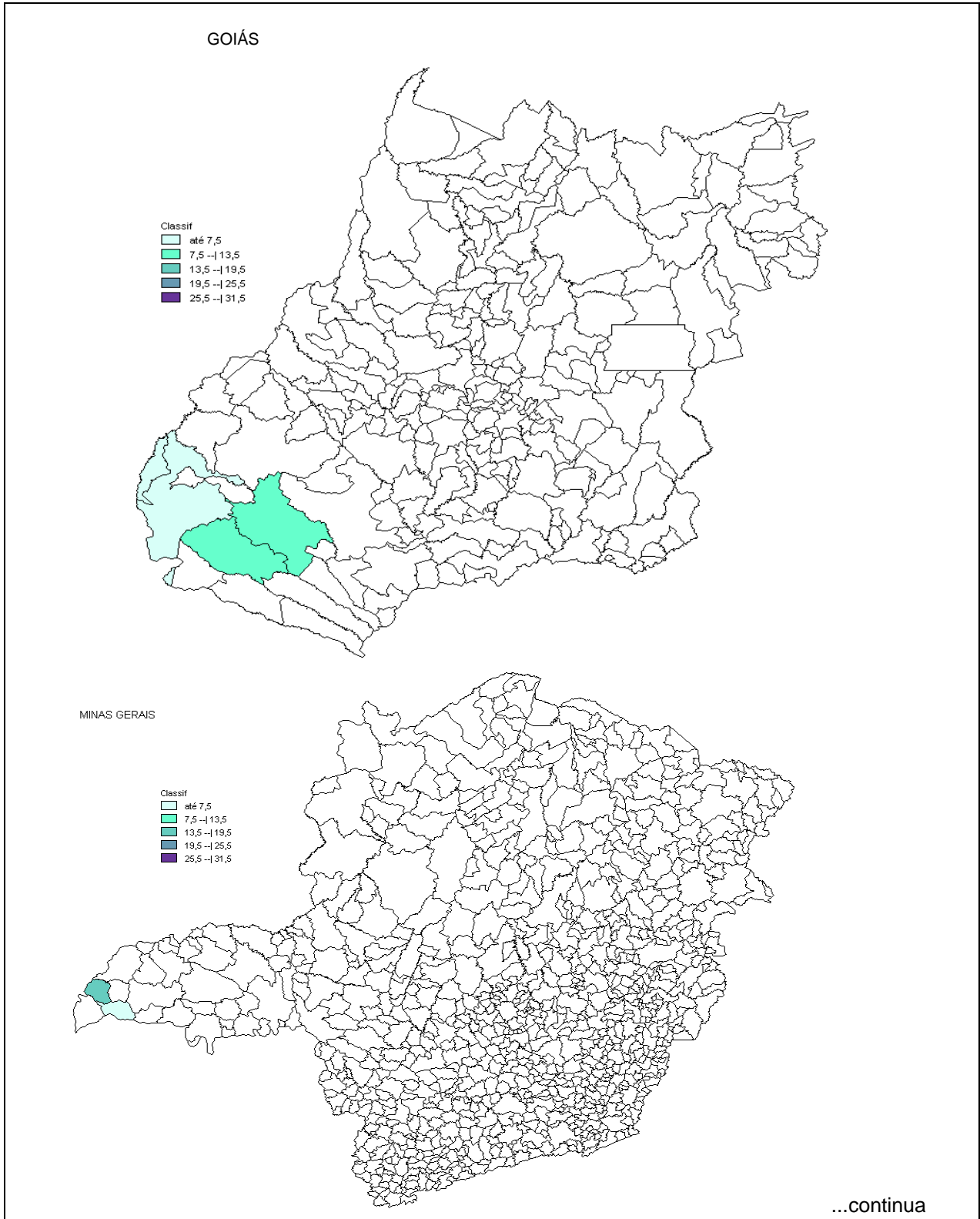
IBGE	UF	Nº (*)	Município	Extensão (km)	Classif	Valoração	IPA	Classif.	Valoração	Médicos/hab.	Classif.	Valoração	Classif	Ranking
352950	SP	87	Matão (4)	0,00	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	3,5	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
350320	SP	86	Araraquara	4,38	Muito baixa	0,5	0,0	Muit baixa	0,5	6,0	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
110100	SP	85	Gavião Peixoto	13,15	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	2,4	Adequada	26,0	27,0	2
510618	SP	84	Nova Europa	8,26	Baixa	1,0	0,0	Muito baixa	0,5	2,1	Adequada	19,0	20,5	8
355530	SP	83	Tabatinga	16,02	Media	2,0	0,0	Muito baixa	0,5	3,4	Bast.Adequado	0,5	3,0	30
110110	SP	82	Itápolis	29,15	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	3,2	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
350740	SP	81	Barbarema	17,18	Muito baixa	0,5	0,0	Muit baixa	0,5	3,3	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
352270	SP	80	Itajobi	0,42	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	2,9	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
110015	SP	79	Nova Horizonte	28,58	Baixa	1,0	3,7	Media	2,0	3,9	Bast.Adequado	0,5	3,5	29
355610	SP	78	Urupês	0,48	Elevada	4,0	0,0	Muito baixa	0,5	2,7	Bast.Adequado	0,5	5,0	26
352190	SP	77	Irapuã	18,94	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	3,1	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
352960	SP	76	Mendonça	2,28	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	1,9	Adequada	9,0	10,0	17
110147	SP	75	Patirendaba	5,94	Baixa	1,0	0,0	Muito baixa	0,5	3,1	Bast.Adequado	0,5	2,0	31
110014	SP	74	Nova Aliança	11,18	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	3,7	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
353260	SP	73	Neves Paulista	0,58	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	3,1	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
510520	SP	72	Jos é Bonifácio	24,01	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	3,3	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
353280	SP	71	Nipoã	12,67	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	1,9	Adequada	12,0	13,0	13
510835	SP	70	União Paulista	1,87	Media	2,0	0,0	Muito baixa	0,5	4,0	Bast.Adequado	0,5	3,0	30
110140	SP	69	Monte Aprazível	7,54	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	3,0	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
352930	SP	68	Macaubal	8,23	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	3,0	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
353270	SP	67	Nhandeara	29,61	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	6,6	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
351685	SP	66	Floreal	1,92	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	3,1	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
355710	SP	65	Votuporanga	2,85	Muito elevada	8,0	0,0	Muito baixa	0,5	4,6	Bast.Adequado	0,5	9,0	19
510550	SP	64	Valentim Gentil	4,86	Elevada	4,0	0,0	Muito baixa	0,5	1,6	Adequada	1,0	5,5	25
521310	SP	63	Meridiano	9,74	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	4,3	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
351590	SP	62	Fernandópolis	31,18	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	6,2	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
351550	SP	61	Estrela d'Oeste	4,30	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	5,1	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
355600	SP	60	Turmalina	12,59	Media	2,0	0,0	Muito baixa	0,5	4,1	Bast.Adequado	0,5	3,0	30
110020	SP	59	Populina	19,55	Baixa	1,0	53,7	Alto	4,0	3,5	Bast.Adequado	0,5	5,5	25
110145	SP	58	Duroeste	7,13	Baixa	1,0	0,0	Muito baixa	0,5	3,6	Bast.Adequado	0,5	2,0	31
510480	MG	57	Iturama	22,94	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	4,4	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
352810	MG	56	Limeira do Oeste	48,91	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	1,8	Adequada	5,0	6,0	24
313440	GO	55	Itaramã	122,64	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	3,1	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
510500	GO	54	Jataí	2,07	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	3,1	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
110155	GO	53	Serranópolis	112,04	Media	2,0	0,0	Muito baixa	0,5	1,4	Suficiente	2,0	4,5	27
353140	GO	52	Mineiros	84,97	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixa	0,5	2,6	Bast.Adequado	0,5	1,5	32
110148	GO	51	Santa Rita do	7,74	Baixa	1,0	0,0	Muito baixa	0,5	1,1	Suficiente	2,0	3,5	29
510030	MT	50	Alto Araguaia	51,10	Muito baixa	0,5	0,0	Baixa	2,0	3,2	Bast.Adequado	0,5	3,0	30
510040	MT	49	Alto Garças	54,73	Muito baixa	0,5	0,0	Baixa	3,0	2,5	Adequada	28,0	31,5	1
510675	MT	48	Pedra Preta	40,04	Baixa	1,0	0,0	Muito baixa	0,5	2,2	Adequada	22,0	23,5	6
510550	MT	28	Vila Bela Sant.	106,64	Muito elevada	8,0	0,0	Muito baixa	0,5	1,2	Suficiente	2,0	10,5	16
353350	MT	27	Nova Lacerda	58,04	Baixa	1,0	3,2	Media	2,0	1,9	Adequada	11,0	14,0	12

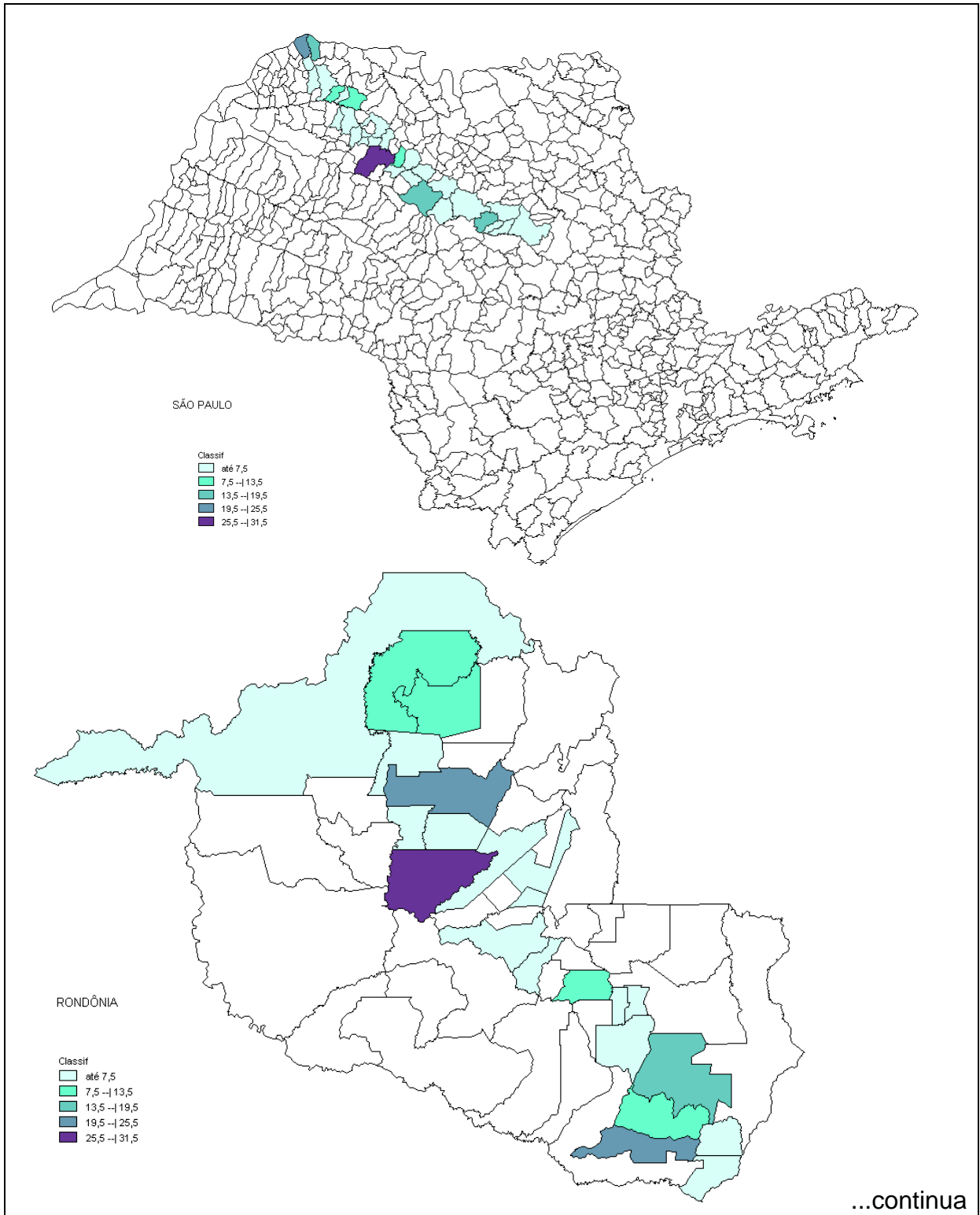
..continua

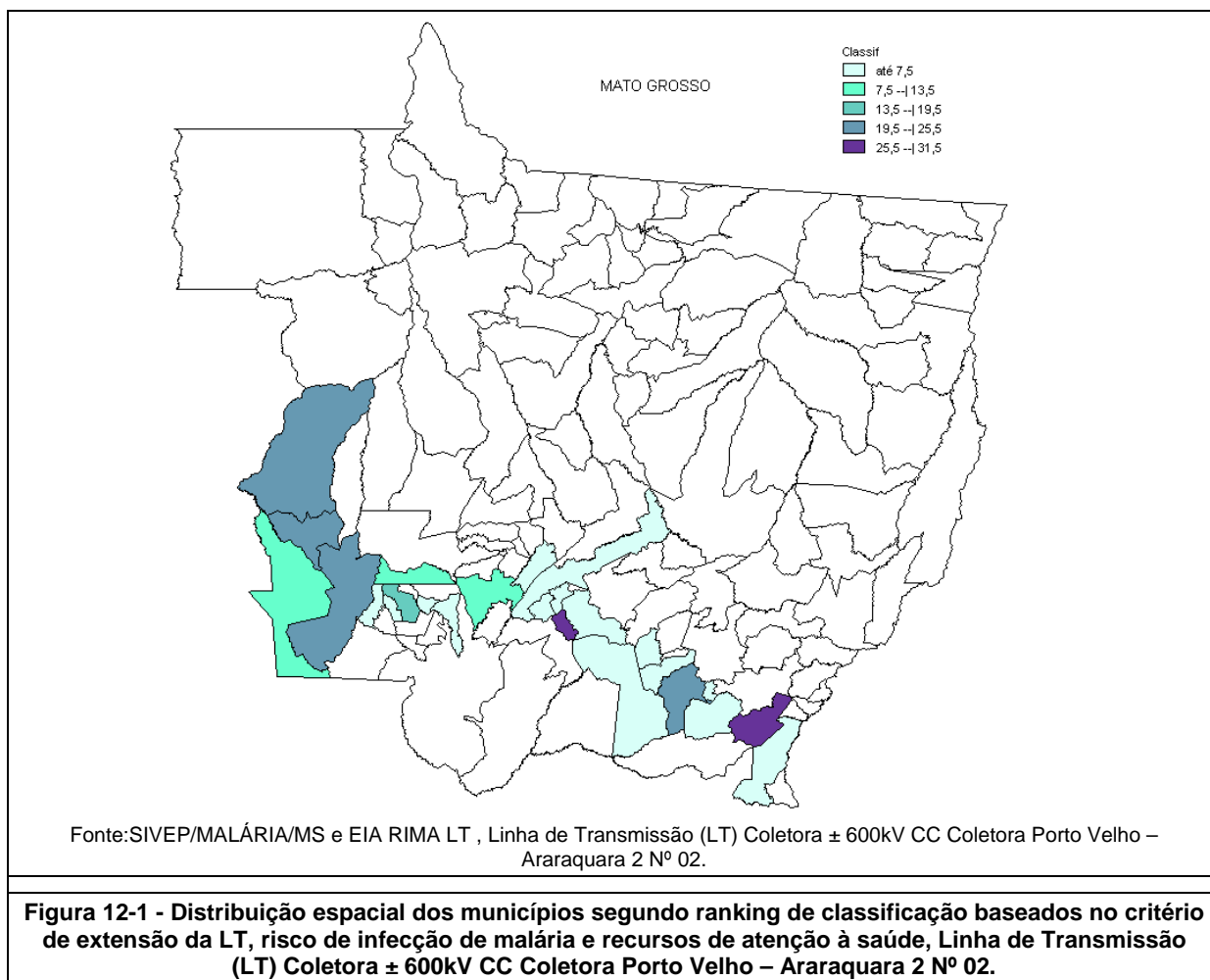
..continua

IBGE	UF	Nº (*)	Município	Extensão (km)	Extensao	Valoracao	IPA	Classif.	Valoracao	Medicos/ hab	Classif.	Valoracao	Classif	Ranking
110011	MT	39	Jangada	16,34	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixo	0,5	1,2	Suficiente	2,0	3,0	30
510780	MT	38	Rosário Oeste	23,19	Baixa	1,0	0,0	Muito baixo	0,5	1,1	Suficiente	2,0	3,5	29
510050	MT	37	Alto Paraguai	7,40	Muito baixa	0,5	0,0	Baixo	4,0	1,4	Suficiente	2,0	6,5	23
510170	MT	36	Barra do Bugres	88,15	Muito baixa	0,5	0,0	Medio	2,0	1,8	Adequada	6,0	8,5	20
313862	MT	35	Lambari D'Oeste	44,76	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixo	0,5	2,0	Adequada	13,0	14,0	12
510760	MT	34	Rio Branco	27,03	Baixa	1,0	0,0	Muito baixo	0,5	2,3	Adequada	24,0	25,5	4
355270	MT	47	São José do Povo	19,42	Media	2,0	0,0	Muito baixo	0,5	2,0	Adequada	16,0	18,5	10
521940	MT	46	Rondonópolis	55,27	Baixa	1,0	0,1	Medio	2,0	3,5	Bast.Adequado	0,5	3,5	29
510523	MT	45	Juscimeira	34,89	Muito baixa	0,5	0,3	Medio	2,0	1,5	Suficiente	2,0	4,5	27
510490	MT	44	Jaciara	29,63	Muito baixa	0,5	0,1	Medio	2,0	2,7	Bast.Adequado	0,5	3,0	30
510729	MT	43	Sto Antônio Leverger	52,20	Baixa	1,0	0,0	Muito baixo	0,5	1,2	Suficiente	2,0	3,5	29
351520	MT	42	Cuiabá	70,88	Muito baixa	0,5	0,1	Medio	2,0	6,0	Bast.Adequado	0,5	3,0	30
355710	MT	41	Várzea Grande	5,50	Muito elevada	8,0	0,0	Muito baixo	0,5	1,1	Suficiente	2,0	10,5	16
510010	MT	40	Acorizal	19,89	Muito baixa	0,5	0,0	Baixo	1,0	1,4	Suficiente	2,0	3,5	29
354040	MT	29	Pontes e Lacerda	30,37	Baixa	1,0	1,1	Medio	2,0	2,2	Adequada	21,0	24,0	5
510125	MT	33	Araputanga	29,88	Muito baixa	0,5	0,2	Medio	2,0	2,1	Adequada	17,0	19,5	9
352150	MT	32	Indiavaí	19,48	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixo	0,5	1,5	Suficiente	2,0	3,0	30
352570	MT	31	Jauru	18,64	Muito baixa	0,5	0,0	Muito baixo	0,5	2,3	Adequada	25,0	26,0	3
510840	MT	30	Vale de São Domingos	29,12	Elevada	4,0	0,0	Muito baixo	0,5	2,4	Adequada	27,0	31,5	1
110007	MT	26	Comodoro	66,82	Muito baixa	0,5	5,0	Medio	2,0	1,9	Adequada	10,0	12,5	14
110003	RO	25	Cabixi	23,63	Muito baixa	0,5	0,7	Medio	2,0	1,2	Suficiente	2,0	4,5	27
510330	RO	24	Colorado do Oeste	21,61	Muito baixa	0,5	0,9	Medio	2,0	2,1	Adequada	18,0	20,5	8
110092	RO	23	Cerejeiras	4,59	Muito baixa	0,5	1,9	Medio	2,0	2,0	Adequada	14,0	16,5	11
510340	RO	22	Corumbiara	34,81	Muito baixa	0,5	0,3	Medio	2,0	1,2	Suficiente	2,0	4,5	27
110006	RO	21	Chupinguaia	75,25	Muito baixa	0,5	1,1	Medio	2,0	1,0	Baixa	4,0	6,5	23
510637	RO	20	Parecis	30,44	Baixa	1,0	0,2	Medio	2,0	0,8	Baixa	4,0	7,0	22
110028	RO	19	Primavera de Rondônia	7,83	Baixa	1,0	0,0	Medio	2,0	1,9	Adequada	8,0	11,0	15
522050	RO	18	São Felipe D'Oeste	22,21	Media	2,0	0,3	Medio	2,0	0,9	Baixa	4,0	8,0	21
510770	RO	17	Rolim de Moura	41,50	Baixa	1,0	1,9	Medio	2,0	1,6	Adequada	2,0	5,0	26
110005	RO	16	Castanheiras	32,28	Muito baixa	0,5	6,0	Medio	2,0	2,2	Adequada	20,0	22,5	7
353290	RO	15	N. Brasília D'Oeste	8,23	Muito baixa	0,5	4,9	Medio	2,0	1,5	Suficiente	2,0	4,5	27
510720	RO	14	Presidente Médici	23,47	Baixa	1,0	4,4	Medio	2,0	1,2	Suficiente	2,0	5,0	26
110034	RO	13	Alvorada D'Oeste	8,00	Muito baixa	0,5	6,0	Medio	2,0	1,3	Suficiente	2,0	4,5	27
110110	RO	12	Urupá	7,09	Media	2,0	7,0	Medio	2,0	0,4	Baixa	4,0	8,0	28
355570	RO	11	Teixeirópolis	19,83	Media	2,0	2,8	Medio	2,0	1,4	Suficiente	2,0	6,0	24
353475	RO	10	Duro Preto do Oeste	27,00	Baixa	1,0	0,0	Muito baixo	0,5	2,0	Adequada	15,0	16,5	11
510450	RO	9	Gov. Jorge Teixeira	4,84	Muito baixa	0,5	2,8	Medio	2,0	1,2	Suficiente	2,0	4,5	27
521190	RO	8	Jaru	35,80	Muito baixa	0,5	8,3	Medio	2,0	1,9	Adequada	7,0	9,5	18
110060	RO	7	Caculândia	44,63	Muito baixa	0,5	10,3	Medio	2,0	1,7	Adequada	4,0	6,5	23
353250	RO	6	Monte Negro	9,19	Muito baixa	0,5	28,1	Medio	2,0	1,7	Adequada	3,0	5,5	25
110002	RO	5	Ariquemes	35,64	Muito baixa	0,5	23,2	Medio	2,0	2,3	Adequada	23,0	25,5	4
110040	RO	4	Alto Paraíso	51,59	Muito baixa	0,5	63,2	Alto	4,0	1,1	Suficiente	2,0	6,5	23
110080	RO	2	Candeias do Jamari	55,22	Muito baixa	0,5	166,6	Muito alto	8,0	1,0	Baixa	4,0	12,5	14
354080	RO	1	Porto Velho	21,80	Baixa	1,0	0,0	Muito baixo	0,5	3,7	Bast.Adequado	0,5	2,0	31
110110	RO	3	Itapuá do Oeste	0	Baixa	0,5	79,2	Alto	4,0	0,9	Baixa	4,0	8,5	20









## 12.2 OBJETIVOS DO PACM

### Geral

- Reduzir os fatores de riscos de infecção por *Plasmodium.sp.* aos trabalhadores da LT no decorrer das atividades laborativas da construção do empreendimento e, a população residente na área de influencia direta derivada do estabelecimento da cadeia de transmissão.

### Específicos

- Garantir medidas de prevenção e proteção contra a infecção de malária aos trabalhadores no decorrer da construção do empreendimento;
- Garantir início imediato ao tratamento para a malária e acompanhamento clínico aos trabalhadores portadores de *Plasmodium.sp.*, sintomáticos ou não, buscando interromper a cadeia de transmissão.
- Garantir acesso imediato aos trabalhadores a testes rápidos ou de pesquisas microscópicas para o diagnóstico da malária durante as atividades ocupacionais do empreendimento.
- Garantir acesso aos trabalhadores às atividades educativas e preventivas fomentando comportamento protetor, pró-ativo e de auto-cuidado para a redução de riscos de exposição à infecção por *Plasmodium sp.*
- Desenvolver atividades educativas e de comunicação social sobre os fatores de risco de infecção por *Plasmodium sp.* à população residente na AID e All visando fomentar comportamento auto-protetor e de auto-cuidado na exposição aos riscos.

Em busca do alcance destes objetivos foi estruturado um tripé de ações direcionadas a saúde humana (na perspectiva individual e coletiva), ao ambiente e ao vetor. Estas ações envolverão as fases de implantação e operação do empreendimento tendo como norte a promoção, proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores no âmbito das responsabilidades do empreendimento e, da promoção e prevenção à saúde da população da área de influência direta e indireta do empreendimento.

Para tanto o PACM dividir-se à em cinco eixos norteadores com suas respectivas estratégias, ações, recursos necessários ao seu desenvolvimento, metas e indicadores de avaliação e monitoramento. Os recursos e as etapas de execução estão dispostos no cronograma de ações e na planilha orçamentária.

## **12.3 EIXOS NORTEADORES E ESTRATÉGIAS**

### **12.3.1 EIXO 1 - ELIMINAÇÃO DE FONTES DE INFECÇÃO DE *Plasmodium.sp.* ENTRE OS TRABALHADORES DO EMPREENDIMENTO**

#### ***Objetivo***

Impedir que o trabalhador do empreendimento quando portador (sintomáticos ou assintomáticos) do patógeno da malária atue como fonte de infecção para anofelinos e, assim contribua para o estabelecimento da cadeia de transmissão da doença.

#### ***Estratégias***

Busca ativa de portadores sintomáticos e assintomáticos de malária entre os trabalhadores do empreendimento (100%) da fase de contratação até o término das obras do empreendimento.

#### ***Ações***

Avaliação clínica e realização de exames microscópicos (gota espessa) ou testes rápidos para malária associados à rotina do Programa de Saúde Ocupacional do empreendimento (na admissão, exames periódicos e demissão).

#### ***Recursos***

Humanos (médico, enfermagem e microscopista).

- Físicos (área física para ambulatório médico, enfermagem e laboratório de microscopia)
- Materiais (insumos biológicos, medicamentos antimaláricos e materiais de consumo específicos)
- Atualização e capacitação dos profissionais técnicos do Programa de Saúde do Empreendimento (clínica, laboratorial e epidemiológico para a malária) segundo a normatização e protocolos do Ministério da Saúde.

#### ***Meta***

- 100% dos trabalhadores do empreendimento (admissão, periódico e rescisão do contrato de trabalho.)

### **Indicadores de Monitoramento e Avaliação**

- N<sup>o</sup> e % de trabalhadores com exames de microscopia ou teste rápido realizados
- N<sup>o</sup> % de trabalhadores sintomáticos com exames positivos
- N<sup>o</sup> % de trabalhadores assintomáticos com exames positivos
- N<sup>o</sup> % de trabalhadores com exames positivos total

### **12.3.2 EIXO 2 - DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO OPORTUNO E CORRETO DA MALÁRIA**

#### **Objetivo**

- Curar e/ou reduzir incapacidades e complicações à saúde do trabalhador e, ainda cessar a produção de gametócitos (formas do parasita capaz de infectar os anofelinos) eliminando a condição de fonte de infecção do trabalhador e, conseqüentemente interromper a cadeia de transmissão.

#### **Estratégias**

- Proporcionar atenção médica, acesso a medicamentos, exames e serviços de saúde que garantam o diagnóstico e tratamento precoce e correto para a malária aos trabalhadores infectados (100%) reduzindo a morbimortalidade e as formas graves de malária.

#### **Recursos**

- Humanos (médico, enfermagem, microscopista).
- Físicos (ambulatório médico, laboratório de microscopia, leitos hospitalares, serviços de diagnose e terapia, serviços de remoção, equipamentos médicos e laboratoriais)
- Materiais (insumos biológicos, medicamentos, materiais e instrumentais específicos).

#### **Ações**

- Atenção ambulatorial e/ou hospitalar e/ou serviços de diagnose e terapia ao trabalhador através de serviços públicos ou conveniados ao empreendimento
- Articulação com a Vigilância em Saúde do Município para desenvolvimento das ações de controle, tratamento e vigilância dos casos suspeitos e confirmados.

#### **Meta**

- 100% dos trabalhadores do empreendimento

### **Indicadores de Monitoramento e Avaliação**

- N<sup>o</sup> e % de trabalhadores com infecção por plasmódio autóctone e por espécie do parasito
- Número e % de trabalhadores com infecção por plasmódio importado e por espécie do parasito
- Número e % de trabalhadores com infecção por plasmódio total e por espécie do parasito
- Intervalo entre os sintomas, diagnóstico e tratamento

### 12.2.3 EIXO 3 – REDUÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS

#### **Objetivo**

- Redução da exposição física dos trabalhadores à picadas de anofelinos com a introdução de medidas de proteção química, mecânica, organizacionais e educativas.

#### **Estratégias**

- Planejamento e desenvolvimento das atividades operacionais considerando os hábitos das espécies de anofelinos da área do empreendimento identificados no estudo de Avaliação do Potencial Malarígeno.
- Atividades de educação e mobilização dos trabalhadores para o uso de vestimentas protetoras reduzindo a área corporal expostas.
- Fornecimento de produtos repelentes para o corpo e para área interna de alojamentos.
- Fornecimento de Mosquiteiros Impregnados de Longa Duração (MILDS) aos trabalhadores nos alojamentos (\*All Amazônia Legal)
- Telagem de portas, janelas e varandas dos alojamentos na área do empreendimento.
- Supervisão organizacional dos trabalhadores para o uso de medidas de proteção em especial daqueles que executarem atividades vespertinas e noturnas no empreendimento (seguranças).
- Termo-nebulização e ou nebulização química de criadouros ou áreas coletivas estratégicas visando eliminar as fêmeas contaminadas do ambiente (\*All Amazônia Legal)
- Drenagem de criadouros temporários na área de influencia direta ou situados em localizações estratégicas.

#### **Recursos**

- Humanos: Enfermeiro, técnico de enfermagem, biólogo e supervisores,
- Físicos: Área para realização de reuniões educativas com os trabalhadores
- Materiais: Vestimentas para os trabalhadores (calças, camisas, chapéus e bonés). Repelentes próprios para uso humano. Mosquiteiros Impregnados de Longa Duração (MILD). Telas para portas, varandas e janelas. Materiais educativos sobre malária. Equipamentos áudios-visuais. Veículos para deslocamento da equipe

#### **Meta**

- 100% dos trabalhadores do empreendimento
- 100% da população da área de influencia direta do empreendimento (Atividades educativas).

#### **Indicadores de Monitoramento e Avaliação**

- Nº e Proporção de (%) de trabalhadores beneficiários de cada meio protetor fornecido
- Nº e Proporção de (%) da população da AID beneficiária de cada meio protetor fornecido

- Nº e Proporção de (%) de trabalhadores participantes de cada atividade educativa
- Nº e Proporção de (%) da população da AID participantes de cada atividade educativa

#### **12.2.4 EIXO 4 – AVALIAÇÃO E CONTROLE SELETIVO DE ANOFELINOS**

##### **Objetivo**

- Desenvolver medidas de controle de anofelinos que sejam seguras para o ser humano e causem o menor impacto ambiental com vistas a reduzir a população de anofelinos

##### **Estratégias**

- Identificação das principais espécies vetores, densidade populacional e ritmo nictimeral dos anofelinos na área do empreendimento (AID) e seus criadouros acompanhadas pela APM (\*All Amazônia Legal)
- Monitoramento contínuo dos criadouros, densidade e espécies na área do empreendimento (\*All Amazônia Legal)
- Obras de ordenamento do meio para eliminação de criadouros dos mosquitos nas áreas de risco da AID a exemplo de limpeza e drenagem.
- Controle químico (espacial e/ou residual) seletivo de acordo com recomendações epidemiológicas e entomológicas do Ministério da Saúde e sob supervisão das ações de vigilância à saúde do município, caso haja indicação técnica derivada dos resultados obtidos pela Avaliação do Potencial Malarígeno -APM (\*All Amazônia Legal)

##### **Recursos**

- Humanos (biólogo, entomólogo, auxiliar de campo, motorista)
- Materiais (armadilhas, instrumentais e equipamentos de coleta de mosquitos, barracas, microscópios, mobiliário, veículos, equipamento de borrifação (se necessário), insumos biológicos, produtos químicos larvicidas e/ou inseticidas)
- Físicos (Laboratório de entomologia)

##### **Meta**

- Cobertura de 100% da área territorial de influência direta (AID) do empreendimento

##### **Indicadores de Monitoramento e Avaliação**

- Nº e Proporção de (%) de criadouros monitorados
- Nº e Proporção de (%) de criadouros positivos, espécie e densidade
- Nº e Proporção de (%) de atividades realizadas de controle vetorial

#### **12.2.5 EIXO 5 - EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO AOS TRABALHADORES E COMUNIDADE**

##### **Objetivo**

- Desenvolver atividades educativas e de orientação aos trabalhadores e a população da área de influencia direta e indireta sobre a malária visando à apropriação do conhecimento sobre os vetores, criadouros, mecanismos de transmissão, sintomas e tratamento da malária visando elevar a adoção de medidas

individuais e coletivas de proteção, auto-cuidado, identificação e remoção de criadouros reduzindo a população de vetores.

### **Estratégias**

- Oficinas comunitárias
- Campanhas de mídia
- Atividades educativas grupais com trabalhadores (100%) e comunidade (100% da AID)

### **Recursos**

- Humanos: enfermeira, técnico de enfermagem, biólogo, médico.
- Materiais: audiovisuais, materiais gráficos, cartilhas, peças de radiodifusão, veículos, equipamentos audiovisuais.
- Físicos: área para a realização de reuniões educativas

### **Meta**

- 100% dos trabalhadores do empreendimento
- 100% da população da área de influencia direta do empreendimento – AID (Atividades educativas)
- Apoio e/ou desenvolvimento em parceria com a SEMUSA de no mínimo duas campanhas/eventos educativos contra a malária direcionada à população portovelhense.

### **Indicadores de Monitoramento e Avaliação**

- Nº e Proporção de (%) de trabalhadores participantes de cada atividade educativa
- Nº e Proporção de (%) da população da AII participantes de cada atividade educativa

## **13. CRONOLOGIA DAS AÇÕES**

O cronograma das ações pautou-se pelo desenvolvimento dos eixos estruturantes e do cronograma de obras previsto pelos empreendedores (**Quadro 13-1**).

Considerando que a logística para a execução das atividades previstas no PACM aqui entendida como de responsabilidade do empreendedor, pode contemplar estratégias únicas e/ou combinadas (execução das ações na íntegra e/ou contratação e/ou pactuação com terceiros públicos ou privados) o encaminhamento definitivo será dado após a avaliação e pactuação com os gestores municipais e estaduais da AII da LT Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.

## **14. ESTIMATIVAS DE RECURSOS NECESSÁRIOS**

Os recursos necessários para a implantação do PACM serão discutidos oportunamente entre a SVS a nível federal, estadual e municipal, os quais se pautarão na necessidade de recursos humanos, materiais e na estrutura técnico-assistencial necessária para as ações de saúde previstas para os trabalhadores e considerando as responsabilidades do empreendedor frente às normativas estabelecidas pela legislação.



Ações complementares deverão ser desenvolvidas pelos gestores públicos nos três níveis de governo no âmbito da vigilância em saúde pública cujas às responsabilidades e os recursos necessários serão previstos no nível de cada gestão. No processo de pactuação poderão ser redefinidas as atribuições com vistas a integrar recursos e esforços para o controle da malária na região.

Ressalta-se porém que, como serão desenvolvidos dois empreendimentos paralelos a parceria entre os empreendedores e/ou se a construção ocorrer em lotes os custos da execução do PACM estima-se que a depender da organização do processo de trabalho os custos possam ser reduzidos em torno de 30% com a otimização dos recursos e, o aproveitamento da logística de execução para ambos os empreendimentos.

**Quadro 13-1 - Cronograma de Ações do Plano Preliminar de Ação de Controle da Malária da LT Linha de Transmissão (LT) Coletora ± 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 02.**

Mês	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	
Elaboracao e Conclusão do PACM	x	x	x	x																			
Pactuações entre gestores		x	x	x	x																		
Contratação e convênio entre parceiros				x	x	x	x	x															
Aquisição de materiais					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
<b>Eixo 1 - Eliminação de fontes de infecção de Plasmodium.sp entre os trabalhadores do empreendimento</b>																							
Avaliação clínica e realização de exames microscópicos (gota espessa) ou testes rápidos para malária na rotina do PMSO					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
<b>Eixo 2 -Diagnóstico e Tratamento Oportuno e Correto da Malária</b>																							
Atenção ambulatorial ou hospitalar ao trabalhador.					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Ações de controle e vigilância dos casos suspeitos e confirmados.					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
<b>Eixo 3- Desenvolvimento de mecanismos de proteção para a redução da exposição aos riscos</b>																							
Planejamento e desenvolvimento das atividades operacionais considerando os hábitos das espécies de anofelinos da área do empreendimento identificados no estudo de APM	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Atividades de educação e mobilização dos trabalhadores para o uso de vestimentas protetoras reduzindo a área corporal expostas.					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Fornecimento de produtos repelentes para o corpo e inseticidas para ambiente externos					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Fornecimento de MILDs aos trabalhadores					x	x	x			x								x					
Telagem de portas, janelas e varandas de acampamentos					x	x	x			x	x	x					x	x	x			x	x
Superv.organizacional dos trabalh.p/ uso de medidas de proteção					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
<b>Eixo 4 – Avaliação e controle seletivo de anofelinos</b>																							
Identificação das principais espécies vetores, densidade pop.e ritmo nictimeral na AID e seus criadouros.	x	x	x	x	x	x							x									x	
Monitoramento de criadouros, densidade e das espécies na AID					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Obras de ordenamento do meio para eliminação de criadouros dos mosquitos nas áreas de risco da AID.					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
<b>Eixo 5 - Educação e Comunicação junto aos trabalhadores e comunidade</b>																							
Oficinas comunitárias e Campanhas de mídia								x					x				x					x	
Atividades educativas grupais c/trabalhadores e comunidade da AID							x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Apoio e/ou desenvolvimento conjunto com a SMSde atividades educativas contra a malária direcionada à população												x									x		
Monitoramento e Avaliação do PACM							x					x			x			x				x	
Período de execução previsto: Junho de 2010 a Novembro de 2011																							

## 15. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As ações previstas para o PACM poderão ser eventualmente readequadas no decorrer da sua execução, em especial as previstas no Eixo 4 – Avaliação e Controle Seletivo de Vetores que poderá incluir a nebulização de áreas que apresentem maior risco de infecção, com o objetivo de eliminar as fêmeas infectadas principalmente em áreas que eventualmente estejam locados os canteiros de obras e alojamentos.

Tais medidas caso sejam necessárias, deverão obrigatoriamente envolver discussão técnica com as áreas de vigilância da gestão municipal e/ou estadual tendo em vista as normativas técnicas do Ministério da Saúde que envolve tais procedimentos.

Os dados epidemiológicos contidos neste estudo ratificam a condição endêmica de alto risco da AII e AD da LT que decrescendo no Grupo I ao IV. Segue recomendações técnicas sobre aspectos logísticos do empreendimento.

- **Instalações de canteiros de obras**

As instalações dos canteiros de obras são ambientes que servem de base para a construção da LT providos de espaços destinados a escritórios, refeitórios, almoxarifado, pátio de estacionamento de caminhões, instalações sanitárias, oficinas, dentre outras infra-estruturas. Nessa perspectiva constitui-se em ponto de agregação de trabalhadores expondo-os à picadas de vetores da região além de exigir a permanência no local de serviços de segurança, expondo esses indivíduos à atividade hematofágica noturna dos anofelinos.

**Recomendação:** Os assentamentos de canteiros de obras devem localizar-se afastados de consideração aspectos ambientais que favorecem a proliferação de anofelinos. Assim tais como ambientes de várzeas, com rios ou igarapés, com braços mortos, que retenham água na forma estagnada, formando criadouros. Devem também estar afastados de coleções de águas paradas de uso econômico, como bebedouros de gado, represas de irrigação ou para fins de criação de peixes, dentre outras finalidades. O afastamento desses sítios deve levar em consideração o raio de vôo médio de um anofelino, estimado em 2 km.

Caso seja inevitável, por motivos técnicos, o afastamento dessa infra-estrutura de locais propícios à proliferação de anofelinos, tais criadouros devem ser monitorados conforme ações previstas no Eixo 4. Os profissionais das secretarias municipais de saúde devem ter as credenciais para atuar na prevenção da malária, com licença de aplicações de produtos químicos ou biológicos nos criadouros e mesmo manejo ambiental, para evitar a infestação de mosquitos, entre outras alternativas de manejo

integrado. Caso haja necessidade de aplicações de produtos em criadouros, recomenda-se optar por biolarvicidas não poluentes. Para os indivíduos que permanecerem nessas bases durante a noite, como os componentes dos serviços de segurança, as ações de controle dão fundamentais para minimizar o risco de exposição aos mosquitos.

- **Instalação de alojamentos**

Essas acomodações ficam geralmente associadas aos canteiros de obras, mas poderão ser necessários estar alocados em outros sítios, ao longo da LT, principalmente devido às distâncias para um empreendimento de grande porte como esse planejado. Nesses ambientes os trabalhadores pernoitam ficando essas instalações praticamente vazias durante as horas de sol.

**Recomendação:** Os critérios de escolha de local para a instalação de alojamentos devem ser semelhantes aos recomendados no item anterior. Além disso, a estrutura desses ambientes deve ser projetada para evitar a entrada de mosquitos noturnos (inclusive anofelinos) nos seus ambientes internos. Assim, suas portas e janelas devem ser teladas, com malhas finas, de aberturas menores que um mosquito adulto. Os refeitórios e áreas de lazer, como por exemplo, sala de TV, devem estar situadas em ambientes internos e também devem ser dotadas de barreiras de telas de malha fina em suas portas e janelas.

O trabalho educativo deve ser implementado junto ao serviço de saúde do empreendimento, para alertar os trabalhadores a não se exporem de forma desprotegida fora dos alojamentos, principalmente no início da noite, hora usualmente de maior atividade de anofelinos. O uso de mosquiteiro impregnado com inseticidas deve ser promovido. Caso seja necessário a circulação no ambiente externo, deve usar roupas protetoras, como camisas de manga comprida, calça comprida, sapatos fechados ou botas, bonés, dentre outras opções. Caso o indivíduo saia com partes do corpo expostas, nessas superfícies devem aplicar repelentes de mosquitos e para tal, o serviço médico do empreendimento deve selecionar a melhor opção encontrada no mercado desses produtos.

- **Alojamentos de trabalhadores em sítios urbanos**

Pelo fato da linha de transmissão cortar vários municípios nos Estados situados na área endêmica de malária, à medida que as frentes de trabalho forem se deslocando, terão necessidade de abrigo e a opção por estadias em hotéis ou imóveis alugados para servirem de alojamentos transitórios representam possibilidades de acomodações. Atualmente a transmissão da malária tem tido tendência de se estabelecer, na Amazônia Legal, principalmente nos arredores das cidades. Devido ao raio de vôo dos

anofelinos, se o núcleo urbano for pequeno, mesmo as áreas mais centrais podem estar vulneráveis à atividade hematofágica.

**Recomendações:** O responsável pelo trajeto dos trabalhadores e suas acomodações, deve selecionar as opções mais seguras para hospedagem. Para tanto, deve, de forma associada ao serviço médico e ao serviço de saúde local, vistoriar previamente os locais de hospedagem. Em caso de alojamentos alugados, como residências, deve ser providenciada a telagem de portas e janelas. Outras recomendações do item 2, também podem ser adaptadas para tal situação. Deve ser observado o entorno do imóvel, para verificar a possibilidade de existência de criadouros nas vizinhanças e selecionar sempre que possível os pontos distantes a pelo menos dois quilômetros de ambientes de proliferação de anofelinos.

- **Deslocamentos de trabalhadores ao longo da LT**

A construção de uma LT é trabalho itinerante. As frentes de trabalho se deslocam abrindo caminhos de acesso, desbastando a vegetação, limpando a faixa de servidão, instalando as torres e lançando os cabos, dentre outras atividades. Assim sendo, os trabalhos de uma dessas equipes progride recortando a paisagem e a cada deslocamento esses indivíduos se deparam com novos ambientes, estando sujeitos aos riscos inerentes à paisagem. Assim, no longo trajeto dessa LT, os trabalhadores atravessarão interflúvios, vales, áreas brejosas, rios, matas, campos de cultura, pastagens, dentre outras variações do ambiente. O risco de picada de vetores é inerente ao trabalho em execução. Como a atividade de construção é diurna, não coincide com o ritmo de hematofagia de anofelinos que é predominantemente noturno, minimizando o potencial malarígeno restrito ao tipo de trabalho. Entretanto, há vetores diurnos, hematófagos, representados por outros culicídeos (Culicidae), borrachudos (Simuliidae) e maruins (Ceratopogonidae) que podem veicular inúmeros patógenos, entre os quais se destacam os arbovírus. Chama a atenção os mosquitos do gênero *Haemagogus* e *Aedes*, que podem veicular o vírus da febre amarela, infecção zoonótica na região.

**Recomendações:** Mesmo ao se considerar ser baixa a possibilidade de infecção malárica na atividade direta de construção da LT, não se pode descartar o risco de infecções por arbovírus, veiculadas por hematófagos diurnos. Assim sendo, deve-se adotar o princípio da precaução e evitar a exposição a esses insetos. Neste caso sugere o uso de vestimentas apropriadas para diminuir a área exposta à picadas e também, podendo associar a essa medida, o uso de repelentes impregnados nas roupas ou de uso tópico.

Para essas indicações, o serviço médico do empreendimento deve recorrer aos responsáveis pelo controle de vetores de níveis estadual ou federal, para a busca das

opções melhores e não incorram em riscos colaterais. Em outra frente, as alterações da paisagem inerentes ao trabalho de implantação da linha, podem criar sítios de proliferação de vetores. Uma das atividades que deve ser levada em consideração é a abertura de caminhos de acesso à linha, que serão usados tanto na construção, como na fase de operação, em serviços de manutenção. Sendo assim, essas intervenções tornam-se permanentes. Assim, os trabalhos de engenharia atrelados à implantação de vias de acesso, devem ser orientados para que não interrompam os fluxos naturais das águas, gerando mais criadouros na área já considerada endêmica para a malária.

- **Áreas de riscos de infecção mais elevados**

Em sua longa extensão a LT atravessará municípios em que o risco de infecção por malária é mais elevado. Tais lugares são geralmente caracterizados pela elevada densidade de anofelinos, principalmente representada pela presença de seu principal vetor, o *Anopheles darlingi* e também, por vetores secundários, principalmente os anofelinos do complexo *Albitarsis*.

Na pesquisa para a elaboração da APM e nos dados epidemiológicos a região onde se situa Porto Velho pela presença de *Anopheles darlingi* e os municípios do seu entorno, representado pelo município de Vila Velha da Santíssima Trindade se detectou a intensa presença de *Anopheles deaneorum*, portanto áreas de riscos de infecção mais elevada.

A presença do vetor nas concentrações humanas favorece o ciclo de transmissão, ou seja, mais pessoas estão expostas às picadas dos anofelinos. Nesse sentido, o município de Porto Velho seria a região da linha em que o potencial malarígeno pode ser visto como mais elevado, pois nessa localidade a LT corta paisagens onde a concentração humana é mais intensa, pela proximidade da capital.

**Recomendações:** Para as áreas de alto risco o serviço de saúde do empreendimento deve sistematicamente supervisionar as ações de controle e através da parceria com o serviço de vigilância local atuar preventivamente, com mais ênfase. A lógica da prevenção adotada nas recomendações já citadas continua válida, mas pode não ser suficiente. É necessária a integração com o serviço de saúde local, para juntos articularem estratégias específicas para cada situação.

- **Deslocamentos para novos municípios**

Devido à natureza itinerante do trabalho de instalação de uma LT, diferentes equipes de distintas empreiteiras estarão se deslocando ao longo do trajeto do Empreendimento, passado por vários municípios nos dois Estados situados na Amazônia Legal, área considerada endêmica para a malária e em Estados não endêmicos.

**Recomendações:** Os deslocamentos devem ser coordenados pela direção do Empreendimento, de modo que as Secretarias de Saúde dos municípios receptores das equipes sejam avisadas quanto às datas de chegada e saída de seus territórios de abrangência. Ao serviço de saúde do Empreendimento recomenda-se que esteja inteirado da situação epidemiológica dos municípios em que suas equipes estiverem alocadas. As atividades preventivas relativas à entomologia devem ser comunicadas aos serviços de controle de vetores municipais, bem como, as ações de controle de anofelinos, se necessárias feitas em parceria.

- **Fase de operação**

Após a construção a LT entra a fase de operação o tempo de duração é indefinido. A principal atividade que envolve a colocação de trabalhadores no ambiente da linha é a sua manutenção. Nesse caso, equipes com número reduzido de participantes, técnicos e auxiliares fazem esse serviço rotineiro.

**Recomendação:** Para as equipes de manutenção deve ser dada toda a atenção, de forma permanente. O serviço de saúde e de prevenção de riscos do trabalho deve inserir para esses operários as orientações educativas, com reforços periódicos e os cuidados propostos no PACM para as atividades de risco. Nessa oportunidade deverá ser dada ênfase ao comportamento para minimizar o risco de infecção com plasmódios humanos e demais infecções veiculadas por vetores, entre outros tópicos da saúde geral.

### **Passagem da área endêmica para a não endêmica e vice-versa**

A divisa entre os Estados de Mato Grosso e Goiás demarcam a linha entre a área considerada endêmica para a malária e a área não endêmica. Assim, o trajeto da LT a partir de Porto Velho, RO, até a referida divisão política cobre a área admitida como de risco para essa infecção, enquanto a parte restante da LT, até o município de Araraquara, SP, é vista como região livre de transmissão.

Entretanto, nessa região que não é foco desse estudo há fauna anofélica com espécies com competência e capacidade para veicular plasmódios humanos, inclusive o *Anopheles darlingi* e demais vetores secundários, embora o risco de transmissão nessa região seja considerado baixo.

**Recomendação:** Nesse contexto epidemiológico, recomenda-se que todo o trabalhador que atravessar o limite supracitado seja analisado sob sua condição de portador de plasmódios por meio do exame de sangue. Caso comprove a infecção esses indivíduos devem ser tratados até a negatificação de seus exames, para que possam exercer suas atividades nas distintas áreas. Essa preocupação é maior no sentido Porto Velho – Araraquara, sendo que o objetivo dessa triagem tem como meta

evitar a contaminação de anofelinos da área não endêmica, com risco de evolução para surtos nessa região, considerada livre de malária.

De uma maneira geral este documento denominado Plano Preliminar de Ação de Controle da Malária na LT CC 600kv Porto Velho Araraquara 2 explicita o compromisso dos empreendedores no decorrer da construção e operação do empreendimento, em desenvolvê-las para minimizar os riscos de infecção de malária dos seus trabalhadores e, contribuir para a redução dos riscos de infecção para a população situada nas Áreas de Influência Direta e Indireta.

## 16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATA, R. C. B. **Malária in Brazil: Trends in the Last Ten Years**. Cad Saúde Públ., Rio de Janeiro, 11 (1): 128-136, Jan/Mar, 1995.

GOIAS, SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - **Plano Diretor de Regionalização – PDR, 2008** - disponível no endereço eletrônico [www.saude.go.gov.br](http://www.saude.go.gov.br). GOIÂNIA 2004,2ª Ed.rev.

LAURENTI R, Jorge MHPM, Lebrão, ML, Gotlieb SLD. Estatísticas de Saúde. 2.ed. São Paulo: PEDAGÓGICA UNIVERSITÁRIA, 2006.

MATO GROSSO, SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - **Plano Diretor de Regionalização – PDR, 2005** - disponível no endereço eletrônico [www.saude.mt.gov.br](http://www.saude.mt.gov.br). GOIÂNIA 2004,2ª Ed.rev.

MINAS GERAIS, SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE. **Plano Estadual de Saúde,2008-2011** disponível no endereço eletrônico [www.saude.mg.gov.br](http://www.saude.mg.gov.br). Data de acesso: 07.03.2010

MINISTÉRIO DA SAÚDE (a), Secretaria de Vigilância em Saúde, Portaria – Portaria Nº 47, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Avaliação do Potencial Malarígeno e o Atestado de Condição Sanitária para os projetos de assentamento de reforma agrária e para outros empreendimentos, nas regiões endêmicas de malária.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (b), Secretaria de Vigilância em Saúde, Portaria Nº 45, de 13 de dezembro de 2007, **Dispõe sobre a emissão de Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno e do Atestado de Condição Sanitária** pelas Secretarias de estado da Saúde pertencentes à Amazônia Legal.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (c), Secretaria de Vigilância em Saúde, Nota Técnica Nº 16 – de 16 de junho de 2009, CGPNM/DEVEP/SVS/MS – **Diretrizes para elaboração do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM)**.



MINISTÉRIO DA SAÚDE (d), Secretaria de Vigilância em Saúde - **Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária – Malária no Brasil**. Brasília – DF. Disponível em [www.svs.saude.gov.br](http://www.svs.saude.gov.br) acessado em 17/01/2010

MINISTÉRIO DA SAÚDE (e). Secretaria da Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde, Brasil, 2005: Uma análise de situação de saúde no Brasil**. – Brasília, Ministério da Saúde, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (f). Secretaria da Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde, Brasil, 2006: Uma análise de situação de saúde no Brasil**. – Brasília, Ministério da Saúde, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (g). Secretaria da Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde, Brasil, 2007: Uma análise de situação de saúde no Brasil**. – Brasília, Ministério da Saúde, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (h). Secretaria da Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde, Brasil, 2008: Uma análise de situação de saúde no Brasil**. – Brasília, Ministério da Saúde, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (i). **Doenças infecciosas e parasitárias**, Série B. Textos básicos de Saúde. Brasília, DF, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Assistência a Saúde - CNES**. [base de dados na internet]. (k)Brasília: Ministério da Saúde. 2010 [acesso em 14/01/2010] Disponível em: [www.cnes.datasus.gov.br](http://www.cnes.datasus.gov.br).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica (i) –SIVEP**. [base de dados na internet]. Brasília: Ministério da Saúde. 2006, 2007 e 2008 [acesso em 14/01/2010] Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação SINAN (j)**. [base de dados na internet]. Brasília: Ministério da Saúde. 2000 -2008 [acesso em 14/01/2010] Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Informações sobre Mortalidade (h)**. [base de dados na internet]. Brasília: Ministério da Saúde. 2006, 2007 e 2008 [acesso em 14/01/2010] Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. CID 10/Organização Mundial de Saúde; tradução Centro Colaborador da OMS para a Classificação das Doenças em Português. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. 10ª revisão. 5a edição.

---

PEREIRA JC. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais.** Editora da Universidade de São Paulo, 2001, 3ª. edição.

RONDONIA, SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE. **Plano Diretor de Regionalização da Saúde**, disponível no endereço eletrônico [www.saude.ro.gov.br](http://www.saude.ro.gov.br). Data de acesso: 01.03.2010

SÃO PAULO, SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE. **Plano Diretor de Regionalização – PDR, 2008** - disponível no endereço eletrônico [www.saude.sp.gov.br](http://www.saude.sp.gov.br). Data de acesso: 07.03.2010

SÃO PAULO, SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE. **Plano Estadual de Saúde, 2008-2011** disponível no endereço eletrônico [www.saude.sp.gov.br](http://www.saude.sp.gov.br). Data de acesso: 07.03.2010



### 3.6.5.5 EDUCAÇÃO

#### a. Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Técnico na AI

Nos 87 municípios que compõem a Área de Influência Indireta do empreendimento da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, o ensino regular é oferecido pela rede pública em todos os municípios analisados, da Pré-escola ao Ensino Médio. O município goiano de Jataí, bem como os matogrossenses Colorado do Oeste e Ariquemes, oferecem vagas da rede federal, no nível do Ensino Médio, seja regular ou profissionalizante. Já a rede privada se encontra ausente de 11 municípios rondonienses, 13 municípios matogrossenses, além de 2 municípios goianos e 6 dos municípios paulistas em estudo. No tocante ao ensino técnico foi notado uma baixíssima oferta ao longo do trecho 1 desse corredor de estudo: Porto Velho(RO) – Nova Lacerda(MT), identificando apenas os municípios de Porto Velho (RO), Ariquemes (RO), Colorado do Oeste (RO), Ouro Preto do Oeste (RO) e Rolim de Moura (RO). No trecho 2 que engloba os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) a Alto Araguaia(MT) somente nos municípios de Santo Antonio do Leverger (MT); Pontes Lacerda (MT); Cuiabá, a capital; Rondonópolis (MT) possuem instituições de ensino técnico. O município de Jauru (MT) há também a oferta de cursos técnicos com a presença de instituições com o SENAC. No trecho 3 desse corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, por se tratar de um trecho que envolve três estados (GO, MG e SP) a caracterização dos mesmos são distintas, nos municípios goianos foi observada curso profissionalizante em Mineiros e Jataí. Nos municípios mineiros foi possível observar oferta de cursos profissionalizantes apenas em Itarumã. Nos municípios paulistas, observou-se maior oferta de cursos profissionalizantes, em Ouroeste, Fernandópolis, Monte Aprazível, , Neves Paulista, Jose Bonifácio, Urupês, Novo Horizonte, Borborema, Itápolis e Gavião Peixoto.

#### (1) Rondônia

Na área rondoniense em estudo, da Pré-escola ao Ensino Médio, o ensino regular é oferecido pela rede pública em todos os municípios analisados. Em 2009, considerando todos os níveis de ensino, a maior parte das matrículas ocorreu no município de Porto Velho. É importante destacar que grande parte dos municípios da área em estudo rondoniense não dispõe de rede privada de ensino em nenhum dos níveis analisados. Entre os municípios que dispõem, encontram-se: Porto Velho, Ariquemes, Alvorada D'Oeste, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Jaru, Monte Negro, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici e Rolim de Moura.

No ano de 2009, de acordo com o Censo Escolar do INEP, a maior parte das matrículas ocorreu no nível do Ensino Fundamental, acompanhando tendência apresentada pelo Estado de Rondônia como um todo. Neste nível de ensino, da rede pública, predominam as matrículas em escolas da rede municipal nos anos iniciais e em escolas da rede estadual nos anos finais. Todos os municípios analisados possuem matrículas no Ensino Fundamental nas redes municipais e estaduais de ensino.

O Ensino Médio regular é oferecido pela rede estadual em todos os municípios rondonienses que serão atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N°02. Na rede privada, os municípios de Alvorada D'Oeste, Colorado do Oeste, Monte Negro e Presidente Médici não possuem vagas no Ensino Médio dentre aqueles municípios citados anteriormente que dispõe desta rede de ensino. A rede municipal, por sua vez, está presente apenas nos municípios de Nova Brasilândia D'Oeste e Governador Jorge Teixeira. Já no município de Colorado do Oeste há ainda matrículas no Ensino Médio na rede federal de ensino.

O Ensino Profissional de Nível Técnico é oferecido em Porto Velho, Ariquemes, Colorado do Oeste, Ouro Preto do Oeste e Rolim de Moura. Há vagas na rede estadual apenas no município de Porto Velho, vagas na rede federal apenas no município de Ariquemes e vagas na rede privada em todos os municípios em que este nível de ensino é oferecido.

A Educação de Jovens e Adultos é oferecida em todos os municípios rondonienses da área em estudo, à exceção de Primavera de Rondônia. Além disso, no nível do Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos também não é oferecida em Urupá, Teixeirópolis, Castanheiras, Cacaupônia e Alto Paraíso.

A educação infantil, no nível da Pré-Escola, é oferecida em todos os municípios da área rondoniense em estudo, predominantemente pela rede municipal, mas também na rede particular. O nível da creche não é oferecido nos municípios de Castanheiras, Cacaupônia, Corumbiara, Parecis e São Felipe D'Oeste. Nos demais, há vagas nas redes municipais e privadas.

**Quadro 3.6.5.5 -1 – Matrícula Inicial por nível de ensino nos municípios da AII/Rondônia – 2009**

AII	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial									
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>
AII Mesorregional Madeira Guaporé	Candeias Do Jamari	Estadual	0	0	624	1.180	394	0	499	450	0	0
		Municipal	174	528	1.614	273	0	0	597	0	0	0
		Total	174	528	2.238	1.453	394	0	1.096	450	0	0
	Itapua Do Oeste	Estadual	0	0	0	662	201	0	41	219	0	0
		Municipal	52	284	1.049	116	0	0	304	0	13	0
		Total	52	284	1.049	778	201	0	345	219	13	0
	Porto Velho	Estadual	596	691	15.540	27.349	10.782	522	8.067	10.256	559	738
		Municipal	1.394	7.720	22.563	3.594	0	0	4.606	0	0	0
		Privada	816	2.216	5.067	4.121	2.344	934	172	62	0	0
Total		2.806	10.627	43.170	35.064	13.126	1.456	12.845	10.318	559	738	
AII Mesorregional Leste Rondoniense	Alto Paraiso	Estadual	0	0	321	611	903	0	0	0	0	0
		Municipal	57	143	1.534	1.043	0	0	193	0	0	0
		Total	57	143	1.855	1.654	903	0	193	0	0	0
	Alvorada D'oeste	Estadual	0	0	422	790	892	0	106	94	81	74
		Municipal	60	199	1.106	866	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	27	37	32	0	0	0	0	0	0
		Total	60	226	1.565	1.688	892	0	106	94	81	74
	Ariquemes	Estadual	0	0	1.912	3.470	3.567	0	951	1.784	1.062	649
		Federal	0	0	0	0	0	143	0	0	0	0
		Municipal	324	1.330	6.993	3.819	0	0	1.591	0	22	0
		Privada	462	826	683	483	239	191	147	0	136	160
	Total	786	2.156	9.588	7.772	3.806	334	2.689	1.784	1.220	809	
	Cabixi	Estadual	0	0	164	622	244	0	133	94	31	0
		Municipal	57	141	355	0	0	0	0	0	0	0
		Total	57	141	519	622	244	0	133	94	31	0
	Cacaulandia	Estadual	0	0	0	369	301	0	0	0	0	0
		Municipal	0	103	613	178	0	0	31	0	0	0
		Total	0	103	613	547	301	0	31	0	0	0
	Castanheiras	Estadual	0	0	151	248	283	0	20	0	0	0
		Municipal	0	69	247	175	0	0	72	0	0	0
		Total	0	69	398	423	283	0	92	0	0	0
Cerejeiras	Estadual	0	0	631	1.042	681	0	390	366	184	210	

All	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial									
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>
		Municipal	126	388	733	424	0	0	0	0	0	0
		Privada	13	27	39	49	26	0	0	0	0	0
		Total	139	415	1.403	1.515	707	0	390	366	184	210
Chupinguaia		Estadual	0	0	189	461	389	0	82	42	0	0
		Municipal	141	219	771	338	0	0	166	0	0	0
		Total	141	219	960	799	389	0	248	42	0	0
Colorado Do Oeste		Estadual	0	0	1.005	1.247	824	0	354	343	195	161
		Federal	0	0	0	0	335	0	0	17	0	0
		Municipal	65	293	405	415	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	28	26	0	0	195	0	0	0	0
Total	65	321	1.436	1.662	1.159	195	354	360	195	161		
Corumbiara		Estadual	0	0	367	513	411	0	47	38	72	55
		Municipal	0	119	441	370	0	0	0	0	0	0
		Total	0	119	808	883	411	0	47	38	72	55
Governador Jorge Teixeira		Estadual	0	0	279	501	333	0	32	184	0	0
		Municipal	61	146	938	569	53	0	123	38	66	82
		Total	61	146	1.217	1.070	386	0	155	222	66	82
Jaru		Estadual	0	0	2.369	3.026	2.286	0	558	1.160	477	459
		Municipal	521	1.224	2.677	1.527	0	0	639	0	0	0
		Privada	39	234	184	85	73	0	0	0	0	0
		Total	560	1.458	5.230	4.638	2.359	0	1.197	1.160	477	459
Monte Negro		Estadual	0	0	403	422	696	0	207	0	0	0
		Municipal	62	142	1.261	1.114	0	0	0	0	0	0
		Privada	6	42	66	0	0	0	54	118	0	0
		Total	68	184	1.730	1.536	696	0	261	118	0	0
Nova Brasilândia D'oeste		Estadual	0	0	633	746	907	0	248	115	286	113
		Municipal	132	317	1.139	992	76	0	0	0	0	0
		Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	132	317	1.772	1.738	983	0	248	115	286	113
Ouro Preto Do Oeste		Estadual	0	0	1.453	2.140	1.225	0	105	627	187	140
		Municipal	478	1.095	1.960	1.124	0	0	789	0	71	0
		Privada	0	78	189	151	50	298	0	0	0	0
		Total	478	1.173	3.602	3.415	1.275	298	894	627	258	140

All	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial									
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>
	Parecis	Estadual	0	0	45	174	193	0	55	35	0	0
		Municipal	0	81	399	236	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>81</b>	<b>444</b>	<b>410</b>	<b>193</b>	<b>0</b>	<b>55</b>	<b>35</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Presidente Medici	Estadual	0	0	1.291	1.432	900	0	263	215	339	244
		Municipal	160	512	600	494	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	24	44	0	0	0	116	0	0	0
		<b>Total</b>	<b>160</b>	<b>536</b>	<b>1.935</b>	<b>1.926</b>	<b>900</b>	<b>0</b>	<b>379</b>	<b>215</b>	<b>339</b>	<b>244</b>
	Primavera De Rondonia	Estadual	0	0	0	386	176	0	0	0	0	0
		Municipal	52	88	421	0	0	0	0	0	0	0
		<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>88</b>	<b>421</b>	<b>386</b>	<b>176</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Rolim De Moura	Estadual	0	0	3.051	3.825	2.607	0	369	408	243	249
		Municipal	261	1.136	1.522	708	0	0	178	0	0	0
		Privada	68	92	209	136	67	144	0	0	0	0
		<b>Total</b>	<b>329</b>	<b>1.228</b>	<b>4.782</b>	<b>4.669</b>	<b>2.674</b>	<b>144</b>	<b>547</b>	<b>408</b>	<b>243</b>	<b>249</b>
	Sao Felipe D Oeste	Estadual	0	0	53	296	286	0	46	44	0	0
		Municipal	0	156	493	329	0	0	0	0	0	0
		<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>156</b>	<b>546</b>	<b>625</b>	<b>286</b>	<b>0</b>	<b>46</b>	<b>44</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Teixeiropolis	Estadual	0	0	125	130	306	0	0	0	52	24
		Municipal	41	57	401	351	0	0	23	0	0	0
		<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>57</b>	<b>526</b>	<b>481</b>	<b>306</b>	<b>0</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>52</b>	<b>24</b>
	Urupa	Estadual	0	0	220	283	577	0	139	0	151	145
		Municipal	141	190	1.271	888	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>141</b>	<b>190</b>	<b>1.491</b>	<b>1.171</b>	<b>577</b>	<b>0</b>	<b>139</b>	<b>0</b>	<b>151</b>	<b>145</b>	
Estado	Rondônia	<b>Estadual</b>	<b>596</b>	<b>691</b>	<b>54.762</b>	<b>88.140</b>	<b>55.511</b>	<b>522</b>	<b>19.949</b>	<b>25.720</b>	<b>8.926</b>	<b>7.337</b>
		<b>Federal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>484</b>	<b>241</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
		<b>Municipal</b>	<b>6.904</b>	<b>28.491</b>	<b>92.625</b>	<b>41.966</b>	<b>129</b>	<b>0</b>	<b>14.834</b>	<b>384</b>	<b>251</b>	<b>82</b>
		<b>Privada</b>	<b>2.621</b>	<b>5.903</b>	<b>9.762</b>	<b>7.762</b>	<b>4.813</b>	<b>2.233</b>	<b>1.248</b>	<b>304</b>	<b>136</b>	<b>160</b>
		<b>Total</b>	<b>10.121</b>	<b>35.085</b>	<b>157.149</b>	<b>137.868</b>	<b>60.937</b>	<b>2.996</b>	<b>36.031</b>	<b>26.425</b>	<b>9.313</b>	<b>7.579</b>

Fonte: INEP, Resultados do Censo Escolar 2009 - Educacenso

1 Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

2 Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional



## **(2) Mato Grosso**

Na área mato-grossense em estudo, da Pré-escola ao Ensino Médio, o ensino regular é oferecido pela rede pública em todos os municípios analisados. Em 13 municípios, não há rede privada de ensino. São eles: Acorizal, Alto Paraguai, Jangada, Santo Antônio do Leverger, Alto Garças, São José do Povo, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Vila Bela da Santíssima Trindade, Nova Lacerda, Rio Branco e Vale de São Domingos. Em 2009, considerando todos os níveis de ensino, a maior parte das matrículas ocorreu no município de Cuiabá.

De acordo com o Censo Escolar do INEP, em 2009, a maior parte das matrículas iniciais ocorreu no nível do Ensino Fundamental, acompanhando a tendência apresentada pelo Estado de Mato Grosso. Neste nível de ensino, a rede municipal é preponderante na oferta de vagas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, em alguns municípios, predomina a rede estadual: Jangada, Santo Antônio do Leverger, Alto Garças, Jaciara, Juscimeira, Barra dos Bugres, Jauru, Lambari D'Oeste e Pontes e Lacerda. Já nos anos finais do Ensino Fundamental, a predominância é da rede estadual, salvo algumas exceções, onde a rede municipal predomina: Comodoro, Vila Bela da Santíssima Trindade, Rio Branco e Vale de São Domingos.

De uma maneira geral, a oferta de Ensino Médio é exclusividade das redes estadual e privada, com expressiva predominância da rede estadual. No entanto, nos municípios de Cuiabá, Santo Antônio do Leverger e Pontes e Lacerda também há vagas na rede federal. Já em outros municípios, só há matrículas do Ensino Médio na rede estadual, como nos municípios citados anteriormente que não possuem rede privada de ensino, à exceção de Santo Antônio do Leverger, que também oferece vagas na rede federal.

A Educação Profissional de Nível Técnico é oferecida somente em alguns dos municípios em estudo. Há vagas na rede federal em Cuiabá, Santo Antônio do Leverger e Pontes e Lacerda, na rede privada em Cuiabá e Rondonópolis, e na rede estadual apenas em Rondonópolis. A Educação de Jovens e Adultos, no nível do Ensino Fundamental, é oferecida em todos os municípios mato-grossenses em estudo. No nível do Ensino Médio, a EJA não é oferecida somente em Acorizal, Araputanga e Nova Lacerda.

Quanto à Educação Infantil, o nível da pré-escola é oferecido em todos os municípios da área mato-grossense em estudo, predominantemente pela rede municipal, mas também pela rede particular em vários municípios e pela rede estadual em Cuiabá e Vale do São Domingos. Já o nível da creche não é oferecido apenas no município de Indiavaí. Nos demais, há vagas predominantemente na rede municipal de ensino.



Quadro 3.6.5.5 - 2 – Matrícula Inicial por nível de ensino nos municípios da AII/Mato Grosso – 2009

AII	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial									
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>
AII Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	ACORIZAL	Estadual	0	0	226	503	354	0	74	0	0	0
		Municipal	37	153	307	4	0	0	55	0	0	0
		Total	37	153	533	507	354	0	129	0	0	0
	ALTO PARAGUAI	Estadual	0	0	354	590	323	0	216	100	0	0
		Municipal	97	136	438	19	0	0	14	0	0	0
		Total	97	136	792	609	323	0	230	100	0	0
	CUIABA	Estadual	405	319	10.591	22.365	19.226	0	6.638	7.400	0	41
		Federal	0	0	0	0	614	1.262	30	264	0	0
		Municipal	4.827	8.900	22.754	7.787	0	0	2.550	0	40	0
		Privada	2.857	2.667	8.019	8.284	6.871	694	111	384	59	130
	Total	8.089	11.886	41.364	38.436	26.711	1.956	9.329	8.048	99	171	
	JANGADA	Estadual	0	0	657	651	446	0	108	40	0	0
		Municipal	35	212	219	69	0	0	0	0	0	0
		Total	35	212	876	720	446	0	108	40	0	0
	ROSARIO OESTE	Estadual	0	0	452	671	681	0	326	172	36	0
		Municipal	50	287	847	621	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	120	189	87	0	0	0	0	0	0
		Total	50	407	1.488	1.379	681	0	326	172	36	0
	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	Estadual	0	0	1.154	1.366	698	0	336	183	0	0
		Federal	0	0	0	0	263	126	0	28	0	0
		Municipal	209	387	570	57	0	0	18	0	0	0
Total	209	387	1.724	1.423	961	126	354	211	0	0		
VARZEA GRANDE	Estadual	0	0	6.291	11.562	11.122	0	2.584	1.552	35	100	
	Municipal	1.067	3.749	13.113	4.385	0	0	1.210	0	33	0	
	Privada	293	1.311	2.785	2.389	850	0	0	0	0	0	
	Total	1.360	5.060	22.189	18.336	11.972	0	3.794	1.552	68	100	
AII Mesoregional Sudeste Mato-grossense	ALTO ARAGUAIA	Estadual	0	0	586	611	488	0	267	233	0	0
		Municipal	92	314	734	458	0	0	127	0	0	0
		Privada	0	18	83	77	63	0	0	0	0	0
		Total	92	332	1.403	1.146	551	0	394	233	0	0
	ALTO GARCAS	Estadual	0	0	445	614	253	0	92	122	0	0
		Municipal	130	297	406	96	0	0	52	0	0	0
		Total	130	297	851	710	253	0	144	122	0	0
	JACIARA	Estadual	0	0	1.162	1.491	1.132	0	388	288	0	32
		Municipal	345	574	881	371	0	0	119	0	0	0
		Privada	119	63	156	147	104	0	0	0	0	0
		Total	464	637	2.199	2.009	1.236	0	507	288	0	32
	JUSCIMEIRA	Estadual	0	0	596	827	555	0	244	178	0	0
		Municipal	178	322	295	95	0	0	86	0	0	0
		Privada	0	7	7	0	0	0	0	0	0	0
		Total	178	329	898	922	555	0	330	178	0	0
	PEDRA PRETA	Estadual	0	0	548	843	712	0	197	197	0	0
		Municipal	106	387	805	462	0	0	80	0	0	0
		Privada	0	16	41	0	0	0	0	0	0	0
		Total	106	403	1.394	1.305	712	0	277	197	0	0
	SAO JOSE DO POVO	Estadual	0	0	126	205	237	0	40	29	6	58
		Municipal	20	78	134	60	0	0	18	0	0	0
Privada		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total		20	78	260	265	237	0	58	29	6	58	
RONDONOPOLIS	Estadual	0	0	6.081	10.606	8.933	179	1.902	2.905	0	0	
	Municipal	1.236	2.297	7.135	2.065	0	0	1.389	0	11	0	
	Privada	1.375	1.724	1.894	1.333	776	70	3	55	5	1	
	Total	2.611	4.021	15.110	14.004	9.709	249	3.294	2.960	16	1	

All	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial									
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	ARAPUTANGA	Estadual	0	0	426	865	903	0	171	0	0	0
		Municipal	149	392	906	129	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	25	68	63	54	0	0	0	0	0
		Total	149	417	1.400	1.057	957	0	171	0	0	0
	BARRA DO BUGRES	Estadual	0	0	1.809	1.803	1.546	0	915	554	17	38
		Municipal	199	770	1.115	694	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	49	90	104	34	0	0	0	0	0
		Total	199	819	3.014	2.601	1.580	0	915	554	17	38
	COMODORO	Estadual	0	0	430	417	821	0	77	141	0	0
		Municipal	221	402	1.678	899	0	0	135	0	0	0
		Privada	0	37	48	41	35	0	0	0	0	0
		Total	221	439	2.156	1.357	856	0	212	141	0	0
	INDIAVAI	Estadual	0	0	0	0	99	0	56	43	0	0
		Municipal	0	83	223	209	0	0	0	0	0	0
		Total	0	83	223	209	99	0	56	43	0	0
	JAURU	Estadual	0	0	626	683	448	0	79	75	0	0
		Municipal	76	239	419	300	0	0	65	0	0	0
		Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	76	239	1.045	983	448	0	144	75	0	0
	LAMBARI D'OESTE	Estadual	0	0	330	250	368	0	144	43	0	0
		Municipal	38	75	304	167	0	0	86	0	10	0
		Total	38	75	634	417	368	0	230	43	10	0
	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	Estadual	0	0	339	366	623	0	82	110	0	0
		Municipal	135	311	1.384	1.033	0	0	71	0	0	0
Total		135	311	1.723	1.399	623	0	153	110	0	0	
NOVA LACERDA	Estadual	0	0	0	0	239	0	0	0	0	0	
	Municipal	108	79	608	427	0	0	54	0	0	0	
	Total	108	79	608	427	239	0	54	0	0	0	
PONTES E LACERDA	Estadual	0	0	2.188	2.081	1.804	0	886	759	0	0	
	Federal	0	0	0	0	180	63	0	34	0	0	
	Municipal	192	586	1.203	897	0	0	0	0	0	0	
	Privada	48	46	372	208	84	0	0	0	0	0	
	Total	240	632	3.763	3.186	2.068	63	886	793	0	0	
RIO BRANCO	Estadual	0	0	107	105	194	0	105	65	0	0	
	Municipal	63	129	333	214	0	0	0	0	0	0	
	Total	63	129	440	319	194	0	105	65	0	0	
VALE DE SAO DOMINGOS	Estadual	0	17	87	130	167	0	30	63	0	0	
	Municipal	34	33	249	243	0	0	0	0	0	0	
	Total	34	50	336	373	167	0	30	63	0	0	
Estado	MATO GROSSO	Estadual	405	351	82.791	132.659	129.776	1.876	41.865	34.603	604	928
		Federal	0	0	0	0	1.457	1.451	30	402	0	0
		Municipal	26.881	59.187	164.219	82.806	96	110	15.281	0	283	0
		Privada	6.356	11.132	22.901	20.110	13.744	1.523	127	589	64	131
		Total	33.642	70.670	269.911	235.575	145.073	4.960	57.303	35.594	951	1.059

Fonte: INEP, Resultados do Censo Escolar 2009 - Educacenso

<sup>1</sup> Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

<sup>2</sup> Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

### **(3) Goiás**

Na área goiana em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, nos níveis do Ensino Fundamental e Médio, o ensino regular é oferecido pela rede pública em todos os municípios analisados. Em 2009, considerado todos os níveis de ensino, a maior parte das matrículas ocorreu nos municípios de Jataí e Mineiros. Os municípios de Santa Rita do Araguaia e Itarumã não dispõem de rede privada de ensino, em nenhum dos níveis analisados.

No ano de 2009, de acordo com o Censo Escolar do INEP, a maior parte das matrículas iniciais ocorreu no nível do Ensino Fundamental, acompanhando tendência apresentada pelo Estado de Goiás como um todo. Neste nível de ensino, da rede pública, predominam as matrículas em escolas da rede municipal, embora haja vagas também na rede estadual em todos os municípios, exceto Serranópolis. A rede privada também está presente no Ensino Fundamental nos municípios de Jataí, Mineiros e Serranópolis, sendo mais restrita neste último, onde, em 2009, foram realizadas apenas 21 matrículas, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em todos os municípios goianos que serão atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº02, o Ensino Médio regular é oferecido pela rede estadual. Nos municípios de Jataí e Mineiros, também há vagas na rede privada, sendo que, em 2009, no município de Jataí, as matrículas no Ensino Médio da rede privada superaram as matrículas na rede estadual.

O Ensino Profissional de Nível Técnico é oferecido somente em Jataí e Mineiros. No município de Jataí, no ano de 2009, foram 113 matrículas iniciais na rede federal e 95, na rede privada. No município de Mineiros, ocorreram 208 matrículas na rede estadual e 43, na rede privada. A Educação de Jovens e Adultos, no nível do Ensino Fundamental, é oferecida em todos os municípios goianos da AII, exceto Itarumã. No nível do Ensino Médio, somente em Jataí e Mineiros.

Quanto à educação infantil, o nível da Pré-Escola é oferecido em todos os municípios da área goiana em estudo, exceto Itarumã. A maior parte das matrículas iniciais no nível do pré-escola foi efetuada na rede municipal, mas também há vagas na rede particular. O nível da creche não é oferecido no município de Santa Rita do Araguaia. Nos demais, há vagas nas redes municipal e privada, com exceção de Itarumã, onde a creche é oferecida com exclusividade pela rede municipal. No município de Mineiros, no ano de 2009, as matrículas iniciais nas creches da rede privada superaram a rede municipal.

**Quadro 3.6.5.5 - 3 – Matrículas Iniciais segundo nível de ensino nos municípios da AI/Goiás – 2009**

Município e UF	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental	Médio <sup>2</sup>	Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>
ITARUMA	Estadual	0	0	0	427	195	0	0	0	0	0
	Municipal	262	0	563	46	0	0	0	0	0	0
	Total	262	0	563	473	195	0	0	0	0	0
JATAI	Estadual	0	0	216	3.041	2.804	0	69	693	0	0
	Federal	0	0	0	0	304	113	0	61	0	0
	Municipal	706	742	6.461	1.456	0	0	681	0	0	0
	Privada	566	532	1.626	1.469	729	95	0	4	0	0
	Total	1.272	1.274	8.303	5.966	3.837	208	750	758	0	0
MINEIROS	Estadual	0	0	557	3.015	1.479	0	203	311	0	0
	Municipal	306	1.047	3.344	246	0	0	49	0	0	0
	Privada	381	156	409	504	317	43	0	35	0	0
	Total	687	1.203	4.310	3.765	1.796	43	252	346	0	0
SANTA RITA DO ARAGUAIA	Estadual	0	0	135	368	291	0	58	0	0	0
	Municipal	0	166	350	0	0	0	23	0	0	0
	Total	0	166	485	368	291	0	81	0	0	0

Município e UF	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental	Médio <sup>2</sup>	Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>
SERRANOPOLIS	Estadual	0	0	0	358	285	0	20	0	0	0
	Municipal	73	58	703	46	0	0	0	0	0	0
	Privada	33	6	21	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>64</b>	<b>724</b>	<b>404</b>	<b>285</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
GOIAS	<b>Estadual</b>	<b>0</b>	<b>157</b>	<b>55.371</b>	<b>252.338</b>	<b>227.654</b>	<b>1.716</b>	<b>15.716</b>	<b>31.578</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Federal</b>	<b>62</b>	<b>0</b>	<b>272</b>	<b>243</b>	<b>1.962</b>	<b>2.500</b>	<b>0</b>	<b>545</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Municipal</b>	<b>31.095</b>	<b>74.027</b>	<b>357.835</b>	<b>124.198</b>	<b>468</b>	<b>77</b>	<b>25.411</b>	<b>664</b>	<b>248</b>	<b>20</b>
	<b>Privada</b>	<b>12.136</b>	<b>33.287</b>	<b>76.684</b>	<b>63.689</b>	<b>35.861</b>	<b>11.268</b>	<b>222</b>	<b>1.055</b>	<b>5</b>	<b>148</b>
	<b>Total</b>	<b>43.293</b>	<b>107.471</b>	<b>490.162</b>	<b>440.468</b>	<b>265.945</b>	<b>15.561</b>	<b>41.349</b>	<b>33.842</b>	<b>253</b>	<b>168</b>

Fonte: INEP, Resultados do Censo Escolar 2009 – Educacenso

<sup>1</sup> Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

<sup>2</sup> Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

#### **(4) Minas Gerais**

De acordo com o Censo Escolar do INPEP, no ano de 2009, da Pré-Escola ao Ensino Médio, o ensino regular era oferecido nos dois municípios mineiros em estudo, pela rede pública. Não há escolas da rede federal na área em estudo mineira. A maior parte das matrículas foi registrada no município de Ituramã.

A maior parte das matrículas iniciais, no ano de 2009, se concentra no Ensino Fundamental, acompanhando tendência apresentada pelo Estado de Minas Gerais como um todo. No primeiro segmento deste nível de ensino, predominam as matrículas iniciais na rede municipal. Nos anos finais, é oferecido exclusivamente pela rede estadual no município de Limeira do Oeste. As matrículas na rede privada, no segundo segmento do Ensino Fundamental, se limitam a 187 no município de Ituramã.

A rede estadual é predominante na oferta do Ensino Médio na área mineira em estudo, sendo exclusiva nos municípios de Limeira do Oeste. Em Ituramã, há vagas também na rede particular.

Só há ensino técnico profissionalizante no município de Ituramã onde, em 2009, foram registradas 50 matrículas na rede municipal e 319, na rede privada. A Educação de Jovens e Adultos é oferecida nos dois municípios mineiros em estudo, pela rede pública, tanto no nível do Ensino Fundamental quanto no nível do Ensino Médio.

No tocante à educação infantil, o nível do Pré-Escolar é oferecido pela rede municipal nos dois municípios mineiros da All. Há vagas, também, na rede particular, no município de Ituramã. No nível da creche, em 2009, no município de Ituramã, só foram registradas matrículas iniciais na rede privada, enquanto que, em Limeira do Oeste, a exclusividade é da rede municipal.



**Quadro 3.6.5.5 - 4 – Matrícula Inicial por nível de ensino nos municípios da AI/Minas Gerais – 2009**

Município e UF	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental	Médio <sup>2</sup>	Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>
ITURAMA	Estadual	0	0	351	1.821	1.477	0	123	41	0	0
	Municipal	0	834	2.357	465	0	50	137	0	213	327
	Privada	166	82	165	187	140	319	0	0	0	0
	Total	166	916	2.873	2.473	1.617	369	260	41	213	327
LIMEIRA DO OESTE	Estadual	0	0	17	476	327	0	40	15	0	0
	Municipal	24	171	626	0	0	0	24	0	0	0
	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	24	171	643	476	327	0	64	15	0	0
Minas Gerais	Estadual	32	1.726	551.776	924.106	701.325	7.407	66.484	89.760	44.223	43.973
	Federal	0	150	1.104	1.861	12.816	12.956	462	755	0	0
	Municipal	85.711	305.857	962.931	387.377	20.915	4.469	93.362	7.008	8.309	6.039
	Privada	81.772	104.531	147.571	119.209	87.994	82.442	2.393	6.990	422	743
	Total	167.515	412.264	1.663.382	1.432.553	823.050	107.274	162.701	104.513	52.954	50.755

Fonte: INEP, Resultados do Censo Escolar 2009 – Educacenso

<sup>1</sup> Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

<sup>2</sup> Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

## **(5) São Paulo**

Em todos os municípios paulistas em estudo, da Pré-Escola ao Ensino Médio, o ensino regular é oferecido pela rede pública – municipal ou estadual. Não há escolas da rede federal na All do Estado de São Paulo. Em 6 municípios, não há rede privada de ensino. São eles: Gavião Peixoto, União Paulista, Turmalina, Meridiano, Nova Aliança e Mendonça. No ano de 2009, de acordo com o Censo Escolar do INEP, o município de Araraquara apresentou os maiores totais de matrículas iniciais, em todos os níveis de ensino analisados, da área em estudo paulista. Quanto ao total de matrículas iniciais, merecem destaque, também, os municípios de Matão, Votuporanga, Mirassol, Fernandópolis e Itápolis.

Acompanhando a tendência apresentada pelo Estado de São Paulo, na área em estudo paulista, no ano de 2009, as matrículas iniciais no nível do Ensino Fundamental foram predominantes. De uma maneira geral, a rede municipal é preponderante na oferta de vagas no primeiro segmento do Ensino Fundamental. Em alguns municípios, contudo, predomina a rede estadual: Araraquara, Matão, Itápolis, Fernandópolis, Borborema, Meridiano, Ouroeste, Populina e Macaubal. No segundo segmento do Ensino Fundamental, a predominância é da rede estadual, salvo algumas exceções, onde predomina a rede municipal: Nova Europa, Novo Horizonte, Itajobi, Monte Aprazível, Potirendaba e Urupês.

De uma maneira geral, a oferta de Ensino Médio é exclusividade das redes estadual e privada, em toda a área paulista em estudo, com expressiva predominância da rede estadual. Em vários municípios, só há matrículas iniciais na rede estadual, neste nível de ensino. Além dos seis municípios já mencionados por não possuírem rede privada de ensino, são eles: Nova Europa, Matão, Floreal, Macaubal, Populina, Nipoã, Mendonça, Neves Paulista, Turmalina, União Palista e Valentim Gentil.

A Educação Profissional de Nível Técnico é oferecida somente em alguns dos municípios em estudo. Há vagas nas redes estadual e privada nos municípios de Araraquara, Matão, Fernandópolis, Monte Aprazível e Votuporanga. Este nível de ensino é exclusividade da rede privada nos municípios de Urupês (13 matrículas, em 2009), Ouroeste (257 matrículas) e Mirassol (39). No município de Itápolis, no ano de 2009, além das 91 matrículas iniciais na rede privada, houve 3 matrículas para o ensino técnico profissionalizante na rede municipal de ensino. Em 10 dos municípios paulistas em estudo, não é oferecida a Educação de Jovens e Adultos. São eles: Floreal, Macaubal, Populina, Turmalina, União Paulista, Neves Paulista, Nova Aliança, Potirendaba, Urupês e Valentim Gentil.

Quanto à Educação Infantil, o nível da creche é oferecido em todos os municípios paulistas em estudo, exceto Macaubal, sendo exclusividade da rede municipal em 16 municípios: Gavião Peixoto, Nova Europa, Borborema, Floreal, Itajobi, Mendonça, Nhandeara, Nipoã, Meridiano, Monte Aprazível, Nova Aliança, Ouroeste, Populina, Turmalina, Potirendaba e União Paulista. Por outro lado, no município de Neves Paulista só existem creches da rede privada.



**Quadro 3.6.5.5. - 5 – Matrícula Inicial por rede de ensino nos municípios da AI/São Paulo – 2009**

Município, AI e UF	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental	Médio <sup>2</sup>	Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	
All Mesorregional Araraquara	ARARAQUARA	Estadual	20	17	5.468	7.042	6.286	1.082	48	1.026	167	391
		Municipal	5.021	3.785	3.799	2.401	0	0	679	0	0	0
		Privada	575	838	2.599	2.705	1.950	1.701	0	48	0	0
		Total	5.616	4.640	11.866	12.148	8.236	2.783	727	1.074	167	391
	BORBOREMA	Estadual	0	0	783	794	450	0	43	83	0	0
		Municipal	128	289	179	0	0	0	37	0	0	0
		Privada	0	0	76	73	48	13	0	0	0	0
		Total	128	289	1.038	867	498	13	80	83	0	0
	GAVIAO PEIXOTO	Estadual	0	0	0	338	203	0	33	42	0	0
		Municipal	108	129	357	0	0	0	49	0	0	0
		Total	108	129	357	338	203	0	82	42	0	0
	ITAPOLIS	Estadual	0	0	1.669	2.060	1.421	0	96	183	0	0
		Municipal	421	778	625	158	0	3	39	0	0	0
		Privada	41	93	216	210	234	91	0	0	0	0
		Total	462	871	2.510	2.428	1.655	94	135	183	0	0
	MATÃO	Estadual	0	0	2.992	3.344	2.491	856	161	592	0	0
		Municipal	1.297	1.672	1.188	1.017	442	77	185	0	0	0
		Privada	207	271	728	657	355	129	0	0	0	0
		Total	1.504	1.943	4.908	5.018	3.288	1.062	346	592	0	0
	NOVA EUROPA	Estadual	0	0	0	0	389	0	0	100	0	0
		Municipal	182	231	700	634	0	0	127	0	0	0
		Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	182	231	700	634	389	0	127	100	0	0
	TABATINGA	Estadual	0	0	126	672	497	0	0	103	0	0
Municipal		194	314	924	232	0	0	105	0	0	0	
Privada		29	60	100	82	57	0	0	0	0	0	
Total		223	374	1.150	986	554	0	105	103	0	0	
All Mesorregional São José do Rio Preto	ESTRELA D'OESTE	Estadual	0	0	0	436	282	0	0	0	0	0
		Municipal	100	174	506	0	0	0	17	0	0	0
		Privada	1	12	32	37	37	0	0	0	0	0
		Total	101	186	538	473	319	0	17	0	0	0
	FERNANDOPOLIS	Estadual	0	0	1.758	2.967	2.347	484	28	193	92	0
		Municipal	1.057	1.379	1.424	151	0	0	111	0	0	0
		Privada	42	114	661	592	416	381	0	0	0	0
		Total	1.099	1.493	3.843	3.710	2.763	865	139	193	92	0
	FLOREAL	Estadual	0	0	0	142	109	0	0	0	0	50
		Municipal	33	52	167	0	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	33	52	167	142	109	0	0	0	0	50
	ITAJOBI	Estadual	0	0	0	550	414	0	0	35	0	0
		Municipal	154	293	782	158	0	0	57	0	0	0
		Privada	0	9	77	78	68	0	0	0	0	0
		Total	154	302	859	786	482	0	57	35	0	0
	JOSE BONIFACIO	Estadual	0	0	921	999	1.117	0	134	199	0	0
		Municipal	259	514	995	668	0	0	33	0	0	0
		Privada	112	177	451	409	234	188	0	0	0	0
		Total	371	691	2.367	2.076	1.351	188	167	199	0	0
	MACAUBAL	Estadual	0	0	332	376	279	0	0	0	0	0
		Municipal	0	127	93	0	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	0	139	425	376	279	0	0	0	0	0

Município, AI e UF	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental	Médio <sup>2</sup>	Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>
MENDONCA	Estadual	0	0	0	269	162	0	0	0	0	0
	Municipal	103	56	324	0	0	0	5	0	0	0
	Total	103	56	324	269	162	0	5	0	0	0
MERIDIANO	Estadual	0	0	186	244	169	0	0	25	0	0
	Municipal	70	77	41	0	0	0	0	0	0	0
	Total	70	77	227	244	169	0	0	25	0	0
MONTE APRAZIVEL	Estadual	0	0	0	138	696	213	102	145	0	0
	Municipal	174	297	1.163	719	0	0	30	0	0	0
	Privada	0	56	170	146	128	5	0	0	0	0
	Total	174	353	1.333	1.003	824	218	132	145	0	0
NEVES PAULISTA	Estadual	0	0	0	409	323	0	0	0	0	0
	Municipal	0	125	494	0	0	0	0	0	0	0
	Privada	59	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	59	125	494	409	323	0	0	0	0	0
NHANDEARA	Estadual	0	0	54	459	325	0	0	56	0	0
	Municipal	0	170	396	0	0	21	0	0	0	0
	Privada	64	39	51	92	102	0	0	0	0	0
	Total	64	209	501	551	427	21	0	56	0	0
NIPOA	Estadual	0	0	0	258	129	0	0	54	0	0
	Municipal	0	77	306	0	0	0	30	0	0	0
	Privada	45	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	45	77	306	258	129	0	30	54	0	0
NOVA ALIANCA	Estadual	0	0	0	294	203	0	0	0	0	0
	Municipal	73	97	364	91	0	0	0	0	0	0
	Total	73	97	364	385	203	0	0	0	0	0
NOVO HORIZONTE	Estadual	0	0	0	637	1.001	0	51	188	0	0
	Municipal	318	838	2.260	1.111	0	0	203	35	0	0
	Privada	70	113	274	280	241	35	0	0	0	0
	Total	388	951	2.534	2.028	1.242	35	254	223	0	0
OUROESTE	Estadual	0	0	351	454	402	0	23	42	0	0
	Municipal	119	214	160	70	0	0	10	0	0	0
	Privada	0	0	62	49	56	257	0	0	0	0
	Total	119	214	573	573	458	257	33	42	0	0
POPULINA	Estadual	0	0	218	245	182	0	0	0	0	0
	Municipal	92	94	46	0	0	0	0	0	0	0
	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	92	94	264	245	182	0	0	0	0	0
POTIRENDABA	Estadual	0	0	0	0	474	0	0	0	87	97
	Municipal	208	289	843	747	0	0	76	0	0	0
	Privada	0	26	80	72	26	0	0	0	0	0
	Total	208	315	923	819	500	0	76	0	87	97
TURMALINA	Estadual	0	0	0	107	80	0	0	0	0	0
	Municipal	30	33	121	0	0	0	0	0	0	0
	Total	30	33	121	107	80	0	0	0	0	0
UNIAO PAULISTA	Estadual	0	0	130	106	73	0	0	0	0	0
	Municipal	20	30	20	0	0	0	0	0	0	0
	Total	20	30	150	106	73	0	0	0	0	0
URUPES	Estadual	0	0	0	0	411	0	0	0	0	0
	Municipal	37	217	795	655	0	0	27	0	0	0
	Privada	36	0	0	74	159	13	0	0	0	0
	Total	73	217	795	729	570	13	27	0	0	0

Município, AI e UF	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental	Médio <sup>2</sup>	Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>
VALENTIM GENTIL	Estadual	0	0	0	590	460	0	0	0	0	0
	Municipal	45	222	693	0	0	0	0	0	0	0
	Privada	6	18	8	12	0	0	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>240</b>	<b>701</b>	<b>602</b>	<b>460</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
VOTUPORANGA	Estadual	0	0	69	4.304	2.852	307	80	247	73	68
	Municipal	734	1.303	4.046	0	0	0	0	0	0	0
	Privada	188	340	953	780	611	748	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>922</b>	<b>1.643</b>	<b>5.068</b>	<b>5.084</b>	<b>3.463</b>	<b>1.055</b>	<b>80</b>	<b>247</b>	<b>73</b>	<b>68</b>
São Paulo	<b>Estadual</b>	<b>775</b>	<b>414</b>	<b>833.632</b>	<b>1.843.226</b>	<b>1.486.665</b>	<b>122.435</b>	<b>86.091</b>	<b>293.508</b>	<b>56.311</b>	<b>84.131</b>
	<b>Federal</b>	<b>184</b>	<b>96</b>	<b>231</b>	<b>0</b>	<b>1.720</b>	<b>3.493</b>	<b>0</b>	<b>297</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Municipal</b>	<b>312.311</b>	<b>859.872</b>	<b>1.784.066</b>	<b>597.963</b>	<b>20.325</b>	<b>15.518</b>	<b>227.009</b>	<b>10.346</b>	<b>7.679</b>	<b>5.120</b>
	<b>Privada</b>	<b>237.833</b>	<b>230.974</b>	<b>485.053</b>	<b>415.641</b>	<b>242.098</b>	<b>172.857</b>	<b>3.614</b>	<b>8.764</b>	<b>524</b>	<b>760</b>
	<b>Total</b>	<b>551.103</b>	<b>1.091.356</b>	<b>3.102.982</b>	<b>2.856.830</b>	<b>1.750.808</b>	<b>314.303</b>	<b>316.714</b>	<b>312.915</b>	<b>64.514</b>	<b>90.011</b>

Fonte: INEP, Resultados do Censo Escolar 2009 – Educacenso

<sup>1</sup>Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

<sup>2</sup>Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

## **b. Ensino Superior na All**

A área em estudo dispõe de instituições de ensino superior, públicas e privadas. Nas porções da All pertencentes aos Estados de Rondônia e do Mato Grosso, que incluem suas respectivas capitais, estão presentes as respectivas universidades federais e também, no Mato Grosso, uma universidade estadual. No município goiano de Jataí, há campus das universidades federal e estadual de Goiás. Na área mineira em estudo, não há instituições públicas de ensino superior. Na área paulista, há apenas um campus da UNESP (Universidade do Estado de São Paulo), no município de Araraquara.

No tocante ao ensino superior foi notado uma baixíssima oferta ao longo desse trecho 1: Porto Velho(RO) – Nova Lacerda(MT), identificando apenas os municípios de Porto Velho (RO), Ariquemes (RO), e Colorado do Oeste (RO) com a oferta de ensino superior. No trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia(MT) somente nos municípios de Pontes Lacerda (MT); Araputanga (MT), Cuiabá, a capital; Rondonópolis (MT) e Alto Araguaia, possuem instituições de ensino superior, embora no estado do Mato Grosso tenha sido observado a evolução da oferta de instituições de ensino superior dêem cerca de 15,5%, entre os anos de 1991-2007 (**Fonte: MEC/INEP/DEED**) (. No trecho 3, por se tratar de um trecho que envolve três estados (GO, MG e SP) a caracterização dos mesmos são distintas. Nos municípios goianos foi observado ensino superior em Jataí e Mineiros. Nos municípios mineiros foi possível observar oferta de instituições superiores em Itarumã. Nos municípios paulistas, observou-se maior oferta de cursos profissionalizantes, em detrimento de instituições superiores. Instituições superiores nos municípios de Fernandópolis, Novo Horizonte, e Araraquara .

### **(1) Rondônia**

No ano de 2007, no Estado de Rondônia, o INEP registrou a presença de 28 instituições de ensino superior, 13 delas localizadas na capital e 15, no interior. Dessas 28 instituições apenas 2 são públicas – sendo as duas federais: uma situada no interior e outra na capital do Estado.

Na verdade, essas duas instituições federais tratam da mesma universidade, a UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia, que é situada em Porto Velho e em outros 5 municípios do Estado. Em Porto Velho, a UNIR oferece 21 cursos de graduação, 7 cursos de pós-graduação lato sensu e 6 cursos de pós-graduação institucional. Dentre os outros 5 campus da universidade, um é situado na área em estudo: no município de Rolim de Moura, onde são oferecidos 2 cursos de graduação.



Além disso, a universidade possui atualmente 4.663 alunos na graduação, 122 alunos na pós-graduação e 255 professores.

**Quadro 3.6.5.5 - 6 – Número de Instituições de Ensino Superior nos municípios da AII/Rondônia – 2007**

Unidade da Federação/Categoria Administrativa		Instituições																		
		Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Faculdades, Escolas e Institutos			CET/FaT			
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	
Rondônia	<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
	Pública	<b>Total</b>	2	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
		Federal	2	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
		Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	<b>Total</b>	26	12	14	-	-	-	1	-	1	3	1	2	21	10	11	1	1	-
		Particular	21	10	11	-	-	-	-	-	-	3	1	2	17	8	9	1	1	-
Comun/Confes/Filant		5	2	3	-	-	-	1	-	1	-	-	-	4	2	2	-	-	-	

Fonte: INEP, Resultados do Censo Escolar 2009 – Educacenso

1 Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

2 Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

## **(2) Mato Grosso**

No ano de 2007, de acordo com o INEP, o Estado de Mato-Grosso registrou a presença de 58 instituições de ensino superior, 14 delas localizadas na capital e 44 no interior do Estado, sendo 53 delas privadas e apenas 5 públicas.

Na área mato-grossense em estudo, localiza-se a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que possui campos em Cuiabá, Rondonópolis e outros dois municípios. A UFMT oferece 30 cursos de graduação em Cuiabá, 11 em Rondonópolis, e outros 9 nos outros dois municípios. Além disso, oferece também mais de 60 cursos de pós-graduação (entre especialização, mestrado e doutorado) nos diferentes campi.

Outra universidade pública do Mato-Grosso é a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), que possui 11 diferentes campi 11, sendo 3 deles situados na área em estudo: Alto Araguaia, Barra dos Bugres e Pontes e Lacerda. Atualmente, a universidade conta com 82 cursos de graduação, 49 especializações e 5 cursos de mestrado. Além da UFMT e da UNEMAT, há também o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) que oferece cursos de graduação em Cuiabá, Pontes e Lacerda e Rondonópolis.

No município de Rondonópolis, destacam-se a FACER/CNEC, que oferece graduação em Serviço Social, Comunicação Social (Jornalismo), Administração e Ciências Contábeis, e o Centro de Ensino Superior de Rondonópolis (CESUR), com cursos de Direito, Administração e Pedagogia. Há também cursos da UNIDERP Interativa e UNIRONDON. Em Jaciara, destaca-se a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço.



**Quadro 3.6.5.5-7 – Número de Instituições de Ensino Superior nos municípios da AI/Mato Grosso – 2007**

Unidade da Federação/Categoria Administrativa		Instituições																		
		Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Faculdades, Escolas e Institutos			CET/FaT			
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	
<b>Mato Grosso</b>	<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>14</b>	<b>44</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>44</b>	<b>8</b>	<b>36</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	
	<b>Pública</b>	<b>Total</b>	5	3	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	2	-
		Federal	3	3	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-
		Estadual	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Municipal	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
	<b>Privada</b>	<b>Total</b>	53	11	42	1	1	-	2	1	1	7	1	6	43	8	35	-	-	-
		Particular	45	8	37	-	-	-	2	1	1	7	1	6	36	6	30	-	-	-
	Comun/Confes/Filant	8	3	5	1	1	-	-	-	-	-	-	-	7	2	5	-	-	-	

Fonte: INEP, Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação 2007

### **(3) Goiás**

No ano de 2007, no Estado de Goiás, o INEP registrou a presença de 75 instituições de ensino superior, 21 delas localizadas na capital e 54, no interior. Há 7 instituições públicas situadas no interior do Estado. Duas delas, uma federal e uma estadual, estão localizadas na área em estudo, no município de Jataí. Trata-se do Campus Jataí (CAJ) da Universidade Federal de Goiás (UFG), que oferece 18 cursos de graduação, programas de pós-graduação em Agronomia e Geografia e cursos de especialização. E da unidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG) localizada no município, que oferece os cursos de Tecnologia de Alimentos e Tecnologia em Logística. O curso de Tecnologia em Agropecuária é oferecido pela UEG no município de Mineiros.

Além disso, localizam-se na área em estudo duas instituições de ensino superior pertencentes à rede privada. É o Centro de Ensino Superior de Jataí (CESUJ), que oferece diversos cursos de graduação e pós-graduação, inclusive no nível de mestrado. E a Faculdade Integrada Municipal de Ensino Superior, situada no município de Mineiros, que oferece 12 cursos de graduação e 2 cursos de pós-graduação.



**Quadro 3.6.5.5- 8 – Número de Instituições de Ensino Superior nos municípios da AI/Goiás – 2007**

Unidade da Federação/Categoria Administrativa		Instituições																		
		Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Faculdades, Escolas e Institutos			CET/FaT			
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	
Goiás	<b>Total</b>	75	21	54	4	2	2	3	1	2	2	-	2	58	15	43	8	3	5	
	Pública	Total	9	2	7	3	1	2	-	-	-	1	-	1	2	-	2	3	1	2
		Federal	4	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	2
		Estadual	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	4	-	4	1	-	1	-	-	-	1	-	1	2	-	2	-	-	-	
	Privada	total	66	19	47	1	1	-	3	1	2	1	-	1	56	15	41	5	2	3
		Particular	61	16	45	-	-	-	2	1	1	1	-	1	53	13	40	5	2	3
Comun/Confes/Filant		5	3	2	1	1	-	1	-	1	-	-	-	3	2	1	-	-	-	

Fonte: INEP, Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação 2007



#### **(4) Minas Gerais**

No Estado de Minas Gerais, no ano de 2007, o INEP registrou a presença de 319 instituições de ensino superior, sendo 32 públicas e 287 privadas, 49 delas situadas na capital e 270, no interior do Estado.

Na área mineira em estudo, não existem, ainda, instituições públicas de ensino superior. Está planejada a implantação de um campus avançado da Universidade Federal do Triângulo Mineiro no município de Ituramã.

No município de Ituramã, há também uma faculdade particular, a Faculdade Aldete Maria Alves (FAMA), que oferece graduação nas áreas de Pedagogia, Ciências Contábeis, Direito e Administração de Empresas.



**Quadro 3.6.5.5 - 9 – Número de Instituições de Ensino Superior nos municípios da AI/Minas Gerais – 2007**

Unidade da Federação/Categoria Administrativa		Instituições																		
		Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Faculdades, Escolas e Institutos			CET/FaT			
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	
Minas Gerais	Total	319	49	270	22	4	18	16	4	12	13	-	13	244	35	209	24	6	18	
	Pública	total	32	5	27	13	2	11	-	-	-	-	-	-	6	2	4	13	1	12
		Federal	24	2	22	11	1	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	1	12
		Estadual	4	3	1	2	1	1	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-
	Municipal	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	-	-	-	
	Privada	total	287	44	243	9	2	7	16	4	12	13	-	13	238	33	205	11	5	6
		Particular	187	30	157	1	-	1	6	2	4	7	-	7	163	23	140	10	5	5
Comun/Confes/Filant		100	14	86	8	2	6	10	2	8	6	-	6	75	10	65	1	-	1	

Fonte: INEP, Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação 2007

## (5) São Paulo

No ano de 2007, de acordo com o INEP, o Estado de São Paulo dispunha de 547 instituições de ensino superior, 398 delas situadas no interior do Estado. Destas últimas, 45 são públicas (3 federais, 18 estaduais e 24 municipais) e 353, privadas.

Na área paulista em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, a única universidade pública é o Campus Araraquara da UNESP (Universidade Estadual Paulista). No município de Araraquara, concentra-se a maior parte das instituições privadas de ensino superior da área em estudo, destacando-se:

- UNIARA – Centro Universitário de Araraquara, que oferece 27 cursos de graduação, 25 cursos de pós-graduação lato sensu, além de dois cursos de mestrado – desenvolvimento regional e meio ambiente e Engenharia de Produção.
- UNIP – Universidade Paulista, que realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, com mais de 200 mil alunos matriculados em 2009. Possui 27 campi, que englobam 65 unidades.
- Instituto Savonitti de Ensino Superior, que oferece curso de graduação em Direito. Além disso, ministra cursos de pós-graduação *Lato sensu* em Direito do Trabalho, Direito Civil e Processual Civil, Direito Penal e Processual Penal.
- Faculdade Logatti
- Faculdades Integradas de Araraquara – FIAR -
- Associação São Bento de Ensino
- Faculdades de Engenharia Civil e Agrimensura e Eletrônica
- Associação Escola de Agrimensura de Araraquara.

No município de Fernandópolis, merecem destaque três instituições de ensino superior

- FEF – Fundação Educacional de Fernandópolis, que oferece 31 cursos de graduação, além de pós-graduação *lato sensu* e MBA.
- UNICASTELO – Universidade Camilo Castelo Branco, com 11 cursos de graduação.
- Faculdades Integradas de Fernandópolis – FIFE .

No município de Votuporanga, destacam-se a UNIFEV – Centro Universitário de Votuporanga – a Faculdade de Ciências Gerenciais de Votuporanga.

Nos demais municípios em estudo no Estado de São Paulo, ressalta-se a presença de instituições privadas de ensino superior nos municípios de Itápolis (Faculdade de Itápolis – FACITA, que oferece graduação e pós-graduação nas áreas de Administração e Pedagogia), Matão (Faculdade Politécnica de Matão), Monte Aprazível (Faculdade de Educação, Ciências de Arte Dom Bosco de Monte Aprazível), José Bonifácio (Faculdade de José Bonifácio, com cursos nas áreas de Administração, Pedagogia e Letras) e Novo Horizonte (Faculdade Santa Rita).

**Quadro 3.6.5.5- 10 – Número de Instituições de Ensino Superior nos municípios da AII/São Paulo – 2007**

Unidade da Federação/Categoria Administrativa		Instituições																		
		Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Faculdades, Escolas e Institutos			CET/FaT			
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	
São Paulo	<b>Total</b>	547	149	398	39	16	23	47	14	33	52	12	40	357	85	272	52	22	30	
	<b>Pública</b>	<b>total</b>	51	6	45	8	3	5	3	-	3	3	-	3	20	-	20	17	3	14
		<b>Federal</b>	5	2	3	3	1	2	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	1	-
		<b>Estadual</b>	22	4	18	3	2	1	-	-	-	-	-	-	3	-	3	16	2	14
	<b>Municipal</b>	24	-	24	2	-	2	3	-	3	3	-	3	16	-	16	-	-	-	
	<b>Privada</b>	<b>total</b>	496	143	353	31	13	18	44	14	30	49	12	37	337	85	252	35	19	16
		<b>Particular</b>	406	114	292	16	8	8	29	11	18	38	10	28	288	66	222	35	19	16
<b>Comun/Confes/Filant</b>		90	29	61	15	5	10	15	3	12	11	2	9	49	19	30	-	-	-	

Fonte: INEP, Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação 2007

### c. Unidades Escolares na Área de Influência Direta

A educação básica tem cobertura plena ao longo de toda do corredor de estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, considerando a observância de pelo menos um segmento de ensino (educação infantil, educação fundamental e ensino médio) nos municípios do corredor de estudo, inclusive em assentamentos rurais. Nota-se que dos 46 estabelecimentos de ensino encontrados 10 estabelecimentos que oferecem ensino médio, 35 que oferecerem ensino fundamental e há um estabelecimento que oferece ensino superior. O quadro a seguir, ilustra as unidades escolares identificadas ao longo do corredor em estudo.

**Quadro 3.6.5.5- 11 – Unidades Escolares nas áreas pesquisadas ao longo do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº02.**

UF	Município	Localidade	Nível Máximo Oferecido
RO	Porto Velho	Famílias das linhas 22 e 27	fundamental
RO	Candeias do Jamari	Famílias da linhas, 02, 09 e 10	fundamental
RO	Alto Paraíso	Linhas 631	fundamental
RO	Alto Paraíso	Linha 110	fundamental
RO	Alto Paraíso	Linha 90 e 100	fundamental
RO	Alto Paraíso	Linha 80 B20 ao B10	fundamental
RO	Ariquemes	BR 421 Linha 60	fundamental
RO	Ariquemes	Vila União	Médio
RO	Ariquemes	Joelândia	fundamental
RO	Jarú	Linhas 625,464,632 e 634	fundamental
RO	Ouro Preto do Oeste	Linhas 12, 16 e 20 (Glebas)	fundamental
RO	Teixeirópolis	Linhas 24 e 28	fundamental
RO	Presidente Médici	Linhas, 2ª, 4ª e 6ª	fundamental
RO	Presidente Médici	Assentamento Chico Mendes 4ª linha	fundamental
RO	Nova Brasilândia	Assentamento Uziel e Bela Vista	fundamental
RO	Castanheiras	Jardinópolis	fundamental
RO	Primavera de Rondônia	Querência do Norte	Médio
RO	Chupinguaia	Linhas 40, 42, 44 e Novo Plano	Médio
RO	Corumbiara	Linha 05 e 04	fundamental
RO	Corumbiara	Terceiro Eixo Linhas 1 e 2	fundamental
RO	Colorado do Oeste	Eixo 2 linhas 1, 2, 3, 4, 5 e 6	fundamental
MT	Nova Lacerda	Fazenda Fortaleza do Guaporé	fundamental
MT	Vila Bela Santíssima Trindade	Comunidade Km 08	fundamental
MT	Pontes e Lacerda	Assentamento Coronel Ari	Médio
MT	São Domingos	Comunidade Boa Esperança/Máquina Queimada	fundamental
MT	Araputanga	Distrito de Cachoeirinha	fundamental
MT	Barra do Bugres	Distrito de Currupira	fundamental
MT	Barra do Bugres	Comunidade Xavier	fundamental
MT	Cuiabá	Distrito Guia	Médio

UF	Município	Localidade	Nível Máximo Oferecido
MT	Cuiabá	Comunidade Bandeira II	fundamental
MT	Cuiabá	Aricazinho	fundamental
MT	Santo Antônio do Leverge	Vila Olho d'Água	fundamental
MT	Santo Antônio do Leverge	Assentamento Santo Antônio da Fatura	Médio
MT	Santo Antônio do Leverge	Vila São Vicente	Superior
MT	Rondonópolis	PA Dom Osório	Médio
MT	São José do Povo	Assentamento Márcio Pereira	Médio
MT	São José do Povo	Comunidade Nova Catanduva	Médio
MT	São José do Povo	Fazenda Santo Antônio	Fundamental
GO	Jataí	Região da Escola do Professor Chiquinho ou Fazenda São José	fundamental
MG	Limeira do Oeste	Região da Lama	Fundamental
MG	Limeira do Oeste	PA Barreiro	fundamental
MG	Iturama	Distrito de Alexandrita	Médio
MG	Limeira do Oeste	Bairro Jô Amaro	Fundamental
SP	Itajobi	Vila Nova Cardoso	Fundamental
SP	Meridiano	Povoado Santo Antônio	Fundamental
SP	Monte Aprazível	Distrito de Junqueira	Fundamental
SP	Boa Esperança do Sul	Bairro Flórida	Fundamental
SP	Ibitinga	Bairro Correguinho	Fundamental

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2010.

O acesso a educação fundamental foi observado em praticamente todas as propriedades visitadas, havendo escolas disponíveis em localidades próximas ou acessíveis através de transporte escolar. Em algumas comunidades há ensino disponível até o nível médio. Mas de modo geral, o ensino médio é disponibilizado em distritos ou cidades com acesso possível por meio de transporte escolar.

No trecho 1 entre os municípios de Porto-Velho(RO) e Nova Lacerda (MT) foi identificado a concentração de oferta do ensino médio nos distritos e sedes do município, necessitando a ocorrência de deslocamentos constantes de estudantes da zona rural para urbana. Em razão da concentração de terras indígenas nesse trecho, foram observadas ações educativas diferenciadas para estudantes indígenas, inclusive com escolas para o ensino da língua materna, como é o caso do município de Chupinguaia (RO). No corredor de estudo do Eletrodo de Terra Nº 02, no município de Candeias do Jamari, não foi identificada a presença de escola rural. De acordo com as famílias, os alunos estudam ou na cidade de Candeias do Jamari ou na Vila Triunfo e reclamam que as péssimas condições das estradas comprometem o ano letivo, uma vez que o ônibus escolar deixa de recolher as crianças no período de inverno.





**Foto 3.6.5.5 - 1 - Placa da escola de Ensino Fundamental da Vila Triunfo, Candeias do Jamari-RO.**

O acesso ao ensino superior é possível pela existência de instituições, especialmente no município de Porto Velho. Em Porto Velho existem treze faculdades particulares e uma Federal, enquanto que em municípios menores é possível encontrar faculdades particulares que oferece educação à distância. As pesquisas de campo não identificaram pessoas cursando este nível de ensino, acesso muitas vezes comprometido em função das baixas condições financeiras dos pequenos agricultores e sitiantes.

Destaca-se que embora no Estado de Rondônia a evolução da oferta de instituições do ensino superior foi de 8%, entre os anos de 1991-2007, segundo o Censo da Educação Superior (Fonte: MEC/INEP/DEED), no tocante ao ensino técnico e superior foi notado uma baixíssima oferta ao longo desse trecho, identificando apenas os municípios de Porto Velho (RO), Ariquemes (RO), Ji-Paraná (RO) e Colorado do Oeste (RO) com a oferta de ensino superior.

No trecho 2 entre os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – Alto Araguaia (MT), a situação do ensino médio é semelhante, concentrando a oferta em distritos e sedes dos municípios. Contudo, observou-se problemas de acesso escolar uma vez que o transporte escolar não é disponibilizado em algumas regiões. Nas comunidades de Tijucá, na Comunidade Bandeira, os alunos do ensino médio caminham até cerca de 12km para chegar a escola e por fim, na Vila Olho d'Água, jovens caminham até cerca de 16km no acesso a escola. A dificuldade ao acesso escolar, mobilizou em algumas regiões, a implementação de escolas no interior de propriedades (fazendas), como foi observada na Fazenda Santo Antonio. Contudo, crianças com idade escolar ainda ficam sem ir para escola em razão da dificuldade de acesso, principalmente em épocas de chuvas, quando as estradas ficam intrasitáveis. Embora, no estado do Mato Grosso a evolução da oferta de instituições de ensino

superior é de 15,5%, entre os anos de 1991-2007 (op.cit) somente nos municípios de Pontes Lacerda (MT); Araputanga (MT), Cuiabá, a capital; Rondonópolis (MT) e Alto Araguaia, na modalidade de educação a distância (MT) possuem instituições de ensino superior. O município de Jauru (MT) há também a oferta de cursos técnicos com a presença de instituições com o SENAC.



**Foto 3.6.5.5 - 2 - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus São Vicente (ainda com nome do CEFET – Cuiabá).**



**Foto 3.6.5.5 - 1 – Unidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus São Vicente**

No trecho 3 entre os municípios de Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP), por se tratar de um trecho que envolve três estados (GO, MG e SP) a caracterização dos mesmos são distintas, sobretudo, no que se refere as condições de acesso à educação básica. De um modo geral, é possível afirmar que nos municípios goianos e mineiros as escolas estão localizadas em áreas distantes das sedes dos municípios e o transporte para escola é feito por microônibus ou van da prefeitura ou terceirizado pela prefeitura. Nos municípios paulistas, cabe ressaltar que a área física dos municípios é bem menor que os municípios dos outros estados e por isso, a presença de escola na região paulista acontece, principalmente, nos distrito que fica responsável pelo nucleamento escolar. Contudo, o deslocamento também é ofertado mediante o transporte escolar, em condições muito melhores que os municípios dos estados goianos e mineiros, inclusive com ônibus com ar condicionado. No tocante a oferta de ensino superior, nos municípios goianos foi observada apenas em Jataí (GO), ensino superior; e curso profissionalizante em Mineiros (GO).



Foto 3.6.5.5 - 2 - Transporte escolar em Itarumã-GO



Foto 3.6.5.5 - 3 - Transporte escolar da escola de cachoeiras em Limeira do Oeste-MG

Nos municípios mineiros foi possível observar oferta de instituições superiores e cursos profissionalizantes somente no município de Itarumã (MG).



Foto 3.6.5.5 - 4 - Escola Estadual Dom Alexandre, no distrito de Alexandrita em Iturama-MG



Foto 3.6.5.5 - 5 - Alunas da Escola estadual Dom Alexandre marchando pelas ruas do distrito



Foto 3.6.5.5 - 6 - Escola Municipal Cachoeiras no assentamento Barreiro em Limeira do Oeste-MG



Foto 3.6.5.5 - 7 - Núcleo do projeto estruturador de inclusão digital da Escola Municipal Cachoeiras

Nos municípios paulistas, os estudantes que residem nas zonas rurais e localidades identificadas, segundo os moradores, são assistidos com o transporte escolar, oferecido pelas sedes municipais às crianças destas áreas. Segundo os entrevistados, o transporte oferecido pela prefeitura leva as crianças para as escolas localizadas nos distritos ou municípios sede. É preciso destacar, que a maioria dos distritos só oferece o ensino pré-escolar e fundamental. Destaca-se que foi observada maior oferta de cursos profissionalizantes, em detrimento de instituições superiores. Instituições superiores nos municípios de Fernandonópolis (SP), Novo Horizonte (SP), e Araraquara (SP) e cursos profissionalizantes em Ouroeste, Fernandinópolis, Monte Aprazível, , Nova Paulista, Jose Bonifácio, Urupês, Novo Horizonte, Borborema, Itápolis e Gavião Peixoto.



**Foto 3.6.5.5 - 8 - Entrada da Faculdade UNICASTELO em Fernandópolis/SP**

### 3.6.5.6 SEGURANÇA PÚBLICA

Nessa seção serão apresentadas as informações sobre infra-estrutura e os serviços de segurança pública existentes nos municípios da Área de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, com enfoque nos locais que servirão de apoio ao empreendimento, identificando as vulnerabilidades atuais. Dado a extensão do empreendimento, as informações são apresentadas por trechos do traçado da LT. Ressalta-se a dificuldades de coleta de informações de campo sobre o tema, em especial nos estados de Rondônia e Mato Grosso que se situam em região de fronteira, não tendo sido informado os efetivos de policiais e em alguns municípios a infra-estrutura de segurança existente.

Os trechos 1 e 2 do traçado apresentam maiores problemas de segurança pública como roubos de carga, exploração sexual de crianças e adolescentes, entrada de drogas no Brasil pela proximidade com a fronteira da Bolívia e maiores taxas de homicídios e crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. O trecho 3 não apresenta maiores problemas de segurança pública, com taxas baixas de criminalidade comum e de homicídios. Destaca-se nesse trecho o aumento de roubo de cargas, criminalidade que, entretanto, apresentou aumento em todo o Estado de São Paulo. A frequência de roubos de carga, apesar do aumento, também é baixa para os padrões paulistanos.

#### a. Trecho 1- Porto Velho (RO) - Nova Lacerda(MT)

##### (1) Dados Gerais de Segurança

Este trecho do traçado passa por vinte e cinco cidades de Rondônia e duas cidades de Mato Grosso no corredor de estudo. O estado de Rondônia foi uma das unidades da federação que mais ampliou seu investimento em segurança pública no item policiamento entre os anos de 2007 e 2008, passando de R\$ 27.455.030,21 para R\$ 371.649.462,18, o que representa um aumento de 1253 %, o segundo maior incremento nos estados brasileiros no período estudado (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009). A despesa *per capita* em segurança pública no ano de 2008, também, cresce, passando para R\$ 327,62 por habitante, o quinto maior índice do país no período. O estado possui ainda um efetivo de policiais civis de 141 delegados e 1414 agentes não delegados, o que representa uma relação policial/habitante de 1/1022,5, índice acima da média nacional, o que localiza Rondônia no nono melhor índice. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública em seu relatório de 2009 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009) não apresenta o contingente de agentes da Polícia Militar do Estado de Rondônia, mas segundo o site da corporação, o seu efetivo

é de 5121 policiais militares distribuídos em todos os 52 municípios e distritos do Estado, exercendo suas funções, protegendo a população<sup>1</sup>

No Quadro a seguir são apresentados os principais equipamentos existentes nos municípios da AID do empreendimento do trecho 1, conforme foi possível verificar no trabalho de campo.

---

<sup>1</sup> <http://www.rondonia.ro.gov.br>: acesso em março de 2010.

**Quadro 3.6.5.6-1 - Equipamentos de Segurança dos Municípios da AII/Trecho 1- Porto Velho-Nova Lacerda - LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Estado	Município	Forças Armadas			Segurança Pública					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da PM	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiro	Brigadas de Incêndio	Polícia Ambiental
RO	Porto Velho	N.I	N.I	N.I	22 delegacias	N.I	N.I	1 grupamento de bombeiros	N.I	N.I
RO	Candeias do Tamarí	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
RO	Alto Paraíso	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
RO	Ariquemes	N.I	N.I	N.I	4 delegacias	N.I	N.I	1 grupamento de bombeiros	N.I	N.I
RO	Cacaulândia	não	-	-	N.I	1 posto com 7 policiais	não	não	não	não
RO	Jaru	N.I	N.I	N.I	1 delegacia	N.I	N.I	1 Seção de Combate a Incêndios	N.I	N.I
RO	Ouro Preto do Oeste	não	-	-	1 delegacia	1 batalhao	não	1 Seção de Combate a Incêndios	não	não
RO	Teixerópolis	não	-	-	N.I	1 posto com 6 policiais	não	não	não	não
RO	Presidente Medici	não	-	-	1 delegacia	1 pelotao com 58 policiais e 1 presidio	não	não	não	não
RO	Nova Brasília Do Oeste	não	-	-	1 delegacia com 15 policiais	1 batalhao com 20 policiais	não	não	não	não
RO	Castanheiras	não	-	-	1 delegacia	1 posto com 12 policiais	não	não	não	não
RO	Rolim Moura	N.I	N.I	N.I	1 delegacia	N.I	N.I	1 Seção de Combate a Incêndios	N.I	N.I
RO	São Felipe do Oeste	N.I	N.I	N.I	N.I	1 destacamento com sete policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
RO	Primavera de Rondônia	N.I	N.I	N.I	1 delegacia	1 posto com 5 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
RO	Parecis	N.I	N.I	N.I	Não tem	1 posto com 8 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
RO	Chumpinguaia	N.I	N.I	N.I	Não tem	1 batalhao com 20 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
RO	Corumbiara	N.I	N.I	N.I	N.I	1 posto com 8 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
RO	Colorado Do Oeste	N.I	N.I	N.I	1 delegacia	1 posto com 45 policiais	N.I	N.I	N.I	sim
RO	Cabixi	N.I	N.I	N.I	1 delegacia	1 posto da PM com 15 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
MT	Comodoro	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
MT	Nova Lacerda	N.I	N.I	N.I	N.I	1 posto com 6 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I

Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2009

Embora não seja possível, ainda, fazer uma avaliação mais acurada do impacto do aumento de recursos na melhoria dos indicadores de segurança pública, entretanto, já era observado entre os anos de 2005 a 2007, diminuição das taxas de homicídios no estado. Significa que antes mesmo do aumento do volume de recursos para o setor, o Estado apresentava melhora do indicador. No período, o índice passa de 35,97/100000 para 27,35/100000, uma redução significativa para um espaço de tempo considerado curto.

O Brasil possui um alto índice de homicídios comparado com a média mundial. Em 2006, o país apresentava uma taxa do evento no patamar de 25/100.000, enquanto a média mundial era de 8,8/100.000<sup>2</sup> (Azevedo, 2009). O Estado de Rondônia era detentor, nesse período, de uma taxa acima da média nacional e em 2007 ficou próxima da média.

É importante atentar que o desenvolvimento de ações mais efetivas para a prevenção da violência interpessoal encontra muitas dificuldades para serem implementadas (Peres, 2007). As questões que tornam essa prevenção problemática estão situadas nos contextos sociais, culturais ou históricos. Esses elementos explicam porque determinados municípios, regiões ou países apresentam indicadores mais elevados do que outros. Como observa Peres (2007), os elementos contextuais aliados às características individuais modulam a dinâmica da vitimização. É, em realidade, o desequilíbrio entre fatores de risco e proteção que são responsáveis pelo incremento de casos de violência, sejam eles de natureza fatal ou não.

As medidas de prevenção, portanto, devem considerar contextos, grupos de pessoas e situações que impliquem em vulnerabilidades. Nesse sentido, é importante observar que apesar do narcotráfico e da criminalidade em geral ter participação importante no aumento das taxas de homicídios e de morbidade por violência, estudos mostram que a maioria dos homicídios e de contendas é praticada por motivações fúteis e parte significativa da autoria dos crimes é protagonizada por pessoas que não possuíam antecedentes criminais (Fraga, 2000). Brigas de bares, vinganças, desavenças entre vizinhos entre outros eventos cotidianos compõem a gama de situações que, muitas vezes, termina em crimes fatais.

A diminuição geral dos índices de homicídios no estado pode, também, ser percebida nos municípios do corredor das linhas de transmissão. Conforme indica o quadro a seguir, de 2004 a 2007, a quase totalidade dos municípios teve suas taxas minoradas significativamente, ainda que alguns municípios como Ariquemes e a capital Porto

<sup>2</sup> Nesse cálculo não entram as mortes em conflitos de guerra.



Velho detenham taxas altas. Ariquemes manteve, com poucas variações no período, uma alta taxa, indicando um quadro de violência que não cede. Em 2007, os homicídios representaram cerca de 40% do total das mortes por causas externas e o município ostenta índice maior que a média do estado com 58,5% do total dos óbitos por causas externas. Parte significativa desses homicídios está atrelada a contendas e vingança, muitas delas por motivos fúteis na região (SOARES, 2008).

Em relação aos principais instrumentos utilizados para o cometimento dos homicídios, destaca-se que para o ano de 2007, em Rondônia, 74% das agressões que resultaram em óbitos foram praticados com armas de fogo e 21% praticados com material perfurante, cortante ou contundente. Para o mesmo ano, em Ariquemes o percentual de homicídios praticados com armas de fogo é um pouco superior à média do estado, 80%, assim como em Porto Velho, 78%, enquanto aqueles cometidos por material cortante, perfurante ou contundente representam 12% e 14%.

A taxa de homicídios é um importante indicador utilizado internacionalmente para aferir o nível de violência a que uma determinada população está exposta. Tem sido utilizado, também, para verificar a efetividade de políticas públicas na área de segurança pública, nível de desenvolvimento, respeito aos direitos humanos e outros fatores, devido, principalmente, a importância que a preservação da vida tem nas relações sociais e de civilidade. Não há um patamar muito bem definido sobre as taxas consideradas ideais, mas aquelas localidades, cidades e países que possuem índice abaixo de 10/100.000 são consideráveis aceitáveis, mas isso varia de sociedade para sociedade, principalmente porque existem sociedades com históricos de taxas muito baixas e outros com históricos de taxas altas. Entretanto, um aumento ou diminuição súbita podem indicar degradação ou melhora dos indicadores, mesmo mantendo-se em patamares baixos ou altos.

A violência dos homicídios é percebida pela maioria das pessoas como imprevisível, uma fatalidade e não um fenômeno social determinado cognoscível e controlado (Soares, 2008). No entanto, os homicídios são previsíveis. Esta afirmação encontra eco no fato de que em um determinado bairro, cidade ou localidade o número de homicídios de um ano para o outro não são díspares e mesmo quando há quedas dos índices, esses, geralmente, ocorrem em um espaço de tempo mais estendido.

**Quadro 3.6.5.6-2 - Taxas de Homicídios (por 100.000) nos Municípios da AII/Trecho 1- Porto Velho-Nova Lacerda - LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 - 2004-2007**

Estado	Município	Período			
		2004	2005	2006	2007
<b>TRECHO 1</b>					
RO	Porto Velho	67,2	54,2	61,9	44,5
RO	Candeias do Jamari	32,3	29,9	40,3	16,6
RO	Alto Paraíso	13,3	50	42,3	46,9
RO	Ariquemes	61,4	56,4	62,1	56,3
RO	Cacaulândia	55,3	36,6	36,6	0
RO	Jaru	25,4	19,6	12,4	3,5
RO	Ouro Preto do Oeste	17,1	26,9	24,5	27
RO	Teixeirópolis	0	0	0	0
RO	Presidente Médici	31	27,4	15,8	11,9
RO	Nova Brasilândia D'Oeste	39,8	11,1	5,5	11
RO	Castanheiras	24,1	24,3	48,8	0
RO	Rolim de Moura	12,3	10	14	5,9
RO	São Felipe D'Oeste	13,9	0	0	0
RO	Primavera de Rondônia	22,9	0	45,5	0
RO	Parecis	58,9	30,5	31,2	0
RO	Chupinguaia	16,2	123,4	45,1	29,3
RO	Corumbiara	40,4	0	0	10,8
RO	Colorado do Oeste	20	15,8	16,3	16,8
RO	Cabixi	26,7	0	0	26,9
MT	Comodoro	0	31,8	35,8	19,7
MT	Nova Lacerda	44,9	0	20,8	0

Fonte: DATASUS/IBGE

Apesar da queda das taxas de homicídios, outros tipos de crimes, entretanto, tiveram o aumento de seu registro em Rondônia, principalmente aqueles que atingem diretamente a população infanto-juvenil. Segundo a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, em 2008 houve um incremento de cerca de 25% do registro de crimes contra as crianças e adolescentes no Estado em relação ao ano interior, sendo que na capital foram registradas 4086 ocorrências e 1230 no interior.

A cidade de Ariquemes tem sido uma preocupação para as autoridades devido à manutenção, ao longo dos anos, de uma alta taxa de homicídios e de outras criminalidades. No ano de 2008, foram registrados, na cidade, 6051 crimes contra o patrimônio. Algumas providências têm sido requisitadas pela população como o aumento do efetivo policial e maior policiamento ostensivo visando uma melhoria do quadro. Em 2009, algumas iniciativas foram tomadas para buscar soluções ao problema como a realização de uma audiência pública com autoridades e representantes da sociedade civil e a solicitação por parte da Assembléia Legislativa de Rondônia solicitando ao Governo de Estado a implementação do Programa Ronda Escolar no município. Segundo a matéria aprovada na casa legislativa “A indicação tem

por finalidade atender a comunidade estudantil com relação a segurança dos alunos, diante dos constantes aumentos dos índices de violência nas proximidades das escolas, principalmente no período noturno, onde acontecem com certa constância casos de aliciamento, prática de diversos crimes, roubos, prostituição, sedução e abordagem de traficantes.”

Rondônia, assim como outros estados da Região Norte, tem como grave problema de segurança pública o tráfico de seres humanos, o que inclui mulheres e crianças para fins de prostituição. Segundo a PESTRAF (2002), as características geográficas e culturais da Região, sua história e os planos para o seu desenvolvimento favorecem esse tipo de criminalidade. As fronteiras extensas e pouco habitadas dos estados que compõem a região; o isolamento geográfico e a precária infra-estrutura de fiscalização e controle, atrelado aos tipos de projetos de geração de renda implementados, com recursos temporários e a frágil presença de instituições governamentais em geral e de segurança pública, em particular, dificultam a garantia de direitos e a constituição de um quadro mais adequado de segurança pública. Em Rondônia, a BR-364 que liga o Estado ao Acre é uma das principais estradas utilizadas para tráfico de seres humanos, com a circulação constante de quadrilhas que levam à região insegurança e violência.

Uma questão que vem preocupando, também, as autoridades e as instituições de proteção às crianças e adolescentes é o impacto em Porto Velho e outras cidades próximas como Ariquemes que grandes obras têm feito em lugarejos pobres, apresentando uma frequência considerável de exploração sexual de crianças e adolescentes. O aumento de contingente de pessoas que busca por serviços sexuais, devido às obras, acarretou em maior exploração sexual de crianças e adolescentes por grupos criminosos. Em 2009, várias operações como a Anjo da Guarda I, foram realizadas pela Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC) para combater a prática da exploração sexual em bares e postos de gasolina. Segundo OIT/PRF (2009), as Estradas de Rondônia e do Acre possuem 50 pontos de exploração sexual infantil, deste total 42 pontos estão localizados na BR-364.

. A Polícia Civil de Rondônia avalia, embora sem apresentar estudo mais aprofundado, que o aumento populacional desordenado na região principalmente decorrido da construção de Hidrelétricas que deslocaram direta e indiretamente um contingente significativo de pessoas para a região. Segundo o Secretário de Segurança Pública Evilásio Silva Sena existe um acordo entre o Governo do Estado e as empresas responsáveis pelas hidrelétricas para a construção de uma Unidade de Segurança Pública (Unisp) e uma unidade da Polícia Militar Ambiental.

A fronteira com a Bolívia faz de Rondônia um dos estados brasileiros por onde se escoam determinadas drogas que adentram o território brasileiro. Em 2006, calculava-se que 70% da cocaína fabricada na Bolívia tenham passado pelo país, introduzidas por contrabando (JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZACIÓN DE ESTUPEFACIENTES, 2008) e que 41% da consumida no país eram oriundas do país vizinho. Parte dessa produção fica no mercado consumidor brasileiro e parte dirige-se para outros destinos. Aumentou, também, no país, o número de laboratórios de refino de cocaína, principalmente em estados fronteiriços, incluindo Rondônia. O Brasil Amazônico há tempos deixou de ser apenas corredor de trânsito de cocaína advindo de países limítrofes que produzem a droga, para se tornar espaço de processamento da pasta. A pasta que entra pela fronteira sul da Amazônia (estados de Rondônia e Mato Grosso) tende a ser refinada em território brasileiro com o objetivo de abastecer o mercado interno, localizado principalmente no Centro-sul do país (Rodrigues, 2009). A BR-364 passou a ser corredor utilizado por redes ilegais de drogas devido à repressão que foi intensificada no caminho fluvial Tabatinga-Manaus. As rotas que seguem para Mato Grosso e São Paulo passaram a utilizar a rodovia mais intensamente, a partir dos anos 1990 (NOVAES, 2003).

Somam-se a essas características geográficas próprias do Estado, o fato de que nos últimos anos aumentou a malha rodoviária do estado e que foram asfaltados trechos e estradas estaduais. A melhoria de tráfego nessas estradas permitiu, entretanto, melhor estrutura para o escoamento de tráfico de drogas e armas e de roubo de cargas. Esses fatos levaram o Governo do Estado a assinar decreto criando a Polícia Rodoviária Estadual visando reduzir à criminalidade e diminuir, também, o número de acidentes.

O Decreto de criação da Polícia Rodoviária Estadual foi assinado pelo Governador do Estado em fevereiro de 2010. Foram implementados, inicialmente, os pelotões nas cidades de Porto Velho, Ariquemes e Jaru. O pelotão faz parte do contingente da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Pela extensão das rodovias do Estado e, especificamente, no trecho 1, o número de postos da Polícia Rodoviária Federal é reduzido. A BR-364 é, também, uma rodovia que apresenta elevada frequência de roubo de cargas e caminhões e utilizada para o escoamento de carros e cargas roubadas. O roubo de cargas se transformou num grande problema nas estradas brasileiras nas últimas décadas. Segundo dados da Polícia Federal, entre 1999 a 2009, foram assassinados 201 caminhoneiros e ajudantes como consequência desse tipo de prática criminosa

Aa Polícia Civil de Rondônia vem trabalhando na frente de desmobilizar quadrilhas de roubo de carros que agiam havia dois anos e que transportava veículos desmontados

ou não para a Bolívia, onde eram vendidos. Esse tipo de crime é muito comum devido à facilidade de conseguir mercado para o produto roubado no país vizinho e, geralmente, envolvem outros tipos de violência, notadamente a manutenção de vítimas como reféns durante o período em que o veículo roubado é levado para local do desmonte ou os esconderijos onde são mantidos.

**Quadro 3.6.5.6-3 - Postos da Polícia Rodoviária Federal ao longo da BR-364 no Trecho 1- Porto Velho-Nova Lacerda - LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Município	Localização
JARU	KM 432
PORTO VELHO (posto 1)	KM 606
ARIQUEMES	KM 606
PORTO VELHO	KM 606
COMODORO	KM 417

Fonte: Polícia Rodoviária Federal, 2010

O Mapa a seguir indica, para o ano de 2004, que a maioria dos roubos de carga está localizada na região Sudeste e que Norte e Centro-Oeste possuem os menores percentuais. Tais índices, entretanto, precisam ser relativizados, haja visto que o Sudeste concentra grande capacidade de fluxo de veículos e, por isso, os roubos ocorrem em maior volume, mas como não há indicadores em termos de taxas, não pode-se avaliar qual é a região com maior taxa, já que Norte e Centro-oeste se destacam pela proximidade com a fronteira de países como Bolívia e Colômbia.



**Figura 3.6.5.6-1 - Participação percentual das Regiões no Total de Roubo de Cargas - 2004**

## (2) Municípios previstos para canteiros de obra – Trecho 1

No trecho 1 do traçado, o canteiro de obra estará localizado no município de Ariquemes. Esse município é cortado pela BR-364, ficam-lhe próxima a rodovia estadual RO-399. A proximidade com essas rodovias, que apresentam um índice elevado de roubos de caminhões, carros e cargas requer uma atenção maior com a segurança dos veículos no período em que as obras forem realizadas. Pela região já apresentar quadrilhas de roubo de caminhões e cargas estruturadas, o aumento da circulação de caminhão, devido às obras, podem representar maior atrativo para esses grupos. A busca de informações junto aos órgãos competentes e responsáveis pela segurança pública como a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual e Polícias Civil e Militar é elemento que contribui para traçar um planejamento de circulação de caminhões e cargas para se evitar os horários onde são registrados mais frequentemente sinistros. Como o número de postos da Polícia Rodoviária Federal é pequeno para a extensão do trecho e os batalhões da Polícia Rodoviária Estadual ainda estão em fase de implementação, cuidados maiores precisarão ser tomados, como privilegiar a saída ou circulação de carros em comboios, quando for possível. Esses fatores de prevenção podem contribuir para evitar roubos de cargas que possuem valor importante não somente para venda no mercado interno, como para servirem de troca para produtos ilícitos como drogas.

O município de Ariquemes apresenta os índices mais negativos de determinadas criminalidade e, mais especificamente, em relação às taxas e freqüências de homicídios. Como parte desses eventos é praticada por arma de fogo ou por material contundente, cortante e perfurante, como mostram os dados, e, parte significativa, por motivos fúteis, é importante o alertar aos técnicos e trabalhadores em geral, quanto à freqüência em determinados bairros ou regiões para evitar envolvimento em casos de violência. Essas medidas podem ser extensivas a outros canteiros de obras, pois, mesmo que outros municípios não apresentem taxas de homicídios altas, é significativo, na região, os casos de morbidade por violência.

Um dos impactos sociais mais negativos de obras de grandes vultos, que deslocam significativo contingente de trabalhadores para locais com infra-estrutura precária e com uma população pobre, é o aumento de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Nos últimos anos, o país vem se mobilizando com mudanças na legislação, implementando programas sociais, realizando campanhas e reprimindo esse tipo de crime em rodovias e locais onde, tradicionalmente, essas práticas são comuns.

No trecho 1, as estradas possuem muitos pontos de exploração e foram observados nos últimos anos aumento desses locais, apesar da repressão à prática. No Brasil, a prática da prostituição não é crime, apenas quando é explorado por outrem e quando envolve crianças e adolescentes. O aumento do fluxo de trabalhador estimula, igualmente, o crescimento da prostituição, sendo assim, por estar em uma região sensível à prática de exploração sexual, os trabalhadores e técnicos devem ser orientados a estar atentos, aqueles que forem utilizar os serviços, ao que diz a lei e as conseqüências de não cumpri-la, buscando utilizar serviços de pessoas maiores de idade e que não estejam em nenhum serviço ou rede de exploração.

## **b. Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia(MT)**

### **(1) Dados Gerais de Segurança**

Este trecho envolve vinte e cinco cidades de Mato Grosso. Mato Grosso investiu, no ano de 2007, R\$ 36.194.154,01 em policiamento, sendo que no ano seguinte ampliou este investimento para R\$ 39.073.976,26, o que representou um acréscimo de 7,96%. Esse aumento significa uma ampliação nos gastos em segurança pública no Estado que já era percebido em 2006. Entre esse ano e 2008, houve um significativo incremento da despesa per *capita* com a função segurança pública que passou de R\$ 177,89 para R\$ 246,98, um crescimento de 38,83% (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009).

O efetivo de policiais militares no estado é de 1972 oficiais e 5612 praças, o que contabiliza uma relação 1/383,7 policial por habitantes. A Polícia Civil possui um efetivo de 213 delegados e 2152 agentes não delegados, com uma relação policial e população de 1/1230.

**Quadro 3.6.5.6-4 - Equipamentos de Segurança nos Municípios da AII/ Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia(MT) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Estado	Município	Forças armadas			Segurança Pública					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da PM	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiro	Brigadas de Incêndio	Polícia Ambiental
MT	Vila Bela Da Santíssima Trindade	Não inf	Não inf	Não inf	1 delegacia com 15 policiais civis	1 posto com 8 policiais	Não inf	Não inf	Não inf	Não inf
MT	Pontes E Lacerda	Ano inf	Não inf	Não inf	1 delegacia com 40 policiais civis	1 comando regional com 60 policiais	Não inf	Não inf	Não inf	Não inf
MT	Vale De São Domingos	Não inf	Não inf	Não inf	Não inf	1 posto com 3 policiais	Não inf	Não inf	Não inf	Não inf
MT	Jauru	Não informado								
MT	Araputanga	Não inf	Não inf	Não inf	1 delegacia com 8 policiais	1 posto com 15 policiais	Não inf	Não inf	Não inf	Não inf
MT	Rio Branco	Não inf	Não inf	Não inf	1 delegacia com 8 policiais	1 posto com 10 policiais	Não inf	Não inf	Não inf	Não inf
MT	Lambari D'oeste	Não	-	-	Não	1 Núcleo da Polícia Militar com 7 policiais	Não	Não	Não	Não
MT	Barra do Bugres	Não	-	-	1 delegado da Polícia Civil para o Município de Barra do Bugres e Porto Estrela	1 Posto da Polícia Militar, na sede com 17 policiais	Sim	Não	Não	Não
MT	Alto Paraguai	Não	-	-	1 delegacia com 2 policiais	1 posto da PM com 4 policiais	Não	Não	Não	Não
MT	Rosario do Oeste	Não	-	-	Sim,1	Um batalhão	não	não	não	não
MT	Jangada	Não	-	-	1 Delegacia de Policia Civil com 5 policiais civis	1 Destacamento da Polícia Militar com 3 policiais	Não	Não	Não	Não
MT	Acorizal	Não	-	-	Sim, 1	Núcleo com 6 policiais	não	Não	Não	não
MT	Cuiabá	Sim	-	-	Sim	Não informado	sim	sim	sim	sim



Estado	Município	Forças armadas			Segurança Pública					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da PM	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiro	Brigadas de Incêndio	Polícia Ambiental
MT	Santo Antonio Do Leverger	Não	-	-	1 Delegacia de Polícia Civil, com 1 delegado sediado que atende Santo Antonio e Barão de Melgaço.	1 cia da polícia militar, com 30 policiais que atendem o município de santo Antonio e de Barão de Melgaço inteiro.	Não	Não	Não	Não
MT	Jaciara	Não	-	-	1	Destacamento com 3 policiais	não	não	não	não
MT	Jucimeira	Não	-	-	1	1 posto com 6 policiais	não	não	não	não
MT	Rondonópolis	Não informado								
MT	São José Do Povo	Não	-	-	1 destacamento da policia civil com um delegado com jurisdição em Rondonópolis e São José do Povo	1 destacamento da Polícia Militar, com sete policiais	Não	Não	Não	Não
MT	Pedra Preta	Não	-	-	1 Delegacia de Polícia Civil, com 6 policiais que atende a 3 municípios (Rondonópolis, Pedra Preta e São José do Povo)	1 posto da PM com 12 policiais	Não	Não	Não	Não
MT	Alto Das Graças	0	-	-	1	1 destacamento	0	0	0	0
MT	Alto Araguaia	0	-	-	2, uma faz atendimento regional	1 destacamento e 1 comando	0	0	0	0
GO	Santa Rita Do Araguaia	0	-	-	Comarca de Mineiros que responde pela PC	7ª Companhia	0	0	0	0

Fonte: Trabalho de Campo, outubro, 2009.

Mato Grosso, assim como outros Estados brasileiros, apresentou um acréscimo significativo dos investimentos em segurança pública advinda de recursos da união, representando a preocupação e o cuidado que a área passou a ter nas políticas públicas governamentais. Esta apreensão advém, principalmente, do registro nos últimos anos do aumento em vários tipos de delito e de mudança do perfil epidemiológico, com destaque para as causas externas que passaram a ser a segunda maior causa de óbitos entre a população e do incremento dos homicídios, destacadamente entre os homens jovens. O estado possuía a terceira maior taxa do delito lesão seguido de morte (1,3/100.000) do país em 2008 e a mesma colocação entre as unidades da federação, no delito latrocínio seguido de morte (1,5/1000.000).

Segundo a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso (2008), os crimes contra o patrimônio aumentaram, no ano de 2006, para 447/100.000 e os furtos, mantiveram no mesmo ano, um índice bem superior, 1354/100.000. A Secretaria alerta que houve um aumento dos crimes violentos em municípios interioranos, como os crimes de roubo, roubo seguido de morte, homicídio e, também, houve incremento significativo de casos de tráfico de drogas. O número de ocorrências de crimes registradas em geral, também, aumentou no Estado, entre 2003 a 2006, o crescimento foi de 43%.

As regiões que têm apresentado números mais expressivos de incremento de crimes violentos, segundo a Secretaria, são aquelas situadas mais distantes da capital, caracterizando-se os crimes mais freqüentes como aqueles relativos aos confrontos agrários, crimes ambientais, reflexos decorrentes as fronteira oeste e, com especial atenção os homicídios dolosos. O tráfico de drogas tem merecido atenção específica das autoridades locais, principalmente porque o Estado é reconhecido como a principal porta de entrada de drogas, e que é distribuída para outras unidades da federação, advinda da Bolívia, com quem Mato Grosso possui uma extensa fronteira de 983,26 Km. Sendo que desse total, 720 km são de fronteira seca, ou seja, sem obstáculos naturais, particularidade que dificulta à repressão ao tráfico pelas alternativas maiores de escoamento do produto.

Em relação às taxas gerais de homicídios nos municípios do corredor de estudo, conforme o quadro seguinte, nas cidades com mais de 20.000 habitantes, àquelas que se destacam com índices mais elevados são Várzea Grande, Cuiabá e Rondonópolis.

**Quadro 3.6.5.6-5 - Taxas de Homicídios (por 100.000) Municípios da AII/ Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia(MT) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 - 2004-2007**

Estado	Município	Período			
		2004	2005	2006	2007
	<b>TRECHO 2</b>				
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	36	48,1	26,9	26,3
MT	Pontes e Lacerda	19,9	16,8	7	20,8
MT	Vale de São Domingos	0	30,4	0	29,3
MT	Jauru	7,9	7,8	23,5	15,7
MT	Indiavaí	0	0	0	0
MT	Araputanga	21,2	27,8	27,5	20,5
MT	Rio Branco	20,6	21,3	0	22
MT	Lambari D'Oeste	49,5	26,9	56,5	59,4
MT	Barra do Bugres	16,4	18,7	27,4	11,9
MT	Alto Paraguai	42,7	16,2	35	0
MT	Rosário Oeste	38,4	28,3	11,3	0
MT	Jangada	12,6	0	0	11,4
MT	Acorizal	16,6	16,2	16,1	0
MT	Várzea Grande	30,8	30,9	45,9	39,8
MT	Cuiabá	42,2	42,3	40,7	38,7
MT	Santo Antônio do Leverger	19,4	6,4	19,3	32,3
MT	Jaciara	23,2	22,2	18,1	21,3
MT	Juscimeira	15,9	23,5	15,5	15,3
MT	Rondonópolis	1,2	27	27	38,7
MT	São José do Povo	0	0	31,8	31,7
MT	Pedra Preta	6,8	26,4	26	6,3
MT	Alto Garças	23,9	11,9	11,9	11,9
MT	Alto Araguaia	17,1	8,4	33,6	33,4
GO	Santa Rita do Araguaia	18,8	18,4	18,1	0

Fonte: DATASUS/IBGE

As mesmas características geográficas presentes no Estado de Rondônia, como a fronteira com a Bolívia, oportunizam a saída de veículos e cargas roubados e furtados do país. O roubo de cargas nas estradas de Mato Grosso também tem sido um problema que preocupa as autoridades locais, principalmente durante o período de escoamento da safra de soja, fazendo com que nos últimos anos houvesse mudança na rotina dos caminhoneiros e do aparato de segurança das transportadoras. Como nesse período há um número maior de caminhões circulando nas estradas, incrementam-se os sinistros. Os motoristas buscam viajar em comboios e evitar trafegar em determinadas rodovias em certos horários. A ação de quadrilhas, geralmente, é caracterizada como violentas pelas vítimas, segundo informações da Polícia Rodoviária Federal.

No entanto não é somente o roubo dos grãos que vê crescendo nas cidades e nas estradas mato-grossense. Roubos de outros produtos como remédios, material eletro-eletrônico e demais mercadorias que podem ser escoadas para fora do país ou mesmo para o mercado interno são frutos de roubos.

Em 2008, a Polícia Civil de Mato Grosso realizou operações específicas visando à repressão a esse tipo de crime, como as nominadas operações Polvo e Escambo, que resultaram na desarticulação de quadrilhas. Rondonópolis foi o município onde mais foram expedidos mandatos de prisão e indiciamento de pessoas que estavam envolvidos na prática ilícita. As quadrilhas atuavam, principalmente, na região Sul do Estado. Somente na região de Rondonópolis a polícia recuperou, na ocasião, 44 toneladas de carga e 40 mil litros de óleo diesel. Segundo a Polícia Civil, essas ações que desarticularam quadrilhas e diminuí o roubo de veículos e cargas, mas novas quadrilhas se rearticularam após essas operações. Além da soja, também é comum o roubo de caminhões de empreiteiras de frete de areia e cascalho para o envio para a Bolívia. Esse produto vem ganhando importância, principalmente porque nos últimos anos, com o aumento de grandes obras na Região Norte e no Centro-Oeste, houve circulação significativo do produto pelas estradas do Estado, com destaque para Rondonópolis, Várzea Grande, Juscimeira e, também, Cuiabá. Após a venda da carga, é comum o desmonte dos veículos ou, mesmo, transportados inteiros para serem trocadas por outras mercadorias na Bolívia.

Outra questão importante envolvendo roubos de cargas e outras criminalidades na região é a existência de quadrilhas que atuam na troca de cargas roubadas por cocaína em cidades bolivianas próximas à fronteira. Em março de 2010, as polícias civil e militar, da Delegacia da GEFRON, de Mato Grosso realizaram a Operação Fronteira S/A em cidades fronteiriças e próximas à Bolívia, além de outras que se apresentaram importantes no esquema criminoso, incluindo as cidades de Cuiabá e Várzea Grande que pertencem à AID do empreendimento, onde foram expedidos dezenas de pedidos de busca e apreensão e se efetivaram prisões.

**Quadro 3.6.5.6-6 - Postos da Polícia Rodoviária Federal nos Municípios da AII/ Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia(MT) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Rodovia	Município	Localização
BR-364	Alto Garças	KM 48
BR-364	Pedra Preta	KM 130
BR-364	Rondonópolis	KM 212
BR-364	Jaciara	KM 319
BR-364	Cuiabá	KM 388
BR-174	Pontes E Lacerda	KM174
BR-364	Santa Rita do Araguaia	KM 382

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

## **(2) Municípios previstos para canteiros de obra – Trecho 2**

Nesse trecho, os canteiros de obras principais estarão situados nos municípios de Pontes e Lacerda, Cuiabá e Alto Araguaia. Como apontou o estudo, o roubo de carga é uma prática delitativa comum na região. Rondonópolis, Pontes e Lacerda, Cuiabá e Jauru são cidades onde se registra a maioria dos sinistros. Em Rondonópolis, o roubo de cascalhos e material de construção encontra na Bolívia um importante mercado. Recomenda-se a busca de informações com órgãos e instituições segurança pública para ter conhecimento de horários mais comuns na prática desse crime e quais os trechos que são mais visados para atuação das quadrilhas. Diante das informações é possível fazer um planejamento do deslocamento de caminhões por vias e trechos onde não se registra com frequência assaltos, evitando-se, também, horário com maior registro de ocorrência.

Em relação ao efetivo policial e de equipamentos públicos de segurança nos municípios, destacam-se os municípios de Pontes e Lacerda, que possui delegacia com 40 policiais civis e uma guarnição da PM que conta com 60 soldados e Várzea Grande, a segunda cidade em importância no Estado, que conta com um Batalhão da PM e 4 delegacias. Os efetivos policiais e de outras forças, onde foi possível coletar os dados, apresentam uma relação alta policial por habitantes, o que dificulta um policiamento mais ostensivo e pode acarretar maior dificuldade para o desempenho dessa função com a chegada de novos bens e pessoal. Recomenda-se uma aproximação com os órgãos de segurança pública para discutir a demanda de serviços demandar-lhes-á.

Os municípios onde irão se instalar os canteiros de obra são unidades, também, sensíveis à exploração sexual. Nesse trecho, também, recomenda-se orientação sistematizada para que técnicos e trabalhadores não sejam vítimas de grupos ou quadrilhas que explorem serviços sexuais e que possam acarretar em crimes. Ameniza-se, assim, o impacto social negativo que obras de grandes vultos trazem para população mais pobre, como a já citada exploração sexual de crianças e adolescentes e, também, de adultos.

Quanto à criminalidade comum nos municípios de Rondonópolis e Cuiabá são os que apresentam números mais preocupantes, mas não alarmantes, o maior cuidados deve ser observado, principalmente em áreas com pouco policiamento e isoladas.

### **c. Trecho 3: Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara (SP)**

#### **(1) Dados Gerais de Segurança**

Este trecho atravessa 48 municípios de três estados, sendo que cinco cidades estão localizadas em Goiás, duas em Minas Gerais e 30 no Estado de São Paulo. Os municípios mineiros compõem a Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba. Segundo CRISP-UFMG/MINAS GERAIS (2007), entre os anos de 2003 a 2006 a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba aumenta a sua participação percentual no total dos crimes violentos<sup>3</sup> no Estado, passando, nos períodos extremos do estudo, de 10,62% para 15,22% e, em tendência oposta ao Estado, apresentou um aumento da frequência desses tipos de crimes, passando de 7750 para 8931, enquanto Minas Gerais baixou de 73236 para 58626. Foi a mesoregião mineira que mais aumentou sua participação percentual no total dos crimes violentos do estado no período.

Em relação às taxas de homicídios dos municípios mineiros no corredor de estudos, é importante observar que as cidades apresentam frequências baixas. Apesar de Limeira do Oeste, no ano de 2007, possuir uma taxa de 37/100000, neste ano houve apenas dois homicídios no município. A taxa alta se explica porque o município tem apenas 5395 habitantes, população baixa, cuja unidade de órbita impacta, fortemente, a taxa geral.

São Paulo, nos últimos anos, tem apresentado um quadro de criminalidade que vem apresentando diminuição de alguns eventos. Os homicídios dolosos passaram de 4877 para 4426, entre os anos de 2007 e 2008, representando uma queda de 10,8%. Os latrocínios tiveram um aumento de 218 para 267 no mesmo período, um aumento percentual de 24,4%. As tentativas de homicídios diminuíram, também, passando de 5679 casos para 5066.

O Estado é o que mais investe valores nominais em segurança pública, mais significativamente por ser o estado mais populoso da união, já que a sua taxa per capita não é a maior em relação a outras unidades da federação.

Em relação às taxas gerais de homicídios, como podemos observar no quadro a seguir, os municípios paulistas que compõem o corredor de estudo possuem taxas bem baixas, a maioria apresentando taxa zero para o ano de 2007.

<sup>3</sup> No estudo, os crimes violentos foram considerados os roubos consumados sem utilização de arma, roubos consumados a mão armada (assaltos), tentativas de homicídio e homicídios consumados, tentativas de estupro e estupros consumados.

**Quadro 3.6.5.6-7 - Taxas de Homicídios (por 100.000) Municípios da AII/ Trecho 3 – Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 - 2004-2007**

Estado	Municípios	Período			
		2004	2005	2006	2007
GO	Mineiros	18,9	11,3	20	28,4
GO	Serranópolis	17	53,9	55,4	38,1
GO	Jataí	14,8	22,7	17,6	27,7
GO	Itarumã	0	0	19,4	19,6
MG	Limeira do Oeste	0	17,8	0	37
MG	Ituramã	0	25,4	12,5	15,4
SP	Ouroeste	0	0	0	0
SP	Fernandópolis	6,2	4,6	15,2	4,5
SP	Meridiano	24,2	0	23,8	0
SP	Valentim Gentil	0	0	9,4	0
SP	Votuporanga	2,4	0	14,3	0
SP	Monte Aprazível	21,2	5,2	15,7	20,8
SP	Neves Paulista	10,9	21,5	10,7	0
SP	Nova Aliança	0	0	0	0
SP	Urupês	8,2	8,1	16	0
SP	Itajobi	0	6,7	0	0
SP	Itápolis	10	12,2	7,2	9,5
SP	Tabatinga	7,2	6,9	6,8	0
SP	Nova Europa	0	23,4	0	0
SP	Gavião Peixoto	24,4	0	0	0
SP	Araraquara	17,1	12,6	12	5,4

Fonte: IBGE/DATASUS

Em relação a outras criminalidades as cidades, em geral, apresentam taxas também muito baixas. União Paulista, por exemplo, não registrou nenhum roubo a carro em 2009,. Com exceção de Araraquara que apresenta uma freqüência maior de roubos, 508, mesmo assim a taxa é abaixo daquela registrada no estado para o ano de 2009. E nesse ano, a freqüência foi menor que no ano de 2001, com 520 ocorrências desse tipo de criminalidade.

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, o ano de 2009 apresentou um aumento de 14,4% dos roubos de cargas em relação ao ano anterior, passando de 6653 ocorrências para 7776. A capital e a Grande São Paulo foram as regiões que apresentaram maior número de casos, mas outros municípios e regiões, também, apresentaram índices preocupantes. Os prejuízos atingiram a cifra de 250 milhões de reais e fizeram crescer, também, o setor de segurança privada, com a utilização de escolta armada. A Polícia alega que tem sido muito difícil combater esse tipo de criminalidade pela sua capacidade de se rearticular quando quadrilhas são desmontadas e como os produtos roubados têm facilidade de encontrar mercado, novas táticas são utilizadas para a continuidade do crime.

No trecho 3 do corredor de estudo, os roubos de carga não representam um delito que se destacam. No Estado de São Paulo, os municípios que estão do corredor de estudo, localizadas na área de segurança Deinter 3 e Deinter 5, o quantitativo de roubo de carga é reduzido em relação a outras regiões do Estado, representado nos anos de 2008 e 2009, respectivamente, 1,6% e 1,59%, mantendo, praticamente de uma ano para outro a sua participação no total do Estado. Houve, entretanto, assim como em relação ao Estado, um aumento do número de casos de 14,8%.



**Quadro 3.6.5.6-8 - Equipamentos de Segurança disponíveis nos Municípios da All/ Trecho 3 – Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 - 2004-2007**

Estado	Município	Forças Armadas			Segurança Pública					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da policia militar	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiro	Brigadas de Incêndio	Polícia Ambiental
GO	Mineiros	0	-	-	1	1 Companhia da Polícia Militar que cobre também os municípios de Santa Rita do Céu, Portelândia, Chapadão do Céu e Perolândia.	0	1	1	0
GO	Serranópolis	0	-	-	1	1 destacamento	0	0, em Jataí	0	0, em Jataí
GO	Jatai	sim	-	-	3 delegacias da polícia Civil 1 delegacia da Polícia Federal 1 Posto da Polícia Rodoviária Federal	1 Batalhão da PM	sim	sim	sim	sim
GO	Itarumã	0	-	-	1 delegacia	-	0	0, usa de Rio Verde	0	0
MG	Limeira do Oeste	0	-	-	1	1 destacamento	0	0, usa de Iturama	0	0, usa de Iturama
MG	Ituramã	-	-	-	02 Delegacias de Polícia Civil	01 Batalhão da Polícia Militar	0	0, usa Uberaba	0	sim
SP	Populina	-	-	-	1 delegacia da Polícia Civil	1 Destacamento da PM	sim	0, usa em Fernandopolis	0	0, usa em Fernandopolis
SP	Ouroeste	0	-	-	1 Delegacia de Polícia Civil	1 Destacamento da Polícia Militar	0	0	sim	0
SP	Turmalina	0	-	-	1 Delegacia de Polícia Civil	1 Destacamento da Polícia Militar	sim	0	0	0
SP	José Bonifácio	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 8	1 grupamento de 12 policiais	não	sim	não	sim

Estado	Município	Forças Armadas			Segurança Pública					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da policia militar	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiro	Brigadas de Incêndio	Polícia Ambiental
SP	Nipoã	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 5	1 destacamento com 4 policiais	não	não	não	não
SP	Monte Aprazível	não	não	não	3 delegacia com 32 policiais	1 destacamento com 26 policiais	não	não	não	não
SP	Macaubal	não	não	não	1 delegacia com 5 efetivo	1 destacamento com 4 policiais	não	não	não	não
SP	União Paulista	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 4	1 grupamento com 6 policiais	não	não	não	não
SP	Neves Paulista	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 4	1 destacamento com 8 policiais	não	não	não	não
SP	Nhandeara	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 24 pessoas	1 base policial com 11 policiais	não	não	não	sim
SP	Mendonça	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 3	1 destacamento com 5 policiais	não	não	não	não
SP	Votoporanga	não	não	não	6 delegacias com efetivo de 90 policiais	1 destacamento com 85 policiais;	sim	sim	sim	sim
SP	Fernandópolis	sim	não	não	6 delegacias	1 destacamento com 8 policiais; 1 batalhão com 124	sim	sim	não	sim
SP	Valentin Gentil	não	não	não	1 delegacia com 3 funcionários	1 destacamento com 6 policiais	não	não	não	não
SP	Estrela do Oeste	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 16	1 destacamento com 8 policiais	não	não	não	não
SP	Floreal	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 4	1 destacamento com 4 policiais	não	não	não	não
SP	Meridiano	não	não	não	1 delegacia com 8 funcionários	1 destacamento com 5 policiais	não	não	não	não
SP	Nova Aliança	não	-	-	Não inf	1 GRUPAMENTO POLICIAL	não	não	não	não
SP	Urupês	não	-	-	1 delegacia civil que atua em serviço de inteligência	1 posto	sim	não	não	não

Estado	Município	Forças Armadas			Segurança Pública					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da policia militar	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiro	Brigadas de Incêndio	Polícia Ambiental
SP	Novo Horizonte	não	-	-	Não inf	Não inf	sim	sim	Sim, nas usinas	sim
SP	Itajobi	não	-	-	1 delegacia com 7 policiais civis	1 posto com 10 policiais	não	não	não	não
SP	Borborema	não inf	-	-	Não inf	1 posto da Polícia Militar, com uma média de três efetivos por plantão	não	não	Não	não
SP	Itápolis	sim	-	-	Polícia civil	2 Postos da PM e Polícia rodoviária	não	sim	não	não
SP	Tabatinga	não	-	-	1 delegacia	2 postos da Polícia Militar, sendo uma base em Curupá, com um policial efetivo, e uma base no Centro, com três policia efetivos por turno	Não	não	não	não
SP	Nova Europa	não	-	-	1 delegacia	1 posto da PM	não	não	não inf	não
SP	Gavião Peixoto	não	-	-	Polícia civil	1 unidade da PM	não	Não	não	não
SP	Araraquara	sim	-	-	6 delegacias, sendo 1 da Polícia Federal	4 distritos policiais; 1 batalhão do interior; 2 cias de policiamento; 1 batalhão de policia rodoviária; 1 cia de policiamento; policia científica; guarda municipal; 1 penitenciaria; 1 casa de detenção masculino e 2 centros de ressocialização	sim	sim	não inf	não inf

## **(2) Municípios previstos para canteiros de obra- trecho 3**

Os municípios Jataí (GO), Fernandópolis (SP) e Itápolis (SP) onde ficarão os canteiros de obra nesse trecho, apresentam um quadro com baixas taxas de criminalidade comum, de homicídios e, também, roubo de carga e caminhões. Vale a pena destacar apenas, no Estado de São Paulo, o crescimento na região do corredor da área de estudo do roubo de carga.. Entretanto, as recomendações feitas para os trechos anteriores quanto às precauções quanto ao roubo de veículo e cargas, a questão do cuidado para evitar envolvimento com grupos de exploração de criança. Adolescentes e adultos e os comportamentos frente à criminalidade comum deve ser replicada nesse trecho também.

### **3.6.5.7. INFRAESTRUTURA**

#### **a. Caracterização da infraestrutura**

- **Acesso Rodoviário**

A área em estudo tem seu sistema viário estruturado por importantes rodovias federais e uma malha estadual que as interliga. As rodovias federais que servem à região em estudo são descritas a seguir.

#### **BR-070**

Rodovia radial que parte do DF levando à fronteira da Bolívia, no Mato Grosso, com extensão total de 1.317,7 km. Em Goiás, a BR-070 encontra-se distante da Área de Influência da LT 600kV cc Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. No Mato Grosso, a BR-070 tem uma extensão de 468,9 km, passando ao norte da região de estudo e adentrando-a nos municípios de Poxoréo e Campo Verde, onde, por cerca de 70 km, é coincidente com as BRs 163 e 364, até a chegada à Cuiabá. A partir de Cuiabá a rodovia segue para Cáceres e a fronteira com a Bolívia. A rodovia apresenta condições regulares de tráfego, com precariedade de sinalização. Os trechos próximos a Cuiabá apresentam tráfego intenso.

#### **BR-163**

Rodovia longitudinal, estendendo-se por 4.426,7 km, desde Santa Catarina até a fronteira com o Suriname, passando pelos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará. No Mato Grosso, desde a divisa com Mato Grosso do Sul até a divisa com o Pará, possui uma extensão de 1.121,2 km, sendo que o trecho em que atravessa a AI da LT 600kV cc Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 é coincidente com a BR-364, a partir de Rondonópolis, Juscimeira, Juciara e Cuiabá.

#### **BR-364**

Rodovia diagonal, no sentido Noroeste-Sudeste, com extensão total de 4.141,5 km, cortando os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre, chegando à fronteira com o Peru. No Estado de Rondônia, os principais pontos de passagem desta rodovia, que atendem diretamente a área em estudo, é no município de Porto Velho. Em Mato Grosso, a BR 364 tem uma extensão de 1.177,2 km, de Alto Garças à divisa com Rondônia, servindo às cidades de Juscimeira, Jaciara, Rondonópolis e Cuiabá, tendo trecho comum, já mencionado, com a BR-070 e BR-163, na entrada de Cuiabá. Em Goiás, passa ao sul do Estado, interligando os

municípios da AI: Jataí, Mineiros e Santa Rita do Araguaia. Em Minas Gerais, passa próximo à região em estudo mineira, da divisa com Goiás até o município de Ituiutaba. Encontra-se ligada ao município de Iturama através de rodovia estadual pavimentada (MG-427).

A rodovia apresenta problemas em todo seu percurso, com trechos não asfaltados, em precárias condições de tráfego, sem acostamento e com sinalização precária, e trechos em obras de pavimentação.

### **BR-365**

Rodovia diagonal, pavimentada, que liga a região de Montes Claros, em Minas Gerais, à BR 364, na divisa com Goiás, passando por Uberlândia e Ituiutaba. Sua importância para a área em estudo decorre, principalmente, do acesso ao município mineiro de Santa Vitória, através de rodovia estadual pavimentada.

### **BR-461 (planejada)**

Rodovia federal planejada, que unirá os municípios de Uberaba e Ituiutaba, onde estará conectada à BR 365.

### **BR-497**

Rodovia de ligação entre a cidade mineira de Uberlândia e Paranaíba, no Mato Grosso do Sul. O único trecho pavimentado se encontra entre Uberlândia e o entroncamento com as BRs 153 e 464, na região da Prata. Encontra-se implantada no trecho de 9 km entre o município mineiro de Campina Verde e o entroncamento com a BR 364. De Campina Verde a Paranaíba, passando pelo município de Iturama, encontra-se apenas planejada.

### **BR-452**

Rodovia de ligação, que corta o estado de Goiás a partir de Rio Verde, onde se liga à Br-060, e a Minas Gerais, chegando a Araxá, com extensão total de 508,9 km. Em Goiás, há 203,9 km em boas condições de tráfego, embora apresentando pequenos e médios buracos em seu trecho intermediário, sendo seu trecho final coincidente com a BR-153, em Itumbiara. Para região em estudo, sua importância decorre da ligação de Rio Verde com o Triângulo Mineiro, passando pela cidade de Uberlândia.

## **BR-060**

Rodovia radial, partindo do DF até a fronteira com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul, com extensão total de 1.329,3 km. Em Goiás, possui 476,1 km, fazendo a ligação de Rio Verde com Goiânia e Brasília. Possui boas condições de trafegabilidade no trecho DF–Rio Verde, onde apresenta pista dupla, passando pelos municípios de Serranópolis e Jataí. No trecho que passa pelo município de Jataí, coincide com a BR 158.

## **BR-158**

Rodovia longitudinal que corta os estados do Pará, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com extensão total de 3.955 km. No Estado do Mato Grosso, não atravessa nenhum dos municípios em estudo. Em Goiás, possui uma extensão de 276,9 km, entre Alto Garças e Jataí (quando faz conexão com a BR-060 e a BR-364), passando pelo município de Mineiros. No Estado de São Paulo, passa distante da área em estudo.

## **BR-153**

Rodovia longitudinal que corta os Estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, toda pavimentada do Pará a São Paulo, com vários trechos duplicados. No Estado de Goiás, passa distante da área em estudo. Em Minas Gerais, passa próxima à área em estudo nos entroncamentos com a BR 365, em Monte Alegre de Minas, e com as BRs 464/497, na região do Prata. Próximo à área em estudo paulista, apresenta entroncamento com as BRs 265 e 456, em São José do Rio Preto.

## **BR-319**

Rodovia diagonal, de 880,4 km de extensão, liga Manaus a Porto Velho, sem passar por nenhum dos demais municípios rondonienses em estudo.

## **BR-421**

Rodovia de ligação, com 229,5 km de extensão, liga os municípios rondonienses de Ariquemes a Guajará Mirim, onde há entroncamento com a BR 425. A partir da divisa dos municípios de Montenegro e Campo Novo, encontra-se sem pavimentação.

## **BR-429**

Rodovia de ligação, com 285,9 km de extensão, liga os municípios rondonienses de Ji-Paraná, onde há entroncamento com a BR 364, a Costa Marques, na fronteira com a Bolívia. A partir do município de Alvorada do Oeste, encontra-se sem pavimentação.

A malha rodoviária federal que serve à Área de Influência Indireta da LT é complementada por malhas estaduais, que estabelecem interligações com a malha federal.

### **(1) Rondônia**

Em âmbito estadual, o órgão responsável pelas rodovias é o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER-RO), vinculado a Secretaria de Estado de Finanças, que tem como objetivo “administrar o sistema rodoviário estadual, sua integração com as rodovias municipais e federais e sua interação com os transportes intermodais, objetivando o atendimento aos usuários no transporte de pessoas e cargas”<sup>1</sup>.

São de responsabilidade do DER-RO quase 5.000 quilômetros de estradas, de uma malha viária de 6.602,6 km, dos quais 2.007,9 correspondem às rodovias federais.

---

<sup>1</sup> [www.der.ro.gov.br/](http://www.der.ro.gov.br/)





**Figura 3.6.5.7-1 - Mapa Rodoviário do Estado de Rondônia**

Destacam-se as seguintes rodovias estaduais<sup>2</sup> que passam pelos municípios da All de Rondônia:

**RO 463** – Rodovia estadual pavimentada com 39 km de extensão que liga o município de Governador Jorge Teixeira à BR-364.

**RO 464** – Rodovia estadual pavimentada que liga o município de Theobroma à BR-364 nas proximidades de Jararua.

**RO 452** – Rodovia estadual pavimentada com 44 km de extensão no trecho que liga Cabixi a Colorado do Oeste.

**RO 399** - Rodovia estadual pavimentada com 31 km de extensão no trecho que liga Colorado do Oeste a Cerejeiras.

<sup>2</sup> [www.rondonia.ro.gov.br](http://www.rondonia.ro.gov.br); [ww.seplan.ro.gov.br](http://ww.seplan.ro.gov.br); [www.der.ro.gov.br](http://www.der.ro.gov.br)

**RO 135** – Rodovia estadual pavimentada com 44 km de extensão no trecho que liga Cabixi a Colorado do Oeste.

**RO 370** – Rodovia estadual pavimentada com 44 km de extensão no trecho que liga Cabixi a Colorado do Oeste.

**RO 391** – Rodovia estadual pavimentada com 49 km de extensão que liga Chupinguaia à BR-364.

**RO 495** - Rodovia estadual em leito natural que interliga os municípios de Primavera D'Oeste, Parecis e Chupinguaia.

**RO 383** – Rodovia estadual pavimentada com 43 km de extensão que liga Alta Floresta d'Oeste a Rolim de Moura, passando por Santa Luzia d'Oeste no entroncamento com a RO-491.

**RO 490** – Rodovia estadual pavimentada com 25 km de extensão no trecho que liga Alto Alegre dos Parecis com a rodovia RO-383, próximo a Santa Luzia d'Oeste.

**RO 479** – Rodovia estadual pavimentada com 38 km de extensão no trecho que liga Rolim de Moura a BR-364.

**RO 010** - Rodovia estadual pavimentada com 121 km de extensão no trecho que liga Nova Brasilândia do Oeste a Pimenta Bueno, passando por Rolim de Moura.

**RO 473** - Rodovia estadual pavimentada com 53 km de extensão que interliga a BR-364 nas proximidades de Ouro Preto do Oeste aos municípios de Teixeiraópolis e Urupá.

**RO 257** - Rodovia estadual que liga Ariquemes ao Estado do Mato Grosso, passando pelo município de município de Machadinho do Oeste.

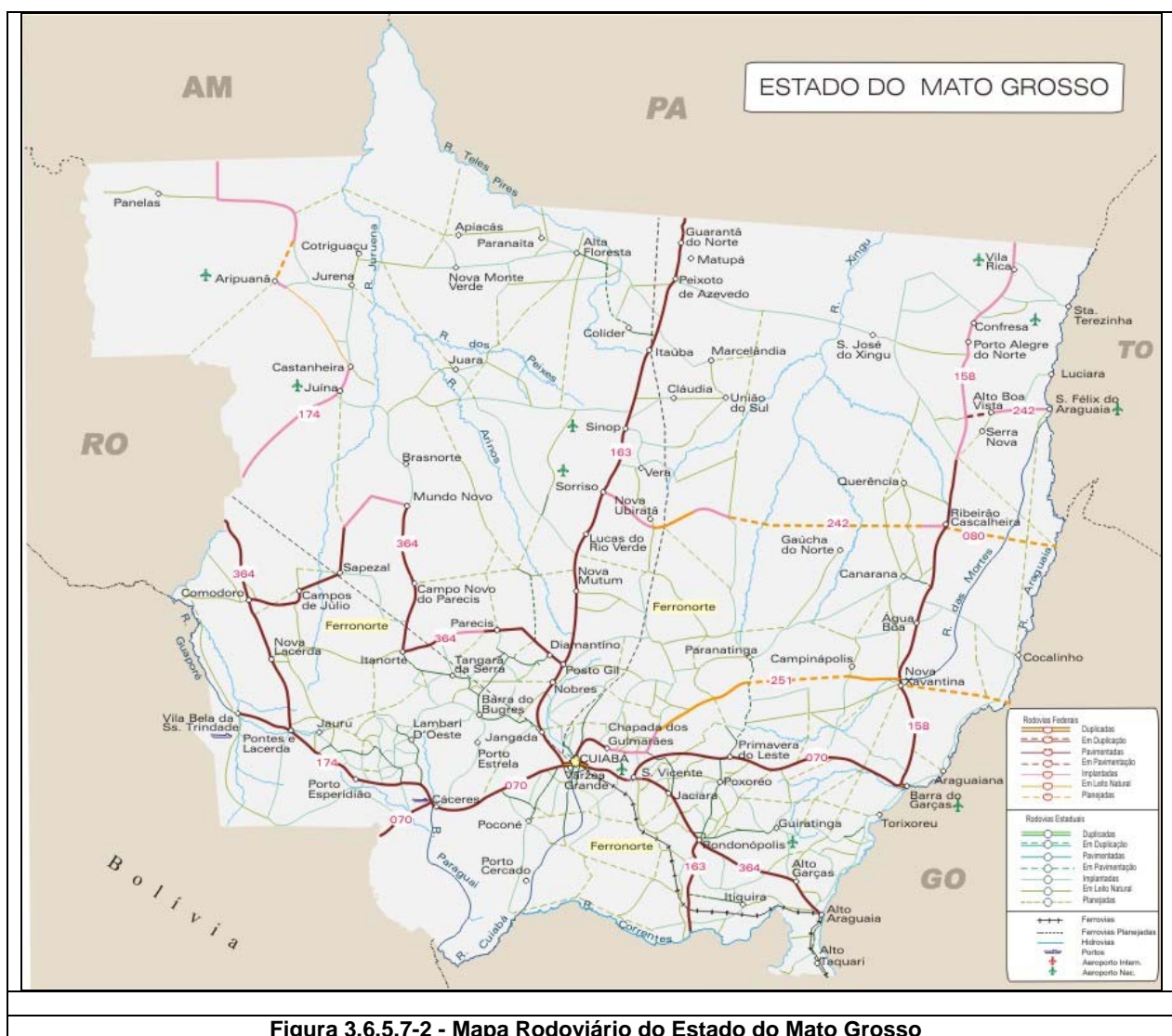
**RO 491** - Rodovia estadual em leito natural que liga Primavera de Rondônia a Santa Luzia d'Oeste.

## **(2) Mato Grosso**

O Estado do Mato Grosso, por sua dimensão, é composto por inúmeras rodovias estaduais que atravessam os municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento da LT 600kV cc Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 analisado, e que estão listadas no quadro, a seguir.

**Quadro 3.6.5.7-1 - Rodovias estaduais que atravessam os municípios da AI**

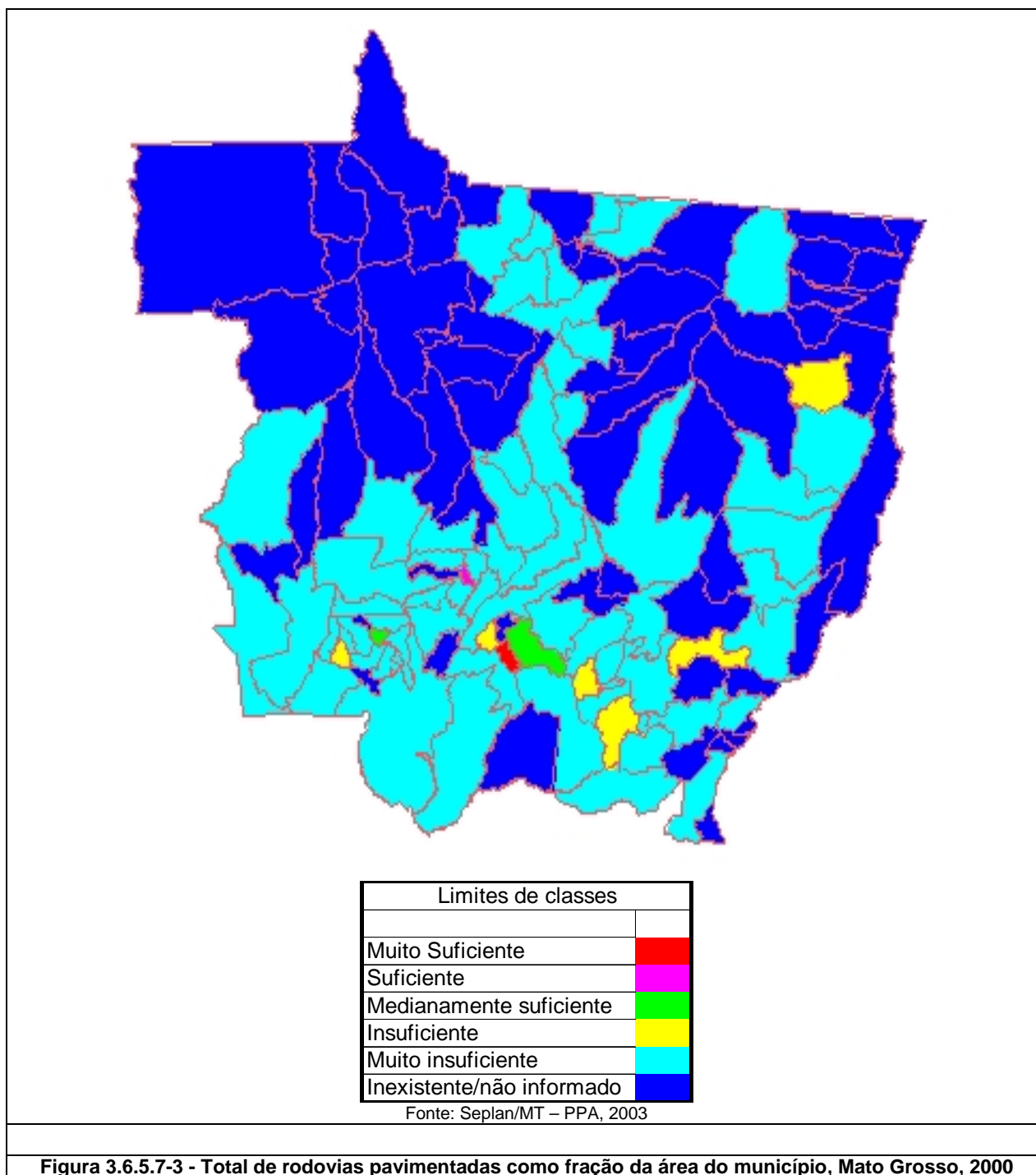
MT 010	MT 170	MT 260	MT 406
MT 020	MT 235	MT 270	MT 407
MT 040	MT 241	MT 336	MT 408
MT 050	MT 244	MT 339	MT 409
MT 060	MT 246	MT 339	MT 415
MT 110	MT 247	MT 343	MT 456
MT 130	MT 248	MT 343	MT 458
MT 150	MT 248	MT 351	MT 459
MT 160	MT 250	MT 373	MT 480



**Figura 3.6.5.7-2 - Mapa Rodoviário do Estado do Mato Grosso**

Através dos estudos realizados para o PPA 2004-2007 do Estado do Mato Grosso, foi possível encontrar um diagnóstico da infra-estrutura de transportes para o Estado, com a análise da pavimentação ou não das rodovias, a partir de mapas temáticos de 126 municípios do Estado, divididos em 12 regiões de planejamento.

Com relação às rodovias pavimentadas, o mapa, a seguir, apresentou uma divisão espacial claramente definida, com a região Norte do Estado apresentando existência parcial e muito insuficiente das estradas com pavimento asfáltico, e a região Sul com a existência de poucos municípios com níveis melhores de caracterização. Somente o município de Várzea Grande apresentou vias asfaltadas com condições satisfatórias, representado pela cor vermelha no mapa. Na região Norte do Estado, o contraste entre azuis demonstra a existência de alguns eixos viários e suas zonas de influência. No sentido sul-norte observam-se os municípios acompanhando as BRs-163, 158 e 174/364, implantadas a partir dos anos sessenta e asfaltadas a partir dos anos oitenta. Desde logo, denota-se o sentido de consolidação da direção de São Paulo e sul do país, como mercado de integração para os produtos de Mato Grosso e, naturalmente, o seu abastecimento. Em geral, ao longo dessas rodovias verifica-se certo padrão de existência de infra-estrutura pavimentada, mas insuficiente, e que inviabiliza o escoamento de safras ou abastecimento de mercadorias das diversas regiões do estado. Sendo assim, o relatório do PPA conclui que não há como promover a integração econômica de Mato Grosso, uma vez que não há articulação entre as rodovias pavimentadas e as regiões produtoras ou consumidoras, principalmente no sentido leste-oeste, cuja implantação se deu mais tarde.



**Figura 3.6.5.7-3 - Total de rodovias pavimentadas como fração da área do município, Mato Grosso, 2000**

O mapa seguinte diz respeito às rodovias não pavimentadas, e fica evidente que a característica geral das rodovias mato-grossenses é a insuficiência de estradas pavimentadas, representadas pela cor azul claro, que predomina no mapa. O município que apresenta destaque positivo (área vermelha) é São José do Povo, em função da sua área territorial ser muito reduzida e haver uma estrada integrando o município internamente, ao mesmo tempo em que a liga à MT-270. Merece destaque o município de Santo Antônio do Leverger, representado em amarelo, cuja infra-estrutura permite o

transporte de animais do Pantanal, bem como o turismo, para pontos de escoamento da produção como Cuiabá, além de permitir a ligação daquela região com Barão de Melgaço.

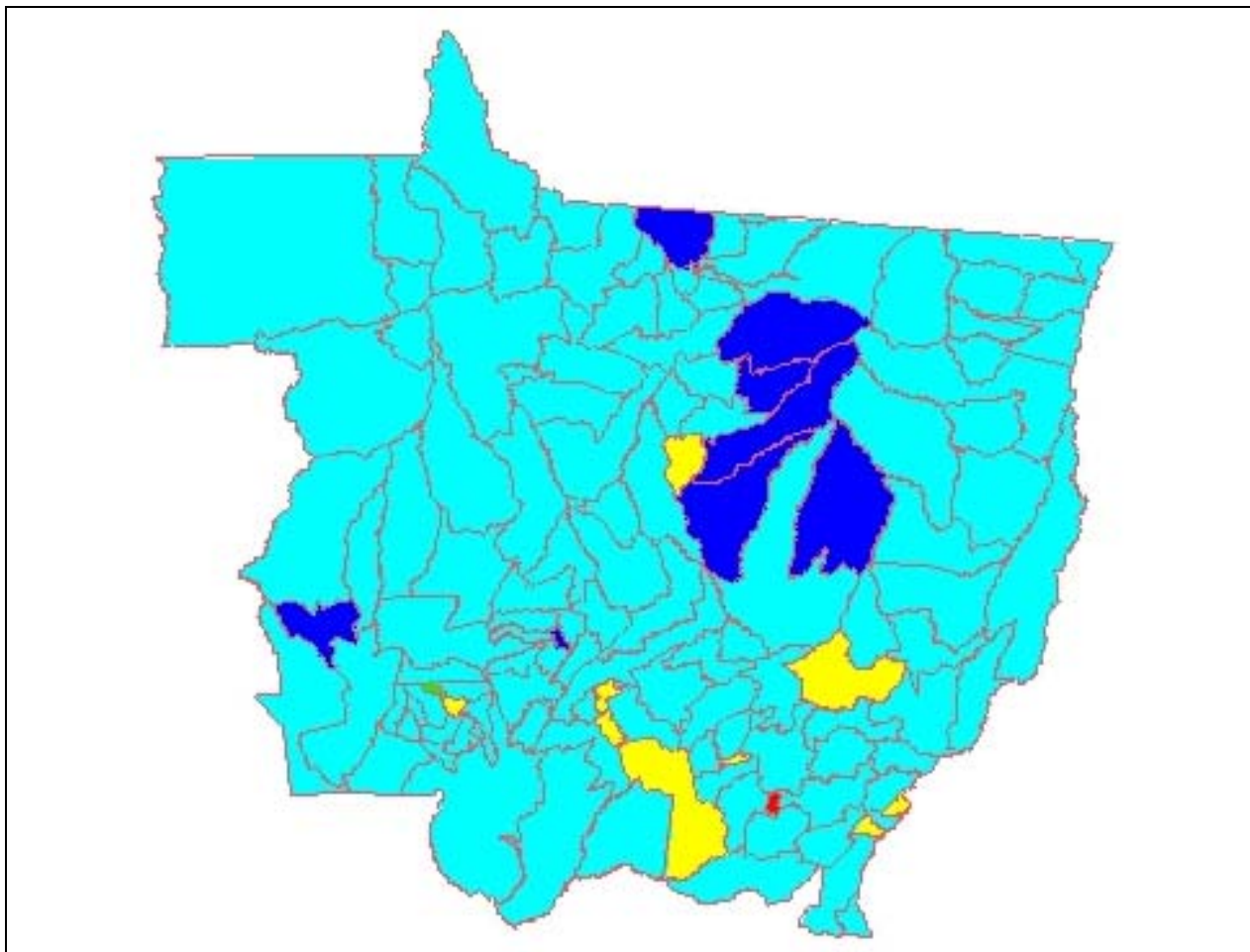


Figura 3.6.5.7-4 - Total de rodovias não-pavimentadas como fração da área do município, estado de Mato Grosso, 2000

### (3) Goiás

Cabe ser destacadas, pela importância que apresentam para a All Sul Goiano:

**GO 461**, em leito natural, passa pelo município de Santa Rita do Araguaia, ligando-o a Dorvelândia.

**GO 341/359** – pavimentada, liga o município de Mineiros ao Estado do Mato Grosso.

**GO 306**, com trechos em leito natural e trechos ainda em fase de planejamento, futuramente unirá os municípios de Serranópolis e Mineiros.



**(4) Minas Gerais**

**MG-427**

Rodovia estadual, pavimentada, que liga o município de Porto Alencastro, na divisa com Goiás, ao município de Uberlândia. Na área de influência, passa pelo município de Iturama, conectando-o a Campina Verde, onde há entroncamento com a BR 364. Encontra-se implantando trecho de acesso ao município de União de Minas. A partir da cidade da Prata, coincide com a BR 497, até Uberlândia, onde há entroncamento com as BRs 452, 060 e 365.





## (5) São Paulo

Na área em estudo paulista, as rodovias estaduais são preponderantemente responsáveis pela infraestrutura viária.

**SP-310:** Rodovia estadual pavimentada e duplicada, liga Mirassol à capital, São Paulo, passando por São José do Rio Preto, Catanduva, Araraquara, São Carlos e Rio Claro. Os municípios em estudo no Estado de São Paulo se encontram conectados a este eixo principal. O município de Gavião Peixoto é ligado à SP 310, na altura de Araraquara, por rodovia municipal pavimentada número 276. Depois do município de Mirassol, a SP 310 segue até Ilha Solteira, no entroncamento com a SP 595, em pista simples, passando pelos municípios de Monte Aprazível e Poloni, com acesso em trecho estadual pavimentado para o município de Sebatianópolis do Sul.

**SP-320:** Pavimentada, em pista simples, parte de Mirassol, no entroncamento com a SP 310, até Fernandópolis, passando pelo município de Votuporanga e com acesso, em trecho estadual pavimentado, aos municípios de Valentim Gentil, Meridiano, Pedranópolis e Macedônia.

**SP-543:** Parte de Fernandópolis, no entroncamento com a SP 320, até entroncamento com a SP 463, passando pelos municípios de Guarani d'Oeste e Ouroeste..

**SP-331:** Pavimentada, em pista simples, liga Ibitinga a Araraquara, com acesso para os municípios de Nova Europa e Tabatinga, conectando as rodovias estaduais SP 310 e SP 304.

**SP-317:** Pavimentada, pista simples, liga a SP 331 à SP 333, passando pelo município de Itápolis.

**SP-321:** Pavimentada em pista simples, liga a SP 304 à SP 310, passando pelo município de Itajobi.

**SP-379:** Pavimentada, em pista simples, liga a SP 304 a SP 310, passando pelos municípios de Irapuã, Urupês.

**SP-355:** Pavimentada, em pista simples, conecta a SP 304 à BR 153, passando pelo município de Nova Aliança, com acesso em rodovia municipal pavimentada ao município de Potirendaba.



Figura 3.6.5.7-7 - Mapa Rodoviário do Estado de São Paulo

- **Transporte de Passageiros**

Com relação ao transporte de passageiros, de acordo com o Anuário Estatístico Rodoviário 2008, produzido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no ano de 2007, nos Estados onde se localiza a área de influência do empreendimento, foram realizadas 2.717.506 viagens, transportando 90.921.122 passageiros, revelando pouca variação em relação a 2004. É preciso ressaltar que os dados relativos a Goiás e Rondônia se encontram agrupados com os dados referentes ao Distrito Federal e ao Acre, respectivamente, não sendo possível o seu desmembramento para a análise.

No entanto, os Estados mencionados apresentaram diferenciações. Em Minas Gerais e em Goiás/Distrito Federal, entre 2004 e 2007, houve crescimento do número de passageiros transportados – 1,1% e 1,2%, respectivamente. Tanto no Estado de Minas Gerais quanto no de Goiás, em 2005 e em 2006, o número de passageiros transportados foi ainda maior do que em 2007.

Nos Estados do Mato Grosso e de São Paulo, houve diminuição de 4,5% e 4,4% no número de passageiros transportados, em relação a 2004. Ambos apresentaram elevação deste número no ano de 2005, tendo o decréscimo se iniciado no ano de 2006.

No Estado de Rondônia/Acre, houve decréscimo expressivo e ininterrupto, entre 2004 e 2007, tanto no número de passageiros transportados quanto no número de viagens

realizadas, chegando em 2007 com uma perda de 57,7% no número de passageiros transportados, em relação a 2004.

**Quadro 3.6.5.7-2 - Evolução dos dados operacionais de transporte terrestre – 2004, 2005, 2006, 2007**

Unidade da Federação	2004	2005	2006	2007
<b>06 MINAS GERAIS</b>				
Transporte de passageiros - pass	11.195.310	11.617.765	11.529.805	11.316.606
Viagens realizadas	364.154	366.216	376.175	398.052
<b>08 SÃO PAULO</b>				
Transporte de passageiros - pass	15.584.912	16.324.406	15.098.667	14.900.968
Viagens realizadas	526.184	544.194	527.878	516.468
<b>11 MATO GROSSO</b>				
Transporte de passageiros - pass	831.694	917.225	672.535	792.980
Viagens realizadas	47.460	50.778	45.437	43.075
<b>12 GOIÁS/DIST. FEDERAL</b>				
Transporte de passageiros - pass	62.994.805	66.642.012	65.999.862	63.758.052
Viagens realizadas	1.710.058	1.684.918	1.723.249	1.752.510
<b>22 ACRE/RONDÔNIA</b>				
Transporte de passageiros - pass	360.739	310.235	242.016	152.516
Viagens realizadas	10.576	9.481	9.910	7.401

Fonte: Empresas Permissionárias *apud* Anuário Estatístico Rodoviário 2008 - ANTT

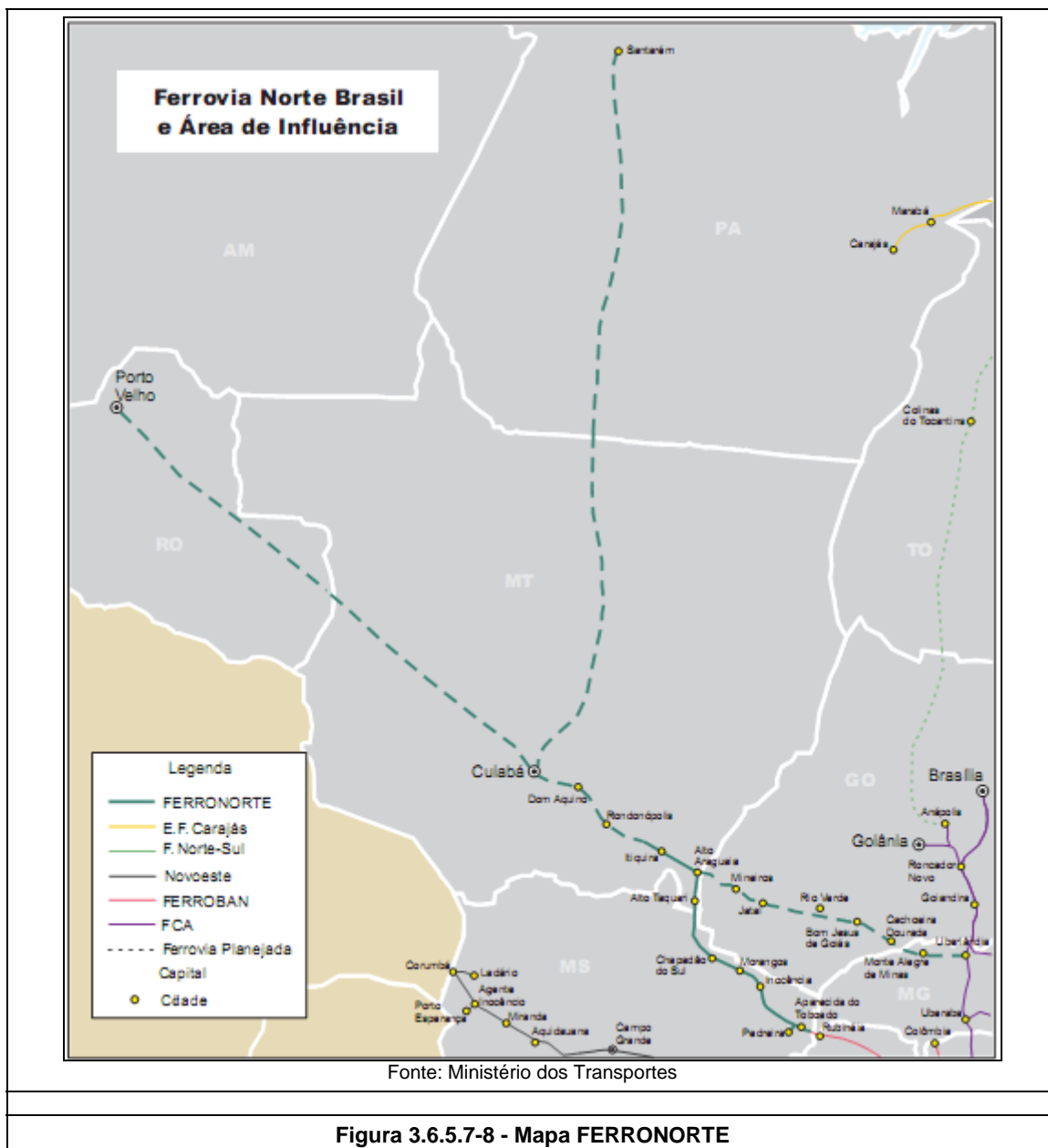
## **b. Acesso Ferroviário**

No âmbito dos programas federais, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), está em fase de estudo a construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste Uruaçu/GO - Vilhena/RO (Ver Capítulo 1 – Planos e Programas Governamentais).

Na área em estudo no Estado de Goiás, não há nenhuma ferrovia construída. Encontra-se planejada a implantação da Ferrovia Norte Brasil (FERRONORTE S.A.) A concessão foi obtida em 1989, por 90 anos, para construir e operar um sistema ferroviário de carga de 5 mil quilômetros, ligando Cuiabá (MT), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Aparecida do Taboado (MS), Porto Velho (RO) e Santarém (PA). O único trecho implantado parte da divisa de São Paulo com o Mato Grosso do Sul, no município paulista de Rubinéia, onde dá continuidade à Ferrovia Bandeirantes S.A. (Ferrobán), até o município matogrossense de Itiquira, passando por Alto Araguaia.

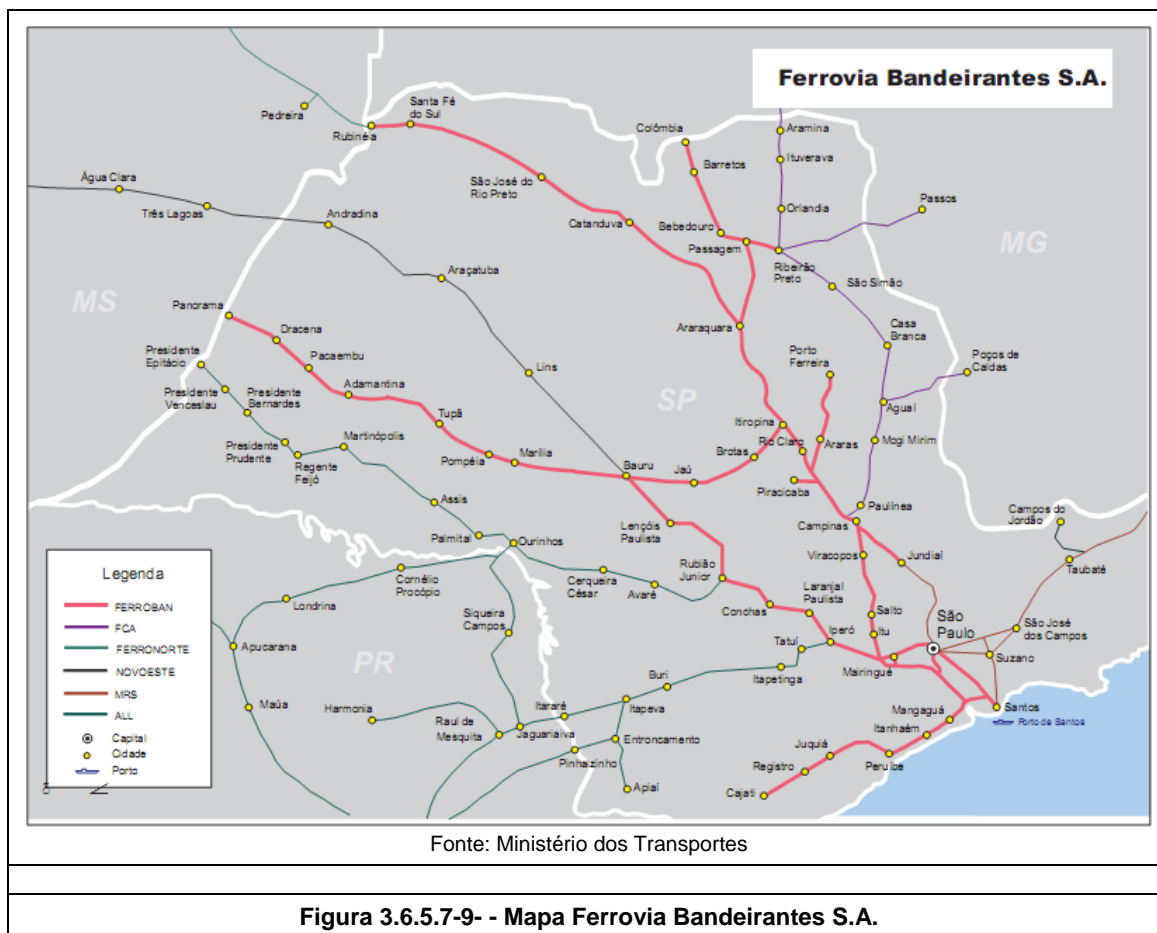
Pretende-se interligar Cuiabá (MT) com as malhas ferroviárias existentes no Triângulo Mineiro e São Paulo, alcançar Porto Velho (RO), onde começa a navegação do Rio Madeira, e Santarém (PA), onde integra-se à navegação de longo curso pelo Rio Amazonas. Em Aparecida do Taboado (MS), interligar-se-á com a hidrovia Tietê-Paraná, servindo de alternativa para se atingir os principais mercados do Sul do País. Abre a possibilidade de escoamento da produção do Centro-Oeste pelos portos de

Santos (SP) e Sepetiba (RJ). É um projeto de longo prazo, estritamente privado, não acarretando ônus para a União. As ações pertencem à FERROPASA (Ferronorte Participações S.A.), *holding* controladora de empresas de transporte ferroviário.



A Ferrovia Bandeirantes S.A. (FERROBAN) parte de do município de Cajati, no sul do Estado de São Paulo, passando pelo litoral paulista até Santos, dirigindo-se à capital, São Paulo. Depois de São Paulo, bifurca-se em dois ramais, um até o município de Panorama, na divisa com o Mato Grosso do Sul, outro até o município paulista de Rubinéia, na divisa com o Mato Grosso do Sul, mais ao norte do que ramal anterior, passando pelos municípios de Araraquara, Catanduva e São José do Rio Preto.

Com 4.186 km de extensão, 1.463 km dos quais em bitola larga, 2.427 km em bitola métrica e 296 km em bitola mista, a Ferrobán foi vendida pelo governo federal ao consórcio Ferrovias, em 1998, liderado pela *holding* Ferropasa.



A Ferrovias Centro-Atlântica (FCA) interliga os Estados de São Paulo, Goiás, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Sergipe. No Estado de São Paulo, parte do município de Campinas e passa por Aguai e Ribeirão Preto, ao norte do Estado, seguindo para Minas Gerais, onde passa mais próxima à área de influência do empreendimento, nos municípios de Uberaba e Uberlândia. Este ramal segue até Goiás, passando por Anápolis e Goiânia e seguindo em direção ao Distrito Federal.

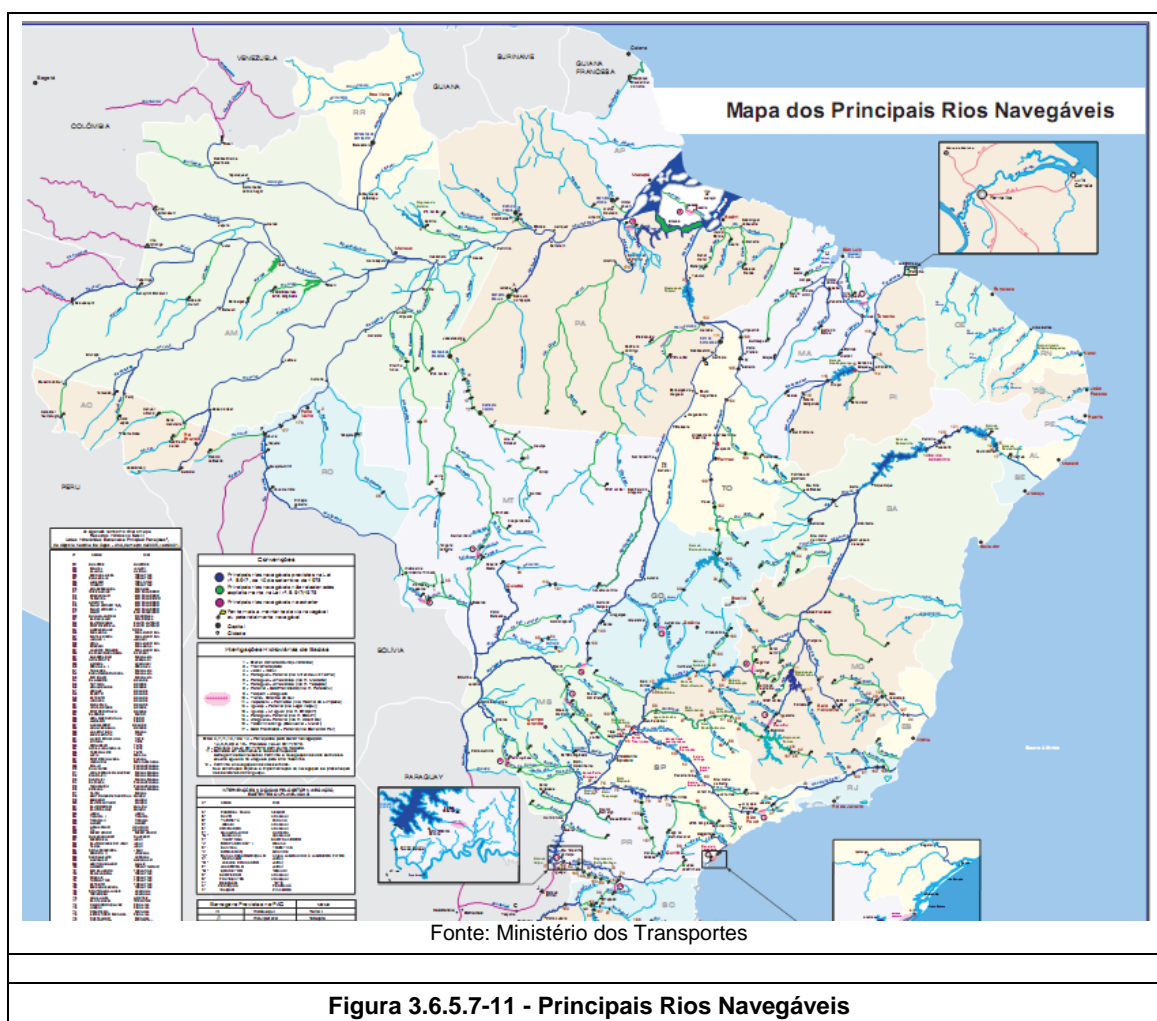
Privatizada em 1996, a partir do processo de desestatização da Rede Ferroviária Federal, e sob o controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce desde 2003, a FCA está interligada com as principais ferrovias brasileiras e possui parceria com outros modais, o que permite a conexão com os maiores centros consumidores do Brasil e do Mercosul. É o principal eixo de conexão entre as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país e sua frota atual conta com 12.000 vagões e 500 locomotivas, todos monitorados via satélite.



**Figura 3.6.5.7-10 - Ferrovia Centro-Atlântica (FCA)**

### c. Acesso Fluvial

Hoje, no Brasil, um total de 8.500 km de hidrovias está sendo utilizadas, sendo as principais: Hidrovia do Madeira (Corredor Oeste-Norte), Hidrovia do Guamá-Capim (Corredor Araguaia-Tocantins), Hidrovia do São Francisco (Corredor São Francisco), Hidrovia do Rio Paraná (Corredores Transmetropolitano do Mercosul e do Sudoeste), e Hidrovia do Paraguai (Corredor Sudoeste). Entre todas, apenas a Hidrovia do Rio São Francisco não tem influência sobre a área em estudo.



Em 30 de Janeiro de 2008, foi assinado um Convênio de Apoio Técnico e Financeiro para a gestão das Hidrovias e dos Portos Interiores Nacionais, celebrados entre o DNIT e a Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR, com objetivo de descentralizar, mediante a transferência do DNIT à Codomar, a execução das atividades de administração das hidrovias e dos serviços de infraestrutura portuária e hidrovária prestados pelo DNIT nas Hidrovias da Amazônia Ocidental (AHIMOC), Amazônia Oriental (AHIMOR), do Nordeste (AHINOR), do Tocantins e Araguaia (AHITAR), do São Francisco (AHSFRA), do Paraná (AHRANA) e do Sul (AHSUL), bem como dos Portos Fluviais que as integram.

- **AHIMOC – Rio Madeira**

A Hidrovia Madeira 3 é administrada pelas Hidrovias da Amazônia Ocidental, e através do Rio Madeira é navegável desde a sua confluência com o rio Amazonas até a cidade rondoniense de Porto Velho, com 1.056 km de extensão. É praticamente a única via de transporte para a população que vive nas cidades à sua margem, e as principais

3 <http://www.transportes.gov.br/>

cargas movimentadas são: soja, fertilizantes, derivados de petróleo, cimento, frutas, eletroeletrônicos, veículos, produtos refrigerados, seixo, bebidas e carga geral.

Com o objetivo de expandir o acesso fluvial para a melhoria do transporte de cargas e de passageiros está em construção o Terminal Hidroviário de Porto Velho - Cain'Água, através do PAC.

- **Hidrovia do Araguaia Tocantins**

As principais hidrovias do Estado do Mato Grosso são: Rio Araguaia; Rio Cuiabá; Rio das Mortes; Rio Paraguai; Rio Teles Pires e Rio Tapajós. São de responsabilidade da AHITAR – Administração da Hidrovia Tocantins Araguaia. Os principais portos são: Cercado, Vila Bela e Terminal Hidroviário de Cárceres.

- **Hidrovia do Rio Paraguai**

A Administração da Hidrovia do Paraguai (AHIPAR) é responsável pelos rios e portos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai.

O trecho compreendido entre a cidade de Cáceres-MT e a cidade de Corumbá-MS está sob a responsabilidade da AHIPAR através de convênio firmado com a Marinha do Brasil, com periodicidade de manutenção a cada 4 meses. O outro trecho que vai desde a cidade de Corumbá até a foz do rio Apa é de responsabilidade direta da Marinha do Brasil e sua manutenção é feita mensalmente.

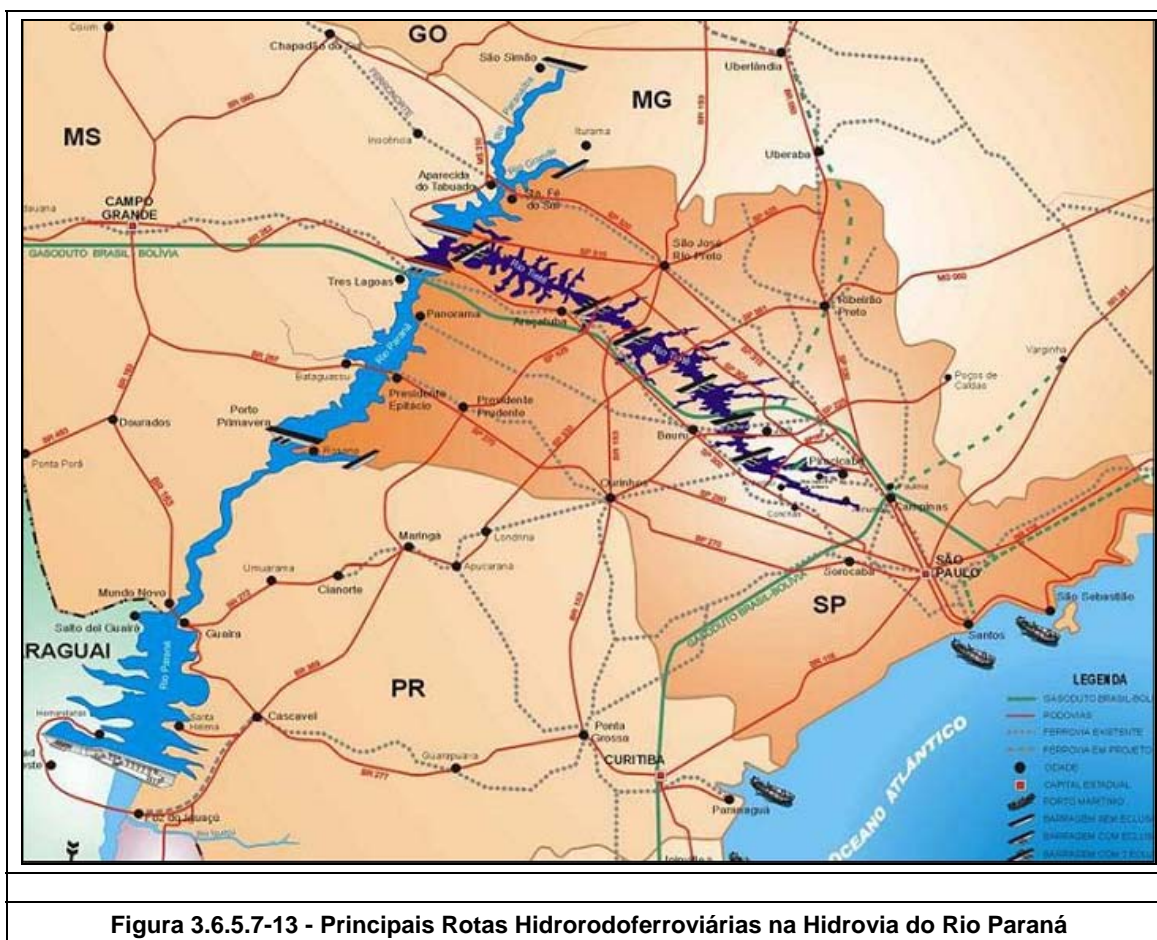
- **Hidrovia do Rio Paraná**

A Administração da Hidrovia do Paraná - AHRANA é responsável pela bacia do Rio Paraná e seus afluentes, sendo navegáveis principalmente os Rios Grande e Paranaíba, além do Rio Paraná.





De acordo com o documento “A Hidrovia do Rio Paraná – Dados e Informações”, produzido pela AHRANA, a hidrovia do Rio Paraná está inserida numa região de 76 milhões de ha, nos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, integrando-se às ferrovias, rodovias e dutovias regionais e federais, formando um sistema multimodal de escoamento da produção agrícola local para exportação (2009: 5).



**Figura 3.6.5.7-13 - Principais Rotas Hidrorododiferroviárias na Hidrovia do Rio Paraná**

A Hidrovia do Rio Paraná tem 1.020 km de extensão, estendendo-se desde a Usina Hidrelétrica de Itaipu, no município paranaense de Foz do Iguaçu, até a barragem da UHE São Simão, situada no Rio Paranaíba, município de São Simão (GO), e da barragem da UHE Água Vermelha, situada no Rio Grande, município de Iturama (MG). A Hidrovia do Rio Paraná movimentou 5.037.862 toneladas de Janeiro a Dezembro de 2008, sendo sua capacidade máxima de movimentação de cargas de 6.500.000 t/ano e capacidade potencial de movimentação de cargas, com obras de melhorias, de 13.100.000 t/ano.

O trecho situado na área em estudo da LT 600kV cc Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 é o rio Grande, situado no trecho IV da Hidrovia, que tem 225 km de extensão e profundidade entre 5,0 e 40,0 metros e boas condições de navegação desde a foz do rio São José dos Dourados até o complexo portuário de São Simão (GO) – 55 km no rio Paraná, 170 km no rio Paranaíba e 80 km no rio Grande. O Trecho IV-A, no Rio Grande, possui extensão de 80 km, está compreendido entre a confluência dos Rios Paranaíba e Grande e a UHE de Água Vermelha e apresenta profundidades de 7,0 a 20 m, necessitando apenas do balizamento da rota com boias, o que, de acordo com a AHRANA (2009: 15), será executado futuramente. O trecho em questão foi objeto de

estudo de viabilidade econômica pela iniciativa privada, com intuito de reativar o porto existente à jusante da UHE de Água Vermelha, além das Prefeituras de Iturama (MG) e Ouroeste (SP), que também manifestaram o interesse em promover a operação deste mesmo terminal.

Os 5 principais terminais portuários próximos à área de influência do empreendimento, na hidrovia do rio Paraná, estão localizados no município goiano de São Simão e são operados pelas empresas ADM Importadora e Exportadora S.A., Caramuru Óleos Vegetais Ltda., Grupo Armazém Nova Roseira, Louis Dreyfuss Commodities S.A. e DNP Indústria e Navegação S.A., operando com grãos, soja e farelo de soja.

#### **d. Acesso Aéreo**

Na Área de Influência Indireta do empreendimento da LT 600kV cc Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 há 18 aeródromos ou aeroportos públicos homologados, com destaque para os aeroportos internacionais Governador Jorge Teixeira de Oliveira, localizado em Porto Velho e o Marechal Rondon localizado em Cuiabá. A seguir são apresentados os aeródromos e aeroportos homologados identificados nos municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento da LT 600kV cc Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.

**Quadro 3.6.5.7-3 – Aeródromos e aeroporto públicos homologados nos municípios da AI**

<b>Estado</b>	<b>Município</b>	<b>Aeródromo Públicos Homologados</b>
RO	Ariquemes	Ariquemes / Nova Vida
RO	Ariquemes	Ariquemes / Tabajara
RO	Porto Velho	Internacional de Porto Velho / Governador Jorge Teixeira de Oliveira
RO	Porto Velho	Porto Velho / Aeroclube de Rondônia
MT	Alto Garças	Alto Garças
MT	Barra do Bugres	Barra do Bugres
MT	Cuiabá	Internacional de Cuiabá / Marechal Rondon
MT	Jaciara	Jaciara
MT	Pontes e Lacerda	Pontes e Lacerda
MT	Rondonópolis	Rondonópolis
MT	Rosario do Oeste	Rosario do Oeste
GO	Jataí	Jataí
GO	Mineiros	Mineiros
GO	Santa Rita do Araguaia	Santa Rita do Araguaia
SP	Araraquara	Araraquara
SP	Fernandópolis	Fernandópolis
SP	Itapolis	Itapolis / Aeroclube
SP	Votuporanga	Votuporanga

O Aeroporto Internacional de Porto Velho dista 7 km do centro da cidade e opera com 6 vôos regulares semanais para as cidades de Brasília, Manaus, Rio Branco, Cruzeiro do Sul (AC) e conexões, através das empresas aéreas Varig, Gol, Tam e Rico. As empresas de táxi aéreo baseadas em aeroporto são: Especial Táxi Aéreo, Assis Táxi Aéreo, Rima Táxi Aéreo e Aeronorte Táxi Aereo. Todas operam com aeronaves monomotores e multimotores de pequeno porte, que fazem vôos de fretamento para toda a região. A presença da Base Aérea de Porto Velho garante uma considerável movimentação de aeronaves militares.

O Aeroporto Internacional Marechal Rondon, localizado a 10 km do centro da cidade de Cuiabá, no município de Vargem Grande, foi inaugurado em 1956. Em fevereiro de 1975, a INFRAERO assumiu a administração do aeroporto e deu início à execução de várias obras para atender às necessidades do complexo aeroportuário.

A partir de 1996, o Aeroporto Marechal Rondon se tornou internacional. Atualmente, atende a mais de 500 mil passageiros por ano. Possui pista asfaltada, com 2.330 m X 45 m, e o terminal de passageiros tem capacidade/ano para 720 mil passageiros, tendo, em 2003, transportado cerca de 630 mil passageiros e cerca de 5,3 milhões kg de carga. Desde 2004, encontra-se em obra para ampliação de suas instalações. Encontram-se em operação, no Aeroporto Internacional, as linhas nacionais BRA, Gol e TAM, as linhas regionais Trip e Cruiser e nove linhas de táxi aéreo. Entre os aeroporto com maior movimento do Brasil, o de Cuiabá ocupou, em 2005, a 17ª posição quanto ao movimento de aeronaves; a 19ª posição em relação ao movimento de passageiros; a 20ª em carga e a 10ª posição em mala postal, de acordo com o Perfil Socioeconômico de Cuiabá (2006 p.369).

Os aeroportos de Cuiabá e Goiânia, capitais dos Estados de Mato Grosso e Goiás, fazem as ligações comerciais regulares com o resto do País.

O aeroporto Santa Genoveva, de Goiânia, tem uma pista de 2.200 m X 45 m, com uma capacidade/ano de 600 mil passageiros. Em 2003, transportou cerca de 860 mil passageiros e cerca de 5,8 milhões kg de carga.

Além desses aeroportos que atendem à região, existem, na área em estudo, o aeroporto de Rio Verde e vários aeródromos, homologados ou não, utilizados pelos fazendeiros da região, tanto para transporte de passageiros, como também, base de abastecimento e manutenção de aviões pulverizadores utilizados nas atividades agrícolas.

Os dois aeroportos que atendem diretamente a área em estudo mineira se situam nos municípios de Uberlândia e Uberaba.

O aeroporto Tenente Coronel César Bombonato, em Uberlândia, no ano de 2008, transportou 500.652 passageiros e 1.146.350 kg de carga aérea, em 20.660 aeronaves. As companhias aéreas que operam em Uberlândia são TAM, TRIP, Passaredo, Gol e Air Minas.

Os cinco aeroportos que atendem diretamente a área em estudo paulista se situam nos municípios de Fernandópolis, Mirassol, Votuporanga, São José do Rio Preto, Araraquara e Itápolis.

No município de Araraquara, o Aeroporto Estadual Bartolomeu de Gusmão possui pista de 1.800 m X 30 m e terminal de passageiros de 210 m<sup>2</sup>, distando 6 km do centro da cidade. No ano de 2008, transportou 6.470 passageiros e 462.611 kg de carga aérea.

O Aeroporto Doutor Luiz Dante Santoro, no município de Itápolis, possui pista asfaltada e sinalizada de 1.500 m. O Aeroporto de Mirassol possui pista de 1.000 m, em terra e sinalizada. O Aeroporto Coronel Aviador Carlos Orleans Guimarães está situado no município de Fernandópolis e possui pista de 1000 m, asfaltada e sinalizada.

Em São José do Rio Preto, o Aeroporto Professor Eriberto Manoel Reino possui pista de 1.700 X 35 m, pavimentada e sinalizada, com vôos regulares das empresas Passaredo, TAM e TRIP, transportando, em média, 834 passageiros diariamente.

O Aeroporto Domingos Pignatari, situado a 6 km do centro da cidade de Votuporanga, possui pista de 1.500 m X 30 m, pavimentada e sinalizada. A média diária, em 2008, foi de 6 passageiros transportados.

### **Sobreposição do sistema viário com o empreendimento**

Com relação a sobreposição do empreendimento com o sistema viário existente ao longo do corredor de passagem, foram identificadas as principais vias de acesso a serem atravessadas pelo traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, dentre elas destacam-se: oito rodovias federais ao longo de toda sua extensão com 2.382Km e a Estrada de Ferro Araraquara (EFA), no Estado de São Paulo. Conforme indicado no quadro a seguir, são apresentadas as principais vias federais atravessadas pelo empreendimento.

**Quadro 3.6.5.7-4 – Sobreposição do sistema viário existente com o traçado proposto da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Sistema Viário Existente	Municípios Atravessados	Estados	Região da Abrangência
BR-421	Ariquemes e Monte Negro	RO	Norte
BR-429	Alvorada D'Oeste e Presidente Médici	RO	Norte
BR-070	Santo Antônio do Leverger	MT	Centro-Oeste
BR-174	Pontes e Lacerda, Vale São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	Centro-Oeste
BR-364	Jangada, Pedra Preta, Rondonópolis e Rosário Oeste	MT	Centro-Oeste
BR-359	Mineiros	GO	Centro-Oeste
BR-497	Itarumã	MG	Sudeste
BR-153	José Bonifácio	SP	Sudeste
Estada de Ferro Araraquara	Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Meridiano, Valentim Gentil, Votuporanga.	SP	Sudeste

No que diz respeito às rodovias estaduais e estradas atravessadas pelo traçado proposto da LT 600kV cc Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, ele atravessa cerca de 21 rodovias estaduais no estado de Rondônia, 23 no estado do Mato Grosso, duas em Goiás e doze no estado de São Paulo. Além das estradas pavimentadas sem nome e não pavimentadas com tráfego permanente e período. Destaca-se que grande parte dessas estradas situam-se no estado de São Paulo.

A seguir são apresentadas a lista das rodovias estaduais atravessadas pelo traçado proposto da LT 600kV cc Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 e as figuras com a sobreposição do sistema viário existente com o empreendimento.

**Quadro 3.6.5.7-5 – Sobreposição das rodovias estaduais existente com o traçado proposto da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

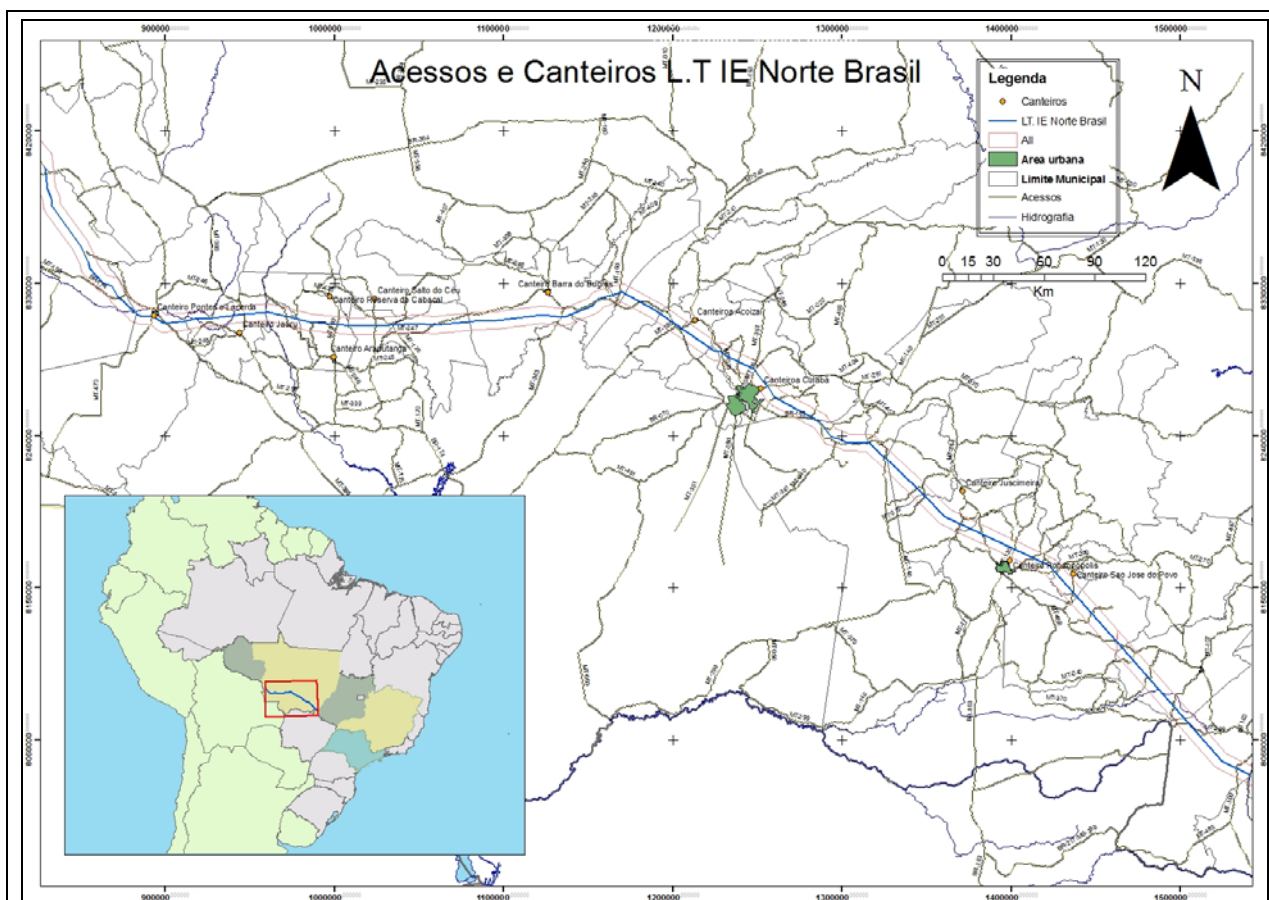
Rodovias Estaduais	MUNICÍPIOS Atravessados	Estados	Região de Abrangencia
RO-010	Cacaulândia e Rolim de Moura	RO	Norte
RO-135	Castanheiras	RO	Norte
RO-140	Cacaulândia	RO	Norte
RO-144	Ariquemes	RO	Norte
RO-267	Castanheiras	RO	Norte
RO-370	Cabixi e Colorado do Oeste	RO	Norte
RO-399	Cerejeiras e Colorado do Oeste	RO	Norte
RO-459	Alto Paraíso	RO	Norte
RO-462	Rolim de Moura, Santa Luiza D'Oeste e São Felipe D'Oeste	RO	Norte
RO-463	Governador Jorge Teixeira e Jaru	RO	Norte
RO-464	Jaru	RO	Norte
RO-470	Ouro Preto Do Oeste	RO	Norte
RO-473	Teixeirópolis e Urupá	RO	Norte
RO-479	Cacoal, Castanheiras e Rolim de Moura	RO	Norte
RO-485	Corumbiara	RO	Norte
RO-487	Cerejeiras e Corumbiara	RO	Norte

Rodovias Estaduais	MUNICÍPIOS Atravessados	Estados	Região de Abrangencia
RO-489	Primavera De Rondônia e São Felip D'Oeste	RO	Norte
RO-491	Primavera De Rondônia E São Felipe D'oeste	RO	Norte
RO-494	Parecis	RO	Norte
RO-496	Chupinguaia	RO	Norte
RO-499	Corumbiara	RO	Norte
MT-010	Cuiabá	MT	Centro-Oeste
MT-130	Rondonópolis	MT	Centro-Oeste
MT-140	Santo Antonio do Leverger e Rosário do Oeste	MT	Centro-Oeste
MT-160	Rosário do Oeste, Alto Paraguai e Barra dos Bugres	MT	Centro-Oeste
MT-170	Rio Branco e Lambari D'oeste	MT	Centro-Oeste
MT-175	Araputanga	MT	Centro-Oeste
MT-235	Comodoro	MT	Centro-Oeste
MT-246	Alto Paraguai, Jangada, Barra dos Bugres e Rosário D'Oeste	MT	Centro-Oeste
MT-247	Lambari D'Oeste e Barra dos Bugres	MT	Centro-Oeste
MT-270	São José Do Povo	MT	Centro-Oeste
MT-343	Barra dos Bugres e Porto Estrela	MT	Centro-Oeste
MT-351	Cuiabá	MT	Centro-Oeste
MT-352	Pontes e Lacerda E Vale São Domingos	MT	Centro-Oeste
MT-383	Rondonópolis	MT	Centro-Oeste
MT-388	Jauru, Pontes e Lacerda E Vale São Domingos	MT	Centro-Oeste
MT-401	Cuiabá	MT	Centro-Oeste
MT-402	Cuiabá	MT	Centro-Oeste
MT-406	São José Do Povo	MT	Centro-Oeste
MT-435	Araputanga, Indivaí	MT	Centro-Oeste
MT-455	Santo Antonio do Leverger	MT	Centro-Oeste
MT-469	Juscimeira e Rondonópolis	MT	Centro-Oeste
MT-470	Pedra Preta, Rondonópolis e São José do Povo	MT	Centro-Oeste
MT-473	Pontes e Lacerda	MT	Centro-Oeste
GO-060/184	Jataí e Serranópolis	GO	Centro-Oeste
GO-206	Itarumã	GO	Centro-Oeste
SP-310	Monte Aprazível, Nhandeara, Poloni	SP	Sudeste
SP-317	Itápolis	SP	Sudeste
SP-320	Estrela D'Oeste e Fernandópolis	SP	Sudeste
SP-321	Itajobi e Novo Horizonte	SP	Sudeste
SP-331	Nova Europa e Tabatinga	SP	Sudeste
SP-333	Borborema e Itápolis	SP	Sudeste
SP-355	Nova Aliança	SP	Sudeste
SP-377	Monte Aprazível e Nipoã	SP	Sudeste
SP-379	Irapuã, e Urupês	SP	Sudeste
SP-425	José Bonifácio	SP	Sudeste
SP-461	Nhandeara e Votuporanga	SP	Sudeste
SP-463	Turmalina	SP	Sudeste

Fonte: Consórcio Norte Brasil, novembro 2009.







**Figura 3.6.5.7-15 – Vias de Acessos sobreposta ao traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 – Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) - Alto Araguaia (MT).**

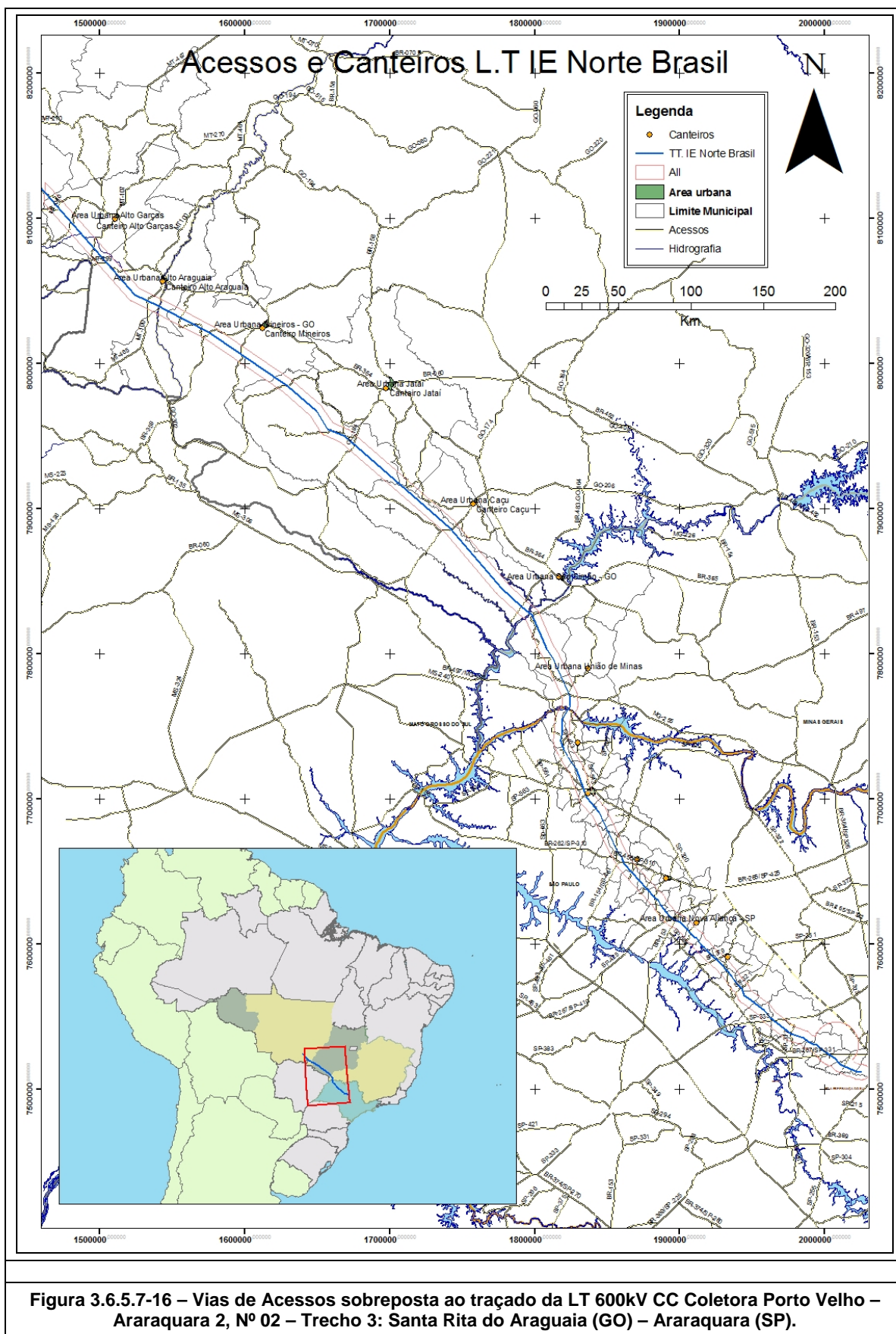


Figura 3.6.5.7-16 – Vias de Acessos sobreposta ao traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 – Trecho 3: Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP).

### 3.6.5.8 ORGANIZAÇÃO SOCIAL

#### a. Pressões Migratórias

As pressões migratórias foram analisadas com base em informações da Contagem de População 1996 e do Censo Demográfico 2000, ambos produzidos pelo IBGE. Os dados de 1996 permitem analisar as tendências migratórias recentes, uma vez que contabilizam o número de habitantes não residentes naquele município em 1991 – ou seja, que migraram nos 5 anos que antecederam a contagem -, permitindo somente a distinção entre os novos moradores provenientes da mesma unidade da federação, de outra unidade da federação, ou de país estrangeiro. Já as informações disponibilizadas pelo Censo Demográfico, embora não especifiquem o tempo de residência no município, permitem maior detalhamento a respeito do local de origem dos migrantes, pois os classificam pela região geográfica de nascimento; além de serem dados mais recentes.

Na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, no ano de 1996, a maior parte dos migrantes recentes – que haviam se estabelecido no município a partir de 1 de janeiro de 1991 – era proveniente da mesma unidade da federação (52,8%). No entanto, as AIIs Mesorregionais em estudo apresentam perfis migratórios diferenciados. Nas AIIs Mesorregionais Madeira-Guaporé, Sudeste Mato-grossense, Sul Goiano e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, predominavam, em 1996, novos moradores provenientes de outra unidade da federação. Por outro lado, na área paulista em estudo, a maior parte dos moradores que haviam fixado residência nos municípios há no máximo 5 anos eram provenientes de outros municípios da mesma unidade da federação.

**Quadro 3.6.5.8-1 – Pessoas não residentes nos municípios da AII da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 em 1º de janeiro de 1991 – 1996**

Alls Mesorregionais	Total	Outra unidade da federação	Mesma unidade da federação	País estrangeiro	Ignorado
All Mesorregional Madeira Guaporé	25666	18129	7190	228	119
All Mesorregional Leste Rondoniense	38023	18247	19435	172	169
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	62828	30560	31607	357	304
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	21104	10506	10468	34	96
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	17666	8483	8999	82	102
All Mesorregional Sul Goiano	9655	5142	4368	23	122
All Mesorregional Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	3362	1966	1375	9	12

<b>Alls Mesorregionais</b>	<b>Total</b>	<b>Outra unidade da federação</b>	<b>Mesma unidade da federação</b>	<b>País estrangeiro</b>	<b>Ignorado</b>
All Mesorregional Araraquara	17499	5783	11531	102	83
All Mesorregional São José do Rio Preto	26594	3888	22512	104	90
<b>Total All</b>	<b>222397</b>	<b>102704</b>	<b>117485</b>	<b>1111</b>	<b>1097</b>

Fonte: Contagem de População 1996 – IBGE

Os dados a respeito da população residente por local de nascimento, obtidos no Censo Demográfico 2000, do IBGE, revelam que a maior parte da população residente nos municípios que compõem a All do empreendimento havia nascido nas regiões Centro-Oeste (36,2%) e Sudeste (32,5%) do Brasil. Levando em conta a migração inter-regional em todas as Alls Mesorregionais em estudo, merece destaque o elevado percentual de residentes provenientes de outras regiões do país, que não a região Norte, na All Mesorregional Leste Rondoniense – 57,4%. A maior parte destes migrantes é oriunda das regiões Sudeste e Sul, nesta ordem. Nas demais Alls Mesorregionais em estudo, o percentual de migrantes inter-regionais entre a população residente varia de 5,8%, na All Mesorregional São José do Rio Preto, a 36,1%, no Sudoeste Mato-grossense. Nesta última, há larga predominância dos migrantes provenientes da Região Sudeste. A migração inter-regional é visivelmente mais elevada nas Alls Mesorregionais rondonienses, mato-grossenses e goiana.

**Quadro 3.6.5.8-2 - População residente por local de nascimento - All da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02– 2000**

Alls Mesorregionais e Total All	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior	Exterior naturalizados brasileiros	Exterior estrangeiros
All Mesorregional Madeira Guaporé	354590	264661	43543	17322	16389	11418	123	1132	-	-	-
All Mesorregional Leste Rondoniense	428007	181420	38438	100974	76697	29629	138	707	-	-	-
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	754390	10190	35746	66239	55428	584318	650	1817	-	-	-
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	222498	1838	19876	28986	16877	154441	108	370	-	-	-
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	140505	3142	9169	28824	9625	89332	81	330	-	-	-
All Mesorregional Sul Goiano	131455	604	6123	5883	4696	114033	0	115	0	0	0
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	34984	29	1973	31722	119	1099	0	42	0	0	0
All Mesorregional Araraquara	329590	375	15422	291159	19486	2207	10	929	0	0	0
All Mesorregional São José do Rio Preto	340138	366	11763	319318	4520	3074	15	1089	0	0	0
<b>Total All</b>	<b>2736157</b>	<b>462625</b>	<b>182053</b>	<b>890427</b>	<b>203837</b>	<b>989551</b>	<b>1125</b>	<b>6531</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Contagem de População 1996 – IBGE

## (1) Rondônia

Baseado nos dados do IBGE para os anos de 1991 e de 1996, o conjunto dos municípios rondonienses recebeu 63.689 migrantes (pessoas não residentes), 57,1% dos quais provenientes de outro Estado e 41,8% originários do próprio Estado de Rondônia. O município de Porto Velho foi o que recebeu o maior número de migrantes, seguido por Ariquemes e Rolim de Moura, sendo que, em Porto Velho e Ariquemes, o maior número foi de migrantes originários de outro Estado, enquanto que, em Rolim de Moura, ocorreu o movimento inverso – predominaram os migrantes provenientes de outros municípios do Estado de Rondônia. No que concerne aos imigrantes, Porto Velho recebeu 23,5% destes em relação ao total estadual.

**Quadro 3.6.5.8-3 - Pessoas não residentes nos municípios da All/Rondônia em 1o de janeiro de 1991-1996 - Rondônia**

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Outra unidade da federação	Mesma unidade da federação	País estrangeiro	Ignorado
<b>Rondônia</b>	<b>142.112</b>	<b>64.787</b>	<b>75.697</b>	<b>963</b>	<b>665</b>
Candeias do Jamari	2.899	753	2.133	1	12
Itapuã do Oeste	964	320	638	1	5
Porto Velho	21.803	17.056	4.419	226	102
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>25.666</b>	<b>18.129</b>	<b>7.190</b>	<b>228</b>	<b>119</b>
Alto Paraíso	1.088	394	686	4	4
Alvorada D'Oeste	1.812	600	1.188	5	19
Ariquemes	8.159	4.271	3.806	58	24
Cabixi	992	471	515	-	6
Cacaulândia	356	227	128	-	1
Castanheiras	699	253	444	-	2
Cerejeiras	1.938	1.050	873	14	1
Chupinguaia	-	-	-	-	-
Colorado do Oeste	1.889	1.122	746	19	2
Corumbiara	1.019	617	392	6	4
Governador Jorge Teixeira	1.390	679	696	-	15
Jaru	3.288	1.739	1.517	10	22
Monte Negro	-	-	-	-	-
Nova Brasilândia D'Oeste	2.413	919	1.488	-	6
Ouro Preto do Oeste	3.463	2.001	1.431	16	15
Parecis	-	-	-	-	-
Presidente Médici	2.893	1.417	1.448	17	11
Primavera de Rondônia	-	-	-	-	-
Rolim de Moura	3.949	1.828	2.099	15	7

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Outra unidade da federação	Mesma unidade da federação	País estrangeiro	Ignorado
São Felipe D'Oeste	-	-	-	-	-
Teixeirópolis	-	-	-	-	-
Urupá	2.675	659	1.978	8	30
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>38.023</b>	<b>18.247</b>	<b>19.435</b>	<b>172</b>	<b>169</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>63.689</b>	<b>36.376</b>	<b>26.625</b>	<b>400</b>	<b>288</b>

Fonte: Contagem de População 1996 – IBGE

No ano 2000, 52,5% da população residente de Rondônia havia nascido na própria Região Norte, e dos migrantes inter-regionais, 18,2% eram provenientes da Região Sudeste, 13,8% da Região Sul, 9,1% da Região Nordeste e 6,1% da Região Centro-Oeste. O conjunto dos municípios rondonienses em estudo acompanhou a tendência apresentada pelo Estado, ou seja, a maior parte da população residente nasceu na Região Norte (57%) e na Região Sudeste (15,2%). Analisando os municípios, esta tendência, em alguns deles, se apresentou de forma diferenciada. Em Porto Velho, por exemplo, a população era, majoritariamente, nascida na Região Norte (75,3%). Entre os migrantes inter-regionais, predominavam os sulistas em Alto Paraíso (24,6%), Cerejeiras (23,4%), Ariquemes (22,0%), Castanheiras (21,5%), Parecis (20,8%), Primavera de Rondônia (22,4%) e Rolim de Moura (24,2%). O município de Cacaulândia foi o único em que prevaleceram os nordestinos entre os migrantes inter-regionais (21,9%). Em Chupinguaia (0,4%) e São Felipe D'Oeste (0,4%), o percentual de população proveniente de países estrangeiros é mais elevado que o estadual (0,3%).

**Quadro 3.6.5.8-4 - População residente por local de nascimento nos municípios da All/Rondônia – 2000 - Rondônia**

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior	Exterior naturalizados brasileiros	Exterior estrangeiros
<b>Rondônia</b>	<b>1.380.952</b>	<b>724.406</b>	<b>125.444</b>	<b>250.959</b>	<b>190.621</b>	<b>84.638</b>	<b>542</b>	<b>4.341</b>	-	-	-
Candeias do Jamari	13.107	8.928	1.753	949	963	514	-	-	-	-	-
Itapuã do Oeste	6.822	3.690	1.087	892	777	341	12	22	-	-	-
Porto Velho	334.661	252.043	40.703	15.481	14.649	10.563	111	1.110	-	-	-
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>354.590</b>	<b>264.661</b>	<b>43.543</b>	<b>17.322</b>	<b>16.389</b>	<b>11.418</b>	<b>123</b>	<b>1.132</b>	-	-	-
Alto Paraíso	13.118	5.476	1.469	2.233	3.223	672	23	22	-	-	-

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior	Exterior naturalizados brasileiros	Exterior estrangeiros
Alvorada D'Oeste	19.832	8.240	1.849	4.498	3.232	1.966	-	47	-	-	-
Ariquemes	74.503	32.742	9.275	11.792	16.408	4.156	49	81	-	-	-
Cabixi	7.518	3.046	377	1.729	1.706	640	-	19	-	-	-
Cacaulândia	5.372	2.233	1.174	911	824	202	-	28	-	-	-
Castanheiras	4.212	1.782	415	854	906	249	-	6	-	-	-
Cerejeiras	18.207	6.977	1.081	3.668	4.269	2.134	-	78	-	-	-
Chupinguaia	5.521	2.331	575	869	972	752	-	21	-	-	-
Colorado do Oeste	21.892	8.744	1.336	5.351	4.164	2.289	-	8	-	-	-
Corumbiara	10.459	4.203	581	2.422	1.467	1.781	-	4	-	-	-
Governador Jorge Teixeira	13.961	6.428	1.469	4.043	1.336	660	3	22	-	-	-
Jaru	53.600	24.116	4.756	14.774	6.768	3.123	25	38	-	-	-
Monte Negro	12.627	6.001	1.196	2.594	2.325	501	6	4	-	-	-
Nova Brasilândia D'Oeste	17.067	6.855	1.059	4.651	3.501	956	-	45	-	-	-
Ouro Preto do Oeste	40.884	17.932	3.620	12.803	4.523	1.911	-	95	-	-	-
Parecis	3.622	1.553	411	528	755	367	7	-	-	-	-
Presidente Médici	26.365	11.218	2.078	7.072	3.961	1.977	-	60	-	-	-
Primavera de Rondônia	4.311	1.690	333	905	966	409	-	9	-	-	-
Rolim de Moura	47.382	18.368	3.481	10.393	11.471	3.571	19	79	-	-	-
São Felipe D'Oeste	7.056	2.710	583	2.068	1.309	358	-	28	-	-	-
Teixeirópolis	5.618	2.527	358	1.865	563	304	-	-	-	-	-
Urupá	14.880	6.248	962	4.951	2.048	651	6	13	-	-	-
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>428.007</b>	<b>181.420</b>	<b>38.438</b>	<b>100.974</b>	<b>76.697</b>	<b>29.629</b>	<b>138</b>	<b>707</b>	-	-	-
<b>TOTAL All</b>	<b>782.597</b>	<b>446.081</b>	<b>81.981</b>	<b>118.296</b>	<b>93.086</b>	<b>41.047</b>	<b>261</b>	<b>1.839</b>	-	-	-

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

## (2) Mato Grosso

O Estado do Mato Grosso recebeu 308.986 pessoas não residentes entre os anos de 1991 e 1996, 50,4% dos quais originados do próprio Estado e 48,7% do de outra unidade da federação. Acompanhando a tendência estadual, entre os municípios pertencentes às Alls Mesorregionais, a maior parte dos migrantes era proveniente do próprio Estado (50,4%). A cidade de Cuiabá, pertencente à All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, foi a que recebeu maior número de migrantes (37.972), sendo compostos por: 56,6% de migrantes de outros Estados, 42,2% do próprio Estado e 0,7% de país estrangeiro. Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, onde 50,4% das pessoas não residentes não vieram da mesma unidade da federação, observa-se



que em três municípios esta situação não se repete, ou seja, em Juscimeira (65,5%), Pedra Preta (57%) e Jaciara (52,5%), os migrantes eram originários do próprio Estado. Na AII Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, destacou-se o município de Lambari D'Oeste (76,3%) por possuir o maior percentual de migrantes intermunicipais, e Comodoro (63,7%), por apresentar o maior percentual de migrantes originários de outra unidade da federação.

**Quadro 3.6.5.8-5 - Pessoas não residentes nos municípios da AII/ Mato Grosso em 1o de janeiro de 1991 - 1996**

Estado, Municípios e AIs Mesorregionais	Total	Outra unidade da federação	Mesma unidade da federação	País estrangeiro	Ignorado
<b>Mato Grosso</b>	<b>308.986</b>	<b>150.421</b>	<b>155.766</b>	<b>1.271</b>	<b>1.528</b>
Acorizal	249	47	201	-	1
Alto Paraguai	59	49	10	-	-
Cuiabá	37.972	21.478	16.035	282	177
Jangada	215	38	158	-	19
Rosário Oeste	776	152	622	-	2
Santo Antônio do Leverger	938	230	666	17	25
Várzea Grande	22.619	8.566	13.915	58	80
<b>AII Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>62.828</b>	<b>30.560</b>	<b>31.607</b>	<b>357</b>	<b>304</b>
Alto Araguaia	740	476	244	4	16
Alto Garças	380	250	124	5	1
Jaciara	3.275	1.546	1.719	2	8
Juscimeira	860	278	563	-	19
Pedra Preta	1.227	525	699	-	3
São José do Povo	135	68	61	-	6
Rondonópolis	14.487	7.363	7.058	23	43
<b>AII Sudeste Mato-grossense</b>	<b>21.104</b>	<b>10.506</b>	<b>10.468</b>	<b>34</b>	<b>96</b>
Araputanga	1.647	519	1.108	7	13
Barra do Bugres	1.482	835	630	4	13
Comodoro	4.031	2.567	1.444	18	2
Indiavaí	83	7	76	-	-
Jauru	592	315	273	1	3
Lambari D'Oeste	539	124	411	2	2
Vila Bela da Santíssima Trindade	2.985	1.001	1.912	33	39
Nova Lacerda	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	5.885	2.953	2.893	13	26
Rio Branco	422	162	252	4	4
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-
<b>AII Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>17.666</b>	<b>8.483</b>	<b>8.999</b>	<b>82</b>	<b>102</b>
<b>TOTAL AII</b>	<b>101.598</b>	<b>49.549</b>	<b>51.074</b>	<b>473</b>	<b>502</b>

Fonte: Contagem de População 1996 – IBGE

No Estado do Mato Grosso, no ano 2000, 65,29% da população residente havia nascido na Região Centro-Oeste. Entre os migrantes inter-regionais, 14,82% eram da região Sul, 10,88% da Região Sudeste, 6,73% da Região Nordeste e 1,99% da Região Norte. No conjunto dos municípios mato-grossenses em estudo, a

maior parte dos migrantes inter-regionais era originária da Região Sudeste (11,57%). Em seguida vinham os sulinos (7,10%), nordestinos (6,13%) e, por último, os nortistas (1,26%).

Em todos os municípios analisados, a população residente era predominantemente nascida na Região Centro-Oeste, com percentual variando de 50,38%, em Nova Lacerda, a 96,84%, em Acorizal.

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, predominavam os migrantes vindos da Região Sudeste (8,78%), sendo que o município de Cuiabá foi o que recebeu o maior percentual destes migrantes (9,51%). Já em Várzea Grande, predominavam os migrantes sulistas (9,11%). Acorizal, Jangada e Rosário do Oeste se destacaram por possuir mais de 90% da população residente nascida no próprio Centro-oeste.

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, houve prevalência também dos migrantes inter-regionais originários da Região Sudeste (13,03%). Em Jaciara, os migrantes inter-regionais eram, em sua maioria, nordestinos, e São José do Povo, possuía o maior percentual de migrantes do sudeste desta All Mesorregional (22,15%), seguido por Juscimeira (17,56%) e Pedra Preta (17,39%).

Na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, predominavam os migrantes inter-regionais da Região Sudeste (20,51%), principalmente nos municípios de Jauru (37,91%) e Rio Branco (36,37%). Nesta All Mesorregional, encontravam-se os municípios com os maiores percentuais de migrantes originários da Região Norte, com média bem acima da estadual (1,99%), sendo eles: Comodoro (7,52%), Nova Lacerda (3,11) e Pontes e Lacerda (2,48%). Os migrantes da Região Sul eram maioria somente em Comodoro (17,61%).

Com relação aos imigrantes, estes eram apenas 0,22% da população residente do Estado do Mato Grosso. Entre os 25 municípios mato-grossenses analisados, apenas em 7 deles o percentual dos imigrantes foi maior que o estadual: Nova Lacerda (1,06%), Vila Bela da Santíssima Trindade (0,51%), Comodoro (0,49%), Indiavaí (0,39%), Cuiabá (0,27%), Alto Paraguai (0,26%) e Santo Antonio do Leverger (0,25%).

**Quadro 3.6.5.8-6 - População residente por local de nascimento nos municípios da All/ Mato Grosso - 2000 -  
Mato Grosso (retirar o iluminado de amarelo na tabela)**

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior	Exterior naturalizados brasileiros	Exterior estrangeiros
<b>Mato Grosso</b>	<b>2.505.245</b>	<b>49.784</b>	<b>168.575</b>	<b>272.618</b>	<b>371.203</b>	<b>1.635.749</b>	<b>1.835</b>	<b>5.481</b>	-	-	-
Acorizal	5.817	27	49	43	65	5.633	-	-	-	-	-
Alto Paraguai	8.605	35	369	403	144	7.632	-	22	-	-	-
Cuiabá	483.346	6.490	24.565	45.949	34.254	370.444	317	1.326	-	-	-
Jangada	7.134	14	120	144	247	6.609	-	-	-	-	-
Rosário Oeste	18.755	29	386	428	497	17.377	4	34	-	-	-
Santo Antônio do Leverger	15.435	123	388	669	613	13.581	22	39	-	-	-
Várzea Grande	215.298	3.472	9.869	18.603	19.608	163.042	307	396	-	-	-
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>754.390</b>	<b>10.190</b>	<b>35.746</b>	<b>66.239</b>	<b>55.428</b>	<b>584.318</b>	<b>650</b>	<b>1.817</b>	-	-	-
Alto Araguaia	11.410	17	350	555	237	10.247	4	-	-	-	-
Alto Garças	8.335	55	436	575	1.146	6.116	-	6	-	-	-
Jaciara	23.796	205	3.059	2.968	2.858	14.652	18	35	-	-	-
Juscimeira	12.063	86	1.267	2.118	479	8.108	-	5	-	-	-
Pedra Preta	13.611	133	1.281	2.367	819	8.960	21	30	-	-	-
São José do Povo	3.056	-	385	677	84	1.910	-	-	-	-	-
Rondonópolis	150.227	1.342	13.098	19.726	11.254	104.448	65	294	-	-	-
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>222.498</b>	<b>1.838</b>	<b>19.876</b>	<b>28.986</b>	<b>16.877</b>	<b>154.441</b>	<b>108</b>	<b>370</b>	-	-	-
Araputanga	13.675	212	775	3.020	421	9.228	-	19	-	-	-
Barra do Bugres	27.460	114	2.822	3.425	1.998	19.071	9	21	-	-	-
Comodoro	15.046	1.131	877	2.352	2.650	7.956	7	73	-	-	-
Indiavaí	2.056	-	75	493	65	1.415	-	8	-	-	-
Jauru	12.764	218	263	4.839	226	7.193	4	20	-	-	-
Lambari D'Oeste	4.690	18	432	1.156	92	2.981	4	6	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	12.665	195	559	1.120	736	9.990	-	65	-	-	-
Nova Lacerda	4.045	126	468	850	520	2.038	-	43	-	-	-
Pontes e Lacerda	43.012	1.066	2.797	9.717	2.852	26.448	57	75	-	-	-
Rio Branco	5.092	62	101	1.852	65	3.012	-	-	-	-	-
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>140.505</b>	<b>3.142</b>	<b>9.169</b>	<b>28.824</b>	<b>9.625</b>	<b>89.332</b>	<b>81</b>	<b>330</b>	-	-	-
<b>TOTAL All</b>	<b>1.117.393</b>	<b>15.170</b>	<b>64.791</b>	<b>124.049</b>	<b>81.930</b>	<b>828.091</b>	<b>839</b>	<b>2.517</b>	-	-	-

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

### (3) Goiás

O conjunto de municípios goianos em estudo, de 1991 a 1996, recebeu 9.655 novos migrantes, 53,4% dos quais provenientes de outra unidade da federação. Assim sendo, a All Mesorregional Sul Goiano acompanha tendência apresentada pelo Estado de Goiás como um todo, onde a maior parte dos migrantes recentes (53,3%) era provenientes de outros Estados. Em ordem decrescente, receberam mais migrantes, no período analisado, os municípios de Jataí, Mineiros, Itarumã, Santa Rita do Araguaia e Serranópolis. Nos municípios de Serranópolis e Itarumã, ao contrário dos demais, predominam os migrantes provenientes de outros municípios do Estado de Goiás. Tanto no Estado quanto na All Mesorregional em análise, a porcentagem de imigrantes é inexpressiva.

**Quadro 3.6.5.8-7 – Pessoas não residentes nos municípios da All/ Goiás em 1º de janeiro de 1991 – 1996**

Municípios, Estado e All	Total	Outra unidade da federação	Mesma unidade da federação	País estrangeiro	Ignorado
Itarumã	1.121	371	747	-	3
Jataí	5.031	2.703	2.242	13	73
Mineiros	2.103	1.164	886	9	44
Santa Rita do Araguaia	754	592	160	1	1
Serranópolis	646	312	333	-	1
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>9.655</b>	<b>5.142</b>	<b>4.368</b>	<b>23</b>	<b>122</b>
<b>Goiás</b>	<b>550.829</b>	<b>288.627</b>	<b>258.131</b>	<b>1.449</b>	<b>2.622</b>

Fonte: Contagem de População 1996 – IBGE

O conjunto de municípios que compõem a All Mesorregional Sul Goiano, no ano de 2000, parecia ser menos atraente a migrantes inter-regionais do que o Estado de Goiás como um todo, embora fosse mais atraente para os migrantes provenientes da Região Sul do país. No Estado, em 2000, 10,8% da população residente havia nascido na Região Nordeste e 8,6%, na Região Sudeste. Havia ainda 2,2% de habitantes provenientes da Região Norte e 0,8% da Região Sul, enquanto que os habitantes do próprio Centro-Oeste contabilizavam 77,5% da população residente. Na All Mesorregional Sul Goiano, a população residente que nascera no próprio Centro-Oeste, no ano de 2000, representava 86,7% do total, havendo 4,7% de residentes que haviam nascido na Região Nordeste e 4,5%, provenientes do Sudeste. Os migrantes da Região Sul, no entanto, contabilizavam 3,6% da população residente neste conjunto de municípios, em proporção bastante acima daquela apresenta pelos sulistas no Estado de Goiás. No município de Mineiros, o número de migrantes provenientes da Região Sul ultrapassa o número de habitantes provenientes do Sudeste. Os municípios de Jataí e Mineiros atraem a maior parte dos migrantes que chegam a esta All Mesorregional.

**Quadro 3.6.5.8-8 – População residente por local de nascimento nos municípios da AII/ Goiás – 2000**

Municípios da AII	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior	Exterior naturalizados brasileiros	Exterior estrangeiros
Itarumã	5.446	18	232	779	40	4.377	-	-	-	-	-
Jataí	75.451	428	3.036	2.969	2.880	66.030	-	108	-	-	-
Mineiros	39.024	119	2.045	1.371	1.435	34.054	-	-	-	-	-
Santa Rita do Araguaia	5.087	7	356	408	168	4.147	-	-	-	-	-
Serranópolis	6.447	32	454	356	173	5.425	-	7	-	-	-
<b>All Mesorregional Sul Goiano</b>	<b>131.455</b>	<b>604</b>	<b>6.123</b>	<b>5.883</b>	<b>4.696</b>	<b>114.033</b>	<b>0</b>	<b>115</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Goiás</b>	<b>5.004.197</b>	<b>108.601</b>	<b>542.094</b>	<b>429.307</b>	<b>40.075</b>	<b>3.877.365</b>	<b>846</b>	<b>5.911</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

#### (4) Minas Gerais

Nos dois municípios que compõem a AII mineira, no ano de 1996, os migrantes recentes (que não residiam no município em 1º de setembro de 1991) provenientes de outra unidade da federação representavam 58,5% do total de migrantes que haviam fixado residência no município a partir de setembro de 1991, em proporção bastante acima da apresentada pelos migrantes de outras unidades da federação no Estado de Minas Gerais como um todo – 29,7%.

**Quadro 3.6.5.8-9 – Pessoas não residentes nos municípios da AII/ Minas Gerais em 1º de janeiro de 1991 – 1996**

Municípios, Estado e AII	Total	Outra unidade da federação	Mesma unidade da federação	País estrangeiro	Ignorado
Ituramã	2.931	1.732	1.185	9	5
Limeira do Oeste	431	234	190	-	7
<b>All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba</b>	<b>3.362</b>	<b>1.966</b>	<b>1.375</b>	<b>9</b>	<b>12</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>1.060.558</b>	<b>315.468</b>	<b>732.108</b>	<b>7.129</b>	<b>5.853</b>

Fonte: Contagem de População 1996 – IBGE

Os dados do Censo Demográfico 2000 permitem identificar a origem dos numerosos migrantes que se dirigem ao conjunto de municípios mineiros em estudo. No ano de 2000, 5,6% dos habitantes da AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba haviam nascido na Região Nordeste (enquanto os nordestinos representavam apenas 1,8% da população residente no Estado de Minas Gerais), e, 3,1%, haviam nascido na Região Centro-Oeste (contra 0,8% no Estado de Minas Gerais). A maior parte destes migrantes fixou residência no município de Ituramã.

**Quadro 3.6.5.8-10 – População residente por local de nascimento nos municípios da AII/ Minas Gerais – 2000**

Municípios da AII	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior	Exterior naturalizados brasileiros	Exterior estrangeiros
Ituramã	28.814	17	1.594	26.115	108	937	-	42	-	-	-
Limeira do Oeste	6.170	12	379	5.607	11	162	-	-	-	-	-
<b>All Mesorregional Triângulo Mineiro /Alto Paranaíba</b>	<b>34.984</b>	<b>29</b>	<b>1.973</b>	<b>31.722</b>	<b>119</b>	<b>1.099</b>	<b>0</b>	<b>42</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>17.905.134</b>	<b>23.207</b>	<b>325.061</b>	<b>17.290.712</b>	<b>95.345</b>	<b>148.658</b>	<b>1.128</b>	<b>21.022</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

## (5) São Paulo

No ano de 1996, no conjunto de municípios paulistas em estudo, a proporção de migrantes recentes (que não residiam no município em 1º de setembro de 1991) provenientes de outros municípios do mesmo Estado era de 77,2%, bastante mais elevada do que a proporção de migrantes intermunicipais no Estado de São Paulo como um todo – 57,1%. Esta tendência é acompanhada pelos dois conjuntos de municípios que compõem as AII Mesorregionais Araraquara e São José de Rio Preto. As exceções aconteceram na AII Mesorregional Araraquara, onde os municípios de Nova Europa e Tabatinga apresentaram número mais elevado de migrantes recentes provenientes de outros Estados. O município de Votuporanga apresentou o percentual mais elevado de imigrantes recentes – 0,1%, acima do percentual apresentado pelo Estado de São Paulo.

**Quadro 3.6.5.8-11 – Pessoas não residentes nos municípios da AII/ São Paulo em 1º de janeiro de 1991 – 1996**

Municípios, Estado e AII	Total	Outra unidade da federação	Mesma unidade da federação	País estrangeiro	Ignorado
Araraquara	10.507	3.478	6.897	65	67
Borborema	886	103	781	2	-
Gavião Peixoto	-	-	-	-	-
Itápolis	2.442	820	1.608	9	5
Matão	3080	841	2211	19	9
Nova Europa	113	106	3	3	1
Tabatinga	471	435	31	4	1
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>17.499</b>	<b>5.783</b>	<b>11.531</b>	<b>102</b>	<b>83</b>
Estrela d'Oeste	552	54	496	-	2
Fernandópolis	5.583	1.083	4.448	28	24

Municípios, Estado e All	Total	Outra unidade da federação	Mesma unidade da federação	País estrangeiro	Ignorado
Floreal	284	41	243	-	-
Irapuã	751	75	670	3	3
Itajobi	1.261	227	1.023	9	2
José Bonifácio	2.459	376	2.078	3	2
Macaubal	601	71	529	-	1
Mendonça	125	5	120	-	-
Meridiano	270	43	225	1	1
Monte Aprazível	1.370	134	1.235	1	-
Neves Paulista	636	59	574	3	-
Nhandeara	611	58	550	-	3
Nipoã	505	45	460	-	-
Nova Aliança	538	39	495	-	4
Novo Horizonte	1.982	275	1.694	6	7
Ouroeste	-	-	-	-	-
Populina	155	47	105	2	1
Potirendaba	827	93	719	8	7
Turmalina	212	27	179	-	6
União Paulista	11	11	-	-	-
Urupês	803	67	733	-	3
Valentim Gentil	926	71	853	1	1
Votuporanga	6.132	987	5.083	39	23
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>26594</b>	<b>3888</b>	<b>22512</b>	<b>104</b>	<b>90</b>
<b>São Paulo</b>	<b>2765482</b>	<b>1139640</b>	<b>1579012</b>	<b>28726</b>	<b>18104</b>

Fonte: Contagem de População 1996 – IBGE

No ano de 2000, 81,1% da população residente no Estado de São Paulo havia nascido na própria Região Sudeste. A maior parte dos migrantes inter-regionais eram provenientes da Região Nordeste, representando 13,5% da população do Estado. Em seguida, a porcentagem mais elevada era de migrantes da Região Sul – 3,6%. No conjunto dos municípios paulistas em estudo, a porcentagem de população que havia nascido no próprio Sudeste era 10,1% mais elevada que a apresentada pelo Estado como um todo. Entre os migrantes inter-regionais, predominavam os nordestinos (4,1% da população residente) e sulinos (3,6%). Chama a atenção a porcentagem da população proveniente de países estrangeiros, bastante mais elevada que a estadual, nos municípios de Fernandópolis (0,6%), Araraquara (0,4%) e Votuporanga (0,3%).

**Quadro 3.6.5.8-12 – População residente por local de nascimento nos municípios da All/ São Paulo – 2000**

Municípios da All	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior	Exterior naturalizados brasileiros	Exterior estrangeiros
Araraquara	182.471	270	9.974	163.876	6.089	1.512	10	739	-	-	-
Borborema	13.193	19	841	11.782	449	80	-	21	-	-	-
Gavião Peixoto	4.126	3	114	3.120	885	4	-	-	-	-	-
Itápolis	37.750	8	812	33.092	3.606	193	-	39	-	-	-
Matão	71.753	71	2.743	63.383	5.100	374	-	82	-	-	-
Nova Europa	7.307	-	352	5.652	1.250	25	-	28	-	-	-
Tabatinga	12.990	4	586	10.254	2.107	19	-	20	-	-	-
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>329.590</b>	<b>375</b>	<b>15.422</b>	<b>291.159</b>	<b>19.486</b>	<b>2.207</b>	<b>10</b>	<b>929</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Estrela d'Oeste	8.256	8	252	7.827	76	69	-	24	-	-	-
Fernandópolis	61.647	128	2.594	57.197	388	981	-	359	-	-	-
Floreal	3.223	-	100	3.047	22	40	-	14	-	-	-
Irapuã	6.658	16	180	6.198	211	30	-	24	-	-	-
Itajobi	14.295	15	346	13.114	740	67	-	15	-	-	-
José Bonifácio	28.714	-	1.024	26.967	473	211	-	39	-	-	-
Macaubal	7.385	3	199	7.034	125	14	-	10	-	-	-
Mendonça	3.759	-	111	3.576	39	10	-	22	-	-	-
Meridiano	4.025	-	280	3.689	24	27	-	6	-	-	-
Monte Aprazível	18.413	11	434	17.751	140	54	-	23	-	-	-
Neves Paulista	8.907	8	136	8.624	85	28	-	26	-	-	-
Nhandeara	10.194	6	192	9.849	64	77	7	-	-	-	-
Nipoã	3.267	4	132	3.021	67	28	-	15	-	-	-
Nova Aliança	4.768	-	102	4.556	45	42	-	24	-	-	-
Novo Horizonte	32.432	-	555	30.850	738	140	-	149	-	-	-
Ouroeste	6.290	38	490	5.574	66	79	-	43	-	-	-
Populina	4.450	14	198	4.115	28	80	-	16	-	-	-
Potirendaba	13.656	4	672	12.633	299	44	-	4	-	-	-
Turmalina	2.366	-	143	2.217	2	-	-	3	-	-	-
União Paulista	1.354	-	87	1.244	23	-	-	-	-	-	-
Urupês	11.833	6	174	11.365	244	22	-	22	-	-	-
Valentim Gentil	8.605	-	348	8.033	139	68	-	18	-	-	-
Votuporanga	75.641	105	3.014	70.837	482	963	8	233	-	-	-
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>340.138</b>	<b>366</b>	<b>11.763</b>	<b>319.318</b>	<b>4.520</b>	<b>3.074</b>	<b>15</b>	<b>1.089</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>São Paulo</b>	<b>37.035.456</b>	<b>73.396</b>	<b>4.983.950</b>	<b>30.052.360</b>	<b>1.327.404</b>	<b>246.313</b>	<b>8.089</b>	<b>343.944</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

A migração na região, como visto, é mais intensa na região norte e centro-oeste, movimento que está especialmente associado à colonização da Amazônia e à expansão da fronteira agrícola na região. Nos estados de Rondônia e Mato Grosso,



especialmente, esse movimentos migratórios trazem maior impacto sobre a infraestrutura municipal de saúde, educação e segurança, se refletindo, na maioria dos casos, na piora do atendimento desses serviços.

As seções 3.6.5.4. Saúde referente à infra-estrutura dos serviços e profissionais disponíveis, aponta as ofertas e demandas dos municípios da All, bem como o item 3.6.5.6 – Segurança Pública descrevem as condições dos municípios na oferta desses serviços, indicando potenciais deficiências que possam ser agravadas com a chegada da mão-de-obra nos canteiros. Por outro lado, o item g. Malha Urbana Vulneráveis ao Empreendimento da seção 3.6.5.11 – Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações, relaciona as localidades, sedes municipais, distritos e povoados, localizados em áreas próximas aos canteiros, indicando a infra-estrutura disponíveis nessas localidades.

## **b. Conflitos Agrários e Tensões Socioambientais**

A questão dos conflitos agrários no Brasil e em especial na Amazônia brasileira e nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, estão intimamente ligados ao histórico de ocupação da região e às diversas políticas desenvolvidas nos últimos 50 anos, que visavam promover o seu povoamento e desenvolvimento. Esta região, definida no Governo Vargas como “deserto humano” experimentou durante os anos 70, já sob a vigência do Estatuto da Terra, a abertura de várias frentes de estímulo à colonização da região.

Deste modo, a ditadura militar brasileira criou o Plano de Integração Nacional (PIN), cuja idéia central era estimular a ocupação de terras, permitindo não só a expansão do capitalismo, bem como para tentar resolver os conflitos de terras existentes na região Sul do país. Para tanto, foram abertas rodovias e instalados órgãos públicos na área, o que permitiu o crescimento de núcleos urbanos e sedes municipais, cujo desenvolvimento acompanhava a modernização agrícola da região. Grosso modo, pode-se afirmar que este modelo de colonização da região não incluiu ou levou em conta a ocupação tradicional representada principalmente por posseiros, ribeirinhos e grupos indígenas, contribuindo deste modo para a inclusão destes atores na dinâmica dos conflitos agrários nas regiões Amazônica e Centro-Oeste.

Ainda que a colonização dessas regiões incluísse agricultores familiares advindos de outros estados do país, estes não foram alvos de políticas públicas que permitissem a sua autonomia e sobrevivência de modo sustentável nessas novas fronteiras de ocupação. Essa fragilidade econômica e social impediu a fixação do colono na terra, e abriu espaço para a concentração fundiária predominante nestas regiões, através do arrendamento e compra das terras dos agricultores por um preço abaixo do mercado.

À medida que a fronteira agrícola se expande nessa região, aumenta ao longo dos anos a pressão sobre os recursos naturais e em especial o acentuado desmatamento ilegal, voltado para o desenvolvimento da pecuária extensiva e para a monocultura de soja e cana.

Um novo componente para o ambiente de conflito envolve os mesmos atores aqui citados e ocorre no Estado de Rondônia, qual seja, a construção do complexo do Rio Madeira, incluindo a construção declusas das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau e que permitirão a navegação até as terras bolivianas. Diante, da problemática já existente no Estado, a implantação destes empreendimentos pode acentuar os conflitos existentes e a pressão sobre os fragmentos florestais da região.

O estado do Mato Grosso tem na “escravidão branca” e no desmatamento, seus principais problemas na questão da terra envolvendo trabalhadores rurais e fazendeiros. De acordo com Selene (2008) outra prática dos fazendeiros da região incide nos recursos naturais da região: o uso intenso de agrotóxicos, tal como sugere o texto a seguir:

*“Por outro lado, existe o uso abusivo e indiscriminado de agrotóxicos no Estado de Mato Grosso, onde é utilizado em média 8.2kg de agrotóxicos por hectare, enquanto que a média no Brasil é de 3,2 kg por hectare, o uso excessivo de agrotóxicos tem como finalidade aumentar a produção de grãos, realizado sem um controle por parte dos órgãos competentes. Doses excessivas de veneno acabam afetando a cadeia alimentar dos biomas do Cerrado e da Amazônia” (Selene 2008)*

Tal pratica tem consequência direta na dieta e na sobrevivência das populações tradicionais, nos seus usos dos recursos naturais e em seus modos de vida. A constante expansão das terras agrícolas do Estado acaba por manter a pressão sobre os recursos natural. O bioma do cerrado possui excelentes condições para o desenvolvimento da monocultura do agronegócio e nesse sentido o Estado de Goiás, desde a década de 1990 é invadido pelas plantações de soja, onde desde então, predominam a paisagem das áreas rurais. Deste modo esta prática se caracteriza como uma grande fonte de degradação ambiental e de conflitos no estado, envolvendo trabalhadores rurais e fazendeiros.

Outro aspecto que deve ser considerado, é que, de acordo com os dados do IBGE de 2006, há no Mato Grosso um aumento na concentração fundiária, fruto em grande parte da consolidação das atividades do agronegócio na região ao longo das últimas décadas. Tal tendência pode representar um acirramento dos conflitos fundiários na região de estudo.

Cabe destacar a atuação dos movimentos sociais, tanto na perspectiva de preservação do bioma amazônico, como também no reconhecimento de direitos da população local. Da mesma maneira, tem sido a atuação dos trabalhadores rurais sem terra, os quais tem se organizado em diversos movimentos sociais com o objetivo de repartir a terra – reforma agrária em todo o país. A principal tática desses movimentos sociais é a ocupação e posse da terra, para fins de reforma agrária. No corredor em estudo, as principais ocupações, ocorreram nas décadas de 1960 e 1970 e nessas terras atualmente residem como assentados, em sua maioria, posseiros e sitiantes que iniciaram a ocupação de terras griladas e que enfrentaram a violência de fazendeiros e grileiros em sucessivas tentativas de retomada da terra.

Em relação aos empreendimentos hidrelétricos, o Movimento de Atingidos por Barragens, é o que mais se destaca na luta contra a construção de barragens. Existe uma diversidade de entidades que nos últimos anos têm se organizado para combater a construção de barragens em diversos pontos do país.

Para o levantamento dos conflitos sociais existentes na AID do empreendimento foram utilizadas duas fontes os levantamentos de campo e o Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (relativo ao ano de 2008).

A partir destas fontes foram identificados 23 conflitos. Os conflitos identificados ao longo da AID mais significativos são caracterizados por enfrentamentos de ordem agrária e ambiental, envolvendo disputas entre órgãos institucionais com produtores rurais e pequenos agricultores sem-terra com grandes fazendeiros, sobretudo nos trechos 1 e 2, que englobam os estados de Rondônia e Mato Grosso. Ressalva-se, contudo, que esses conflitos de ordem ambiental no trecho 1, são mais significativos envolvendo diferentes atores, com o desmatamento de grande parte da mata ciliar, no que tange à destruição de áreas preservadas para extração de madeira para fins comerciais em vários municípios desse trecho, a exemplo de Teixerópolis (RO), Cacaúlândia (RO), Alvorada do Oeste (RO), Presidente Médici (RO), Cerejeiras (RO), Nova Lacerda (RO), dentre outros. Em alguns casos, até com ações ilegais, como foi observado no município do canteiro de obras, Chupinguaia (RO), nesse corredor de estudo. No trecho 3 que engloba estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 foi observado apenas conflitos de ordem agrária, com conflitos de terra nos municípios de Itaruma (GO), Mineiros (GO) e Araraquara, no estado de São Paulo.

**Quadro 3.6.5.8-1 – Conflitos Agrários e Tensões socioambientais identificados ao longo do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

UF	Município	Tipo de Conflito	Atores Envolvidos
RO	Candeias do Jamari	Conflito agrário/sócio-ambiental	Camponeses do Assentamento Flor do Amazonas e proprietário da Fazenda Urupá
RO	Candeias do Jamari	Conflito sócio-ambiental	Prefeitura de Candeias do Jamari e empresas mineradoras
RO	Alto Paraíso	Conflito por recursos naturais (madeira)	Pequenos Proprietários e IBAMA
RO	Ariquemes	Conflito por recursos naturais (extração mineral)	Associação de Produtores de Joelândia, Empresa, IBAMA.
RO	Castanheiras	Ocupação de terra	Invasores e Proprietário de fazenda.
RO	Corumbiara	Ocupação de terra	MST e proprietários das fazendas Água Viva, Maranata e Nª Srª Aparecida (antiga Fazenda Santa Elina)
RO	Comodoro	Conflito por Terra	Grileiros e invasores
MT	Ponto e Lacerda	Conflito por Terra	INCRA, sem terra e fazendeiros.
MT	Indiavaí	Conflito por Terra	Sem terras; proprietários
MT	Indiavaí	Conflito por Terra	Sem terras e proprietários
MT	Barra do Bugres	Conflito por recursos naturais (pesca)	Pescadores "amadores" e IBAMA.
MT	Barra do Bugres	Impactos de empreendimento (LT)	2 proprietários e consórcio.

UF	Município	Tipo de Conflito	Atores Envolvidos
MT	Barra do Bugres	Reconhecimento como remanescente de Quilombo	Presidente da Associação de Moradores e Fundação palmares
MT	Acorizal	Poluição Ambiental	Moradores do Tijucá, Curtume e IBAMA.
MT	Cuiabá	Impactos de empreendimento (UHE)	Pescadores profissionais do distrito da Guia, UHE do manso, pescadores localizados à jusante no rio Cuiabá.
MT	Cuiabá	Conflito por Terra	Associações dos produtores do recanto da Seriema, INTEMAT e proprietários da terra (uma empresa de mineração que atua na região)
MT	Cuiabá	Conflito por Terra	Associação de Moradores e produtores Rurais Sesmaria de Caetano da Costa Monteiro; "proprietários".
MT	Cuiabá	Condições de assentamento e disputa por recursos naturais	Assentados; moradores da cidade de Cuiabá; órgãos ambientais; poder público local, poder público federal.
MT	Santo Antonio do Leverger	Conflitos por terra	Invasores, DNIT e proprietário de fazenda.
MT	Santo Antonio do Leverger	Conflitos por terra	Moradores da Gleba Bigorna, INCRA.
MT	Rondonópolis	Conflito por recursos naturais (pesca)	Bororos, FUNAI, IBAMA, moradores dos PA's Dom Osório e Padre Josino.
MT	São José do Povo	Disputa política interna	Associação 17 de março, Associação de Moradores e Produtores Rurais (AMPAGE), INCRA, MST.
GO	Itarumã	Conflitos por terra	Trabalhadores rurais e movimento de trabalhadores sem-terra
GO	Itarumã	Ocupações de terra	Trabalhadores rurais e movimento de trabalhadores sem-terra
GO	Mineiros	Ocupações de terra	Trabalhadores rurais e movimento de trabalhadores sem-terra
MG	Iturama	Ocupações de terra	Trabalhadores rurais e movimento de trabalhadores sem-terra
SP	Araraquara	Ocupações de terra	Trabalhadores rurais e movimento de trabalhadores sem-terra-terra
SP	Araraquara-	Solicitação de crédito, infraestrutura e assentamentos de famílias	Assentados e movimento dos trabalhadores rurais-s em terras

Fontes: Levantamento de Campo e Caderno de Conflitos, CPTNAC, 2009.

Como se pode observar o tipo de conflito mais recorrente na AID está relacionado com questões fundiárias (conflito por terra, condições de assentamento e ocupações de terra). As tensões e embates efetivos ocorrem, geralmente, entre pequenos agricultores sem-terra (ou trabalhadores rurais) e grandes fazendeiros. As lutas giram em torno da discussão de áreas utilizadas para fins de reforma agrária. Nestes embates, são envolvidos agentes públicos federais e estaduais (tais como o INCRA e INTERMAT), além do poder judiciário e das polícias estaduais, responsáveis, respectivamente, por instituírem mandatos de desapropriação ou reintegração de terras e por fazê-los funcionar.

Em muitas situações, na articulação dos trabalhadores rurais estão os movimentos sociais de trabalhadores rurais de luta pela terra, entre estes é possível citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), O Movimento Terra, Trabalho

e Liberdade - Democrático e Independente (MTL-DI), Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Famílias (SINTRAF) e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), além de ocupações de terras os movimentos têm organizados passeatas.

Na área de estudo do Eletrodo de Terra Nº 02, conflito está relacionado à criação do Assentamento Flor do Amazonas, localizado na Linha Sivan II, município de Candeias do Jamari, onde vivem 350 famílias. Reivindicada a mais de oito anos por trabalhadores rurais sem-terra integrantes do Movimento Camponês de Corumbiara (MCC), a Fazenda Urupá foi diversas vezes invadida, fatos que ocasionaram vários conflitos violentos na região. Considerada propriedade improdutivo, a fazenda foi desapropriada pelo INCRA em 1998, dando lugar ao Assentamento Flor do Amazonas. Porém, segundo os moradores, mesmo após a criação do assentamento, o clima na região ainda é muito tenso, pois as famílias temem a retomada da área pelo ex-proprietário. A preocupação dos moradores foi demonstrada na chegada da equipe de estudo ao assentamento. Recebida com muita desconfiança, somente após a apresentação dos objetivos do trabalho, alguns moradores aceitaram fornecer informações sobre o assentamento.

Apesar da ausência de informações que confirmem sua ocorrência dentro da AID, há um conflito ambiental entre a Prefeitura de Candeias do Jamari e as empresas de minério sediadas na cidade de Porto Velho. De acordo com a Prefeitura, diversas empresas estão extraindo ilegalmente areia das margens e leitos do Rio Candeias. São empresas que se instalaram na região por conta da construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, e que estão intensificando a exploração comercial de areia no Rio. Cada draga instalada possui capacidade de explorar até 10 mil metros cúbicos de areia por semana, o que, segundo a Prefeitura, está ocasionando a degradação ambiental do Rio Candeias. Os impactos causados pelo aprofundamento do leito, destruição da mata ciliar, erosão e poluição, fizeram com que a Prefeitura acionasse os órgãos ambientais e exigisse compensações/recuperações das áreas impactadas.

Além destes conflitos, foi observado um conflito de ordem política no interior de assentamento rural. (em São José do Povo). Neste caso, especificamente, há disputa interna entre as duas associações de produtores do PA Padre Josino. O tema central das disputas é a construção de um departamento de águas que, atualmente, está sob o controle de uma associação. Suspeita-se de disputa por hegemonia de poder no assentamento. A associação alijada do controle das águas é vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem terra (MST).

Também foram identificados dois conflitos associados a ações governamentais. Em Pontes e Lacerda-MT registrou-se um conflito de interesses associado à pavimentação da MT 352, onde dois fazendeiros não querem que o asfalto passe por suas terras. No município de Barra do Bugres, mais precisamente na comunidade do Buriti Fundo, há uma disputa em torno do reconhecimento da área como Quilombo. A atual presidente da associação é contra, em princípio, a despeito do presidente da gestão anterior ter aceitado a proposta da Fundação Palmares e pesquisadores da UFMT, para este reconhecimento.

No campo socioambiental também foram identificados conflitos, que são, basicamente de três ordens, embates entre atores locais que querem utilizar recursos naturais e os órgãos ambientais, impactos decorrentes de empreendimentos e queda na qualidade ambiental em função de poluição.

Em relação à primeira ordem observou-se conflitos associados a atividade pesqueira, extração de madeira e de areia. No município de Alto Paraíso, identificou-se embates entre órgãos fiscalizadores, como o IBAMA, e produtores rurais, no que tange à manutenção de áreas preservadas, os potenciais agropecuários das áreas e a extração de madeira para fins comerciais. Já na localidade de Joelândia, no município de Ariquemes há uma atividade minerária que retira areia ilegalmente nas proximidades da única ponte de acesso à localidade de Joelândia. Atualmente a situação está em litígio judicial. Em Barra do Bugres, na comunidade de Vila Concórdia existe atividade de pesca amadora não regularizada no Rio Piraputanga, que é alvo de fiscalização do IBAMA. Ainda relacionado com a pesca, observou-se que em Rondonópolis, no trecho do Rio Vermelho conhecido como Birigui, os índios Bororos vão pescar sazonalmente. Há tensão entre os moradores que não são autorizados a pescar durante esses períodos. Neste caso o IBAMA também realiza fiscalizações constantes na região.

Em relação a conflitos relacionados com queda na qualidade ambiental, em função de atividades poluidoras, identificou-se somente um caso no município de Acorizal, mais precisamente na localidade do Tijuca. Neste local, os moradores e proprietários de pequenas chácaras reclamam de um curtume instalado nas proximidades que despeja resíduos químicos no córrego do Tijucá. O IBAMA age com alguma regularidade fiscalizando e multando

Por fim, foram observados conflitos associados a impactos decorrentes de empreendimentos. Em Barra do Bugres dois proprietários de terra acionaram judicialmente o consórcio que construiu e opera a LT Jauru-Cuiabá, alegando que as indenizações devidas ainda não haviam sido realizadas. Em Cuiabá, pescadores profissionais do Distrito da Guia reclamam da diminuição da população de peixes do rio

Cuiabá, após a construção e operação da UHE do Rio Manso, instalada em 2002. Alegam que não receberam atenção dos órgãos competentes e nenhum tipo de indenização. Também há algum tipo de tensão envolvendo pescadores localizados à jusante no mesmo rio, que pescam ilegalmente com redes de espera, dificultando que os peixes subam à montante.

Ainda em relação aos conflitos associados o impacto de empreendimentos observou-se uma tendência a surgimento de conflitos desta ordem no trecho do traçado que passa pelas regiões do Sudoeste Goiano - Triângulo Mineiro e Noroeste e Oeste Paulista.

De fato esta tendência ao conflito ou tensões identificada na área de influência do empreendimento, ocorre nos municípios goianos, que sofrem influência dos rios Verde, Corrente, Claro entre outros que vão compor a bacia do rio Paranaíba. Esses conflitos estão associados ao grande número de empreendimentos hidrelétricos (UHEs, PCHs e Linhas de Transmissão) construídos, em construção ou em projeção para a região.

Durante as entrevistas, foram registrados relatos de produtores rurais insatisfeitos com as indenizações pagas pelos empreendedores e alguns casos esses produtores estavam contestando na justiça esses valores.

*A minha propriedade vai ter uma área boa de cultura alagada pela UHE de Caçu, só que eu não aceitei a indenização que eles queriam pagar (...) e foi parar na justiça, ta na justiça”  
(Fazendeiro localizado no município de Itarumã-GO)*

Esses relatos foram mais freqüentes em propriedades localizadas no município goiano de Itarumã. Outros relatos de algumas famílias atingidas por essas UHEs fazem referência a alteração na estrutura socioeconômica e cultural. Na maioria dos casos relatados as famílias atingidas deixaram toda uma estrutura já montada como moradia, espaço de produção, comércio, atividades comunitárias, laços de vizinhanças entre outras.

Além da preocupação com indenizações baixas, os produtores apontaram que a construção de hidrelétricas na região significa um aumento significativo de linhas de transmissão que irão passar na região. Destaca-se que a região assim, como a maioria das regiões no trecho Sudoeste Goiano - Triângulo Mineiro e Noroeste e Oeste Paulista, apresenta um aumento significativo das áreas destinadas ao plantio de cana-de-açúcar, cultura incompatível com linha de transmissão. Essa tendência do aumento da cana e provavelmente o aumento de LT, sinalizam para futuras situações conflituosas na área.



### **c. Disponibilidade de Mão-de-obra na AII**

De acordo com o IPEA, no ano de 2000, no conjunto de municípios que compõem a AII do empreendimento da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, a População Economicamente Ativa (PEA) era constituída por 1.217.314 pessoas. Deste total, 86,6% se encontrava ocupada. O desemprego era maior entre a PEA urbana, onde a população ocupada representava 85,6% do total. Da PEA rural, que representava apenas 16,3% da PEA total, 88% se encontrava ocupada em 2000.

Os maiores índices de desemprego, tanto urbano quanto rural, foram apresentados pela AII Mesorregional Madeira-Guaporé. Por outro lado, os maiores percentuais da PEA ocupada, tanto urbana quanto rural, foram apresentados pela AII Mesorregional Sul Goiano. Nas demais AIIs Mesorregionais em estudo, o percentual da PEA urbana ocupada variava de 83,5%, na AII Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, a 88,3%, na AII Mesorregional Leste Rondoniense. Quanto ao percentual da PEA rural ocupada, este variava de 90,7%, na AII Mesorregional Araraquara, a 96,8%, na AII Mesorregional Leste Rondoniense. É relevante ressaltar a discrepância apresentada pelas AIIs Mesorregionais rondonienses: enquanto a AII Mesorregional Madeira Guaporé apresenta os maiores índices de desemprego, a AII Mesorregional Leste Rondoniense apresenta os segundos maiores percentuais da PEA ocupada, entre os conjuntos de municípios analisados.

**Quadro 3.6.5.8-1 - População Economicamente Ativa e População Ocupada nos municípios da All – 2000**

Alls Mesorregionais	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa- Rural - Pessoa	População Ocupada- Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa- Urbana - Pessoa	População Ocupada- Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada - Urbana
All Mesorregional Madeira Guaporé	158059	26906	22848	84,9	131153	109398	83,4
All Mesorregional Leste Rondoniense	195139	85263	82559	96,8	109876	96746	88,1
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	259219	12179	11130	91,4	247040	206395	83,5
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	128150	14895	14037	94,2	113254	95792	84,6
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	62725	20528	19333	94,2	42196	36371	86,2
All Mesorregional Sul Goiana	64604	7459	7334	98,3	57145	50822	88,9
All Mesorregional Triângulo Mineiro /Alto Paranaíba	16837,071	1834,849	1780,5189	97,0	15002,222	13170,742	87,8
All Mesorregional Araraquara	161723	10921	9908	90,7	146411	125571	85,8
All Mesorregional São José do Rio Preto	170859	18622	17573	94,4	152237	133969	88,0
Total All	1217314	198608	186503	85,0	1014314	868234	85,6

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Para implantação da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 estima-se que sejam necessárias, durante a fase de implantação do empreendimento cerca de 7.000 trabalhadores diretos e 11.000 trabalhadores indiretos ao longo de toda a obra, com escolaridade variada. Espera-se que 70% dos trabalhadores diretos a serem empregados na implantação do empreendimento sejam contratados nos municípios próximos às obras. Embora a localização dos canteiros obra principais ainda não esteja definida, a previsão inicial é que haja 8 canteiros de obras principais ao longo de todo o trecho da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02. O quadro a seguir apresenta os municípios pré-selecionados para abrigar os canteiros principais.

**Quadro 3.6.5.8-2 - Localização dos Canteiros de Obras da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

<b>Estados</b>	<b>Municípios Pré-selecionados</b>
RO	Ariquemes
MT	Comodoro
MT	Pontes e Lacerda
MT	Alto Araguaia
MT	Cuiabá
GO	Jataí
SP	Itápolis
SP	Fernandópolis

Fonte: Consócio Norte Brasil, março de 2010

De acordo com os levantamentos de campo ao longo do corredor em estudo, observou-se uma estreita relação entre -os serviços educacionais disponíveis no município – com a escolaridade da população residente – e o contingente da população economicamente ativa. Destaca-se dentre a área atravessada pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 o trecho 3 (entre Santa Rita do Araguaia – Araraquara) foi o, que apresentou uma maior oferta de instituições superiores e cursos profissionalizantes, em especial, nos municípios goianos e paulistas. No item 3.6.5.5 – Educação são apresentadas as instituições de ensino oferecidas nos municípios da All.

### **(1) Rondônia**

No ano 2000, a População Economicamente Ativa (PEA) no Estado de Rondônia era de 614.342 pessoas, sendo que 33,5% representavam a PEA rural e 66,5%, a PEA urbana. Entre a PEA rural, 95,5% estava ocupada, e, entre a PEA urbana, 86,8% estava ocupada. Nas Alls Mesorregionais rondonienses, a PEA correspondia a 57,5% da PEA estadual. Já o percentual de ocupação da população, entre os municípios rondonienses, em estudo era de 88,2%. Na All Mesorregional Madeira Guaporé, predominava a PEA rural (84,9%), com um elevado percentual de pessoas ocupadas nesta área nos municípios de Candeias do Jamari (91,0%) e Itapuã do Oeste (92,8%).

Em Porto Velho, a PEA rural representava 16,1% da PEA total, e a ocupação da PEA urbana era de 83,4%. Na AII Mesorregional Leste Rondoniense, a PEA rural representava 43,7% da PEA total, e o desemprego era maior entre a PEA urbana, onde a população ocupada correspondia a 88,1%. A ocupação da PEA rural variava de 79,9%, em Parecis, a 99,8%, em Monte Negro.

**Quadro 3.6.5.8-3 - População Economicamente Ativa e População Ocupada nos municípios da AII/ Rondônia - 2000**

Municípios, AIs Mesorregionais e Estado	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa - Rural - Pessoa	População Ocupada - Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa - Urbana - Pessoa	População Ocupada - Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada Urbana
Candeias do Jamari	5.292	1.666	1.516	91,0	3.626	2.956	81,5
Itapuã do Oeste	2.464	1.034	960	92,8	1.430	1.227	85,8
Porto Velho	150.303	24.206	20.372	84,2	126.097	105.215	83,4
<b>AII Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>158.059</b>	<b>26.906</b>	<b>22.848</b>	<b>84,9</b>	<b>131.153</b>	<b>109.398</b>	<b>83,4</b>
Alto Paraíso	5.853	3.881	3.806	98,1	1.972	1.770	89,8
Alvorada D'Oeste	12.743	6.746	6.561	97,3	5.997	5.369	89,5
Ariquemes	33.637	8.262	7.907	95,7	25.375	22.501	88,7
Cabixi	3.234	1.857	1.786	96,2	1.377	1.220	88,6
Cacaulândia	2.247	1.141	1.117	98,0	1.106	1.023	92,5
Castanheiras	1.422	1.088	1.063	97,6	333	295	88,3
Cerejeiras	8.441	1.565	1.524	97,4	6.876	5.909	85,9
Chupinguaia	2.612	1.552	1.433	92,4	1.060	903	85,2
Colorado do Oeste	9.531	3.112	2.988	96,0	6.418	5.507	85,8
Corumbiara	3.749	2.838	2.765	97,4	910	862	94,7
Governador Jorge Teixeira	7.020	6.203	5.916	95,4	817	740	90,6
Jaru	23.724	9.632	9.332	96,9	14.091	12.086	85,8
Monte Negro	5.132	2.575	2.569	99,8	2.557	2.355	92,1
Nova Brasilândia D'Oeste	7.572	4.682	4.651	99,3	2.890	2.724	94,3
Ouro Preto do Oeste	19.045	6.590	6.418	97,4	12.455	10.972	88,1
Parecis	1.197	727	581	79,9	470	428	91,1
Presidente Médici	11.907	6.239	6.063	97,2	5.668	4.994	88,1
Primavera de Rondônia	2.203	1.740	1.728	99,3	463	407	87,8
Rolim de Moura	21.995	5.989	5.788	96,7	16.007	14.007	87,5
São Felipe D'Oeste	3.384	2.970	2.878	96,9	414	392	94,7
Teixeirópolis	2.361	1.736	1.731	99,7	625	501	80,2
Urupá	6.131	4.139	3.954	95,5	1.992	1.780	89,3
<b>AII Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>195.139</b>	<b>85.263</b>	<b>82.559</b>	<b>96,8</b>	<b>109.876</b>	<b>96.746</b>	<b>88,1</b>
<b>Rondônia</b>	<b>614.342</b>	<b>206.103</b>	<b>196.821</b>	<b>95,5</b>	<b>408.239</b>	<b>354.381</b>	<b>86,8</b>

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

## (2) Mato Grosso

Entre os municípios das Alls Mesorregionais analisados no Estado do Mato Grosso, no ano 2000, a PEA rural representava 8,3% da PEA total, enquanto que, no estado do Mato Grosso, este percentual era maior, já que a PEA rural correspondia a 18,1% da PEA total. Entre a PEA rural, o percentual de pessoas ocupadas era de 94,9% no Estado do Mato Grosso, e de 93,3% no conjunto dos municípios em estudo. Desta forma, o desemprego se concentrava mais na área urbana, onde o percentual de ocupação atingia 86,1% em Mato Grosso e 84,1% na área em estudo. Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense encontravam-se os piores percentuais de população ocupada, tanto rural (91,6%) quanto urbana (83,7%), entre as All Mesorregionais. Entre a população rural, os municípios de Pedra Preta (88,5%), Acorizal (86,3%), Alto Paraguai (86,6%) e Santo Antonio do Leverger (84,6%) apresentavam índices bastante baixos de ocupação. Entre a população urbana, a taxa de ocupação também apresentava indicadores alarmantes, variando de 75,1% em Santo Antonio do Leverger a 92,7% Nova Lacerda. Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, a PEA rural correspondia a 9,5% da PEA total, e o percentual de pessoas ocupadas na área rural variava de 88,5% em Pedra Preta a 97,1% em Jaciara. A ocupação da PEA urbana variava de 82,5% em Jaciara a 88,8% em São José do Povo. Era na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense onde se encontrava a maior proporção da PEA rural sobre a PEA total - 32,5%. O desemprego apresentava-se maior na área urbana, onde a população ocupada correspondia a 86,4%, variando de 76,3% em Vila Bela da Santíssima Trindade a 92,7% em Nova Lacerda. A ocupação da PEA rural variava de 90,1% em Rio Branco a 99,0% em Nova Lacerda.

**Quadro 3.6.5.8-4 - População Economicamente Ativa e População Ocupada nos municípios da All/ Mato Grosso - 2000**

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa - Rural - Pessoa	População Ocupada - Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa - Urbana - Pessoa	População Ocupada - Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada Urbana
Acorizal	2.198	1.104	952	86,3	1.094	902	82,4
Alto Paraguai	3.547	802	694	86,6	2.745	2.424	88,3
Cuiabá	238.170	2.649	2.535	95,7	235.521	196.952	83,6
Jangada	2.173	1.127	1.048	93,0	1.046	933	89,2
Rosário Oeste	7.607	3.228	3.136	97,2	4.379	3.492	79,7
Santo Antônio do Leverger	5.524	3.269	2.766	84,6	2.255	1.693	75,1
Várzea Grande	99.714	1.567	1.458	93,1	98.148	82.573	84,1
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>358.934</b>	<b>13.746</b>	<b>12.589</b>	<b>91,6</b>	<b>345.188</b>	<b>288.968</b>	<b>83,7</b>
Alto Araguaia	5.093	914	876	95,9	4.180	3.476	83,2

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa - Rural - Pessoa	População Ocupada - Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa - Urbana - Pessoa	População Ocupada - Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada Urbana
Alto Garças	3.937	523	504	96,4	3.414	2.977	87,2
Jaciara	12.155	1.892	1.837	97,1	10.263	8.468	82,5
Juscimeira	5.364	1.684	1.554	92,2	3.680	3.199	86,9
Pedra Preta	6.351	1.357	1.201	88,5	4.993	4.250	85,1
São José do Povo	1.171	590	546	92,5	580	516	88,8
Rondonópolis	71.431	3.063	2.856	93,2	68.368	57.680	84,4
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>105.502</b>	<b>10.024</b>	<b>9.374</b>	<b>93,5</b>	<b>95.478</b>	<b>80.566</b>	<b>84,4</b>
Araputanga	6.628	1.075	1.022	95,0	5.553	4.632	83,4
Barra do Bugres	12.197	2.497	2.401	96,1	9.699	8.311	85,7
Comodoro	6.559	2.259	2.205	97,6	4.300	3.747	87,1
Indiavaí	813	251	235	93,7	562	436	77,5
Jauru	4.357	1.795	1.665	92,7	2.562	2.240	87,4
Lambari D'Oeste	1.685	935	856	91,5	750	687	91,5
Nova Lacerda	2.312	1.253	1.240	99,0	1.060	983	92,7
Pontes e Lacerda	19.095	5.383	5.080	94,4	13.712	12.129	88,5
Rio Branco	2.129	561	505	90,1	1.569	1.290	82,2
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	4.760	3.673	3.359	91,5	1.087	830	76,3
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>60.535</b>	<b>19.682</b>	<b>18.568</b>	<b>94,3</b>	<b>40.854</b>	<b>35.283</b>	<b>86,4</b>
<b>Mato Grosso</b>	<b>1.159.136</b>	<b>209.990</b>	<b>199.309</b>	<b>94,9</b>	<b>949.145</b>	<b>817.417</b>	<b>86,1</b>

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

### (3) Goiás

No Estado de Goiás, no ano de 2000, a População Economicamente Ativa (PEA) rural representava 9,5% da PEA total. O desemprego era maior entre a PEA urbana, onde a população ocupada correspondia a apenas 86,3% do total, enquanto que, entre a PEA rural, 92,9% encontrava-se ocupada. O conjunto de municípios goianos em estudo apresentava desemprego menor do que a média do Estado, com 88,9% da PEA urbana ocupada e 98,3%, da PEA rural, que representava 11,5% da PEA total. A ocupação da PEA urbana variava de 78,6%, em Santa Rita do Araguaia, a 90,4%, no município de Jataí. A ocupação da PEA rural variava de 96,7%, no município de Mineiros, a 99,5%, no município de Itarumã. No município de Itarumã, a PEA rural representava elevado percentual da PEA total – 44,3%.

**Quadro 3.6.5.8-5 – População Economicamente Ativa e População Ocupada nos municípios da All/ Goiás – 2000**

Municípios, All e Estado	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa- Rural - Pessoa	População Ocupada- Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa- Urbana - Pessoa	População Ocupada- Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada - Urbana
Itarumã	2513	1113	1109	99,56	1400	1236	88,29
Jataí	37321	3191	3160	99,01	34130	30853	90,40
Mineiros	19216	1832	1771	96,67	17384	15246	87,70
Santa Rita do Araguaia	2550	262	253	96,85	2288	1799	78,64
Serranópolis	3003	1061	1042	98,23	1943	1688	86,88
<b>All Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>64604</b>	<b>7459</b>	<b>7334</b>	<b>98,33</b>	<b>57145</b>	<b>50822</b>	<b>88,94</b>
<b>Goiás</b>	<b>2385987</b>	<b>251620</b>	<b>233809</b>	<b>92,92</b>	<b>2134367</b>	<b>1841657</b>	<b>86,29</b>

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

#### (4) Minas Gerais

Em Minas Gerais, no ano de 2000, a PEA rural representava 16,2% da PEA total, enquanto que, na All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, representava 10,9%. No conjunto de municípios mineiros em estudo, o desemprego era menor do que o apresentado pelo Estado de Minas Gerais, com 87,8% da PEA urbana ocupada, contra 84,3% no Estado, e 97% da PEA rural ocupada, contra 93,7% da PEA rural estadual.

**Quadro 3.6.5.8-6 – População Economicamente Ativa e População Ocupada nos municípios da All/ Minas Gerais – 2000**

Municípios, All e Estado	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa- Rural - Pessoa	População Ocupada- Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa- Urbana - Pessoa	População Ocupada- Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada - Urbana
Iturama	14102	793	760	95,82	13309	11683	87,78
Limeira do Oeste	2735	1042	1021	97,96	1693	1487	87,86
<b>All Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>16837</b>	<b>1835</b>	<b>1781</b>	<b>97,04</b>	<b>15002</b>	<b>13171</b>	<b>87,79</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>8335782</b>	<b>1347052</b>	<b>1262276</b>	<b>93,71</b>	<b>6988731</b>	<b>5891232</b>	<b>84,30</b>

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

#### (5) São Paulo

No ano de 2000, no conjunto de municípios paulistas em estudo, a PEA rural representava 8,9% da PEA total enquanto que, no Estado de São Paulo como um todo, a PEA rural representava apenas 6% da PEA total. Entre a PEA rural, a porcentagem da população ocupada, no Estado de São Paulo, era de 86,3%. Ambas as Alls Mesorregionais paulistas em estudo apresentavam desemprego menor que a média do

Estado, tanto entre a PEA urbana quanto entre a PEA rural, ficando os melhores índices, em ambos os casos, com o conjunto de municípios que compõem a All Mesorregional São José do Rio Preto. Nesta All Mesorregional, em 2000, a taxa de ocupação da PEA rural variava de 81,5%, no município de Meridiano, a 100%, no município de União Paulista. A ocupação da PEA urbana variava de 78,5%, no município de Ouroeste, a 93,4%, no município de Turmalina. Na All Mesorregional Araraquara, a ocupação da PEA rural variava de 83,1%, em Araraquara, a 95,7%, em Matão. A ocupação da PEA urbana variava de 83%, no município de Araraquara, a 91,9%, no município de Tabatinga.

**Quadro 3.6.5.8-7 – População Economicamente Ativa e População Ocupada nos municípios da All/ São Paulo – 2000**

Municípios, All e Estado	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa- Rural - Pessoa	População Ocupada- Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa- Urbana - Pessoa	População Ocupada- Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada - Urbana
Araraquara	89910	4052	3366	83,06	85858	71305	83,05
Borborema	6763	1069	1026	95,98	1303	5050	387,62
Gavião Peixoto	1906	604	576	95,46	1303	1128	86,62
Itápolis	18860	2596	2462	94,86	16264	14214	87,40
Matão	34161	986	944	95,70	33175	26161	78,86
Nova Europa	3657	364	343	94,14	3292	2920	88,68
Tabatinga	6465	1250	1190	95,24	5216	4792	91,87
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>161723</b>	<b>10921</b>	<b>9908</b>	<b>90,72</b>	<b>146411</b>	<b>125571</b>	<b>85,77</b>
Estrela d'Oeste	4313	883	835	94,50	3429	3042	88,69
Fernandópolis	30825	1126	1070	95,06	29699	25756	86,72
Floreal	1664	288	241	83,83	1377	1183	85,92
Irapuã	3307	601	575	95,77	2707	2374	87,72
Itajobi	7140	1669	1608	96,38	5471	4807	87,86
José Bonifácio	14534	1616	1554	96,19	12918	11308	87,53
Macaubal	3523	567	529	93,41	2957	2733	92,43
Mendonça	1709	317	309	97,47	1392	1187	85,32
Meridiano	1814	532	434	81,52	1281	1092	85,21
Monte Aprazível	9689	1453	1423	97,98	8237	7135	86,62
Neves Paulista	4755	641	597	93,13	4114	3664	89,06
Nhandeara	4814	949	915	96,42	3864	3296	85,31
Nipoã	1638	234	225	96,22	1405	1297	92,36
Nova Aliança	2340	587	545	92,75	1753	1602	91,42
Novo Horizonte	16041	1841	1802	97,89	14201	12856	90,53
Ouroeste	3010	622	535	85,99	2388	1875	78,49
Populina	2146	463	450	97,24	1683	1477	87,76
Potirendaba	7184	970	950	97,92	6213	5650	90,93



Municípios, All e Estado	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa- Rural - Pessoa	População Ocupada-Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa- Urbana - Pessoa	População Ocupada-Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada - Urbana
Turmalina	1154	399	383	96,02	756	706	93,39
União Paulista	600	178	178	100,00	422	391	92,61
Urupês	6132	1043	866	83,05	5089	4351	85,50
Valentim Gentil	4624	488	440	90,15	4136	3682	89,03
Votuporanga	37902	1156	1109	95,86	36745	32505	88,46
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>170859</b>	<b>18622</b>	<b>17573</b>	<b>94,37</b>	<b>152237</b>	<b>133969</b>	<b>88,00</b>
<b>São Paulo</b>	<b>18259930</b>	<b>1094621</b>	<b>944875</b>	<b>86,32</b>	<b>17165309</b>	<b>14124770</b>	<b>82,29</b>

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Para a execução das obras, serão alocados, em média, cerca de 10.000 trabalhadores, no período de pico da obra, ao longo do período de 18 meses. Desse total, estima-se que cerca de 60% dos empregos ofertados, representados pelos cargos de maior qualificação (engenheiros, técnico de segurança do trabalho, técnico de edificações, topógrafos, mestres de obra, encarregados e pessoais da administração), serão preenchidos por funcionários pertencentes ao quadro permanente da empreiteira. O restante do quadro será composto por profissionais não especializados, contratados localmente.

Conforme destacado no item 3.4 – Caracterização do Empreendimento, estima-se que sejam necessários 240 profissionais para ocupar as funções de auxiliar topografia, motorista, tratorista/operador de máquina, pedreiro/armador/carpinteiro, ajudantes/serviços gerais e operador de motosserra por canteiros de obra, totalizando cerca de 1950 pessoas para trabalhar diretamente nas obras de construção da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02, conforme o quadro a seguir:

**Quadro 3.6.5.8-8 – Postos de trabalho e contratação de mão-de-obra local por canteiro de obra.**

Mão-de-obra	Quantidade	% Fora	% Local
Gerência/Supervisão	12	100	
Administrativos	3	100	
Topógrafos	6	100	
Auxiliar topografia	18	50	50
Motorista	35	90	10
Tratorista/Operador de máquina	10	90	10
Montador	190	100	
Pedreiro/Armador/Carpinteiro	100	40	60
Ajudantes/serviços gerais	200	10	90
Operador de Motosserra	26	30	70
<b>Total</b>	<b>600</b>	<b>55</b>	<b>45</b>

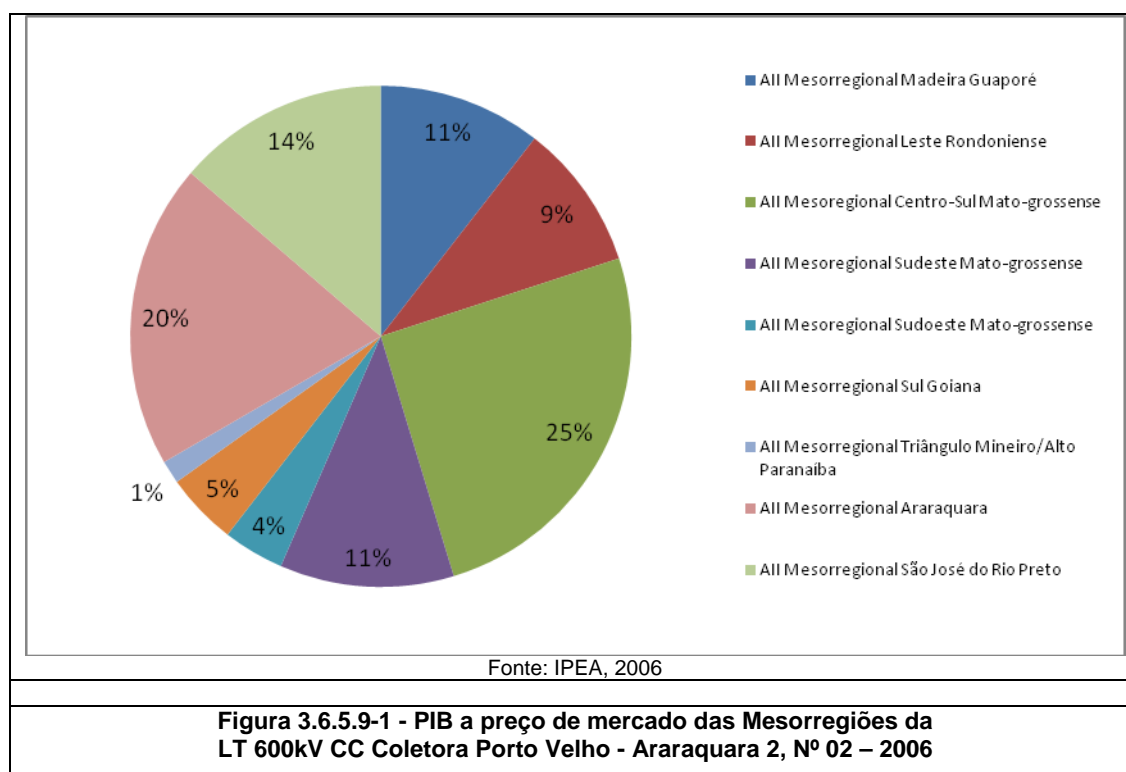
Considerando a dinâmica de obra do empreendimento linear, o qual os serviços são votantes, estima-se que grande parte destes trabalhadores sejam contratados nas sedes ou na região do entorno dos municípios pré-selecionados para servirem de base de canteiros de obras principais.

Contudo, deve-se considerar que o aumento de empregos diretos proporciona uma significativa criação de empregos indiretos nos setores do comércio e de prestação de serviços. Novos empregos formais e aumento de renda repercute em aumento de capital circulante. A injeção de capital na economia local promove o aquecimento da mesma, refletindo em aumento da demanda por bens e serviços, permitindo o crescimento desses setores, embora de forma temporária e de média proporção, haja vista o número de trabalhadores que será utilizado nas obras de implantação da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02.

### 3.6.5.9 ATIVIDADES ECONÔMICAS E FINANÇAS PÚBLICAS

#### a. Composição do PIB por Setor da Economia

No ano de 2006, o conjunto de 87 municípios que compõem a AII LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 gerou, a preço de mercado, um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 22.721.445,03. A maior parte deste valor foi gerada nas AII Mesorregionais do Centro-Sul mato-grossense e Araraquara, nesta ordem, com destaque para a presença da uma unidade da EMBRAER no município de Gavião Peixoto. Em seguida, chama a atenção o peso econômico das AII Mesorregionais São José do Rio Preto, Sudeste Mato-grossense, Madeira-Guaporé e Leste Rondoniense, nesta ordem.



O setor de serviços é preponderante na composição do PIB em todas as AII Mesorregionais analisadas, variando sua participação de 42,3%, nas AII Mesorregionais Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sudoeste Mato-grossense, a 67,2%, na All Mesorregional Madeira-Guaporé. O maior PIB gerado pelo setor industrial, de toda a área em estudo foi apresentado pela All Mesorregional Araraquara – R\$ 1687347,64 (30,5% do PIB industrial da AII), onde participa com 37,8% da composição do PIB total.

À exceção das duas Alls Mesorregionais que contêm as capitais – Madeira-Guaporé e Centro Sul Matogrossense -, o setor primário assume significativa importância proporcional em toda a área em estudo, variando sua participação na formação do PIB, em 2006, de 6,7% na All Mesorregional Araraquara a 27,7% no Sudoeste Matogrossense. No Leste Rondoniense, merece destaque a pecuária de bovinos e bubalinos. No Sudeste e Sudoeste matogrossenses, destaca-se o elevado valor da produção das lavouras temporárias, principalmente soja e algodão. No Sul Goiano, predomina, em valor da produção, a soja. No Triângulo Mineiro e na área em estudo paulista, a produção das lavouras temporárias é capitaneada pela cana-de-açúcar. Na All Mesorregional São José do Rio Preto, é elevado também o valor gerado pelas lavouras permanentes, principalmente em função da produção de laranja.

**Quadro 3.6.5.9-1 - Composição do PIB das Mesorregiões da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 – 2006**

Alls Mesorregionais e All	PIB Total	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
All Mesorregional Madeira Guaporé	2390302,74	95060,34	4,0	278791,39	11,7	1606272,10	67,2	410178,98	17,2
All Mesorregional Leste Rondoniense	2146670,55	561595,40	26,2	278450,70	13,0	1123367,04	52,3	183257,42	8,5
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	5754314,03	130666,14	2,3	1068264,13	18,6	3574429,48	62,1	980954,28	17,0
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	2554256,16	369809,34	14,5	743234,85	29,1	1150235,02	45,0	290976,95	11,4
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	895955,08	247780,36	27,7	195116,18	21,8	378872,86	42,3	74185,68	8,3
All Mesorregional Sul Goiana	1058946,35	190989,26	18,0	223898,82	21,1	550073,16	51,9	93985,11	8,9
All Mesorregional Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	339833,63	72811,19	21,4	99362,77	29,2	143671,17	42,3	23988,49	7,1
All Mesorregional Araraquara	4469074,18	299486,10	6,7	1687347,64	37,8	2012877,35	45,0	469363,09	10,5
All Mesorregional São José do Rio Preto	3112092,32	337019,54	10,8	954898,51	30,7	1575992,79	50,6	244181,48	7,8
All	22721445,03	2305217,65	10,1	5529364,98	24,3	12115790,96	53,3	2771071,49	12,2

Fonte: Ipea

## Finanças Públicas

Para analisar as finanças públicas, observa-se a participação dos municípios em estudo na cota-parte de fundo de participação municipal, nas transferências correntes de tributos estaduais para os municípios, na receita tributária municipal e nas receitas de capital.

No conjunto dos 87 municípios abrangidos pela All do empreendimento, no ano de 2006, a maior parte da soma das receitas municipais veio das transferências correntes

de tributos estaduais para os municípios, seguidas das transferências federais provenientes da cota-parte do Fundo de Participação Municipal. Quanto ao total da arrecadação municipal, merecem destaque os municípios de Porto Velho, Cuiabá, Jataí, Araraquara e Votuporanga.

**Quadro 3.6.5.9-2 - Discriminação da Receita Municipal nas Mesorregiões da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02 – 2006**

Alls Mesorregionais e All	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
All Mesorregional Madeira Guaporé	89358329,96	71574547,94	37759238,87	6405582,75
All Mesorregional Leste Rondoniense	50945434,06	70430559,94	12176697,07	7435238,90
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	69417649,24	143375559,37	104946529,64	8588622,59
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	37836963,53	70599147,06	26227790,80	17148940,28
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	27014555,46	28749093,06	8080441,98	7451572,47
All Mesorregional Sul Goiana	25556275,60	52846549,43	15999215,42	943779,00
All Mesorregional Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	8780618,24	35577966,42	4293301,87	2083028,65
All Mesorregional Araraquara	56276877,73	135219227,52	53304224,37	6270709,73
All Mesorregional São José do Rio Preto	90824665,68	119288262,75	31466993,25	5726773,17
Total All	456011369,50	727660913,49	294254433,27	62054247,54

Fonte: Ipea

## (1) Rondônia

De acordo com os dados de 2006, uma grande parte dos municípios da área em estudo não apresentou dados disponíveis (8 dos 25 municípios, sendo eles: Alvorada D'Oeste, Cabixi, Governador Jorge Teixeira, Ouro Preto do Oeste, Parecis, Presidente Médici, Rolim de Moura e Teixeirópolis). Naqueles municípios rondonienses da área em estudo com dados disponíveis, a maior parte das receitas municipais era formada pelas verbas da cota-parte do fundo de participação municipal e pelas transferências correntes de tributos estaduais aos municípios. Em todas as fontes de recursos analisadas, o município de Porto Velho era o que mais arrecadava (60,2% dos recursos da cota-parte fundo de participação municipal e 46% transferências correntes de tributos estaduais aos municípios de toda a área em estudo). Em seguida, o município que mais arrecadou foi Ariquemes, seguido por Jaru.

**Quadro 3.6.5.9-3 - Discriminação da Receita Municipal nos municípios da AII/ Rondônia – 2006**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
<b>Rondônia</b>	<b>226.743.287</b>	<b>253.764.983</b>	<b>69.545.455</b>	<b>23.846.724</b>
Candeias do Jamari	4.089.702	4.808.213	419.172	485.268
Itapuã do Oeste	2.047.994	2.688.449	410.706	57.462
Porto Velho	83.220.633	64.077.886	36.929.360	5.862.853
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>89.358.330</b>	<b>71.574.548</b>	<b>37.759.239</b>	<b>6.405.583</b>
Alto Paraíso	3.413.323	2.715.176	280.102	80.000
Alvorada D'Oeste	-	-	-	-
Ariquemes	8.582.411	21.302.758	5.671.897	261.889
Cabixi	-	-	-	-
Cacaulândia	2.047.994	2.455.458	168.692	269.220
Castanheiras	2.047.994	1.206.176	136.216	431.299
Cerejeiras	3.881.928	4.391.570	680.882	247.982
Chupinguaia	2.047.994	6.230.414	397.239	734.225
Colorado do Oeste	4.236.165	3.635.474	647.074	1.275.321
Corumbiara	1.940.964	2.922.802	373.941	13.846
Governador Jorge Teixeira	-	-	-	-
Jaru	7.643.328	13.872.619	2.156.745	2.450.000
Monte Negro	3.460.799	4.102.163	704.732	598.675
Nova Brasilândia D'Oeste	3.704.810	3.201.195	303.727	453.289
Ouro Preto do Oeste	-	-	-	-
Parecis	-	-	-	-
Presidente Médici	-	-	-	-
Primavera de Rondônia	1.800.030	1.164.293	131.524	71.229
Rolim de Moura	-	-	-	-
São Felipe D'Oeste	2.047.994	1.316.486	98.078	12.307
Teixeirópolis	-	-	-	-
Urupá	4.089.702	1.913.975	425.849	535.958
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>50.945.434</b>	<b>70.430.560</b>	<b>12.176.697</b>	<b>7.435.239</b>
<b>TOTAL AII</b>	<b>138.255.770</b>	<b>139.316.659</b>	<b>49.525.230</b>	<b>13.783.359</b>

Fonte: Ipea, Ipeadata

## (2) Mato Grosso

Uma grande parte dos municípios da área em estudo não apresenta dados disponíveis (11 dos 25 municípios, sendo eles: Acorizal, Alto Paraguai, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Alto Araguaia, Pedra Preta, Comodoro, Indavaí, Lambari D'Oeste, Nova Lacerda, e Vale de São Domingos). Naqueles municípios mato-grossenses da

área em estudo com dados disponíveis, em 2006, a maior parte das receitas municipais era formada pelas transferências correntes de tributos estaduais aos municípios. Em todas as fontes de recursos analisadas, o município de Cuiabá era o que mais arrecadava (72,8% da receita tributária municipal, 57,7% transferências correntes de tributos estaduais aos municípios e 46,6% dos recursos da cota-parte fundo de participação municipal de toda área em estudo). Em seguida, o município em que mais houve arrecadação foi Rondonópolis, seguido por Pontes e Lacerda.

**Quadro 3.6.5.9-4 – Discriminação da Receita Municipal nos municípios da All/ Mato Grosso – 2006**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
<b>Mato Grosso</b>	<b>228.082.729</b>	<b>97.797.836</b>	<b>581.118.626</b>	<b>373.961.495</b>
Acorizal	-	-	-	-
Alto Paraguai	-	-	-	-
Cuiabá	62.604.841	140.038.281	104.195.077	6.092.845
Jangada	2.344.467	1.249.609	166.437	730.426
Rosário Oeste	4.468.341	2.087.669	585.016	1.765.352
Santo Antônio do Leverger	-	-	-	-
Várzea Grande	-	-	-	-
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>69.417.649</b>	<b>143.375.559</b>	<b>104.946.530</b>	<b>8.588.623</b>
Alto Araguaia	-	-	-	-
Alto Garças	2.344.467	5.528.765	569.059	1.842.696
Jaciara	5.470.423	7.997.693	1.955.135	3.390.044
Juscimeira	3.263.707	2.309.938	463.707	700.312
Pedra Preta	-	-	-	-
São José do Povo	2.344.467	1.024.791	157.002	131.711
Rondonópolis	24.413.900	53.737.961	23.082.888	11.084.178
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>37.836.964</b>	<b>70.599.147</b>	<b>26.227.791</b>	<b>17.148.940</b>
Araputanga	3.907.445	5.318.032	1.794.432	0
Barra do Bugres	6.170.685	9.003.222	1.784.386	678.341
Comodoro	-	-	-	-
Indiavaí	-	-	-	-
Jauru	3.263.707	2.229.847	1.344.809	859.996
Lambari D'Oeste	-	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	3.871.123	4.524.035	875.155	1.283.406
Nova Lacerda	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	7.033.401	6.543.508	2.111.726	4.528.667
Rio Branco	2.768.195	1.130.450	169.934	101.163
Vale de São Domingos	-	-	-	-
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>27.014.555</b>	<b>28.749.093</b>	<b>8.080.442</b>	<b>7.451.572</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>134.269.168</b>	<b>242.723.799</b>	<b>139.254.762</b>	<b>33.189.135</b>

Fonte: Ipea, Ipeadata

### (3) Goiás

No município de Santa Rita do Araguaia, a cota-parte do fundo de participação municipal é predominante na formação das receitas municipais. Nos municípios de Jataí, Mineiros e Serranópolis, predominam as transferências correntes de tributos estaduais aos municípios. Em todas as fontes de recurso analisadas, os municípios de Jataí e Mineiros respondem pelos maiores valores arrecadados. A exceção são as receitas de capital municipais, nas quais o município de Mineiros supera todos os demais e o município de Jataí apresenta a menor arrecadação.

**Quadro 3.6.5.9-5 – Discriminação da Receita Municipal nos municípios da AII/ Goiás – 2006**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
Itarumã	-	-	-	-
Jataí	12333490,10	36014577,26	10658041,48	16534,66
Mineiros	7933671,37	11704559,12	4180701,84	840944,34
Santa Rita do Araguaia	2644557,13	1021721,05	320690,1	32000
Serranópolis	2644557,00	4105692,00	839782	54300
<b>All Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>25556275,60</b>	<b>52846549,43</b>	<b>15999215,42</b>	<b>943779,00</b>
<b>Goiás</b>	<b>880416805,54</b>	<b>970970546,68</b>	<b>628961595,1</b>	<b>82374625,46</b>

Fonte: Ipea, Ipeadata

### (4) Minas Gerais

Nos dois municípios mineiros em estudo, a maior fonte de receitas é a transferência corrente de tributos estaduais, seguida da receita obtida através da cota-parte do fundo de participação municipal. Em todas as fontes de recursos analisadas, as maiores receitas são obtidas pelo município de Ituramã.

**Quadro 3.6.5.9-6 – Discriminação da Receita Municipal nos municípios da AII/ Minas Gerais– 2006**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
Ituramã	5957595,49	30811904,78	3507215,02	1363692,53
Limeira do Oeste	2823022,75	4766061,64	786086,85	719336,12
<b>All Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>8780618,24</b>	<b>35577966,42</b>	<b>4293301,87</b>	<b>2083028,65</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>421782392,77</b>	<b>3640607755,01</b>	<b>1938348689,75</b>	<b>321846932,72</b>

Fonte: Ipea, Ipeadata



## (5) São Paulo

Em todos os municípios paulistas em estudo, a maior parte das receitas municipais é formada pelas verbas da cota-parte do fundo de participação municipal e pelas transferências correntes de tributos estaduais aos municípios. Nestas duas fontes de receitas, o município de Araraquara é o que mais arrecada, seguido por Matão e Votuporanga.

Além destes dois maiores municípios, merece destaque, quanto à receita proveniente da cota-parte do fundo de participação municipal, o valor arrecadado pelos municípios de Fernandópolis, Novo Horizonte e José Bonifácio. Com relação às transferências correntes de tributos estaduais, no ano de 2006, destacaram-se Novo Horizonte, Fernandópolis, Itápolis e Ouroeste, nesta ordem. As receitas tributárias municipais, assim como as receitas de capital municipais, são mais elevadas nos municípios de Fernandópolis, Itajobi, Monte Aprazível e Novo Horizonte.

**Quadro 3.6.5.9-7 – Discriminação da Receita Municipal nos municípios da All/ São Paulo – 2006**

Municípios, All e Estado	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
Araraquara	21930929,41	64758157,91	39194529,27	3358402,95
Borborema	4673753,00	5906376,00	1276525,00	311491,00
Gavião Peixoto	2697720,74	2420064,45	441420,85	113158,36
Itápolis	8093162,00	14410227,00	2774330,00	1187941,00
Matão	11690123,12	40204814,12	8694908,14	1203094,42
Nova Europa	2697721,00	3389287,00	463794,00	96622,00
Tabatinga	4493468,46	4130301,04	458717,11	-
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>56276877,73</b>	<b>135219227,52</b>	<b>53304224,37</b>	<b>6270709,73</b>
Estrela d'Oeste	2697720,74	3490019,19	584567,62	136615,74
Fernandópolis	10582142,74	15549478,76	6088707,82	764255,78
Floreal	2697720,74	1567939,82	170986,72	0,00
Irapuã	2697720,74	2643301,16	68462,00	0,00
Itajobi	4678276,94	5783506,36	1350726,82	781707,43
José Bonifácio	7185798,52	10757031,03	2025778,48	299686,18
Macaubal	2913292,54	2003851,89	267217,52	0,00
Mendonça	2697721,00	1677843,00	411351,00	70012,00
Meridiano	-	-	-	-
Monte Aprazível	5395441,46	6676329,71	1013363,69	553006,99
Neves Paulista	2913292,00	2314271,00	505075,00	2502,00
Nhandeara	3179108,24	3519407,57	846797,88	203500,00
Nipoã	2697721,00	1366786,00	89334,00	131800,00

Municípios, All e Estado	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
Nova Aliança	-	-	-	-
Novo Horizonte	7193921,97	16299439,73	3186988,17	561291,37
Ouroeste	2697720,74	13972899,72	464265,65	0,00
Populina	2692785,00	1997587,70	162198,98	50000,00
Potirendaba	4325211,29	3463668,67	1059758,37	80000,00
Turmalina	2697720,74	1123834,18	89985,93	0,00
União Paulista	2697720,74	1003213,89	62600,88	94527,72
Urupês	3795784,68	3812608,33	965816,55	207161,90
Valentim Gentil	2697720,74	2797365,34	475085,73	422523,61
Votuporanga	11690123,12	17467879,70	11577924,44	1368182,45
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>90824665,68</b>	<b>119288262,75</b>	<b>31466993,25</b>	<b>5726773,17</b>
<b>São Paulo</b>	<b>3500127467,21</b>	<b>13349372933,96</b>	<b>13034844573,40</b>	<b>349709268,93</b>

Fonte: Ipea, Ipeadata

## b. Caracterizar as Principais Atividades Econômicas Urbanas e Rurais

### (1) Rondônia

No ano de 2006, o conjunto de 25 municípios em estudo no Estado de Rondônia gerou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 4.536.973.000,00, correspondente a 58,3% do PIB do Estado. Grande parte deste valor (49,2%) foi produzida apenas no município de Porto Velho, enquanto o segundo município com maior PIB na área de estudo, Ariquemes, participou apenas em 9,6% na composição PIB. Os menores PIBs municipais couberam aos municípios de Primavera de Rondônia e Parecis, que juntos, somaram apenas 0,8% do PIB da área em estudo.

No Estado de Rondônia, o setor terciário era amplamente preponderante na composição do Produto Interno Bruto. Em 2006, respondeu por 58,43% do PIB, enquanto o setor primário ficou com 17,13% e o setor secundário, com 12,54%. Na área em estudo, o setor terciário também era preponderante em relação aos demais, mas diferentemente do que ocorreu no Estado, o setor secundário era mais expressivo do que o setor primário. No ano de 2006, na All Mesorregional Madeira Guaporé, o setor primário contribuiu com 3,98% do valor do PIB, enquanto o secundário representou 11,66% e o terciário, 67,20%. Na All Mesorregional Leste Rondoniense, o setor primário foi bem mais expressivo, tendo participado com 26,16% do PIB, enquanto o setor industrial apresentou participação relativa um pouco maior do que a nível estadual – 12,97%, e o setor de comércio e serviços com 52,33% de participação na composição do PIB. A maior parte dos municípios rondonienses em estudo acompanhou a tendência apresentada por ambas as Alls mesorregionais e pelo

Estado, isto é, de preponderância do setor terciário na composição do PIB. No entanto, 8 municípios apresentaram preponderância do setor agropecuário, como Cabixi, Cacaulândia, Castanheiras, Chupinguaia, Corumbiara, Parecis, São Felipe D'Oeste e Teixeirópolis. Em Candeias do Jamari, a preponderância cabe ao setor industrial.

**Quadro 3.6.5.9-8 - Composição do PIB (Valor Adicionado a Preço Correto) por setor de Atividade – All/Rondônia (2006)**

Municípios, All Mesorregional e Estado	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Ano (2006)								
	PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>Rondônia</b>	<b>7.782.943</b>	<b>1.333.594</b>	<b>17,13</b>	<b>975.848</b>	<b>12,54</b>	<b>4.547.494</b>	<b>58,43</b>	<b>926.007</b>	<b>11,90</b>
Candeias do Jamari	115.339	15.176	13,16	60.539	52,49	35.352	30,65	4.272	3,70
Itapuã do Oeste	41.080	11021	26,83	7838	19,08	19640	47,81	2581	6,28
Porto Velho	2.233.884	68.863	3,08	210.414	9,42	1.551.280	69,44	403.326	18,05
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>2.390.303</b>	<b>95.060</b>	<b>3,98</b>	<b>278.791</b>	<b>11,66</b>	<b>1.606.272</b>	<b>67,20</b>	<b>410.179</b>	<b>17,16</b>
Alto Paraíso	63.119	22.038	34,92	4.665	7,39	32.966	52,23	3.449	5,46
Alvorada D'Oeste	76.673	29.076	37,92	4.661	6,08	39.180	51,10	3.755	4,90
Ariquemes	435.731	45.075	10,34	71.890	16,50	261.303	59,97	57.462	13,19
Cabixi	40.968	21.556	52,62	1.756	4,29	16.275	39,73	1.382	3,37
Cacaulândia	36.680	21.682	59,11	1.301	3,55	12.737	34,72	961	2,62
Castanheiras	24.428	13.967	57,17	703	2,88	9.291	38,03	468	1,91
Cerejeiras	87.935	25.430	28,92	5.949	6,76	49.253	56,01	7.303	8,31
Chupinguaia	60.619	31.319	51,66	7.100	11,71	19.405	32,01	2.795	4,61
Colorado do Oeste	84.758	23.257	27,44	10.840	12,79	43.682	51,54	6.978	8,23
Corumbiara	57.424	34.361	59,84	2.527	4,40	19.154	33,35	1.382	2,41
Governador Jorge Teixeira	64.200	26.495	41,27	3.862	6,02	32.096	49,99	1.748	2,72
Jaru	303.113	55.960	18,46	66.276	21,86	147.275	48,59	33.603	11,09
Monte Negro	65.146	18.872	28,97	10.557	16,21	32.818	50,38	2.899	4,45
Nova Brasilândia D'Oeste	67.942	21.554	31,72	3.816	5,62	38.824	57,14	3.749	5,52
Ouro Preto do Oeste	181.596	44.240	24,36	18.092	9,96	103.763	57,14	15.501	8,54
Parecis	20.967	11.847	56,50	710	3,39	7.860	37,49	550	2,62
Presidente Médici	100.282	31.388	31,30	7.786	7,76	54.698	54,54	6.409	6,39
Primavera de Rondônia	17.658	7.784	44,08	756	4,28	8.600	48,70	518	2,93
Rolim de Moura	241.167	27.036	11,21	48.741	20,21	136.997	56,81	28.392	11,77
São Felipe D'Oeste	33.675	16.679	49,53	1.206	3,58	14.979	44,48	811	2,41
Teixeirópolis	24.816	11.808	47,58	1.296	5,22	10.910	43,96	802	3,23
Urupá	57.773	20.172	34,92	3.960	6,85	31.300	54,18	2.341	4,05
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>2.146.671</b>	<b>561.595</b>	<b>26,16</b>	<b>278.451</b>	<b>12,97</b>	<b>1.123.367</b>	<b>52,33</b>	<b>183.257</b>	<b>8,54</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>4.536.973</b>	<b>656.656</b>	<b>14,47</b>	<b>557.242</b>	<b>12,28</b>	<b>2.729.639</b>	<b>60,16</b>	<b>593.436</b>	<b>13,08</b>

Fonte: IPEA, Ipeadata

## • Setor Primário

No ano de 2006, o PIB gerado pelo setor primário da economia nos 25 municípios rondonienses em estudo correspondeu a 49,2% do PIB gerado pelo setor agropecuário em todo o Estado de Rondônia. Os municípios que apresentaram maior valor do PIB referentes ao setor primário frente aos outros dois setores foram Corumbiara e Cacaulândia, cada um com mais de 59% de participação do setor primário na composição de seus respectivos PIBs municipais.

No ano de 2007, na área em estudo, o valor da produção das lavouras temporárias foi de R\$ 220.384.000,00 tendo como principal produto a mandioca. As lavouras permanentes geraram R\$ 143.454.000,00 principalmente devido à produção de café. No mesmo ano, a produção de origem animal gerou R\$ 177.442.000,00.

Considerando-se o total da produção das lavouras temporárias na All Mesorregional Madeira Guaporé e na All Mesorregional Leste Rondoniense - R\$ 220.384.000,00, no ano de 2007, o valor gerado correspondeu a 46,4% do valor da produção das lavouras temporárias no Estado de Rondônia. Os municípios que compõem a All Mesorregional Leste Rondoniense foram responsáveis por 79,4% deste valor. A produção de mandioca foi representou 36,4% do valor total da produção e seu cultivo era praticado em todos os municípios rondonienses em estudo. O maior produtor de mandioca foi o município de Porto Velho, que respondeu por 44,8% da produção da área em estudo em Rondônia.

A produção de soja representou, em 2007, 24,8% do valor da produção das lavouras temporárias na All rondoniense. No entanto, 98,7% do valor gerado pela produção de milho coube apenas à 5 municípios da All Mesorregional Leste Rondoniense: Cabixi, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste e Corumbiara. Nesses municípios, o valor da produção de soja superou amplamente o valor gerado pela mandioca e de outros produtos da lavoura temporária.

**Quadro 3.6.5.9-9 – Valor da produção da lavoura temporária nos municípios da All/Rondônia – 2007**

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007									
	Total	Abacaxi	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Tomate
<b>Rondônia</b>	<b>474.814</b>	<b>9.122</b>	<b>63.086</b>	<b>3.766</b>	<b>54.338</b>	<b>153.958</b>	<b>4.426</b>	<b>80.717</b>	<b>101.037</b>	<b>4.216</b>
Candeias do Jamari	4.454	154	277	42	64	3.763	47	103	-	-
Itapuã do Oeste	1.459	20	525	2	83	242	15	180	390	-
Porto Velho	39.492	554	667	161	250	35.956	663	822	316	99
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>45.405</b>	<b>728</b>	<b>1.469</b>	<b>205</b>	<b>397</b>	<b>39.961</b>	<b>725</b>	<b>1.105</b>	<b>706</b>	<b>99</b>
Alto Paraíso	2.960	30	264	4	52	2.400	28	158	-	22

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007									
	Total	Abacaxi	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Tomate
Alvorada D'Oeste	4.802	16	1.369	22	1.143	1.539	21	679	-	11
Ariquemes	8.093	156	3.775	45	442	1.800	166	1.658	-	47
Cabixi	17.028	137	3.096	20	152	3.283	111	3.780	6.435	10
Cacaulândia	6.171	65	127	14	196	5.400	32	335	-	-
Castanheiras	5.226	81	1.901	9	52	2.040	54	1.040	-	45
Cerejeiras	26.751	248	3.593	133	117	1.140	315	2.772	18.196	233
Chupinguaia	20.020	66	1.323	16	213	872	128	6.035	11.343	22
Colorado do Oeste	10.435	17	1.901	9	293	459	25	2.851	4.844	34
Corumbiara	19.483	18	3.169	24	91	1.112	25	1.972	13.057	11
Governador Jorge Teixeira	4.536	32	622	20	685	1.920	42	1.187	-	24
Jaru	7.629	16	1.353	13	1.096	3.380	103	1.629	-	35
Monte Negro	1.175	16	285	18	208	360	26	238	-	22
Nova Brasilândia D'Oeste	4.445	80	541	37	820	2.160	21	762	-	22
Ouro Preto do Oeste	7.149	18	317	54	650	5.400	105	535	-	68
Parecis	2.280	32	424	4	533	274	21	978	-	10
Presidente Médici	6.191	325	634	72	1.201	2.700	106	1.092	-	57
Primavera de Rondônia	2.257	187	757	39	133	547	75	485	-	32
Rolim de Moura	4.674	64	1.157	69	952	1.518	51	827	-	34
São Felipe D'Oeste	7.225	53	2.093	9	1.785	288	132	2.721	-	140
Teixeirópolis	1.866	18	319	17	156	405	35	684	-	230
Urupá	4.583	46	382	27	1.109	1.242	15	1.671	-	89
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>174.979</b>	<b>1.721</b>	<b>29.402</b>	<b>675</b>	<b>12.079</b>	<b>40.239</b>	<b>1.637</b>	<b>34.089</b>	<b>53.875</b>	<b>1.198</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>220.384</b>	<b>2.449</b>	<b>30.871</b>	<b>880</b>	<b>12.476</b>	<b>80.200</b>	<b>2.362</b>	<b>35.194</b>	<b>54.581</b>	<b>1.297</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

Quanto às lavouras permanentes, no ano de 2007, o valor da produção na área em estudo rondoniense - R\$ 143.454.000,00 - representou 42,5% do valor da produção das lavouras permanentes no Estado de Rondônia. Deste total, 62,5% foram provenientes da produção de café e 20,9%, da produção de cacau (em amêndoa), produzido em todos os municípios da área em estudo, à exceção de Candeias do Jamari, Porto Velho e Chupinguaia.

Em 2007, a All Mesorregional Leste Rondoniense foi responsável por 96% do valor gerado na All rondoniense. Isto ocorreu devido à alta produção do total das lavouras permanentes nos municípios de Ariquemes e Nova Brasilândia D'Oeste, mas também pela discrepância do número de municípios de cada All Mesorregional – enquanto a All Mesorregional Leste Rondoniense é formada por 22 municípios, a All Mesorregional

Madeira Guaporé é formada por apenas 3. Mesmo assim, os municípios de Candeias de Jamari, Itapuã do Oeste e Porto Velho, que compõe a All Mesorregional Madeira Guaporé, apresentaram baixo valor da produção de suas lavouras permanentes. Entre os municípios em estudo, os maiores produtores de café foram Nova Brasilândia D'Oeste e Alto Paraíso, enquanto os maiores produtores de cacau foram os municípios de Ariquemes e Cacaúlândia.

**Quadro 3.6.5.9-10 – Valor da produção da lavoura permanente nos municípios da All/Rondônia – 2007**

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007									
	Total	Banana (cacho)	Cacau (em amêndoa)	Café (em grão)	Coco-da-baía	Laranja	Mamão	Maracujá	Palmito	Urucum (semente)
<b>Rondônia</b>	<b>337.799</b>	<b>23.976</b>	<b>45.431</b>	<b>244.848</b>	<b>3.948</b>	<b>2.903</b>	<b>1.958</b>	<b>1.913</b>	<b>2.829</b>	<b>6.572</b>
Candeias do Jamari	787	111	-	302	232	7	10	20	45	-
Itapuã do Oeste	478	20	21	305	8	5	3	-	80	8
Porto Velho	4.462	1.530	-	1.168	143	73	52	58	1.125	214
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>5.727</b>	<b>1.661</b>	<b>21</b>	<b>1.775</b>	<b>383</b>	<b>85</b>	<b>65</b>	<b>78</b>	<b>1.250</b>	<b>222</b>
Alto Paraíso	15.480	1.310	520	13.440	48	3	42	24	2	31
Alvorada D'Oeste	4.066	211	231	3.363	185	18	-	12	22	-
Ariquemes	20.636	291	8.959	10.270	47	285	59	18	11	594
Cabixi	1.965	70	35	176	92	18	20	-	2	1.492
Cacaúlândia	9.124	749	7.109	899	226	18	10	6	15	2
Castanheiras	1.873	193	14	1.411	48	25	20	91	13	-
Cerejeiras	1.288	75	9	165	23	37	-	13	53	862
Chupinguaia	614	226	-	224	69	21	32	11	7	7
Colorado do Oeste	1.301	181	434	336	164	43	21	6	25	19
Corumbiara	2.975	113	29	111	19	29	11	6	-	2.578
Governador Jorge Teixeira	4.238	579	1.390	2.100	68	27	10	6	9	-
Jaru	9.470	608	4.361	4.116	154	14	10	12	120	-
Monte Negro	4.669	391	844	3.251	24	25	99	6	4	-
Nova Brasilândia D'Oeste	21.788	290	23	21.280	14	24	-	63	24	2
Ouro Preto do Oeste	10.487	506	3.393	5.914	405	32	39	12	134	-
Parecis	963	94	12	778	23	7	21	6	2	2
Presidente Médici	6.297	338	168	4.410	48	106	74	960	22	-
Primavera de Rondônia	1.278	65	17	991	115	32	10	12	-	2
Rolim de Moura	8.516	304	434	7.442	47	169	49	31	11	-
São Felipe D'Oeste	4.881	483	101	4.138	33	14	39	13	7	2
Teixeirópolis	1.557	193	370	756	160	7	-	25	9	-
Urupá	4.261	318	1.497	2.271	94	36	11	13	2	-

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007									
	Total	Banana (cacho)	Cacau (em amêndoa)	Café (em grão)	Coco-da-baía	Laranja	Mamão	Maracujá	Palmito	Urucum (semente)
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	137.727	7.588	29.950	87.842	2.106	990	577	1.346	494	5.593
<b>TOTAL All</b>	<b>143.454</b>	<b>9.249</b>	<b>29.971</b>	<b>89.617</b>	<b>2.489</b>	<b>1.075</b>	<b>642</b>	<b>1.424</b>	<b>1.744</b>	<b>5.815</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

O valor da produção de origem animal da área em estudo rondoniense, em 2007, representava 53,6% do valor deste tipo de produção no Estado de Rondônia. O conjunto de municípios da All Mesorregional Leste Rondoniense foi responsável por 95,9% deste valor. Em todos os municípios rondonienses em estudo, eram produzidos leite, ovos de galinha e mel de abelha. Os maiores produtores de leite foram os municípios de Jaru, Ouro Preto do Oeste e Alvorada D'Oeste, nesta ordem. Os maiores produtores de ovos de galinha foram os municípios de Rolim de Moura, Primavera de Rondônia e Porto Velho e os maiores produtores de mel de abelha foram Itapuã do Oeste, Rolim de Moura e Jaru.

**Quadro 3.6.5.9-11 – Valor da produção de origem animal nos municípios da All/Rondônia – 2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto			
	Total	Leite	Ovos de galinha	Mel de abelha
<b>Rondônia</b>	<b>330.757</b>	<b>302.661</b>	<b>26.639</b>	<b>1.457</b>
Candeias do Jamari	1.631	1.351	277	3
Itapuã do Oeste	2.841	2.545	60	236
Porto Velho	2.795	1.403	1.350	42
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>7.267</b>	<b>5.299</b>	<b>1.687</b>	<b>281</b>
Alto Paraíso	2.005	1.654	337	14
Alvorada D'Oeste	12.742	12.428	283	31
Ariquemes	3.677	3.082	569	26
Cabixi	2.041	1.828	198	15
Cacaulândia	2.704	2.519	167	18
Castanheiras	1.446	1.304	119	23
Cerejeiras	1.600	1.362	178	60
Chupinguaia	327	227	98	2
Colorado do Oeste	3.679	3.295	352	32
Corumbiara	2.827	2.584	238	5
Governador Jorge Teixeira	17.735	17.410	301	24
Jaru	34.488	33.835	533	120
Monte Negro	3.954	3.661	289	4
Nova Brasilândia D'Oeste	3.491	3.292	191	8
Ouro Preto do Oeste	27.876	27.481	386	9
Parecis	1.059	934	123	2

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto			
	Total	Leite	Ovos de galinha	Mel de abelha
Presidente Médici	11.884	11.556	322	6
Primavera de Rondônia	3.044	913	2.123	8
Rolim de Moura	8.706	6.365	2.159	182
São Felipe D'Oeste	5.912	5.659	243	10
Teixeirópolis	7.015	6.887	124	4
Urupá	11.963	11.585	367	11
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>170.175</b>	<b>159.861</b>	<b>9.700</b>	<b>614</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>177.442</b>	<b>165.160</b>	<b>11.387</b>	<b>895</b>

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

No conjunto dos municípios rondonienses em estudo, eram criados diversos tipos de rebanho. Merecem destaque, pelo percentual que representavam em relação ao rebanho estadual, o rebanho caprino, que, em 2007, correspondia a 53,8% deste tipo de rebanho no Estado de Rondônia, e o rebanho de muar, correspondente a 51,6% do rebanho de todo o Estado. Já o gado bovino representava o maior rebanho da área em estudo (72,5%), sendo que o município de Porto Velho era o maior criador, com 567.948 cabeças de gado em 2007. Quanto à criação de frangos, o segundo rebanho mais significativo (12,6%), destacava-se também como maior criador o município de Porto Velho, com 156.082 cabeças.

**Quadro 3.6.5.9-12 – Efetivo de rebanho por tipo de rebanho nos municípios da All/Rondônia – 2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho - Ano 2007										
	Total	Bovino	Eqüino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas
<b>Rondônia</b>	<b>16.558.857</b>	<b>11.007.613</b>	<b>161.166</b>	<b>5.378</b>	<b>1.810</b>	<b>25.381</b>	<b>278.133</b>	<b>16.575</b>	<b>124.661</b>	<b>3.160.724</b>	<b>1.777.416</b>
Candeias do Jamari	227.800	164.281	2.506	18	48	482	2.467	467	4.185	29.340	24.006
Itapuã do Oeste	99.686	69.677	1.427	57	16	110	1.452	282	2.667	13.199	10.799
Porto Velho	884.825	567.948	8.326	228	118	1.392	10.348	1.051	11.628	156.082	127.704
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>1.212.311</b>	<b>801.906</b>	<b>12.259</b>	<b>303</b>	<b>182</b>	<b>1.984</b>	<b>14.267</b>	<b>1.800</b>	<b>18.480</b>	<b>198.621</b>	<b>162.509</b>
Alto Paraíso	283.613	200.050	2.973	14	22	359	5.711	683	1.621	39.699	32.481
Alvorada D'Oeste	291.335	219.112	4.099	238	44	495	7.682	162	3.247	30.941	25.315
Ariquemes	568.476	427.585	5.533	213	84	1.642	7.421	1.657	4.841	65.725	53.775
Cabixi	174.627	125.083	2.071	7	20	143	5.079	160	2.658	21.673	17.733
Cacaulândia	273.814	230.812	2.875	422	53	670	3.499	646	986	18.618	15.233
Castanheiras	120.206	93.252	1.318	80	4	277	1.122	144	1.177	12.558	10.274
Cerejeiras	135.746	89.098	1.694	13	21	146	7.781	72	2.628	18.861	15.432
Chupinguaia	323.560	297.586	2.266	109	17	1.414	2.009	127	1.145	10.388	8.499
Colorado do Oeste	292.020	207.787	3.247	72	18	318	7.171	157	3.211	38.521	31.518
Corumbiara	308.081	246.615	3.471	11	34	762	5.750	191	1.166	27.545	22.536



Municípios, All Mesorregional e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho - Ano 2007										
	Total	Bovino	Eqüino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas
Governador Jorge Teixeira	297.630	228.410	3.788	7	17	503	4.021	137	812	32.964	26.971
Jaru	639.445	501.994	8.794	140	50	971	11.486	398	3.510	61.656	50.446
Monte Negro	307.558	231.447	3.102	18	29	537	5.893	677	2.639	34.769	28.447
Nova Brasilândia D'Oeste	163.148	117.904	1.727	5	4	139	2.719	85	1.143	21.682	17.740
Ouro Preto do Oeste	429.252	331.059	5.960	342	32	637	10.414	306	2.292	43.015	35.195
Parecis	165.525	130.780	1.816	137	34	435	3.050	114	1.673	15.117	12.369
Presidente Médici	345.276	265.162	4.360	120	54	402	6.465	58	2.175	36.564	29.916
Primavera de Rondônia	142.525	68.239	888	3	11	166	1.371	3	844	15.000	56.000
Rolim de Moura	414.761	217.321	3.229	192	16	376	7.758	1.228	3.004	99.900	81.737
São Felipe D'Oeste	147.802	92.760	1.105	49	22	237	2.742	37	738	27.562	22.550
Teixeirópolis	116.752	85.631	1.532	-	15	184	2.316	31	515	14.590	11.938
Urupá	233.120	145.587	3.236	18	7	312	5.742	39	986	42.456	34.737
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>6.174.272</b>	<b>4.553.274</b>	<b>69.084</b>	<b>2.210</b>	<b>608</b>	<b>11.125</b>	<b>117.202</b>	<b>7.112</b>	<b>43.011</b>	<b>729.804</b>	<b>640.842</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>7.386.583</b>	<b>5.355.180</b>	<b>81.343</b>	<b>2.513</b>	<b>790</b>	<b>13.109</b>	<b>131.469</b>	<b>8.912</b>	<b>61.491</b>	<b>928.425</b>	<b>803.351</b>

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

Nos municípios em estudo no Estado de Rondônia, a extração vegetal consistia na produção de lenha e madeira em tora, que, em 2007, gerou R\$ 57.801.000,00, representando 46,0% da produção da extração vegetal no Estado. A madeira em tora era o principal produto, em todos os municípios em estudo, à exceção de Presidente Médici e Teixeiraópolis, tendo sido responsável por 99,4% do valor da produção da extração vegetal da All do Estado de Rondônia. Os principais produtores foram os municípios de Porto Velho e Ariquemes.

**Quadro 3.6.5.9-13 – Valor da produção da extração vegetal nos municípios da All/Rondônia – 2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção da extração vegetal por município da All (Mil reais) – 2007		
	Total	Lenha	Madeira em tora
<b>Rondônia</b>	<b>125.753</b>	<b>803</b>	<b>124.950</b>
Candeias do Jamari	700	-	700
Itapua do Oeste	30	-	30
Porto Velho	36.548	290	36.258
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>37.278</b>	<b>290</b>	<b>36.988</b>
Alto Paraíso	198	18	180
Alvorada D'Oeste	198	-	198
Ariquemes	12.938	16	12.922
Cabixi	52	-	52
Cacaulândia	-	-	-

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Valor da produção da extração vegetal por município da AII (Mil reais) – 2007		
	Total	Lenha	Madeira em tora
Castanheiras	113	-	113
Cerejeiras	234	-	234
Chupinguaia	118	2	116
Colorado do Oeste	1.121	-	1.121
Corumbiara	511	-	511
Governador Jorge Teixeira	-	-	-
Jaru	580	-	580
Monte Negro	1.668	-	1.668
Nova Brasilândia D'Oeste	195	-	195
Ouro Preto do Oeste	152	11	141
Parecis	421	-	421
Presidente Médici	9	9	-
Primavera de Rondônia	275	-	275
Rolim de Moura	1.642	-	1.642
São Felipe D'Oeste	88	-	88
Teixeirópolis	10	10	-
Urupá	-	-	-
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>20.523</b>	<b>66</b>	<b>20.457</b>
<b>TOTAL AII</b>	<b>57.801</b>	<b>356</b>	<b>57.445</b>

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – IBGE

- **Setor secundário**

No ano de 2006, na AII Mesorregional Leste Rondoniense, havia 1.409 unidades empresariais do setor industrial, empregando 23.225 pessoas, 30,0% das quais trabalhavam no município de Ariquemes. De todo o pessoal ocupado no setor secundário no conjunto de municípios em estudo na Mesorregião Leste Rondoniense, 81,0% trabalhavam em indústrias de transformação, enquanto 16,4% trabalhavam na construção, 2,4%, nas indústrias extrativas e 0,2% na produção e distribuição de eletricidade, gás e água. Nas indústrias de transformação, quanto à geração de postos de trabalho, predominavam a fabricação de produtos alimentícios e bebidas e a fabricação de produtos de madeira.

Quadro 3.6.5.9-14 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor secundário nos municípios da AII/Rondônia – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																																	
	Rondônia		AII Mesorregional Leste Rondoniense		Alto Paraiso		Alvorada D'Oeste		Ariquemes		Cabixi		Cacaupônia		Castanheiras		Cerejeiras		Chupinguaia		Colorado do Oeste		Corumbiara		Governador Jorge Teixeira		Jaru		Monte Negro		Nova Brasília D'Oeste		Ouro Preto do Oeste		Parecis		Presidente Médici		Primavera de Rondônia		Rolim de Moura		São Felipe D'Oeste		Tekeirópolis		Unupá			
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado						
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Extração de minerais metálicos	51	305	18	224	1	X	-	-	17	224	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Extração de minerais não-metálicos	89	415	26	78	-	-	-	-	9	38	-	-	-	-	1	X	2	X	-	-	1	X	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias de transformação	3.877	32.346	1.134	10.453	45	224	35	129	307	3.247	23	55	4	5	-	-	49	252	20	413	94	556	18	82	5	40	144	1.559	24	191	29	142	88	649	18	38	34	256	4	1	171	2.477	2	X	5	64	15	73		
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	814	11.257	263	4.085	9	9	5	5	43	979	4	21	2	X	-	-	13	87	3	298	29	84	8	38	2	X	40	539	5	44	14	22	19	301	4	7	12	96	2	-	36	1.478	2	X	4	45	7	32		
Fabricação de produtos do fumo	6	15	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																																
	Rondônia		Acre		Roraima		Alto Paraiso		Alvorada D'Oeste		Ariquemes		Cabixi		Caculéria		Castanheiras		Cerejeiras		Chupinguiã		Colorado do Oeste		Corumbiara		Governador Jorge Teixeira		Jaru		Monte Negro		Nova Brasilândia D'Oeste		Ouro Preto do Oeste		Parecis		Presidente Médici		Primavera de Rondônia		Rolim de Moura		São Felipe D'Oeste		Teixeirópolis		Urupá
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado									
Preparação de couros e fabricação de artigos de couro, artigos de viagem e calçados	56	944	15	83	-	-	1	X	8	76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	7	-	-	-	-	-	-	-	-							
Fabricação de produtos de madeira	1.098	10.728	350	3.918	28	195	10	76	107	1.367	11	22	1	X	-	-	16	78	16	113	24	185	7	35	1	X	37	804	9	132	8	110	20	162	10	28	8	49	2	X	34	562	-	-	-	-	1	X	
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	21	270	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
Edição, impressão e reprodução de gravaturas	252	1.127	57	157	1	X	2	X	12	44	-	-	-	-	-	-	4	9	-	-	4	8	-	-	-	-	8	31	2	X	2	X	8	27	-	-	2	X	-	-	12	38	-	-	-	-			
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	4	13	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-				
Fabricação de produtos químicos	73	295	13	24	-	-	1	X	3	24	1	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-				

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																																
	Rondônia		Acre		Roraima		Alto Paraiso		Amapá		Paraná		Rio de Janeiro		Espírito Santo		Goiás		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul		Paraná		Pernambuco		Rio Grande do Norte		Rio Grande do Sul		São Paulo		Santa Catarina		Rio de Janeiro		Rio Grande do Sul		Rio Grande do Sul		Rio Grande do Sul		Rio Grande do Sul		Rio Grande do Sul		Rio Grande do Sul		
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado			
Fabricação de máquinas e equipamentos	67	202	16	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	11	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	30	130	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	19	43	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	7	11	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Fabricação e montagem de veículos automotores, rebocues e carrocerias	55	352	22	82	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																															
	Rondônia		All Mesorregional Leste Rondoniense		Alto Paraiso		Alvorada D'Oeste		Ariquemes		Cabixi		Cacauiândia		Castanheiras		Cerejeiras		Chupinguiá		Colorado do Oeste		Corumbiara		Governador Jorge Teixeira		Jaru		Monte Negro		Nova Brasilândia D'Oeste		Ouro Preto do Oeste		Parecis		Presidente Médici		Primavera de Rondônia		Rolim de Moura		São Felipe D'Oeste		Teixeirópolis		Urupá	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado						
Reciclagem em	17	67	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	65	1.955	19	29	-	-	1	X	2	X	-	-	-	-	-	-	2	X	3	2	3	20	-	-	-	-	3	7	-	-	-	-	1	X	-	-	1	X	3	-	-	-	-	-	-			
Eletricidade, gás e água quente	60	1.302	17	22	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	2	X	3	2	3	20	-	-	-	-	2	X	-	-	1	X	-	-	1	X	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Captação, tratamento e distribuição de água	5	653	2	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Construção	841	8.070	211	2.113	3	2	4	13	45	490	1	X	1	X	-	-	5	19	-	-	16	40	3	8	1	X	42	1.179	5	13	8	11	24	52	-	-	5	49	-	-	45	237	1	-	-	-	2	X

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

Em 2006, na AII Mesorregional Madeira Guaporé, formada apenas pelos municípios de Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Porto Velho, havia 1.272 unidades empresariais do setor industrial, empregando 11.197 pessoas. A atividade industrial que mais gerava empregos era a relacionada com as indústrias de transformação (49,8% do pessoal ocupado), principalmente a fabricação de produtos alimentícios e bebidas. Também eram expressivas, as atividades relacionadas à construção (34,5% do pessoal ocupado, mas todos situados apenas no município de Porto Velho) e a produção e distribuição de eletricidade, gás e água (14,5% do pessoal ocupado). As indústrias extrativistas representavam apenas 1,2% do pessoal ocupado.

**Quadro 3.6.5.9-15 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor secundário nos municípios da AII/Rondônia – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado									
	Rondônia		AII Mesorregional Madeira Guaporé		Candeias do Jamari		Itapuã do Oeste		Porto Velho	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
<b>Indústrias extrativas</b>	141	721	44	131	4	10	1	-	39	121
Extração de carvão mineral	1	X	0	0	-	-	-	-	-	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	0	0	-	-	-	-	-	-
Extração de minerais metálicos	51	305	23	36	1	X	1	-	21	36
Extração de minerais não-metálicos	89	415	21	92	3	7	-	-	18	85
<b>Indústrias de transformação</b>	3.877	32.346	836	5.581	27	141	12	90	797	5.350
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	814	11.257	164	2.157	4	78	-	-	160	2.079
Fabricação de produtos do fumo	6	15	2	0	-	-	-	-	2	X
Fabricação de produtos têxteis	64	195	14	46	-	-	-	-	14	46
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	313	1.307	86	377	-	-	-	-	86	377
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	56	944	8	217	1	X	-	-	7	217
Fabricação de produtos de madeira	1.098	10.728	119	682	13	56	9	83	97	543
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	21	270	8	18	-	-	-	-	8	18

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado									
	Rondônia		All Mesorregional Madeira Guaporé		Candeias do Jamari		Itapuã do Oeste		Porto Velho	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Edição, impressão e reprodução de gravações	252	1.127	84	566	3	2	-	-	81	564
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	4	13	1	0	-	-	-	-	1	X
Fabricação de produtos químicos	73	295	26	112	1	X	-	-	25	112
Fabricação de artigos de borracha e plástico	73	516	28	115	-	-	-	-	28	115
Fabricação de produtos minerais não-metálicos	207	2.182	51	489	-	-	-	-	51	489
Metalurgia básica	56	365	18	122	-	-	1	X	17	122
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	231	859	75	246	-	-	-	-	75	246
Fabricação de máquinas e equipamentos	67	202	27	93	-	-	-	-	27	93
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	11	37	10	37	-	-	-	-	10	37
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	30	130	12	40	-	-	-	-	12	40
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	19	43	9	14	1	X	-	-	8	14
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	7	11	2	0	-	-	-	-	2	-
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	55	352	9	51	-	-	-	-	9	51



Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado									
	Rondônia		All Mesorregional Madeira Guaporé		Candeias do Jamari		Itapuã do Oeste		Porto Velho	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Fabricação de outros equipamentos de transporte	16	60	8	19	-	-	-	-	8	19
Fabricação de móveis e indústrias diversas	387	1.371	68	134	4	2	2	X	62	132
Reciclagem	17	67	7	21	-	-	-	-	7	21
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	65	1.955	22	1.625	-	-	-	-	22	1.625
Eletricidade, gás e água quente	60	1.302	21	1.071	-	-	-	-	21	1.071
Captação, tratamento e distribuição de água	5	653	1	0	-	-	-	-	1	X
<b>Construção</b>	<b>841</b>	<b>8.070</b>	<b>370</b>	<b>3.860</b>	<b>2</b>	<b>X</b>	<b>2</b>	<b>X</b>	<b>366</b>	<b>3.860</b>

Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE

### • Setor terciário

No ano de 2006, na All Mesorregional Leste Rondoniense, havia 8.722 unidades empresariais do setor terciário, que empregavam 31.021 pessoas, 32,8% das quais trabalhavam no município de Ariquemes. A maior parte dos trabalhadores do setor terciário desta All Mesorregional exercia atividades de comércio varejista e reparação de objetos pessoais ou domésticos (57,5%). Em seguida, o contingente mais expressivo era o de trabalhadores empregados em atividades relacionadas à administração pública, defesa e seguridade social (16,9%).



Quadro 3.6.5.9-16 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor terciário nos municípios da AI/Rondônia – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																															
	Rondônia		All Mesorregional Leste Rondoniense		Alto Paraíso		Alvorada D'Oeste		Ariquemes		Cabixi		Cacaulândia		Castanheiras		Cerejeiras		Chupinguaia		Colorado do Oeste		Corumbiara		Governador Jorge Teixeira		Jaru		Monte Negro		Nova Brasilândia D'Oeste		Ouro Preto do Oeste		Parecis		Presidente Médici		Primavera de Rondônia		Rolim de Moura		São Felipe D'Oeste		Teixeirópolis		Urupá	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado						
Comércio: reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	19.606	108.000	5.227	17.834	148	430	164	469	1.167	5.268	69	114	37	84	10	18	298	796	70	148	335	750	67	127	45	61	742	2.825	118	346	154	385	565	2.030	58	72	267	714	21	30	744	2.675	42	103	24	51	123	338
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	2.570	13.192	699	3.195	20	51	19	62	199	1.044	7	18	6	14	2	X	35	147	9	23	32	102	11	25	8	16	84	480	16	48	22	72	65	334	5	5	26	143	2	X	104	535	6	13	4	13	20	50
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	2.513	10.279	544	1.782	17	116	12	19	180	970	-	-	-	-	1	X	26	53	2	X	24	32	-	-	1	X	83	207	19	41	15	13	39	93	3	3	31	60	2	X	74	156	4	12	-	-	6	7
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	14.523	84.529	3.998	12.833	111	263	133	388	788	3.254	62	96	31	70	7	13	237	596	59	115	279	616	56	102	36	44	575	2.138	83	257	117	300	461	1.603	50	64	210	511	17	22	566	1.984	32	78	20	38	97	281
Alojamento e alimentação	1.594	5.902	413	1.290	10	25	14	23	142	543	4	4	5	3	-	-	14	30	4	14	39	69	2	-	-	-	40	136	10	19	8	13	53	201	-	-	13	39	-	-	42	169	-	-	2	X	3	2

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																															
	Rondônia		All Mesorregional Leste Rondoniense		Alto Paraíso		Alvorada D'Oeste		Ariquemes		Cabixi		Cacaulândia		Castanheiras		Cerejeiras		Chupinguaia		Colorado do Oeste		Corumbiara		Governador Jorge Teixeira		Jaru		Monte Negro		Nova Brasilândia D'Oeste		Ouro Preto do Oeste		Parecis		Presidente Médici		Primavera de Rondônia		Rolim de Moura		São Felipe D'Oeste		Teixeirópolis		Urupá	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado						
Transporte, armazenagem e comunicações	1.545	8.327	371	1.421	9	29	10	21	82	506	2	X	3	4	2	X	15	42	2	X	31	54	2	X	4	7	63	320	3	5	14	45	48	132	3	5	20	70	2	X	44	165	1	-	1	X	5	16
Transporte terrestre	1.031	5.370	262	985	7	23	8	16	57	406	-	-	2	X	1	X	10	27	1	X	25	38	1	X	3	5	42	194	2	X	9	36	36	89	2	X	15	48	1	X	31	103	-	-	-	-	2	X
Transporte aquaviário	44	277	12	0	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Transporte aéreo	18	107	13	0	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	296	1.212	86	226	1	X	-	-	20	58	1	X	-	-	-	-	3	4	-	-	5	7	-	-	-	-	16	102	-	-	4	2	10	24	-	-	2	X	-	-	8	29	1	-	-	-	2	X
Intermediação financeira	221	2.256	73	466	1	X	1	X	11	144	1	X	1	X	-	-	2	X	1	-	7	31	1	X	-	-	7	109	1	X	2	X	9	104	-	-	2	X	-	-	9	78	-	-	-	-	1	X
Seguros e previdência complementar	44	107	22	0	1	X	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	91	231	33	27	-	-	-	-	6	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	7	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																															
	Rondônia		All Mesorregional Leste Rondoniense		Alto Paraíso		Alvorada D'Oeste		Ariquemes		Cabixi		Cacaulândia		Castanheiras		Cerejeiras		Chupinguaia		Colorado do Oeste		Corumbiara		Governador Jorge Teixeira		Jaru		Monte Negro		Nova Brasilândia D'Oeste		Ouro Preto do Oeste		Parecis		Presidente Médici		Primavera de Rondônia		Rolim de Moura		São Felipe D'Oeste		Teixeirópolis		Urupá	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado						
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2.260	12.980	494	1.485	6	9	11	37	168	633	6	8	1	-	1	-	18	56	3	5	24	74	1	X	6	18	60	117	8	60	11	16	49	123	3	5	27	55	1	-	72	269	1	X	2	-	2	X
Atividades imobiliárias	235	912	42	40	-	-	1	X	18	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	197	606	63	154	-	-	-	-	19	112	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	7	11	-	-	1	-	6	9	-	-	1	X	-	-	6	22	-	-	-	-	-	
Atividades de informática e serviços relacionados	240	993	76	246	1	-	1	X	14	101	-	-	-	-	-	-	4	20	1	X	2	X	-	-	1	X	4	6	1	X	3	6	4	7	2	X	1	-	-	-	16	106	-	-	-	-	-	
Pesquisa e desenvolvimento	14	319	25	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-				
Serviços prestados principalmente às empresas	1.574	10.150	379	961	5	9	9	34	117	380	6	8	1	-	1	-	14	36	1	X	20	27	1	X	5	10	48	88	7	58	7	10	37	107	1	X	24	53	1	-	50	141	1	X	2	-	2	X
Administração pública, defesa e segurança social	178	56.226	73	5.248	1	X	2	X	4	1.941	2	X	2	X	2	X	2	X	2	X	2	X	2	X	1	X	1	X	2	X	3	569	3	974	2	X	4	676	2	X	4	1.088	2	X	2	X	2	X
Educação	853	7.002	289	858	8	8	3	23	39	327	2	X	2	X	3	-	18	20	3	2	17	146	5	3	-	-	93	132	5	16	3	4	26	81	-	-	11	8	2	X	19	88	-	-	2	X	2	X

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																															
	Rondônia		AII Mesorregional Leste Rondoniense		Alto Paraíso		Alvorada D'Oeste		Ariquemes		Cabixi		Cacaulândia		Castanheiras		Cerejeiras		Chupinguaia		Colorado do Oeste		Corumbiara		Governador Jorge Teixeira		Jaru		Monte Negro		Nova Brasilândia D'Oeste		Ouro Preto do Oeste		Parecis		Presidente Médici		Primavera de Rondônia		Rolim de Moura		São Felipe D'Oeste		Teixeirópolis		Urupá	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado						
Saúde e serviços sociais	853	4.628	203	741	3	3	4	7	51	308	2	X	-	-	-	-	6	11	-	-	6	11	3	1	3	1	35	113	5	8	2	X	25	156	1	X	3	19	-	-	23	96	1	X	2	X	4	7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4.607	8.263	1.560	1.641	93	24	144	33	191	470	37	6	14	-	18	4	53	25	22	1	111	50	28	3	14	14	198	207	19	30	45	30	172	256	21	7	115	61	12	-	165	128	16	-	9	-	49	292
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	33	366	35	14	-	-	-	-	3	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Atividades associativas	3.736	5.487	1.367	1.140	90	24	140	25	137	296	35	4	13	-	18	4	46	18	22	1	100	28	28	3	6	12	162	148	17	26	42	27	140	107	18	4	107	48	11	-	140	78	16	-	9	-	46	287
Atividades recreativas, culturais e desportivas	512	1.798	153	387	3	-	4	8	36	134	2	X	1	-	-	-	6	6	-	-	7	21	-	-	-	-	16	38	1	X	1	X	21	130	-	-	4	8	1	-	18	42	-	-	-	1	X	
Serviços pessoais	326	612	99	85	-	-	-	-	15	32	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	4	1	-	-	8	2	20	21	1	-	2	X	8	13	3	3	4	5	-	-	7	8	-	-	-	2	X	

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

Na All Mesorregional Madeira Guaporé, em 2006, o setor terciário empregava 111.241 pessoas, em 9.409 unidades empresariais, 97,1% das quais se situavam no município de Porto Velho. Do total de empregos existentes no setor de comércio e serviços, 46,6% eram em atividades de comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos. Os demais empregados do setor terciários dividiam-se, principalmente, em atividades de administração pública, defesa e seguridade social (22%), serviços prestados principalmente às empresas (6,9%) e educação (4,2%). É importante notar que das 111.030 pessoas empregadas no setor terciário da All Mesorregional Madeira Guaporé, 99,4% trabalhavam no município de Porto Velho.

**Quadro 3.6.5.9-17 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor terciário – All Mesorregional Madeira-Guaporé – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado									
	Rondônia		All Mesorregional Madeira Guaporé		Candeias do Jamari		Itapuã do Oeste		Porto Velho	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
<b>Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos</b>	19.606	108.000	5.692	59.560	136	298	41	149	5.515	59.113
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	2.570	13.192	673	3.588	11	58	4	22	658	3.508
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	2.513	10.279	799	4.139	19	54	5	12	775	4.073
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	14.523	84.529	4.220	51.833	106	186	32	115	4.082	51.532
<b>Alojamento e alimentação</b>	1.594	5.902	626	2.766	13	27	9	30	604	2.709
<b>Transporte, armazenagem e comunicações</b>	1.545	8.327	416	3.435	4	16	9	30	403	3.389
Transporte terrestre	1.031	5.370	204	1.748	3	9	3	4	198	1.735
Transporte aquaviário	44	277	34	242	-	-	3	4	31	238
Transporte aéreo	18	107	15	103	-	-	-	-	15	103

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado									
	Rondônia		All Mesorregional Madeira Guaporé		Candeias do Jamari		Itapuã do Oeste		Porto Velho	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	296	1.212	96	525	-	-	-	-	96	525
Correio e telecomunicações	156	1.361	64	788	1	X	-	-	63	788
<b>Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados</b>	356	2.594	129	1.007	-	-	-	-	129	1.007
Intermediação financeira	221	2.256	55	810	-	-	-	-	55	810
Seguros e previdência complementar	44	107	26	56	-	-	-	-	26	56
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	91	231	48	141	-	-	-	-	48	141
<b>Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas</b>	2.260	12.980	999	9.260	3	7	-	-	996	9.253
Atividades imobiliárias	235	912	176	692	-	-	3	4	173	688
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	197	606	82	232	-	-	-	-	82	232
Atividades de informática e serviços relacionados	240	993	78	373	-	-	-	-	78	373
Pesquisa e desenvolvimento	14	319	8	318	-	-	-	-	8	318
Serviços prestados principalmente às empresas	1.574	10.150	661	7.653	3	7	3	4	655	7.642
<b>Administração pública, defesa e seguridade social</b>	178	56.226	53	24.481	2	X	2	X	49	24.481
<b>Educação</b>	853	7.002	208	4.679	6	7	-	-	202	4.672
<b>Saúde e serviços sociais</b>	853	4.628	348	2.498	-	-	-	-	348	2.498



Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado									
	Rondônia		All Mesorregional Madeira Guaporé		Candeias do Jamari		Itapuã do Oeste		Porto Velho	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4.607	8.263	938	3.555	32	56	11	2	895	3.497
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	33	366	10	239	1	X	-	-	9	239
Atividades associativas	3.736	5.487	608	2.244	23	44	9	2	576	2.198
Atividades recreativas, culturais e desportivas	512	1.798	192	784	7	9	2	-	183	775
Serviços pessoais	326	612	128	285	1	X	-	-	127	285

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

## (2) Mato Grosso

No ano de 2006, o conjunto de 25 municípios em estudo no Estado de Mato Grosso gerou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 9.204.525.000,00, correspondente a cerca de 44% do PIB do Estado. Grande parte deste valor (46,4%) foi produzida apenas no município de Cuiabá, enquanto o município com segundo maior PIB na área de estudo, Rondonópolis, participou apenas em 13,7% na composição PIB. Os menores PIBs cabem aos municípios de Indiavaí, Vale de São Domingos e São José do Povo, que juntos, compõem o PIB da área em estudo apenas em 0,4%.

No Estado de Mato Grosso, o setor terciário é preponderante na composição do Produto Interno Bruto. Em 2006, respondeu por 49,69% do PIB, enquanto o setor primário ficou com 22,18% e o setor secundário, com 15,96%. Na área em estudo, o setor terciário também é preponderante em relação aos demais, mas diferentemente do que ocorre no Estado, o setor secundário é mais expressivo do que o setor primário.

No ano de 2006, na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, o setor primário contribuiu com 2,27% do valor do PIB, enquanto o secundário representou 18,56%, e, o terciário, 62,12%. Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, o setor primário foi bem mais expressivo, tendo participado com 14,48% do PIB, assim como o setor industrial, que apresentou uma participação consideravelmente maior do que a nível estadual – 29,10%. O setor de comércio e serviços respondeu por 45,03% de participação na composição do PIB. Na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, o setor primário prevaleceu sobre o setor secundário, com 27,66% de participação no

PIB contra 21,78% do setor industrial, enquanto o setor terciário ficou com 42,29% de participação.

Grande parte dos municípios mato-grossenses em estudo acompanhou a tendência de preponderância do setor terciário sobre os outros setores na composição do PIB municipal. No entanto, em um número significativo de municípios o setor agropecuário foi mais relevante. São eles: Acorizal, Alto Paraguai, Santo Antônio do Leverger, Alto Garças, Juscimeira, Pedra Preta, Indiavaí, Lambari D'Oeste, Vila Bela da Santíssima Trindade; além de Araputanga, onde o setor industrial foi preponderante.

**Quadro 3.6.5.9-18 - Composição do PIB (Valor Adicionado a Preço Correto) por setor de Atividade nos municípios da All/Mato Grosso (2006)**

Municípios, All Mesorregional e Estado	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Ano (2006)								
	PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>Mato Grosso</b>	<b>20.946.995</b>	<b>4.646.640</b>	<b>22,18</b>	<b>3.344.103</b>	<b>15,96</b>	<b>10.408.855</b>	<b>49,69</b>	<b>2.547.397</b>	<b>12,16</b>
Acorizal	23.920	11.718	48,99	1.908	7,98	9.062	37,88	1.232	5,15
Alto Paraguai	24.630	10.228	41,52	1.753	7,12	11.347	46,07	1.303	5,29
Cuiabá	4.268.134	13.990	0,33	804.138	18,84	2.665.736	62,46	784.270	18,38
Jangada	31.246	11.927	38,17	3.560	11,39	13.652	43,69	2.108	6,75
Rosário Oeste	71.676	29.548	41,22	6.636	9,26	31.603	44,09	3.889	5,43
Santo Antônio do Leverger	75.163	35.098	46,70	6.542	8,70	28.332	37,69	5.191	6,91
Várzea Grande	1.259.545	18.158	1,44	243.728	19,35	814.698	64,68	182.961	14,53
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>5.754.314</b>	<b>130.666</b>	<b>2,27</b>	<b>1.068.264</b>	<b>18,56</b>	<b>3.574.429</b>	<b>62,12</b>	<b>980.954</b>	<b>17,05</b>
Alto Araguaia	416.210	50.052	12,03	132.736	31,89	171.472	41,20	61.951	14,88
Alto Garças	90.241	48.280	53,50	3.941	4,37	31.332	34,72	6.688	7,41
Jaciara	187.544	53.790	28,68	37.058	19,76	81.327	43,36	15.368	8,19
Juscimeira	61.365	26.046	42,44	5.459	8,90	25.701	41,88	4.158	6,78
Pedra Preta	179.827	93.801	52,16	23.037	12,81	51.289	28,52	11.699	6,51
São José do Povo	12.252	4.686	38,25	1.242	10,14	5.682	46,37	642	5,24
Rondonópolis	1.606.818	93.155	5,80	539.762	33,59	783.432	48,76	190.469	11,85
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>2.554.256</b>	<b>369.809</b>	<b>14,48</b>	<b>743.235</b>	<b>29,10</b>	<b>1.150.235</b>	<b>45,03</b>	<b>290.977</b>	<b>11,39</b>
Araputanga	121.848	14.725	12,08	53.193	43,66	43.946	36,07	9.983	8,19
Barra do Bugres	188.603	56.713	30,07	33.960	18,01	79.992	42,41	17.938	9,51
Comodoro	100.468	27.265	27,14	9.820	9,77	53.507	53,26	9.877	9,83
Indiavaí	21.001	7.824	37,26	7.338	34,94	5.070	24,14	769	3,66
Jauru	50.262	11.751	23,38	14.002	27,86	21.528	42,83	2.981	5,93
Lambari D'Oeste	46.802	25.068	53,56	7.945	16,98	11.216	23,96	2.573	5,50
Vila Bela da Santíssima Trindade	104.342	44.548	42,69	26.753	25,64	28.265	27,09	4.777	4,58
Nova Lacerda	28.830	8.556	29,68	8.732	30,29	9.601	33,30	1.942	6,74
Pontes e Lacerda	199.215	42.752	21,46	28.006	14,06	107.385	53,90	21.072	10,58
Rio Branco	22.978	3.969	17,27	4.485	19,52	12.839	55,87	1.685	7,33
Vale de São Domingos	11.607	4.610	39,72	883	7,61	5.525	47,60	589	5,07

Municípios, All Mesorregional e Estado	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Ano (2006)								
	PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
All Sudoeste Mato-grossense	895.955	247.780	27,66	195.116	21,78	378.873	42,29	74.186	8,28
<b>TOTAL All</b>	<b>9.204.525</b>	<b>748.256</b>	<b>8,13</b>	<b>2.006.615</b>	<b>21,80</b>	<b>5.103.537</b>	<b>55,45</b>	<b>1.346.117</b>	<b>14,62</b>

Fonte: IPEA, Ipeadata

## • Setor Primário

No ano de 2006, o PIB gerado pelo setor primário da economia nos 25 municípios rondonienses em estudo correspondeu a 16,1% do PIB gerado pelo setor agropecuário em todo o Estado de Mato Grosso. Os municípios que apresentaram maior valor do PIB referentes ao setor primário frente aos outros dois setores foram Lambari D'Oeste, Alto Garças e Pedra Preta, cada um com mais de 52% de participação do setor primário na composição de seus respectivos PIBs municipais.

No ano de 2007, na área em estudo, o valor da produção das lavouras temporárias foi de R\$ 1.045.416.000,00, tendo como principal produto a soja. As lavouras permanentes geraram R\$ 24.501.000,00 principalmente devido à produção de banana. No mesmo ano, a produção de origem animal gerou R\$ 98.111.000,00.

Considerando-se o total da produção das lavouras temporárias na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense e na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense - R\$ 1.045.416.000,00 no ano de 2007, o valor gerado correspondeu a 9,6% do valor da produção das lavouras temporárias no Estado de Mato Grosso.

Os municípios que compõem a All Mesorregional Sudeste Mato-grossense foram responsáveis por 63,4% da composição deste valor, e a produção de soja representou 37,0% do valor total, sendo que esta era praticada em 17 municípios mato-grossenses em estudo. O maior produtor de soja era o município de Alto Garças, que respondeu por 21,9% da produção total da lavoura de soja das Alls Mesorregionais no Mato Grosso.

A produção de algodão herbáceo representou, em 2007, 22,4% do valor da produção das lavouras temporárias na All mato-grossense. Sua produção, no entanto, coube apenas a 6 municípios da área em estudo, sendo que 5 deles estão localizados na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, com exceção de Santo Antônio do Leverger que está localizado na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense.

**Quadro 3.6.5.9-19 – Valor da produção da lavoura temporária nos municípios da AII/Mato Grosso – 2007**

Municípios, AII mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007										
	Total	Abacaxi	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Cana- de- açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)
<b>Mato Grosso</b>	<b>10.843.715</b>	<b>60.138</b>	<b>2.072.305</b>	<b>239.767</b>	<b>553.144</b>	<b>69.649</b>	<b>325.506</b>	<b>14.937</b>	<b>1.568.546</b>	<b>5.877.092</b>	<b>26.803</b>
Acorizal	1.621	150	-	9	54	22	960	270	60	-	-
Alto Paraguai	14.506	96	-	96	38	13	5.400	-	1.818	7.025	1
Cuiabá	2.588	280	-	-	263	-	1.755	130	160	-	-
Jangada	3.763	-	-	26	1.000	-	1.512	450	420	355	-
Rosário Oeste	18.200	220	-	594	300	72	14.400	-	930	1.680	-
Santo Antônio do Leverger	41.848	125	7.808	89	1.185	-	2.520	-	9.574	20.102	-
Várzea Grande	2.663	420	-	-	234	-	1.680	243	86	-	-
<b>All Centro-Sul Mato- grossense</b>	<b>85.189</b>	<b>1.291</b>	<b>7.808</b>	<b>814</b>	<b>3.074</b>	<b>107</b>	<b>28.227</b>	<b>1.093</b>	<b>13.048</b>	<b>29.162</b>	<b>1</b>
Alto Araguaia	32.249	-	9.717	656	297	-	1.610	-	3.328	16.281	360
Alto Garças	165.114	-	74.763	96	3	360	46	-	4.893	84.851	102
Jaciara	101.834	-	12.178	756	44.759	482	893	-	14.547	28.013	206
Juscimeira	65.557	-	-	588	11.526	-	3.600	-	14.945	34.660	168
Pedra Preta	165.088	-	112.572	410	144	4.560	2.240	-	4.752	39.780	630
São José do Povo	19.766	-	-	58	120	188	19.200	-	200	-	-
Rondonópolis	112.941	10	17.582	136	720	605	7.488	-	11.949	72.246	2.205
<b>All Sudeste Mato- grossense</b>	<b>662.549</b>	<b>10</b>	<b>226.812</b>	<b>2.700</b>	<b>57.569</b>	<b>6.195</b>	<b>35.077</b>	<b>0</b>	<b>54.614</b>	<b>275.831</b>	<b>3.671</b>
Araputanga	1.543	-	-	135	30	41	347	-	990	-	-
Barra do Bugres	159.166	131	-	649	153.484	13	1.575	61	264	2.781	-
Comodoro	68.436	20	-	2.340	-	135	1.230	210	9.576	54.912	-
Indiavaí	305	-	-	18	32	17	85	-	153	-	-
Jauru	604	-	-	58	-	20	364	-	162	-	-
Lambari D'Oeste	32.407	-	-	89	29.639	31	314	-	180	2.154	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	11.415	-	-	381	-	140	588	-	2.146	8.160	-
Nova Lacerda	11.353	25	-	3.551	-	23	384	-	146	7.224	-
Pontes e Lacerda	9.713	180	-	720	81	72	1.196	-	3.024	4.440	-
Rio Branco	446	-	-	52	52	10	202	-	130	-	-
Vale de São Domingos	2.290	-	-	48	-	11	139	-	120	1.972	-
<b>All Sudoeste Mato- grossense</b>	<b>297.678</b>	<b>356</b>	<b>0</b>	<b>8.041</b>	<b>183.318</b>	<b>513</b>	<b>6.424</b>	<b>271</b>	<b>16.891</b>	<b>81.643</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL AII</b>	<b>1.045.416</b>	<b>1.657</b>	<b>234.620</b>	<b>11.555</b>	<b>243.961</b>	<b>6.815</b>	<b>69.728</b>	<b>1.364</b>	<b>84.553</b>	<b>386.636</b>	<b>3.672</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

Quanto às lavouras permanentes, no ano de 2007, o valor da produção na área em estudo mato-grossense - R\$ 24.501.000,00 - representou 15,1% do valor da produção

das lavouras permanentes no Estado de Mato Grosso. Deste total, 39,3% foram provenientes da produção de banana e 23,2%, da produção de borracha. A banana era produzida em grande parte dos municípios mato-grossenses em estudo (20 municípios). Os municípios que não produziram bananas foram Jaciara, Araputanga, Jauru, Vila Bela da Santíssima Trindade e Rio Branco.

O município de Barra dos Bugres se destacou como o maior produtor de bananas da área em estudo, respondendo por 33,3% da produção total. O município de Pontes e Lacerda, por sua vez, se destacou pela produção de borracha, respondendo por 50,4% da produção total da área em estudo.

Em 2007, a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense foi responsável por 56,3% do valor gerado na área em estudo mato-grossense. Isto se deve, principalmente, à alta produção do total das lavouras permanentes nos municípios de Barra dos Bugres, o maior produtor de banana, e Pontes e Lacerda, o maior produtor de borracha. Além disso, os dois municípios possuíam os maiores valores da produção das lavouras permanentes, respondendo, juntos, por 37,0% do valor total da produção na área em estudo.

**Quadro 3.6.5.9-20 – Valor da produção da lavoura permanente nos municípios da All/Mato Grosso – 2007**

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007								
	Total	Banana (cacho)	Borracha (látex coagulado)	Coco-da-baía	Laranja	Limão	Mamão	Manga	Maracujá
<b>Mato Grosso</b>	<b>162.354</b>	<b>48.161</b>	<b>45.392</b>	<b>15.662</b>	<b>4.021</b>	<b>858</b>	<b>4.913</b>	<b>686</b>	<b>7.890</b>
Acorizal	177	153	-	18	-	-	-	-	-
Alto Paraguai	355	99	58	98	100	-	-	-	-
Cuiabá	1.006	416	-	80	-	-	-	510	-
Jangada	370	167	-	26	-	166	-	-	3
Rosário Oeste	1.960	800	8	200	570	96	40	75	45
Santo Antônio do Leverger	662	567	-	-	-	71	-	-	19
Várzea Grande	77	65	-	12	-	-	-	-	-
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>4.607</b>	<b>2.267</b>	<b>66</b>	<b>434</b>	<b>670</b>	<b>333</b>	<b>40</b>	<b>585</b>	<b>67</b>
Alto Araguaia	859	859	-	-	-	-	-	-	-
Alto Garças	728	728	-	-	-	-	-	-	-
Jaciara	977	-	522	330	-	-	-	-	-
Juscimeira	569	352	-	192	25	-	-	-	-
Pedra Preta	507	375	-	132	-	-	-	-	-
São José do Povo	464	464	-	-	-	-	-	-	-
Rondonópolis	1.983	353	345	987	-	-	298	-	-
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>6.087</b>	<b>3.131</b>	<b>867</b>	<b>1.641</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>298</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Araputanga	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barra do Bugres	4.213	3.213	830	68	-	-	-	-	-
Comodoro	1.777	56	108	60	422	38	-	13	800
Indiavaí	1.620	18	13	11	-	-	1.500	-	78

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007								
	Total	Banana (cacho)	Borracha (látex coagulado)	Coco-da-baía	Laranja	Limão	Mamão	Manga	Maracujá
Jauru	136	-	-	114	-	22	-	-	-
Lambari D'Oeste	109	51	46	-	-	12	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	321	-	269	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	631	76	534	21	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	4.865	787	2.861	175	167	7	696	-	-
Rio Branco	87	-	87	-	-	-	-	-	-
Vale de São Domingos	48	39	-	-	-	-	-	-	-
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>13.807</b>	<b>4.240</b>	<b>4.748</b>	<b>449</b>	<b>589</b>	<b>79</b>	<b>2.196</b>	<b>13</b>	<b>878</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>24.501</b>	<b>9.638</b>	<b>5.681</b>	<b>2.524</b>	<b>1.284</b>	<b>412</b>	<b>2.534</b>	<b>598</b>	<b>945</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

O valor da produção de origem animal da área em estudo rondoniense, em 2007, representou 21,1% do valor deste tipo de produção no Estado de Mato Grosso. O conjunto de municípios da All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense foi responsável por 54,9% deste valor. Em todos os municípios mato-grossenses em estudo foram produzidos leite e ovos de galinha, e na maior parte dos municípios, também era produzido mel de abelha. Os maiores produtores de leite foram Pontes e Lacerda, Rondonópolis e Jauru, nesta ordem. Os maiores produtores de ovos de galinha foram Rondonópolis, Barra do Bugres, Vila Bela da Santíssima Trindade, e os maiores produtores de mel de abelha foram Rosário Oeste, Comodoro e Rondonópolis.

**Quadro 3.6.5.9-21 – Valor da produção de origem animal nos municípios da All/Mato Grosso – 2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto			
	Total	Leite	Ovos de galinha	Mel de abelha
<b>Mato Grosso</b>	<b>465.753</b>	<b>338.604</b>	<b>123.053</b>	<b>3.787</b>
Acorizal	696	517	176	3
Alto Paraguai	1.345	1.304	41	-
Cuiabá	2.686	2.300	363	23
Jangada	765	575	190	-
Rosário Oeste	2.486	2.135	229	122
Santo Antônio do Leverger	1.441	1.017	414	10
Várzea Grande	699	541	131	27
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>10.118</b>	<b>8.389</b>	<b>1.544</b>	<b>185</b>
Alto Araguaia	6.834	6.684	150	-
Alto Garças	1.493	1.392	88	13
Jaciara	3.128	2.945	183	-
Juscimeira	3.537	3.415	122	-
Pedra Preta	3.313	3.243	70	-
São José do Povo	3.830	3.695	135	-
Rondonópolis	11.996	9.528	2.298	61
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>34.131</b>	<b>30.902</b>	<b>3.046</b>	<b>74</b>
Araputanga	6.834	6.684	150	-
Barra do Bugres	2.351	866	1.474	1

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto			
	Total	Leite	Ovos de galinha	Mel de abelha
Comodoro	3.233	2.878	275	80
Indiavaí	1.614	1.583	31	-
Jauru	7.801	7.474	327	-
Lambari D'Oeste	2.549	2.450	99	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	5.599	5.156	432	11
Nova Lacerda	2.321	2.193	114	14
Pontes e Lacerda	11.905	11.473	412	20
Rio Branco	3.107	3.025	75	7
Vale de São Domingos	6.548	6.407	132	9
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>53.862</b>	<b>50.189</b>	<b>3.521</b>	<b>142</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>98.111</b>	<b>89.480</b>	<b>8.111</b>	<b>401</b>

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

No conjunto dos municípios rondonienses em estudo, observou-se a criação de diversos tipos de rebanho no ano de 2007. Mereceu destaque, pelo percentual representado em relação ao rebanho estadual, o rebanho bubalino, que, em 2007, correspondia a 34,4% deste tipo de rebanho no Estado de Mato Grosso. Já o maior o rebanho da área em estudo era o rebanho bovino (71,5% do total), sendo que o município de Vila Bela da Santíssima Trindade era o maior criador, com 839.469 cabeças de gado em 2007. Quanto ao rebanho de frangos, o segundo rebanho mais significativo da área em estudo (12,2%), destacou-se o município de Jaciara como maior produtor, com 348.886 cabeças, que correspondiam a 43,9% do total da área em estudo.

**Quadro 3.6.5.9-22 – Efetivo de rebanho por tipo de rebanho nos municípios da All/Mato Grosso – 2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho - Ano 2007										
	Total	Bovino	Eqüino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas
<b>Mato Grosso</b>	<b>55.808.988</b>	<b>25.683.031</b>	<b>310.174</b>	<b>18.120</b>	<b>3.915</b>	<b>79.926</b>	<b>1.392.424</b>	<b>41.245</b>	<b>429.176</b>	<b>22.378.109</b>	<b>5.472.868</b>
Acorizal	76.688	40.154	1.119	-	12	123	3.320	321	2.613	5.457	23.569
Alto Paraguai	81.482	58.916	812	-	9	79	1.835	41	926	8.505	10.359
Cuiabá	220.310	109.783	7.838	196	100	2.285	9.887	788	13.818	33.180	42.435
Jangada	80.367	49.777	1.393	425	28	332	3.656	220	1.910	5.560	17.066
Rosário Oeste	294.531	203.321	2.740	248	26	353	10.985	257	3.993	43.843	28.765
Santo Antônio do Leverger	548.205	409.452	9.142	322	109	1.670	14.526	1.204	13.703	67.565	30.512
Várzea Grande	68.352	21.031	1.401	6	16	230	8.393	1.006	2.436	23.559	10.274
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>1.369.935</b>	<b>892.434</b>	<b>24.445</b>	<b>1.197</b>	<b>300</b>	<b>5.072</b>	<b>52.602</b>	<b>3.837</b>	<b>39.399</b>	<b>187.669</b>	<b>162.980</b>
Alto Araguaia	203.818	158.284	2.191	25	7	393	8.447	50	3.227	11.700	19.494
Alto Garças	75.992	58.210	953	13	5	264	2.798	153	1.653	4.598	7.345
Jaciara	472.222	67.701	1.051	35	5	165	2.115	71	1.151	348.886	51.042
Juscimeira	172.514	142.449	3.092	9	5	464	1.818	126	781	10.696	13.074
Pedra Preta	318.311	252.519	4.012	1.486	68	1.285	25.202	224	4.128	11.117	18.270

Municípios, All Mesorregional e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho - Ano 2007										
	Total	Bovino	Eqüino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas
São José do Povo	93.674	58.091	1.423	32	8	137	2.647	21	1.275	11.537	18.503
Rondonópolis	514.175	288.209	6.248	1.726	65	553	65.757	464	4.862	39.912	106.379
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>1.850.706</b>	<b>1.025.463</b>	<b>18.970</b>	<b>3.326</b>	<b>163</b>	<b>3.261</b>	<b>108.784</b>	<b>1.109</b>	<b>17.077</b>	<b>438.446</b>	<b>234.107</b>
Araputanga	228.821	190.415	2.491	159	27	649	5.203	206	3.628	10.658	15.385
Barra do Bugres	319.643	220.845	2.043	789	13	633	3.665	324	6.511	21.205	63.615
Comodoro	336.272	280.809	2.940	3	14	1.203	4.364	785	2.552	17.360	26.242
Indiavaí	69.195	58.201	797	-	13	352	1.643	1	701	3.195	4.292
Jauru	233.355	178.414	2.760	-	73	394	5.236	245	3.201	26.912	16.120
Lambari D'Oeste	139.683	121.704	1.822	15	9	247	1.414	102	1.544	6.801	6.025
Vila Bela da Santíssima Trindade	947.093	839.469	6.095	166	112	2.147	8.933	993	13.632	34.298	41.248
Nova Lacerda	188.366	157.096	2.015	130	46	391	3.240	127	2.502	9.901	12.918
Pontes e Lacerda	641.091	553.688	6.943	318	93	1.597	8.522	449	8.214	21.287	39.980
Rio Branco	63.464	47.608	866	88	4	148	1.170	12	1.046	5.420	7.102
Vale de São Domingos	103.257	77.204	1.047	42	2	143	1.850	197	1.973	11.112	9.687
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>3.270.240</b>	<b>2.725.453</b>	<b>29.819</b>	<b>1.710</b>	<b>406</b>	<b>7.904</b>	<b>45.240</b>	<b>3.441</b>	<b>45.504</b>	<b>168.149</b>	<b>242.614</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>6.490.881</b>	<b>4.643.350</b>	<b>73.234</b>	<b>6.233</b>	<b>869</b>	<b>16.237</b>	<b>206.626</b>	<b>8.387</b>	<b>101.980</b>	<b>794.264</b>	<b>639.701</b>

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

Nos municípios em estudo no Estado de Mato Grosso, a extração vegetal consistia na produção de carvão, lenha e madeira em tora, que, em 2007, gerou R\$ 14.607.000,00 representando apenas 5,5% da produção da extração vegetal no Estado. A lenha era o principal produto, sendo responsável por 51,3% do valor da produção da extração vegetal da área em estudo do Estado de Mato Grosso. Os principais produtores da extração vegetal na área em estudo eram os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro.

**Quadro 3.6.5.9-23 – Valor da produção da extração vegetal nos municípios da All/Mato Grosso – 2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção da extração vegetal por município da All (Mil reais) – 2007			
	Total	Carvão	Lenha	Madeira em tora
<b>Mato Grosso</b>	<b>263.821</b>	<b>14.411</b>	<b>37.767</b>	<b>211.643</b>
Acorizal	304	19	285	-
Alto Paraguai	36	4	32	-
Cuiabá	297	-	297	-
Jangada	256	-	256	-
Rosário Oeste	306	-	298	8
Santo Antônio do Leverger	269	-	269	-
Várzea Grande	243	-	243	-



Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção da extração vegetal por município da All (Mil reais) – 2007			
	Total	Carvão	Lenha	Madeira em tora
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	1.711	23	1.680	8
Alto Araguaia	265	-	250	15
Alto Garças	279	-	266	13
Jaciara	414	-	414	-
Juscimeira	1.076	-	1.062	14
Pedra Preta	632	-	590	42
São José do Povo	151	-	45	106
Rondonópolis	597	-	577	20
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	3.414	-	3.204	210
Araputanga	424	-	203	221
Barra do Bugres	1.328	929	375	24
Comodoro	2.038	180	558	1.300
Indiavaí	95	-	52	43
Jauru	352	-	136	216
Lambari D'Oeste	324	-	127	197
Vila Bela da Santíssima Trindade	2.221	298	306	1.617
Nova Lacerda	864	94	133	637
Pontes e Lacerda	1.613	103	619	891
Rio Branco	100	11	41	48
Vale de São Domingos	123	-	58	65
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	9.482	1.615	2.608	5.259
<b>TOTAL All</b>	<b>14.607</b>	<b>1.638</b>	<b>7.492</b>	<b>5.477</b>

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – IBGE

## • Setor secundário

No ano de 2006, na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, havia 3.659 unidades empresariais do setor industrial, empregando 33.860 pessoas, 73,7% das quais trabalhavam no município de Cuiabá. De todo o pessoal ocupado no setor secundário no conjunto de municípios em estudo na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, 64,5% trabalhava em indústrias de transformação; 32,0% trabalhava na construção; 2,2% na produção e distribuição de eletricidade, gás e água nas indústrias e 1,2% nas indústrias extrativistas. Nas indústrias de transformação, quanto à geração de postos de trabalho, predominavam a fabricação de produtos alimentícios e bebidas e a confecção de artigos do vestuário e acessórios.

**Quadro 3.6.5.9-24 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor secundário nos municípios da AII/Mato Grosso – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Mato Grosso		AII Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense		Acorizal		Alto Paraguai		Cuiabá		Jangada		Rosário Oeste		Santo Antônio do Leverger		Várzea Grande	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
<b>Indústrias extrativas</b>	413	2.017	113	404	1	X	2	X	74	261	1	-	8	60	4	17	23	66
Extração de carvão mineral	9	30	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de minerais metálicos	124	634	48	111	-	-	1	X	38	98	-	-	-	-	-	-	9	13
Extração de minerais não-metálicos	280	1.353	64	293	1	X	1	X	35	163	1	-	8	60	4	17	14	53
<b>Indústrias de transformação</b>	10.045	93.173	2.414	21.857	4	17	7	21	1.616	12.067	5	178	22	66	26	93	734	9.415
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1.960	41.701	507	9.278	1	X	4	6	332	3.551	3	15	8	7	10	33	149	5.666
Fabricação de produtos do fumo	8	41	4	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	2	X
Fabricação de produtos têxteis	210	1.591	51	474	-	-	-	-	39	444	-	-	2	X	-	-	10	30
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	668	1.740	292	836	1	X	-	-	228	700	-	-	1	-	-	-	62	136

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Mato Grosso		AlI Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense		Acorizal		Alto Paraguai		Cuiabá		Jangada		Rosário Oeste		Santo Antônio do Leverger		Várzea Grande	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	128	1.899	42	536	-	-	-	-	25	334	1	X	-	-	-	-	16	202
Fabricação de produtos de madeira	2.973	20.580	125	861	-	-	-	-	64	409	-	-	3	28	-	-	58	424
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	41	148	25	105	-	-	-	-	24	105	-	-	-	-	-	-	1	X
Edição, impressão e reprodução de gravações	629	2.457	275	1.330	-	-	-	-	216	1.137	-	-	-	-	5	14	54	179
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	24	2.922	6	14	-	-	-	-	4	14	-	-	-	-	-	-	2	X
Fabricação de produtos químicos	295	2.769	97	531	-	-	-	-	65	281	1	X	-	-	-	-	31	250
Fabricação de artigos de borracha e plástico	187	2.245	88	1.308	-	-	-	-	50	944	-	-	-	-	-	-	38	364
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	610	4.832	149	1.771	1	X	2	X	75	915	-	-	6	27	3	40	62	789

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Mato Grosso		AlI Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense		Acorizal		Alto Paraguai		Cuiabá		Jangada		Rosário Oeste		Santo Antônio do Leverger		Várzea Grande	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Metalurgia básica	84	1.433	25	588	-	-	-	-	17	537	-	-	-	-	-	-	8	51
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	761	2.902	209	1.053	-	-	-	-	138	833	-	-	-	-	3	3	68	217
Fabricação de máquinas e equipamentos	289	1.152	119	425	1	-	-	-	70	242	-	-	-	-	1	X	47	183
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	7	31	6	30	-	-	-	-	5	30	-	-	-	-	1	-	-	-
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	106	523	41	277	-	-	-	-	28	247	-	-	-	-	-	-	13	30
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	24	140	7	122	-	-	-	-	6	122	-	-	-	-	-	-	1	-
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	22	67	15	52	-	-	-	-	15	52	-	-	-	-	-	-	-	-

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Mato Grosso		AlI Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense		Acorizal		Alto Paraguai		Cuiabá		Jangada		Rosário Oeste		Santo Antônio do Leverger		Várzea Grande	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	119	713	39	344	-	-	-	-	25	206	-	-	-	-	-	-	14	138
Fabricação de outros equipamentos de transporte	28	57	10	28	-	-	-	-	4	6	-	-	-	-	2	-	4	22
Fabricação de móveis e indústrias diversas	820	3.008	258	1.504	-	-	1	-	173	880	-	-	2	X	1	X	81	624
Reciclagem	52	222	24	142	-	-	-	-	11	43	-	-	-	-	-	-	13	99
<b>Produção e distribuição de eletricidade, gás e água</b>	174	1.721	72	761	-	-	1	-	67	761	1	X	-	-	2	X	1	X
Eletricidade, gás e água quente	133	1.035	64	627	-	-	1	-	61	627	-	-	-	-	2	X	-	-
Captação, tratamento e distribuição de água	41	686	8	134	-	-	-	-	6	134	1	X	-	-	-	-	1	X
<b>Construção</b>	2.290	17.963	1.060	10.838	-	-	1	-	881	9.608	-	-	2	X	18	80	158	1.150

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

Em 2006, na AII Mesorregional Sudeste Mato-grossense havia 967 unidades empresariais do setor industrial, empregando 11.411 pessoas. A atividade industrial que mais gerava empregos era a relacionada com as indústrias de transformação (83,3% do pessoal ocupado), principalmente devido à fabricação de produtos alimentícios e bebidas. As atividades relacionadas à construção correspondiam a 15,0% do pessoal ocupado, as atividades relacionadas à produção e distribuição de eletricidade, gás e água e às indústrias extrativistas correspondiam a 1,0% e as atividades relacionadas às indústrias extrativistas correspondiam a 0,7% do pessoal ocupado.

**Quadro 3.6.5.9-25 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor secundário nos municípios da AII/Mato Grosso – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Mato Grosso		AII Mesorregional Sudeste Mato-grossense		Alto Araguaia		Alto Garças		Jaciará		Juscimeira		Pedra Preta		São José do Povo		Rondonópolis	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
<b>Indústrias extrativas</b>	413	2.017	26	86	3	3	5	7	4	7	1	X	3	6	-	-	10	63
Extração de carvão mineral	9	30	2	-	-	-	-	-	1	X	-	-	1	-	-	-	-	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de minerais metálicos	124	634	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-
Extração de minerais não-metálicos	280	1.353	22	79	3	3	4	7	3	6	1	X	1	X	-	-	10	63
<b>Indústrias de transformação</b>	10.045	93.173	723	9.502	34	473	9	129	74	2.712	8	341	31	719	2	X	565	5.128
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1.960	41.701	201	6.003	16	378	6	126	28	2.497	4	332	8	640	1	X	138	2.030
Fabricação de produtos do fumo	8	41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos têxteis	210	1.591	31	572	-	-	1	X	3	12	-	-	4	2	-	-	23	558
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	668	1.740	68	213	2	X	-	-	8	27	1	X	3	4	-	-	54	182

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Mato Grosso		AlI Mesorregional Sudeste Mato-grossense		Alto Araguaia		Alto Garças		Jaciará		Juscimeira		Pedra Preta		São José do Povo		Rondonópolis	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	128	1.899	11	34	-	-	-	-	3	3	-	-	1	-	-	-	7	31
Fabricação de produtos de madeira	2.973	20.580	28	102	4	3	-	-	4	44	-	-	1	X	-	-	19	55
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	41	148	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X
Edição, impressão e reprodução de gravações	629	2.457	51	236	2	X	1	-	7	19	-	-	5	3	-	-	36	214
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	24	2.922	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X
Fabricação de produtos químicos	295	2.769	48	421	3	71	-	-	4	1	-	-	1	-	-	-	40	349
Fabricação de artigos de borracha e plástico	187	2.245	25	510	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	23	510
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	610	4.832	51	439	1	X	-	-	5	42	-	-	2	X	-	-	43	397



Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Mato Grosso		All Mesorregional Sudeste Mato-grossense		Alto Araguaia		Alto Garças		Jaciará		Juscimeira		Pedra Preta		São José do Povo		Rondonópolis	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Metalurgia básica	84	1.433	11	34	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	10	34
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	761	2.902	77	336	4	6	-	-	5	14	1	X	1	X	-	-	66	316
Fabricação de máquinas e equipamentos	289	1.152	38	147	1	X	-	-	1	X	-	-	2	X	-	-	34	147
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	7	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	106	523	12	85	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	11	85
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	24	140	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	22	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Mato Grosso		All Mesorregional Sudeste Mato-grossense		Alto Araguaia		Alto Garças		Jaciará		Juscimeira		Pedra Preta		São José do Povo		Rondonópolis	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	119	713	15	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	100
Fabricação de outros equipamentos de transporte	28	57	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2
Fabricação de móveis e indústrias diversas	820	3.008	41	91	1	X	1	-	2	X	2	X	1	X	1	X	33	91
Reciclagem	52	222	5	1	-	-	-	-	1	X	-	-	1	X	-	-	3	1
<b>Produção e distribuição de eletricidade, gás e água</b>	174	1.721	15	111	2	-	1	X	4	6	-	-	1	X	-	-	7	105
<b>Eletricidade, gás e água quente</b>	133	1.035	13	80	2	-	1	X	4	6	-	-	-	-	-	-	6	74
Captação, tratamento e distribuição de água	41	686	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	1	X
<b>Construção</b>	2.290	17.963	203	1.712	16	30	3	4	13	50	4	347	16	19	4	6	147	1.256

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

No conjunto de 11 municípios mato-grossenses em estudo na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, no ano de 2006, havia 522 unidades empresariais do setor secundário, empregando 5.775 pessoas. A atividade industrial que gerou mais empregos foi a fabricação de produtos alimentícios e bebidas (47,3% do pessoal ocupado), sendo que toda a indústria de transformação correspondia a 92,9% de todo o pessoal ocupado no setor secundário da All. Já no setor de construção havia 5,3% do pessoal ocupado e nas indústrias extrativistas apenas 1,7%. Os municípios que mais se destacaram foram Pontes e Lacerda e Araputanga, com 32,6% e 31,6%, respectivamente, do total do pessoal ocupado da All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense.



**Quadro 3.6.5.9-26 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor secundário nos municípios da AII/Mato Grosso – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																									
	Mato Grosso		AII Mesorregional Sudoeste Mato-grossense		Araputanga		Barra do Bugres		Comodoro		Indiavaí		Jauru		Lambari D'Oeste		Vila Bela da Santíssima Trindade		Nova Lacerda		Pontes e Lacerda		Rio Branco		Vale de São Domingos	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
<b>Indústrias extrativas</b>	413	2.017	27	97	1	-	6	48	4	3	1	X	-	-	-	-	1	X	4	1	8	45	2	X	-	-
Extração de carvão mineral	9	30	3	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de minerais metálicos	124	634	5	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2	X	-	-
Extração de minerais não-metálicos	280	1.353	19	92	1	-	5	46	3	2	1	X	-	-	-	-	1	X	3	1	5	43	-	-	-	-
<b>Indústrias de transformação</b>	10.045	93.173	410	5.367	42	1.793	61	848	108	259	3	4	24	64	3	589	29	91	10	51	118	1.635	11	33	1	X
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1.960	41.701	106	2.734	17	1.614	20	101	13	21	2	X	12	30	-	-	8	29	-	-	29	933	4	6	1	X
Fabricação de produtos do fumo	8	41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos têxteis	210	1.591	4	-	1	X	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	668	1.740	28	59	2	X	5	6	4	7	-	-	2	X	-	-	1	X	1	-	13	46	-	-	-	-
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	128	1.899	4	-	1	X	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos de madeira	2.973	20.580	127	357	2	X	10	74	56	174	-	-	5	6	1	X	18	60	4	7	29	36	2	X	-	-
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	41	148	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-
Edição, impressão e reprodução de gravações	629	2.457	28	43	3	3	4	7	9	15	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	10	18	-	-	-	-
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	24	2.922	3	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos químicos	295	2.769	12	9	-	-	2	X	8	9	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-
Fabricação de artigos de borracha e plástico	187	2.245	5	37	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	37	-	-	-	-
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	610	4.832	24	116	1	X	6	51	2	X	1	X	1	X	-	-	-	-	1	-	11	65	1	X	-	-
Metalurgia básica	84	1.433	4	464	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	3	464	-	-	-	-
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	761	2.902	23	47	6	22	5	10	5	9	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	4	6	2	X	-	-

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																									
	Mato Grosso		AlI Mesorregional Sudoeste Mato-grossense		Araputanga		Barra do Bugres		Comodoro		Indiavaí		Jauru		Lambari D'Oeste		Vila Bela da Santíssima Trindade		Nova Lacerda		Pontes e Lacerda		Rio Branco		Vale de São Domingos	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Fabricação de máquinas e equipamentos	289	1.152	6	3	3	3	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	7	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	106	523	1	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	24	140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	22	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	119	713	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	
Fabricação de outros equipamentos de transporte	28	57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fabricação de móveis e indústrias diversas	820	3.008	31	79	6	15	5	35	8	12	-	-	1	X	-	-	1	-	-	-	8	17	2	X	-	
Reciclagem	52	222	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	
<b>Produção e distribuição de eletricidade, gás e água</b>	174	1.721	11	3	2	X	2	-	3	3	-	-	2	X	-	-	-	-	1	-	1	X	-	-	-	
Eletricidade, gás e água quente	133	1.035	10	3	2	X	2	-	3	3	-	-	2	X	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Captação, tratamento e distribuição de água	41	686	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	
<b>Construção</b>	2.290	17.963	74	308	5	33	15	24	14	33	1	X	4	4	2	X	3	4	2	X	24	204	4	6	-	

- **Setor terciário**

No ano de 2006, na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, havia 27.062 unidades empresariais do setor terciário, que empregavam 214.765 pessoas, 86,1% das quais trabalhavam no município de Cuiabá. A maior parte dos trabalhadores do setor terciário desta All Mesorregional exercia atividades relacionadas à administração pública, defesa e seguridade social (37,5%). Em seguida, o contingente mais expressivo era o de trabalhadores empregados no setor de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (27,0%), seguidos dos empregados de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (11,4%).

**Quadro 3.6.5.9-27 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor terciário – Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado															
	Mato Grosso		AlI Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense		Acorizal		Alto Paraguai		Cuiabá		Jangada		Rosário Oeste		Santo Antônio do Leverger	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
<b>Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos</b>	51.330	159.283	11.704	44.274	14	21	76	81	11.282	43.466	54	132	152	282	126	292
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	8.405	32.279	1.600	7.344	3	4	6	10	1.548	7.178	13	38	9	20	21	94
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	5.737	23.547	1.650	7.630	2	X	5	2	1.600	7.536	1	X	2	X	40	92
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	37.188	103.457	8.454	29.286	9	12	65	69	8.134	28.752	40	86	141	261	65	106
<b>Alojamento e alimentação</b>	5.373	16.556	1.344	6.200	2	X	2	X	1.290	6.050	18	59	15	29	17	62
<b>Transporte, armazenagem e comunicações</b>	4.941	25.567	1.219	9.314	1	X	3	2	1.179	9.224	11	19	10	21	15	48
Transporte terrestre	3.353	18.983	782	6.614	-	-	2	-	751	6.540	10	16	8	15	11	43
Transporte aquaviário	26	175	2	0	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	46	238	10	25	-	-	-	-	10	25	-	-	-	-	-	-



Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado															
	Mato Grosso		AlI Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense		Acorizal		Alto Paraguai		Cuiabá		Jangada		Rosário Oeste		Santo Antônio do Leverger	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	1.028	3.248	262	1.029	-	-	-	-	258	1.026	-	-	1	X	3	3
Correio e telecomunicações	488	2.923	163	1.631	1	X	1	X	158	1.631	1	X	1	X	1	X
<b>Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados</b>	1.292	8.339	605	4.327	1	X	1	X	593	4.301	1	X	4	17	5	9
Intermediação financeira	690	6.375	264	3.030	1	X	1	X	258	3.030	1	X	2	X	1	X
Seguros e previdência complementar	75	693	54	494	-	-	-	-	54	494	-	-	-	-	-	-
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	527	1.271	287	782	-	-	-	-	281	777	-	-	2	X	4	5
<b>Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas</b>	7.772	35.750	3.643	23.012	-	-	-	-	3.574	21.777	6	5	10	20	53	1.210
Atividades imobiliárias	1.177	4.599	702	3.256	-	-	-	-	699	3.250	-	-	-	-	3	6
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	497	1.475	181	702	-	-	-	-	180	702	-	-	-	-	1	-

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado															
	Mato Grosso		AlI Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense		Acorizal		Alto Paraguai		Cuiabá		Jangada		Rosário Oeste		Santo Antônio do Leverger	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Atividades de informática e serviços relacionados	746	4.856	413	3.400	-	-	-	-	407	3.396	1	X	2	X	3	4
Pesquisa e desenvolvimento	17	36	6	23	-	-	-	-	6	23	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados principalmente às empresas	5.335	24.784	2.341	15.629	-	-	-	-	2.282	14.406	5	4	8	19	46	1.200
<b>Administração pública, defesa e seguridade social</b>	513	133.041	98	75.958	1	X	2	X	84	75.315	2	X	4	316	5	327
<b>Educação</b>	1.752	17.601	510	8.891	1	X	-	-	492	8.756	4	2	9	7	4	126
<b>Saúde e serviços sociais</b>	1.937	12.801	718	6.588	-	-	1	-	708	6.541	-	-	5	44	4	3
<b>Outros serviços coletivos, sociais e pessoais</b>	8.489	22.536	2.092	9.707	6	1	21	26	1.986	9.600	12	11	31	26	36	43
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	137	852	35	375	-	-	1	X	34	375	-	-	-	-	-	-
Atividades associativas	5.547	15.070	1.050	6.417	6	1	17	21	971	6.359	8	5	25	11	23	20
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1.282	3.695	374	1.402	-	-	1	X	360	1.376	3	5	3	4	7	17
Serviços pessoais	1.523	2.919	633	1.507	-	-	2	X	621	1.490	1	X	3	11	6	6

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

Na AII Mesorregional Sudeste Mato-grossense, em 2006, o setor terciário empregava 37.406 pessoas, em 7.775 unidades empresariais, 78,9% das quais se situavam no município de Rondonópolis. Do total de empregos existentes no setor de comércio e serviços, 46,4% eram em atividades de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos. Os demais empregados do setor terciários dividiam-se, principalmente, em atividades de administração pública, defesa e seguridade social (15,0%); atividades de transporte, armazenagem e comunicações (12,8%) e outros serviços coletivos, sociais e pessoais (6,5%).



**Quadro 3.6.5.9-28 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor terciário – All Mesorregional Sudeste Mato-grossense – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Mato Grosso		All Mesorregional Sudeste Mato-grossense		Alto Araguaia		Alto Garças		Jacara		Juscimeira		Pedra Preta		São José do Povo		Rondonópolis	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
<b>Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos</b>	51.330	159.283	4.907	17.372	285	667	137	230	498	1.520	128	424	238	511	26	31	3.595	13.989
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	8.405	32.279	787	3.717	44	128	16	55	76	275	11	43	28	86	5	7	607	3.123
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	5.737	23.547	468	2.349	18	59	11	10	33	95	2	X	19	25	-	-	385	2.160
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	37.188	103.457	3.652	11.303	223	480	110	165	389	1.150	115	378	191	400	21	24	2.603	8.706
<b>Alojamento e alimentação</b>	5.373	16.556	392	1.800	21	50	13	29	59	247	20	51	23	80	-	-	256	1.343
<b>Transporte, armazenagem e comunicações</b>	4.941	25.567	696	4.802	38	36	17	46	128	779	30	51	28	143	2	X	453	3.747
Transporte terrestre	3.353	18.983	577	4.403	31	26	10	23	111	692	28	47	18	129	2	X	377	3.486
Transporte aquaviário	26	175	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Transporte aéreo	46	238	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	1.028	3.248	85	217	5	5	5	18	13	61	1	X	7	6	-	-	54	127
Correio e telecomunicações	488	2.923	33	168	2	X	2	X	4	26	1	X	3	8	-	-	21	134
<b>Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados</b>	1.292	8.339	127	568	5	19	4	14	9	45	6	39	2	X	-	-	101	451
Intermediação financeira	690	6.375	83	431	5	19	2	X	4	37	6	39	2	X	-	-	64	336
Seguros e previdência complementar	75	693	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	527	1.271	43	91	-	-	2	X	5	8	-	-	-	-	-	-	36	83
<b>Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas</b>	7.772	35.750	622	2.447	24	31	10	13	70	168	13	22	14	33	2	X	489	2.180
Atividades imobiliárias	1.177	4.599	98	341	1	X	-	-	4	14	-	-	2	-	-	-	91	327
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	497	1.475	53	158	3	4	2	-	9	14	-	-	1	X	-	-	38	140
Atividades de informática e serviços relacionados	746	4.856	56	190	1	X	-	-	3	5	2	X	1	X	-	-	49	185
Pesquisa e desenvolvimento	17	36	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2
Serviços prestados principalmente às empresas	5.335	24.784	411	1.746	19	24	8	13	54	135	11	19	10	29	2	X	307	1.526
<b>Administração pública, defesa e seguridade social</b>	513	133.041	39	5.627	4	362	4	295	5	440	3	256	13	476	2	X	8	3.798
<b>Educação</b>	1.752	17.601	167	1.201	16	35	6	-	20	103	5	6	11	9	-	-	109	1.048
<b>Saúde e serviços sociais</b>	1.937	12.801	144	1.269	6	26	1	-	20	69	1	X	6	5	-	-	110	1.169
<b>Outros serviços coletivos, sociais e pessoais</b>	8.489	22.536	681	2.320	41	246	21	11	78	206	22	15	34	37	5	1	480	1.804
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	137	852	8	164	2	X	-	-	1	X	-	-	2	X	-	-	3	164

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Mato Grosso		AlI Mesorregional Sudeste Mato-grossense		Alto Araguaia		Alto Garças		Jacara		Juscimeira		Pedra Preta		São José do Povo		Rondonópolis	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Atividades associativas	5.547	15.070	351	1.299	26	201	17	5	49	132	16	4	17	22	5	1	221	934
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1.282	3.695	116	501	7	34	3	5	15	30	3	5	5	7	-	-	83	420
Serviços pessoais	1.523	2.919	206	341	6	9	1	X	13	34	3	6	10	6	-	-	173	286

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

No ano de 2006, na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, havia 3.166 unidades empresariais do setor terciário, que empregavam 10.558 pessoas, 38,5% das quais trabalhavam no município de Pontes e Lacerda. A maior parte dos trabalhadores do setor terciário desta All Mesorregional exercia atividades relacionadas ao comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (55,3%). Em seguida, o contingente mais expressivo era o de trabalhadores empregados no setor de administração pública, defesa e seguridade social (22,6%), seguidos dos empregados em outros serviços coletivos, sociais e pessoais (4,9%).





**Quadro 3.6.5.9-29 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor terciário – Mesorregional Sudoeste Mato-grossense – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																									
	Mato Grosso		All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense		Araputanga		Barra do Bugres		Comodoro		Indiavaí		Jauru		Lambari D'Oeste		Vila Bela da Santíssima Trindade		Nova Lacerda		Pontes e Lacerda		Rio Branco		Vale de São Domingos	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
<b>Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos</b>	51.330	159.283	2.070	5.840	269	687	293	935	317	806	12	16	161	305	43	73	90	211	52	94	720	2.383	102	179	11	151
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	8.405	32.279	350	1.154	29	100	45	112	68	191	1	X	21	46	6	8	13	32	10	18	141	622	16	25	-	-
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	5.737	23.547	119	353	7	52	24	56	28	34	1	X	1	X	1	X	1	X	3	3	48	203	5	5	-	-
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	37.188	103.457	1.601	4.320	233	535	224	767	221	581	10	11	139	255	36	63	76	177	39	73	531	1.558	81	149	11	151
<b>Alojamento e alimentação</b>	5.373	16.556	174	417	24	61	20	36	36	86	2	X	11	15	7	8	10	13	4	10	54	181	6	7	-	-
<b>Transporte, armazenagem e comunicações</b>	4.941	25.567	161	334	20	50	19	44	33	65	1	X	8	10	9	13	8	7	6	5	52	125	5	15	-	-
Transporte terrestre	3.353	18.983	122	251	17	43	14	33	23	52	-	-	6	6	9	13	5	2	5	5	41	97	2	X	-	-
Transporte aquaviário	26	175	1	0	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	46	238	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	1.028	3.248	15	17	-	-	2	-	5	6	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	6	11	1	X	-	-
Correio e telecomunicações	488	2.923	23	47	3	7	3	11	4	7	1	X	2	X	-	-	3	5	-	-	5	17	2	X	-	-
<b>Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados</b>	1.292	8.339	37	176	7	45	9	40	6	42	-	-	2	X	1	X	2	X	1	X	8	49	1	X	-	-
Intermediação financeira	690	6.375	31	165	7	45	6	34	6	42	-	-	2	X	1	X	2	X	1	X	5	44	1	X	-	-
Seguros e previdência complementar	75	693	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	527	1.271	6	11	-	-	3	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	5	-	-	-	-
<b>Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas</b>	7.772	35.750	165	447	18	28	34	154	27	102	-	-	12	15	2	X	5	21	2	X	61	122	3	5	1	-
Atividades imobiliárias	1.177	4.599	7	3	-	-	1	X	3	3	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	2	-	-	-	-	-

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																									
	Mato Grosso		AlI Mesorregional Sudoeste Mato-grossense		Araputanga		Barra do Bugres		Comodoro		Indiavaí		Jauru		Lambari D'Oeste		Vila Bela da Santíssima Trindade		Nova Lacerda		Pontes e Lacerda		Rio Branco		Vale de São Domingos	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	497	1.475	10	28	-	-	3	5	3	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	7	-	-	-	-	
Atividades de informática e serviços relacionados	746	4.856	8	26	1	X	-	-	2	X	-	-	1	X	-	-	-	-	-	4	26	-	-	-	-	
Pesquisa e desenvolvimento	17	36	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Serviços prestados principalmente às empresas	5.335	24.784	140	342	17	27	30	148	19	49	-	-	11	14	2	X	4	10	2	X	51	89	3	5	1	-
<b>Administração pública, defesa e seguridade social</b>	513	133.041	29	2.391	5	263	4	972	2	X	1	X	4	278	2	X	1	X	2	X	5	878	2	X	1	X
<b>Educação</b>	1.752	17.601	75	201	11	85	14	28	7	15	2	X	7	9	1	X	2	-	2	X	25	58	4	6	-	-
<b>Saúde e serviços sociais</b>	1.937	12.801	76	233	12	39	17	34	12	12	-	-	6	19	-	-	-	-	4	6	21	119	3	4	1	X
<b>Outros serviços coletivos, sociais e pessoais</b>	8.489	22.536	379	519	43	69	74	122	75	78	5	2	39	40	1	X	17	29	14	1	88	154	22	24	1	X
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	137	852	10	11	-	-	8	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	
Atividades associativas	5.547	15.070	284	306	32	46	49	80	58	60	5	2	33	31	1	X	13	22	12	1	63	46	17	18	1	X
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1.282	3.695	49	109	6	16	12	22	9	9	-	-	4	8	-	-	3	6	-	-	13	48	2	X	-	-
Serviços pessoais	1.523	2.919	36	85	5	7	5	9	8	9	-	-	2	X	-	-	1	X	2	-	10	58	3	2	-	-

### (3) Goiás

No ano de 2006, o conjunto dos seis municípios que compõem a All Mesorregional Sul Goiano gerou Produto Interno Bruto (PIB) no valor de R\$ 1.058.946,35, representando 3,5% do PIB do Estado de Goiás no mesmo ano. 65% deste valor foi gerado no município de Jataí, enquanto o município de Mineiros respondeu, em 2006, por 26% do PIB gerado nesta All Mesorregional.

No Estado de Goiás, o setor terciário é preponderante na formação do PIB – 63,2%. O setor primário responde apenas por 10,3%, ficando o setor industrial com 26,5%. Na área em estudo no Estado de Goiás, todavia, o setor primário desempenha papel significativo, tendo respondido por 18% do PIB em 2006. Nos municípios de Serranópolis e Itarumã, o setor agropecuário é preponderante na composição, tendo participado, no ano de 2006, com 52,7% e 49,6% dos respectivos PIBs municipais. Nos demais municípios goianos em estudo, a participação do setor primário na formação do PIB também foi significativa, tendo variado de 13% em Jataí a 27,9% em Santa Rita do Araguaia. O setor industrial, que representou 21,1% do PIB gerado na All Mesorregional Sul Goiano em 2006, é bastante mais expressivo nos municípios de Jataí e Mineiros, onde correspondeu a 24,2% e 18,6% dos respectivos PIBs municipais. O setor de serviços, que correspondeu a 51,9% do PIB gerado nesta All mesorregional, no ano de 2006, apresentou participação que variava de 36,2% em Itarumã a 58,7% em Santa Rita do Araguaia.

**Quadro 3.6.5.9-30 - Composição do PIB (Valor Adicionado a Preço Correto) por setor de Atividade nos municípios da All/Goiás (2006)**

Municípios, All Mesorregional e Estado	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Ano (2006)								
	PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Itarumã	36.906,52	18.305,62	49,60	3.483,85	9,44	13.358,86	36,20	1.758,18	4,76
Jataí	684.009,30	88.681,72	12,96	165.690,97	24,22	363.156,05	53,09	66.480,55	9,72
Mineiros	272.907,21	54.664,20	20,03	50.648,59	18,56	145.092,76	53,17	22.501,66	8,25
Santa Rita do Araguaia	20.109,81	5.606,69	27,88	1.372,34	6,82	11.817,09	58,76	1.313,69	6,53
Serranópolis	45.013,51	23.731,03	52,72	2.703,07	6,01	16.648,39	36,99	1.931,02	4,29
<b>All Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>1.058.946,35</b>	<b>190.989,26</b>	<b>18,04</b>	<b>223.898,82</b>	<b>21,14</b>	<b>550.073,16</b>	<b>51,95</b>	<b>93.985,11</b>	<b>8,88</b>
<b>Goiás</b>	<b>29.887.271,63</b>	<b>3.067.253,66</b>	<b>10,26</b>	<b>7.931.432,88</b>	<b>26,54</b>	<b>18.888.585,08</b>	<b>63,20</b>		

Fonte: IPEA, Ipeadata

- **Setor Primário**

Os municípios goianos em estudo integram a Mesorregião Sul Goiano, que é a maior produtora de soja, cana-de-açúcar e sorgo do Estado de Goiás e a mais rica do Estado, levando em conta o Produto Interno Bruto (PIB). Na All Mesorregional Sul Goiano, as

lavouras temporárias, entre as quais estão incluídos os produtos mencionados acima, são responsáveis pela maior parte do valor gerado no setor agropecuário – R\$ 734.229.000,00 (11,9% da produção das lavouras temporárias no Estado de Goiás), no ano de 2007, contra R\$ 3.142.000,00 gerados pelas lavouras permanentes, R\$ 84.290.000,00 gerados pela produção de origem animal e R\$ 8.925.000,00 produzidos pela extração vegetal.

Quanto ao valor da produção das lavouras temporárias, em 2007, o conjunto de municípios goianos em estudo foi responsável por 16,4% do valor de toda a soja produzida no Estado de Goiás, além de 19,8% do sorgo, 17,4% do milho, 27,8% do girassol e 9,6% do algodão produzidos em todo o Estado. Dos R\$ 736.532.000,00 gerados pelas lavouras temporárias na All Mesorregional Sul Goiano, no ano de 2007, 61,2% foram provenientes da produção de soja, 27,8%, da produção de milho e 4,9%, do algodão, distribuindo-se o restante entre os demais produtos.

Os municípios de Jataí e Mineiros, nesta ordem, são os maiores produtores de soja e milho desta All mesorregional, bem como de arroz, feijão, mandioca, sorgo e trigo. Mineiros responde, também, por 96,2% do valor da produção de algodão, enquanto que Jataí é, ao mesmo tempo, o maior produtor de girassol, seguido por Serranópolis. O município de Serranópolis foi responsável por 97,8% do valor da produção de cana-de-açúcar na área goiana em estudo, além de terceiro maior produtor de soja, milho e arroz. Nos municípios de Itarumã e Santa Rita do Araguaia, os principais produtos da lavoura temporária, com relação ao valor da produção, são a soja e o milho.

**Quadro 3.6.5.9-31 – Valor da produção da lavoura temporária nos municípios da All/Goiás – 2007**

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais ) 2007										
	Total	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Girassol (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)	Trigo (em grão)
Itarumã	3.794	-	263	-	-	-	-	1.506	2.025	-	-
Jataí	431.406	1.378	2.220	133	4.024	2.898	1.688	138.138	266.640	13.997	290
Mineiros	250.674	35.005	1.004	55	1.918	154	266	55.517	151.229	5.418	108
Santa Rita do Araguaia	9.650	-	329	-	-	-	-	4.075	4.730	516	-
Serranópolis	41.008	-	528	8.232	-	576	-	5.800	25.872	-	-
<b>All Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>736.532</b>	<b>36.383</b>	<b>4.344</b>	<b>8.420</b>	<b>5.942</b>	<b>3.628</b>	<b>1.954</b>	<b>205.036</b>	<b>450.496</b>	<b>19.931</b>	<b>398</b>
<b>Goiás</b>	<b>6.177.923</b>	<b>378.081</b>	<b>101.038</b>	<b>824.499</b>	<b>298.308</b>	<b>13.035</b>	<b>88.129</b>	<b>1.179.474</b>	<b>2.752.269</b>	<b>100.573</b>	<b>23.384</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

Por outro lado, na All Mesorregional Sul Goiano, o valor da produção da lavoura permanente é pouco expressivo, tendo representado, em 2007, apenas 1,2% da produção do Estado de Goiás. O principal produto, quanto ao valor da produção, é a

banana, proveniente, majoritariamente, do município de Jataí. A produção de banana na All Mesorregional Sul Goiano, no ano de 2007, representou 3,5% de toda a banana produzida no Estado de Goiás.

**Quadro 3.6.5.9-32 – Valor da produção da lavoura permanente nos municípios da All/Goiás – 2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	TOTAL	Banana	Borracha (látex coagulado)	Laranja
Itarumã	-	-	-	-
Jataí	2.712	2.653	-	59
Mineiros	130	-	130	-
Santa Rita do Araguaia	27	27	-	-
Serranópolis	273	273	-	-
<b>All Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>3.142</b>	<b>2.953</b>	<b>130</b>	<b>59</b>
<b>Goiás</b>	<b>262.338</b>	<b>83.918</b>	<b>11.967</b>	<b>43.653</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

No Estado de Goiás, onde a pecuária já foi o carro-chefe da economia, no ano de 2007, o valor da produção de origem animal foi de R\$ 1.714.428, menos de um terço do valor gerado pelas lavouras temporárias. Na All Mesorregional Sul Goiano, a produção de origem animal representa fração ainda menor do valor da produção gerado pelo setor agropecuário. A exceção é o município de Itarumã, onde o valor da produção de origem animal é pouco menor, praticamente se equiparando ao valor da produção das lavouras temporárias. No ano de 2007, no conjunto de municípios goianos em estudo, a produção de origem animal alcançou o valor de R\$ 73.428.000,00, do qual 96,8% se deve à produção de leite e, o restante, à produção de ovos de galinha. Ainda assim, o valor da produção de origem animal do conjunto de municípios goianos em estudo, no ano de 2007, correspondeu a 4,3% do valor gerado pela produção animal no Estado de Goiás. Os municípios de Jataí e Mineiros são os maiores produtores, tanto de leite quanto de ovos de galinha.

**Quadro 3.6.5.9-33 – Valor da produção de origem animal nos municípios da All/Goiás – 2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto				
	Total	Leite	Ovos de galinha	Ovos de codorna	Mel de abelha
Itarumã	3.128	3.074	54	-	-
Jataí	30.348	28.325	2.023	-	-
Mineiros	29.694	29.535	159	-	-
Santa Rita do Araguaia	3.570	3.551	19	-	-
Serranópolis	6.688	6.600	88	-	-
<b>All Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>73.428</b>	<b>71.085</b>	<b>2343</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Goiás</b>	<b>1.714.428</b>	<b>2.638.568</b>	<b>141.156</b>	<b>871</b>	<b>314.530</b>

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

No conjunto de municípios goianos em estudo, merecem destaque, pela representatividade em relação aos rebanhos totais do Estado de Goiás, os rebanhos

caprino (7,8% do rebanho estadual), ovino (7,7%), de galos, frangos, frangas e pintos (7,3%), bovino (5,9%), eqüino (4,9%, muar (4%), suíno (3%) e de galinhas (2,3%). Os municípios de Jataí, Mineiros e Itarumã, nesta ordem, são os maiores criadores de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e eqüinos. O município de Serranópolis se destaca pela criação de galos, frangos, frangas e pintos – 183.000 cabeças, em 2007 -, o segundo maior desta All mesorregional.

**Quadro 3.6.5.9-34 – Efetivo de rebanho por tipo de rebanho nos municípios da All/Goíás – 2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho Variável = Efetivo dos rebanhos (Cabeças) Ano = 2007											
	Bovino	Eqüino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas	Codornas	Coelhos
Itarumã	297.000	4.410	140	20	280	4.970	470	2.600	22.000	8.700	-	-
Jataí	322.000	7.950	50	80	360	28.000	2.100	5.400	2.300.000	170.000	-	-
Mineiros	308.000	4.810	40	70	430	7.700	330	2.800	33.000	24.600	-	-
Santa Rita do Araguaia	52.000	1.310	-	25	145	1.650	70	480	10.600	3.400	-	-
Serranópolis	228.000	3.410	50	30	550	3.250	200	1.950	183.000	14.000	-	-
<b>All Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>1.207.000</b>	<b>21.890</b>	<b>280</b>	<b>225</b>	<b>1765</b>	<b>45.570</b>	<b>3170</b>	<b>13.230</b>	<b>2.548.600</b>	<b>220.700</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Goíás</b>	<b>20.471.490</b>	<b>445.715</b>	<b>31.162</b>	<b>6.287</b>	<b>43.822</b>	<b>1.537.430</b>	<b>40.780</b>	<b>172.221</b>	<b>34.812.210</b>	<b>9.507.580</b>	<b>95.880</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal

De acordo com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o setor de siderurgia, que utiliza o carvão vegetal como matriz energética, experimentou, nos últimos 10 anos, um aumento de mais de 50% no consumo desse produto. Estima-se que a indústria siderúrgica mineira apresente um déficit de carvão vegetal oriundo da floresta plantada de 41,5% do total consumido. Boa parte é suprida pelo desmatamento de áreas nativas, localizadas principalmente nos estados de Goiás, Tocantins e Bahia. Pesquisas apontam que 80% do carvão vegetal consumido no Brasil vêm das árvores do Cerrado (MARTINS, 2007 *apud* Ministério do Meio Ambiente 2009: 50).

Nos municípios em estudo no Estado de Goiás, a extração vegetal consiste na produção de carvão vegetal, lenha e madeira em tora, que, em 2007, gerou R\$ 9.348.000,00, representando 8,3% da produção da extração vegetal no Estado. O carvão vegetal é o principal produto, em todos os municípios goianos em estudo, tendo sido responsável por 94,2% do valor da produção da extração vegetal da All Mesorregional Sul Goiano em 2007. Os principais produtores são os municípios de Mineiros, Itarumã e Serranópolis, nesta ordem.

**Quadro 3.6.5.9-35 – Valor da produção da extração vegetal nos municípios da All/Goias – 2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção da extração vegetal por município da All (Mil reais) – 2007			
	TOTAL	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora
Itarumã	1.574	1.525	49	-
Jataí	942	638	280	24
Mineiros	5.034	4.880	124	30
Santa Rita do Araguaia	549	540	9	-
Serranópolis	1.249	1.220	27	2
<b>All Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>9.348</b>	<b>8.803</b>	<b>489</b>	<b>56</b>
<b>Goias</b>	<b>112.446</b>	<b>92.443</b>	<b>15.356</b>	<b>3.982</b>

Fonte: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura – IBGE

- **Setor Secundário**

A expansão e a importância do setor secundário da economia na área em estudo no Estado de Goiás surgiram, principalmente, em decorrência da expansão e modernização do setor agropecuário na região. Expandiu-se o setor industrial voltado para a produção de equipamentos e implementos agrícolas, fertilizantes, inseticidas e insumos, assim como para a transformação e beneficiamento dos produtos. A Mesorregião Sul Goiano apresentou, em 2006, o maior PIB do Estado em função, principalmente, do avanço de atividades do setor agroindustrial de soja, carnes (bovinos, suínos e aves) e do setor sucroalcooleiro. Entre os municípios goianos em estudo, o setor industrial responde por parcela significativa do PIB nos municípios de Jataí (24,2%) e Mineiros (18,6%).

No Estado de Goiás, no ano de 2006, as indústrias de transformação respondiam por 74,9% do pessoal ocupado no setor secundário da economia, enquanto que as indústrias de construção empregavam 19% do pessoal ocupado neste setor. Na All Mesorregional Sul Goiano, 56,2% do pessoal ocupado no setor industrial, no ano de 2006, trabalhava em indústrias de transformação cuja atividade é a fabricação de produtos alimentícios e bebidas. Segue-se, em importância quanto à geração e postos de trabalho, a confecção de artigos de vestuário e acessórios (11%) e a produção de álcool – 6,5% dos postos de trabalho, a maior parte deles no município de Serranópolis. A maior parte do pessoal ocupado no setor secundário, nesta All mesorregional, trabalha nos municípios de Jataí (51%) e Mineiros (42,3%).

Localizada no sudoeste goiano, Jataí tornou-se um grande pólo de atração de investimentos. Estão instaladas no município a Cosan (Centro-Oeste S/A Açúcar e Álcool), líder nacional no setor sucroalcooleiro, além de outros empreendimentos em curso, como a Usina de Açúcar e Álcool do Grupo Cabrera, a El Cana Goiás, a Usina

Sinimbu, uma indústria de asfalto e uma montadora de equipamentos para usinas hidrelétricas. Está em construção no município um complexo industrial da Perdigão, com três indústrias, uma delas de laticínios, aproveitando a proximidade com a fábrica da mesma empresa situada no município de Rio Verde. De 2004 até 2007, o município teve um incremento na arrecadação de cerca de 42%.

No município de Mineiros, funciona o Distrito Agroindustrial de Mineiros (DAIM), onde destacam-se destilarias, o frigorífico e entreposto de ovos Marfrig Frigorífico e Com. de Alimentos Ltda. e a Cooperativa Agropecuária do Vale do Araguaia, que produz laticínios.



**Quadro 3.6.5.9-36 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor secundário nos municípios da All/Goias – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado													
	Itarumã - GO		Jataí - GO		Mineiros - GO		Santa Rita do Araguaia - GO		Serranópolis - GO		All Mesorregional Sul Goiana		Goias	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Indústrias extrativas	-	-	9	57	5	19	-	-	-	-	14	76	731	5.543
Extração de carvão mineral	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	1	0	16	24
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	1	X
Extração de minerais metálicos	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	1	0	83	1.939
Extração de minerais não-metálicos	-	-	8	55	4	17	-	-	-	-	12	72	631	3.576
<b>Indústrias de transformação</b>	<b>17</b>	<b>47</b>	<b>214</b>	<b>2.181</b>	<b>123</b>	<b>1.902</b>	<b>1</b>	<b>X</b>	<b>13</b>	<b>325</b>	<b>351</b>	<b>4408</b>	<b>18.331</b>	<b>183.071</b>
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	9	34	67	1.174	43	1.547	-	-	5	10	115	2731	4.287	70.052
Fabricação de produtos do fumo	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	1	0	14	120
Fabricação de produtos têxteis	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	2	0	444	3.670
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-	-	40	505	15	32	-	-	1	X	56	537	5.046	26.356
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	-	-	6	20	1	X	-	-	-	-	7	20	637	6.275
Fabricação de produtos de madeira	3	4	6	13	3	4	-	-	-	-	9	17	400	2.664

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado													
	Itarumã - GO		Jataí - GO		Mineiros - GO		Santa Rita do Araguaia - GO		Serranópolis - GO		All Mesorregional Sul Goiana		Goiás	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	122	2.328
Edição, impressão e reprodução de gravações	1	X	19	62	10	37	-	-	-	-	29	99	1.175	6.189
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	-	-	3	8	-	-	-	-	3	310	6	318	122	4.821
Fabricação de produtos químicos	-	-	6	22	3	18	-	-	-	-	9	40	590	14.966
Fabricação de artigos de borracha e plástico	-	-	2	X	1	X	-	-	-	-	3	0	356	5.133
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-	-	14	127	13	117	1	X	1	X	29	244	1.191	11.267
Metalurgia básica	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	2	0	133	2.771
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	1	X	20	83	12	36	-	-	-	-	32	119	1.165	8.857
Fabricação de máquinas e equipamentos	1	X	9	65	4	56	-	-	1	X	14	121	490	3.555
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	19	105

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado													
	Itarumã - GO		Jataí - GO		Mineiros - GO		Santa Rita do Araguaia - GO		Serranópolis - GO		All Mesorregional Sul Goiana		Goiás	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-	-	3	6	1	X	-	-	-	-	4	6	179	856
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	2	0	59	281
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	72	445
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	-	-	2	X	1	X	-	-	-	-	3	0	200	2.926
Fabricação de outros equipamentos de transporte	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	2	0	88	577
Fabricação de móveis e indústrias diversas	2	-	13	38	10	31	-	-	2	X	25	69	1.424	7.756
Reciclagem	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	1	0	118	1.101
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	2	X	1	X	4	70	2	X	1	X	8	70	346	7.480
Eletricidade, gás e água quente	2	X	1	X	2	X	2	X	1	X	6	0	334	3.673

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado													
	Itarumã - GO		Jataí - GO		Mineiros - GO		Santa Rita do Araguaia - GO		Serranópolis - GO		All Mesorregional Sul Goiana		Goiás	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Captação, tratamento e distribuição de água	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	2	0	12	3.807
Construção	6	16	33	242	12	66	-	-	-	-	45	308	3.196	40.302

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

- **Setor Terciário**

No ano de 2006, havia, na All Mesorregional Sul Goiano, 4.213 unidades empresariais do setor terciário, que empregavam 18.130 pessoas. O maior percentual destes trabalhadores (33,8%) exercia atividades de comércio varejista e reparação de objetos pessoais ou domésticos. Em seguida, com relação ao percentual de postos de trabalho gerados, merecem destaque, no conjunto de municípios goianos em estudo, as atividades de administração pública, defesa e seguridade social (23,8%) e outros serviços coletivos, sociais e pessoais (7,5%).

**Quadro 3.6.5.9-37 – Número de unidades empresariais e pessoal ocupado no setor terciário nos municípios da AI/Goias – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado													
	Itarumã - GO		Jataí - GO		Mineiros - GO		Santa Rita do Araguaia - GO		Serranópolis - GO		AI Mesorregional Sul Goiana		Goias	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	114	176	1.621	5.540	1.036	2.865	113	232	71	208	2955	9021	94.506	289.209
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	13	20	231	1.365	147	539	13	49	7	26	411	1999	11.470	47.758
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	6	13	149	591	78	288	5	4	1	-	239	896	9.596	44.090
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	95	143	1.241	3.584	811	2.038	95	179	63	182	2305	6126	73.440	197.361
Alojamento e alimentação	6	8	119	494	75	214	14	22	6	20	220	758	7.775	35.563
lojamento e alimentação	6	8	119	494	75	214	14	22	6	20	220	758	7.775	35.563
Transporte, armazenagem e comunicações	24	25	155	563	81	249	13	35	5	33	278	905	7.916	49.346
Transporte terrestre	21	21	104	320	56	124	11	30	1	X	193	495	5.733	37.021
Transporte aquaviário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	14	43
Transporte aéreo	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	2	0	25	338
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	1	-	42	174	21	98	1	X	3	26	68	298	1.426	6.003

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado													
	Itarumã - GO		Jataí - GO		Mineiros - GO		Santa Rita do Araguaia - GO		Serranópolis - GO		All Mesorregional Sul Goiana		Goiás	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Correio e telecomunicações	2	X	8	62	3	16	1	X	1	X	15	78	718	5.941
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	5	7	45	204	37	107	3	6	4	4	94	328	3.804	14.505
Intermediação financeira	3	3	32	183	30	93	3	6	4	4	72	289	2.757	11.661
Seguros e previdência complementar	1	X	4	-	-	-	-	-	-	-	5	0	454	1.199
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	1	X	9	21	7	14	-	-	-	-	17	35	593	1.645
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	9	12	186	514	109	245	9	12	5	7	318	790	17.465	96.316
Atividades imobiliárias	-	-	20	77	5	10	-	-	1	-	26	87	3.787	16.695
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	-	-	20	53	19	25	-	-	-	-	39	78	981	3.528
Atividades de informática e serviços relacionados	-	-	18	66	12	60	-	-	-	-	30	126	1.575	6.561
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	1	0	47	769
Serviços prestados principalmente às empresas	9	12	127	316	73	150	9	12	4	7	222	497	11.075	68.763

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado													
	Itarumã - GO		Jataí - GO		Mineiros - GO		Santa Rita do Araguaia - GO		Serranópolis - GO		All Mesorregional Sul Goiana		Goiás	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Administração pública, defesa e seguridade social	2	X	11	2.660	4	1.274	2	X	4	374	23	4308	853	270.118
Educação	2	X	82	427	20	293	-	-	2	X	106	720	3.373	41.677
Saúde e serviços sociais	2	X	49	314	27	392	-	-	1	X	79	706	3.430	32.561
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	18	12	194	1.012	113	290	9	10	26	28	360	1352	12.595	44.353
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	3	2	2	X	2	X	1	X	1	X	9	2	170	6.143
Atividades associativas	12	5	109	729	68	140	6	4	19	3	214	881	7.405	21.015
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1	X	48	182	18	72	1	X	5	11	73	265	2.372	10.435
Serviços pessoais	2	X	35	91	25	75	1	X	1	X	64	166	2.648	6.760

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE



#### (4) Minas Gerais

No ano de 2006, o município mineiro de Ituramã gerou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 281.611.753,59, enquanto Limeira do Oeste apresentou um PIB de R\$ 58.221.871,97. Juntos, os dois municípios que constituem a AII Mesorregional mineira contribuíram com 0,3% do PIB estadual.

No Estado de Minas Gerais, o setor terciário responde pela maior parte do PIB - 59,8%, em 2006, cabendo ao setor primário 8,3% e, ao secundário, 31,8%. No maior município – Ituramã– o setor de comércio e serviços é preponderante na formação do PIB e a participação do setor industrial na formação do PIB municipal supera a participação do setor primário. Em Limeira do Oeste, a preponderância é do setor agropecuário.

**Quadro 3.6.5.9-38 - Composição do PIB (Valor Adicionado a Preço Correto) por setor de Atividade nos municípios da AII/Minas Gerais (2006)**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Ano (2006)								
	PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Ituramã	281.611,75	47.862,98	17,00	86.905,17	30,86	126.193,09	44,81	20.650,52	7,33
Limeira do Oeste	58.221,87	24.948,21	42,85	12.457,60	21,40	17.478,08	30,02	3.337,97	5,73
<b>AII Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>339.833,63</b>	<b>72.811,19</b>	<b>21,43</b>	<b>99.362,77</b>	<b>29,24</b>	<b>143.671,17</b>	<b>42,28</b>	<b>23.988,49</b>	<b>7,06</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>111.398.794,04</b>	<b>9.320.615,10</b>	<b>8,37</b>	<b>35.483.951,56</b>	<b>31,85</b>	<b>66.594.227,39</b>	<b>59,78</b>		

Fonte: IPEA, Ipeadata

- **Setor Primário**

No ano de 2007, nos municípios mineiros de Ituramã e Limeira do Oeste, juntos, a produção das lavouras temporárias gerou R\$ 71.178.000,00, enquanto a produção de origem animal alcançou o valor de R\$ 34.504.000,00. No mesmo ano, as lavouras permanentes geraram R\$ 201.000,00 e a extração vegetal, R\$78.000,00.

Até o final da década de 90, predominavam, na área em estudo mineira, a pecuária e a agricultura de grãos, além de existirem outras atividades ligadas à produção agrícola, como hortifrutigranjeiros, suínos e aves. A partir de 1999, esse cenário veio a sofrer alteração, em virtude de um “novo” requerimento do setor sucroalcooleiro em nível nacional, causado pela necessidade de produção de biocombustíveis, como o álcool. Assim, as áreas agricultáveis do Estado de Minas Gerais, que, em sua maioria, eram produtoras de grãos, foram incentivadas a produzir cana-de-açúcar, como ocorreu na região denominada por Carvalho de Pontal do Triângulo Mineiro (2008: 1), que engloba os municípios mineiros em estudo. Nos municípios de Ituramã e Limeira do Oeste, há usinas em pleno funcionamento, beneficiando a cana-de-açúcar produzida no entorno.

O principal produto agropecuário da área em estudo mineira é a cana-de-açúcar. O valor da produção de cana-de-açúcar, em 2007, no dois municípios mineiros que integram a All do empreendimento, foi de R\$ 67.704.000,00, 4,9% do valor da produção de cana-de-açúcar em todo o Estado de Minas Gerais. O maior produtor é o município de Itarumã, mas, proporcionalmente à sua área e ao porte populacional, o município de Limeira do Oeste também apresenta expressiva produção de cana-de-açúcar.

**Quadro 3.6.5.9-39 – Valor da produção da lavoura temporária nos municípios da All/Minas Gerais – 2007**

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais ) 2007								
	Total	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Cana-de- açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)
Itarumã	51.842	-	-	49.639	-	73	918	828	-
Limeira do Oeste	19.336	2	28	18.065	-	740	490	-	-
<b>All Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba</b>	<b>71.178</b>	<b>2</b>	<b>28</b>	<b>67.704</b>	<b>-</b>	<b>813</b>	<b>1.408</b>	<b>828</b>	<b>-</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>7.229.428</b>	<b>74.295</b>	<b>93.806</b>	<b>1.372.609</b>	<b>705.823</b>	<b>355.200</b>	<b>2.145.918</b>	<b>1.194.463</b>	<b>41.130</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

A produção das lavouras permanentes, ao contrário, é pouco significativa na área em estudo mineira, tendo gerado R\$ 201.000,00 no ano de 2007. 58,7% deste valor foi produzido no município de Itarumã, onde o principal produto é o coco-da-baía. Na All mesorregional mineira, são produzidos, também, banana, em ambos os municípios, além de laranja e limão, no município de Limeira do Oeste.

**Quadro 3.6.5.9-40 – Valor da produção da lavoura permanente nos municípios da All/Minas Gerais – 2007**

Municípios, All Mesorregional e Estado	TOTAL	Banana	Borracha (látex coagulado)	Cacau (em amêndoa)	Café (beneficiado)	Coco- da-baía	Goiaba	Laranja	Limão
Itarumã	158	33	-	-	-	118	-	-	-
Limeira do Oeste	43	14	-	-	-	-	-	11	6
<b>All Triângulo Mineiro /Alto Paranaíba</b>	<b>201</b>	<b>47</b>				<b>118</b>		<b>11</b>	<b>6</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>4.701.370</b>	<b>273.738</b>	<b>8.799</b>	<b>280</b>	<b>3.826.575</b>	<b>19.537</b>	<b>10.660</b>	<b>252.303</b>	<b>38.545</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

No ano de 2007, a produção de origem animal gerou R\$ 34.504.000,00 na All Mesorregional do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A maior parte deste valor se deve à produção de leite, da qual 58,7% é proveniente do município de de Itarumã.

**Quadro 3.6.5.9-41 – Valor da produção de origem animal nos municípios da AII/Minas Gerais – 2007**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto				
	Total	Leite	Ovos de galinha	Ovos de codorna	Mel de abelha
Itarumã	20.244	20.126	118	-	-
Limeira do Oeste	14.260	14.168	92	-	-
<b>All Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba</b>	<b>34.504</b>	<b>34.294</b>	<b>210</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>5.278.902</b>	<b>4.627.210</b>	<b>620.809</b>	<b>14.510</b>	<b>16.108</b>

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal

Nos dois municípios mineiros em estudo, são criados diversos tipos de rebanho, merecendo destaque, pelo número de cabeças, os rebanhos bovinos e de galos, frangos, frangas e pintos. O rebanho bovino dos dois municípios, juntos, representa 1,1% das cabeças de gado bovino em todo o Estado de Minas Gerais,

**Quadro 3.6.5.9-42 – Efetivo de rebanho por tipo de rebanho nos municípios da AII/Minas Gerais – 2007**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho Variável = Efetivo dos rebanhos (Cabeças) Ano = 2007											
	Bovino	Equino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas	Codornas	Coelhos
Itarumã	124.541	1.480	18	16	19	2.862	125	1.035	18.659	15.250	-	-
Limeira do Oeste	124.277	1.230	380	8	95	3.767	152	1.345	14.376	11.250	-	-
<b>All Mesorregional Sul Goiana</b>	<b>248.818</b>	<b>2.710</b>	<b>398</b>	<b>24</b>	<b>114</b>	<b>6.629</b>	<b>277</b>	<b>2.380</b>	<b>33.035</b>	<b>26.500</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>22.575.194</b>	<b>838.222</b>	<b>37.483</b>	<b>32.667</b>	<b>162.782</b>	<b>4.199.138</b>	<b>135.246</b>	<b>242.801</b>	<b>70.371.253</b>	<b>23.213.357</b>	<b>671.760</b>	<b>14.500</b>

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal

No ano de 2007, as atividades de extração vegetal geraram R\$ 78.000,00 no conjunto de municípios mineiros em estudo. Os produtos extraídos são carvão vegetal, madeira em tora e lenha.

**Quadro 3.6.5.9-43 – Valor da produção da extração vegetal nos municípios da AII/Minas Gerais – 2007**

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Valor da produção da extração vegetal por município da AII (Mil reais) – 2006			
	TOTAL	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora
	Itarumã	70	41	28
Limeira do Oeste	8		7	1
<b>All Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba</b>	<b>78</b>	<b>41</b>	<b>35</b>	<b>2</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>246.922</b>	<b>169.021</b>	<b>69.029</b>	<b>6.273</b>

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – IBGE

## • Setor secundário

No ano de 2006, nos dois municípios que compõem a AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, havia 156 unidades empresariais do setor industrial, que empregavam 2.797 pessoas – 2.721 das quais no município de Itarumã. 79,3% do

peçoal ocupado no setor industrial nesta AII Mesorregional trabalhava na fabricação de produtos alimentícios e bebidas. Destacam-se, em Itarumã, a Usina Coruripe, maior empregadora do município, além do Frigorífico Friboi e da Usina de Biodiesel do Triângulo.

**Quadro 3.6.5.9-44 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor secundário nos municípios da AII/Minas Gerais – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado							
	Itarumã - MG		Limeira do Oeste - MG		AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba		Minas Gerais	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Indústrias extrativas	3	19	-	-	3	19	4.534	46.056
Extração de carvão mineral	-	-	-	-	0	0	29	54
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	0	0	7	20
Extração de minerais metálicos	-	-	-	-	0	0	724	24.535
Extração de minerais não-metálicos	3	19	-	-	3	19	3.774	21.447
Indústrias de transformação	93	2.454	16	299	109	2753	69.347	787.343
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	25	2.204	10	14	35	2218	13.689	152.824
Fabricação de produtos do fumo	-	-	-	-	0	0	49	1.520
Fabricação de produtos têxteis	2	X	-	-	2	X	3.807	45.338
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	14	69	-	-	14	69	10.863	82.238
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	2	X	-	-	0	X	3.460	37.950
Fabricação de produtos de madeira	3	3	4	4	7	7	2.675	16.264
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-	-	-	-	0	0	550	10.194
Edição, impressão e reprodução de gravações	12	13	-	-	12	13	4.284	22.291
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	-	-	2	X	2	X	91	7.443
Fabricação de produtos químicos	3	6	-	-	0	6	2.362	41.605
Fabricação de artigos de borracha e plástico	1	X	-	-	1	X	1.538	23.353
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	9	114	-	-	9	114	5.726	51.392
Metalurgia básica	-	-	-	-	0	0	1.135	60.777

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado							
	Itarumã - MG		Limeira do Oeste - MG		All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba		Minas Gerais	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	11	14	-	-	11	14	6.748	53.506
Fabricação de máquinas e equipamentos	3	6	-	-	3	6	2.573	40.394
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	-	-	-	0	0	145	2.822
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1	-	-	-	1	X	987	25.541
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	-	-	-	-	0	0	461	4.398
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	-	-	-	-	0	0	455	7.898
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	-	-	-	-	0	0	725	48.898
Fabricação de outros equipamentos de transporte	-	-	-	-	0	0	155	3.168
Fabricação de móveis e indústrias diversas	6	11	-	-	6	15	6.498	44.513
Reciclagem	1	X	-	-	1	X	371	3.016
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3	8	1	-	3	11	804	28.836
Eletricidade, gás e água quente	2	X	-	-	2	X	187	12.884
Captação, tratamento e distribuição de água	1	X	1	X	2	X	617	15.952
<b>Construção</b>	<b>32</b>	<b>240</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>40</b>	<b>14</b>	<b>13.835</b>	<b>218.067</b>

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

### • Setor terciário

No ano de 2006, na All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, havia 1.396 unidades do setor de comércio e serviços, empregando 4.699 pessoas, 32,5% em atividades de comércio varejista e reparação de objetos pessoais ou domésticos e 29,6%, em atividades de administração pública, defesa e seguridade social. O município de Itarumã respondia por 94,4% dos empregos no setor terciário em toda a

All mesorregional. Itarumã se destaca como centro regional do Pontal do Triângulo Mineiro, na área da saúde, educação, comércio, hotelaria e de serviços.

Itarumã é muito bem servida na área comercial, de transportes e energética, composta por uma ampla rede de supermercados, farmácias, clínicas médicas, bancos, hospitais, lojas de conveniência e um comércio diversificado, onde encontram-se várias redes, como: Rede Eletrosom, loja de eletrodomésticos, móveis e eletrônicos; Lojas Pernambucanas, loja de roupas e eletrodomésticos; Eletrozema, loja de eletrodomésticos, móveis e eletrônicos.

**Quadro 3.6.5.9-45 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor terciário nos municípios da All/Minas Gerais – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado							
	Itarumã - MG		Limeira do Oeste - MG		All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba		Minas Gerais	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	788	1.870	96	183	884	2.053	329.436	1.061.264
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	93	363	13	42	106	405	34.766	155.612
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	67	118	3	3	70	121	35.797	151.488
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	628	1.389	80	138	708	1.527	258.873	754.164
Alojamento e alimentação	70	181	5	9	75	190	43.881	161.378
lojamento e alimentação	70	181	5	9	75	190	43.881	161.378
Transporte, armazenagem e comunicações	144	209	11	21	155	230	31.958	223.790
Transporte terrestre	128	180	10	20	138	200	24.029	170.523
Transporte aquaviário	-	-	-	-	-	-	26	165
Transporte aéreo	-	-	-	-	-	-	90	1.461
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	6	4	-	-	-	-	5.015	27.202
Correio e telecomunicações	10	25	1	X	11	25	2.798	24.439
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	30	110	3	-	33	110	13.524	61.215
Intermediação financeira	23	96	3	-	26	96	9.751	45.708
Seguros e previdência complementar	-	-	-	-	-	-	848	6.597

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado							
	Itarumã - MG		Limeira do Oeste - MG		All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba		Minas Gerais	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	7	14	-	-	-	-	2.925	8.910
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	89	195	2	X	91	195	85.091	461.703
Atividades imobiliárias	15	46	-	-	-	46	20.247	70.435
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	4	12	-	-	-	12	5.640	24.691
Atividades de informática e serviços relacionados	9	21	-	-	-	21	9.670	44.714
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	207	7.810
Serviços prestados principalmente às empresas	61	116	2	X	63	116	49.327	314.053
Administração pública, defesa e seguridade social	3	1.389	2	X	5	1.389	2.544	749.432
Educação	18	228	-	-	-	228	10.946	144.751
Saúde e serviços sociais	45	197	3	4	48	201	16.631	158.224
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	135	237	45	56	180	293	61.259	169.855
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	2	X	2	X	4	X	449	11.526
Atividades associativas	106	172	37	41	143	213	40.938	93.953
Atividades recreativas, culturais e desportivas	14	43	3	7	17	50	11.687	43.088
Serviços pessoais	13	18	3	5	16	23	8.185	21.288

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

## (5) São Paulo

O conjunto de 30 municípios em estudo no Estado do São Paulo, no ano de 2006, gerou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 7.581.166,50, correspondente a 1,9% do PIB do Estado. Mais metade deste valor (58,9%) foi produzido no conjunto de 7 municípios que compõe a All Mesorregional Araraquara. Isto porque os municípios de Araraquara e Matão responderam por 24,3% e 23,1%, respectivamente, de todo o PIB gerado na área em estudo paulista. Depois de Araraquara e Matão, os maiores PIBs são apresentados pelos municípios de Votuporanga, Fernandópolis, Novo Horizonte, Itápolis, Gavião Peixoto, Ouroeste e José Bonifácio, nesta ordem. Por outro lado, os menores PIBs municipais cabem aos municípios de Floreal e Turmalina.

No Estado de São Paulo, o setor terciário é amplamente preponderante na composição do Produto Interno Bruto. Em 2006, respondeu por 67,7% do PIB, enquanto o setor secundário ficou com 30,1% e o setor primário, com apenas 2,1%. Na área em estudo paulista, o setor terciário também é preponderante, mas o setor primário é mais expressivo do que no Estado como um todo. No ano de 2006, na All Mesorregional Araraquara, o setor primário contribuiu com 6,7% do valor do PIB, enquanto o secundário representou 37,8% e o terciário, 45%. Na All Mesorregional São José do Rio Preto, o setor primário é ainda mais expressivo, tendo participado com 10,8% do PIB 2006, o setor industrial apresenta participação relativa maior do que a nível estadual – 30,7%, enquanto o setor de comércio e serviços contribui com 50,6% do PIB. A maior parte dos municípios paulistas em estudo acompanha a tendência apresentada por ambas as Alls mesorregionais e pelo Estado, de preponderância do setor terciário na composição do PIB. As exceções são os municípios onde há preponderância do setor industrial – Matão, que responde pelo maior PIB do setor industrial de toda a área em estudo, além de Ouroeste, Gavião Peixoto e União Paulista – e onde há predomínio do setor agropecuário – Borborema e Turmalina.

**Quadro 3.6.5.9-46 - Composição do PIB (Valor Adicionado a Preço Correto) por setor de Atividade nos municípios da All/São Paulo (2006)**

Estado, esorregião e Municípios	Total do PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Araraquara	1.841.282,87	50.563,13	2,75	399.914,89	21,72	1.159.115,98	62,95	231.688,87	12,58
Borborema	111.347,59	49.910,18	44,82	6.737,68	6,05	49.887,88	44,80	4.811,85	4,32
Gavião Peixoto	311.546,52	19.268,62	6,18	203.638,38	65,36	61.292,88	19,67	27.346,64	8,78
Itápolis	321.534,16	89.692,04	27,90	42.371,79	13,18	168.686,22	52,46	20.784,11	6,46
Matão	1.748.499,55	51.520,88	2,95	1.016.176,96	58,12	505.212,41	28,89	175.589,29	10,04
Nova Europa	54.364,60	9.537,29	17,54	13.109,00	24,11	26.084,15	47,98	5.634,16	10,36
Tabatinga	80.498,90	28.993,96	36,02	5.398,95	6,71	42.597,81	52,92	3.508,18	4,36
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>4.469.074,18</b>	<b>299.486,10</b>	<b>6,70</b>	<b>1.687.347,64</b>	<b>37,8</b>	<b>2.012.877,35</b>	<b>45,04</b>	<b>469.363,09</b>	<b>10,50</b>
Estrela d'Oeste	242.025,88	19.581,00	8,09	141.587,30	58,50	60.337,03	24,93	20.520,55	8,48
Fernandópolis	445.000,23	25.335,11	5,69	107.758,38	24,22	274.340,07	61,65	37.566,68	8,44
Floreal	13.946,83	3.097,56	22,21	1.524,08	10,93	8.548,29	61,29	776,90	5,57
Irapuã	42.129,34	13.383,19	31,77	5.937,38	14,09	20.653,41	49,02	2.155,36	5,12
Itajobi	117.793,53	43.096,75	36,59	9.995,46	8,49	58.119,53	49,34	6.581,79	5,59
José Bonifácio	254.330,17	24.107,70	9,48	72.104,85	28,35	134.921,78	53,05	23.195,84	9,12
Macaubal	32.663,65	5.029,87	15,40	5.522,65	16,91	19.906,65	60,94	2.204,49	6,75
Mendonça	19.616,19	5.426,92	27,67	1.573,51	8,02	11.478,13	58,51	1.137,63	5,80
Meridiano	23.090,35	6.731,58	29,15	3.401,10	14,73	11.747,36	50,88	1.210,31	5,24
Monte Aprazível	208.010,15	18.628,97	8,96	84.033,51	40,40	87.513,74	42,07	17.833,92	8,57
Neves Paulista	53.805,17	7.665,90	14,25	12.648,20	23,51	29.487,55	54,80	4.003,52	7,44
Nhandeara	58.570,22	9.621,34	16,43	10.843,28	18,51	34.656,03	59,17	3.449,57	5,89
Nipoã	22.054,57	6.580,86	29,84	3.663,18	16,61	10.490,23	47,56	1.320,31	5,99
Nova Aliança	33.950,30	7.332,08	21,60	7.945,07	23,40	15.866,21	46,73	2.806,94	8,27
Novo Horizonte	435.144,11	52.908,81	12,16	79.651,45	18,30	257.607,01	59,20	44.976,85	10,34



Estado, esorregião e Municípios	Total do PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Ouroeste	259.788,86	7.767,16	2,99	222.852,92	85,78	25.644,13	9,87	3.524,65	1,36
Populina	23.631,07	7.221,45	30,56	1.896,62	8,03	13.391,60	56,67	1.121,40	4,75
Potirendaba	109.595,32	15.115,88	13,79	34.493,44	31,47	51.342,27	46,85	8.643,73	7,89
Turmalina	14.642,42	7.196,74	49,15	932,72	6,37	6.126,74	41,84	386,22	2,64
União Paulista	19.215,13	3.966,34	20,64	7.856,84	40,89	6.296,57	32,77	1.095,38	5,70
Urupês	92.331,58	28.670,58	31,05	9.492,34	10,28	48.697,30	52,74	5.471,36	5,93
Valentim Gentil	61.942,64	5.995,89	9,68	19.082,31	30,81	30.798,07	49,72	6.066,38	9,79
Votuporanga	528.814,61	12.557,87	2,37	110.101,93	20,82	358.023,09	67,70	48.131,72	9,10
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>3.112.092,32</b>	<b>337.019,54</b>	<b>10,83</b>	<b>954.898,51</b>	<b>30,68</b>	<b>1.575.992,79</b>	<b>50,64</b>	<b>244.181,48</b>	<b>7,85</b>
<b>São Paulo</b>	<b>400.441.865,35</b>	<b>8.440.124,02</b>	<b>2,11</b>	<b>120.837.931,11</b>	<b>30,18</b>	<b>271.163.810,22</b>	<b>67,72</b>		

Fonte: IPEA, Ipeadata

## • Setor Primário

No ano de 2006, o PIB gerado pelo setor primário da economia nos 30 municípios paulistas em estudo correspondeu a 7,5% do PIB gerado pelo setor agropecuário em todo o Estado de São Paulo. Os municípios em estudo que apresentaram os maiores valores do PIB referente ao setor primário foram Itápolis, Novo Horizonte, Matão, Araraquara e Borborema, nesta ordem.

No ano de 2007, na área em estudo paulista, o valor da produção das lavouras temporárias foi de R\$ 606.060.000,00, tendo como principal produto a cana-de-açúcar. As lavouras permanentes geraram R\$ 693.671.000,00, principalmente devido à produção de laranja. No mesmo ano, a produção de origem animal gerou R\$ 76.741.000,00, devido à produção de leite, mel de abelha e ovos de galinha.

Considerando-se o total da produção das lavouras temporárias na All Mesorregional Araraquara e na All Mesorregional São José do Rio Preto - R\$ 606.060.000,00, no ano de 2007, o valor gerado corresponde a 4,2% do valor da produção das lavouras temporárias no Estado de São Paulo. Os municípios que compõem a All Mesorregional Araraquara foram responsáveis por 37,8% deste valor. 50,5% deste valor se deve à produção de cana-de-açúcar, que é praticada em todos os municípios paulistas em estudo, exceto Urupês. Os maiores produtores de cana-de-açúcar na área em estudo em São Paulo são os municípios de Araraquara, Itápolis, Novo Horizonte, Matão e Monte Aprazível, nesta ordem.

Em termos proporcionais, a cana-de-açúcar assume maior importância na All Mesorregional Araraquara, onde representa 91,2% do valor da produção das lavouras temporárias. O segundo produto em importância nesta All mesorregional é o milho, com 2,1% do valor da produção. Na All Mesorregional São José do Rio Preto, o valor

da produção de cana-de-açúcar corresponde a 81,2% do valor gerado pelas lavouras temporárias. O segundo produto, em termos de valor da produção, é o feijão, com 22,4%, devido, majoritariamente, à produção do município de Mendonça, onde, em 2007, este produto gerou R\$ 90.000.000,00. Mendonça é, também, o maior produtor de soja, sorgo e arroz, entre os municípios paulistas em estudo. O município de Ouroeste merece destaque como o maior produtor de milho de toda a área em estudo paulista.

**Quadro 3.6.5.9-47 – Valor da produção da lavoura temporária nos municípios da AII/São Paulo – 2007**

Estado, Mesorregião e Municípios	Valor da produção (mil Reais) 2007								
	Total	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)
Araraquara	98.599	360	58	94.720	122	-	1.074	1.600	-
Borborema	29.135	47	25	20.160	829	24	588	374	-
Gavião Peixoto	12.311	123	-	11.544	-	-	324	320	-
Itápolis	52.084	-	18	46.080	-	144	1.680	1.170	-
Matão	29.916	-	-	29.195	-	-	401	320	-
Nova Europa	21.812	-	-	21.016	-	-	796	-	-
Tabatinga	7.901	-	14	6.885	38	54	378	218	-
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>251.758</b>	<b>530</b>	<b>115</b>	<b>229.600</b>	<b>989</b>	<b>222</b>	<b>5.241</b>	<b>4.002</b>	<b>0</b>
Estrela d'Oeste	5.727	-	-	5.727	-	-	-	-	-
Fernandópolis	17.425	95	28	10.304	14	2.372	3.616	240	641
Floreal	2.561	158	-	1.890	-	-	507	-	-
Irapuã	11.318	-	29	8.640	320	10	737	-	-
Itajobi	29.619	-	11	27.360	-	36	504	488	-
José Bonifácio	33.570	1.823	50	21.700	378	126	4.742	583	394
Macaubal	5.876	228	-	5.400	26	-	104	-	-
Mendonça	11.708	3.000	2.100	8.091	90.000	1.987	-	4.460	2.500
Meridiano	8.691	366	3	7.920	-	-	388	-	-
Monte Aprazível	47.559	-	195	45.700	-	-	1.511	-	-
Neves Paulista	15.568	356	12	14.880	-	-	261	-	8
Nhandeara	22.196	495	37	19.530	-	-	2.052	76	-
Nipoã	15.017	-	-	14.880	-	-	131	-	-
Nova Aliança	27.498	56	25	26.040	218	-	535	460	64
Novo Horizonte	55.228	-	17	46.080	1.349	180	1.277	1.310	-
Ouroeste	22.625	3.831	58	3.933	-	-	11.772	1.255	1.776
Populina	11.925	3.166	-	7.830	-	-	576	353	-
Potirendaba	24.111	-	53	21.700	336	76	970	59	230
Turmalina	2.402	844	9	905	75	194	375	-	-
União Paulista	11.297	-	-	10.602	12	-	303	96	-
Urupês	16.176	-	14	14.256	-	27	392	874	-
Valentim Gentil	1.482	469	5	-	-	-	1.008	-	-
Votuporanga	14.723	124	-	13.230	-	-	1.086	47	-
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>414.302</b>	<b>15.011</b>	<b>2.646</b>	<b>336.598</b>	<b>92.728</b>	<b>5.008</b>	<b>32.847</b>	<b>10.301</b>	<b>5.613</b>
<b>São Paulo</b>	<b>15.681.416</b>	<b>132.286</b>	<b>48.810</b>	<b>11.038.189</b>	<b>434.304</b>	<b>184.719</b>	<b>1.438.124</b>	<b>679.516</b>	<b>52.195</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

Quanto às lavouras permanentes, no ano de 2007, o valor da produção na área em estudo paulista - R\$ 693.671.000,00- representou 10,5% do valor da produção das lavouras permanentes no Estado de São Paulo. Deste total, 76,9% foram provenientes da produção de laranja e 10,9%, da produção de limão. A laranja é produzida em todos os municípios paulistas em estudo, exceto Estrela d'Oeste. Os seis maiores produtores – Itápolis, Borborema, Matão, Tabatinga, Araraquara e Gavião Peixoto, nesta ordem – pertencem à All Mesorregional Araraquara, fazendo com que esta tenha respondido 67,6% do valor da produção de laranja de toda a área em estudo paulista. Quanto ao valor da produção de limão, a All Mesorregional São José do Rio Preto é predominante (78,5%) nela estão situados os dois maiores produtores – Itajobi e União Paulista. Itajobi merece destaque, também, como o maior produtor de tangerina, enquanto o município de Novo Horizonte responde pelo maior valor da produção de banana e borracha. O município de Potirendaba é o maior produtor de café da área em estudo paulista, enquanto José Bonifácio responde pelo maior valor da produção de coco-da-baía.

**Quadro 3.6.5.9-48 – Valor da produção da lavoura permanente nos municípios da All/São Paulo – 2007**

Estado, Mesorregião e Municípios	Valor da produção (mil Reais) 2007								
	TOTAL	Banana	Borracha (látex coagulado)	Café (beneficiado)	Coco-da-baía	Goiaba	Laranja	Limão	Tangerina
Araraquara	31.122	162	-	81	-	-	30.600	210	69
Borborema	63.716	588	515	48	-	47	61.047	932	484
Gavião Peixoto	27.203	-	-	21	-	-	26.672	70	414
Itápolis	153.795	-	367	105	-	1.008	137.700	14.500	-
Matão	62.263	-	1.440	2.030	-	-	58.095	84	614
Nova Europa	5.377	-	-	-	-	-	5.308	-	69
Tabatinga	44.256	-	294	96	46	108	41.000	515	2.005
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>387.732</b>	<b>750</b>	<b>2.616</b>	<b>2.381</b>	<b>46</b>	<b>1.163</b>	<b>360.422</b>	<b>16.311</b>	<b>3.655</b>
Estrela d'Oeste	459	-	-	-	459	-	-	-	-
Fernandópolis	18.959	2.528	1.418	544	-	-	13.996	105	-
Floreal	4.305	1.217	882	12	-	-	2.115	24	28
Irapuã	22.800	151	1.331	72	-	117	16.975	3.915	133
Itajobi	57.544	315	843	63	-	313	21.049	31.605	2.562
José Bonifácio	30.722	185	6.038	1.170	1.080	25	20.300	1.497	321
Macaubal	4.410	91	2.648	135	16	44	312	38	642
Mendonça	4.644	-	62	298	147	11	3.654	80	306
Meridiano	4.941	237	1.309	68	-	-	3.327	-	-
Monte Aprazível	6.075	26	2.753	770	-	-	2.380	35	31
Neves Paulista	8.957	-	2.331	458	-	-	5.760	350	21
Nhandeara	4.921	152	3.753	460	32	-	208	19	23
Nipoã	5.553	-	1.483	349	-	-	3.687	7	-
Nova Aliança	8.517	107	1.291	2.208	153	-	4.513	132	83
Novo Horizonte	33.676	3.150	3.448	162	900	98	19.000	6.306	117
Ouroeste	3.300	632	-	432	-	-	2.089	-	-

Estado, Mesorregião e Municípios	Valor da produção (mil Reais) 2007								
	TOTAL	Banana	Borracha (látex coagulado)	Café (beneficiado)	Coco-da-baía	Goiaba	Laranja	Limão	Tangerina
Populina	8.276	237	257	67	26	-	7.546	70	-
Potirendaba	13.379	151	535	2.815	58	29	8.338	312	961
Turmalina	12.451	178	198	100	-	-	11.750	37	-
União Paulista	2.052	-	1.236	107	-	-	599	21	-
Urupês	29.115	263	1.533	32	-	1.187	10.200	14.876	555
Valentim Gentil	5.977	532	360	312	72	-	4.321	-	-
Votuporanga	14.906	53	3.092	148	210	-	10.767	56	-
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>305939</b>	<b>10205</b>	<b>36801</b>	<b>10782</b>	<b>3153</b>	<b>1824</b>	<b>172886</b>	<b>59485</b>	<b>5783</b>
<b>São Paulo</b>	<b>6.632.062</b>	<b>354.296</b>	<b>187.214</b>	<b>860.545</b>	<b>24.007</b>	<b>62.106</b>	<b>4.128.075</b>	<b>233.114</b>	<b>184.178</b>

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

O valor da produção de origem animal da área em estudo paulista representa 3,5% do valor deste tipo de produção no Estado de São Paulo. O conjunto de municípios da All Mesorregional São José do Rio Preto é responsável por 90% deste valor. Em todos os municípios paulistas em estudo, são produzidos leite, ovos de galinha e mel de abelha. O valor da produção de leite, em 2007, correspondeu a 6% da produção estadual. Os maiores produtores são os municípios de Fernandópolis, José Bonifácio e Votuporanga, nesta ordem. O valor da produção de ovos de galinha, no mesmo ano, representou 1,2% da produção estadual, tendo como maior produtor o município de Urupês. A produção de mel de abelha, no conjunto de municípios paulistas em estudo, correspondeu, em 2007, a 30,7% do valor da produção estadual. O maior produtor é o município de Mendonça, cuja produção, em 2007, alcançou o valor de R\$ 3.800.000,00.

**Quadro 3.6.5.9-49 – Valor da produção de origem animal nos municípios da All/São Paulo – 2007**

Municípios, All e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto (mil Reais) 2007				
	Total	Leite	Ovos de galinha	Ovos de codorna	Mel de abelha
Araraquara	1.384	1.080	104	-	200
Borborema	1.593	1.325	96	-	172
Gavião Peixoto	430	210	130	-	90
Itápolis	1.721	869	407	-	445
Matão	1.178	800	270	-	108
Nova Europa	330	174	91	-	65
Tabatinga	1.008	811	152	-	45
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>7.644</b>	<b>5.269</b>	<b>1.250</b>	<b>0</b>	<b>1.125</b>
Estrela d'Oeste	3.856	3.680	114	-	62
Fernandópolis	7.846	6.499	1.303	-	44
Floreal	1.146	1.138	3	-	5
Irapuã	979	426	533	-	20
Itajobi	1.008	899	81	-	28
José Bonifácio	6.093	5.705	305	-	83

Municípios, All e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto (mil Reais) 2007				
	Total	Leite	Ovos de galinha	Ovos de codorna	Mel de abelha
Macaubal	1.322	1.248	3	-	19
Mendonça	1.091	68	-	-	3.800
Meridiano	2.349	2.300	39	-	10
Monte Aprazível	3.585	3.328	173	-	27
Neves Paulista	1.160	1.153	2	-	5
Nhandeara	4.010	3.988	15	-	6
Nipoã	662	652	2	-	8
Nova Aliança	1.345	1.154	127	-	64
Novo Horizonte	2.628	2.239	255	-	134
Ouroeste	2.814	2.707	88	-	19
Populina	2.469	2.404	61	-	4
Potirendaba	5.184	4.315	802	-	67
Turmalina	1.969	1.862	100	-	7
União Paulista	771	766	1	-	4
Urupês	9.283	1.093	8.162	-	28
Valentim Gentil	2.124	2.059	32	-	33
Votuporanga	5.403	5.278	114	-	4
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>69.097</b>	<b>54.961</b>	<b>12315</b>		<b>4481</b>
<b>São Paulo</b>	<b>2.180.219</b>	<b>1.007.161</b>	<b>1.119.971</b>	<b>31.726</b>	<b>18.278</b>

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal - IBGE

Na área em estudo paulista, são criados diversos tipos de rebanho. Merecem destaque, pelo percentual que representam do rebanho estadual, o rebanho bovino, que, em 2007, correspondia a 5,6% das cabeças de gado bovino do Estado de São Paulo, e o rebanho de frangos, frangas, galos e pintos, correspondente a 2,6% deste tipo de rebanho em todo o Estado. O maior criador de gado bovino é o município de Fernandópolis, com 51.000 cabeças de gado em 2007. Quanto à criação de frangos e etc, destaca-se o município de José Bonifácio, com 1.320.000 cabeças. O rebanho suíno da área em estudo paulista, em 2007, correspondia a 3,7% do rebanho estadual, enquanto o rebanho ovino representava 5,3% de todo o rebanho paulista. O município de José Bonifácio também se destaca como o maior criador, tanto de suínos quanto de ovinos. De uma maneira geral, a atividade de criação de animais é bastante mais presente nos municípios que integram a All Mesorregional São José do Rio Preto.

**Quadro 3.6.5.9-50 – Efetivo de rebanho por tipo de rebanho nos municípios da AII/São Paulo – 2007**

Municípios, AII e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho - Ano 2007											
	Bovino	Eqüino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas	Codornas	Coelhos
Araraquara	10.000	700	-	3	80	1.450	350	700	70.000	12.000	-	-
Borborema	23.920	235	-	2	13	2.310	190	580	78.460	11.200	-	-
Gavião Peixoto	2.500	250	-	-	10	300	20	300	45.000	10.000	-	-
Itápolis	24.700	567	-	3	28	4.770	290	950	144.600	12.360	-	-
Matão	8.000	800	300	-	50	650	350	1.500	35.000	15.000	-	-
Nova Europa	2.000	100	-	-	30	380	20	300	30.000	10.000	-	-
Tabatinga	9.970	103	-	-	2	1.945	85	280	70.500	9.300	-	-
<b>AII Mesorregional Araraquara</b>	<b>81.090</b>	<b>2.755</b>	<b>300</b>	<b>8</b>	<b>213</b>	<b>11.805</b>	<b>1.305</b>	<b>4.610</b>	<b>473.560</b>	<b>79.860</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Estrela d'Oeste	25.704	1.706	-	16	80	1.349	82	62	5.129	13.000	-	-
Fernandópolis	51.000	1.220	-	-	287	3.781	245	1.700	16.452	38.050	-	-
Floreal	21.500	450	-	8	50	1.150	150	900	4.900	1.350	-	-
Irapuã	10.420	201	-	8	9	1.680	170	430	19.200	15.200	-	-
Itajobi	14.880	356	50	1	8	1.290	170	680	23.600	10.100	-	-
José Bonifácio	88.000	1.490	200	11	300	12.080	120	2.200	1.320.000	50.000	-	-
Macaubal	21.500	600	-	-	90	2.120	100	1.000	600.000	1.680	-	-
Mendonça	15.314	340	40	3	49	610	40	810	13.000	14.600	-	-
Meridiano	24.320	410	-	-	3	1.527	52	265	87.612	5.129	-	-
Monte Aprazível	35.200	1.100	-	20	250	3.150	200	1.100	250.000	13.200	-	-
Neves Paulista	13.500	320	-	-	70	3.320	100	550	20.000	1.280	-	-
Nhandeara	38.200	640	-	-	170	1.680	250	1.200	280.000	3.600	-	-
Nipoã	8.900	220	-	-	75	758	85	420	80.000	865	-	-
Nova Aliança	16.930	480	70	6	70	1.200	48	720	155.000	14.100	-	-
Novo Horizonte	35.690	1.029	110	22	65	2.085	185	1.050	57.600	15.040	-	-
Ouroeste	18.000	340	80	2	100	1.608	41	239	9.943	11.132	-	-
Populina	25.748	645	-	-	35	1.290	30	340	3.919	3.476	-	-
Potirendaba	28.300	1.540	52	8	120	3.400	56	1.600	50.000	43.000	-	-
Turmalina	16.066	240	-	-	10	970	-	130	36.050	5.750	-	-
União Paulista	5.760	132	-	-	55	610	68	300	300.000	650	-	-

Municípios, AlI e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho - Ano 2007											
	Bovino	Eqüino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas	Codornas	Coelhos
Urupês	12.900	173	25	15	16	3.220	95	660	36.700	243.900	-	-
Valentim Gentil	14.240	350	-	-	30	670	6	310	316.000	2.320	-	-
Votuporanga	32.350	1.400	100	10	90	2.320	50	840	235.000	8.100	-	-
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>574.422</b>	<b>15.382</b>	<b>727</b>	<b>130</b>	<b>2032</b>	<b>51.868</b>	<b>2343</b>	<b>17506</b>	<b>3.920.105</b>	<b>515.522</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>São Paulo</b>	<b>11.790.564</b>	<b>421.654</b>	<b>67.229</b>	<b>5.683</b>	<b>54.360</b>	<b>1.724.228</b>	<b>69.554</b>	<b>415.431</b>	<b>168.911.053</b>	<b>39.691.881</b>	<b>2.643.825</b>	<b>45.162</b>

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal - IBGE

De acordo a pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, realizada pelo IBGE, não foram encontradas produtos de extração vegetal nos municípios em estudo no Estado de São Paulo.

- **Setor secundário**

No ano de 2006, na All Mesorregional Araraquara, havia 3.213 unidades empresariais do setor industrial, empregando 55.864 pessoas, 51,3% das quais trabalhavam no município de Araraquara e 28,5%, no município de Matão. De todo o pessoal ocupado no setor secundário no conjunto de municípios em estudo na mesorregião Araraquara, eram mais numerosos os 13,8% trabalhavam na fabricação de produtos alimentícios e bebidas, 7,7%, na fabricação de máquinas e equipamentos, 6%, no ramo das construções, além de 6% na fabricação de produtos têxteis. O município de Araraquara é predominante na geração de postos de trabalho em todos estes tipos de atividades industriais, exceto fabricação de máquinas e equipamentos, onde o município de Matão concentra 65,5% dos postos de trabalho.



**Quadro 3.6.5.9-51 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor secundário nos municípios da AII/São Paulo – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Araraquara - SP		Borborema - SP		Gavião Peixoto - SP		Itápolis - SP		Matão - SP		Nova Europa - SP		Tabatinga - SP		AII Mesorregional Araraquara		São Paulo	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Indústrias extrativas	9	1.847	1	X	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	12	1847	2.484	18.908
Extração de carvão mineral	1	X	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	0	21	48
Extração de petróleo e serviços relacionados	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0	26	2.114
Extração de minerais metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	206	848
Extração de minerais não-metálicos	6	22	1	X	-	-	1	-	-	-	-	-	-	8	22	2.231	15.898	
Indústrias de transformação	657	11.683	106	499	4	1.847	215	2.080	351	7.769	11	591	85	743	1429	25212	161.411	2.606.715
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	102	3.852	10	21	-	-	48	742	65	2.382	5	577	17	121	247	7695	14.708	346.597
Fabricação de produtos do fumo	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	57	2.524
Fabricação de produtos têxteis	16	2.095	66	317	-	-	31	285	8	17	2	X	53	557	176	3271	6.531	128.614
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	77	874	12	28	-	-	43	352	59	925	-	-	2	X	193	2179	28.716	189.974
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	8	16	-	-	-	-	2	X	10	90	-	-	-	-	20	106	7.399	89.487
Fabricação de produtos de madeira	23	108	2	X	-	-	10	40	6	24	-	-	-	-	41	172	3.482	31.971
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4	52	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	6	52	2.366	76.585
Edição, impressão e reprodução de gravações	50	336	3	32	-	-	9	32	26	134	2	X	3	5	93	539	18.414	116.708
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	5	-	-	-	-	-	2	X	1	X	-	-	-	-	8	0	350	41.593
Fabricação de produtos químicos	30	221	-	-	-	-	7	40	18	250	1	X	1	X	57	511	6.225	180.852
Fabricação de artigos de borracha e plástico	18	164	1	X	-	-	9	106	4	40	-	-	-	-	32	310	7.876	180.030
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	38	183	3	7	-	-	12	55	10	97	-	-	4	32	67	374	8.262	111.349
Metalurgia básica	9	88	-	-	-	-	1	X	4	73	-	-	-	-	14	161	2.416	78.183
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	95	1.255	4	7	-	-	19	56	50	644	1	X	3	6	172	1968	17.561	220.118
Fabricação de máquinas e equipamentos	75	1.330	1	X	-	-	6	33	61	2.588	-	-	-	-	143	3951	12.022	249.765
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	502	12.580
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	13	98	1	X	-	-	3	123	5	136	-	-	-	-	22	357	3.685	97.370
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	7	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	8	67	1.635	41.222
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	18	113	-	-	-	-	-	-	4	29	-	-	-	-	22	142	1.977	37.401
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	14	546	1	X	-	-	2	X	6	213	-	-	-	-	23	759	2.686	211.456
Fabricação de outros equipamentos de transporte	-	-	-	-	3	1.844	-	-	2	X	-	-	-	-	5	1844	777	40.178
Fabricação de móveis e indústrias diversas	50	173	2	X	1	X	10	40	9	29	-	-	1	X	73	242	12.834	114.585
Reciclagem	4	65	-	-	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	6	65	930	7.573

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Araraquara - SP		Borborema - SP		Gavião Peixoto - SP		Itápolis - SP		Matão - SP		Nova Europa - SP		Tabatinga - SP		All Mesorregional Araraquara		São Paulo	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	7	439	2	X	-	-	2	X	3	88	-	-	-	-	14	527	1.742	51.526
Eletricidade, gás e água quente	6	131	2	X	-	-	2	X	2	X	-	-	-	-	12	131	913	22.572
Captação, tratamento e distribuição de água	1	X	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	2	0	829	28.954
Construção	223	2.904	2	X	1	X	12	30	51	391	11	30	3	5	303	3360	37.465	420.803
<b>Total do Setor Secundário</b>	<b>1569</b>	<b>28662</b>	<b>220</b>	<b>911</b>	<b>9</b>	<b>3691</b>	<b>450</b>	<b>4014</b>	<b>759</b>	<b>15919</b>	<b>33</b>	<b>1198</b>	<b>173</b>	<b>1469</b>	<b>3213</b>	<b>55864</b>	<b>368739</b>	<b>5775101</b>

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

No conjunto de 23 municípios paulistas em estudo na mesorregião São José do Rio Preto, no ano de 2006, havia 2.244 unidades empresariais do setor secundário, empregando 19.073 pessoas. A atividade industrial que gera mais empregos é a fabricação de produtos alimentícios e bebidas (25,6% do pessoal ocupado no setor industrial), na qual a maior quantidade de postos de trabalho está nos municípios de José Bonifácio, Estrela d'Oeste e Votuporanga, nesta ordem. Em seguida, o maior gerador de empregos é a fabricação de móveis e indústrias diversas (17,3%), majoritariamente nos municípios de Votuporanga e Valentim Gentil. O município de Votuporanga, de acordo com Gavira (2003: 5), possui elevada importância econômica regional, devido à produção de móveis e artefatos em madeira. A maior parte das empresas é considerada micro e pequena, com destaque para a produção de móveis de madeira para residências e estofados, utilizando como matérias-primas básicas os painéis MDF e compensados, madeira nativa e madeira reflorestada de pinus. Os representantes comerciais são o principal canal de comercialização, mas há também empresas maiores, como a Truck Galego e a Facchini, que vendem diretamente para grandes varejistas. A produção é totalmente voltada para o mercado interno. Devido à presença do pólo moveleiro, surgiram diversas outras empresas na região, tais como: empresas especializadas na gestão da qualidade; *design* de móveis; depósitos de tintas; fabricação de cartonagem e de grampos e embalagens Votupel. Merecem destaque, também, com relação à geração de empregos na All Mesorregional São José do Rio Preto, as atividades de confecção de artigos de vestuário e acessórios (11,9% dos postos de trabalho) e construção (9,7%).





- **Setor terciário**

O setor de comércio é o que possui o maior número de unidades empresariais e o maior gerador de empregos da área em estudo paulista. No ano de 2006, na All Mesorregional Araraquara, havia 28.532 unidades empresariais do setor terciário, que empregavam 119.312 pessoas, 69,4% das quais trabalhavam no município de Araraquara e 17,3%, no município de Matão. Em seguida, os maiores contingentes de trabalhadores do setor terciário estavam empregados no município de Itápolis (8,5%). A maior parte dos trabalhadores do setor terciário desta All Mesorregional exerciam atividades de comércio vajerista e reparação de objetos pessoais ou domésticos. Em seguida, o contingente mais expressivo é o de trabalhadores empregados em atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.



**Quadro 3.6.5.9-53 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor terciário – All Mesorregional Araraquara – 2006**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																	
	Araraquara - SP		Borborema - SP		Gavião Peixoto - SP		Itápolis - SP		Matão - SP		Nova Europa - SP		Tabatinga - SP		All Mesorregional Araraquara		São Paulo	
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	5.480	19.438	358	875	52	107	1.106	3.367	1.899	5.802	223	313	338	685	9.456	30587	846.099	2.890.996
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	718	3.450	35	102	6	16	141	541	144	433	12	24	33	71	1.089	4637	99.707	394.867
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	602	2.843	27	157	3	3	109	682	1.456	4.487	2	X	22	53	2.221	8225	102.195	509.191
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	4.160	13.145	296	616	43	88	856	2.144	307	641	209	285	283	561	6.154	17480	644.197	1.986.938
Alojamento e alimentação	773	2.698	40	84	16	77	126	252	307	641	55	61	63	79	1.380	3892	139.182	524.680
Transporte, armazenagem e comunicações	459	3.865	13	31	5	14	58	203	172	1.006	19	39	14	32	740	5190	88.255	698.783
Transporte terrestre	367	3.336	8	18	4	12	48	176	149	695	15	31	12	27	603	4295	58.402	409.507
Transporte aquaviário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	145	2.037
Transporte aéreo	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	1	0	445	25.322
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	55	181	4	8	-	-	8	7	19	272	3	4	-	-	89	472	21.851	163.778
Correio e telecomunicações	37	348	1	X	1	X	1	X	4	39	1	X	2	X	47	387	7.412	98.139
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	139	1.033	6	18	1	X	23	123	35	253	4	23	8	35	216	1485	35.922	301.487
Intermediação financeira	57	702	5	18	-	-	16	110	20	202	2	X	4	23	104	1055	17.774	198.761
Seguros e previdência complementar	10	136	-	-	-	-	1	-	4	31	-	-	-	-	15	167	2.621	43.500
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	72	195	1	-	1	X	6	13	11	20	2	X	4	12	97	240	15.527	59.226
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	1.210	8.301	23	63	2	X	118	386	368	1.358	12	17	11	22	1.744	10147	319.972	1.920.065
Atividades imobiliárias	209	822	8	28	-	-	22	83	34	101	-	-	3	3	276	1037	66.450	260.819
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	106	478	-	-	-	-	7	25	24	67	6	9	-	-	143	579	11.481	49.645
Atividades de informática e serviços relacionados	162	686	6	10	-	-	13	30	77	177	2	-	-	-	260	903	65.946	228.937
Pesquisa e desenvolvimento	6	41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	41	680	6.011
Serviços prestados principalmente às empresas	727	6.274	9	25	2	X	76	248	233	1.013	4	8	8	19	1.059	7587	175.415	1.374.653
Administração pública, defesa e seguridade social	18	4.618	2	X	2	X	3	747	3	1.393	2	X	3	406	33	7164	2.941	1.450.695
Educação	166	3.385	3	29	1	-	25	221	51	402	5	8	7	30	258	4075	28.746	405.950
Saúde e serviços sociais	263	2.786	9	75	1	X	27	227	87	705	6	23	10	65	403	3881	41.908	484.772
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	643	2.043	36	49	12	7	117	292	192	443	33	20	36	41	1.069	2895	126.889	487.004
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	3	16	-	-	-	-	1	X	3	22	2	X	-	-	9	38	1.179	36.598
Atividades associativas	395	1.030	22	21	9	3	88	181	123	184	22	6	22	12	681	1437	74.437	242.249
Atividades recreativas, culturais e desportivas	175	741	8	15	3	4	21	97	50	183	7	12	9	23	273	1075	30.386	139.566
Serviços pessoais	70	256	6	13	-	-	7	12	16	54	2	-	5	6	106	341	20.887	68.591
Total da All Mesorregional Araraquara no Setor Terciário	17.082	82.847	926	2.255	164	331	3.025	10.167	5.788	20.624	650	883	897	2.205	28.532	119.312	3.047.051	15.462.767

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE



Na All Mesorregional São José do Rio Preto, em 2006, o setor terciário empregava 44.481 pessoas, em 13.862 unidades empresariais. Do total de empregos existentes no setor de comércio e serviços, nesta All mesorregional, 39,2% eram em atividades de comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos. Os demais empregados do setor terciário trabalhavam, majoritariamente, em atividades de administração pública, defesa e seguridade social (13%), atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (6,4%) e outros serviços coletivos, sociais e pessoais (4,9%).



Quadro 3.6.5.9-54 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor terciário – AlI Mesorregional São José do Rio Preto – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																																		
	Estrela d'Oeste - SP		Fernandópolis - SP		Floresta - SP		Itapuí - SP		Itajobi - SP		José Bonifácio - SP		Macaíba - SP		Mendonça - SP		Mortefiano - SP		Monte Apreciável - SP		Nerves Paulista - SP		Nhandeará - SP		Nipouá - SP		Nova Alibação - SP		Novo Horizonte - SP		Ourém - SP		Populina - SP		Porembaba - SP		Turmalina - SP		União Paulista - SP		Uruguaiana - SP		Valentim Gentil - SP		Votuporanga - SP		AlI Mesorregional São José do Rio Preto		São Paulo		
	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado					
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	210	444	2.170	6.107	69	117	100	194	361	891	930	2.121	131	311	111	197	61	141	492	1.242	169	326	248	581	57	124	98	175	1.032	2.214	178	314	64	99	335	656	40	50	35	52	257	715	176	277	2.211	7.200	8535	24548	846.099	2.890.996	
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	16	33	258	1.033	15	34	14	39	39	113	119	361	18	54	6	19	6	33	60	218	10	30	32	89	12	24	6	17	131	345	14	41	7	14	24	52	2	X	1	X	37	113	12	24	338	1.372	1177	4048	93.707	394.867	
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	15	70	154	868	4	4	2	X	59	262	109	307	6	19	3	5	-	-	31	101	16	26	18	31	4	24	6	22	111	275	3	10	5	5	14	38	-	-	-	-	16	201	11	8	251	773	838	3049	102.195	509.191	
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	179	341	1.758	4.206	50	79	84	153	263	516	702	1.463	107	238	102	173	55	108	401	923	143	270	198	461	41	78	88	136	790	1.594	161	263	52	80	297	596	38	46	34	50	204	401	153	245	1.622	5.055	7520	17443	644.197	1.968.938	
Alimentação e bebidas	36	58	294	817	10	14	9	14	40	63	162	229	15	19	41	43	14	43	92	143	30	37	47	92	18	23	21	32	246	289	27	29	15	12	46	71	-	-	-	-	33	35	16	21	293	700	1507	2614	139.182	524.680	
Transporte, armazenagem e comunicações	16	363	105	429	7	15	6	14	19	54	151	275	12	32	10	29	2	X	46	102	5	8	17	42	14	32	5	25	94	199	9	13	3	4	40	94	6	7	4	15	66	157	5	33	162	462	794	2424	88.255	698.763	
Transporte terrestre	12	352	84	326	5	7	5	11	16	44	142	237	10	25	9	26	1	X	40	89	3	2	11	24	13	29	4	22	75	178	8	11	2	X	38	87	5	5	3	13	64	149	3	18	127	334	680	1989	58.402	409.507	
Transporte aquaviário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Transporte aéreo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	2	X	13	35	1	X	-	-	-	-	6	10	1	X	-	-	-	-	1	-	1	X	4	7	-	-	-	-	5	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correio e telecomunicações	2	X	8	68	1	X	1	X	3	10	3	28	1	X	1	X	1	X	5	13	1	X	2	X	1	X	1	X	4	17	1	X	1	X	2	X	1	X	1	X	2	X	2	X	10	88	95	224	7.412	98.139	
Intermediação financeira; seguros, previdência complementar e serviços relacionados	5	25	51	316	2	X	1	X	8	31	16	88	4	12	1	X	2	X	14	67	4	18	10	41	1	X	1	X	21	95	2	X	2	X	6	28	2	X	2	X	8	36	4	15	40	328	207	1188	35.822	301.487	
Intermediação financeira	5	25	17	184	2	X	1	X	3	24	9	72	4	12	1	X	2	X	9	54	3	16	5	32	1	X	1	X	10	74	2	X	2	X	5	24	2	X	2	X	6	33	3	13	16	236	111	799	17.774	198.761	
Seguros e previdência complementar	-	-	10	74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Atividades auxiliares de intermediação financeira; seguros e previdência complementar	-	-	24	58	-	-	-	-	5	7	7	26	-	-	-	-	-	-	4	11	1	X	4	8	-	-	-	-	11	21	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	2	X	1	X	19	44	79	175	15.527	59.226	
Atividades imobiliárias, aluguel e serviços prestados às empresas	16	26	185	558	4	3	8	12	35	48	91	253	23	427	7	61	5	8	47	106	15	23	26	46	5	6	5	7	127	242	10	22	3	4	26	60	2	X	4	6	25	48	12	22	259	850	940	2838	319.972	1.920.065	
Atividades imobiliárias	1	X	52	212	-	-	-	-	1	X	17	38	2	X	2	X	-	-	5	10	2	X	-	-	-	-	-	1	X	22	70	1	X	-	-	9	18	-	-	-	-	6	13	-	-	59	163	180	524	66.450	269.819
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	-	-	13	34	-	-	1	X	3	2	6	32	2	X	1	X	-	-	8	25	2	X	2	X	-	-	-	-	7	3	2	X	-	-	6	14	-	-	-	-	1	X	-	-	17	41	71	151	11.481	49.645	
Atividades de informática e serviços relacionados	2	X	15	44	-	-	-	-	7	9	17	41	3	7	1	X	-	-	7	19	3	9	3	3	-	-	-	-	19	42	2	X	-	-	3	7	-	-	2	X	2	X	2	X	36	239	124	420	65.946	228.937	
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Serviços prestados principalmente às empresas	13	21	105	268	4	3	7	11	24	33	51	142	16	404	3	45	5	8	27	52	8	9	21	39	5	6	4	6	79	127	5	10	3	4	8	21	2	X	2	X	16	31	10	13	147	407	565	1660	175.415	1.374.653	
Administração pública, defesa e segurança social	3	201	6	1.280	3	147	2	X	2	X	3	737	2	X	2	X	2	X	2	X	2	X	2	X	3	133	2	X	3	626	4	486	2	X	3	434	2	X	2	X	3	311	2	X	6	1.471	63	5796	2.941	1.450.695	
Educação	7	25	56	909	2	-	1	X	7	38	23	188	7	13	2	X	-	-	12	167	4	7	14	74	1	X	5	11	16	209	4	50	-	-	9	34	-	-	-	-	8	38	4	11	51	841	233	2615	28.746	405.950	
Saúde e serviços sociais	8	53	57	663	2	X	1	X	13	28	25	148	2	X	2	X	-	-	17	127	3	5	15	150	9	4	-	-	40	237	4	9	5	14	11	71	-	-	1	X	9	61	7	13	81	1.608	306	3191	41.968	484.772	
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	36	58	219	429	19	18	15	14	36	48	92	187	26	40	13	3	20	10	62	114	36	95	38	71	14	4	8	4	126	259	40	25	21	9	52	66	18	6	17	7	37	63	23	19	249	636	1217	2185	126.889	487.004	
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Atividades recreativas, culturais e desportivas	25	27	147	196	14	2	13	12	21	11	70	102	21	28	12	2	19	9	41	81	25	81	29	55	13	2	6	1	95	148	28	13	16	2	29	25	10	2	12	-	29	21	17	10	179	231	871	1061	74.437	242.249	
Serviços pessoais	11	31	55	178	2	X	1	X	7	12	14	29	2	X	-	-	-	-	13	24	8	12	8	14	1	X	1	X	23	87	11	11	3	4	13	23	4	3	1	-	3	7	5	8	47	295	233	738	30.386	138.566	

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

### **3.6.5.10 POPULAÇÕES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E TRADICIONAIS**

Nesta seção, são apresentados os modos de vida e as dinâmicas socioeconômicas das populações tradicionais existentes na região atravessada pelo empreendimento, com enfoque nos grupos sociais identificados ao longo do corredor de passagem LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02. Os levantamentos campo foram realizados no período de outubro a dezembro de 2009, ao longo da área atravessada pelo empreendimento, considerando um corredor de 10 km, sendo 5 km para cada lado, a partir do eixo da LT e uma área com 15km de raio ao entorno do ponto de localização do eletrodo de terra. Bibliografia especializada no tema ou na região, publicações, artigos e dados de órgãos oficiais também foram utilizados como fonte de pesquisa secundária para complementação do trabalho de campo.

Ao longo do levantamento de campo buscou-se compreender como vivem esses grupos sociais através de uma abordagem voltada para a coleta de narrativas sobre histórias de vida, estratégias de ocupação do espaço, formas de organização no trabalho, relação com o território e com a natureza, considerando os antecedentes históricos e as circunstâncias do universo cotidiano desses grupos. Destaca-se que os aspectos tradicionais de cada uma das formas de ocupação identificadas estão diretamente associados à dependência dos recursos naturais, bem como a representação para a organização social, econômica e cultural. Dessa forma, são descritos os diversos grupos sociais, enfocando especialmente para os aspectos de suas identidades culturais e as estratégias empregadas para reprodução de seus modos de vida.

Dentre os grupos sociais identificados ao longo do corredor em estudo, destacam-se os pescadores artesanais e os quilombolas. Ressalta-se que não foram identificadas Terras Indígenas nesse corredor em estudo. As Terras Indígenas situam-se a mais de 9km do traçado da LT. Seguindo as diretrizes e orientações da FUNAI, foi elaborado um estudo específico para os povos e etnias indicados sob influência do empreendimento. Esse estudo é apresentado no **Anexo 3.6.5.10 – 1 - Componente Indígena dos Estudos Ambientais da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02**

#### **a. Comunidades Tradicionais**

*As populações tradicionais “são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e*

*práticas gerados e transmitidos pela tradição<sup>1</sup>,*” Dentre esses grupos, citam-se os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas.

A organização social das comunidades encontradas durante a pesquisa é, em geral, constituída em torno de relações visíveis e reconhecidas de parentesco. Algumas dessas famílias inclusive são, também, fundadoras das localidades habitadas pelas comunidades pesquisadas. É muito comum também que pais, filhos e suas respectivas famílias nucleares vivam muito próximos uns dos outros; assim como podem ser observados grupos de irmãos de uma mesma família (já casados) que se encontram numa mesma localidade. As evidências parecem indicar um padrão, de famílias extensas compartilhando o mesmo território. Algumas dessas localidades podem ser formadas por mais de uma família extensa, interagindo-se entre si através de práticas de auxílio mútuo e de casamentos cruzados.

A dimensão simbólica do território, onde estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo, pode ser percebida através da noção de espacialidade (baseada na ideia de vizinho) e da família (na ideia de parente), as quais desempenham papéis fundamentais na sua constituição. São princípios complementares a definir os “direitos sobre a terra, e os deveres entre as pessoas” (idem, *ibidem*: 250). Ainda que, muitas vezes, não haja efetivamente uma correspondência exata entre as séries do parentesco (que delimita um campo de relações pautado, discursivamente, pela união, tolerância, confiança, ajuda mútua, respeito, intimidade, compartilhamentos e responsabilidades) e a dos territórios<sup>2</sup>, há uma nítida tendência nesse sentido: não só porque a subdivisão de um sítio ou fazenda ao longo do tempo costuma ter como resultado a criação de uma vizinhança formada por avós, pais, filhos, netos, irmãos, primos, cunhados, cunhadas, noras, genros, mas também porque cada um desses lugares tende a ser associado genericamente, nas narrativas e comentários cotidianos, a algumas famílias (Comenford, 2001).

Nesse sentido, cabe chamar a atenção para o processo de colonização, do território de Rondônia e Mato Grosso, referido ao contingente migratório oriundo das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, que modificou a base socioproductiva construída ao longo de dois ciclos econômicos da borracha. As florestas, antes divididas em seringais e colocações de estrada de seringa, deram lugar, a partir da década de 60, a grandes empreendimentos latifundiários e assentamentos rurais.

A desestruturação do território e da economia extrativista com a chegada dos “novos donos da terra”, os denominados “paulistas”, levou à falência os seringais nativos,

<sup>1</sup> Art. 3, I do Decreto n 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.

<sup>2</sup> Os territórios são espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária ( art. 3, II do Decreto n 6.040 de 7 de fevereiro de 2007).

expulsando os seringueiros para as regiões periféricas dos centros urbanos do Estado de Rondônia de Mato Grosso.

Como formas de adaptações e estratégias de reprodução de seus modos de vida, na década de 80, Chico Mendes e o Conselho Nacional dos Seringueiros em 1985, reivindicavam do INCRA o estabelecimento de uma nova modalidade de assentamento, específico para a Amazônia, denominado de Projeto de Assentamento Extrativista, dando origem às primeiras unidades de Reservas Extrativistas e a introdução do conceito “população tradicional”. Nesse momento, esse conceito caracterizava um tipo específico de trabalhador rural, que vivia do ecossistema florestal.

No Decreto nº 6.040/ 2007, o conceito foi ampliado, essendendo-se aos demais grupos sociais, bem como foi incorporado a questão de acesso à terra. O território foi entendido como um espaço cheio de memória e significados, necessário à manutenção das práticas sociais, manejo dos recursos, sistemas produtivos e consumo da produção.

No campo prático, o embate entre as formas tradicionais de manejo dos recursos naturais disponíveis, frente ao avanço da tecnologia e a contínua apropriação de terras de uso de populações tradicionais, continuou a imprimir novas estratégias de reprodução de seus modos de vida, tanto para os seringueiros como dos demais grupos tradicionais.

O sistema de produção nas áreas de heveicultura estão descritas **no item b 1. Culturas e Sistemas de Produção do Corredor em Estudo na tópico 3.6.5.11 – Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações.**

Com relação aos demais grupos de população tradicional — quilombolas e povos indígenas, serão abordados em itens separados.

Ao longo do rio Madeira, existe população ribeirinha, mas a LT 600kV CC Porto Velho - Araraquara 2, N° 02 não atravessa esse rio. Nos demais rios atravessados pelo traçado, não foram identificadas comunidades ribeirinhas dentro da AID, apenas pescadores artesanais, conforme caracterizados mais adiante nesta sessão. Ressalta-se que os modos de vida ribeirinhos conjugam agricultura e pesca, associadas ao sistema ecológico de várzeas, e a pesca artesanal é caracterizada, primeiramente, pela caça ou extração de peixes, sendo desenvolvida em área estuarina, marinha ou continental, como é no caso em questão.

- **Pescadores Artesanais**

As atividades extrativistas são exercidas pelos pequenos produtores rurais e comunidades conhecidas como tradicionais, pois seu modo de vida, em grande parte, associado ao uso e manejo dos recursos naturais disponíveis em determinado ecossistema. Dentre esses grupos culturais estão os pescadores artesanais.

Segundo a Lei 11.959, publicada em 29 de Junho de 2009, em seu capítulo IV, seção I, a pesca artesanal é aquela realizada *“quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”*.

Essa categoria de população tradicional está distribuída pelo litoral, pelos rios e lagos e tem um modo de vida baseado principalmente na pesca artesanal, ainda que exerça outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Apesar de poder, sob alguns aspectos, ser considerada uma categoria ocupacional, a pesca, particularmente a denominada artesanal, apresenta características particulares.

A pesca é uma das atividades mais antigas exercidas pelo homem. Seu desenvolvimento ao longo dos séculos formou um vasto conhecimento acumulado pelos pescadores sobre o comportamento das espécies capturadas, a época de sua reprodução e a concentração dos cardumes.

Esse conhecimento e as práticas associadas orientam e sustentam o funcionamento de sistemas de manejo comunitário e estão na base das decisões e estratégias de pesca empregadas pelos pescadores artesanais, combinando informações sobre o comportamento dos peixes, classificações de espécies e habitats, assegurando capturas regulares e, muitas vezes, a sustentabilidade, em longo prazo, das atividades pesqueiras. O conhecimento tradicional também fornece uma base de informação crucial para o manejo dos recursos pesqueiros locais, onde os dados biológicos raramente são disponíveis, a exemplo da contribuição do setor nos programas REVEZZE (ver **tópico 3.6.5.2 – Aspectos Geopolíticos**) e programas de monitoramento pesqueiro realizados pelo CEPENE/IBAMA ao longo da costa brasileira.

Nesse sentido, o conhecimento tradicional da pesca é entendido como um conjunto de práticas cognitivas e culturais (saberes e fazeres) transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais, com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida. No caso das comunidades pesqueiras, ele é constituído por um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em

sua relação com o meioambiente aquático (marinho, lacustre, fluvial) e com o ambiente terrestre (espaço comunitário).

Os pescadores percebem a natureza como feita por dois vastos mundos: o da terra, onde moram, e o das águas onde trabalham. A distinção entre esses dois mundos é uma base importante para a classificação e compreensão do modo como vivem, pois, a partir dessa percepção é que se constituem sua identidade, seu território, sua história e memória.

A terra, espaço de morada, é também o espaço onde se compartilham a produção, as aventuras, os conflitos e todas as práticas necessárias para a reconstrução social do grupo. Em algumas comunidades, a solidariedade é uma das características do modo de vida das comunidades pesqueiras desse grupo, seja para compartilhar a feitura dos meios de produção, seja para a execução da atividade de trabalho.

A construção de uma embarcação, mesmo sendo de um só dono, é um processo em que os demais pescadores envolvem-se para ajudar ou aprender. Nesses ambientes, são definidas as tripulações das embarcações e as articulações políticas desses grupos. Normalmente, a tripulação é montada a partir dos laços de parentesco, compadrio e vizinhança.

Muitos tipos de pescaria exigem a presença de um parceiro ou ajudante de pesca, em função tanto pela necessidade técnica, que exige força coletiva para realizar a extração, quanto pela ausência de meios próprios dos pescadores mais jovens, que contam com a solidariedade dos outros pescadores mais velhos. Encontram-se, aí, diversas estratégias de partição do fruto de trabalho, que vão desde o partilhamento do pescado capturado, à divisão do resultado em renda monetária proveniente da venda realizada do referido pescado. No geral, o trabalho da pesca artesanal apresenta processos de lealdade pessoal e mobilidade, dos aprendizes aos mestres.

Ao longo do corredor em estudo foi possível identificar uma comunidade pesqueira, situada nas margens do rio Cuiabá, a comunidade da Guia. A espacialização dessa comunidade em relação à LT pode ser observada na **Ilustração 19 - Projetos de Assentamentos, Terras Indígenas e Quilombolas**.

### **Comunidade da Guia**

O **distrito da Guia** é um pequeno aglomerado urbano localizado no município de Cuiabá-MT, às margens do rio com o mesmo nome. O distrito situa-se a cerca de 900 m do traçado da LT. Com população estimada de quase 4.000 habitantes, o distrito também é local onde vivem diversos pescadores profissionais artesanais associados à



Colônia Z-1, em Cuiabá. Segundo dados recolhidos na região, há cerca de 70 pescadores vivendo no distrito e nas suas imediações. As casas são de alvenaria e construídas sobre pequenos lotes urbanos. Alguns pescadores vivem numa área de pequenos sítios de poucos hectares.

O distrito da Guia conta com escolas de ensino fundamental e médio. Há Posto e agentes de saúde. As casas possuem água encanada e sistema de esgoto. A principal via de acesso à localidade é a rodovia asfaltada que liga Cuiabá ao município de Acorizal. Os espaços de lazer são: campo de futebol, bares e espaços coletivos para dança e festas, além de balneários que atendem à população local e visitantes de fim de semana, moradores de Cuiabá. Em termos religiosos, o distrito apresenta alguma diversidade de crenças, com uma pequena igreja católica e templos evangélicos.

**Quadro 3.6.5.10-1 - Serviços nas comunidades**

Assentamento	Educação	Saúde	Lazer	Religião
Guia	Escola de Ensino Médio e Fundamental.	Posto e Agente de saúde	Campo de futebol, bar e sede de associação; Balneários; Clubes;	Igrejas católicas e evangélicas

Fonte: Trabalho de Campo 2009

A pesca é realizada no rio Cuiabá e destacam-se como principais espécies: piraputanga, o pacu e o dourado. Os peixes são vendidos em Cuiabá ao preço de R\$ 12,00 o quilo. As atividades pesqueiras são desenvolvidas seguindo a regulamentações do IBAMA e são constantes as ações de fiscalização. A pesca na região se realiza ao longo de 8 meses por ano, sendo “fechada” durante o período da piracema, entre os meses de novembro e março. Em geral, a pesca é praticada pelo pescador individual ou em duplas, em barcos a motor de “rabeta”. Os petrechos de pesca se reduzem ao uso de varas, anzóis e molinetes. Não é permitido o uso de tarrafas, exceto a “tarrafinha” de 3 mm, voltada para a pesca de lambaris.

A pesca é realizada diariamente, com saídas antes do amanhecer e retorno no mesmo dia. Eventualmente também ocorre a pescaria noturna em ranchos de pesca. Os locais de pesca são pré-delimitados abrangendo um trecho de aproximadamente 10 km, desde a Barra do Rio Machado, a jusante do distrito, até um conjunto de corredeiras, localizado a quase 4 km a montante do distrito, nas imediações do Ribeirão do Machadinho. Os “pesqueiros” são territorializados, ou seja, são áreas entendidas como preferencialmente ocupadas pelos pescadores habitantes de suas margens.

O pescado é armazenado em freezers de propriedade dos pescadores. Os peixes são vendidos à colônia Z-1, da qual são associados. Os peixes também podem ser comercializados diretamente pelos consumidores na própria comunidade.

## b. Comunidades Remanescentes Quilombos

No caso das comunidades remanescentes de quilombo, por solicitação da Fundação Cultural Palmares foi realizado em outubro de 2009 um seminário na instituição, com a presença do corpo técnico da Palmares, equipe do IBAMA, representante do INCRA, lideranças do Movimento Negro dos cinco estados atravessados pela LT, empreendedor e consultora ambiental. No mesmo encontro foi apresentado o empreendimento, a metodologia de trabalho para elaboração do EIA, as informações levantadas por dados secundários sobre o tema até aquela data, e os principais impactos esperados do empreendimento, bem como os procedimentos a serem tomados, no caso de identificação de travessia da LT sobre as comunidades quilombolas.

De acordo com os levantamentos secundários foram identificadas, na Área de Influência Indireta, 28 comunidades quilombolas distribuídas nos municípios de Cuiabá, Acorizal, Barra dos Bugres, Santo Antônio do Leverger e Vila Bela da Santíssima Trindade, todos no estado do Mato Grosso e, em Goiás, no município de Mineiros, conforme demonstrado abaixo (**Quadro 3.6.5.10-2**):

**Quadro 3.6.5.10 - 2 – Comunidades remanescentes de quilombos nos municípios da AI da LT**

Estado	Municípios atravessados pelas LTs	Comunidades quilombolas
Rondônia		Sem identificação
Mato Grosso	Cuiabá	Caxipó-Açu, São Gerônimo, Abolição, Aguassu
	Acorizal	Aldeias, Baús
	Barra dos Bugres	Baixio, Vaca Morta, Vermelhinho, Valo Grande, Buriti Fundo, Tingá, Queimado.
	Santo Antônio do Leverger	Sesmaria Bigorna/Estiva
	Vila Bela da Santíssima Trindade	Bela Cor, Boqueirão, Vale dos Rios Alegre e Guaporé- Porto Bananal, Manga, Capão do Negro, Vale do Alegre "Valentim e Martinho"
Goiás	Mineiros	Cedro, Buracão, Formiguinha, Serra das Araras, Pouso Alegre, Dois Salto, Chico Moleque
Minas Gerais		Sem identificação
São Paulo		Sem identificação

Fonte: DPA- Fundação Cultural Palmares e INCRA, 2008.

Estas informações foram repassadas para os presentes no seminário, sendo complementadas e discutidas, com destaque para a distância em que cada uma dessas comunidades se encontrava do traçado proposto da LT. Na ocasião do seminário também surgiu à questão da situação fundiária de algumas das comunidades identificadas, como no caso das comunidades de Buriti Fundo, Bigorna/Sesmaria/Estiva e Cedro, com famílias quilombolas assentadas em projeto de

assentamento para reforma agrária e/ou possuem suas áreas cadastradas como PA junto ao INCRA.

Quanto à área dos quilombos em PA, essa é uma questão complexa devido a incompatibilidade na forma de organização do território entre PA e Quilombola. A organização do território em PA tem como unidade os lotes, ou seja, a terra é dividida e as famílias cadastradas distribuídas em lotes individuais, ao passo, que a organização do território quilombola se dá pelo uso coletivo da terra, ou seja, a titulação do território quilombola é coletiva, impenhorável e imprescritível. Isso significa que pode ocorrer a não aceitação ou reconhecimento por parte da população vizinha no contexto de demarcação do espaço.

Durante os levantamentos de campo no período de outubro a dezembro de 2009, a situação observada de comunidades quilombolas ou famílias quilombolas residentes em PAs dificultou a identificação dessas comunidades na região, devido a descaracterização da configuração territorial. Em segundo lugar, o relativo isolamento dessas comunidades, historicamente utilizada como estratégia de sobrevivência, tende a dificultar não só o acesso às suas terras, como também, o levantamento de informações na região sobre sua localização exata.

Durante a pesquisa de campo, não foi possível acessar todos os locais indicados pelos entrevistados, ou porque o acesso foi impedido, mediante cadeados, ou por resistência da população do entorno em fornecer informações sobre a localização de tais comunidades. Nesse sentido, para enriquecimento dos dados coletados em campo, buscou-se informações junto a Superintendência Regional do INCRA –MT, ao Conselho Estadual da Igualdade Racial do Mato Grosso. Um exemplo desse tipo de situação ocorreu em Baús (Acorizal/MT), onde obteve-se a informação que a comunidade quilombola situa-se nas proximidades do distrito e possui cerca de 50 “lotes”.

Em Mineiros (GO), para verificação a possibilidade da existência dessas comunidades próximas ao empreendimento, foi feita uma visita na área do traçado da LT, uma entrevista com o Secretário de Cultura e com um guia local. Os dados levantados indicaram que a localização das áreas remanescentes de quilombos naquele município encontram-se em regiões fora da área de influência direta do empreendimento (a mais de 10 km da LT).

Nessa fase de estudo de impacto ambiental, buscou-se localizar as comunidades quilombolas existentes ao longo do corredor de estudo - com 10 km de largura - a fim de contribuir para refinamento e melhoria do traçado, no sentido de desviar do território dessas comunidades ou, na sua impossibilidade, de preservar áreas de importância

socioeconômica, histórica, arquitetônica e simbólica para as comunidades quilombolas, no momento de instituição da faixa de servidão da LT. Bem como, buscou-se identificar e localizar as comunidades que se situam nos municípios pré-selecionadas para abrigarem canteiros de obras<sup>3</sup>, a fim de avaliar a existência de impactos sobre os modos de vida dessas comunidades relacionados à fase de obra do empreendimento.

Assim, de acordo com as informações levantadas em campo e complementadas com os dados oficiais, foram identificadas seis comunidades dentro do corredor de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02 e nos municípios pré-indicados para abrigarem canteiros de obras. As demais situam-se a mais de 10 km do traçado proposto para a LT e fora de municípios pré-indicados para abrigarem canteiros de obra, conforme pode ser observado no Quadro a seguir e na **Figura 3.6.5.10-2**. As distâncias entre as comunidades e a LT foram mensuradas a partir de levantamento de campo e coordenadas enviadas pelo INCRA-MT. Ressalta-se que a consulta feita ao INCRA foi realizada durante as campanhas de campo e as informações foram disponibilizadas para a equipe técnica somente depois da conclusão dos levantamentos de dados primários.

**Quadro 3.6.5.10-3 - Comunidades remanescentes de quilombos próximas ao traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02**

Estado	Município	Comunidade quilombola	AI da LT	Distância do traçado LT NB (m)	Coordenadas	
					X	Y
<b>Trecho 2</b>						
MT	Acorizal	Baús	AII	10.388	575548	8315923
	Barra dos Bugres	Buriti Fundo	AID	2212	497080	8319447
		Queimado	AID	2190	460245	8319477
		Tinga	AID	2212	497080	8319447
	Cuiabá	Abolição	AID	829	649220	8253897
	Santo Antônio de Leverger	Sesmaria/Bigorna/Estiva	AID	256	666387	8250144
Fazenda Serrana		AID	3.835	660000	8246000	
<b>Trecho 3</b>						
GO	Mineiros	Formiguinha	AII	a mais de 10 km		
		Serra das Araras	AII	a mais de 10 km		
		Pouso Alegre	AII	a mais de 10 km		
		Dois Salto	AII	a mais de 10 km		
		Chico Moleque	AII	22.363	330055	8056232
		Cedro	AII	23.354	331556	8056496
		Buracão	AII	a mais de 10 km		

Fonte: Levantamento de campo, outubro/dezembro – 2009 e INCRA/DT/N 067/2009.

As distancias entre e as comunidades e a LT foram obtidas a partir de levantamento e campo e coordenadas enviadas pelo INCRA.

<sup>3</sup> Municípios pré-selecionados para abrigarem canteiros de obra: Ariquemes/RO; Comodoro/RO; Pontes e Lacerda/MT; Cuiabá/MT; Alto Araguaia/MT; Jataí/GO; União de Minas/MG;; Fernandópolis/SP e Itápolis/SP.

A espacialização dessas comunidades em relação à LT também pode ser observada na **Ilustração 19 - Projetos de Assentamentos, Terras Indígenas e Quilombolas**.

### **c. Fatos Históricos e Atuais Associados à Presença de Quilombos**

Nesse item será descrito o contexto histórico da ocupação negra na região, focado nos estados de Mato Grosso e Goiás, onde foram identificadas comunidades quilombolas, e em seguida será apresentada a caracterização das comunidades identificadas durante o levantamento de campo no corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02.

Os estudos sobre os quilombos têm merecido destaque especial nos processos de licenciamento ambiental, especialmente aqueles com enfoque antropológico, cultural e histórico. Tal importância ocorre devido à luta desses grupos por ações afirmativas e o reconhecimento de direitos até então negados.

Em 1978, surge o MNU (Movimento Negro Unificado) no país. O 20 de Novembro passou a ser lembrado como dia da Consciência Negra - data da morte de Zumbi dos Palmares. O próprio Quilombo dos Palmares torna-se, a partir dos anos 1980, um patrimônio nacional.

Na Constituição de 1988, o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, garante aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade das terras que ocupam. Outro marco legal de reconhecimento de direitos desse grupo, está contido na Organização Internacional do Trabalho- OIT 169, da qual o Brasil é signatário e que em seu artigo 2º, item 2 preconiza que se: *“...assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população”*, do qual o Brasil é signatário.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, *considera remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, que segundo critérios de auto-atribuição, possuem com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*.

Nesse contexto, a produção bibliográfica histórica tem suas bases teóricas e metodológicas revistas. Na nova historiografia, o negro é observado como protagonista da história escravista e a pesquisa sobre quilombos pode ser incluída nesse novo viés de análise da história social e cultural, encarando o negro como agente que negocia e resiste à violência e à opressão dos senhores de escravos.

## • Contexto Histórico

De acordo com os levantamentos bibliográficos realizados na Área de Influência Indireta do empreendimento, a região do Vale do Guaporé é historicamente ocupada por indígenas e quilombolas. Durante o século XVIII, os quilombos situavam-se principalmente nos arredores dos rios Coxipó-Mirim e Guaporé.

A escravidão negra no Vale do Guaporé (atualmente pertencente ao Estado de Rondônia fazendo divisa com Mato Grosso) surge com a descoberta e exploração do ouro e a fixação de povoadores ligados à comercialização desse metal e à atividade agro-pastoril.

O período do escravismo negro na região do Vale do Guaporé teve como característica, além dos suplícios e angústias impostas aos negros escravos, as revoltas e fugas que marcaram a resistência à escravidão, com diversos grupos negros rebelando-se, lutando contra o sistema escravagista e fugindo para o interior da floresta.

Os escravos fugitivos fundaram vários quilombos na Amazônia. Os principais quilombos localizados no Guaporé foram: Galera, Galerinha, Taquaral, Pedras, Cabixi e Piolho ou Quariterê. Sendo esse último o mais importante deles, pois resistiu durante 43 anos às expedições punitivas da Coroa Portuguesa, no período de 1752- 1795.

A história do Quilombo do Piolho ou Quariterê começa já nas primeiras décadas do século XVIII, mais precisamente em 1719, nas margens do rio Coxipó-Mirim, com a descoberta de ouro pelos homens que acompanhavam o bandeirante Pascoal Moreira Cabral. Esse quilombo reuniu negros nascidos na África e no Brasil, índios e mestiços de negros e índios (cafuzos). José Piolho, provavelmente foi o primeiro chefe do quilombo. Depois, assumiu o poder sua esposa, Teresa.

O sucesso da mineração e a necessidade de garantir para Portugal a posse de terras além Tratado de Tordesilhas faz com que seja criada, em 1748, a Capitania de Mato Grosso. Sua primeira capital foi Vila Bela da Santíssima Trindade, na extremidade oeste do território colonial.

Para trabalhar na mineração, chegaram, no século XVIII, em Mato Grosso, os primeiros escravos de origem africana. Como resistência à escravidão, as fugas foram constantes, sendo individuais ou coletivas, formando diversos quilombos. Quando a capital de Mato Grosso ainda era Vila Bela da Santíssima Trindade, a região do vale do rio Guaporé concentrou grande parte dessas aldeias de escravos fugitivos.

Fugidos da exploração branca, os habitantes dos quilombos conviviam comunitariamente em uma fusão de elementos culturais de origem indígena e africana.

O quilombo do Piolho (ou Quariteté, tendo por referência outro nome do mesmo rio) foi, segundo os pesquisadores mato-grossenses, o maior e mais significativo da região de Vila Bela (na Chapada e no vale do Guaporé), não só pelo número de seus habitantes, mas também pela organização social e fartura das suas roças, encontrando-se no local duas tendas de ferreiro.

Na organização política residia a especificidade do quilombo, que o distinguia de Palmares e dos quilombos do Ambrósio e de Campo Grande. A forma de governo adotada foi a realeza. Havia rei, mas na época da primeira destruição, era governado por uma preta viúva, a Rainha Teresa [de Benguela], assistida por parlamentar, capitão-mor e conselheiro. A alcunha do conselheiro da rainha, José Piolho, transformou-se em uma das designações do quilombo. Nos quilombos de Alagoas e de Minas Gerais, a chefia era masculina e não assumia o caráter de reinado formal, como no quilombo de Vila Bela. (Bandeira, 1988, apud Machado, 2006).

Segundo Machado (2006), na sua rigidez disciplinadora, a rainha ficou conhecida por aplicar duros castigos aos desertores, como enforcamentos, fraturas das pernas e enterramento vivo. Como no Quilombo de Palmares, a religiosidade expressava o sincretismo entre figuras do cristianismo e valores religiosos africanos.

As dificuldades de abastecimento de gêneros e da mão-de-obra escrava, motivaram os habitantes da região guaporeana a organizarem uma bandeira para atacar os escravos fugitivos. O poder público, através da Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, e os proprietários de escravos patrocinaram a bandeira para destruir o quilombo e recapturar seus moradores.

A bandeira, contendo cerca de trinta homens e comandada por João Leme de Prado, levou um mês para chegar ao quilombo, saindo de Vila Bela. Lá chegando, surpreenderam e prenderam quase a totalidade dos moradores, que era composta por 79 negros, homens e mulheres, e 30 índios. Durante o combate alguns conseguiram fugir e outros foram mortos.

Os escravos sobreviventes foram capturados e levados para Vila Bela, sendo colocados para reconhecimento público, a mando do capitão-general de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Após o ato de reconhecimento, os escravos sofreram castigos severos como surras, tendo parte de suas orelhas cortadas e sendo tatuados no rosto com a letra "F" (de fugitivo) com ferro em brasa. O objetivo da repressão era atemorizar os negros, evitando novas fugas.

Encontra-se em Machado a descrição desse episódio:

*(...) em março de 1795, o capitão general e governador da Capitania de Mato Grosso, João d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, mandou chamar o Juiz Presidente e o vereador mais velho da Câmara da então capital Vila Bela para tratar da decadência das minas e das perdas e danos causados aos moradores pelas fugas de muitos escravos, que “tranquillamente” aquilombavam-se nas escarpas da extensa Serra dos Parecis. Eles “derramavam-se” pelas vizinhanças dos arraiais e nas águas das nascentes do Guaporé, principalmente nos rios Galera, Sararé, Pindaituba e Piolho, então denominado de São João, além de outros, dos quais tinha constantes notícias. Sendo a obrigação das câmaras socorrer às necessidades públicas, a fuga de escravos e a falta de terras minerais exigiam a formação de uma bandeira que explorasse os sertões, convocando os moradores para uma contribuição voluntária, comprometendo a Fazenda Real com a munição e a quinta parte da gente empregada nessa diligência.” (Machado, 2006)*

Duas décadas depois, ocorre uma segunda bandeira organizada para recapturar novos negros fugitivos e, finalmente, acabar com o quilombo do Piolho, conforme narra Machado (2006).

Comandada pelo alferes de dragão, Francisco Pedro de Melo, a bandeira continha 45 homens que destruíram as edificações e plantações do quilombo, recapturando sua população e os devolvendo aos seus donos, em Vila Bela. Porém, percebendo a ineficiência dos castigos físicos, os escravos não mais foram torturados publicamente.

Informou o comandante em seu diário que o quilombo do Piolho, que emprestava o nome do rio onde estava situado, já havia sido atacado e destruído em 1770 pelo Sargento-Mór João Leme do Prado, quando apreendeu “numerosa escravatura”, restando ainda ali muitos escondidos pelos matos, que se estabeleceram novamente nas cercanias do lugar. Desses escravos novamente aquilombados, “morreram muitos, huns de velhice e outros às mãos do gentio Cabixês, com quem tinham continuada guerra, a fim de lhes furtarem as mulheres, das quaes houveram os filhos Caborés”.

Dos escravos antigos, só seis ainda viviam: “eram os regentes, padres, médicos, pais e avós” do pequeno povo que formava o novo quilombo, “situado em hum bellissimo terreno muito superior, tanto na qualidade das terras, como nas altas e frondosas matarias”, nas margens dos rios Galera, Sararé e Guaporé, abundantes de caça e de pesca. A bandeira encontrou no quilombo “grandes plantações de milho, feijão, favas, mandiocas, manduim [amendoim], batatas, caraz e outras raízes, assim como muitas

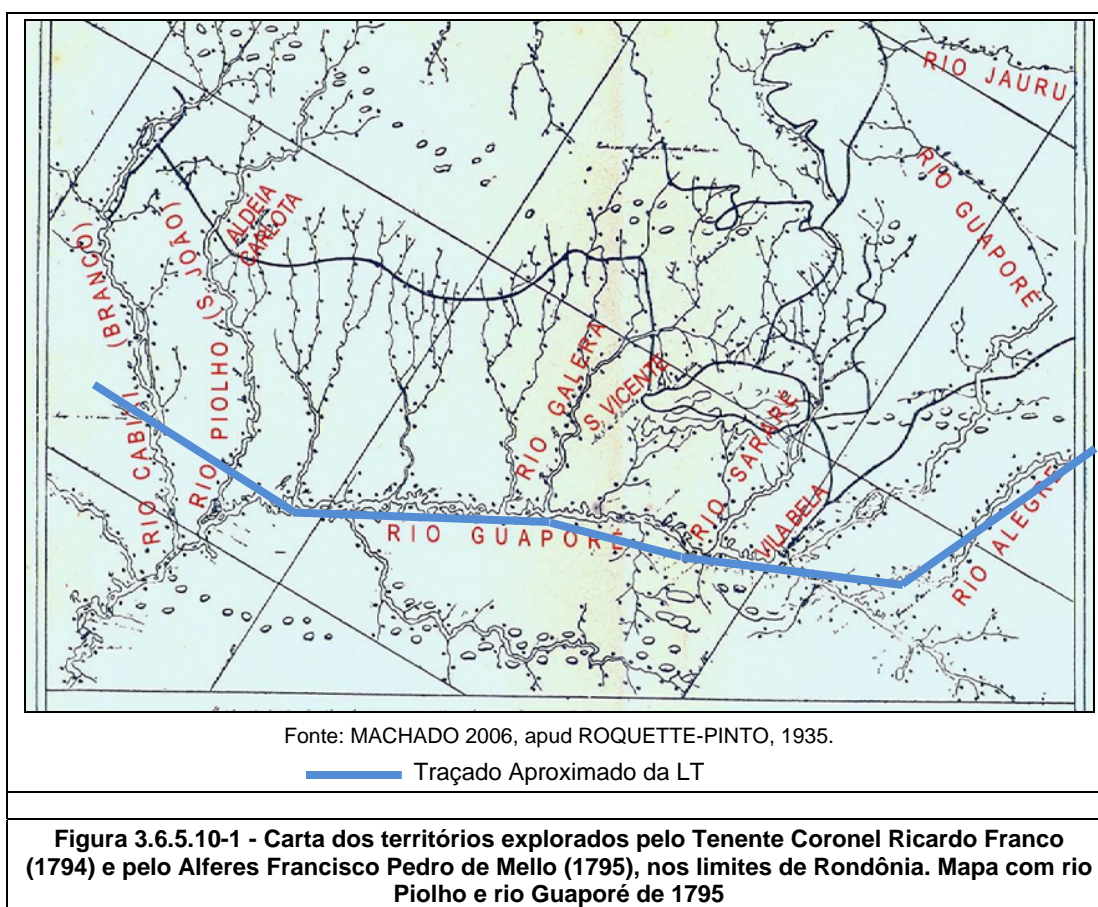


*bananas, ananazes, abobras (abóboras), fumo, galinhas e algodão de que faziam panos grossos e fortíssimos, com que se cobriam”.*

Depois de entregar os capturados do Rio Piolho ao paisano Geraldo Urtiz, o Alferes de Dragões Francisco Pedro de Mello deu continuidade à sua diligência, capturando outras dezenas de escravos em vários quilombos.

No local do quilombo do Piolho, após sua destruição a mando do capitão-general João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foi organizada uma aldeia — “Aldeia da Carlota”, que visava o interesse português em garantir a posse da terra num local tão isolado. Os moradores da aldeia contavam com o apoio do governador. A **Figura 3.6.5.10-1** indica a localização da Aldeia Carlota em relação ao traçado da LT.

Os 54 índios e caborés, depois de batizados, colaboraram na fundação da nova Aldeia Carlota, e prometeram, nas palavras de Francisco Pedro de Mello: *“espontaneamente não só reduzirem á nossa amizade e comunicação outras Aldeãs de Índios Cabixês vizinhos daquelle lugar, mas a virem a esta Villa tanto a comerciar como a trazerem boas mostras d’ouro que faça conta para atrahir aquele importante lugar alguns colonos portugueses (...)”* (apud Machado,2006).



Outros quilombos na região também foram destruídos nessa ocasião, sob o comando do mesmo alferes, Francisco de Melo, que assolou os quilombos de "João Félix" e o do "Mutuca, situados na Chapada dos Guimarães e os "Sepoutuba" e "Rio Manso", próximos à Vila Maria (atual Cáceres).

Ainda hoje é possível encontrar comunidades quilombolas nos municípios da região do Vale do Guaporé.

Em Goiás, as comunidades quilombolas encontram-se espalhadas predominantemente nas regiões da Chapada dos Veadeiros e na Serra do Caiapó (Urtiga, Buracão e do Córrego Quilombo - Moita Redonda).

Na Área de Influência Indireta do empreendimento, no município de Mineiros há a comunidade quilombola do Cedro. Diferentemente da maioria dos quilombos do Brasil, o processo de consolidação da comunidade quilombola do Cedro surge a partir da luta do ex-escravo Francisco de Antônio de Moraes, o "Chico Moleque", que através de trabalho extra, consegue comprar a liberdade de sua esposa e filha, bem como parte da Fazenda Flores do Rio Verde, onde se originou o quilombo do Cedro há cerca de 150 anos atrás (Januário, 2010)<sup>4</sup>. Encontram-se na comunidade construções tombadas pelo Patrimônio Histórico Cultural de Mineiros, pela Lei estadual n 1.117 de 15 de dezembro de 2003.

Atualmente a comunidade vive da criação de animais de pequeno porte, da agricultura e da venda de remédios medicinais. A agricultura é bastante diversificada e dentre os principais itens cultivados destacam-se: mandioca, feijão-andu, café, abacaxi, fumo, pequi e a cana-de-açúcar utilizada como melado, rapadura, açúcar, ração para animais.

Recentemente o quilombo do Cedro está sendo estudado, em pesquisa que pretende promover a valorização e a divulgação dos conhecimentos dos moradores, visando revitalizar atividades culturais possivelmente em desuso e reforçar a importância das atuais, como forma de preservação do grupo e do patrimônio ambiental local.

### **Caracterização das Comunidades Quilombolas no corredor de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02**

No tocante as comunidades quilombolas existentes no corredor de passagem da LT, não foram identificadas comunidades no trecho 1: Porto Velho(RO) – Nova Lacerda(MT) e no trecho 3: Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara(SP). Conforme destacado anteriormente, foram observadas seis comunidades quilombolas ao longo

<sup>4</sup> <http://quilombocedro.blogspot.com/>

do corredor de passagem da LT no trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia(MT), sendo elas: **Buriti Fundo** (Barra do Bugres), **Queimado** (Barra do Bugres), **Tingá** (Barra do Bugres), **Fazenda Serrana** (Santo Antonio do Leverger), **Bigorna** (Santo Antonio do Leverger) e **Abolição** (Cuiabá) todas localizadas no estado do Mato Grosso.

**Quadro 3.6.5.10- 4 - Comunidades Remanescentes de Quilombos no corredor de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02**

Estado	Município	Comunidade quilombola	N°_DO_PROC - INCRA	Número de famílias	Distância do traçado LT NB (m)	Coordenadas	
						X	Y
MT	Barra dos Bugres	Buriti Fundo	54240.002149/2007-12	40	2212	497080	8319447
		Queimado	54240.002146/2007-71	-	2190	460245	8319477
		Tingá	54240.002145/2007-26	-	2212	497080	8319447
	Cuiabá	Abolição	54240.005251/2005-08	-	829	649220	8253897
	Santo Antônio de Leverger	Sesmaria/Bigorna/Estiva	54240.000919/2007-84	20	256	666387	8250144
		Fazenda Serrana	em discussão	70	3.835	660000	8246000

Fonte: Levantamento de campo, outubro/dezembro – 2009 e INCRA/DT/N 067/2009.

As distancias entre e as comunidades e a LT foram obtidas a partir de levantamento e campo e coordenadas enviadas pelo INCRA.

Destaca-se que das comunidades supracitadas, até a presente data (abril/2010), apenas a comunidade de Bigorna possui certificação de auto-reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, as demais comunidades pesquisadas ainda encontram-se em discussão e conseqüentemente ainda não tiveram seus respectivos territórios demarcados pelos órgãos responsáveis. Por estas razões e considerando a questão fundiária dos territórios quilombolas, há necessidade de se avaliar a situação posta conjuntamente com a comunidade e com a Fundação Cultural Palmares.

Nota-se que em muitos casos, o território é o elemento central da organização do espaço sociocultural e a terra é entendida como espaço de produção agrícola, figurando como recurso essencial para o sustento das famílias. Do ponto de vista dos moradores, qualquer iminente interferência nesse espaço significa uma ameaça à sua posição social e à sua reprodução familiar, especialmente no que se refere às pequenas parcelas destinadas a subsistência familiar. Assim as possíveis interferências do empreendimento sobre as áreas cultivadas e benfeitorias figuram como principal foco de risco de atrito com a comunidade.

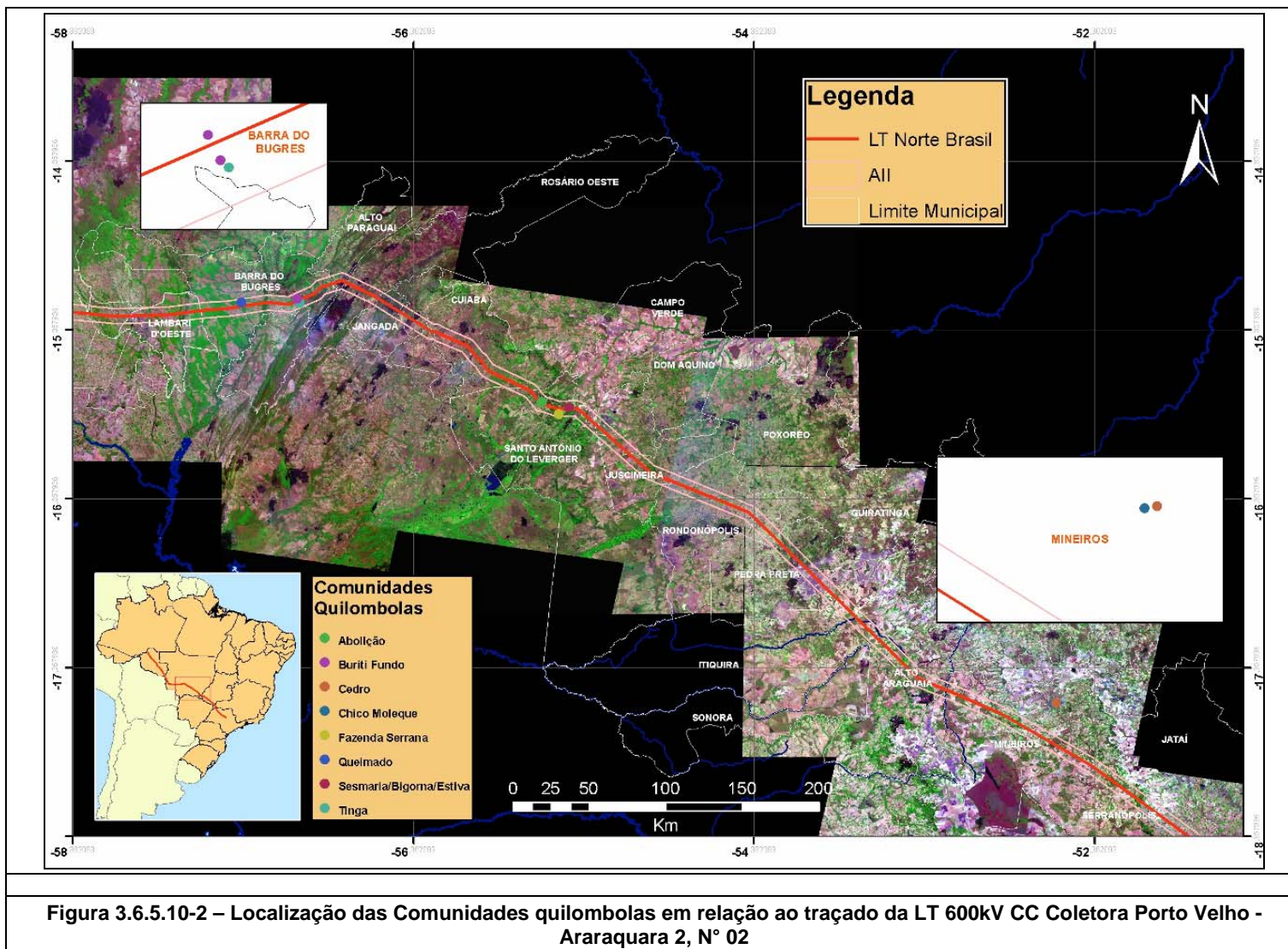
Conforme destacado anteriormente ressalta-se que nessa fase de estudo de impacto ambiental, buscou-se localizar as comunidades quilombolas existentes ao longo do corredor de estudo - com 10 km de largura - a fim de contribuir para refinamento e melhoria do traçado, no sentido de desviar do território dessas comunidades ou, na sua impossibilidade, de preservar áreas de importância socioeconômica e simbólica para as

comunidades quilombolas, no momento de instituição da faixa de servidão da LT (79 m de largura).

Preliminarmente, o município de Cuiabá está pré-selecionado para abrigarem canteiros de obra, nesse caso, o principal fator de impacto sobre a comunidade quilombola Abolição está relacionado aos incômodos durante a fase de obras do empreendimento, não interferindo diretamente em seus territórios. Nessa fase, estima-se que possam ocorrer alterações temporárias no cotidiano e na dinâmica social dessa comunidade, a partir da circulação de máquinas e de trabalhadores entre os canteiros de obras e as áreas de locação das torres, podendo aumentar a circulação sobre o sistema viário e o risco de acidentes.

Nesse sentido, será apresentada a seguir a caracterização das comunidades quilombolas identificadas durante o trabalho de campo, sendo elas: Buriti Fundo (Barra do Bugres), Fazenda Serrana (Santo Antonio do Leverger) e Gleba Bigorna (Santo Antonio do Leverger). Apesar das comunidades de Queimado (Barra do Bugres), Tingá (Barra do Bugres) e Abolição (Cuiabá), constarem do banco de dos INCRA/MT, estas não foram localizadas no corredor de passagem da LT durante os levantamentos de campo. No caso da comunidade Baús (Acorizal), o acesso é feito por vias particulares, no interior das propriedades existentes no entorno da comunidade. A equipe de campo procurou acessar o local por diversas ocasiões e não foi possível chegar até o suposto local da comunidade, devido às porteiças de acesso estar fechada durante as tentativas da equipe técnica.

A figura a seguir ilustra a localização das referidas comunidades quilombolas em relação ao traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02.



- **Buriti Fundo (Barra do Bugres):**

A comunidade de Buriti Fundo localiza-se na zona rural do município de Barra do Bugres. A ocupação na região data de períodos anteriores a 1928, sendo habitada por trabalhadores de uma antiga fazenda de gado, vizinha à comunidade. A área foi transformada em assentamento rural, pelo INTERMAT, há cerca de 8 anos. Hoje, Buriti Fundo é habitado por cerca de 31 famílias. Suas casas, construídas em sua maioria com madeira e telhado de palha, estão assentadas em pequenos lotes de 10 alqueires, cada um. Os moradores do Buriti Fundo vivem tradicionalmente de pequenas roças com produção de abacaxi (cerca de 40.000 pés), milho e mandioca (há uma casa de farinha). Os produtos são vendidos para atravessadores ou diretamente no mercado de Barra do Bugres. A comunidade conta com uma associação de produtores, mas não possui Posto de Saúde e Escola. A água para consumo é proveniente de poço artesiano. O esgoto é lançado em fossas sépticas. Há luz elétrica e telefonia celular (todas as operadoras do estado).



Foto 3.6.5.10 - 1: Moradia da comunidade do Buriti Fundo, Barra do Bugres-MT.

- **Fazenda Serrana (Santo Antônio do Leverger):**

Esta localidade é formada por 70 lotes, com cerca de 20 hectares. Os habitantes vivem no local em terras herdadas de seus pais. Nenhum proprietário possui títulos regularizados de posse da terra e o único documento utilizado é o de compra e venda. As atividades econômicas da maioria da população, têm como base a prestação de serviços oferecidos em Cuiabá e/ou nos estabelecimentos turísticos próximos. Nas casas, ainda são plantadas pequenas hortas e criadas aves de quintal para o consumo

familiar e para eventuais vendas de excedentes. Não se encontram escolas na região. Os alunos, para estudar, se deslocam em ônibus da prefeitura para a Vila São Vicente, localizada a 12 quilômetros. A Fazenda Serrana também não conta com postos de saúde. Há apenas um agente de saúde na localidade, responsável por acompanhamento pré-natal, distribuição de remédios, entre outros. A água provém de poços e o esgoto é lançado em fossas sépticas. A energia elétrica chega por meio de rede.

- **Gleba Bigorna (Santo Antônio do Leverger):**

A Gleba Bigorna é formada por 38 famílias. Os lotes são divididos em áreas de 5, 12, 50 e 120 hectares e, em sua maioria, não possuem documentação regulatória. A economia está baseada na pecuária leiteira, para a produção de queijos e requeijões, e na produção de mandioca e hortaliças. Os produtos são vendidos em Cuiabá ou para atravessadores. A comunidade não conta com escolas e os alunos precisam se deslocar para São Vicente ou para o PA Santo Antônio da Fartura para estudar. A gleba conta com energia elétrica e a água dos lotes provém de poços artesianos. O esgoto é lançado em fossas sépticas. Junto com a Fazenda Serrana, a Gleba Bigorna foi incorporada a um processo de constituição de área de remanescente de quilombolas.

- **Economia das Comunidades Quilombolas**

A economia dominante nestas comunidades é a da pequena agricultura familiar, aliada a uma pequena produção de gado leiteiro (com destaque para a Gleba Bigorna). Os produtos por excelência da agricultura são o arroz, o milho, o feijão e a mandioca. Na região, também se observa o plantio de abacaxis e bananas.

A exceção pode ser observada na Fazenda Serrana, onde o exíguo tamanho dos lotes e a proximidade com o Parque Estadual das Águas Quentes (a Fazenda se localiza na área de amortecimento do Parque) impedem que seus habitantes tenham áreas significativas de lavoura ou pecuária. Seus habitantes se dedicam ao plantio de pequenas hortas nos quintais e à criação de aves e porcos que são consumidos pelas próprias famílias ou vendidos a compradores locais (entre eles um hotel). Em geral, os moradores da Fazenda trabalham em pequenos serviços nas cidades de Cuiabá ou no hotel da região.

- **Infraestrutura Disponível**

A infraestrutura básica de cada comunidade indica, de certa forma, o grau do seu desenvolvimento. O fornecimento de água é praticamente o mesmo em todas as

comunidades, sendo captada por meio de poços artesianos. No caso do saneamento básico, todas as localidades contam com fossas sépticas e banheiros nas casas. A energia elétrica está presente em todas as comunidades, possivelmente a partir de programas federais de eletrificação de áreas rurais. O resultado pode ser observado com o aumento significativo de eletrodomésticos nas residências, com destaque para TV's, geladeiras e máquinas de lavar. Na totalidade dos casos, o lixo é queimado pelos próprios moradores em seus lotes.

**Quadro 3.6.5.10 - 5. Infraestrutura das comunidades quilombolas identificadas no corredor em estudo**

Comunidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz
Buriti Fundo	Fossa	Poço artesiano	Queima lixo	Programa Luz Para Todos
Fazenda Serrana	Fossa	Poço artesiano	Queima lixo	Programa Luz Para Todos
Gleba Bigorna	Fossa	Poço	Queima de lixo	Programa a Luiz para Todos

Fonte: Trabalho de Campo 2009

Com exceção da Fazenda Serrana, atendida por agente de saúde, as demais comunidades pesquisadas não contam com nenhum equipamento voltado para a assistência à saúde. Os moradores de Buriti Fundo precisam se deslocar para a sede municipal de Barra do Bugres e os moradores da Gleba Bigorna para a Vila Olho d'Água ou para o PA Santo Antônio da Fartura em busca de serviços médicos.

Nenhuma das comunidades possui escolas em seus territórios. Os serviços de educação são acessados com a utilização de ônibus escolares que levam os alunos para as unidades de ensino de regiões próximas, sejam elas áreas rurais ou sedes municipais. Os jovens de Buriti Fundo seguem de ônibus para a sede de Barra do Bugres, enquanto os estudantes da Fazenda Serrana e Gleba Bigorna se deslocam para a Vila de São Vicente, localizada às margens da BR-364.

Os espaços de lazer são semelhantes para todas as comunidades do trecho pesquisado: campo de futebol, bares e espaços coletivos para dança e festas. Em termos religiosos, as comunidades parecem apresentar alguma diversidade de crenças. Além de uma ou outra capela católica, pode-se observar a presença de templos evangélicos nestas comunidades.

**Quadro 3.6.5.10-6: Serviços nas comunidades**

Assentamento	Educação	Saúde	Lazer	Religião
Buriti Fundo	Não tem. Crianças e jovens precisam seguir para a sede de Barra do Bugres.	Não tem	Campo de futebol..	Igrejas católicas e evangélicas
Fazenda Serrana	Não tem. Crianças e jovens precisam seguir para a Vila São Vicente.	Agente de saúde	Campo de futebol, bar e sede de associação.	Igrejas católicas e evangélicas



Assentamento	Educação	Saúde	Lazer	Religião
Gleba Bigorna	Não tem. Crianças e jovens precisam seguir para a Vila São Vicente.	Não tem.	Campo de futebol, bar e sede de associação	Igrejas católicas e evangélicas

Fonte: Trabalho de Campo 2009

## ➤ Vias de Acessos

As vias de acesso às estas comunidades são, em geral, constituídas por estradas de chão e piçarra. A exceção se dá em relação à Fazenda Serrana, atendida por estrada de asfalto bem conservada. No quadro a seguir são apresentados os principais acessos às comunidades.

**Quadro 3.6.5.10-7 - Vias de acesso às comunidades**

Comunidade	Rotas de acesso
<b>Buriti Fundo</b>	BR-364 e estrada de chão.
<b>Fazenda Serrana</b>	BR-364 e Estrada de asfalto que dá acesso ao PE Águas Quentes
<b>Gleba Bigorna</b>	MT-364 e estrada de chão.

Fonte: Trabalho de Campo 2009

Cada comunidade tem como referencia pólos locais e regionais, para onde os seus moradores se deslocam em busca de serviços de saúde e educação, para comercializar sua produção, fazer compras ou simplesmente para lazer. Esses pólos estão relacionados por comunidade no quadro a seguir.

**Quadro 3.6.5.10-8 - Pólos locais e regionais para cada comunidade**

Comunidade	Pólo local, rotas de acesso e condições das vias de acesso	Pólo regional e rotas de acesso e condições das vias de acesso
<b>Buriti Fundo</b>	Barra do Bugres	Cuiabá
<b>Fazenda Serrana</b>	Vila São Vicente; Santo Antônio do Leverger.	Cuiabá
<b>Gleba Bigorna</b>	PA Santo Antônio da Fartura; Vila Olho d'Água.	Cuiabá

Fonte: Trabalho de Campo 2009

## ➤ Território e Regularização Fundiária

A situação fundiária das comunidades de quilombos no estado do Mato Grosso é complexa. De modo geral, as áreas quilombolas não são demarcadas, sendo muito comum o avanço de cercas sobre as terras originalmente ocupadas por esses grupos. Esta situação decorre, em principio, da expansão das fronteiras agrícolas do agronegócio, característico na região Centro-oeste do país. Por outro lado, para permanecer nas terras ocupadas, muitas comunidades quilombolas utilizam como estratégia, garantir a posse através dos Projetos de Assentamentos Rurais para a Reforma Agrária- PA.

Nesse caso pode ser identificada a incompatibilidade na forma de organização do território entre PA e Quilombola. A organização do território nos PA tem como unidade

básica os lotes, ou seja, a terra é dividida e as famílias cadastradas distribuídas em lotes individuais. Por outro lado, a organização do território quilombola se dá pelo uso coletivo da terra, ou seja, a titulação do território quilombola é coletiva, impenhorável e imprescritível.

As três comunidades quilombolas aqui caracterizadas possuem processo aberto junto ao INCRA-MT para titulação de território quilombola. Segundo o Conselho Estadual da Igualdade Racial do MT, esta realidade pode ser encontrada em outras comunidades do estado e a auto-declaração pode ocorrer em qualquer época, inclusive em localidades da área de influência direta, o que implica na possibilidade de revisão da atual forma de titulação das terras.

A fazenda Serrana, é área habitada por moradores que está há pelo menos duas gerações no local. Seus habitantes não possuem terras registradas, mas contam com documentos de compra e venda.

O caso da Gleba Bigorna é ainda mais complexo. Atualmente ocupada por famílias de antigos moradores da fazenda que deu origem à localidade, Bigorna também conta com a presença de inúmeras famílias que se deslocaram para a área a fim de serem incluídas no processo de constituição do PA Santo Antônio da Fatura, vizinho à localidade (a área onde se encontra a Gleba Bigorna deveria ser incluída ao assentamento). No entanto, problemas relativos à documentação da antiga fazenda impediram que toda essa área fosse incluída no processo anterior. Atualmente, os moradores da Gleba Bigorna não possuem documentos relativos à posse das terras, exceto de algumas pequenas áreas de seus lotes. Em geral, como ocorre na Fazenda Serrana, os habitantes possuem apenas documentos de compra e venda de terrenos.

Pela via legal, caso tais áreas sejam definidas como território quilombola, serão anulados os títulos individuais para a formalização do território coletivo. Além disso, a terra terá que ser desintrusada, desapropriando e indenizando os ocupantes não quilombolas. Deve se mencionar que o tamanho do território quilombola, nesses casos, pode ou não ser igual a área total do PA.

#### **d. Recomendações da Fundação Palmares**

Conforme já apresentado no **subitem 2.1.2.3 (c) – Estudos Sobre Comunidades Quilombolas**, a Fundação Cultural Palmares através do ofício n: 186/DPA/FCP/Minc/2009 encaminhando ao IBAMA, órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental do empreendimento, fez as seguintes recomendações:

- **Procedimentos do licenciamento:** além da realização de Audiência Pública, conforme estabelecido pela resolução CONAMA n009/87 e IN IBAMA n 65/2007, também poderão ser realizadas Consultas Públicas aos Povos e Comunidades Quilombolas afetados pelo empreendimento, nos termos da Convenção OIT n169, ratificada pelo Decreto n 5.051 de 19 de abril de 2004.
- **Outros estudos e documentos:** Além da Fundação Cultural Palmares, as tratativas relacionadas à questão fundiária das comunidades quilombolas também devem ser comunicadas ao INCRA pelo empreendedor, nos termos do Decreto n 4.887 de 2º de novembro de 2003.
- **Audiências Públicas:** conforme previsto na Resolução CONAMA n009/87, art. 1, inciso 5, e tendo em vista a dificuldade de mobilização e deslocamento das populações quilombolas para as Audiências Públicas, recomenda-se adoção de medidas adequadas à efetiva participação dos quilombolas que levem em consideração e respeitem suas especificidades étnico-culturais, ou ainda a realização de Audiências Públicas nos territórios dos povos quilombolas afetados pelo empreendimento.
- **Mecanismos de Acompanhamento dos Estudos Ambientais:** propor a realização de seminários na sede da Fundação Cultural Palmares, organizado pelo empreendedor, para apresentação e discussão com os funcionários da Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro a respeito do empreendimento, metodologias de pesquisa a serem adotadas no EIA para estudo das populações quilombolas.
- **EIA/RIMA:** (i) Identificar as comunidades quilombolas informando as distâncias em relação à diretriz preferencial do traçado; (ii) interpretar fatos históricos e atuais relacionados à presença dos quilombos e descrever as vulnerabilidades a partir do planejamento, construção e operação do empreendimento, considerando as possíveis pressões sobre seus territórios, atividades econômicas, sociais, cultural material e imaterial; (iv) comunicar à FCP, caso sejam identificadas, áreas de valor histórico, arquitetônico e paisagístico para comunidades quilombolas.
- **Medidas Mitigadoras:** elaboração de Programa específico voltado para as comunidades quilombolas existentes na Área de Influência do empreendimento e demais ações que se fizerem necessárias; indenizações pelos danos materiais e imateriais em favor das comunidades, além de uma inspeção *in loco* realizada em parceria com a Fundação Cultural Palmares, com a presença de todas as lideranças das comunidades atingidas, para avaliar a questão visando à proteção

da integridade física, cultural e territorial das comunidades quilombolas, e também para dirimir todas as dúvidas comunidades quilombolas.

Com relação às solicitações feitas pela Fundação Cultural Palmares, destaca-se que os levantamentos de campo e o diagnóstico seguiram das orientações da Fundação Cultural Palmares. Com relação às áreas de importância histórica e simbólica não foram encontradas áreas de valor arquitetônico, histórico e paisagístico para comunidades quilombolas identificadas ao longo do corredor de passagem da LT.

Ressalta-se que nessa fase de estudo de impacto ambiental, buscou-se localizar as comunidades quilombolas existentes ao longo do corredor de estudo - com 10 km de largura - a fim de contribuir para refinamento e melhoria do traçado, no sentido de desviar do território dessas comunidades ou, na sua impossibilidade, de preservar áreas de importância histórica, arquitetônica e simbólica para as comunidades quilombolas, em especial no momento de instituição da faixa de servidão.

Outro fator de impacto que poderá advir com o empreendimento que será sentido pela comunidade quilombola Abolição no município de Cuiabá, pré-indicado como canteiro de obra é a circulação de máquinas e de trabalhadores entre os canteiros de obras e as áreas de locação das torres, podendo aumentar a circulação sobre o sistema viário e o risco de acidentes. Nessa fase, estima-se que possam ocorrer alterações temporárias no cotidiano e na dinâmica social dessa comunidade, não interferindo diretamente em seus territórios. Nesse sentido, será feito esforço para escolha de municípios para sediarem canteiros de obras os quais não possuem comunidades quilombolas em seus territórios.

Com relação aos mecanismos de acompanhamento dos estudos ambientais a Fundação Cultural Palmares através do ofício n: 795/ 2009 - DPA/FCP/Minc solicitou o Seminário para apresentação do empreendimento, metodologia de trabalho para elaboração do EIA e principais impactos esperados do empreendimento. O evento foi realizado em 29 outubro de 2009 na sede da instituição, com a presença do corpo técnico da Palmares, equipe do IBAMA, representante do INCRA, lideranças do Movimento Negro dos cinco estados atravessados pela LT e as empresas Norte Brasil (empreendedor) e Ecology do Brasil (consultora ambiental). Na ocasião foram expostas as informações levantadas por dados secundários sobre o tema até aquela data, as preocupações das comunidades, e, bem como os procedimentos a serem tomados, no caso de identificação de travessia da LT sobre comunidade quilombola. Dentre os compromissos assumidos pelo empreendedor, cita-se: o desvio do traçado das comunidades quilombolas; na impossibilidade não passar em área de valores

simbólico, principalmente com importância religiosa, tais como cemitérios e locais de realização de rituais. Por fim, foi solicitada a apresentação dos resultados dos Estudos de impacto ambiental para as lideranças e Fundação Cultural Palmares.

Além da realização do seminário, o presente EIA apresenta os estudos das comunidades quilombolas potencialmente afetadas pelo empreendimento e a proposta de um Programa específico para esse tipo de comunidade.

Com relação aos procedimentos de licenciamento ambiental, tais como, outros documentos, audiência pública e consulta pública as comunidades quilombolas o empreendedor se coloca a disposição para a realização desses e outros eventos que venham a ser solicitados pela comunidade ou Fundação Cultural Palmares.

#### **e. Povos e Etnias Indígenas**

Conforme descrito no **subitem 2.1.2.3 (b) – Estudos Etnoecológicos nas Terras Indígenas**, o Componente Indígena, que foi elaborado em atendimento ao Termo de Referência da FUNAI (emitido através do ofício 430 DS/CGPIMA/2009 de 28 de dezembro de 2009) que foi enviado para o empreendedor pelo Ofício nº 015/2010 – COEND/CGENE/DILIC/IBAMA em 13 de janeiro de 2010, segue no **Anexo 3.6.5.10- 1 - Componente Indígena dos Estudos Ambientais da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02** desse documento.

De acordo com as recomendações da FUNAI nesse estudo são abordadas 11 Terras indígenas distribuídas nos estados de Rondônia e Mato Grosso. As distâncias das Terras Indígenas em relação à diretriz preferencial da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02 são apresentadas no Quadro a seguir.

**Quadro 3.6.5.10 - 9 - Terras Indígenas da Área de Influência Indireta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 02**

<b>Estados</b>	<b>Municípios</b>	<b>Terra indígena</b>	<b>Distância da LT</b>
RO	Porto Velho	Karitiana	22
RO	Porto Velho	Referência nº 45	Sem delimitação (índios isolados)
RO	Chupinguaia	Tubarão Latundê	11,2
RO	Chunpiguaia e Corumbiara	Rio Omerê	10
RO	Chupinguaia, Corumbiara, Parecis e Pimenteiras do Oeste	Tanaru	30
MT	Comodoro e Nova Lacerda	Vale do Guaporé	12,5
MT	Nova Lacerda	Pequizal	14
MT	Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Conquista do Oeste	Sararé/ Paukalirajausu	15
MT	Barras do Bugre e Alto Paraguai	Umutina	10,5
MT	Poxoréo	Jarudorê	22,5
MT	Rondonópolis	Tadarimara	10,5

## f. **Recomendações da FUNAI**

As Terras Indígenas identificadas e mapeadas como pertencentes à Área de Influência Indireta do Empreendimento foram definidas pela FUNAI através do Termo de Referência emitido para o IBAMA pelo Ofício nº 430 DAS/CGPIMA/2009, em 28 de dezembro de 2009 – Processo FUNAI nº 08620.000589/2009, conforme descrito nos **subitem 3.6.5.10 (e) - Povos e Etnias Indígenas** e **subitem 2.1.2.3 (b) – Estudos Etnoecológicos nas Terras Indígenas**.



### 3.6.5.11 DINÂMICA E USO DO TERRITÓRIO E OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a. Descrição do Corredor de Estudo(AID)

Nesta parte do estudo será apresentada uma breve caracterização das áreas atravessadas pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02 , com o enfoque no uso e ocupação do solo, apontando as principais localidades, comunidades e povoados que poderão vir sofrer impactos diretos durante a instalação e operação da Linha de Transmissão, ao longo do corredor de estudo (5Km), iniciando no município de Porto Velho-RO estendendo-se até o município de Araraquara-SP, com um total de 2.382 km de comprimento. Para tanto, optou-se por fazer uma amostra das áreas percorridas no corredor em estudo e apresentar uma configuração de regiões divididas por trechos - em três partes - com cerca de 800Km cada trecho. Dada a extensão do traçado e a diversidade socioambiental encontrada, fez-se necessário subdividir os trechos. A escolha dessa abordagem deveu-se a salvaguarda das características semelhantes que são encontradas por trecho.

Como metodologia de recorte dos trechos, utilizou-se a categoria de unidade de paisagem, uma vez que a paisagem compreende um sistema que contém elementos naturais, artificiais e culturais que estão interagindo entre si e apresentam um acúmulo de mudanças em um dado território ao longo do tempo, permitindo assim, ter um recorte espacial a partir das unidades de paisagem identificadas.

O trecho é composto por diferentes formas de ocupação do solo, assumindo grande diversidade de configurações no ordenamento territorial, identidades socioeconômicas e institucionais. De um modo geral, a variedade de configurações espaciais parece estar relacionada, num primeiro momento, aos diversos sistemas de produção agropecuária associada ao relevo; num segundo momento, aos sistemas de produção estabelecidos por pequenos, médios e grandes proprietários, que vão transformando a paisagem a partir da conversão de floresta para outros tipos de cobertura vegetal, através da prática de atividades agropecuárias.

De modo geral, pode-se afirmar que a relação entre estrutura fundiária, sistema de produção, padrão de ocupação e em última, instância o relevo, foram os principais elementos formadores das unidades de paisagem encontradas. A exemplo, das regiões onde apresentam os “chapadões” (MT/GO/MG), onde predomina extensas propriedades rurais, com agricultura altamente mecanizada, justificando assim um pequeno número de trabalhadores, que resulta na baixa taxa de ocupação humana e área floresta nesta paisagem. Com base nestas variáveis são apresentadas as principais características dos trechos do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02.



**Quadro 3.6.5.11-1 - Principais Características do corredor em estudo – LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

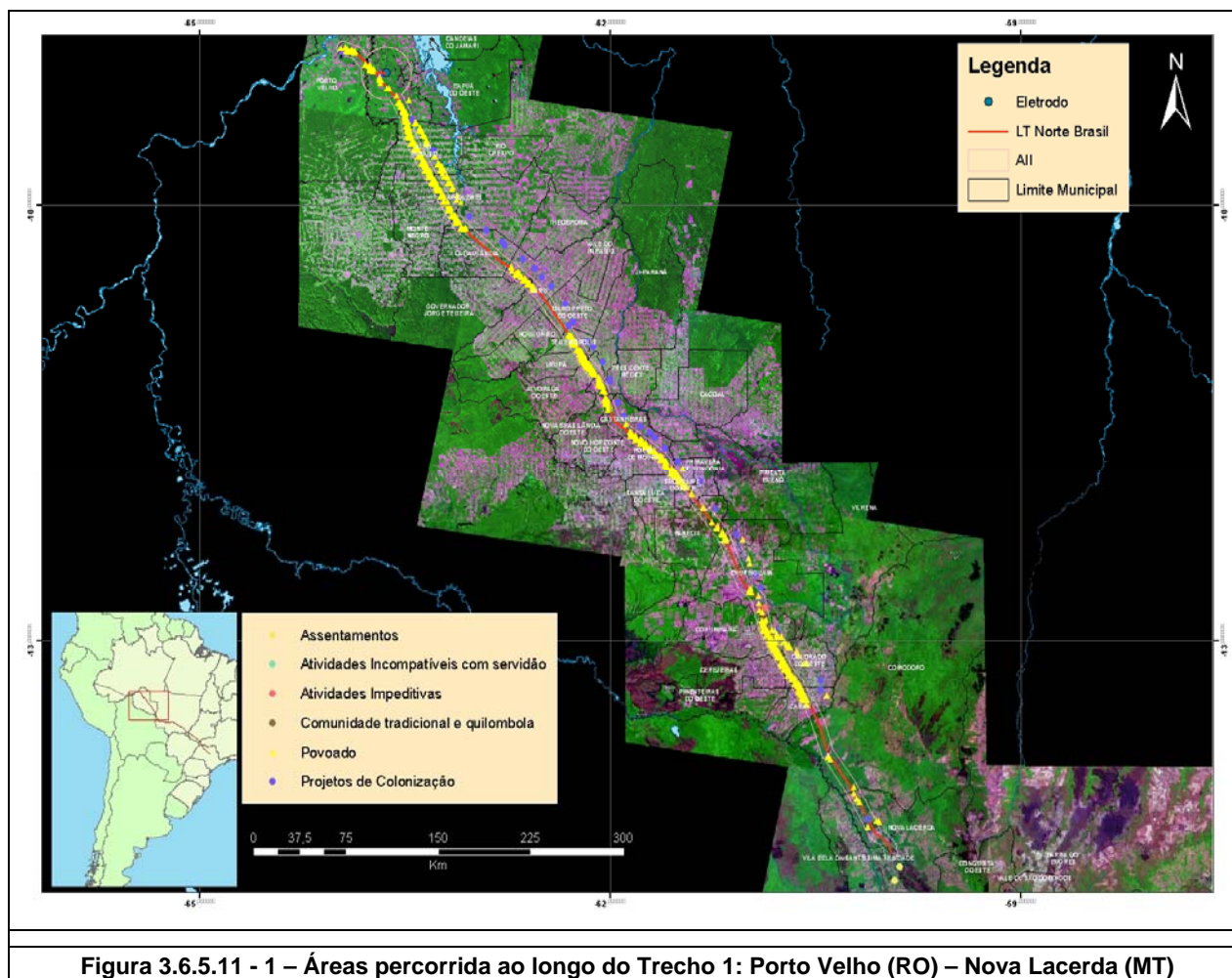
Trecho	Sub-trecho	Estado	Municípios	Características Gerais
1	1	RO	Porto Velho	Diversidade de formas de ocupação do solo: fazendas, sítios, balneários, etc.
	2	RO	Candeias do Jamari	Pecuária de corte em fazendas de até 100 ha.
	3	RO	Alto Paraíso	Pecuária leiteira associada à produção agrícola diversificada. (café, guaraná, soja, extração de seringa).
			Ariquemes	
			Monte Negro	
			Cacaulândia	
	4	RO	Jaru	Bacia leiteira do estado: hegemonia de gado leiteiro criado em pequenas propriedades, em função das transformações na economia no estado (abandono da produção agrícola).
			Governador Jorge Teixeira	
			Ouro Preto d'Oeste	
			Teixerópolis	
			Urupá	
			Alvorada do Oeste	
			Presidente Médici	
5	RO	Castanheiras	Produção agrícola diversificada. (mel, seringal, eucalipto, etc). Proximidade com Rolim de Moura.	
		Rolim de Moura		
		São Felipe do Oeste		
		Primavera de Rondônia		
6	RO	Parecis	Pecuária de corte em grandes fazendas; Baixa densidade populacional, etc.	
		Chupinguaia		
7	RO	Corumbiara	Predomínio da soja e do milho; Fronteira agrícola consolidada;	
		Cerejeiras		
		Colorado do Oeste		
		Cabixi		
8	MT	Comodoro	Soja e gado de corte; Ocupação recente (exceto Vila Bela, de ocupação mais antiga e presença de fazendas de gado e assentamentos);	
		Nova Lacerda		
		Vila Bela da Santíssima Trindade		
2	9	MT	Vila Bela da Santíssima trindade	Sub-trecho caracterizado pela presença de pequenas propriedades e fazendas comumente orientadas para a criação de gado para produção de leite, no caso das primeiras, ou para produção de carne, no caso das segundas.
		Pontes e Lacerda		
		Vale São Domingos		
		Jauru		
	10		Indiavaí	Apesar da ocorrência de pequenas propriedades em algumas faixas do sub-trecho, a caracterização da paisagem neste intervalo espacial é marcada por grandes fazendas que exploram a produção de gado de corte e os cultivos de cana e eucalipto.
			Araputanga	
			Rio Branco	
			Lambari d'Oeste	
			Barra do Bugres	
			Alto Paraguai	
Rosário do Oeste				
Jangada				

Trecho	Sub-trecho	Estado	Municípios	Características Gerais
2	11		Acorizal	Sub-trecho dominado por pequenas propriedades voltadas para: i) a reprodução socioeconômica de agricultores familiares; ii) espaços de lazer (chácaras e sítios de fim de semana).
			Várzea Grande	
			Cuiabá	
			Santo Antônio do Leverger	
	12		Jaciara	Sub-trecho dominado por dois tipos de ocupação: i) assentamentos rurais; ii) grandes propriedades para a produção de soja e milho.
			Juscimeira	
			Rondonópolis	
	13		Pedra Preta	Sub-trecho dominado pela presença de grandes fazendas de soja, algodão e gado de corte.
			Alto Garças	
Alto Araguaia				
3	14	GO	Santa Rita do Araguaia	A paisagem no Sudoeste de Goiás e do Triângulo Mineiro é representada pelos extensos chapadões ocupados por grandes propriedades, com lavouras de grãos, como a soja, o sorgo e o milho, altamente mecanizadas, que resulta na baixa taxa de ocupação humana nesta paisagem. Nesta paisagem também é expressiva a criação de gado de corte (Nelore) nas grandes propriedades e o aumento dos canaviais.
			Mineiros	
			Serranópolis	
			Jataí	
			Itarumã	
		MG	Limeira do Oeste	
	Iturumã			
	15	SP	Populina	Áreas planas suavemente onduladas utilizada para diferentes culturas, com o predomínio do cultivo de cana-de-açúcar. De modo geral, a cana-de-açúcar é cultivada nas propriedades rurais consideradas médias, as demais culturas foram observadas seringueira, laranja, limão e eucalipto estavam presentes principalmente em propriedades menores, sendo o eucalipto na maioria das vezes utilizado como cerca viva. Predomínio das pequenas propriedade rurais.
			Ouroeste	
			Turmalina	
			Estrela d'Oeste	
			Fernandópolis	
			Meridiano	
			Valentim Gentil	
			Votuporanga	
			Mendonça	
			Nhandeara	
			Floreal	
			Macaubal	
			Monte Aprazível	
			União Paulista	
			Nipoã	
			Neves Paulista	
			José Bonifácio	
			Nova Aliança	
			Potirendaba	
			Irapuã	
			Urupês	
			Novo Horizonte	
Itajobi				
Borborema				
Itápolis				
Tabatinga				
Nova Europa				
Gavião Peixoto				
Matão				
Araraquara				

A seguir é apresentado a caracterização do corredor de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.

• **Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

O traçado previsto da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, atravessa nos seus primeiros 800 km de um amplo território. São 28 municípios “cortados” pelo traçado, sendo 25 deles localizados no estado de Rondônia e 3 em Mato Grosso, conforme pode ser observado na figura a seguir.



**Sub-trecho 1: Porto Velho**

O traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, inicia-se no território pertencente à capital do estado de Rondônia, Porto Velho. O município se destaca como um dos principais centros econômicos da região, além de servir como atrativo para quem busca serviços de saúde e educação. Economicamente, pode-se notar que ele possui um parque industrial relativamente desenvolvido, alocado às margens da BR-364, no sentido Candeias do Jamari. Também se observa desenvolvida atividade pesqueira em torno do Rio Madeira, que corta a cidade, além de um movimentado centro comercial.

Nas áreas próximas ao centro urbano da capital, o território rural também se caracteriza pela diversidade de formas de ocupação do espaço, típica de áreas circundante a grandes centros urbanos (Carneiro, 1994), com destaque para estabelecimentos dedicados ao turismo ambiental e rural.

A Área de Influência Direta do Eletrodo de Terra Nº 02 e da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 encontram-se localizadas na zona rural do município de Porto Velho. O acesso ocorre através do Ramal Rio das Garças, na margem esquerda da BR 364 (sentido Porto Velho/RO – Rio Branco/AC), a 25 quilômetros de Porto Velho.

A ocupação da região é relativamente antiga, com cerca de 40 ou 50 anos. Seus habitantes são, em sua maioria, moradores da capital Porto Velho. As propriedades possuem tamanhos variados, abarcando desde pequenos lotes de menos de 10 hectares a fazendas de produção de gado de corte, com mais de 300 alqueires. O padrão construtivo hegemônico é a casa de alvenaria e telhas de cerâmica. Mas, num caso em especial, no Povoado Rio das Garças, observou-se a presença de moradias construídas com madeiras típicas da região. Os proprietários possuem, em sua maioria, documentos de compra e venda, ao invés de títulos oficiais de posse de terra.

Na área de estudo do eletrodo de terra a ocupação é um pouco mais recente, datando das décadas de 60 e 70 com os projetos integrados de colonização- PIC. No local foram identificadas as linhas primárias 22, 32, 37 e 45 e as linhas secundárias 27 e 53. Com exceção da BR 364, as vias não são pavimentadas, limitando o deslocamento no período de inverno. As pontes são de madeira, em sua maioria em precário estado de conservação.

Há uma presença significativa de “balneários” (espaços dedicados ao turismo rural, visitados por moradores da capital) e de pequenos sítios de fim de semana habitados por “caseiros” (os donos raramente residem no local). A proximidade com a capital do estado, a presença de rios e riachos, aliados a um aumento crescente da procura por bens e serviços alternativos à vida urbana em grandes capitais, confere ao território status e valor privilegiado à prática do turismo rural e ambiental (não por acaso são os moradores de Porto Velho os principais freqüentadores destes espaços turísticos). O sub-trecho também conta com a presença de diversas “estâncias” e “fazendas” dedicadas à criação de algum gado leiteiro e de corte; o que corrobora os números do município relativos ao aumento da pecuária bovina em seu território. Destacam-se na AID as propriedades deste tipo encontradas às margens da BR364 e na linha 22.

A proximidade com Porto Velho parece explicar também a presença relativamente forte de serviços públicos diversos. Os Postos de Saúde e escolas são encontrados em pequenos aglomerados às margens da BR e no Povoado do Rio das Garças. A

unidade atende cerca de 140 famílias que vivem nas propriedades rurais da região. Oferece os serviços de medicina geral, ginecologia, odontologia e laboratorial. Os casos de saúde mais graves (cirurgias, exames e internação) são atendidos na sede municipal de Porto Velho. Se as necessidades básicas em educação são supridas pela escola de ensino fundamental encontrada na vila de Teotônio, os alunos que precisam cursar o ensino médio se deslocam para Porto Velho em ônibus escolares administrados pela prefeitura municipal.

**Quadro 3.6.5.11-2 - Serviços Básicos encontrados no Sub-trecho 1-  
Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Educação	Saúde
Vila Teotônio	Escola de ensino fundamental	Posto de Saúde
Povoado Rio das Garças	X	Posto de Saúde

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Todos os locais do trecho são abastecidos com luz elétrica. A água, no entanto, ainda é, na maioria dos casos, fornecida por poços artesianos montados em fazendas ou comunidades. Não há, por outro lado, saneamento básico bem estruturado. As propriedades contam, apenas, com fossas sépticas destinadas a receber o esgoto doméstico. A região tem acesso a telefonia celular e transporte público.

**Quadro 3.6.5.11-3 - Infraestrutura identificada no sub-trecho 1 da AID - Trecho 1:  
Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
Granja Paraibana	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	Ônibus
Estância Buritis	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	Ônibus
Balneário Cachoeirinha	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	Ônibus
Agropecuária Araújo	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	Ônibus
Povoado Rio das Garças	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	Ônibus

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

A seguir são apresentadas as áreas e localidades pesquisadas.

- **Granja Paraibana** localiza-se no **km 17** da rodovia BR 364, sentido Rio Branco-AC. A granja possui área de 500 m de lado e 400 m de fundo. Além da casa do proprietário, foram observadas a moradia do caseiro e um pequeno galpão. No local, também foram identificadas algumas atividades econômicas: a criação de um pequeno rebanho de gado leiteiro e o cultivo de hortaliças. Aves de quintal são criadas para servirem ao consumo da família do caseiro, residente na propriedade. O dono do estabelecimento vive em Porto Velho, onde trabalha como dono de um pequeno restaurante.
- **Recanto Estância Buritis (0394601/9016124):** Propriedade de aproximadamente 100 alqueires dedicada à criação de gado leiteiro (cerca de 200 cabeças). No local, vivem o gerente e sua família, além de um vaqueiro. Entre as edificações existentes, encontra-se a casa sede, construída com tijolos,

além da habitação do vaqueiro. Foram identificados alguns pés de buritis e bananeiras para uso doméstico. O litro do leite produzido na propriedade é vendido a R\$ 0,70 em Porto Velho. A Fazenda também tem uma granja usada para a subsistência da família do caseiro. Seu proprietário mora em Porto Velho.

- **Balneário Cachoeirinha (0397375/9014626):** Propriedade habitada permanentemente por seu dono e membros de sua família. Voltado para o turismo rural, o balneário possui, além da moradia de seu proprietário, áreas de banho, restaurante e quadras para a prática desportiva. Aberto de segunda a domingo, o local é frequentado predominantemente por visitantes provenientes de Porto Velho. No total, o pequeno empreendimento conta com o serviço de 10 funcionários permanentes; todos eles membros da família extensa do seu dono. Seu proprietário também possui uma pequena criação de gado leiteiro.
- **Agropecuária Araújo (0395560 / 9011034):** Propriedade utilizada para criação de gado de corte. Foram identificadas no local 3 casas de alvenaria onde vivem 3 famílias empregadas. Uma das famílias é chefiada pelo irmão do proprietário que também é gerente da fazenda. As outras casas são ocupadas pelos vaqueiros, suas esposas e filhos. O gerente é oriundo do estado de Minas Gerais, mas já reside em Porto Velho há cerca 15 anos. Para assuntos de educação e saúde, os moradores da fazenda se utilizam da Escola de Ensino Fundamental Manoel Pedro Pereira, localizada no km 24 da BR-364, e do Posto de Saúde do povoado Rio das Garças, localizado há 4 km do local (onde há visitas médicas todo sábado e domingo). Além disso, eles também são atendidos por agentes de saúde que residem na própria linha 22, onde está localizada a agropecuária.



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11-1- Vista do Povoado Rio das Garças, Porto Velho-RO.**

- **Povoado Rio das Garças (0397781/9011398).** Pequeno povoado construído há aproximadamente 40 anos. Localizado na linha 22, o povoado Rio das Garças é habitado por cerca de 6 famílias. Os moradores possuem a titulação da terra, fornecida pelo INCRA (53 hectares). Na comunidade, há um balneário que costuma receber, segundo seu proprietário, cerca de 1000 pessoas num único fim de semana. Depois que começaram as obras de UHE Santo Antonio, no Rio Madeira, ele diz que a frequência de visitas aumentou. No local, também existe um Posto de Saúde que conta com visitas periódicas de médicos nos finais de semana e que atende os moradores de toda a linha 22. Outro Posto está sendo construído como compensação ambiental pela construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio. Segundo informações de um dos funcionários do Posto de Saúde, ainda ocorrem casos esporádicos de malária na região. As principais vias de acesso ao local são a linha 22 e a BR 364.

### **Sub-trecho 2: Candeias do Jamari**

O sub-trecho 2 atravessa o município de Candeias do Jamari desde a margem direita do Rio Candeias até as proximidades do pequeno centro urbano do distrito de Vila Triunfo. O município de Candeias se destaca por sua agricultura, pelo comércio e pelo turismo (proporcionado pelas praias do rio Candeias e pelo lago da represa da UHE de Samuel). Ele também se apresenta como um dos principais pólos estaduais de exploração de madeira. Suas serrarias são abastecidas com matérias-primas provenientes do próprio município e de outros estados da região Norte do país.

O modelo de ocupação do espaço potencialmente afetado pela construção da Linha de Transmissão está baseado na existência de grandes fazendas habitadas e administradas por encarregados contratados (caseiros, vaqueiros, etc), enquanto seus donos vivem nas cidades de Porto Velho e Candeias. As casas são, em sua maioria, de madeira. O gado de corte é presença hegemônica na região, salvo algumas exceções de propriedades dedicadas à atividade da pecuária leiteira. Os animais para corte são criados em pastos grandes, de cerca de 500 a 1000 há e abatidos para ser vendido para frigoríficos de Candeias e Porto Velho. Enquanto o gado para abate é criado em grandes propriedades, a pecuária leiteira é realizada em pequenas propriedades, onde homens, mulheres e crianças, se organizam para tocar a produção familiar. O leite é vendido para laticínios que se encarregam de buscá-lo através de caminhões. Na região, a pecuária leiteira também aponta para algum grau de organização entre os produtores. Praticamente não foram observadas roças de subsistência ou hortas nas propriedades.



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11-2 - Área de Projeto de Manejo em Candeias do Jamari-RO.**

Também pôde ser observado que, neste trecho, há a exploração de madeira por meio de projetos de manejo sustentável de florestas. A madeira é escoada para a sede de Candeias do Jamari, conhecido pólo de serrarias da região. O Plano de Manejo Florestal Sustentável é realizado junto ao IBAMA, responsável por dar autorização ao corte de árvores, e se caracteriza como uma tentativa de se regulamentar o uso local de florestas para obtenção de benefícios econômicos e sociais. O projeto, para ser eficaz, exige que o manejo florestal seja, além de economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo. Sua implementação não é voltada apenas para a venda de madeiras para o mercado madeireiro da região. Ele também prevê a exploração de outros produtos florestas, tais como resinas, raízes, cascas, cipós, etc.

O distrito de Vila Triunfo apresenta-se como um pequeno pólo local para a maioria dos habitantes do sub-trecho. Ali são oferecidos serviços básicos de educação e saúde. A Vila também pode ser considerada ponto central de distribuição da luz elétrica para a região (termoelétrica). As áreas potencialmente atingidas pela construção do empreendimento e que sofrem maior influência da Vila Triunfo são aquelas localizadas entre as Linhas 09 e Linha 631.

**Quadro 3.6.5.11 - 4 - Serviços Básicos no Sub-trecho 2 - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Educação	Saúde
Vila Triunfo	Escola de ensino fundamental	Posto de Saúde

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009



À exceção da área influência da Vila Triunfo, as demais localidades do sub-trecho pesquisado são relativamente pobres em relação a qualquer tipo de política pública, tanto do ponto de vista municipal, como estadual e federal. As linhas 43 e 27, em especial, são as que vivem situação mais dramática. As casas não são abastecidas por rede elétrica e precisam de geradores movidos a combustível; a água é obtida através de poços e o escoamento sanitário se dá via fossas.

**Quadro 3.6.5.11-5 - Infraestrutura no trecho 2 da AID - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
Sítio Linha 43	Fossa	Poço	Enterra	Não	Não	Não
Rancho Paraíso	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão	Ônibus
Vila Triunfo	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Fixo e orelhão	Ônibus
Sítio Linha 631	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão	Ônibus

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Nas linhas 43 e 27 não há postos ou agentes de saúde e a única ação efetiva do estado na região pode ser notada pela presença esporádica de técnicos da SUCAM empenhados no controle de doenças transmissíveis, tais como a malária. Os moradores, caso tenham necessidade, precisam se deslocar para Porto Velho ou Candeias em busca de serviços de saúde. Não foi identificada nenhuma escola no local. Em termos de educação, a região é atendida apenas por um ônibus escolar que leva as crianças para estudar na sede municipal de Candeias do Jamari.

Ao longo do traçado proposto para a construção da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02na região, a equipe de consultores visitou:

- **Sítio (linha 43) (0424401/8995646):** O lote de terra, assim como uma propriedade vizinha, é dedicado à exploração de madeira através do Plano de Manejo Sustentável. Seu proprietário vive em Candeias do Jamari e é dono de uma serraria. Durante a visita dos pesquisadores, apenas um dos trabalhadores do projeto estava presente. Segundo ele, a madeira retirada das matas da propriedade é vendida a serrarias de Candeias do Jamari. Ele também informou que há outras propriedades na mesma Linha que se dedicam à extração sustentável de madeira.
- **Rancho Paraíso (0445156/8973460):** A propriedade é voltada para a criação de gado de leite associada ao cultivo de algumas lavouras de subsistência. O dono da terra, migrante de Minas Gerais há mais de 25 anos, informou que possui 70 cabeças de gado distribuídas numa propriedade de cerca de 70 alqueires, sendo 50 deles destinados as pastagens. O leite é vendido a dois laticínios localizados na sede municipal de Jaru, um dos pólos leiteiros do estado, ao preço de R\$ 0,50 o litro. O proprietário das terras vive sozinho em sua propriedade. Para realizar seu trabalho ele conta com a mão-de-obra de “empregados” da região

(trabalhadores temporários). Seus serviços são utilizados principalmente na época do plantio de pastos.

- **Vila de Triunfo (0449288/8973934):** Localizado há 110 km da capital Porto Velho e 28 km da BR 364, o distrito de Vila Triunfo foi fundado em 1993 como área de assentamento para famílias atingidas pela construção da UHE Samuel, em Candeias do Jamari. Hoje, segundo informações, a vila é habitada por cerca de 1500 famílias. Sua economia é baseada na criação de gado de corte e em menor escala de gado leiteiro. Além disso, a Vila Triunfo se destaca por ter sua economia associada à extração e ao beneficiamento de madeira, vendida para São Paulo e Paraná (o escoamento é feito por caminhões). Há nas imediações da vila uma pequena agricultura familiar com cultivo de cana, café e mandioca. A cidade também produz carvão e foram identificadas algumas carvoarias no local. A Vila possui Posto de Saúde equipado com laboratório para identificação de malária e uma ambulância. Uma médica clínica, contratada pela prefeitura, atende aos sábados e domingos no local. O aglomerado possui uma termoelétrica que beneficia sua área urbana e rural. Não há coleta de lixo, cemitério e também antena de celular. São usados apenas telefones fixos e orelhões. O distrito possui abastecimento de água da prefeitura. Apresenta também escolas de ensino básico e fundamental, além de transporte escolar que atende os jovens da zona rural do entorno. Quando completam o ensino fundamental, os moradores passam a freqüentar escolas de ensino médio na sede de Candeias do Jamari. O distrito também possui um posto policial e uma delegacia. As ruas são pavimentadas, mas seus acessos ainda não são. O principal atrativo de lazer do local é o balneário Piauí onde também se encontra um Parque de Vaquejada.
- **Sítio da Linha 631 (0446117/8957740):** Pequeno sítio habitado por uma família nuclear, com 4 integrantes. Encontram-se ali uma casa de madeira, um curral e pequenos galpões. A propriedade é dedicada à produção de gado de leite com 45 cabeças. O leite produzido na propriedade é vendido para o laticínio Italc em Ariquemes. O produto é recolhido pelos caminhões que passam pelo sítio e pela linha 631 pelo menos uma vez por semana. Há um resfriador comunitário na linha administrado por alguns dos parentes do proprietário. O trabalho com a pecuária é orientada pelo modelo familiar de produção. O chefe da casa trabalha na lida com os animais e o pasto, enquanto a esposa se incumbem de retirar o leite todas as manhãs. O manejo do pasto implica sua divisão em 4 partes iguais denominadas “piquetes”. O gado é deslocado de um piquete a outro no intervalo de 4 dias. A família cria também porcos e galinhas para o consumo da casa. Os serviços de saúde e educação são oferecidos pela Vila Triunfo. Há uma linha de ônibus que passa duas vezes por semana em direção a Porto Velho. A rede

elétrica é também interligada à Vila Triunfo. Já o abastecimento de água é feito por poço artesiano com caixa e bomba d'água. O lixo no local é enterrado e queimado.

### **Sub-trecho 3: Alto Paraíso a Ariquemes**

O sub-trecho 3 se inicia nos limites de Candeias e Alto Paraíso até alcançar os limites dos municípios de Cacaulândia e Jarú. A região é marcada pela presença hegemônica de pequenas propriedades de 40 a 50 alqueires, constituídas a partir da instalação de dois Projetos Assentamentos elaborados pelo INCRA nas décadas de 1970 e 1980. Ao todo, o sub-trecho engloba parte do território de 4 municípios rondonenses: Alto Paraíso, Ariquemes, Monte Negro e Cacaulândia. Ariquemes, em especial, destaca-se por ser a mais antiga e importante das ocupações urbanas do subtrecho, tendo se tornado Núcleo de Apoio para dois projetos de assentamento na região: o “Burareiro” e o “Marechal Dutra”. A partir de 1975, 3 anos após a criação dos assentamentos, o crescimento populacional de Ariquemes é sentido e envolve a ação conjunta do INCRA, Governo do Território e Prefeitura Municipal de Porto Velho no sentido de se elaborar seu planejamento urbano, com vistas à ocupação racional e planejada da área.

No ano de 1977 Ariquemes adquire sua emancipação política. Em 1981, o município cedeu parte de sua área territorial para a criação do município de Jarú. Em 1988, ele também cede outra parte da sua área, desta vez para a criação do município de Machadinho D'Oeste. Já em 1992, Ariquemes foi consecutivamente doando áreas para a formação dos municípios de Jamari, Cacaulândia, Alto Paraíso, Rio Crespo e Monte Negro.

O sub-trecho 3 se caracteriza primordialmente pela associação de uma pujante economia leiteira com a presença das mais diversas culturas agrícolas, tais como as do café, da soja, do milho e do arroz. A presença do galo leiteiro indica sua proximidade com a principal bacia leiteira do estado (trecho 4). A diversidade agrícola, por sua vez, mostra a fertilidade das terras do local, aliada a mais recursos e apoio público para o beneficiamento dos solos e o escoamento da produção.



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11-3 - Igreja de Linha, em Presidente Médici-RO.**

Outro dos elementos a ser destacado neste sub-trecho diz respeito à relativa prosperidade econômica de alguns dos pequenos produtores aliada a um forte indicador de coesão social entre os moradores das linhas, expresso em relações de vizinhança bastante consolidadas e concretizadas em campos de futebol comunitário, igrejas, bares e associações de produtores. A “linha”, num sentido mais sociológico, se apresenta definitivamente nesta região como uma espécie de unidade social marcada por certas relações de vizinhança e parentesco responsáveis por criar certa identidade coletiva.

A região também se destaca pela presença intensa de serviços públicos básicos. As linhas visitadas pelos pesquisadores, com exceção da Linha 60, possuem instituições de ensino para os seus jovens moradores. Em alguns casos, como as propriedades localizadas às margens da BR 421 e no do Distrito de Joelândia, as escolas oferecem ensino fundamental e médio. Em relação aos serviços de saúde, todas as localidades se assemelham no fato de não possuírem postos de saúde, mas contarem com agentes moradores das localidades. A exceção é Joelândia, um pequeno aglomerado urbano que funciona como pólo para diversas localidades rurais de sua região. Embora lá não tenha Posto de Saúde, um médico atende a população local nas dependências da escola. Além disso, a localidade conta também com um laboratório da SUCAM para controle da malária.

**Quadro 3.6.5.11-6- Serviços Básicos no Sub-trecho 3 - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Educação	Saúde
<b>Linha 110, travessão B20</b>	Escola de ensino fundamental	Agente de Saúde
<b>Linha 100, travessão B10</b>	Escola de ensino fundamental	Agente de Saúde
<b>Linha 90</b>	Escola de ensino fundamental	Agente de Saúde
<b>Linha 80</b>	Escola de ensino fundamental	Agente de Saúde
<b>Linha 60</b>	Não	Agente de Saúde
<b>BR 421</b>	Escola de Ensino Fundamental e Médio	Agente de Saúde
<b>Joelândia</b>	Escola de Ensino Fundamental e Médio	Agente de saúde: médico atende na escola de 15 em 15 dias; Laboratório da SUCAM.

Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

A infraestrutura básica das localidades também pode ser uma marca da região. Não há estações de tratamento em nenhuma delas. A água, à exceção de Joelândia, é toda ela oriunda de poços. Não há coleta de lixo (ele é enterrado). Todas as moradias possuem luz elétrica. Há orelhões em algumas localidades. Os celulares funcionam em três delas, ao passo que as linhas fixas só são disponíveis em Joelândia. Todos os locais são atendidos por transporte público (não tivemos informações sobre a Linha 60)

**Quadro 3.6.5.11-7 - Infraestrutura no sub-trecho 3 da AID - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
<b>Linha 110, travessão B20</b>	Fossa	Poço	Enterra	Sim	Celular	Ônibus
<b>Linha 100, travessão B10</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão	Ônibus
<b>Linha 90</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	orelhão	Ônibus
<b>Linha 80</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão	Ônibus
<b>Linha 60</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	X	X
<b>BR 421</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	Ônibus
<b>Joelândia</b>	Fossa	Água Encanada	Enterra	Tem	Fixo, orelhão e celular	Ônibus

Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Ao longo deste trecho 3, a equipe de pesquisadores visitou:

- **Linha 110, travessão B20 (0454599/8951040):** A região potencialmente atingida pela passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 localiza-se nas imediações do Travessão B20 da Linha 110. A área, segundo informações recolhidas junto a uma agente de saúde do local, é habitada por cerca de 50 famílias. As casas da Linha 110 mantêm o padrão observado até então, construídas com madeira recolhida na região. Os lotes, com cerca de 50 hectares cada um, não possuem, em sua maioria, documentação do INCRA (seus proprietários se valem, para questões legais, apenas de contratos de compra e venda). Economicamente, a área se caracteriza pela criação de gado leiteiro associada ao cultivo de café e guaraná, além de mandioca e milho. Há uma associação de produtores rurais ativa na linha que congrega 35 associados. O principal problema apontado pelos seus associados é a falta de comprador para escoar a produção local.

Constatou-se também a presença de alguns coletores de castanhas na região. Segundo informações recolhidas no local, eles seriam membros de 4 famílias moradoras da linha 110. As castanhas recolhidas são vendidas a compradores que levam o produto para Porto Velho e Ariquemes. Seu preço varia entre R\$ 10 e R\$ 12, a “lata” (que pesa em média 12 kg). As famílias recolhem o coco da castanha nas matas localizadas em algumas das maiores propriedades da região.

A linha 110 é atendida por uma escola de ensino fundamental. Também há transporte escolar fornecido pela prefeitura de Alto do Paraíso, responsável por levar os jovens estudantes do ensino médio para a sede municipal. Alguns dos moradores da região possuem casas na sede de Alto Paraíso, que servem de moradia para seus filhos em idade escolar. A linha 110 não conta com Posto de Saúde, mas uma de suas moradoras (formada como auxiliar de enfermagem) é agente de saúde comunitária (os médicos só atendem na sede do município de Alto do Paraíso). A área é atendida por energia elétrica e possui sinal de celular para as operadoras Vivo e Claro. Seu acesso é dado pela B20 e pela linha 110 em direção a Alto Paraíso. Também foi identificada uma grande flutuação de entrada e saída de moradores em busca de novas terras doadas pelo Governo no estado do Amazonas.

- **Sítio (Linha 100, travessão B10) (0452945/8941578).** O sítio visitado pelos pesquisadores está localizado num pequeno aglomerado rural de aproximadamente 20 casas conhecido como Linha 100, Travessão B10. A maioria dos lotes Linha 100 possui 42 alqueires (110 ha). A principal produção local é a agricultura familiar baseada no cultivo de café, milho, arroz e feijão. Além disso, também ganha destaque a produção de gado leiteiro. O leite é vendido, já resfriado, para o laticínio Italac, em Ariquemes (o tanque é de propriedade da associação de produtores).

A Linha 100, Travessa B10, possui uma Escola de Ensino Fundamental. No Travessão B40, na mesma linha, localizado a quase 30 km da região, está instalada uma Escola de Ensino Médio que, ao lado da escola da sede de Alto Paraíso, atende aos jovens da Linha 100, Travessão B10. A linha é servida por transporte público até Alto Paraíso e Ariquemes (de segunda a sábado). Os serviços de saúde são oferecidos em Alto Paraíso e existem agentes de saúde no local. A Linha 110 possui rede de energia elétrica fornecida pela CERON e o abastecimento de água é feito através de poços artesianos.

- **Propriedade da Linha 90 (0449743/8951354):** Propriedade habitada por uma família de 5 integrantes. Seu proprietário é nascido no estado de Minas Gerais e

se mudou para a localidade em meados dos anos 1980. Sua principal atividade econômica é a pecuária leiteira associada ao cultivo do café connilon, distribuídos ao longo dos 42 alqueires da propriedade. O lote possui luz elétrica, além de poço artesiano e fossa séptica. A linha onde se encontra a propriedade conta com agentes de saúde e escola fundamental, além de um pequeno centro social e simbólico formado por uma igreja, um bar, a sede da associação de produtores e um campo de futebol. As estradas, embora de piçarras, estão em boa qualidade.

- **Linha 80, travessão B20 (0461293/8921236):** Os lotes pertencentes à linha 80, travessão B20, têm em média 40 alqueires. Seus proprietários possuem títulos de posse fornecidos pelo INCRA. A atividade hegemônica é marcada pelo cultivo do café e pela criação de gado de leite e de corte. Também foram identificadas, em menor número, pequenas plantações de mandioca. A maioria dos produtores do trecho vende a produção de café para serialistas da cidade de Alto Paraíso. A linha 80 é assistida por uma associação de produtores denominada ASBOU (Associação da Boa União) que possui 2 resfriadores de leite e um trator para atender os produtores associados. A Linha conta com a presença da escola municipal Ribeiro Couto, localizada no Travessão B 30, para onde seguem, em transporte escolar, os jovens habitantes da Linha. Não há postos de saúde e os serviços médicos são oferecidos em Alto Paraíso. Há energia elétrica.
- **Linha 60, travessão B30 (BR 421) (0479318/8901298):** Os lotes encontrados na Linha 60 são, em sua maioria, propriedades com cerca de 42 alqueires. Seus moradores chegaram à região por volta dos anos de 1980. A linha conta com produtores de gado de leite e de corte. Foi identificada uma associação pequenos produtores rurais, com cerca de 25 associados (ASPOL). Na sede da associação, pode ser encontrado um resfriador que atende aos associados. O leite produzido na linha é vendido para o laticínio Italac, localizado no município de Ariquenes. Os jovens em idade escolar seguem para escola municipal Vinicius de Moraes, localizada na Linha 105. Há agentes de saúde, mas não postos de saúde. Os casos mais graves são levados a Ariquemes. Também se observa a presença de eletrificação rural. A água é proveniente de poços artesianos e o saneamento básico se dá via fossas sépticas construídas nas propriedades da linha.
- **Sítio km 18 da BR 421 (0484000/8896000):** Propriedade de quase 42 alqueires, o sítio está localizado na área do antigo projeto de assentamento Marechal Dutra. O lote se destaca pela produção de gado leiteiro. Na região, observa-se a existência de pequenas lavouras de arroz e milho. Também se pôde observar que alguns produtores estão se dedicando ao criatório de peixes, em especial,

com destaque para o tabaqui e o pirarucu. Os jovens em idade escolar são atendidos por uma escola Pólo localizada no km 17 da BR-421. Há agentes de saúde atuando na região. Para casos mais graves, os pacientes recorrem aos serviços de saúde de Ariquemes.

- **Vila União - km 17, BR 421 (0480426/8893858):** Originalmente lote do INCRA pertencente ao assentamento Marechal Dutra, a Vila União hoje abriga 9 famílias de pequenos produtores rurais. A área foi fruto do desmembramento do terreno original. As famílias mantêm laços de parentesco entre si. Não há associação de produtores. A principal atividade econômica da Vila União é dada pela plantação de mandioca, usada para a fabricação de farinha. Além disso, são cultivados café, milho e arroz. Há, igualmente, um pequeno rebanho de gado leiteiro. Foram identificadas várias árvores frutíferas no local como: manga, fruta pão, abacate, cupuaçu, pupunha, carambola e pitanga. As casas da Vila União possuem energia elétrica. A água provém de poços artesianos, enquanto o saneamento básico é marcado pela presença de fossas sépticas. Segundo depoimento de um dos moradores, os moradores da Vila União carecem de maquinários para o trabalho agrícola (cita o trator como o principal deles).
- **Joelândia (0485806/8881578):** O distrito de Joelândia está localizado na zona rural de Ariquemes. Possui cerca de 2000 habitantes que vivem do cultivo de café associado à produção de lavouras de grãos, tais como o arroz, a soja e o milho. Segundo informante, há produtores no local que praticam a piscicultura em tanques fornecidos e doados pelo Governo Estadual. Além dos tanques, o governo do estado também fornece assistência técnica para auxiliar no criatório (Programa Pró-Peixe). Os lotes medem, média, 42 alqueires e são remanescentes do antigo projeto de assentamento Marechal Dutra. Há uma Associação de Produtores Rurais (a Vale do Cajá), que possui secador de café, resfriador e trator. Para utilizar o maquinário, o associado paga a despesa e a diária do operador. No distrito há uma escola Pólo chamada Paulino Manfini e um laboratório da SUCAM. Há agentes de saúde e um médico visita a localidade uma vez por mês. As casas são abastecidas por energia elétrica.
- **Pousada Ecológica Rancho Grande (0514555/ 8861856):** A Fundação Fautron Reserva Florestal Rancho Grande está localizada no município de Cacaúlândia. Com uma área total de quase 1000 ha, a propriedade possui cerca de 75% de seu espaço destinado à constituição e manutenção de uma Reserva Florestal. A propriedade está localizada numa área de produção extensiva de cacau. Um empresário alemão comprou as terras há cerca de 30 anos e promoveu, por iniciativa própria, um intenso reflorestamento do local, que hoje promove ações de educação ambiental e manejo ecológico. A propriedade possui atividades



eminentemente turísticas, com pousadas e trilhas ecológicas nas matas reflorestadas. A maioria dos freqüentadores da pousada provém, segundo informações de um funcionário, de Porto Velho, restante de Ariquemes e Ji-Paraná, mas pode incluir também turistas de outros estados, como SP e RJ, além de alemães, portugueses e argentinos.

#### **Sub-trecho 4: Jaru a Nova Brasilândia**

O sub-trecho 4 de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, entre Porto Velho, engloba parcelas dos municípios de Jaru, Governador Jorge Teixeira, Ouro Preto do Oeste, Teixerópolis, Urupá, Alvorada do Oeste, , Presidente Médici e Nova Brasilândia.

A área foi foco de dois grandes projetos de colonização agrícola no estado: o PIC Ouro Preto do Oeste e o PIC Adolpho Rohl. O primeiro destes, criado em 1970, cobria uma área de influência de cerca de 512.585 hectares, onde se encontra hoje o município de Ouro Preto do Oeste. Foram assentados, ao todo, cerca de 5000 famílias, distribuídas em 4222 lotes de terra. O núcleo inicial do projeto desenvolveu-se rapidamente, aumentando a sua população, a produção agropastoril, o comércio e a indústria, atingindo expressiva importância social e econômica. O Projeto Integrado de Colonização Padre Adolpho Rohl, por sua vez, teve início em 1975, sendo responsável pela ocupação do vale do rio Jaru. Os 3406 colonos, distribuídos em 3500 lotes de uma área de 407.210 hectares, eram oriundos principalmente das regiões Centro-Sul do País. Seu desenvolvimento demográfico e econômico teve como uma de suas consequências a elevação da área a categoria de município, em 1981, tendo a localidade de Jaru como sede municipal.

Dois outros municípios do trecho também devem sua criação a projetos menores de assentamento do INCRA. O município de Urupá originou-se do Projeto de Assentamento Urupá criado em 07 de Junho de 1981 e implantado em 26 de Maio de 1982, posteriormente acoplado ao Projeto de Assentamento Tancredo Neves, situado na micro-região de Ji-Paraná. O mesmo parece ter ocorrido com Nova Brasilândia. Em 1982, o Incra iniciou a abertura das primeiras linhas de um novo assentamento; o que provocou a migração de pessoas interessadas em terras baratas e férteis, exploração do comércio e extração de madeira. Em 1987, Nova Brasilândia foi elevada à categoria de município.

Este sub-trecho 4 se caracteriza pela presença maciça da pecuária leiteira, realizada em propriedades de pequeno e médio porte. O que foi observado em campo reflete, dessa maneira, as classificações oficiais que definem a região como a principal bacia leiteira do estado e do país. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e Desenvolvimento

Econômico e Social (Seapes) apontam que no período entre 1991 e 2001 houve um incremento de quase 53% da produção leiteira na região. Com o incentivo do Projeto de Desenvolvimento da Pecuária do Leite no Estado de Rondônia (Pró-Leite), desenvolvido pelo Governo do Estado/Seapes, através da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater), os antigos agricultores estão trocando suas plantações por pastos dedicados à pecuária.



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11-4 - Manejo do gado leiteiro**

O trecho conta com um número relativamente grande de escolas de ensino fundamental, além de transporte escolar para jovens do ensino médio que precisam se deslocar para as cidades. Os postos de saúde são mais raros, sendo encontrado apenas na Linha TN-10. Em compensação, todas as localidades contam com a presença de agentes comunitários. Em geral, os serviços de saúde são oferecidos nas sedes municipais.

**Quadro 3.6.5.11-8 - Serviços Básicos no Trecho 4 - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Educação	Saúde
<b>Linha 625</b>	Escola de ensino fundamental	Agente de Saúde
<b>Linha 632</b>	Escola de ensino fundamental	Agente de Saúde
<b>Linhas 12, 16 e 20</b>	Escola de ensino fundamental	Agente de Saúde
<b>Linha 28</b>	Escola de ensino fundamental	Agente de Saúde
<b>Linha TN 10</b>	Escola de Ensino Fundamental	Agente de Saúde
<b>Linha 6ª</b>	Escola de Ensino Fundamental e Médio	Agente de Saúde
<b>Assentamento Chico Mendes I</b>	Escola de Ensino Fundamental e Médio	Posto de Saúde

Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

A infraestrutura parece ser a mesma a todos as localidades visitadas, À exceção do Assentamento Chico Mendes I, todas as demais localidades não possuem rede de tratamento de água. A luz elétrica chega a quase todas as propriedades da região,

assim como o transporte público (não há informações sobre a Linha TN-10). As propriedades não contam com sistema sanitário, a exceção de fossas. Em todos os lugares não há coleta de lixo. A comunicação via telefone pode ser feita de celulares ou orelhões.

**Quadro 3.6.5.11-9 - Infraestrutura no trecho 4 da AID- Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
Linha 625	Fossa	Poço	Enterra	Sim	Celular	Ônibus
Linha 632	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão	Ônibus
Linhas 12, 16 e 20	Fossa	Poço	Enterra	Tem	orelhão	Ônibus
Linha 28	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão	Ônibus
Linha TN 10	Fossa	Poço	Enterra	Tem	X	X
Linha 6ª	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	Ônibus
Assentamento Chico Mendes I	Fossa	Água Encanada	Enterra	Tem	Orelhão e celular	Ônibus

Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Ao longo do trecho 4, a equipe de pesquisadores visitou:

- **Linha 625, km 26:** Região dominada pela pecuária leiteira. Seus lotes medem em média 46 alqueires. Há energia elétrica. A área também é atendida por transporte escolar, que leva jovens para as escolas de Jarú. Há agentes de saúde, mas não existe postos. A água provém de poços artesianos e as propriedades possuem fossas sépticas.
- **Linha 632:** Os lotes da Linha 632 foram projetados para o antigo Assentamento Padre Adolfo Hall. A linha destaca-se pela produção de leite em propriedades que não ultrapassam 100 alqueires. Há duas escolas de ensino médio e fundamental na linha: a Escola Frei Henrique de Coimbra e a Escola Noel Rosa. Também foi identificada a presença de uma Associação de Produtores, a ASPROL. A grande maioria dos produtores locais possui resfriador próprio, comprado através de financiamento do BASA. O leite é vendido para laticínios de Jarú, tais como o Tradição, o Italcac e a Primalat. Há posto e agentes de saúde local.
- **Escola de Ensino Fundamental Maracatiara (0566466/8809054):** Segundo o diretor Gilberto Marcolino, a Escola de Ensino Fundamental Maracatiara, de Ouro Preto do Oeste, atende crianças das linhas 12, 16 e 20 da região. A escola conta com 172 alunos atualmente matriculados e 11 professores. Embora não tenha acesso a internet, a escola conta com uma biblioteca de livros infantis. Os alunos, em sua grande maioria, são filhos de agricultores da região. A escola é atendida pelo Programa de Saúde da Mulher do Campo pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), além de estar associada aos Programas de

Bolsa Família, Bolsa Escola, Pró-Jovem e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).



- **Linha 28 (0585891/ 8783516):** Os lotes da Linha 28, em Teixeiraópolis, eram parte integrante do antigo Projeto de Assentamento conhecido como Tancredo Neves. A área de cada uma das propriedades é de 40 alqueires. A economia da região é marcada pela presença da pecuária leiteira. Não há serviços de educação e saúde; para terem acesso a estes serviços, os habitantes da linha precisam se deslocar para a sede municipal de Teixeiraópolis. O local também é servido de luz elétrica, construída com incentivos da associação de produtores. A água provém de poços artesianos construídos nos lotes e o esgoto é depositado em fossas localizadas em cada uma das propriedades,
- **Linhas próximas ao Rio Urupá (0585693/8755614).** As propriedades localizadas nas proximidades do rio Urupá se destacam pela pecuária leiteira. A grande maioria dos lotes pode ser definido como de sítios, com no máximo 100 alqueires. A localidade é área remanescente do Projeto de Assentamento Tancredo Neves. Há uma associação de produtores na Linha TN 10, (possui resfriador e trator). Todo o leite produzido nessa região segue para os laticínios do município Urupá. Pôde-se identificar uma Escola e um Posto de Saúde na Linha TN 10. A maioria das casas possui energia elétrica fornecida pela CERON, mas segundo os moradores falta luz com certa frequência. A água é poço e o saneamento se dá através de fossas sépticas.
- **Linha (0596285 / 8766994):** Na linha 6, há um predomínio de pequenas propriedades dedicadas à criação de gado de leite. Há um campo de futebol. Igreja e um bar onde as pessoas da linha se reúnem. Também pode-se observar

a existência de uma Escola de ensino fundamental. (a Almirante Tamandaré). Não há posto médico, mas encontram-se agentes de saúde. As casas são abastecidas com luz elétrica. A água provém de poços artesianos individuais.

- **Assentamento Chico Mendes I:** Criado no final de 1997, o assentamento conta com cerca de 71 famílias. Os assentados são oriundos de vários estados do Brasil. A ocupação da área foi originariamente feita pelo MST (Movimento dos Sem Terra), aproveitando-se do fato do antigo dono da propriedade não possuir documentos que provassem sua posse. O assentamento é dividido em 3 “glebas”. A gleba 1 possui 22 lotes, enquanto a gleba 2 possui 22 lotes, a 3 possui 29 lotes. O tamanho dos lotes varia entre 27 a 31 alqueires. As glebas são organizadas a partir do modelo de agrovilas: a disposição da área é circular, permanecendo ao centro os espaços da vida coletiva: o campo de futebol, bar e as igrejas. Segundo informações recolhidas com o presidente da associação de produtores da Gleba 1, o MST ainda mantém relações políticas com assentamento, auxiliando seus moradores a buscarem incentivos juntos aos governos municipais, estaduais e federais. O assentamento Chico Mendes conta com escola de ensino fundamental e transporte escolar, além do Programa Luz Para Todos e benefícios do Programa Bolsa Família. A maioria dos assentados vive hoje de gado leiteiro. A produção é familiar e o leite recolhido é armazenado em tanques de resfriamento doados pelo Governo Estadual à associação de produtores.
- **Assentamento Bela Vista:** Criado em 1997, o assentamento é habitado por cerca de 40 famílias, distribuídas em lotes de 7 a 10 alqueires. O projeto de assentamento teve início através de um acordo entre o INCRA e o antigo proprietário das terras. A maior parte dos assentados vive da criação de gado de leite, além de manterem pequenas plantações de arroz e milho para consumo das casas. Segundo o presidente da associação de produtores, os agricultores necessitam de investimento e assistência técnica para produzir (o benefício que eles recebem é o da vacina para o gado). Os assentados vendem o leite produzido no assentamento para o laticínio Italac, localizado em Ariquemes. Recolhido diariamente, ele é armazenado no resfriador de propriedade da associação de produtores. Os assentados estão lutando pela reconstrução de uma ponte que dava acesso a Rolim de Moura ou Alvorada do Oeste, atualmente o único acesso é para Nova Brasilândia e em épocas de chuvas ficam “ilhados”. Não há escola no assentamento e os jovens em idade escolar se deslocam em ônibus das prefeituras para as escolas do assentamento Oziel dos Carajás I e da sede municipal de Castanheiras. Os serviços de saúde também costumam ser oferecidos em Castanheiras, ainda que o assentamento esteja localizado no município de Presidente Médici. Há dois agentes de saúde no

local. A água consumida vem de poços artesianos e a energia elétrica é fornecida pela CERON.

- **Assentamento Oziel dos Carajás II:** O assentamento foi criado em 2001. Seus moradores vivem da pecuária leiteira. Os rebanhos são criados em pequenos lotes de 8 alqueires. O projeto do assentamento (tocado pelo INCRA) teve início com a luta do Movimento dos Sem-Terra. Atualmente, o Movimento ainda ajuda na construção de casas, custeio de produção, etc. Segundo o presidente da associação de produtores, os assentados tentaram plantar café e lavoura branca, mas foram desestimulados pela dificuldade do escoamento da produção. Os produtores locais vendem o leite para o laticínio Flor de Rondônia, localizado em Presidente Médici. Existem dois resfriadores no assentamento, um de propriedade da associação e outro do Presidente da associação. O caminhão do laticínio passa de dois em dois dias no local, recolhendo cerca de 2300 litros, pelo custo de R\$ 46,00 o litro. Os assentados usam os serviços de saúde em Castanheiras, exceto quando são atendidos pelos agentes de saúde que vivem no local.

### **Subtrecho 5: Castanheiras a São Felipe do Oeste**

O subtrecho 5 de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, engloba parcelas dos municípios de Castanheiras, Rolim de Moura, São Felipe do Oeste e Primavera de Rondônia. A região é predominantemente tomada por propriedades rurais remanescentes de um projeto de assentamento construído pelo INCRA para abrigar colonos excedentes do Projeto Ji-Paraná.

Rolim de Moura é o município mais importante da região, pólo de serviços básicos e de atividades comerciais. Elevada a categoria de município no ano de 1983, Rolim de Moura é cidade mais populosa e economicamente ativa da região conhecida como Zona da Mata Rondoniense. Sua influência se estende aos municípios de Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Nova Brasilândia d'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Parecis e São Filipe d'Oeste, totalizando uma população de cerca de 151.000 habitantes e área de 19.664 km<sup>2</sup>.

Esse sub-trecho 5 se caracteriza por sua diversidade no que tange à produção agrícola e pecuária. Além da pecuária leiteira e a de corte, de certa forma comuns a todas as regiões pesquisadas, o sub-trecho conta com relevantes espaços rurais dedicados à cafeicultura, à apicultura, à extração de borracha em seringais particulares, ao planto de eucaliptos, da cana de açúcar e também à piscicultura.



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11-6 - Plantio associado de café e mamão em Rolim de Moura-RO.**

Os serviços públicos oferecidos à população local estão condensados nos aglomerados urbanos mais próximos, tais como os distritos de Querência e de Jardinópolis do Norte e nas sedes municipais de Castanheiras, São Felipe do Oeste e Rolim de Moura.

**Quadro 3.6.5.11-10 - Serviços Básicos no Sub-trecho 5 - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Educação	Saúde
Fazenda Capa 0	Escola em Jardinópolis	Posto de Saúde em Jardinópolis
Distrito de Jardinópolis	Escola de Ensino Fundamental e Médio	Posto de Saúde
Propriedade na RO 479	Escola de Ensino Fundamental e Médio na sede Rolim de Moura	Posto de Saúde na sede de Rolim de Moura; Agente de saúde.
Sítio Linha 188	Escola de Ensino Fundamental e Médio na sede Rolim de Moura	Agente de Saúde
Fazenda Gavião	Escola de Nova estrela	Posto de Saúde de Nova Estrela
Linha 45	Escola de Ensino Fundamental e Médio em São Felipe do Oeste	Agente de Saúde
Distrito de Querência do Norte	Escola de Ensino Médio e Fundamental	Posto de Saúde e Agentes de Saúde

Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Os locais com melhor infraestrutura são dados pelos pequenos aglomerados urbanos do sub-trecho: Jardinópolis e Querência do Norte (principalmente no que tange a existência de áreas de lazer diversificadas do que a maioria das localidades). De um modo geral, todas as localidades se equiparam em termos de fornecimento de água (geralmente poço, sem tratamento), saneamento básico (fossa) e eletrificação (todas

têm). Um dado a ser destacado diz respeito ao distrito de Querência do Norte, com coleta semanal de lixo.

**Quadro 3.6.5.11-11 - Infraestrutura no trecho 5 da AID - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
Fazenda Capa 0	Fossa	Poço	Enterra	Sim	-	Ônibus
Distrito de Jardinópolis	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão e fixo	Ônibus
Propriedade na RO 479	Fossa	Poço	Enterra	Tem	-	Ônibus
Sítio Linha 188	Fossa	Poço	Enterra	Tem	-	Ônibus
Fazenda Gavião	Fossa	Poço	Enterra	Tem	-	Ônibus
Linha 45	Fossa	Poço	Enterra	Tem	-	Ônibus
Distrito de Querência do Norte	Fossa	Poço	Coleta	Tem	Orelhão e fixo	Ônibus

Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Ao longo do sub-trecho 5, a equipe visitou:

- Fazendas Linha Capa 0:** Na linha Capa 0, que segue de Castanheiras a Rolim de Moura, foi observado um vasto conjunto de propriedades com tamanhos variáveis de 100 e 200 alqueires, dedicadas ao plantio de eucaliptos. O proprietário vive em Rolim de Moura, enquanto a área é gerenciada por um casal de empregados. A madeira é vendida ou levada para as cerâmicas de Rolim de Moura. Também pôde-se notar o crescimento da piscicultura, com destaque para a criação de tambaquis e pirarucus.
- Distrito de Jardinópolis:** Criado há 27 anos, o distrito de Jardinópolis está localizado em terras que anteriormente pertenciam ao município de Rolim de Moura. Área de fazenda doada ao INCRA, serviu de projeto de assentamento aos moradores. Os lotes do possuem, em média, tamanho de 16x14 m. Os moradores ainda não possuem títulos de propriedade, valendo-se, em caso de necessidade, de documentos de compra e venda. A economia do distrito se destaca pela criação de gado de leite. O distrito conta com Posto de Saúde (hospital), para onde seguem médico e dentista pelo menos 2 vezes por semana. Há uma escola de ensino fundamental e um PROEM. O abastecimento de água é garantido por mina d' água e a energia elétrica é abastecida pela CERON. Não há rede de esgoto, apenas fossas sépticas construídas nas propriedades dos moradores.
- Propriedade RO 479 km 11:** Propriedade de 30 alqueires remanescente do projeto de assentamento Rolim de Moura. Seu morador, natural de Minas Gerais, ocupou a área no final da década de 1970. A área é dedicada à criação de gado leiteiro e a uma incipiente produção de "seringa". O leite produzido na propriedade é enviado ao resfriador da associação local de produtores. De lá, ele é enviado, por caminhões, ao laticínio Marielle, em Rolim de Moura. No



fundo da propriedade, pode ser observada uma área de quase 10 alqueires dedicada ao plantio de seringueiras plantadas em 1982, Há, segundo o proprietário, cerca de 3000 pés em sua propriedade. A exploração, quase intermitente, ocorre entre os meses de julho, agosto e setembro. A exploração, baseada no “risco”, ocorre de dois em dois dias. O preço varia de 1,20 a 2 reais o quilo. A goma retirada é vendida para a fábrica Rondo Rubber, localizada quase a frente da propriedade. Segundo informações do produtor, há outros 4 seringalistas na região. Vale ressaltar que a propriedade conta com uma linha de Transmissão da Eletronorte.

- **Sítio da Linha 188:** Área de apicultura localizada no município de Rolim de Moura. Segundo dados coletados com um destes produtores, morador da Linha 188, a área engloba alguns dos integrantes da Associação dos Produtores de Mel da Chapada dos Parecis (52 associados), que atende toda a Zona da Mata rondoniense. O produtor afirma ter se iniciado na atividade no ano de 1982, tão logo abandonou a exploração de seringais. Em 1989, estimulado com sua produção, realizou cursos de capacitação junto ao SEBRAE-RO. Atualmente ele trabalha com cerca de 100 caixas em seu apiário, montadas nas proximidades da mata de seringais e caxetas em sua propriedade (de onde as abelhas retiram os polens). As abelhas utilizadas são híbridas da abelha africana e a europeia. Funcionando em regime familiar, sua propriedade produz cerca de 2300 kg de mel por ano (em média cada caixa produz cerca de 20 a 30 kg). O mel, beneficiado em sua propriedade, é vendido para Rolim de Moura e municípios vizinhos.
- **Fazenda Gavião Linha 204:** A maior fazenda se destaca pela pecuária de corte efetivada com um rebanho de quase 1000 cabeças. O proprietário é morador de Cacoal e dono de uma serraria. Na fazenda vivem o gerente e sua família, além de dois vaqueiros. O rebanho conta com 6 touros reprodutores, sendo que alguns são registrados. A propriedade possui 360 alqueires, sendo 180 de pastagens divididas em piquetes de 3 a 6 alqueires, cada um (cada pasto serve a 70 animais). O pasto utilizado é o braquiara. A fazenda possui todo maquinário para preparar o terreno e plantar o pasto. A água da fazenda é puxada da represa encontrada na propriedade e levada para caixa d'água. A linha 204, onde se localizada a fazenda, conta com transporte escolar que leva as crianças para linha 25. Há um Posto de Saúde no distrito Nova Estrela que atende aos moradores. A energia elétrica é fornecida pela Ceron. Na linha foi identificada também uma granja de galinha. Nesse trecho da AID do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 foram contabilizadas em média 20 casas.

- **Linha 45:** Localidade onde vivem cerca de 40 famílias residentes. A linha não possui escola e nem posto de saúde (há, no entanto, agentes comunitários no local). A energia elétrica é fornecida pela Ceron e, nos últimos três anos, todas as casas foram atendidas pelo Programa Luz Para Todos. Há um pequeno centro social e simbólico que conta com bar, igreja e campo de futebol, além de um pequeno mercado. A economia local gira em torno da pecuária leiteira e do plantio de tomates, dos tipos Ipacês e St. Delia. O leite é vendido ao laticínio Nova Estrela, em São Felipe do Oeste. Foi identificada uma importante festa católica na localidade, devotada à Nossa Senhora da Graça. Segundo os moradores, o festejo atrai fiéis de toda Rondônia, além dos moradores das demais comunidades rurais de São Felipe do Oeste.
- **Distrito de Querência do Norte:** O distrito de Querência do Norte é habitado por cerca de 100 famílias espalhadas em lotes de, em média, 15x30 m. Seus moradores são originários, em sua maioria, do estado do Espírito Santo e do Paraná. As terras eram parte do projeto de assentamento do INCRA. A economia do distrito se baseia na pequena agricultura e nos serviços oferecidos nas fazendas de pecuária de corte das imediações. A propriedade de destaque, identificada pelos próprios moradores, é a Fazenda Sorocaba. No distrito há Posto de Saúde; uma vez por semana um médico visita a localidade. Além disso, há escola de ensino fundamental e médio. A água é encanada e provém de poço artesiano. O distrito não possui rede de esgoto. Foi identificado também um mini-estádio e um ginásio poliesportivo. Com relação ao sistema de telefonia, existe sinal de celular só para quem possui antena, mas tem orelhão e telefone fixo. O distrito também conta com uma sub sede do sindicato de produtores rurais. As ruas não são asfaltadas. **Sub-trecho 6: Parecis a Chupinguaia**

O sub-trecho 6 atravessa os municípios de Parecis e Chupinguaia. Ambos fazem parte da micro-região de Vilhena e se caracterizam pela intensa produção agropecuária, realizada em grandes fazendas.

A partir das imediações da zona rural do município de Parecis, precisamente da Linha kapa 24, nota-se a presença de grandes propriedades dedicadas à criação de gado de corte, tais como as Fazendas Santa Maria, Bandeirantes, Juliana e Imaculada. A paisagem tomada por grandes latifúndios se torna ainda mais dominante nas imediações do município de Chupinguaia, onde se percebe uma grande circulação de caminhões de transporte de bois em direção ao frigorífico de Chupinguaia, pela via de acesso sem asfalto denominada de Estrada do boi. As fazendas possuem de 1000 a 2000 alqueires. A exceção é dada pelo entorno do distrito de Novo Plano, em Chupinguaia, onde pôde ser observado um conglomerado de sítios e pequenas propriedades de 20 a 50 alqueires.

A economia da região se destaca pela **pecuária de corte, com poucas ilhas de produção leiteira** (notadamente no Distrito de Novo Plano). A densidade populacional é baixa, o que também se reflete na escassez de serviços básicos de educação e saúde. A exceção, que de certa forma confirma a regra, é o distrito de Novo Plano, que congrega uma área ainda bastante povoada do município. Para educar seus filhos, os funcionários das grandes fazendas precisam contar com a presença de transporte escolar para enviar os jovens estudantes às escolas de Querência do Norte ou Novo Plano. Também não se observa a presença de postos de saúde. Mais uma vez, a exceção é o distrito de Novo Plano, em Chupinguaia.

**Quadro 3.6.5.11-12 - Serviços Básicos no Sub-trecho 6 - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Educação	Saúde
Fazenda Cruzeiro do Sul (Capa 24)	Escola de ensino fundamental e médio em Querência do Norte	Agente de Saúde e Posto de Saúde em Querência do Norte
Linha 85, capa 40	Escola de ensino fundamental na linha 46	Posto e Agente de Saúde na Linha 46
Linha 85, capa 42		
Distrito de Novo Plano	Escola de ensino fundamental e médio	Posto e Agente de Saúde
Fazenda Imaculada (estrada do boi)	Escola de ensino fundamental e Médio na sede de Chupinguaia	Postos de Saúde na sede de Chupinguaia

Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Os demais serviços de infraestrutura dependem, em larga medida, do investimento dos proprietários das grandes fazendas da região. O abastecimento de água provém, basicamente, de poços artesianos. As instalações sanitárias são em sua maioria fossas rudimentares. Não há coleta regular de lixo e também não se encontra, à exceção de ônibus escolares, transporte público (apenas o Distrito de Novo Plano parece contar com tais serviços). Em contrapartida, todas as propriedades são abastecidas por energia elétrica.

**Quadro 3.6.5.11-13 - Infraestrutura no trecho 6 da AID - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
<b>Fazenda Cruzeiro do Sul (Capa 24)</b>	Fossa	Poço	Enterra	Sim	Não	Não
<b>Linha 85, capa 40</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Não	Não
<b>Linha 85, capa 42</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Não	Não
<b>Distrito de Novo Plano</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão	Ônibus
<b>Fazenda Imaculada (estrada do boi)</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	X	Não

Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 7 - Trecho da rodovia do boi, em Chupinguaia.**

Ao longo do sub-trecho 6, a equipe visitou:

- **Fazenda Cruzeiro do Sul, kapa 24 linha 65:** Propriedade dedicada à criação de gado bovino de corte, a fazenda Cruzeiro do Sul tem uma área estimada de alqueires. Seu proprietário vive em Buritis, onde também é dono de uma pequena indústria de transformação. A propriedade conta com um contingente fixo de 8 empregados, sendo 4 deles moradores, junto com suas famílias, na própria fazenda. Segundo informações recolhidas junto ao gerente e administrador da propriedade, são abatidas cerca de 700 cabeças de gado por ano. A carne é vendida ao frigorífico Independência, localizado no município de Rolim de Moura. Os serviços médicos e escolares utilizados pelos empregados da fazenda são obtidos no Distrito de Querência do Norte. Além disso, possui também tanque com criatório de peixe para o consumo, como Tambaqui e Tilápia. Toda a área circundante à propriedade é ocupada por grandes fazendas, com destaque para a fazenda Sorocaba, vizinha à Cruzeiro do Sul. Na linha 70 também encontradas as fazendas Santa Maria e Bandeirantes.
- **Linha 85 com a Capa 40:** A Linha 85 marca a divisa entre pequenos de 180 alqueires e uma grande fazenda de 800 alqueires. Segundo informante, que vive num destes lotes, as pequenas propriedades são habitadas por membros de uma mesma família extensa, composta por 6 pessoas divididas em duas casas. Seus moradores vivem da pecuária leiteira. Os serviços básicos de saúde e educação são obtidos num pequeno povoado encontrado na linha 46, onde há uma escola de ensino fundamental e um posto de saúde. Foi identificada também uma associação de produtores na linha 46.

- **Linha 85, kapa 42:** As propriedades da Linha 85, Capa 42, são originários de um projeto de assentamento do INCRA, denominado Gleba Corumbiara. Os lotes originais possuíam cerca de 21 alqueires. Atualmente, eles são constituídos em média por 40. A produção dominante do trecho é dada pela pecuária de leite. Em apenas um caso, foi observada a existência de uma pequena granja. Também foi observada a existência de uma associação de produtores que conta com 32 associados espalhados pelas linhas 40, 42 e 44. A associação possui um resfriador que armazena o leite produzido por seus associados até ele ser transportado para Ouro Preto do Oeste ou Alto Alegre dos Parecis.
- **Distrito de Novo Plano:** O distrito de Novo Plano é pertencente ao município de Chupinguaia e possui população estimada de 600 habitantes, sendo 300 da zona rural (sítios) próxima e 300 da sede. A área onde ele está assentado pertencia a uma Usina de Cana de Açúcar abandonada e foi invadida pelos primeiros moradores. No início, as terras foram divididas em pequenos lotes de 21 alqueires. Ainda hoje, os habitantes da vila lutam pela posse da documentação das terras, cujo julgamento está em trâmite na justiça. A maioria dos moradores do distrito se dedica à criação de gado de leite (o distrito é considerado bacia leiteira do município). Novo Plano possui luz elétrica. Possui escola de ensino fundamental e médio, com cerca de 600 alunos. Há um Posto de Saúde com ambulância que transporta pacientes com doenças mais graves para Chupinguaia. Além disso, o distrito recebe a visita de um médico uma vez por semana. O distrito possui vias de acesso para os municípios de Pimenta Bueno, Chupinguaia e Vilhena. Além disso, ele conta com posto de gasolina, 2 farmácias e com coleta de lixo que ocorre 3 vezes por semana. O abastecimento de água é feito através do posto artesiano e o saneamento através de fossa. Identificou-se um grande problema de energia na região, já que os moradores reclamam que a luz cai muito e ainda é muito cara. O principal lazer do local é o campo de futebol. Existem cerca de oito igrejas entre católicas e evangélicas. Com relação à telefonia tem apenas telefone fixo e orelhão.
- **Fazenda Imaculada:** Localizada na conhecida “Rodovia do boi”, responsável pelo escoamento da produção pecuária de Chupinguaia, a Fazenda Imaculada tem uma área de 1600 alqueires e conta com um rebanho de quase 3000 cabeças de gado. A Fazenda possui cerca de 6 funcionários, sendo 3 deles fixos e moradores da propriedade. Seu proprietário vive em São Paulo. Os serviços de educação e saúde são obtidos na sede de Chupinguaia (Há ônibus escolares para transportar os jovens). A água é obtida por meio de poço artesiano localizado na própria fazenda. O esgoto é jogado em fossa. Não há serviço telefônico, exceto através de antenas portáteis.

## Sub-trecho 7: Corumbiara a Cabixi.

O sub-trecho 7 atravessa os municípios de Corumbiara, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Cabixi. A região se destaca pela presença ostensiva do agronegócio exportador voltado para a produção de soja e milho sorgo. Um dos dados a serem observados neste trecho é a incorporação de pequenas unidades agrícolas ao movimento do negócio dos grãos, por meio de arrendamentos patrocinados por grandes empresas. Pode-se dizer também que certos fatores ambientais acabam por fortalecer a expansão da soja no cone sul do estado. A predominância do cerrado contribui financeiramente para a ocupação da área, pois a derrubada e florestas tornariam o empreendimento muito caro e dispendioso. Nestas regiões, o relevo também favorece este tipo de lavoura, na medida em que, praticamente plano, ele facilita a mecanização da produção. Ambos os fatores são de extrema importância para a conquista do mercado internacional, na medida em que a concorrência exige baixos custos de produção.

O cenário social e econômico do sub-trecho 7 pode ser dividido em duas partes. Na primeira delas, que abrange as propriedades localizadas entre o Projeto de Assentamento Adriana e o Eixo 2, observa-se uma presença ostensiva da pecuária leiteira, repetindo o cenário encontrado em quase todos os sub-trechos visitados pela equipe de pesquisadores. Como noutros lugares, a produção é realizada em pequenos lotes de terra, de 20 a 50 alqueires; o regime de trabalho é eminentemente familiar e o seu resultado vendido a laticínios da região.



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 8 - Área de plantio de soja em Cabixi-RO.**

A paisagem, no entanto, começa a se transformar na medida em que se aproximam os lotes da Linha 06 e da Linha 11, em Cabixi. Surgem pela primeira vez as propriedades dedicadas ao plantio de soja e milho sorgo. A produção, pelo que se pôde observar, é

realizada tanto em grandes áreas como em propriedades médias. Também se observam a presença de secadores de propriedade de grandes empresas que condensam toda a produção local.

Os serviços básicos, em todo o sub-trecho 7, são oferecidos nos pequenos e médios aglomerados urbanos da região: nos distritos de Alto Guajarus e de Novo Colorado, em Rondolândia e na sede do município de Cabixi. A exceção é a Linha 05, em Corumbiara, que possui escola que atende aos moradores da mesma linha e do PA Adriana. De um modo geral, são 5 os locais onde os moradores visitados dizem encontrar escolas de ensino fundamental e médio, além de postos de saúde.

**Quadro 3.6.5.11-14 - Serviços Básicos no Trecho 7 - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Educação	Saúde
<b>PA Adriana</b>	Escola de ensino fundamental na Linha 05	Agente de Saúde no local; Posto de Saúde em Alto Guajarus;
<b>Linha 05</b>	Escola de ensino fundamental na Linha 05	Agente de Saúde no local; Posto de Saúde em Alto Guajarus;
<b>Distrito de Alto Guajarus</b>	Escola de ensino fundamental e médio	Agente de Saúde no local; Posto de Saúde
<b>Rondolândia</b>	Escola de ensino fundamental;	Agente de Saúde no local; Posto de Saúde;
<b>Eixo 2</b>	Escola de Ensino Fundamental e Médio em Novo Colorado;	Agente de saúde no local; Posto de Saúde em Novo Colorado;
<b>Linha 11</b>	Escola de Ensino Fundamental e Médio na sede de Cabixi	Agente e Posto de Saúde em Cabixi;

Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Os serviços básicos de infraestrutura são comuns a todo o subtrecho estudado, à exceção do sistema de comunicação e do transporte público disponível. Em geral, a água é fornecida por poços artesianos instalados nas propriedades. O PA Adriana, em especial, conta com abastecimento através de minas d'água distribuídas ao longo do assentamento. O lixo, em todas as localidades, não é recolhido, sendo enterrado ou queimado pelos moradores. A comunicação se dá via celulares em todo o sub-trecho, com exceção das regiões próximas ao Distrito de Alto Guarajus. O transporte público é precário, sendo apenas encontrado nos distritos de Novo Colorado e Alto Guarajus, além do pequeno aglomerado de Rondolândia.

**Quadro 3.6.5.11-15 - Infraestrutura no trecho 7 da AID - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
<b>PA Adriana</b>	Fossa	Mina d'água	Enterra	Sim	Não tem	Não
<b>Linha 05</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Não tem	Não
<b>Distrito de Alto Guajarus</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão e fixo	Ônibus
<b>Rondolândia</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão e fixo	Ônibus
<b>Eixo 2</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	X	X
<b>Linha 11</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular e fixo	Não

Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Ao longo do sub-trecho 7, a equipe de pesquisadores visitou:

- **Assentamento Adriana:** O assentamento Adriana foi criado no ano de 1994, depois de quase 3 anos de intenso conflito coordenado junto ao Movimento dos Sem-Terra. Ele possui 82 lotes habitados por cerca de 34 famílias. Os assentados vivem da produção de gado de leite, além do cultivo de arroz e milho para o consumo das famílias do local. O leite é vendido para um laticínio localizado no distrito de Alto Guarajús. Segundo informações recolhidas com alguns assentados, há um projeto em vigor para incentivar a produção de açúcar mascavo e rapadura. Alguns assentados começaram a plantar terrenos há 3 anos e hoje possuem, em conjunto, cerca de 10 hectares de plantação de cana.

A energia elétrica chegou ao assentamento em 2008 através do Programa Luz Para Todos, financiado pelo Governo Federal. O abastecimento da água é feito por nascentes encontradas em todos os lotes. As crianças do assentamento freqüentam a escola Pé da Serra, para onde são levadas por ônibus escolares fornecidos pela prefeitura. Para realizarem o ensino médio, eles precisam se deslocar para o distrito de Alto Guarajús, município de Corumbiara. Há um Posto de Saúde desativado e dois agentes de saúde.

- **Linha 05:** Os lotes da linha 5, em sua maioria, medem cerca de 50 alqueires. As terras pertenciam PA de Colorado, criado pelo INCRA. Os moradores da região se dedicam à criação de gado leiteiro. Encontra-se, nesta linha, uma pequena associação de produtores. Ali, os associados contam com um resfriador que armazena a produção leiteira até ela ser transportada para os laticínios de Corumbiara ou Colorado do Oeste. Na mesma linha também foi observada uma escola de ensino fundamental, que atende aos jovens da região e do PA Adriana. As propriedades do trecho possuem energia elétrica e água encanada saída do poço. O esgoto é depositado em fossas e o lixo queimado ou enterrado.
- **Distrito de Alto Guajarus:** Antiga área de assentamento do INCRA com lotes de 21 alqueires. Distrito de Corumbiara. É habitado por cerca de 100 famílias. Sua economia gira em torno do gado de leite. No local, há uma associação que possui resfriador. O leite produzido é vendido em para Corumbiara e Cerejeiras para os laticínios Multibom e Semprebom. O distrito possui posto de saúde e médico que atende uma vez por mês. Há uma escola de ensino fundamental e ensino médio. As casas são abastecidas com energia elétrica. Também se encontram um posto de gasolina e duas farmácias. Não há sinal para celulares, mas o distrito é atendido com telefone fixo e orelhão. As terras do distrito ainda



não foram tituladas, já que o INCRA ainda não regularizou a situação dos moradores.

- **Rondolândia.** Aglomerado urbano de Corumbiara habitado por 25 famílias. Economia baseada na pecuária leiteira. Há escolas de ensino fundamental e médio. Conta com agentes de Saúde. É abastecido com luz elétrica. A água vem de poço artesiano. O saneamento básico é baseado fossas. Não há coleta de lixo. Os telefones são o fixo e o orelhão.
- **Eixo 2:** O eixo 2 comporta propriedades remanescentes do Projeto de Assentamento Pimenta Bueno. Os lotes possuem, em média, 42 alqueires. A maioria dos seus proprietários se dedica à pecuária leiteira. O gado de corte, quando observado, é realizado tem três propriedades de 200 alqueires. O leite produzido na região é vendido sem resfrição para um laticínio de Cerejeiras. Há uma instalação escolar ainda em não funcionamento (ela foi construída há 4 anos). Os jovens em idade escolar se utilizam de transporte municipal para estudarem no distrito de Novo Colorado. Os serviços médicos também são oferecidos no distrito, que possui Posto de Saúde e atendimento médico pelo menos uma vez a cada 15 dias. Como em outras áreas similares, as propriedades do Eixo 2 são abastecidos com água de poço artesiano e contam com fossas para o esgoto doméstico. Há sistema elétrico e o lixo precisa ser enterrado nas propriedades. Não há transporte público e a comunicação pode ser feita através de telefones celulares e fixos.
- **Propriedade na Linha 11:** Fazenda com cerca de 700 ha dedicado à criação de gado leiteiro e à plantação de milho e soja. Enquanto a produção leiteira é realizada aos custos do proprietário, a lavoura de grãos se realiza por meio de arrendamentos. Dos 700 ha de sua propriedade, 350 deles são destinados ao cultivo de soja e milho pela empresa Agroplan, de Vilhena. Todo o custo operacional da produção que envolve o maquinário – tratores, secadores, colheitadeiras – e os tratos da lavoura – uso de pesticidas e irrigação – são de responsabilidade dos contratantes. Todos os seus moradores se deslocam para a sede do município em busca de educação e saúde.

### **Sub-trecho 8: Comodoro a Vila Bela da Santíssima Trindade**

O sub-trecho 8 atravessa os municípios mato-grossenses de Comodoro, Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade. A área, de ocupação relativamente recente no estado, se caracteriza por sua baixa densidade populacional e por sua economia agrícola e pecuária altamente desenvolvida e modernizada.

O sub-trecho 8 é marcado pela presença ostensiva de grandes propriedades rurais cercadas por extensas áreas de mata. A produção dominante é a da pecuária de corte associada à lavoura de grãos, notadamente a soja e o milho. Voltados para o mercado exportador, essas propriedades são altamente mecanizadas e contam com mão-de-obra restrita e ao mesmo tempo bastante qualificada.

A distância dos principais aglomerados urbanos e a baixa densidade populacional das áreas rurais da região parece explicar a ausência quase geral de serviços públicos básicos, tanto nas áreas de grandes fazendas, em Comodoro e Nova Lacerda, como no PA Santa Helena, localizado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. Não há, pois, escolas ou postos médicos na região (embora se encontre agentes de saúde na Fazenda Fortaleza do Guaporé e PA Santa Helena). Seus habitantes precisam se deslocar para áreas rurais próximas ou mesmo para os centros urbanos em busca destes serviços.

**Quadro 3.6.5.11-16- Serviços Básicos no Trecho 8 -  
Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Educação	Saúde
Fazenda Curitiba.	Não	-
Fazenda Vitória do Guaporé	Não	-
Fazenda Fortaleza do Guaporé.	Não	Agente de Saúde
PA Helena	Não	Agente de Saúde

Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

A infraestrutura básica do sub-trecho pesquisado está, em sua maior parte, sob a responsabilidade das grandes empresas de agronegócio. O saneamento é dado por fossas sépticas. A água provém de poços artesianos e é tratada nas propriedades. O lixo é enterrado. A comunicação se dá via telefones celulares abastecidos com antenas portáteis. O transporte é privado, assim como a rede elétrica instalada nos locais. A exceção do trecho pode ser exemplificada pelo PA Santa Helena. Contando com fossas comuns, águas de poço semi-tratada (com cloro) e sem acesso a celulares, o assentamento é abastecido por luz elétrica e é atendido por ônibus municipais.

**Quadro 3.6.5.11-17 - Infraestrutura no trecho 8 da AID - Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
Fazenda Curitiba.	Fossa	Poço	Enterra	Sim	Celular	-
Fazenda Vitória do Guaporé	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	-
Fazenda Fortaleza do Guaporé.	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	-
PA Helena	Fossa	Poço	Enterra	Tem	-	Ônibus

Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

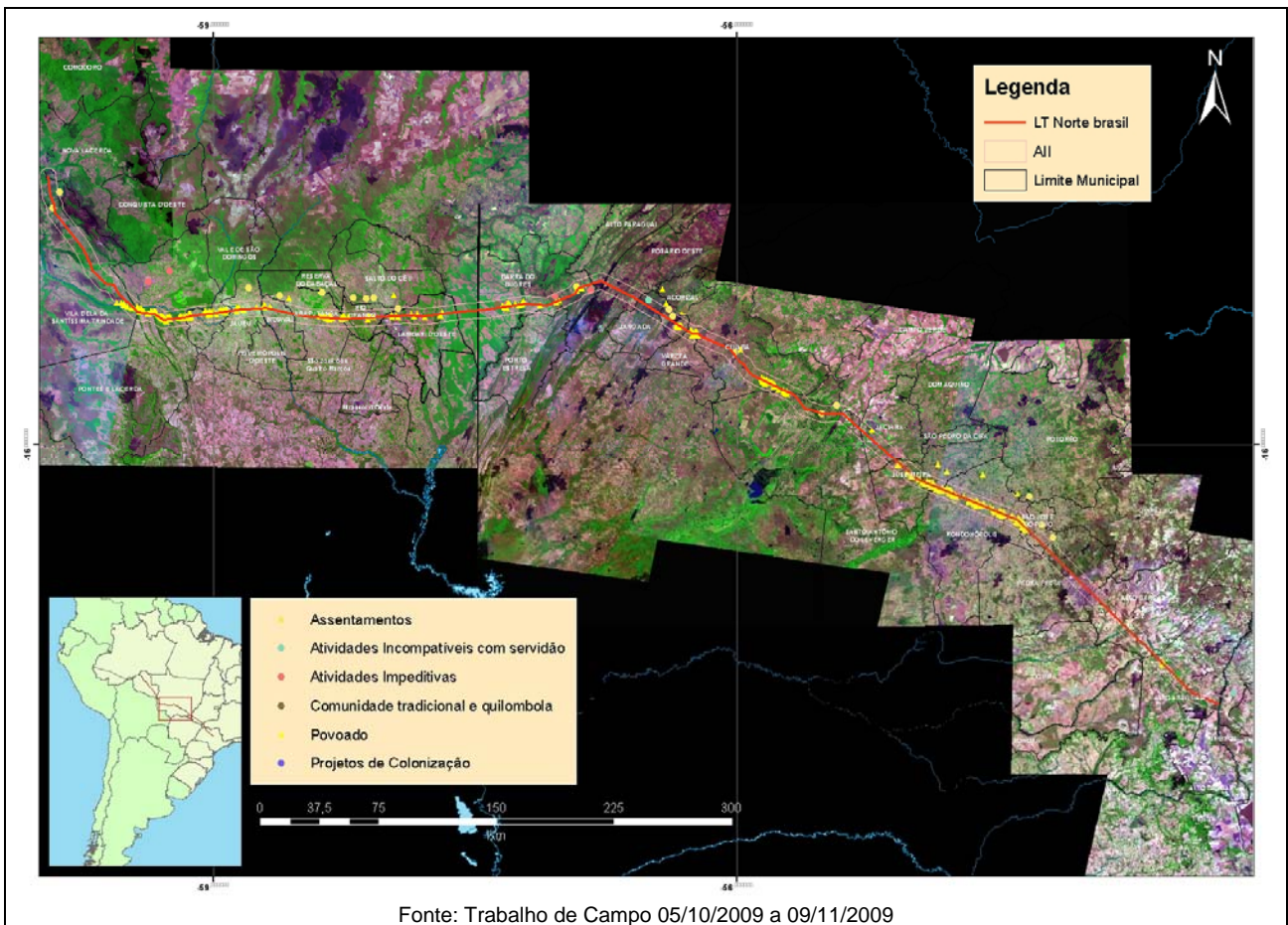
Ao longo do sub-trecho 8, a equipe de pesquisadores pôde identificar:

- **Fazenda Curitiba:** Propriedade localizada próximo aos limites estaduais de Rondônia e Mato Grosso, a fazenda Curitiba se caracteriza pelo cultivo de soja e

pela manutenção de uma pecuária de corte de tipo extensivo. Segundo informações recolhidas por moradores de Cabixi, os funcionários desta fazenda vivem nestes municípios e se deslocam diariamente para a propriedade. Há relatos de conflitos intensos entre grileiros e os supostos proprietários das terras. Segundo alguns informantes, mortes já ocorreram na região.

- **Fazenda Vitória do Guaporé.** Localizada no município de Comodoro, a fazenda se dedica à criação de gado e ao plantio de soja e milho sorgo. Há escolas para as famílias dos seus funcionários, assim como assistência médica.
- **Fazenda Fortaleza do Guaporé.** Localizada no município de Nova Lacerda, a fazenda Fortaleza do Guaporé guarda semelhanças com a fazenda anterior. Além de também contar com escola e assistência de saúde, ela garante transporte para seus funcionários residentes no local.
- **PA Santa Helena.** Criado há dois anos pelo INCRA, o PA Santa Helena conta com 160 lotes entre 30 e 42 alqueires. Os assentados, oriundos, em sua maioria, de regiões próximas, se dedicam à pecuária leiteira. Cada produtor possui em média 20 cabeças. O leite, vendido a laticínios de Conquista do Oeste, chega a ser negociado por 48 centavos o litro (com resfriador). Há uma associação de produtores do assentamento que conta com 160 associados. A associação possui sede. A associação não possui escola. Os alunos, para poderem estudar, se deslocam nos ônibus da prefeitura em direção a Gleba Guaporé, onde há instalada uma escola municipal. Também não se encontra Posto de Saúde, embora haja agentes comunitários que moram na localidade. A água provém de poços artesianos. O saneamento depende de fossas sépticas. Há luz elétrica e comunicação via celular.
- **Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

O traçado previsto para a construção da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02, entre os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Alto Araguaia, atravessa seus próximos 800 Km do estado do Mato Grosso. Ao todo foram definidos 5 sub-trechos de ocupação, assim classificados de acordo com algumas características gerais. Eles se distribuem entre 23 municípios do estado de Mato Grosso. A seguir são apresentadas as áreas percorridas.



**Figura 3.6.5.11 - 2- Áreas percorridas no Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

### **Sub-Trecho 9: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) a Jauru (MT)**

O sub-trecho 9 atravessado pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 no estado de Mato Grosso abrange parte dos territórios dos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Vale de São Domingos e Jauru. Em termos gerais, nele se encontram distribuídas pequenas propriedades e fazendas comumente orientadas para a criação de gado para produção de leite, no caso das primeiras, ou para produção de carne, no caso das segundas.

O sub-trecho 9 pode ser caracterizado pela presença hegemônica de pequenas propriedades, entremeadas por grandes fazendas distribuídas ao longo das rodovias da região. Segundo depoimentos, a maioria das pequenas propriedades do sub-trecho não possui regularização fundiária, à exceção, claro, dos assentamentos rurais. Em geral, as ocupações foram constituídas, em sua maioria, nos últimos 40 anos, sendo formadas por migrantes do sul e sudeste que chegaram ao Mato Grosso atrás de terra e trabalho. A maioria dos proprietários dispõe apenas de recibos de compra e venda para garantir a posse do terreno e realizar transações econômicas. A ausência de titulação legal implica um tipo específico de propriedade de terras, baseado nas noções de *trabalho*, na medida em que a posse do terreno se dá e se legitima, muitas vezes,

através da sua transformação em área produtiva para a agricultura ou pecuária. Por outro lado, o desconhecimento legal dessa forma de ocupação cria uma série de dificuldades de acesso a programas de financiamento oficiais, como o Pronaf, o que acaba por comprometer a capacidade de investimento de muitas destas famílias que dependem das atividades agrícolas.

A principal fonte de renda dos pequenos proprietários da região provém da pecuária de leite, realizada em regime de trabalho familiar e cuja produção é comercializada para laticínios instalados nos municípios da região. Apesar de alegarem baixa remuneração da produção, já que os preços, segundo dizem, são muito aquém do necessário, os produtores afirmam ser o leite a base de sobrevivência de muitas famílias. A pecuária leiteira, embora hegemônica entre os pequenos produtores, é constantemente associada a trabalhos realizados em propriedades vizinhas de outros pequenos proprietários ou mesmo fazendas. Os entrevistados registraram que sempre aparecem serviços rurais como conserto de cercas, plantio e limpeza de pastos a serem feitos, correspondendo a uma remuneração diária de R\$ 25,00.



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 9 - Pecuária leiteira no Córrego do Barretos, Jauru.**

As localidades encontradas ao longo do sub-trecho 9 contam com serviços parcos, mas regulares de educação e saúde. Instituições de ensino só puderam ser observadas nos pequenos aglomerados urbanos da região, como o Km 8, em Vila Bela da Santíssima Trindade, e a Maquina Queimada, em São Domingos. A exceção é a Vila de Taquaruçu, em Jauru, onde seus moradores precisam se deslocar para o distrito de Lucialva para poderem estudar. As áreas rurais e os assentamentos encontrados e registrados não possuem escolas, mas eles são atendidos por transporte escolar, responsáveis por levar crianças e jovens a escolas instaladas em regiões rurais próximas ou nas áreas urbanas das imediações.

**Quadro 3.6.5.11-18 - Educação no sub-trecho 9 - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Município	Localidade	Serviços de educação	Descrição
Vila Bela da Santíssima Trindade	KM 8	Sim	Escola de ensino fundamental. Os alunos do ensino médio se dirigem em ônibus da prefeitura para a sede municipal.
Vila Bela da Santíssima Trindade	PA Coronel Ari	Não há escolas no assentamento.	Transporte escolar para o PA Pecuária II, onde se oferece ensino fundamental e médio
Pontes e Lacerda	PA Córrego da Onça	Não há escolas no assentamento.	Transporte escolar para a sede municipal de Pontes e Lacerda.
Vila de São Domingos	Distrito de Máquina Queimada	Sim	Ensino Fundamental. Há ônibus que transportam os alunos do ensino médio até a escola localizada na sede da Vila de São Domingos.
Vila de São Domingos	Gleba Barretos	Não há escolas na localidade.	Transporte escolar para comunidade próxima e sede municipal de São Domingos
Jauru	Vila de Taquaruçu	Não há escola na vila.	A escolada localidade foi desativada. Transporte escolar para o distrito de Lucialva e para a sede de Jauru.

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Os serviços de saúde na região estudada se restringem à presença esporádica de postos de saúde e da ação constante de agentes comunitários. Na totalidade dos casos, os informantes disseram que, para cuidar de casos mais graves, cirurgias ou internações, eles precisam se deslocar para grandes centros urbanos que servem como pólos, tais como Cáceres ou Cuiabá. Apenas o distrito de Máquina Queimada conta com posto de saúde. As demais localidades são exclusivamente atendidas pela presença de agentes que se responsabilizam por marcar consultas nas cidades, controlar casos de hipertensão arterial e distribuir remédios e cloro para tratamento de água. Na vila de Boa Esperança (Km 8), um médico atende os moradores uma vez por mês na igreja católica da localidade.

**Quadro 3.6.5.11-19 - Serviços de saúde no sub-trecho 9 Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Município	Localidade	Serviço de Saúde	Descrição
Vila Bela da Santíssima Trindade	KM 8	Sim	Não há postos de saúde. Mas há agentes de saúde. Médico atende na escola da localidade.
Vila Bela da Santíssima Trindade	PA Coronel Ari	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.
Pontes e Lacerda	PA Córrego da Onça	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.
São Domingos	Distrito de Máquina Queimada	Sim	Posto e Agente de Saúde.
São Domingos	Gleba Barretos	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.
Jauru	Vila Taquaruçu	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

A infraestrutura básica das localidades visitadas se assemelha em diversos aspectos. De modo geral as residências visitadas dispõem de razoável infraestrutura. Embora as moradias dos pequenos produtores sejam constituídas de poucos cômodos, elas dispõem de recursos básicos; não sendo incomum encontrar moradias com itens de conforto adicional. A estrutura física das residências na sua maioria é constituída por

tijolos (raramente por madeira), com bom acabamento externo (reboque, pintura e telhado), sendo inclusive encontradas casas já com forros e pisos de cerâmica.

A energia elétrica está presente na maioria dos imóveis, especialmente em assentamentos rurais, embora em alguns deles esse recurso viesse a estar disponível recentemente, através do programa de eletrificação rural do governo federal (Programa Luz Para Todos). Por conseguinte, em muitas propriedades foi possível encontrar eletroeletrônicos básicos, como televisores, geladeiras e rádios; e em algumas delas itens adicionais, como freezer, chuveiro elétrico, ventiladores, tanques de lavar e antena parabólica. Além da aquisição de novos tipos de eletrodomésticos há a substituição de equipamentos antigos por modelos recentes.

A água, na maioria dos casos, provém de poços artesianos; o tratamento, quando ocorre, se restringe ao uso de pastilhas de cloro. A exceção se dá no distrito de Máquina Queimada, atendido por sistema de tratamento e distribuição (a infraestrutura da represa, tratamento e encanamento foi fornecida através do Governo Federal em 2007). Na comunidade do Km 08 (município de Vila Bela da Santíssima Trindade), por sua vez, há um projeto para encanamento da água.

O saneamento básico se revela bastante homogêneo entre as localidades visitadas, sejam elas rurais ou urbanas. Os detritos são, em geral, despejados em fossas sépticas ou rudimentares construídas nas propriedades. A exceção, mais uma vez, é dada pelo Distrito de Boa Esperança, que conta com sistema de esgoto já instalado. Um problema ainda a ser resolvido é a coleta e/ou tratamento do lixo residencial não orgânico. Em praticamente todas as comunidades rurais, especialmente onde as residências são espacialmente distantes, não há coleta de lixo. O lixo residencial é geralmente depositado em buracos no solo, onde é posteriormente queimado. Apenas em Boa Esperança observou-se a existência de coleta de lixo, realizada duas vezes por semana.

**Quadro 3.6.5.11-20. Infra-estrutura no trecho 9 da AID - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
<b>KM 8</b>	Fossa	Poço	Enterra	Sim	Orelhão e Celular	Ônibus
<b>PA Coronel Ari</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	Ônibus
<b>PA Córrego da Onça</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	-
<b>Distrito de Máquina Queimada</b>	Sistema de esgoto	Água Tratada e Encanada	Enterra	Tem	Fixo	Ônibus
<b>Gleba Barretos</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular com antena	-
<b>Vila Taquaruçu</b>	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Fixo	Ônibus

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

O sistema de comunicações se restringe ao uso de celulares com antena portátil, exceto nos pequenos aglomerados do Km 8, Máquina Queimada e Taquaruçu, que também contam com orelhões. As dificuldades de acesso às propriedades e

assentamentos é uma reclamação comum entre os entrevistados. As condições ruins das estradas (especialmente estradas vicinais) têm causado inúmeros prejuízos à vida rural, dificultando o acesso aos centros urbanos regionais e influenciando desde a educação de jovens, até a comercialização da produção. Em algumas localidades há estradas transitáveis somente no período seco. Nas comunidades rurais onde as dificuldades de locomoção por estrada já foram superadas, há linhas de ônibus com frequência e horários definidos. Isto foi observado no assentamento Coronel Ari onde há linhas de passageiros e no Km 08 onde há ônibus para outras glebas. Há vários outros exemplos, como a comunidade Boa Esperança, onde há transporte para Jauru-MT e a Vila de São Domingos-MT.

Ao todo, 7 localidades, entre sítios, povoados e assentamentos, foram visitadas pelos pesquisadores. Segue-se uma breve descrição de cada uma delas:

- **Vila São José (Km 8) (Vila Bela da Santíssima Trindade):** A vila de São José, também conhecida como Km 8, conta com população estimada de 80 famílias. A maioria dos seus habitantes é oriunda de outros estados do país que se deslocaram para Mato Grosso, nos anos de 1979 e 1980, em busca de terras e oportunidades de trabalho. Formado há cerca de 20 anos, o pequeno aglomerado urbano ocupou o lugar de uma antiga fazenda de gado de corte. Seus primeiros habitantes compraram parte do terreno da propriedade. A Vila São José, atualmente, tem sua economia voltada para o fornecimento de mão-de-obra para o setor de serviços e para a construção civil. Também se encontra, no local, um pequeno comércio de bares e mercadinhos. Muitos dos seus habitantes, para complementarem suas rendas, recebem benefícios do Bolsa Família. A vila é servida de uma escola fundamental, mas não conta com instituições de ensino médio. Para estudarem, os jovens precisam se deslocar para a sede municipal em ônibus administrados pela prefeitura. O agrupamento não possui Posto de Saúde, embora conte com agentes comunitários. Seus moradores, quando necessário, precisam se deslocar para a sede municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade ou esperar a visita quinzenal de um médico empregado da prefeitura. Doenças mais graves, internações e cirurgias são tratadas ou realizadas em Cáceres, a maior cidade da região. Para o lazer, o local conta com uma quadra de esportes, construída pela prefeitura. A água é fornecida via poço artesiano e semi-tratada com cloro fornecido pelos agentes de saúde. O esgoto não é tratado e lançado em fossas sépticas construídas nas propriedades;
- **PA Coronel Ari (Pontes e Lacerda):** Criado pelo INCRA, há cerca de 5 anos, o assentamento é fruto de uma invasão realizada ainda nos anos 80. Os assentados são oriundos de diversas regiões do país, chegados em Mato



Grosso trazidos pelos movimentos migratórios ocorridos a partir dos anos de 1970. Não parece haver registros na memória de seus moradores que indiquem conflitos pela luta dos terrenos. O que se sabe é que, durante o processo de regularização dos terrenos, ocorrido a 5 anos, o INCRA respeitou o recorte original proposto pelos invasores. Assim, diferentemente do que ocorre em outros assentamentos do estado, os lotes do PA Coronel Ari possuem tamanhos variados, indo, segundo informações, de áreas de 3 a 42 alqueires. A produção é baseada na criação de gado leiteiro. Também se observa, no PA, assentados que desempenham atividades diversificadas no setor de serviços da região. Coronel Ari não possui escola e as crianças e jovens precisam se deslocar, em ônibus contratados pela prefeitura de Pontes e Lacerda, ao assentamento Pecuária II, também no município, onde há instituição de ensino fundamental e médio. Não há, como noutros assentamentos do estado, Posto de Saúde, embora se observe a presença de agentes, responsáveis, entre outras coisas, por marcar atendimentos médicos na sede de Pontes e Lacerda. Uma vez por mês ocorrem mutirões de saúde, quando médicos e dentistas se deslocam ao assentamento para cuidar dos seus moradores. A água, tratada com cloro, provém de poços artesianos e o esgoto é lançado em fossas. O transporte público depende de ônibus “particulares” que levam e trazem os moradores da sede municipal. No assentamento, há igrejas católicas e evangélicas. Para o lazer dos seus moradores encontram-se bares e a sede da associação de produtores, onde ocorrem festividades e bailes.

- **Vila Rural Renascer:** Nas proximidades do centro urbano de Pontes e Lacerda, encontra-se o assentamento Vila Rural Renascer. Criado em 2003, dentro do programa Nossa Terra, Nossa Gente, do Instituto de Terra de Mato Grosso, ele inclui um universo de 48 famílias<sup>1</sup>. Seus moradores são oriundos de regiões rurais e urbanas do município de Pontes e Lacerda. Os assentados produzem basicamente hortifrutigranjeiros, banana, abacaxi, mamão, folhas, entre outros. O Governo, em parceria com a Administração Municipal, criou no município três feiras populares que são abastecidas basicamente com a produção do assentamento. Inclusive há um parceleiro cuja produção própria abastece toda a cidade, além dos mercados locais. As vilas rurais são implantadas próximas às áreas urbanas, para que as famílias possam ter fácil acesso a serviços como saúde, educação e segurança.
- **PA Córrego da Onça (Pontes e Lacerda):** Criado pelo INCRA em 1986, o assentamento possui área de 1200 hectares. A data de sua criação indica um

<sup>1</sup> O programa Nossa Terra, Nossa Gente, criado no início do atual Governo e executado em parceria com a Empaer, Inkra e Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (Setecs), é administrado pelo Intermat que concede lotes de terras para famílias de pequenos produtores rurais, onde são cultivados alimentos para subsistência, como feijão, milho, mandioca, frutas e hortaliças.

processo já antigo de assentamento, fruto das primeiras lutas por terra ocorridas ainda na virada dos anos de 1970 e 1980 no estado de Mato Grosso. Atualmente, ele conta com cerca de 70 assentados divididos em lotes que medem de 8 a 15 alqueires. A economia é dominada pela pecuária leiteira. O leite é, na grande maioria dos casos, entregue aos laticínios de Pontes e Lacerda ao preço de 50 centavos o litro. Para estudarem, as crianças e os jovens do lugar precisam se deslocar para a sede municipal em ônibus da prefeitura. Também não se encontra Posto de Saúde no assentamento; que é servido, assim, apenas pela presença de agentes comunitários. Em casos de doenças mais graves, internações ou cirurgias, os doentes são deslocados para Cáceres ou Cuiabá.

- **Distrito de Máquina Queimada (São Domingos):** Também conhecido como Boa esperança, o distrito de Máquina Queimada faz parte do município de São Domingos. Sua origem remete a uma invasão realizada sobre as terras de uma fazenda realizada em 1984. Atualmente, o distrito possui cerca de 84 casas. Sua economia está baseada na pecuária leiteira, associada a um pequeno comércio local. O leite é entregue nas cidades de Pontes e Lacerda, 4 Marcos, Araputanga e São Domingos. Há uma escola de ensino fundamental. Os jovens que precisam cursar o ensino médio se deslocam, através de ônibus, para a sede de São Domingos. Há um posto de saúde no local, onde um médico contratado pelo município atende uma vez por semana. Há quadra de esportes recentemente construída. Todo o distrito é atendido por luz elétrica. Não há, contudo, rede de esgotos e os moradores precisam se utilizar de fossas sépticas. A água provém de uma represa localizada no córrego da sardinha, próximo à localidade, é tratada numa pequena estação de tratamento e levada através de encanamentos às casas de seus habitantes.
- **Gleba Barretos (São Domingos):** A Gleba Barretos é formada por diversos pequenos sítios. Oriunda de um antigo assentamento já terminado (PA Aeroplano), a localidade é habitada por moradores que chegaram recentemente ao local. Sua economia é baseada na pecuária leiteira. O leite, resfriado, é vendido a laticínios de São Domingos, Pontes e Lacerda, Araputanga, entre outros da região. Alguns produtores também se utilizam dos seus rebanhos para a venda de novilhos e vacas produtivas. Os serviços de educação são oferecidos nas proximidades (fundamental) e na sede de São Domingos (médio). Não há posto de saúde na região, embora se encontre agentes comunitários. Apenas a sede municipal oferece locais de atendimento médico. A água provém de poços e minas (ambos os fornecimentos não incluem tratamento). Além disso, o esgoto é lançado em fossas sépticas distribuídas em cada propriedade. Como em outras localidades, a gleba também é atendida por energia elétrica;

- **Vila Taquaruçu (Jauru):** Formada por 45 famílias, a Vila Taquaruçu se destaca pela pecuária leiteira realizada em pequenas propriedades e pela pecuária de corte, observada em grandes fazendas próximas responsáveis por absorver parte da mão-de-obra local. Não há posto de saúde na localidade, embora se tenha notado a presença de agentes de saúde. Para demais serviços médicos, os habitantes precisam se deslocar para a sede municipal de Jauru. Em casos de doenças graves, cirurgias ou internações, seus habitantes se deslocam para Cáceres, embora tenha-se notado a presença de um hospital em Jauru (os moradores dizem que ele é mal-equipado). Para estudar, jovens e crianças se deslocam para o distrito de Lucialva através de ônibus cedidos pela prefeitura. A água é tratada e encanada. Não há rede de esgoto e os moradores se utilizam de fossas sépticas.

### **Sub-Trecho 10: Indiavaí a Jangada**

O sub-trecho 10 engloba parcelas dos municípios de Indiavaí, Araputanga, Rio Branco, Lambari d'Oeste, Barra do Bugres, Alto Paraguai, Rosário do Oeste e Jangada. Apesar de ter sido observada a existência de pequenas propriedades em algumas faixas do sub-trecho 10, a paisagem dominante nesta região é marcada pela presença de grandes fazendas que exploram a produção de gado de corte e os cultivos de cana e eucalipto. O destaque pode ser dado pelas áreas localizadas ao longo da rodovia que liga Indiavaí a Lambari do Oeste, com extensão até o Município de Barra do Bugres.

Em geral, as grandes propriedades encontrados no sub-trecho 10 da Linha de Transmissão se formaram através de aquisições de pequenas propriedades, realizadas por empresários originados em outras partes do país (hoje, alguns pequenos proprietários ainda procuram se manter em suas terras apesar de se dizerem pressionados pela expansão das grandes propriedades). Inicialmente, a região fora loteada pelo INCRA. Estes lotes foram titulados aos seus reais beneficiários, mas não ocorreram relatos precisos acerca da regularidade das propriedades atuais.

As propriedades voltadas para gado de corte se caracterizam pela presença de sistemas gerenciais complexos, com sistemas de monitoramento e manejo de pastagem. Nelas, além da especialização na engorda, encontra-se também a recria de animais. Algumas destas fazendas estão acima das 20 mil hectares e possuem rebanho que ultrapassam 20 mil bois em engorda. Algumas também plantam forrageiras e cereais para elaboração de ração para consumo próprio. A mão-de-obra necessária ao seu funcionamento é recrutada nas imediações das propriedades, em pequenos sítios e/ou nos aglomerados urbanos. Os contratos de serviço são, na maioria dos casos, formalizados, com uso de carteira de trabalho. As propriedades também se valem de trabalhadores temporários, altamente utilizados em certos

momentos da produção (plantio de pastos, etc.) ou na manutenção de benfeitorias (cercas, etc.).



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 10 - Cana de açúcar em Barra do Bugres.**

A silvicultura, com plantios de eucalipto (região de Barra do Bugres) e tecas (região de Lambari do Oeste) e o extrativismo, com a seringueira (região de Lambari do Oeste), também aparecem com alguma frequência ao longo da paisagem do sub-trecho 2. A cana-de-açúcar, em especial, aparece como a produção mais significativa na região de Lambari do Oeste e Barra do Bugres. Em geral, seu plantio é realizado em grandes extensões de terra anteriormente destinadas à pecuária de corte e de leite. A produção é voltada para abastecer usinas de açúcar e álcool recentemente estabelecidas no município de Lambari do Oeste. O cultivo destas grandes lavouras é feito sem mecanização, o que gera ocupações a muitos trabalhadores da região, ainda que sazonalmente. Também se nota o ingresso significativo de trabalhadores de outras regiões, especialmente nordeste, em função destas lavouras.

As localidades encontradas ao longo do sub-trecho 10 contam com serviços regulares, ainda que parques, de educação e saúde. Instituições de ensino, ainda que só de ensino fundamental, puderam ser observadas nos pequenos aglomerados urbanos da região, como Cachoeirinha e Currupira. As exceções são a Vila de Concórdia, em Barra do Bugres, e Vila Panorama, em Rio Branco, onde seus moradores precisam se deslocar para outras localidades para poderem estudar. Como se pôde notar também, as áreas rurais encontradas neste sub-trecho não possuem escolas, mas são atendidas por transporte escolar, responsáveis por levar crianças e jovens a escolas instaladas em regiões rurais próximas ou nas áreas urbanas das imediações.

**Quadro 3.6.5.11-21 - Educação no sub-trecho 10 - Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Município	Localidade	Serviços de educação	Descrição
Indiavaí	Fazenda Rancho Grande	Não	-
Indiavaí	Acampamento	Não	-
Araputanga	Distrito de Cachoeirinha	Sim	Escola de ensino fundamental. Na escola, que é estadual, há biblioteca e sala de computação. Atende jovens do distrito e da zona rural circunvizinha. Alguns dos professores são do distrito. Para o ensino médio os alunos estudam na sede de Araputanga.
Rio Branco	Vila Panorama	Não há escolas.	Transporte escolar para a sede de Rio Branco
Lambari do Oeste	Vila Concórdia	Não há escolas	Transporte escolar para comunidade próxima
Barra do Bugres	Fazenda Avenida	Não tem	-
Barra do Bugres	Fazenda de cana	Não tem	-
Barra do Bugres	Buriti Fundo	Não há escolas na comunidade.	As crianças da comunidade se dirigem a uma escola multisseriada de localidade próxima. A merenda escolar é oferecida regularmente. As crianças são transportadas por ônibus juntamente com os funcionários de fazendas. A professora vem da cidade. Os demais alunos – os do ensino médio - estudam em Barra do Bugres-MT.
Barra do Bugres	Distrito de Currupira	Sim	Escola de ensino fundamental
Rosário do Oeste	Fazenda Tamburi	Não tem	-

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

A infraestrutura básica das localidades visitadas se assemelha em diversos aspectos. De modo geral as residências visitadas dispõem de razoável infraestrutura. Embora as moradias dos pequenos produtores sejam constituídas de poucos cômodos, elas dispõem de recursos básicos; não sendo incomum encontrar moradias com itens de conforto adicional. A estrutura física das residências na sua maioria é constituída por tijolos (raramente por madeira), com bom acabamento externo (reboque, pintura e telhado), sendo inclusive encontradas casas já com forros e pisos de cerâmica.

As moradias dos trabalhadores de grandes fazendas, de modo geral, possuem estrutura melhor que aquelas encontradas nas pequenas propriedades rurais. São residências disponibilizadas pelas fazendas especialmente para os trabalhadores locais. Por terem sido construídas sob um planejamento integrado, as moradias estão comumente agrupadas em vilas, visando facilitar a disponibilidade de outros serviços relacionados com saúde, educação, comunicação e locomoção para o trabalho. Nessas residências há água encanada (ou oriunda de poços), tratada ou sem tratamento. O principal problema relacionado com a qualidade da água nas grandes fazendas é o risco de contaminação de cursos d'água e poços por agroquímicos, devido à aplicação constante desses produtos nas lavouras.

Como em outras regiões do estado, os serviços de saúde no sub-trecho estudado se restringem à presença esporádica de postos de saúde e da ação constante de agentes

comunitários. Na totalidade dos casos, os informantes disseram que, para cuidar de casos mais graves, cirurgias ou internações, eles precisam se deslocar para grandes centros urbanos que servem como polos, tais como Cáceres ou Cuiabá. Apenas os distritos de Cachoeirinha e Currupira contam com postos de saúde. Vila Panorama e Vila Concórdia, por sua vez, são atendidas pela presença de agentes que se responsabilizam por marcar consultas nas cidades, controlar casos de hipertensão arterial e distribuir remédios e cloro para tratamento de água. As demais localidades, para finalizar, não contam com qualquer tipo de assistência de saúde.

**Quadro 3.6.5.11-22 - Serviços de saúde no sub-trecho 10 - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Município	Localidade	Serviço de Saúde	Descrição
Indiavaí	Fazenda Rancho Grande	Não tem	-
Indiavaí	Acampamento	Não tem	-
Araputanga	Distrito de Cachoeirinha	Sim	Posto e agentes de Saúde
Rio Branco	Vila Panorama	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.
Lambari do Oeste	Vila Concórdia	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.
Barra do Bugres	Fazenda Avenida	Não tem	-
Barra do Bugres	Fazenda de cana	Não tem	-
Barra do Bugres	Buriti Fundo	Não tem	Não há postos, nem agente de saúde. Os moradores precisam se deslocar para a sede de Barra do Bugres.
Barra do Bugres	Distrito de Currupira	Sim	Agente e Posto de Saúde
Rosário do Oeste	Fazenda Tamburi	Não tem	-

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Todas as localidades visitadas são atendidas com energia elétrica. A água, na maioria dos casos, provém de minas e poços artesianos; o tratamento, quando ocorre, se restringe ao uso de pastilhas de cloro. O Distrito de Cachoeirinha é o único atendido por sistema de distribuição, com água encanada. O saneamento básico também revela certa homogeneidade entre as localidades visitadas, sejam elas rurais ou urbanas. Nenhuma delas conta com rede de esgoto e os dejetos são despejados em fossas rudimentares ou sépticas construídas nas propriedades.

**Quadro 3.6.5.11-23 - Infra-estrutura no trecho 10 da AID - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
Fazenda Rancho Grande	Fossa	Poço	Enterra	Sim	-	-
Acampamento	Fossa	Poço	Enterra	Tem	-	-
Distrito de Cachoeirinha	Fossa	Poço e encanamento	Enterra	Tem	Orelhão, fixo e Celular	Ônibus
Vila Panorama	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão, Fixo e celular	Ônibus
Vila Concórdia	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular com antena	Ônibus
Fazenda Avenida	Fossa	Poço	Enterra	Tem	-	-
Fazenda de cana	Fossa	Poço	Enterra	Tem	-	Ônibus
Buriti Fundo	Fossa	Poço	Enterra	Tem	-	-
Distrito de Currupira	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão, Fixo e celular	Ônibus
Fazenda Tamburi	Fossa	Poço	Enterra	Tem	-	-

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

As localidades não contam com coleta de lixo de nenhum tipo. Os detritos são queimados e/ou enterrados nas próprias propriedades. Elas, por outro lado, são atendidas por rede elétrica, ainda que apenas recentemente, graças a programas governamentais tais como o Luz Para Todos. O sistema de comunicações se restringe ao uso de celulares com antena portátil, exceto nos pequenos aglomerados de Cachoeirinha, Panorama e Currupira, que contam também com orelhões e telefones fixos. O transporte, na maioria dos casos, é feito através de ônibus públicos. Já nas grandes fazendas, como a fazenda de cana, em Barra do Bugres, o principal meio de transporte oferecido aos trabalhadores residentes nas propriedades são os veículos das fazendas. De modo geral, há vans ou ônibus destinados ao deslocamento periódico para os municípios vizinhos. Esses serviços são disponibilizados geralmente em datas de final de mês ou em finais de semana.

Ao todo, 10 localidades foram visitadas pelos pesquisadores:

- **Fazenda Rancho Grande (Indiavaí):** Propriedade de dois irmãos advogados de Araçatuba, São Paulo, a fazenda Rancho Grande possui 4300 alqueires e é totalmente dedicada à criação de cerca de 13 mil cabeças de gado de corte. Os animais abatidos são vendidos a um frigorífico de Cáceres. Ao todo, a propriedade conta com a mão-de-obra de 22 funcionários (todos eles vivem no “retiro” localizado na área da fazenda); todos, segundo informação de um deles, possuem carteira assinada. A fazenda também costuma contratar “diaristas” para a realização de serviços relacionados ao plantio de pastos e à construção ou manutenção de cercas e outras benfeitorias. Há informações de que existe um pequeno aeroporto na propriedade, destinado ao deslocamento dos seus proprietários. A fazenda é abastecida com água de poço artesiano armazenada em caixas d’água e possui fossas sépticas.
- **Acampamento (Indiavaí):** Liderado por Zé Borá, o acampamento potencialmente atingido pela construção da LT iniciou suas atividades em dezembro de 2008. Não se soube o número de famílias acampadas nem quais seriam as áreas em disputa;
- **Distrito de Cachoeirinha (Araputanga):** o distrito conta com uma população estimada de 55 famílias. Seus primeiros moradores são originados, em sua maioria, de estados do sul e sudeste do país, com destaque para o Espírito Santo. Os migrantes que chegavam à localidade vinham para trabalhar em lavouras de grandes proprietários da região. O sistema utilizado era o da meação. O grosso da produção era de feijão, milho e arroz. Atualmente, a economia do distrito gira em torno da pecuária de corte, realizada em grandes fazendas da região. A principal delas é a fazenda aliança. Os trabalhadores se

deslocam em caminhões da fazenda. O trabalho é feito com carteira assinada. O distrito possui pequeno comércio de alimentos e bares. Ele é atendido por escola de ensino fundamental e transporte escolar para os jovens que precisam se deslocar para Araputanga a fim de cursarem o ensino médio. Há um Posto de Saúde na localidade, onde um médico atende uma vez por semana. Nele também há uma enfermeira que atende em tempo integral, além de agentes de saúde. A água provém de poço artesiano e distribuída por meio de encanamento. Não há tratamento, embora a prefeitura se responsabilize por realizar análises semanais da água oferecida à população. As casas também não são atendidas por sistema de esgoto. Os dejetos são jogados em fossas sépticas espalhas em cada domicílio;

- **Vila Panorama (Rio Branco):** A vila Panorama conta com população estimada de 60 a 70 famílias. Seus primeiros habitantes são originários das regiões sul e sudeste do país. O local onde se encontra a vila era área de colonização oficial, sendo ocupada por pequenos produtores agrícolas. Atualmente, boa parte dos seus moradores trabalham no corte de cana em canaviais próximos e na Usina de Açúcar e Álcool localizada no município vizinho de São Lourenço do Oeste. Há pequenos produtores de gado de corte para engorda e cria, além de trabalhadores empregados num seringal localizado nas proximidades da vila. A localidade não possui escola de ensino fundamental ou médio. Os alunos, para estudarem, precisam se deslocarem em ônibus da prefeitura, para as escolas da sede municipal, há poucos quilômetros dali. O mesmo ocorre em relação aos serviços de saúde, já que a vila Panorama não conta com Posto de Saúde (apenas agentes de saúde). A água provém de poços artesianos e é tratada com cloro. A vila também não conta com rede de esgoto instalada. Apenas fossas sépticas distribuídas nas residências são responsáveis por captar os dejetos domésticos produzidos na localidade;
- **Vila Concórdia (Lambari do Oeste):** Pequena comunidade localizada às margens do rio Piraputanga, município de Lambari do Oeste. As moradias, construídas em sua maioria com tijolos, estão localizadas em pequenos sítios de 8 a 10 alqueires. A economia é baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite. Em Concórdia foram identificados 2 pescadores artesanais profissionais. Associados à Colônia de Pesca Z-10, de Barra do Bugres, os personagens desempenham suas atividades no rio Piraputanga. Os peixes mais pegados são o Pacu, o Dourado, o Piau e o Piraputanga. O pescado é vendido no mercado de Barra do Bugres e Cáceres ou para turistas que chegam à região de Cáceres, Barra do Bugres ou São Lourenço do Oeste;



- **Fazenda Avenida (Barra do Bugres):** Propriedade de 200 alqueires dedicada à pecuária de corte. Na fazenda vivem 5 pessoas, membros da família do seu proprietário. Recebida de herança de seus pais, o atual proprietário, que nasceu e cresceu na localidade, planeja investir em plantações de cana. A lavoura, muito disseminada na região, será, segundo seus planos, destinada às usinas de álcool e açúcar da região. A propriedade conta com água de poço artesiano e fossa séptica. Há luz elétrica e comunicação via telefone. Há alguns anos, o dono da fazenda empreende briga judicial contra empresa de transmissão de energia elétrica que administra a LT Jauru-Cuiabá. Segundo a esposa do proprietário, o motivo está relacionado às indenizações devidas e não pagas por parte dos empreendedores referentes à passagem da LT pela propriedade.
- **Fazenda (Barra do Bugres):** Propriedade de 24 mil hectares dedicada ao plantio de cana (3 mil e 500 hectares) e à criação de gado, a fazenda conta com 500 funcionários fixos. A produção, cerca de 95 toneladas por hectare, é destinada à Usina de Álcool e Açúcar Barrácool. Durante o período do corte da cana, a fazenda ainda conta com o trabalho de diversos trabalhadores vindos de várias regiões do NE. A fazenda conta com sede e casas destinadas ao alojamento dos funcionários e refeitórios; possui água de poço, energia elétrica e fossas sépticas.
- **Buriti Fundo (Barra do Bugres):** A comunidade de Buriti Fundo localiza-se na zona rural de Barra do Bugres. Segundo relatos, a ocupação data de períodos anteriores a 1928, sendo habitada por trabalhadores de uma antiga fazenda de gado, vizinha à comunidade. A área foi transformada em assentamento rural, pelo INTERMAT, há cerca de 8 anos. Hoje, Buriti Fundo é habitado por cerca de 31 famílias. Suas casas, construídas em sua maioria com madeira e telhado de palha, estão assentadas em pequenos lotes de 10 alqueires, cada um. Os moradores do Buriti Fundo vivem tradicionalmente de pequenas roças com produção de abacaxi (cerca de 40.000 pés), milho e mandioca (há casa de farinha). Os produtos são vendidos para atravessadores ou diretamente no mercado de Barra do Bugres. A comunidade conta com uma associação de produtores, mas não possui Posto de Saúde e Escola. A água é de poço, ao passo que o esgoto é escoado através de fossas. Há luz elétrica e atendimento de telefone celular (todas as operadoras do estado);
- **Distrito de Currupira (Barra do Bugres):** distrito habitado por cerca de 1000 habitantes. Localizado às margens da BR-364, ele conta com uma fábrica de couros que emprega boa parte de seus habitantes. Também se observa um pequeno comércio de serviços local. O distrito conta com escola de ensino fundamental e com posto de saúde (uma enfermeira atende no local de segunda

à sexta-feira). Ele é atendido por luz elétrica e com água tratada e encanada. O esgoto, segundo informações, é despejado em fossas sépticas distribuídas nas casas da localidade;

- **Fazenda Tamburi (Rosário do Oeste):** Propriedade de 1200 hectares dedicada à pecuária de recria de vacas de leite. Na localidade vivem dois trabalhadores (pai e filho) contratados com carteira assinada. O dono vive em Cuiabá;

### **Sub-trecho 11: Acorizal a Santo Antonio do Leverger**

O sub-trecho 11 compreende parcelas dos municípios de Acorizal, Várzea Grande, Acorizal e Santo Antonio do Leverger. Ao todo, a equipe visitou 15 localidades, entre fazendas, invasões, sítios e pequenas chácaras de fim de semana.

O sub-trecho 11 se caracteriza por ter uma paisagem dominada pela presença de pequenas propriedades (chácaras e sítios) de tamanho variável entre 05 e 14 hectares. As propriedades, em geral, são quase sempre marcadas por dois tipos de usos pelos seus donos: i) como meio para levar adiante estratégias de reprodução socioeconômica das famílias que deles retiram o sustento e parte da renda; ii) como áreas de lazer para moradores de pequenos e médios aglomerados urbanos de suas imediações.

Nas comunidades de Tijucá, Xavier e Mata Grande, alguns dos sítios e chácaras encontrados são de proprietários que há muito tempo moram na região estudada. As terras são transmitidas de pai para os filhos e, ao que parece, não contam com quaisquer tipos de regularização fundiária. Seus habitantes cultivam lavouras brancas, frutas e criam pequenos rebanhos de animais para o autoconsumo, destinando excedentes à comercialização.

As pequenas chácaras de lazer, sejam como fonte de renda para famílias que vivem nas próprias localidades, sejam para veraneio de famílias que vivem e trabalham na cidade, são hegemônicas entre os municípios de Acorizal e Cuiabá. A presença destas propriedades garante renda para diversos moradores desta região através da oferta de trabalhos eventuais ou como funcionários registrados em chácaras de fim de semana. A mão-de-obra é empregada em serviços gerais ou como caseiros. Entre estes últimos, os depoimentos apontam para trabalhos remunerados a um salário mínimo mensal através do regime celetista. Entre os primeiros, a modalidade de diarista é a mais usada. Aí entram atividades de pedreiro, bombeiros, faxina, eletricitista, dentre outras. O distrito da Guia, em Cuiabá, destaca-se pela presença de diversas famílias de pescadores artesanais. As informações indicam que há entre 70 e 80 pescadores registrados em suas imediações.



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 11 - Sítios de fim de semana no Distrito da Guia, em Cuiabá.**

As localidades encontradas ao longo do sub-trecho 11 contam com serviços regulares de educação e saúde, embora eles não sejam os mesmos em todos os lugares. Instituições de ensino puderam ser observadas nas comunidades de Xavier, no distrito da Guia, no Aricazinho, no Olho d'Água, na vila de São Vicente e no PA Santo Antônio da Fartura. Nas demais localidades, os moradores precisam se deslocar para aglomerados e localidades próximas para poderem estudar. Um destaque pode ser dado às localidades da Guia e do PA Santo Antônio da Fartura, onde podem ser observadas escolas de ensino fundamental e médio. Também merece ser citada a Vila de São Vicente, onde escola técnica federal oferece, além de ensino fundamental e médio, ensino superior.

**Quadro 3.6.5.11-24 - Educação no sub-trecho 11- Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Município	Localidade	Serviços de educação	Descrição
Jangada	Tijucá	Não há escola na comunidade.	Aqueles que necessitam estudar vão para casa de parentes nas cidades próximas. Não há transporte escolar.
Acorizal	Xavier	Sim	Escola de ensino fundamental na comunidade
Acorizal	Mata Grande	Não tem.	Jovens e crianças precisam se deslocar em ônibus para a sede de Aricozal.
Cuiabá	Distrito Guia	Sim	Escola de ensino fundamental e médio.
Cuiabá	Acampamento Recanto da Seriemá	Não tem.	-
Cuiabá	Bandeira II	Não há escolas.	Jovens e crianças se deslocam para o distrito de Rio dos Peixes e para a sede municipal de Cuiabá.
Cuiabá	Acampamento Caetano da Costa Monteiro	Não tem.	-

Município	Localidade	Serviços de educação	Descrição
Cuiabá	Aricazinho	Sim	Possui Escola de ensino fundamental. Os jovens que cursam o ensino médio se deslocam para a localidade da Fazenda Velha em ônibus fornecidos pela prefeitura.
Cuiabá	PA 21 de Abril	Não há escola no assentamento.	Jovens e crianças estudam no colégio de Novo Renascer. Há transporte escolar oferecido em três turnos (manhã, tarde e noite). À noite é para a turma mais velha.
Santo Antônio do Leverger	Olho d'Água	Sim	Escola de ensino fundamental. Os jovens que precisam fazer o ensino médio seguem para a escola da Abolição, há 16 Km da vila.
Santo Antônio do Leverger	Fazenda Serrana	Não há escolas.	As crianças e jovens seguem em ônibus escolares para a Vila Vicente.
Santo Antônio do Leverger	Invasão em área do DNIT	Não tem.	As crianças se dirigem à Vila São Vicente.
Santo Antônio do Leverger	Gleba Bigorna	Não há escolas.	Crianças e jovens se deslocam para a Vila de São Vicente.
Santo Antônio do Leverger	Vila São Vicente	Sim	Escola técnica federal. Conta com ensino fundamental, médio e superior. A escola também atende moradores da Vila Olho d'Água, Fazenda Serrana e Gleba Bigorna.
Campo Verde	PA Santo Antônio da Fartura	Sim	Escola de ensino fundamental e médio no assentamento. A escola também atende crianças das comunidades vizinhas. Há transporte escolar (2 ônibus). Os professores são do assentamento ou vêm de Campo Verde-MT. A escola tem biblioteca e computador, onde é oferecido curso de computação, inclusive com internet.

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Os serviços de saúde oferecidos no sub-trecho 11 se caracterizam pela presença de postos de saúde em algumas localidades e pela ação constante de agentes comunitários na maioria delas. Na totalidade dos casos, os informantes disseram que, para cuidar de casos mais graves, cirurgias ou internações, eles precisam se deslocar para Cuiabá. Apenas o distrito da Guia, a Vila de São Vicente e o PA Santo Antônio da Fartura contam com postos de saúde à disposição de seus moradores e de habitantes de localidades vizinhas. As demais áreas são exclusivamente atendidas pela presença de agentes comunitários que se responsabilizam por marcar consultas nas cidades, controlar casos de hipertensão arterial e distribuir remédios e cloro para tratamento de água. Há casos, entretanto, de localidades que são totalmente desassistidas de todo quaisquer serviços de saúde: Tijucá, acampamento Recanto da Seriema, Acampamento Caetano da Costa Monteiro, PA 21 de Abril, Invasão em Santo Antônio do Leverger e Gleba Bigorna.

**Quadro 3.6.5.11-25 - Serviços de saúde no sub-trecho 11 - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Município	Localidade	Serviço de Saúde	Descrição
Jangada	Tijucá	Não	Não há postos, nem agentes de saúde. os moradores precisam se deslocar para a sede municipal de Jangada para serviços básicos.
Acorizal	Xavier	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.
Acorizal	Mata Grande	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.
Cuiabá	Distrito Guia	Sim	Posto e Agente de Saúde.
Cuiabá	Acampamento Recanto	Não	Não há posto nem agente de saúde.

Município	Localidade	Serviço de Saúde	Descrição
	da Seriema		Deslocamento para Cuiabá.
Cuiabá	Bandeira II	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.
Cuiabá	Acampamento Caetano da Costa Monteiro	Não	Não há posto, nem agente de saúde. Deslocamento para Cuiabá
Cuiabá	Aricazinho	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.
Cuiabá	PA 21 de Abril	Não	Não há posto nem agente de saúde.
Santo Antônio do Leverger	Olho d'Água	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.
Santo Antônio do Leverger	Fazenda Serrana	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.
Santo Antônio do Leverger	Invasão em área do DNIT	Não	Serviços de saúde buscados na vila Olho d'Água.
Santo Antônio do Leverger	Gleba Bigorna	Não	Não há posto, nem agente de saúde.
Santo Antônio do Leverger	Vila São Vicente	Sim	Há posto e agente de saúde.

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

As residências visitadas pela equipe de pesquisadores dispõem de razoável infraestrutura. Embora as moradias dos pequenos produtores sejam constituídas de poucos cômodos, elas dispõem de recursos básicos; não sendo incomum encontrar moradias com itens de conforto adicional. A estrutura física das residências na sua maioria é constituída por tijolos (raramente por madeira), com bom acabamento externo (reboque, pintura e telhado), sendo inclusive encontradas casas já com forros e pisos de cerâmica. Os casos dos acampamentos, no entanto, merecem destaque pela precária infra-estrutura de moradia dos seus integrantes, na medida em que eles se mantêm em barracas de lona montadas nas beiras das estradas ou no interior das propriedades invadidas.

A energia elétrica está presente na maioria dos imóveis; o que justifica a presença maciça de eletroeletrônicos básicos, tais como televisores, geladeiras e rádios; e em algumas delas itens adicionais, como freezer, chuveiro elétrico, ventiladores, tanques de lavar e antena parabólica. Além da aquisição de novos tipos de eletrodomésticos há a substituição de equipamentos antigos por modelos recentes. A exceção, mais uma vez, são os acampamentos.

A água, na maioria dos casos, provém de poços artesianos; o tratamento, quando ocorre, se restringe ao uso de pastilhas de cloro. A exceção se dá no distrito da Guia, atendido por sistema de tratamento e distribuição. O caso do saneamento básico também revela mais homogeneidade entre as localidades visitadas, sejam elas rurais ou urbanas. À exceção, do distrito da Guia, nenhuma delas conta com rede de esgoto. Os detritos são despejados em fossas sépticas construídas nas propriedades. Também merecem destaque os acampamentos e a invasão na área do DNIT, em Santo Antônio do Leverger, desassistido de todo e qualquer forma de saneamento básico.

**Quadro 3.6.5.11-26 - Infra-estrutura no trecho 11 da AID - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz
Tijucá	Fossa	Poço	Enterra	Sim
Xavier	Fossa	Poço	Enterra	Tem
Mata Grande	Fossa	Poço	Enterra	Tem
Distrito Guia	Rede de esgoto	Água Tratada e Encanada	Enterra	Tem
Acampamento Recanto da Seriema	Nada	Poço	Enterra	Não
Bandeira II	Fossa	Poço	Enterra	Tem
Acampamento Caetano da Costa Monteiro	Nada	Nada	Enterra	Não
Aricazinho	Fossa	Poço	Enterra	Sim
PA 21 de Abril	Fossa	Poço	Enterra e queima	Sim
Olho d'Água	Fossa	Poço	Enterra	Sim
Fazenda Serrana	Fossa	Poço	Enterra	Sim
Invasão	Nada	Nada	Enterra	Sim
Gleba Bigorna	Fossa	Poço	Enterra	Sim
Vila São Vicente	Fossa	Poço e encanamento.	Coleta	Sim
PA Santo Antônio da Fartura	Fossa	Poço e Mina. Encanamento para as residências.	Enterra e queima.	Sim

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

A grande maioria das localidades não conta com coleta de lixo de nenhum tipo. Mais uma vez, a exceção é o distrito da Guia, além da Vila de São Vicente. Os detritos, nos demais locais, são queimados e/ou enterrados nas próprias propriedades.

A seguir são apresentadas a descrição das localidades visitadas:

- **Tijucá (Jangada):** Tijucá é composto por diversas chácaras e sítios de fim de semana de propriedade de pequenos profissionais liberais da sede municipal de Jangada. As chácaras, habitada permanentemente por “caseiros” à serviço dos seus donos, têm, em média, 5 hectares de área, contando com moradias de tijolos e telhas de cerâmica, terreiros e plantações de árvores frutíferas. As poucas lavouras encontradas na localidade, de milho e mandioca, são voltadas ao consumo dos proprietários e “caseiros”. Não se encontram no Tijucá escolas ou postos de saúde. Os serviços de educação e médicos só são acessados na sede de Jangada. As propriedades são abastecidas por águas de poços e/ou cacimbas, enquanto o esgoto é lançado em fossas sépticas individuais. Todas as propriedades contam com luz elétrica.
- **Xavier (Acorizal):** A comunidade de Xavier está localizada na zona rural do município de Aricozal. Vivem no local cerca de 20 famílias. As casas são construídas de madeira ou alvenaria. Seus moradores receberam suas terras por herança familiar. Não se recolheu informações sobre o tempo de existência

da comunidade. Sua economia gira em torno da agricultura, com destaque para as lavouras de milho, mandioca, abacaxi, banana e feijão. O plantio, segundo informações, é em sua maioria destinado à despesa familiar, associado à venda de excedentes a atravessadores. As famílias possuem pequenos rebanhos bovinos, abatidos e vendidos em caso de emergência ou ocasiões extraordinárias (festas). Há uma escola para ensino fundamental, mas não há Posto de Saúde. Os casos de doença são cuidados no Posto Médico Rural, localizado na sede de Aricozal. Xavier é abastecida por rede elétrica.

- **Mata Grande (Acorizal):** formada por cerca de 10 famílias, Mata Grande se localizada às margens da BR-364, no município de Aricozal. As casas, de tijolos e telhas, se distribuem em lotes de 5 a 12 hectares, onde são plantados melancias e melões comercializados, em grande parte, junto a atravessadores de Cuiabá e em barracas montadas nos acostamentos da rodovia federal. A localidade é atendida por ônibus intermunicipais e conta com energia elétrica integrada à rede municipal. Mata Grande não possui instituição de ensino e posto de saúde (há agentes de saúde que vivem na localidade). A água provém de poços artesianos e o esgoto é lançado em fossas sépticas individuais.
- **Distrito Guia (Cuiabá):** O distrito da Guia é um pequeno aglomerado urbano localizado no município de Cuiabá, às margens do rio com o mesmo nome. Com população estimada de quase 4.000 habitantes, o distrito também é local onde vivem diversos pescadores profissionais artesanais associados à Colônia Z-1, em Cuiabá. Segundo dados recolhidos na região, há cerca de 70 pescadores vivendo no distrito e nas suas imediações. As casas são de alvenaria e construídas sobre pequenos lotes urbanos. Alguns pescadores vivem numa área de pequenos sítios de poucos hectares. A pesca é realizada no rio Cuiabá e o pescado é composto por espécies tais como o Piraputanga, o Pacu e o Dourado. Os peixes são vendidos em Cuiabá ao preço de 12 reais o quilo. O distrito da Guia conta com escolas de ensino fundamental e médio. Há Posto e agentes de saúde. As casas possuem água encanada e sistema de esgoto. A principal via de acesso à localidade é a rodovia asfaltada que liga Cuiabá ao município de Aricozal.
- **Acampamento Recanto da Seriema (Cuiabá):** formado há 2 meses, o acampamento Recanto da Seriema conta com cerca de 80 famílias interessadas acelerar processo de reforma agrária junto à fazenda Nossa Senhora da Guia, montada, segundo informações, sobre terras devolutas do estado de Mato Grosso. Oriundos de Cuiabá e Várzea Grande, os integrantes do movimento mantêm-se acampados às margens da MT-010, que liga Acorizal e Cuiabá. O processo de negociação para a reforma agrária se realiza junto ao INTERMAT.

Não foram constatadas parcerias junto a órgãos públicos ou setores da sociedade civil e movimentos sociais.

- **Bandeira II (Cuiabá):** A localidade Bandeira II é formada, em sua maior parte, por pequenas chácaras de cerca de 5 hectares de propriedade de moradores de Cuiabá. A população da localidade, cerca de 70 pessoas, é formada prioritariamente por caseiros responsáveis pelos cuidados com as propriedades. O salário mensal destes profissionais gira em torno de um a dois salários mínimos. Também se pôde observar pequenos criatórios de peixes vendidos nos mercados locais. A região conta com luz elétrica e é abastecida com água de poços artesianos. O esgoto é lançado em fossas sépticas. Não há posto de saúde na localidade (os agentes de saúde vêm do distrito de Rio das Pedras). Também não foram observadas escolas (os jovens estudam em Cuiabá e em Rio das Pedras).
- **Acampamento Caetano da Costa Monteiro (Cuiabá):** formado há cerca de 2 anos, o acampamento conta com cerca de 60 famílias que lutam por 4150 hectares de terra da fazenda Caetano da Costa Monteiro, nas imediações da zona urbana de Cuiabá. As famílias montaram barracões às margens da propriedade. Durante boa parte do tempo, os acampados trabalham em diversos serviços na capital. A área em disputa faz parte dos projetos da prefeitura de Cuiabá de construção de um anel rodoviário.
- **Aricazinho (Cuiabá):** Localidade formada por pequenas propriedades com cerca de 43 hectares. Seus habitantes, vindos da região de Cuiabá, se dedicam à produção de leite e à produção de queijos. Aricazinho conta com escola de ensino fundamental. O ensino médio é oferecido na comunidade da fazenda Velha, há cerca de 16 quilômetros da localidade. Aricazinho também não possui Posto de Saúde, estando seus moradores obrigados a se dirigir ao bairro de Pedra 90, em Cuiabá, caso necessitem de serviços apropriados. A água provém de poços artesianos e o esgoto é lançado em fossas sépticas. Há energia elétrica e o sistema de comunicação se sustenta com celulares.
- **PA 21 de Abril (Cuiabá):** assentamento formado por 140 lotes, o 21 de Abril foi construído em 2002 por meio de crédito fundiário oferecido pelo extinto Banco da Terra. Seus primeiros ocupantes são originários de Cuiabá e região. Com área total de 2400 hectares, cada um dos lotes do assentamento conta com cerca de 17,6 hectares. Seus habitantes vivem da produção de pequenas lavouras de maracujá, abacaxi e mandioca, além de “caixarias” (maxixe, quiabo e jiló). Os produtos são vendidos a atravessadores, nas feiras-livres e no mercado municipal de Cuiabá. O assentamento possui associação de



produtores com 120 associados. O PA 21 de Abril não conta com Posto de Saúde e escolas. A energia elétrica provém de rede administrada pela CEMAT. A água provém de poços semi-artesianos e o esgoto é lançado em fossas sépticas distribuídas nos lotes.

- **Olho d'água (Santo Antônio do Leverger):** pequeno aglomerado urbano de Santo Antônio do Leverger, Olho d'Água conta com população estimada de 82 famílias. Atualmente, boa parte de seus moradores trabalham em serviços de recapeamento da rodovia Br-364, enquanto outra parte vive de serviços gerais e aposentadorias rurais. As casas da localidade são de tijolo e telhas de cerâmica. As ruas, sem calçamento. Olho d'Água é atendido por energia elétrica. A água provém de poços artesianos e o esgoto lançado em fossas. Não há posto de saúde, mas um médico atende os moradores 3 vezes por semana no prédio da escola municipal de ensino fundamental.
- **Fazenda Serrana (Santo Antônio do Leverger):** localidade formada por 70 lotes de cerca de 20 hectares. Seus habitantes são moradores que há muito vivem no local, em terras herdadas de seus pais. Nenhum proprietário possui títulos regularizados de posse da terra; o único documento utilizado é o de compra e venda. A economia gira em torno do emprego em pequenos serviços oferecidos em Cuiabá ou nos estabelecimentos turísticos das proximidades. Nas casas, ainda são plantadas pequenas hortas e criadas aves de quintal para o consumo familiar e para eventuais vendas de excedentes. Não se encontram escolas na região. Os alunos, para estudar, se deslocam em ônibus da prefeitura para a Vila São Vicente, localizada a 12 Km dali. Fazenda Serrana também não conta com postos de saúde. Há apenas um agente de saúde na localidade, responsável por acompanhar pré-natais, distribuir remédios, etc. a água provém de poços e o esgoto é lançado em fossas sépticas. A energia elétrica chega por meio de redes.
- **Invasão em área do DNIT (Santo Antônio do Leverger):** antigo acampamento, hoje a área conta com a presença de uma única família extensa dividida em três casas. O grupo, cuja origem remonta ao estado de Minas Gerais, chegou à localidade em 2002 e iniciou pequenos plantios de milho, mandioca e abacate. A área da invasão, segundo depoimento, abrange trechos do DNIT e de uma fazenda vizinha. A relação entre os invasores e a fazenda mantém-se tensa. Por vezes, o gerente da propriedade aparece para conversar com os invasores. As crianças da invasão estudam na escola de São Vicente. Os serviços de saúde são buscados na Vila Olho d'Água. A eletricidade é puxada irregularmente da rede que atravessa a área. Não há poços artesianos ou sistemas de esgoto. .

- **Gleba Bigorna (Santo Antônio do Leverger):** localidade formada por 38 famílias. Os lotes são divididos em áreas de 5, 12, 50 e 120 hectares. Os lotes, em sua maioria, não possuem documentação, exceto pequenas áreas. A economia está baseada na pequena pecuária leiteira, para a produção de queijos e requeijões, e na produção de mandioca e hortaliças. Os produtos são vendidos em Cuiabá ou para atravessadores. A comunidade não conta com escolas e os alunos precisam se deslocar para São Vicente ou para o PA Santo Antônio da Fartura. A gleba conta com energia elétrica e a água dos lotes provém de poços artesianos. O esgoto é lançado em fossas sépticas. Junto com a Fazenda Serrana, a Gleba Bigorna foi incorporada a um processo de constituição de área de remanescente de quilombolas. O projeto, segundo informações locais, estaria justificada pela presença de três famílias de remanescentes negros trabalhadores da antiga fazenda da região. Após a morte do líder local, no entanto, o processo pode ter sido estancado ou está correndo ao largo do conhecimento da população local.
- **Vila de São Vicente (Santo Antônio do Leverger):** pequeno aglomerado localizado às margens da BR-364. Possui posto de saúde e escola de nível fundamental, médio e superior (CEFET). Conta com pequeno comércio de serviços na beira da estrada. As moradias são destinadas aos funcionários e professores da escola federal.

### **Sub-trecho 12: Jaciara a São José do Povo**

O sub-trecho 12 atravessa parcelas significativas dos municípios de Jaciara, Juscimeira e Rondonópolis. A paisagem da região alterna territórios com intensa presença de grandes fazendas produtoras de grãos, com a existência de inúmeros projetos de reforma agrária, dominados pelo criatório de rebanhos leiteiros em pequenos lotes de terra.

Pode se afirmar que o sub-trecho 12 se divide em duas áreas bastante distintas. Na primeira delas, a que engloba os municípios de Jaciara e Juscimeira, embora seja possível observar algumas pequenas propriedades, as grandes fazendas de gado de corte e soja exercem domínio sobre grandes extensões de terras. As propriedades possuem estrutura técnica bastante evidente, grande número de trabalhadores e são integradas ao agronegócio da carne e grãos. Os cultivos mais importantes são os da soja, do milho, do feijão e do arroz. Algumas fazendas ultrapassam 10 mil hectares de plantio. Outras chegam a arrendar terrenos para expansão das lavouras.

A segunda área do sub-trecho 12, aquela que abrange os municípios de Rondonópolis e São José do Povo, pode ser descrita através da presença constante de muitos projetos de assentamentos rurais (Dom Osório, Padre Josino Tavares, Márcio Pereira e

Água da Serra). Em conjunto, eles reúnem aproximadamente 300 famílias que vivem em torno de pequenas criações de gado de leite e da produção de lavouras brancas. A maior parte dos assentamentos foi constituída em áreas de antigas fazendas de gado de corte a partir de lutas pontuais do MST na região entre os anos de 1997 e 1998. Todos os assentamentos pertencem ao INCRA.

As localidades encontradas ao longo do sub-trecho 4 contam com serviços regulares de educação e saúde, embora eles não sejam os mesmos em todos os lugares. Instituições de ensino só puderam ser observadas no PA Marcio Pereira e na Vila Nova Catanduva. As áreas urbanas e os assentamentos encontrados e registrados não possuem escolas, mas são atendidos por transporte escolar, responsáveis por levar crianças e jovens a escolas instaladas em regiões rurais próximas ou nas áreas urbanas das imediações (ver quadro abaixo).

**Quadro 3.6.5.11-27 - Educação no sub-trecho 12 - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Município	Localidade	Serviços de educação	Descrição
Jaciara	Fazenda Vertente	Não há escolas na fazenda.	Os estudantes são enviados para Jaciara-MT ou Pantanal-MT.
Jucimeira	Vila Águas Quentes	Não há escola na Vila.	Os estudantes da Vila se deslocam para Santa Elvira-MT. Na vila havia escola anteriormente.
Rondonópolis	Vila Cardinal	Não há escolas na vila.	Atualmente, parte dos alunos estuda na sede de Rondonópolis e outra parte no assentamento Chico Mendes, onde são atendidas muitas crianças de toda a região. A escola é considerada ser muito boa. O transporte para a cidade é através da linha de transporte público
Rondonópolis	PA Dom Osório	Não há escolas no assentamento.	Crianças de várias comunidades próximas estudam no assentamento Chico Mendes. A escola possui computador e biblioteca. A escola é municipal.
Rondonópolis	Vila 3 Pontes	Não há escolas na vila.	Os alunos seguem em ônibus para a sede municipal de Rondonópolis.
Rondonópolis	PA Padre Josino	Não há escolas no assentamento.	Os alunos do ensino fundamental estudam em São José do Povo-MT (há transporte gratuito). Os alunos do ensino médio e superior em Rondonópolis-MT.
São José do Povo	PA Márcio Pereira	Sim	Há uma escola de ensino fundamental e médio. A escola foi criada com o apoio do MST, possui muitos funcionários, tem biblioteca e laboratório de informática. O estado mantém a escola e o município fornece o transporte e a merenda para os alunos.
Rondonópolis	PA Águas da Serra	Não há escola no assentamento.	Os estudantes se deslocam principalmente para São José do Povo-MT. Segundo os estudantes a escola é a melhor escola da região. Tem biblioteca e laboratório de informática.
São José do Povo	Vila Nova Catanduva	Sim	Há uma escola de ensino fundamental e médio. Na escola da comunidade há quatro professores, que residem na própria vila. Não há biblioteca. Funciona pela manhã e a tarde.

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Os serviços de saúde na região estudada se restringem à presença esporádica de postos de saúde e da ação constante de agentes comunitários. Na totalidade dos casos, os informantes disseram que, para cuidar de casos mais graves, cirurgias ou

internações, eles precisam se deslocar para grandes centros urbanos que servem como pólos locais e regionais, tais como Rondonópolis. Apenas os PA's Dom Osório e Marcio Pereira, e as vilas 3 Pontes e Nova Catanduva contam com posto de saúde. As demais localidades são exclusivamente atendidas pela presença de agentes que se responsabilizam por marcar consultas nas cidades, controlar casos de hipertensão arterial e distribuir remédios e cloro para tratamento de água. A fazenda Vertente, a Vila de Águas Quentes e o PA Água da Serra não contam com nenhum serviço de saúde, estando obrigados seus moradores a se deslocarem para localidades próximas em caso de necessidades básicas.

**Quadro 3.6.5.11-28 - Serviços de saúde no sub-trecho 12 - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Município	Localidade	Serviço de Saúde	Descrição
Jaciara	Fazenda Vertente	Não	Não há posto e nem agente de saúde.
Jucimeira	Vila Águas Quentes	Não	Não há posto, nem agente de saúde.
Rondonópolis	Vila Cardinal	Sim	Não há posto, mas há agente de saúde.
Rondonópolis	PA Dom Osório	Sim	Há posto e agente de saúde.
Rondonópolis	Vila 3 Pontes	Sim	Há posto e agente de saúde. Visita médica uma vez por mês.
Rondonópolis	PA Padre Josino	Sim	Não há postos, mas agente de saúde.
São José do Povo	PA Márcio Pereira	Sim	Há posto e agente de saúde.
Rondonópolis	PA Águas da Serra	Não	Não há posto, nem agente de saúde.
São José do Povo	Vila Nova Catanduva	Sim	Há posto e agente de saúde.

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

A infraestrutura básica das localidades visitadas se assemelha em diversos aspectos. De modo geral as residências visitadas dispõem de razoável infraestrutura. Embora as moradias dos pequenos produtores sejam constituídas de poucos cômodos, elas dispõem de recursos básicos; não sendo incomum encontrar moradias com itens de conforto adicional. A estrutura física das residências na sua maioria é constituída por tijolos (raramente por madeira), com bom acabamento externo (reboque, pintura e telhado), sendo inclusive encontradas casas já com forros e pisos de cerâmica. Todas elas são atendidas com energia elétrica. A água, na maioria dos casos, provém de poços artesianos; o tratamento, quando ocorre, se restringe ao uso de pastilhas de cloro. A exceção se dá no PA Dom Osório, atendido por sistema de tratamento e distribuição. O caso do saneamento básico revela ainda mais homogeneidade entre as localidades visitadas, sejam elas rurais ou urbanas. Nenhuma delas conta com rede de esgoto. Os detritos são despejados em fossas sépticas construídas nas propriedades.

**Quadro 3.6.5.11-29 - Infra-estrutura no trecho 12 da AID - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
Fazenda Vertente	Fossa	Poço	Enterra	Sim	Celular	-
Vila Águas Quentes	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão	Ônibus
Vila Cardinal	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Orelhão	Ônibus

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
PA Dom Osório	Fossa	Água Tratada e Encanada	Enterra	Tem	Celular	Ônibus
Vila 3 Pontes	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	-
PA Padre Josino	Fossa	Poço	Enterra	Tem	Celular	Ônibus
PA Márcio Pereira	Fossa	Poço	Enterra		Celular	Ônibus
PA Águas da Serra	Fossa	Poço	Enterra		Celular	Ônibus
Vila Nova Catanduva	Fossa	Poço	Coleta		Orelhão	Ônibus

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

As localidades não contam com coleta de lixo de nenhum tipo. Os detritos são queimados e/ou enterrados nas próprias propriedades. Merece destaque, no entanto, a vila de Nova Catanduva, que conta com serviço de coleta de lixo. Elas, por outro lado, são atendidas por rede elétrica. O sistema de comunicações se restringe ao uso de celulares, exceto nos pequenos aglomerados de Águas Quentes, Cardinal e Nova Catanduva, que também contam com orelhões. A maioria das localidades é atendida por linhas de ônibus municipais ou intermunicipais.

Ao todo, a equipe visitou 9 localidades, entre fazendas, pequenos aglomerados e projetos de assentamento:

- Fazenda Vertente (Jacira):** a fazenda vertente possui área de quase 10 mil hectares próprios e mais 13 mil arrendados. Pertencente a uma grande empresa de agronegócio, ela produz soja, milho e feijão. Os grãos são exportados. A produção, em média, é de 55 sacas por hectare (cada saco é de 60 quilos). Na fazenda trabalham cerca de 50 funcionários fixos, todos registrados e com carteira assinada. Os trabalhadores se dividem em operadores de máquinas e serviços gerais. Metade deles mora na própria fazenda junto com seus familiares, enquanto a outra metade permanece na propriedade em alojamentos durante a semana. Há, na fazenda, um grande secador de grãos com capacidade para 2 milhões de sacas e pista para pouso e decolagem de aviões com cerca de 1400 metros. O veneno é aplicado nas plantações através de aeroplanos. Os filhos dos funcionários que vivem na propriedade estudam numa escola da Usina Pantanal, localizada nas proximidades da Fazenda Vertente, ou na sede de Jacira. A saúde é garantida pelo posto de saúde da sede municipal. A fazenda também realiza exames periódicos em seus funcionários. A água é abastecida via poços artesianos. O esgoto da fazenda é depositado em fossas sépticas. Há luz elétrica disponível aos seus moradores.
- Vila Águas Quentes (Juscimeira):** povoado habitado por cerca de 10 ou 12 famílias, a vila Águas Quentes é cercada por pequenas chácaras e sítios de fim de semana. Seus habitantes, em sua grande maioria, são empregados do hotel localizado nas proximidades. Encontra-se pequeno comércio e também um

balneário. A localidade não conta com escolas e os alunos precisam se deslocar para o distrito de Santa Elvira. Também não se encontram posto de saúde e/ou agentes de saúde. A localidade não é atendida por celulares, apenas orelhões. A água provém de poços artesianos e o esgoto é despejado em fossas sépticas individuais. Há igrejas católicas e evangélicas.

- **Vila Cardinal (Rondonópolis):** localidade habitada por 30 famílias, a Vila Cardinal é cercada por pequenas chácaras de 1 a 2 hectares e sítios de 10 hectares. As propriedades se destacam pela produção de lavouras brancas e hortaliças, além de da pecuária leiteira. Seus primeiros habitantes são, em sua maioria, originados dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Alguns dos seus atuais moradores se dividem entre moradias na cidade de Rondonópolis e a localidade. A vila não conta com escolas e as crianças e jovens em idade escolar precisam se deslocar para a sede de Rondonópolis ou para o PA Chico Mendes, encontrado nas imediações (o transporte dos alunos é responsabilidade da prefeitura). Há, na localidade, um posto de saúde que funciona no prédio da antiga escola local. Ele conta com uma agente de saúde e um médico realiza visitas uma ou duas vezes por mês. A água provém de poços artesianos e o esgoto é lançado em fossas sépticas.
- **PA Coqueiro (Rondonópolis):** assentamento formado por 40 famílias distribuídas em lotes de 25 hectares, o PA Coqueiro se constituiu a partir da luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do estado do Mato Grosso. Segundo depoimentos, a fazenda desapropriada para a constituição do assentamento foi comprada pelo INCRA depois de muita negociação entre o órgão, seu antigo proprietário e os assentados. Seus moradores são originados de diversas regiões do país, da Bahia, Minas Gerais, Paraná e São Paulo. A economia é predominantemente baseada na pecuária leiteira, com a presença de pequenas lavouras de milho, mandioca (para fazer farinha) e cana de açúcar (para fazer rapadura). Os produtos locais são vendidos em Rondonópolis. O PA não conta com escolas de quaisquer tipo e seus jovens moradores se deslocam em ônibus da prefeitura para o PA Chico Mendes, localizado nas imediações. Há um velho posto de saúde no assentamento e, uma vez por mês, o médico da prefeitura faz visitas aos moradores.
- **Vila 3 Pontes (Rondonópolis):** pequeno aglomerado habitado por 15 famílias. Ele conta com posto de saúde e com visitas médicas realizadas uma vez por mês. Não há escolas e as crianças e jovens seguem em ônibus da prefeitura para a sede municipal de Rondonópolis. A vila conta com energia elétrica e a água provém de poços artesianos. O esgoto é lançado em fossas sépticas. O lixo é queimado ou enterrado por seus moradores.

- **PA Padre Josino (Rondonópolis):** assentamento formado por quase 119 famílias distribuídas em lotes de 10 alqueires. Suas origens estão associadas à luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Seus primeiros habitantes são originados de diversos estados do país. A economia do assentamento é predominantemente baseada na pecuária leiteira, com algumas lavouras de milho e mandioca. Padre Josino não conta com escolas. As crianças se deslocam para São José do Povo para cursarem o ensino fundamental, ao passo que os jovens vão para Rondonópolis para as escolas de ensino médio da sede municipal. A água provém de poço artesiano e distribuído em encanamentos para todos os lotes do assentamento ao custo de 20 reais por cada 30 mil litros. O esgoto é lançado em fossas sépticas.
- **PA Águas da Serra (Rondonópolis):** assentamento formado por cerca de 18 famílias distribuídas em lotes de 10 alqueires, o PA Águas da Serra foi construído há cerca de 10 anos. A área, criada em 1998, pertencia a uma fazenda de 2000 alqueires que foi dividida em três partes: uma destinada ao PA Águas da Serra (200 alqueires), outra ao PA Marcio Pereira (1200 alqueires), outra a Fazenda Tânia (600 alqueires). Sua constituição foi conseguida através da luta do MST na região. Os assentados são originários, em sua maioria, antigos produtores da região, das localidades de Galiléia e Nova Catanduva. A economia é baseada na pecuária de leite. Cada assentado tem em média 15 vacas por lote. O assentamento não conta com escolas de quaisquer tipos e os alunos se deslocam em ônibus escolares para Galiléia (ensino fundamental) ou para São José do Povo (ensino médio). A localidade também não conta com agente e posto de saúde. Os casos médicos são atendidos em Pedra Preta ou São José do Povo. A luz elétrica alcançou 100% das casas do assentamento há cerca de 4 anos. A água é proveniente de minas, mas os moradores se mobilizam para a construção de um poço artesiano. O esgoto, como noutros exemplos da região, é lançado em fossas sépticas.
- **PA Marcio Pereira (São José do Povo):** o assentamento Marcio Pereira é formado por 90 famílias distribuídas em lotes de 25 hectares. Sua origem data de 1997 e está associada à luta do movimento dos trabalhadores sem terra que ocuparam, entre os anos de 1995 e 1996, a área de uma antiga fazenda de gado de corte. A economia é predominantemente baseada na pecuária leiteira, com a presença de lavouras de mandioca e milho para o consumo das famílias. Ainda hoje, o MST mantém parcerias junto ao assentamento. Através da ação do movimento, Marcio Pereira conseguiu que o governo do estado instalasse uma escola de ensino fundamental e médio na localidade. O assentamento também conta com um Posto de Saúde e dois agentes comunitários. Uma vez por mês, um médico contratado pela prefeitura visita a localidade para realizar

exames e prescrever remédios aos seus moradores. Um ônibus passa três vezes por semana dentro do assentamento. A água provém de poços artesianos e o esgoto das casas é lançado em fossas sépticas distribuídas nos lotes.

- **Vila Nova Catanduva (São José do Povo):** o pequeno aglomerado de Nova Catanduva conta com uma população estimada de 50 a 60 famílias. Originado de onda migratória de paulistas nos anos de 1960, a vila hoje se caracteriza pela presença de um pequeno comércio na sua área urbana e pela existência de inúmeras propriedades destinadas à pecuária leiteira em suas imediações. A vila conta com escola de ensino fundamental e médio que atende aos jovens da região. Ela também é assistida por um Posto de Saúde visitado uma vez por mês pelo médico da prefeitura. Um ônibus da linha São José do Povo-Rondonópolis passa três vezes por semana pela localidade. A vila conta com água de poços artesianos e o esgoto é lançado em fossas sépticas. Ele não conta com posto policial, mas rondas periódicas atendem a localidade com algum serviço público de segurança.

### **Sub-trecho 13: Pedra Preta e Alto Araguaia**

O sub-trecho 13 engloba parte dos municípios de Pedra Preta, Alto Garças e Alto Araguaia. Sua paisagem é predominantemente composta por grandes fazendas de soja, algodão e gado de corte. Algumas destas fazendas pertencem a grandes grupos situados na região centro-sul do Brasil e são orientadas para a exportação. São fazendas altamente tecnificadas, que empregam mão de obra especializada e possuem sistemas de gerenciamento modernos.

Ao longo do município de Pedra Preta, a paisagem é dominada por grandes fazendas, cujas extensões são próximas a 20 mil hectares. Pertencentes a grupos econômicos mato-grossenses ou de fora do estado, as fazendas do município se voltam totalmente à produção integrada ao agronegócio do país, com destaque para o algodão e a soja. Nas entrevistas realizadas, poucas informações foram obtidas a respeito da regularização destas fazendas. Algumas delas, segundo se pôde observar, são arrendadas, prática, aliás, comum neste trecho. Os grandes grupos, necessitados de área para expansão da produção, acabam por incorporar terras de terceiros através do sistema de arrendamento.

Realidade bem diferente parece tomar conta da paisagem rural do sub-trecho 13 nos municípios de Alto Garças e Alto Araguaia. Embora se possa observar a existência de grandes fazendas, pouco ou quase nenhuma atividade parece ser realizada nestas propriedades, além da pecuária extensiva e com poucas cabeças. As fazendas são geralmente habitadas por uma ou duas famílias de vaqueiros e caseiros.



A renda responsável pela movimentação do comércio das cidades e distritos nesta região é proveniente das grandes fazendas. Apesar da forte mecanização, muitos trabalhadores das grandes lavouras, operadores de máquinas agrícolas, ou mesmo aqueles que realizam trabalhos braçais (parte das lavouras é tratada ainda com mão-de-obra), moram nestas localidades e, mesmo quando residem nas fazendas, consomem parte da renda nos centros comerciais mais próximos. Este contexto é válido também para os trabalhadores temporários, que vêm de outras regiões e estados, na maioria das vezes. Apesar de assumir outra lógica na relação com o dinheiro que ganham (pouparam para poder gastar nas cidades de origem), também deixam parte da renda no local.

Também se observa que o sub-trecho, especialmente na área do município de Pedra Preta, sofre com certa sazonalidade demográfica. Nos períodos de plantio e colheita de soja e algodão, entre os meses de agosto e setembro, para o primeiro, e os meses de fevereiro a outubro, no caso do segundo, a região recebe trabalhadores dos estados do Maranhão e Bahia. Eles permanecem arranchados nos alojamentos das fazendas ou em pequenos hotéis do distrito de Garça Branca. Ao todo, segundo depoimentos, mais de 1000 trabalhadores vêm e vão durante todo o ano agrícola na região.

A fazenda dispõe de serviço de educação fundamental para os jovens filhos de trabalhadores e moradores da localidade. Os alunos que cursam o ensino médio precisam se deslocar via ônibus municipais, para o distrito de Garça Branca, localizado há poucos quilômetros da fazenda. As áreas pertencentes aos municípios de Alto Garças e Alto Araguaia, por sua vez, se caracterizam pelo quase total vazio demográfico. A ausência de pequenas propriedades e de núcleos urbanos de qualquer tipo se reflete na ausência de instituições de ensino.

**Quadro 3.6.5.11-30 - Educação no sub-trecho 13 - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Município	Localidade	Serviços de educação	Descrição
Pedra Preta	Fazenda Santo Antônio	Sim	Há escola na fazenda. Além da escola na fazenda, há transporte para escolas na Vila da Garça Branca (vila com 700 casas). A escola na fazenda é municipal, tem biblioteca e laboratório de informática.

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Os serviços de saúde também só podem ser encontrados no distrito de Garça Branca, que atende a população das grandes fazendas do município de Pedra Preta.

**Quadro 3.6.5.11-31 - Serviços de saúde no sub-trecho 13 - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Município	Localidade	Serviço de Saúde	Descrição
Pedra Preta	Fazenda Santo Antônio	Não	Os trabalhadores e moradores da fazenda se deslocam para Garça Branca.

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

As fazendas da região, em geral, são atendidas com energia elétrica. A água provém de poços artesianos; o tratamento, quando ocorre, se restringe ao uso de pastilhas de cloro. O esgoto é lançado em fossas sépticas. A comunicação se dá via telefone celular e o sistema de transporte se restringe ao deslocamento dos trabalhadores para as fazendas de Pedra Preta.

**Quadro 3.6.5.11-32 - Infra-estrutura no trecho 13 da AID - Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Localidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz	Comunicação	Transporte
Fazenda Santo Antônio	Fossa	Poço	Queima e enterra	Sim	Celular	Ônibus

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

As fazendas não contam com coleta de lixo de nenhum tipo. Os detritos são queimados e/ou enterrados nas próprias propriedades. Elas, por outro lado, são atendidas por rede elétrica.

A seguir é apresentada as principais características da propriedade visitada.

- **Fazenda Santo Antônio (Pedra Preta):** fazenda de 10000 hectares dedica ao plantio de soja e algodão. Seus proprietários ainda são donos de 4 fazendas na região. Há cerca de 4000 hectares de plantação de algodão. Durante a colheita, entre junho e outubro, trabalhadores de Guanambi-BA de deslocam para a sede da fazenda. Os trabalhadores vêm de ônibus e permanecem em alojamentos durante todo o período da colheita. A fazenda também conta com diversos trabalhadores fixos. Estes moram na própria fazenda ou no município de Pedra Preta, na sede ou no distrito de Garça Branca, nas imediações. A educação oferecida para os filhos dos trabalhadores moradores da fazenda é realizada em Garça Branca, onde há ensino médio e fundamental. Os serviços médicos também são encontrados nesse distrito. A água da fazenda provém de poço artesiano. O esgoto é despejado em fossa séptica. Há eletricidade e telefones celulares.
- **Trecho 3: Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara (SP)**

A principal forma de ocupação nesse trecho corresponde às fazendas que cultivam predominantemente grãos, cana-de-açúcar ou exploram a pecuária (base da economia destes locais) e com poucos povoados ou aglomerados humanos. O acesso, nestes locais é feito por estradas de terra e em alguns trechos não existem acesso para diretriz do traçado.

Em virtude da predominância de áreas de pecuária no sudoeste goiano, neste trecho é observado o maior número de fragmentos de cerrado. Conclui-se que este tipo de atividade permite a existência de vegetação, em meio a áreas de pastagem. Diferente

das áreas de lavoura de grãos e cana-de-açúcar, onde é raro encontrar áreas de cerrado em meio a tais monoculturas.

Os extensos chapadões no sudoeste de Goiás, excelente para a exploração das lavouras de grãos, os imensos planaltos também no sudoeste goiano, e no Triângulo Mineiro, utilizados principalmente para a criação do gado de corte, e cultivo da cana-de-açúcar, e as áreas planas suavemente onduladas observadas principalmente no noroeste e oeste paulista, utilizada para diferentes culturas (citros e seringueira), sendo o cultivo da cana-de-açúcar o mais expressivo.

Assim sendo, a unidade de paisagem no Sudoeste de Goiás é representada pelos extensos chapadões ocupados por grandes propriedades, com lavouras de grãos, como a soja, o sorgo e o milho, principalmente nos municípios de Serranópolis e Mineiros. Esta agricultura se apresenta altamente mecanizada, justificando assim um pequeno número de trabalhadores, que resulta na baixa taxa de ocupação humana nesta paisagem. Nesta paisagem também é expressiva a criação de gado de corte (Nelore) nas grandes propriedades e é visível o aumento dos canaviais.

Já o gado leiteiro é observado em pequenas propriedades (assentamentos, e localidades), em especial nos municípios mineiros. A presença da vegetação nesta paisagem só é observada junto a propriedades com criação de gado, e apresenta-se em fragmentos de diversos tamanhos, e formatos variados, isolados muitas vezes por áreas de campo sujo, utilizado pelo gado como pastagem. Espécies como o algodão brabo, o Ipê amarelo e a Caroba, e o pau-santo, características do cerrado podem ser observadas nas margens das estradas de terra, ou nas margens do rio como o Buriti, poupadas durante o desmatamento, muito em função de sua beleza e porte.



**Foto 3.6.5.11-12 - Criação de gado de corte com fragmento de cerrado ao fundo em Itarumã – GO**



**Foto 3.6.5.11-13 - Fragmento de cerrado envolto por áreas de pastagem em Itarumã - GO**



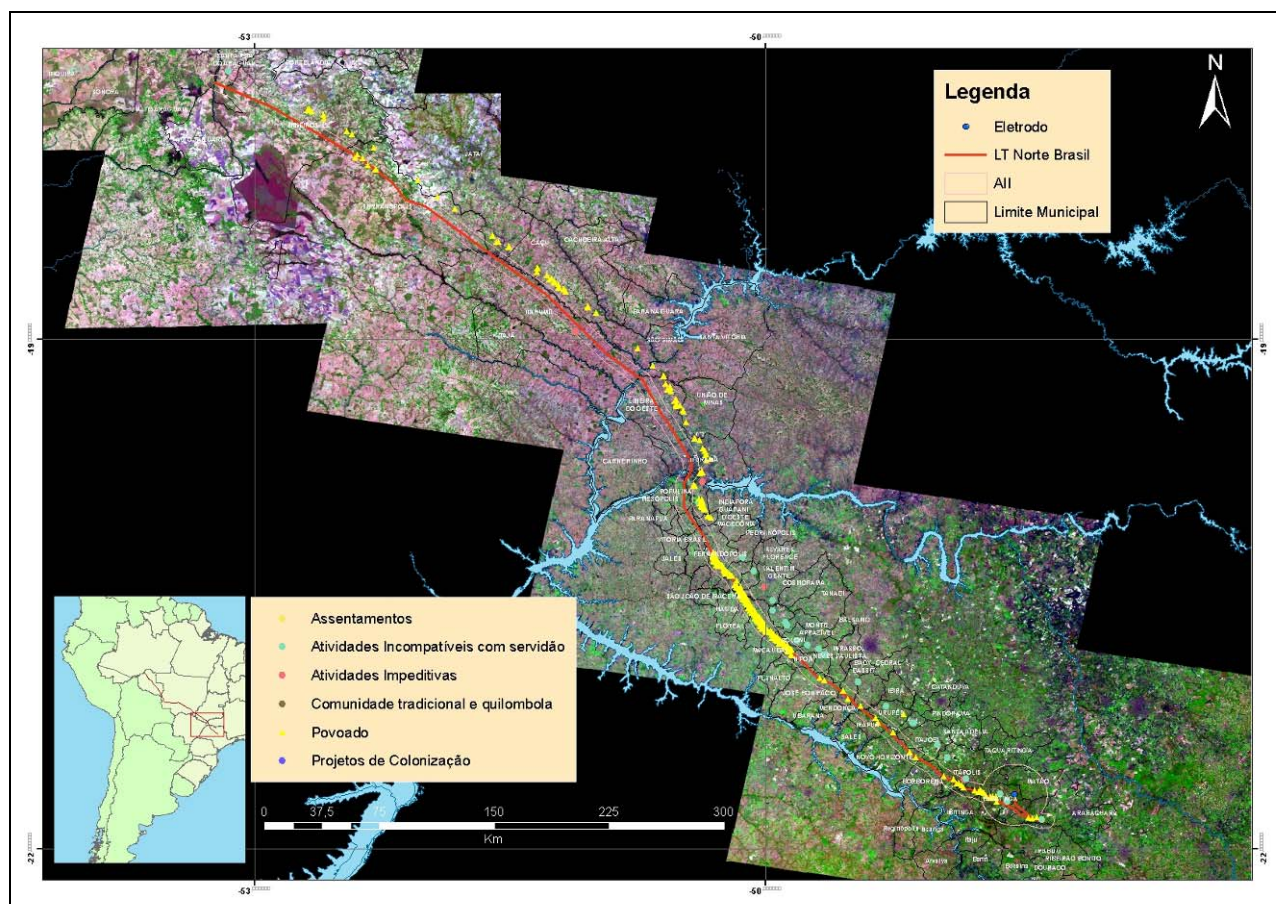
**Foto 3.6.5.11-14 - Ipê Amarelo na beira de estrada de terra em Itarumã – GO**



**Foto 3.6.5.11-15 - Algodão Brabo na beira da estrada em Itarumã – GO**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Em grande parte dos municípios atravessados pelo traçado em São Paulo, a cana-de-açúcar predomina na paisagem. Embora, haja locais onde a paisagem é alternada com o cultivo de citros, seringa e eucalipto. Além da cana, a região é um pouco mais amorrada e o padrão de ocupação de medias e pequenas propriedades também chama a atenção ao longo do trecho percorrido. A seguir são apresentadas as áreas percorridas.



**Figura3.6.5.11 - 3 - Áreas percorridas no Trecho 3: Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP)**

## Sub-trecho 14: Santa Rita do Araguaia(GO) – Itarumã (MG)

Em Goiás o primeiro município a ser atravessado pelo traçado da Linha de Transmissão é Santa Rita do Araguaia. Neste trecho, a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02 passará por uma pequena porção do município, neste local é possível encontrar áreas de cerrado mescladas com pastagens, destinadas a pecuária de corte. Destaca-se que nenhuma comunidade foi identificada na área.

Saindo do município de Santa Rita do Araguaia, em direção ao município de Mineiros é possível encontrar áreas de pastagem sendo substituídas por plantio de cana-de-açúcar. De acordo com informações dos entrevistados, os canaviais plantados nessa região seriam para abastecer a usina pertencente ao **Grupo BRESCO (Companhia Brasileira de Energia Renovável)**, que esta sendo construída nesse município. Destaca-se que o local de instalação da usina encontra-se aproximadamente a 12quilômetros do traçado da LT, na altura das coordenadas 294.561/8036.266

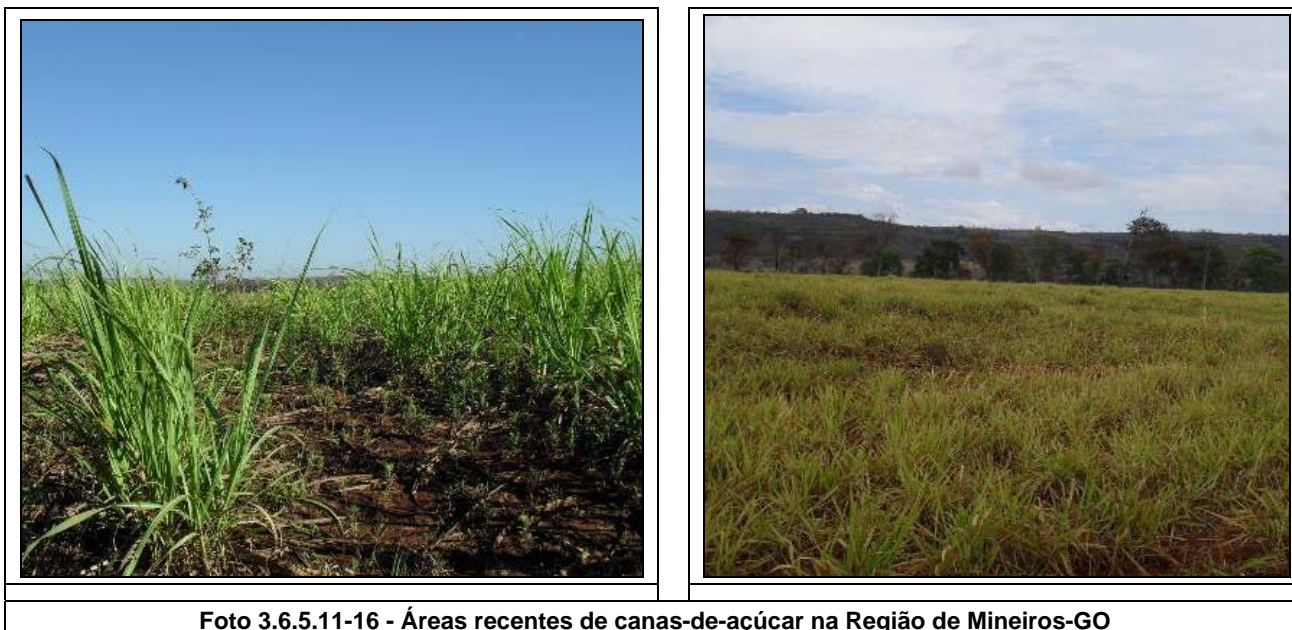


Foto 3.6.5.11-16 - Áreas recentes de canas-de-açúcar na Região de Mineiros-GO

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Assim, nessa área predominam canaviais, plantados em grandes propriedades e com poucas casas. Afastando da usina em direção a rodovia GO 341, na **região da Babilônia**, é possível avistar algumas áreas de pastagem plantada e algumas instalações de produtores de aves integrados a Perdigão, bem como alguns canaviais recentes. A ocupação desse espaço fica entre as coordenadas 290.015/8054.069 a 293.330/8046.062. Essa região é conhecida como a região da fazenda Babilônia.

O traçado cruza a rodovia GO-341 seguindo em direção a uma região formada por fazendas de gado, entre estas é possível citar a **Fazenda Quati**, no qual a sua sede fica a cerca de 188 metros do traçado proposto (coordenadas 298.662/8048.937),

nessa região o acesso ao corredor da futura LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 é bastante difícil, sendo utilizado basicamente por vaqueiros.

Saindo da fazenda Quati retornando para GO-341, já numa área mais plana é possível encontrar algumas áreas com plantios de grãos e algumas propriedades integradas à empresa Perdigão, ou seja, galpões com aves (perus). Saindo dessa área o traçado se distancia da estrada, nessa região encontra-se fazendas com pastagens isolando áreas de fragmento de cerrado. Estes fragmentos são constituídos por árvores baixas e esparsas, com tronco tortuosos, cobertos por cortiça grossa e folhas geralmente grandes, rígidas e verdes.

É na região do Sudoeste goiano, onde se pode observar o maior número de fragmentos de cerrado, bem como os de maior tamanho, sendo possível avistar diversos animais silvestres atravessando as áreas de pastagens (emas, seriemas, tucanos, papagaios, araras, e cachorro do mato). Cabe ressaltar que nas outras regiões do trecho observado não foi observado a presença de animais silvestres, muito em função da alta taxa de devastação da vegetação.

Nos municípios goianos no corredor de influência direta do empreendimento, a cultura da cana-de-açúcar é considerada recente. No município de Mineiros, chegou em função da instalação da **Companhia Nacional de Energia Renovável (Brenco)**. Assim, em algumas propriedades as áreas de pastagem estão sendo substituídas pela cana-de-açúcar. Os canais voltam a aparecer nos municípios de Itarumã, e Caçu próximo ao rio Paranaíba, divisa com o Estado de Minas Gerais.

Ainda como ocupação desse território, constatou-se, no município de Mineiros-GO, a criação de aves, designada de sistema de integração da Perdigão, que foi instalada em 2007, através de contratos entre os proprietários das terras e a **Perdigão**. No corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 foi observada a presença de galpões de criação de Peru, com todas as outras estruturas associadas, que podem ser reconhecidas por placas indicando o nome dos proprietários de determinado núcleo.

Seguindo em direção a Serranópolis o traçado se aproxima da estrada, mantendo a uma distância média de 300 metros. Seguindo essa estrada a paisagem não diferencia muito sendo marcada por pastagem e áreas de cerrado.

O traçado entra no município de Serranópolis numa região de fazendas com poucas estradas, solo arenoso com uma paisagem dominada por pastagens abandonadas com regeneração de cerrado, onde as plantas atingem 1,2 metros. Neste local as principais fazendas identificadas foram à **Fazenda Boa Sorte, Pecuária Lima, Fazenda Rio Verde e Fazenda União das Águas Claras.**

Já na altura das coordenadas 394.735/7985.105 é possível avistar um chapadão com lavouras de grãos, nessa área a paisagem muda. Nesta região não é observado a presença de manchas de cerrado, apenas extensas áreas planas, com lavouras de grãos, sobre latossolo vermelho. Nesta área, também, é possível avistar algumas estruturas graneleiras, como galpões e silos de armazenamento de grãos, como no caso dos silos da **Fazenda Primavera**.



**Foto 3.6.5.11-17 - Típico sistema de armazenamento de grãos.**



**Foto 3.6.5.11-18 - Lavoura de soja**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Na altura da rodovia asfaltada (GO) que liga a cidade de Serranópolis ao município de Jataí, nesse trecho o traçado, segue em direção a cidade de Serranópolis e a pouco mais de três mil metros antes da zona urbana do município, o traçado desvia da sede da cidade e segue em direção a uma região de pastagem no sentido ao município de Itarumã. É importante ressaltar que nas alturas das coordenadas 399.867/7976.547 encontra-se uma pista de pouso simples denominado aeroporto de Serranópolis.

Nessa região a única forma de ocupação humana encontrada nesse trecho são fazendas como a **Estância Flamboyant, Fazenda Campeira e Fazenda Abençoada**, na região dessa última fazenda foi possível avistar uma mancha grande de cerrado. Este fragmento apresenta-se bastante desenvolvido, com a presença de um dossel contínuo com aproximadamente 12 metros de altura, onde as árvores com seus troncos e galhos retorcidos apresentam-se bastante adensadas, caracterizando uma área que anteriormente deveria compreender uma área de cerradão.

Quase saindo do município de Serranópolis, foi possível encontrar pequenas propriedades, na região conhecida como **São Francisco e Córrego do Laguço**, nessa área a cerca de 200 metros do traçado encontrou-se uma igreja Assembléia de

Deus Ministério Missão. De acordo com um freqüentador da igreja, os cultos na igreja são freqüentados por sete famílias da área do Córrego do Lagaço.

Segundo um morador entrevistado, na área não há um povoado, mas pequenos sítios dispersos com produtores familiares que freqüentam a igreja. Assim, nessa área a economia muda um pouco, sendo a exploração de gado leiteiro, a principal atividade praticada pelos pequenos proprietários da região. Esse leite seria vendido para Parmalat, Comigo e Italati, localizadas no município de Jataí.

Em Jataí, o traçado atravessa um pequeno trecho dentro desse município, nessa região a ocupação é feita por pequenas e medias propriedades que exploram a pecuária leiteira. Na altura das coordenadas 434.657/7959.879 encontra-se a Escola municipal Francisco F. de Souza conhecida como região da escola do Professor Chiquinho (segundo o INEP, esta unidade de ensino está situada na localidade determinada como Fazenda São José), com ensino fundamental e médio com aproximadamente 140 alunos. No local não existe posto de saúde, no entanto existe agente de saúde que visita as casas dos moradores.

A economia local, nesse trecho, é marcada por pequenas e medias propriedades, que exploram, principalmente, o gado de leite. O leite produzido por essas propriedades é vendido para: a cooperativa Comigo, as empresas Parmalat e Itallack. O leite é recolhido em dias alternados e fica armazenado em tanques de expansão, ao todo na região existem aproximadamente 10 tanques. No local existe uma associação de produtores denominada Associação de Produtores de Leite de São José e Felicidades (APROSSA)

No município de Itarumã, na região da **Fazenda Rochedo**, nesta propriedade a principal atividade encontrada foi à criação de gado de leite, sendo a pastagem a principal unidade de paisagem.

Nessa região o traçado segue uma área de difícil acesso, formada principalmente por pastagens e com pouca ocupação. É importante ressaltar que nessa região do município é possível avistar alguns canaviais nas proximidades de uma rodovia GO que dá acesso à cidade de Itarumã.





**Foto 3.6.5.11-19 - região com pastagens próximas o a AID, no município de Itarumã-GO.**



**Foto 3.6.5.11-20 - Canavial novo no município de Itarumã-GO**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Nesta área o traçado proposto passa por áreas com pastagens de diversas fazendas sendo a mais próxima do traçado a **Fazenda Cervo**. O proprietário se mostrou preocupado com a passagem de linhas de transmissão em sua propriedade. Esta preocupação está relacionada a construção de diversas usinas na região “*que vão trazer muitas linhas de transmissão*”, com isso a passagem de outras LT’s vindo de uma área distante como a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 seria mais um problema.

*“(…) já não basta às linhas e as hidrelétricas que estão sendo construídas aqui! Agora vem linha lá de Rondônia passando também, por aqui, assim aqui vai virar uma teia de aranha” (Fazendeiro, do município de Itarumã-GO, 2009)*

O entrevistado ressaltou que já teria cerca de 45 alqueires de terras alagadas por uma Usina Hidrelétrica que está sendo construída na região. Ele afirmou que não teria aceitado a indenização proposta pelo empreendedor dessa usina e teria levado a causa para a justiça. É importante ressaltar que na região existe a UHE Caçu, Rio Verdinho e Barra dos Coqueiros sendo construídas.



**Foto 3.6.5.11-21 - Estrada próxima a fazenda Cervo no município de Itarumã-GO**



**Foto 3.6.5.11-22 - Rodovia estadual que liga o município de Itarumã com o município de Caçu, cortada pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Saindo da região dessas fazendas, o traçado cruza a rodovia GO 178, em sentido a região conhecida como São Jerônimo, nesta área é possível observar algumas áreas de cerrados recém derrubadas para a formação de canaviais.



**Foto 3.6.5.11-23 - Área recém aberta para a formação de canaviais no município de Itarumã.**



**Foto 3.6.5.11-24 - Estrada municipal próxima região de São Jerônimo no município de Itarumã-GO.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Na altura das terras da fazenda São Jerônimo é possível avistar uma grande área de pastagem e uma pista de pouso para pequenas aeronaves.



Foto 3.6.5.11-25 - Pista de pouso próximo a fazenda São Jerônimo município de Itarumã.



Foto 3.6.5.11-26 - Placa indicando a faz São Jerônimo no município de Itarumã-GO.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Saindo dessa área o acesso ao traçado torna-se difícil, passando por áreas formadas principalmente por pastagens e com estradas de terras ruins, o que dificulta a circulação, sobretudo, de carros pequenos. As estradas melhoram um pouco, neste local também, é possível avistar novos canais e uma placa indicando a instalação de uma usina de álcool e açúcar.



Foto 3.6.5.11-27 - Placa indicando usina de álcool e açúcar.



Foto 3.6.5.11-28 - Canavial no município de Itarumã-GO, próximo ao Rio Paranaíba.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Seguindo a estrada em direção as coordenadas 525.221/7881.381 encontra-se as obras da **UHE Rio Verdinho**. Saindo desse trecho de influencia das obras da UHE é possível observar lavouras de canaviais recentes, que vão predominar até as margens do rio Paranaíba, o principal rio navegável neste trecho (Sudoeste Goiano - Triângulo Mineiro e Noroeste e Oeste Paulista) da área de influência direta. Assim na altura das coordenadas 524.031/7870.667 encontra-se o porto Santos, local para atracamento da balsa que possibilita a travessia do rio, para o Estado de Minas Gerais.



**Foto 3.6.5.11-29 - Local de atracamento do lado Goiano, no rio Paraíba.**



**Foto 3.6.5.11-30 - Balsa utilizada para a travessia no Porto Santos entre os estados de Goiás e Minas Gerais**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

É importante destacar que a balsa fica ancorada no lado mineiro e para acionar o serviço é necessário buzinar o carro para que a balsa venha realizar a travessia. De acordo com operador da balsa, quem utiliza a balsa economiza cerca de 100 quilômetros na viagem, caso essa fosse feita exclusivamente por terra.

Entrando no Estado de Minas Gerais, o traçado atravessa apenas dois municípios Limeira do Oeste e Ituramã, que corresponde do quilômetro 1.985 ao quilômetro 2.050 do empreendimento. Nestes municípios, a principal atividade econômica, consiste em lavoura de cana-de-açúcar e algumas propriedades com gado de corte, de forma que os canaviais predominam na paisagem do corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Em virtude desta predominância, quase a totalidade da área é desprovida de vegetação nativa. Os fragmentos de cerrado são restritos a pontos localizados em fazendas de gado de corte.

Nesse sentido, a presença de vegetação na região do Triângulo Mineiro é ínfima, sendo observados poucos e pequenos fragmentos de cerrado, localizados próximo ao rio Paranaíba no município de Limeira do Oeste, e algumas áreas rurais já no município de Ituramã-GO.

Já entrando no município de Limeira do Oeste a principal atividade encontrada é a produção de cana-de-açúcar para abastecer, sobretudo, a usina Cabrera. Além dos canaviais é possível encontrar algumas fazendas de gado como a fazenda Mundo Novo (532.928/7862.639).



Foto 3.6.5.11-31 - Paisagem do rio Paraíba, entre os estados de Goiás e Minas Gerais.



Foto 3.6.5.11-32 - Unidade da Usina Cabreira.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Na altura das coordenadas 531.045/7861.766 encontra-se a venda do Geraldo, localizada na região conhecida como **Lama**. Nessa região, segundo fontes locais, as famílias vivem, principalmente, do trabalho nos canaviais e na “lida com o gado”. Nesta localidade foi possível perceber que há intensa circulação de caminhões bitrem transportando cana.



Foto 3.6.5.11-33 - Venda do Geraldo, região da Lama.



Foto 3.6.5.11-34 - Bitrem circulando na região da Lama.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Saindo da região da venda do Geraldo, encontra-se o assentamento pelo **Banco da Terra, denominado Canaã**. Neste assentamento criado no final de 2001, vivem 26 famílias, onde cada uma possui uma área de cerca de três hectares. Atualmente as famílias vivem da exploração do gado leiteiro e da produção de mandioca. Recentemente o assentamento recebeu do projeto Minas Sem Fome, um tanque de expansão e uma casa de farinha, que foram construídos na área coletiva do assentamento.



**Foto 3.6.5.11-35 - Área coletiva do assentamento Banco da Terra Canaã-Limeira do Oeste-MG**



**Foto 3.6.5.11-36 - Interior da casa de farinha do assentamento Banco da Terra Canaã.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Segundo um entrevistado, as famílias receberam os créditos do PRONAF e crédito habitação. De acordo com as mesmas fontes, as famílias que formaram o assentamento eram ex- trabalhadores do corte da cana-de-açúcar no próprio município.

As casas do assentamento possuem energia elétrica, a captação de água é através de poço, o esgoto é fossa e o lixo é queimado. No local ainda existe um orelhão, igreja católica e os moradores estão organizados em uma associação. No entanto, não existe escola ou posto de saúde. No caso de atendimento médico os moradores procuram a sede do município, e em casos mais graves vão para o município vizinho de Iturama. Já no caso dos serviços de educação, as crianças vão estudar na localidade da Lama que oferece o serviço até o ensino fundamental. Para cursar o ensino médio os estudantes devem ir para a sede municipal.

Saindo do assentamento Canaã, encontra-se a escola municipal nucleada Onório Silveira Lacerda que oferece o ensino pré-escolar e fundamental. Esse local fica a cerca de 30 quilômetros da sede de Limeira do Oeste. A escola é nucleada, recebendo alunos de vários locais, ao todo são 110 alunos, seis professores e quatro funcionários, além dos motoristas que realizam o transporte escolar. Para o transporte dos alunos são utilizados sete veículos (Kombi e ônibus).



**Foto 3.6.5.11-37 - Escola municipal Onório Silva, município de Limeira do Oeste-MG**



**Foto 3.6.5.11-38 - Transporte escolar utilizado pelos alunos da Escola Onório Silva.**

Fonte: Levantamento de campo, realizado entre agosto – novembro de 2009

A maioria dos alunos é oriunda do assentamento Reserva do INCRA, é importante destacar que o assentamento Reserva encontra-se distante da área de influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Segundo a diretora, cerca de 30 alunos receberiam o Bolsa Família e a atividade dos pais das crianças está relacionada ao corte da cana e ao serviço de vaqueiro.

Saindo dessa região da Lama entrando na estrada municipal Pedro Besteti, encontra-se uma região (539.571/7856039) com fazendas de gado como a **fazenda Modelo**. Essa estrada vai dar acesso à área conhecida como córrego da Barreira, neste local é possível encontrar um bar conhecido pelos moradores locais como bar da Valdete. Saindo dessa área em sentido a cidade de Limeira do Oeste, é possível avistar algumas propriedades com gado, como o **sítio São João e fazenda Colorado**.



**Foto 3.6.5.11-39 - Casa do caseiro da fazenda Colorado, no município de Limeira do Oeste**



**Foto 3.6.5.11-40 - Gado existente na fazenda Colorado, no Município de Limeira do Oeste**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Segundo o caseiro da fazenda Colorado o proprietário mora em Ituitaba-MG e o estabelecimento possui aproximadamente 163 alqueires, destinados a exploração do gado para corte, recria e engorda. O leite tirado na propriedade é vendido para a cidade de Ituramã-MG. O vaqueiro que é do Estado de São Paulo explicou que nos

casos mais graves de saúde alguns moradores da região procuram atendimento na cidade paulista de Fernandópolis.

Logo depois da fazenda Colorado é possível avistar alguns canaviais e algumas propriedades como a **Estância Duas Irmãs** e a **Estância Vip**, (um local que esta sendo projetado para funcionar como área de lazer). De acordo com um funcionário os proprietários alugam o local para festas e eventos.



Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Afastando do traçado cerca de 4.000 metros do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 encontra-se a área coletiva do **assentamento Barreiro**. No local existem cerca de 131 famílias que moram em lotes individuais de cerca de 10 hectares. Segundo uma professora que leciona no assentamento, ele existe a aproximadamente 22 anos, no entanto, teria sido homologado em 1998. Ainda segundo a entrevistada, seria um dos primeiros assentamentos criados no Triângulo Mineiro.

A principal atividade econômica dos assentados é a pecuária leiteira, o leite é armazenado no tanque de expansão da cooperativa do assentamento, que fica localizado na área coletiva, próximo a escola.





**Foto 3.6.5.11-42 - Placa em homenagem aos assentados fundadores do local.**



**Foto 3.6.5.11-43 - Tanque de expansão do assentamento Barreiro.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No local existe uma escola de ensino Pré escolar com 57 alunos, seis professores e cinco funcionários, um Telecentro (Projeto Estruturador Inclusão Digital), um posto de saúde, uma quadra esportiva, um orelhão e energia elétrica. No entanto não há rede de esgoto e água é oriunda de poço. As principais festas comemoradas são a folia de Reis em janeiro e o aniversário do assentamento no mês de maio.



**Foto 3.6.5.11-44 - Quadra esportiva do assentamento Barreiro.**



**Foto 3.6.5.11-45 - Posto do Telecentro, da escola Cachoeira assentamento Barreiro.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

A cerca de 2.500 metros é possível avistar a estação de tratamento de água da COPASA que abastece a cidade de Limeira do Oeste. Logo após esse ponto encontram-se os alguns bairros de Limeira do Oeste, acerca de 3.000 metros dão traçado proposto. Entre estes bairros estão **Jô Amaro e Jardim Planalto**, e o **Conjunto habitacional Paraíso** (544.744/7837.585).



**Foto 3.6.5.11-46 - Estação de tratamento da COPASA no município de Limeira do Oeste-MG.**



**Foto 3.6.5.11-47 - Ruas do Bairro Jô Amaro.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

A maioria dos moradores desses bairros é do próprio município, entretanto, já nos bairros recentes como o Conjunto habitacional Paraíso, é possível encontrar moradores vindos de outros locais e até mesmo oriundos da zona rural da região. Muitos trabalham nas usinas de cana do município como a Coruripe. Esse conjunto foi construído com recursos da Caixa Econômica Federal, e foi inaugurado recentemente.



**Foto 3.6.5.11-48 - Placa indicando obras no município de Limeira do Oeste-MG.**



**Foto 3.6.5.11-49 - Ruas do Conjunto habitacional Paraíso. No município de Limeira do Oeste-MG.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

As casas do conjunto seguem um padrão semelhante, e foram financiadas para serem pagas por um período de 20 anos. O valor das parcelas está relacionado com a renda da família. No local tem coleta de lixo duas vezes por semana, rede de esgoto, água encanada e energia elétrica. Saindo desse conjunto avista-se a rodovia que liga Limeira do Oeste ao município de Iturama.

Como no município anterior, em Ituramã- MG a paisagem predominante nesse trecho é a cultura da cana-de-açúcar mesclada com algumas pastagens. Seguindo uma estrada de terra batida na altura das coordenadas 553.955/7827.536 encontram-se algumas pequenas propriedades que fazem parte do **assentamento do Banco da Terra Nova Esperança**. No local existem cerca de seis famílias, que residem na área há

aproximadamente oito anos. Cada família explora uma faixa de terra de 10 hectares. O assentamento começou com apoio da EMATER, mas atualmente muitas famílias estão desistindo do lugar por causa das dificuldades e pelo preço baixo do leite, principal fonte de renda.



**Foto 3.6.5.11-50 - Casas do Assentamento Banco da Terra Nova Esperança, município de Iturama-MG.**



**Foto 3.6.5.11-51 - Estrada de Terra na região do assentamento Nova Esperança.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Saindo da área do assentamento na altura das coordenadas 555.705/7824.454 encontra-se a fazenda Monte Alto, que fica no caminho para o **Distrito de Alexandrita**.

O Distrito de Alexandrita está localizado na altura das coordenadas 557.182/7821.829, cerca de 300 metros do traçado proposto. Do distrito até a sede do município de Iturama são aproximadamente 28 quilômetros. No distrito, segundo informações coletadas na escola do local, residem aproximadamente 3.000 pessoas. A maioria dos moradores trabalha na usina de cana Coruripe. Muito moradores são oriundos de estados da Região Nordeste, que vieram trabalhar no corte da cana e decidiram residir no local.



**Foto 3.6.5.11-52 – Distrito de Alexandrita, município de Iturama-MG.**



**Foto 3.6.5.11-53 - Atividade cívica dos alunos da Escola do Distrito de Alexandrita**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No distrito, existe uma escola estadual com ensino fundamental e médio, funcionando nos três turnos, segundo dados da diretora existem 420 alunos matriculados, e 42 funcionários entre professores, merendeiras e serviços de secretária. O transporte escolar é feito por sete kombis recursos para este serviço são oriundos do FUNDEB.

No distrito existe um posto de saúde, um destacamento policial, com dois policiais militares, água encanada. porém sem rede de esgoto. A coleta de lixo é realizada três vezes por semana. Além disso, o distrito conta com telefones públicos (CTBC), e energia elétrica (CEMIG). Algumas ruas são asfaltadas, mas é possível encontrar ruas sem calçamento.

Saindo do distrito de Alexandrita, e entrando numa estrada de terra, encontra-se o **assentamento Banco da Terra Santa Rosa**, onde moram 15 famílias, em parcelas de cerca de seis hectares. No local existe um poço artesiano que atenderia todas as famílias, não existe escola ou posto de saúde. De forma que os moradores buscam estes serviços no distrito de Alexandrita.



Foto 3.6.5.11-54 - Distrito de Alexandrita, município de Iturama-MG.



Foto 3.6.5.11-55 - Horta de famílias no assentamento Banco da Terra.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Como nos demais assentamentos encontrados neste trecho, a principal atividade econômica no assentamento Banco da Terra é a exploração da pecuária leiteira. Segundo um entrevistado cada família teria adquirido cerca de oito vacas para iniciar seus projetos. Os animais teriam sido adquiridos com recursos dos créditos do PRONAF.

Alguns quilômetros após o assentamento é possível encontrar o rio Grande, que divide os estados de Minas Gerais e São Paulo. Nesta área não foi identificado nenhum porto ou balsa para realizar a travessia. Assim, para continuar seguindo o traçado foi preciso retornar a BR-497 sentido Iturama-MG/Populina-SP, para se chegar ao estado de São Paulo.

**Quadro 3.6.5.11-33 - Povoados e localidades identificadas ao longo do sub-trecho 14 - Trecho 3: Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara (SP)**

Estado	Município	Centro de influência	Povoados/Localidades	Vias de acesso utilizadas
Goiás	Mineiros	Mineiros- Jataí	Região da Babilônia	Estrada de terra e rodovia asfaltada até a sede do município
Goiás	Jataí/Serranópolis	Jataí	Região da escola do prof. Chiquinho (Faz. São José)	Estrada de terra até a sede do município
Minas Gerais	Limeira do Oeste	Limeira do Oeste	Banco da Terra- Canaã	Estrada de terra e um trecho de asfalto próximo a sede do município
Minas Gerais	Limeira do Oeste	Limeira do Oeste	Localidade da Lama	Estrada de terra até a sede do município
Minas Gerais	Limeira do Oeste	Limeira do Oeste/Uberlândia	P.A Barreiro	Estrada de terra até a sede do município
Minas Gerais	Iturama	Distrito de Alexandrita/Iturama	Banco da Terra- Nova Esperança	Rodovia estadual asfaltada até a sede do município
Minas Gerais	Iturama	Iturama/Uberlândia/ Fernandópolis -SP	Distrito de Alexandrita	Rodovia asfaltada até a sede do município
Minas Gerais	Iturama	Distrito de Alexandrita/Iturama	Banco da Terra – Santa Rosa	Rodovia estadual asfaltada até a sede do município

Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2009

### Sub-trecho 15: Populina (SP) – Araraquara (SP)

Um aspecto que diferencia os municípios paulistas dos demais observados dos outros municípios são as dimensões dos territórios municipais. De uma forma geral os municípios paulistas observados apresentam territórios pequenos se comparados aos municípios Goianos e Mineiros. Apesar de compor pouco mais de 350 quilômetros do traçado da linha de transmissão, este Estado tem 30 municípios atravessados.

A paisagem predominante nas áreas atravessadas desses municípios são os canaviais, as lavouras de citros (laranjas e limões) e algumas áreas com presença de seringueira. Nesse trecho também, é possível encontrar com mais frequência a presença de distritos ou povoados e aglomerados, próximos da Área de Influência Direta da LT, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

É também no Estado de São Paulo, onde se observou menos áreas florestadas. A presença de áreas remanescentes de cerrado é ínfima, estando quase que exclusivamente restrita a matas ciliares e de galerias.

**Quadro 3.6.5.11 - 34 – Povoados e Pólos Locais - AID/SP**

Região	Município	Centro Local	Povoados/Localidades	Vias de acesso utilizadas
São Paulo	Populina	Populina	Povoado do Sol	Estrada asfaltada até a sede do município
São Paulo	Populina	Populina	P.A Santa Rita	Estrada de terra até a sede do município
São Paulo	Turmalina	Estrela do Oeste	Distrito de Fátima Paulista	Estrada asfaltada até a sede de Estrela do Oeste
São Paulo	Estrela do Oeste	Estrela do Oeste	Localidade Boa Esperança	Estrada de terra até a sede do município
São Paulo	Meridiano	Meridiano	Povoado de Santo Antônio	Estrada asfaltada até a sede do município
São Paulo	Nhandeara	Nhandeara	Vila São Benedito	Estrada de terra até a sede do

Região	Município	Centro Local	Povoados/Localidades	Vias de acesso utilizadas
				município
São Paulo	Nhandeara	Nhandeara	Bairro dos Portugueses	Estrada vicinal asfaltada até a sede do município
São Paulo	Nhandeara	Nhandeara	Vila Aparecida	Estrada asfaltada e de terra até a sede do município
São Paulo	Monte Aprazível	Poloni	Distrito de Junqueira	Estrada asfaltada até a sede do município de Poloni
São Paulo	Neves Paulista	Neves Paulista	Localidade de Miraluz	Estrada de terra até a sede do município
São Paulo	José Bonifácio	José Bonifácio	Bairro Tanquinho	SP 425
São Paulo	José Bonifácio	José Bonifácio e Nipoã	Vila Maria	Estrada vicinal de terra
São Paulo	Nova Aliança	Nova Aliança	Distrito de Nova Itaipirema	Estrada asfaltada até a sede do município
São Paulo	Nova Aliança	Nova Aliança	Povoado de Monte Belo	Estrada ora asfaltada ora de terra até a sede do município
São Paulo	Urupês	Urupês	Bairro da Figueira	Estrada ora asfaltada ora de terra até a sede do município
São Paulo	Urupês	Urupês	Vila Barreirão	Estrada ora asfaltada ora de terra até a sede do município
São Paulo	Itajobi	Itajobi	Vila Nova Cardoso	Estrada asfaltada até a sede do município
São Paulo	Itápolis	Itápolis	Vila Queimada	Estrada ora asfaltada ora de terra até a sede do município
São Paulo	Itápolis	Itápolis	Bairro Leiteiro	Estrada vicinal asfaltada até a sede do município
São Paulo	Gavião Peixoto	Gavião Peixoto	Fazenda Palmital (Usina Zanim)	Rodovia estadual asfaltada até a sede do município
São Paulo	Gavião Peixoto	Gavião Peixoto	Fazenda Alabama (Usina Zanim)	Rodovia estadual Asfaltada
São Paulo	Gavião Peixoto	Gavião Peixoto	Vila Nova paulicéia	Estrada asfaltada
São Paulo	Tabatinga	Tabatinga	Distrito de Curupá	Estrada vicinal asfaltada
São Paulo	Nova Aliança	Nova Aliança	Banco da Terra – Agrovila Nova Aliança	Estrada de terra nas proximidades do assentamento, em seguida asfalto até a sede do município.
São Paulo	Novo Horizonte	Novo Horizonte	Banco da Terra – Novo Horizonte	Estrada de terra nas proximidades do assentamento, em seguida asfalto até a sede do município.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No estado de São Paulo, as áreas influenciadas nos municípios que vão compor o corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, são classificadas por autores como Ab' Sáber (2003) como áreas de chapadões tropicais interiores, com caracterizações de planaltos florestados e presença de cerrado, sobre latossolo. No entanto, a paisagem observada no corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 nestes municípios apresenta-se ocupada pela cultura da cana-de-açúcar, citros, seringueira, e a criação de gado prioritariamente em pequenas e médias propriedades.



**Foto 3.6.5.11-56 Plantação de cana no município de Populina- SP**



**Foto 3.6.5.11-57 - Plantação de laranja, na estrada vicinal do distrito de Nova Itapirema em Nova Aliança – SP**



**Foto 3.6.5.11-58 Plantação de seringueira no município de Nhandeara - SP**



**Foto 3.6.5.11-59 - Criação de gado leiteiro no PA Santa Rita, no município de Populina-SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

É importante destacar que nesta região, a presença de vegetação está relacionada principalmente as matas ciliares observadas em campo, onde quase a totalidade da vegetação deu lugar às diferentes formas de ocupação citadas acima.

As margens dos rios, no noroeste paulista são em sua maioria protegidas por matas ciliares, indicando que neste estado existe uma maior conscientização dos proprietários da terra e/ou maior rigor na fiscalização por partes dos órgãos ambientais quanto às leis ambientais. Em municípios como Nipoã, Potirendaba, Novo Horizonte e Itajobi, foi possível observar a presença de pequenos fragmentos de cerrado.

No município de Meridiano, foi observado no corredor de influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 a presença de um grande fragmento de cerrado, que pelo seu tamanho provavelmente é uma área de preservação ambiental, ou seja, de reserva legal de uma propriedade. Neste fragmento foram observadas diversas espécies sem folhas, indicando a existência de uma vegetação semi-decídua.



**Foto 3.6.5.11-60 - Mata ciliar em Nova Aliança - SP**



**Foto 3.6.5.11-61 - Maior fragmento de cerrado observado no noroeste paulista no município de Meridiano, envolto pela cultura de cana de açúcar**



**Foto 3.6.5.11-62 - Vista do fragmento florestal em Meridiano, com as espécies com folhas**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Nas áreas do planalto no noroeste e oeste paulista, constituídas basicamente por áreas planas com pequenas ondulações, foi observada a maior diversificação agrícola, dentre todo o trecho percorrido. A cana-de-açúcar é a cultura dominante nos municípios desta região, mas foi possível observar o cultivo principalmente em propriedades menores, de seringueira, laranja, limão e eucalipto. Sendo o eucalipto na maioria das vezes utilizado como cerca viva. Já os citros cultivados são vendidos principalmente para a indústria processadora de sucos. Nas pequenas propriedades é possível observar o cultivo de consórcio entre espécies, como banana, com laranja, e mandioca com laranja.





**Foto 3.6.5.11-63 - Canaviais no interior do Estado de São Paulo.**



**Foto 3.6.5.11-64 - Consórcio de laranja com banana, no Banco da terra II em Novo Horizonte – SP**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Nesta paisagem o domínio dos canaviais é antigo, mais de 10 anos, muito em função da utilização do bicomcombustível, incentivado pelo governo. Com isso a cana-de-açúcar atualmente continua a substituir áreas de cultivo de laranja e pastagens.



**Foto 3.6.5.11-65 - Área com plantação de laranja sendo derrubada para o plantio de cana-de-açúcar**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Em função do atual domínio dos canaviais, a ocupação humana na área rural dos municípios, sobretudo nos municípios paulista apresenta-se em declínio. Diversas comunidades que na “época do café”, eram populosas, atualmente possuem poucos moradores, principalmente idosos. Outro fato indicativo foi a existência de diversas casas fechadas, e muitas abandonadas, onde as terras teriam sido arrendadas para usinas de álcool e açúcar. Assim, a presença do homem no noroeste paulista está mais bem representada nos povoados e distritos dos municípios.

Atravessando o Rio Grande que divide os estados de Minas Gerais e São Paulo, os primeiro município que o traçado adentra no Estado de São Paulo é Ouroeste. O traçado proposto passa por canaviais que abastecem a usina de cana Ouroeste. É importante destacar que a circulação de carros pequenos nessa área é bastante difícil,

por causa do sistema de irrigação utilizado. Esse manejo deixa o solo muito encharcado o que dificulta a circulação de veículos pequenos.



Foto 3.6.5.11-66 - Canavial próximo a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02 no município de Populina-SP.



Foto 3.6.5.11-67 - Sistema de moto bomba para irrigação da cana, no município de Populina-SP.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Além disso, é possível observar algumas manchas de pastagens, que segundo informações obtidas no local estariam sendo substituídas por canaviais. Nesta região, também, é possível avistar outras LTs passando, que provavelmente saem da UHE Água Vermelha.



Foto 3.6.5.11-68 - LT já instalada em área de pastagem.



Foto 3.6.5.11-69 - Canavial com usina Ouroeste ao fundo, entre os municípios de Ouroeste e Populina-SP.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

É importante destacar que o traçado proposto, atravessa uma pequena parte do território desse município.

Saindo de Ouroeste chega-se ao município de Populina. Nas proximidades da rodovia estadual SP-453 a paisagem não muda, predominando os canaviais. Já na região da SP-595 começam aparecer algumas propriedades como o **sítio Otisuca e a fazenda Nossa Senhora Aparecida**, que exploram principalmente a pecuária leiteira. Sobre a economia dessa área um produtor explicou que no passado os produtores exploravam

principalmente as culturas do algodão e do café, que aos pouco foram sendo substituídas por outras culturas como a citricultura.



Foto 3.6.5.11-70 - Recipiente de armazenamento de leite utilizados por proprietários na AID.



Foto 3.6.5.11-71 - Rodovia SP-595 de acesso a cidade Populina-SP.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Seguindo o traçado, cerca 4.000 metros antes de entrar na cidade de Popullina, chega-se em uma localidade conhecida como **Barro Preto**. Nesse local a agricultura é bastante diversificada, sendo possível encontrar lavouras de laranja, seringueiras e produção de leite. Segundo informações dos produtores entrevistados, normalmente o leite produzido nessa região é entregue no laticínio Estrela e SHEFA. Já o látex extraído das seringueiras é vendido para empresas como a Braslatex.



Foto 3.6.5.11-72 - Estrada para os sítios na região de Barro Preto-Populina-SP.



Foto 3.6.5.11-73 - Pomar de Laranja na região de Barro Preto

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Saindo da região de Barro Preto, avistam-se pequenos sítios localizados na região de **Olho d'Água** (552.440/7786.870), neste local existem algumas comunidades com a de **Nossa Senhora do Carmo**, que é formada por pequenos sítios que tem a economia leiteira como a principal atividade. Segundo um informante são aproximadamente 30 sitiantes, que têm, em média, propriedades de 15 hectares. Esse mesmo produtor

explicou que no passado essa era uma área formada principalmente por lavouras de café.

No local os moradores possuem uma área com um barracão onde os moradores realizam festas, quermesses e reza do terço dedicados ao padroeiro do local (Nossa Senhora do Carmo). Neste espaço, também, recebem a visita de um médico uma vez por mês para o acompanhamento das famílias das comunidades.



**Foto 3.6.5.11-74 - Centro comunitário Nossa Senhora do Carmo, região de Olho d'Água - Populina-SP.**



**Foto 3.6.5.11-75 - Gado leiteiro na região de Olho d'Água.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Próximo a essa comunidade, encontra-se o **PA Santa Rita**, um assentamento do INCRA criado em 1987, para assentar 36 famílias. O assentamento tem uma área de 1.074 hectares entre os municípios de Populina e Turmalina. De acordo com uma família entrevistada, as primeiras famílias que vieram para o local eram dos municípios de Andradina, Mirandópolis e algumas famílias que já moravam na região, cada uma destas famílias teria recebido um lote de 12 hectares (em média). O principal investimento das famílias é a pecuária leiteira, no assentamento existe tanque de expansão para armazenar o leite. Além do leite, algumas famílias, também, plantam seringueira, laranja. Para alimentar o gado são plantadas capineiras, com capim Tanzam, e cana-de-açúcar.



**Foto 3.6.5.11-76 - Casas do assentamento Santa Rita, municípios de Populina-Turmalina – SP.**



**Foto 3.6.5.11-77 - Capineira utilizada para alimentação do gado**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Os entrevistados destacaram que no assentamento existiria uma área de reserva e que os órgãos ambientais sempre fiscalizam, para verificar questões como desmatamento e plantio de arroz em áreas de brejos, o que, segundo os entrevistados, estaria proibido por serem áreas de preservação permanente (APP).

As famílias residentes no assentamento contam com energia elétrica (ELETRO), telefonia celular rural, água vinda de poço e esgoto de fossa séptica. Os resíduos sólidos produzidos são incinerados nos quintais. No entanto, não existe posto de saúde e escola. Para o atendimento médico e educação, os assentados se dirigem para os municípios de Populina e Turmalina.

Saindo do assentamento, na altura das coordenadas 554.404/7787.299 avista-se o último povoamento do município de Populina, na AID o **Povoado do Sol**, que fica aproximadamente 11Km da sede municipal por uma estrada asfaltada. São aproximadamente 35 casas, com ruas asfaltadas, água encanada da SABESP, telefone público e energia elétrica. No povoado, também existe coleta de lixo (duas vezes por semana), igrejas e praças com brinquedos para crianças. Os moradores destacaram que no povoado a principal festa é a comemoração da Padroeira Nossa Senhora Aparecida.



**Foto 3.6.5.11-78 - Ruas do Povoado do Sol, município de Populina – SP.**



**Foto 3.6.5.11-79 - Balanços no povoado do Sol, município de Populina-SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Entretanto, não existe linha de transporte entre o povoado e a sede do município, o único transporte público que existe é o ônibus escolar que além de levar alunos, costuma dar carona aos moradores.

Em termos gerais, fontes locais afirmaram que os moradores que têm sítio exploram a pecuária leiteira e o que não têm trabalham nas usinas de cana ou na prefeitura.

O primeiro ponto registrado no município de Turmalina fica, uma propriedade que estava sendo preparada para o cultivo de cana-de-açúcar. Assim como em outras regiões envolta desta, a influência dos canaviais é muito grande.

Seguindo o traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, já na altura das coordenadas 555.188/7782.976, avista-se a entrada da cidade de Turmalina, neste local encontra-se o parque de exposição do município. Essas instalações estão a pouco mais de 2.000 metros, do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Foi possível perceber que o município de Turmalina, é pequeno tendo suas habitações concentradas próximas a área central do município.



**Foto 3.6.5.11-80 - Parque de exposição Prefeito Olindo Savazzi, Turmalina- SP.**



**Foto 3.6.5.11-81 - Entrada do município de Turmalina-SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Saindo dessa região, o traçado cruza a rodovia SP-174, no sentido do **Distrito de Fátima Paulista**. É importante destacar que antes de chegar ao distrito, o traçado passa por uma área com pomares de laranja e com algumas casas dispersas, próximas a esses laranjais. Foi possível perceber que a economia local está centrada na Laranja e na pecuária leiteira.



**Foto 3.6.5.11-82 - Pomares de laranjas no município de Turmalina- SP.**



**Foto 3.6.5.11-83 - Casa de produtores de laranjas próxima ao empreendimento, município de Turmalina-SP**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Depois dessa região encontra-se o Distrito de **Fátima Paulista**, a cerca de 4.000 metros do traçado proposto. Esse local é um povoado com ruas asfaltadas, coleta de lixo, água encanada e rede de esgoto, posto de saúde, igrejas e praças. Alguns estabelecimentos comerciais voltados para gêneros básicos. Já sobre educação não existe escola no distrito, de modo que os estudantes, vão para a cidade de Turmalina. Esse transporte entre o distrito e a cidade é providenciado pela prefeitura municipal de Turmalina.

De acordo com um entrevistado, os moradores do povoado estão ligados ao cultivo da laranja e ao trabalho na prefeitura. Ainda sobre as atividades econômicas, um entrevistado explicou que nos últimos anos, os canaviais têm ocupado áreas que eram cultivadas com laranjas.



**Foto 3.6.5.11-84 - Distrito de Fátima Paulista, município de Turmalina– SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Na saída do distrito, seguindo a orientação do traçado foi possível encontrar algumas obras sendo realizadas no distrito entre estas, o asfaltamento de uma via vicinal, denominada SPV 108 (ou João Vazarim). Essa estrada dá acesso as terras do município de Estrela do Oeste, na região conhecida com **Desengano**.

No município de Estrela de Oeste, o traçado entra para a região conhecida como Desengano. Nessa área a paisagem é formada principalmente por novos canaviais e pastagens, entretanto é possível observar algumas propriedades com seringueiras, laranjas e áreas de cerrado.



**Foto 3.6.5.11 - 85 - Seringueiras na região do Desengano, município de Estrela do Oeste-SP.**



**Foto 3.6.5.11 - 86 - Área com seringueiras e pastagens no município de Estrela do Oeste-SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009



Por causa do tipo de culturas agrícolas o povoamento, nesse local, é bastante escasso, sendo formado principalmente por casas de sítios e fazendas, como, a fazenda **Conquista da Providência** e sítio **São Marcos**.

Passando nessa região, é possível avistar a região conhecida como **Santa Rita**. Destaca-se que nessa área o traçado passa bem próximo a localidade, na altura das coordenadas 564.790/7772.433. A localidade apresenta sítios e fazendas. Já nessa região avista-se mais seringueiras e pastagens que servem de alimento para o gado leiteiro.

Segundo informações de um morador, a maioria dos proprietários reside na cidade e as casas dos sítios ficam fechadas sendo visitadas principalmente aos finais de semana, quando o proprietário vem verificar como anda a propriedade em alguns casos é possível encontrar caseiros nestes locais.

A pouco mais de 3.500 metros do traçado, situa-se o único povoamento encontrado na área de influência, nesse município. O povoado é conhecido como **comunidade Boa Esperança** e fica a cerca de 12 quilômetros da sede de Estrela do Oeste.



**Foto 3.6.5.11-87 Ruas no povoado de Boa Esperança, município de Estrela do Oeste-SP.**



**Foto 3.6.5.11-88 - Igreja no povoado de Boa Esperança, no município de Estrela do Oeste-SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

De acordo com uma moradora entrevistada o povoado é antigo, e, na época que a região produzia café, o local era bastante movimentado, mais nos últimos anos os moradores têm migrado para a cidade, porque as atividades realizadas atualmente, o cultivo da cana ou o gado, ocupam pouca mão-de-obra.

As principais fontes de renda dos moradores são a aposentadoria e o trabalho na usina de cana Alcoeste em Fernandópolis. No povoado existe, água tratada pela SABESP, energia elétrica, coleta de lixo, campo de Futebol e igrejas. No entanto, não existem escolas e nem posto de saúde, para acessar esses serviços os moradores vão para

sede do município ou para o município vizinho de Fernandópolis. O transporte escolar é realizado pela prefeitura de Estrela do Oeste.

Entrando no município de Fernandópolis é possível perceber a influência da destilaria Alcoeste., A presença dos canaviais passa ser mais freqüente. Na altura das coordenadas 568.353/7762.564, o traçado de aproxima da Destilaria Alcoeste, que em 2008 produziu cerca de 85,848 milhões de litros de álcool, sendo responsável por 0,38% do total da produção nacional de etanol.



Foto 3.6.5.11-89 - Lavoura de cana no município de Fernandópolis.



Foto 3.6.5.11-90- Placa indicando área da destilaria Alcoeste, município de Fernandópolis-SP.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Na altura das coordenadas 571.972/7756.275 é possível encontrar uma ferrovia e algumas propriedades de gado de leite, numa área conhecida como **Ponto Bom**. Segundo informações, No local existia uma grande propriedade que teria sido fragmentada entre os herdeiros.



Foto 3.6.5.11-91 - Passagem de nível da Ferrovia que passa na região de Ponto Bom, no município de Fernandópolis.



Foto 3.6.5.11-92 - Propriedades na região de Ponto Bom, município de Fernandópolis-SP

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Nesse trecho a ferrovia segue em paralelo a uma estrada de terra e o traçado previsto para a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, que se encontra a aproximadamente 500 metros desse ponto.

A cerca de 2.500 metros do traçado, encontra-se a Faculdade Camilo Castelo Branco (Unicastelo). Fundada em 1968, esta instituição conta hoje com três campus (São Paulo, Fernandópolis e Descalvado). Em Fernandópolis o campus foi criado em 1995, como parte de um processo de expansão para o interior do Estado de São Paulo. O campus de Fernandópolis oferece 11 cursos de graduação e ocupa 60 alqueires. Atualmente existem 2,2 mil alunos matriculados (Unicastelo, 2009).



Foto 3.6.5.11-93 - Entrada da faculdade Unicastelo, no município de Fernandópolis.



Foto 3.6.5.11-94 - Área de expansão urbana do município de Fernandópolis-SP

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Próximo a faculdade é possível avistar alguns bairros em expansão cerca de 2.000 metros do traçado proposto. Afastando-se dessa área de expansão da cidade, em direção ao traçado, encontra-se a **Fazenda Jagora**, existem áreas de pastagem e algumas manchas de cerrado.

Saindo dessa propriedade por estrada de terra, em direção a região do **Córrego Pingo d'Água**, encontram-se pequenas propriedades, onde a agricultura praticada é bastante diversa, neste local existem lavouras de laranja, seringueiras, cana-de-açúcar, café, banana e pastagem. Destaca-se que os canaviais e os seringais encontrados nessa região aparentavam terem sido plantados recentemente.



Foto 3.6.5.11-95 - Banana e café na região do Córrego Pingo d'Água, no município de Fernandópolis.



Foto 3.6.5.11-96 - Seringueiras plantadas próximas a rodovia de terra, que leva a região do Córrego Pingo d'Água, município de Fernandópolis-SP

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Nessa região, a presença humana é marcada por sítios e fazendas, que em sua maioria é ocupada por uma população mais velha. Segundo informações de um produtor entrevistado, os jovens preferem ir para a cidade, onde os empregos são melhores, assim, ficariam na “roça”, principalmente, as pessoas mais velhas que em muitos casos já são aposentados.

Logo após essa área chega-se a região conhecida como **Barra dos Coqueiros**. A infra-estrutura dessa localidade se assemelha a da região anterior. No entanto, neste local foi possível encontrar alguns aparelhos coletivos como igreja e campo de futebol. Essa área se encontra próxima as terras do município de Meridiano.

Em Meridiano o traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, adentra numa área conhecida como **São Pedro**. Esse local é marcado pela presença de muitos canaviais, alguns em recuperação, bem como algumas manchas de cerrado. Neste ponto, constatou-se uma grande área preservada de cerrado semidecíduo, a maior observada no noroeste e oeste paulista. Nesta forma de vegetação alguns indivíduos perdem as folhas durante a estação seca. Em função do tamanho do remanescente de cerrado observado, estima-se tratar Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), por ainda estar mantida imersa em áreas de cultivo de cana-de-açúcar, onde normalmente não se observa áreas com vegetação nativa.



**Foto 3.6.5.11-97 - Canaviais próximos a estrada, região de São Pedro, município de Meridiano-SP.**



**Foto 3.6.5.11-98 - Canaviais com mancha de cerrado ao fundo, região de São Pedro, Município de Meridiano-SP**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Como nessa região a principal atividade é dos canaviais, na altura das coordenadas 582.800/7738.754 é possível encontrar as novas instalações de uma usina de propriedade de Grupo Noble, conhecida como **usina de Meridiano**, que produzirá açúcar e álcool.



**Foto 3.6.5.11-99 - Usina de Meridiano, município de Meridiano-SP.**



**Foto 3.6.5.11-100 - Equipamentos da usina Meridiano, Município de Meridiano-SP**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Já na altura das coordenadas 584.097/7737.111 encontra-se o **povoado de Santo Antônio**, o único aglomerado desse município encontrado na área de influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. O povoado fica aproximadamente a 17 quilômetros da sede da cidade de Meridiano e próximo do município de Valentim Gentil. Segundo informações obtidas no local, no passado a principal atividade das famílias do lugar era trabalhar nas lavouras de algodão.



**Foto 3.6.5.11-101 - Usina de Meridiano, município de Meridiano-SP.**



**Foto 3.6.5.11-102 - Equipamentos da usina Meridiano, Município de Meridiano-SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Segundo uma agente de saúde, existe aproximadamente 90 casas e cerca 400 habitantes, que trabalham principalmente, na pedreira Coplan (município de Valentim Gentil), que fica próxima ao povoado, na usina de açúcar e álcool de Meridiano e na prefeitura. A infraestrutura no local consiste em água encanada da SABESP, energia da concessionária Eletro, cinco telefones públicos, coleta de lixo duas vezes por semana, igrejas, posto de saúde com atendimento médico uma vez por semana, escola de ensino básico, centro comunitário, núcleo de promoção social, transporte escolar ligando o povoado a sede do município, alguns estabelecimentos comerciais e ruas asfaltadas. Apesar de ampla estrutura os moradores apontaram que não há rede de esgoto.

Em Valentim Gentil, o traçado passa numa pequena região do município sendo identificados apenas dois pontos de relevância, A pedreira Coplan, situa-se a cerca de 1.000 metros do traçado.



**Foto 3.6.5.11-103 - Portaria da Pedreira Coplan, município de Valentim Gentil-SP.**



**Foto 3.6.5.11-104 - Área com plantação nova de seringueira, Valentim Gentil-SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

E, outra área aonde é possível avistar algumas lavouras recém plantadas de seringueiras, bem como áreas de cana. Nessa região, o acesso se torna difícil, não existem estradas nas proximidades do traçado.

Em Floreal o traçado passa numa pequena porção do território municipal, Nesta porção encontra-se a localidade de **Vila Maria**, cerca de 120 metros do traçado, na altura das coordenadas 591.154/7730.447. Esta região apresenta algumas propriedades produtoras de leite e uma pequena capela, denominada capela de nossa Senhora Aparecida.



Foto 3.6.5.11-105 - Capela de Nossa Senhora Aparecida, região da Vila Maria, município de Floreal-SP.



Foto 3.6.5.11-106 - Gado leiteiro na região da Vila Maria, município de Floreal-SP.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Saindo de Floreal, numa região com pastagens o traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02, segue em direção ao município de Nhandeara.

Ao entrar no município de Nhandeara, chega-se a uma região onde as terras eram ocupadas com café, que posteriormente passou pelo ciclo do gado e atualmente esta sendo utilizada para formação de novos canaviais. Segundo uma moradora, o ciclo do gado e o ciclo atual (canaviais) contribuíram para acentuar a migração das pessoas para outros lugares. Na explicação da entrevistada, isso acontece porque tanto o gado quanto a cana-de-açúcar, necessitam de pouca mão-de-obra permanente nas propriedades.

Nessa região encontrar-se um pequeno povoado denominado **Vila de São Benedito** (593.557/77.25.749), que fica a pouco mais de 100 metros do traçado proposto. O local consiste em uma pequena vila com cerca de sete casas, algumas estruturas que eram utilizadas nos tempos do café, uma igreja e um campo de bocha. Segundo uma moradora entrevistada, os moradores que ficaram na vila, plantam fumo e exploram gado de leite. Sobre a migração dos moradores a entrevistada explicou que há 15 anos

atrás, muitas famílias partiram da Vila para sede do município e até mesmo para outros municípios como Valentim Gentil.



Foto 3.6.5.11-107 - Capela de São Benedito, na vila homônima ao santo, município de Nhandeara-SP.



Foto 3.6.5.11-108 - Fumo secando em estrutura rústica na vila de São Benedito, Nhandeara-SP.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Apesar da migração ainda existe contato dos moradores foram para a sede e os que permaneceram no local, principalmente quando estes últimos precisam realizar compras, buscar serviços bancários e médico.

Para ir a cidade os moradores utilizam transporte servido pela prefeitura (com periodicidade de uma vez por semana), Além disso, os estudantes da localidade fazem uso do transporte escolar.

Saindo da vila, encontra-se o **bairro rural conhecido como Português**, na altura das coordenadas 595.624/7721.786, a cerca de 300 metros do traçado proposto para a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02. Este local pertencia às terras da fazenda São Sebastião. O bairro pode ser dividido em dois aglomerados um próximo à igreja com 15 casas e outro com cerca de 40 casas dispersas. Seus moradores vivem do trabalho nos canaviais, seringueiras ou com a pecuária leiteira.



Foto 3.6.5.11-109 - Ruas do bairro rural dos Portugueses, município de Nhandeara-SP.



Moradores explicaram que na época do café e das lavouras de arroz, o bairro era bem mais ocupado, com um comércio dinâmico, dentistas, sapataria, etc. Atualmente, o movimento do local é bem menor. A festa principal, que movimentava o local, é a quermesse de Nossa Senhora de Fátima. No local existe coleta de lixo uma vez por semana, o abastecimento de água é feito por poço artesiano, as ruas são asfaltadas, o esgoto conta com sistema de fossas, telefone público e um campo de futebol que é muito utilizado principalmente nos finais de semana. De acordo com uma moradora o campo de futebol serve como uma das principais formas de lazer dos moradores locais e de outras comunidades que visitam o local para disputar campeonatos.

Quando necessitam de serviços de saúde os moradores procuram à sede do município que fica a 25 quilômetros, nos casos mais graves eles encaminhados para o município de São José do Rio Preto tido pelos moradores entrevistados como um importante pólo regional. A escola do bairro está desativada, de forma que os estudantes devem se dirigir para a sede municipal.

Próximo ao bairro dos Portugueses encontra-se uma área de canaviais. O traçado segue em direção as terras da **Fazenda São Pedro**. Nesta área é possível observar grandes extensões com cana-de-açúcar e seringueiras.



Foto 3.6.5.11-110 Canavial próximo ao bairro dos Portugueses, Nhandeara-SP.



Foto 3.6.5.11-111 - Estrada próximo a fazenda São Pedro, com seringueira as margens da estrada, Nhandeara-SP.

Saindo dessa região, entrando numa rodovia asfaltada em direção a sede da cidade de Nhandeara, existe a localidade de **Aparecida**. A cerca de 1.000 metros do traçado proposto, avista-se a periferia de Nhandeara, neste local existem algumas ruas com casas e alguns galpões. De acordo com um morador da região, o local é distrito industrial da cidade.



Foto 3.6.5.11-112 - Área de expansão urbana do município de Nhandeara-SP.

Após essa área o traçado passa por uma região com fazendas, como a fazenda Califórnia. Neste ponto também é possível avistar algumas propriedades menores, onde se produz legumes e leite. Essas propriedades ficam em média a 1.500 metros do traçado proposto. Neste local também é possível avistar outras linhas de transmissão.

No município de Macaúbal, o traçado atravessa, uma região conhecida como **Santa Bárbara e Santo Antônio**. A região apresenta pequenas propriedades voltadas para exploração dos canaviais, seringueiras e a pecuária leiteira. De forma que não foi encontrado nenhum aglomerado neste município.



Foto 3.6.5.11-113 Canaviais a esquerda e seringueira a direita da estrada, no município de Macaúbal-SP.



Foto 3.6.5.11-114 - Sub-estação de Macaúbal, município de Macaúbal-SP

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Nesse município foi identificada a presença de uma sub estação de energia, instalada no local na altura das coordenadas 607.834/7700.241, a mais de 3.000 metros do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.

No município de Monte Aprazível, o traçado adentra numa área com pequenos sítios num local conhecido como **córrego do Balsamo**, na região da Junqueira. Segundo um

morador entrevistado, os proprietários das terras desenvolvem as atividades voltadas para as lavouras de cana-de-açúcar, seringueiras e da pecuária leiteira. No local existem cerca de 30 propriedades. É importante destacar que muitas destas propriedades estão sendo arrendadas para as usinas de açúcar e álcool, para o plantio de cana-de-açúcar, o que favoreceu o êxodo dos moradores e proprietários para as cidades.

Nesta área também encontra-se o **distrito de Junqueira**, localizado a pouco mais de 700 metros do traçado proposto da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.



**Foto 3.6.5.11-115 - Ruas do Distrito de Junqueira, município de Monte Aprazível-SP.**



**Foto 3.6.5.11-116 - Igreja localizada no Distrito de Junqueira, município de Monte Aprazível-SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No distrito de Junqueira, as famílias entrevistadas explicaram que a principal atividade dos moradores esta voltada principalmente para as atividades relacionadas aos canaviais, os pomares de laranja e a exploração de látex dos seringais existente no entorno do distrito. Um morador afirmou que também, existem moradores que vivem do salário de funcionário da prefeitura, das aposentadorias e da renda de pequenos estabelecimentos comerciais. Também, foi citado que alguns moradores trabalham na empresa de Água Mineral Minajen, que fica no município vizinho de Poloni<sup>2</sup>, próximo ao distrito.

Em relação a infraestrutura, no distrito existe cerca de 100 casas, escola até o primeiro ciclo do ensino fundamental. Os estudantes que desejam continuar os estudos se deslocam para o município vizinho de Poloni,. Além disso, no local existe posto do correios, coleta de lixo (de segunda a sexta-feira), água encanada e tratada pela SABESP, unidade de saúde, campo de futebol, igrejas e festas tradicionais como a festa de São José. No entanto não há rede de esgoto.

<sup>2</sup> Destaca-se que o município de Poloni fica cercado pelas terras do município de Monte Aprazível, por isso os moradores dessa região para chegar à sede de Monte Aprazível passa próximo do município de Poloni. Ressalta-se também, que o município de Poloni, não será afetado pela LT Norte Brasil

Neste local, a prefeitura mantém um administrador do distrito que é um funcionário da prefeitura nomeado pelo prefeito. Sobre os casos mais graves de saúde um morador explicou que na região o município mais procurado é São José do Rio Preto, que é tido como referência pelos moradores dos municípios paulista na Área de Influência Direta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02.

Saindo do distrito de Junqueira, o traçado atravessa um pequeno trecho das terras do município de União Paulista, neste local a paisagem consiste em canaviais, seringueiras e algumas áreas de pastagens.

Depois dessa breve passagem pelo município de União Paulista, a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02 entra no município de Nipoã. Neste local, na altura das coordenadas 624.1785/7692.058, existem canaviais, eucalipto e algumas manchas de cerrado. Estes fragmentos geralmente são de tamanho reduzido, e forma esférica. As árvores apresentam um baixo porte e a riqueza florística dos fragmentos é baixa, bem como sua complexidade estrutural, onde há um elevado número de trepadeiras em suas bordas.



**Foto 3.6.5.11-117 Pequenos fragmentos de cerrado no município de Nipoã**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Na altura das coordenadas 626.351/7688.130, a cerca de 130 metros do traçado proposto, avista-se um posto de gasolina denominado Auto posto Paulinha, já nas cercanias da cidade.



**Foto 3.6.5.11-118 Auto Posto Paulinha entrada do município de Nipoã-SP.**



**Foto 3.6.5.11-119 - Ônibus de transporte de trabalhadores rurais, estacionados no Auto posto Paulinha, município de Nipoã-SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Neste local há intensa circulação de caminhões de transporte de cana-de-açúcar, assim como ônibus transportando trabalhadores rurais, esses ônibus são conhecidos como “Rurais”.



**Foto 3.6.5.11-120 - Cidade de Nipoã-SP. Coordenadas 626.720/7687.681.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Nesse município o traçado proposto passa muito próximo da área urbana da cidade, são a cerca de 300 metros da cidade.

Nesta região o cultivo da seringueira é antigo, o látex produzido é vendido para a EDEATEC no município de Jaci. É comum proprietários arrendarem suas terras para a plantação de seringueiras. No entanto há mais ou menos cinco anos estas plantações estão sendo substituídas por cultivo de cana-de-açúcar. De acordo com um entrevistado ainda há a cultura de laranja, mas é restrita a grandes produtores.

Saindo dessa região o traçado segue em direção a rodovia estadual que leva para o município de José Bonifácio, neste local encontram-se alguns canaviais e áreas com pastagens, destinada para a pecuária de leiteira.

Saindo do município de Nipõa já na divisa com o município de José Bonifácio encontra-se, a **Vila Luiza** com aproximadamente 50 casas.



Foto 3.6.5.11-121 - Vila Luiza, fazenda Santa Helena.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Essa vila pertence à **Fazenda Santa Helena**, sendo ocupada por funcionários da fazenda, que trabalham nos seringais, numa olaria e numa serraria da propriedade. No local. Em relação a infraestrutura na vila existem uma igreja, campo de futebol e um escritório da fazenda. Para ter acesso aos serviços de saúde e educação os moradores devem se deslocar para as cidades de Nipõa ou José Bonifácio. Assim, nesse trecho do traçado é ocupado por árvores de seringueira.

Saindo da área da fazenda Santa Helena, o traçado atravessa uma parte do município de Neves Paulista, com canaviais e citros e retorna para o município de José Bonifácio e encontra-se a localidade conhecida como **bairro Tanquinho**, onde existem cerca de 10 sítios. Os produtores exploram a citricultura e criam gado de leite. Em uma das propriedades, na fazenda São Luiz, existe uma granja de frango desativada. No bairro também, existe uma capela de Nossa Senhora Aparecida. Saindo dessa região encontra-se, além da citricultura, algumas áreas com cultivo de cana-de-açúcar. Nesse município o traçado atravessa uma rodovia bastante movimentada (BR-153), próxima a outra rodovia estadual (SP-425).

No município de Neves Paulista, o traçado proposto passa apenas numa pequena faixa em áreas com cultivo de cana-de-açúcar e citros. Nesse local a cerca de 4.000 metros do traçado, existe um povoado com cerca de 200 habitantes, denominado de **Mira Luz**, que fica cerca de 12 quilômetros da sede do município de Neves Paulista. No local não existe escola, de modo que os estudantes são transportados para a sede do município. No povoado tem posto de saúde com atendimento uma vez por semana, igrejas, água encanada fornecida pela prefeitura, coleta de lixo (duas vezes por semana), o sistema de esgotamento consiste em fossas, tem um campo de futebol, telefone público, energia elétrica e alguns estabelecimentos comerciais. A principal festa da localidade é

a festa de Santa Luzia que acontece dia 13 de dezembro ocasião que acontece uma quermesse.



**Foto 3.6.5.11 - 122 Povoado de Mira Luz.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

As principais fontes de renda dos moradores do povoado são a aposentadoria e os trabalhos na agropecuária, divididos entre as culturas da cana-de-açúcar, seringueira, citricultura e na pecuária leiteira.

Logo após os municípios de José Bonifácio e Neves Paulista o traçado chega nas terras do município de Nova Aliança. A cerca de 2.000 metros do traçado, encontra-se o distrito de **Nova Itapirema**. Segundo informações obtidas no local, o distrito apresenta uma população de aproximadamente 2.000 pessoas. Este local fica distante nove quilômetros da sede do município de Nova Aliança. O distrito apresenta algumas características “urbano-rural” possui ruas asfaltadas, igrejas, posto dos correios, estabelecimentos comerciais, local para recreação (quadra de esporte, clube da melhor idade e campo de futebol), posto de saúde (funcionando de segunda a sexta), água encanada, rede de esgoto, telefone público, coleta de lixo e linha de ônibus para a cidade. Em relação ao ensino os estudantes da localidade vão freqüentar a escola da sede do município e para isso a prefeitura fornece transporte escolar.



**Foto 3.6.5.11 - 123 - Distrito de Nova Itapirema.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Assim, como em outras localidades, a renda dos moradores vem dos trabalhos na agropecuária (cana, seringueira e leite), de alguns funcionários públicos municipais e da renda dos pequenos estabelecimentos comerciais locais. Os entrevistados informaram que no passado a vocação do local era a cafeicultura, mas aos poucos essa cultura foi sendo substituída, principalmente pela cana-de-açúcar. Destaca-se que foi possível observar a presença de bitrens circulando nas ruas do distrito.

Logo após o distrito a cerca de 460 metros do traçado proposto, avista-se o **assentamento do Banco da Terra**. Este local apresenta uma agrovila com 27 famílias. Há oito anos, a propriedade foi adquirida para assentar famílias voltadas para atividades agrícolas, cada família teria recebido em média cinco hectares, onde desenvolvem o plantio de culturas para o consumo do grupo doméstico (milho, feijão, mandioca e etc.) e exploram a pecuária leiteira.



**Foto 3.6.5.11 - 124 - Agrovila Banco da Terr**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Segundo informações de um entrevistado, boa parte das famílias teria vindo da cidade de São José do Rio Preto. No local existe igreja, as casas têm energia elétrica e água de poço, um agente de saúde é responsável pelo acompanhamento da saúde dos moradores, os estudantes utilizam as escolas da sede do município e a prefeitura fica responsável pelo transporte escolar. Não existe coleta de lixo. Destaca-se que a agrovila não possui pavimentação.

Saindo da agrovila a paisagem predominante nessa parte do traçado é dos canaviais, entretanto é possível avistar algumas pequenas manchas de cerrado em diferentes estágios de conservação, e outras culturas como laranja, café e coco. A cerca de 2.700 metros do traçado proposto, encontra-se um povoado denominado de **Monte Belo**, são aproximadamente 25 casas, nestas casas existem energia elétrica, água de poço artesiano, fossa séptica. Os resíduos sólidos são queimados ou enterrados.





**Foto 3.6.5.11-125 - Povoado de Monte Belo.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No local ainda existe uma igreja (Santo Antônio), telefone público, campo de futebol e transporte escolar. Para os moradores que precisam atendimento médico a prefeitura disponibiliza um veículo para o transporte até sede.

Em Potirendaba, o traçado proposto atravessa o extremo sul desse município na altura do sítio Boa Vista. Neste local se produz e vendem mudas de seringueira, próximo as coordenadas 660.273/7658.893, a cerca de 250 metros do traçado proposto. Nessa região encontram-se algumas manchas de cerrados e algumas áreas com pastagem.



**Foto 3.6.5.11-126 - Propriedades no município de Potirendaba**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Logo após essa área é possível avistar algumas pequenas propriedades numa região conhecida como Boa Vista do Cubatão, neste local foi possível encontrar alguns pés de café e a propriedade denominada Agropecuária Giripoca. Essa área fica aproximadamente 900 metros do traçado, na altura das coordenadas 661.701/7658.953.

Em Urupês o traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 atravessa uma pequena parcela do município, na divisa com o município de Irapuã.

Neste local há um bairro rural denominado **Figueira**, na altura das coordenadas 667.386/756.013, a cerca de 2.800 metros do traçado. No local existem cerca de 30 propriedades, onde há o cultivo da laranja. Em algumas áreas nota-se a presença de canaviais. Nestes locais há uma intensa circulação de maquinários agrícolas, ligados a atividade canvieira.



Foto 3.6.5.11-127 - Propriedade no bairro Figueira



Foto 3.6.5.11-128 - Casas na Vila Barreirão.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Na altura das coordenadas 671.096/751.172, a cerca de 1.200 metros, encontra-se a **Vila Barreirão**, são aproximadamente 28 casas e dois barracões. As casas possuem energia elétrica e o abastecimento de água é realizado por poço artesiano, em relação ao esgotamento sanitário utiliza-se a fossa séptica. A vila pertence à **Fazenda Barreirão**, é onde residem os funcionários da fazenda. Na fazenda as atividades estão voltadas para o cultivo da seringueira, laranja, limão e também, existe cultivo de cana-de-açúcar.



Foto 3.6.5.11-129 - Paisagem da região



Foto 3.6.5.11-130 - Limex

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Logo após a essa região o traçado passa a cerca de 1.000 metros da **fazenda Limex**, empresa do ramo de alimentos voltados para exportação.

Em Irapuã o traçado entra numa região conhecida como **Cachoeirinha**, onde há predomínio de sítios. Após essa área, na altura das coordenadas 674.890/7645.652, a cerca de 400 metros do traçado encontra-se a a região conhecida como Capim Fino, neste local não foi identificado nenhum povoado, só algumas propriedades voltadas principalmente, para o cultivo de citros, eucalipto e cana-de-açúcar.



Foto 3.6.5.11-131 Rodovia SP-379



Foto 3.6.5.11-132 - Canavial em Irapuã

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Saindo da região de Campo fino, o traçado atravessa uma rodovia estadual (SP-379), e segue em direção ao município de Novo Horizonte, nesta área há predomínio de canaviais, principalmente alguns plantados recentemente. Neste local foi possível observar algumas casas abandonadas sendo tomadas pela cana.

Em Novo Horizonte, o traçado proposto atravessa a parte norte do município. Neste local as terras são ocupadas com grandes áreas plantadas com cana-de-açúcar e algumas propriedades com plantio de citros. Apesar do uso intenso foi possível encontrar áreas com cerrado.

De um modo geral o traçado, atravessa, sobretudo, propriedades rurais com poucas habitações, no entanto, na altura das coordenadas 682.109/7641.303, foram encontrados **dois assentamentos do Banco da Terra**, um denominado: Associação do Banco da Terra II de Novo Horizonte e Associação de Pequenos Produtores Rurais de Novo Horizonte. Neste local foram assentadas 55 famílias, sendo 30 famílias no primeiro assentamento e 25 famílias no segundo. Numa área que totaliza cerca de 184 hectares.



**Foto 3.6.5.11-133 - Placa indicando os assentamentos do Banco da Terra**



**Foto 3.6.5.11-134 - Propriedade dentro do assentamento.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Segundo um entrevistado, as famílias dos assentamentos teriam recebido cerca de três hectares terras e os investimentos estavam voltados para o cultivo de limão (Taiti e quebra-galho), banana e seringueira.



**Foto 3.6.5.11-135 - Plantio de limão consorciado com banana**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Em relação a infraestrutura os entrevistados explicaram que existe um barracão comunitário, a energia elétrica vem do programa Luz Para Todos, a água é de um poço artesiano. Por outro lado, as ruas do assentamento não são pavimentadas, também não há coleta de lixo, igrejas, escola, posto de saúde ou posto telefônico. Para ter acesso a serviços de educação e saúde os moradores se deslocam para a sede municipal.

É importante destacar que o traçado sai do município de Novo Horizonte, entrando no município de Itajobi e alguns quilômetros depois retorna para o município, em uma área onde há predominância do cultivo de cana-de-açúcar, com alguns ponto de plantio de eucalipto.

Em Itajobi o traçado entra numa área com cultivo de cana, pastagens e citros essa paisagem predomina nessa parte do traçado. O único povoamento encontrado nesse trecho fica distante do traçado proposto. O local denominado de **Vila Nova Cardoso**, pouco mais de 6.000 metros do traçado.



**Foto 3.6.5.11-136 - Vila Nova Cardoso**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

A Vila Nova Cardoso apresenta cerca de 180 casas, com igrejas, posto de saúde, alguns estabelecimentos comerciais dentre estes um posto de gasolina, campo de futebol e tem seus resíduos sólidos coletados três vezes por semana. A vila fica aproximadamente 13 quilômetros da sede do município de Itajobi. No local segundo informações obtidas em entrevistas, vivia da exploração do café no passado, paulatinamente as lavouras de café foram substituídas por planto de citros, principalmente o limão. Assim como em outros locais os moradores explicaram que nos últimos anos alguns produtores da região têm substituído o citros pela cana-de-açúcar.

Saindo de Itajobi o traçado atravessa uma pequena parcela do município de Borborema, na região conhecida como **Queimada**, neste local foram encontrados canaviais e algumas casas abandonadas. Neste município, a paisagem é dominada pela cana-de-açúcar, laranja e em menor quantidade o eucalipto.



Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Em Itápolis, o traçado atravessa a região conhecida como Vila Queimada, assim, como na região anterior, os canaviais tomam conta da paisagem. Em Vila Queimada também foram encontradas casas desabitadas. De acordo com uma família entrevistada, esse “abandono” das áreas estava relacionado principalmente, a expansão dos canaviais, pois quando as fazendas são arrendadas para as usinas de cana e álcool, aproveitam toda a área e como a cultura não precisam de mão-de-obra, de modo que os moradores acabaram migrando para a cidade ou para outras áreas. Atualmente no local só estão morando 10 famílias. Na vila existe uma igreja denominada de São Sebastião.



**Foto 3.6.5.11-137 - Igreja de São Sebastião Vila Queimada.**



**Foto 3.6.5.11-138 - Vila Queimada (708.331/7621/378).**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Nessa região também existem áreas com cultivo de laranja, muitas dessas laranjas colhidas na área são comercializadas com o grupo Cutrale que possui um escritório regional na cidade de Itápolis.

A paisagem se mantém alternando, revezando entre plantações de laranja e pastagens, até chegar às proximidades do Aeroclube e escola de aviação de Itápolis.. Também, é possível encontrar alguns bairros rurais como Bairro Leiteiro, que fica cerca de 18 quilômetros da sede do município, as margens de uma rodovia que leva para a cidade de Itápolis. No local moram 35 famílias, tem um estabelecimento comercial, campo de futebol, igreja católica (São Bento), tem uma festa típica (quermesse, leilão e churrasco) em homenagem ao santo e seus moradores trabalham principalmente nos pomares de citros existentes na redondeza. É importante destacar que o Bairro Leiteiro esta distante do traçado Proposto.



**Foto 3.6.5.11-139 - Igreja de São Bento, bairro Leiteiro.**



**Foto 3.6.5.11-140 - Ruas do Bairro Leiteiro.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Saindo dessa região em direção a cidade de Itápolis, na altura das coordenadas 724.407/7609.957, encontra-se o Aero clube, destaca-se que no local existe uma intensa circulação de aeronaves.



**Foto 3.6.5.11-141 - Aero clube de Itápolis.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Saindo da área de influência do aeroclube, chega-se a rodovia SP-333, rodovia cortada pelo traçado. Nota-se que o crescimento da sede municipal se expandiu para esta área uma vez que existem novos bairros e alguns estabelecimentos comerciais e um parque municipal.

No município de Tabatinga a área por onde passa o traçado apresenta alternâncias entre plantações de cana, de laranja e pastagem. De acordo com informações obtidas no local no passado a principal atividade econômica era a cafeicultura. Na altura aproximada do quilômetro 2370 do traçado proposto, encontra-se o distrito **de Curupá**.



**Foto 3.6.5.11-142 - Distrito de Curupá, Município de Tabatinga.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

O **distrito de Curupá** está situado a cerca de 6,1 km do centro do Eletrodo C2. Este distrito possui as ruas asfaltadas, energia elétrica (CPFL), rede de esgoto e a água é proveniente de poço. A coleta de resíduos sólidos é realizada três vezes por semana. Os moradores contam ainda com um posto dos correios, posto de saúde e policial, e serviços de comércio, dentre eles se destaca a existência de um posto de gasolina ( a a 6,3 km do centro do eletrodo, na altura das coordenadas 750.031.394 / 7.595.735.047) Quanto às festividades do distrito, eles promovem festas de ruas e a festa da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, na altura das coordenadas 750.198.967 / 7.595.887.107, um ginásio de esportes nas coordenadas 750.263.663 / 7.595.959.545, a menos de 100 m da Igreja e uma Escola Municipal, na altura das coordenadas 750.233.423 / 7.595.863.949.



**Foto 3.6.5.11-143 - Moradia em Córrego do Meio**



**Foto 3.6.5.11-144 - Capela e Barracão em Córrego do Meio**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

A população local, de aproximadamente 5.000 habitantes, vive principalmente do plantio de citros na região. Foi possível identificar propriedades com plantações de milho na altura das coordenadas 750.833.265 / 7.601.025.249, a 3,9 km do centro do Eletrodo. Vale destacar que muitas destas propriedades apresentam cercas de arame



e caixas d'água de metal. Os moradores ainda trabalham nas fábricas de bichos de pelúcia em Tabatinga ou no próprio Distrito como foi identificada, na altura das coordenadas 749.583.379 / 7.595.791.245, a 6,6 km do centro do Eletrodo.

No Bairro do **Córrego do Meio**, nas coordenadas 746.450 / 7.600.756, identificou-se a presença de aviários e uma Capela a 8,1Km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02. Segundo os entrevistados o bairro é habitado por 300 moradores que trabalham nas fazendas de cana, laranja, milho, gado de corte e eucalipto. Muitos moradores possuem aviários. A 8,1Km do centro do Eletrodo também foi possível identificar a presença de galpões e estruturas metálicas, na altura das coordenadas 746.512.711 / 7.600.682.930. Segundo os moradores, a água vem de poços, o esgoto vai para fossas e a prefeitura recolhe o lixo e leva as crianças da região até as escolas em Tabatinga. A localidade conta ainda com agentes de saúde.

A grande produção de cana pôde ser notada na estrada que liga o Bairro Córrego do Meio ao Bairro Vila Alice, na altura das coordenadas 748.359.323 / 7.603.468.866, a 7,1Km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02.



Foto 3.6.5.11-145 - Laranjal – Vila Alice



Foto 3.6.5.11-146 - Canavial – Estrada Córrego do Meio-Vila Alice

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Entre os municípios de Itápolis e Tabatinga, com um perfil semelhante ao Bairro identificado anteriormente, na altura das coordenadas 747.095.737 / 7.606.582.076, a 9,9Km do centro do Eletrodo C2, encontra-se o Bairro Vila Alice. O bairro é pouco povoado e formado por sítios e fazendas de cana, laranja, milho e criação de gado.

No bairro foram identificadas estufas na altura das coordenadas 746.382.075 / 7.608.642.346, a 11,8Km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02. Na altura das coordenadas 748.134.393 / 7.604.626.133, a 7,9 km do Eletrodo de Terra Nº 02, identificou-se grandes propriedades produtoras de laranja, com cercas de arame, como a Fazenda Santa Maria. De acordo com os moradores, há coleta de lixo, transporte

escolar, agentes de saúde, distribuição de energia elétrica, fossas e poços artesianos. As telhas das moradias são mistas e muitas delas apresentam telhas de metal.

A 13,6 km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02 na altura das coordenadas 740.978.889 / 7.599.910.121, identificou-se uma estrada para uma localidade chamada pelos moradores de Monjolo. Nesta localidade foi possível identificar diversas fazendas de cana-de-açúcar e laranja com cercas de arame, na altura das coordenadas 740.978.889 / 7.599.910.121, a 13,6 km do eixo do Eletrodo de Terra Nº 02.

Saindo de Tabatinga o traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 atravessa uma pequena porção do município de **Nova Europa**, onde a paisagem é basicamente dominada por canaviais e muitos deles com cercas metálicas como foi identificado na altura das coordenadas 754.854.307 / 7.587.918.687. Nas proximidades da altura do quilômetro 2375 do traçado, há o cruzamento com uma rodovia asfaltada que leva a sede do município, localizado a aproximadamente 3.000 metros de distância do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Neste município não foi observada a existência de nenhum povoado ou localidade na área de influência direta do empreendimento.

O município de pequeno porte possui ruas pavimentadas e iluminadas, comércio variado, sistema de coleta de lixo, luz fornecida pela CPFL e a água é fornecida pela prefeitura e retirada de 4 grandes poços artesianos.



Foto 3.6.5.11-147 - Terminal Rodoviário



Foto 3.6.5.11-148 - Igreja Central de Nova Europa

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No centro da cidade, a 10,6 km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02, foi possível identificar uma Igreja, o prédio da Prefeitura, torres de telefonia e galpões com telhas metálicas, na altura das coordenadas 752.240.919 / 7.589.717.776. Identificou-se também a 10,8 km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02 o terminal Rodoviário do município, que também apresenta estruturas de metal, na altura das coordenadas 752.230.378 / 7.589.509.578. O município conta com dois postos de combustível, que se encontram na área de segurança do Eletrodo de Terra Nº 02 . Um posto fica a 10,7

km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02 na altura das coordenadas 752.045.058 / 7.589.607.649, o outro posto encontra-se a 11,1 km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02, na altura das coordenadas 751969052 / 7589293225. Na altura das coordenadas 753.076.247 / 7.588.822.422, a 11,3 km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02 encontra-se o Bairro Meia Légua. O Bairro é pouco habitado, é cortado por uma estrada de terra e é composto por fazendas de cana-de-açúcar. No Bairro foi possível identificar galpões para máquinas, e caixas d'água de ferro em diversas propriedades, como na altura das coordenadas 752.224.464 / 7.587.080.930.



Foto 3.6.5.11-149 - Bairro Meia Légua – Barracão



Foto 3.6.5.11-150 - Bairro Meia Légua

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

A população residente local trabalha nas fazendas de cana e a produção geralmente é escoada para as Usinas de Álcool e Açúcar da região como a Usina Santa Fé, a 16 km do centro do Eletrodo, na altura das coordenadas 747.121.289 / 7.585.716.831.

Ainda em Nova Europa foi possível identificar uma região de Córregos, chamada pelos moradores de Córrego Bonito e/ou Forquilha. Estes córregos serão apresentados na seção dedicada à travessia de rios navegáveis.

De acordo com os entrevistados a água vem de poços artesianos e não dos córregos, que são utilizados como bebedouros para gado. O esgoto é lançado em fossas e a coleta de lixo é feita pela prefeitura, que em seguida aterra este lixo. Esta região se destaca na produção de milho, cana e soja como foi identificado na altura das coordenadas 759.055 / 7.592.875, a 8,4 km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02. Muitas destas propriedades apresentam cercas de arame. Foi possível identificar também algumas estufas à beira da estrada de terra, na altura das coordenadas 755.022.041 / 7.593.100.543, a 5,9 km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02. Na altura das coordenadas 753.528.849 / 7.594.451.708 identificou-se a presença de Postes, caixas d'água e LT, a 5,7Km do eixo do Eletrodo de Terra Nº 02.

O município de **Gavião Peixoto** é cortado pelas SP-255 e SP-331, o que facilita o escoadouro da produção de cana-de-açúcar. O município possui um aeródromo. Este

aeródromo fica localizado na unidade de Gavião Peixoto da Empresa Brasileira de Aeronáutica - Embraer - e é utilizado para os ensaios em voo e certificação de aeronaves.

Ao longo do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 foi possível identificar extensas lavouras de cana-de-açúcar e laranjais a cerca de 1,2 km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, principalmente no trecho que liga o município à cidade de Araraquara. Além da **Fazenda Alabama**, pertencente à Usina Zanin de Cana e álcool combustível. Através de entrevista com o Supervisor de topografia e meio ambiente da Usina Zanin em Araraquara, foi possível identificar que a linha de transmissão irá cruzar três matrículas pertencentes à Usina. Nestas propriedades vivem aproximadamente 60 famílias no total. São elas: Fazenda Santa Cândida; Fazenda São Paulo, da Agropecuária São Paulo; Fazenda São Bernardo, em Araraquara.



Foto 3.6.5.11-151 - Pastagem – Gado



Foto 3.6.5.11-152 - Canavial

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No município de Gavião Peixoto o traçado proposto cruza uma estrada pavimentada que liga a sede do município de Nova Europa ao município de Araraquara. Em Gavião Peixoto a paisagem dominante também são os canaviais, mas também existem áreas com cultivo de laranja.

Nessa região foi possível identificar a **Gleba das Videiras**, um sítio com galpões para criação de frango, aonde as famílias dos funcionários vieram de Novo Horizonte. Os frangos criados ali vão para agropecuária Rei do Frango. A estrutura conta com seis galpões para a criação das aves. O sítio pertence a três irmãos. Um deles possui uma área onde cultiva uva e pêssegos. Neste sítio também existem áreas arredadas para o cultivo de cana-de-açúcar. Os moradores recorrem à sede do município ou a Nova Europa para os serviços de saúde e educação, e em casos de saúde mais grave são encaminhados a Araraquara.

Na altura do Km 2383 do traçado encontra-se a **Vila de Nova Paulicéia**. O acesso a vila é realizado por estradas asfaltadas que ligam os municípios de Gavião Peixoto à

Nova Europa. No entanto as ruas da vila são de terra. Em Nova Paulicéia existem: uma igreja católica (Nossa Senhora Mãe dos Homens), praça pública com coreto, campo de futebol, posto de saúde, telefones públicos e estabelecimentos comerciais. O abastecimento de água é realizado pela SABESP, além disso os moradores contam com coleta de resíduos sólidos, mas não possuem rede esgoto, sendo utilizadas fossas sépticas.



**Foto 3.6.5.11-153 - Vila Nova Paulicéia.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Os moradores, que trabalham na plantação de cana e de citros, relatam que apesar da Vila apresentar relativa estrutura, ainda é preciso recorrer às outras cidades, Gavião Peixoto, Araraquara e Nova Europa, para terem acesso a serviços públicos de saúde, educação e segurança. Na Vila não há escolas e há um pequeno comércio e um posto de saúde. Identificou-se também uma Igreja Católica e um pequeno cemitério a 5 km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02.

No município de Gavião Peixoto, na região referente a área de estudo do eletrodo de terra identificou-se, assim como, a área de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02, extensas lavouras de cana-de-açúcar e laranjais, principalmente no trecho que liga o município à cidade de Araraquara.

Na altura das coordenadas 755.762.521 / 7.585.695.389, identificou-se uma propriedade de aproximadamente 300 alqueires onde é plantada cana-de-açúcar. O proprietário, nascido na região, relatou que a produção de cana-de-açúcar é escoada para a Usina Santa Fé em Nova Europa. Na propriedade, que fica a aproximadamente 14,4 km do centro do Eletrodo, foi possível identificar 700m<sup>2</sup> de barracões com teto de zinco, cercas de arame, bomba de gasolina e outras estruturas metálicas de menor porte. Segundo o proprietário, o Rio Jacaré Pepira fica a 4 km de sua propriedade, porém este não é utilizado por moradores para o lazer e a pesca é proibida.



**Foto 3.6.5.11-154 - Fazenda Cana – Vila Nova Paulicéia**



**Foto 3.6.5.11-155- Fazenda Cana – Vila Nova Paulicéia**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Saindo dessa região sentido ao município de Araraquara é possível avistar duas grandes **fazendas (Palmital, e Alabama)** pertencentes à Usina de cana-de-açúcar denominada Zanin. Esta usina de acordo com um entrevistado possui 14 fazendas nos municípios de Gavião Peixoto e Araraquara .

Na **Fazenda Alabama** moram apenas 10 famílias de trabalhadores. As ruas da fazenda são de terra, mas a via de acesso é asfaltada. O fornecimento de água e a coleta de resíduos sólidos são realizados pela própria Usina.

Já a **Fazenda Palmital** fica a cerca de seis quilômetros depois da sede do município de Gavião Peixoto. Nesta fazenda existem 36 casas, que possuem rede de esgoto, energia elétrica. Neste local a coleta de resíduos sólidos e o abastecimento de água também são realizados pela usina. Assim a fazenda Alabama, os moradores são funcionários da Usina Zanim (em Araraquara) e trabalham no corte da cana, e no preparo do solo para o plantio.

Em ambos locais não existem escolas ou unidades de saúde, de forma que os moradores vão buscar tais serviços na sede municipal, sendo a prefeitura responsável por realizar o transporte dos alunos as escolas. Possuem um campo de futebol para o lazer nos finais de semana.



Foto 3.6.5.11-156 - Entrada da fazenda Alabama.



Foto 3.6.5.11-157 - Ruas da vila da fazenda Palmital

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Com mais de 70 mil habitantes, o município de **Matão** é o maior dentre os identificados na área de estudo do Eletrodo de Terra Nº 02. O município possui ruas asfaltadas e iluminadas, coleta de lixo, vigilância sanitária, sistema de distribuição de água da Cia de Água e Esgoto de Matão - CAEMA, escolas, hospitais, faculdades e um Distrito Industrial, o que torna o município pólo local.

Os moradores trabalham nas plantações de laranja, milho e cana-de-açúcar – em sua maioria com cercas de arame – e nas indústrias do mencionado Distrito. Conta com uma estação ferroviária e uma rodoviária e encontra-se às margens da SP-310 e SP-326. Matão ainda conta com estações de rádio e Tv e jornais próprios.



Foto 3.6.5.11-158 - Distrito de São Lourenço do Turvo



Foto 3.6.5.11-159 - Distrito de São Lourenço do Turvo – caixa d'água

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No município de Matão, na altura das coordenadas 755.687.749 / 7.614.754.479, encontra-se o **Distrito de São Lourenço do Turvo**, a aproximadamente 14,6Km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02. Segundo os entrevistados, o Distrito possui mais de 3.000 habitantes que trabalham nas lavouras de cana e laranja, no comércio local e nas indústrias da região. O Distrito possui ruas pavimentadas e iluminadas, a

distribuição de água é de responsabilidade da CAEMA, possui coleta de lixo, escola, posto de saúde. Na praça central foi possível identificar diversas estruturas metálicas como galpões, cercas e um ginásio poliesportivo, a 14,6Km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02.



**Foto 3.6.5.11-160 - Posto de Gasolina – São Lourenço do Turvo**



**Foto 3.6.5.11-161 - Posto de Gasolina – São Lourenço do Turvo**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No Distrito de São Lourenço do Turvo, foi possível identificar a presença de dois postos de gasolina. O primeiro está a 15 km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02 na altura das coordenadas 755.630.668 / 7.615.116.060, e o segundo encontra-se a 14,7 km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02, na altura das coordenadas 755.781.241 / 7.614.800.746.



**Foto 3.6.5.11-162 - Fábrica Predilecta – São Lourenço do Turvo**



**Foto 3.6.5.11-163 - Fábrica Predilecta – São Lourenço do Turvo**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No Distrito foi identificada, na altura das coordenadas 756.040.768 / 7.614.676.167, a aproximadamente 14,6Km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02, a fábrica de produtos alimentícios Predilecta. Segundo os trabalhadores, a fábrica possui: canos de metal enterrados para água e vapor (energia termoelétrica); Caldeira; telhas de ferro; tanque



e uma lagoa próxima; possui água de poço artesiano e a coleta de lixo é feita por uma empresa terceirizada.

À beira da SP-310, Rodovia Washington Luis, no município de Matão, foi possível identificar diversas torres de telefonia localizadas na altura das coordenadas 763.132.939 / 7.612.194.156, a 14,7Km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02.



**Foto 3.6.5.11-164 - Citrovita-Votorantim**



**Foto 3.6.5.11-165 - Citrovita-Votorantim**



**Foto 3.6.5.11-166 - Torres de telefonia SP-310**



**Foto 3.6.5.11-167 - Torres de telefonia SP-310**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Na altura das coordenadas 764.719.153 / 7.610.414.361, a aproximadamente 14,4 km do centro do Eletrodo de Terra Nº 02, identificou-se uma das maiores produtoras de suco de laranja do país a empresa Citrovita Agro Industrial Ltda, pertencente ao grupo Votorantim. A empresa produz suco de laranja principalmente para exportação. Os principais mercados são Europa, Ásia-Pacífico, America do Norte e Oriente Médio. De acordo com os entrevistados, as fazendas da Citrovita estão localizadas no cinturão citrícola do estado de São Paulo, maior região produtora de laranja do mundo. Da extração do suco da laranja são obtidos subprodutos com aplicação na fabricação de

produtos químicos e solventes, aromas e fragrâncias, tintas, cosméticos, complemento nutricional para ração animal, entre outros.

A fábrica possui sistema de tratamento de esgoto onde parte dele é despejado no Rio São Lourenço, e outra parte deste esgoto vai para fossas. A coleta de lixo é paga a parte. A fábrica se responsabiliza pelo transporte de seus trabalhadores que, em sua maioria, descendem do município de Matão.

A Citrovita também processa os subprodutos e os exporta. A indústria é formada por diversas estruturas metálicas. Há encanamento de ferro enterrado para o gás, tanques de óleo, caldeiras de aço carbono evaporadores, linhas de alta tensão, barracões de metal para tratores, 3.500 m<sup>2</sup> de estufas de metal e seis poços de água com encanamento metálico, com previsão de chegarem a 14 poços. Os poços têm 500m de profundidade e armazenam água com salinidade. A grande fazenda localizada na área da fábrica possui malha hidráulica de ferro com gotejadores que chega a 10Km de tubos, adutoras de ferro fundido, represas e pista de pouso. A malha elétrica compreende 5.000 ha, com transformadores de 2CV por hectare.

Segundo os entrevistados, a área construída da fábrica compreende 23.000 m<sup>2</sup>, da área total tomada por fazendas de laranja, que é de 306.000 m<sup>2</sup>. Vale destacar, que nas fazendas também planta-se café. A área destas fazendas vai de Matão ao município de Nova Europa



**Foto 3.6.5.11-168 - Fazenda Cambuhy**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

A aproximadamente 14,3 km do centro do eletrodo, na altura das coordenadas 765.739.764 / 7.609.139.722, identificou-se a Fazenda Cambuhy.

Nas proximidades do município de Araraquara existe uma unidade da EMBRAER que abriga as atividades de montagem final de aeronaves destinadas aos mercados executivos e de defesa. Também conta com uma pista para ensaios em vôo, esta unidade localiza-se na Estrada Municipal Euclides Martins.

Esse é o último município percorrido pelo traçado. No local em que o traçado proposto adentra no município de Araraquara existem extensas áreas de cultivo de cana-de-açúcar. É importante destacar que o traçado neste município ocupa uma porção das terras relativamente pequena. Não foi encontrada nenhuma localidade ou povoado, apenas algumas propriedades com áreas de pastagens e cana-de-açúcar.



Foto 3.6.5.11-169 - LT's na região do município de Araraquara-SP.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

É importante destacar que neste município foram observadas diversas linhas de transmissão de energia que correm por muitas vezes paralelas.

No município de **Araraquara** identificou-se uma propriedade com cultivo de cana-de-açúcar a 1 km da linha de transmissão. A propriedade pertence à família Zanin, proprietária da homônima Usina Zanin. O supervisor de topografia e meio ambiente da Usina, informou que a Fazenda de cana identificada chama-se São Bernardo. A Usina, produtora de álcool combustível, existe há mais de 70 anos e estima-se que a propriedade seja de posse da família desde a década de 60. Na propriedade, além da cana-de-açúcar há safrinha de soja. Na fazenda foram identificadas 8 edificações em alvenaria, onde residem 4 famílias. Há fossa, poço artesiano e, apesar da coleta de lixo através de convênio com o município, faz-se a reciclagem das embalagens dos herbicidas. Vale destacar, a presença de pulverização por avião na região da fazenda.

Segundo o entrevistado, não há carência de serviços públicos na região da fazenda, pois há vigilância sanitária, agentes de saúde, e a proximidade com o centro do município, facilita a movimentação de pessoas e produtos. Se comparado a outros municípios da região, Araraquara apresenta excelente estrutura urbana, com diversos hospitais, aeroporto, estação ferroviária, terminais rodoviários e uma grande área comercial, industrial e possui um gama enorme de empresas prestadoras de serviços, o que faz do município um importante pólo regional, que atrai consumidores de muitas outras cidades.

O município, que conta com vários corredores comerciais, é favorecido pela boa localização. Além de diversas estradas municipais, a cidade é cortada pelas rodovias SP-255, SP-257 e SP-310, Rodovia Washington Luís, que liga Araraquara com São José do Rio Preto, Campinas e São Paulo.



Foto 3.6.5.11-170 - Subestação de Araraquara



Foto 3.6.5.11-171 - Subestação de Araraquara

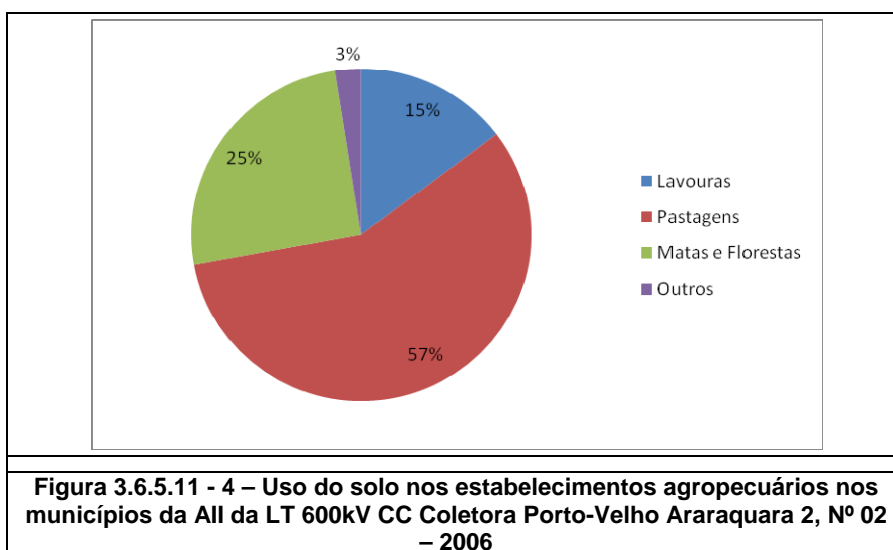
Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

## **b. Usos e Ocupação do Solo**

### **b.1 Uso e Ocupação do Solo Rural na All**

Em toda a Área de Influência Indireta (All) do empreendimento da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, constituída por 87 municípios distribuídos pelos estados brasileiros de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, a área constituída por estabelecimentos agropecuários é de 13.490.674 hectares, que correspondem a mais da metade (54,4%) da área em estudo.

Com relação ao uso da área dos estabelecimentos agropecuários, no ano de 2006, em toda a área em estudo, as pastagens eram o uso do solo largamente predominante, ocupando 57% da área total de estabelecimentos agropecuários. 25% da área rural em estudo era ocupada por matas e florestas, enquanto as lavouras respondiam por 15% do uso do estabelecimentos agropecuários na All.



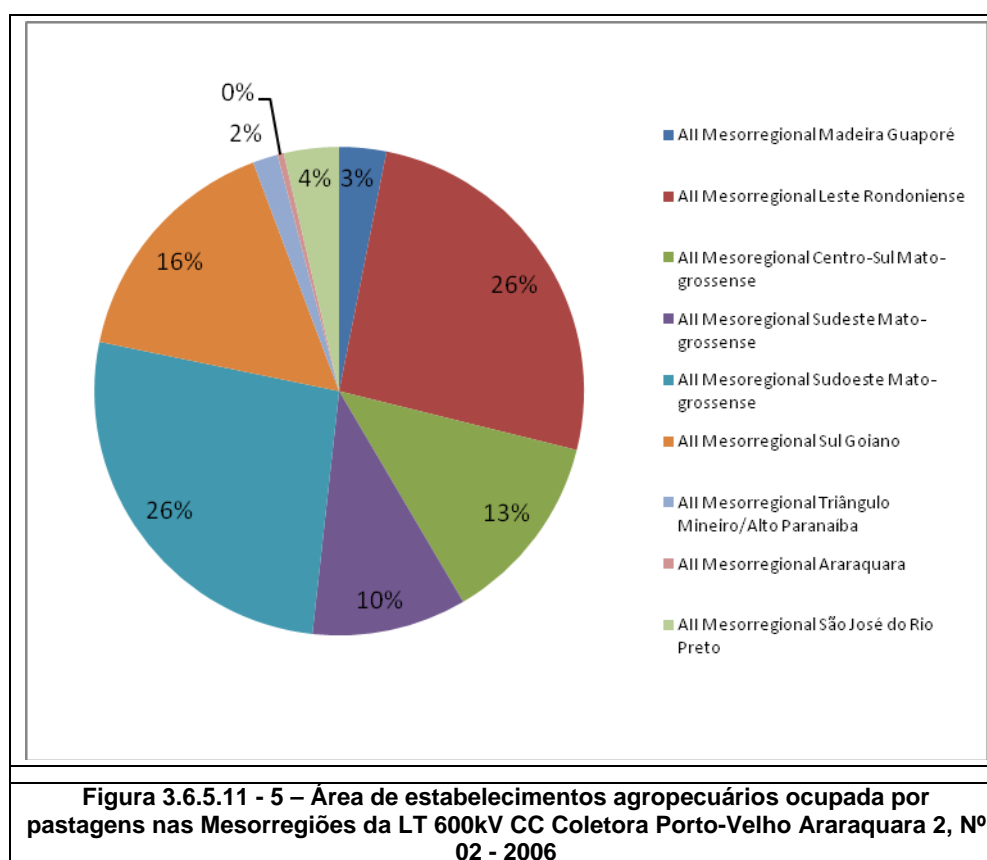
As pastagens são predominantes sobre as áreas ocupadas por lavouras e por matas e florestas em 7 das 9 Alls mesorregionais em estudo. As exceções se situam nos estados de Rondônia e São Paulo. Na All Mesorregional Madeira-Guaporé, 49,3% da área dos estabelecimentos agropecuários é constituída por matas e florestas. Na All Mesorregional Araraquara, as lavouras ocupam 78,3% das áreas de uso rural. A área de matas e florestas ocupa parcela significativa dos estabelecimentos agropecuários nas áreas rondoniense e matogrossense em estudo, enquanto que, em Goiás e nos estados do Sudeste, ocupam áreas bastante mais reduzidas. Nestas regiões, a área ocupada por lavouras é bastante mais expressiva, predominando sobre as matas e florestas. Nas áreas rondoniense e matogrossense em estudo, as lavouras ocupam área mais expressiva, em relação aos demais usos, apenas na All Mesorregional Sudeste Matogrossense, onde ultrapassam a porcentagem da área ocupada por matas e florestas

**Quadro 3.6.5.11 - 35 - Área dos estabelecimentos agropecuários por uso do solo nas Mesorregiões da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho Araraquara 2, Nº 02 (Hectares) – 2006**

Alls Mesorregionais e All Total	Área ocupada por estabelecimentos agropecuários	Lavouras	(%)	Pastagens	(%)	Matas e Florestas	(%)	Outros (águas, construções, terras inaproveitáveis)	(%)
All Mesorregional Madeira Guaporé	615039	54046	8,8	240911	39,2	302964	49,3	17118	2,8
All Mesorregional Leste Rondoniense	3138307	207472	6,6	1997243	63,6	891972	28,4	41620	1,3
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	1581684	115051	7,3	982083	62,1	423053	26,7	61497	3,9
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	1516128	351196	23,2	793094	52,3	341908	22,6	29930	2,0
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	3608636	165250	4,6	2053043	56,9	1287709	35,7	102634	2,8
All Mesorregional Sul Goiano	2004871	590246	29,4	1243620	62,0	121917	6,1	49088	1,4
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	156313	23762	1,5	128898	82,5	1051	0,7	2602	4,4
All Mesorregional Araraquara	252116	197442	78,3	32675	13,0	11632	4,6	10367	3,8
All Mesorregional São José do Rio Preto	617580	272074	44,1	282908	45,8	42429	6,9	20169	4,1
Total All	13490674	1976539	14,7	7754475	57,5	3424635	24,6	335025	2,3

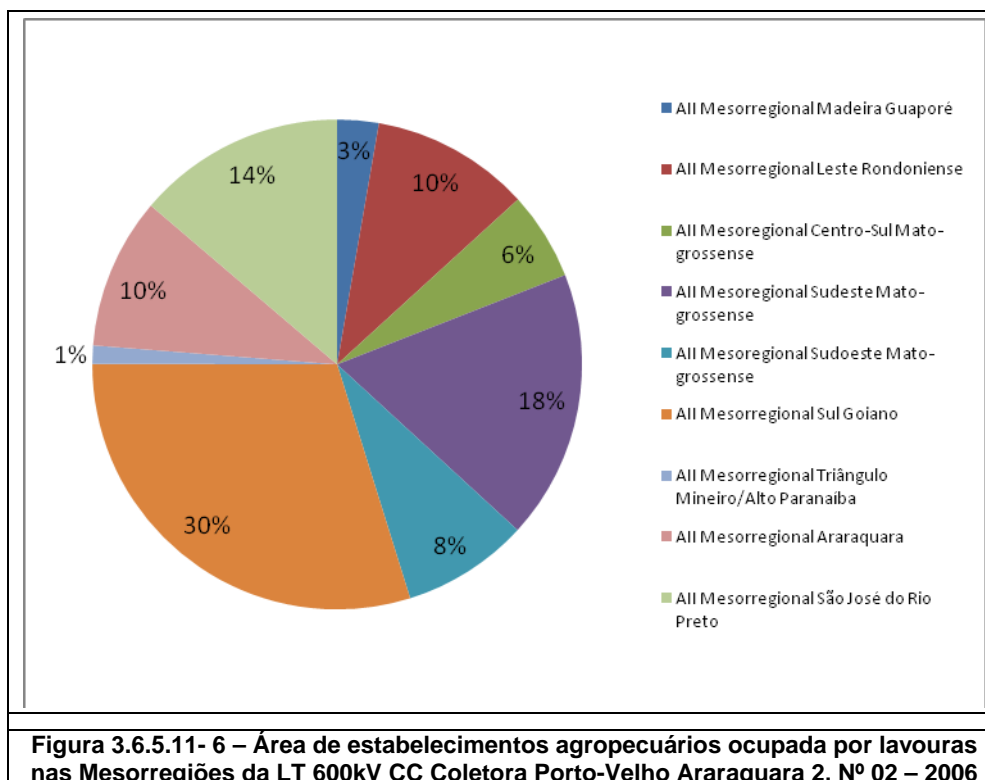
Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

Em 8 das 9 Alls Mesorregionais em estudo, a área ocupada por pastagens prevalece sobre a área ocupada por lavouras. A exceção é a All Mesorregional Araraquara, no Estado de São Paulo, onde as lavouras ocupam 78,3% da área dos estabelecimentos agropecuários. Vale ressaltar, no entanto, que a All Mesorregional Araraquara possui a menor fração da área total de estabelecimentos agropecuários da All – 1,9%. Nas demais Alls Mesorregionais em estudo, a porcentagem da área dos estabelecimentos agropecuários ocupada por pastagens, em 2006, variava de 39,2%, na All Mesorregional Madeira-Guaporé, a 82,5%, na All Mesorregional Triângulo Mineiro/alto Paranaíba. Do total dos 7.754.475 hectares ocupados por pastagens em toda a área em estudo, 26,5% estão localizados no Sudoeste Mato-grossense, 25,8%, no Leste Rondoniense, e 16%, no Sul Goiano.



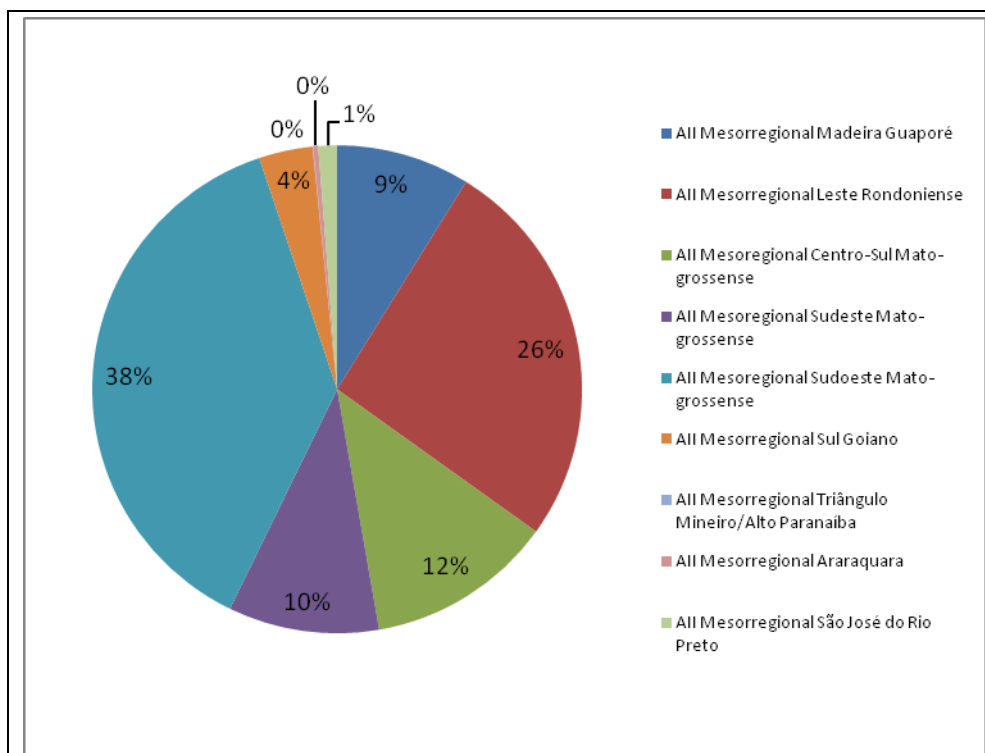
Dos 1.976.539 hectares ocupados por lavouras na área em estudo, em 2006, 29,9% situavam-se nos municípios em estudo no Sul Goiano. Nesta All Mesorregional, as lavouras correspondem a 29,4% da área dos estabelecimentos agropecuários e, quanto ao número de estabelecimentos, predominam aqueles dedicados ao cultivo de lavouras temporárias de soja, sendo expressivos, também, a horticultura e fruticultura e o cultivo de cereais. Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, cuja área de lavoura corresponde a 18% da área utilizada para cultivo de lavouras em toda a All, predominam, em número, os estabelecimentos dedicados a “outros produtos da

lavoura permanente”, soja, cana-de-açúcar, legumes e hortaliças. A área de lavouras das Alls Mesorregionais Leste Rondoniense e Araraquara corresponde, cada uma, a 10% da área de lavoura da área em estudo. No Leste Rondoniense, predominam, em número, os estabelecimentos dedicados ao cultivo do café e a “outros produtos” de lavoura temporária. Nos municípios em estudo na mesorregião de Araraquara, predominam o cultivo de laranja e cana-de-açúcar.



A maior parte dos 3.424,335 hectares pertencentes a estabelecimentos agropecuários ocupados por matas e florestas na All está situada nos estados de Rondônia e Mato Grosso, mais precisamente na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense (38%) e na All Mesorregional Leste Rondoniense (26%), onde predominam as matas e florestas destinadas à preservação permanentes ou reserva legal. O restante dos municípios em estudo no estado do Mato Grosso responde por 22% das matas e florestas em estabelecimentos rurais da All. As áreas goiana, mineira e paulista em estudo respondem por percentuais pouco expressivos deste total.





**Figura 3.6.5.11- 7 – Área de estabelecimentos agropecuários ocupada por matas e florestas nas Mesorregiões da LT 600kV Coletora Porto-Velho Araraquara 2 N2 – 2006**

O desmatamento na Amazônia tem causas diversas que, frequentemente, se inter-relacionam, passando por questões históricas como, por exemplo, os incentivos fiscais e as políticas de colonização, que resultaram numa forte migração para essa região; os conflitos fundiários, devido à ausência de titularidade da terra e reforma agrária; o avanço da exploração madeireira, da pecuária e do agronegócio, principalmente pelo cultivo da soja; e, também, os investimentos em infra-estrutura, como com a abertura de estradas e pavimentação.<sup>3</sup>

Através de dados gerados pelo INPE, é possível monitorar o desmatamento na Amazônia, através da metodologia denominada PRODES (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia), que, desde 1988, estima a taxa anual de desmatamento por corte raso, isto é, quando ocorre a retirada total da cobertura florestal, sendo considerado como o estágio extremo do desmatamento, por representar a retirada completa da vegetação original. Com o sistema PRODES, é possível mapear desmatamentos em áreas superiores a 6,25ha, através de imagens dos sensores TM, DMC e CCD, cobrindo a Amazônia com baixa frequência temporal e com resolução de 30 e 20 metros, respectivamente<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Soares-Filho, Britaldo Silveira et al. *Cenários de Desmatamento para a Amazônia*. Revista de Estudos Avançados, n.54, maio-agosto 2005.

<sup>4</sup> [http://www.obt.inpe.br/prodes/Relatorio\\_Prodes2008.pdf](http://www.obt.inpe.br/prodes/Relatorio_Prodes2008.pdf)

De acordo com o INPE, a taxa de desmatamento da Amazônia Legal, entre os anos de 2007 e 2008, foi de 11.968km<sup>2</sup>, o que representou um aumento de 3,8% em relação à taxa de 2006/2007. Neste mesmo período, os Estados de Mato Grosso e Rondônia, nesta ordem, apresentaram as segunda e terceira maiores taxas de desmatamento entre os estados da Amazônia Legal, perdendo apenas para o Estado do Pará. No Estado de Rondônia, o desmatamento atingiu 1.061 km<sup>2</sup> e, em Mato Grosso, 3.259 km<sup>2</sup>.

**Quadro 3.6.5.11 - 36 - Taxa de desmatamento nos Estados da Amazônia Legal - 2007/2008**

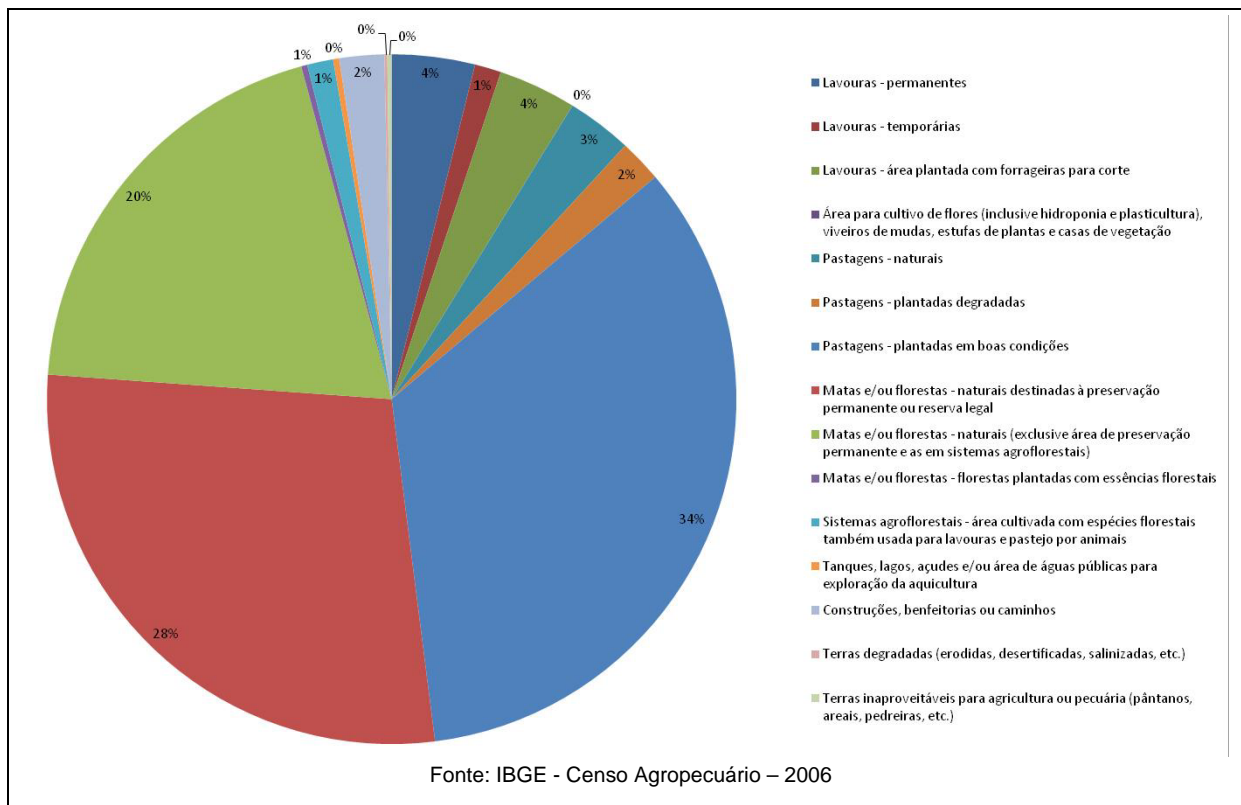
Estado	Taxa (km <sup>2</sup> )
Acre	222
Amazonas	479
Amapá	-
Maranhão	1.085
Mato Grosso	3.259
Pará	5.180
Rondônia	1.061
Roraima	570
Tocantins	112
<b>Total</b>	<b>11.968</b>

Fonte: INPE

### (1) Rondônia

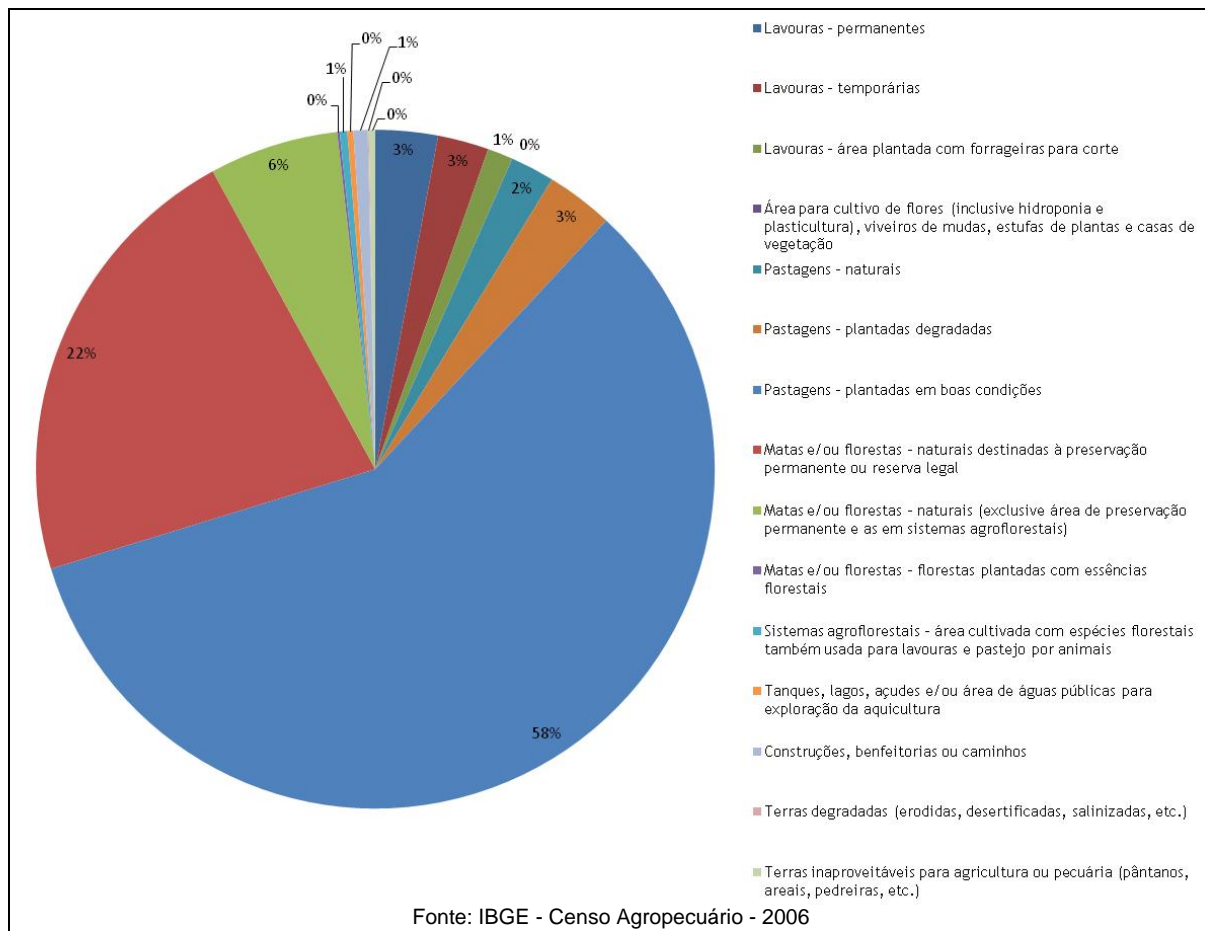
No ano de 2006, de acordo com os dados do IBGE, a área cadastrada dos estabelecimentos agropecuários, nos municípios rondonienses em estudo, era de 3.753.346 hectares. A maior parte desta área era utilizada como pastagens plantadas em boas condições (54,4%). Os demais tipos de pastagens – naturais e plantadas degradadas – estavam presentes em 4,4% da área. As matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal ocupavam 22,8% desta área, e 8,4% eram destinados a matas e/ou florestas naturais.

Na AII Mesorregional Madeira Guaporé, 49% da área cadastrada eram ocupadas por matas e/ou florestas, sendo que 28% eram matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação e 20% eram naturais. As pastagens plantadas em boas condições correspondiam a 34% da área cadastrada, enquanto as pastagens naturais ocupavam 3%, além das pastagens plantadas degradadas, que ocupavam 2%. As lavouras somavam 9% da área; as construções, benfeitorias ou caminhos – 2%; e os sistemas agroflorestais – 1%.



**Figura 3.6.5.11- 8 - Área dos estabelecimentos agropecuários por tipo de uso - All Mesorregional Madeira Guaporé – 2006**

Na All Mesorregional Leste Rondoniense, as pastagens plantadas em boas condições eram predominantes (58%). As pastagens naturais e as plantadas degradadas constituíam 5% da área cadastrada. As matas e/ou florestas vinham em seguida, sendo que 22% do território pesquisado eram ocupados por matas naturais destinadas à preservação, e 6% por matas e/ou florestas naturais. As lavouras permanentes e temporárias eram cultivadas em apenas 6% da área.



**Figura 3.6.5.11- 9 - Área dos estabelecimentos agropecuários por tipo de uso - All Mesorregional Leste Rondoniense - 2006**

**Quadro 3.6.5.11 - 37 - Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras - Rondônia - 2006**

Estado, Municípios e All Mesorregional	Total	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
<b>Rondônia</b>	<b>8.329.133</b>	<b>254.071</b>	<b>166.130</b>	<b>74.187</b>	<b>256</b>	<b>275.457</b>	<b>242.724</b>	<b>4.291.706</b>	<b>1.852.556</b>	<b>946.173</b>	<b>18.943</b>	<b>49.110</b>	<b>18.617</b>	<b>68.212</b>	<b>6.768</b>	<b>64.521</b>
Candeias do Jamari	127.694	821	763	5.477	-	8.245	6.539	38.349	57.807	4.777	923	636	435	2.577	79	268
Itapuã do Oeste	83.950	1.245	1.348	16	X	X	2.127	38.513	14.219	22.852	158	455	426	1.712	X	469
Porto Velho	403.395	21.868	5.510	16.969	29	10.555	3.676	132.907	100.993	93.063	681	6.400	880	8.622	748	502
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>615.039</b>	<b>23.934</b>	<b>7.621</b>	<b>22.462</b>	<b>29</b>	<b>18.800</b>	<b>12.342</b>	<b>209.769</b>	<b>173.019</b>	<b>120.692</b>	<b>1.762</b>	<b>7.491</b>	<b>1.741</b>	<b>12.911</b>	<b>827</b>	<b>1.239</b>
Alto Paraíso	186.680	19.128	1.193	91	-	803	5.837	71.448	42.296	43.197	53	937	64	972	83	580
Alvorada D'Oeste	138.458	4.280	1.786	141	-	361	5.006	94.811	22.116	9.035	90	88	98	505	X	141
Ariquemes	359.577	12.600	3.367	29.992	X	1.596	8.563	159.847	104.333	29.049	1.116	3.038	1.881	2.531	654	1.014
Cabixi	105.085	603	9.629	11	X	1.510	4.350	63.745	22.742	1.257	X	X	50	457	X	614
Cacaulândia	137.486	2.536	475	227	-	1.162	5.179	77.333	34.713	12.256	16	403	1.768	1.208	42	173
Castanheiras	68.290	932	1.385	9	-	1.646	1.972	41.990	16.940	1.829	38	62	319	805	47	317
Cerejeiras	124.457	532	13.982	1.220	-	17.914	6.801	30.884	46.159	2.250	101	2.453	151	615	X	1.372
Chupinguaia	261.547	737	10.578	88	-	2.453	1.909	156.235	78.342	10.447	40	X	53	560	-	52
Colorado do Oeste	128.932	1.017	2.936	199	X	X	1.054	92.906	23.880	4.107	241	1.089	58	758	X	672
Corumbiara	200.696	2.239	14.529	63	-	3.324	16.524	107.797	47.479	4.088	104	284	361	2.673	186	1.052
Governador Jorge Teixeira	138.852	3.673	704	689	-	6.377	9.134	78.394	36.099	2.676	43	301	76	193	21	474

Estado, Municípios e All Mesorregional	Total	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
Jaru	238.877	8.205	1.738	1.678	46	4.233	5.915	190.720	15.096	6.543	65	593	1.273	2.063	111	607
Monte Negro	143.851	4.989	719	36	X	1.018	2.936	78.927	36.735	16.707	644	57	84	720	44	237
Nova Brasilândia D'Oeste	93.656	10.133	1.431	74	-	994	1.609	50.435	20.191	6.382	117	400	224	1.282	200	191
Ouro Preto do Oeste	150.790	4.874	988	451	X	13.514	6.670	101.825	13.278	7.144	453	381	345	500	15	356
Parecis	168.069	530	810	21	-	1.935	2.017	82.943	59.733	18.435	145	39	172	1.027	33	236
Presidente Médici	145.083	3.518	3.360	169	X	1.085	5.530	108.632	17.521	2.019	165	260	889	1.078	13	850
Primavera de Rondônia	55.942	1.220	665	46	-	203	3.889	33.613	14.995	729	28	71	53	314	6	113
Rolim de Moura	129.389	4.388	1.974	2.017	X	4.689	3.855	86.063	15.545	7.902	111	66	683	1.808	11	283
São Felipe D'Oeste	51.014	2.195	2.071	707	-	826	1.099	32.360	5.703	4.919	24	592	121	345	-	58
Teixeirópolis	41.628	959	574	13	-	X	103	34.200	4.129	354	51	41	275	620	110	186
Urupá	69.948	3.810	1.437	55	X	400	539	55.601	5.899	1.763	98	62	24	184	6	76
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>3.138.307</b>	<b>93.098</b>	<b>76.331</b>	<b>37.997</b>	<b>46</b>	<b>66.043</b>	<b>100.491</b>	<b>1.830.709</b>	<b>683.924</b>	<b>193.088</b>	<b>3.743</b>	<b>11.217</b>	<b>9.022</b>	<b>21.218</b>	<b>1.582</b>	<b>9.654</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>3.753.346</b>	<b>117.032</b>	<b>83.952</b>	<b>60.459</b>	<b>75</b>	<b>84.843</b>	<b>112.833</b>	<b>2.040.478</b>	<b>856.943</b>	<b>313.780</b>	<b>5.505</b>	<b>18.708</b>	<b>10.763</b>	<b>34.129</b>	<b>2.409</b>	<b>10.893</b>

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

Entre os municípios rondonienses estudados, no ano de 2006, havia 38.935 estabelecimentos agropecuários, a maior parte deles voltados para a pecuária e criação de outros animais. Era grande o número de estabelecimentos nos municípios analisados, pois em 15 deles este número ultrapassava 1.000 estabelecimentos: Jaru (3.097), Ariquemes (3.005), Porto Velho (2.842), Rolim de Moura (2.467), Alto Paraíso (2.259), Alvorada D'Oeste (2.250), Presidente Médici (2.210), Nova Brasilândia D'Oeste (2.187), Urupá (2.092), Governador Jorge Teixeira (1.814), Ouro Preto do Oeste (1.757), Colorado do Oeste (1.602), Corumbiara (1.497), Monte Negro (1.375) e Cabixi (1.016).

Na All Mesorregional Madeira Guaporé eram 4.377 estabelecimentos agropecuários, sendo que 53,8% (2.357) se dedicavam à pecuária, principalmente à criação de bovinos (1.695 estabelecimentos), dos quais 820 estabelecimentos localizavam-se em Porto Velho, 525 estabelecimentos em Candeias do Jamari, e 370 estabelecimentos em Itapuã do Oeste. Ainda era possível encontrar 513 estabelecimentos com criação de aves. A produção de lavouras temporárias ocorria em 920 estabelecimentos e era dedicada, sobretudo, a “outros produtos desta lavoura” e ao cultivo de cereais. Das lavouras permanentes, se destacavam o cultivo do café, em 167 estabelecimentos, além do cultivo de “outros produtos”, em 261 estabelecimentos. A pesca em água doce ocorria em 259 estabelecimentos agropecuários.

Na All Mesorregional Leste Rondoniense havia 34.558 estabelecimentos agropecuários, o que correspondia a aproximadamente 39,7% dos estabelecimentos do Estado de Rondônia. A criação de bovinos era a principal atividade em 62,4% dos estabelecimentos desta All Mesorregional. Em Teixeirópolis, por exemplo, a criação de bovinos era praticada em 82,5% dos estabelecimentos. Em apenas dois municípios, Alto Paraíso, Ariquemes e Nova Brasilândia D'Oeste, esta não era a principal atividade dos estabelecimentos. A criação de aves estava presente em 2.199 estabelecimentos e a criação de suínos em 470 estabelecimentos. O cultivo de lavouras permanentes ocorreu em 6.709 estabelecimentos, predominantemente para o cultivo do café (5.415 estabelecimentos), com destaque para os municípios de Nova Brasilândia D'Oeste (1.171 estabelecimentos) e Alto Paraíso (930 estabelecimentos). Quanto às lavouras temporárias, cultivadas em 2.455 estabelecimentos, predominavam o cultivo de “outros produtos” desta lavoura e também de cereais. Um total de 680 estabelecimentos agropecuários se dedicou a horticultura e floricultura, principalmente no que concerne ao cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos (673 estabelecimentos), enfatizando o município de Ariquemes com o maior número de estabelecimentos (123). Destaca-se, também, nesta All Mesorregional a produção florestal de florestas nativas em 133 estabelecimentos, dos quais 60 deles localizavam-se em Ariquemes. A aquicultura em água doce chamou atenção por ter sido praticada em 79 estabelecimentos.

Quadro 3.6.5.11 - 38 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos e classes da atividade econômica – Rondônia - 2006

Estado, Municípios e All Mesorregional	Total	Produção de lavouras temporárias	Cultivo de cereais	Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras da lavoura temporária	Cultivo de cana-de-açúcar	Cultivo de fumo	Cultivo de soja	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	Produção de lavouras permanentes	Cultivo de laranja	Cultivo de uva	Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	Cultivo de café	Cultivo de cacau	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Produção de sementes certificadas, de produtos agrícolas, inclusive forrageiras	Produção de mudas certificadas e outras formas de propagação vegetal de produtos agrícolas	Pecuária e criação de outros animais	Criação de bovinos	Criação de outros animais de grande porte	Criação de ovinos e caprinos	Criação de suínos	Criação de aves	Criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Pesca em água doce	Aquicultura	Aquicultura em água salgada ou salobra	Aquicultura em água doce
<b>Rondônia</b>	<b>87.077</b>	<b>7.890</b>	<b>3.324</b>	-	<b>100</b>	-	<b>220</b>	<b>24</b>	<b>4.222</b>	<b>1.939</b>	<b>1.918</b>	<b>21</b>	<b>19.474</b>	<b>63</b>	<b>6</b>	<b>554</b>	<b>16.711</b>	<b>664</b>	<b>1.476</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>56.150</b>	<b>47.867</b>	<b>113</b>	<b>204</b>	<b>1.397</b>	<b>6.440</b>	<b>129</b>	<b>409</b>	<b>657</b>	<b>305</b>	<b>305</b>	<b>249</b>	<b>1</b>	<b>248</b>
Candeias do Jamari	829	56	4	-	1	-	-	-	51	27	27	-	102	-	-	2	20	1	79	-	-	-	632	505	1	9	15	100	2	3	7	-	-	2	-	2
Itapuã do Oeste	706	70	8	-	3	-	-	-	59	30	30	-	76	2	-	10	53	1	10	-	-	-	480	370	-	1	3	106	-	1	6	31	31	12	-	12
Porto Velho	2.842	794	249	-	4	-	1	-	540	156	147	9	297	1	-	27	94	3	172	-	-	-	1.245	820	2	12	74	307	30	23	63	228	228	36	-	36
<b>All Mesorregional Madeira Guaporé</b>	<b>4.377</b>	<b>920</b>	<b>261</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>650</b>	<b>213</b>	<b>204</b>	<b>9</b>	<b>475</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>39</b>	<b>167</b>	<b>5</b>	<b>261</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.357</b>	<b>1.695</b>	<b>3</b>	<b>22</b>	<b>92</b>	<b>513</b>	<b>32</b>	<b>27</b>	<b>76</b>	<b>259</b>	<b>259</b>	<b>50</b>	<b>0</b>	<b>50</b>
Alto Paraíso	2.259	139	68	-	-	-	-	1	70	69	69	-	1.050	1	-	23	930	3	93	-	-	-	970	758	3	7	38	158	6	11	10	3	3	7	-	7
Alvorada D'Oeste	2.250	68	31	-	-	-	-	-	37	66	66	-	390	-	-	1	349	2	38	-	-	-	1.722	1.659	3	2	8	49	1	1	2	-	-	1	-	1
Ariquemes	3.005	393	75	-	6	-	-	-	312	127	123	4	938	2	-	87	618	84	147	-	-	-	1.440	1.141	6	3	22	266	2	26	60	1	1	20	-	20
Cabixi	1.016	88	51	-	4	-	19	2	12	2	2	-	45	-	-	4	12	-	29	-	-	-	879	781	1	4	23	69	1	1	-	1	1	-	-	-
Cacaulândia	773	23	10	-	1	-	-	-	12	25	25	-	140	1	-	3	63	65	8	-	-	-	577	530	2	2	12	30	1	2	3	1	1	2	-	2
Castanheiras	592	54	39	-	-	-	1	-	14	8	8	-	72	-	-	1	69	-	2	-	-	-	456	390	2	4	12	43	5	1	1	-	-	-	-	-
Cerejeiras	958	201	51	-	-	-	132	4	14	15	15	-	47	-	-	1	18	-	28	-	-	-	688	527	1	1	35	123	1	5	-	2	2	-	-	-
Chupinguaia	637	41	13	-	-	-	1	2	25	-	-	-	13	-	-	4	9	-	-	-	-	-	580	435	1	6	13	124	1	-	1	-	-	2	1	1
Colorado do Oeste	1.602	120	53	-	2	-	8	1	56	36	36	-	67	2	-	4	40	10	11	-	-	-	1.369	1.158	4	9	33	165	-	4	4	-	-	2	-	2
Corumbiara	1.497	69	37	-	1	-	14	-	17	23	23	-	100	-	-	3	14	-	83	-	-	-	1.299	1.119	4	1	33	141	1	1	5	-	-	-	-	-
Governador Jorge Teixeira	1.814	55	33	-	-	-	-	-	22	15	15	-	212	-	-	4	172	31	5	-	-	-	1.529	1.440	2	2	13	70	2	1	1	-	-	1	-	1
Jaru	3.097	87	33	-	1	-	-	-	53	60	60	-	438	-	-	10	279	139	10	1	-	1	2.502	2.314	4	2	37	140	5	1	3	-	-	5	-	5
Monte Negro	1.375	37	24	-	-	-	-	-	13	31	31	-	377	-	-	7	335	13	22	-	-	-	926	757	1	2	34	132	-	-	1	1	1	2	-	2
Nova Brasilândia D'Oeste	2.187	265	141	-	1	-	-	1	122	14	14	-	1.201	1	-	3	1.171	-	26	-	-	-	697	607	-	5	11	73	1	2	4	-	-	4	-	4
Ouro Preto do Oeste	1.757	52	24	-	1	-	-	-	27	26	25	1	265	-	-	6	184	64	11	-	-	-	1.399	1.298	13	2	23	60	3	3	6	-	-	6	-	6
Parecis	780	120	64	-	-	-	-	-	56	11	11	-	41	-	-	2	36	1	2	-	-	-	603	575	-	3	6	19	-	1	3	-	-	1	-	1
Presidente Médici	2.210	126	46	-	4	-	-	4	72	41	40	1	291	8	-	57	198	3	25	-	-	-	1.743	1.555	3	5	33	144	3	2	2	1	1	4	-	4
Primavera de Rondônia	550	52	15	-	-	-	-	1	36	3	3	-	116	-	1	1	107	-	7	-	-	-	372	351	1	-	7	12	1	1	3	-	-	3	-	3
Rolim de Moura	2.467	157	55	-	2	-	-	-	100	56	56	-	428	5	-	10	385	-	28	1	-	1	1.767	1.523	5	6	34	196	3	4	17	22	22	15	-	15
São Felipe D'Oeste	954	168	67	-	11	-	-	1	89	34	34	-	179	-	-	9	156	3	11	-	-	-	565	489	1	1	15	59	-	3	2	-	-	3	-	3
Teixeirópolis	686	33	11	-	1	-	-	-	21	5	4	1	37	-	-	1	32	3	1	-	-	-	606	566	2	-	8	30	-	2	1	1	1	1	-	1
Urupá	2.092	107	65	-	2	-	-	-	40	13	13	-	262	-	-	-	238	16	8	-	-	-	1.705	1.586	2	-	20	96	1	-	4	-	-	1	-	1
<b>All Mesorregional Leste Rondoniense</b>	<b>34.558</b>	<b>2.455</b>	<b>1.006</b>	<b>0</b>	<b>37</b>	<b>0</b>	<b>175</b>	<b>17</b>	<b>1.220</b>	<b>680</b>	<b>673</b>	<b>7</b>	<b>6.709</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>241</b>	<b>5.415</b>	<b>437</b>	<b>595</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>24.394</b>	<b>21.559</b>	<b>61</b>	<b>67</b>	<b>470</b>	<b>2.199</b>	<b>38</b>	<b>72</b>	<b>133</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>80</b>	<b>1</b>	<b>79</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>38.935</b>	<b>3.375</b>	<b>1.267</b>	<b>0</b>	<b>45</b>	<b>0</b>	<b>176</b>	<b>17</b>	<b>1.870</b>	<b>893</b>	<b>877</b>	<b>16</b>	<b>7.184</b>	<b>23</b>	<b>1</b>	<b>280</b>	<b>5.582</b>	<b>442</b>	<b>856</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>26.751</b>	<b>23.254</b>	<b>64</b>	<b>89</b>	<b>562</b>	<b>2.712</b>	<b>70</b>	<b>99</b>	<b>209</b>	<b>292</b>	<b>292</b>	<b>130</b>	<b>1</b>	<b>129</b>

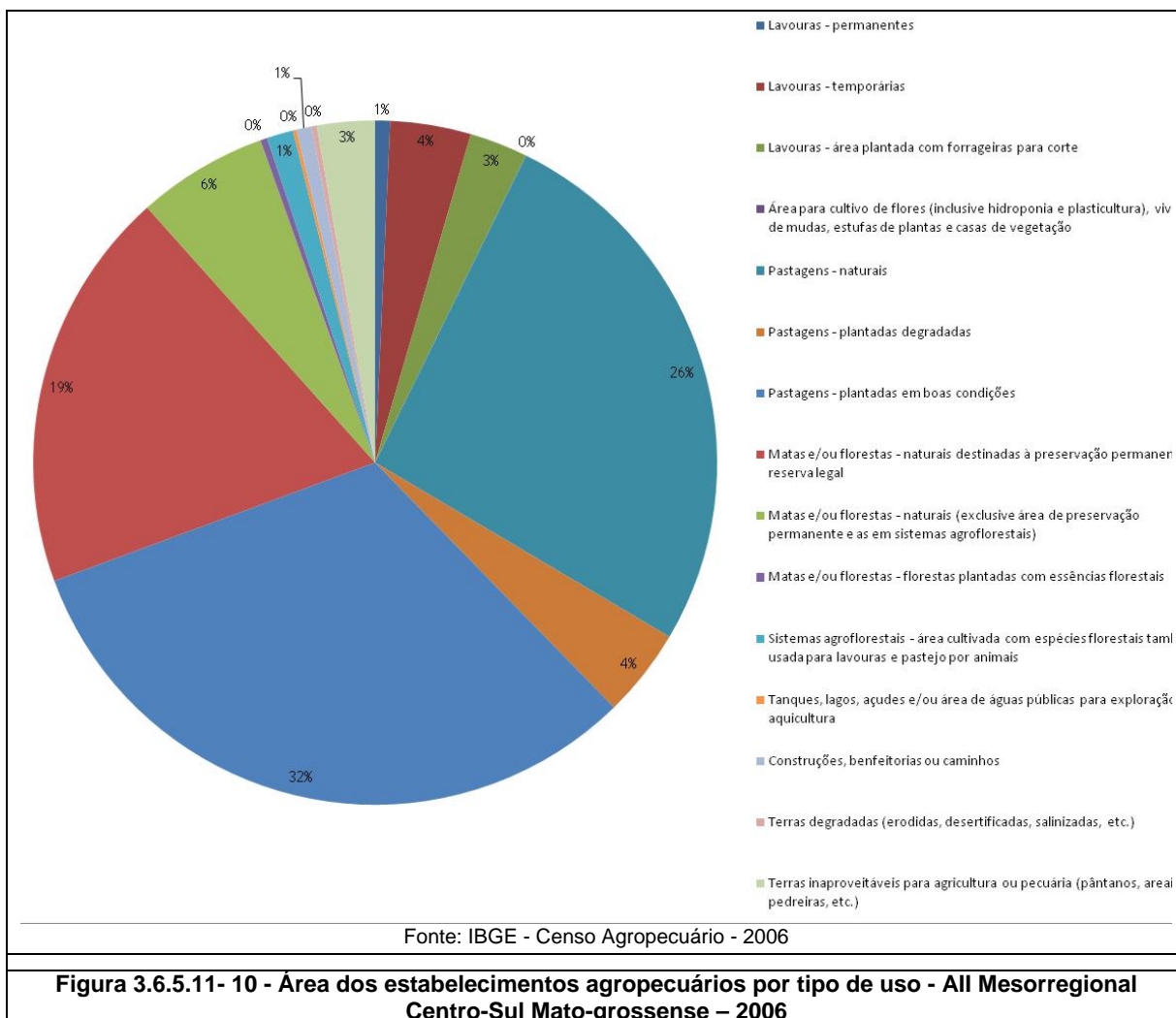
Fonte: Censo Agropecuário – IBGE



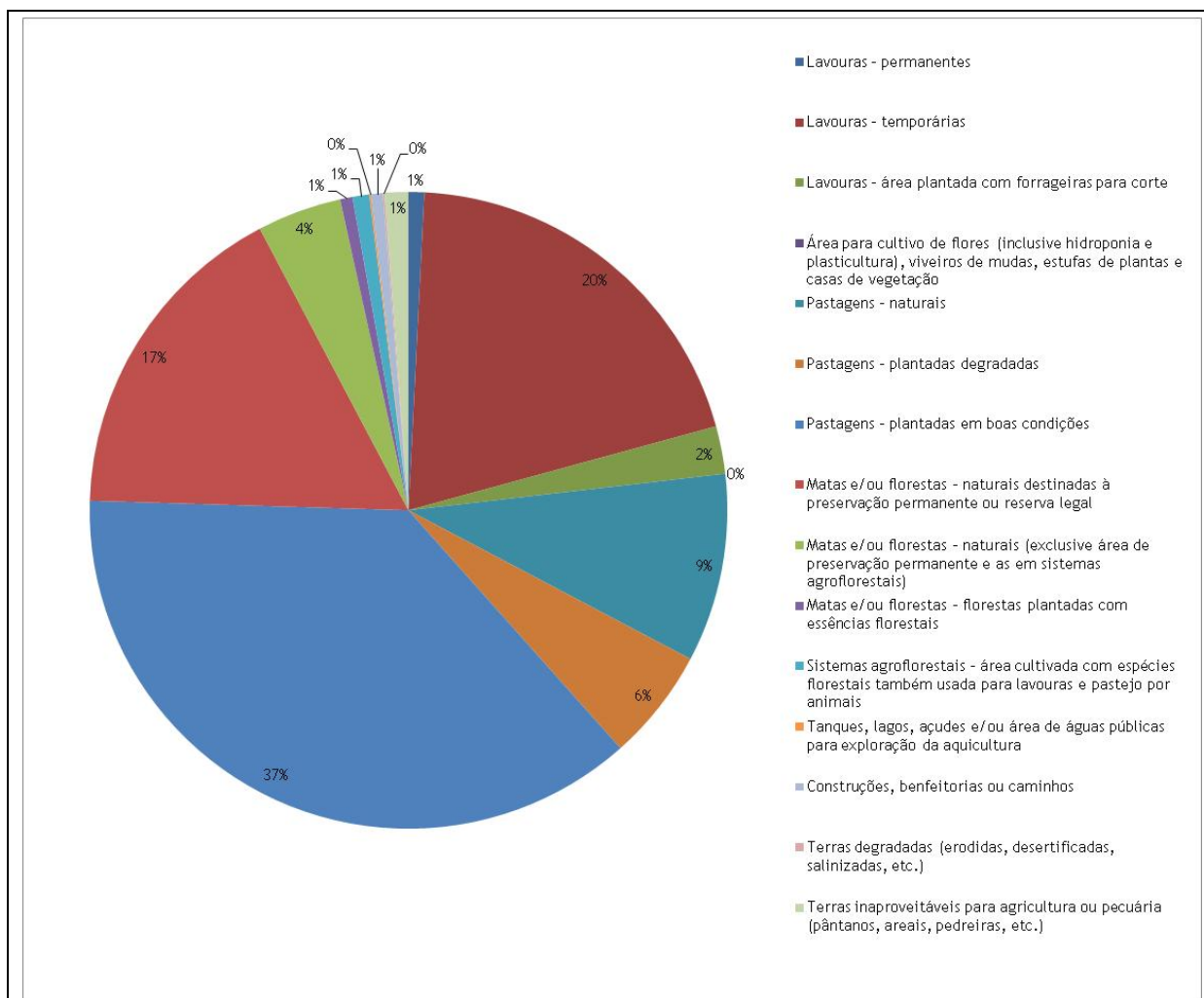
## **(2) Mato Grosso**

O Estado do Mato Grosso, segundo os dados do Censo Agropecuário do ano de 2006, era constituído por 47.805.514 ha de área cadastrada com estabelecimentos agropecuários. Deste total, 21.784.735 ha (45%) era constituído por pastagens e 18.329.365 ha (38%) por matas e/ou florestas.

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, 62,1% da área cadastrada eram compostas por pastagens de três tipos: pastagens plantadas em boas condições (32%), pastagens naturais (26%) e pastagens degradadas (4%). Os municípios de Santo Antonio do Leverger e Rosário do Oeste destacavam-se porque, juntos, possuíam aproximadamente 78% das pastagens desta All Mesorregional (766.784 ha). As matas e/ou florestas ocupavam 25% da área cadastrada e eram subdividas em: matas/e ou florestas naturais destinadas à preservação permanente (19%) e matas e/ou florestas naturais (6%). O maior percentual de área com matas/e ou floresta situava-se no município de Cuiabá (32,9%). As lavouras temporárias e com áreas plantadas com forrageiras para corte estavam em 7% da área pesquisada. Já as lavouras permanentes ocupavam apenas 1% do território analisado. Dentre os municípios, Acorizal, Alto Paraguai e Santo Antônio do Leverger possuíam os maiores percentuais de área com lavouras - aproximadamente 11%. Somente 3% das terras eram inaproveitáveis para agricultura ou pecuária.



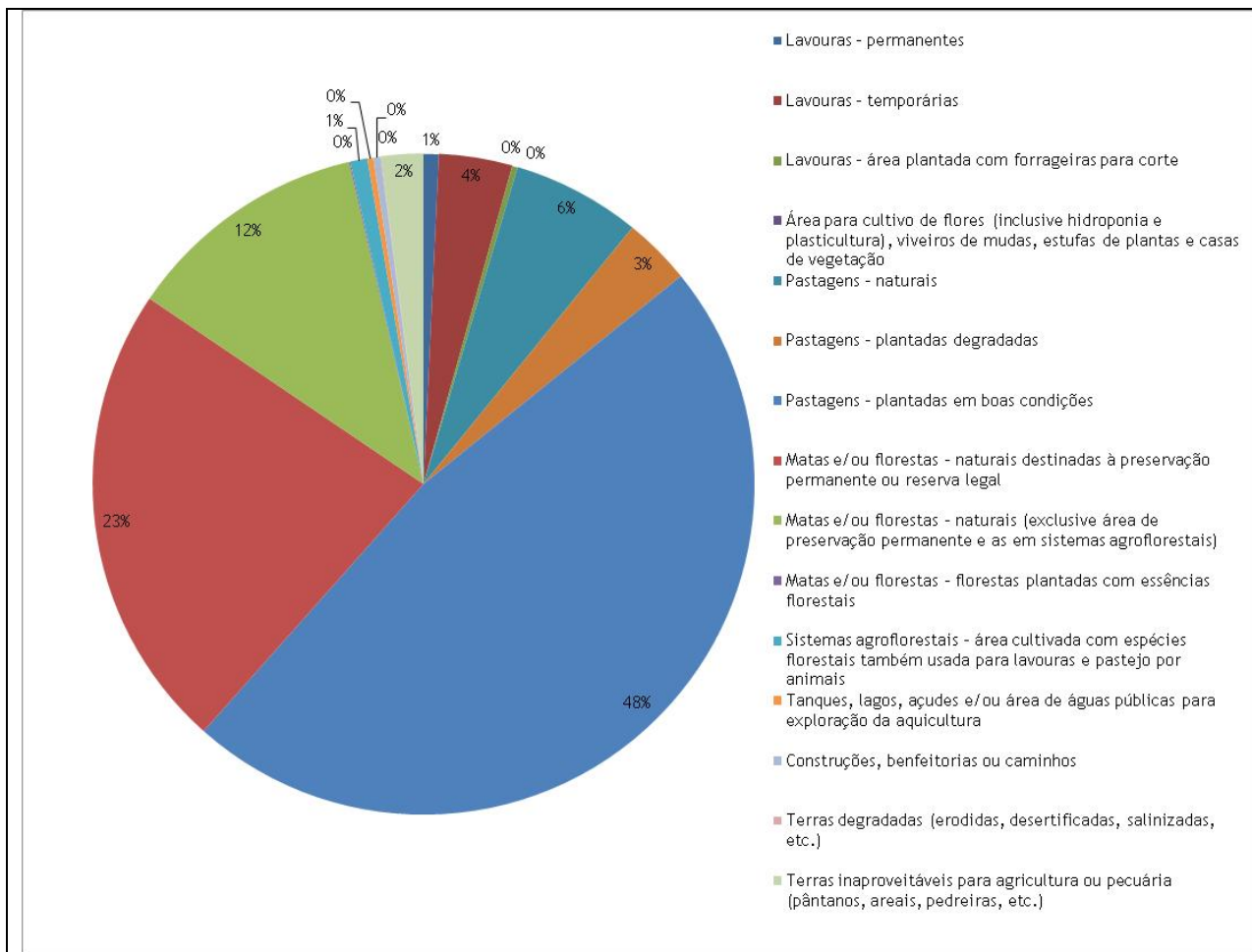
As pastagens, principalmente as plantadas em boas condições (37%), ocupavam 37% da área cadastrada da All Meso-regional Sudeste Mato-grossense, no ano de 2006. O município de São José do Povo possuía 80,3% de sua área cadastrada ocupada por pastagens naturais e plantadas em boas condições, seguido por Pedra Preta (59,9%) e Alto Araguaia (48,5%). As matas e/ou florestas estavam em 20,8% das terras cadastradas. As lavouras eram cultivadas em 23% da área, com destaque para as lavouras temporárias (20%), principalmente no município de Rondonópolis. Do total das terras, 2% eram inaproveitáveis para agricultura ou pecuária.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 2006

**Figura 3.6.5.11- 11 - Área dos estabelecimentos agropecuários por tipo de uso - All Mesorregional Sudeste Mato-grossense - 2006**

Em 2006, assim como nas demais All Mesorregionais, na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense também havia predominância das pastagens na utilização das terras pelos estabelecimentos agropecuários (57%), sendo que, nesta All Mesorregional ocorreu o maior percentual de pastagens plantadas em boas condições (48%). Dos 12 municípios que compõe a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, em seis deles as pastagens naturais e as plantadas em boas condições ocupavam a maior parte do território cadastrado, sendo eles: Araputanga (82,7%), Jauru (84,5%), Indiavaí (82%), Vila Bela Santíssima Trindade (58,9%), Pontes e Lacerda (61,5%), e Rio Branco (68,3%). As matas e/ou florestas naturais e aquelas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal estavam em 35% da área cadastrada, e era predominante apenas no município de Comodoro (54,2%). As lavouras temporárias estavam presentes em 4% da área pesquisada, e as lavouras permanentes em apenas 1% desta área. Somente o município de Lambari D'Oeste se destaca pelo cultivo das lavouras em seu território (24,7%).



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 2006

**Figura 3.6.5.11- 12 - Área dos estabelecimentos agropecuários por tipo de uso - All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense - 2006**

**Quadro 3.6.5.11 - 39 - Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização da terra - Mato Grosso - 2006**

Estado, Municípios e All Mesorregional	Total	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
<b>Mato Grosso</b>	<b>47.805.514</b>	<b>397.353</b>	<b>5.734.408</b>	<b>189.094</b>	<b>2.620</b>	<b>4.367.238</b>	<b>1.605.374</b>	<b>15.812.123</b>	<b>13.412.226</b>	<b>4.848.744</b>	<b>68.395</b>	<b>357.006</b>	<b>89.778</b>	<b>282.858</b>	<b>67.705</b>	<b>570.932</b>
Acorizal	63.412	2.336	3.520	1.563	X	7.234	1.472	23.612	13.400	2.196	X	93	159	502	20	7.150
Alto Paraguai	84.382	895	7.065	1.919	-	27.000	2.324	17.703	14.469	7.103	X	97	171	291	85	5.252
Cuiabá	125.366	1.430	1.172	472	X	9.284	5.086	58.494	32.136	8.247	877	1.340	494	2.334	1.650	2.352
Jangada	69.314	1.310	1.246	1.528	106	2.887	5.623	28.703	10.793	10.302	56	2.878	205	184	15	3.482
Rosário Oeste	502.168	2.926	3.911	1.338	X	118.768	15.681	186.098	107.188	40.379	3.954	4.044	735	2.510	355	14.166
Santo Antônio do Leverger	694.759	1.838	42.817	35.909	9	247.455	35.392	163.390	117.499	22.736	327	10.917	366	3.961	1.880	10.269
Várzea Grande	42.283	398	533	778	32	2.101	681	23.095	5.096	6.574	X	352	590	1.429	25	562
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>1.581.684</b>	<b>11.133</b>	<b>60.264</b>	<b>43.507</b>	<b>147</b>	<b>414.729</b>	<b>66.259</b>	<b>501.095</b>	<b>300.581</b>	<b>97.537</b>	<b>5.214</b>	<b>19.721</b>	<b>2.720</b>	<b>11.211</b>	<b>4.030</b>	<b>43.233</b>
Alto Araguaia	402.489	747	32.516	8.645	X	70.027	38.920	125.111	92.864	25.431	1.032	1.064	126	1.543	376	4.087
Alto Garças	225.628	X	71.539	3.248	-	13.936	5.567	58.481	47.252	13.466	X	7.671	46	536	X	3.809
Jaciara	86.702	3.172	20.662	1.623	-	5.546	8.665	25.950	15.879	2.674	875	386	133	814	6	320
Juscimeira	191.761	2.060	46.555	18.759	-	21.929	13.599	60.329	18.121	6.884	-	919	241	1.095	90	1.181
Pedra Preta	276.808	2.194	52.138	2.231	X	7.672	7.249	158.259	34.873	2.399	X	1.460	429	1.038	317	6.529
São José do Povo	42.033	23	300	399	-	755	1.890	32.992	3.685	1.894	X	X	9	16	25	13
Rondonópolis	290.707	3.880	78.788	1.717	X	25.185	10.450	100.582	42.012	12.052	7.652	1.363	353	3.978	597	2.102
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>1.516.128</b>	<b>12.076</b>	<b>302.498</b>	<b>36.622</b>	<b>0</b>	<b>145.050</b>	<b>86.340</b>	<b>561.704</b>	<b>254.686</b>	<b>64.800</b>	<b>9.559</b>	<b>12.863</b>	<b>1.337</b>	<b>9.020</b>	<b>1.411</b>	<b>18.041</b>
Araputanga	123.133	1.285	662	549	24	2.409	1.792	99.463	11.040	3.825	223	X	432	569	2	846
Barra do Bugres	400.540	3.288	33.053	2.287	-	27.768	20.853	163.987	124.767	17.266	77	1.192	1.152	1.956	X	2.656
Comodoro	562.526	2.348	42.446	988	X	6.908	11.568	176.170	187.602	115.833	1.693	4.456	826	1.340	909	9.429
Indiavaí	57.774	10	340	264	-	1.302	3.918	42.180	7.053	17	-	X	428	285	-	344
Jauru	102.211	219	567	303	X	510	296	85.808	12.694	911	X	X	309	482	17	83
Lambari D'Oeste	76.828	6.077	12.853	45	-	990	14.311	31.465	6.589	3.658	18	317	X	284	-	210
Vila Bela da Santíssima Trindade	1.236.917	1.220	6.355	4.146	X	144.201	32.832	584.243	273.373	145.729	X	13.051	4.471	4.744	219	22.212
Nova Lacerda	363.435	923	22.073	602	-	984	4.656	172.341	71.801	86.150	X	2.182	460	577	47	615
Pontes e Lacerda	525.653	5.936	5.731	404	X	32.599	21.929	290.835	106.027	47.635	X	8.999	2.496	1.710	65	1.244
Rio Branco	45.430	257	302	9	-	220	4.459	30.822	5.868	2.549	X	X	6	266	X	615
Vale de São Domingos	114.189	5.135	4.537	12	-	8.070	2.574	30.580	19.930	5.184	-	X	39	83	X	35.565
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>3.608.636</b>	<b>26.698</b>	<b>128.919</b>	<b>9.609</b>	<b>24</b>	<b>225.961</b>	<b>119.188</b>	<b>1.707.894</b>	<b>826.744</b>	<b>428.757</b>	<b>2.011</b>	<b>30.197</b>	<b>10.619</b>	<b>12.296</b>	<b>1.259</b>	<b>73.819</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>6.706.448</b>	<b>49.907</b>	<b>491.681</b>	<b>89.738</b>	<b>171</b>	<b>785.740</b>	<b>271.787</b>	<b>2.770.693</b>	<b>1.382.011</b>	<b>591.094</b>	<b>16.784</b>	<b>62.781</b>	<b>14.676</b>	<b>32.527</b>	<b>6.700</b>	<b>135.093</b>

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

No ano de 2006, entre os municípios mato-grossenses em estudo, Rondonópolis se destacava por possuir o maior número de estabelecimentos agropecuários – 2.132, o que correspondia a aproximadamente 9% do total de estabelecimentos pesquisados, e a 20,6% do total do Estado do Mato Grosso. Vale ressaltar, também, sete municípios que possuíam mais de 1.000 estabelecimentos agropecuários cadastrados: Santo Antônio do Leverger (1.877), Rosário do Oeste (1.343), Vila Bela Santíssima Trindade (1.334), Cuiabá (1.311), Pontes e Lacerda (1.241) e Comodoro (1.189).

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, nos 6.388 estabelecimentos agropecuários cadastrados, predominava a pecuária e criação de outros animais, principalmente a criação de bovinos (2.744 estabelecimentos) em Santo Antonio do Leverger (941 estabelecimentos) e em Rosário do Oeste (530 estabelecimentos), além da criação de aves (1.644), onde se destacava Cuiabá, com 646 estabelecimentos. As lavouras temporárias eram atividade praticada em 1.532 estabelecimentos, sendo que a maior parte (1.202) cultivava “outros produtos” da lavoura temporária. E ainda, em 203 estabelecimentos eram cultivados cereais, em 114 estabelecimentos cultivavam cana-de-açúcar e em 11 estabelecimentos cultivavam soja.

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense existiam 8.663 estabelecimentos agropecuários, e 63,1% deles eram estabelecimentos para criação de bovinos (5.470), a maioria deles localizado em Rondonópolis (1.197 estabelecimentos). Existiam, ainda, 1.047 estabelecimentos com criação de aves. O município de Rondonópolis também se destacou na produção de lavouras temporárias, com 234 estabelecimentos.. Dentre os produtos cultivados pela lavoura temporária, alguns se destacaram: aqueles denominadas de “outros produtos” desta lavoura, presente em 439 estabelecimentos, o cultivo da soja, em 287 estabelecimentos, o cultivo da cana-de-açúcar, em 185 estabelecimentos, e o cultivo de cereais, em 102 estabelecimentos. O cultivo das hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura localizavam-se em 513 estabelecimentos..

Na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense ocorreu o maior número de estabelecimentos agropecuários dedicados à pecuária e criação de outros animais, entre as All Mesorregionais – 7.595. A criação de bovinos era encontrada em 6.585 estabelecimentos e, principalmente, em 3 municípios: Comodoro (992 estabelecimentos), Pontes e Lacerda (971 estabelecimentos) e Vila Bela Santíssima Trindade (996 estabelecimentos). A criação de aves estava em 754 estabelecimentos agropecuários, sendo que 177 localizava-se em Barra do Bugres e 162 em Vila Bela Santíssima Trindade. O cultivo da lavoura temporária em 404 estabelecimentos era, essencialmente, de cultivo de “outros produtos” desta lavoura (210 estabelecimentos), ocorrendo também o cultivo de cereais (93 estabelecimentos) e o da cana-de-açúcar (86 estabelecimentos).



Quadro 3.6.5.11 - 40 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos e classes da atividade econômica – Mato Grosso - 2006

Estado, Municípios e All Mesorregional	Total	Produção de lavouras temporárias	Cultivo de cereais	Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras da lavoura temporária	Cultivo de cana-de-açúcar	Cultivo de fumo	Cultivo de soja	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	Produção de lavouras permanentes	Cultivo de laranja	Cultivo de uva	Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	Cultivo de café	Cultivo de cacau	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Produção de sementes certificadas, de produtos agrícolas, inclusive forrageiras	Produção de mudas certificadas e outras formas de propagação vegetal de produtos agrícolas	Pecuária e criação de outros animais	Criação de bovinos	Criação de outros animais de grande porte	Criação de ovinos e caprinos	Criação de suínos	Criação de aves	Criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Pesca em água doce	Aquicultura	Aquicultura em água salgada ou salobra	Aquicultura em água doce
<b>Mato Grosso</b>	<b>112.978</b>	<b>15.785</b>	<b>4.085</b>	<b>150</b>	<b>926</b>	<b>1</b>	<b>3.221</b>	<b>60</b>	<b>7.342</b>	<b>4.664</b>	<b>4.607</b>	<b>57</b>	<b>3.879</b>	<b>48</b>	<b>13</b>	<b>1.184</b>	<b>1.395</b>	<b>21</b>	<b>1.218</b>	<b>92</b>	<b>88</b>	<b>4</b>	<b>86.109</b>	<b>66.671</b>	<b>294</b>	<b>736</b>	<b>3.140</b>	<b>14.964</b>	<b>304</b>	<b>670</b>	<b>1.340</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>218</b>	<b>3</b>	<b>215</b>
Acorizal	686	275	32	-	6	-	-	-	237	6	5	1	11	-	-	9	-	-	2	-	-	-	388	241	1	3	18	124	1	-	5	-	-	1	-	1
Alto Paraguai	541	159	44	-	3	-	2	1	109	3	3	-	44	-	-	41	-	-	3	-	-	-	330	258	-	-	10	60	2	2	2	-	-	1	-	1
Cuiabá	1.311	86	6	-	12	-	-	-	68	123	121	2	34	-	-	6	1	-	27	-	-	-	1.043	321	8	17	46	646	5	3	9	4	4	9	-	9
Jangada	630	262	23	-	34	-	-	-	205	21	19	2	11	-	-	9	-	-	2	-	-	-	323	197	4	3	20	99	-	12	1	-	-	-	-	-
Rosário Oeste	1.343	351	68	-	16	-	2	-	265	37	37	-	57	4	-	46	-	-	7	1	1	-	858	530	14	6	87	219	2	3	2	32	32	2	1	1
Santo Antônio do Leverger	1.877	301	26	1	21	-	7	-	246	131	130	1	65	1	-	57	1	-	6	3	3	-	1.360	941	2	22	80	313	2	5	5	1	1	6	-	6
Várzea Grande	710	98	4	-	22	-	-	-	72	83	74	9	10	-	-	1	-	-	9	-	-	-	494	256	2	2	50	183	1	5	1	5	5	14	-	14
<b>All Centro-Sul Mato-grossense</b>	<b>7.098</b>	<b>1.532</b>	<b>203</b>	<b>1</b>	<b>114</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>1.202</b>	<b>404</b>	<b>389</b>	<b>15</b>	<b>232</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>169</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>56</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>4.796</b>	<b>2.744</b>	<b>31</b>	<b>53</b>	<b>311</b>	<b>1.644</b>	<b>13</b>	<b>30</b>	<b>25</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>33</b>	<b>1</b>	<b>32</b>
Alto Araguaia	642	61	9	-	3	-	31	-	18	9	9	-	4	-	-	1	2	-	1	1	1	-	564	490	2	6	20	42	4	2	1	-	-	-	-	-
Alto Garças	228	76	1	1	-	-	39	-	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14	-	133	126	2	1	2	2	-	3	1	-	-	1	-	1
Jaciara	383	49	3	-	4	-	18	-	24	29	29	-	8	-	1	5	-	-	2	-	-	-	287	224	1	5	11	45	1	3	7	-	-	-	-	-
Juscimeira	724	40	7	-	4	1	5	-	23	1	1	-	6	-	-	2	-	-	4	-	-	-	671	638	1	2	2	28	-	-	4	-	-	2	-	2
Pedra Preta	908	126	17	15	-	-	14	-	80	10	10	-	2	-	-	1	-	-	1	1	1	-	765	610	2	7	17	129	-	-	3	-	-	1	-	1
São José do Povo	684	13	1	-	-	-	-	-	12	10	9	1	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	659	598	-	-	4	57	-	-	-	-	-	-	-	-
Rondonópolis	2.132	234	21	3	54	-	42	-	114	167	164	3	50	-	-	38	-	-	12	1	1	-	1.649	1.197	6	21	111	314	-	11	5	1	1	14	-	14
<b>All Sudeste Mato-grossense</b>	<b>8.663</b>	<b>1.078</b>	<b>102</b>	<b>61</b>	<b>185</b>	<b>1</b>	<b>287</b>	<b>3</b>	<b>439</b>	<b>518</b>	<b>513</b>	<b>5</b>	<b>133</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>85</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>43</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>6.822</b>	<b>5.470</b>	<b>18</b>	<b>59</b>	<b>218</b>	<b>1.047</b>	<b>10</b>	<b>32</b>	<b>31</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>29</b>
Araputanga	680	7	1	-	1	-	-	-	5	33	33	-	2	-	-	1	-	-	1	-	-	-	638	557	1	4	14	62	-	-	-	-	-	-	-	-
Barra do Bugres	831	118	4	-	56	-	-	-	58	14	14	-	52	-	-	46	-	-	6	-	-	-	643	423	2	13	28	177	-	1	2	-	-	1	-	1
Comodoro	1.189	37	5	-	1	-	4	2	25	11	11	-	23	-	-	7	12	-	4	1	1	-	1.099	992	2	14	28	54	9	11	5	-	-	2	-	2
Indiavaí	177	4	2	-	-	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	172	148	-	1	8	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Jauru	890	42	7	-	5	-	-	1	29	7	7	-	9	1	-	8	-	-	-	-	-	-	832	764	-	5	6	57	-	-	-	-	-	-	-	-
Lambari D'Oeste	281	7	2	-	2	-	1	-	2	22	22	-	5	3	-	-	-	-	2	-	-	-	247	219	-	2	5	21	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	1.334	46	28	-	1	-	2	-	15	30	30	-	44	-	-	7	4	-	33	-	-	-	1.205	996	4	20	23	162	-	2	5	-	-	2	-	2
Nova Lacerda	378	25	14	-	1	-	3	-	7	8	8	-	4	-	-	-	1	-	3	-	-	-	336	305	-	2	9	20	-	-	5	-	-	-	-	-



Estado, Municípios e All Mesorregional	Total	Produção de lavouras temporárias	Cultivo de cereais	Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras da lavoura temporária	Cultivo de cana-de-açúcar	Cultivo de fumo	Cultivo de soja	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	Produção de lavouras permanentes	Cultivo de laranja	Cultivo de uva	Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	Cultivo de café	Cultivo de cacau	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Produção de sementes certificadas, de produtos agrícolas, inclusive forrageiras	Produção de mudas certificadas e outras formas de propagação vegetal de produtos agrícolas	Pecuária e criação de outros animais	Criação de bovinos	Criação de outros animais de grande porte	Criação de ovinos e caprinos	Criação de suínos	Criação de aves	Criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Pesca em água doce	Aqüicultura	Aqüicultura em água salgada ou salobra	Aqüicultura em água doce
Pontes e Lacerda	1.241	66	7	-	10	-	-	1	48	94	94	-	14	-	-	8	1	-	5	-	-	-	1.065	971	3	9	9	73	-	1	-	-	-	1	-	1
Rio Branco	281	27	16	-	9	-	-	-	2	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	248	232	-	2	1	13	-	-	1	-	-	2	-	2
Vale de São Domingos	464	4	-	-	-	-	1	-	3	3	3	-	3	-	-	-	1	-	2	-	-	-	454	424	1	-	3	26	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>All Sudoeste Mato-grossense</b>	<b>8.450</b>	<b>404</b>	<b>93</b>	<b>0</b>	<b>86</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>210</b>	<b>235</b>	<b>235</b>	<b>0</b>	<b>163</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>77</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>63</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>7.595</b>	<b>6.585</b>	<b>17</b>	<b>74</b>	<b>150</b>	<b>754</b>	<b>15</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
<b>TOTAL All</b>	<b>24.211</b>	<b>3.014</b>	<b>398</b>	<b>62</b>	<b>385</b>	<b>1</b>	<b>309</b>	<b>8</b>	<b>1.851</b>	<b>1.157</b>	<b>1.137</b>	<b>20</b>	<b>528</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>331</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>162</b>	<b>23</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>19.213</b>	<b>14.799</b>	<b>66</b>	<b>186</b>	<b>679</b>	<b>3.445</b>	<b>38</b>	<b>83</b>	<b>77</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	<b>73</b>	<b>2</b>	<b>71</b>

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

### **(3) Goiás**

Na All Mesorregional Sul Goiano, no ano de 2006, havia 4.037 estabelecimentos agropecuários que exerciam atividades de pecuária e criação de outros animais, a maior parte deles (2.831) dedicando-se à criação de gado bovino. A maior parte destes estabelecimentos estavam localizados nos municípios de Mineiros, Jataí e Serranópolis, nesta ordem. As lavouras temporárias estavam presentes em 813 estabelecimentos, 518 deles localizados no município de Jataí. Destes 813 estabelecimentos, 492 dedicavam-se ao cultivo de soja, destacando-se, ainda, 170 estabelecimentos dedicados à horticultura e fruticultura e 151, ao cultivos de cereais.

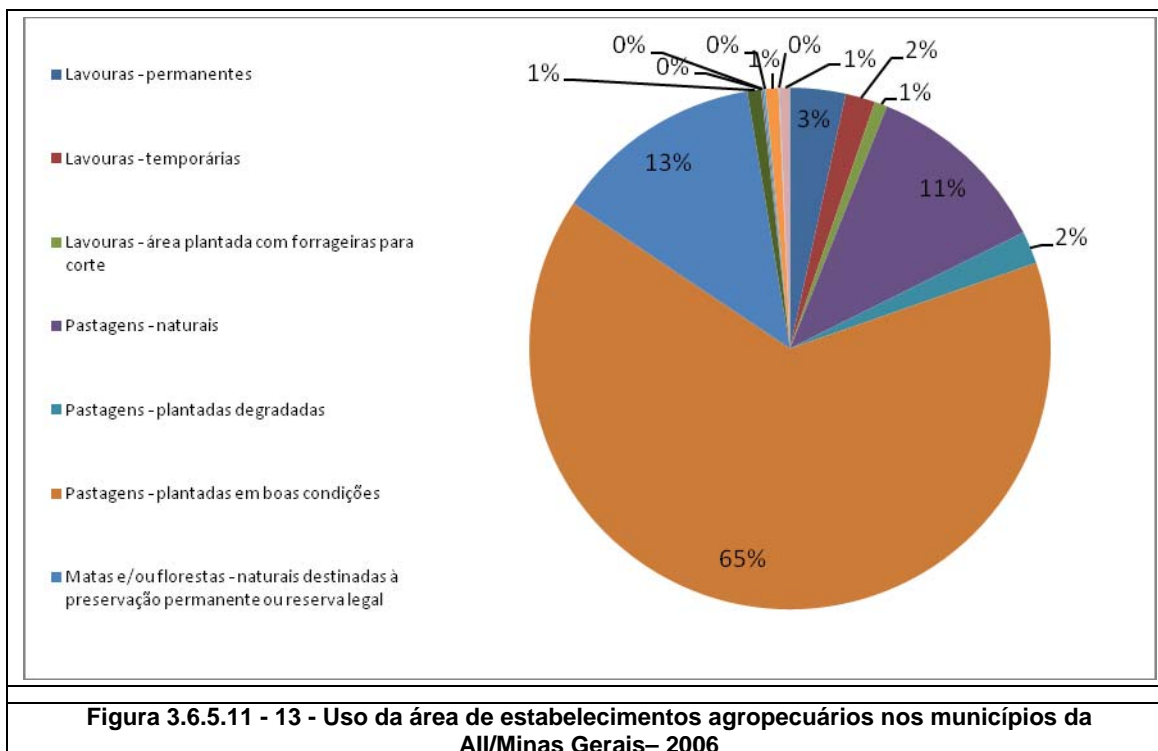
**Quadro 3.6.5.11 - 41 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos e classes da atividade econômica – Goiás/2006**

Municípios, All e Estado	Total	Produção de lavouras temporárias	Cultivo de cereais	Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras da lavoura temporária	Cultivo de cana-de-açúcar	Cultivo de soja	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Produção de lavouras permanentes	Cultivo de laranja	Cultivo de uva	Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	Cultivo de café	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Produção de sementes certificadas, de produtos agrícolas, inclusive forrageiras	Pecuária e criação de outros animais	Criação de bovinos	Criação de outros animais de grande porte	Criação de ovinos e caprinos	Criação de suínos	Criação de aves	Criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Aquicultura
Goiás	135683	17741	7337	54	827	3463	6015	4818	2267	87	9	1253	78	840	71	64	108907	88326	343	281	3631	16035	291	650	827	357
Itarumã	393	15	2	-	-	-	3	-	10	10	10	-	2	-	-	-	362	313	-	4	8	37	-	1	-	3
Jataí	1585	518	90	-	17	374	37	62	21	-	-	20	1	-	2	2	966	815	-	4	30	115	2	4	6	6
Mineiros	1228	134	14	4	3	85	28	70	3	-	-	-	1	2	-	-	1008	846	2	5	26	128	1	5	4	4
Santa Rita do Araguaia	238	56	29	-	4	4	19	2	2	-	1	1	-	-	-	-	178	140	-	-	1	37	-	-	-	-
Serranópolis	593	61	6	-	14	27	14	17	-	-	-	-	-	-	-	-	506	431	1	3	14	57	-	3	5	-
All Mesorregional Sul Goiano	4037	784	141	4	38	490	101	151	36	10	11	21	4	2	2	2	3020	2545	3	16	79	374	3	13	15	13

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

#### (4) Minas Gerais

Na área mineira em estudo, a maior parte da área cadastrada era constituída por pastagens (82,5%), majoritariamente plantadas em boas condições. As lavouras temporárias e permanentes somavam apenas 1,5% desta área total, enquanto as matas e florestas representavam 0,7%.



Nos municípios de Itarumã e Limeira do Oeste, as áreas de pastagens representam proporção significativa do total da área cadastrada pelo Censo Agropecuário.

**Quadro 3.6.5.11 - 42 - Uso da área dos estabelecimentos agropecuários nos municípios da AI/Minas Gerais – 2006**

Estado, Municípios e AI Mesorregional	Total	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
<b>Minas Gerais</b>	32.647.547	1.713.511	2.769.023	704.054	7.213.321	1.223.159	9.603.295	4.145.557	2.088.718	978.633	819.093	94.831	562.984	98.406	627.288
<b>Itarumã</b>	73.371	3.523	2.381	849	3.357	1.247	50.112	9.894	223	X	9	88	1.355	13	317
<b>Limeira do Oeste</b>	82.942	1.876	2.058	246	9.472	1.464	55.454	10.727	464	29	134	104	440	-	476
<b>All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba</b>	156.313	5.399	4.439	1.095	12.829	2.711	105.566	20.621	687	29	143	192	1.795	13	793

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

No ano de 2006, na AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, havia 1.260 estabelecimentos agropecuários, a maior parte deles situada no município de Limeira do Oeste. Deste total, 1.102 estabelecimentos praticavam a criação de gado bovino. Quanto às lavouras temporárias, destacava-se, em termos do número de estabelecimentos, também, Limeira do Oeste.

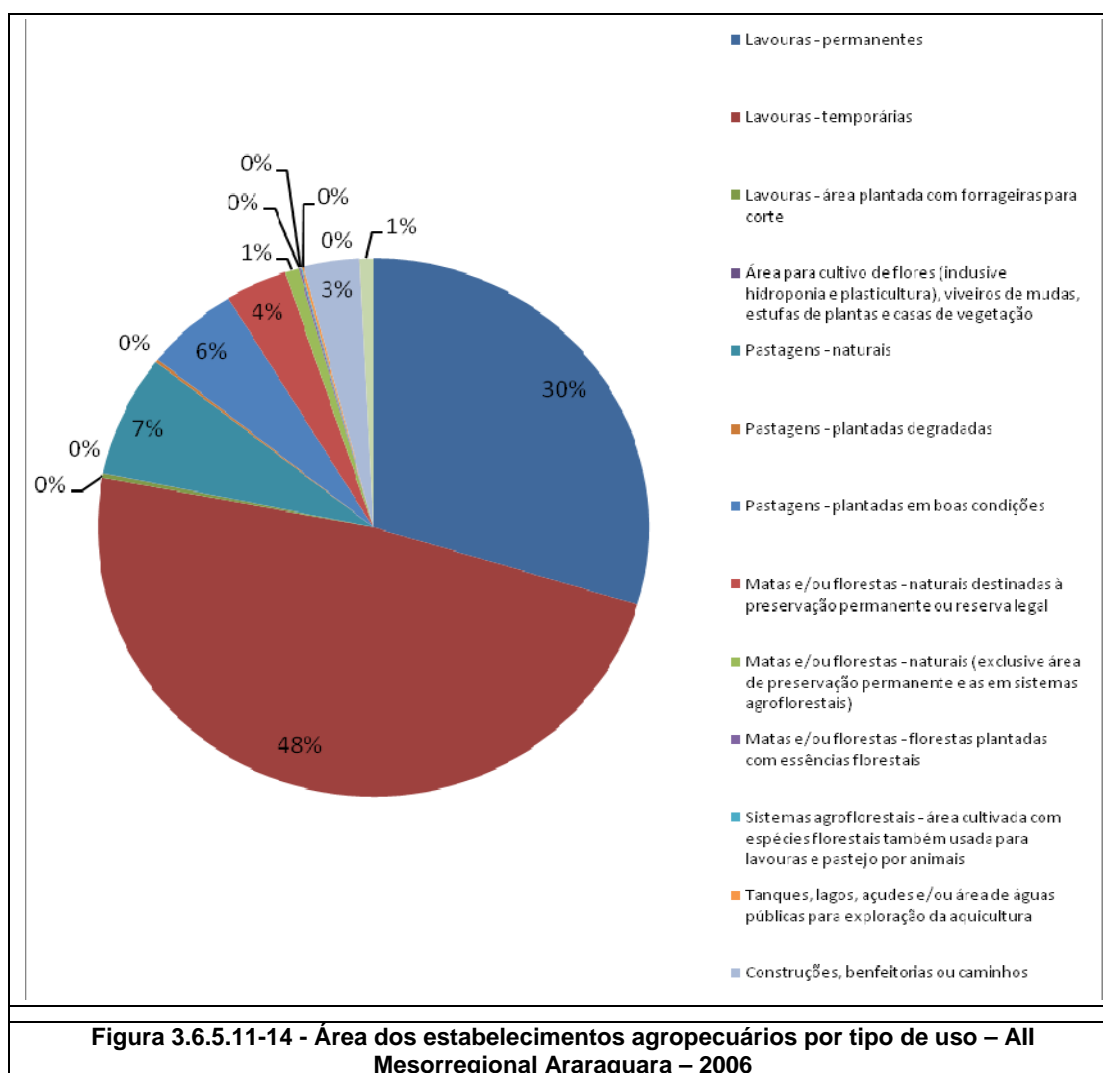
**Quadro 3.6.5.11 - 43 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos e classes da atividade econômica nos municípios da AII/Minas Gerais– 2006**

Municípios, AII e Estado	Total	Produção de lavouras temporárias	Cultivo de cereais	Cultivo de cana-de-açúcar	Cultivo de soja	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Produção de lavouras permanentes	Cultivo de uva	Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Produção de sementes certificadas, de produtos agrícolas, inclusive forrageiras	Produção de mudas certificadas e outras formas de propagação vegetal de produtos agrícolas	Pecuária e criação de outros animais	Criação de bovinos	Criação de outros animais de grande porte	Criação de ovinos e caprinos	Criação de suínos	Criação de aves	Criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Minas Gerais	551617	100889	42838	9799	1331	46150	31404	98295	108	7151	30817	587	8034	279	143	136	305461	233485	1333	853	12569	55639	1582	8069	5989	350	881
Itarumã	521	61	6	11	1	43	13	16	1	1	12	1	14	-	-	-	427	332	-	-	18	77	-	-	-	1	3
Limeira do Oeste	739	56	9	22	-	25	4	2	-	-	4	-	2	-	-	-	675	592	2	-	12	69	-	-	1	-	1
<b>AII Mesorregional Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba</b>	<b>1260</b>	<b>117</b>	<b>15</b>	<b>33</b>	<b>1</b>	<b>68</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1102</b>	<b>924</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>146</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

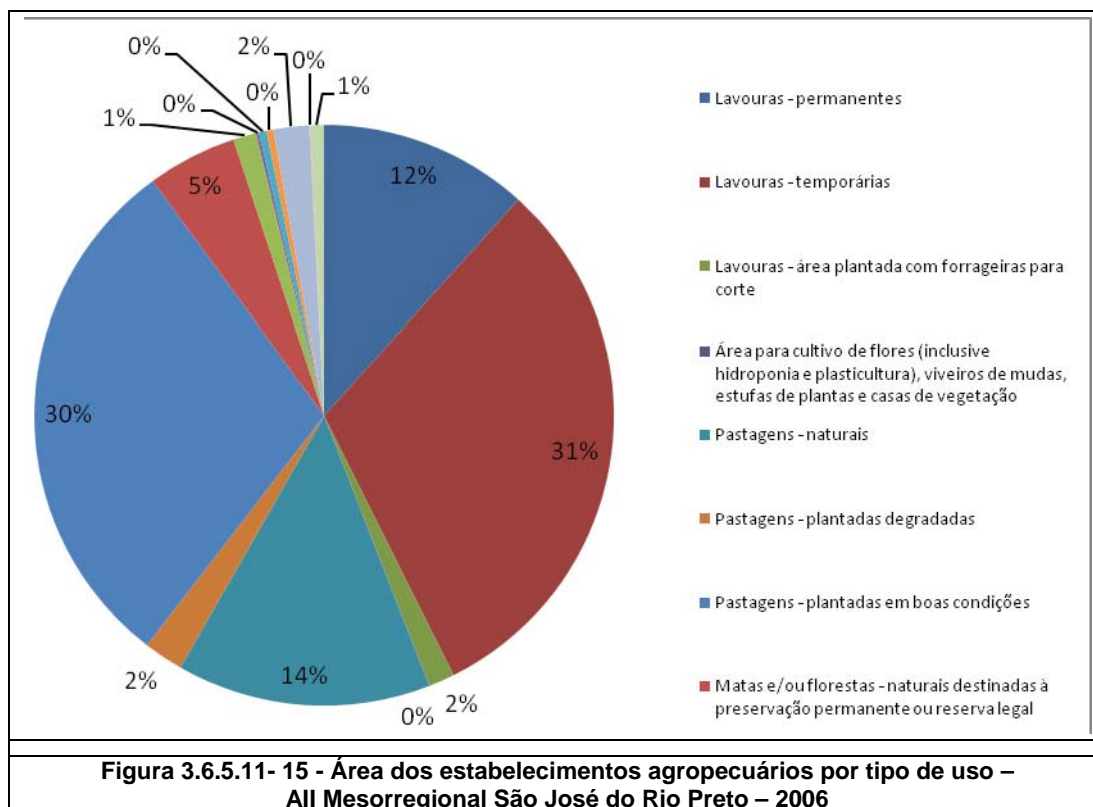
## (5) São Paulo

A área cadastrada como pertencente a estabelecimentos agropecuários ocupa 869.696 hectares da área paulista em estudo. Grande parte da área cadastrada é utilizada para cultivo de lavouras, temporárias ou permanentes. Na AII Mesorregional Araraquara, as lavouras temporárias ocupam 48% da área cadastrada, ficando as lavouras permanentes com 30%. As pastagens ocupam 13% desta área, a maior parte delas constituindo-se de pastagens naturais. As matas e florestas ficam com apenas 5% da área pesquisada pelo Censo Agropecuário.



Na AII Mesorregional São José do Rio Preto, as pastagens são predominantes (46%), a maior parte delas constituídas por pastagens plantadas em boas condições. As lavouras temporárias ocupam 31% da área dos estabelecimentos agropecuários, enquanto que as lavouras permanentes são cultivadas em 12% desta área. As matas e florestas representam 6% do total.





As mais extensas área de lavouras temporárias se encontram nos municípios de Araraquara e Itápolis. Este último é responsável também pela maior extensão de lavouras permanentes da área em estudo paulista. As maiores extensões de pastagens plantadas em boas condições se encontram nos municípios de Fernandópolis, José Bonifácio, Populina e Votuporanga, enquanto que a maior área ocupada por pastagens naturais está situada nos municípios de Novo Horizonte e Nhandeara.

**Quadro 3.6.5.11 - 44 - Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização da terra nos municípios da All/São Paulo – 2006**

Estado, All Municípios	Total	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
<b>São Paulo</b>	<b>16.701.471</b>	<b>1.682.687</b>	<b>4.940.725</b>	<b>200.214</b>	<b>52.965</b>	<b>2.866.980</b>	<b>314.329</b>	<b>3.717.679</b>	<b>1.333.477</b>	<b>429.544</b>	<b>370.114</b>	<b>115.465</b>	<b>63.604</b>	<b>433.163</b>	<b>16.240</b>	<b>165.267</b>
Araraquara	59.005	7.458	42.071	129	3	3.700	14	929	2.233	289	115	16	181	1.618	-	256
Borborema	47.237	9.610	25.074	141	-	3.745	116	5.499	1.717	192	5	33	33	923	6	144
Gavião Peixoto	18.036	9.215	5.652	0	-	394	-	657	833	712	X	-	X	291	X	83
Itápolis	86.969	34.780	29.751	282	28	7.343	194	5.560	3.149	564	81	140	78	3.911	3	1.110
Matão	255	149	80	94	3	99	9	21	78	14	3	1	23	180	2	24
Nova Europa	18.651	3.879	12.684	1	-	317	X	244	371	150	-	X	X	828	X	51
Tabatinga	21.963	9.691	6.620	47	X	2.812	119	903	757	109	70	X	44	449	4	331
<b>All Mesorregional Araraquara</b>	<b>252.116</b>	<b>74.782</b>	<b>121.932</b>	<b>694</b>	<b>34</b>	<b>18.410</b>	<b>452</b>	<b>13.813</b>	<b>9.138</b>	<b>2.030</b>	<b>274</b>	<b>190</b>	<b>359</b>	<b>8.200</b>	<b>15</b>	<b>1.999</b>
Estrela d'Oeste	25.863	4.786	2.578	610	-	6.182	176	9.315	1.313	182	4	4	113	318	X	282
Fernandópolis	48.002	3.565	14.739	266	8	4.163	1.318	19.600	2.777	138	66	49	62	917	44	292
Floreal	20.066	1.133	5.240	95	-	721	731	10.890	167	433	48	X	14	178	167	189
Irapuã	19.351	5.525	6.996	91	X	2.151	313	2.376	1.067	152	X	67	26	258	X	159
Itajobi	28.390	9.543	10.785	573	2	4.546	161	325	875	163	X	X	84	1.241	X	81
José Bonifácio	54.143	3.500	15.527	763	2	9.918	964	16.364	2.367	458	243	2.264	165	1.181	53	378
Macaubal	22.214	3.130	6.313	91	23	639	456	9.278	742	74	-	X	579	792	9	22
Mendonça	12.106	1.107	3.380	3.510	X	428	78	2.841	305	179	11	X	X	262	-	X
Meridiano	19.948	1.681	1.930	114	-	1.787	570	10.803	2.235	326	X	X	12	461	15	15

Estado, All Municípios	Total	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
Monte Aprazível	41.717	4.473	14.496	289	-	4.062	563	14.175	1.872	479	283	X	33	790	24	179
Neves Paulista	17.551	1.992	5.678	47	X	4.263	172	3.787	708	321	8	-	86	369	X	119
Nhandeara	37.962	3.260	11.068	443	27	9.368	2.293	9.696	944	287	15	24	31	359	X	129
Nipoã	11.117	1.189	4.346	34	-	3.301	64	1.165	705	83	-	X	25	182	X	15
Nova Aliança	22.299	1.908	10.388	95	2	2.597	885	5.342	393	346	46	X	15	192	-	83
Novo Horizonte	69.298	6.278	38.930	236	X	10.616	164	3.814	6.142	865	23	43	413	1.055	-	721
Ouroeste	23.164	3.031	3.815	77	-	1.337	132	11.859	1.425	790	X	23	81	185	-	318
Populina	27.990	1.100	4.881	274	-	1.179	2.500	15.588	1.369	242	17	-	72	186	X	585
Potirendaba	30.045	2.508	8.504	241	9	3.861	833	9.942	1.674	1.599	54	46	34	560	-	184
Turmalina	13.593	1.900	1.209	83	-	7.076	40	1.898	448	135	12	-	19	175	14	587
União Paulista	8.075	488	3.147	50	-	396	230	2.873	354	20	23	-	120	245	X	125
Urupês	23.548	5.214	9.632	83	7	4.679	126	1.151	1.152	249	191	X	19	952	X	71
Valentim Gentil	10.665	1.237	658	276	X	2.783	550	3.560	526	392	-	X	281	317	X	72
Votuporanga	30.473	3.652	6.637	576	-	1.404	328	15.162	1.281	54	X	57	100	1.080	X	134
<b>All Mesorregional São José do Rio Preto</b>	<b>617.580</b>	<b>72.200</b>	<b>190.877</b>	<b>8.917</b>	<b>80</b>	<b>87.457</b>	<b>13.647</b>	<b>181.804</b>	<b>30.841</b>	<b>7.967</b>	<b>1.044</b>	<b>2.577</b>	<b>2.384</b>	<b>12.255</b>	<b>326</b>	<b>4.740</b>

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

Na área paulista em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, os municípios de Itápolis e Monte Aprazível apresentam o maior número de estabelecimentos agropecuários, de acordo com o Censo Agropecuário. Destacam-se, também, em número de estabelecimentos, os municípios de Araraquara, Potirendaba, Urupês e Votuporanga.

Na All Mesorregional Araraquara, a maior parte dos estabelecimentos (1.637 estabelecimentos agropecuários) exerce o cultivo de lavouras permanentes, predominantemente para a produção de laranja e com expressivo destaque para o município de Itápolis. As lavouras temporárias são atividade em 639 estabelecimentos desta All Mesorregional, 389 dos quais situados município de Araraquara. A maior parte cultiva cana-de-açúcar, mas merecem destaque, também, o cultivo de cereais e hortaliças. Há, ainda, 640 estabelecimentos dedicados à criação de animais, predominantemente gado bovino, destaque para os municípios de Araraquara e Itápolis.

Na All Mesorregional São José do Rio Preto, são predominantes os 6.241 estabelecimentos agropecuários dedicados à criação de animais, 5.132 dos quais praticam a pecuária bovina, destacando-se, em número de estabelecimentos que exercem esta atividade, os municípios de Monte Aprazível, Fernandópolis, José Bonifácio, Nhandeara, Potirendaba e Votuporanga. Há, ainda, 605 estabelecimentos dedicados à criação de aves, com destaque para os municípios de Meridiano e Fernandópolis. As lavouras permanentes são cultivadas em 2.725 estabelecimentos agropecuários desta All Mesorregional, sendo predominante o cultivo de frutas, laranja, café e outros produtos da lavoura permanente. No cultivo de frutas exceto uva e laranja, destacam-se, em número de estabelecimentos, os municípios de Itajobi e Urupês. O município de Monte Aprazível se destaca no cultivo de café e “outros produtos da lavoura permanente”. Quanto às lavouras temporárias, cultivadas em 2.064 estabelecimentos da All Mesorregional São Jose do Rio Preto, predominam a cana-de-açúcar, o cultivo de cereais e “outros produtos da lavoura temporária”. A maior parte dos estabelecimentos que cultivam cana-de-açúcar se encontra no município de Monte Aprazível.



Quadro 3.6.5.11 - 45 - Número de estabelecimentos agropecuários por classes e grupos da atividade econômica nos municípios da AII/São Paulo – 2006

Municípios	Total	Produção de lavouras temporárias	Cultivo de cereais	Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras da lavoura temporária	Cultivo de cana-de-açúcar	Cultivo de fumo	Cultivo de soja	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	Produção de lavouras permanentes	Cultivo de laranja	Cultivo de uva	Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	Cultivo de café	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Produção de sementes certificadas, de produtos agrícolas, inclusive forrageiras	Produção de mudas certificadas e outras formas de propagação vegetal de produtos agrícolas	Pecuária e criação de outros animais	Criação de bovinos	Criação de outros animais de grande porte	Criação de ovinos e caprinos	Criação de suínos	Criação de aves	Criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca em água doce	Aquicultura em água doce
São Paulo	227.594	44.814	10.487	286	15.123	4	2.839	407	15.668	21.852	19.739	2.113	42.064	9.345	2.309	9.746	11.890	8.772	415	278	137	114.442	92.836	1.040	1.709	4.384	13.072	1.401	2.471	713	54	769
Araraquara	773	389	80	-	227	-	7	2	73	64	63	1	66	40	-	13	9	4	1	1	-	246	189	3	2	30	11	11	3	1	-	3
Itápolis	1.386	119	33	-	52	-	1	2	31	28	27	1	1.002	916	-	57	2	27	4	-	4	228	174	1	9	17	23	4	2	-	-	3
Matão	255	41	4	-	28	-	1	-	8	25	24	1	108	87	-	7	3	11	-	-	-	78	45	1	3	8	17	4	1	-	-	2
Nova Europa	78	28	-	-	26	-	-	-	2	-	-	-	38	37	-	-	-	1	-	-	-	12	8	-	1	-	2	1	-	-	-	-
Tabatinga	512	40	11	-	18	-	-	-	11	7	7	-	389	346	-	7	7	29	5	-	5	65	50	-	-	1	9	5	4	1	-	1
All Mesorregional Araraquara	3.075	639	129	0	369	0	9	4	128	128	125	3	1.637	1.455	1	84	22	75	10	1	9	640	476	5	15	57	62	25	10	2	0	9
Estrela d'Oeste	381	39	8	-	6	-	6	-	19	7	7	-	120	80	1	3	12	24	3	3	-	209	185	-	1	12	9	1	-	1	-	3
Fernandópolis - SP	819	64	16	-	19	-	2	-	27	39	38	1	92	33	1	15	17	26	-	-	-	623	474	1	8	12	56	69	2	1	-	1
Floreal	310	53	16	1	4	-	-	-	32	2	2	-	27	2	-	6	5	14	-	-	-	228	210	1	1	3	8	1	4	-	-	-
Irapuã	376	63	42	-	10	-	-	1	10	9	9	-	183	78	-	87	2	16	-	-	-	120	89	1	3	10	16	-	1	-	-	1
Itajobi	647	53	13	-	16	1	-	-	23	17	16	1	453	86	-	338	3	26	-	-	-	124	78	2	4	18	16	2	3	1	-	-
José Bonifácio	715	156	68	-	28	-	5	3	52	28	28	-	63	36	-	2	15	10	-	-	-	466	370	1	6	10	57	5	15	2	-	2
Macaubal	670	167	12	-	123	-	-	-	32	22	21	1	118	2	1	16	15	84	1	1	-	362	329	-	1	4	23	2	3	-	-	-
Mendonça	293	56	28	-	8	-	2	-	18	1	1	-	93	44	-	4	26	19	-	-	-	143	129	-	1	2	9	-	2	-	-	-
Meridiano	348	47	13	5	12	-	-	-	17	30	30	-	46	14	-	5	17	10	-	-	-	224	123	1	3	16	80	-	1	-	-	1
Monte Aprazível	1.337	487	21	-	347	-	-	-	119	19	19	-	225	16	2	5	76	126	2	-	2	599	534	-	8	8	42	4	1	2	2	3
Neves Paulista	316	77	12	-	44	-	-	-	21	11	11	-	66	17	-	4	21	24	3	-	3	158	135	1	2	10	10	-	-	-	-	1
Nhandeara	747	141	16	-	87	-	-	-	38	34	33	1	67	2	-	10	6	49	-	-	-	503	450	1	3	2	42	-	3	2	-	2
Nipoã	141	37	2	-	30	-	-	-	5	-	-	-	35	4	-	1	13	17	-	-	-	69	66	-	-	1	2	-	-	-	-	-
Nova Aliança	287	42	6	-	8	-	-	-	28	22	22	-	45	18	-	2	7	18	-	-	-	177	169	-	1	2	4	1	-	-	-	1
Novo Horizonte	708	171	24	-	118	-	-	4	25	26	26	-	212	71	-	97	10	34	-	-	-	297	226	5	6	26	28	2	3	1	-	2
Ouroeste	182	30	14	2	2	-	4	-	8	3	3	-	6	3	-	1	-	2	-	-	-	143	120	-	3	-	18	-	2	-	-	-
Populina	300	42	7	4	4	-	1	-	26	8	8	-	21	9	-	1	4	7	3	3	-	225	199	2	5	7	11	1	-	-	-	1
Potirendaba	754	94	38	-	19	-	-	-	37	18	16	2	135	54	-	26	49	6	-	-	-	506	396	-	2	16	51	-	4	37	1	-
Turmalina	270	23	16	-	5	-	-	-	2	2	2	-	81	60	-	2	7	12	22	22	-	142	124	1	-	3	13	-	1	-	-	-
União Paulista	118	32	1	-	23	-	-	-	8	7	7	-	18	2	-	-	3	13	-	-	-	61	51	-	1	2	7	-	-	-	-	-
Urupês	749	73	18	-	42	-	-	-	13	16	16	-	435	97	-	293	2	43	2	-	2	223	164	-	5	5	11	1	19	18	-	-
Valentim Gentil	242	51	12	-	3	-	-	-	36	8	6	2	39	12	-	3	14	10	-	-	-	143	122	-	1	4	13	3	-	-	-	1
Votuporanga	745	66	19	-	15	-	-	-	32	33	30	3	145	43	3	8	36	55	-	-	-	496	389	1	6	9	79	5	3	4	-	5
All Mesorregional São José do Rio Preto	11455	2064	422	12	973	1	20	8	628	362	351	11	2725	783	8	929	360	645	36	29	7	6241	5132	18	71	182	605	97	67	69	3	24

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

## **b.2 Culturas e Sistema de Produção no Corredor em Estudo**

### **• Trecho 1: Porto Velho(RO) – Nova Lacerda(MT)**

As atividades produtivas observadas durante a pesquisa de campo estão fortemente relacionadas ao tamanho das propriedades rurais. A pecuária é a atividade produtiva mais comum a toda a região estudada. Nas famílias com menor poder aquisitivo (propriedades menores) a pecuária é geralmente orientada para a produção de leite, enquanto que entre os grandes proprietários a pecuária destinada à produção de carne é a opção predominante. Entre os pequenos produtores, a produção de leite também é a fonte de renda principal. Mesmo entre os produtores residentes em chácaras ou em pequenas vilas (possuem propriedades nas proximidades) que têm no cultivo de frutas e verduras a fonte de renda predominante, o leite também é reconhecido como importante fonte de renda adicional ou secundária.

Embora a atividade produtiva com maior destaque entre os grandes proprietários seja a pecuária de corte, o cultivo agrícola (como soja e milho) em extensas áreas também pode ser observado. Entre os pequenos produtores o quadro mais comum é o cultivo de pequenas extensões de terra destinadas geralmente ao consumo de subsistência ou fabrico de ração para alimentação animal. O excedente de algumas culturas é destinado também para comercialização, como a mandioca – beneficiada na forma de farinha, o milho e o feijão. Segundo os pequenos produtores entrevistados, a dificuldade principal para o aumento da área de plantio é a escassez e o elevado custo da mão-de-obra contratada. Também se observa, em algumas regiões, cultivos de produtos destinados à venda no mercado realizados em pequenas propriedades rurais.

De modo geral, a fonte de renda predominante entre os grandes produtores está associada à cadeia produtiva da carne e o cultivo de grãos. Entre os pequenos produtores a fonte de renda predominante está associada ao leite e aos seus derivados, e ao cultivo diversificado de lavouras para consumo e comercialização. Outras fontes de renda adicionais identificadas entre os pequenos proprietários rurais são oriundas das políticas governamentais de seguridade social (aposentadorias e pensões), programas de transferência de renda (como o bolsa família) e programas especiais como auxílio doença.

### **A Pecuária: leite e corte**

A introdução efetiva do gado bovino em terras rondonianas pode ser datada no início dos anos de 1980, quando o número de cabeças encontradas no estado tem substancial aumento. Os anos de 1990 foram ainda mais expressivos, quando os números do estado saltariam de menos de um milhão de cabeças para quase cinco

milhões, entre o período de 1996 a 2004 (Santos, 2001). Os créditos subsidiados dos bancos e agências federais, além do apoio do governo estadual, através de sua Secretaria de Agricultura, contribuíram significativamente para que Rondônia se tornasse um estado cuja economia rural é dominada pela pecuária extensiva. Nos últimos anos, o crescimento da atividade tem sido impulsionado pelos preços baixos da terra quando comparadas a outras regiões do país, além de mão-de-obra barata o que torna o empreendimento altamente lucrativo em terras amazônicas (RIBEIRO et al., 2005 apud). O solo e clima favorável à criação de bovinos o ano todo também têm contribuído para o aumento da expansão.

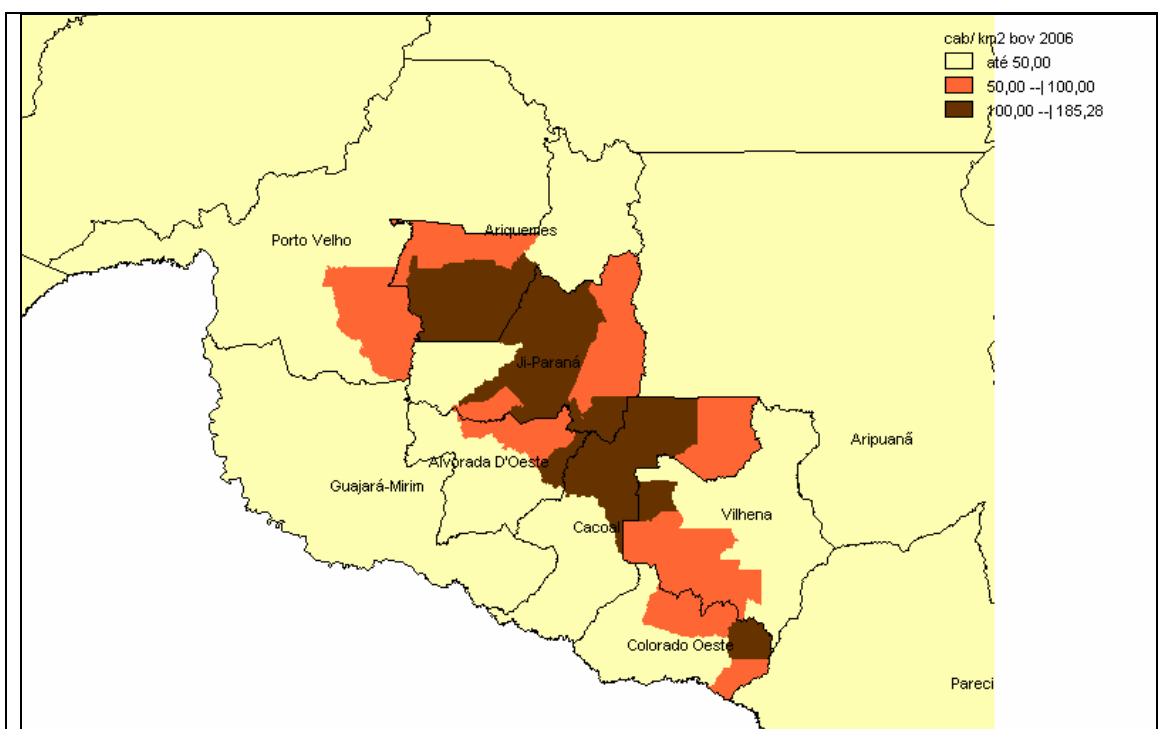
**Quadro 3.6.5.11 - 46 - Tamanho do rebanho bovino de Rondônia em 2006**

<b>Número de habitantes em Rondônia</b>	<b>1.562.417</b>
População bovina do Estado	8 649 683
Número de propriedades rurais	96.304
Número de propriedades rurais com bovinos	87 397
Média de bovinos por propriedades	99

Fonte: Censo Agropecuário de Rondônia, IBGE, 2006.

Em Rondônia, o efetivo do rebanho bovino se encontra em todas as regiões já ocupadas e transformadas pela ação humana. Mas a concentração de cabeças se dá no centro do estado, principalmente na microrregião de Ariquemes.I, onde são encontrados municípios com densidade média acima de 100 cabeças por quilômetro quadrado. Segundo dados do IBGE, de 2006, estas três microrregiões concentram um efetivo de quase 6,4 milhões de cabeças ou cerca de 55% de todo o estado (Ilustração 1) (Magalhães de Oliveira et al,; 2006).





Fonte: Dados do IDARON georreferenciados pela EMBRAPA

**Figura 3.6.5.11 - 16 - Concentração do rebanho bovino por município do estado de Rondônia. Efetivo do rebanho/ km² de área municipal, 2006.**

Entre os municípios potencialmente atingidos pela construção de LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, destacam-se aqueles pertencentes a de Ariquemes, com um número bastante elevado de rebanhos. Também merecem atenção os municípios localizados na micro-região de Colorado do Oeste em especial Chupinguaia e Corumbiara, com o crescimento bastante significativo dos rebanhos em seu território (IBGE, 2006).

A pecuária encontrada nos municípios de Comodoro e Nova Lacerda é realizada, eminentemente, em grandes propriedades rurais, muitas vezes encravadas no interior de vastas áreas de vegetação amazônica e de cerrado. As fazendas, em sua grande maioria, são de formação recente, constituídas muitas vezes a partir da invasão e ocupação de terras públicas por grileiros. Nesse municípios a criação de gado de corte é quase hegemônica dentre a pecuária, dividindo espaço com grandes áreas de plantação de grãos. A exceção é dada pelo município de Vila Bela da Santíssima Trindade, de ocupação mais antiga, onde a pecuária de corte anda lado a lado com a pecuária leiteira, realizada por pequenos produtores.

**Quadro 3.6.5.11 - 47 - Rebanho Bovino no Trecho Mato-grossense da AID em 2008.**

Município	Número de cabeças
Comodoro	284.136
Nova Lacerda	150.695
Vila Bela da Santíssima Trindade	803.594
Total	1.238.425

Fonte: IBGE Cidades, 2008

Vale destacar que a área potencialmente atingida pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, no seu trecho mato-grossense, engloba três dos municípios de maior produção de gado do estado de Mato Grosso. O destaque é o município de Vila Bela da Santíssima Trindade, que, segundo dados do SEPLAN, é o segundo maior produtor do estado e um dos 10 maiores do país.

- Pecuária Leiteira**

A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 atravessa uma área de grande produção leiteira no estado de Rondônia, com destaque para os municípios de Jaru, Ouro Preto, que, sozinhos, correspondiam, já em 2005, a quase 50% da produção do estado (o total de vacas ordenhadas, em 2008, era de 424.770 cabeças). O município de Jaru destaca-se como tendo o maior rebanho de gado leiteiro de Rondônia, sendo também o 11º do Brasil em produção de leite. No Mato Grosso, o destaque é dado pelo município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

**Quadro 3.6.5.11 - 48 - Municípios com maior Rebanho de Gado Leiteiro em Rondônia**

Município	Estado	Número de vacas ordenhadas (cabeças)	Leite de vaca (1000 litros)
RO	Jaru		72.691
RO	Ouro Preto do Oeste	74.805	60.592
RO	Ji-Paraná	<b>47.583</b>	<b>34.260</b>
RO	Gov. Jorge Teixeira	46.127	37.363
RO	Presidente Médici	36.929	26.589
RO	Vale do Paraíso	33.632	27.242
RO	Alvorada do Oeste	33.253	26.935
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	9.835	11.803

Fonte: IBGE Cidades, 2008

A rigor, os produtores de leite da região trabalham com um número variável de animais, entre 30 a 200 cabeças. A produção é realizada quase que exclusivamente em pequenas e médias propriedades. A área dos estabelecimentos varia entre 50 e 300 hectares, com nítido predomínio de propriedades que se situam na faixa de 100 a 200 hectares. Em geral, o número de cabeças está atrelado ao tamanho das propriedades e à disponibilidade de pastos. Não são incomuns, também, práticas de se alugar

pastagens de outros proprietários, a fim de compensar o exíguo tamanho das terras em relação ao tamanho dos rebanhos.

Em geral, as pastagens representam até 50% de toda a área do estabelecimento rural. Vale ressaltar que os pastos, em sua quase totalidade, são cultivados e estabelecidos em áreas desmatadas, anteriormente ocupadas com lavouras de subsistência ou para o mercado (como café, cacau, etc.). O processo de substituição de lavouras por pastagens vem se intensificando nos últimos anos, com um nítido abandono das atividades agrícolas em prol da quase total pecuarização da propriedade rural. Os argumentos utilizados pelos produtores para justificar suas opções envolvem desde o baixo preço dos produtos agrícolas (em tese, encontrados mais baratos no mercado) à falta de assistência técnica adequada para um aumento da produtividade dos terrenos.

*“Vale a pena ficar no leite. Muitas vezes é mais barato comprar o milho no mercado do que ter ele aqui na roça. O leite também dá garantia para gente. A gente sabe que sempre dá, todo dia tem” (produtor de leite, Jaru-RO).*

Mesmo quando aparece consorciada a outros tipos de produção, a pecuária leiteira tem seu destaque na economia doméstica dos pequenos proprietários. Ainda que não seja atividade de maior lucratividade, a criação dos rebanhos funciona como reserva de valor, possuindo alta liquidez ao mesmo tempo em que fornecem renda contínua ao longo do ano através da produção do leite.

A composição racial do **rebanho leiteiro** da região é marcada fundamentalmente pelos animais de aptidão mista (carne e leite) resultantes de cruzamentos entre as raças holandesa e zebuínas, tendo estas últimas a participação destacada da raça Gir.



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 172 - Tocando o gado leiteiro em Alvorada do Oeste.**

A alimentação do rebanho bovino constitui-se quase que exclusivamente de pastagens cultivadas. Dependendo do nível de fertilidade do solo, as espécies forrageiras mais comuns são, de um lado, o capim-colonião, as braquiarias e o capim-estrela para solos de média a alta fertilidade natural e, de outro, o *capim-andropogon*, para solos de baixa fertilidade natural. O manejo das pastagens é realizado em intervalos de 3 em 3 anos. Os trabalhos são realizados manualmente, em certos casos, ou por meio de maquinários geralmente pertencentes a alguma associação de produtores.



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 173 - Plantio de cana para o gado em Ariquemes-RO.**

Não é comum o uso de concentrados para a alimentação do rebanho. Ao longo da pesquisa de campo, não foi encontrado nenhum produtor que se utilize destes procedimentos para o trato dos seus animais. A utilização de “capineiras” (área onde é cultivado um capim de corte para suplementar os animais) não é uma prática generalizada. Em seu lugar são utilizados complementos alimentares a base da cana de açúcar. Plantada em áreas contínuas aos pastos, a cana é usada como “forragem” para os pastos durante o período da estiagem.

As **instalações** usadas pelos produtores podem ser resumidas pelos estábulos (tamanho variável em função do rebanho) cobertos com telhas de amianto ou cavacos de madeiras, piso de cascalho batido, pedras ou cimentado, cocheiras de alvenaria, divisões com régua de madeira e curral anexo construído em madeira lavrada. Em muitos casos, elas apresentam um “brete” rústico. Nas propriedades também se observam alguns açudes usados para o fornecimento de água para os animais. Vale ressaltar que as madeiras de lei já foram abundantes na região, sendo utilizadas para a construção das benfeitorias.

O sistema de criação adotado pelos produtores de gado leiteiro do trecho pesquisado é o semi-extensivo. Nas propriedades de até 100 ha, o manejo do gado é levado a cabo pelo próprio produtor, num **regime de trabalho** familiar. O trato com o gado leiteiro é

realizado todos os dias. De manhã, o produtor ou sua esposa segue para retirar o leite da vaca já separada dos novilhos. O leite, então, pode ser guardado em resfriadores ou colocado em latões que são deixados nas entradas das propriedades para que os caminhões leiteiros possam pegá-lo. No primeiro caso, o leite é armazenado por dois ou três dias junto com a produção de outros criadores de uma determinada região até que o caminhão do laticínio venha coletá-lo. Depois de retirado seu leite, o animal é solto nos pastos, onde permanece até o anoitecer, quando novamente é separado e deixado no curral.

Trocas de serviços são freqüentemente realizadas entre vizinhos, principalmente nos momentos do preparo das pastagens ou na época de vacinação contra a febre aftosa. Os pesquisadores também registraram a presença de dois tipos de contratos de “meação”: o primeiro representado pelo meeiro sem terra, remunerado pelo peso adicional da engorda sob a sua responsabilidade; o segundo caracterizado pelo meeiro com terra, que recebe o novilho do fazendeiro e reparte igualmente o lucro, em ambos a produção do leite pertence ao meeiro. A meação, neste sentido, propõe a complementaridade em função das terras e do gado. No primeiro caso, o produtor não possui terra e toca sua criação na propriedade de outrem. No segundo caso, o produtor tem mais cabeças do que sua propriedade pode comportar e acaba por espalhar algumas cabeças da sua criação nos pastos alugados de outros criadores.

Com relação a **comercialização**, o leite produzido é vendido aos laticínios, onde vai servir para a fabricação de queijos e outros derivados. O produto do trabalho dos pequenos criadores é armazenado em latões de alumínio ou, como parece ser mais comum atualmente, ser transportado para um do tanque de resfriamento (tanque de expansão) onde espera a passagem de um caminhão de transporte. Foram identificados pelo menos 13 destas empresas atuando no trecho potencialmente atingido pela construção da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.

**Quadro 3.6.5.11 - 49 - Principais laticínios que atendem os produtores da região da AID**

Localidade e município do produtor	Município do Produtor	Laticínio	Município
BR-364	Porto Velho	Canaã	Porto Velho
Linha 02	Candeias	Italac	Ariquemes
Linha 631	Candeias	Italac	Ariquemes
Linha 110, Travessão B10	Alto Paraíso	Italac	Ariquemes
Linha 60/ B30 BR 421	Alto Paraíso	Italac	Ariquemes
Linha 625, km 26	Urupá	Primalat	Jaru
Oziel dos Carajás II	Presidente Médici	Condesa e o Canaã	Teixerópolis
Nossa Senhora da Graça	São Felipe do Oeste	Nova Estrela	São Felipe do Oeste
PA Adriana	Corumbiara	Multibom	Corumbiara
Distrito de Alto Guarajús	Corumbiara	Semprebom Multibom	Corumbiara e Cerejeiras
Eixo 2	Corumbiara	Multibom	Cerejeiras

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

A rigor, o leite pode ser entregue à empresa de duas formas distintas: resfriado ou armazenado em latões de alumínio. No primeiro caso, os produtores podem possuir seus próprios resfriadores, geralmente comprados em conjunto, por cooperativas ou associações de produtores. Em certas regiões, a compra destes resfriadores indica uma forma já expressiva de organização coletiva, na medida em que acaba contribuindo para que os produtores se associem para adquirir o maquinário. Os resfriadores também podem ter sido doados pelo estado, através da intermediação de agentes políticos ou movimentos sociais. O resfriador é um importante capitalizador da produção. Destaca-se, neste sentido, a diferença de preços entre os leites vendidos resfriados daqueles que são simplesmente entregues em latões de alumínio.

- **Pecuária de corte**

A criação de gado de corte na região pesquisada é predominantemente realizada em grandes propriedades rurais. A fazenda típica deste tipo de pecuária tem cerca de 1.000 ha, com aproximadamente 800 ha de pastagens cultivadas e 200 ha de reserva legal. Algumas destas propriedades foram visitadas pela equipe de pesquisadores.

**Quadro 3.6.5.11 - 50 - Propriedades visitadas pela equipe de campo com gado de corte**

Propriedade	Coordenadas	Município
Fazenda agropecuária Araújo	0395560/9011034	Porto Velho
Fazenda Linha kApa 0	0617267/8728650	Castanheiras
Fazenda Gavião	0653140/8698750	Rolim de Moura
Fazenda Cruzeiro do Sul	0682875/8663980	Parecis
Fazenda da Linha 85	0682442/8654684	Parecis
Fazenda Imaculada	0712464/8603094	Chupinguaia
Fazenda Vitória do Guaporé	13°44.578/60°24.647	Comodoro
Fazenda Fortaleza do Guaporé	14°19.415/60°02.749	Nova Lacerda

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

O **sistema de criação** dos bovinos é predominantemente extensivo. O rebanho é constituído de vacas e touros da raça Nelore. Em geral, os animais não são divididos em categorias e, quando o são, distinguem-se apenas as fases de cria e recria, sendo as cabeças mantidas, quase sempre, no mesmo pasto.

Na maioria dos casos, a estação de “monta” não é definida. Mas, segundo informações do EMBRAPA, as “cobrições” se concentram nos meses chuvosos e os nascimentos na época seca. As vacas prestes a parir não recebem cuidados especiais, a não ser que haja problemas na gestação e/ou parto, enquanto que nas crias faz-se o corte e desinfecção do cordão umbilical, utilizando-se tintura de iodo ou repelentes cicatrizantes. A desmama dos bezerros ocorre entre 10 e 12 meses, ocasião em que são realizadas a marcação e a castração dos machos. Os animais são abatidos com peso médio de 390 kg entre 3,5 a 4 anos de idade.

O processo de formação das **pastagens** depende, salvo algumas exceções, da derrubada e queima da floresta antes do plantio da forrageira. Atualmente, grande parte das pastagens apresenta mais de dez anos de utilização. Há a predominância da *Brachiaria brizantha* cv. *Marandu* (braquiarião), encontrada, como uma monocultura, em quase todas as áreas ocupadas pela pecuária de corte. A área de pastagem, em geral, é dividida em diversas invernadas, manejadas de forma contínua ou alternada. As cercas são construídas como estacas a cada 3 metros e cinco fios de arame liso. Em geral, cada “piquete” apresenta uma aguada (natural ou açude) e um cocho de madeira coberto para suplementação mineral. É feita uma roçada manual ou mecanizada por ano, em cerca de 50% da área total de pastagens.

O manejo do gado supõe que a suplementação de minerais para a alimentação dos rebanhos seja realizada durante o ano inteiro, quando todas as categorias do rebanho recebem, em cochos cobertos, uma mistura mineral comercial com 80 g de fósforo. O produtor também costuma diluir essa mistura na proporção de um saco de sal comum para cada saco de sal mineral, o que reduz substancialmente a quantidade de minerais

fornecidos. Segundo dados do EMBRAPA, o consumo estimado é de 40 g da mistura por unidade animal/dia.

Com relação aos **equipamentos e benfeitorias** disponíveis, as fazendas encontradas ao longo da AID possuem energia elétrica e infraestrutura compatível com o sistema de produção em uso. Há galpões para equipamentos, currais espalhados ao longo dos pastos, casa para os trabalhadores fixos e alojamentos para os temporários. Utilizam-se tratores para o trabalho nos pastos.



Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 174 - Curral em Cacaulândia-RO.**

O rebanho da fazenda é submetido a um controle sanitário a partir de um calendário específico de atividades.

#### **Quadro 3.6.5.11 - 51 - Manejo do Bovino em Rondônia**

<b>Meses</b>	<b>Atividades a serem desenvolvidas</b>
Janeiro	Controlar a mosca do chifre
Fevereiro	Aplicar vacinas A.D.E nos animais mas fracos
Marco	Vacinar contra a febre Aftosa e contra Carbunculo Sintomatico
Abril	Vacinar contra brucelose e vermifugar
Maiο	Controlar a mosca - do- chifre
Junho	Controlar carrapatos
Julho	Vacinar contra a febre Aftosa e vermifugar
Agosto	Vermifugar e vacinar contra raiva ocorrendo surto
Setembro	Controlar a mosca - do- chifre e vacinar contra brucelose
Outubro	Vacinar contra o curso dos bezeros
Novembro	Vacinar contra a febre Aftosa e Carbúnculo Sintomatico
Dezembro	Controlar a mosca - do- chifre e vermifugar

Fonte: Agência de Defesa Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON -RO.



O trato com os animais de uma fazenda é obrigação do “gerente” e do “vaqueiro” – que muitas vezes também faz às vezes de “caseiro” da propriedade.

*“Aqui tem muito vaqueiro que veio para cá em busca de vida melhor, esperava ter um sítio ou ter terra, mas muitos acabam virando é caseiro e tomando conta do gado do fazendeiro. (.) Bom a média aqui são de dois a três vaqueiros para tomar conta de uma média de 3000 cabeças, de gado de corte. (.) O boi de corte não dá muito trabalho não!” (Vaqueiro, Parecissuro).*

Para os serviços de limpeza do pasto, os produtores da região contratam trabalhadores por “empreitada” (trabalho temporário remunerado pela quantidade de serviço). O sistema funciona através de uma série de agentes intermediários, conhecidos como “gatos”, responsáveis pela contratação do trabalhador temporário (o “timbozeiro” ou “timbó”). O “timbozeiro” tem freqüentemente de 15 a 30 anos e vive nas periferias dos centros urbanos da região (durante o ano, ele pode passar da limpeza de pasto aos trabalhos de derrubada de floresta em áreas distantes).

É muito comum o uso da contratação do empreiteiro ou “gato”. O “gato”, neste sentido, pode ser definido como uma espécie de agenciador de serviços “terceirizados”, isentando o pecuarista dos encargos relativos ao transporte, à alimentação e ao pagamento dos trabalhadores contratados. Os valores pagos ao “gato” podem variar de acordo com a condição em que se encontram os pastos. A limpeza de um terreno tomado pela *juquira* – vegetação secundária que toma conta dos pastos depois de abandonados por algum tempo - pode custar ao produtor até R\$ 400,00 o alqueire. O sistema de empreitada, neste sentido, contribui para a manutenção de todo um exército de trabalhadores, alocados nas periferias das cidades, desvinculados legalmente das propriedades rurais ou agro-industriais da região; o que se reflete nos seus níveis baixos de organização e remuneração, na carga excessiva de trabalho a que são submetidos e, em muitos casos, na ausência de qualquer tipo de direito trabalhista básico.

A **comercialização** do gado é feita diretamente aos matadouros, frigoríficos ou açougues, havendo na maioria das vezes intermediação do processo, o que contribui para reduzir a margem de lucro dos produtores e elevar o preço final da carne pago pelos consumidores. A ocorrência de correntes de gado (para cria, recria ou engorda) de uma região para outra é expressiva. O transporte do gado é feito, basicamente, através de caminhões-gaiola (boiadeiros) dentro do estado e por via fluvial do gado procedente da Bolívia.

O abate de animais no estado ocorre em matadouros e frigoríficos de propriedade dos municípios e da iniciativa privada.

**Quadro 3.6.5.11 - 52 - Alguns dos principais frigoríficos da região**

Frigorífico	Município
Frigorífico Candeias do Jamari	Candeias do Jamari
Frigoaltas	Ariquemes
Boi Verde	Ariquemes
Irmão Gonçalves	Jaru
Minerva	Rolim de Moura

Fonte: SIPA/DFA/RO – IDARON – 2004 e Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009,



Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 175 - Entrada do frigorífico Minerva em Rolim de Moura-RO.**

Em geral, a produção oriunda de abatedouros municipais se destina ao abastecimento local, enquanto que a oriunda dos privados serve à exportação de carne para outros estados e países. Dentro do próprio segmento verifica-se a existência de atividades diversificadas através do aproveitamento de resíduos (sebo, ossos, vísceras, sangue), especialmente na fabricação de sabão, farinha de ossos e carne.

- **Agricultura: O café**

A cafeicultura é a atividade agrícola mais importante do Estado de Rondônia, sendo este o quinto produtor nacional de café e o segundo produtor do café *conilon*. Segundo Amaral (2004), seu cultivo foi introduzido no estado durante a década de 1970; com destaque para os municípios de Ariquemes, Alto Paraíso e Ouro Preto do Oeste. Seus primeiros produtores eram migrantes vindo do Norte do Espírito Santo. Detentores de uma tradição de plantio em sua região, eles se aproveitaram das grandes extensões de terra roxa encontradas neste trecho para desenvolverem sua produção em

Rondônia. Durante os anos de 1980, as plantações de café também foram largamente estimuladas pelas agências estatais que tinham o objetivo de consolidar o cultivo de plantas arbóreas no estado, a fim de evitar o desgaste excessivo do solo e fixar seus produtores às terras.



Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 176 - Lote de Café em Alto Paraíso-RO.**

Atualmente, o café, nestas regiões, é cultivado, sobretudo, por agricultores familiares residentes em sítios de 50 a 200ha. Ao longo do trajeto da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, Corrente Contínua 600, foram observados plantios de café nos municípios de Alto Paraíso, Rolim de Moura e São Felipe do Oeste.

**Quadro 3.6.5.11 - 53 - Propriedades com produção de café identificadas na AID**

Município	Localidade	Ponto
Alto Paraíso	Linha 631	0449645/8957362
Rolim de Moura		0656077/8690828
São Felipe do Oeste	Linha P-9	0666724/8682944

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Os tratos com o café nas pequenas propriedades estão baseados no trabalho familiar; onde os seus membros se dividem nos serviços necessários à manutenção das lavouras. Em algumas propriedades pôde ser encontrada a presença de “meeiros”. O contrato – na maior parte verbal – estabelece que o proprietário entre com os a terra, pés e com uma parte do material e dos insumos, enquanto o meeiro entra com a mão-de-obra e com a outra parte do material e dos insumos necessários à manutenção da lavoura.

*“A presença de meeiros trabalhando ao lado de pequenos proprietários é uma constante no espaço agrário de Cacoal. Segundo informações da EMATER, cerca de 60% dos acordos realizados entre meeiros e*

*proprietários são verbais e por vezes conflituosos, não se pautando nos Contratos de Parceria Agrícola previstos no art. 92 do Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 30/11/1964. O instrumento legal estipula que, 50% das produções de café ou de cacau, sejam divididos com o proprietário e que toda “lavoura branca” consista em propriedade do meeiro, como a de mandioca, milho, feijão e frutas. Alguns produtores adotam o Contrato de Parceria Agrícola como garantia contra futuras reivindicações judiciais. Atualmente os proprietários possuem de um a dois meeiros, em outras ocasiões, propriedades de 42 alqueires chegaram a contar com o trabalho de três meeiros”. (Binsztok, 2004: 10).*

Durante o período de abril a julho, o produtor serve-se do trabalho de “diaristas” para a colheita dos grãos (os diaristas ganham valores definidos pela “por produção” ou fixados “por dia”). Segundo dados colhidos por Binsztok, em Cacoal, o período da colheita do café mobiliza muita mão-de-obra alocada no município limítrofe de Espigão do Oeste: colonos, empregadas domésticas e até crianças deslocam-se para a cidade para trabalhar nas propriedades. O período, noutros termos, inaugura “toda uma verdadeira corrida para a safra de café (.), remunerado em R\$ 1,50 o preço do latão no ano de 2001, atingindo cerca de R\$ 15.00 a diária da mão de obra temporária” (*Idem, ibidem*). A produção, em geral, é vendida a atravessadores (cerealistas).

**Quadro 3.6.5.11 - 54 - Calendário agrícola do café em Rondônia**

Meses	Atividades a serem desenvolvidas
Janeiro	Plantio
	Tratos Culturais
	Controle da Broca
Fevereiro	Colheita (Arabica)
	Tratos Culturais
	Controle da Broca
Marco	Adubação de Produção
	Colheita (Arabica)
Abril	Tratos Culturais
Maio	Tratos Culturais
	Instalação de Viveiros
Junho	Colheita (Connilon)
	Instalação de Viveiros
Julho	Colheita (Connilon)
	Instalação de Viveiros
Agosto	
Setembro	Preparo da área
	Adubação de Produção

Meses	Atividades a serem desenvolvidas
Outubro	Preparo da área
	Tratos Culturais
Novembro	Plantio
	Tratos Culturais
	Controle da Broca
	Adubação de Produção
Dezembro	Plantio
	Controle da Broca
	Adubação de Produção

Fonte: Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia, 2007.

- **Agricultura: soja**

A soja vem ganhando um espaço cada vez maior nos estados de Rondônia e Mato Grosso; principalmente, a partir do final dos anos 1990. As plantações estão fixadas nas regiões planas do Cone Sul do estado de Rondônia e nos municípios matogrossenses de Comodoro e Nova Lacerda. Durante o trabalho de campo, foram observados plantios de soja em diversas propriedades desta região, com destaque para cinco delas

**Quadro 3.6.5.11 - 55 - Propriedades com produção de soja na AID**

Município	Localidade	Ponto
Colorado do Oeste	Linha 06	0756848/8528290
Cabixi		0772425/8507952
Cabixi		0769713/8508178
Comodoro	Fazenda Vitória do Guaporé	13°44.578/60°24.647
Nova Lacerda	Fazenda Fortaleza do Guaporé	14°19.415/60°02.749

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

O ciclo de produção da soja estende-se, normalmente, por apenas três meses – embora ele também possa variar, fundamentalmente, em função do regime de chuvas da região -, sendo o plantio realizado normalmente em novembro ou dezembro. A fixação das sementes, assim como em todas as etapas do desenvolvimento da planta, é realizada de forma mecanizada. A presença do maquinário agrícola neste tipo de produção tem estimulado a redução drástica da mão-de-obra residente nas propriedades rurais; como o caso de alguns dos trabalhadores da soja contatados durante a pesquisa.



Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 177 - Secador de grãos em Cabixi.**

- **Agricultura: O milho**

O cultivo do milho é realizado em parceria com a soja e acompanha, por esta razão, o seu desenvolvimento nos estados de Rondônia e Mato Grosso. A lavoura é altamente mecanizada. O modelo de produção exige tratores, colheitadeiras e pouca mão-de-obra empregada. O plantio é feito no final do ano, no período das chuvas; no caso do milho “safrinha”, ele é plantado logo após a colheita de soja. Abaixo, segue informações sobre o calendário agrícola do milho na região estudada.

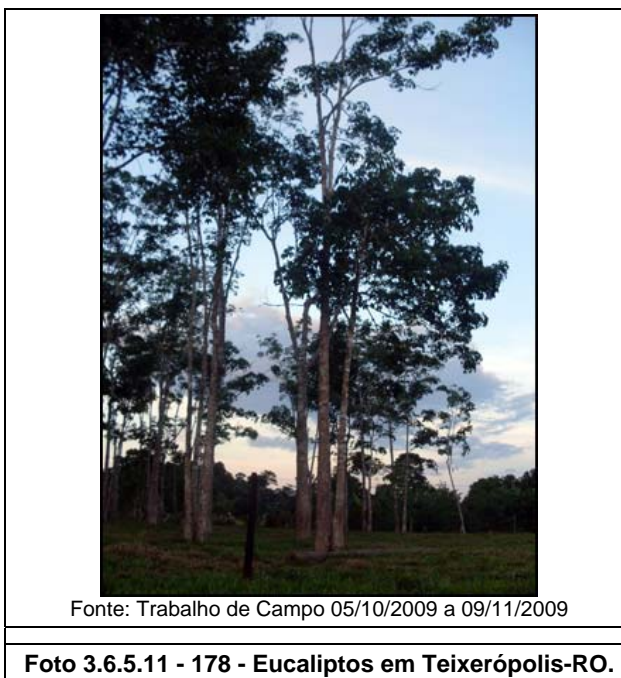
**Quadro 3.6.5.11 - 56 - Calendário agrícola do milho na AID**

Meses	Atividades a serem desenvolvidas	Produtividade	Espaçamento	Quantidade de Sementes
Janeiro	Dobra			
	Colheita	2.000	0,5 entre Linhas	40 kg
Fevereiro	Dobra	A	1,0 x 0,5	30 kg
	Colheita	1.600		
Marco	Colheita			
Abril	-			
Maio	-			
Junho	-			
Julho	-			
Agosto	-			
Setembro	Preparo da área			
Outubro	Plantio			
Novembro	Tratos Culturais			
Dezembro	Tratos Culturais			

Fonte: Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia -EMATER-RO/Escritórios Locais, 2005

- **Florestal: O eucalipto**

O eucalipto foi introduzido no Brasil em 1904, com o objetivo de suprir as necessidades de lenha, postes e dormentes das estradas de ferro na região Sudeste. Na década de 50 passa a ser produzido, como matéria prima, para o abastecimento das fábricas de papel e celulose. A árvore se apresenta como uma espécie vegetal de rápido crescimento e adaptada para as situações edafobioclimáticas brasileira.



Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 178 - Eucaliptos em Teixerópolis-RO.**

Ao longo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, entre os municípios de Porto Velho, em Rondônia, e Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso, os consultores puderam observar plantios de eucalipto nos municípios de Teixerópolis e Castanheiras.

**Quadro 3.6.5.11 - 57 - Propriedades produtoras de eucalipto na AID**

Município	Propriedade	Ponto
Teixerópolis-RO	Linha 28	0587689/8782760
Castanheiras	Capa 0	0617267/8728650

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Grande parte da produção local é escoado para a manutenção de olarias. Os maiores cuidados com as plantas acontecem nos dois primeiros anos após o plantio, quando ocorre o processo que se chama “coroação”. Durante quatro anos, são feitas quatro adubações. Um outro cuidado exigido pela planta está relacionado ao combate às formigas, sobretudo nos primeiros anos. Somente, ao final dos 12 anos, a planta está pronta para o corte e a comercialização. As fazendas de eucalipto contratam funcionários temporários durante o plantio, a adubação, a coroação e o corte dos pés

de eucaliptos. O salário destes trabalhadores gira em torno de um a dois salários mínimos.

- **Atividades Extrativistas**

### **Seringal**

A extração de borracha em seringais foi observada em algumas localidades do estado de Rondônia. As áreas não constituem, contudo, reservas extrativistas tradicionais, como as que se pode observar em outras regiões do estado. Tratam-se, efetivamente, de áreas plantadas e exploradas no interior de lotes particulares. Aproveitando-se do *boom* da borracha em meados da década de 1980, muitos pequenos produtores foram incentivados a explorar esta atividade econômica. As áreas são relativamente pequenas e contam com uma média de 3000 pés de seringueiras.

Atualmente, a exploração da seringa sofre uma queda no estado de Rondônia. Ao longo de todo o trecho potencialmente atingido pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, foram observadas 5 propriedades dedicadas à exploração de seringais cultivados.

**Quadro 3.6.5.11 - 58 - Propriedades produtoras de seringa na AID**

Município	Propriedade	Ponto
Ariquemes	Linha 40 (Joelândia)	0485806/8881578
Rolim de Moura	RO 479	0633342/8714278
Rolim de Moura		0641210/8706215
Rolim de Moura	Linha 200	0649470/8702208
São Felipe do Oeste		0665208/8684956

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

A exploração dos seringais parece se realizar em regime familiar, estando as tarefas de coleta da goma divididas entre os membros de uma mesma famílias. A exploração ocorre entre os meses de julho, agosto e setembro. A árvore é “riscada” e produz durante dois dias. Uma seringueira formada pode produzir até 70 kg de borracha a cada risco. O produto é vendido em fábricas de borracha da região, com preços variáveis de 1,20 a 2 reais, o quilo. Foi possível identificar uma destas fábricas, a Rondo Rubber, localizada na RO 479, municípios de Rolim de Moura.

### **Castanhas do Pará**

Foi identificada a presença de coletores de castanhas na limítrofe entre os municípios de Candeias do Jamari e Alto Paraíso. Segundo informações recolhidas no local, os coletores de castanha seriam membros de 4 famílias moradoras da linha 110, travessão B-20. As castanhas recolhidas são vendidas a compradores que escoam a



produção para Porto Velho e Ariquemes. Seu preço varia entre R\$ 10 e R\$ 12, a “lata” (que pesa em média 12 kg). As famílias recolhem o coco da castanha nas matas localizadas em algumas das maiores propriedades da região.

**Quadro 3.6.5.11 - 59 - Propriedades produtoras de seringa na AID**

Município	Propriedade	Ponto
Alto Paraíso	Linha 110	0449742/8951354

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

## Planos de Manejo Florestal Sustentáveis

No trecho percorrido entre Porto Velho e Alta Floresta há atividades de exploração de madeira por meio de projetos de manejo sustentável de florestas. Criado pelo governo federal e operacionalizado pelo seu principal órgão ambiental (o IBAMA), o Projeto de Manejo Florestal tem como um de seus principais objetivos “a administração da floresta de forma planejada para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema, objeto do manejo, e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não-madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal, com o menor impacto possível”<sup>5</sup>

Ao longo do trecho potencialmente atingido pela construção da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 foram observados cerca de 4 propriedades regulamentadas pelo programa.

**Quadro 3.6.5.11 - 60 - Propriedades com Projeto de Manejo Florestal na AID**

Município	Propriedade	Ponto
Candeias do Jamari	Linha 43	0424401/8995646
Candeias do Jamari		0416777/9003112
Alto Paraíso	Linha 100	0452945/8941578

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

A madeira retirada das áreas escolhidas é escoada para o distrito de Vila Triunfo ou para a sede de Candeias do Jamari, conhecido pólo de serrarias da região. Depois de beneficiadas, as toras são enviadas para alguns dos principais pólos moveleiros do estado e para mercados consumidores no Centro-Sul do país.

<sup>5</sup>[http://brasiliem.ded.de/cjpp/ded/custom/pub/content,lang,5/oid,13522/ticket,g\\_u\\_e\\_s\\_t/-/Assentamentos\\_na\\_BR\\_163\\_PA\\_e\\_o\\_manejo\\_florestal\\_sustent%C3%A1vel.html](http://brasiliem.ded.de/cjpp/ded/custom/pub/content,lang,5/oid,13522/ticket,g_u_e_s_t/-/Assentamentos_na_BR_163_PA_e_o_manejo_florestal_sustent%C3%A1vel.html).

## • Piscicultura

A piscicultura é um dos ramos da aquicultura que se destina ao cultivo de peixes, bem como de outros organismos aquáticos. A rigor, há três modalidades de produção, baseadas no modelo intensivo, semi-extensivo e extensivo<sup>6</sup>. Atualmente, o município de Ariquemes apresenta-se como um dos principais pólos piscicultores do estado de Rondônia. Em junho de 2009, sua produção alcançava os patamares de 2.300 toneladas/ano<sup>7</sup>.

A importância econômica da piscicultura no município pode também ser percebida no fato dele possuir o primeiro Laboratório de Alevinos do Estado (tanques experimentais) e um frigorífico com capacidade de abater, limpar e armazenar, quatro toneladas/dia de peixe; além de ser sede de uma Cooperativa de Produtores de Peixe.

Ariquemes foi recentemente beneficiado pelo governo do estado com um programa de apoio à aquicultura: o Pró-Peixe, cujos objetivos são estimular e consolidar o agronegócio em toda região. O governo do estado fornece assistência técnica e os maquinários utilizados na construção de tanques de criação. A contrapartida do produtor se restringe ao fornecimento de combustível para a operacionalização das máquinas.

Ao longo do trecho percorrido foram observadas diversas áreas de piscicultura, com destaque para duas propriedades localizadas nos municípios de Cacaulândia e Castanheiras.

**Quadro 3.6.5.11 - 61 - Piscicultura na AID**

Município	Propriedade	Ponto
Cacaulândia		0519575/8856998
Castanheiras	Capa 0	0617267/8728650
Rolim de Moura	Linha 196	0645232/8710584

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

<sup>6</sup> "A **piscicultura extensiva** é praticada em reservatórios de grandes dimensões, naturais ou artificiais. Neste sistema, o número de peixes por unidade de área é baixa, a alimentação fica restrita ao alimento naturalmente existente e não há controle sobre a reprodução. A **piscicultura intensiva**, seu principal objetivo é a produção máxima por unidade de área. É desenvolvida em tanques ou viveiros especificamente construídos para tal finalidade. A **piscicultura semi-extensiva** caracteriza-se pela adoção de técnicas simples de manejo, como maior cuidado quanto à alimentação dos peixes, obtida, principalmente, pelo aumento da produção natural através da fertilização das águas, e pela aplicação da despesca, que retira do meio apenas os exemplares com peso adequado para o consumo. A alimentação natural pode ainda ser reforçada pelo uso de subprodutos ou alimentos baratos e facilmente encontrados".

(<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agua/doce/index.html&conteudo=./agua/doce/artigos/piscicultura.html>)

<sup>7</sup> <http://www.rondonia.ro.gov.br/noticias.asp?id=6586&tipo=Mais%20Noticias>



Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

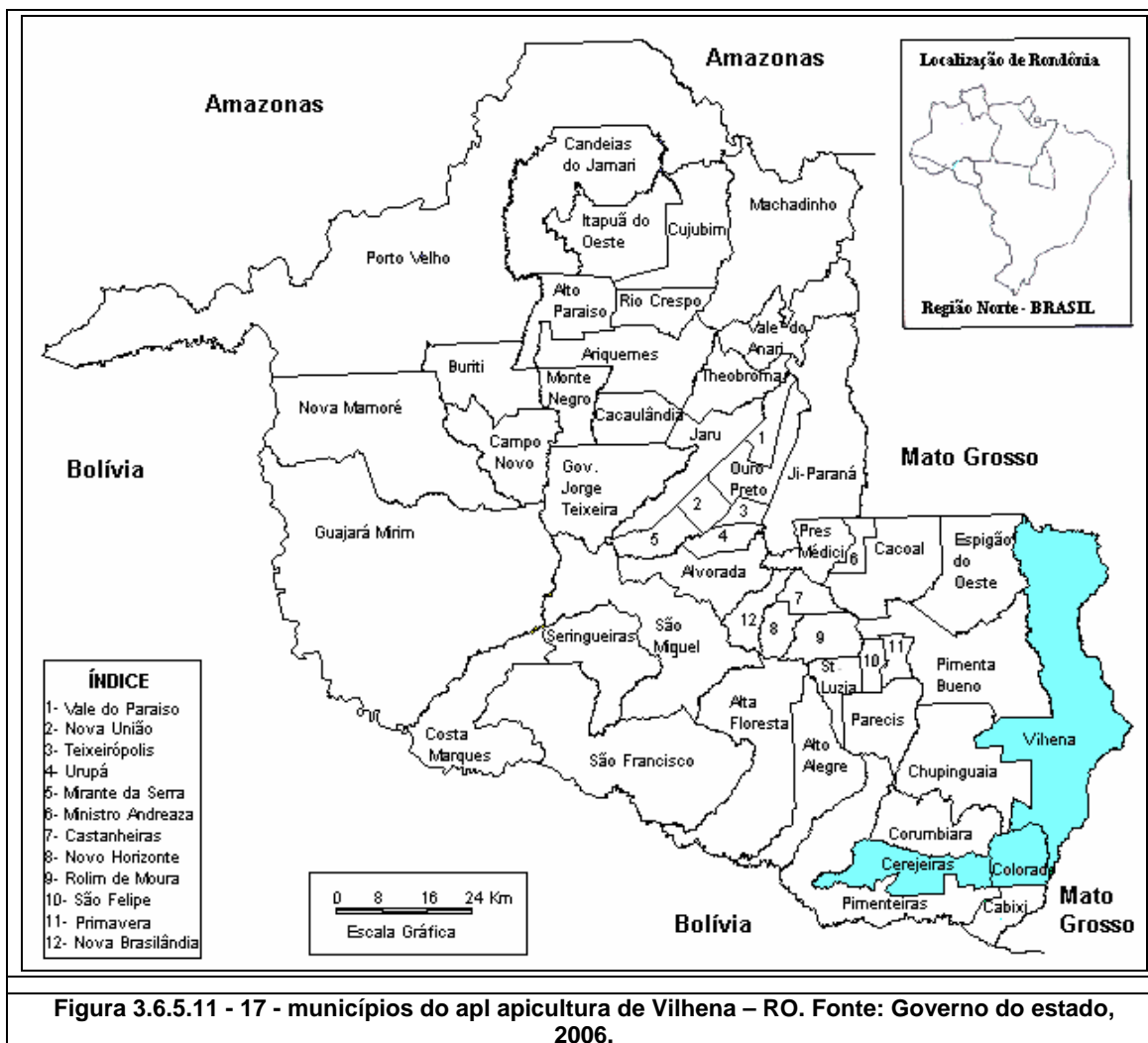
**Foto 3.6.5.11 - 179 - Tanque para piscicultura, em Cacaulândia-RO.**

A produção de peixes se realiza com o uso de pouca mão-de-obra. Uma única área de aquicultura pode contar com o trabalho assalariado de 3 ou 4 empregados, responsáveis pelo controle de oxigenação da água e da alimentação dos peixes. Também se pôde perceber uma nítida preocupação com o uso das águas de rios e de nascentes, consideradas de melhor qualidade para a prática da piscicultura. Próximas ao pólo aquicultor de Ariquemes, os produtores contatados durante esta pesquisa escoam os pescados (basicamente composto de pirarucus e tambaquis) para o frigorífico localizado no município (de lá, o pescado é enviado para os estados de São Paulo e Minas Gerais). Pelo menos um deles disse também vender seus peixes para atravessadores responsáveis por levar o pescado diretamente para Manaus.

- **Apicultura**

A apicultura rondoniense teve início no final dos anos de 1970 com a chegada de migrantes originários do sul do país. Os colonos, com tradição da atividade em seus estados de origem, instalaram os primeiros apiários comerciais de Rondônia, na região de Vilhena, no sul do estado. Na década de 1980, a apicultura foi estimulada em todo o estado por meio de capacitação técnica e através de investimentos em infraestrutura distribuídos pelo Governo estadual. A partir do ano de 2004, o APL de Vilhena recebeu novo impulso com investimentos que o SEBRAE-RO e parceiros fizeram no setor quando teve início o Projeto de Apicultura Integrado e Sustentável (PROAPIS). Somando-se às ações do Projeto, nesse mesmo ano foi feito um diagnóstico preliminar em Rondônia para se identificar onde existia produção apícola. O Diagnóstico concluía

que o Sul do estado, tendo como pólo, o município de Vilhena, era responsável por quase a totalidade das cerca de 129,65 toneladas de mel produzidas no estado.



Em 2004, a região já contava com uma associação formada na cidade de Vilhena, Associação Vilhenense de Apicultores (AVA), e nessa época foi fundada outra associação em Colorado do Oeste - APICOL. No mesmo período, o SEBRAE-RO articulou parcerias visando intervenções sistemáticas naquela região. O grosso da produção de mel no estado de Rondônia está presente na região Sul do estado, distribuído entre os municípios de Colorado do Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Corumbiara e Chupinguaia .

**Quadro 3.6.5.11 - 62 - Apicultura na AID**

Município	Localidade	Ponto
Rolim de Moura	Linha 188	0637281/8713912

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

Na região potencialmente atingida pela construção da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, a equipe de pesquisadores identificou uma área de apicultura localizada no município de Rolim de Moura. Segundo dados coletados com um destes produtores, a área engloba alguns dos integrantes da Associação dos Produtores de Mel da Chapada dos Parecis (52 associados), que atende toda a Zona da Mata rondoniense.



O produtor afirma ter se iniciado na atividade no ano de 1982, tão logo abandonou a exploração de seringais. Em 1989, estimulado com sua produção, realizou cursos de capacitação junto ao SEBRAE-RO. Atualmente ele trabalha com cerca de 100 caixas em seu apiário, montadas nas proximidades da mata de seringais e caxetas em sua propriedade (de onde as abelhas retiram os polens). Os insetos utilizados são raças híbridas da abelha africana e a europeia. Funcionando em regime familiar, sua propriedade produz cerca de 2300 kg de mel por ano (em média cada caixa produz cerca de 20 a 30 kg). O mel, beneficiado em sua propriedade, é vendido para Rolim de Moura e municípios vizinhos.

- **Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT)**

Os modelos de atividade produtiva observados durante a pesquisa de campo estão relacionados com o tamanho das propriedades rurais, de modo que é possível distinguir claramente as formas de exploração e a(s) fonte(s) de renda predominante(s) entre as grandes fazendas e as propriedades pequenas. As propriedades de médio porte tendem a apresentar um modelo produtivo mais próximo daquele encontrado nas grandes propriedades.

A pecuária é a atividade produtiva mais comumente encontrada nas propriedades rurais visitadas. Nas famílias com menor poder aquisitivo (propriedades menores) a pecuária é geralmente orientada para a produção de leite, enquanto que entre os grandes proprietários a pecuária destinada à produção de carne é a opção predominante. Entre os pequenos produtores, a produção de leite além de ser a atividade mais comum é também a fonte de renda principal. Mesmo entre os produtores residentes em chácaras ou em pequenas vilas (aqueles possuem propriedades nas proximidades) que têm no cultivo de frutas e verduras a fonte de renda predominante, o leite também é reconhecido como importante fonte de renda adicional ou secundária.

Embora a atividade produtiva com maior destaque entre os grandes proprietários seja a pecuária de corte, o cultivo agrícola (como soja e milho) em extensas áreas é freqüente (e.g., 6.000 hectares). Entre os pequenos produtores o quadro mais comum é o cultivo de pequenas extensões de terra destinadas geralmente ao consumo de subsistência ou fabrico de ração para alimentação animal. O excedente de algumas culturas é destinado também para comercialização, como a mandioca – beneficiada na forma de farinha –, o milho e o feijão. Segundo os pequenos produtores entrevistados, a dificuldade principal para o aumento da área de plantio é a escassez e o elevado custo da mão-de-obra contratada.

Portanto, de modo geral, a fonte de renda predominante entre os grandes produtores está associada à cadeia produtiva da carne e o cultivo de grãos. Entre os pequenos produtores a fonte de renda predominante está associada ao leite e aos seus derivados, e ao cultivo diversificado de lavouras para consumo e comercialização. Outras fontes de renda adicionais identificadas entre os pequenos proprietários rurais são oriundas das políticas governamentais de seguridade social (aposentadorias e pensões), programas de transferência de renda (como o bolsa família) e programas especiais como auxílio doença.

## • Pecuária Leiteira

Os produtores de leite da região estudada trabalham com um número variável de animais, entre 30 a 200 cabeças. A produção é realizada quase que exclusivamente em pequenas e médias propriedades. Abaixo um quadro das principais localidades produtoras de leite:

**Quadro 3.6.5.11 - 63 - Comunidades de produtores rurais\* nas quais a produção de leite é a principal fonte de renda.**

Nome da Comunidade	Nº de Famílias <sup>(1)</sup>	Área das Propriedades	Informações adicionais
Assentamento Coronel Ari	83	5 a 40 alq.	Os lotes são muito desiguais porque o traçado inicial não foi realizado pelo INCRA, mas o órgão aceitou o traçado já existente no processo de regularização fundiária.
Assentamento Córrego da Onça	60	20 alq.	--
Assentamento Buriti do Fundo	31	10 alq.	Foi transformado em assentamento após regularização fundiária pelo INCRA. Aumentaram o número de moradores com o crescimento das famílias. Além da produção de leite, muitos moradores cultivam roça e praticam pesca profissional.
Comunidade Concórdia	--	16 alq.	Nessa comunidade há muitos pescadores também. Os moradores pescam para consumo e há muita pesca esportiva. Os peixes são vendidos em Barra do Bugres-MT ou para pessoas de fora.
Comunidade Acorizal	50	--	A comunidade Xavier tem cerca de 30 famílias; mas há outras comunidades além da Xavier, como a Ribeirão e a Comunidade do Laranjal. Estima-se que no total haja 50 famílias. Além da criação de gado de leite, há criação de gado para abate e pequenos cultivos (milho, mandioca, abacaxi, feijão e cana).
Acampamento Recanto da Seriema	80	--	--
Comunidade Bandeira II	70	4,5 há	As propriedades são como chácaras.
Assentamento 21 de abril	160	--	Além da produção de leite há cultivo de maracujá, abacaxi, mandioca, legumes de caixa, abóbora, maxixe e horta.
Acampamento Assoc. Moradores e Mini-produtores Rurais	60	--	--
Gleba Bigorna	38	10, 20, 40 e 60 há	Alguns têm titulação de 5 hectares, adquiridas das mãos de herdeiros. Além da produção de leite, há cultivo de mandioca e olerícolas (horticultura).
Assentamento Santo Antônio da Fartura	260	19, 20 e 25 há	--
Assentamento Dom Osório ('Coqueiro')	40	24,8 há	--
Assentamento Padre Josino Tavares	120	10 alq. (25,9 há)	Além da produção de leite há muita produção de arroz.
Assentamento Márcio Pereira	90	10 alq.	Produção de leite (comercializado em São José do Povo-MT) e fabricação de farinha.
Assentamento Água da Serra	18	--	Muitos assentados produzem leite alugando pasto para o gado (R\$ 10,00 por cabeça).
Assentamento Nova Catanduva	150 (60 na vila)	--	Muitos produtores residentes nesse assentamento antigamente trabalhavam com algodão. O pessoal que mora na vila é aposentado ou trabalha na prefeitura. Alguns plantam roça para despesa: milho, feijão, mandioca, etc. (são lotes de 20 por 40 m). No entorno da vila há muitos sítios.
Vila Km 08	80	-	--

Nome da Comunidade	Nº de Famílias (1)	Área das Propriedades	Informações adicionais
Vila Boa Esperança (ou Máquina Queimada)	84	--	--
Vila Taquaraçu	35	--	O leite é produzido essencialmente por moradores da vila que possuem pequenos sítios. Muitos moradores da vila prestam serviço nas fazendas vizinhas como diaristas.
Distrito Cachoeirinha	--	15, 20, 30 e 50 alq.	Muitos dos moradores do distrito possuem sítio, onde produzem leite.
Vila Panorama	73	--	Alguns moradores da vila possuem sítios onde geralmente produzem leite e vendem bezerros. Na região do entorno há muitas grandes fazendas que criam gado de corte.
Área de pequenos sítios Tijucá	--	5 há	Sítios e chácaras destinados para lazer e recreação.
Colônia de Pescadores	75	--	--
Agrovila Águas Quentes	12	--	Moram funcionários, caseiros, etc. Alguns fazendeiros das proximidades vivem nesta vila.
Vila Cardinal	30	1, 2 ou 10 há	Planta-se milho, feijão, criação de galinha. Alguns moradores trabalham na cidade e há muitos aposentados.
Vila Três Pontes	15	--	--

**Notas:** \* Comunidades rurais nesta tabela se refere aos Assentamentos, acampamentos de Reforma Agrária, Pequenas Vilas, Distritos, Comunidades de Pescadores, Comunidades de Chácaras, etc. (1) Número aproximado de famílias residentes, estimado a partir dos próprios entrevistados.

A área dos estabelecimentos varia entre 50 e 300 hectares, com nítido predomínio de propriedades que se situam na faixa de 100 a 200 hectares. Em geral, o número de cabeças está atrelado ao tamanho das propriedades e à disponibilidade de pastos. Não são incomuns, também, práticas de se alugar pastagens de outros proprietários, a fim de compensar o exíguo tamanho das terras em relação ao tamanho dos rebanhos.

Em geral, as pastagens representam boa parte de toda a área do estabelecimento rural. Vale ressaltar que os pastos, em sua quase totalidade, são cultivados e estabelecidos em áreas desmatadas. O processo de substituição de lavouras por pastagens também vem se intensificando nos últimos anos, com um nítido abandono das atividades agrícolas em prol da quase total pecuarização da propriedade rural. Os argumentos utilizados pelos produtores para justificar suas opções envolvem desde o baixo preço dos produtos agrícolas (em tese, encontrados mais baratos no mercado) à falta de assistência técnica adequada para um aumento da produtividade dos terrenos.





Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 181 - Pecuária leiteira em Jauru.**

Mesmo quando aparece consorciada a outros tipos de produção, a pecuária leiteira tem seu destaque na economia doméstica dos pequenos proprietários. Ainda que não seja atividade de maior lucratividade, a criação dos rebanhos funciona como reserva de valor, possuindo alta liquidez ao mesmo tempo em que fornecem renda contínua ao longo do ano através da produção do leite.

O **sistema de criação** adotado pelos produtores de gado leiteiro do trecho pesquisado é o semi-extensivo. Nas propriedades, o manejo do gado é levado a cabo pelo próprio produtor, num regime de trabalho familiar. Trocas de serviços são frequentemente realizadas entre vizinhos, principalmente nos momentos do preparo das pastagens ou na época de vacinação contra a febre aftosa.

Os pesquisadores também registraram a presença de dois tipos de contratos de “meação”: o primeiro representado pelo meeiro sem terra, remunerado pelo peso adicional da engorda sob a sua responsabilidade; o segundo caracterizado pelo meeiro com terra, que recebe o novilho do fazendeiro e reparte igualmente o lucro, em ambos a produção do leite pertence ao meeiro. A meação, neste sentido, propõe a

complementaridade em função das terras e do gado. No primeiro caso, o produtor não possui terra e toca sua criação na propriedade de outrem. No segundo caso, o produtor tem mais cabeças do que sua propriedade pode comportar e acaba por espalhar algumas cabeças da sua criação nos pastos alugados de outros criadores.

Na maioria dos casos a criação do gado leiteiro é pouco tecnicizada, especialmente com relação ao **manejo do rebanho**. O manejo de pastagem, por sua vez, também é praticamente inexistente entre os produtores. A única exceção encontrada foi no assentamento Águas da Serra (Município de Rondonópolis), embora se restringisse ao uso de herbicida para controle de folha larga. Não há iniciativas para melhoramento genético do rebanho e a alimentação dos animais na maioria das propriedades é constituída exclusivamente pela pastagem. Poucos proprietários fazem uso de balanceamento ou complementação alimentar, ainda que, em alguns casos a complementação seja com “quirela” de milho. A utilização de cana-de-açúcar (ou sorgo) enriquecida com amônia ou ração balanceada fora incomum. Entre as exceções estão o assentamento Coronel Ari (Município de Pontes e Lacerda), onde a complementação alimentar foi introduzida após recomendação de técnicos de uma cooperativa local, e a comunidade Córrego da Onça (município de Pontes e Lacerda onde há produtores que utilizam ração balanceada). Um terceiro exemplo é o assentamento Padre Josino Tavares (Município de Rondonópolis), onde muitos produtores complementam a alimentação das vacas no período da seca com cana, cevada, sorgo ou caroço de algodão.

Embora na maioria das propriedades o nível de deficiência técnica seja evidente, o aspecto sanitário dos rebanhos é satisfatório, especialmente no que diz respeito à vacinação (brucelose, aftosa e raiva), que tem sido regular mesmo em propriedades com total ausência de assistência técnica. Os avanços técnicos mais significativos são observados já na fase de comercialização do leite, especialmente no que diz respeito às condições adequadas de armazenamento e transporte sob resfriamento. Esse aspecto é visto como uma consequência das exigências dos laticínios que adquirem por um preço melhor o leite armazenado em tanques de resfriamento; que são posteriormente coletados por caminhões com tanque também refrigerado (e.g., Laticínios Kibom). Além disso, a utilização de tanques tem sido estimulada por organizações comunitárias que adquirem ou arrendam os tanques para utilização dos associados. Os mesmos laticínios que adquirem o leite costumam também fornecer tanques por meio de arrendamento. Neste último caso, os tanques são arrendados geralmente por R\$0,03 a R\$0,05 para cada litro de leite armazenado.

A maioria dos produtores que não **comercializam** o leite diretamente para laticínios geralmente vendem o leite nas cidades próximas, utilizando galões para transporte.

Este é o caso dos produtores do assentamento Córrego da Onça. Esses produtores vendem diretamente ao consumidor como forma de obter melhores preços, visto que os laticínios remuneram por um preço bem inferior quando o leite não é armazenado em tanques de resfriamento; a diferença média chega a R\$0,07 por litro (R\$0,57 versus R\$0,50).

O preço do leite é sazonal. Enquanto que na melhor época do ano atinge R\$ 0,58, nos últimos meses o preço diminui, atingindo menos de R\$ 0,50 (ou R\$ 0,40 para quem não possui tanques de resfriamento). O preço do leite também apresenta ampla variação regional, ainda que seja em um mesmo estado. Por exemplo, enquanto que no assentamento Coqueiro (município de Rondonópolis) o leite é comercializado para laticínios de Rondonópolis-MT a R\$ 0,48 o litro, no assentamento Córrego da Onça uma cooperativa local compra o leite a R\$0,57 o litro.

- **Pecuária de corte**

A criação de gado de corte na região pesquisada é predominantemente realizada em grandes propriedades rurais. A fazenda típica deste tipo de pecuária tem cerca de 2.000 ha, com aproximadamente 70% de sua área destinada às pastagens cultivadas. Algumas destas propriedades foram visitadas pela equipe de pesquisadores.

**Quadro 3.6.5.11 - 64 - Fazendas visitas pela equipe de pesquisadores na AID**

Estado	Município	Propriedade	Uso
MT	Indiavaí	Fazenda Rancho Grande	Pecuária de corte
	Barra do Bugres	Fazenda Avenida	Pecuária de corte
	Rosário do Oeste	Fazenda Tamburi	Pecuária de corte

Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

O **sistema de criação** dos bovinos é predominantemente extensivo. O rebanho é constituído de vacas e touros da raça Nelore. Em geral, os animais não são divididos em categorias e, quando o são, distinguem-se apenas as fases de cria e recria, sendo as cabeças mantidas, quase sempre, no mesmo pasto. Na maioria dos casos, a estação de “monta” não é definida. Em geral, as “cobrições” se concentram nos meses chuvosos e os nascimentos na época seca. As vacas prestes a parir não recebem cuidados especiais, a não ser que haja problemas na gestação e/ou parto, enquanto que nas crias faz-se o corte e desinfecção do cordão umbilical, utilizando-se tintura de iodo ou repelentes cicatrizantes. A desmama dos bezerros ocorre entre 10 e 12 meses, ocasião em que são realizadas a marcação e a castração dos machos. Os animais são abatidos com peso médio de 390 kg entre 3,5 a 4 anos de idade.

O processo de formação das **pastagens** depende, salvo algumas exceções, da derrubada e queima da floresta antes do plantio da forrageira. Atualmente, grande

parte das pastagens apresenta mais de dez anos de utilização. Há a predominância da *Brachiaria brizantha cv. Marandu* (braquiarião), encontrada, como uma monocultura, em quase todas as áreas ocupadas pela pecuária de corte. A área de pastagem, em geral, é dividida em diversas invernadas, manejadas de forma contínua ou alternada. As cercas são construídas como estacas a cada 3 metros e cinco fios de arame liso. Em geral, cada “piquete” apresenta uma aguada (natural ou açude) e um cocho de madeira coberto para suplementação mineral. É feita uma roçada manual ou mecanizada por ano, em cerca de 50% da área total de pastagens.

O manejo do gado supõe que a suplementação de minerais para a alimentação dos rebanhos seja realizada durante o ano inteiro, quando todas as categorias do rebanho recebem, em cochos cobertos, uma mistura mineral comercial com fósforo. O produtor também costuma diluir essa mistura na proporção de um saco de sal comum para cada saco de sal mineral, o que reduz substancialmente a quantidade de minerais fornecidos.

As fazendas encontradas ao longo da AID possuem energia elétrica e infra-estrutura compatível com o sistema de produção em uso. Há galpões para equipamentos, currais espalhados ao longo dos pastos, casa para os trabalhadores fixos e alojamentos para os temporários. Utilizam-se tratores para o trabalho nos pastos.



Fonte: Trabalho de Campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 182 - Curral de fazenda de gado de corte**

Com relação a **mão-de-obra** empregada, o trato com os animais de uma fazenda é obrigação do “gerente” e do “vaqueiro” – que muitas vezes também faz às vezes de “caseiro” da propriedade. Para os serviços de limpeza do pasto, os produtores da região contratam trabalhadores por “empreitada” (trabalho temporário remunerado pela quantidade de serviço). O sistema funciona através de uma série de agentes intermediários, responsáveis pela contratação do trabalhador temporário. O contratado tem freqüentemente de 15 a 30 anos e vive nos aglomerados urbanos da região (durante o ano, ele pode passar da limpeza de pasto aos trabalhos de derrubada de floresta em áreas distantes).

O intermediário, assim, pode ser definido como uma espécie de agenciador de serviços “terceirizados”, isentando o pecuarista dos encargos relativos ao transporte, à alimentação e ao pagamento dos trabalhadores contratados. Os valores pagos ao intermediário podem variar de acordo com a condição em que se encontram os pastos. A limpeza de um terreno tomado pela *juquira* – vegetação secundária que toma conta dos pastos depois de abandonados por algum tempo - pode custar ao produtor até R\$ 400,00 o alqueire. O sistema de empreitada, neste sentido, contribui para a manutenção de todo um exército de trabalhadores, alocados nas periferias das cidades, desvinculados legalmente das propriedades rurais ou agro-industriais da região; o que se reflete nos seus níveis baixos de organização e remuneração, na carga excessiva de trabalho a que são submetidos e, em muitos casos, na ausência de qualquer tipo de direito trabalhista básico.

A **comercialização** do gado é feita diretamente aos matadouros, frigoríficos ou açougues, havendo na maioria das vezes intermediação do processo, o que contribui para reduzir a margem de lucro dos produtores e elevar o preço final da carne pago pelos consumidores. A ocorrência de correntes de gado (para cria, recria ou engorda) de uma região para outra é expressiva. O transporte do gado é feito, basicamente, através de caminhões-gaiola (boiadeiros) dentro do estado. O abate de animais ocorre em matadouros e frigoríficos de propriedade dos municípios e da iniciativa privada.

Em geral, a produção oriunda de abatedouros municipais se destina ao abastecimento local, enquanto que a oriunda dos privados serve à exportação de carne para outros estados e países. Dentro do próprio segmento verifica-se a existência de atividades diversificadas através do aproveitamento de resíduos (sebo, ossos, vísceras, sangue), especialmente na fabricação de sabão, farinha de ossos e carne.

- **Agricultura: Pequenas Lavouras**

Além da pecuária e das pequenas criações domésticas, o plantio de lavouras é um importante meio de obtenção de rendimento rural. Entre os pequenos produtores os

cultivos são geralmente orientados para consumo familiar e, quando possível, para comercialização do excedente. Os plantios costumam ser diversificados e em pequenas áreas, limitados pelo tamanho das áreas disponíveis para plantio, pelas dificuldades de aquisição de insumos e uso de maquinário e pela ausência de assistência técnica. Entre os grandes fazendeiros predominam as monoculturas ou plantios em consorciamento, geralmente em extensas áreas e conduzidas com elevado nível técnico.

As principais culturas encontradas nas pequenas propriedades são **a mandioca, milho, feijão, arroz, banana, abacaxi e hortaliças**. A mandioca é muito cultivada, possivelmente porque após ser beneficiada em farinha é comercializada facilmente nos municípios circunvizinhos. Outro produto comercializado após o beneficiamento é a rapadura, que tem sido produzida em alguns assentamentos no Mato Grosso. Em alguns assentamentos visitados há predominância de cultivo de uma determinada cultura, embora haja outros produtos sendo produzidos numa menor escala. É o caso, por exemplo, do assentamento Buriti do Fundo (Município de Barra do Bugre) onde o cultivo do abacaxi é intenso. Já entre os produtores do assentamento Santo Antônio da Fatura (município de Campo Verde) cultiva-se predominantemente olerícolas (alface, abobrinha, tomate, etc.). Neste assentamento alguns produtores já produzem sob condições orgânicas, atendendo um mercado consumidor específico.



Fonte: trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 183 - Hortaliças no PA Santo Antônio da Fatura, Santo Antonio do Leverger-MT**

Um dos principais problemas enfrentado pelos pequenos produtores é o escoamento da produção, geralmente limitado pela dificuldade de acesso das estradas (especialmente no período chuvoso). Muitos produtores comercializam os seus produtos em feiras e outros vendem para comerciantes que buscam os produtos no próprio assentamento.

### **Agricultura: grandes lavouras**

Nas fazendas os plantios são conduzidos com maquinários modernos (tratores, aviões para pulverização, colheitadeiras, etc.), os tratos culturais seguem instruções técnicas adequadas, há disponibilidade de assistência técnica de alto nível e grande infraestrutura para apoio na produção (alojamentos para trabalhadores, grandes silos, usinas de beneficiamento, etc.). Naquelas onde a agricultura é a atividade predominante, as culturas mais comuns são a soja, o milho, o algodão e a cana-de-açúcar.

- **Soja**

A introdução da soja na região Centro-Oeste deu-se principalmente a partir do final da década de 1960, com pesquisas que tinham o objetivo de obter uma semente que fosse adaptada às condições edafoclimáticas do cerrado. Nesse sentido, Carmo et al (2002) chamam atenção para o fato de que “(...) a pesquisa agropecuária foi fundamental para a viabilização do cultivo de soja na região, através de programas de pesquisa que tinham a finalidade de adaptar a soja às condições de cerrado” (*idem*, 2004:3).

Além das pesquisas, os investimentos em infraestrutura, a formação de corredores de exportação, a construção de estradas para o escoamento da produção e o fornecimento de crédito rural e de incentivos fiscais para que os agricultores capitalizados adquirissem cada vez mais terras, contribuíram para o que Estado do Mato Grosso se transformasse, hoje, no maior produtor de soja do país.



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 184 - Secador de Soja em Jaciara**

No trecho atravessado pela passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, pode ser observado que as lavouras de soja têm crescido a cada ano sua área de plantio. Esse crescimento, por um lado, é fruto de uma política oficial que elegeu a região como uma área com vocação eminentemente agrícola. Por outro lado, a própria tecnologia tem permitido que os produtores avancem em áreas tidas como de solos pobres e arenosos, geralmente antigas áreas de pasto.

Os proprietários dos terrenos disponibilizam suas terras através de vendas ou, como parece ser mais comum hoje em dia, do arrendamento. O contrato de “arrendamento” é estabelecido por safras, seja para demarcar o tempo de sua vigência seja para estabelecer os preços. Geralmente, o arrendo funciona da seguinte forma: o proprietário cede a terra e o arrendatário ara, planta, colhe e fica responsável pela pulverização, e todos os custos de financiamentos que são feitos nos bancos. Muitos dos plantadores de soja da região podem ser definidos como braços de grandes grupos do agronegócio, tais como os Masutti, Grupo Maggi, Cargil entre outros. Impulsionados pelo grande valor de mercado do grão e por grandes incentivos governamentais - via crédito e construção de infra-estrutura -, tais produtores contribuem para uma rápida valorização das terras localizadas sobre áreas planas.

O **ciclo de produção** da soja é normalmente de três meses – embora ele também possa variar, fundamentalmente, em função do regime de chuvas da região -, sendo o



plântio realizado normalmente em novembro ou dezembro e a colheita em junho ou julho. O plântio é realizado de forma mecanizada e em todas as etapas a mecanização está presente. Essa realidade tem feito com que aconteça a redução da mão-de-obra residindo nas propriedades, pois, em muitos casos, os trabalhadores foram “substituídos” por máquinas; - muitos desses trabalhadores acabam migrando para a cidade ou até mesmo para outras regiões.

Uma fazenda média de soja na região pode contar com cerca de 80 **empregados**, divididos entre gerentes, técnicos agrícolas, operadores máquinas e trabalhadores de serviços gerais. Muitos deles têm contrato fixo de carteira assinada com a empresa agrícola, mas a grande maioria dos empregados é contratada temporariamente para desempenhar certas tarefas do ciclo produtivo da soja. Em algumas fazendas, como a Santo Antônio, em Pedra Preta, os empregados podem ser oriundos de outros estados da federação que migram sazonalmente para desempenhar suas tarefas na produção.

- **Milho**

Outra cultura que é produzida na região é o milho, geralmente plantado em parceria com a soja no regime de consorciamento, ou seja, tiram a soja e plantam o milho (safrinha). A lavoura é mecanizada, tendo o milho híbrido como a principal semente. O modelo de produção exige tratores, colheitadeiras e pouca mão-de-obra. O plântio é feito no final do ano no período das chuvas, mas em alguns casos, o milho “safrinha” é plantado logo após a colheita de soja.

- **Algodão**

A produção algodoeira foi observada em fazendas localizadas no município de Pedra Preta. As propriedades chegam a manter 85 funcionários permanentes, com variação positiva de trabalhadores temporários nos períodos de trabalho intenso durante a produção. Segundo depoimentos de administradores e funcionários de fazendas, um maquinista, que atua na fase de beneficiamento do algodão, chega a ganhar entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil mensalmente.

Dentre as fazendas observadas, algumas chegam a mais de 10 mil hectares de plântio distribuído entre soja e algodão. Numa delas, na Fazenda Santo Antônio, localizada em Pedra Preta, são mais de 4.000 hectares de algodão plantados. Desde o plântio, passando pelos tratos culturais, até a colheita, a mecanização domina quase todo o processo. Apenas uma parte do processo ainda é feita manualmente, especialmente a capina (retirada, com uso da enxada, do mato encontrado na lavoura). Para isto, a maior parte da mão-de-obra vem de outros estados, especialmente nordeste, onde se destaca o Maranhão. Mesmo para as etapas dominadas pelas máquinas, os

trabalhadores são recrutados de outros Estados. Neste caso, muitos são provenientes do sudoeste da Bahia, pólo produtor de algodão durante a década de 80.

A produtividade do algodão alcança, em média, 340 arrobas por hectare, enquanto que a produção de soja atinge, também em média, 60 sacas no mesmo espaço. Além da intensidade da mecanização, a quimificação é também considerável. Faz-se uso de tratores e aviões na aplicação de defensivos no combate a pragas e doenças. No algodão, numa única safra, são realizadas três aplicações aéreas, enquanto que a mesma quantidade é usada, também por via aérea, nas lavouras de soja.

Os insumos, quantidades inestimáveis para um levantamento como este, vêm de fora do estado e, em alguns casos, até de outros países. Estas fazendas contam com todo o maquinário de que necessitam. Não somente máquinas e implementos agrícolas, mas máquinas pesadas para abertura de estradas, açudes, poços e outras obras mais complexas. Dispõem ainda de grandes estruturas de secagem (soja), beneficiamento e armazenamento da produção, bem dos insumos (defensivos agrícolas, adubos, calcários). As propriedades também possuem aviões para aplicação de defensivos agrícolas.

- **Atividades Extrativistas: Pesca**

Segundo a lei 11.959, publicada em 29 de Junho de 2009, em seu capítulo IV, seção I, a pesca artesanal é aquela realizada "quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte". Há dois grupos que se dedicam à atividade na região estudada. O primeiro deles, localizado em Concórdia, município de Cáceres, realiza sua atividade ao longo do rio Piraputanga, que banha a comunidade. O segundo grupo, alocado no Distrito da Guia, município de Cuiabá, desempenha suas atividades no rio Cuiabá, que atravessa a comunidade. Ambos os grupos desempenham suas atividades segundo regulamentações do IBAMA, sendo constantemente objetos de fiscalizações por parte do órgão federal.

A pesca na região se realiza ao longo de 8 meses durante um ano, sendo "fechada" durante o período da piracema, entre os meses de novembro e março. Em geral, a pesca é praticada pelo pescador individual ou em duplas, em barcos a motor de "rabeta". Os petrechos de pesca se reduzem ao uso de varas, anzóis e molinetes. Não é permitido o uso de tarrafas, exceto a "tarrafinha" de 3 mm, voltada para a pesca de lambaris. A rotina diária do trabalho do pescador tem início com sua saída para o rio antes do amanhecer, por volta das 5 da manhã, e termina às 3 da tarde. Alguns pescadores podem montar ranchos de pesca à beira do rio, onde eles passam as

noites na pescaria. Durante parte do dia, o pescador atravessa todo um trecho de pesca mais ou menos delimitado. Não foi possível descobrir quais eram as áreas de pesca mais utilizadas pelos pescadores artesanais de Concórdia. Os pescadores do Distrito da Guia, em Cuiabá, costumam navegar num trecho de aproximadamente 10 Km, desde a Barra do Rio Machado, a jusante, até um conjunto de corredeiras, localizado a quase 4 Km a montante do distrito, nas imediações do Ribeirão do Machadinho . Os “pesqueiros” são territorializados, ou seja, são áreas entendidas como preferencialmente ocupadas pelos pescadores habitantes de suas margens.



Fonte: [http://www.infobibos.com/Artigos/2009\\_3/pescador/134Cristhiane1.JPG](http://www.infobibos.com/Artigos/2009_3/pescador/134Cristhiane1.JPG)

**Foto 3.6.5.11 - 185 - Pescador profissional artesanal em ação**

O pescado é armazenado em freezers de propriedade dos pescadores. Os peixes são vendidos às colônias onde cada um deles é vinculado. Os pescadores de Concórdia levam o resultado de sua pesca para Barra do Bugres, onde está localizada a sede da Colônia pesqueira Z-10. Os pescadores da Guia, por sua vez, levam o pescado para Cuiabá, para a sede da colônia Z-1, onde é vendido pelo preço de 12 reais o quilo, nos meses de agosto a novembro, antes da pesca ser proibida pelo IBAMA até março. Os peixes também podem ser comercializados diretamente aos compradores. Embora a prática seja considerada ilegal, ela garante maior rendimento para o pescador, na medida em que o isenta de deixar parte do dinheiro com a sede da Colônia.

Os pescadores entrevistados mencionam muitas dificuldades relacionadas à atividade, especialmente quanto à dificuldade em obter uma rentabilidade mensal razoável. Embora órgãos públicos disponibilizem financiamento para melhorias da atividade de pesca (Caixa Econômica Federal), esses recursos somente podem ser acessados em grupo. Apesar disso, alguns pescadores têm melhorado a infraestrutura de trabalho com recursos próprios, como por exemplo, através da aquisição de melhores barcos.

Na tentativa de complementar a renda familiar, muitos pescadores continuam a pescar mesmo durante a época ruim do ano ou buscam outras atividades, como serviços temporários no setor de construção civil (pedreiros, auxiliares, etc.).

Segundo os pescadores do Distrito da Guia, em Cuiabá, o principal problema responsável pela diminuição da rentabilidade da pesca foi a construção da Hidroelétrica do Manso, entre 1999 e 2002. Por causa da hidroelétrica, os peixes diminuíram substancialmente a partir de 2002. Atualmente os melhores locais que restam para pescaria estão distantes (a montante da usina) e com acesso limitado, devido à resistência dos fazendeiros proprietários das terras que não permitem entrada dos pescadores.

- **Trecho 3: Santa Rita da Araguaia (GO) – Araraquara (SP)**

Ao longo da diretriz do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, as atividades agropecuárias encontradas na AID, são principalmente os grãos (soja, milho, entre outros), a cultura da cana-de-açúcar em franca expansão, a laranja nos municípios paulistas e algumas propriedades no Estado de São Paulo ocupadas com a cultura da seringueira. Além dessas culturas é possível encontrar grandes extensões de terras ocupadas pela pecuária, sobretudo a pecuária de corte.

Pelo modelo de agricultura que é praticada, essas lavouras são cultivadas normalmente em média e, em grandes propriedades, que em sua maioria são terras arrendadas por usinas de açúcar e álcool.

- **Cultivo de Cana-de-açúcar**

Apesar da cana-de-açúcar de ser uma cultura de porte médio o seu manejo, ou seja, o uso de fogo na fase da colheita causa incompatibilidade com a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Destaca-se que foi possível observar durante a pesquisa de campo é que a cana encontra-se em franca expansão nos municípios atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.



Foto 3.6.5.11 - 186 - Cultivo de cana em Populina-SP



Foto 3.6.5.11 - 187 - Cultivo de cana em Limeira do Oeste-MG



Foto 3.6.5.11 - 188 - Área de cerrado sendo preparada para receber o plantio de cana no município de Itarumã-GO



Essa informação referente à expansão da cana é comprovada através de dados elaborados pelo projeto Canasat, que fornece informações utilizando imagens de satélites de sensoriamento remoto, sobre a distribuição espacial da área cultivada com cana na região centro-sul do Brasil. De acordo com os dados elaborados por esses pesquisadores do Canasat é possível observar um crescimento da cana nos municípios atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Conforme dados apresentados no quadro a seguir.

**Quadro 3.6.5.11 - 65 - Cultivo em hectares de cana-de-açúcar nos municípios Paulista atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Safra 2008/02009**

Município	Soca8	Reformada	Em reforma	Expansão	Total
Araraquara	33.839	4.635	5.555	2.965	46.994
Novo Horizonte	31.511	1.443	3.470	3.135	39.559
Itápolis	22.947	1.783	2.969	5.841	33.540

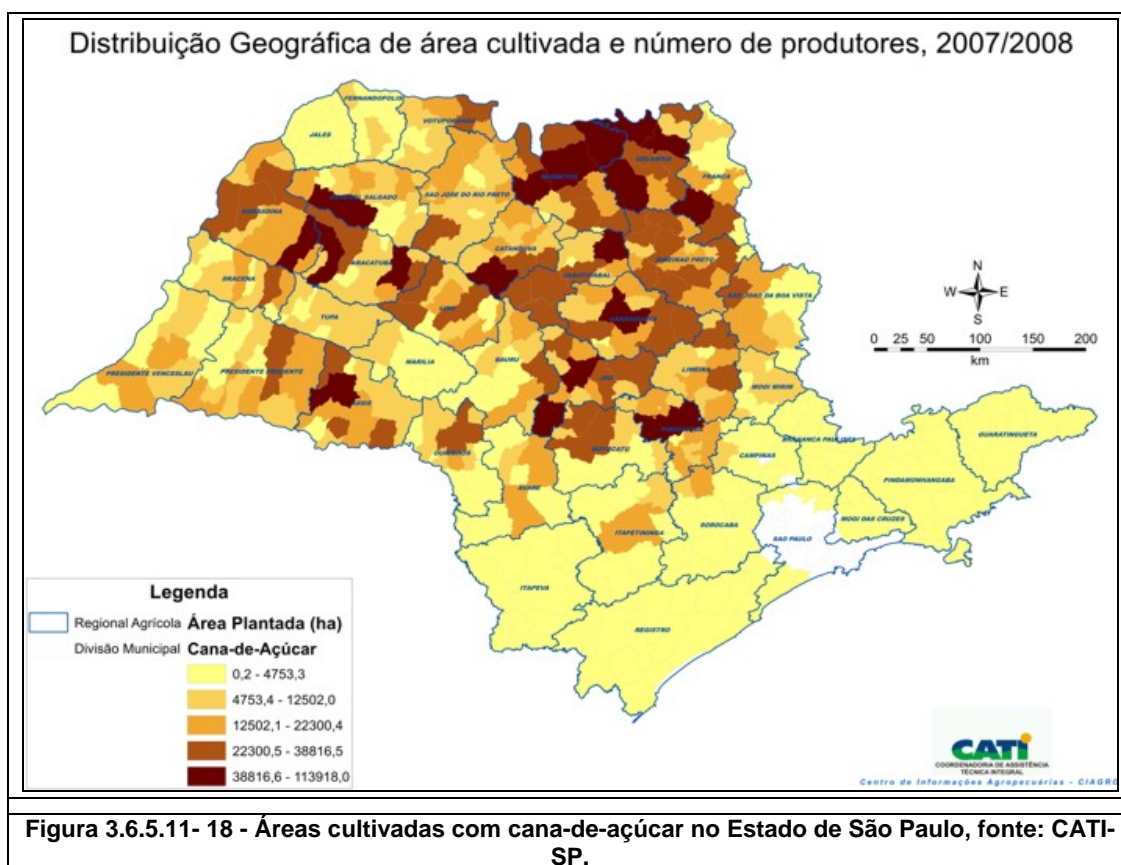
8 Os pesquisadores do Canasat definem soca como a classe de lavouras de cana que já passaram por mais de um corte, ou seja, é a cana que rebrotou de uma planta ou de uma soca. Nesta classe

Município	Soca8	Reformada	Em reforma	Expansão	Total
Itajobi	17.186	2.004	3.837	2.597	25.624
Borborema	15.299	1.052	3.270	4.424	24.045
José Bonifácio	12.915	118	1.219	7.774	22.026
Monte Aprazível	11.312	776	1.740	3.198	17.026
Urupês	8.953	739	2.444	2.090	14.226
Nhandeara	6.273	0	947	3.684	10.904
Potirendaba	6.004	0	360	2.579	8.943
Fernandópolis	5.621	403	1.025	1.658	8.707
Tabatinga	5.287	213	1.184	1.320	8.004
Gavião Peixoto	5.966	753	881	390	7.990
Irapuã	5.857	55	842	1.218	7.972
Populina	2.386	227	189	5.035	7.837
Neves Paulista	4.610	133	971	1.790	7.504
Nova Europa	5.649	578	539	276	7.042
Macaubal	3.700	0	215	2.606	6.521
Nova Aliança	4.325	0	11	2.079	6.415
Nipoã	3.600	201	938	370	5.109
Floreal	1.740	0	2	2.605	4.347
Estrela D'Oeste	2.712	117	689	686	4.204
Ouroeste	2.950	42	0	1.184	4.176
União Paulista	1.858	270	447	352	2.927
Meridiano	1.801	23	161	686	2.671
Valentim Gentil	1.113	0	0	458	1.571
Turmalina	155	43	53	140	391
<b>Total</b>	<b>228.167</b>	<b>15.610</b>	<b>34.071</b>	<b>65.382</b>	<b>334.230</b>

Fonte: [www.dsr.inpe.br/canasat/index.jsp](http://www.dsr.inpe.br/canasat/index.jsp) [capturado em outubro de 2009]

Conforme dados do quadro a seguir no Estado de São Paulo, os municípios localizados na área de influência do empreendimento da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 cultivaram na Safra 2008/2009 uma área de 339.054 hectares. Entre os municípios que merece destaque estão Araraquara, Novo Horizonte, Itápolis e Itajobi que juntos cultivam cerca de 50%, ou seja, plantaram cerca de 169.762 hectares da área total plantada pelos municípios influenciados pelo empreendimento no Estado de São Paulo.

9 No estudo os pesquisadores consideram como área cultivada a área de colheita, de reforma e de expansão da cana-de-açúcar



Já nos municípios goianos influenciados pelo empreendimento a cana encontra-se, praticamente em expansão conforme pode ser observado no quadro a seguir, o que demonstra que a cana nestes municípios vem sendo plantada nos últimos anos.

**Quadro 3.6.5.11 - 66 - Cultivo em hectares de cana-de-açúcar nos municípios**

**Goianos atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Safra 2008/02009**

Município	Soca	Reformada	Em reforma	Expansão	Total
Itarumã	0	0	0	640	640
Jataí	0	0	0	268	268
Mineiros	0	0	0	2.707	2.707
Santa Rita do Araguaia	0	0	0	0	0
Serranópolis	3.722	0	172	3.222	7.116
<b>Total</b>	<b>3.722</b>	<b>0</b>	<b>172</b>	<b>9.090</b>	<b>12.984</b>

Fonte: [www.dsr.inpe.br/canasat/index.jsp](http://www.dsr.inpe.br/canasat/index.jsp) [capturado em outubro de 2009]

Os municípios localizados na área de influência do empreendimento no Estado de Goiás cultivaram na Safra 2008/200910 uma área de 12.984 hectares e o município que apresenta maior área plantada é Serranópolis com 7.116 hectares, seguindo por Mineiros 2.707 hectares.

10 No estudo os pesquisadores consideraram como área cultivada a área de colheita, de reforma e de expansão da cana-de-açúcar

Já nos dois municípios do Estado de Minas Gerais influenciados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, a área total plantada corresponde 19.991 hectares conforme demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro 3.6.5.11 - 67 - Cultivo em hectares de cana-de-açúcar  
nos municípios Mineiros atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Safra  
2008/02009**

Município	Soca	Reformada	Em reforma	Expansão	Total
Iturama	24.665	1.906	2.035	2.296	30.902
Limeira do Oeste	11.330	148	85	7.526	19.089
<b>Total</b>	<b>35.995</b>	<b>2.054</b>	<b>2.120</b>	<b>9.822</b>	<b>49.991</b>

Fonte: [www.dsr.inpe.br/canasat/index.jsp](http://www.dsr.inpe.br/canasat/index.jsp) [capturado em outubro de 2009]

No caso dos municípios do Estado de Minas Gerais o que chama atenção são as áreas de expansão, sobretudo, no município de Limeira do Oeste, a área de expansão da cana-de-açúcar nesse município corresponde a 7.526 hectares.

Sobre a expansão da cana na região da Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 T, foi possível observar que além das usinas já existentes, existem outras em fase de instalação e ampliação pertencentes a grupos do setor tais como no caso a Brenco em Mineiros-GO, Coruripe em Limeira do Oeste-MG, ETH em Itarumã-GO, entre outras .



**Foto 3.6.5.11-189 - Construção de usina de açúcar e Alcool no município de Limeira do Oeste – MG**



**Foto 3.6.5.11-190 - Usina no município de Populina-SP.**

Num levantamento realizado na União de produtores de Bioenergia foi constatada que na região de influência deste trecho da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, que compreende de Santa Rita do Araguaia em Goiás até Araraquara no Estado de São Paulo, foi possível identificar 26 usinas, sendo que 16 já estariam instaladas, nove usinas estariam na condição de novas unidades e uma especificamente no município de Iturama-MG seria exclusivamente para Biodiesel. Das



já instaladas o destaque vai para os municípios do Estado de São Paulo que somam a totalidade, já as novas estão concentradas principalmente nos municípios goianos.

**Quadro 3.6.5.11 - 68 - Usinas associadas à União de produtores de Bioenergia nos municípios influenciados pelo empreendimento**

Usina	Município	Estado	Condição
Energética Serranópolis -	Serranópolis	Goiás	Unidade instalada
Sinimbú	Serranópolis	Goiás	Nova unidade
Cosan Centroeste -	Jataí	Goiás	Nova unidade
Elcana	Jataí	Goiás	Nova unidade
Jataí	Jataí	Goiás	Nova unidade
Morro Vermelho	Mineiros	Goiás	Nova unidade
Rio Doce- Unidade II -	Caçú	Goiás	Nova unidade
ETH Bioenergia - Unidade Rio Claro -	Caçú	Goiás	Nova unidade
Itarumã - I	Itarumã	Goiás	Nova unidade
<b>Total de Usinas nos municípios do Estado de Goiás</b>			<b>09</b>
Biodiesel Triângulo -	Iturama	Minas Gerais	Unidade de Biodiesel
Coruripe - Filial Iturama -	Iturama	Minas Gerais	Unidade instalada
Coruripe - Filial Limeira do Oeste	Limeira do Oeste	Minas Gerais	Unidade instalada
Cabrera Central Energética	Limeira do Oeste	Minas Gerais	Nova unidade
<b>Total de Usinas nos municípios do Estado de Minas Gerais</b>			<b>04</b>
Meridiano	Meridiano	São Paulo	Unidade instalada
Ouroeste	Ouroeste	São Paulo	Unidade instalada
Alcoeste	Fernandópolis	São Paulo	Unidade instalada
Zanin	Araraquara	São Paulo	Unidade instalada
Maringá	Araraquara		Unidade instalada
Tamoio	Araraquara	São Paulo	Unidade instalada
Santa Isabel	Novo Horizonte	São Paulo	Unidade instalada
São José da Estiva	Novo Horizonte	São Paulo	Unidade instalada
CEMMA	Monte Aprazível	São Paulo	Unidade instalada
Oeste Paulista	Monte Aprazível	São Paulo	Unidade instalada
Catanduva - Unidade José Bonifácio	José Bonifácio	São Paulo	Unidade instalada
Malosso	Itápolis	São Paulo	Unidade instalada
Santa Fé	Nova Europa	São Paulo	Unidade instalada
<b>Total de Usinas nos Municípios do Estado de São Paulo</b>			<b>13</b>
<b>Total Geral de Usinas na Área de Influência</b>			<b>26</b>

Fonte: União dos produtores de Bioenergia (UDOP)

Uma explicação do aumento e da expansão dessa cultura e de usinas nessa região esta associada à valorização do biodiesel como uma alternativa para a produção de combustível menos poluente. Em alguns casos, os usineiros têm usado o slogan de preservação do meio ambiente para justificar essa expansão.



Foto 3.6.5.11-191 - Placa indicando a relação "positiva" da cana para o meio ambiente



Foto 3.6.5.11-192 - Placa indicando a futura instalação de uma usina biodiesel em Itarumã-GO

Outro elemento relacionado com a cultura da cana é a forte atração de trabalhadores rurais, vindo de diversas regiões do país, sobretudo do nordeste, para trabalhar no corte da cana.

No entanto, segundo informações de alguns entrevistados, nos últimos anos as usinas têm preferido contratar trabalhadores que tenham residência na região do corte, pois o Ministério do Trabalho tem atuado com mais rigor e intensidade na fiscalização das condições de trabalho e no cumprimento de direitos trabalhistas. Outra característica dessa cultura é a grande circulação de veículos longos e pesados conhecidos como Bitrem, tritrem ou alguns conhecem pelo apelido de *Julieta*.



Foto 3.6.5.11 - 193 - Bi-trem em estrada de terra no município de Limeira do Oeste - MG



Foto 3.6.5.11 - 194 - Bi-trem circulando em rodovia estadual (SP) no Estado de São Paulo

No caso da circulação desses veículos foi possível observar principalmente nos municípios do Estado de São Paulo, que esses circulam não só nas estradas rurais, mas também, com frequências as rodovias estaduais e federais que cortam a região.

- **Grãos**

Na região próxima aos municípios de Mineiros e Serranópolis-GO, foi possível identificar algumas áreas sobretudo, os chapadões destinadas ao plantio de grãos (Soja, milho e sorgo). No entanto, é importante ressaltar que a soja é a cultura que possui um destaque maior. Ela começa a ser plantada no Centro-Oeste no início da década de 1970 através de programas governamentais de expansão agroindustrial que tinham a soja como estratégia de desenvolvimento econômico para a região.

Sobre o manejo dessas culturas um produtor explicou que normalmente, essas culturas são plantadas em períodos intercalares, ou seja, quando é colhida a soja o produtor prepara a terra e planta o milho ou sorgo. O modelo de produção exige tratores, colheitadeiras e pouca mão-de-obra.



Foto 3.6.5.11 - 195 - Típica lavoura de soja no Estado de Goiás.



Foto 3.6.5.11 - 196 - Área preparada para receber cultivo de grãos.

Entende-se que não há incompatibilidade deste cultivo com o empreendimento, entretanto, a presença da linha não permite a realização de sobrevôos para lançamento de produtos químicos, na faixa de servidão, sem a pulverização o rendimento das lavouras situadas na faixa tende a ser inferior às demais áreas.

- **Pecuária**

A pecuária na região é cultivada em grandes áreas de extensão, onde podem ter pastagens naturais e pastagens artificiais. Esse tipo de atividade econômica está associada com a própria cultura de ocupação, sobretudo nos municípios do Estado Goiás, onde a relação do vaqueiro e fazendeiro foi uma das primeiras formas de ocupação e da relação trabalhistas nestes locais. É importante ressaltar que a pecuária é uma atividade que tem menos capacidade de absorver mão de obra do que aquela observada em outras atividades como as lavouras de grãos, segundo Carmo et al (2002).

*“(...) em 100 alqueires de grãos, utilizam-se no mínimo dois ou três tratoristas e um operador de colheitadeira; na pecuária, um peão é suficiente para cuidar desta área” (idem, 2002:).*

Em função dessa observação é possível apontar o porquê de encontrar poucos moradores nas zonas rurais, percorridas no traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, neste trecho, ou seja, as atividades agrícolas praticadas nas áreas requerem pouca mão de obra.

Ainda sobre o gado, na região goiana é importante, ressaltar que apesar de ser ainda uma atividade importante na região, a pecuária vem perdendo espaço ou sendo substituída por outras atividades como a cana e os grãos.



**Foto 3.6.5.11 - 197 - Gado de corte em pastagens no município de Itarumã-GO**



**Foto 3.6.5.11 - 198 - Pastagens com gado no município de Itarumã-GO.**

Sobre a forma de manejo, o mais comum é a criação de gado de corte tendo a raça nelore como carro chefe criados na forma extensiva. No entanto, em algumas propriedades, sobretudo menores ou basicamente de agricultores familiares é possível encontrar um rebanho leiteiro, tendo a raça gir e holandesa como as mais criadas.



**Foto 3.6.5.11 - 199 - Tanques para armazenar leite, utilizados por produtores rurais, ao longo do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho**



**Foto 3.6.5.11 - 200 - Tanque de expansão para o recebimento de leite.**

– Araraquara 2, Nº 02.

No caso do gado leiteiro, o leite que é retirado pelos produtores fica armazenado em tanque de expansão, normalmente coletivos que é recolhido por cooperativas ou por indústrias lácteas em média três vezes por semana.

Outra característica importante do gado diz respeito ao aspecto sociocultural, no qual as festas relacionadas aos rodeios, exposições agropecuárias, cavalgadas e os leilões de gado recheiam o universo das comunidades visitadas.



Foto 3.6.5.11 - 201 - Cartaz de cavalgada, no Distrito de Itapirema, município de Nova Aliança-SP.



Foto 3.6.5.11 - 202 - Cartaz de divulgação de festa de bairro com convite para leilão de gado, no município de Itapópolis -SP.

- **Citros**

A cultura do citros, sobretudo laranja e limão, foi encontrado somente nos municípios paulistas. Já no município de Populina é possível encontrar algumas lavouras de laranja que vão se estender até próximo ao município de Araraquara.



Foto 3.6.5.11 - 203 - Lavoura de Laranja as margens de rodovia estadual em São Pulo-SP, município de Nova Aliança.



Foto 3.6.5.11 - 204 - Lavoura de Laranja em Populina-SP.

A laranja na região seguiu o ciclo de substituição de culturas, ou seja, segundo fontes de campo, a laranja começou a se expandir e a substituir as antigas lavouras de café que ocupavam essa região. Com a expansão da laranja, vieram toda uma infraestrutura e empresas ligadas ao setor.

Conforme entrevista realizada em campo, um produtor explicou que a laranja produzida na região tem como finalidade principal, abastecer as indústrias fabricantes de suco.



Foto 3.6.5.11 - 205 - Fábrica da Cutrale próximo a Itapópolis-SP



Foto 3.6.5.11 - 206 - Empresa Limex no município de Urupês SP

Apesar de ter assumido uma importância econômica muito grande para a região, muitas áreas cultivadas com citros têm sido substituídas pelo plantio de cana-de-açúcar. Essa realidade tem sido mais constante nos últimos cinco anos.

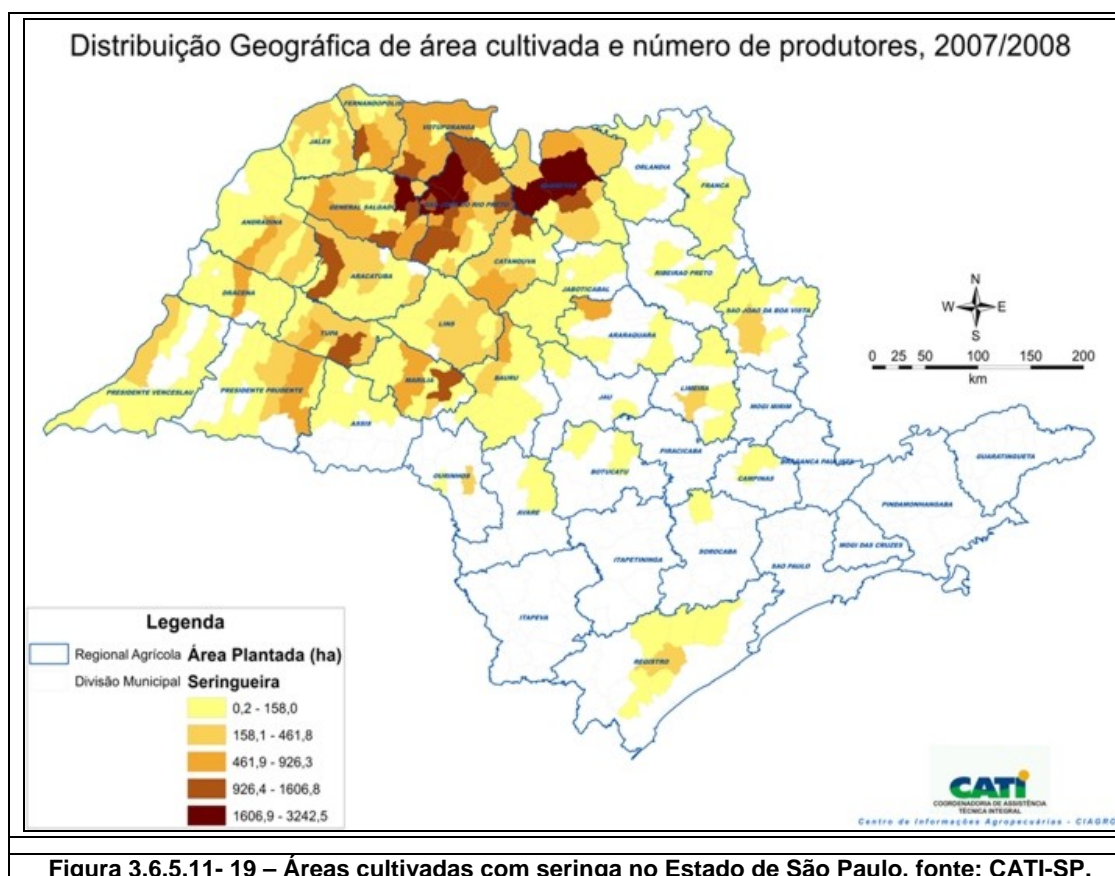


Foto 3.6.5.11 - 207 - Lavoura de Laranja sendo arrancada para ser substituída pela cana-de-açúcar entre os municípios de Borborema e Itapópolis em SP.

- **Seringueira**

A cultura da Seringueira no estado de São Paulo ocupa um papel importante na produção de Borracha Natural. Segundo dados da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral de São Paulo - CATI (2009) em termos de área plantada são

aproximadamente 78.000 hectares, distribuído por cerca de pouco mais de 4.000 propriedades, no Estado.



**Figura 3.6.5.11- 19 – Áreas cultivadas com seringa no Estado de São Paulo, fonte: CATI-SP.**

Em função de seu porte a presença de seringueiras é incompatível com o empreendimento. É preciso registrar que foram encontradas o cultivo dessa espécie apenas em algumas propriedades localizadas nos municípios paulistas influenciados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, principalmente entre os municípios de Populina até Nova Aliança. Totalizando cerca de 939 unidades de produção, numa área de pouco mais de 16.000 hectares. O município que merece destaque é Monte Aprazível com cerca de 215 unidades de produção.

**Quadro 3.6.5.11 - 69 - Seringueira, por Municípios influenciados pelo empreendimento no Estado de São Paulo safra 2007/08.**

Município	UPAs*	Área ha	Plantas	Ranking de Área
Monte Aprazível	215	3.242,50	1.504.746	1
Nhandeara	111	2.070,50	1.165.610	5
José Bonifácio	49	1.383,10	629.680	10
Macaubal	119	1.300,50	665.112	13
Neves Paulista	45	1.278,40	681.100	15
Estrela d'Oeste	42	1.155,10	517.525	18

Município	UPAs*	Área ha	Plantas	Ranking de Área
Fernandópolis	43	783,80	390.790	29
Meridiano	21	554,80	269.250	37
Nipoã	32	549,80	271.350	38
Novo Horizonte	39	546,80	256.550	39
Valentim Gentil	23	351,10	150.727	60
Nova Aliança	23	337,40	229.400	65
Turmalina	29	309,30	148.650	69
Floreal	18	301,50	140.300	72
União Paulista	34	276,10	261.090	76
Itajobi	23	272,80	143.200	77
Irapuã	9	271,00	156.000	78
Populina	12	253,70	111.200	79
Urupês	9	227,60	76.580	84
Ouroeste	12	129,60	57.900	124
Potirendaba	13	122,70	59.200	128
Borborema	8	110,40	56.900	135
Itápolis	7	91,60	46.500	148
Tabatinga	1	72,60	35.164	164
<b>Total</b>	<b>951</b>	<b>16.146,20</b>	<b>8.105.904</b>	

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA.

\*UPA's Unidades de Produção Agropecuárias

No quadro Referência observa-se que apenas três municípios da Área de Influência do empreendimento da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02 não cultivam esse tipo lavoura. Foi possível observar no trabalho de campo que essa cultura na área de Influência Direta está centrada, sobretudo, em médias e pequenas propriedades.



Foto 3.6.5.11 - 208 - Seringueira no município de Populina-SP



Foto 3.6.5.11 - 209 - Seringal no município de Estrela do Oeste - SP



No entanto, entre os municípios de Nipoã, José Bonifácio e Neves Paulista foi encontrada uma grande propriedade denominada fazenda Santa Helena, onde existe uma usina de processamento de látex, serraria, olaria e vilas perfilando um total de 50 casas de trabalhadores que estão em sua maioria envolvidos com a atividade da seringa. De acordo com um funcionário entrevistado seriam aproximadamente 180 alqueires de terra, sendo boa parte ocupada com seringais.



Foto 3.6.5.11 - 210 - Vista da vila na fazenda Santa Helena em José Bonifácio-SP



Foto 3.6.5.11 - 211 - Seringal da fazenda Santa Helena em José Bonifácio-SP.

- **Sistema de Integração da Perdigão**

Alem da pecuária e das culturas citadas anteriormente outra atividade econômica encontrada no município de Mineiros-GO foi o sistema de integração da Perdigão, que é caracterizado pelos contratos entre a Perdigão e os proprietários rurais, que ficam responsáveis pela criação de aves para o abate e processamento, estes últimos realizados em uma unidade da empresa instalada no município.

Essa unidade da Perdigão foi inaugurada em 2007, numa área de 135 hectares, sendo composto de dois abatedouros, um incubatório e uma fábrica de ração. O complexo tem capacidade para processar 81 mil toneladas anuais de produtos à base de carne de aves pesadas, o equivalente a 24 mil cabeças de perus e 140 mil de frangos e de aves chester por dia.

Segundo Souza e Ribeiro (2009) a unidade de Mineiros é conhecida como “Complexo Araguaia”, sendo especializada no abate e processamento de peru e *chester*, consideradas “aves pesadas”.

No processo de criação das aves a empresa dividiu os proprietários que estão participando da integração em dois grupos, aqueles responsáveis pela fase inicial, e os responsáveis pela fase terminal. Essas propriedades que fazem parte do processo de

integração são conhecidas como Núcleo do Sistema Integrado da Perdigão, nas placas de identificação de cada núcleo é possível identificar o nome do proprietário da granja.

Os recursos utilizados pelos produtores integrados na construção dos módulos provêm principalmente do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) via Banco do Brasil.

Normalmente em cada, propriedade existe um casal que fica responsável por tomar conta até de 44.000 aves, esses funcionários são conhecidos como coordenadores de produção. Durante o período de transferência das aves para a fase de terminação ou até mesmo abate, são contratadas empresas especializadas nesse tipo de tarefa.

As instalações conhecidas como módulos correspondem a galpões de 100mx8m para as aves, silos de armazenamento de ração, casas para os empregados, composteira e depósito de gás para aquecimento dos galpões. Em algumas propriedades é possível encontrar plantações de eucalipto envolta das granjas, que servem como barreira de vento e que também, são explorados pela própria Perdigão.

O manejo e as normas das granjas seguem um padrão bem rigoroso, não permitindo a entrada de estranhos na área dos galpões, e a entrada nos galpões dos funcionários só é possível depois de realizar todos os tramitem profiláticos

- **Eucalipto**

Em relação a cultura do eucalipto não foi identificado nenhuma plantação expressiva. No entanto, em alguns trechos encontrou-se eucalipto plantado como cerca de ventos, principalmente nos municípios de Goiás, ou na divisa de algumas propriedades que se encontravam próximas a estradas.



**Foto 3.6.5.11-212 - Eucalipto plantado nas margens de campo de futebol.**



**Foto 3.6.5.11-213 - Eucalipto plantado como cerca viva de fazenda.**

### c. Travessia de Rios Navegáveis

O traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 cruzará ou margeará diversos rios tributários das sub-bacias hidrográficas pertencentes às bacias regionais do rio Amazonas, Tocantins e Paraná. Dentre as sub-bacias e rios contribuintes atravessados pelo traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, destacam-se:

**Quadro 3.6.5.11- 70 - Sub-bacias e principais rios contribuintes atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Sub-bacia	Curso d'água	Comprimento da Travessia (m)
Rio Jamari	Rio Candeia	68
	Rio Jamari	53
	Rio Canaã	113
	Rio Pardo	20
	Rio Ji-Paraná	Rio Jauru
	Cór. Índio	ND
	Cocheiro	ND
	Rio Guaporé	Rio Cabixi
	Rio Guaporé	30
	Rio Jauru	303
	Rio Branco	30
	Rio Sepotuba	116
	Rio Paraguai	75
Rio Cuiabá	Rio Cuiabá	130
	Rio Coxipo	41
Rio São Lourenço	Rio São Lourenço	57
Rio Araguaia	Rio Araguaia	26
Rio Paranaíba	Rio Verde	102
Rio Paranaíba	Rio Paranaíba	798
Rio Grande	Rio Grande	401
Rio Tietê	Rio do Cubatão	245

N.D.: Não Determinado – Fotos de satélite com baixa resolução e/ou cobertura de nuvens

Na maioria dos rios identificados ao longo do corredor em estudo e no entorno dos empreendimentos a navegação se dá através de embarcações a remo para a pesca de subsistência, em especial no período de cheia (entre novembro e março). A exceção de rios maiores os quais permitem a navegação de embarcações com passageiros ao longo de todo o ano e embarcações motorizadas destinadas a pesca esportiva, em especial nos rios os quais as sedes municipais se situam as suas margens, dentre os principais rios que permitem navegação, podemos citar:

- **Rio Jamari:** A nascente do rio Jamari localiza-se no sudoeste da Serra dos Pacaás Novos, em Rondônia, apresentando um desenvolvimento no sentido norte com desembocadura na margem direita do rio Madeira. Seus principais afluentes pela margem direita são os rios Branco, Preto do Crespo e Quatro Cachoeiras e, pela margem esquerda, os rios Massangana e Candeias. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 abrangerá uma extensão próxima de 217 km, em cujo percurso destacam-se as travessias do rio Candeias e do próprio rio Jamari.
- **Rio Ji-Paraná (ou Rio Machado):** tem sua nascente localizada na Chapada dos Parecis formada pela confluência dos rios Comemoração e Pimenta Bueno. Constitui o mais importante afluente do rio Madeira, devido à longa extensão de seu curso, atravessando todo o Estado de Rondônia no sentido sudeste-norte. A área de drenagem contribuinte é de 75.400 km<sup>2</sup> e descarga média anual de 700 m<sup>3</sup>/s, apresentando um comprimento total de 972 km. Ao longo de seu curso, recebe a contribuição de outros 5 tributários: Rolim de Moura, Urupá, Jarú, Machadinho e Preto. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 abrangerá uma extensão de 331 km, adentrando nas suas porções médias. A partir das proximidades da cidade de Ji-Paraná, a trajetória da linha acompanhará o curso do rio principal, cortando diversos pequenos tributários contribuintes pela margem esquerda.
- **Rio Guaporé:** o rio Guaporé nasce no Estado de Mato Grosso, nos contrafortes meridionais da Serra dos Parecis, em altitudes próximas de 650 m. A maior parte do seu percurso atua como linha divisória entre o Brasil e a Bolívia. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 abrangerá uma extensão de 384 km, cortando uma seqüência de tributários afluentes pela sua margem direita.
- **Rio Paraguai:** O rio Paraguai nasce na Chapada dos Parecis, no estado de Mato Grosso e desemboca ao sul no rio Paraná, após receber vários tributários, principalmente da margem esquerda. Faz fronteira do Brasil com a Bolívia só num trecho ao sul da Bolívia. Em seu percurso inicial, cerca de 50 km, tem o nome de rio Paraguaiozinho, mas logo passa a ser conhecido como rio Paraguai, percorrendo um trajeto de cerca de 2.621 Km até sua foz, no rio Paraná. A bacia do rio Paraguai constitui uma das doze regiões hidrográficas do território brasileiro. Dentre estes tributários, destaca-se o **rio Jauru**. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 atravessará as porções médio-alto da bacia em uma extensão aproximada de 246 km, cortando o curso d'água principal e pequenos tributários contribuintes pela sua margem direita.

- **Rio Cuiabá:** nasce no município de Rosário do Oeste, nas encostas da Serra Azul, tendo como formadores os rios Cuiabá da Larga e Cuiabá do Bonito. Após a confluência destes rios recebe o nome de Cuiabazinho e somente após encontrar o rio Manso, passa a se chamar de Cuiabá. É um dos principais afluentes do Rio Paraguai. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 atravessará as porções médio-alto da bacia em uma extensão aproximada de 179 km, cortando o curso d'água principal e pequenos tributários contribuintes pela sua margem esquerda.
- **Rio São Lourenço:** rio situado na região do Pantanal Norte, bacia do Prata, afluente pela margem direita do Rio Cuiabá e conseqüentemente uns dos formadores do Rio Paraguai. Rio com uma estrutura de pesca muito boa, com praias, areões, alguns pontos com corredeiras e até ilha. O volume de água é grande e o rio bem sinuoso apresentando trechos estreitos e outros bem largos. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 atravessará as porções médio-alto da bacia em uma extensão aproximada de 167 km, cortando o curso d'água principal e pequenos tributários contribuintes pela sua margem esquerda.
- **Rio Araguaia:** nasce no estado de Goiás, nos contrafortes da Serra do Caiapó, próximo ao Parque Nacional das Emas, na divisa com os Estado de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, desaguando no rio Tocantins pela sua margem esquerda. Este rio faz a divisa natural entre os Estados de Mato Grosso e Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará. Seus principais afluentes são: Rio das Mortes e Cristalino. Na metade do seu percurso o Araguaia se divide formando a maior ilha fluvial do mundo a Ilha do Bananal, importante área de pesca e turismo ao longo do rio. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 cruzará uma pequena extensão da região de cabeceiras desta bacia em percurso aproximado de 73 km.
- **Rio Paranaíba:** nasce na serra da Mata da Corda, município de Rio Paranaíba, estado de Minas Gerais. Tem aproximadamente 1.070 Km de curso até a junção ao rio Grande, onde ambos passam a formar o rio Paraná, no ponto que marca o encontro entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, e forma a divisa natural de Minas Gerais com Goiás e, já próximo de sua foz, de Minas Gerais com Mato Grosso do Sul. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 abrangerá uma extensão de 332 km do baixo curso desta bacia. Grande parte deste percurso acompanha o alinhamento da drenagem do rio Verde, um dos tributários afluentes pela margem direita do rio Paranaíba.

- **Rio Grande:** nasce no estado de Minas Gerais na Serra da Mantiqueira em Bocaina de Minas e percorre 1.360 km até encontrar o rio Paranaíba, formando o rio Paraná. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 cruzará transversalmente uma pequena extensão do território bacia, com percurso aproximado de 77 km, em região situada próximo a sua foz no rio Paraná.
- **Rio São José dos Dourados:** nasce em Mirassol, e abastece parte do município, passa por municípios como Neves Paulista, Monte Aprazível, e Nhandeara. Tem a foz no rio Paraná, correndo paralelamente ao rio Tietê. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 cruzará transversalmente uma pequena extensão do território bacia, com percurso aproximado de 45 km.
- **Rio Tietê:** nasce nas contrafortes da serra do mar, no município paulista de Salesópolis em cotas aproximadas de 1.120 m, atravessando em seu percurso a capital do estado de São Paulo e praticamente todo o território paulista indo desaguar no rio Paraná. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 não cruzará o curso d'água principal, contornando longitudinalmente a região próxima aos divisores de água desta bacia em um percurso aproximado de 228 km. Nesta extensão, a linha atravessa diversos pequenos tributários formadores afluentes pela margem direita do rio Tietê.
- **Navegação e Usos dos Rios ao longo do corredor em estudo:** Nos primeiros Km do traçado e na área em estudo do Eletrodo de Terra Nº 02 – RO os rios identificados nas Áreas de Influência Direta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 são tributários do Rio Candeias, divisor natural entre os municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari. No trecho de Porto Velho foram identificados o Rio das Garças, João Ramos e Cavalão “Véio”. No município de Candeias do Jamari o único rio identificado foi o Tapagi. O uso desses rios está relacionado a extração comercial de areia, transporte fluvial, fornecimento de alimento às famílias locais, pesca esportiva e lazer.

Uma das atividades comerciais realizadas no Rio Candeias é a extração de areia. Diversas empresas mineradoras exploram o leito e as margens do Rio, fornecendo a produção principalmente para as obras de construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira. Segundo informações coletadas na cidade de Candeias do Jamari, a atividade está ocasionando a degradação ambiental do Rio, situação que está levando a Prefeitura a acionar os órgãos ambientais e exigir compensações/recuperação das áreas impactadas.



Pesquisa de campo, 06/02/2010 a 13/02/2010

**Foto 3.6.5.11 - 214 - Rio Candeias – Candeias do Jamari (RO)**



Pesquisa de campo, 06/02/2010 a 13/02/2010

**Foto 3.6.5.11 - 215 - pequena embarcação – Rio João Ramos– Porto Velho (RO)**

Como principal rio da região estudada, o Candeias é o que apresenta melhores condições de navegabilidade, apesar das grandes cachoeira não permitirem o transporte fluvial em todo o seu curso no período de verão. As embarcações mais utilizadas são os barcos de alumínio e lanchas com comprimento até 8 metros. Em função da grande quantidade de cachoeira, os rios menores possuem navegação muito restrita, inclusive no período de inverno. Nesses rios a navegação é realizada com pequenas canoas e somente em alguns trechos.

O trecho do Rio Jamari localizado nas Áreas de Influência Direta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 não possui nenhuma ponte. As pontes existentes encontram no Rio das Garças e Cavalo “Véio”, em Porto Velho; e no Rio Tapagi, em Candeias do Jamari. Na Linha 22, na AID do Eletrodo de Terra Nº 02, o acesso encontra-se limitado pela ausência de uma ponte sobre o Rio João Ramos, inviabilizando a ligação da região com a BR 364, no sentido Porto Velho/Candeias do Jamari. Um dos acessos à AID do Eletrodo de Terra Nº 02, ocorre pela travessia do Rio Candeias através uma balsa, ligando as linhas 43 e 27 à cidade de Candeias do Jamari.



Pesquisa de campo, 06/02/2010 a 13/02/2010

**Foto 3.6.5.11 - 216 - Rio João Ramos – Porto Velho (RO)**



Pesquisa de campo, 06/02/2010 a 13/02/2010

**Foto 3.6.5.11 - 217 - Ponte sobre o Rio Cavalo “Véio” – Porto Velho (RO)**

A pesca esportiva é uma atividade que cada vez mais ganha importância na região, sendo o Rio Candeias o destino mais procurado pelos turistas e pescadores profissionais das cidades de Porto Velho e Candeias do Jamari. Esta modalidade se intensifica no verão, período que ocorre os festivais de pesca, bastante comum na região. Para a população residente na AID, a pesca é uma atividade que está mais relacionada ao lazer do que como uma base relevante da dieta familiar. Ela é realizada com maior frequência pelas famílias que vivem em propriedades cortadas ou próximas aos rios. O Rio das Garças, João Ramos e Tapagi, são os mais procurados, locais onde são pescadas as espécies Tucunaré Jatuarana, Piau, Traíra e Cará.

No Estado do Mato Grosso, com exceção do rio Guaporé que permite a negação de embarcações com passageiros, somente no período da cheia (entre novembro e março) não foram identificados trechos de rios navegáveis no corredor em estudo. Em geral a navegação destes rios no trecho pesquisado se dá através de embarcações a remo para a pesca de subsistência.



Foto 3.6.5.11 - 218 - Embarcações a remo de moradores do rio Cuiabá

Em virtude de estarem localizadas em propriedades particulares e com o acesso por consequência impedido, inclusive para a população da região, não foi possível visitar todos os possíveis pontos de travessia do empreendimento sobre os rios do corredor.

O Rio Guaporé nasce na Chapada dos Parecis, na sua extensão de aproximadamente 1.400 km, cerca de 1.000 km são navegáveis a partir de Vila Bela da Santíssima Trindade, passando pelas cidades de Pontes e Lacerda e seguindo até Vila Bela da Santíssima Trindade, O Rio Guaporé possui uma grande importância para Pontes e Lacerda, tanto para pesca e para o turismo e lazer, promovendo Festival de Pesca, com diferentes categorias para o campeonato de pesca, como: pesca embarcada, pesca esportiva e outras atividades que são desenvolvidas na beira do rio.





Fonte: <http://www.ponteselacerda.mt.gov.br>

**Foto 3.6.5.11 - 219 - Campeonato de pesca no rio Guaporé**

Outro rio de relevância no segundo trecho do traçado é o rio São Lourenço. O rio é utilizado pela população local como área de pesca e por possuir praias, areões, alguns pontos com corredeiras e até ilha. O volume de água é grande e o rio bem sinuoso apresentando trechos estreitos e outros bem largos. A navegação apesar de tranqüila merece atenção especial devido a quantidade de sedimento e troncos depositados no leito do rio. O rio é utilizado tanto para a pesca artesanal como para a pesca esportiva, da população residente, principalmente em Rondonópolis – MT.

No trecho 3 da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, entre os municípios de Santa Rita do Araguaia(GO) e Araraquara (SP) os principais rios navegáveis encontrados foram os rios Paranaíba, que divide os Estados de Goiás e Minas Gerais, o Rio Grande, popularmente conhecido como “Água Vermelha”. É importante ressaltar que nesta região o rio Paranaíba vai compor a hidrovia do Tietê-Paranaíba– Paraná realizada para o transporte de cargas e passageiros entre os rios Paraná e Tietê.



**Foto 3.6.5.11- 220 - Balsa utilizada na travessia do rio Paranaíba no trecho entre Itarumã-GO e Limeira do Oeste-MG.**



**Foto 3.6.5.11- 221 - Paisagem na região de travessia.**

Segundo dados da Administração da Hidrovia do Paraná – AHRANA/MT a hidrovia tem uma extensão de 1.020 km, sendo dividida em quatro trechos conforme dados e figura, logo abaixo.

1. **O Trecho 01**, da Hidrovia está situado entre a UHE de Itaipu e a entrada do Canal de Navegação, sob a Ponte Rodoviária Ayrton Senna, apresentando profundidades que variam entre 10m e 180m, com extensão de 170 km.
2. **O Trecho 02**, com extensão de 245 km, estende-se desde o Canal de Navegação sob a Ponte Rodoviária Ayrton Senna até a UHE Eng.º Sérgio Motta (Porto Primavera).
3. **O Trecho 03**, com extensão de 270 km e totalmente situado no reservatório da UHE de Eng.º Sérgio Motta.
4. **O Trecho 04**, com extensão de 225 km, apresenta boas condições de navegação desde a foz do Rio São José dos Dourados até o Complexo Portuário de São Simão (GO), com o percurso de 55 km no Rio Paraná, 170 km no Rio Paranaíba e 80 km no Rio Grande (trecho IV-A).



Na região onde está situada a balsa, o rio apresenta uma largura estimada em 50 metros, onde suas margens tanto no lado goiano quanto mineiro apresentam-se quase que em sua totalidade desprovidos de vegetação. Geralmente quando se encontra vegetação, esta rala em uma faixa de menos de 10 metros de largura.

A paisagem é dominada por áreas de cultivo de cana-de-açúcar permeadas por fragmentos de cerrado nos dois lados do rio. Sendo que do lado goiano ainda podem ser observadas áreas de pastagem, com indivíduos isolados de árvores do cerrado.



**Foto 3.6.5.11- 222 - Vegetação ciliar no lado Mineiro do ponto de transposição da balsa**



**Foto 3.6.5.11-223 - Fragmentos de cerrado isolados pela plantação de cana-de-açúcar no lado Mineiro do rio.**



**Foto 3.6.5.11-224 - área de pastagem abandonada no lado goiano, com indivíduos arbóreos isolados, próximo ao ponto de transposição de balsa**



**Foto 3.6.5.11-225 - Margem do rio no ponto de transposição da balsa no lado goiano**

Estas áreas de cerrado possuem diversas espécies caducifólias como o angico, que na época do trabalho de campo (setembro 2009), apresentavam-se sem folhas, dando assim uma coloração cinza (tronco e galhos das árvores) a vegetação.

Também, foi observado que o traçado passa por alguns rios que são pouco utilizados para navegação. Estes rios na grande maioria das vezes não possuem corredeiras nem quedas d'água, não são muito profundos e geralmente de largura reduzida. Suas margens são providas de mata ciliar com largura variada envolta por áreas de cultivo de cana de açúcar, ou áreas de pastagem. Nas matas ciliares foi possível observar a presença da palmeira Buriti, muito característico de matas de galerias no cerrado. Nestes rios é comum a população utilizá-los como área de lazer para a pesca, e banho principalmente no estado de Goiás.

Na área de estudo do Eletrodo de Terra Nº 02, foi possível identificar alguns córregos e represas, como ilustra o quadro a seguir. De modo geral os rios são usados para captação de água e alguns, esporadicamente, como área de pesca de lazer e subsistência com a utilização de pequenas embarcações. Vale lembrar que a região se encontra próxima a hidrovia Tietê-Paraná.

#### **d. Projetos de Desenvolvimento Econômico**

De modo geral, as informações sobre os projetos econômicos da região de estudo foram apreendidas por meio de um exaustivo trabalho de campo, ao longo de toda All, o que revela dados qualitativos dos representantes institucionais de cada município da All. Nesse sentido, aliado as informações de órgãos de licenciamento ambiental (IBAMA) foi possível sistematizar o corpo, de modo geral, dos projetos na região de estudo.

Os projetos de desenvolvimento econômico da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 em grande parte se caracterizam por diferentes empreendimentos que visam alterar as condições econômicas dos municípios da AII desse trabalho. Suas principais atividades se caracterizam por projetos de grande porte, otimizando os recursos de cada região, como é o caso do potencial energético de rios, na geração e produção de energia, em todos os trechos desse corredor de estudo e o plantio de cana, na produção de outras fontes de geração de combustíveis, com diversas instalações de usinas de álcool.

De modo geral, no trecho 1 e 2 desse corredor de estudo foi mais observado as atividades econômicas voltadas para a geração e transmissão de energia, com diferentes tipos de instalação de instrumentos de captação de energia como usinas hidrelétricas e PCHs. Nos primeiros Kms do traçado há a construção de uma Pequena Hidrelétrica Central Hidrelétrica no Rio Candeias, município de **Candeias do Jamari (RO)**. Segundo os representantes da Prefeitura do Município, o processo para a autorização da obra encontra-se em tramitação na Agência Nacional de Energia Elétrica. O projeto tem o objetivo de suprir as necessidades rurais e a crescente demanda por energia pelos domicílios, comércios e indústrias localizadas na Vila Triunfo. As outras formas de uso e ocupação do solo, caracterizada por projetos de desenvolvimento econômico podem ser destacados no trecho 1, foi identificado no município de **Cacaulândia (RO)** projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água. Em **Primavera de Rondônia (RO)** foi identificada um projeto de usina de álcool, no perímetro urbano. Na rodovia RO 479 que liga a BR 364 ao município de Rolim de Moura (RO), foi identificada a existência de uma Linha de transmissão com potência de 69 KV, que tem a função de atender a demanda do espaço rural e do urbano no referido município. Já no município de **Chupinguaia (RO)**, ainda em processo de licenciamento ambiental, está prevista a operação de duas PCHs, uma no rio Urubu, ainda em fase de construção e outra no rio Cascata, já construída, mas sem operação, bem como outros empreendimentos. No trecho que corta o município de Chupinguaia, em região próxima ao Rio Pimenta Bueno, segundo entrevista com um morador próximo, foi possível descobrir que encontra-se em andamento a elaboração de um projeto para a construção de uma hidrelétrica no Rio Pimenta Bueno, em local que se superpõe ao trecho em que passará a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Para os moradores locais, a hidrelétrica apoiará o desenvolvimento das atividades agropecuária e o fortalecimento da produção leiteira na região. Ainda no município de Chupinguaia encontra-se a Usina Hidrelétrica Cachoeira do Lago Nari. Segundo os informantes locais, existe uma proposta de ampliação da hidrelétrica para atender as demandas da cidade de Chupinguaia.

Em **Corumbiara (RO)** foi identificado um projeto de construção da rede de abastecimento de água e esgoto. Também em **Cerejeiras (RO)**, a atividade agrícola do estado tende a ser otimizada com a construção de uma usina de álcool, uma esmagadora de soja e uma indústria de biodiesel. A construção de três PCHs em propriedades particulares, no município de **Colorado do Oeste (RO)**; bem como a realização de três PCHs – Aguas Claras, Miranda e e o projeto de exploração de recursos minerais (ouro e níquel), pela Mineração Anglo Americana, no Morro sem Boné, no município de **Comodoro (RO)**. Em **Nova Lacerda (RO)** foi identificada a construção de três PCHs, uma no rio Galera, outra de Cuiabá – Suvinil, e outra da Preformax, ainda em estágio de licenciamento ambiental, bem como projetos de exploração mineral (ouro), com a empresa Yamana Gold.

No trecho 2 foi identificado diferentes projetos de desenvolvimento econômico no corredor de estudo, todos situados no estado de Mato Grosso. No município de **Vila Bela da Santíssima Trindade** foi observado dois projetos: de construção de um terminal turístico à beira rio, bem como a realização de um aterro sanitário de resíduos sólidos. Projetos de natureza de exploração mineral têm sido ampliada pela empresa Yamana Gold, na exploração de ouro. Em **Pontes Lacerda**, existe a previsão de instalação da empresa Vale do Rio Doce, bem como a exploração de ouro pela empresa Yamana Gold. Já em **Santo Antonio do Leverger** está sendo construída a PCH São Tadeu. No município de **Vale São Domingos**, foi identificado o projeto de uma usina hidrelétrica, de caráter particular, nos rios Corgão e Guaporé, ainda em processo de licenciamento ambiental. Também em **Jauru** foi identificado o projeto de construção de uma PCH, no rio Jaú, operada pela empresa Queiroz Galvão.



Foto 3.6.5.11 - 226 - Portaria da UHE Jauru



Foto 3.6.5.11 - 227 - Passagem de linha de transmissão em área de pasto

No município de **Araputanga** foi identificado o projeto de construção da Usina Hidrelétrica Arapucer, no rio Jaú, bem como a recuperação de nascentes, no Córrego das Pitas. Em **Indiavaí** foi observado o projeto de uma PCH, em Figueiropolis e no

município de Rio Branco projetos de desenvolvimento ligados a exploração de metais. Assim como o município de **Lambari do Oeste**, existe a previsão de construção de uma usina hidrelétrica, próxima a sede do município. Em **Barra dos Bugres** a atividade com previsão de desenvolvimento econômico se concentra na atividade de exploração mineral de cal, no distrito de Currupira, bem como o município de **Alto Paraguai**, que prevê a extração de areia, no bairro do São Pedro, perto do Córrego São Pedro. No município de **Rosário do Oeste** foi identificado o projeto de construção de uma grande frigorífico, da empresa Marfredi, em situação de licenciamento ambiental, bem como a construção de uma indústria de cimento na região. A captação de areia, no rio Cuiabá, bem como a exploração de água mineral, no Quilombo compõe os projetos privados de desenvolvimento econômico do município de **Jangada**. Em **Várzea Grande**, foi identificada a previsão de exploração de recursos minerais de areia, cascalho e argila, no rio Cuiabá por quatro empresas já licenciadas. No município de **Santo Antonio Leverger** existe apenas um projeto de reflorestamento de áreas descampadas, em fase de licenciamento ambiental. No município de **Juscimeira** foi identificado o projeto de construção de duas usinas hidrelétricas: José Fernandes, já licenciada e Usina Sete Quedas, em fase de licenciamento. Em **Rondonópolis** foi identificado apenas a exploração de recurso mineral de areia. Em **São Jose do Povo**, o projeto de recursos mineral de areia, na beira do rio Prata é realizado pela empresa Tadamana, bem como a captação de saibro para empresa Cerâmica Rondonópolis é retirada da estrada de acesso a cidade. No município de **Pedra Preta** prevê-se a construção de um aterro sanitário, em fase de licenciamento ambiental, na região da Taboca, a 6 km da sede. E por fim, nesse corredor de estudo, no município de **Alto Araguaia** existe o projeto de construção de uma usina hidrelétrica, na cachoeira Couto Magalhães, ainda em fase de licenciamento ambiental.

No trecho 3, pela composição geográfica de três estados, e pelo favorecimento do potencial agrícola desse trecho com o plantio de cana em grande parte dos municípios dessa All, observou-se além de atividades ligadas a geração e transmissão de energia, como usinas hidrelétricas, PCHs e LTs, o alto potencial de usinas de álcool na produção de combustível alternativo como o álcool.





projeto de instalação da Usina Rio Claro (cana-de-açúcar), com participação da Odebrecht. O triângulo mineiro atende a um pólo de produção de álcool. Em **Limeira do Oeste (MG)** a Usina de álcool Coruripe, com obras encerradas em 2004, passou por licenciamento ambiental e já está em operação. Atualmente a construção da Energética Cabrera (álcool) está sendo licenciada. E por fim, em **Itarumã (MG)** foi observado a 300m da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, 2 linhas de transmissão cruzando a pista, bem como um projeto de construção de um Matadouro Municipal, ainda em processo de licenciamento está previsto para ser construído.

O trecho final dessa AID da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, no noroeste e oeste paulista, foi observado no município de **Populina (SP)** a instalação de um aterro sanitário, já em fase de licenciamento, atualmente o lixo é depositado em valas. E no tocante a exploração mineral identificou-se a extração de areia no Rio Grande na localidade Porto de Areia. Em **Ouroeste (SP)** a Usina Ouroeste (cana) funciona faz dois anos e passou por processo de licenciamento ambiental e já está em operação, bem como a lagoa de tratamento de esgoto no distrito de Arabá está sendo licenciada, no momento está com a LI; também a UHE Água Vermelha, a 4,5Km do eixo da linha de transmissão faz parte dos empreendimentos do município. No município de **Fernandópolis (SP)** foi identificado apenas projetos de investimentos no setor da agroindústria, sem muitos detalhes declarados e o desassoreamento da represa beira Rio e levantamento de estudo de área para extração do solo. Em **Meridiano (SP)** também foi identificada o projeto de uma Usina de álcool, operada pelo grupo Noroeste Paulista. Em **Votuporanga (SP)**, observou-se a Usina Noroeste Paulista, usina de beneficiamento de concreto, na Rodovia a caminho do município de Sebastianópolis do Sul (SP). **Monte Aprazível** foi possível identificar uma LT a 2,4 Km do empreendimento, indicando um possível cruzamento. Monte Aprazível (SP), observou-se uma LT a 2,4 Km do empreendimento, indicando um possível cruzamento. Já em **União Paulista (SP)** foi observada a proposta de construção de uma fábrica de refrigerante, na zona rural do município, a beira da Rodovia que liga União Paulista à Poloni. Em **Neves Paulista (SP)** prevê-se a construção de 30 chácaras em um loteamento de 220 lotes por parte de uma empresa privada CRV Metalúrgica. No município de **Jose Bonifacio (SP)** foi identificado o projeto de recuperação de nascentes, implantação de um aterro sanitário com a coleta seletiva. Neste momento o projeto encontra-se em fase de estruturação para futura análise ambiental e assim obter a concessão do licenciamento. Em **Irapuã (SP)** prevê-se a criação de alargamento de resíduos de Produtos, organizado pela prefeitura local. No município de **Urupês (SP)** a área de transbordo e triagem está em fase de autorização para começar a operação. Em **Novo Horizonte (SP)** também a área de triagem e

transbordo pela CETESB está em fase de licenciamento e o projeto de construção de usinas de álcool está em fase de licenciamento com o DAIA. No município de **Itápolis (SP)** estão iniciando projetos para construir um Aterro Sanitário, o lixão encontra-se na saída que segue Ibitinga, há 2,3km da sede urbana. No município de **Borborema (SP)** foi identificado apenas projeto de exploração mineral de brita, na estrada vicinal Antonio Mazuti, na estrada estadual SP 304. Em **Itápolis (SP)**, em direção ao Bairro Córrego do Meio, a 80m da LT, uma outra LT que cruza a pista da Rodovia. Em **Tabatinga (SP)** foram identificados dois empresários que querem ampliar as indústrias de extrato para suco de laranja. Em **Nova Europa (SP)** foi identificado apenas o licenciamento da Lagoa de tratamento que está sendo realizada pela prefeitura, com a empresa privada FIIHIDRO. No município de **Gavião Peixoto (SP)** foi observado a instalação de um aterro sanitário, já com licença renovada, bem como uma estação de tratamento de esgoto. E por fim, em **Araraquara (SP)** foi identificado o projeto de instalação de um novo aterro sanitário, próximo a Guatapara, ainda em processo de licenciamento, bem como a Usina Zanin de Açúcar e Álcool Ltda. que, apesar de se localizar a 15Km do eixo da LT, se destaca pois possui algumas propriedades com canais na AID. Na área de estudo do Eletrodo de Terra Nº 02- São Paulo não foram identificadas projetos de desenvolvimento econômico.

Os quadros a seguir apresentam os empreendimentos e projetos de desenvolvimento econômico identificados nos municípios da AII, ao longo do corredor em estudo e empreendimento vinculados ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento em processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA.

Destaca-se que nem todos os empreendimentos listados a seguir possuem interferência direta com o empreendimento, em especial, os relacionados à geração de energia, os quais possuem áreas de reservatórios e que nem sempre é possível precisar essa informação. Da mesma forma, em se observado tais interferências, essas informações podem contribuir para refinamento e melhoria do traçado, no sentido de preservar, na medida do possível, as benfeitorias existentes e, desviar, quando possível das áreas com interferência. Ressalta-se que os distúrbios e interferências causadas pela implantação e operação da linha de transmissão limitam-se largura da faixa de servidão (78m) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.

**Quadro 3.6.5.11 - 71 - Projetos de Desenvolvimento Econômico na All e no corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Estado	Município	Atividade	Distancia da LT (m)	Coordenadas	
				S	W
<b>Trecho 1</b>					
RO	Candeias do Jamari	Projeto de construção de uma PHC (Pequena Central Hidrelétrica) no Rio Candeias	Sem inf	Sem inf	Sem inf
RO	Chupinguaia	Projeto de construção de uma hidrelétrica no Rio Pimenta Bueno próximo ao traçado da LT.	35352	682166	8616714
RO	Chupinguaia	Em execução a obra de construção da Usina Hidrelétrica Cachoeira no Lago Nari ou Nariz	21547	701901	8606410
RO	Primavera de Rondônia	Projeto de construção de usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
RO	Cerejeiras	Projeto de construção de três PCHs particulares e uma usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
RO	Colorado do Oeste	Projeto de três PCHs	Sem inf	Sem inf	Sem inf
RO	Nova Lacerda	Projeto de construção de três PCHs	Sem inf	Sem inf	Sem inf
<b>Trecho 2</b>					
MT	Santo Antonio do Leverger	PCH São Tadeu (canteiro de obras)	4601	655817	8257871
MT	Jauru	UHE Queiroz Galvão	12346	314414	8313587
MT	Jauru	UHE Antonio Brennand (portaria)	9482	312419	8335350
MT	Jauru	PCH Ombreiras	625	314596	8326577
MT	Jauru	PCH Indiavaí (portaria)	14175	315491	8311802
MT	Araputanga	LT Juba-Jauru	1988	345797	8327248
MT	Vale de São Domingos	Construção de uma UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MT	Indiavaí	Construção de uma PCH	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MT	Lambari do Oeste	Construção de uma UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MT	Juscimeira	Instalação de duas UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MT	Alto do Araguaia	Construção de UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
<b>Trecho 3</b>					
GO	Santa Rita do Araguaia	Instalação de uma UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
GO	Serranópolis	Construção de uma UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
GO	Jataí	Instalação de uma usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
GO	Itarumã	Construção de uma UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MG	Iturama	Usina Coruripe	493	569.356	7.820.644
MG	Iturama	2 LTs cruzando a pista, próximo ao VA 51	300	568.131	7.823.204

Estado	Município	Atividade	Distancia da LT (m)	Coordenadas	
				S	W
MG	Limeira do Oeste	Instalação de uma usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
SP	Ouroeste	UHE Água Vermelha	4492	567.894	7.805.117
SP	Ouroeste	Construção de usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
SP	Pedranópolis	Construção de uma usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
SP	Meridiano	Construção de uma usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
SP	Votuporanga	Usina Noroeste Paulista -UNP - Rodovia para Sebastianópolis do Sul	1780	608.705	7.723.117
SP	Votuporanga	LT com torres de concreto	130	608.322	7.726.915
SP	Monte Aprazível	Cruzamento com LT	2400	632.132	7.701.328
SP	Novo Horizonte	Construção de uma usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
SP	Itapólis	Instalação de uma LT	Sem inf	Sem inf	Sem inf
SP	Araraquara	Usina Zanin Açúcar e Álcool Ltda.	15000	Sem inf	Sem inf

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro, 2009.

**Quadro 3.6.5.11 - 72 - Projetos de Desenvolvimento Econômico vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC na All da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Nº do processo IBAMA	Cód. PAC	Empreendimento	Empreendedor	Situação junto ao IBAMA
<b>Dutos</b>				
02001.000604/92-27	MME.00297	Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL)	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - Tbg	Licença de Operação emitida
02001.006092/2000-65	MME.00310	Gasoduto Urucu - Porto Velho	TNG Participações Ltda.	Em fase de instalação
<b>Geração e Transmissão de Energia</b>				
02001.002988/2004-07	MME.00062	UHE Cachoeira	Cia Hidro Elétrica Do São Francisco-Chesf	Aguardando Análise Check-List Estudos para LP
02001.001829/2008-19	MME.5760	UHE Couto Magalhães	Rede Couto Magalhães S.A.	TR emitido, aguardando elaboração de estudo ambiental
02001.002715/2008-88	MME.00077	UHE Jirau	Energia Sustentável do Brasil S.A.	Licença de Instalação emitida
02001.000508/2008-99	MME.00076	UHE Santo Antônio (Rio Madeira)	Santo Antônio Energia S/A	Licença de Instalação emitida
02001.004419/2007-31	MME.00075	UHE Tabajara	Construtora Queiroz Galvão S A	Processo paralisado

**e. Proximidade com Estruturas Impeditivas**

Para que a linha de transmissão possa ser implantada e operada com segurança tanto para os trabalhadores como para a população local, as normas de segurança determinam algumas restrições no uso do solo e impedimentos de algumas estruturas, a partir do estabelecimento da faixa de servidão, de 78 metros de largura, tais como pistas de pouso de aeronaves e pivôs centrais para irrigação agrícola. Ressalta-se que, os distúrbios e interferências causadas pela operação da linha de transmissão limitam-se largura da faixa de servidão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.

Com relação à operação do eletrodo de terra, a bibliografia que versa sobre tema, não aponta impedimento sobre equipamentos de qualquer natureza, restringindo-se há alguns procedimentos de segurança, em especial sobre estruturas metálicas. Tais restrições ou medidas de segurança dependem da resistividade do solo no local de instalação dos eletrodos de terra e serão determinadas a partir dos estudos específicos do projeto dos eletrodos de terra, os quais deverão ser avaliados cada caso, conforme a distancia e posicionamento de cada equipamento em relação às curvas equipotenciais.

Nesse sentido, na fase de estudo de impacto ambiental, buscou-se identificar os pivôs centrais e aeródromos existentes ao longo do corredor de estudo - com 5Km de largura - a fim de contribuir para refinamento e melhoria do traçado, no sentido de preservar,

na medida do possível, as benfeitorias existente e, desviar, quando possível, das estruturas que sejam incompatíveis com o estabelecimento da faixa de servidão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Seguindo as orientações do órgão ambiental, os usos incompatíveis com a faixa de servidão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, tais como plantio árvores de grande porte, utilização de queimadas como técnica de manejo do uso, instalação de benfeitoras e áreas de lazer, linhas de transmissão, PCH ou demais empreendimentos que se encontram no corredor de estudo, os quais, possam ter alguma interface/interferência com o estabelecimento da faixa de servidão são apresentados nos itens i – Superposição e Atividades Incompatíveis com Usos Futuros da Faixa de Servidão na seção 3.6.5.3 Demografia, Estrutura Produtiva e Malha Urbana e d- Projetos de Desenvolvimento Econômico na seção 3.6.5.11 Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações.

O traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 atravessa terras destinadas ao “agronegócio” brasileiro, ocupadas com plantio de cana-de-açúcar, soja, citrus, pecuária, granja e etc. E dada a pouca disponibilidade de rede viária para acessos as fazendas, há muitas propriedades com pista de pouso, bem como, observou-se o uso de pulverização como forma de manejo de defensivos agrícolas. No entanto, destaca-se que ao longo do corredor em estudo foram identificados apenas dois aeródromos.

Ressalva-se, contudo, que a existência de pistas de pouso ou aeródromos ao longo de toda AID podem ser configuradas para além das citadas nesse estudo, considerando as dinâmicas de uso e ocupação desordenada e sem licença prévia de operação, o que caracteriza maior controle das operações locais. As informações aqui sistematizadas revelam as declarações dos representantes legais das prefeituras dos municípios da AII.

De modo geral, foram identificadas no trecho 1 algum tipo de atividade área nas proximidades da AID, em sua grande maioria, aeródromos não homologados nos municípios de Primavera de Rondônia (RO), Parecis (RO), Cerejeiras (RO), Colorado do Oeste (RO), Cabixi (RO), Comodoro (RO) e Nova Lacerda (RO), que são utilizado por fazendeiros locais, deslocamento de funcionários públicos (meio de deslocamento mais rápido para garantir a presença de algum representante institucional no município) e também por instituições financeiras, na rotina bancária de malotes de bancos. Foram identificados apenas dois municípios Chupinguaia (RO) e Corumbiara (RO) que possuem aeródromos homologados.

No trecho 2 entre os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – Alto Araguaia(MT), a situação de atividades aéreas na região é muito semelhante ao trecho 1, ou seja, em razão da existência de muitas fazendas na região e pouca oferta de aeroportos com vôos comerciais, são identificadas muitas pistas de pouso não homologadas em propriedades particulares, inclusive servindo de deslocamento para empresários locais, funcionários públicos e políticos da região. Nesse sentido, a existência de aeródromos homologados só foi identificada nos municípios (todos no estado do Mato Grosso) de Vila Bela da Santíssima Trindade, em Pontes Lacerda, Jauru, Juscimeira, Santo Antonio Leverger, Rondonópolis e Alto Araguaia, que na área das indústrias foram identificadas pistas particulares; além das fazendas Arruda e Marzagão, no município de Rosário do Oeste, também foi identificado aeródromo homologado. Nos municípios de Araputanga, Indiavaí, Rio Branco, e Lambari do Oeste; bem como nos municípios de Acorizal, Pedra Preta e Jangada (nas fazendas Tira Barro e Fazenda 163 3 164) foram identificados aeródromos não homologados. Em Barra dos Bugres foram identificados a existência de muitos aeródromos com e sem homologação, assim como no município de Pedra Preta, onde todas as fazendas, cerca de 196 propriedades, possuem pista de pouso. No município de Alto Paraguai foi observada uma pista homologada, mas desativada. No município de Rondonópolis foi identificado um aeródromo homologado, com vôos comerciais da TRIP com acesso para Cuiabá e Campo Grande, situado a 20 km da sede, próximo ao autódromo, rumo a BR 163, além, de pistas de pouso particulares nas fazendas da região. No município de São Jose do Povo foi identificada apenas uma pista de pouso particular na Fazenda Vale. No município de Alto das Garças foi identificada aeródromos privado nas fazendas Arco-Iris, Trentini e São Lourenço. A capital, Cuiabá, é atendida pelo aeroporto internacional, com vôos comerciais, situado no município de Várzea Grande, bem como aeródromos localizados na zona industrial da capital do estado. No município de Jaciara (MT) foi identificado também duas atividades impeditivas: clube de tiro e pista de pouso a 1881m da LT (601414 / 8289687) e outra pista de pouso a 1264m (0678988 / 8241329).

No trecho 3, entre os municípios de Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP) foram identificados muitas pistas de pouso nas mesmas condições dos trechos 1 e 2, ou seja, em razão da existência de muitas fazendas na região e pouca oferta de aeroportos com vôos comerciais, são identificadas muitas pistas de pouso não homologadas em propriedades particulares, inclusive servindo de deslocamento para empresários locais, funcionários públicos e políticos da região. No sudoeste goiano, no município de Santa Rita do Araguaia (GO) identificou-se um aeródromo homologado para usuários da FERRONORTE e uma pista não homologada, na Fazenda Santa Rita. Já em Mineiros (GO) foi encontrado apenas um aeródromo municipal homologado. Em

Serranópolis (GO) foi identificado uma pista de pouso a apenas 2km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Em Serranópolis (GO) foram identificados também atividades impeditivas, uma pista de pouso a 2581m (400420 / 7977414) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. E em Jataí (GO), foi observado um aeródromo homologado, na saída para Caiapônia, já com previsão de vôos comerciais pela TRIP. No município de Itarumã (GO) foi identificado um aeródromo, não homologado, em perímetro urbano. Atividades impeditivas também foram observadas em Itarumã (GO), com uma pista de pouso a 3326m (488305 / 7904331) da LT.



No triângulo mineiro, foi observado uma pista de pouso não homologada e pista de heliporto, nas proximidades das usinas da região. Como pode ser observado no município de Limeira do Oeste (MG), que se identificou um aeródromo, não homologado, na usina de Coruripe. Em Itarumã (MG) foi identificada uma pista de pouso homologada, no perímetro urbano.

Já no noroeste e oeste paulista não foram identificados muitos aeródromos, no município de Ouroeste (SP) foi observado apenas um aeródromo homologado. Em Estrela do Oeste (SP), foi localizada também uma pista de pouso particular, da empresa FrigoEstrela, mas que concede operação para transporte para empresários locais e funcionários públicos. No município de Fernandópolis (SP), segundo informações do prefeito, já existe um projeto de um aeroporto internacional de cargas e uma zona de processamento de exportação. Tal projeto está em fase de aprovação no ministério público, o local será na zona rural, porém ainda não existe localização específica. No trecho entre os municípios de Valentim Gentil a Neves Paulista (SP) foi identificada apenas uma pista de pouso que funciona como escola de aviação e uso de empresários locais, no município de Votuporanga (SP). Já em José Bonifácio (SP) foi



declarado a existência de várias pista de pouso homologadas em diferentes pontos do território municipal. Em Novo Horizonte (SP) foi identificado uma pista de pouso de uso público, embora de propriedade da família Debiase, homologada, a cerca de 10 km da sede municipal, na estrada para Taquaral. Foi descoberta no município de Itápolis (SP), a terceira melhor escola de aviação do Brasil, no Aeroporto de Itápolis Dr. Luiz Dante Santoro, onde há uma das melhores escolas de formação de pilotos do país, através dos cursos dados pelo Aeroclube de Itápolis, certificados pelo Departamento de Aviação Civil, segundo declaração dos informantes locais. No município de Nova Europa (SP) localiza-se um campo de aviação não-legalizado de uma fazenda, situado na estrada do Bairro Rural Meia Léguas. A fazenda faz divisa com Tabatinga, aproximadamente 10km. Já em Gavião Peixoto (SP) foi identificado um aeroporto da EMBRAER, utilizado apenas para testes de aviões, ensaios de vôos e certificação de aeronaves. E em Araraquara (SP), foi observado um aeroporto comercial, homologado, em operação desde 2007.

A seguir são apresentadas os pivôs centrais, pistas de pouso e aeródromos identificadas no corredor em estudo ao longo dos 2.382km do traçado e suas respectivas distancias em relação a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.

**Quadro 3.6.5.11 - 73 - Estruturas Impeditivas ao longo do corredor em estudo da LT 600kV  
CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Estado	Município	Atividade	Distancia da LT (m)	Coordenadas	
				S	W
	<b>Trecho 1</b>				
		Não foi identificada nenhuma atividade impeditiva			
	<b>Trecho 2</b>				
MT	Cuiabá	Clube de tiro e pista de pouso	1881	601414	8289687
	<b>Trecho 3</b>				
GO	Serranópolis	Pista de pouso	2581	400420	7977414
GO	Itarumã	Pista de pouso	3326	488305	7904331
SP	Itápolis	Aeroclube e escola de aviação itapolis	4534	724407	7609957

Fonte: levantamento de campo, agosto – dezembro/2009

## f. Projetos Viários

De modo geral, as informações sobre abertura de projetos de abertura de sistemas viários se confundem com projetos desenvolvimento econômicos na região do empreendimento. Haja visto, que o sistema modal é essencial para o escoamento da produção de mercadorias e circulação de pessoas, elementos estes determinantes no processo de desenvolvimento econômico de qualquer região ou país. Nesse sentido, buscou-se separar os temas e apresentar aqui somente os relativos às rodovias,

ferrovias e hidrovias, com enfoque no corredor em estudo. Os projetos de âmbito regional, com influência na AAR ou All do empreendimento são apresentados nos itens b- Programas Governamentais da seção 3.6.5.2 – Aspectos Geopolíticos e na seção 3.6.5.7 – Infra-estrutura.

De acordo com as pesquisas de campo, não foi identificado nenhum tipo de projeto formal ou obra de abertura de novos sistemas viários no ao longo de todo o corredor de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 e nas áreas de estudo dos eletrodos de terra – Rondônia e São Paulo. No entanto, segundo os moradores da Linha 22, município de Porto Velho (área de estudo do eletrodo de terra-RO), encontra-se em discussão de uma proposta a ser apresenta junto à Prefeitura para a construção de uma ponte sobre o Rio João Ramos, completando a ligação da linha e a BR 364. Da mesma forma que observou-se no trecho entre os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) e Alto Araguaia(MT) obras de duplicação da Rodovia MT-251 no momento da passagem da equipe de campo. Esta rodovia permite o acesso ao distrito de Coxipó do Ouro e à sede do município de Cuiabá.



No tocante aos projetos viários, quanto projetos de hidrovias ou ampliação de capacidade de navegação fluvial, ao longo do trecho 1 do corredor em estudo, observou-se que o município de Presidente Médici, vem desenvolvendo o Programa Terra Legal, que estabelece a regulamentação fundiária urbana, bem como a ampliação da infra-estrutura asfáltica ligando o centro urbano ao distrito de Riachuelo. Também foi identificado projetos de ampliação e asfaltamento da rodovia estadual 479 e do núcleo urbano do município de Castanheiras (RO). Em Parecis (RO) foi observado um projeto de construção de estrada entre os municípios São Felipe do Oeste (RO) e Parecis (RO). No município de Colorado do Oeste (RO) foi identificado dois projetos de ampliação e recapeamento de 11 km de estradas e 15km de asfalto em vias urbanas. Também em Cabixi (RO) foi identificado um projeto viário de construção de uma

estrada entre os municípios de Cabixi (RO) e Comodoro (RO). E por fim, nesse trecho 1, foi identificado um projeto de construção de uma ferrovia Leste – Oeste e via Águas Claras, no município de Comodoro (RO).

No trecho 2, não foram identificados muitos projetos de abertura do sistema viário, ao longo desse trecho da AID, todos situados no estado de Mato Grosso. No município de Vila Bela da Santíssima Trindade foi identificado o projeto de construção da estrada federal de acesso à Bolívia BR 251, popularmente conhecida como a “cascalheira”, com previsão de pavimentação asfáltica de 120 km. Em Vale de São Domingos existe o projeto de construção da estrada federal BR 352, ligando os municípios de Jauru, Vale de São Domingos e Pontes Lacerda. Já no município de Jauru, além do projeto que liga os três municípios citados, foi identificado o projeto de uma estrada estadual MT 070. Em Barra dos Bugres foi observado o projeto de ampliação da rodovia Cuiabá. Já no município de Acorizal foi identificado o projeto de urbanização da avenida Beira Rio, já em fase de licenciamento ambiental. Em Jangada existe o projeto de duplicação das rodovias 163 e 164. E somente no município de Juscimeira está prevista o projeto de abertura do sistema viário, com o projeto de uma ferrovia – a FERRONORTE, em parceria com o governo federal e o grupo Itamarati, em fase de licenciamento ambiental, estabelecendo uma ligação entre os estados de São Paulo, Rondônia, passando nos municípios de Jaciara e Juscimeira. E por fim, nesse trecho, em Rondonópolis, foi identificado o projeto de duplicação da estrada federal BR 364.

Já o trecho 3, nesse corredor de estudo, foi observado projeto de abertura do sistema viário em muitos municípios, sobretudo voltado para escoamento da produção canavieira da região, que intensifica o trânsito nesse trecho, com alta rotatividade de transporte de caminhões. No sudoeste goiano, três municípios: Jataí (GO) a estrada federal BR364 está sendo duplicada e existe o projeto de ampliação do anel viário ao redor do perímetro urbano. Já em Itarumã (GO) foi identificado obras de adequação para transposição viária de áreas que serão alagadas no represamento das futuras usinas hidrelétricas na região. No triângulo mineiro, o município de Limeira do Oeste (MG) foi identificado projetos de hidrovias, da Usina Cabrera, para construir um porto no rio Paranaíba para escoar a produção local. Já em Itarumã (MG), a ferrovia Norte Sul apresenta projeto de expansão. Já no noroeste e oeste paulista, o município de Ouroeste (SP) foi identificado o projeto de expansão da FERRONORTE com expectativas de construção de um porto para ampliação de hidrovias. E em Fernandópolis (SP) a expectativa de um anel viário que está sendo construído em torno da cidade, ao redor do perímetro urbano, possibilitará o desvio de caminhões de escoamento da produção de cana. No município de Votuporanga (SP) foi identificado apenas o alargamento e asfaltamento das estradas vicinais P287, P283 e P347. Em Neves Paulista (SP) foi identificado apenas um projeto embrionário, em concordância

com o município de Sebastianópolis (SP) de construção de um anel viário da rodovia Neves Jaci, com saída para o distrito de Barra Dourado. Já em José Bonifácio (SP) também foi identificado um projeto de construção de anel viário, utilizando a BR 153 a SP 425. No município de Pontirendaba (SP) foi observado o projeto de construção de estradas para ligação entre os municípios de Pontirendaba (SP) a Urupês (SP), com cerca de 20 a 25km de estradas. Em Irapuã (SP) a CODASP vem realizando, intensivamente, projetos de melhorias de estradas na região. Já em Novo Horizonte (SP) foi identificado projeto de hidrovias, na construção de um porto para o turismo; bem como um projeto de abertura do sistema viário, com o asfaltamento de estradas vicinais da zona rural, uma delas é a estrada da sede até o rio Tietê, cerca de 10km. No município de Itajobi (SP) identificou-se projeto de abertura de estradas de acesso entre os municípios de São Jose do Rio Preto a Catanduva. Em Itapópolis (SP) existe o projeto de implantação do anel viário do município de Itápolis. Faixa de área, iniciando no entroncamento da Rod. SP-317 e estrada vicinal da Roseirinha (IPS-460), seguindo pelas divisas das propriedades identificadas pelas matrículas nº. 12.357 e nº. 12.155, até o entroncamento com a Av. Araldo do Amaral Arruda, deste ponto seguirá paralelamente pelas duas marginais do Córrego Querubim até a Av. das Tulipas (conforme processo licitatório). Já em Tabatinga (SP), apresentaram projeto de um anel viário, já em fase de construção, com 50% aberto, entrando pelo bairro Canaleiras e seguindo até o acesso a cidade, com Via de acesso pela SP 331. E por fim, em Araraquara (SP) foi identificado o projeto de desvio ferroviário, pela Secretaria Estadual DNIL e pela Prefeitura Municipal, já encontra-se com a LP e a LI.

O quadro a seguir apresenta os empreendimentos e projetos de abertura do sistema viário identificados nos municípios da All vinculados ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento em processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA.

Destaca-se que nem todos os empreendimentos apontados a cima possuem interferência direta com o empreendimento. Da mesma forma, em se observado tais interferências, essas informações podem contribuir para refinamento e melhoria do traçado, utilizar as novas vias de acesso promovidas pela abertura dos sistemas viários na região.

**Quadro 3.6.5.11 - 74 - Projetos de Desenvolvimento Econômico vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC na All da LT 600kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N2**

Nº do processo IBAMA	Cód. PAC	Empreendimento	Empreendedor	Situação junto ao IBAMA
<b>Ferrovias</b>				
02001.000616/96-30	MT.00416	ALL - Ferronorte - Trecho MS - MT	ALL-AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA NORTE S/A	Empreendimento licenciado por trecho - parte com LO e parte com LI
<b>Rodovias</b>				
02001.004924/98-13	MT.00148	BR 050 - Trecho Uberlândia - Divisa São Paulo	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Em fase de discussão de Termo de Ajustamento de Conduta
02001.002051/2008-57	MT.00518	BR 050/GO - Entr. BR-352/GO-210(B)/330 (Catalão) - Div. GO/MG km 285,5 - km 314,0	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Em fase final de elaboração de parecer técnico para LO
02001.001750/2007-07	MT.00315	BR 050/MG - Subtrecho Divisa GO/MG - Entronc. BR 365 (Uberlândia)	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Em fase inicial de licenciamento
02001.000388/2008-20	MT.00116	BR 060 GO - Duplicação	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Aguardando atendimento de condicionantes de LP pelo empreendedor
02001.003563/98-43	MT.00115	BR 153 - Trecho Aparecida de Goiânia - Itumbiara	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Em fase inicial de licenciamento
02001.002419/2004-53	MT.00119	BR 158 MT - Subtrecho Divisa MT/PA - Entroncamento BR 242 MT	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Licença de Instalação emitida
02001.002849/2006-37	MT.0192	BR 163 - Divisa MT/MS e MT/PA - subtrecho Cuiabá - Santa Helena (km 342,2 - 955,3)	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Aguardando elaboração Estudo Ambiental pelo empreendedor
02018.000043/2000-30	MT.00138	BR 163 - Trecho Divisa MT/PA	8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO - BEC	Em fase de instalação
02001.006183/2004-24	MT.00137	BR 163 - Trecho Nova Santa Helena - Guarantã (MT)	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Aguardando Complementações ao PBA
02001.006860/2005-95	MT.00112	BR 319 - Trecho Porto Velho - Manaus: restauração e melhorias	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Aguardando Análise Check-List Estudos para LP
02001.008053/2002-64	MT.00618	Ponte sobre o rio Madeira	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Aguardando elaboração Estudo Ambiental pelo empreendedor

Nº do processo IBAMA	Cód. PAC	Empreendimento	Empreendedor	Situação junto ao IBAMA
<b>Hidrovia e Dragagem</b>				
02013.003212/97-11	MT.00646	Dragagem - Hidrovia do Alto Paraguai - Entre Barra Norte do Bracinho e Cáceres	COMP DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO DODESP	Licença de Operação expirada
02013.003212/97-11	MT.00647	Dragagem - Hidrovia do Alto Paraguai - Entre Barra Norte do Bracinho e Cáceres	COMP DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO DODESP	Licença de Operação expirada

Fonte: site IBAMA, acesso: fevereiro de 2010

**Quadro 3.6.5.11 - 75 - Projetos de Desenvolvimento Econômico vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento –  
PAC na All da LT 600kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 C2**

Nº do processo IBAMA	Cód. PAC	Empreendimento	Empreendedor	Situação junto ao IBAMA
<b>Dutos</b>				
02001.000604/92-27	MME.00297	Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL)	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - Tbg	Licença de Operação emitida
02001.006092/2000-65	MME.00310	Gasoduto Urucu - Porto Velho	TNG Participações Ltda.	Em fase de instalação
<b>Geração e Transmissão de Energia</b>				
02001.002988/2004-07	MME.00062	UHE Cachoeira	Cia Hidro Elétrica Do São Francisco-Chesf	Aguardando Análise Check-List Estudos para LP
02001.001829/2008-19	MME.5760	UHE Couto Magalhães	Rede Couto Magalhães S.A.	TR emitido, aguardando elaboração de estudo ambiental
02001.002715/2008-88	MME.00077	UHE Jirau	Energia Sustentável do Brasil S.A.	Licença de Instalação emitida
02001.000508/2008-99	MME.00076	UHE Santo Antônio (Rio Madeira)	Santo Antônio Energia S/A	Licença de Instalação emitida
02001.004419/2007-31	MME.00075	UHE Tabajara	Construtora Queiroz Galvão S A	Processo paralisado

### g. Malhas Urbanas Vulneráveis ao Empreendimento

As malhas vulneráveis ao empreendimento caracterizam como aquelas áreas onde os efeitos do empreendimento serão sentidos em maior grau, de modo geral, estes efeitos estão concentrados nas sedes dos municípios que servirão de base de apoio para a realização das obras, em especial os locais onde serão instalados os canteiros de obra principais e secundários, onde haverá um aumento de circulação de pessoas e maquinários, tanto nas sedes como na zona rural até o local de instalação das torres.

Para implantação da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 estima-se que sejam necessárias, durante a fase de implantação do empreendimento cerca de 7.000 trabalhadores diretos e 11.000 trabalhadores indiretos ao longo de toda a obra. A previsão inicial é que haja cerca de 8 canteiros de obras ao longo de todo o trecho da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.

Ressalta-se que, nessa fase de estudo, os municípios foram pré-selecionados para abrigar canteiros principais, conforme indicado no quadro abaixo. Os locais para canteiros secundários serão selecionados oportunamente dentre os municípios da área de influência. Assim sendo, o traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 distancia-se entre 2,4km e 85Km das sedes dos municípios previstos para abrigarem os canteiros de obra. Dentre elas, as cidades mais próximas do traçado destaca-se a sede de Itápolis - SP (cerca de 2,5km), Pontes e Lacerda – MT (4,5Km) e Fernandópolis-SP (5,7Km), conforme pode ser observado no quadro a seguir.

**Quadro 3.6.5.11 - 76 - Localização dos Canteiros de Obras e distancia das sedes municipais em relação ao traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Estado	Município	Descrição	Distancia da Linha (m)	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
RO	Ariquemes	sede do município	18.159	494.778	8.904.213
MT	Comodoro	sede do município	85.193	197.184	8.492.250
MT	Pontes e Lacerda	sede do município	4.585	250.522	8.316.515
MT	Cuiabá	sede do município	17.070	596.764	8.274.990
MT	Alto Araguaia	sede do município	18.440	264244	8084196
GO	Jataí	sede do município	48.189	424.952	8.022.539
SP	Fernandópolis	sede do município	5.786	578.617	7.757.285
SP	Itápolis	sede do município	2.416	750.221	7.595.922

Fonte: Levantamento de campo, outubro – dezembro, 2010.

No caso do Eletrodo de Terra Nº 02, o aglomerado urbano mais próximo da Área de Influência Direta do Eletrodo de Terra Nº 02 - Porto Velho é a cidade de Porto Velho, distante cerca de 17,5Km do traçado e do eixo do Eletrodo de Terra nº 02.

Porto Velho, capital de Rondônia, é a cidade mais populosa Estado e a terceira da Amazônia, ficando atrás de Manaus (AM) e Belém (PA). Localizada às margens do Rio Madeira, atualmente possui uma população estimada em 382.829 pessoas (IBGE, 2009). O acesso à cidade ocorre por meio rodoviário, aéreo e fluvial. A Rodovia BR 364 é a principal via de acesso para chegar a Porto Velho, ligando a cidade ao resto do País. Não menos importante é o transporte aéreo, viabilizado pelo Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira, o maior do Estado. O acesso fluvial ocorre através do Rio Madeira, responsável pelo transporte de pessoas no trecho entre Porto Velho e Manaus, capital do Estado do Amazonas. A economia porto-velhense ancora-se na atividade industrial e no comércio de produtos e serviços. A cidade concentra os mais importantes serviços na área de saúde e educação. Possui cerca de 110 estabelecimentos de saúde, sendo 60 públicos e 50 privados, responsáveis pelo atendimentos dos casos de alta complexidade provenientes de todo o Estado (IBGE, Assistência Médica Sanitária 2005). A rede de ensino é composta por 83 escolas de educação infantil, 261 escolas de Ensino Fundamental I e II, 83 de Ensino Médio e 13 de Ensino Superior (INEP, Censo Educacional 2008).

Outra cidade nas proximidades do eixo do Eletrodo de Terra Nº 02 é a cidade de Candeias do Jamari encontra-se distante 20 quilômetros de Porto Velho e cerca de 24Km do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, com acesso terrestre pela Rodovia BR 364. O município surgiu a partir de um povoado localizado no cruzamento da BR 29 (atual BR 364) com o Rio Candeias. Atualmente possui uma população de 17.547 pessoas (IBGE, 2009). Era conhecida como Vila Candeias em homenagem ao rio que corta a cidade. Economicamente vive da indústria e do comércio de produtos e serviços, com estreita dependência do meio rural e da cidade de Porto Velho. A cidade possui 3 estabelecimentos de saúde, todos públicos e de responsabilidade da Prefeitura Municipal. Pela proximidade, é bastante comum a população procurar os hospitais de Porto Velho em busca de atendimento à saúde (IBGE, Assistência Médica Sanitária 2005). A rede de ensino é composta por 3 escolas de educação infantil, 21 escolas de Ensino Fundamental I e II e 3 de Ensino Médio (INEP, Censo Educacional 2008). A cidade não possui instituições de ensino superior, os interessados procuram as Universidades e Faculdades da cidade de Porto Velho.

O município de Ariquemes é um dos povoados mais antigos do estado, Ariquemes divide, com Porto Velho, sua influência sobre os municípios de Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste. O município é um dos pólos da mesorregião Leste Rondoniense. Ariquemes esteve marcada, até o final dos anos de 1990, pela presença de vários garimpos de cassiterita. Em 2006, o município ocupava a condição de maior pólo madeireiro de Rondônia.



No trecho 1 outros centros urbanos próximos ao traçado que apresentam algum tipo de infra-estrutura para o apoio às obras da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, são as cidades de Chupinguaia, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Cabixi e Rolim de Moura. Os demais centros, pelas limitações estruturais, apresentam possibilidades de apoio com serviços de alimentação, hospedagem e mão de obra com baixa e média complexidade.

No trecho 2 destacam-se as cidades de Rondonópolis e Cuiabá, capital do Mato Grosso. Por serem pólo regionais, encontram-se no topo da hierarquia urbana deste trecho e boa toda infra-estrutura de serviços e mobiliário urbano. Em uma posição “intermediária” tanto em infraestrutura, quanto em distância, estão as sedes de Pontes e Lacerda, Comodoro, Jauru, Barra do Bugres e Alto Araguaia que podem servir de apoio no processo construtivo, mas que podem sofrer maiores impactos nesta etapa, devido ao porte destes municípios.

No estado de Goiás, além do município de Jataí o município de Mineiros apresenta boa infraestrutura de ofertas de serviços e mobiliário urbano. As ruas são asfaltadas e sinalizadas. Possui iluminação pública, serviço autônomo de água e esgoto prestado pela SAAE.

O município Fernandópolis, localizado no estado de São Paulo possui aproximadamente 61.392 habitantes. Dentre as áreas urbanas identificadas no corredor em estudo no trecho 3, este município é o de maior porte. Possui ruas asfaltadas, iluminação pública, sistema de água e esgoto SABESP e transporte mais acessível.

Nas proximidades do Eletrodo de Terra Nº 02 - SP situam-se as áreas urbanas dos municípios de Itápolis e Araraquara. O município de Itápolis é de médio porte e possui 38.633 habitantes. Sua malha urbana é bem desenvolvida. O município tem suas ruas pavimentadas, asfaltadas e iluminadas, o saneamento e distribuição de água é feito pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itápolis. O sistema de transporte é mais eficiente e atende melhor a população local, do que os municípios de menor porte na região.

O município de Araraquara, com 195.815 habitantes, possui ruas asfaltadas e iluminadas, e como cidade de grande porte, possui um sistema de transporte urbano mais desenvolvido, assim como, o sistema de saúde e educação. Apresenta também Departamento Autônomo de Água e Esgoto. É considerado pólo Universitário da Região. Araraquara conta com Aeroporto, Ferrovia e é cortado por diversas Rodovias como SP-255, SP-257, SP-310 e SP-300, o que facilita o escoamento de grandes empresas que se instalaram na região, como por exemplo, a Cutrale, a Nestlé e a Lupo.

Além das sedes dos municípios previstos para serem canteiros de obras ou próximos ao eixo do Eletrodo de Terra Nº 02, foi identificado também algumas áreas urbanas no corredor em estudo. Com destaque para as sedes dos municípios de Nipoã – SP (920m), no trecho 3 e Jangada - MT(1,2Km) no trecho 2. Ao todo foram identificadas 21 municípios, cujas as áreas urbanas estão próximas do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, optou-se por identificar aqueles municípios que se encontram há pelo menos seis quilômetros do traçado do empreendimento. Assim destaca-se o município de Governador Jorge Teixeira, São Felipe do Oeste e Cabixi, em Rondônia e os municípios Nova Europa, Nhandeara e Turmalina, no estado de São Paulo. Esses municípios se caracterizam por áreas de recentes construções, que se expandiram nos últimos anos, formados por conjuntos habitacionais populares. Seus moradores, em sua maioria, são originários de outros municípios e migraram da área rural para as cidades a partir de trabalhos temporários que realizavam nas colheitas de laranja e cana-de-açúcar na região. O Quadro a seguir apresenta as sedes dos municípios e suas respectivas distancias em relação ao empreendimento.

**Quadro 3.6.5.11 - 77 - Áreas urbanas identificadas no corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

Estado	Município	Descrição	Distancia da Linha (m)	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
<b>Trecho 1</b>					
RO	Alto Paraíso	sede do município	3.328	464.606	8.925.471
RO	Cacaulândia	sede do município	3.241	511.201	8.856.853
RO	Gov. Jorge Teixeira	sede do município	2.710	538.782	8.836.315
RO	Teixeirópolis	sede do município	4.278	582.836	8.794.350
RO	São Felipe D'Oeste	sede do município	2.339	661.615	8.684.104
RO	Corumbiara	sede do município	4.163	728.386	8.566.882
RO	Cabixi	sede do município	2.489	765.692	8.508.235
<b>Trecho 2</b>					
MT	Jangada	sede do município	1.254	554.587	8.315.607
MT	Lambari D'Oeste	sede do município	5.315	392.341	8.306.334
MT	Rio Branco	sede do município	4.296	379.007	8.314.949
<b>Trecho 3</b>					
GO	Serranópolis	sede do município	5.068	398.689	7.975.606
GO	Itarumã	sede do município	6.141	463.267	7.925.181
MG	Limeira do Oeste	sede do município	4.070	543.902	7.838.119
SP	Nipoã	sede do município	920	626.535	7.687.171
SP	Macaubal	sede do município	5.023	607.324	7.699.397
SP	José Bonifácio	sede do município	5.623	637.993	7.669.741
SP	Nova Europa	sede do município	2.341	751.225	7.589.929
SP	Tabatinga	sede do município	3.129	738.991	7.595.945
SP	Gavião Peixoto	sede do município	3.275	758.856	7.583.139
SP	Nhandeara	sede do município	2.595	599.603	7.711.355
SP	Turmalina	sede do município	2.725	554.463	7.783.049

Fonte: Levantamento de campo, agosto – dezembro, 2010.

Conforme destacado anteriormente, o traçado está concentrado nas zonas rurais dos municípios atravessados, mantendo proximidade com algumas sedes municipais e núcleos urbanos. Nesse sentido, destaca-se que os chamados “bairros rurais” ou distritos rurais estão mais suscetíveis as intervenções do empreendimento, em especial, os situados ao longo do trajeto entre o traçado e a sede dos municípios que serão canteiros de obras, dentre eles a Vila União e Joelândia, situadas no município de Ariquemes (RO) a cerca de 500m e 1,3Km do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, respectivamente; o distrito da Guia (Cuiabá-MT), a cerca de 1Km; Vila Queimada (Itápolis-SP) a cerca de 3Km. Por outro lado, há distritos e vilas, que embora não estejam em território de municípios previstos para abrigar canteiros de obras situam-se bem próximo ao traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.

A Vila União localiza-se no km 17 da BR 421 no município de Ariquemes. O local surgiu a partir de lote do INCRA pertencente ao assentamento Marechal Dutra. A Vila hoje abriga 9 famílias de pequenos produtores rurais. As famílias mantêm laços de parentesco entre si. A principal atividade econômica da Vila União é dada pela plantação de mandioca, usada para a fabricação de farinha. Além disso, são cultivados café, milho e arroz. Há, igualmente, um pequeno rebanho de gado leiteiro. Foram identificadas várias árvores frutíferas no local como: manga, fruta pão, abacate, cupuaçu, pupunha, carambola e pitanga. As casas da Vila União possuem energia elétrica. A água provém de poços artesianos, enquanto o saneamento básico é marcado pela presença de fossas sépticas. Segundo depoimento de um dos moradores, os moradores da Vila União carecem de maquinários para o trabalho agrícola (cita o trator como o principal deles).

O distrito de Joelândia está localizado na zona rural de Ariquemes. Possui cerca de 2000 habitantes que vivem do cultivo de café associado à produção de lavouras de grãos, tais como o arroz, a soja e o milho. Segundo informante, há produtores no local que praticam a piscicultura em tanques fornecidos e doados pelo Governo Estadual. Além dos tanques, o governo do estado também fornece assistência técnica para auxiliar no criatório (Programa Pró-Peixe). Os lotes são remanescentes do antigo projeto de assentamento Marechal Dutra. Há uma Associação de Produtores Rurais (a Vale do Cajaí), que possui secador de café, resfriador e trator. Para utilizar o maquinário, o associado paga a despesa e a diária do operador. No distrito há uma escola Pólo chamada Paulino Manfini e um laboratório da SUCAM. Há agentes de saúde e um médico visita a localidade uma vez por mês. As casas são abastecidas por energia elétrica.



Fonte: Trabalho de campo 05/10/2009 a 09/11/2009

**Foto 3.6.5.11 - 230 - Vista do Distrito de Joelândia, em Ariquemes-RO**

O distrito da Guia é um pequeno aglomerado urbano localizado no município de Cuiabá, às margens do rio com o mesmo nome. Com população estimada de quase 4.000 habitantes, o distrito também é local onde vivem diversos pescadores profissionais artesanais associados à Colônia Z-1, em Cuiabá. Segundo dados recolhidos na região, há cerca de 70 pescadores vivendo no distrito e nas suas imediações. As casas são de alvenaria e construídas sobre pequenos lotes urbanos. Alguns pescadores vivem numa área de pequenos sítios de poucos hectares. O distrito da Guia conta com escolas de ensino fundamental e médio. Há Posto e agentes de saúde. As casas possuem água encanada e sistema de esgoto. A principal via de acesso à localidade é a rodovia asfaltada que liga Cuiabá ao município de Acorizal;

A Vila Queimada localiza-se no município de Itápolis. A Vila, assim como outros povoados da região que no passado era destinada a plantação de café, também possui casas desabitadas. De acordo com uma família entrevistada, esse "abandono" das áreas estava relacionado principalmente, a expansão dos canaviais, pois quando as fazendas são arrendadas para as usinas de cana-de-açúcar e álcool, aproveitam toda a área e como a cultura não precisam de mão-de-obra, de modo que os moradores acabaram migrando para a cidade ou para outras áreas. Atualmente no local só estão morando 10 famílias. Na vila existe uma igreja denominada de São Sebastião.



**Foto 3.6.5.11 - 231 - Igreja de São Sebastião Vila Queimada**



**Foto 3.6.5.11 - 232 - Vila Queimada (708.331/7621/378).**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No quadro a seguir é apresentado os distritos mais próximos do traçado da LT e suas respectivas distancias.

**Quadro 3.6.5.11 - 78 - Distritos e bairros rurais próximos ao traçado da LT 600kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N2.**

Estado	Município	Descrição	Distancia da Linha (m)	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
<b>Trecho 1</b>					
RO	Castanheiras	Distrito de Jardinópolis	4.298	621.900	8.728.400
RO	Porto Velho	Rio do Garças	1.507	397.834	9.011.480
RO	Ariquemes	Vila União	508	480.426	8.893.858
RO	Ariquemes	Joelândia	1.353	485.806	8.881.578
RO	Chupinguaia	Novo Plano	302	706.134	8.623.212
RO	Corumbiara	Rondolândia	272	736.376	8.560.476
RO	Candeias do Jamari	Vila Triunfo	8.629	449.288	8.973.934
RO	Primavera de Rondônia	Querência do Norte	744	670.731	8.675.654
RO	Colorado do Oeste	Novo Colorado	5.730	749.014	8.528.736
<b>Trecho 2</b>					
MT	São Domingos	Máquina Queimada	1.808	272.590	8.309.713
MT	Jauru	Vila Taquaraçu	2.320	300.624	8.317.664
MT	Araputanga	Cachoeirinha	2.500	356.080	8.308.115
MT	Rio Branco	Vila Panorama	179	388.000	8.311.500
MT	Barra do Bugres	Currupira	1.929	515.478	8.329.564
MT	Jangada	Alto Jangada	1.033	553.904	8.316.312
MT	Cuiabá	Distrito da Guia	918	582.471	8.301.917
MT	Rondonópolis	Vila Cardinal	4.974	751.414	8.198.061
MT	Rondonópolis	Três Pontes	1.069	769.991	8.185.681
MT	São José do Povo	Vila Nova Catanduva	2.762	788.019	8.166.823
MT	Acorizal	Mata Grande	5.003	561.000	8.307.000
MT	Cuiabá	Expansão urbana	3.925	600.729	8.287.244
MT	Cuiabá	Pedra 90	5.307	611.340	8.271.780
MT	Juscimeira	Águas Quentes	1.846	722.000	8.207.500
MT	Pedra Preta	Garça Branca	5.990	809.000	8.140.000

Estado	Município	Descrição	Distancia da Linha (m)	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
<b>Trecho 3</b>					
GO	Jataí/Serranópolis	Professor Chiquinho	4.174	434.657	7.959.879
MG	Limeira do Oeste	Localidade da Lama	3.491	533.536	7.856.431
MG	Ituramã	Alexandrita	383	557.182	7.821.829
SP	Nova Aliança	Distrito Nova Itaperema	1.946	651.632	7.669.340
SP	Tabatinga	Distrito de Curupá.	2392	750254	7595877
SP	Nhandeara	Distrito Industrial	1.129	601.926	7.710.344
SP	Populina	do Sol	1.019	554.404	7.787.299
SP	Turmalina	Fátima Paulista	4.365	556.529	7.777.086
SP	Estrela do Oeste	Boa Esperança	3.904	564.002	7.766.365
SP	Meridiano	Santo Antônio	2.885	584.097	7.737.111
SP	Nhandeara	Vila São Benedito	179	593.557	7.725.749
SP	Nhandeara	Bairro dos Portugueses	337	595.624	7.721.786
SP	Nhandeara	Vila Aparecida	1.760	600.990	7.710.672
SP	Monte Aprazível	Junqueira	720	617.857	7.697.255
SP	José Bonifácio	Bairro Tanquinho	737	637.245	7.677.468
SP	Nova Aliança	Nova Itapirema	1.946	651.632	7.669.340
SP	Nova aliança	Nova Aliança	529	654.253	7.663.974
SP	Nova Aliança	Monte Belo	2.798	654.682	7.660.481
SP	Urupês	Bairro da Figueira	2.781	667.386	7.656.013
SP	Urupês	Vila Barreirão	1.184	671.096	7.651.172
SP	Novo Horizonte	Novo Horizonte	1.358	682.109	7.641.303
SP	Itápolis	Vila Queimada	3.949	708.331	7.621.378

Fonte: Levantamento de campo, agosto – dezembro, 2010.

Conforme pode se observar no quadro a cima, os distritos ou povoados mais próximos ao traçado são Vila São Benedito, localizada no município de Nhandeara(SP) e Vila Panorama, localizada no município de Rio Branco(MT), ambas situadas a cerca de 180m do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.

A vila Panorama conta com população estimada de 60 a 70 famílias. Seus primeiros habitantes são originários das regiões sul e sudeste do país. O local onde se encontra a vila era área de colonização oficial, sendo ocupada por pequenos produtores agrícolas. Atualmente, boa parte dos seus moradores trabalham no corte de cana-de-açúcar em canaviais próximos e na Usina de Açúcar e Alcool localizada no município vizinho de São Lourenço do Oeste. Há pequenos produtores de gado de corte para engorda e recria, além de trabalhadores empregados num seringal localizado nas proximidades da vila. A localidade não possui escola de ensino fundamental ou médio. Os alunos, para estudarem, precisam se deslocarem em ônibus da prefeitura, para a s escolas da sede municipal, há poucos quilômetros dali. O mesmo ocorre em relação aos serviços de saúde, já que a vila Panorama não conta com Posto de Saúde (apenas agentes de saúde). A água provém de poços artesianos e é tratada com cloro. A vila também não conta com rede de esgoto instalada. Apenas fossas sépticas distribuídas

nas residências são responsáveis por captar os dejetos domésticos produzidos na localidade. A Vila de São Benedito é uma pequena vila com cerca de sete casas com algumas estruturas do período do café, tais como uma igreja e um campo de bocha. Segundo uma moradora entrevistada, os moradores que ficaram na vila, plantam fumo e exploram gado de leite. Sobre a migração dos moradores a entrevistada explicou que há 15 anos atrás, muitas famílias partiram da Vila para as sedes dos municípios vizinhos. O contato entre os moradores antigos e os atuais, permanecem, principalmente quando estes últimos precisam realizar compras, buscar serviços bancários e médico na sede do município.



**Foto 3.6.5.11 - 233 - Capela de São Benedito, na vila homônima ao santo, município de Nhandeara-SP.**



**Foto 3.6.5.11 - 234 - Fumo secando em estrutura rústica na vila de São Benedito, Nhandeara-SP.**

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Além dos povoados a cima citados, outras localidades também situam-se próximas ao eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, tais como: Rondolândia, no município de Corumbiara-MT, situado a cerca de 270m; Novo Plano em Chupinguaia – RO, a cerca de 300m do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 e o distrito de Alexandria, no municípios de Itarumã- MG, situado a cerca de 380m do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02.

Rondolândia é um aglomerado urbano de Corumbiara habitado por 25 famílias. Economia baseada na pecuária leiteira. Há escolas de ensino fundamental e médio. Conta com agentes de Saúde. É abastecido com luz elétrica. A água vem de poço artesiano. O saneamento básico é baseado fossas. Não há coleta de lixo. Os telefones são o fixo e o orelhão.

O distrito de Novo Plano merece destaque, devido a questão agrária existente no local. A área onde ele está assentado pertencia a uma Usina de Cana de Açúcar abandonada e foi ocupada pelos primeiros moradores. No início, as terras foram

divididas em pequenos lotes de 21 alqueires. Ainda hoje, os habitantes da vila lutam pela posse da documentação das terras, cujo julgamento está em trâmite na justiça. Atualmente o local abriga cerca de 600 habitantes, sendo 300 da zona rural (sítios) próxima e 300 da sede. A maioria dos moradores do distrito se dedica à criação de gado de leite (o distrito é considerado bacia leiteira do município). Novo Plano possui luz elétrica. Possui escola de ensino fundamental e médio, com cerca de 600 alunos. Há um Posto de Saúde com ambulância que transporta pacientes com doenças mais graves para Chupinguaia. Além disso, o distrito recebe a visita de um médico uma vez por semana. O distrito possui vias de acesso para os municípios de Pimenta Bueno, Chupinguaia e Vilhena. Há posto de gasolina, 2 farmácias e com coleta de lixo que ocorre 3 vezes por semana no local. O abastecimento de água é feito através do posto artesiano e o saneamento através de fossa. Identificou-se um grande problema de energia na região, já que os moradores reclamam que a luz cai muito e ainda é muito cara. O principal lazer do local é o campo de futebol. Existem cerca de oito igrejas entre católicas e evangélicas. Com relação à telefonia tem apenas telefone fixo e orelhão.

#### **h. Demandas por infra-estrutura decorrentes do empreendimento**

O empreendimento encontra-se na fase de estudo e avaliação de sua viabilidade ambiental, não sendo possível nesse momento afirmar os locais os quais onde haverá necessidade de melhoria da infra-estrutura existente. As cidades ou localidades onde a instalação do empreendimento demandará a reforma, ampliação ou construção de novas estradas e acessos, ou demais empreendimentos de infra-estrutura será informado ao órgão ambiental na fase de detalhamento do projeto executivo da LT . 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 , N° 02.



### 3.6.5.12 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL ARQUEOLÓGICO E DE LAZER

Nesta seção são apresentadas as informações e estudos referentes as áreas de valor histórico, arqueológico, paisagístico, cultural e lazer para turismo nas áreas de influencia indireta e direta da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, N° 02, sendo apontadas os locais com potencial interferência do empreendimento.

#### a. Áreas de Valor Histórico, Arqueológico, Cultural e Paisagístico

##### a.1 Patrimônio Arqueológico

Para o diagnóstico arqueológico, foram observadas as recomendações constantes da Portaria IPHAN 230/2002, que estabelece os procedimentos mínimos a serem seguidos nos estudos para avaliação de potencial arqueológico de áreas sujeitas à eventual implantação de projetos de engenharia.

Os dados utilizados no diagnóstico foram oriundos de fontes secundárias, no que concerne à etnohistória regional, importante por oferecer um quadro da ocupação indígena mais recente da região, abrindo a possibilidade de, a partir de elementos de boa visibilidade arqueológica, identificar as etnias e culturas associadas aos remanescentes arqueológicos mais recentes. Os dados etnohistóricos foram abordados apenas no contexto da Área de Abrangência Regional, uma vez que populações indígenas são móveis e sua localização num determinado ponto dos mapas utilizados não significa que no passado elas não tenham circulado por um território mais amplo, que, certamente o fizeram).

No que concerne à arqueologia especificamente, os dados secundários foram obtidos em especial no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, constantes do SGPA do IPHAN (principalmente no que concerne à AAR e à AII), mas também em relatórios de arqueologia realizados no entorno do empreendimento e ainda não incorporados ao CNSA/IPHAN. Do levantamento de dados secundários, elaborado no intuito de compreender o contexto regional, foram extraídos e detalhados os dados para caracterização da AII. Os resultados do levantamento extensivo feito em campo forneceram os dados para a AID e, eventualmente também para a AII.

Esse procedimento encontra eco nas exigências da Portaria IPHAN 230/2002, que, no que concerne aos EIAs/RIMAs, diz:

*Artº 1 - Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do*

*empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.*

Uma vez que, na fase de diagnóstico, é impraticável fazer o levantamento intensivo do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, N° 02, o que exigiria que este já estivesse referenciado em campo com piquetes, colocou-se como objetivo da pesquisa de campo a avaliação do potencial arqueológico dos diversos compartimentos ambientais identificados próximos aos vértices da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, N° 02, como forma de obter subsídios para identificar os impactos que o patrimônio arqueológico poderia sofrer com a implantação do empreendimento.

Para cumprir tais metas, decidiu-se, como procedimentos de pesquisa, fazer um levantamento extensivo de campo e proceder à coleta de informações orais junto a moradores dos arredores dos vértices da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, N° 02. Neste tipo de abordagem, a área de pesquisa é percorrida de forma oportunística, buscando-se a localização de sítios arqueológicos através de vistoria arqueológica de áreas com boa visibilidade de superfície ou de indicação de locais de ocorrência de material arqueológico. Também foram verificadas quais as unidades ambientais mais favoráveis ao assentamento humano.



**Foto 3.6.5.12-1– Coleta de informações orais, em campo.**

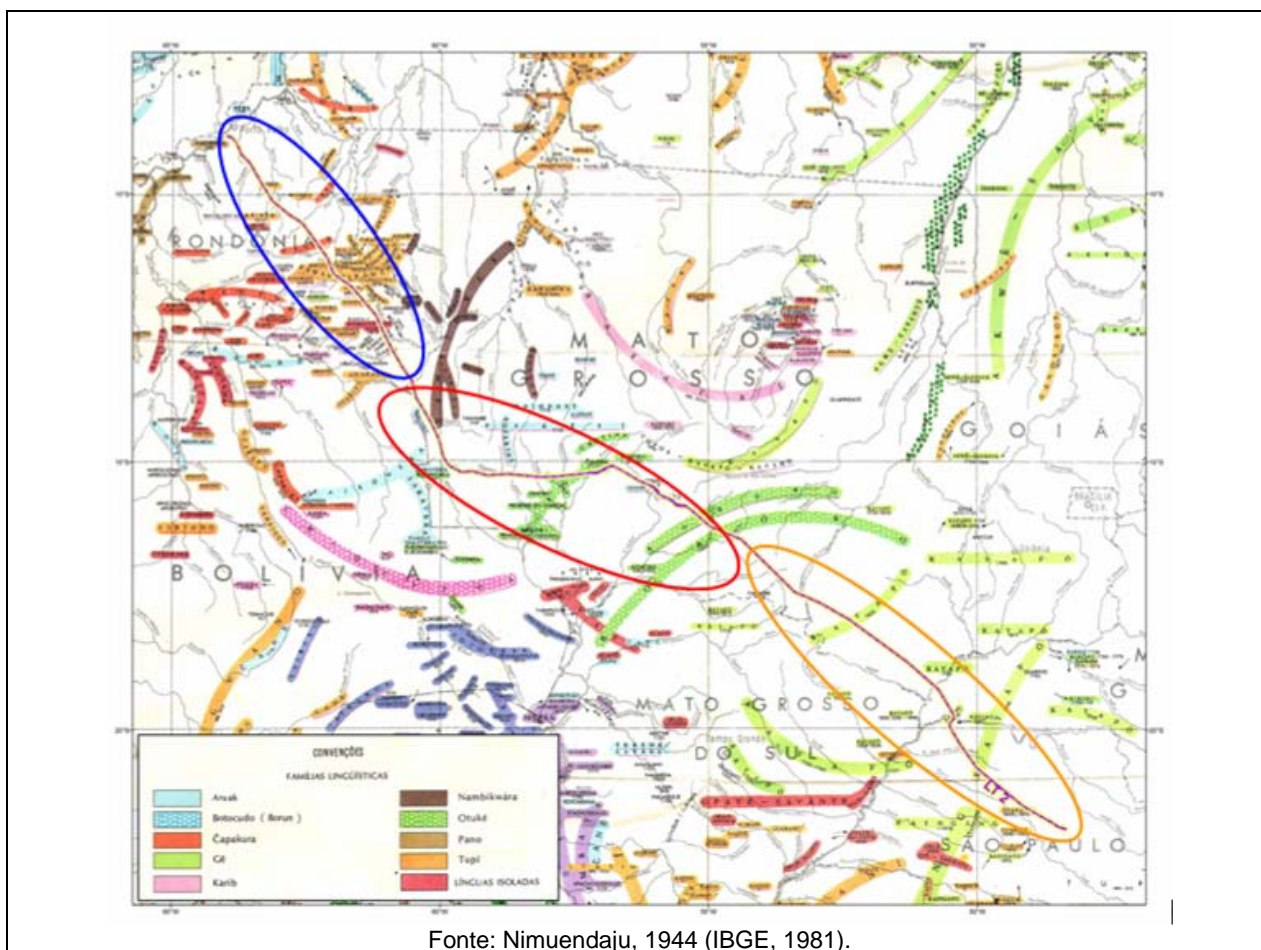
Durante a etapa de campo do diagnóstico, foram identificados quatro sítios arqueológicos na área de influência direta (AID) e 10 sítios arqueológicos na área de influência indireta (AII), apresentados no mapa anexo.

- **Área de Abrangência Regional-AAR e Área de Influência Indireta-AII**

- ✓ **Etnohistória**

Uma vez que a arqueologia do Novo Mundo, à exceção de períodos muito recuados, estuda os testemunhos da história das populações indígenas encontradas pelos conquistadores europeus nas Américas, justifica-se o interesse arqueológico pela problemática etnográfica e etnohistórica da área de estudo.

Uma primeira análise da área a ser estudada no presente projeto revela, de norte para sul, quais etnias indígenas foram registradas historicamente pelos primeiros colonizadores com as quais elas entraram em contato.



**Figura 3.6.5.12-1– Tribos indígenas identificadas na área atravessada pela LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02, quando de seu primeiro contato com a sociedade colonial ou nacional.**

Na região cruzada pela LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02 em Rondônia foram registrados, historicamente, tribos indígenas de línguas Pano, Chapakura e Tupi. No Estado de Mato Grosso, foram registradas tribos de língua Nambikwara, Aruak e Otuké (Bororo).

Nos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, foram registrados os Kayapó Meridionais, de língua Ge. Em São Paulo, há ainda registro de um grupo Guarani, de língua Tupi.

Essa diversidade cultural reflete a diversidade de ambientes e de áreas culturais cortadas pela LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02.

Mellati (2005) propõe uma distribuição geográfica das áreas etnográficas da América do Sul, tendo como premissa o conceito de áreas culturais (Krober, 1939; Galvão, 1960). Melatti (2005) combinou os fatores tradicionalmente utilizados no estudo pioneiro das áreas culturais do Brasil (Galvão, 1960), que incluíam aspectos da cultura material, da lingüística, da distribuição espacial, dos limites temporais, dos contatos intertribais e dos contatos com a sociedade nacional; com a noção de “pólos de articulação”.

Pólos de articulação é um conceito que privilegia o contato interétnico, conferindo uma rede geográfica hierárquica das sociedades que partilham suas vidas sociais, ou seja, que se relacionam de algum modo entre si (e.g., trocas comerciais, convites para ritos, intercasmamentos).

Apesar das críticas aos estudos das áreas culturais, como a dificuldade em delimitar as fronteiras entre uma área e outra, a certa arbitrariedade dos limites e o fato de as áreas culturais refletirem a distribuição espacial em um momento específico no tempo, de certa forma Melatti consegue avançar nesta problemática, com a inclusão do conceito de “pólos de articulação”.

Pelo modelo de Melatti, a LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02, atravessaria as áreas culturais Amazônia Central Meridional, Aripuanã, Alto Juruena e Tocantins-Xingu.

Os estados de Minas Gerais e São Paulo, despovoados de suas populações nativas pelos processos históricos de conquista territorial, ocorridos principalmente no período colonial, atualmente não mais configuram áreas culturais indígenas.



- **Áreas etnográficas cortadas pela ou no entorno da LT (Fonte: Melatti, 2005)**

As características principais dos grupos indígenas que se articulam nessas áreas são retomadas a seguir, de Melatti (2005). Ressalta-se, aqui, que duas dessas áreas são apenas limítrofes ao empreendimento, não sendo cortadas por ele (áreas Aripuanã e Alto Juruena) e outra, muito extensa, é cortada apenas em seu extremo sul (Área Tocantins-Xingu). Elas são aqui mencionadas pelo fato de que refletem uma configuração atual, que pode ter sido mais ampla no passado.

- ✓ **Área etnográfica “Amazônia Centro-Meridional”:**

*“Esta área, que também podemos chamar de Tapajós-Madeira, como fez Galvão, justifica-se pela articulação entre os grupos nela presentes, pelo menos no passado, como também pela existência de um fundo cultural comum.*

*A dita articulação nem sempre se constituiu de relações amigáveis. Os grupos étnicos incluídos nesta área eram, por exemplo, alvos das incursões mundurucus para obter cabeças. (...) Surpreende ver os apiacás neste arrolamento diante da afirmação do casal Murphy de que os mundurucus tinham como inimigos qualquer outro grupo, menos os vizinhos apiacás, que lhes eram subservientes e por vezes os acompanhavam em suas expedições guerreiras (Murphy & Murphy 1974: 80). Conforme os mesmos pesquisadores, os mundurucus, que no final do século XVIII constituíam um obstáculo à expansão lusitana, vieram posteriormente unir-se aos colonizadores e, por volta de 1820, dispersaram os muras e os araras do baixo Madeira (: 29-30). (...) Os parintintins eram inimigos dos tenharins, dos apiacás, dos pirahãs (Kracke 1978: 7).*

*No que tange a um fundo cultural comum, vale notar que a caça de cabeças não era privilégio dos mundurucus; também os xipaias, os curuaias, os araras, os parintintins, a exerciam. Essa prática podia estar combinada ou não com o canibalismo, outrora mantido pelos parintintins, apiacás, xipaias, bem como pelos pirahãs, que continuam a admiti-lo como um costume de certos seres espirituais. A importância simbólica da bebida feita de mandioca é por sua vez bastante evidente entre os mundurucus e os araras” (Melatti, 2005).*

✓ **Área etnográfica “Aripuanã”:**

A região das bacias dos rios Aripuanã e Ji-paraná, sobre a fronteira de Mato Grosso com Rondônia, perfaz a Área Etnográfica Aripuanã. Duas são as características principais dos povos que constituem essa área: quase todos os grupos indígenas aí presentes falam línguas da família mondé, integrante do tronco tupi; e todos fizeram contato com os membros da sociedade brasileira recentemente, na segunda metade do século XX, de modo mais intenso a partir da década de 1970 (Melatti, 2007).

*“Uma instituição central na vida dos paiter, e que talvez ainda vigore, é a separação da comunidade em dois grupos: um que deve viver na aldeia e outro que se instala, durante a estação seca, numa clareira dela distante de quinhentos a mil metros. Os moradores da aldeia devem se dedicar principalmente ao trabalho nas roças, enquanto os da clareira, ou seja, do mato, à caça, pesca, coleta e confecção de artefatos. Essas atividades, entretanto, não chegam a ser exclusivas de um e de outro grupo. Depois de um ano, há uma troca de posições e tarefas. Os que estavam no mato passam para a aldeia e os que tinham ficado nesta, para aquele. A composição dos dois grupos se faz de tal modo que cada homem tenha sempre a sua irmã e o marido dela no grupo oposto. Assim, os que estão no mato fabricam artefatos para dar aos cunhados que estão na aldeia, os quais devem retribuir com alimentos. A participação nesses grupos depende do envolvimento em relação matrimonial efetiva, embora os solteiros muito jovens possam participar ao lado do pai. Na prática, esses dois grupos resultam como que em metades exogâmicas (Melatti, 2005).*

✓ **Área etnográfica “Alto Juruena”:**

*“Nesta área reunimos algumas sociedades de culturas e línguas muito diferentes entre si: do tronco macro-jê (ricbactsa, umutina), da família aruaque (pareci, salumã), da família nambiquara, de língua não classificada (iranxe, muncu). Vale perguntar então pelo motivo de os incluirmos numa mesma área etnográfica. A mera contigüidade espacial, pois a maioria vive nas margens do alto Juruena ou dos rios que para ele correm, ou dos rios que dele divergem a partir da serra dos Parecis (altos cursos do Ji-Paraná, Guaporé e Paraguai), não*

*seria razão suficiente. O que parece articular essa área é não apenas o contato entre as diferentes sociedades, mas um contato que se faz sob a orientação da sociedade branca hegemônica. Assim, no início do século XX, a atuação de Rondon contribuiu para articular os parecis, trabalhadores das linhas, com os nambiquaras, freqüentadores das estações telegráficas. Depois a missão jesuítica atuou junto a eles e mais os iranxes e ricbactsas, cujas crianças também eram internadas em sua escola” (...)*

*A colonização de Mato Grosso foi presidida pela sucessão de três centros de mineração: Cuiabá, Vila Bela e Diamantino. Com o esgotamento do ouro de Cuiabá, sua população se voltou para o apresamento de índios, sendo especialmente visados os parecis. A partir de 1731 descobre-se ouro no alto Guaporé, o que culmina com a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752, como sede da recém-criada capitania de Mato Grosso. Os parecis continuaram a ser procurados como escravos e também como fornecedores de alimentos. O governo real, entretanto, pretendia um outro tratamento para os parecis, em termos mais amistosos, uma vez que sua incorporação à sociedade colonial contribuiria para reforçar a posição portuguesa diante dos vizinhos espanhóis.*

*Mas no fim do século XVIII Vila Bela já estava em decadência e em 1805 o governo regulamenta e permite a exploração de diamantes, cujas minas entre as cabeceiras do Arinos e do Paraguai já estavam descobertas desde 1728. Os parecis são requisitados para trabalhar nas minas e também na navegação do rio Tapajós. No terceiro quartel do século XIX a mineração em Diamantino se esgotava (Costa 1985: 201-8).*

*Mas as terras parecis eram ricas em seringueiras que logo se passam a explorar no último quartel do século XIX com a incorporação da mão-de-obra dos indígenas às atividades extrativas ou a sua expulsão e aniquilamento. Também se intensifica a extração da poaia, ipeca ou ipecacuanha, um arbusto cuja raiz contém um alcalóide utilizado na fabricação de expectorantes, vomitivos, e também no tratamento da desinteria amebiana. Era possível combinar a extração da*



*borracha com a da poaia, a primeira realizada na estação seca e a segunda na chuvosa. Se o período de intensa exploração da borracha termina na segunda década do século XX, a extração da poaia chega a seu final nos anos 1970” (Melatti, 2005).*

✓ **Área etnográfica “Tocantins-Xingu”:**

*“Esta área, que contorna a borda oriental e sudestina da Amazônia e até nela se intromete, foi chamada por Eduardo Galvão de Tocantins-Xingu e, de certo modo, foi consagrada pelo Harvard Central Brazil Research Project (também conhecido como Projeto Harvard-Museu Nacional), cujos pesquisadores se ocuparam da comparação de várias sociedades jês (crincati, apinajé, craô, caiapó, xavante) ou a elas semelhantes (bororo) ao longo de sua extensão. Como precursores dessa pesquisa, Curt Nimuendaju (que estudou os ramcomecrás, os apinajés e os xerentes) e os salesianos Colbacchini e Albisetti (que estudaram os bororos), deram as primeiras descrições detalhadas dessas sociedades ao mundo científico, deixando-o intrigado perante o contraste entre as complexas regras sociais e a simplicidade tecnológica que elas apresentavam.*

Falando sobre o que caracteriza esta área etnográfica, Melatti destaca que:

*a) Quanto ao **ambiente**, ela inclui a maioria das sociedades indígenas do cerrado, mas não todas. Por outro lado, inclui sociedades que não estão no cerrado. Mas como excluir da área os caiapós, já na mata amazônica, mas tão próximos culturalmente dos timbiras do cerrado?*

*b) Quanto à **origem**, inclui a maioria das sociedades falantes de línguas da família jê, mas não todas. Exclui, por exemplo, os caingang e xócleng, do Planalto Meridional, separados por grande distância e por uma área onde não há índios presentes. Exclui os jês que estão na área do Alto Xingu. Inclui, por outro lado, os carajás e os bororos, não propriamente jês, mas do tronco macro-jê. E, por força da proximidade, dois grupos tupis: os tapirapés e os avás.*

Embora Melatti (2005) trate das áreas etnográficas atuais, elas foram definidas também a partir de suas formações históricas, congregando tribos que ali foram registradas desde quando se deu o primeiro contato com o colonizador europeu, conforme se pode constatar consultando o mapa de Nimuendaju.

### **Línguas e etnias indígenas registradas historicamente ao longo da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02 (Fonte: Nimuendaju, 1944)**

Na caracterização dos grupos indígenas historicamente apontados por Nimuendaju, estes foram agrupados por troncos e famílias lingüísticas e os aspectos privilegiados foram os de cultura material e ambiente, por sua maior visibilidade arqueológica. Não foram considerados os grupos indígenas que aparecem no mapa, mas que foram extintos antes de seu registro etnolinguístico. A apresentação é feita de Norte para Sul.

- **Grupos indígenas de língua Karipuna - RO**

Sobre estes grupos, é importante ressaltar que, no mapa de Nimuendaju aparece, no início da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02, em Rondônia, a denominação Karipuna para índios de língua Pano. A mesma denominação aparece em Métraux, 1942. Uma análise do mapa mostra que tribos indígenas de língua Pano realmente se encontravam na região dos tributários do Rio Madeira, circulando entre a Bolívia e os atuais estados do Amazonas e de Rondônia, o que pode ter levado à confusão. Eles são mencionados como Pano por Acuña (1994<sup>1</sup>); Métraux (1942) e Nimuendaju (1944).

Os Karipuna de Rondônia, no entanto, historicamente habitantes do Rio Madeira e seu tributário Jaci-Paraná, exatamente onde são localizados no mapa de Nimuendaju, são falantes da língua homônima, do tronco Tupi.

- Primeiros registros na área de estudo: primeiras décadas do século XX.
- Dados etnográficos:
  - > Ambiente: Mata
  - > Assentamento: em clareiras abertas na mata, constroem hoje casas de moradia de planta retangular, estilo sertanejo, com paredes de madeira e teto coberto por folhas de palmeira.
  - > Subsistência: pesca, caça (dos mais variados animais) e plantio de mandioca, milho e banana.

<sup>1</sup> A edição original, espanhola, é de 1891.

- > Artefatos: arco e flecha; vasilhas de cerâmica (no passado); tipóias de algodão; cestos e canoas.
- > Tecnologia: fiação, olaria (no passado), cestaria, tecelagem, agricultura.
- Fontes: Hugo (1959); Meireles (1983); Azanha e Leão (2005).



Foto: Gilberto Azanha, 2004. In: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).

**Figura 3.6.5.12-3– Aldeia Karipuna no rio Jaci-Paraná.**



Foto: Dana Merrill , entre 1907 e 1912, In: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).

**Figura 3.6.5.12-4 - Caça de anta com arco e flecha.**



Foto: Dana Merrill , entre 1907 e 1912, In: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).

**Figura 3.6.5.12-5 - Família Karipuna em canoa.**

- **Grupos indígenas de língua Tupi (RO): Kawahiwa, Tupari e outros**

As informações sobre essas tribos são poucas, motivo pelo qual todas as constantes do Mapa de Nimuendaju se encontram juntadas neste item. Sua cultura material compartilha algumas características e se diferencia em outras. Quando existe a informação, esta é ressaltada.


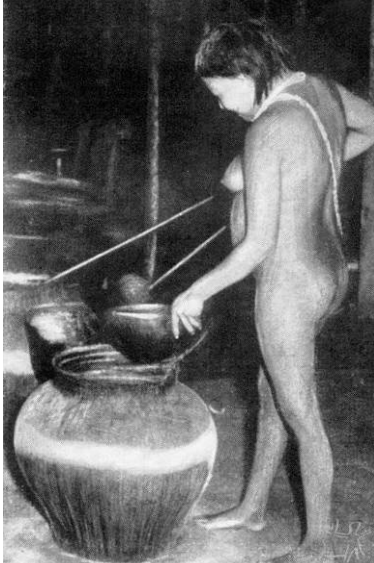
- **Primeiros registros na área de estudo:** primeiras décadas da segunda metade do século XIX
- Dados etnográficos
- > Ambiente: Mata
- > Assentamento: Em clareiras abertas na mata, construía casas comunais circulares, abobadadas, recobertas de sapé, com um corredor central, em torno do qual se dispunham as redes de dormir. Atualmente, as casas não seguem mais o modelo tradicional, apresentando plantas retangulares.
- > Subsistência: caça, pesca, coleta de crustáceos, larvas, insetos, castanhas, frutos e mel e plantio de milho, inhame, taioba, amendoim, mamão, batata doce e aipim.

- > Artefatos: machados de pedra polida; facas de bambu e de concha; pilões de madeira; arco e flecha; bordunas de madeira; vasilhas de cerâmica; brinquedos (bolas de borracha); canoas. Instrumentos tradicionais constam de relato coletado por Caspar, em 1948, sobre os primeiros encontros desses indígenas com a sociedade nacional:

*“Vimos os machados e facas que os Makurap receberam dos estrangeiros. Esses eram muito mais duros do que os nossos de pedra, com os quais trabalhávamos e não se quebravam com o uso. As facas também eram muito melhores do que as nossas de bambu e talo de cana, com que cortávamos a carne e as penas das setas.(...) foram procurar as árvores chamadas por nós de "herub" com cujo suco fazemos bolas para jogar. Os homens brancos, no entanto, não fizeram bolas de brinquedo com o suco do herub, mas grandes bolões que levavam rio abaixo nos seus barcos.”*

- > Tecnologia: fiação, olaria, cestaria, tecelagem, agricultura.
- > Adornos: de conchas, de dentes e ossos de animais, de sementes (brincos, braceletes e colares), de penas e de algodão (faixas nos tornozelos, nos pulsos e na cabeça).
- > Práticas funerárias: o corpo do falecido era enterado dentro de sua cabana, sob sua rede, com seus instrumentos e adornos.
- Fontes: Rondon (1913); Snethlage (1934); Lévi-Strauss (1948); Caspar (1953 e 1976) e Nimuendaju (1944 e 1948).

As figuras e fotos a seguir documentam os aspectos da cultura material Tupari de interesse para a interpretação arqueológica.

	
<p><b>Figura 3.6.5.12-6– Índios Tupari em pátio de aldeia recente</b></p>	<p><b>Figura 3.6.5.12-7– Mulher Tupari servindo chicha armazenada em pote de cerâmica, usando recipiente também de cerâmica.</b></p>

Fotos: Franz Caspar, 1948. In: www.socioambiental.org.

- **Grupos indígenas de língua Arikém (RO)**

Os únicos remanescentes da família lingüística Arikém (tronco Tupi) na atualidade são os Karitiana de Rondônia, dos quais se retiraram informações sobre a cultura material que possam ser de utilidade arqueológica, pressupondo-se, aqui, que guardem alguma semelhança com a época do contato.

- Primeiros registros na área de estudo: primeira década do século XX.
- Dados etnográficos:
  - > Ambiente: Mata
  - > Assentamento: Em clareiras abertas na mata, as casas tradicionais , arredondadas, eram erguidas com troncos, cipó e palha de babaçu .
  - > Subsistência: caça, pesca, cultivo de milho e macaxeira.
  - > Artefatos: arcos, flechas e cerâmica (no passado).
  - > Tecnologia: olaria (no passado); agricultura.
- Fontes: Nimuendaju (1944); Demolin e Storto, (1979/80, 1991); Lúcio (1996); Storto e Velden (2005).



Foto: Felipe Ferreira Vander Velden, 2003. In: [www.socioambiental.com.br](http://www.socioambiental.com.br).

**Foto Figura 3.6.5.12-2 - Casa karitiana na aldeia Kyōwã.**

- **Grupos indígenas de língua Xapakura (RO): Jaru e Urupá**

As informações sobre esses grupos são extremamente restritas, sendo preciso utilizar, aqui, o que é dito de maneira geral sobre as tribos Chapakura do Madeira por Métraux (1942).

- Primeiros registros na área de estudo: últimas décadas do século XIX.
- Dados etnográficos:
  - > Ambiente: Mata
  - > Assentamento: Em clareiras abertas na mata, construíam casas comunais de grandes dimensões feitas de madeira e recobertas com folhas de palmeira, sendo comum a existência de uma casa cerimonial feita de ossos humanos.
  - > Subsistência: caça, pesca, coleta de cacau, de ovos de tartaruga e de moluscos aquáticos e cultivo de mandioca, inhame, batata doce e milho.
  - > Artefatos: machados de pedra polida, cestos, cabaças e redes de algodão.
  - > Tecnologia: fiação, cestaria.

- > Adornos: de madeira (nasais), de conchas e de dente de animais (braceletes e colares), de algodão (faixas), de resina (tembetás labiais) e tatuagem corporal.
- Fontes: Missão Rondon (1916); Métraux (1942) e Nimuendaju (1944).
- **Grupos indígenas de língua Nambikwara (MT)**
- Primeiros registros na área de estudo: segunda metade do século XVIII.
- Ambiente: Cerrado e mata
- Dados etnográficos:
- > Assentamento: casas comunais de moradia, como cabanas, com cerca de 30m de diâmetro, recobertas com folhas de palmeira. No interior, havia plataformas de bambu, onde se estocava a comida. Cabanas temporárias feitas fincando dois galhos no chão, unidas por uma madeira transversal, no alto, recoberta por galhos ou folhas de palmeira até o chão. Subsistência: caça, pesca, coleta de mel, vegetais e larvas, plantio de mandioca, milho, cará, batata doce, mamão e feijões.
- > Artefatos: machados de pedra polida, vasilhas de cerâmica, armadilhas para caça, arcos, flechas, cabaças, cestos, flautas e assobios feitos de bambu e cabaça.
- > Tecnologia: cestaria; agricultura, fiação.
- > Adornos: fibras de embira e faixas de algodão; plumária; braceletes e colares de sementes, dentes de animais, conchas e secções de rabos de tatu; pintura corporal.
- > Práticas funerárias: alguns grupos enterravam os corpos em sepulturas circulares; outros em poços alongados.
- Fontes: Rondon (1913); Missão Rondon (1916); Pyreneus de Souza (1920); Roquette-Pinto (1917, 1938); Métraux (1942); Aytai (1967/8); Boglár (1969); Roosevelt (1976<sup>2</sup>) Price (1981); Costa (2002) e Miller (2008).

<sup>2</sup> Versão original, americana, de 1914.





Foto: Kristian Bengtson, 2003. In: [www.socioambiental.com.br](http://www.socioambiental.com.br)



Foto: René Fuerst, 1972. In: [www.socioambiental.com.br](http://www.socioambiental.com.br)

**Foto 3.6.5.12-3 - Casa Nambikwara Mamaindê  
Aldeia Central, MT.**

**Foto 3.6.5.12-4 - Habitação dos índios Nambikwara  
Kithaulu, Rio Camararé, MT.**



Foto: Joana Miller, 2005. In: [www.socioambiental.com.br](http://www.socioambiental.com.br)



Foto: Joana Miller, 2005. In: [www.socioambiental.com.br](http://www.socioambiental.com.br)

**Foto 3.6.5.12-5 - Homem Mamaindê em ritual de  
guerra na aldeia Mamaindê.**

**Foto 3.6.5.12-6 - Mulheres Mamaindê indo para a  
roça, com cestos às costas.**



Foto sem crédito.

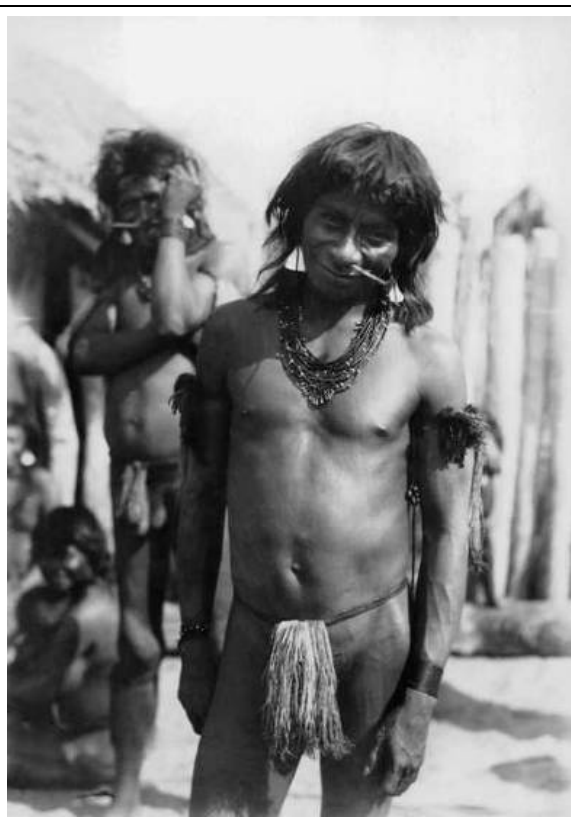


Foto: Museu do Índio, 1900/1920.

**Foto 3.6.5.12-8 - Índios Nambikwara com adornos pessoais.**

Fonte: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).





Foto: Joana Miller. In: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).

**Foto 3.6.5.12-8 - Meninas Nambikwara durante ritual de puberdade, com adornos e pintura corporal.**

- **Grupos indígenas de língua Aruak (MT): Saraveka, Kozarini, Paresi e Guaná**
- Primeiros registros na área de estudo: primeiras décadas do século XVIII.
- Ambiente:
- Dados etnográficos:
  - > Assentamento: as aldeias eram construídas próximo às cabeceiras dos rios, sendo as casas, comunais, arredondadas ou ovaladas, com cerca de 10m a 13m de diâmetro, abobadadas e recobertas com folhas de palmeira, com uma porta em cada extremidade.
  - > Subsistência: caça; pesca (com timbó e anzóis); coleta de castanhas e de frutas em geral; criação de abelhas; cultivo de milho, mandioca, cará, batata doce, abacaxi, feijões e algodão.
  - > Artefatos: redes de algodão e de fibras de tucum, cestos, vasilhas de cerâmica, armadilhas para pesca, arcos e flechas, anzóis, canoas.
  - > Tecnologia: cestaria, olaria, agricultura, fiação, apicultura.
  - > Adornos: faixas de algodão; braceletes e colares de sementes e de taquara, plumária e pintura corporal.
  - > Práticas funerárias: os mortos eram enterrados em suas cabanas, com comida e todos os seus pertences pessoais, com as cabeças voltadas para leste. As casas eram abandonadas temporária ou permanentemente.
- Fontes: Von den Steinen (1940); Schmidt (1914); Rondon (1913); Missão Rondon (1916); Roquette-Pinto (1917, 1938); Métraux (1942); Roosevelt (1976<sup>3</sup>); Costa, 1985; ISA, 2009.

<sup>3</sup> Versão original, americana, de 1914.

 <p>Foto: Major Thomaz Reis/Comissão Rondon, s/d.In: <a href="http://www.socioambiental.org">www.socioambiental.org</a>.</p>	 <p>Foto: Major Thomaz Reis/Comissão Rondon, s/d.In: <a href="http://www.socioambiental.org">www.socioambiental.org</a>.</p>
<p><b>Foto 3.6.5.12-9 – Chefe Pareci, com colares de sementes e faixa de algodão na cabeça, portando e flechas emplumadas, MT.</b></p>	<p><b>Foto 3.6.5.12-10 – Índia Paresi, com saia de algodão e colares de sementes, rodeada por cestos suspensos, MT. F</b></p>

	
<p><b>Foto 3.6.5.12-11– Índios Paresi, adornados com plumas e pintura corporal, durante a Festa Nacional do Índio.</b></p>	

Foto: Tatiana Cardeal, 2008. In: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).

- **Grupos indígenas de língua Macro-Gê (MT): Bororo**

Existe uma ampla bibliografia sobre os bororos. Aqui, no entanto, buscou-se padronizar as informações conforme feito para os demais grupos. As fontes, no final, mostram a riqueza das informações sobre esta tribo de família lingüística homônima.

- Primeiros registros na área de estudo: meados do século XIX
- Ambiente: cerrado e mata.

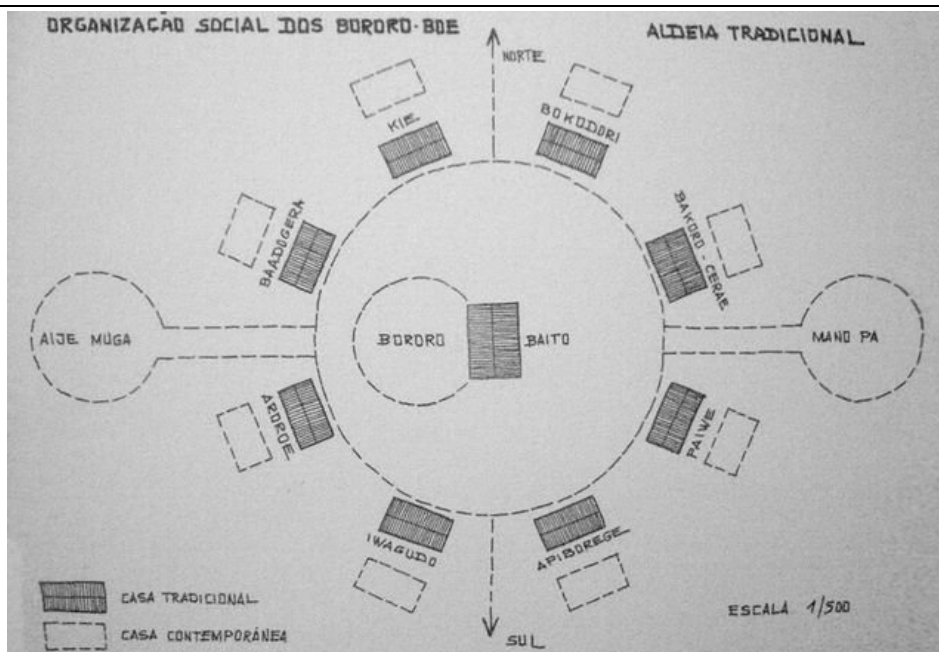
- Primeiros registros na área de estudo:
- Ambiente:
- Dados etnográficos:
  - > Assentamento: viviam em casas de planta retangular, dispostas em círculo no interior da aldeia, no centro da qual ficava a casa dos homens.
  - > Subsistência: coleta de sementes, nozes e raízes; caça e pesca. O cultivo vegetal tradicional parece não ter incluído produtos alimentícios, compreendendo tabaco, cabaças e algodão. Mais recentemente, passaram a cultivar milho e mandioca.
  - > Artefatos: redes para pesca; arpões; arcos e flechas; vasilhas de cerâmica (semiesféricas e globulares); cabaças; cestos.
  - > Tecnologia: fiação, cestaria, olaria e, mais recentemente, agricultura.
  - > Adornos: auriculares, labiais, braceletes e colares, de conchas, de penas, de dentes de animais, de fibras, de algodão e de sementes.
  - > Práticas funerárias.

*“O corpo do morto é envolto em esteiras e enterrado em cova rasa, aberta no pátio central da aldeia circular. Diariamente, esta cova é regada para acelerar a decomposição do corpo, cujos ossos deverão, ao final desse processo, ser ornamentados. Entre a morte de um indivíduo e a ornamentação de seus ossos, que serão depois definitivamente enterrados, passam-se de dois a três meses”.*
- Fontes: Waehneltdt (1864); Koslowsky (1895); Fric & Radin (1906); Cook (1907); Petruzzo (1932); Lévi-Strauss (1936); Baldus, 1936; Steinen (1940); Colbacchini (1942); Nimendaju (1944); Lowie (1946); Albisetti e Venturelli (1962); Maybury-Lewis (1972); Viertler (1973); Bordignon (1986); Novaes (1983, 1998); Grupioni (1992); Wüst (1983, 1990, 1992, 1994 e 1999; Serpa (2001).



Fonte: [http://4.bp.blogspot.com/\\_jRC-Z7--u0w/Sg8FtnDgu3I/AAAAAAAAAPg/lfHBaigOmMk/s1600-h/Aldeia+Bororo.jpg](http://4.bp.blogspot.com/_jRC-Z7--u0w/Sg8FtnDgu3I/AAAAAAAAAPg/lfHBaigOmMk/s1600-h/Aldeia+Bororo.jpg) (acesso em fevereiro/2010)

**Foto 3.6.5.12-12 – Aldeia Bororo atual, mantendo a morfologia circular tradicional, com casas de influência sertaneja.**



Fonte: [http://www.fabriciopedroza.com.br/\\_rsrc/1222466081884/projeto-meri-ore-da-para-o-povo-bororo-2004-2005/6.jpg](http://www.fabriciopedroza.com.br/_rsrc/1222466081884/projeto-meri-ore-da-para-o-povo-bororo-2004-2005/6.jpg) (acesso em fevereiro/2010).

**Figura 3.6.5.12-8 – Planta da aldeia tradicional Bororo.**



In: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).

**Foto 3.6.5.12-13 - Índios bororo em sua aldeia. Foto: Luís Donisete Benzi Grupioni, 1986.**



Foto: Waldir de Pina, 1985.

**Foto 3.6.5.12-14 - Índios Bororo paramentados para ocasião ritual, com plumária, pintura corporal e vestes de fibras.**

- **Grupos indígenas de língua Gê (GO/MG/SP): Kayapó Meridionais**

Giraldin (2000: 163) menciona que, na história da ocupação do Centro-Oeste brasileiro, os índios Cayapó aparecem como um dos povos indígenas que ofereceram maior resistência à fixação dos não-indígenas na região.

*“Os Cayapó viveram e experimentaram todo um processo de invasão da região sul de Goiás, do Triângulo Mineiro, leste de Mato Grosso e norte de São Paulo, a partir do início do século XVIII. Agiram com ações guerreiras que os tornaram conhecidos como um dos grupos mais temidos e, em decorrência, mais intensamente combatidos durante o século XVIII e XIX em todo o Brasil Central”.*

Tidos como uma tribo extinta pela maioria dos estudiosos, hoje tal extinção está sendo contestada por Giraldin (2000), que vem reunindo evidências de que estariam representados, na atualidade, pelos índios Panará, que vivem em Goiás e no Triângulo Mineiro.

- Primeiros registros na área de estudo: primeiras décadas do século XVIII
- Ambiente: Cerrado e mata
- Dados etnográficos:
  - > Assentamento: viviam em casas recobertas com folhas, dispostas circularmente em grandes aldeias, com centenas de habitantes. Os moradores dormiam em estrados (jirais), próximos a fogueiras de pedras. Cozinham em fornos de pedra e terra, no exterior das residências.
  - > Subsistência: caça, pesca, coleta e plantio de milho, batata, cará, banana, mandioca, abóbora e amendoim.
  - > Artefatos: cestos, redes, arcos, flechas e bordunas de madeira e vasilhas de cerâmica (no período pré-colonial).
  - > Tecnologia: olaria (no período pré-colonial), cestaria, tecelagem, trabalho da madeira e agricultura.
  - > Adornos: colares de sementes e de dente de animais; plumária; pintura corporal.
  - > Práticas funerárias: seus mortos eram enterrados sentados, acompanhados de alimentos e objetos pessoais, em covas circulares.



- Fontes: Neme (1969); Saint-Hilaire (1975); Pohl (1976); Ataídes (1998); Giralдин (1997, 2000).



Foto: Pedro Martinelli, 1973. In: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).

**Foto 3.6.5.12-15– Implantação paisagística de Aldeia Panará, com as áreas de roça nos arredores. Foto: Pedro Martinelli, 1973. In: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).**



**Foto 3.6.5.12-16– Aldeia Panará (considerados os últimos remanescentes dos Kayapó Meridionais).**



Foto 3.6.5.12- 17– Flechas dos Panará. Foto: Pedro Martinelli, 1973. In: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).



In: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).

Foto 3.6.5.12-18 – Índios Panará adornados durante ritual cerimonial. Foto: Agda Detogni, 1991.

- **Grupos indígenas de língua Tupi-Guarani (SP): Guarani**
- Primeiros registros na área de estudo: segunda metade do século XIX.
- Ambiente: Mata
- Dados etnográficos:

- > Assentamento: as aldeias típicas eram constituídas de quatro a oito grandes casas retangulares, dispostas ao redor de uma praça central. Cada casa possuía duas portas e poderia abrigar até 50 famílias. As aldeias eram fortificadas por paliçadas.
- > Subsistência: Couturier & Pernin (2000) descrevem as técnicas de exploração do ecossistema pelos Guarani.

Os povoados Carijó-Guarani situavam-se na floresta, na proximidade dos cursos de água. Assim, eles podiam praticar a caça, a pesca, a colheita e a agricultura. Para estabelecer seu habitat, eles evitavam as formações muito densas, preferindo as florestas mais claras. A floresta original, com árvores que não ultrapassavam 20 metros, corresponde a este tipo de formação.

A floresta cultivada, situada no entorno das casas, era composta de parcelas cultivadas e de parcelas de floresta em diversos estágios de regeneração.

Os Carijó-Guarani não praticavam sistemas de pastoreio, mas cultivavam:

- Um cereal: o milho
- Tubérculos: a batata doce, a mandioca (*Manihot utilissima*)
- Leguminosas: amendoim (*Arachis hypogaea* L.), diversas variedades de feijões (*Phaseolus vulgaris*)
- Cucurbitáceas: abóboras, cabaças;
- Uma planta têxtil: o algodão;
- O tabaco.

Os Guarani associavam no seio de uma mesma parcela diversas culturas, em particular milho, feijão, mandioca e batata doce.

Após dois ou três anos de cultura numa mesma parcela, deixava-se a floresta crescer de novo, antes de começar um novo ciclo de culturas. Parece que é necessário um intervalo de 70 anos para reconstituir a vegetação original. No entanto, não dispomos de dados sobre a duração efetiva do descanso florestal.

A floresta não cultivada, explorada para a caça, era, com os rios usados para a pesca, a única fonte de proteínas animais.. Além disso, a coleta fornecia frutos (abacaxis, cocos de palmeira), mel e plantas medicinais.

- > Artefatos: Vasilhas de cerâmica, artefatos de pedra lascada, arcos e flechas, cestos, objetos de fibra trançada; machados e tembetás de pedra polida, canoas.
- > Tecnologia: olaria; cestaria; fiação e tecelagem. lascamento e polimento da pedra.
- > Adornos: de penas, fibras e sementes; adornos labiais (tembetás) de pedra polida; plumária e pintura corporal;
- > Práticas funerárias: Os guaranis enterravam seus mortos em urnas, acompanhados de seus pertences pessoais mais significativos.
- Fontes: Azara (1808); Schmidel (1903); Angelis (1910); Lothrop (1946); Sepp (1972); Couturier & Pernin (2000); Almeida e Mura (2003).



Fonte: Ulrich Schmidel (1535).

**Figura 3.6.5.12- 9 – Ilustração de índios Guarani, vendo-se a aldeia protegida por paliçada em segundo plano.**



Foto: Egon Shaden, 1949. In: www.socioambiental.org.

Foto 3.6.5.12-19- Aldeia guarani kaiowa.

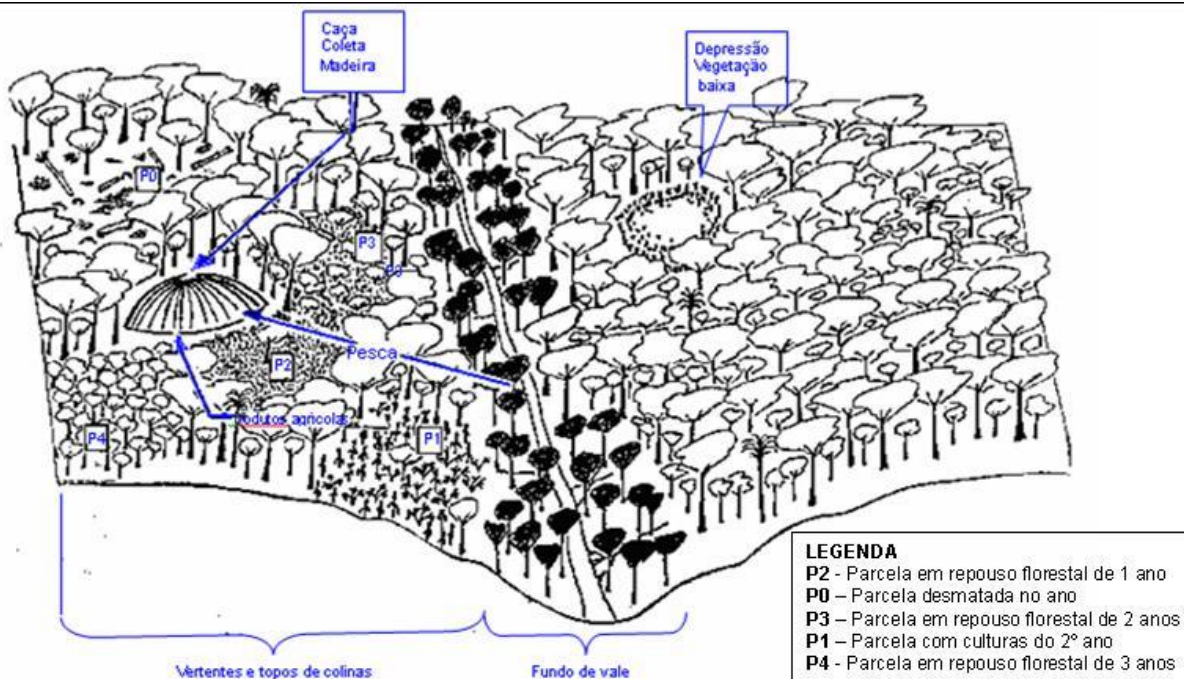


Figura 3.6.5.12-10 - Ecossistema explorado pelos Guaranis (Fonte: Couturier & Pernin, 2000).



In: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).



**Foto 3.6.5.12-21 - Interior de casa de guarani kaiowá, observando-se mulher com criança em rede de fibras e cabaça sobre o chão. Acervo: Museu do Índio, 1943.**

**Foto 3.6.5.12-20 - Guarani ñandeva com arcos, flechas e cesto. Acervo: ISA (foto s/autor).**



Foto: Egon Schaden, 1949. In: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org).

**Foto 3.6.5.12-22- Artesã guarani-ñandeva tecendo.**

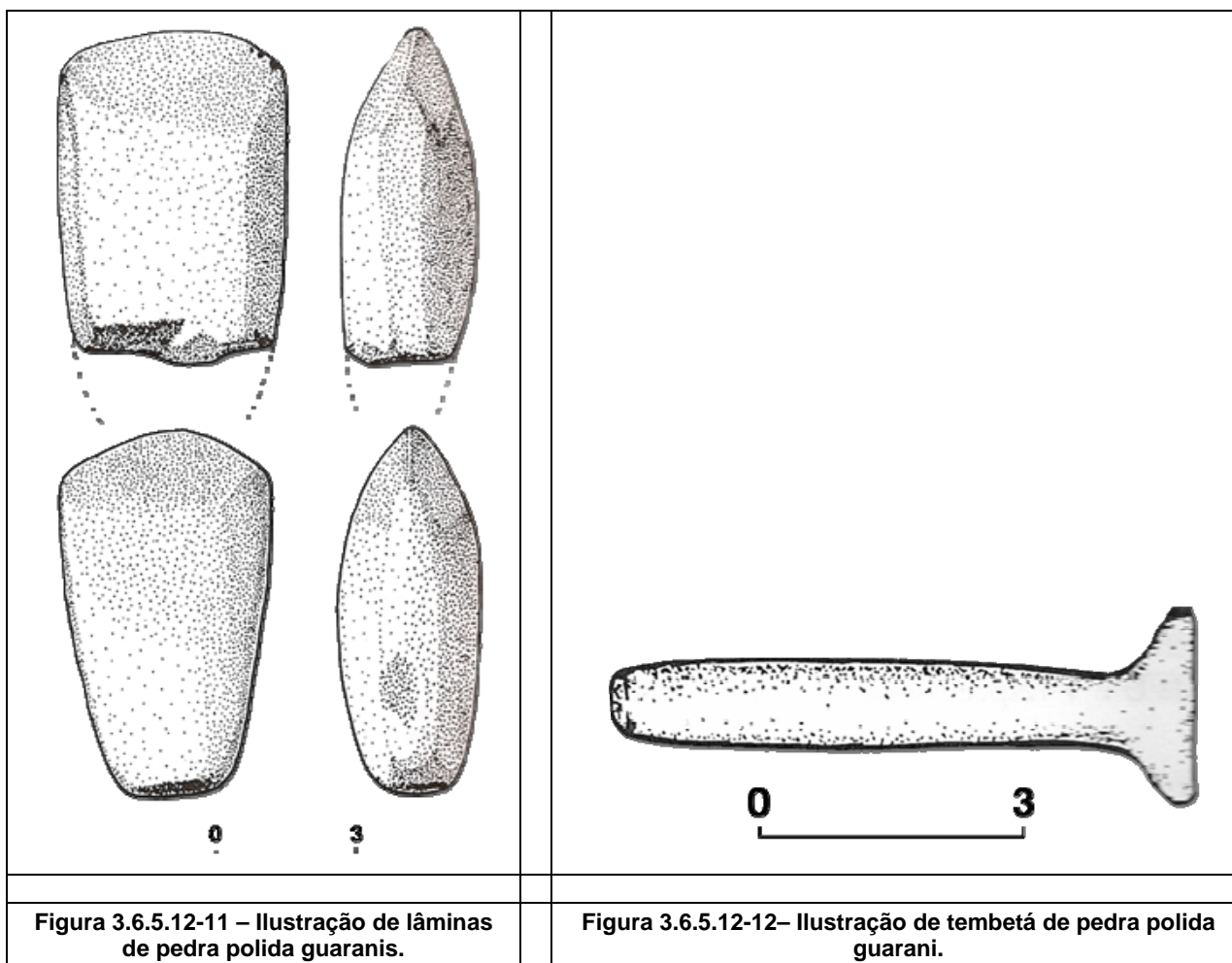


Fonte: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/subindex.cfm?Paramend=1&IDCategoria=4320>



Fonte: <http://www.verdegrigos.org/sitenovo/imagens/diversos/indio.jpg>

**Foto 3.6.5.12-23 e 24 - Menino e adulto guarani paramentados com colares, adornos de penas e pintura corporal, em ocasião festiva.**



Desenhos: A. A. Kern. Fonte: <http://proprata.com/conhecimentos/litico-guarani>



Fonte: [http://ao.correia.zip.net/arch2009-05-01\\_2009-05-31.html](http://ao.correia.zip.net/arch2009-05-01_2009-05-31.html)



• **Arqueologia**

Para uma melhor compreensão do contexto arqueológico da área em que estará inserida a LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02, decidiu-se unir a AAR com a All, uma vez que os dados do CNSA/SGPA/IPHAN são fornecidos por município. Assim, os conhecimentos existentes sobre sítios arqueológicos já conhecidos na área de estudo serão apresentados de acordo com o Estado, o Município e a sub-bacia a que pertencem.

As informações sobre as sub-bacias foram consideradas importantes porque as bacias hidrográficas são, convencionalmente, consideradas meios importantes de penetração, migração e expansão dos grupos indígenas pelo território brasileiro.

O empreendimento em questão atravessará 5 Estados brasileiros: Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, e um total de 87 municípios. Destes 5 no Estado de Goiás, 2 no Estado de Minas Gerais, 25 no Estado de Mato Grosso, 25 no Estado de Rondônia e 30 no Estado de São Paulo. As sub-bacias hidrográficas conjugadas abrangidas pelo empreendimento são: do rio Madeira; do rio Araguaia; do rio Paraguai; e do rio Paraná. Conforme pode ser visto no Quadro a seguir.

O levantamento de dados referentes aos sítios já cadastrados pelo CNSA/IPHAN revelou um total de 524 sítios arqueológicos nos municípios atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02. Destes, 199 estão localizados em Rondônia, 232 em Mato Grosso, 81 em Goiás e 12 em São Paulo. Nos municípios do Estado de Minas Gerais, por onde passará a LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02, não foram registrados sítios arqueológicos.

Pode-se afirmar que estes constituem apenas uma pequena parcela da totalidade de sítios arqueológicos que certamente existem nessa grande região.

**Quadro 3.6.5.12 -1 – Municípios levantados por UF, bacia hidrográfica e sub-bacia hidrográfica**

UF	MUNICÍPIOS	SUB-BACIA	BACIA
		HIDROGRÁFICA	HIDROGRÁFICA
SP	Araraquara	Sub-bacias hidrográficas conjugadas do rio Paraná	Bacia hidrográfica do rio da Prata
	Borborema		
	Estrela d'Oeste		
	Floreal		
	Fernandópolis		
	Gavião Peixoto		
	Irapuã		
	Populina		
	Novo		

UF	MUNICÍPIOS	SUB-BACIA	BACIA
		HIDROGRÁFICA	HIDROGRÁFICA
	Horizonte		
	Nova Aliança		
	Itajobi		
	Nipoã		
	Itápolis		
	José Bonifácio		
	Macaubal		
	Matão		
	Meridiano		
	Mendonça		
	Monte Aprazível		
	Neves Paulista		
	Nhandeara		
	Nova Europa		
	Ouroeste		
	Potirendaba		
	Turmalina		
	União Paulista		
	Tabatinga		
	Urupês		
Valentim Gentil			
Votuporanga			
<b>MG</b>	Iturama	Sub-bacias hidrográficas conjugadas do rio Paraná	Bacia hidrográfica do rio da Prata
	Limeira do Oeste		
<b>GO</b>	Itarumã		
	Jataí		
	Serranópolis		
	Santa Rita do Araguaia	Paraguai / Araguaia / Paraná	Entre bacias
	Mineiros		
<b>MT</b>	Alto Araguaia	Sub-bacias hidrográficas conjugadas do rio Paraguai	Bacia hidrográfica do rio da Prata
	Barra do Bugres		
	Cuiabá		
	Jangada		
	Várzea Grande		
	Rosário Oeste		
	Alto Garças		
	Santo Antônio do Leverger		
	Alto Paraguai		
	Jaciara		
	Araputanga		
	Jauru		
	Indiavaí		
	Juscimeira		

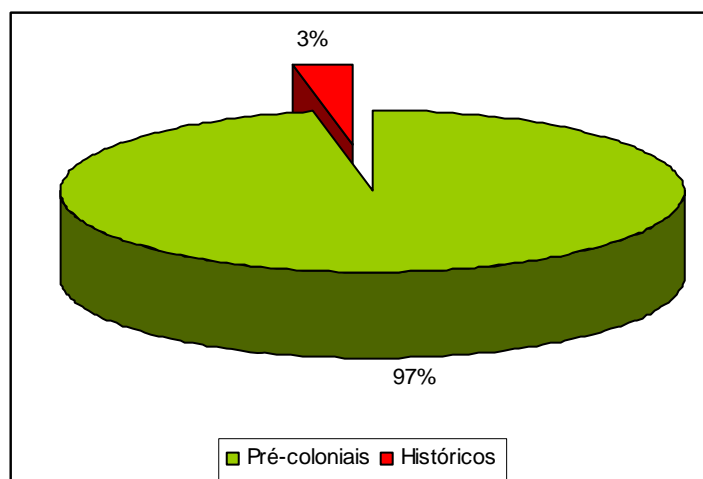
UF	MUNICÍPIOS	SUB-BACIA	BACIA			
		HIDROGRÁFICA	HIDROGRÁFICA			
	Lambari D'Oeste	Sub-bacias hidrográficas conjugadas do rio Madeira	Bacia hidrográfica do rio Amazonas			
	São José do Povo					
	Pedra Preta					
	Acorizal					
	Rio Branco					
	Rondonópolis					
	Vale de São Domingos					
	Comodoro					
	Nova Lacerda					
	Pontes e Lacerda					
	Vila Bela da Santíssima Trindade					
	<b>RO</b>			Alto Paraíso	Sub-bacias hidrográficas conjugadas do rio Madeira	Bacia hidrográfica do rio Amazonas
	Alvorada D'Oeste					
	Ariquemes					
Cabixi						
Cacaulândia						
Candeias do Jamari						
Castanheiras	Sub-bacias hidrográficas conjugadas do rio Madeira	Bacia hidrográfica do rio Amazonas				
Cerejeiras						
Chupinguaia						
Colorado do Oeste						
Corumbiara						
Governador Jorge Teixeira						
Itapuã do Oeste						
Jaru						
Monte Negro						
Nova Brasilândia D'Oeste						
Ouro Preto do Oeste						
Parecis						
Porto Velho						
Presidente Médici						
Primavera de Rondônia						
Rolim de Moura						

UF	MUNICÍPIOS	SUB-BACIA	BACIA
		HIDROGRÁFICA	HIDROGRÁFICA
	São Felipe D'Oeste		
	Teixeirópolis		
	Urupá		

As diversas categorias de sítios arqueológicos foram agrupadas, para fins comparativos, nos diversos Estados e municípios abrangidos pelo empreendimento em questão. Os resultados do levantamento (539 sítios arqueológicos), por categoria de sítio e UF podem ser vistos no Quadro a seguir.

UF	Sítios Cadastrados	Lítico a céu aberto	Cerâmico a céu aberto	Cerâmico em abrigo	Arte rupestre em abrigo	Pintura em abrigo	Arte rupestre a céu aberto	Gravura rupestre a céu aberto	Oficina de Polimento	Histórico	Etnohistórico	Lítico polido a céu aberto	Não informa a céu aberto	Não informa em abrigo	Não informa	Ocorrência isolada	TOTAL
RO	Sítios cadastrados no Iphan	13	147	-	-	-	12	-	15	6	-	3	3	-	-	-	199
	Sítios descobertos em campo	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	Total	13	149	-	-	-	12	-	15	6	-	3	3	-	-	-	201
MT	Sítios cadastrados no Iphan	15	87	28	3	1	-	4	3	6	5	-	7	66	2	5	232
	Sítios descobertos em campo	1	3	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	6
	Total	16	90	28	3	1	-	5	3	7	5	-	7	66	2	5	238
GO	Sítios cadastrados no Iphan	5	23	20	-	-	-	-	-	-	-	4	12	12	5	-	81
	Sítios descobertos em campo	-	-	-	1	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	8
	Total	5	23	20	1	-	-	-	-	7	-	4	12	12	5	-	88
SP	Sítios cadastrados no Iphan	3	6	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	12
	Sítios descobertos em campo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	3	6	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	12
TOTAL		37	268	48	4	1	12	5	21	20	5	7	22	78	7	5	539

Dos sítios arqueológicos registrados pelo Iphan nos Estados atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, N° 02, a grande maioria corresponde a sítios pré-coloniais, enquanto que sítios históricos (relacionados à sociedade colonial ou nacional e a algumas etnias indígenas) aparecem apenas com alguns exemplos isolados, o que se explica pela pouca atenção que se dava aos sítios históricos até poucos anos atrás.

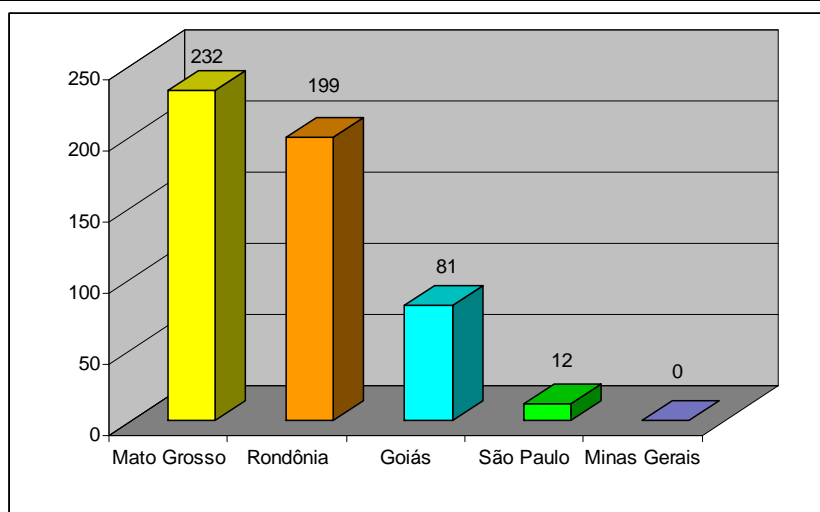


**Figura 3.6.5.12-13 - Percentual conhecido de sítios pré-coloniais registrados nos municípios de inserção da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02, em relação aos sítios históricos**

No que concerne apenas aos sítios pré-coloniais, o quadro anterior mostra que a predominância, nos Estados de inserção da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02, é de sítios cerâmicos a céu aberto (50,19% dos sítios registrados), categoria extremamente ampla, que inclui tradições culturais distintas, sem associação étnica e cultural conhecida. A morfologia e as dimensões dos sítios são extremamente variadas, assim como as características dos vasilhames cerâmicos que neles se encontram. Os sítios remanescentes de antigas aldeias Bororo foram classificados como sítios etnohistóricos.

Na seqüência, comparecem os sítios cerâmicos em abrigos sob rocha (9,16%) e os sítios líticos a céu aberto (6,87% dos sítios registrados). Os primeiros mostram a ocupação das cavidades naturais por sociedades ceramistas, provavelmente horticultoras, enquanto os segundos documentam a ocupação mais antiga da área de estudo por sociedades móveis, de caçadores-coletores produtores de artefatos de pedra lascada, os quais dominaram essa ampla região antes da penetração dos horticultores ceramistas de diversas etnias. Cabe ressaltar, que se consideraram cerâmicos todos os sítios nos quais este material estava presente, independentemente da presença, no mesmo sítio, de artefatos de outras matérias-primas (como artefatos de pedra, lascados ou funerários).

A distribuição das diversas categorias de sítios pelos Estados de interesse para o presente estudo pode ser visualizada no Quadro a seguir, onde se observa, na **Figura 3.6.5.12- 14**, que o Estado do Mato Grosso lidera em número de informações (com 232 sítios arqueológicos conhecidos), seguido pelo Estado de Rondônia (com 199 sítios).



**Figura 3.6.5.12-14 - Distribuição dos sítios arqueológicos levantados, por Estado da área de estudo**

Quanto à freqüência das categorias de sítios pré-coloniais nos Estados de inserção do empreendimento, o cenário que se descortina é o apresentado no quadro a seguir (onde os sítios multicomponenciais foram divididos em seus componentes simples), abaixo.

**Quadro 3.6.5.12-2 - Categoria de sítios pré-coloniais por município.**

UF	Município	Tipo									Total
		Céu aberto							Em abrigo		
		Lítico	Cerâmico	Lítico polido	Etno-histórico	Gravura	Arte Rup.	Of. Pol.	Cerâmico	Arte Rup.	
RO	Ariquemes	2	18	3	-	-	-	2	-	-	25
	Cerejeiras	-	7	-	-	-	-	-	-	-	7
	Jaru	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
	Porto Velho	10	113	-	-	-	1	12	-	-	136
	Presidente Médici	1	6	-	-	-	11	1	-	-	19
MT	Alto Araguaia	3	-	-	-	-	-	-	2	-	5
	Alto Garças	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
	Araputanga	-	4	-	-	-	-	-	1	-	5
	Comodoro	-	10	-	-	-	-	-	-	-	10
	Cuiabá	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
	Jaciara	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
	Jangada	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Jauru	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
	Juscimeira	4	4	-	-	-	-	3	11	-	22
	Pedra Preta	-	-	-	-	1	-	-	1	-	2
	Pontes e Lacerda	-	9	-	-	-	-	-	-	-	9
	Rio Branco	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
	Rondonópolis	2	47	-	3	1	-	-	5	3	61
	Rosário Oeste	6	4	-	-	2	-	-	7	1	20

UF	Município	Tipo									
		Céu aberto							Em abrigo		Total
		Lítico	Cerâmico	Lítico polido	Etno-histórico	Gravura	Arte Rup.	Of. Pol.	Cerâmico	Arte Rup.	
	Santo Antônio do Leverger	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
	Vila Bela da Santíssima Trindade	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
GO	Itarumã	-	13	3	-	-	-	-	-	-	16
	Jataí	-	6	1	-	-	-	-	1	-	8
	Mineiros	3	1	-	-	-	-	-	1	-	5
	Serranópolis	2	3	-	-	-	-	-	19	-	24
SP	Gavião Peixoto	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2
	Ouroeste	2	6	-	-	-	-	2	-	-	10
<b>TOTAL</b>		<b>36</b>	<b>262</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>21</b>	<b>53</b>	<b>4</b>	<b>404</b>

Na área de estudo predominam, portanto, os sítios cerâmicos a céu aberto (262 sítios, ou 64,85% dos sítios levantados), o que se explica por sua maior visibilidade, já que se encontram ou na superfície do solo ou enterrados em baixa profundidade; portanto, facilmente aflorados por atividades naturais ou antrópicas.

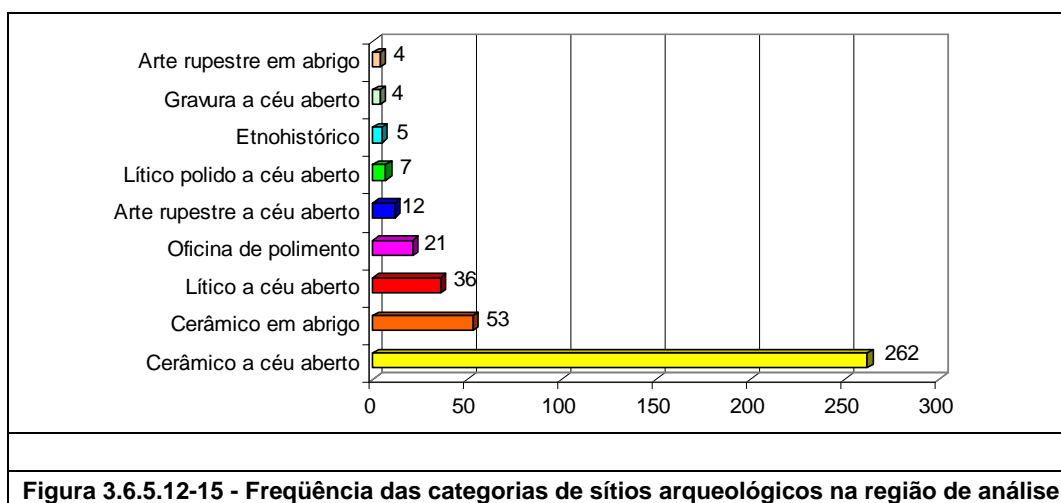
Os sítios líticos a céu aberto, quando enterrados em pequenas profundidades, também afloram em superfície, motivo pelo qual 36 desses sítios (8,91% do total) foram registrados nos Estados analisados<sup>4</sup>.

Os sítios cerâmicos em cavidades naturais (genericamente denominadas, neste diagnóstico, de “abrigo sob rocha”) também têm ocorrência expressiva, tendo sido registrados 53 deles na área de estudo (13,11% do total). Esse fato se explica pela pesquisa arqueológica voltada a cavidades naturais, não interventiva, que leva à descoberta dos vestígios mais superficiais (aflorados). Não se pode descartar a existência de níveis líticos, remanescentes da ocupação mais antiga dos abrigos sob rocha por sociedades caçadoras-coletoras, não descobertos por estarem enterrados em estratos mais profundos, o que exige sondagens no subsolo.

A arte rupestre, embora menos numerosa (20 sítios, ou 4,95% do total), já que depende de suportes rochosos para sua confecção, é aqui destacada pela sua importância social pretérita (trata-se de um testemunho de manifestações simbólicas intencionalmente deixadas na rocha por seus responsáveis). Na área de estudo, a arte rupestre aparece, de acordo com a técnica empregada em sua confecção, em dois grandes grupos distintos (gravuras ou pinturas, com predominância das primeiras) e estilos diversificados, demonstrando estarem associadas a grupos étnico-culturais também distintos. Quando não se conseguiu identificar a técnica de arte rupestre

<sup>4</sup> É importante ressaltar que não foram levantados todos os sítios dos Estados citados, mas sim aqueles que figuravam nos municípios de interesse.

(gravura ou pintura), o sítio foi contabilizado apenas genericamente, como de “arte rupestre” (16 sítios, ou 80%).



Algumas vezes as sinalações rupestres coexistem nos mesmos sítios que os testemunhos líticos ou cerâmicos, compondo uma categoria mista denominada “sítio multicomponencial” que, no presente diagnóstico, foi decomposta em categorias simples. Dos 28 sítios de arte rupestre conhecidos até o momento na área de estudo, 5 (17,85% dos sítios de arte rupestre) fazem parte da categoria “sítio multicomponencial”.

Na All especificamente, durante o trabalho de campo, foram identificados 10 sítios arqueológicos, listados a seguir.

**Quadro 3.6.5.12-3 – Sítios Arqueológicos Identificados nos municípios da All**

Nome	Município/ Estado	Tipo de Sítio	Artefatos identificados
Sítio Sucuri	Rondonópolis/MT	Histórico, de contato, a céu aberto	Cerâmico, histórico (louça, vidro e metal)
<b>Sítio Água da Serra</b>	Pedra Preta/MT	Pré-colonial a céu aberto	Lítico (gravura, oficina)
<b>Sítio Monte Alto</b>	Mineiros/GO	Histórico a céu aberto	Histórico (vidro, faiança, cerâmica, telhas) e lítico
<b>Sítio Bárbara</b>	Serranópolis/GO	Histórico a céu aberto	Histórico (telha, vidro, estruturas de madeira)
<b>Sítio Cangaçu</b>	Serranópolis/GO	Pré-colonial em abrigo	Petroglifos e pinturas
<b>Sítio Cemitério Luz</b>	Serranópolis/GO	Histórico a céu aberto	Cemitério
<b>Sítio da Estrada</b>	Serranópolis/GO	Histórico a céu aberto	Histórico (vidro, telhas, estruturas de madeira e pedra)
<b>Sítio João Germano</b>	Serranópolis/GO	Histórico a céu aberto	Histórico (vidro, telhas)
<b>Sítio Três Ps</b>	Serranópolis/GO	Histórico a céu aberto	Histórico (cerâmica, telhas)
<b>Sítio Buriti</b>	Serranópolis/GO	Histórico a céu aberto	Histórico (faiança, vidro, telhas)

Ressalta-se, aqui, que, no que concerne à arqueologia, aceitou-se, como Área de Influência Indireta (All) da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02, os limites propostos para o meio socioeconômico, uma vez que os dados secundários



utilizados para sua caracterização partem do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, onde as informações são dadas por município.

Para a caracterização da problemática arqueológica dessa região, recorreu-se não apenas a fontes secundárias arqueológicas, mas também a fontes etnográficas informativas da cultura material das etnias registradas na região historicamente, uma vez que é a maior ou menor visibilidade dessa cultura material no solo atual que influi na qualidade do registro arqueológico e na possibilidade de inferências científicas sobre o passado remoto e recente da região.

Esse procedimento encontra eco nas exigências da Portaria IPHAN 230/2002, que, no que concerne, em EIA/RIMA, à AII, diz:

*Artº 1 - Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.*

Do levantamento de dados secundários, elaborado no intuito de compreender o contexto regional, foram extraídos e detalhados os dados para caracterização da AII.

A ocupação pré-colonial na AII da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02 está marcada por dois grandes horizontes culturais – um mais antigo, representado por populações caçador-coletoras pré-ceramistas, produtoras de artefatos líticos lascados - e um mais recente, representado por populações agricultoras, produtoras de cerâmica. Se houve uma transição de uma cultura para outra, com populações caçadoras-coletoras passando a produzir cerâmica e a cultivar alimentos, a arqueologia ainda não sabe, motivo pelo qual esses dois grandes horizontes têm sido tratados separadamente.

É preciso ressaltar, no entanto, que a diversidade ambiental dessa ampla área e o grande espaço de tempo abrangido pelas ocupações pré-coloniais indica uma diversidade sócio-cultural muito maior do que a divisão em horizontes pode sugerir. Essa divisão, aqui, apenas tem a finalidade de separar dois modos de subsistência distintos: um predador, baseado na caça e coleta, e outro produtor, baseado na agricultura, apesar de manter, subsidiariamente, também atividades de caça e coleta.

As fontes consultadas e os dados de campo revelam que 404 sítios arqueológicos pré-coloniais com registro disponível nos Estados estudados estão localizados na AII do empreendimento.

O desequilíbrio numérico da distribuição dos sítios pela região analisada não reflete a realidade, mas a intensidade diferenciada das áreas que foram objeto de pesquisas arqueológicas realizadas, em especial em decorrência do licenciamento de projetos de impacto ambiental.

- **Descrição sumária dos sítios arqueológicos identificados na All, em campo (ver mapa anexo).**

**1) Sítio Sucuri:** (Cabeceira do Córrego Sucuri, Município de Rondonópolis/MT, coordenadas UTM 21L 0750759/8190311)

Sítio histórico e de contato a céu aberto, com artefatos cerâmicos, louça, vidro e metal. Sítio de ocupação contínua por uma família de garimpeiros afro-descentes e área de passagem de povos indígenas (Bororos) na região. Provavelmente ocupado desde o final do século XIX ou início do século XX.



Foto 3.6.5.12- 26 e 27 – Registro fotográfico do Sítio Sucuri

**2) Sítio Água da Serra:** (Fazenda Santa Rita, Município de Pedra Preta/MT, coordenadas UTM 21L 0796179/8159365)

Gravuras sobre rocha (arenito) representando antropomorfos, zoomórfos e formas geométricas com dimensões aproximadas de 1000m<sup>2</sup>. No sopé do morro encontra-se uma área com lascamentos em quartzo e quartzito. Somado a isso, 400m a norte do lítico, ocorre uma concentração de terra preta, com aproximadamente 40cm de espessura.

Informações orais referem que o sítio arqueológico tornou-se de conhecimento público (moradores do entorno) a menos de 10 anos. Entretanto é notável o grau de vandalismo dos visitantes ao sítio, com a ação de sobreposição de escritas (pichações) nas gravuras.



**3) Sítio Monte Alto:** (Fazenda Monte Alto, Município de Mineiros/GO, coordenadas UTM 22k 0317419/8033417)

Trata-se de uma fazenda antiga, e pela antiguidade das mangueiras foi classificada como centenária. A casa também é significante para este diagnóstico.

O quintal tem sido limpo pelo casal de funcionários que reside lá atualmente, mas foi possível localizar fragmentos de faiança de fabricação recente e alguns que podem apresentar mais idade, por isso foram coletados alguns fragmentos. Um dele é uma base de malga bastante desgastada. Foi identificado material lítico lascado.



**4) Sítio Bárbara:** (Fazenda Maria Bárbara, Município de Serranópolis/GO, coordenadas UTM 22k 0390092/7984934)

Sítio histórico a céu aberto onde foram encontrados artefatos como telha, vidro e estruturas construtivas de madeira. Trata-se de uma casa centenária, restaurada, conhecida na região por ser a mais antiga (ou uma das mais antigas) que ainda não foi demolida. Conhecida como “a casa do doutor Alan”.

Outro relato aponta para uma habitação em ruínas nas redondezas desta casa, na fazenda vizinha, propriedade de Idelbrando, cerca de 2km de distância, depois do córrego.



**5) Sítio Canguçu:** (Fazenda Sem Tinta, Município de Serranópolis/GO, coordenadas UTM 22k 0390078/7982987)

Sítio rupestre, com petroglifos e pinturas, localizado em abrigo em arenito e quartzito bem próximo ao fundo de vale do córrego. O guia turístico não conhecia e o pessoal da fazenda disse que só vai ali quem ‘estuda’, e que ano passado foi lá um grupo da Universidade Católica de Goiás.



**6) Sítio Cemitério Luz:** (próximo à nascente do córrego da Guariroba, Município de Serranópolis/GO, coordenadas UTM 22k 0395048/7981423)

Trata-se de um antigo cemitério rural e existem pessoas vivas com parentes enterrados, como pais e tios de Eder de Carvalho, proprietário da Fazenda Canguçu, que tem aproximadamente 60 anos.

Está completamente abandonado, a vegetação impediu acesso. Há uma lenda que ali existe ouro enterrado, várias pessoas falam sobre “uma luz que sai do cemitério à noite”. E sabe-se que muitos já voltaram ali tentando encontrar o ouro enterrado. Apenas identificado através de relatos orais, encontra-se cercado de plantações de soja e em virtude da dificuldade do mato alto não foi possível fotografar. As únicas marcas visíveis são o cruzeiro que marca o cemitério, uma cruz quebrada e a cerca em madeira.



Foto 3.6.5.12-36 e 37 – Registro fotográfico do Sítio Cemitério Luz

**7) Sítio da Estrada:** (acesso para a fazenda Santa Maria, Município de Serranópolis/GO, coordenadas UTM 22k 0395180/7979518)

Sítio histórico a céu aberto. Trata-se de uma construção em ruínas, com estruturas em pedra e madeira, e algumas árvores frutíferas no entorno. Encontra-se abandonada e distante da atual sede da fazenda. Existe uma erosão acentuada. Média concentração de material em superfície. Informações desconhecidas sobre sua origem, um informante diz que era a antiga sede da fazenda Santa Maria, construída pelo pai do senhor Quincas Ferreira, que hoje tem 90 anos de idade, o que confirmaria antiguidade significativa de mais de um século. Outro informante diz que ali foi a sede da fazenda Bela Vista, de Quincas de Assis, e também seria centenária.



Foto 3.6.5.12-38 e 39 – Registro fotográfico do Sítio da Estrada

**8) Sítio João Germano:** (Município de Serranópolis/GO, coordenadas UTM 22k 0398844/7981053)

Sítio histórico a céu aberto. Trata-se de uma fazenda centenária, com alta concentração de material em superfície, especialmente vidro. Não havia ocupante no momento do registro e existem canaviais em seu entorno. Estado de conservação intacto.



Foto 3.6.5.12-40 e 41 – Registro fotográfico do Sítio

**9) Sítio Três Ps:** (Fazenda Três Ps, Município de Serranópolis/GO, coordenadas UTM 22k 0398386/7979059)

Sítio histórico a céu aberto. Trata-se de uma fazenda centenária, com sua sede original de aproximadamente 114 anos de idade. Concentração baixa de material em superfície (fragmentos de cerâmica e telha).

**10) Sítio Buriti:** (Fazenda Buriti, acesso por estrada de terra a oeste da GO-184, entre o córrego Ponte de Pedra e a cidade de Serranópolis, Município de Serranópolis/GO, coordenadas UTM 22k 0403208/7976291)

Sítio histórico a céu aberto, localizado no quintal da sede da Fazenda Buriti. O atual proprietário relatou já ter encontrado um facão de ferro e que a região é muito antiga. Falou que era propriedade da família de Renato Gouveia, proprietário da fazenda vizinha conhecida como Três Cachoeiras, e que esta família já retornou no local e coletou algumas telhas, já que faziam parte de uma casa que foi construída por eles no passado.

Há vários fragmentos de faiança e vidro em superfície, além das telhas intactas empilhadas ao lado da casa atual. O proprietário disse que esse tipo de ocorrência é bastante comum em sua propriedade e que não são vestígios das pessoas que ali moraram antes dele se mudar a mais de 20 anos.



- **Considerações gerais sobre a arqueologia e a etnohistória da AAR e da AII.**

A região do Madeira, onde se inicia a LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, N° 02, apesar de ser arqueologicamente pouco conhecida, apresenta indícios de ocupações antigas, que datam do início do Holoceno, por volta de 9.000 anos antes do presente e inclui o que parecem ser os sítios mais antigos de terras pretas em toda a Amazônia (Miller et al, 1992).

As ocupações pré-coloniais mais antigas em Rondônia e um pouco a sul, no Mato Grosso, relacionam-se à ocupação da região por bandos caçadores-coletores com grande mobilidade, reconhecidos especialmente pelos remanescentes da produção e uso de artefatos líticos produzidos pela técnica do lascamento (Tradição Itaparica, Tradição Serranópolis e Complexo Dourado). Dominaram a região ao menos por 8.000 anos (entre 12.000 anos AP e 4.000 anos AP), havendo datas, ainda muito contraditórias, que sugerem inclusive uma maior antiguidade (Miller, 1987; Vilhena-Vialou e Vialou, 1994; Vilhena-Vialou et al, 1995). Os primeiros povos estabeleceram-

se tanto em grutas e abrigos sob rocha quanto a céu aberto (Miller et al, 1992; Vialou, 2005, 2006).

As ocupações pré-coloniais mais antigas na região do Guaporé, também tributário do Rio Madeira, relacionam-se à ocupação da região por bandos caçadores-coletores com grande mobilidade, reconhecidos especialmente pelos remanescentes da produção e uso de artefatos líticos produzidos pela técnica do lascamento. Dominaram a região ao menos por 8.000 anos (entre 12.000 anos AP e 4.000 anos AP), havendo datas, ainda muito contraditórias, que sugerem inclusive uma maior antiguidade (Miller, 1987). As primeiras comunidades de caçadores-coletores estabeleceram-se tanto na região do Madeira e do Guaporé tanto em grutas e abrigos sob rocha quanto a céu aberto (Miller et al, 1992).

A arqueologia dos povos de caçadores-coletores do bioma Amazônia é ainda muito pouco conhecida, tanto do ponto de vista cronológico, quanto cultural. Sabe-se que as ocupações iniciais foram caracterizadas por uma rápida colonização de diversos tipos de ambiente, de modo que, há cerca de 8.000 anos, diferentes partes da bacia Amazônica já eram ocupadas, incluindo locais próximos às planícies aluviais dos grandes rios, mas também áreas de terra firme, distantes dos rios principais (Kipnis e Scheel-Ybert, 2005; Roosevelt et al. 1996, 1998, 2002).

Durante o Holoceno médio, entre 3.000 e 7.000 anos AP, quando o registro arqueológico torna-se mais escasso, muito possivelmente em decorrência de um viés amostral nas pesquisas arqueológicas, no Alto Madeira as evidências indicam uma continuidade dos povos caçadores-coletores durante o Holoceno médio.

É a região do Madeira o suposto centro de domesticação inicial de plantas economicamente importantes na Amazônia, como a mandioca (*Manihot esculenta*) e a pupunha (*Bactris gasipaes*). Essa pode ser também o centro inicial de dispersão de povos falantes de línguas do tronco Tupi, processo iniciado há mais de 2.000 anos AP (Balée & Moore 1994; Neves, 2006).

A partir de suas pesquisas na área do Madeira, Miller faz uma estimativa de 2.500 anos antes do presente para o princípio da fase cerâmica mais antiga da região (Fase Urucuri; Miller et al., 1992:49). O autor sugere um novo horizonte arqueológico para a região da bacia do Alto Madeira baseando-se nas características da cultura material e datações absolutas. A Tradição Jamari tem início por volta de 2.130 anos antes do presente, sendo contemporânea a Tradição Una que ocorre no Brasil Central. A Tradição Jamari consiste em quatro fases: Urucuri, Jamari, Cupuí e Matapi.



A Tradição Polícroma da Amazônia ocorre em Rondônia segundo Miller (1987, 1992) associada à subtradição Jatuarana  $2730 \pm 75$  -  $2340 \pm 90$  AP. Os sítios habitação pertencentes a essa subtradição apresentam Terra Preta Arqueológica de 0 até 210cm de profundidade.

Por volta de 2.500 AP parece ocorrer, tanto no Brasil Central como na Amazônia, mudanças significativas nos padrões de assentamento com o estabelecimento de diferentes tradições ceramistas, sobretudo na região da Amazônia. Do mesmo modo, é a partir dessa época que ficam mais visíveis e numerosos os sítios associados aos solos antrópicos conhecidos como terras pretas de índio, correlatos de processos de ocupação sedentárias (Erickson 2000; Kern, 2003; Neves et al. 2003, 2004; Myers, 2004; Petersen et al. 2001).

Ao redor de 1.000 AD, existem evidências de grandes deslocamentos populacionais, como os povos Arawak e Tupi, em consequência talvez de pressões populacionais e de um rearranjo das estruturas sociais entre as várias sociedades étnicas das terras baixas da América do Sul, como guerras, alianças, casamentos interétnicos, entre outros.

Já as informações existentes sobre a arqueologia do Brasil Central (áreas cortadas pela LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02 em Goiás e Minas Gerais) indicam que sociedades caçadoras-coletoras se estabeleceram na região entre o final do Pleistoceno e o início do Holoceno, entre 12.000 e 10.000 AP, ocupando áreas de planalto, em altitudes entre 700 e 800 m. Os estudos realizados sugerem uma preferência por vegetações abertas, entre as quais inclui-se o complexo sistema de áreas de cerrado, fundamental para o sistema de captação de recursos naturais dessas sociedades (Schmitz 1976-1977; Schmitz et al. 1986).

Os artefatos líticos produzidos por esses caçadores-coletores apresentavam características tecno-tipológicas que foram classificadas pelos pesquisadores numa tradição arqueológica denominada *Tradição Itaparica*. O artefato considerado diagnóstico pelos arqueólogos que estudaram a cultura material dos sítios da Tradição Itaparica foram as *lesmas*, um raspador periférico lascado unifacialmente, de morfologia ovalar e secção plano-convexa.

Entre 9.000 e 7.000 AP, aproximadamente, o clima tornou-se mais quente e úmido, com a consequente expansão da vegetação de mata. Associada a este contexto climático, novas características culturais aparecem, não se sabe se representando uma adaptação dos primeiros caçadores-coletores às novas condições ambientais ou se pela penetração na área de novas sociedades caçadoras-coletoras (Schmitz, 1980). As novas características da cultura material foram agrupadas pelos pesquisadores na

*Tradição Serranópolis*, registrada no sudoeste goiano nos vales do Paranaíba e do alto Araguaia, entre 9.020±70 e 6.690±90 AP (Schmitz et al. 1989).

A maioria dos sítios arqueológicos resultantes da ocupação da área de estudo pelos caçadores-coletores antigos foi encontrada em abrigos sob rocha, onde se assentaram grupos pouco numerosos, provavelmente com grande mobilidade espacial, que percorriam um território um território imprecisamente demarcado, em busca de seus recursos naturais (Schmitz, 1984).

Ressalta Oliveira e Viana (2000) a probabilidade de que os primeiros caçadores-coletores tenham utilizado técnicas de forrageio na exploração de seus territórios de captação de recursos.

Baseando-se nos remanescentes arqueológicos encontrados em Goiás, Schmitz et al. (1978-1980) e Schmitz (1980) consideram que a subsistência dos grupos baseava-se principalmente na caça generalizada. Este modelo foi recentemente questionado por Kipnis (1998), a partir de pesquisas realizadas no vale do Peruaçu, Minas Gerais; seus estudos revelam uma economia caçadora-coletora estruturada basicamente em produtos de coleta vegetal, haja vista que, conforme Neves et al. (1996), a alta incidência de cáries nos indivíduos indica uma dieta rica em carboidratos. Tanto a confirmação quanto a refutação desses modelos passam por um maior número de pesquisas extensivas, acompanhadas de grande detalhamento arqueológico e maior refinamento de dados paleoambientais.

No que concerne à subsistência, os caçadores-coletores da *Tradição Serranópolis* adicionaram, aos produtos obtidos através de caça e coleta generalizadas, o consumo de moluscos terrestres, encontrados em grande quantidade no ambiente, devido às novas condições climáticas holocênicas acima mencionadas (Schmitz 1984). O aumento da umidade teria sido vetor da multiplicação desses moluscos, com a conseqüente diversificação da dieta alimentar das sociedades caçadoras-coletoras (Barbosa, 1981-1984).

A tecnologia empregada pelos caçadores-coletores na produção de seus artefatos era relativamente simples, com um predomínio de instrumentos líticos e, em menor escala, de instrumentos ósseos. Outras matérias-primas menos resistentes à ação do tempo provavelmente devem ter sido utilizadas, mas sua perecibilidade prejudicou sua preservação, que não ficou guardada no registro arqueológico.

A matéria-prima para a confecção dos artefatos líticos da *Tradição Itaparica* era aquela disponível localmente (arenito silicificado, quartzito, etc.) não havendo registro de uso de matéria-prima distante (Schmitz et al., 1989).

Os instrumentos eram confeccionados por percussão direta, com auxílio de percutores duros. Os artefatos mais freqüentes eram os unifaciais, com uma face plana, não-trabalhada, e outra convexa, transformada: facas unilaterais e bilaterais, furadores, buris, bifaces, bicos, picões, grandes raspadores, lâminas de machado lascadas e uma gama variada de raspadores de secção plano-convexa: raspadores terminais, raspadores com bico, raspadores periféricos, etc. (Schmitz et al., 1982; Schmitz, 1984). Artefatos de material ósseo também foram registrados, em especial espátulas feitas de restos de cervídeos e de outros mamíferos.

Os artefatos líticos da *Tradição Serranópolis*, mais recentes, resultam de uma tecnologia de produção semelhante, mas apresentam uma morfologia mais simples, com uma tipologia diferente da observada nos artefatos da tradição precedente (*Tradição Itaparica*).

Na *Tradição Serranópolis*, não ocorrem os artefatos laminares da *Tradição Itaparica*, substituídos por lascas, usadas predominantemente sem qualquer modificação e outros tipos aparecem: goivas; raspadores e bico, pequenos raspadores laterais e terminais; perfuradores; pontas de entalhe; cunhas; plainas; buris; talhadores; formões; quebra-cocos etc. As espátulas de ossos desaparecem, surgindo alguns anzóis e artefatos feitos de carapaças de moluscos (Barbosa, 1981-1982).

Os mais antigos enterramentos humanos registrados até o momento no Planalto Central são de sociedades caçadoras-coletoras da região de Serranópolis. Os enterramentos evidenciados são primários: os mortos eram enterrados em posição fletida, deitados sobre um dos lados e podiam ter o corpo coberto por blocos de pedras. Foram registrados sepultamentos de indivíduos adultos e, em menor proporção, de crianças. Em alguns casos, observaram-se acompanhamentos funerários, como um conjunto de contas vegetais, sobre o corpo de uma criança e de um jovem.

Os territórios dominados pelas antigas sociedades caçadoras do Planalto Central, segundo Schmitz et al. (1982), eram bem identificados por acidentes geográficos e sinalizações rupestres, em especial pinturas.

O registro arqueológico ainda não livrou dados sobre o amplo período decorrido entre os mais recentes sítios líticos de caçadores coletores e os mais antigos indícios de cerâmica na região.

As hipóteses atuais são de que as sociedades caçadoras-coletoras tenham ali permanecido até a penetração, bem mais recente, das sociedades agricultoras, havendo, inclusive, sugestão de que tenham desenvolvido, na região, técnicas incipientes de cultivo associadas à produção de vasilhas cerâmicas. Wüst (1990),

observando mudanças no padrão de assentamento, implantação e morfologia dos sítios existentes na região do rio Vermelho, avança a hipótese de as sociedades caçadoras-coletoras mais recentes terem passado por um processo de transição no qual, primeiramente, teriam adotado a prática do cultivo e, posteriormente, a produção de cerâmica, a da *Tradição Una*. Se essas novas práticas resultaram de fatores sócio-econômicos internos ou foram influenciadas por contatos com outras sociedades, praticantes de agricultura e produtoras de cerâmica são respostas que o registro arqueológico ainda não fornecer.

Em todo caso, a hipótese de uma fase de transição, em que as sociedades caçadoras-coletoras foram desenvolvendo práticas de horticultura e de produção e uso de vasilhas cerâmicas, correspondentes aos sítios arqueológicos da *Tradição Una*, é, até o momento, aventada apenas para algumas áreas do Planalto Central Brasileiro, a saber: alto Araguaia e bacia do rio Vermelho (Wüst 1990).

No que concerne sua implantação na paisagem, dizem Oliveira e Viana (2000):

*(...) dados apontam que os portadores da Tradição Una estabeleceram-se em ambientes de relevo acidentado, com predomínio de áreas de cerrado, e ocuparam as camadas mais superficiais de grutas e abrigos rochosos, às vezes os mesmos utilizados pelos antigos caçadores-coletores. Há também registros de ocupações em áreas abertas(...)*

Algumas características observadas nos sítios dos caçadores-coletores mais recentes reforçam a hipótese de continuidade entre os sítios da *Tradição Una* e os sítios líticos que os antecederam, indicando elementos de transição de uma economia baseada exclusivamente na caça e coleta para uma economia produtora de bens cultivados. Dentre essas características, ressaltam-se (Wüst, 1983):

- O aumento na área ocupada pelos sítios (indicativo de maior densidade populacional);
- A implantação desses sítios em áreas de mata/cerrado, em locais estratégicos para que o território de captação de recursos dessas comunidades abrangesse áreas com maior diversidade de recursos naturais, dentre eles: solos com melhor aptidão ao cultivo agrícola e com presença das argilas necessárias à produção de cerâmica.

Existe inclusive uma hipótese de que o decréscimo registrado nos restos de origem animal no sítio arqueológico GO-JA-01 seja explicado pela crescente contribuição de vegetais cultivados à alimentação das sociedades de transição (Moreira, 1981/4).

As sociedades de transição de economia de caça e coleta para economia horticultora estariam representadas, no sudoeste Goiano, pelos sítios arqueológicos da *Tradição Una*, já mencionados, os quais apresentam datações em torno de 1.000 AP (Schmitz et al., 1989).

Alguns dos sítios estudados indicam que essas sociedades de transição teriam cultivado diversas espécies vegetais para consumo alimentar (milho, mandioca, amendoim, abóbora) e utilitário (cabaça), ao mesmo tempo em que as atividades de coleta de vegetais, apanha de moluscos e caça de animais continuavam a desempenhar papel importante para a obtenção dos produtos consumidos em sua alimentação (Schmitz, 1976/7; Schmitz e Barbosa, 1985).

Quanto à cerâmica, elemento cultural diagnóstico da *Tradição Una*, destacam-se recipientes de pequenas dimensões, de contorno simples ou infletido e cor escura, cujas formas reconstituídas revelaram a confecção e o uso de pratos rasos, tigelas e pequenas panelas. Foi registrado engobo branco ou vermelho no tratamento da superfície das vasilhas. A decoração, rara, limitou-se aos tipos conhecidos como inciso e pontado. O antiplástico empregado foi predominantemente mineral, ocorrendo, em menor proporção, cariapé e partículas brancas de origem animal, ainda não identificadas (Wüst e Schmitz, 1975).

Além dos sítios arqueológicos da *Tradição Una*, formados pelos remanescentes materiais, em espaços delimitados, das atividades das sociedades de transição entre um sistema forrageiro, mais recentemente o Planalto Central brasileiro foi ocupado por populações distintas, que ali conviveram simultaneamente, inter-relacionando-se socialmente e influenciando-se mutuamente, conforme demonstra sua cultura material remanescente.

Essas sociedades que penetraram mais recentemente no Planalto Central Brasileiro e dominaram o cenário regional por alguns séculos, apresentavam como principal característica cultural material a produção de cerâmica em quantidade abundante, contrariamente ao registrado na *Tradição Una*. As tradições cerâmicas a elas associadas foram designadas, pelos arqueólogos que as estudaram, como tradições *Aratu*, *Uru* e *Tupiguarani* (Schmitz & Barbosa, 1985; Oliveira e Viana, 2000a e 2000b).

González (1996) apresenta argumentos que demonstram que grande parte da região Centro-Oeste representou uma área de confluência para onde sociedades ceramistas

de regiões distintas se deslocaram. Dentre essas sociedades, são mencionados os portadores da *Tradição Tupiguarani*, comumente correlacionados a grupos étnicos de língua Tupi, originários da Amazônia (Brochado, 1989; 1991), que, ao atingirem o Centro-Oeste, constituíram uma força de pressão sobre outras sociedades, ali estabelecidas anteriormente. Essa situação de tensão aparece no registro arqueológico pela ocupação ocasional de altos topográficos antes evitados, o que sugere a adoção de estratégias defensivas pelos antigos ocupantes da região (Wüst & Vaz 1998).

As sociedades indígenas pré-coloniais dessas tradições ficaram conhecidas na literatura arqueológica como as sociedades que formaram as grandes aldeias identificadas no registro arqueológico, demonstrativas de uma densidade populacional muito superior à das pequenas aldeias dos horticultores da *Tradição Una*.

As primeiras sociedades claramente agricultoras que penetraram no Sudoeste Goiano foram as sociedades ceramistas agrupadas pelos especialistas na *Tradição Aratu*, cujos sítios, na área de interesse para o presente diagnóstico, foram registrados, até o momento, nos altos afluentes do Paranaíba e do Araguaia. Sua penetração na região parece ter ocorrido por volta do século IX d.C, entrando em colapso muito antes do início da Conquista Ibérica (Oliveira e Viana, 2000b).

As aldeias da *Tradição Aratu* apresentam morfologia anular e geralmente são encontradas em ambientes abertos, de relevo ondulado, mais frequentemente em zonas de mata e, mais raramente, em zonas de cerrado. O sistema de assentamento compreende várias classes de sítios, com funções específicas. Alguns dos sítios, em especial os de menores dimensões e com menor densidade de refugio, deveriam relacionar-se a períodos de plantio e colheita em roças mais distantes da aldeia principal e a atividades temporárias de caça e coleta (Wüst 1983).

Contrariamente ao que se possa imaginar, nem sempre os sítios *Aratu* encontram-se implantados em áreas de solos de alta aptidão agrícola, apesar de uma dieta alimentar baseada em produtos cultivados. De acordo com Wüst (1983), além dos dados ambientais, é preciso levar em conta, na definição do território de captação de recursos dessas sociedades, o equipamento tecnológico de que dispunham e critérios de natureza sócio-cultural.

Sítios da *Tradição Aratu* foram registrados sobre encostas suaves de colinas, nas proximidades de cursos d'água de porte variado. As aldeias são identificadas pelas diversas concentrações de refugio, formadas por dois ou três anéis concêntricos, no qual predominam os restos cerâmicos. Sua morfologia varia entre circular, oval e em ferradura e suas dimensões podem ir de de 13.000 m<sup>2</sup> a 345.000 m<sup>2</sup> (Wüst e Barreto 1999; Oliveira & Viana, 2000).

Ocorrem também sítios pequenos, constituídos por uma única concentração de material. Essas diferenças são devidas ao padrão de assentamento, composto, como dito anteriormente, por sítios funcionalmente diversificados, e a alterações culturais e demográficas ocorridas nos diversos séculos em que essas sociedades estiveram presentes no Planalto Central Brasileiro, inclusive como consequência de contatos inter-tribais. Alguns dos sítios indicam ocupação curta, enquanto outros podem ter sido ocupados por duas a três gerações (Wüst, 1983).

Com população variando em torno de 150 a 2.000 pessoas (Wüst, 1983), suas aldeias poderiam permanecer longamente no mesmo lugar, deslocando-se quando necessário para um espaço próximo, porque o território era fértil e estava sob domínio. Também o sistema de cultivo, baseado em tubérculos, feijões e milho, pôde resistir aos avanços dos grupos mandioqueiros das tradições Uru e Tupiguarani, que chegaram posteriormente ao Planalto Central (Barbosa, 2003).

Os artefatos líticos constantes do registro arqueológico revelam as novas necessidades tecnológicas introduzidas pela prática da agricultura. Um fator novo é o emprego da técnica do polimento na produção de artefatos, dentre os quais destacam-se lâminas de machado, mãos-de-pilão e martelos (Schmitz et al. 1986). A indústria de lascas é reduzida e geralmente limita-se ao uso de lascas sem trabalho secundário (Wüst 1983). Adornos labiais polidos (tembetás) são comuns.

A cerâmica, elemento diagnóstico da cultura material produzida pelas sociedades da *Tradição Aratu*, apresenta formas periformes, esféricas ou elipsóides. Suas dimensões revelam vasilhas que podiam comportar de dezenas a centenas de litros, demonstrando seu amplo uso nas mais diversificadas atividades do cotidiano. Outra forma característica é um pequeno vasilhame geminado.

A decoração é praticamente ausente, limitando-se a incisões, entalhes, unguações, ponteados, borda acastelada, asa, aplique mamilonar, banho vermelho e pintura preta. Esses tipos decorativos incidem sobre a minoria das vasilhas. O antiplástico predominante é o mineral, seguido pelo cariapé, que parece ser uma aquisição mais recente (Schmitz 1976/7; Schmitz e Barbosa, 1985).

Para fins funerários, eram empregadas grandes urnas, encontradas atrás dos espaços residenciais ou em cemitérios a céu aberto. Foram registrados tanto sepultamentos primários quanto secundários. Os acompanhamentos compreendiam, entre outros, adornos pessoais, como tembetás, e vasilhas cerâmicas.

No caso de São Paulo, a arqueologia da área cortada pela LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02 ainda é incipiente, mas revela a existência de uma

ocupação caçadora-coletora, ligada à bacia do Rio Paraná, iniciada em período mais recente que a do Centro-Oeste (por volta de 6.000 anos AP), caracterizada pela predominância absoluta de remanescentes líticos (artefatos confeccionados em pedra, pela técnica do lascamento).

No período mais recente, as sociedades agricultoras mais presentes na arqueologia desta região são afiliadas à cultura Aratu e à cultura Tupiguarani, sendo os sítios arqueológicos desta última mais numerosa, ao menos no estágio atual dos conhecimentos produzidos.

No século V d.C, os sítios arqueológicos guarani já dominam a paisagem paulista, documentando o que foi observado pelos primeiros colonizadores europeus da região: uma história marcada por constantes movimentos expansionistas.

Quanto à visibilidade arqueológica das ocupações indígenas historicamente registradas na área de estudo, pode-se indicar que os objetos de pedra e de cerâmica estão entre os vestígios privilegiados. No entanto, os sistemas de assentamento, em especial a morfologia das aldeias, deixam traços no solo que podem ser recuperáveis arqueologicamente, sendo a probabilidade desta recuperação maior ou menor na dependência em especial dos fatores antrópicos (usos históricos do solo) que podem ter alterado mais ou menos os marcadores espaciais das macroestruturas aldeãs ou de suas microestruturas internas.

Sumarizando, são muitas e diversificadas as problemáticas arqueológicas associadas à grande extensão territorial cortada pelo empreendimento, uma vez que este corta ecossistemas diversos e áreas de ocupação humana prolongada e diversificada, iniciada em época muito anterior à colonização europeia do território brasileiro.

- **Área de Influência Direta - AID**

Para fins de melhor sistematização dos dados, os resultados obtidos durante o levantamento de campo na AID serão expostos por Estado, Municípios e, como referência, os vértices mais próximos da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02, nesta ordem.

Cabe ressaltar que, neste estudo, foi considerada Área de Influência Direta a faixa de 1000m de largura ao longo de toda a extensão da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02.

Inicia-se, aqui, por uma breve descrição das características ambientais de interesse arqueológico observadas nos trabalhos de campo.



## Descrição dos Trechos Vistoriados

### (1) Rondônia

- **Trecho 01: Município de Porto Velho**

**SEPVH2 - UTM = 21L 266275 / 9006845**

Área da futura subestação da LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02. Localizado nas proximidades de Porto Velho, situado nas proximidades do km 18 da BR-364 (cerca 1200m), próximo a estrada para Teutônio. Encontra-se em uma área de reserva legal com floresta fechada e praticamente nenhuma visibilidade de solo.

- **Trecho 02: Município de Porto Velho**

**VB-01 - UTM = 20L 405805 / 9010126**

Zona rural, área com pasto baixo, foram encontrados alguns montículos de terra que não parecem ser de origem antrópica, mas que foram fotografados. Tais estruturas situam-se a 337m a norte do ponto VB01 numa área de planície formada por solos areno-argilosos, friável e de coloração amarelo-acinzentada. A visibilidade do terreno nas proximidades dessa área é de razoável para boa. O vértice, propriamente dito, encontra-se nas proximidades de um riacho num entorno onde as capoeiras começam a formar touceiras mais altas, cerca de 2m de altura e possui algumas palmeiras baixas.

- **Trecho 03: Município de Candeias do Jamari, Fazenda Vida Nova**

**VB-01 e VB-02 (Intermediário) - UTM = 20L 0425108/8989713**

Foi verificada a existência de grande quantidade de material cerâmico disperso no terreno da fazenda, ao lado da casa dos empregados da fazenda, de propriedade de Gaudêncio Rodrigues.

A área em que foi constatada presença de material cerâmico mede cerca de 70m de raio coincidindo parcialmente com um urucurizal de cerca de 60m de diâmetro, situa-se numa zona plana um tanto mais alta que o Rio da Onça, que passa ao sul da dita fazenda, o solo é de coloração amarelo acinzentada, menos na área do sítio, onde se encontra bem mais escuro, contando também com manchas escuras e orgânicas em toda a área. Foram identificados cerca de 12 fragmentos de cerâmica de pelo menos 4 tipos diferentes em pouco tempo de verificação, com maior concentração nas

proximidades do urucurizal. Uma informação que pode ser importante é o relato de que indígenas freqüentam intensamente a região e em específico aquela área.

Um sítio cerâmico foi registrado, denominado Sítio Vida Nova.

- **Trecho 04: Município de Candeias do Jamari**

Foram vistoriados 02 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-02	20L 438687 / 8975440
VB-03	20L 445444 / 8962536

Zona rural, com pastagens, roças e touceiras de até 1m de altura, mas que em virtude das falhas na cobertura vegetal apresentava visibilidade do solo de boa à razoável. A área confina com um igarapé que passa na região central e é composta por um solo areno-argiloso e de coloração amarelo-acinzentada com intrusões mais alaranjadas e argilosas.

Não foi encontrado material arqueológico. Moradores de uma das fazendas locais (de passagem pela via) relataram nunca ter encontrado material arqueológico.

- **Trecho 05: Município de Candeias do Jamari, na linha 105, lote 105 da gleba 65**

**VB-04 - UTM = 20L 448738/ 8946460**

Propriedade de Heleno Amaro da Silva que relata ter recebido visita dos topógrafos que trabalham nas obras da linha, há quinze dias. Estes locaram o vértice justo ao lado de sua cede, cuja área foi verificada. Foram identificados marcos com a seguinte inscrição MV4. O proprietário relata ter encontrado material arqueológico em profusão em suas terras, sendo que seu filho mostrou aos pesquisadores alguns fragmentos de cerâmica, recém encontrados. O lote fica situado a meia encosta nas proximidades (100m a leste) do Rio Bonito, o solo é argiloso, compacto com coloração castanho avermelhada. O material foi fotografado.

- **Trecho 06: Município de Cacaulândia e Ariquemes**

**VB-06 - UTM = 20L 618938 / 8737749**

A dona da propriedade, localizada entre o VB06 e PLB23 (10°09'46.1"S 063°04'13.6"O) relatou já ter identificado material arqueológico, no caso, ela mencionou a presença de machados de pedra pelos arredores, em direção ao rio Canaã que passa próximo de sua propriedade. Ela mencionou isso após a equipe mostrar fotografias de material arqueológicos obtidos ao longo das visitas realizadas. Mencionou, também, o fato de

ter sido visitada por funcionários da empresa Furnas envolvidos com a LT que, segundo ela, passaram em sua propriedade, na direção aproximada de onde ela e seu marido encontraram os ditos machados. Não menciona cerâmica nem gravuras. Menciona que no referido rio encontravam-se estabelecidos seringueiros.

- **Trecho 07: Município de Cacaulândia**

**VB-07 - UTM = 20L 658245 / 8708617**

A área é serrana, a meia encosta de uma das elevações, num trecho coberto por mata secundária, na proximidade de um matacão granítico acinzentado de cerca de 15m de comprimento por 12m de largura. O solo da área é de deposição orgânica florestal (terra de mato) até cerca de 15cm de profundidade, após isso arenoso amarelo-acinzentado. Não foram identificadas evidências arqueológicas na área do vértice, nem nas proximidades. Foram obtidos dois relatos a respeito de seringueiros.

O primeiro desses relatos informou que em 1970 a região era freqüentada por seringueiros (muito provavelmente já os filhos ou netos de seringueiros que ainda executavam a mesma atividade), sendo, ainda hoje, possível identificar na região “árvores raspadas”.

O outro relato diz respeito a um possível assentamento de seringueiros na região. O informante diz ainda ter encontrado uma garrafa de grês com a inscrição AMSTERDAM, em sua propriedade, o “Rancho Figueira”, nas proximidades da “fundiária” do seu lote, próximo ao rio. Também mencionou ter encontrado vestígios de metal semelhantes a cravos (pela descrição dada) numa área que se assemelha a um acampamento, com restos de estruturas e árvores frutíferas ao redor.

Ambos mencionam que área onde habitam é confinante ao Seringal 70, que foi parcialmente desapropriado para o assentamento onde eles estão estabelecidos.

- **Trecho 08: Município de Cacaulândia**

**VB-08 - UTM = 20L 532134 / 8845408**

A área situa-se nas proximidades de um riacho com mata ciliar, o solo é areno-argiloso de coloração castanho-avermelhada e granulação pequena, contando com pequenos fragmentos de rocha na sua composição. Nas proximidades existem grandes afloramentos de rocha granítica sob a forma de matacões, sem lajedos. A região é coberta por pastagens e alguns remanescentes de floresta junto aos rios.

Não foram identificados vestígios arqueológicos.

- **Trecho 09: Município de Candeias do Jamari**

**VB-10 - UTM = 20L 573808 / 8799825**

Localizado em um platô, em cima de uma área de serra, a cerca de 1km ao sul da linha 37, com pequenos córregos. O solo em toda região é de um saibro marrom avermelhado, um pouco granuloso, com grande quantidade de cascalhos e lajedos aflorando, apresenta-se mais arenoso que argiloso e é pouco compacto. A vegetação é formada por capões de palmeiras e por gramíneas (pastagem formada) com alguns vestígios florestais visíveis à distância, nas partes baixas, não na serra.

A visibilidade do solo é de regular para boa, e existem pequenos córregos que cortam lajedos. Foram executadas pequenas retiradas de cobertura na área próxima ao vértice (10 retiradas de 1X1m num raio de 25m). Sem material encontrado seja nas retiradas de cobertura vegetal, seja nas áreas com boa visibilidade de solo. No caminho, (800m ao sul) subindo a serra, foi identificada uma ocorrência lítica isolada (10°51'01.3"S 062°19'330.3"O) numa área de afloramentos de rocha de lajedos e matacões graníticos.

- **Trecho 10: Município de Ouro Preto do Oeste**

**PLB29 - Coord. Geog. = 10°48'19.1"S 062°21'50.8"O**

Zona rural, o ponto está localizado em sede de fazenda nas proximidades do local a LT 600kV CC Coletora Porto-Velho – Araraquara 2, Nº 02 cruza com a Linha 81 (200m). O terreno é bastante dobrado contando com riachos nas proximidades. No topo de uma dessas ondulações, algo distante do igarapé mais próximo (cerca de 1km) foi identificado material arqueológico (10°48'27.1"S 062°21'40.0"O). A área em o que o material foi encontrado é coberta por pastos de braquiária, o que dificulta a visualização do terreno. Os moradores locais mencionam terem encontrado machados polidos a cerca de 800m NO da área. O solo é bastante escuro (o morador mencionou o nome de terra preta mista), areno-argiloso e apresenta muitos pequenos fragmentos de rocha. Os referidos achados encontram-se nas proximidades de um poço da própria casa e, principalmente, num laranjal recém plantado.

- **Trecho 11: Município de Ouro Preto do Oeste**

**Ponto Vista Alegre ST: 10°53'47.0"S e 062°11'35.1"O**

Localizado nas proximidades do ponto PLB34 (178), na vertente sul de um morro, nas proximidades do rio Maria, o solo é arenoso, amarelado e bastante erodido. A proprietária relata ter encontrado machados polidos nessa propriedade e informa que

uma trilha de seringueiros cortava o fundo de seu lote, atualmente, segundo ela ainda se encontra a trilha no meio da área de reserva legal existente.

- **Trecho 12: Município de Teixeiraópolis**

**PLB30 - Coord. Geog. = 20°53'58.2"S e 62°17'46.1"O**

Situado a cerca de 400m SE do ponto em que a LT 600Kv CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 cruza com a Linha 20 foi identificado o Sítio São João. Este local situa-se num platô inclinado a Sul. Nas proximidades, em dois pontos (1000m SE e 600m NO) foram encontrados machados polidos, nas cercanias de córregos da região. Foi encontrada grande quantidade de vestígios cerâmicos e alguns vestígios de material lítico lascado. O solo é bastante arenoso, de coloração amarelada, com algumas manchas mais acinzentadas, sendo bastante friável e algo granuloso.

- **Trecho 13: Município de Teixeiraópolis, Sítio Boa Esperança.**

Foram vistoriados 02 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

PLB31	10°56'58.2"S 062°15'39.9"O
PLB32	062°13'35.2"S 062°13'35.2"O

A área situa-se à meia encosta de um morro indo para uma “mina d’água”. O proprietário informou ter encontrado material arqueológico nas proximidades de sua casa e em outros lugares da região. Também relatou já ter recebido visitas de funcionários da empresa Furnas, que, no entanto, não fizeram nenhuma marcação nas suas terras, embora tenham afirmado que a linha passaria por lá.

A área foi verificada e foi encontrado material arqueológico, vários fragmentos de cerâmica e algum material lítico, entre eles dois núcleos esgotados e um núcleo com marcas de lascamento.

A área onde se encontrou material localiza-se a Leste da sede do sítio, vertente acima, numa área de cultivo de mandioca e milho atingindo também uma mangueira de gado situada entre as roças e a sede. O solo é marrom avermelhado, argilo-arenoso e relativamente plástico se úmido.

- **Trecho 15: Município de Presidente Médici**

**VB-13 - UTM = 20L 594359 / 8769566**

A área localiza-se entre o topo e a meia encosta de um morro, numa área de topografia bastante acidentada e caracterizada por córregos relativamente encaixados e morros situados após uma subida de serra. O local fica próximo de um córrego maior (cerca de

1000m a NO) e de outro, menor (cerca de 200m O). A equipe identificou material cerâmico e lítico no seu terreno. A área fica sobre um afloramento de rochas formadas por pequenos lajedos e por uma série de blocos mais ou menos cristalinos de quartzo. O solo é marrom-avermelhado, argiloso, de granulação fina embora com presença de fragmentos pequenos de rocha e de cascalhos.

- **Trecho 16: Município de Presidente Médici**

**VB-14 - UTM = 20L 599986 / 8761292**

Localizado em área de baixada, plana, nas proximidades de um riacho, foi identificado material arqueológico. A área percorrida é um mandiocal e uma roça de maracujá onde a equipe encontrou um machado polido de 5cm e 8 fragmentos de cerâmica.

A baixada constitui-se em um vale entre grandes colinas sendo que a SO encontra-se um morro florestado. Outro morro nas proximidades tem grandes matacões de pedra. Nas proximidades, a NO, cerca de 1,5km, na divisa do sítio, próximo a fundiária encontram-se bacias de polimento e afiadores de canaleta escavados numa corredeira, segundo relatos.

**(2) Mato Grosso**

- **Trecho 17: Município de Pontes Lacerda, Vale São Domingos**

Foram vistoriados 09 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-035	21L 183676 / 8352055
VB-036	21L 195050 / 8333614
VB-037	21L 219792 / 8319748
VB-038	21L 248344 / 8312413
VB-039	21L 254150 / 8308317
VB-040	21L 262841 / 8309637
VB-041	21L 267176 / 8310115
VB-042	21L 272789 / 8311608
VB-043	21L 283239 / 8312677

O trecho em questão está localizado, em sua maioria, na zona rural em áreas de pastagem, a não ser nos pontos VB38 e VB39 (zona urbana). O solo é arenoso de coloração marrom claro.

Os pontos VB35, VB36 e VB37 estão localizados em uma planície alagada, pertencente à Depressão do Guaporé, nos outros pontos o relevo é plano com suaves ondulações. Não foi possível acessar o ponto VB40.

A área possui alto potencial arqueológico vinculado a intervenções históricas de Marechal Rondon. Foi identificado um sítio arqueológico histórico denominado Sítio Lavrinha 1.

- **Trecho 18: Município de Indaiavá, Jauru e Araputanga**

Foram vistoriados 04 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-044	21L 302056 / 8315498
VB-045	21L 316643 / 8316556
VB-046	21L 325122 / 8315032
VB-047	21L 340579 / 8311650

Área rural com pasto, a vegetação é formada por áreas com fragmentos de mata ciliar e com árvores esparsas de médio porte. O relevo varia de meia encosta suave a topos de platô colina com suaves ondulações e afloramentos rochosos.

Não foi possível acessar o ponto VB46. Não foram encontrados vestígios arqueológicos.

- **Trecho 20: Município de Rio Branco, , Araputanga**

Foram vistoriados 03 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-049	21L 380404 / 8310679
VB-049 e VB-048 (Intermediário)	
VB-050 e VB-049 (Intermediário)	

Zona rural, com pastos e plantações de cana de açúcar, possui relevo com suaves ondulações.

Área com alto potencial arqueológico. Foi identificado um sítio.

- **Trecho 21: Municípios de Barra do Bugres,**

**Foram vistoriados 7 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir.**

Ponto Intermediário VA/VB	21L 0489894 / 7880844
Garimpo	21L 0484569 / 8327561
MAP233 (Estaca)	21L 0445873 / 8322599
Margem do rio Sepotuba	21L 0425801 / 8316825
Ponto Intermediário VA/VB	21L 0465022 / 8326311
Ponto Intermediário VA/VB (Bandeira)	21L 0405224 / 8323410
VB-057	21L 509755 / 8329705

Toda a área percorrida é de zona rural, com pastagens e plantações de cana de açúcar. A vegetação é Savana Parque, associada à Cerradão e Campo Cerrado. O solo é formado por cascalheiras de seixos rolados com as mais diversas litologias e tamanhos (arenito silicificado, quartzito, quartzo leitoso, calcedônia). São oriundos provavelmente de paleo-leito de rios com uma boa vazão já que há seixos de grande porte. A qualidade da argila neste trecho é ruim para confecção de cerâmica, o que não quer dizer sua ausência já que esta pode ser transportada facilmente de outras localidades através dos rios. Os solos muito arenosos impõem certa limitação à agricultura, mas não a impedem totalmente, principalmente próxima aos cursos d'água. É comum a presença de solos arenosos enegrecidos semelhantes às terras pretas antrópicas, no entanto as sondagens efetuadas mostraram que sua origem é natural.

Neste trecho a disponibilidade de grandes rios é alta (Rio Sepotuba, Rio Paraguai), oferecendo, assim, boas condições de deslocamento e farta alimentação (são todos piscosos). O relevo é predominantemente plano e foram identificadas diferentes áreas de inundação. Nos locais mais elevados, distantes dos rios e com solo com textura arenosa a rápida infiltração da água causa um encharcamento de curta duração, enquanto nos locais mais baixos, com solo argiloso, onde a infiltração da água é mais lenta, o período de encharcamento é mais longo. Nessas áreas o local mais utilizado para instalação das sedes de fazendas é no alto de pequenas elevações. Alguns pontos não foram acessados por estarem em área de mata densa

O potencial para ocupação pré-colonial é alto e médio para a colonial. Foi identificada uma ocorrência arqueológica histórica (pilão), nas seguintes coordenadas UTM: 21L 0423327 / 8318423.

- **Trecho 22: Município de Rosário Oeste (Distrito de Bauxi) e Barra do Bugres**

Foram vistoriados 03 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-057	21L 05121534 / 8335504
VB-059	21L 0543411 / 8324252
VB-061 e VA-034 (Intermediário)	21L 0594169 / 8298647

A vegetação é composta por formações savânicas associadas a vertentes com encaves de matas em grotões de drenagem (Savana Arborizada e contato Floresta Estacional/Savana) e por áreas de uso antrópico. A geologia local é formada por rochas do Grupo Alto Paraguai, especificamente da Formação Araras (predominam sedimentos carbonáticos calcíferos com finas intercalações de siltitos e folhelhos), da Formação Raizama (arenitos ortoquartzíticos com intercalações de siltitos e argilitos) e da Formação Diamantino (arcóseos com intercalação de siltitos e folhelhos micáceos).



A drenagem possui padrão paralelo e ocorrem terraços fluviais. O relevo é formado por ampla superfície aplanada e levemente dissecada.

A área possui alto potencial para ocupações pré-coloniais, coloniais, para ocupações em abrigos e representações rupestres. Foram identificados dois sítios arqueológicos, denominados Sítio Santa Luzia I (21L 0532761/8336112) e Sítio Santa Luzia II (0532838/8336417).

- **Trecho 23: Município de Santo Antônio do Leverger, Cuiabá, Acorizal e Jangada**

Foram vistoriados 05 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-059	21L 0543411 / 8324252
VB-067	21L 0614457 / 8275973
VB-067	21L 0614455 / 8276001
VB-067 e VA-37 (Intermediário)	21L 0617652 / 8277730
VB-069	21L 0642182 / 8261558

A área percorrida é de zona rural, com pastagens e áreas de garimpo. A vegetação é formada por Savana Parque, Floresta Estacional, Savana Florestada e Savana Arborizada.

Em grande parte da área percorrida o solo possui cascalho, é extremamente raso ou com sedimentação ausente. A matéria prima disponível para o lascamento é de má qualidade, com quartzitos com grande quantidade de clivagens, arenitos muito alterados e arcósios também bastante alterados. As jazidas de argila são praticamente ausentes, só aparecendo num pequeno trecho nas barrancas do rio Formosa.

O relevo apresenta basicamente três sub-divisões: as superfícies aplainadas com leves ondulações representadas por colinas suaves e amplas, com alto potencial hidrológico e solo propício à agricultura; os fundos de vale representados por solos pouco espessos, drenagens intermitentes e solo pouco fértil; e as planícies aluviais, áreas planas que estão sujeitas a inundação periodicamente com possibilidade de cultivo de lavoura e pesca sazonalmente

O potencial arqueológico desta região é baixo para o pré-colonial e alto para o colonial. Foi identificado um sítio arqueológico, denominado Sítio 3 Irmãos (0629190/8275934), identificado como sítio histórico de mineração.

- **Trecho 24: Município de Jaciara, Fazenda Agropecuária São José até a cidade de Jaciara**

Foram vistoriados 02 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-73	21L 671550 / 8249890
VB-74	21K 716981 / 8207617

Área utilizada para plantação de soja (várias fazendas) por vezes há um campo de pastagem e a mata original (Cerrado) aparece em alguns vales de córregos ou riachos. Presença de uma cascalheira, no entorno.

Neste trecho passa o riacho São José, onde foi localizado um sítio histórico com estruturas edificadas. Possível posto de fiscalização da Estrada Real que ia até Cuiabá. Não foram encontrados registros no site do Iphan/MT de sítios na localidade, ou proximidades. O potencial da área é elevado em consequência das ocorrências de pinturas rupestres.

- **Trecho 25: Município de Jucimeira, Jucimeira a São Lourenço de Fátima**

**VB-74 - UTM = 21K 716981 / 8207617**

A equipe recolheu informações sobre pinturas rupestres ao sul da Serra da Beleza. Foram realizadas pesquisas arqueológicas na área impactada pela PCH São Lourenço e PCH Sete Quedas. O levantamento e resgate arqueológico das PCHs foi realizado pelo Documento Arqueologia, porém não foi possível o acesso aos relatórios.

- **Trecho 26: Município de Rondonópolis, de São Lourenço de Fátima a Jarudore**

**VB-75 - UTM = 21K 778584 / 8180697**

Área de morros na margem esquerda do Rio Vermelho. Foram identificados 4 sítios arqueológicos: Sítio Sucuri, ocupação de ex-garimpeiros desde o século XIX na cabeceira do Córrego Sucuri; Sítio Bagalho, ruínas e casario antigo do final do século XIX e início do século XX; Sítio Boroaba, sede de fazenda do final do século XIX e início do século XX e ocupação pré-colonial com referências às gravuras rupestres e machado com furo (borduna); Sítio Jarudore, antiga aldeia Bororo e ocupação histórica a partir da década de 1940.

As localidades Três Pontes e Naboreiro são locais com potencial arqueológico-histórico, porém não foram averiguados em detalhe.

- **Trecho 27: Município de Pedra Preta e São José do Povo, de Jarudore até final da Serra da Petrovina**

**VB-75 - UTM = 21K 778584 / 8180697**

Área de vales na margem direita do Rio Vermelho, e áreas de escarpa da Serra da Petrovina. Área de colonização paulista, da década de 1960. Compreendendo os povoados de: Nova Galiléia, Nova Catanduva, São José do Povo, Vale Rico.

Foi identificado um sítio arqueológico denominado Sítio Água da Serra, ocupação pré-colonial composto por gravuras, material lítico e terra preta.

Nesta etapa de diagnóstico foi registrado um sítio na Serra da Petrovina, mesmo a área sendo de difícil acesso; porém o potencial arqueológico das formações é elevado.

- **Trecho 28: Município de Pedra Preta e Alto Garças, do final da Serra da Petrovina até Alto Garças**

**VB-76 - UTM = 22K 245673 / 8071850**

Área de plantação de soja e algodão em larga escala. Arroio da Onça: are de matéria prima (seixos de silex); Vestígios de ocupação histórica: área de reserva legal.

Área de cultivo extremamente mecanizada, somente com moradores recentes nas poucas sedes de fazendas.

- **Trecho 29: Município de Alto Garças e Alto Araguaia, de Alto Garças até o Rio Araguaia**

**VB-76 - UTM = 22K 245673 / 8071850**

Área de campo de pastagem para pecuária intercalada por reservas legais de mata nativa. Área impactada pela implantação da ferrovia da América Latina Logística. Área inacessível na margem esquerda do Rio Araguaia (várzea). Sugere-se averiguar as informações referentes ao levantamento arqueológico para a implantação da ferrovia ALL.

### **(3) Estado de Goiás**

- **Trecho 30: Município de Mineiros e Santa Rita do Araguaia**

**VB-77 - UTM = 22k 267996/ 8062639**

Em Santa Rita do Araguaia a equipe encontrou uma região arenosa, bastante diferente de todos os outros locais visitados em Goiás, com grandes plantações de eucalipto, visualmente sem potencial arqueológico.

As fazendas São Paulo (0273603/8069780), Modelo (0269338/8070027), Água Branca (267819/8061747), e Heral (ou Eral) (0268244/8059307), foram visitadas e nada foi registrado. São todas em área de eucalipto e solo arenoso.

Em Mineiros, a região visitada continua demonstrando alto potencial arqueológico, com relatos de fazendas centenárias, descendentes de escravos, e vestígios indígenas.

Na comunidade quilombola Cedro (0331570/8054999), um morador acompanhou a equipe e mostrou os limites da comunidade, o local conhecido como Morro do Moleque (0325979/8066597), aonde o pioneiro do quilombo fez a sua primeira casa, e os levou em algumas fazendas antigas da região. Pelo relato a região tem altíssimo potencial arqueológico, tanto pré-histórico quanto histórico. As duas fazendas visitadas foram classificadas como ocorrências (Fazenda Flores/Invernada 0324762/8066577 e Fazenda Flores/Sertãozinho 0322625/8062747), pois os dados são confusos quanto à idade das casas, e nenhum material significativo foi localizado.

As duas comunidades quilombolas e as ocorrências registradas estão distantes da LT 600Kv CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02.

- **Trecho 31: Município de Mineiros e Santa Rita do Araguaia**

**VB-78 - UTM = 22k 297636 / 8049336**

Área com alguns pontos de plantação de eucalipto, e o restante cerrado e cerrado desmatado/pasto.

A fazenda Santa Fé (0325860/8047975) foi classificada como uma ocorrência histórica, de acordo com o relato do funcionário presente e da aparência de uma edícula e das árvores frutíferas no quintal. Uma fazenda vizinha foi visitada, por indicação de uma informante, mas não aparentou ter potencial e estava abandonada (0326452/8049647).

A fazenda Monte Alto (0317419/8033417) foi classificada como sítio arqueológico histórico, devido aos elementos registrados no local, tais como a casa, a idade das mangueiras e a ocorrência de faiança no quintal da casa. Assim como muitas (a maioria) das fazendas registradas como ocorrência histórica na região de Mineiros e algumas ainda no município de Serranópolis, ela tem um cruzeiro na frente da casa, que demarca o local como ponto de procissão e parada, hoje em dia em desuso.

Na fazenda Flores/Marfrig (0318788/8053658) o funcionário deu várias informações pertinentes, como a extensão das plantações de soja, a localização da Linha nº1 e o nome de informantes que seriam mais indicados a contar sobre a história da região.

Na fazenda Flores/Capivara (0319461/8050574) nada foi informado. Na fazenda Babilônia (0296576/8050382) há uma casa antiga, mas não havia ninguém presente, assim, foi classificada como uma ocorrência histórica. Na fazenda Quati (0298629/8048943) o informante relatou que há outra fazenda antiga na região, que foi visitada, mas também estava deserta (0301547/8048330) e foi classificada como uma ocorrência histórica.

Fazendas com nomes iguais dificultaram muito a localização de locais indicados nas entrevistas, o mesmo para as georreferências com nomes populares.

Região de alto potencial arqueológico, semelhante às formações naturais de Serranópolis.

- **Trecho 32: Município de Serranópolis**

**VB-79 - UTM = 22K 353283 / 8016474**

A fazenda Guanabara (0365467/8023327) foi classificada como ocorrência, por falta de dados. O funcionário presente no momento da entrevista não soube informar nada com precisão, mas as construções aparentam ser antigas e material recente foi encontrado em superfície nos quintais. Fragmentos de faiança foram coletados a fim de avaliar a idade de fabricação em laboratório.

Na fazenda Córrego Fundo (362389/8023243) apesar da negativa do informante foram encontrados no quintal da casa vários fragmentos de cerâmica, alguns de lítico lascado, bem como material histórico, sendo esse local classificado como um sítio multi-componencial. Foi realizada coleta de um fragmento de cada tipo para análise em laboratório.

Na fazenda Água Clara (0354695/8015493) entrevistamos uma integrante da família Vilela, que foram os primeiros desbravadores daquela região. Ela informou que na família há memória oral de muitos conflitos com indígenas, e explicou que a casa mais antiga das fazendas da família dentro do vale, seguindo a mesma estrada de acesso da sua fazenda.

Região de alto potencial arqueológico, semelhante às formações naturais de Serranópolis e relatos históricos de conflitos de desbravadores com indígenas.

- **Trecho 33: Município de Jataí e Serranópolis**

**VB-82 - UTM = 22K 394180 / 7985322**

Nesta área foi identificado o sítio histórico Cemitério Luz (0395048/7981423), através de relatos orais, e encontra-se relativamente preservado, apesar de não receber nenhum tipo de manutenção e de ser usado para rituais (despachos).

A fazenda Canguçu (0390787/7983100), caracterizada como ocorrência, tem sua sede preservada, construída em 1940. Há muitas mangueiras antigas no entorno da sede e em pontos isolados da propriedade, mas o informante disse que todas foram plantadas por seu finado pai.

Por indicação oral a equipe visitou um paredão com inscrições rupestres, denominado de Canguçu (0390078/7982987). Trata-se de um abrigo com ocorrência de petroglifos e pinturas, mas não foi visualizado material lítico em superfície. Encontra-se muito próximo ao córrego Canguçu, e apresenta depredações (inscrições nas pedras e paredes), apesar de pouco conhecido. Aparentemente ele foi registrado por arqueólogos do IGPA ano passado.

Os sítios arqueológicos Palmito I (0406021/7967761) e Palmito II (0405875/7967256) são fazendas vizinhas. Ambos são sedes de antigas fazendas da região, com baixa concentração de fragmentos em superfície, mas com estruturas construtivas remanescentes. O Palmito I está abandonado, e o Palmito II tem uma casa ocupada, mas relatos apontam que a antiga sede que foi demolida é mais antiga (mais antiga que a casa do Palmito I).

O sítio rupestre Véu do Muquém (0402464/7957171) foi visitado e registrado. É um local significativo e pouco visitado, mas encontra-se distante da área em estudo.

Fazenda Três Ps é um sítio histórico, com sede original que tem aproximadamente 114 anos (0398386/7979059). Foi efetuado registro fotográfico de fragmentos cerâmicos e fragmentos de telhas no quintal.

A fazenda de propriedade de João Germano também foi considerada como um sítio histórico (0398844/7981053), apesar da ausência de informantes no local. Grande concentração de material em superfície, incluindo garrafas inteiras de vidro, de tamanhos e cores variadas. Uma delas foi coletada.

Um sítio histórico foi identificado nas margens de uma estrada de terra, através de estruturas construtivas e árvores frutíferas, denominado sítio da Estrada (0395180/7979518). Fragmentos de vidro, telha, tijolo e esteios e alicerces em

madeiras foram identificados. Foram coletados um objeto inteiro de vidro e um instrumento lítico.

A fazenda Bela Vista foi registrada como um sítio histórico (0392724/7979687), sua sede tem mais de 100 anos de construção e apresenta vasta concentração de material arqueológico em superfície.

A fazenda Matinha foi classificada como ocorrência histórica (0396404/7979680). Data da construção da sede é 1923, mas a casa encontra-se em reforma e suas características originais sofreram alteração (adição de cômodos, troca de telhas e futura demolição de edícula).

Duas ocorrências históricas foram registradas, ambas em fazendas que produzem açúcar e produtos derivados em engenhos. A Fazenda Moranga, propriedade de Jerônimo Pereira da Silva (0399528/7980227), possuía um engenho movido à cavalo que foi trocado. A casa foi construída em 1947, e o local da casa que ali existia antes não foi localizado, o material encontrado em superfície aparentemente é recente, proveniente da família que mora lá atualmente. A segunda fazenda Moranga, de propriedade de David Braga franco (0399253/7980603) ainda possui o engenho movido à cavalo, e peças de ferro originais no local, apesar de não ser mais utilizado na produção de derivados da cana-de-açúcar, e nesta não foi encontrado material em superfície.

Uma extensa formação rochosa foi visitada, conhecida popularmente por Coliseu, trata-se de um sítio rupestre com petroglifos em arenito (0401980/7972341). O sítio Gruta do Mel foi registrado (0403369/7971328), é um abrigo com petroglifos em arenito.

Uma ocorrência histórica foi registrada na trilha de acesso entre a sede da fazenda e o sítio Gruta do Mel (0405636/7973139), identificada através de árvores frutíferas e informação oral.

No sítio Gruta do Diogo, que se encontra interditado pelo Iphan, mas que na prática pode ser visitado, a sede da fazenda é uma das casas mais antigas da região, tida como a mais antiga por muitos locais. Foi registrada como sítio histórico Barbara, fazenda que utiliza o casarão original, que foi inclusive recentemente reformado. Há média densidade de material em superfície.

O local conhecido como Casarão de Pedras, está na zona semi-urbana de Serranópolis e não é certo que ele esteja registrado como sítio, pois os relatos orais não indicam esta condição. Assim, a equipe denominou como Casarão de Pedra pois trata-se de

um sítio oficina lítica (0397506/7972761), com altíssima concentração de material em superfície, incluindo instrumentos.

Foi localizado um sítio histórico na Fazenda Buriti (043208/7976291), e alguns pontos prováveis de sítios históricos nas fazendas Pastinho (0410735/7991286) e Três Cachoeiras (0402965/7974351). Outro ponto provável de sítios rupestres seria no ribeirão da Felicidade ou da Ponte de Pedra em Jataí.

- **Trecho 34: Jataí, e Itarumã**

**VB-83 - UTM = 22K 469778 / 7927869**

Na fazenda São Luís (0446328/7958839) o informante disse que já soube da ocorrência de machado polido, próximo ao córrego da Felicidade, mas não soube precisar o local. Na fazenda Santa Maria (0443674/7956992) foram encontrados vestígios de uma casa, que segundo o informante já estava destruída há pelo menos 20 anos. A área foi fotografada e classificada como uma ocorrência histórica pois outro informante afirmou que a antiga fazenda Boa Vista da Felicidade, a que deu o nome para a região, ficava bem perto desta fazenda.

Na fazenda Divina Vitória (0451307/7956138) duas entrevistas foram realizadas. Um informante afirmou que próximo ao rio Verde já viu cerâmica e outra contou de três fazendas próximas ao córrego da felicidade que têm vestígios de escravos, a equipe não conseguiu localizar nenhuma delas. Na fazenda Bálsamo (0453484/7954835), o informante falou sobre vestígios de uma casa antiga, à aproximadamente 5 quilômetros de distância, somente acessível à cavalo, e que pode estar próxima ao local aonde a Linha nº1 vai passar pela fazenda.

, e São Pedro (0447665/7942330), em Itarumã, nenhuma informação positiva foi relatada. Na fazenda "Furna" (0450418/7941763) a informante disse que existem algumas fazendas antigas, mas os locais que ela indicou não foram considerados como ocorrência.

- **Trecho 35: Município de Itarumã**

**Foram vistoriados 02 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:**

VB-83	22K 469778 / 7927869
VB-84	22K 507317 / 7889619

Zona rural do município citados, fazendas de grandes extensões de canaviais e pastos para a criação de gado. Nenhuma ocorrência foi encontrada.



Muitas fazendas inacessíveis (trancadas) e muita área de canavial. Percebe-se que em fazendas de criação de gados os informantes sempre ignoram a presença de fragmentos em superfície. A equipe foi repetidamente informada que nada será encontrado na região.

- **Trecho 36: Municípios de Itaruma VB-84 e VB-85 (Intermediário) - UTM = 0522755/7888947**

Área rural com pasto e plantações de cana de açúcar, e áreas de cerrado preservado. O ponto está localizado em área próxima a represa do rio Verdinho. Foram identificadas ocorrências de material lítico com baixo estado de conservação. A área está extremamente impactada.

#### **(4) Minas Gerais**

- **Trecho 37: Município de Limeira do Oeste**

Foram vistoriados 06 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-086	529116/7872952
VB-087 e VB-086	537160/7855817
VB-087 e VB-086	533715/7863868
VB-088	545274/7845028
VB-088 e VB-087 (Intermediário)	544490/7845098
VB-089 e VB-088 (Intermediário)	546967/7841013

Área rural com pastagem e plantações de cana de açúcar. A vegetação predominante é de vertente com buritizal. O solo é areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 2m (Arenito Botucatu e/ou basalto). Possui drenagens que escoam para a margem esquerda do rio Grande, na divisa SP-MG e para a margem direita do rio Paranaíba, na divisa MG-GO. O relevo é plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas em áreas de cultivo de cana é de média a baixa, mudando de média a alta nas áreas de pastagem, que geralmente não foram sistematicamente submetidas ao arado. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios até 30cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica é de média a alta próximo às drenagens do rio Grande e do rio Paranaíba.

Nenhum vestígio arqueológico aflorado em superfície foi detectado.

- **Trecho 38: Município de Ituramã, localidade de Alexandrita**

Foram vistoriados 05 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir.

VB-089	558233/7820712
VB-089 e VB-088 (Intermediário)	553199/7829751
VB-089 e VB-088 (Intermediário)	557292/7822428
VB-089 e VB-088 (Intermediário)	557051/7822844, 557129/7822696
VB-089 e VB-088 (Intermediário)	556609/7823848

Os dois primeiros pontos estão em zona rural com pastos e plantações de cana de açúcar, com mata de galeria e capões de cerrado. Os três últimos pontos estão em zona urbana. O solo em todo o trecho é areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 2m (Arenito Botucatu e/ou basalto).

Neste trecho existem drenagens que escoam para a margem esquerda do rio Grande, na divisa SP-MG e para a margem direita do rio Paranaíba, na divisa MG-GO. O relevo é plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas em áreas de cultivo de cana, mudando de média a alta nas áreas de pastagem, que geralmente não foram sistematicamente submetidas ao arado varia de média a baixa. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios até 30cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica varia de média a alta próximo às drenagens do rio Grande e do rio Paranaíba. O último ponto está localizado a A 100m do lixão do distrito de Alexandrita.

Nenhum vestígio arqueológico aflorado em superfície foi detectado.

## (5) São Paulo

- **Trecho 39: Município de Fernandópolis**

Foram vistoriados 06 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-099 e VB-098 (Intermediário)	
VB-099 e VB-098 (Intermediário)	571785/7758420
VB-099 e VB-098 (Intermediário)	572813/7756100

Zona rural, com pastagens e plantações (milho e laranja). A vegetação é formada por pequenas porções de mata de galeria, o solo é areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 2m (Arenito Botucatu e/ou basalto). Possui drenagens que escoam para a margem direita do rio Grande (divisa SP-MG), alagada pela

barragem da Água Vermelha. O relevo plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas varia de média a baixa. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios até 50cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica varia de média a alta próximo às drenagens.

A visibilidade da superfície do solo variou de menos de 40% a nula, devido à intensa cobertura vegetal das lavouras em novembro, que se encontravam em seu maior desenvolvimento vegetativo à época deste diagnóstico.

Não foram identificados sítios ou ocorrências arqueológicas.

- **Trecho 40: Município de Irapuã, Macaubal, Mendonça, Nhandeara, Nova Itapirema e União Paulista**

Foram vistoriados 06 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-123 e VB-122 (Intermediário)	678210/7643300
VB-104 e VB-103 (Intermediário)	619464/7708732
VB-117	659665/7659108
VB-104	612339/7720717
VB-113	651689/7666973
VB-105 e VB-104 (Intermediário)	609536/7704411

Zona rural com pasto e plantações de cana de açúcar.

- **Trecho 41: Município de Meridiano, Usina Meridiano**

**VB-101 e VB-100 (Intermediário): UTM = 584576/7742101**

Zona rural com pasto e mata de galeria. O solo é areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 2m (Arenito Botucatu e/ou basalto). Possui drenagens que escoam para a margem direita do rio Grande (divisa SP-MG), alagada pela barragem da Água Vermelha. O relevo é plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas varia de média a baixa. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios até 50cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica varia de média a alta próximo às drenagens.

A visibilidade da superfície do solo variou de menos de 40% a nula, devido à intensa cobertura vegetal das lavouras em novembro, que se encontravam em seu maior desenvolvimento vegetativo à época deste diagnóstico.

- **Trecho 42: Município de Novo Horizonte**

**VB-127: UTM = 690877/7628093**

Zona rural com plantação de cana de açúcar e matas de galeria. O solo é areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 1m (Arenito Botucatu). As drenagens escoam para a margem direita do rio Tietê, alagada pela barragem da Promissão. O relevo é plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas varia de média a baixa. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios até 50cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica varia de média a alta.

Não foram identificados vestígios arqueológicos.

- **Trecho 43: Município de Ouroeste, Fazenda Limoeiro e município de Populina**

Foram vistoriados 02 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-092 e VB-091 (Intermediário)	554639/7798498
VB-091 e VB-090	557173/7809746

Zona rural, com mata fechada, possui solo areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 2m (Arenito Botucatu e/ou basalto). As drenagens escoam para a margem direita do rio Grande (divisa SP-MG), alagada pela barragem da Água Vermelha. O relevo é plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas é média. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios entre 30 e 40cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica é alta próximo à drenagem, devido a identificação prévia de sítios registrados na área (Sítio Limoeiro 1).

Seria importante que estes sítios sejam mais bem avaliados, em melhores condições de visibilidade, quando a cana for colhida, para verificação de dimensões, espessura, etc.

Foram identificados seixos lascados e lascas em superfície (557829/7810041, 557835/7810043, 557902/7810051, 557968/7810037).

- **Trecho 44: Município de Turmalina.**

Foram vistoriados 03 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-096	557039/7783978, 557082/7783794
VB-096 e VB-095 (Intermediário)	557814/7782865
VB-097 e VB-098 (Intermediário)	565215/7772444

Zona rural, com pastos, plantações de cana de açúcar e mata de galeria. O solo é areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 2m (Arenito Botucatu e/ou basalto). As drenagens escoam para a margem direita do rio Grande (divisa SP-MG), alagada pela barragem da Água Vermelha. O relevo é plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas varia de média a baixa. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios até 50cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica varia de média a alta próximo às drenagens.

A visibilidade da superfície do solo variou de menos de 40% a nula, devido à intensa cobertura vegetal das lavouras em novembro, que se encontravam em seu maior desenvolvimento vegetativo à época deste diagnóstico.

Não foram identificados vestígios arqueológicos.

- **Trecho 45:**

Foram vistoriados 09 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir

VB-101	22k 590973 / 7730544
VB-111 e VB-110 (Intermediário)	640860/7674100
VB-114	653996/7664750
VB-131	724051/7603638
VB-131 e VB-130 (Intermediário)	710526/7612630
VB-133 e VB-132 (Intermediário)	736604/7603167
VB-134 e VB-133 (Intermediário)	736405/7600275
VB-137 e VB-136 (Intermediário)	759717/7586264
VB-139	765790/7584693

Zona rural com pasto, plantações (cana, laranja, soja e milho) e seringais. A vegetação se restringe a mata de galeria e o solo é areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor

vermelha, com profundidade de 1m (Arenito Botucatu). As drenagens escoam para a margem direita do rio Tietê, alagada pela barragem da Promissão. O relevo é plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas varia de média a baixa. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios até 50cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica varia de média a alta próximo às drenagens.

- **Trecho 46:**

Foram vistoriados 03 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VB-101 e VB-100	591043/7730435
VB-116	657932/7660336
VB-121 e VB-120 (Intermediário)	668459/7651266

Zona rural com pastos e plantações (laranja, cana e milho).

- **Informações orais coletadas em campo**

Foram realizadas 177 entrevistas, sendo que destas 108 resultaram positivas no que respeita à informação sobre ocorrências de interesse arqueológico.

Estado	Entrevistas	Entrevistas Positivas
SÃO PAULO	8	3
GOIÁS	56	26
MATO GROSSO	58	31
RONDÔNIA	55	48
MINAS GERAIS	0	0

No Estado de São Paulo foram realizadas 08 entrevistas, sendo que destas 03 foram positivas (37,5%). A região tem potencial para sítios históricos e para sítios pré-coloniais. Foi coletada 01 informação sobre indício de vestígio histórico e 02 informações sobre indícios de vestígios pré-coloniais.

No Estado de Goiás foram realizadas 56 entrevistas, sendo que destas 26 foram positivas (46,4%). A região tem potencial para sítios históricos e sítios pré-coloniais. Foram coletadas 11 informações sobre indícios de vestígios históricos e 14 informações sobre indícios de vestígios pré-coloniais.

No Estado de Mato Grosso foram realizadas 58 entrevistas, sendo que destas 31 (53,44%) foram positivas. A região tem potencial para sítios históricos e para sítios pré-

coloniais. Foram coletadas 16 (informações sobre indícios de vestígios históricos e 27 informações sobre indícios de vestígios pré-coloniais. Apesar do menor número de relatos sobre sítios históricos, existem diversas evidências de mineração e de intervenções históricas feitas pela equipe de Marechal Rondon na região.

No Estado de Rondônia foram realizadas 55 entrevistas, sendo que destas 48 foram positivas (87,27%). A região tem baixo potencial para sítios históricos e alto potencial para sítios pré-coloniais. Foram coletadas 07 informações sobre indícios de vestígios históricos e 41 informações sobre indícios de vestígios pré-coloniais.

Não foram realizadas entrevistas no Estado de Minas Gerais.

- **Relação e descrição dos sítios arqueológicos identificados na AID, em campo**

Os quatro sítios arqueológicos identificados na etapa de campo deste diagnóstico são relacionados no quadro abaixo e descritos a seguir:

Nome	Município/ Estado	Tipo de Sítio	Artefatos identificados
Sítio Vida Nova	Candeias do Jamari/RO	Pré-colonial a céu aberto	Cerâmico
Sítio São João 3	Teixeirópolis/RO	Pré-colonial a céu aberto	Cerâmico, lítico e lítico polido
Sítio São José	São Vicente/MT	Histórico a céu aberto	Casas de pedra, material cerâmico
Sítio Vila Bela	Vila Bela da Santíssima Trindade/MT	Pré-colonial a céu aberto	Cerâmico, sobre osso, concha, chifre, madeira, etc

**1) Sítio Vida Nova:** (Linha 42, no município de Candeias do Jamari /RO, coordenadas UTM 20L 0425108 / 08989713)

Sítio cerâmico a céu aberto em área que mede cerca de 70m de raio coincidindo parcialmente com um urucurizal de cerca de 60m de diâmetro. Situa-se numa zona plana, um tanto mais alta que o rio da Onça que passa ao sul da dita fazenda. O solo é de coloração amarelo acinzentada, menos na área do sítio onde se encontra bem mais escuro (não foi identificado se o solo é terra preta), contando também com manchas mais escuras e orgânicas em toda a área. Foram encontrados cerca de 12 fragmentos de cerâmica de pelo menos quatro tipos diferentes, em pouco tempo de verificação, com maior concentração nas proximidades do urucurizal.



**OBS.:** É importante observar que este sítio se encontra exatamente na faixa de domínio da LT 600Kv CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02.

**2) Sítio São João 3:** (Linha 20, Lote 11ª, Gleba 12D, Município de Teixeiraópolis/RO, coordenadas UTM 20L 0577348/8794921) sítio cerâmico a céu aberto.



**3) Sítio São José:** (Fazenda Andorinha, à margem do riacho São José, no município de São Vicente/MT, coordenadas UTM 21K 0673508/ 8249293)

Sítio histórico a céu aberto possui casas de pedra com presença de material cerâmico, com dimensão aproximada de 50x50m², tendo na proximidade, também, a citação de uma estrada do período colonial.





**4) Sítio Vila Bela:** (Estrada Vila Bela - Conquista do Oeste, Sítio Duas Irmãs, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, coordenadas UTM 21L 0185919/8379250)

Sítio pré-colonial a céu aberto localizado em região plana, distante aproximadamente 5 km do rio mais próximo com dimensão aproximada de 1000m x 500m. Encontra-se em área próxima da sede da fazenda, sendo observados vários fragmentos de cerâmica no quintal e na área de pasto próximo a casa (cerca de 100m), assim como na área de lavoura de milho (cerca de 500m da sede).

Na área mais próxima da casa do proprietário, na ocasião de limpeza do terreno o proprietário encontrou duas grandes vasilhas de cerâmica (40cm de diâmetro de boca) em uma profundidade de aproximadamente 40cm. O morador coletou seus fragmentos e encontrou ossos no interior da vasilha.

Segundo o informante os vestígios se estendem por toda sua propriedade restringindo-se a uma área com solo areno-argiloso, próprio para agricultura, diferente dos solos das áreas vizinhas.

- **Considerações sobre o potencial arqueológico da AID**

Com base na problemática arqueológica regional, nas informações orais e nos sítios arqueológicos identificados em campo, conclui-se pelo potencial arqueológico positivo de toda a área interceptada pelo empreendimento.

A maior ou menor potencialidade de cada trecho está diretamente relacionada ao ambiente atravessado (o qual tem relação direta com o interesse pretérito em sua exploração) e às alterações decorrentes principalmente dos sucessivos usos do solo,

que podem ter afetado em maior ou menor grau o registro arqueológico de toda essa imensa região.

Apenas prospecções arqueológicas intensivas e não sistemáticas poderão indicar conclusivamente se existem ou não sítios arqueológicos em risco nas áreas de intervenção do empreendimento.

## **a.2 Patrimônio Paisagístico**

Á área de implantação do empreendimento caracteriza-se pelo predomínio de relevos colinosos e aplanados que constituem planaltos e depressões. A presença de relevos de morros e escarpas nessa região destaca-se pela sua beleza cênica.

As serras e chapadas que apresentam valor paisagístico foram mapeadas ao longo das Áreas de Influência Indireta e Direta da Linha de Transmissão, conforme espacialização apresentada nas **Figuras 3.6.5.12-50 a 3.6.5.12- 87**. A seguir relaciona-se as principais feições de beleza cênica referentes ao relevo da região:

- **Serra Sete de Setembro:** localizada nos município de Jarú, Mirante da Serra e Ouro Preto do Oeste, RO.
- **Serra do Cardoso:** localizada na região nordeste do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, MT.
- **Serra São Vicente:** localizada na região nordeste do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, MT.
- **Serra da Borda:** localizada no extremo noroeste do município de Pontes de Lacerda, MT, conforme ilustrada nas **Fotos 3.6.5.12-50, 3.6.5.12-51, 3.6.5.12-52 e 3.6.5.12-53**.
- **Serra do Caçador:** localizada no município de Pontes e Lacerda, MT.
- **Chapada dos Parecis:** localizada a noroeste do estado do Mato Grosso conforme ilustrada nas **Fotos 3.6.5.12-54 e 3.6.5.12-55**.
- **Serra de Monte Cristo:** localizada no município de Rio Branco, MT.
- **Serra das Araras:** localizada ao leste do município de Barra dos Bugres, MT, conforme ilustrada nas **Fotos 3.6.5.12-56, 3.6.5.12-57 3.6.8.12-58 e 3.6.5.12-59**.
- **Serra do Tombador:** localizada ao sul do município de Alto Paraguai na divisa com Rosário Oeste, MT.

- **Serra São Lourenço:** localizada no município de Jaciara, MT.
- **Serra Beleza:** localizada no município de Juscimeira, MT.
- **Serra Formosa:** localizadas no município de Pedra Preta, MT.
- **Serra da Petrovina:** localizada entre os municípios de Rondonópolis e Alto Garças, conforme ilustrada nas **Fotos 3.6.5.12-60, 3.6.5.12-61, 3.6.5.12-62 e 3.6.5.12-63.**
- **Serra Azul:** localizada entre os municípios de Mineiros e Serranópolis, conforme ilustrada nas **Fotos 3.6.5.12-64, 3.6.5.12-65, 3.6.5.12-66 e 3.6.5.12-67.**
- **Serra da Mombuca:** localizada no município de Itarumã, GO, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-68.**
- **Serra das Três Barras:** localizada no município de Itarumã, GO.

Outras feições de beleza cênica são as cachoeiras e corredeiras identificadas ao longo dos principais cursos d'água e espacializadas nas **Foto 3.6.5.12-50 a 3.6.5.12-87.** A seguir são listadas as principais cachoeiras e corredeiras que ocorrem na All da LT 600Kv CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02:

- **Cachoeira de Santo Antonio:** localizada no município de Porto Velho, RO conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-69.**
- **Cachoeira de Teotônio:** localizada no município de Porto Velho, RO, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-70**
- **Cachoeira do Apuí:** localizada no município de Urupá, RO, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-71**
- **Cachoeira Primeiro de Março:** localizada no município de Urupá, RO.
- **Cachoeira dos Patos:** localizada no município de Presidente Médici, RO, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-72.**
- **Cachoeira Chapéu do Sol:** localizada no município de Presidente Médici, RO.
- **Cachoeira Salto da Fumaça:** localizada no município de Jauru, MT.
- **Cachoeira Jaguatirica:** localizada no município de Lambari D'Oeste, MT.
- **Cachoeira do Jacaré:** localizada no município de Lambari D'Oeste, MT.

- **Corredeira Cinco Oitavos:** localizada no município de Acorizal, MT.
- **Corredeiras das Tortas:** localizada no município de Acorizal, MT.
- **Corredeira das Pedras:** localizada no município de Acorizal, MT.
- **Corredeiras do Funil:** localizada no município de Acorizal, MT.
- **Cachoeira do Prata:** localizada entre os municípios de Jaciara e Juscimeira, MT, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-73**.
- **Cachoeira Couto Magalhães:** localizada no município de Santa Rita do Araguaia, GO, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-74**.
- **Cachoeira do Rio Verde:** localizada no município de Serranópolis, GO, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-75**.
- **Cachoeira Monte Alto:** localizada no município de Populina, SP.

As quatro cavidades naturais subterrâneas encontradas na AII da LT 600 kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N<sup>o</sup> 2, todas situadas no Estado de Mato Grosso, também apresentam valor paisagístico. As cavernas estão espacializadas na **Foto 3.6.5.12-76** e relacionadas no quadro a seguir.

**Quadro 3.6.5.12-4 – Cavidades Naturais Subterrâneas existentes na AII do empreendimento**

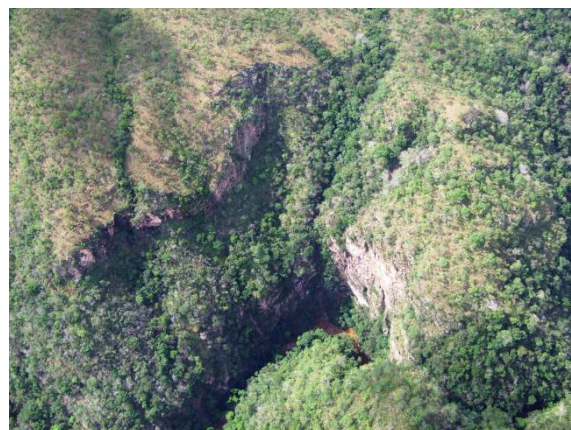
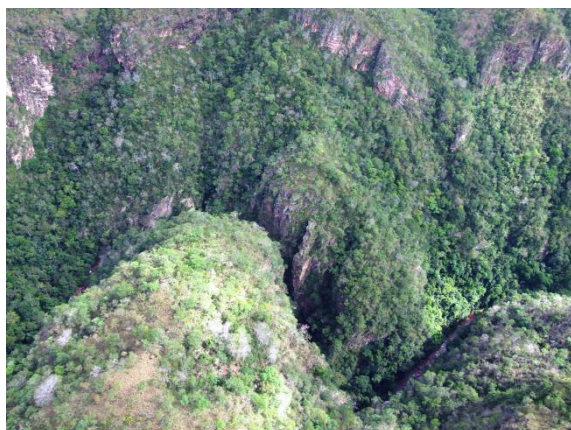
NOME	LOCALIDADE	LAT. (°)	LONG. (°)	MUNICÍPIO / ESTADO
Caverna Fátima	Sem informação	-16,33	-54,67	Rondonópolis (MT)
Gruta Areia Branca	Capital	-15,75	-55,58	Santo Antônio do Leverger (MT)
Mineração Império	Sem informação	-15,17	-56,66	Rosário Oeste (MT)
Gruta dos Índios	Distrito de Vila Bela	-14,67	-59,92	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)

Fonte: CECAV (09/03/2010)



**Foto 3.6.5.12-50 - Terrenos Amorrreados Escarpados que formam a Serra da Borda, no Planalto Residual do Alto Guaporé.**

**Foto 3.6.5.12-51 - Relevo de Morros que formam a Serra da Borda, no Planalto Residual do Alto Guaporé.**



**Foto 3.6.5.12-52 – Cânions profundos que ocorrem na Serra da Borda.**

**Foto 3.6.5.12-53– Cânions profundos com paredes rochosas e canais erosivos em rocha.**



**Foto 3.6.5.12-54 -Chapada dos Parecis**

**Foto 3.6.5.12-55 -Chapada dos Parecis**



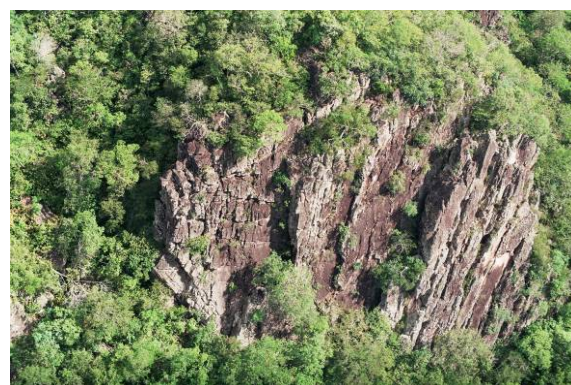
**Foto 3.6.5.12-56 - Relevo de Crista na Serra das Araras.**



**Foto 3.6.5.12-57 – Serra das Araras, localizada a oeste de Cuiabá.**



**Foto 3.6.5.12-58 – Topo rochoso e encostas íngremes que caracterizam a Serra das Araras.**



**Foto 3.6.5.12-59 – Detalhe dos afloramentos rochosos que constituem o topo do relevo de Crista na Serra das Araras.**



**Foto 3.6.5.12-60 - A Serra da Petrovina, constituída por relevo de Morros e Morrotes alcantilados.**



**Foto 3.6.5.12-61 - Vales profundos e canyons com paredes rochosas, e canais em rocha e blocos que caracterizam a Serra da Petrovina, entre**



**Foto 3.6.5.12-62 – Cânion com encostas íngremes e escarpadas, recoberta por matas, que formam a Serra da Petrovina, no Planalto Central da Bacia do**



**Foto 3.6.5.12-63– Relevos residuais (Morrotes e Morros tabulares) que ocorrem associados a Serra da Petrovina.**



**Foto 3.6.5.12-64- Relevo de Escarpa na Serra Azul, localizada entre Mineiros e Serranópolis.**



**Foto 3.6.5.12-65 - Vales encaixados e florestados que caracterizam os terrenos Amorreados e Escarpados na Serra Azul, no Planalto Central da**



**Foto 3.6.5.12-66 - Encostas íngremes e escarpas rochosas que caracterizam a Serra Azul.**



**Foto 3.6.5.12-67 -Encostas íngremes, escarpas rochosas e relevos residuais (Morrotes e Morros tabulares) que constituem a paisagem da Serra Azul.**



**Foto 3.6.5.12-68 – Serra da Mombuca, Itarumã, MT**



**Foto 3.6.5.12-69 – Cachoeira de Santo Antonio - Porto Velho, RO**



**Foto 3.6.5.12-70 – Cachoeira de Teotônio - Porto Velho, RO**



**Foto 3.6.5.12-71 -Cachoeira de Apuí - Urupá, RO**



**Foto 3.6.5.12-72 – Cachoeira dos Patos – Presidente Médici, RO**



**Foto 3.6.5.12-73 – Cachoeira do Prata - Juscimeira, MT**





Foto 3.6.5.12-74 – Cachoeira Couto Magalhães – Santa Rita do Araguaia, MT

Foto 3.6.5.12-75 – Cachoeira do Rio Verde - Serranópolis, GO

### a.3 Patrimônio Histórico e Cultural

Este Diagnóstico de Dados Secundários tem como objetivo apresentar os bens materiais e imateriais dos municípios da Área de Influência Indireta da LT 600Kv CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02.

Para a elaboração do presente diagnóstico, recorreu-se às seguintes fontes: (i) Bibliografia e publicações especializadas (livros, artigos em periódicos e anais de eventos científicos), relativas às pesquisas realizadas nos municípios atravessados pela LT; (ii) *Sites* especializados na internet sobre arqueologia, etnografia, etno-história e história regional; (iii) Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e (iv) Cadastro de Bens Materiais tombados e Bens Imateriais registrados pelo IPHAN, assim como o cadastro de Pontos de Cultura.

Entende-se por bens materiais os sítios e achados arqueológicos (patrimônio arqueológico); as formações rurais e urbanas (patrimônio urbanístico); os agenciamentos paisagísticos (patrimônio paisagístico); os bens móveis, como objetos de arte, objetos utilitários, documentos arquivísticos e iconográficos (patrimônio artístico); e os bens imóveis, como edificações rurais e urbanas (patrimônio arquitetônico).

O patrimônio material protegido pelo IPHAN, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico, etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis — núcleos urbanos, sítios arqueológicos, paisagísticos e bens individuais – e bens móveis, que são constituídos

por coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A concepção de “patrimônio imaterial” empregada atualmente pelas políticas públicas situa-se em contexto mais amplo<sup>5</sup>. Com as propostas da UNESCO, referentes aos bens imateriais, inicia-se no país o processo de valorização dos aspectos “intangíveis” ou “patrimônio cultural imaterial”:

É amplamente reconhecida a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção intangível da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial.<sup>6</sup>

A categoria “patrimônio imaterial” foi, por conseguinte, adotada pela política patrimonial brasileira. A elaboração desse conceito teve como embasamento o Decreto 3.155 de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como patrimônio cultural brasileiro. Desta forma, políticas públicas passam a ser acionadas para a aplicação deste novo conceito. Segundo o IPHAN, a “Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.<sup>7</sup>

Pode-se dizer que há uma recente política do IPHAN de valorização de elementos de cultura popular, classificados como “bens culturais”, e não apenas aqueles de “pedra e cal”, como os que constituiriam e distinguiriam a “nação” brasileira.

O Ministério da Cultura vem desenvolvendo também os Pontos de Cultura, para o estímulo de propostas de manifestações culturais. Os Pontos de Cultura são iniciativas promovidas pela sociedade civil que, após seleção por edital público, firmam convênio

<sup>5</sup>Para uma discussão sobre a formação dessa categoria, ver O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro: IPAHN, 2000.

<sup>6</sup>[www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimonio/patrimoniomaterial/mostra\\_padrao](http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimonio/patrimoniomaterial/mostra_padrao) - 14k – (aceso: maio/ 2008)

<sup>7</sup>Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan> (maio/ 2008)

com a Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer – SECEL e o Ministério da Cultura, e tornam-se responsáveis por articular e impulsionar ações culturais nas comunidades alvos.

Os Pontos de Cultura são ações de cunho cultural desenvolvidas pela comunidade que ganham o reconhecimento do Estado e passam a receber aporte de recursos para aplicar conforme o plano de trabalho próprio. Eles não possuem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade.

Desta forma, será apontado por esse diagnóstico alguns municípios que se destacam no âmbito patrimonial, assim como em manifestações culturais, a partir das localidades selecionadas pelo empreendimento. Os municípios que se destacam nestes setores serão abordados para possibilitar um maior conhecimento de suas características socioculturais.

- **Patrimônio Material**

Patrimônio cultural material é o conjunto de todos os bens, que, pelo seu valor histórico e cultural são considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. Fazem parte bens imóveis tais como igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos, e ainda locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral. Nos bens móveis incluem-se, por exemplo, pinturas, esculturas e artesanato.

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Os tombamentos federais são da responsabilidade do IPHAN e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens<sup>8</sup>.

O processo de tombamento, após avaliação técnica preliminar, é submetido à deliberação das unidades técnicas responsáveis pela proteção aos bens culturais brasileiros. Caso seja aprovada a intenção de proteger um determinado bem, seja cultural ou natural, é expedida uma notificação ao seu proprietário. Essa notificação significa que o bem já se encontra sob proteção legal, até que seja tomada a decisão final, depois do processo ser devidamente instruído, ter a aprovação do tombamento (pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural) e a homologação ministerial publicada no Diário Oficial. O processo finalmente termina com a inscrição no Livro do Tombo e a comunicação formal do tombamento aos proprietários de tais bens.

<sup>8</sup> Fonte: IPHAN

Desta forma, nesse item serão apresentados os bens patrimoniais tombados pelo IPHAN, por estados componentes da AII da LT 600Kv CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02.

## (1) Rondônia

### • Estrada de Ferro Madeira-Mamoré:

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho, teve sua construção iniciada em 1907 e concluída em 1912, sendo um marco importante para a história da Amazônia. Em 25 de maio de 1966, depois de 54 anos de atividades a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré teve sua desativação determinada pelo então Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco. A ferrovia foi, porém, substituída pelas rodovias BR-425 e BR-364, que ligam Porto Velho a Guajará-Mirim, a fim de que não se configurasse o descumprimento do Acordo celebrado em Petrópolis, em 1903. Tal ferrovia voltou a funcionar parcialmente em 1981, quando seus 7 km iniciais passaram a ser usados como passeio turístico entre Porto Velho e Cachoeira de Santo Antônio, percurso também conhecido como “Ferrovia dos Trilhos de Ouro” ou “Ferrovia do Diabo”, graças à lenda de que cada um dos 549 mil dormentes correspondia à vida de um homem que trabalhou em sua construção. Ainda faz parte deste complexo ferroviário o **Museu da E. F. M. M. (Estrada de Ferro Madeira-Mamoré)**, o **Museu Geológico**, o **Prédio do Relógio**, as **Três Marias** e a **Capela de Santo Antônio**<sup>9</sup>.



Fonte: Portal do Governo do Estado de Rondônia

Foto 3.6.5.12-76 – 1 Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

<sup>9</sup> Fonte: Portal do Governo do Estado de Rondônia (acesso: março/2010)

Após cinco anos de paralisação, em 2 de novembro de 2005, uma composição faria uma única viagem, transportando convidados para participar de uma missa de Finados no Cemitério da Candelária, em memória às centenas de operários de diversas nacionalidades que faleceram durante a construção da ferrovia. Finalmente, em 10 de novembro de 2005, a *ferrovia histórica foi tombada pelo* IPHAN, embora continue sem operação de trens regulares. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86<sup>10</sup> e a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU/RO) é o órgão responsável por sua preservação atualmente.

- **Prédio Sede da E.F.M.M:**

O Prédio Sede da E.F.M.M. também é patrimônio histórico de Porto Velho. Inaugurado em 15 de janeiro de 1949, o prédio tem a forma arquitetônica de uma locomotiva estilizada, em homenagem aos primeiros colonizadores da região. Conhecido hoje como **Prédio do Relógio**, é atualmente sede da FUNCETUR (Fundação Cultural e Turística do Estado de Rondônia). Suas linhas retas, esquadilhas com perfil de ferro e vidros compõem o estilo moderno da primeira metade do século. A entrada principal, com seus vitrês, mostra os ciclos econômicos da região, a linha férrea, o Rio Madeira, galpões, o porto, corte e defumação da seringa, o índio e a fauna da Amazônia.



Fonte: Portal do Governo do Estado de Rondônia

Foto 3.6.5.12-77 – 2 Prédio do Relógio

Com a desativação da E. F. M. M., um de seus galpões à margem do Rio Madeira foi transformado no **Museu da Estrada de Ferro**. Preservando os bens históricos da ferrovia, o Museu reúne várias peças da época de sua construção e funcionamento.

<sup>10</sup> Fonte: Londres Fonseca, Maria Cecília. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-Iphan, 2005.

Além da primeira locomotiva trazida para a Amazônia (Cel. Churchill), pode-se apreciar também uma “Cegonha” e um “Velocípede”, usados no transporte de fatores que fiscalizavam a linha, além de tornos, máquinas, móveis, fotografias de operários, livros, documentos, dentre outros.

O acervo do Museu faz parte do complexo ferroviário **Madeira-Mamoré**, tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86<sup>11</sup> e a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU/RO) é o órgão responsável por sua preservação atualmente.

- **Museu Geológico:**

O Museu Geológico é localizado numa sala da sede da Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer (Secel), no Prédio do Relógio. Este Museu conta com aproximadamente 400 peças entre minerais, minérios, rochas, fósseis e artefatos líticos. Esse Museu também faz parte do complexo ferroviário **Madeira-Mamoré**, tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86<sup>12</sup> e a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU/RO) é o órgão responsável por sua preservação atualmente.

- **Três Marias:**

As Três Marias vieram dos Estados Unidos no começo do século para servir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Apelidadas de as “Três Marias”, podem ser vistas de vários pontos da cidade. Hoje, fazem parte da Praça das Caixas D’água. A primeira Caixa D’água foi construída em 1908, a segunda em 1909, e a terceira concluída nos fins de 1912. Nesta praça, são desenvolvidas várias atividades culturais. Também faz parte do complexo ferroviário **Madeira-Mamoré**, tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86<sup>13</sup> e a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU/RO) é o órgão responsável por sua preservação atualmente.

<sup>11</sup> Fonte: Londres Fonseca, Maria Cecília. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-Iphan, 2005.

<sup>12</sup> Fonte: Londres Fonseca, Maria Cecília. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-Iphan, 2005.

<sup>13</sup> Fonte: Londres Fonseca, Maria Cecília. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-Iphan, 2005.



Fonte: Portal do Governo do Estado de Rondônia

**Foto 3.6.5.12-78 – 3 Três Marias**

- **Capela de Santo Antônio:**

A Capela de Santo Antônio foi concluída em 1914, depois da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. A igreja tem grande importância para a comunidade, que é muito devota deste santo. A Capela faz parte do complexo ferroviário **Madeira-Mamoré**, tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86<sup>14</sup> e a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU/RO) é o órgão responsável por sua preservação atualmente.

**(2) Mato Grosso**

- **Ruínas de Vila Bela da Santíssima Trindade:**

Trata-se das ruínas da antiga capital da província do Mato Grosso, situada no extremo oeste do Estado, às margens do rio Guaporé. Fundada em 17 de março de 1752, para a fixação de um núcleo urbano, permaneceu como capital até 1820, quando esta foi transferida para Cuiabá. Em 1752 o governador Rolim de Moura e comitiva chegaram ao povoado e no ano de 1771 foi iniciada a construção da Matriz da Santíssima Trindade.

Sabe-se que, em 1775, houve uma primeira reconstrução em face do desmoronamento anterior, seguida de outra em 1793. No início do século XX, quando o Gal. Rondon

<sup>14</sup> Fonte: Londres Fonseca, Maria Cecília. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-Iphan, 2005.

passou pela região, a Matriz ainda estava intacta assim como o Palácio dos Generais localizados, ambos, em uma grande praça no centro de Vila Bela.

Com o passar do tempo, ambos os edifícios foram se deteriorando e a Matriz ganhou o aspecto de ruínas, com seus espessos muros de taipa de pilão sendo, aos poucos, destruídos pelas intempéries. O Palácio teve melhor sorte, pois foi recuperado na década passada e, hoje, nele funciona a Prefeitura Municipal. As proporções da Matriz são avantajadas para a cidade, e o Palácio é uma construção térrea, assemelhando-se mais à uma morada senhorial que a um Palácio.

As ruínas da **Igreja Matriz da Santíssima Trindade** constituem um marco histórico da expansão colonial portuguesa. Mostram paredes em adobes de extraordinária espessura e alicerces com embasamento de cantaria em pedra canga. A matriz nunca chegou a ser concluída, provavelmente, por ter sua construção iniciada no período da decadência de Vila Bela. Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon alcançou a matriz intacta e assim a descreveu: "A Igreja Matriz da Santíssima Trindade é um edifício muito alto ainda não concluído, faltando o frontispício e as duas torres, cuja construção fora apenas iniciada. O seu fundamento é de pedra canga, o pedestal e parte das paredes na altura deste são de cantaria da mesma pedra. Só a parte superior das paredes é de adobes (tijolos crus) sendo estes da largura de 1,50 m" (Fonte: IPHAN).

O **Palácio dos Capitães Gerais** era a residência dos governadores da capitania de Mato Grosso, em Vila Bela da Santíssima Trindade. Foi edificado na época de riqueza aurífera pelo primeiro capitão-general Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja. É uma extensa casa térrea de linhas sóbrias erguida em taipa de pilão. Possuía cunhais em cantaria de pedra canga e interiores profusamente decorados com pinturas e trabalhos em talha aplicada e dourada. O Palácio formava com a Câmara Municipal, a Cadeia, a Casa de Fundição, o Quartel dos Dragões, a Matriz da Santíssima Trindade, a Igreja de Santo Antônio dos Militares e a de Nossa Senhora do Carmo, o núcleo primitivo da vila fundada em 19 de março de 1752 para servir de capital da nova capitania, com a denominação evocativa de Vila Bela da Santíssima Trindade.

O Palácio teve sua estrutura original mantida por mais de dois séculos, apesar de seu interior ter sofrido com a passagem do tempo, pela decadência de Vila Bela. Desapareceram as pinturas, os móveis e os adereços, mas permaneceu o corpo estrutural pelo menos até a década de 60. Remanescente da arquitetura luso-brasileira do século XVIII, o Palácio foi restaurado pela então Fundação Nacional Pró-Memória, hoje IPHAN, em meados da década de 1980, e hoje sedia a Prefeitura Municipal de Vila Bela. O Palácio é considerado o ponto de partida do processo de constituição de



Vila Bela. Símbolo material do poder, sua edificação antecedeu as construções particulares, as outras edificações oficiais e as religiosas. Tal fato não é gratuito, decorre do próprio desejo da Coroa Portuguesa de constituir Vila Bela como marca de sua presença na fronteira oeste da Colônia. A cidade de **Vila Bela da Santíssima Trindade** foi tombada pelo IPHAN, inscrita no Livro Histórico, em 1988, de Inscrição 526 e data 13-6-1988. O Número do Processo de tombamento é 0877-T-73 15. Atualmente é utilizada pela Prefeitura Municipal de Cuiabá (Palácio dos Capitães Gerais).

- **Arraial São Francisco Xavier:**

O Arraial São Francisco Xavier, faz parte de um conjunto de onze arraiais implantados pelos portugueses no século XVIII. Está localizado na Serra de São Vicente no município de Vila Bela da Santíssima Trindade na região do Alto Guaporé, totalizando área tombada de aproximadamente 1.006,391 m<sup>2</sup>, constituída pelas ruínas e seu entorno, voltado para preservação.

A procura dos bandeirantes por metais preciosos levou-os cada vez mais para o interior do país chegando à região que hoje pertence ao estado de Mato Grosso, sendo lá, um dos últimos movimentos bandeirantes do final do século XVI. Os arraiais ali localizados serviram para expandir as fronteiras lusas, aos domínios que deveriam pertencer aos espanhóis pelo Tratado de Tordesilhas.

Hoje apresenta rico material arqueológico, testemunho das diversas fases pela qual passou o Arraial. A preservação das ruínas pelo sítio arqueológico, em 2007, contribui para o conhecimento e a valorização da história do Estado. Foi tombado pelo Estado, inscrito Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, cujo Diploma Legal é a Portaria nº. 030/07 e Publicado no Diário Oficial em 18/07/2007. A sua ocupação atual é de Sítio Arqueológico.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Fonte: IPHAN

<sup>16</sup> Fonte: Portal Secretaria do Estado de Cultura de Mato Grosso (acesso: março 2010)

- **Cadeia Pública de Santo Antônio do Leverger:**

Com o aumento crescente da população do município de Santo Antônio de Leverger, o então intendente (que equivale ao prefeito de hoje) do município ordenou a construção de uma cadeia pública. Assim, a Cadeia Pública foi entregue em 1925.

O prédio funcionou como cadeia até 1985, quando foi desativado pelas precárias instalações. Em 1999, o espaço foi reformado e reaberto, tornando-se o Centro Cultural Cadeia Pública de Santo Antônio de Leverger.

A reforma iniciada em 2006 é a maior desde a construção e irá garantir a preservação do prédio pelos próximos anos. A restauração do Centro Cultural Cadeia Pública de Santo Antônio de Leverger faz parte da proposta do Governo do Estado de restauração do Patrimônio Histórico e Cultural de Mato Grosso. Foi tombada pelo Estado através da Portaria nº 13/00<sup>17</sup> e publicado em Diário Oficial em 21/07/2000. Atualmente é a Sala de Memória.

- **Paróquia de Santa Cruz de Barra do Bugres**

Em 8 de abril de 1896, é criada a Paróquia de Santa Cruz de Barra do Bugres, sob a Lei nº 145. O nome foi escolhido pelos povoadores, com jurisdição em São Luiz de Cáceres, fortalecendo então o já existente núcleo populacional. Essa Igreja foi atualmente tombada pelo Estado no Livro do Tombo Histórico, Diário Oficial nº 24949, data de publicação de 29/10/2008, Matéria nº 174451, Portaria nº 035/SEC/2008.<sup>18</sup>

- **Casas históricas da Aldeia Umutina - Barra do Bugres:**

As referidas Casas foram construídas pela Comissão Rondon entre os anos de 1943 a 1945, quando de sua passagem pela região para a construção das linhas telegráficas. O projeto de Rondon junto à população indígena era de pacificá-los, criando um novo aldeamento, e colocando-os aos cuidados da Comissão. Foram tombadas no Livro de Tombo Histórico, com data de publicação de 29/10/2008, Matéria nº 174452, Diário Oficial nº 24949, Portaria nº 036/SEC/2008.<sup>19</sup>

- **Centro Histórico de Acorizal:**

Centro Histórico localizado em Acorizal, cuja povoação surgiu à sobra da mineração. Os primeiros habitantes buscavam as novas minas promissoras, e outros, no entanto, enveredaram-se pelas margens do Rio Cuiabá acima na tentativa de real fixação ao solo, através do cultivo agrário. Em Acorizal o cururu e o siriri se fazem presentes nos

<sup>17</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

<sup>18</sup> Fonte: Superintendência da Imprensa Oficial do Estado do Mato Grosso (acesso: março 2010)

<sup>19</sup> Fonte: Superintendência da Imprensa Oficial do Estado do Mato Grosso (acesso: março 2010)

festejos da cidade e das comunidades rurais. As primeiras casas edificadas ao redor da igreja de Nossa Senhora de Brotas, na Praça Coronel Tonho, preservam as características do surgimento do povoado. Foi tombado pelo Estado em 2006 através da Portaria: 047/2006 e Publicação no Diário Oficial em 9/25/2006 .<sup>20</sup>

- **Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Várzea Grande)**

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, é um dos mais antigos patrimônios históricos de Várzea Grande. Construída em adobe, a capela apresenta características do final do século XIX em estilo colonial com molduras simples. Ela está localizada às margens do rio Cuiabá, no Distrito da Passagem da Conceição. A Igreja foi construída no ano de 1910 e seu tombamento pelo município como Patrimônio Histórico de Várzea Grande ocorreu em 2001, através da Portaria nº 054/06 e publicação em Diário Oficial em 17/10/2006<sup>21</sup>.

- **Igreja Nossa Senhora da Guia (Várzea Grande)**

Em 1890 os habitantes do povoado de Várzea Grande iniciaram a construção da Igreja, liderados por Elesbão Pinto de Oliveira, filho do doador do terreno Joaquim dos Anjos, que reuniu os moradores da localidade para, juntos, planejarem a construção da igreja. Benedito Regala, único pedreiro e obreiro, foi o responsável pela construção. Fabricou-se dos adobes próximo ao local da construção e os materiais eram transportados para o local da obra por grupos voluntários em carro de boi. Foi a primeira igreja construída em Várzea Grande, finalizada a sua construção em 1892. Foi tombada através da Portaria nº 009/98, com Publicação no Diário Oficial em 08/06/98.<sup>22</sup>

- **Cuiabá — Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico**

Cuiabá foi fundada com a exploração da mineração no início do século XVIII que, apesar de intensa, só durou de 1722 a 1730. A formação urbana se deu através de uma bipolarização que, nos primeiros 15 anos, foi fundamental para traçar a rede interna básica do aglomerado, adensando-o na margem direita do córrego da Prainha no sentido Sul-Norte adotada as balizas Igreja do Bom Jesus do Cuiabá-Sítio da Mandioca. Já na margem esquerda do córrego, as capelas Nossa Senhora do Bom Despacho (existente desde 1726) e a de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (construída possivelmente em 1730) constituíram-se em pólos de atração e expansão posterior. Em 1727, o Arraial do Cuiabá e/ou "Minas Novas", recebeu o título de Vila

<sup>20</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso (acesso: março 2010)

<sup>21</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso (acesso: março 2010)

<sup>22</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso (acesso: março 2010)

Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, instalando-se ali terminais burocráticos e arrecadores. Nos anos subseqüentes o espaço de poder foi consolidado no quadrilátero do Largo da Matriz, no qual foram implantados o Pelourinho, as Casa de Câmara e Cadeia, a residência dos Ouvidores/Juízes-de-Fora.

Com a descoberta de ouro na região do Guaporé (1730-1734), a Vila de Cuiabá assumiu uma função de "metrópole", apresentando, durante toda a segunda metade do século XVIII, desempenho econômico e populações superiores aos de Vila Bela. No restante do século, a Vila Real se expandiu ao longo do córrego. De 1807 a 1821, ao espaço urbano foram acrescentadas novas construções como, por exemplo, a Santa Casa de Misericórdia e o Campo d'Ourique, em torno dos quais residências foram construídas.

Em 1818, Cuiabá foi elevada à categoria de cidade. Em 1835, foi ungida Capital da Província. Após a Guerra do Paraguai, com a abertura do rio Paraguai à navegação, o espaço urbano ganhou novo dinamismo, com introdução de equipamentos de ferro, construção de jardins, chafarizes e coretos; a penetração de capitais e mercadorias européias foi acompanhada de mão de obra qualificada; e engenheiros dotaram a cidade de inovações, com edificações, fachadas, desenhos de praças e calçamentos que rompiam com os modelos coloniais vigentes até então.

O processo de expansão da cidade, interrompido por duas décadas, foi retomado durante o Estado Novo. Este só foi suplantado em relação aos efeitos urbanos, na segunda metade dos anos de 1960 e 1970, quando aconteceram as demolições de bens históricos sob a indiscutida justificativa da "modernização". Portanto, nos dias atuais, apenas uma pequena área se mantém na forma original.

Fazem parte desse conjunto as ruas mais antigas de Cuiabá e equipamentos que documentam momentos marcantes da história da cidade, desde o colonial até as primeiras décadas desse século, quer no que se refere aos materiais e técnicas de construção, quer no que diz respeito aos diferentes estilos ainda preservados.



Foto 3.6.5.12-79 - Centro histórico de Cuiabá<sup>23</sup>

A cidade foi tombada pelo IPHAN em 1993. Foi inscrita nos seguintes livros de Tombo<sup>24</sup>: Livro Histórico, Inscrição: 534; Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição:107; Livro de Belas Artes, Inscrição: 601. Data de tombamento: 24/3/1993 e Nº Processo: 1180-T-85. (Fonte: IPHAN)

**Casa de Nhô Nhô Manduca (ou Casa de Bem Bem):** É uma construção datada de 1850, com estilo colonial. Situa-se na antiga Rua do Campo (atual Rua Barão de Melgaço) e é uma das mais tradicionais casas de festas de São Benedito de Cuiabá. É chamada também de Casa de Dona Bem Bem (Constança Figueiredo, uma das proprietárias). As festas de São Benedito eram realizadas isoladamente em residências, entretanto, a partir de 1974 foi escolhida essa casa para realização da festa anual do Santo. A comemoração permaneceu nessa casa até 1981. A Casa de Nhô Nhô consiste atualmente numa residência particular. Ela foi tombada como patrimônio histórico pelo Estado no ano de 1998, através da Portaria Estadual nº 10/98 e a Publicação no Diário Oficial em 08/06/98. A Portaria Federal é nº 10/92, com Publicação no Diário Oficial da União em 06/11/92.

A **Antiga Residência Oficial dos Governadores de Mato Grosso** foi construída em Cuiabá entre os anos de 1939 e 1941, no Governo do Interventor Júlio Müller. Foi a primeira construção das Obras Oficiais do Governo Vargas. Getúlio Vargas foi o primeiro presidente brasileiro a visitar o Estado e, também, o primeiro hóspede ilustre da casa. Durante 45 anos a residência abrigou 14 dirigentes do Estado de Mato Grosso e seus familiares, sendo desativada como residência oficial em 1986. A última reforma/restauro ocorrida em 2000 devolveu à residência suas características do projeto

<sup>23</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

<sup>24</sup> Fonte: IPHAN

original. Foi também, palco de grandes decisões políticas e governamentais. A residência possui uma arquitetura típica do Estado Novo. Atualmente é ocupada pelo Banco de Desenvolvimento de Mato Grosso/ MT. Foi tombada em 1941, através da Portaria nº 53/83 e Publicação no Diário Oficial em 09/01/1941 <sup>25</sup>.

**Museu Histórico de Mato Grosso:** antigo prédio do Tesouro do Estado. Abriga o registro da história do Estado e foi criado em 29 de agosto de 1896, onde funcionava a Thesouraria Provincial (Contadoria Provincial) de Mato Grosso, denominada Tesouro do Estado após a Proclamação da República. Foi reinaugurado em 2006, passando a abrigar o Museu Histórico de Mato Grosso, recebendo equipamentos, iluminação e mobiliário para a instalação do acervo de mais de 9 mil peças entre filatelia, objetos ornamentais, documentos textuais, iconográficos, medalhas e condecorações, mobiliários, numismática e obras de arte. Está localizada na Praça da República, no Centro de Cuiabá. Foi tombado pela Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso em 1983.<sup>26</sup>



Foto 3.6.5.12-80- Museu Histórico de Mato Grosso<sup>27</sup>

**Residência dos Frades Franciscanos:** o imóvel é um bem relevante para o patrimônio, pela sua significação histórica e seu valor cultural. O monumento é representativo de uma época na qual as técnicas e materiais construtivos utilizados em Cuiabá, não permitiam um maior apuro arquitetônico, o que não o desmerece, porque expressa fielmente o período de declínio da produção aurífera. Em 1940, estando abandonada, foi adquirida de Vicente Fortunato e sua esposa Clarinda de Matos Fortunato, por Dom Aquino Corrêa para nela se instalar os franciscanos. Em 1962 sua propriedade fora transferida à Missão Franciscana da 1ª Ordem de São Francisco do

<sup>25</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

<sup>26</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

<sup>27</sup> Fonte: Portal da Secretaria do Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

Estado de Mato Grosso, que a detém até os dias atuais. Sua construção data do Século XIX, com estilo colonial. A residência foi tombada pela Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso em 1987, através da Portaria nº 77/87, com Publicação no Diário Oficial em 04/11/1987. Encontra-se atualmente reformado e recuperado. Localiza-se na Rua Cândido Mariano no Centro de Cuiabá.<sup>28</sup>

**Casa do Artesão:** A linha construtiva do edifício segue o padrão típico das obras públicas executados em Mato Grosso, no início do século XX (1908). A Fachada principal apresenta um frontão enriquecido por balaústres e adornos metálicos, com uma porta única e central. O espaço arquitetônico interior é bem definido, podendo-se distinguir o núcleo da construção de onde se faz o acesso para as duas alas da escola, inclusive ao pátio interno. O prédio ainda conserva todas as suas características originais de construção. Funcionou como estabelecimento de ensino desde a sua inauguração até o ano de 1975 quando, em 15 de maio passou a abrigar a Casa do Artesão. Em 15/11/1983 foi tombado pela Fundação Cultural de Mato Grosso, passando a fazer parte do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. Está localizada na Rua Treze de Junho esquina c/ a rua Senador Metello-Cuiabá, nº 315, Porto, em Cuiabá-MT. Foi tombado através da Portaria é nº 57/83, com Publicação no Diário Oficial em 09/01/84. É ocupado atualmente pela Casa do Artesão, em bom estado de conservação, administrado pela Prosol/Sesc/Setec.

**Palácio da Instrução:** foi construído em 1913, para servir à área da educação, em Cuiabá. É imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e foi recuperado e revitalizado em 2005. Atualmente é sede da Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça e do Conselho Estadual de Cultura. O Palácio da Instrução foi tombado para integrar o Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, através da portaria nº 03/1983 da Fundação Cultural de Mato Grosso e Publicação no Diário Oficial em 02/05/1983.<sup>29</sup>

**Igreja Nossa Senhora da Guia:** antiga capela, localizada no Distrito da Guia, em Cuiabá. Representa parte da história do Distrito, região que abrigou muitos garimpeiros em busca de alternativas às lavras do Cuiabá há 275 anos. A construção rústica de adobe e taipa-de-pilão (material feito à base de barro, restos de madeira e ossos), de estilo frontispício, foi revitalizada em janeiro de 2008 e tombada pelo Estado em 2009. Foi inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, através da Portaria nº 012/2003 e com Publicação no Diário Oficial em 09/09/2003.<sup>30</sup>

<sup>28</sup> Fonte: Portal da Secretaria do Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

<sup>29</sup> Fonte: Portal da Secretaria do Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

<sup>30</sup> Fonte: Portal da Secretaria do Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

**Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho:** localizada na Praça do Seminário, em Cuiabá, a Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho data da década de 20, tendo o lançamento de sua pedra fundamental sido em 1918, quando era Presidente do Estado o Arcebispo D. Francisco de Aquino Correa. A obra, com estilo neogótico, foi projetada com sua construção iniciada pelo engenheiro francês Georges Mousnier, Conde de Manoir e concluída por seu filho Leon de Mousnier. A igreja já passou por várias reformas, todas procurando manter fidelidade a sua arquitetura original. Considerada símbolo de Cuiabá, está assentada sob o Morro da Conceição, uma das vistas mais altas da cidade, em local privilegiado no centro e de grande visibilidade. Possui estilo neogótico. Passou a ser patrimônio histórico com o seu tombamento pelo Estado em 1977. Foi inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, através da Portaria nº 47/77 e Publicação no Diário Oficial em 13/10/1977.<sup>31</sup>

**Casa Barão de Melgaço:** o imóvel foi inaugurado em 1802. O Almirante Augusto João Manoel Leverger, o Barão de Melgaço chega a Cuiabá em 1830 e faz dessa casa sua residência. Em 1926, o imóvel é desapropriado pelo Estado. Em 1931 o Estado de Mato Grosso doa o bem para a sede do Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Mato-grossense de Letras. Possui o estilo colonial com características neoclássicas. O casarão foi tombado pelo Estado em 8 de junho de 1998, através da Portaria Nº 13/98 e Publicação no Diário Oficial em 08/06/1998. Atualmente na Casa Barão do Melgaço funcionam o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e também a Academia Mato-grossense de Letras. Foi recuperado e revitalizado em 2006, permitindo, desta forma, sua adequada ocupação e utilização.<sup>32</sup>



Foto 3.6.5.12-81 -Casa Barão de Melgaço, sede do IHGMT e da AML<sup>33</sup>

<sup>31</sup> Fonte: Portal da Secretaria do Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

<sup>32</sup> Fonte: Portal da Secretaria do Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

<sup>33</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)



**Ponte de Ferro do Coxipó:** a Ponte de Ferro do Rio Coxipó, construída em 1896, em Cuiabá, foi importada da França, adotando o sistema construtivo Eiffel. A sua montagem representou um marco nas relações comerciais de Mato Grosso, viabilizando a penetração de capitais, mercadorias, técnicos e imigrantes europeus. Foi destruída por uma enchente em 1995. Em 2006 foi feito um trabalho de recuperação das ferragens que estavam submersas no leito e nas margens do Coxipó, sendo entregue à comunidade cuiabana em 2008. A Ponte de ferro foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Mato Grosso no ano de 1984, através da Portaria nº 26/84 e com Publicação no Diário Oficial em 9/10/1984.

**Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito:** é a mais antiga igreja erguida no Estado, construída aproximadamente em 1736. Foi minuciosamente restaurada, desde os altares e imagens rigorosamente cuidados por especialistas nacionais e locais em arte sacra, às grossas paredes de adobe que foram expostas ao seu estado mais original. Foi reaberta em 21 de junho de 2006. A Igreja do Rosário foi tombada pela primeira vez em 4 de dezembro de 1975 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN), após o processo de tombamento nº 553-T-57A. A igreja encontra-se registrada no Livro do Tombo das Belas Artes, sob inscrição número 523, e no Livro do Tombo Histórico, sob inscrição número 457. O tombamento inclui todo o recheio da igreja, como retábulos, alfaías, imaginárias, o mobiliário antigo ainda restante e todo seu acervo. Em 15 de outubro de 1987, a Fundação Cultural de Mato Grosso tombou a igreja do Rosário através da portaria nº 76/87 referente ao Processo de Tombamento de Bens nº 03/87. Nesse tombamento, foram incluídos os imóveis vizinhos como área de entorno. Por fim, a igreja e seu entorno foram incluídos no tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, tombado em 24 de março de 1993, após o processo nº 1180-T-85. (Fonte: IPHAN)



Foto 3.6.5.12-82 - Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito<sup>34</sup>

**O Estádio Presidente Dutra:** A doação do terreno situado à Rua Joaquim Murinho - Praça Benjamin Constant, com uma área de 25.650m<sup>2</sup> para construção do novo estádio, foi feita pela Prefeitura Municipal de Cuiabá no dia 02 de fevereiro de 1950. Foi declarado tombado como Patrimônio Histórico de Cuiabá-MT, pela Lei Municipal 2.761 de 25/05/1990, de autoria de vereador Emanuel Pinheiro, como forma de preservá-lo.

**Igreja Nosso Senhor dos Passos :** imóvel histórico localizado no antigo centro de Cuiabá. Revitalizado, foi entregue à sociedade no dia 07 de fevereiro de 2006. O restauro foi realizado em regime de parceria envolvendo o IPHAN e o Governo de Mato Grosso. O investimento no prédio do seminário é um dos projetos do Programa Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico de Mato Grosso, que envolve uma política de valorização e revitalização de todo o centro histórico de Cuiabá, em um total de 1.005 imóveis. O patrimônio do centro histórico de Cuiabá foi tombado pelo IPHAN em 1987, como já citado.



Foto 3.6.5.12-83 - Igreja Nosso Senhor dos Passos<sup>35</sup>

<sup>34</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

**Arquivo Público do Estado:** local que abriga o maior acervo histórico de Mato Grosso. O Arquivo Público possui atualmente mais de 81 mil documentos de valor histórico, mais de 50 mil fotografias, além de objetos como é o caso dos que estão expostos na Sala da Memória dos antigos combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Está localizado na cidade de Cuiabá em edifício construído na década de 1940, no período do Estado Novo e ocupado por outros órgãos públicos ao longo da história. O investimento no prédio do seminário é um dos projetos do Programa Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico de Mato Grosso, que envolve uma política de valorização e revitalização de todo o centro histórico de Cuiabá, em um total de 1.005 imóveis. O patrimônio do centro histórico de Cuiabá foi tombado pelo IPHAN em 1987.

**Seminário da Conceição:** este é um dos mais antigos bens imóveis de Cuiabá (datado de 1882) sendo a sede do Museu de Arte Sacra, fechado desde 1988. Foi alvo de recuperação e revitalização de 2004 a 2007. Uma parte importante do passado religioso mato-grossense foi recuperada pelo artesão Ariston Paulino. São milhares de fragmentos da antiga Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, que formaram altares do século XVIII (altar de Santa Terezinha em estilo rococó e um dos altares do Cruzeiro em estilo barroco, além do neoclássico altar de São Miguel - século 19). O acervo remanescente da antiga Catedral do Senhor Bom Jesus e Igreja de Nossa Senhora do Rosário, conta com cerca de 4.300 peças entre imagens sacras, paramentos, alfaias, altares e vestuários épicos, e parte de objetos pessoais do Arcebispo Dom Aquino Correia. O investimento no prédio do seminário é também um dos projetos do Programa Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico de Mato Grosso, que envolve uma política de valorização e revitalização de todo o centro histórico de Cuiabá, em um total de 1.005 imóveis. O patrimônio do centro histórico de Cuiabá foi tombado em 1987. A Fundação Cultural de Mato Grosso efetuou o tombamento do histórico monumento como Patrimônio Estadual, em 1977, através da Portaria de número 047/1977, com Publicação no Diário Oficial em 10/14/1981.

**Imprensa Oficial de Mato Grosso:** é considerada por alguns historiadores, a primeira Imprensa Oficial do Centro-Oeste brasileiro. De acordo com o autor<sup>36</sup>, a Imprensa Oficial assegurou a instituição do primeiro órgão de imprensa mato-grossense, no dia 14 de agosto de 1839 — o jornal Themis Mattogrossense. Ela também rodou o Cuyabano, em 1842, e A Gazeta Cuyabana em 1847. Um ano depois, em 1848, o então vice-presidente Antonio Nunes da Cunha vendeu a Typographia Provincial, com o aval da Assembléia Legislativa Provincial. Os atos oficiais passaram a ser publicados em um jornal local chamado Echo Cuiabano que circulou até 1850, depois

<sup>35</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

<sup>36</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

em gráficas particulares. A Imprensa Oficial ressurgiu após 42 anos. O Governo de Mato Grosso criou a Typographia do Estado de Mato Grosso e com ela o jornal “Gazeta Oficial”. A Typographia funcionou em um prédio já demolido, Praça da República, em 1938. A Imprensa Oficial adota o nome de Diário Oficial de Mato Grosso em 1968 e é instalada na Praça Ipiranga na época que sofreu profundas mudanças. Em 1977, a Imprensa Oficial foi transformada em autarquia pelo decreto nº 1090 e lei 3.907, assinado pelo então Governador José Garcia Neto. Foi tombada, através da Portaria de dezembro de 1998, com Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998.

**Liceu Cuiabano:** foi criado pela Lei 536 de 12/12/1879, no governo de João José Pedrosa, e instalado a 07/03/1880, no governo do General Enéias Rufino Galvão, o “Barão de Maracajú”. O Colégio Liceu Cuiabano marcou uma nova fase na instrução e no ensino dos jovens mato-grossenses. Fazendo parte das chamadas Obras Oficiais do Governo Getúlio Vargas, sendo Interventor do Estado Júlio Strubing Müller, o projeto para a construção do Colégio Estadual de Mato Grosso, visou abrigar as instalações do Liceu Cuiabano. Tal projeto foi elaborado no Rio de Janeiro, trazido para Cuiabá pelo Engenheiro Cássio Veiga de Sá, responsável pela execução da obra. O estilo de sua construção é de arquitetura característica do Estado Novo e foi tombado pelo Estado através da Portaria de número 59/1983 e com Publicação no Diário Oficial: 1/9/1984

**Mercado do Peixe:** É um dos ícones da cultura mato-grossense e constitui importante marco de referência da vida cuiabana, não só do tradicional Bairro do Porto, como para toda a cidade e população da região ribeirinha. Sua localização privilegiada facilita o acesso às embarcações fluviais, tornando-se importante ponto de troca de mercadorias e receptor dos produtos oriundos dos grandes centros abastecedores do país. As obras foram executadas pelo construtor corumbaense, Demenciano Félix de Oliveira. Concluída em 1899, o prédio traz consigo as características técnicas construtivas disponíveis em Cuiabá, já que na época em que não havia cimento em Cuiabá. É de estilo neoclássico e foi tombado através da Portaria de número 26/1983, com Publicação no Diário Oficial: 6/13/1983.<sup>37</sup>

**Palácio da Justiça:** Na década de 40, as chamadas Obras Oficiais do Governo do Presidente Getúlio Vargas, em Cuiabá, visavam consolidar e manter Cuiabá como capital do Estado. As Obras Oficiais possuem características arquitetônicas que revelam o início do modernismo na arquitetura do Brasil. Com elementos que caracterizam o estilo art-déco, os prédios trazem novas tecnologias de materiais e em técnicas de construção. São linhas despojadas e imponentes, onde novos elementos, como o granilite, são introduzidas na construção em Cuiabá. No governo do interventor

<sup>37</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

Júlio Müller o Palácio da Justiça foi construído para dotar a capital do Estado, de infraestrutura necessária para o funcionamento do Tribunal de Justiça, Tribunal do Júri e Cartório. Inaugurado no ano de 1942, seguindo o estilo das obras estadonovistas, o Palácio da Justiça foi uma obra econômica, na sua construção foram usadas sobras de materiais de outras obras oficiais, como o pó de pedra usado no seu revestimento. São linhas simples e despojadas com janelas simétricas de linhas retas e limpas, onde novos materiais granilite, mármore e porta de ferro foram introduzidos na construção de prédios públicos. Com a construção do Palácio da Justiça instalou-se toda a atribuição do poder judiciário em Mato Grosso. De estilo art-déco, foi tombado pelo Estado através da Portaria de maio de 2000, com Publicação no Diário Oficial em 4/28/2000.

**Palácio Episcopal:** localizado no Complexo Arquitetônico da Igreja Bom Despacho e do Seminário da Conceição, foi avaliado tecnicamente como de importância na representação da arquitetura do Estado. Para justificar sua importância no seio da comunidade, o membro da Academia Brasileira de Letras Dom Aquino Correa realizou oficialização da morada dos eclesiásticos. Possui estilo eclético e foi tombado em 1998, através da Portaria 08/98, com Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998

**Antiga Casa da Rua Joaquim Murtinho:** Casa de Alírio de Figueiredo da Rua Joaquim Murtinho, 246 construída no final do século XIX, a obra foi executada em estilo neoclássico, com algumas tendências espanholas, onde há uma perfeita simetria, um lado da casa é reprodução do outro, sendo composta de uma só arquitetura, tendo um equilíbrio plástico na composição. Caracteriza-se nesta casa, portanto, um estilo do novo neoclássico, no qual segue a tendência moura, com mistura portuguesa e espanhola. O que justifica o seu tombamento pelo Patrimônio Histórico e Artístico Estadual em 2007, é pela sua vinculação a fatos memoráveis da História de Mato Grosso, por seu valor arquitetônico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. A linha construtiva do antigo casarão, situado à Rua Joaquim Murtinho, “antiga rua Formosa”, esquina com a travessa João Dias, obedecem aos padrões comuns dos casarios cuiabanos ainda do século XIX, época em que suas fachadas eram construídas geralmente rentes às ruas, os telhados eram feitos em duas águas, com caídas para frente e para trás. Naquele mesmo século após o término da Guerra do Paraguai, bem como com a chegada dos imigrantes europeus (italianos e espanhóis) aplica-se em Cuiabá, por influência dos mesmos, a técnica de coletar as águas pluviais dos telhados, através do antigo sistema Português de paredes socadas e também do madeiramento roliço utilizado na estrutura do telhado, cuja cobertura são confeccionadas em telhas de cerâmica, tipo canal. Foi tombado pelo Estado através da Portaria nº 045/06, com Publicação em Diário Oficial em 19/09/2006.

**Arsenal de Guerra:** criado inicialmente com o nome Real Trem de Guerra, por Carta Régia de D. João VI em 1818, destinado a um estabelecimento militar para o conserto e fábrica de armas. Teve iniciada a construção em 1819, durante o governo do 9º e último Capitão General de Mato Grosso, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, vindo a concluir-se em 1832, quando foi inaugurado. Em 1831, por determinação da lei, foi criado o Arsenal de Guerra da Província de Mato Grosso. O edifício foi posteriormente ampliado e adaptado para funcionamento do Arsenal de Guerra e os varandões dos flancos foram construídos em 1848. Foram utilizadas técnicas construtivas e materiais da região para erguer um edifício neoclássico, nos moldes franco-lusitanos que caracterizavam, em maioria, as construções oficiais do Rio de Janeiro. Os ambientes internos são protegidos por um avarandado ininterrupto. As insígnias da casa militar estão nos frisos em relevos simétricos, destacados das superfícies lisas para atender à sobriedade que qualifica o estilo, observado na composição da fachada principal. As cores ocre para as áreas planas e branco para os relevos acentuam a composição e tornam ainda mais expressiva a linearidade clássica. As sucessivas reformas e ampliações modificaram aspectos interiores, mas evitaram alterações estruturais da fisionomia original do bem. Foi tombado em 1984, através da Portaria de número 61/1983 e Publicação no Diário Oficial em 1/1/1984.

**Assembléia Provincial de Mato Grosso:** localizada no Centro Histórico de Cuiabá à rua Pedro Celestino esquina com a rua Campo Grande é um dos marcos da historia mato-grossense. A sua construção é datada de 1776. Construído com a finalidade de armazenar materiais bélicos, chamado de Armazém Geral, foi transformado em 1835 na sede da primeira Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso que funcionou por mais de um século, de 1835 a 1937. Sua importância também é ressaltada pois em 28 de agosto de 1835, foi ali aprovada a lei que declarou oficialmente, Cuiabá, Capital da Província de Mato Grosso, treze anos após a Independência do Brasil. Nesse imóvel também funcionou o Tribunal Eleitoral, Delegacia de Polícia do Estado, Delegacia de Polícia Federal e o Sistema Nacional de Emprego-SINE e o Cartório Eleitoral (50ª Zona). Foi tombado em 1984, através da Portaria de número 38/1984, Publicação no Diário Oficial em 9/10/1984.<sup>38</sup>

**Cadeia Pública:** prédio da antiga Cadeia Pública de Cuiabá, atualmente, é a sede do Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa, localizado a Rua Joaquim Murinho nesta capital. Desde 1857, quando era presidente da Província Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, Chefe da Divisão da Marinha, preocupou-se com a construção de uma nova cadeia pública em Cuiabá, pois a antiga, situada onde hoje é a Praça da República, além de ser ainda dos tempos coloniais, não oferecia nenhuma segurança.

<sup>38</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

No governo do Presidente da Província de Mato Grosso, Ten. Cel. Antonio Pedro de Alencastro pela Carta Imperial 13/06/1859, a obra foi iniciada. No governo do Presidente da Província Senador Herculano de Souza Ferreira Penna em 1862 a construção chegou ao seu término. Os materiais empregados na construção dos alicerces são em pedra canga até cinco palmos acima do chão, com as paredes formadas de adobe e o muro continuado com taipa. Na entrada uma escada, ou paiol de pedra canga sendo as arestas dos degraus reforçadas e protegidas por capas de ferro e as cavidades enchidas com cimento artificial, o calçamento de pedras cangas e de pedra cristal. Funcionou como Cadeia Pública até 1975, quando foi transferida para o Presídio Central. Foi tombada no ano de 1984 através da Portaria de número 55/1983 e Publicação no Diário Oficial em 1/9/1984. Encontra-se em bom estado de conservação.

**Casa Cuiabana** é uma construção de Cuiabá feita em taipa e adobe sobre alicerces em pedra canga. Todas as janelas traziam gelosias em sua metade inferior e caixilhos de vidro em sua parte superior; este tipo de janela era usado nas residências mais ricas da época. Objetivando manter a ambiência de um quintal cuiabano, foi executado um projeto para um espaço cultural de uso múltiplo onde foi inserido um Teatro de Arena proporcionando mais uma alternativa para os grupos artísticos regionais. A Casa Cuiabana ou Chácara de Deidâmia constitui um dos mais expressivos exemplares arquitetônicos da Cuiabá do século XVIII. Foi tombada em 1983, através da Portaria de número 27/1983 e Publicação no Diário Oficial: 6/13/1983 .

**Casa Dom Aquino**, localiza-se à margem esquerda do Rio Cuiabá, lugar também conhecido como Chácara Bela Vista. Construída no ano de 1842, completando a ocupação dessa imensa área, encontra-se a Casa Predestinada, na qual foram nela nascidos: Joaquim Duarte Murtinho, o Restaurador das Finanças Brasileiras no governo de Campos Sales, e Dom Francisco de Aquino Correa, Presidente do Estado de Mato Grosso de 1918 a 1922, fundador da Academia Mato-grossense de Letras em 1926 e membro efetivo da Academia de Letras. A casa segue uma arquitetura colonial, com 12 peças distribuída em “u”, construída em adobe, com seu alicerce em tijolinho maciço, em toda sua volta segue um calçamento em pedra cristal. Sua fachada principal abre-se para o Rio Cuiabá, numa composição simétrica. As janelas são do tipo guilhotina como caixilho de vidro. O madeiramento do telhado segue o padrão local, com madeiras roliças e lavradas a mão, com telhas coloniais. Tombada em 1997, através da Portaria de número 08/97 e Publicação no Diário Oficial em 7/24/1997. Encontra-se em reforma atualmente.


**Foto 3.6.5.12-84 - Casa Dom Aquino<sup>39</sup>**

**Chafariz do Mundéu:** é localizado na Praça Bispo Dom José, Centro de Cuiabá. A construção teve início em 1871 e recebeu o nome do tradicional bairro onde fica localizado. O Chafariz foi construído para serventia pública, por ordem do presidente da província Dr. Francisco José Cardoso Júnior. Era alimentado por um aqueduto em que ele captava água das nascentes do Córrego “Maranhão”, constituindo assim umas das mais antigas fontes de abastecimento de água da capital. Até 1910 o Chafariz forneceu água à população do bairro e a do centro da cidade. Hoje, o chafariz de estilo neoclássico encontra-se desativado e em bom estado de conservação, com tombamento realizado em 1980, através da Portaria de número 032/1979 e Publicação no Diário Oficial em 1/8/1984.

**Cine Teatro de Cuiabá:** é integrante do conjunto de obras realizadas na década de 40, denominada “Obras Ophiciaes” (governo Getúlio Vargas) foi projetado pelo engenheiro e arquiteto Humberto Kaulino e construído pelo engenheiro Cássio Veigas de Sá. O Edifício do Cine Teatro materializa a transformação entre a construção em taipa para as construções em concreto armado. Surgiu quando se pretendeu dotar a capital de Mato-Grosso com ares de metrópole, pois, na época a cidade possuía tão somente um local para as suas manifestações artísticas que era o antigo "Amor a Arte". A edificação caracteriza-se pela extrema racionalidade e fundamentalmente pelos aspectos histórico, sócio-cultural e econômico do estado, com estilo de arquitetura típico do Estado Novo, construído em 1942 e tombado em 1984 através da Portaria de número 31/1984 e Publicação no Diário Oficial em 9/10/1984.

**Fachada do 1º Batalhão da Polícia Militar:** localizado em Cuiabá, unidade histórica da corporação criada por ato deliberativo dos deputados provincianos, através do decreto-lei nº 30, de 05 setembro de 1835, criando o Corpo Policial denominado Homens do Mato. A história da Polícia Militar de Mato Grosso, confunde-se com a do 1º Batalhão, pois nasceu onde hoje se encontra instalado o 1º Batalhão, sendo esta, portanto, a unidade mais antiga da corporação. A Fachada do 1º BPM é composta de

<sup>39</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)



tijolos maciços assentados com agregados miúdos do tipo argiloso, revestimento com argamassa de cimento, portão de ferro, a cobertura de telhas de barro que conduz as águas pluviais para tubos de queda embutidos. Ainda em funcionamento, foi tombado em 2004, através da Portaria de número 32/2004, Publicação no Diário Oficial em 12/27/2004.

**Fachada do Cemitério Nossa Senhora da Piedade:** a edificação constitui uma parte da história do município por ainda preservar componentes de interesse para o patrimônio cultural. Tal patrimônio é representado pela sua Fachada Principal com duas colunas da cada lado do portão, de estilo eclético: o portão de ferro da época e o frontispício retratando traços neoclássicos. Tombado em 1998, através da Portaria de número 15/1998 e Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998.

**Fachada Principal da Santa Casa de Misericórdia:** a área pertenceu ao Senhor Manoel Fernandes Guimarães, falecido em 1755, a propriedade era uma chácara em Cuiabá, deixada como herança pelo falecido, para que nela se fundasse um hospital de caridade. O Hospital mantém anexa uma pequena capela decorada, com um altar-mor com a imagem da Padroeira da Justiça do Brasil, Nossa Senhora da Conceição. Tombado em 1998, de estilo eclético, através da Portaria de número 14/1998 e Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998.

**Grande Hotel:** ocupado atualmente pela Secretaria de Estado de Cultura, em Cuiabá, conhecido como Grande Hotel tem a denominação de Edifício Júlio Muller e é tombado pelo o Patrimônio Histórico e Artístico Estadual pela Lei 3.774, que protege e gerencia o patrimônio cultural de Mato Grosso. O edifício faz parte das quinze Obras Oficiais de Cuiabá, construídas no Governo do Presidente Getúlio Vargas (Estado Novo), que vieram dotar a cidade de infra-estrutura para sua consolidação como capital do Estado. As Obras Oficiais possuem características arquitetônicas que revelam o início do modernismo na arquitetura do Brasil. Projetado em estilo art-déco, com varandas em arcos, apresenta novas tecnologias em materiais de construção. São linhas despojadas e imponentes, onde novos elementos como o granilite, são introduzidos na construção civil em Cuiabá. O Grande Hotel é para a historiografia de Mato Grosso e do Brasil, uma referência material expressiva. As obras foram iniciadas em 1940 sendo o projeto elaborado pelo arquiteto Carlos Porto e executado pelo engenheiro Cássio Veiga de Sá, contendo 38 quartos sendo apenas quatro suítes. Adaptado posteriormente para sediar administração central do Banco do Estado de Mato Grosso S/A(BEMAT), criado em 1965 e desativada em 1995. Foi tombado pelo Estado através da Portaria de número 61/1983 e Publicação no Diário Oficial em 1/1/1984.

**Igreja da Boa Morte:** inicialmente a Igreja possuía uma única torre encimada com solução piramidal, um único telhado em duas águas e sua composição arquitetônica era gosto barroco sendo sua fachada com característica neoclássica. A Igreja da Boa Morte carrega na sua historia grandes tradições e manifestações de fé cristã, católica, como a festa de Nossa Senhora da Glória (agosto), e de Santo Antônio (junho), bem como a distribuição de alimentos aos pobres de Santo Antônio, toda primeira terça-feira do mês. Funciona normalmente e foi tombada pelo Estado em 1987, através da Portaria de número 75/1987 e Publicação no Diário Oficial em 11/4/1987.

**Igreja de São Gonçalo:** edificação da primeira Capela na Freguesia de D. Pedro II deveu-se aos esforços do Dr. José Carlos Pereira, terceiro Juiz do Foro de Minas de Cuiabá, depois ouvidor da Vila do Bom Jesus de Cuiabá, cargo este ocupado em substituição a Luiz de Azevedo Sampaio. Ao assumir o cargo de ouvidor-Geral, fez uma visita de inspeção à Freguesia, onde se constatou a situação da capela em estado de abandono. Iniciou a construção da Igreja em 1782 e, ali se celebrou a missa inaugural na manhã de 15/11/1782. Durante a Guerra do Paraguai para lá foram transferidas imagens dos fortes de Coimbra e Corumbá. Ao longo dos anos, o templo passou por diversas reformas até chegar a composição arquitetônica que começa a ser definida em 1894 com a chegada da Missão Salesiana em Mato Grosso, dando-lhe o estilo neoclássico. Em 1916 foi incorporado seu ultimo adereço a imagem do Cristo Redentor. Foi tombada pelo Estado em 1987, através da Portaria:74/1987 e Publicação no Diário Oficial: 11/4/1987.<sup>40</sup>

### (3) Goiás

- **Comunidade Remanescente de Quilombo do Cedro (Mineiros)**

Ela resistiu ao tempo e manteve as tradições dos quilombolas. Ali existe um laboratório de plantas medicinais do cerrado, conservando toda a sabedoria milenar da medicina alternativa. Também merece destaque a região dos Três Pilões, por sua água sulfurosa e barro medicinal (lama negra).

O **Cedro** é um antigo quilombo que preserva os traços culturais de populações negras. Vivem do artesanato e da agricultura de subsistência. Ele se localiza a 5 km do Centro, com construções tombadas pelo Patrimônio Histórico Municipal. O quilombo foi formado há pouco mais de 150 anos pelo “líder” dos quilombolas, conhecido como Chico Muleque. A comunidade possuía na época 7 mil alqueires (alqueires goianos) e atualmente, apenas 36 alqueires. Alguns trabalham na roça e outros na cidade.

<sup>40</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

A Comunidade se situa em uma das áreas mais importantes de Cerrado, nas proximidades do Parque Nacional das Emas, considerado Patrimônio da Humanidade e área núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal. O Cerrado é uma das vegetações mais ricas e ameaçadas do planeta, com altos níveis de destruição de sua paisagem natural (mais de 80%). A utilização sustentável de seus recursos naturais é fundamental para a valorização e proteção dos remanescentes.

A Comunidade do Cedro faz parte da Articulação Pacari-Plantas Medicinais do Cerrado e recebe apoio do IEEB/PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável, da Fundação Emas e da Oréades Núcleo de Geoprocessamento.

O trabalho com plantas medicinais tem oferecido à Comunidade uma alternativa eficaz aos tratamentos de saúde, com a produção de medicamentos de boa qualidade, baixa toxicidade e de baixo custo. A produção e comercialização desses medicamentos são alternativas de geração de renda. Além disso, o projeto tem se constituído em forte mecanismo de revitalização das formas tradicionais de organização social e cultural, fixando os membros da comunidade à terra e melhorando suas condições de vida, tanto nos aspectos médico-sanitário quanto sócio-econômico.

A construção do laboratório de fitoterápicos e da mini-farmácia, em 1998, possibilitou atender a demanda da região por remédios populares. Os medicamentos produzidos estão servindo à comunidade de Mineiros e até às cidades vizinhas, o que tem permitido maior notoriedade para as atividades desenvolvidas pela comunidade.

Algumas plantas medicinais características das áreas de Cerrado são: sucupira (*Bowdichia* sp.), barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), mentrasto (*Ageratum conyzoides*), tanchagem (*Plantago major*), Velame (*Macrosiphonia velame*). O conhecimento e uso dessas plantas estão disseminados basicamente entre as mulheres mais idosas que, através de um trabalho conjunto, produzem xaropes, pomadas, soluções tópicas cicatrizantes e de tratamento contra fungos, comprimidos para tratamento de vermes, dentre outras.

O **Buracão** também é um antigo quilombo, o qual preserva os traços culturais de populações negras. Vivem do artesanato e da agricultura de subsistência. É tombado pelo Patrimônio Histórico.

**Casario Antigo (Mineiros):** Construções tombadas pelo Patrimônio Histórico Municipal.

- **Corpo de Bombeiros Militar (Jataí):**

É uma construção do século passado, de pedra e estruturada em tijolos. É coberta de telha colonial sobre estrutura de madeira. Tombado em 15 de março de 1999, pela Lei Municipal 2007.

- **Biblioteca Pública Municipal Dante Mosconi (Jataí)**

Tombada pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994. Tem o caráter de órgão multidisciplinar, com objetivo educativo - cultural, sem fins lucrativos, que agrega a **Biblioteca Pública Municipal Dante Mosconi** e desenvolve uma programação toda voltada para pessoas que têm interesse pela leitura e cultura em seu sentido mais amplo e generalizado. Data de 15/08/68, a Lei Municipal, nº 721 que criou a **Biblioteca Pública Municipal**, passando posteriormente, a denominar-se, **Dante Mosconi** que conta hoje, com um acervo multidisciplinar, nas mais diversas áreas do conhecimento, aproximadamente, 30 mil itens. A biblioteca conta ainda, com um acervo de, aproximadamente, 2.300 livros de literatura infantil, incluindo a Gibiteca com mais de 1.400 títulos entre quadrinhos e periódicos, utilizada por crianças e adultos, sendo que as crianças têm à sua disposição uma sala infantil. Foi tombada pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994.

- **Museu de Arte Contemporânea (Jataí)**

Tombado pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, a partir do Decreto-Lei nº 530, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994. O museu funciona em casarão estilo colonial, construído em 1893. O espaço foi inaugurado em 1995 e hoje possui um acervo de mais de 200 peças. O Museu de Arte Contemporânea de Jataí foi inaugurado em 09 de maio de 1995. Situado em um casarão colonial construído em 1893 pela família Alfaix. É uma instituição vinculada a Superintendência de Cultura do Município de Jataí, que atende a comunidade, instituições de ensino e grupos organizados. Tem por objetivo valorizar e divulgar a produção artística, através de salões, cursos, exposições, oficinas, palestras e ações pedagógicas. Foi tombado pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, a partir do Decreto-Lei nº 530, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994.

- **Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos (Jataí)**

O Museu Histórico de Jataí foi criado através da Lei nº 1.542, de 10 de março de 1993, e instalado no sobrado Francisco Honório de Campos, uma residência histórica do século XIX. Aberta oficialmente ao público em 14 de maio de 1994, a instituição passou

a ser chamada Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos. Além de atender a comunidade em geral e de fornecer um espaço alternativo integrado às escolas, por meio de diversificada programação de oficinas e cursos, as atividades do Museu visam preservar o monumento como patrimônio histórico, resguardar a cultura da região. Foi tombado pela prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994.

#### **(4) Minas Gerais**

Não foram encontrados bens tombados nessa localidade.

#### **(5) São Paulo**

##### **Município de Ouroeste**

- **Museu Cultural e Arqueológico de Ouroeste – Museu Água Vermelha**

O município ainda conta com um Museu Arqueológico, de patrimônio nacional, que conta a história dos primeiros moradores da região, habitantes da área onde hoje se encontra Água Vermelha. Fósseis foram reunidos, fotografias tiradas e estudos realizados, sendo tudo registrado na sede do museu.

Após uma inundação, pescadores encontram grande quantidade de ossos humanos, às margens do Rio Grande, a um quilometro da Barragem da Usina Água Vermelha, em Ouroeste, divisa de Minas com São Paulo. A partir da identificação efetuada, a 9ª SR/IPHAN, recolheu o material que havia coletado, disponibilizou-o para os pesquisadores que seriam contratados e efetuou gestões com os envolvidos. O processo culminou com a ação do Ministério Público da União, que garantiu o estabelecimento de acordo entre as partes por meio da elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta. A construção do museu é fruto destes entendimentos e viabilizou a manutenção do acervo próximo ao local de origem, a devolução do conhecimento produzido, assim como estimulou o desenvolvimento regional e sua inclusão nas políticas culturais do país.

A prefeitura elaborou sua política municipal de preservação, cedeu o terreno para a construção e criou o Museu Municipal de Arqueologia (lei 224/2001)<sup>41</sup>. A prefeitura editou a lei de proteção dos bens culturais, instituiu o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural, declarou o tombamento municipal e a proibição de destruição destes bens, assim como a isenção de imposto predial e territorial urbano como incentivo à preservação. O Centro Cultural e Arqueológico de Ouroeste foi criado em

<sup>41</sup> Fonte: <http://ondequando.com/local/3927/Museu-Cultural-e-Arqueol%C3%B3gico-de-Ouroeste-%E2%80%93-Museu-%C3%81gua-Vermelha/> (acesso: fevereiro 2010)

11 de julho de 2001 pela Lei Municipal nº 224/2001, localizando-se em uma área de 500 metros quadrados. O prédio compreende uma área de 282,52 m<sup>2</sup>, contendo um auditório para 45 pessoas (com 41m<sup>2</sup>), área administrativa junto com a reserva técnica (com 81,18 m<sup>2</sup>), reserva técnica (com 19,75 m<sup>2</sup>) e área de acesso coberta de 50,3 m<sup>2</sup>.

O acervo do Centro Cultural é composto por documentos e materiais arqueológicos pertencente ao município. Suas coleções são do período pré-coloniais líticos, cerâmicos e cemitérios, totalizando aproximadamente 12.500 peças (acondicionadas na reserva técnica), 500 estão na exposição em uma área de 90,27 m<sup>2</sup>, que permite ao visitante conhecer um pouco da pré-história dos antigos habitantes das margens do Rio Grande e região.

A Exposição é composta por um painel introdutório que localiza o visitante nas questões trabalhadas durante o percurso expositivo, através de painéis e elementos cenográficos das duas escavações realizadas em 1997/98 e 2001. O acervo foi analisado por arqueólogos, biólogos e bioantropólogos da USP e é cuidado em laboratório, realizando lavagem, secagem e classificação (lítico, cerâmico, fauna ou ossos humanos), posteriormente são registrados em fichas específicas e colocados em painel que retrata a riqueza arqueológica da região de Ouroeste.

Os objetos e ossadas humanas expostos no Museu de Arqueologia Água Vermelha em Ouroeste retratam ocupações de quatro civilizações que viveram na região em diferentes épocas. Depois de muita pesquisa e cruzamento de dados, os arqueólogos da USP chegaram à conclusão de que os primeiros habitantes, chamados de “Povoadores”, formaram seus assentamentos há 9 mil anos e sobreviviam essencialmente da caça e da pesca. Usavam arcos, flechas, armadilhas e pedras para caçar e processar seus alimentos. Em seguida, em torno de 5 a 3 mil anos, foi a vez dos “Caçadores-especializados” habitarem a área. Eles praticamente reproduziam os costumes de seus antepassados.

Um terceiro grupo, chamado de “Grandes Aldeias Circulares”, ocupou o local há cerca de 1,5 mil anos. Sua organização econômica era baseada na agricultura e no domínio de técnicas para a fabricação de cerâmica. Os dados apontam que eles foram os primeiros a cultivar mandioca, milho e algodão.

## **Município de Borborema**

### ***Praia José da Silva Correia ou Juqueta***<sup>42</sup>

<sup>42</sup> Portal da Câmara Municipal de Borborema (acesso: abril, 2010)

A Praia do Juqueta é composta de paisagem natural de 54.000m<sup>2</sup> de área verde. Um local turístico para a realização de pesca esportiva, passeio náutico e recreação. Foi tombada no ano de 2000 (Inauguração)<sup>43</sup>. O Órgão responsável é a Prefeitura Municipal de Borborema.

### ***Igreja Matriz de São Sebastião***

A área total da construção mede 1.014 metros. Possui no subsolo um salão para reuniões, 06 salas para catequese e 01 depósito; na parte interna da igreja: além da grande nave, um presbitério ornamentado com a pintura da Santa Ceia e por um crucifixo de 4 metros, a capela do Santíssimo, a capela do Padroeiro, sala/confessionário, depósito, sacristia, secretaria e estúdio. É considerada a 1ª Igreja da Diocese de São Carlos (SP), em arquitetura moderna. Foi tombada em 1988 (Inauguração).<sup>44</sup>

### ***Santuário Diocesano de Nossa Senhora Aparecida***

O Santuário foi inaugurado em 12 de Outubro de 1992, por Dom Constantino Amstalden. É o 5º Santuário Diocesano de Nossa Senhora Aparecida, onde recebe inúmeros devotos para pagarem suas promessas a Padroeira do Brasil. O dia 12 de outubro é marcado por inúmeros atos religiosos, que se iniciam às 6h da manhã, terminando às 19h com a queima de fogos, seguida de quermesse. Passam pelo santuário neste dia cerca de 8.000 fiéis. Foi tombado em 1992.<sup>45</sup>

### ***Usina Hidrelétrica das Três Barras (Itápolis)***

Em 1924 foi Inaugurada a Usina Hidrelétrica das Três Barras, mas a energia elétrica não chegou a zona rural. A população tentou um acordo com a companhia telefônica e não obteve sucesso. Os moradores revoltados armaram-se de machados e derrubaram todos os postes telefônicos da vila, ganhando a luz elétrica. Foi tombada em 1924 (Inauguração) e a Companhia Nacional de Energia Elétrica é a responsável por sua manutenção.

### ***Festa de Corpus Christi (Matão)***

A Festa de Corpus Christi surgiu no Século 13, na França. É celebrada na quinta-feira posterior ao Domingo da Santíssima Trindade para comemorar a instituição da Eucaristia. A ornamentação artística das ruas de Matão teve início em 1934, no município se mantém até hoje. Essa festa Religiosa de Corpus Christi foi tombada

<sup>43</sup> Portal da Câmara Municipal de Borborema (acesso: abril, 2010)

<sup>44</sup> Portal da Câmara Municipal de Borborema (acesso: abril, 2010)

<sup>45</sup> Portal da Câmara Municipal de Borborema (acesso: abril, 2010)

como patrimônio histórico e cultural municipal, no Livro do Tombo Histórico e Cultural, Lei 3743/06 | Lei Nº 3743 de 07 de fevereiro de 2006. O tombamento é pertinente ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural.

## **Município de Araraquara**

### ***Casa da Cultura “Luiz Antônio Martinez Corrêa”:***

Localizado na Praça Santos Dumont (rua São Bento), o prédio foi construído em 1914 pelo Arquiteto e Engenheiro Alexandre de Albuquerque Machado. Na mesma praça está o Prédio da Câmara Municipal (onde anteriormente funcionou a Prefeitura Municipal) e cuja arquitetura original foi alterada; estes dois locais formavam um conjunto arquitetônico desde os anos 20, do século passado, sendo tombados pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, desde 1998.

### ***Casa Térrea:***

A região em que se localiza o município de Araraquara, cujo desenvolvimento e urbanização foram impulsionados pela cultura do café, guarda ainda remanescentes dos seus antigos núcleos urbanos, reflexos da riqueza daquele período. O comendador José Pinto Ferraz, por volta de 1880, construiu a sua residência, projetada por Belarmino Grossi, em alvenaria de tijolos e cobertura em telhas de barro, arrematada por platibanda. Na elevação principal sobressaem os elementos característicos do estilo neoclássico: janelas em verga curva dispostas simetricamente em relação ao eixo vertical, definido pela única porta, em arco pleno, e, ainda, o tratamento dado aos cunhais, com a presença de capitéis jônicos. Em 1930, foi adquirida pela Sociedade Brasileira de Educação e Instrução, mantenedora do Colégio Progresso de Araraquara. Foi tombada em 1987 pelo CONDEPHAAT, através do Processo 22166/82. Constitui tombamento de residência em 8 de 21/1/87, com Publicação em Diário Oficial em 24/1/87, no Livro do Tombo Histórico com Inscrição nº 265, p. 69, 23/1/1987.

### ***Conjunto de Imóveis e Logradouros:***

**A Capela de São Bento** foi construída em 1805 e ao seu redor floresceu o povoado de São Bento de Araraquara. Em 1817, tornou-se distrito e, em 1889, foi elevada à categoria de cidade. O desenvolvimento de Araraquara aconteceu somente no final do século XIX com a chegada da ferrovia e a introdução de imigrantes na lavoura de café.



Nas primeiras décadas do século 20, a prefeitura remodelou e construiu logradouros e edifícios públicos que formam um conjunto expressivo no âmbito da arquitetura eclética paulista.

A Praça da Matriz, a Esplanada das Rosas, o Clube Araraquarense e o Hotel Municipal foram projetados pelo engenheiro-arquiteto Alexandre Ribeiro Marcondes Machado. Os demais bens integrantes do conjunto são a Casa da Cultura, inicialmente utilizada como estabelecimento de ensino, o edifício da Câmara Municipal e as praças Santos Dumont e da Independência, antigo Jardim Público.

Antiga sede social do Clube Araraquarense e hoje, juntamente com o prédio do Hotel Municipal, faz parte do conjunto arquitetônico tombado pelo CONDEPHAAT, desde abril de 1998 (Resolução nº 42, de 02 de abril de 1998). O Clube recebeu a visita de Dom Pedro II que registrou a sua presença do livro do clube, em novembro de 1886. Um outro acontecimento histórico e que marcou a vida cultural da cidade, foi a visita do filósofo Jean Paul Sartre em Araraquara, acompanhado de Simone de Beauvoir, em 1960. Acompanhado de Simone, Sartre participou de um debate no antigo Teatro Municipal, discutindo questões políticas com trabalhadores, tomou café no bar São Jorge, na Av. Duque de Caxias e proferiu a célebre “Conferência de Araraquara”, no antigo prédio da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, local onde hoje está a Casa da Cultura de Araraquara. Foi tombado através do Processo de número 28687/91 Tomb.: Res. SC 42 de 2/4/98, Publicado em Diário Oficial em 21/4/98, no Livro do Tombo Histórico, com Inscrição nº 324, pp. 81 e 82, 5/4/1999.

Além dos bens citados acima, no município de Araraquara são protegidos os seguintes bens, áreas e edifícios.

**Quadro 3.6.5.12.a3 – 1 Bens protegidos no Município de Araraquara**

<b>Bens Protegidos</b>	<b>Localização</b>
Prédio Casa do Artista – Colégio Progresso	Rua Padre Duarte, 1425
Edifício Palacete São Bento	Praça Santos Dumont
Casa da Cultura Luis Antonio Martinez Correa	
Estadual Carlos Baptista Magalhães	Rua Gonçalves Dias nº 291
Escola Estadual Antonio Joaquim de Carvalho	Praça Pedro de Toledo, s/nº
Estação Ferroviária de Araraquara	Rua Antonio Prado s/n
Estação Ferroviária de Bueno de Andrada	Distrito de Bueno de Andrada
Torre da antiga Fábrica de Meias Lupo	Rua Gonçalves Dias
Igreja Matriz de São Bento	Praça da Matriz, Centro
Hospital Beneficência Portuguesa	Avenida José Bonifácio 569
Casa de Saúde Santa Isabel	Rua Voluntários da Pátria s/n
Santa Casa de Misericórdia	Avenida José Bonifácio 764
Antigo Edifício da Maternidade Gota de Leite de Araraquara	localizado na Rua Carlos Gomes 1610

Bens Protegidos	Localização
Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria	Praça Pedro de Toledo, Centro, s/n
Edifício da Estação de Tratamento de Água de Araraquara e a Praça da Fonte Luminosa	Av. Bento de Abreu s/n
Complexo Ferroviário de Ouro	Estação Ferroviária, a Vila e a Sub-Estação Elétrica
Edifício do Solar de Antonio Lourenço Correa	Avenida São Paulo nº 660.
Chácara Sapucaia	Centro Cultural Prof. Waldemar Safiotti, da Unesp de Araraquara, localizada na Rua dos Libaneses nº 1111.
Capela do Cemitério São Bento.	
Edifício - antigo Conservatório Musical do maestro José Tescari	Rua Voluntários da Pátria nº 1435

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de São Paulo (Processo de número 28687/91 Tomb.: Res. SC 42 de 2/4/98, Publicado em Diário Oficial em 21/4/98, no Livro do Tombo Histórico, com Inscrição nº 324, pp. 81 e 82, 5/4/1999.)

O Quadro a seguir apresenta um resumo dos principais bens tombados identificados ao longo da All da LT 600Kv CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02 .

**Quadro 3.6.5.12 -5 - Bens Materiais Tombados na All do empreendimento.**

UF	Município	Bem Tombado	Tombamento
Rondônia	Porto Velho	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	Tombada pelo IPHAN, O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86
Rondônia	Porto Velho	Prédio Sede da E.F.M.M	Tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86
Rondônia	Porto Velho	Museu Geológico	Tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86
Rondônia	Porto Velho	Três Marias	Tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86
Rondônia	Porto Velho	Capela de Santo Antônio	Tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86
Mato Grosso	Vila Bela da Santíssima Trindade	Ruínas de Vila Bela da Santíssima Trindade	Tombada pelo IPHAN no Livro Histórico, em 1988, de Inscrição 526 e data 13-6-1988. O Número do Processo de tombamento é 0877-T-73 .
Mato Grosso	Vila Bela da Santíssima Trindade	Arraial São Francisco Xavier	Tombado pelo Estado, inscrito Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, cujo Diploma Legal é a Portaria nº. 030/07 e Publicado no Diário Oficial em 18/07/2007.
Mato Grosso	Santo Antônio do Leverger	Cadeia Pública de Santo Antônio do Leverger	Tombada pelo Estado através da Portaria nº 13/00 e publicado em Diário Oficial em 21/07/2000
Mato Grosso	Barra do Bugres	Paróquia de Santa Cruz de Barra do Bugres	Tombada pelo Estado no Livro do Tombo Histórico, Diário Oficial nº 24949, data de publicação de 29/10/2008, Matéria nº 174451, Portaria nº 035/SEC/2008
Mato Grosso	Barra do Bugres	Casas históricas da Aldeia Umutina	Tombadas no Livro de Tombo Histórico, com data de publicação de 29/10/2008, Matéria nº 174452, Diário Oficial nº 24949, Portaria nº 036/SEC/2008
Mato Grosso	Acorizal	Centro Histórico de Acorizal	Tombado pelo Estado em 2006 através da Portaria: 047/2006 e Publicação no Diário Oficial em 9/25/2006
Mato Grosso	Várzea Grande	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Tombada pelo município como Patrimônio Histórico de Várzea Grande ocorreu em 2001, através da Portaria nº 054/06 e publicação em Diário Oficial em 17/10/2006
Mato Grosso	Várzea Grande	Igreja Nossa Senhora da Guia	Tombada através da Portaria nº 009/98, com Publicação no Diário Oficial em 08/06/98

UF	Município	Bem Tombado	Tombamento
Mato Grosso	Cuiabá	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	Inscrito nos seguintes livros de Tombo : Livro Histórico, Inscrição: 534; Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição:107; Livro de Belas Artes, Inscrição: 601. Data de tombamento: 24/3/1993 e N° Processo: 1180-T-85
Mato Grosso	Cuiabá	Casa de Nhô Nhô Manduca (ou Casa de Bem Bem)	Tombada como patrimônio histórico pelo Estado no ano de 1998, através da Portaria Estadual nº 10/98 e a Publicação no Diário Oficial em 08/06/98. A Portaria Federal é nº 10/92, com Publicação no Diário Oficial da União em 06/11/92.
Mato Grosso	Cuiabá	Antiga Residência Oficial dos Governadores de Mato Grosso	Tombada em 1941, através da Portaria nº 53/83 e Publicação no Diário Oficial em 09/01/1941
Mato Grosso	Cuiabá	Museu Histórico de Mato Grosso	Tombado pela Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso em 1983
Mato Grosso	Cuiabá	Residência dos Frades Franciscanos	Tombada pela Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso em 1987, através da Portaria nº 77/87, com Publicação no Diário Oficial em 04/11/1987.
Mato Grosso	Cuiabá	Casa do Artesão	Tombado pela Fundação Cultural de Mato Grosso, passando a fazer parte do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. Foi tombado através da Portaria é nº 57/83, com Publicação no Diário Oficial em 09/01/84
Mato Grosso	Cuiabá	Palácio da Instrução	Tombado para integrar o Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, através da portaria nº 03/1983 da Fundação Cultural de Mato Grosso e Publicação no Diário Oficial em 02/05/1983
Mato Grosso	Cuiabá	Igreja Nossa Senhora da Guia	Inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, através da Portaria nº 012/2003 e com Publicação no Diário Oficial em 09/09/2003
Mato Grosso	Cuiabá	Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho	Tombamento pelo Estado em 1977. Foi inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, através da Portaria nº 47/77 e Publicação no Diário Oficial em 13/10/1977
Mato Grosso	Cuiabá	Casa Barão de Melgaço	Tombado pelo Estado em 8 de junho de 1998, através da Portaria Nº 13/98 e Publicação no Diário Oficial em 08/06/1998
Mato Grosso	Cuiabá	Ponte de Ferro do Coxipó	Tombada pelo Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Mato Grosso no ano de 1984, através da Portaria nº 26/84 e com Publicação no Diário Oficial em 9/10/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	Tombada pela primeira vez em 4 de dezembro de 1975 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN), após o processo de tombamento nº 553-T-57A. A igreja encontra-se registrada no Livro do Tombo das Belas Artes, sob inscrição número 523, e no Livro do Tombo Histórico, sob inscrição número 457. O tombamento inclui todo o recheio da igreja, como retábulos, alcaias, imaginárias, o mobiliário antigo ainda restante e todo seu acervo. Em 15 de outubro de 1987, a Fundação Cultural de Mato Grosso tombou a igreja do Rosário através da portaria nº 76/87 referente ao Processo de Tombamento de Bens nº 03/87. Nesse tombamento, foram incluídos os imóveis vizinhos como área de entorno. Por fim, a igreja e seu entorno foram incluídos no tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, tombado em 24 de março de 1993, após o processo nº 1180-T-85
Mato Grosso	Cuiabá	Estádio Presidente Dutra	Tombado como Patrimônio Histórico de Cuiabá-MT, pela Lei Municipal 2.761 de 25/05/1990
Mato Grosso	Cuiabá	Igreja Nosso Senhor dos Passos	Tombado pelo IPHAN em 1987
Mato Grosso	Cuiabá	Arquivo Público do Estado	O patrimônio do centro histórico de Cuiabá foi tombado pelo IPHAN em 1987
Mato Grosso	Cuiabá	Seminário da Conceição	O patrimônio do centro histórico de Cuiabá foi tombado em 1987
Mato Grosso	Cuiabá	Imprensa Oficial de Mato Grosso	Tombada através da Portaria de dezembro de 1998, com Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998
Mato Grosso	Cuiabá	Liceu Cuiabano	Tombado pelo Estado através da Portaria de número 59/1983 e com Publicação no Diário Oficial: 1/9/1984

UF	Município	Bem Tombado	Tombamento
Mato Grosso	Cuiabá	Mercado do Peixe	Tombado através da Portaria de número 26/1983, com Publicação no Diário Oficial: 6/13/1983
Mato Grosso	Cuiabá	Palácio da Justiça	Tombado pelo Estado através da Portaria de maio de 2000, com Publicação no Diário Oficial em 4/28/2000
Mato Grosso	Cuiabá	Palácio Episcopal	Tombado em 1998, através da Portaria 08/98, com Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998
Mato Grosso	Cuiabá	Antiga Casa da Rua Joaquim Murinho	Tombado pelo Estado através da Portaria nº 045/06, com Publicação em Diário Oficial em 19/09/2006
Mato Grosso	Cuiabá	Arsenal de Guerra	Tombado em 1984, através da Portaria de número 61/1983 e Publicação no Diário Oficial em 1/1/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Assembléia Provincial de Mato Grosso	Tombado em 1984, através da Portaria de número 38/1984, Publicação no Diário Oficial em 9/10/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Cadeia Pública	Tombada no ano de 1984 através da Portaria de número 55/1983 e Publicação no Diário Oficial em 1/9/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Casa Cuiabana	Tombada em 1983, através da Portaria de número 27/1983 e Publicação no Diário Oficial: 6/13/1983
Mato Grosso	Cuiabá	Casa Dom Aquino	Tombada em 1997, através da Portaria de número 08/97 e Publicação no Diário Oficial em 7/24/1997
Mato Grosso	Cuiabá	Chafariz do Mundéu	Tombamento realizado em 1980, através da Portaria de número 032/1979 e Publicação no Diário Oficial em 1/8/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Cine Teatro de Cuiabá	Tombado em 1984 através da Portaria de número 31/1984 e Publicação no Diário Oficial em 9/10/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Fachada do 1º Batalhão da Polícia Militar	Tombado em 2004, através da Portaria de número 32/2004, Publicação no Diário Oficial em 12/27/2004
Mato Grosso	Cuiabá	Fachada do Cemitério Nossa Senhora da Piedade	Tombado em 1998, através da Portaria de número 15/1998 e Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998
Mato Grosso	Cuiabá	Fachada Principal da Santa Casa de Misericórdia	Tombado em 1998, de estilo eclético, através da Portaria de número 14/1998 e Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998
Mato Grosso	Cuiabá	Grande Hotel	Tombado pelo Estado através da Portaria de número 61/1983 e Publicação no Diário Oficial em 1/1/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Igreja da Boa Morte	Tombada pelo Estado em 1987, através da Portaria de número 75/1987 e Publicação no Diário Oficial em 11/4/1987
Mato Grosso	Cuiabá	Igreja de São Gonçalo	Tombada pelo Estado em 1987, através da Portaria:74/1987 e Publicação no Diário Oficial: 11/4/1987
Goiás	Mineiros	Comunidade Remanescente de Quilombo do Cedro	É tombado pelo Patrimônio Histórico.
Goiás	Mineiros	Casario Antigo	É tombado pelo Patrimônio Histórico.
Goiás	Jataí	Corpo de Bombeiros Militar	Tombada pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994
Goiás	Jataí	Biblioteca Pública Municipal Dante Mosconi	tombada pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994
Goiás	Jataí	Museu de Arte Contemporânea	Tombado pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, a partir do Decreto-Lei nº 530, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994
Goiás	Jataí	Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos	Tombado pela prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994
Minas	Não foram encontrados bens tombados		

UF	Município	Bem Tombado	Tombamento
Gerais			
São Paulo	Ouroeste	Museu Cultural e Arqueológico de Ouroeste	Tombamento municipal
São Paulo	Borborema	Igreja Matriz de São Sebastião	Foi tombada em 1988
São Paulo	Borborema	Santuário Diocesano de Nossa Senhora Aparecida	Foi tombado em 1992
São Paulo	Itápolis	Usina Hidrelétrica das Três Barras	Foi tombada em 1924
São Paulo	Matão	Festa de Corpus Christi	Tombada como patrimônio histórico e cultural municipal, no Livro do Tombo Histórico e Cultural, Lei 3743/06   Lei Nº 3743 de 07 de fevereiro de 2006
São Paulo	Araraquara	Casa da Cultura “Luiz Antônio Martinez Corrêa”	Tombado pelo CONDEPHAAT desde 1998
São Paulo	Araraquara	Casa Térrea	Tombada em 1987 pelo CONDEPHAAT, através do Processo 22166/82. Constitui tombamento de residência em 8 de 21/1/87, com Publicação em Diário Oficial em 24/1/87, no Livro do Tombo Histórico com Inscrição nº 265, p. 69, 23/1/1987
São Paulo	Araraquara	Conjunto de Imóveis e Logradouros	Tombado através do Processo de número 28687/91 Tomb.: Res. SC 42 de 2/4/98, Publicado em Diário Oficial em 21/4/98, no Livro do Tombo Histórico, com Inscrição nº 324, pp. 81 e 82, 5/4/1999

## • Patrimônio Imaterial

Segundo a Unesco, Patrimônio Cultural Imaterial compreende “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados e que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”<sup>46</sup>.

Transmitido de geração em geração, esse patrimônio é mantido e permanentemente recriado pelas comunidades e grupos em função de sua interação com o meio em que vivem e com a sociedade mais ampla.

O Decreto nº 3.551/2000 institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Bens são agrupados por categoria e registrados em livros:

- Registro dos Saberes: para os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- Registro de Celebrações: para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social;
- Registros das Formas de Expressão: para as manifestações artísticas em geral;

<sup>46</sup> [http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID\\_Secao=49](http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=49)

- Registro dos Lugares: para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

- **Bens Imateriais Registrados**

O processo de registro de bens imateriais ainda é uma política pública recente e em implantação, desta forma, possui poucos bens registrados atualmente. Apesar da enorme diversidade cultural nos estados de Rondônia, Minas Gerais, Goiás e São Paulo não foram encontrados nenhum registro de patrimônio imaterial na região selecionada para o empreendimento. Tendo sido encontrado apenas a viola de Cocho, no estado do **Mato Grosso**, conforme descrição a seguir.

#### **Viola de Cocho:**

A Viola-de-Cocho<sup>47</sup> é um instrumento musical encontrado nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no centro-oeste brasileiro. Na Área de Influência do empreendimento, destacam-se os municípios de Jangada, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Cuiabá<sup>48</sup>.

Recebe este nome por ser confeccionada em tronco de madeira inteiriço, esculpido no formato de uma viola e escavado na parte que corresponde à caixa de ressonância.

Viola-de-Cocho é instrumento musical produzido artesanalmente com forma e sonoridade especial. Destaca-se em manifestações tradicionais ligadas à religiosidade e à brincadeira: o cururu e o siriri.

O cururu expressão musical, que acontece em uma roda de cururueiros, quase sempre homens, eventualmente pode também marcar ritmo sapateando. O som do cururu é garantido em geral por duas violas-de-cocho acompanhado por um ganzá – espécie de reco-reco de taquara ou bambu talhado e percutindo com um pedaço de osso de costela bovina ou um pedaço de pau.

No siriri, a viola-de-cocho é acompanhada por reco-reco e por mocho ou tamborim. Tanto do siriri quanto do cururu as letras das músicas retratam a vida cotidiana, as relações sociais, os amores e dissabores, a fé e a religiosidade popular e a relação com o cosmo e a natureza.

<sup>47</sup> Fonte: IPHAN

<sup>48</sup> Entre outros municípios que produzem a viola-de-cocho na região, esses locais foram destacados pelo Registro.



Foto 3.6.5.12-85 -13 Viola de cocho. Fonte: IPHAN

É usada também em manifestações populares da região, como a dança de São Gonçalo, folião, ladainha, rasqueado limpa banco (ou rasqueado cuiabano), e em festas religiosas tradicionais realizadas por devotos associados em irmandades.

As celebrações sagradas mais marcantes e concorridas são as festas de São Benedito, São Sebastião, São Gonçalo, e aquelas ligadas ao ciclo junino: São Pedro, Santo Antônio e São João. Nelas, há sempre uma roda de cururu que, composta de um grupo de homens, dança em círculo e toca violas-de-cocho e ganzás, cantando suas louvações ao santo homenageado, cuja imagem fica exposta em um altar.

Cada “moda” que o cantador canta é para um santo. As violas podem ser decoradas com temas do pantanal, desenhadas a fogo e pintadas com tinta colorida, ou bem brancas, na madeira crua, com ou sem verniz. As fitas coloridas amarradas no cabo indicam o número de rodas de cururu em que a viola foi tocada em devoção a algum santo, tendo cada qual sua cor particular.

A viola-de-cocho é produzida artesanalmente, com equipamentos de carpintaria. As matérias-primas usadas são extraídas da natureza, da fauna e da flora dos meios ambientes cerrado e pantanal. O corpo da viola é feito das madeiras, preferidas, ximbuva e o sarã-de-leite. As cordas são feitas de tripas de ouriço-cacheiro (porco-espinho), ou de bugio (macaco de grande porte), ou de irara, ou de macaco-prego.

Esse instrumento é feito da mesma maneira como se faz um cocho, objeto lavrado em um tronco maciço de árvore usado para colocar alimentos para animais na zona rural. Nesse "cocho" é afixado um tampo e as partes que caracterizam o instrumento, como o cavalete, o espelho, o rastilho e as cravelhas.

Principal instrumento do cururu e outros folguedos da região pantaneira, o seu modo de fazer foi registrado pelo IPHAN no Livro dos Saberes em 14/01/2005 pelo Governo Federal como Patrimônio Histórico Imaterial. Em Mato Grosso o incentivo a produção e ensino do instrumento vem se dando através do incentivo a curso para jovens e pela Orquestra de Mato Grosso, criada em 2005, e, a única do mundo a utilizar o instrumento entre os principais naipes.

- **Manifestações Culturais**

O Brasil conta com uma imensa e variada gama de manifestações de cultura popular. Do ponto de vista operacional, trata-se de um universo bastante amplo e diversificado. Nesse sentido, podemos considerar que a cultura popular se constitui das maneiras de ser, agir, pensar e se expressar dos diferentes segmentos da sociedade, observadas tanto em áreas rurais quanto urbanas<sup>49</sup>.

**(1) Rondônia**

Para além dos bens materiais e imateriais tombados representativos de sua história de formação, a mesorregião do Madeira-Guaporé possui uma grande variedade de manifestações culturais, muitas delas relacionadas ao catolicismo popular e às diferentes misturas étnicas que compõe a região.

Botos que dançam nas festas e “emprenham” donzelas, iaras que seduzem os homens e os levam para seus reinos encantados, cobras-grandes, curupiras, caaporas, matintapereira, cabeças voadoras de pessoas transformadas em duendes que vagam à noite são algumas das lendas do folclore rondoniense, de influência indígena e amazonense.

- **Arraial Flor de Maracujá**

Uma das grandes festas folclóricas é o Arraial Flor de Maracujá em Porto Velho. É nesta festa que o Boi Bumbá se manifesta. Herdado do Nordeste, o bumba-meu-boi é uma manifestação folclórica que resume elementos culturais portugueses, africanos e indígenas. A festa do bumba-meu-boi acontece em Porto Velho, o qual transforma-se num verdadeiro “arraial”, com milhares de bandeirinhas coloridas enfeitando as barracas das praças e ruas, onde é servida grande variedade de pratos típicos. A quadrilha é comandada pelo “marcante”, uma pessoa que conduz o desenvolvimento e a mudança dos movimentos de dança, executada pelos participantes vestidos de “caipira”. É uma manifestação popular das mais interessantes da região e ocorre simultaneamente à época das festas juninas.

<sup>49</sup> <http://www.cultura.gov.br/site/pnc/diagnosticos-e-desafios/manifestacoes-culturais/>





Foto 3.6.5.12-86- Arraial Flor de Maracujá<sup>50</sup>

- **Arraial Flor do Candeias**

Já em Candeias do Jamari há o Arraial Flor do Candeias. Estima-se que cerca de oito mil pessoas compareceram ao 13º Arraial Flor do Candeias, no ano de 2009. É considerado a 2ª maior festa Junina do Estado de Rondônia, tornando-se uma tradição no município de Candeias do Jamari, que reúne os moradores da localidade e os visitantes dos municípios vizinho, os quais buscam conhecer novas culturas folclóricas e tradições. O Arraial Flor do Candeias é uma realização da prefeitura do município de Candeias do Jamari. Além apresentações das quadrilhas, como por exemplo da Mirim Rosas de Ouro ou da quadrilha Arrasta-Pé de Candeias, o Arraial oferece também comidas típicas, promove a escolha da Rainha, premiação da barraca mais enfeitada e parque de diversões. Há também apresentações de bumba-meu-boi, como por exemplo o Flor do Maracujá e Diamante Negro, além de shows com bandas locais.

- **Jerusalém da Amazônia**

Outra festa de grande importância para o Estado de Rondônia, especialmente para a mesorregião do Madeira-Guaporé, é a celebração de Jerusalém da Amazônia, a segunda maior cidade cenográfica do mundo onde se encena a Paixão de Cristo durante a Semana Santa, perdendo somente para Recife. Local de construção rústica com amplo espaço, Jerusalém fica a 21 km do centro de Porto Velho. Para não coincidir com o calendário de outras festas do Estado, a encenação normalmente é realizada na segunda quinzena de maio, na BR 364 - km 15, sentido Cuiabá.

<sup>50</sup> Fotos: Portal do Governo do Estado de Rondônia - <http://www.rondonia.ro.gov.br> (aceso: fevereiro, 2010)



Foto 3.6.5.12-87 - Jerusalém da Amazônia - Fonte: Portal do Governo do Estado de Rondônia

- **Festa do Divino**

Tradição de origem portuguesa, a Festa do Divino Espírito trata-se de um verdadeiro ato de fé e religiosidade entre cristãos e visitantes dos mais diversos lugares do Brasil. A festa consegue reunir centenas de fiéis nos meses de abril, maio e junho. Segundo moradores, o Divino é festejado desde 1899, mas a origem está em Portugal, sendo oficializada pela rainha Dona Isabel, em peregrinações feitas por cristãos que carregavam uma bandeira com o símbolo do Divino, a pomba.

Adaptada aqui no Brasil, a festa tem como principal meta de peregrinação a coleta de donativos em benefício da comunidade, mas tem também a música e apresentações. Segundo Cascudo<sup>51</sup> :

A folia constituía-se de músicos e cantores, com a Bandeira do Divino ilustrada pela pomba simbólica, recepcionada devocionalmente por toda a parte. Essas folias percorriam grandes regiões, gastando semanas ou meses inteiros. [...] A festa é precedida por uma novena e ladainha, com a procissão das bandeiras e a quermesse na praça, assistida por uma multidão de devotos. No domingo chegam à cidade grupos de Moçambique, congadas e companhias, vindos dos municípios vizinhos, e a festa prossegue com queima de fogos à noite, encerrando a comemoração. (2001: 198-199)

A festa do Divino Espírito Santo realiza-se no Domingo de Pentecostes, festa móvel católica, que acontece sempre cinquenta dias depois da Páscoa, em comemoração à

<sup>51</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *O Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.

vinda do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo. Ela se realiza em inúmeras localidades do país.

Como acontece nas grandes festas, apesar de o momento central acontecer num único dia, no caso o Domingo de Pentecostes (chamado por todos de “Domingo do Divino”), os preparativos são feitos antes.

No período que antecede a festa, os momentos centrais são o do sorteios dos “encargos do Divino” e a **“Coroação do Imperador”**.

Aqueles que se comprometem com os festejos do Divino redefinem-se, uns para com os outros, ao se integrarem a um sistema de posições e relações que apesar de algumas vezes derivarem de relações que acontecem em outras áreas da sociedade local, somente possuem valor dentro da situação da festa e de seus vários rituais.

Como um ritual religioso e que é, ao mesmo tempo, visto como folclórico, passível de ser entendido como demonstração da identidade local, a Festa do Divino é um acontecimento que deve ter as características do culto ao Espírito Santo e ser organizado de forma a constituir um acontecimento da cidade.

Assim, sua organização deve ter sempre em vista a possibilidade de ampliação de cultos e rituais de esfera individual ou restrito a pequenos grupos, até as dimensões da cidade ou mais amplas, já que as festas se expandem ao ponto de alcançar as áreas rurais ao redor de outras cidades e de absorver pessoas de toda a região, e mesmo de fora dela.

O principal responsável pela preparação e realização da festa é o imperador do Divino, devendo ser, ao mesmo tempo, seu maior investidor e aquele através de quem a cidade presta suas homenagens ao Espírito Santo, o Divino.

Como uma espécie de representante temporário do Divino Espírito Santo, o imperador se torna objeto de todas as homenagens e deferências durante a comemoração. Por esta razão, o momento principal em toda a sucessão de momentos do festejo, que dura dias, é o da “Coroação do imperador”.

É o momento em que simbolicamente o Espírito Santo vem à terra, sobre o imperador do Divino ou personificado nele, como na época dos apóstolos, e em que a festa promove, num único ritual, seus dois principais atores e personagens: o imperador e o padre. E é também o momento em que a sociedade local estabelece os termos rituais da continuidade da festa do Divino, de modo solene, ao estabelecer a passagem de um “ano imperial” para outro.

É também uma característica fundamental do Estado a sua **culinária** e reflete o seu processo multicultural de colonização. Seus pratos típicos, como por exemplo a Caldeirada de Dourado, sofrem a influência de paranaenses, riograndenses, amazonenses, cearenses, nortistas, nordestinos e bolivianos. Mas a influência predominante é a do índio, percebida na enorme variedade de pratos à base de peixes. São mais de 20 espécies nos rios de Rondônia e seu preparo, apesar de simples, envolve verdadeiro ritual, desde a compra do peixe até a escolha dos complementos, que geralmente são liderados pelo sabor exótico do tucupi. Dentre a grande variedade de peixes rondonienses, pode-se destacar o Pirarucu, o bacalhau da Amazônia, por ter o sabor semelhante ao do bacalhau.

No café da manhã, também é característico o consumo de mingaus, tapioca, pamonha, bolo de macaxeira e frutas como tucumã, jambo, pupunha cosida ou cremes de cupuaçu, cajá e manga. O Tacacá, uma comida típica cuja base é o tucupi, é servido em cuias e preparada com camarão, goma de mandioca e folhas de jambú (erva que causa um leve adormecimento dos lábios).

Os pratos como o tucunaré frito, a costela de tambaqui, o filé de dourado frito, o pato no tucupi e a caldeirada de dourado são também consumidos. Eminentemente, é de grande consumo peixes, temperos, farinha de mandioca, castanha-do-Brasil, guaraná e frutas regionais.

## **(2) Mato Grosso**

Mato Grosso é um estado rico em manifestações de cultura popular. Do modo de fazer a gastronomia, o artesanato, as danças, lendas e contos estão a síntese das heranças mato-grossenses, principalmente, do índio e do negro e mais recentemente dos migrantes mestiços de norte a sul do Brasil.

A história da Santíssima Trindade está ligada intimamente com o surgimento do Estado de Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima Trindade foi a primeira capital de Mato Grosso. De 1748 a 1835, o poder estadual se instalou naquela cidade, depois se transferindo para Cuiabá.

No século XVIII, o crescimento de um quilombo em Vila Bela preocupou a Coroa Portuguesa. A líder do Quilombo do Piolho ou Quariterê era Teresa de Benguela. Conta-se que ela comandou uma comunidade com mais de três mil habitantes. O quilombo cresceu, recebeu migrantes índios, bolivianos e brasileiros, tornando-se um núcleo multicultural com organização política.

Por isso, surgiu na Corte o temor que Teresa passasse a liderar um mercado binacional na faixa da fronteira Oeste com a Bolívia. Foi destacada uma bandeira fortemente armada para confrontar Teresa e seus quilombolas. Segundo versão oficial, a líder foi presa e se suicidou.

Pode-se dizer que existe forte influência da cultura negra, além da indígena nas manifestações culturais de Mato Grosso. Isto pode ser observado nas festas de catolicismo popular e em contos e lendas da região.

Seu **artesanato** é pautado na tecelagem, principalmente na confecção de redes. Conta também, com peças de madeira, normalmente utilitários, como o pilão; e peças em cerâmica, tanto utilitárias quanto decorativas. Os trançados com fibras vegetais de taquara, buriti e urumbumba são feitos pelos índios e moradores da zona rural, gerando cestarias e móveis. O artesanato indígena prima pelo colorido e pela simbologia.

O artesanato mato-grossense reflete o dia-a-dia e os costumes de vida do próprio artista. Destacam-se os ceramistas de São Gonçalo-Beira-Rio, as rendeiras de Várzea Grande, as mulheres de Fibra de Nova Olímpia, o artesanato em madeira e as biojóias (sementes diversas) do norte e médio norte do Estado, além do artesanato indígena, força do Araguaia e médio-Araguaia. Este segmento vem ganhando qualidade para comercialização internacional com programas desenvolvidos pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso e pelo Sebrae. Mais organizados em associações e cooperativas, os artesões realizam exposições e feiras permanentes.

Suas músicas, normalmente são acompanhadas pela viola de cocho, produzidas pelos tocadores, em madeira e cordas feitas de tripa de macaco, bugio ou ouriço.

As **festas populares** mais expressivas no estado são as juninas, São João, Santo Antônio e São Pedro, com danças, jogos, representações, doces, salgados e refeições preparadas em fogão a lenha. A Folia de Reis é comum nos Municípios do Vale do Araguaia, com a Catira sendo dançada e cantada. A Festa do Divino Espírito Santo é celebrada em diversos Municípios, com seus participantes dançando o Lundu. Após a Festa do Divino, acontece a cavahada, nos Municípios de Poconé, Porto Esperidião e Cáceres. As procissões fluviais são comuns nas populações ribeirinhas, celebrando o dia dos padroeiros das cidades.

As **danças** Rasqueado e Siriri são comum nas festas de aniversários, carnaval e nas de santos, principalmente nos Municípios próximos de Cuiabá. No Carnaval, o Boi-à-Serra (variante do Bumba-meu-Boi) é o mais popular, principalmente com as crianças, animado pela música do Cururu, com cururueiros tocando viola de cocho e ganzá.

Outra festa popular é a de São Gonçalo, onde homenagens ao Santo são prestadas pelos devotos que cantam e dançam a Dança de São Gonçalo. Já a Dança do Congo homenageia São Benedito, principalmente em Vila Bela da Santíssima Trindade e Nossa Senhora do Livramento. As mulheres não participam da dança, apenas do Chorado, outra dança desta Festa.

Dentre as lendas e crendices mato-grossenses mais famosas estão: Mãe do Morro, Cracachá, Piraputanga Dourada, Alavanca de Ouro, o Minhocão do Pari e o Boi-a-Serra. São lendas regionais que vem sendo transmitidas de geração a geração, seja através de literatura e tradição oral.

- **Festas Populares:**
- **Festa do Tríduo**

Anualmente, a população de Vila Bela da Santíssima Trindade promove a Festa do Tríduo em homenagem ao Divino Espírito Santo, Glorioso São Benedito e à Santíssima Trindade no período de julho. Nas comemorações, o sagrado e o profano se fundem numa combinação caracterizada pela cantoria, dança, hinos religiosos, roupas coloridas e festas.

O período da "Festança" é caracterizado por manifestações de origem afro-brasileira, mantendo a cultura dos negros que vieram para Mato Grosso para o trabalho nas minas, na lavoura e nas atividades manufatureiras e domésticas. Os destaques da festa são as **Danças do Congo**, do **Chorado** e do **Tambor**.

Dentre as atrações, se destacam os grupos Raízes do Quilombo, apresentando a dança do tambor, e Aurora do Quariterê, tocando e cantando ao ritmo de serestas, batuques e rasqueados. Também é apresentada a Dança do Congo, na qual os dançantes protegem os festeiros, o Rei, a Rainha, o Juiz e a Juíza que carregam objetos sagrados, e ainda as "promesseiras" que acompanham o cortejo levando flores em homenagem a São Benedito. Na ocasião, é feito pedido às autoridades para passar o comando da cidade ao Rei do Congo, segundo a tradição. Após a missa em louvor ao Glorioso São Benedito, ocorre a Dança do Chorado e, em seguida, a Dança do Congo.

O trabalho dos festeiros e as doações recebidas garantem a oferta das comidas ao povo. Cada festeiro representa uma das Irmandades e eles têm um ano para organizar a festa. O Divino Espírito Santo é representado por Imperador e Imperatriz, enquanto que o Glorioso São Benedito é representado por Rei, Rainha, Juiz e Juíza. Os festeiros da Santíssima Trindade são chamados de Juiz e Juíza. As Irmandades realizam

eleições para escolher os próximos festeiros, que são anunciados no último dia de festa.

Além dessas festas, são manifestações culturais características de Mato Grosso:

**Siriri** - Uma das danças mais populares do folclore mato-grossense, praticada especialmente nas periferias das cidades e na zona rural da região chamada Baixada Cuiabana (vários municípios no entorno da Capital) e Cáceres, fazendo parte das festas de batizados, casamentos e festejos religiosos. É uma dança que lembra os divertimentos indígenas.

**Cururu** – O cururu também destaca-se como uma manifestação cultural importante no Estado. É uma dança de roda, só para homens, ao som de desafio cantado, com acompanhamento instrumental da viola de cocho e o ganzá.

**Dança do Congo** - Também chamada Congadas. É concebida de origem africana. Esta dança geralmente fazia parte das comemorações festivas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito.

**Boi-a-Serra** - É um folguedo encontrado em Mato Grosso, que tem como temática o boi.

**Cavanhada** - A Cavanhada é uma batalha que se trava entre os mouros e os cristãos (segundo reza a tradição).

**Dança dos Mascarados** - A Dança dos Mascarados é uma réplica da Contradança européia mesclada com influências através dos tempos com as danças afros e indígenas.

**Caretas** - No período de carnaval a tradição na cidade de Guiratinga é um desfile de mascarados em que nada do corpo é mostrado.

**Chorado** - Dança afro da região de Vila Bela da Santíssima Trindade.

**Dança do Zinho Preto** - A Dança do Zinho Preto ou Dança Cabocla, existe em Jauru, desde a década de 1970, tendo sido trazida da cidade de Mantenedópolis, no Espírito Santo, por José Alves Batista - o Zinho Preto, criador da dança.

**Folia de Reis** – Folgado popular de origem portuguesa em que um grupo de foliões carregando bandeiras, pede esmolas para a festa dos Reis Magos.

**Cateretê** - Dança de origem africana da região do Congo, trazida ao Brasil por escravos daquela região. Foi disseminada na região sudeste e Estado de Goiás.

**Catira** - Considerada a mais contundente expressão rural originada do Lundu, ao lado do Cateretê, Cururu Paulista, Arrasta-Pé, Balanço, Calango Mineiro, Pagode e etc.

**Polca Paraguaia** – Ritmo que surgiu na Bacia Platina. O gênero Polca, de origem eslava (polka) é designação dada a dança rápida. A Polca é um ritmo que veio da síntese das músicas espanholas e a interpretação impulsiva do povo paraguaio.

**Guarânia** - De origem paraguaia foi criada em 1925. Guarânia significa paixão, amor, desejo e tudo que é romântico e bucólico. A guarânia é uma das expressões musicais mais fortes do cone sul e Mato Grosso conheceu-a desde o início.

**Santa Fé ou Chopin** - Dança platina, da Província de Santa Fé (Argentina) implanta-se nos músicos da região pantaneira e fronteira, com técnica peculiar. A técnica do teclado, tanto do acordeom, harmônica, pé-de-bode (sanfona de oito baixos), tem uma profunda desenvoltura na sua mão esquerda aqui no Estado, pois não se iguala em nenhuma parte do Brasil.

**Lambada** - De origem paraense. Suas raízes são o carimbó/sirimbó e a cúmbia colombiana, ambas de origem negra. A lambada já era cantada e tocada (pois também é instrumental) desde meados de 1960, com os cantores Pinuca e Carlos Martins. Em 1999, na região do município de Poconé, músicos regionais misturam toada de siriri e lambada, surgindo então o ritmo denominado popularmente de “*lambadão*”.

**Ladainha** - É uma cantoria que também é conhecida pelo nome de ladainha de beira-de-rio. Trata-se de uma derivação de Canto Gregoriano, característico do Cerrado e da Baixada Cuiabana, criando conotação própria comum nas rezas de festas de santo.

**Dança dos Lenços** - Esta dança originou-se na cidade pantaneira de Barão de Melgaço, sendo criada por D. Leodina Oliveira da Silva. É expressão cultural tirada de um dos passos do siriri, chamado de Barco do Alemão. Os bailarinos dançam ao ritmo de rasqueado ao som de acordeom, violão e percussão. A dança é uma declaração singela de amor.

**Rasqueado Cuiabano** - Definição da palavra rasqueado: “... *arrastar as unhas ou um só polegar sobre as cordas, sem as pontear*”. (*Dicionário Musical Brasileiro* - Mário de Andrade). O pesquisador da cultura mato-grossense, compositor e cantor nativista Milton Pereira de Pinho (o Guapo) escreveu que “*o ritmo começou após o fim da Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai), quando os prisioneiros e refugiados da Retomada de Corumbá ficaram confinados à margem direita do Rio Cuiabá, atualmente cidade de Várzea Grande*”.



**Moda de Viola** - Em Mato Grosso é facilmente encontrada em toda extensão araguaiana, trazida pelos migrantes de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, onde é muito comum.

**Música Nordestina** - A música nordestina influenciou Mato Grosso em toda região do Vale do Araguaia e norte do Estado, principalmente depois da fundação de Brasília.

**Danças Gauchescas** - Os migrantes de origem sulistas mantêm e difundem seus ritmos em Mato Grosso mantendo em todo o estado CTGs (Centro de Tradições Gaúchas). Algumas das danças são: **Dança do Facão, Bugio, Milonga, Chote, Fandango e Vanerão**<sup>52</sup>.

- **Culinária**

A culinária de Mato Grosso também merece destaque: apresenta a carne com arroz, costela ao sol, feijão empamonado, carne com banana verde, paçoca de pilão, moqueca de pintado, peixe ao urucum e caldo de piranha, entre outros, como pratos típicos. Seus doces tradicionais são o furrundu, cuscuz cuiabano, pixé e suas frutas, a acerola, a banana-da-terra, cajá-manga, caju, carambola, goiaba, guaraná, jenipapo, pequi, pitanga, pitomba, seriguela, entre outras, com as quais se fazem doces, refrescos e licores.

Dentre as receitas mais populares do cerrado, encontra-se a farofa de banana, paçoca de pilão, maria-izabel, pacu assado, frito ou ensopado, abóbora com carne seca, licor de pequi, fruta nativa da região, o furrundu, sobremesa feita com mamão e rapadura de cana, etc. É muito difundido o consumo de guaraná, ralado na hora e substituto do café, tomado logo pela manhã, ou servido às visitas. Dentre os costumes culinários típicos, destacam-se:

**O Tereré:** Herdado da tradição guarani, o Tereré é uma bebida servida em cuia, com erva-mate e água gelada. É bastante consumido pelos pantaneiros, principalmente antes do meio dia, depois da realização do trabalho matutino. Também se toma o tereré a tarde e antes da noite, quase sempre em rodas de conversas entre famílias, peões ou amigos. Esse costume também chegou nas cidades pantaneiras, locais onde as pessoas se reúnem nas calçadas para conversar e se refrescar com a bebida.

**Urucu:** é uma semente de coloração avermelhada, que vem do tupi uru-ku, significa vermelho, conhecida popularmente por Urucu, açafroa, colorau, nome científico da família botânica Bixáceas, serve como tempero e corante de alimentos. É muito utilizado na culinária pantaneira em preparos de peixes, jacarés e caldo de piranha, os

<sup>52</sup> <http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=263&cid=835> (acesso: fevereiro, 2010)

Índios sempre usaram para pintar o corpo em suas comemorações festivas e com isso, se defender contra picadas dos mosquitos.

**Caldo de piranha Pantaneiro:** as piranhas são um grupo de peixes carnívoros de água doce que habitam alguns rios do pantanal e demais regiões brasileiras, existem 3 espécies de piranha no Pantanal e elas podem ser perigosas. Na região do Pantanal sua carne é utilizada para se fazer o famoso Caldo de Piranha.

### (3) Goiás

Dentre os municípios da Área de Influência do empreendimento situados no estado de Goiás, as manifestações populares mais que possuem mais expressão são a Folia de Reis e a Festa do Divino.

- **Folia de Reis**

Em 378, o papa Júlio I considerou que como não havia data fixa para comemorar o nascimento de Jesus Cristo, o dia 25 de dezembro seria dedicado a essa recordação, ficando o 6 de janeiro como dia de Reis. A partir daí as festas da Natividade pouco a pouco foram sendo acrescidas de elementos diversos, como as figuras de Gaspar, Melchior e Baltasar, os três reis magos que, segundo a lenda, foram do Oriente à Judéia para adorar Jesus Cristo, e que por volta do ano 1600 passaram a fazer parte das comemorações. Eles levavam consigo ouro, incenso e mirra, que representam a dimensão do Messias: o ouro, simbolizando sua realeza; o incenso, a divindade; e a mirra, a humanidade, porque o óleo de mirra era então usado para embalsamar os mortos. Uma tradição revela que mais tarde São Tomé batizou os três reis magos, e partir daí eles pregaram o Evangelho em seus países.

A festa foi trazida ao Brasil pelos portugueses, que a comemoravam em sua terra mais como divertimento. Ela adquiriu o espírito religioso que conserva até hoje, sendo desenvolvida com características próprias e transformando-se em manifestação folclórica.

Seu início acontece no dia 24 de dezembro, véspera de Natal, prosseguindo até o dia 2 de fevereiro, período em que grupos festivos de pessoas saem cantando ao som de violão, sanfona, cavaquinho, pandeiro, reco-reco, pistão, chocalho, triângulo, tantãs e outros instrumentos, exaltando o Deus Menino e percorrendo as ruas da zona urbana, indo de porta em porta em busca de oferendas que podem variar de um prato de comida a uma xícara de café. É a chamada “banda de folia de reis”, ou “música de folia de reis”.

Quando ela passa por sítios e fazendas da zona rural, tem o nome de “caixa de folia de reis”. O chefe do grupo é denominado “alferes de folia de reis”, e eles seguem seu caminho representando pequenas peças teatrais e cantando à porta das casas, cujos moradores lhes oferecem comida, bebida e esmolas que serão utilizadas no dia de Reis, considerado o dia da gratidão.

Os personagens que compõem a folia somam doze pessoas, todas trajando roupas bastante coloridas, sendo elas o mestre e contra-mestre, donos de conhecimentos sobre a manifestação e líderes dos foliões; além do palhaço, dos foliões e dos três reis magos. O palhaço, usando vestimentas coloridas, deve proteger o Menino Jesus confundindo os soldados de Herodes, sendo o seu jeito alegre e descontraído motivo para distração e divertimento dos assistentes; os foliões, geralmente homens simples e de origem rural, são os participantes da festa, dando exemplo grandioso através de sua cantoria de fé; Por sua vez, os três reis magos fazem uma viagem de esperança, certos de que ela os levará ao encontro de sua estrela.

Ao som dos instrumentos musicais os foliões efetuam longas caminhadas levando a "bandeira", um estandarte de madeira ornado com motivos religiosos, à qual tributam especial respeito. Vão liderados pelo mestre e contra-mestre, figuras de relevância dentro da Folia por conhecerem os preciosos versos, preservados de geração em geração por tradição oral, como por exemplo: “*Ó de casa, ó de casa / Alegre esse morador / Que o glorioso santo Reis / Na sua porta chegou*”. E também: “*Santos Reis vai despedindo / Deixando muita saudade. / Vai deixando muita benção / Pro povo desta cidade*”.

Os foliões cumprem promessa de por sete anos consecutivos saírem com a Folia, arrecadando em suas andanças donativos para realizarem anualmente, no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, festa com cantorias e ladainhas. Bastante conhecida, a folia de Reis é realizada no interior de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás, existindo diferenças no modo de cantar e dançar dos grupos que a representam.

As canções são sempre sobre temas religiosos, com exceção daquelas tocadas nas tradicionais paradas para jantares, almoços ou repouso dos foliões, onde acontecem animadas festas com cantorias e danças típicas regionais, como catira, moda de viola e cateretê. Contudo ao contrário dos Reis da tradição, o propósito da folia não é o de levar presentes mas de recebê-los do dono da casa para finalidades filantrópicas, exceto, obviamente, as fartas mesas dos jantares e as bebidas que são oferecidas aos foliões.

- **Festa do Divino**

Tradição de origem portuguesa, a Festa do Divino Espírito trata-se de um verdadeiro ato de fé e religiosidade entre cristãos e visitantes dos mais diversos lugares do Brasil. A festa consegue reunir centenas de fiéis nos meses de abril, maio e junho. Segundo moradores, o Divino é festejado desde 1899, mas a origem está em Portugal, sendo oficializada pela rainha Dona Isabel, em peregrinações feitas por cristãos que carregavam uma bandeira com o símbolo do Divino, a pomba.

Adaptada aqui no Brasil, a festa tem como principal meta de peregrinação a coleta de donativos em benefício da comunidade, mas tem também a música e apresentações. Segundo Cascudo<sup>53</sup> :

*A folia constituía-se de músicos e cantores, com a Bandeira do Divino ilustrada pela pomba simbólica, recepcionada devocionalmente por toda a parte. Essas folias percorriam grandes regiões, gastando semanas ou meses inteiros. [...] A festa é precedida por uma novena e ladainha, com a procissão das bandeiras e a quermesse na praça, assistida por uma multidão de devotos. No domingo chegam à cidade grupos de Moçambique, congadas e companhias, vindos dos municípios vizinhos, e a festa prossegue com queima de fogos à noite, encerrando a comemoração. (2001: 198-199)*

A festa do Divino Espírito Santo realiza-se no Domingo de Pentecostes, festa móvel católica, que acontece sempre cinqüenta dias depois da Páscoa, em comemoração à vinda do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo. Ela se realiza em inúmeras localidades do país.

Como acontece nas grandes festas, apesar de o momento central acontecer num único dia, no caso o Domingo de Pentecostes (chamado por todos de “Domingo do Divino”), os preparativos são feitos antes.

No período que antecede a festa, os momentos centrais são o do sorteios dos “encargos do Divino” e a “**Coroação do Imperador**”.

Aqueles que se comprometem com os festejos do Divino redefinem-se, uns para com os outros, ao se integrarem a um sistema de posições e relações que apesar de algumas vezes derivarem de relações que acontecem em outras áreas da sociedade local, somente possuem valor dentro da situação da festa e de seus vários rituais.

<sup>53</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *O Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.

Como um ritual religioso e que é, ao mesmo tempo, visto como folclórico, passível de ser entendido como demonstração da identidade local, a Festa do Divino é um acontecimento que deve ter as características do culto ao Espírito Santo e ser organizado de forma a constituir um acontecimento da cidade.

Assim, sua organização deve ter sempre em vista a possibilidade de ampliação de cultos e rituais de esfera individual ou restrito a pequenos grupos, até as dimensões da cidade ou mais amplas, já que as festas se expandem ao ponto de alcançar as áreas rurais ao redor de outras cidades e de absorver pessoas de toda a região, e mesmo de fora dela.

O principal responsável pela preparação e realização da festa é o imperador do Divino, devendo ser, ao mesmo tempo, seu maior investidor e aquele através de quem a cidade presta suas homenagens ao Espírito Santo, o Divino.

Como uma espécie de representante temporário do Divino Espírito Santo, o imperador se torna objeto de todas as homenagens e deferências durante a comemoração. Por esta razão, o momento principal em toda a sucessão de momentos do festejo, que dura dias, é o da “Coroação do imperador”.

É o momento em que simbolicamente o Espírito Santo vem à terra, sobre o imperador do Divino ou personificado nele, como na época dos apóstolos, e em que a festa promove, num único ritual, seus dois principais atores e personagens: o imperador e o padre. E é também o momento em que a sociedade local estabelece os termos rituais da continuidade da festa do Divino, de modo solene, ao estabelecer a passagem de um “ano imperial” para outro.

#### **(4) Minas Gerais**

No estado de Minas Gerais destacam-se as festas religiosas como formas mais significativas de manifestações populares encontradas nos municípios da Área de Influência do empreendimento. É também uma referência do folclórico Congado, da Folia de Reis e os grupos de violeiros; além do seu rico artesanato regional, a fé nos eventos religiosos ecumênicos e a tradicional romaria de Nossa Senhora da Abadia.

- **Festas religiosas**

Os variados templos religiosos presentes nas cidades históricas de Minas oferecem bem a dimensão da importância e da influência da igreja católica no Estado, sabidamente uma imposição da Coroa Portuguesa em tempos de colonização.

Vários municípios mineiros surgiram com o aparecimento de uma santa ou santo. Ou a partir de uma capela erigida em homenagem ou agradecimento. Assim, de história em história, forjou-se uma cultura religiosa ímpar, que se manifesta através de grandes festas, especialmente a **Semana Santa**.

As comemorações da Semana Santa em Minas Gerais são verdadeiras devoções, com imagens adornadas pelos fiéis que realizam procissões e cerimônias litúrgicas tradicionais, compostas por música barroca e manifestações populares de origens remotas.

As celebrações começam logo após o carnaval, na quarta-feira de cinzas, com o início da Quaresma, das via-sacras e do Centenário das Dores. Nesta época, percebe-se sutil mudança nos hábitos de alguns moradores da cidade. Muitos deles ainda adotam a abstinência e o recolhimento.

A sexta-feira da Paixão tem como ponto máximo a cerimônia em que Jesus é retirado da cruz, em frente a igreja de São Francisco de Assis. Em seguida começa a Procissão do Enterro. Na madrugada de sábado para o Domingo de Páscoa, a cidade volta a se alegrar. Na manhã do Domingo, os fiéis percorrem as ruas da cidade para celebrar a ressurreição de Cristo.

- **Congadas**

As manifestações folclóricas, que representam a cultura típica de um povo em determinada região, encontram em Minas solo fértil para as suas mais variadas formas de expressão.

De origem anglo-saxônica, o termo folclore é uma derivação da palavra *folk*, no sentido de habitante, e *lore*, conferindo sabedoria. É a expressão do modo de vida de uma comunidade, seus hábitos, comportamentos, vivências e valores, que permanecem vivos por várias gerações. As manifestações folclóricas não têm autoria — são criadas individualmente ou em grupo e transmitidas para as comunidades, visando ao seu bem estar.

São vários os tipos mais expressivos de manifestação folclórica, sendo considerados, para efeito de turismo, a culinária, o artesanato e a arte popular, a dança e a música típicas, os folguedos, os brinquedos e brincadeiras, as lendas e as festas com manifestações folclóricas, religiosas e profanas.

Desde a mais remota antiguidade, o canto e a dança são elementos de linguagem comuns entre os povos, integrando rituais religiosos e profanos ligados à vida e à morte. Esses rituais, comuns em várias partes do mundo, se manifestam em Minas

Gerais, lugar onde se misturam o sagrado e o profano, os valores portugueses e africanos, os ritmos e movimentos de cada um.

Uma dessas expressões, bastante difundidas no Estado, é a **Congada**. As festas de coroação de reis congos são celebradas em diversos estados do país, especialmente aqueles onde havia grande contingente de trabalhadores escravos e controle da coroa portuguesa. Há variações dessa manifestação folclórica. Algumas delas trazem os participantes com fardas, chapéus, bastões e guizos.

Segundo Cascudo<sup>54</sup> a congada é:

*Um folguedo de formação afro-brasileira, em que se destacam as tradições históricas, os usos e costumes tribais de Angola e do Congo, com influências ibéricas no que diz respeito à religiosidade. [...] as congadas com representação teatral focalizam sempre a luta entre mouros e cristãos, terminando com a vitória dos cristãos e a conversão dos mouros, que são batizados no final. [...] em Minas Gerais as congadas integram a irmandade da Nossa Senhora do Rosário e se realizam no mês de outubro, em homenagem a padroeira.*

Em Minas, as festas de coração de reis e de lutas entre bem e o mal ganham praticamente todo Estado, sem uma data fixa para a sua celebração. De forma geral, é realizada no ciclo da santa de maior devoção entre os negros, **Nossa Senhora do Rosário**, entre os meses de agosto, setembro e outubro. É um ritual sagrado, ao qual se associa o profano, conferindo à manifestação grande colorido e diversidade.

Hábitos e costumes de um lugar podem migrar para outras regiões através de pessoas que deixam a sua comunidade levando a sua tradição cultural. Por esta razão, as várias irmandades de Nossa Senhora do Rosário, com suas guardas de congado, podem ser encontradas em diversas regiões de Minas.

- **Cavalhada**

A Cavalhada é um folguedo (brincadeira) popular muito comum nas **Festas do Divino**. São inspiradas nas antigas lutas entre cristãos e mouros. Este folguedo, que chegou ao Brasil trazido pelos colonizadores portugueses, apresenta uma animada disputa entre 12 homens vestidos de vermelho (que representam os mouros) e 12 vestidos de azul (os cristãos). Os cavaleiros usam lanças, chapéus e lenços e desfilam com toda pompa

<sup>54</sup> Idem.

até o local onde será a partida. Nessa luta, um mastro é colocado no meio dos cavaleiros com argolas penduradas. Os cavaleiros saem em disparada tentando retirar a argola com suas lanças. Também costumam acompanhar o evento um baile de cavaleiros, espetáculos de luzes e danças.

## **(5) São Paulo**

As festas populares mais expressivas no estado são as juninas, São João, Santo Antônio e São Pedro, com danças, jogos, representações, doces, salgados e refeições preparadas em fogão a lenha. A Folia de Reis é encontrada em todas as regiões em estudo.

### **• Folia de Reis**

Em 378, o papa Júlio I considerou que como não havia data fixa para comemorar o nascimento de Jesus Cristo, o dia 25 de dezembro seria dedicado a essa recordação, ficando o 6 de janeiro como dia de Reis. A partir daí as festas da Natividade pouco a pouco foram sendo acrescidas de elementos diversos, como as figuras de Gaspar, Melchior e Baltasar, os três reis magos que, segundo a lenda, foram do Oriente à Judéia para adorar Jesus Cristo, e que por volta do ano 1600 passaram a fazer parte das comemorações. Eles levavam consigo ouro, incenso e mirra, que representam a dimensão do Messias: o ouro, simbolizando sua realeza; o incenso, a divindade; e a mirra, a humanidade, porque o óleo de mirra era então usado para embalsamar os mortos. Uma tradição revela que mais tarde São Tomé batizou os três reis magos, e partir daí eles pregaram o Evangelho em seus países.

A festa foi trazida ao Brasil pelos portugueses, que a comemoravam em sua terra mais como divertimento. Ela adquiriu o espírito religioso que conserva até hoje, sendo desenvolvida com características próprias e transformando-se em manifestação folclórica.

Seu início acontece no dia 24 de dezembro, véspera de Natal, prosseguindo até o dia 2 de fevereiro, período em que grupos festivos de pessoas saem cantando ao som de violão, sanfona, cavaquinho, pandeiro, reco-reco, pistão, chocalho, triângulo, tantãs e outros instrumentos, exaltando o Deus Menino e percorrendo as ruas da zona urbana, indo de porta em porta em busca de oferendas que podem variar de um prato de comida a uma xícara de café. É a chamada “banda de folia de reis”, ou “música de folia de reis”.

Quando ela passa por sítios e fazendas da zona rural, tem o nome de “caixa de folia de reis”. O chefe do grupo é denominado “alferes de folia de reis”, e eles seguem seu



caminho representando pequenas peças teatrais e cantando à porta das casas, cujos moradores lhes oferecem comida, bebida e esmolas que serão utilizadas no dia de Reis, considerado o dia da gratidão.

Os personagens que compõem a folia somam doze pessoas, todas trajando roupas bastante coloridas, sendo elas o mestre e contra-mestre, donos de conhecimentos sobre a manifestação e líderes dos foliões; além do palhaço, dos foliões e dos três reis magos. O palhaço, usando vestimentas coloridas, deve proteger o Menino Jesus confundindo os soldados de Herodes, sendo o seu jeito alegre e descontraído motivo para distração e divertimento dos assistentes; os foliões, geralmente homens simples e de origem rural, são os participantes da festa, dando exemplo grandioso através de sua cantoria de fé; Por sua vez, os três reis magos fazem uma viagem de esperança, certos de que ela os levará ao encontro de sua estrela.

Ao som dos instrumentos musicais os foliões efetuam longas caminhadas levando a "bandeira", um estandarte de madeira ornado com motivos religiosos, à qual tributam especial respeito. Vão liderados pelo mestre e contra-mestre, figuras de relevância dentro da Folia por conhecerem os preciosos versos, preservados de geração em geração por tradição oral, como por exemplo: "*Ó de casa, ó de casa / Alegre esse morador / Que o glorioso santo Reis / Na sua porta chegou*". E também: "*Santos Reis vai despedindo / Deixando muita saudade. / Vai deixando muita benção / Pro povo desta cidade*".

Os foliões cumprem promessa de por sete anos consecutivos saírem com a Folia, arrecadando em suas andanças donativos para realizarem anualmente, no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, festa com cantorias e ladainhas. Bastante conhecida, a folia de Reis é realizada no interior de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás, existindo diferenças no modo de cantar e dançar dos grupos que a representam.

As canções são sempre sobre temas religiosos, com exceção daquelas tocadas nas tradicionais paradas para jantares, almoços ou repouso dos foliões, onde acontecem animadas festas com cantorias e danças típicas regionais, como catira, moda de viola e cateretê. Contudo ao contrário dos Reis da tradição, o propósito da folia não é o de levar presentes mas de recebê-los do dono da casa para finalidades filantrópicas, exceto, obviamente, as fartas mesas dos jantares e as bebidas que são oferecidas aos foliões.

- **Bom Jesus da Cana Verde**

A devoção ao Bom Jesus da Cana Verde, ao lado de mais uma ou outra de suas denominações, é bastante difusa em todo o estado. Padroeiro de vários municípios deu

origem a cinco centros de peregrinação, sendo dois Santuários, patrono de várias romarias organizadas e cavalarias, de viajantes e pescadores.

- **Catira e cateretê**

Catira e cateretê são denominações de nossas danças de sapateado, derivadas do antigo fandango português. Ponteiam todo o Estado, incluindo-se a grande São Paulo.

Com os Encontros de Catira no Revelando São Paulo estimula-se a participação das crianças e grupos de jovens.

- **Festa de São Benedito**

A devoção a São Benedito é muito forte e difusa por todo o estado, motivando grandes festas e a existência e atuação dos congos, moçambiques, jongo e batuque. Suas festas se estendem por todo o ano, sendo que o grande número das mesmas ocorre em todo o Vale do Paraíba e Litoral Norte, concentradas no período compreendido entre a pascoela e o 13 de Maio, estabelece um verdadeiro Ciclo de São Benedito.

- **Festas de Cosme e Damião**

Entre meados de setembro e outubro ocorrem as Festas de Cosme e Damião, cuja data festiva no calendário litúrgico ocorre em 27 de setembro. De forma mais sincrética, envolve católicos, umbandistas e candomblesistas. É a festa das crianças, sempre com distribuição de balas, brinquedos, doces e guloseimas, em geral. Distribuição feita no interior dos terreiros, nas portas dos templos, de passagem pelas ruas, nas residências, em salões de festas dos prédios, em orfanatos e creches.

Em alguns lugares do Vale do Paraíba e da Região Bragantina, há um ritual com vários elementos comuns e finalidades similares: a Mesa dos Anjos.

## **b. Atendimento às Recomendações do IPHAN**

Conforme já indicado no item 2.1.2.3 do presente EIA, em 21 de julho de 2009, foi enviado Ofício (Carta CE-LT-MA-007/2009), para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), protocolado sob o número de 01450.00.8646.2009-46, apresentando a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N<sup>o</sup> 02, Estação Retificadora CA/CC N<sup>o</sup> 01 e Estação Inversora CC/CA N<sup>o</sup> 02 e solicitando orientações sobre estudos específicos que viessem a ser necessários.

Em resposta a essa correspondência, o IPHAN enviou ao empreendedor o Ofício n<sup>o</sup> 043/09 CNA/DEPAM/IPHAN com algumas diretrizes sobre o correto andamento do

processo nesse órgão. A partir de então, foi dado início aos trabalhos referentes aos estudos sobre o patrimônio histórico, artístico e arqueológico nacional, com a elaboração de um diagnóstico, conforme apresentado no **item (a)** da presente seção deste EIA. Vale ressaltar que tal atuação considera todas as fases do processo de licenciamento, os instrumentos legais e normativos aplicáveis.

Todos os documentos supracitados, pertinentes ao processo perante o IPHAN, encontram-se disponíveis no **Anexo 2.1.2-5**.

### c. Instituições Envolvidas com o Patrimônio Histórico/Cultural Local

A partir dos levantamentos de dados sobre o Patrimônio Histórico/Cultural nas Áreas de Influência do empreendimento, foi possível identificar as instituições públicas e privadas locais e regionais envolvidas com a pesquisa e preservação do patrimônio histórico cultural. O quadro, a seguir, apresenta a listagem dessas entidades, e seus contatos.

**Quadro 3.6.5.12- 6 - Instituições envolvidas com o Patrimônio Material e Imaterial**

UF	Município	Instituição	Endereço	Contato
Rondônia	Porto Velho	Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU/RO)	Avenida Carlos Gomes, nº 501 – Centro de Porto Velho-RO - CEP: 78.900-030	E-mail: grpu.ro@planejamento.gov.br
				Tel: 55 (69) 3216-8261/8262/8263/8264/8265 - Fax: 55 (69) 3229-8213
Mato Grosso	Vila Bela da Santíssima Trindade	Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso	Av. Presidente Getúlio Vargas, 247 – Centro – Cuiabá – MT – CEP 78005-370	Fone/Fax: 0xx65-613-9200/9208 Portal: <a href="http://www.cultura.mt.gov.br/TNX/contato2.php">http://www.cultura.mt.gov.br/TNX/contato2.php</a>
Mato Grosso	Santo Antônio do Leverger	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Av. Presidente Getúlio Vargas, 247 – Centro – Cuiabá – MT – CEP 78005-370	Fone/Fax: 0xx(65) 3613-0201 <a href="http://www.cultura.mt.gov.br">http://www.cultura.mt.gov.br</a>
Mato Grosso	Barra do Bugres	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Av. Presidente Getúlio Vargas, 247 – Centro – Cuiabá – MT – CEP 78005-370	Fone/Fax: 0xx(65) 3613-0201 <a href="http://www.cultura.mt.gov.br">http://www.cultura.mt.gov.br</a>
Mato Grosso	Acorizal	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Av. Presidente Getúlio Vargas, 247 – Centro – Cuiabá – MT – CEP 78005-370 –	Fone/Fax: 0xx(65) 3613-0201 <a href="http://www.cultura.mt.gov.br">http://www.cultura.mt.gov.br</a>
Mato Grosso	Várzea Grande	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Av. Presidente Getúlio Vargas, 247 – Centro – Cuiabá – MT – CEP 78005-370 –	"Fone/Fax: 0xx(65) 3613-0201 <a href="http://www.cultura.mt.gov.br">http://www.cultura.mt.gov.br</a> "
Mato Grosso	Cuiabá	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Av. Presidente Getúlio Vargas, 247 – Centro – Cuiabá – MT – CEP 78005-370 –	Fone/Fax: 0xx(65) 3613-0201 <a href="http://www.cultura.mt.gov.br">http://www.cultura.mt.gov.br</a>

UF	Município	Instituição	Endereço	Contato
Goiás	Mineiros	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - Departamento de Museu e Preservação do Patrimônio	Palácio Pedro Ludovico Teixeira, rua 82. 1º andar, Setor Sul - Goiânia CEP: 74088-900 - Goiás - Brasil	Fone: 55(0xx62) 3201-5115 / 3201-5116 - Fax 55(0xx62) 3201-5114
Goiás	Jataí	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - Departamento de Museu e Preservação do Patrimônio	Palácio Pedro Ludovico Teixeira, rua 82. 1º andar, Setor Sul - Goiânia CEP: 74088-900 - Goiás - Brasil	Fone: 55(0xx62) 3201-5115 / 3201-5116 - Fax 55(0xx62) 3201-5114
São Paulo	Ouroeste	CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo	Rua Mauá, 51 - 3º andar CEP 01028-900 - Luz São Paulo - Capital/ "	Rua Mauá, 51 - 3º andar CEP 01028-900 - Luz São Paulo - Capital/ "
São Paulo	Borborema	Prefeitura Municipal de Borborema	Rua Itapólis, s/n Borborema - SP	Tel: (16) 3266-1906 <a href="http://www.borborema.sp.gov.br/portal/">http://www.borborema.sp.gov.br/portal/</a>
São Paulo	Matão	CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo	Rua Mauá, 51 - 3º andar CEP 01028-900 - Luz São Paulo - Capital/ "	Rua Mauá, 51 - 3º andar CEP 01028-900 - Luz São Paulo - Capital/ "
São Paulo	Itápolis	Companhia Nacional de Energia Elétrica	Av Paulista, 2439 an 4Sao Paulo - SP	Tel: (11) 3060-9582
São Paulo	Araraquara	CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo	Rua Mauá, 51 - 3º andar CEP 01028-900 - Luz São Paulo - Capital	Telefone: 11 2627-8000 - <a href="http://www.cultura.sp.gov.br">www.cultura.sp.gov.br</a>

#### d. Locais para Prática de Turismo e Lazer

- **Atividades Turísticas nos municípios da AII**
- **Mesorregião Madeira-Guaporé**

A mesorregião Madeira-Guaporé é composta pelos municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari. O município de **Porto Velho** é banhado pelo rio Madeira, principal atrativo natural da localidade, que atrai muitos turistas para pescarias esportivas e por sua grandiosidade. No município são mantidas várias construções antigas que têm grande apelo turístico.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré teve sua construção iniciada em 1907 e concluída em 1912, tem 364 km de extensão e representa um marco importante para a história local. A EFMM foi desativada em 1972, voltando a funcionar parcialmente em 1981, quando seus 7 km iniciais passaram a ser usados como passeio turístico aos domingos. A atração permanece até hoje. O passeio vai de Porto Velho a Cachoeira de

Santo Antônio, a bordo da famosa “Maria Fumaça”. Este percurso também é conhecido como “Ferrovia dos Trilhos de Ouro” ou “Ferrovia do Diabo”, graças à lenda de que cada um dos 549 mil dormentes correspondia à vida de um homem que trabalhou em sua construção. Ainda fazem parte deste complexo ferroviário o Museu da EFMM, o Museu Geológico, o Prédio do Relógio, as Três Marias e a Capela de Santo Antônio.

O município de **Candeias do Jamari**, que fica a 20 km da capital do estado, não possui planejamento turístico. A Usina Hidrelétrica de Samuel é o grande atrativo para os visitantes da cidade, sendo o lago da hidrelétrica formado pelo rio Jamari, principal destino de visitação.

**Quadro 3.6.5.12-7– Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Madeira-Guaporé/RO**

<b>Porto Velho</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
<b>Rios e Cachoeiras</b>	Rios Madeira, Verde e Jaci, Ilha do Papagaio, Cachoeira de Santo Antônio, Cachoeira de Teotônio, Balneários.
<b>Parques, Reservas e Estações Ecológicas</b>	Parque Municipal de Porto Velho
<b>Atividades Turísticas</b>	
<b>Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre</b>	Lago do Cuniã.
<b>Outros</b>	Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Vila Ferroviária Três Caixas D'água, Prédio do Relógio, Seminário Maior João XXIII, Catedral Sagrado Coração de Jesus, Palácio do Governo, Prédio do Antigo Porto Velho Hotel, Capela de Santo Antônio, Casa da Cultura Ivan Marrocos, Museu Geológico, Vila Candelária, Memorial ao Imigrante, Porto do Cai n'Água
<b>Candeias do Jamari</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
<b>Rios e Cachoeiras</b>	Rio Candeias, Rio Jamari.
<b>Atividades Turísticas</b>	
<b>Outros</b>	Usina Hidrelétrica de Samuel.

Fonte: www.feriastur.tur.br e SETUR – RO

## • **Mesorregião Leste Rondoniense**

A Mesorregião Leste Rondoniense dos municípios da AII da LT 600Kv CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 é composta por 22 municípios e o turismo na região ainda é muito incipiente e o potencial turístico é apenas explorado em alguns municípios, sendo que não ocorrem incidências significativas nos demais, por esta razão não foi possível a descrição de todos eles, assim como a identificação de equipamentos de lazer e cultura.

O município de **Alto Paraíso** está localizado a pouco mais de 200 km de Porto Velho. No município, o principal atrativo é a Corrida do Jericó, ou a Fórmula 1 da Amazônia,

como é conhecida. Realizada anualmente, consiste numa prova em uma pista de barro e lama, com veículos adaptados a vida rural. A cada ano, por conta de sua popularidade, atrai cada vez mais público, se tornando uma referência em todo o estado. O município possui um local específico para essas provas chamado de jericódromo.



Fonte: [www.capitaldojerico.com](http://www.capitaldojerico.com)

**Foto 3.6.5.12-88– Jericódromo de Alto Paraíso**

O rio Jamari é o mais procurado por turistas, para campeonatos de pesca esportiva, e também é utilizado como praia por muitos visitantes, que inclusive acampam em suas margens. Na localidade ocorre todos os anos a tradicional Procissão de Nossa Senhora Aparecida até o santuário da Serrinha. A população do município de Alto Paraíso participa da Romaria de Nossa Senhora Aparecida, que sai da comunidade Nossa Senhora Auxiliadora e encerra com uma missa no Santuário localizado da Serrinha na LC-85. Essa festa religiosa teve início no ano de 1987 em Alto Paraíso em que, a cada ano, aumenta o número de seguidores. No ano de 2009 recebeu cerca de dois mil fieis com caravanas de várias linhas que interligam o Município.

O município de **Ariquemes** é muito articulado em relação às questões turísticas, apesar de não possuir uma secretaria específica para tal. Seus atrativos são as cachoeiras e os rios, com suas praias e locais para acampar. O município possui também um museu municipal, uma biblioteca e um centro cultural. O Balneário Batistão possui aproximadamente 250 hectares de mata nativa que vem sendo preservada e utilizada para realização de turismo pedagógico, através da Escola Agrícola, que mantém a área em seu território. O local possui trilhas, árvores catalogadas, cachoeira, uma grande variedade de pássaros, aves e animais silvestres. Os alunos e professores da Escola Agrícola fazem o trabalho de guias e orientam os visitantes sobre a

importância da preservação do meio ambiente. A visita requer agendamento prévio com a Escola.



Fonte: panoramio,2009.

**Foto 3.6.5.12-89 - Cachoeira em Ariquemes**

Com relação ao turismo cultural, destaca-se o Museu Rondon, que conta um pouco da história do Município. Ele foi criado em 2007. Ariquemes conta com infra-estrutura voltada para a prática esportiva, com ginásios de esportes e quadras cobertas na maioria dos bairros. Os principais pontos de lazer da cidade estão localizados na Avenida Canaã, onde se encontram restaurantes, lanchonetes, cachaçarias e cinema. Aproximadamente no fim do mês de julho acontece em Ariquemes, no Parque de Exposições da APA, uma das maiores exposições agropecuárias do país, a ExpoARI, evento que expõe maquinários e animais.

No município de **Monte Negro** os grandes atrativos são: a Festa de São José e o Festival de Praia (setembro). O município não possui grande apelo turístico, tendo apenas o Museu Minereológico e Histórico Assis Chateaubriand, como opção cultural.

Em **Cacaulândia** não foram identificadas áreas de valor histórico e cultural. A festa de aniversário da cidade (fevereiro ou março, de acordo com as chuvas), Festa de Nossa Senhora do Carmo (julho) e Expo Agricultura (julho a setembro) são os pontos altos do turismo na cidade. A cidade possui ainda uma cachoeira e uma pousada ecológica.



Fonte: Prefeitura de Cacaulândia

**Foto 3.6.5.12-90 – Festa de Aniversário do Município de Cacaulândia**

O município de **Jaru** possui algumas opções para turismo, sendo os Balneários Bela Vista e Primavera os mais procurados para o turismo ecológico. O rio Jaru é utilizado como lazer para a população local. O município ainda possui um estádio de futebol e um parque, o Amazon Park, que abriga eventos, destaque para o campeonato de motocross, que atrai muitos visitantes ao município.

Segundo informações apuradas em campo, o município de **Ouro Preto do Oeste** possui algumas atrações turísticas, sendo o Parque Chico Mendes, a de maior destaque. O Parque Chico Mendes é uma reserva municipal a cinco quilômetros do centro do município. Dentro do parque fica o morro Chico Mendes, de cerca de 450 metros de altura, coberto de vegetação nativa, que atrai por possuir algumas trilhas. O local é área de preservação ambiental.





Fonte: [www.bichoderondônia.com.br](http://www.bichoderondônia.com.br)

**Foto 3.6.5.12-91- Vale das Cahoeiras – Ouro Preto do Oeste**

**Quadro 3.6.5.12-7– Atividades Turísticas na Mesorregião Leste Rondoniense/RO**

<b>Alto Paraíso</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
<b>Rios e Cachoeiras</b>	Rio Jamari, Rio Massangana
<b>Atividades Turísticas</b>	
<b>Outros</b>	Santuário da Serrinha
<b>Ariquemes</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
<b>Rios e Cachoeiras</b>	Rio Quatro Cachoeiras, Rio Canaã, Rio Jamari, Cachoeira Descovado, Cachoeira Monte Cristo
<b>Parques, Reservas e Estações Ecológicas</b>	Balneário Batistão
<b>Equipamentos Culturais</b>	
<b>Outros</b>	Museu Rondon, Biblioteca Municipal Pedro Tavares Batalha, Centro Cultural Rui Barbosa
<b>Monte Negro</b>	
<b>Equipamentos Culturais</b>	
<b>Outros</b>	Museu Minereológico e Histórico Assis Chateaubriand
<b>Cacaulândia</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
<b>Rios e Cachoeiras</b>	Cachoeira Vale do Rio Pardo
<b>Atividades Turísticas</b>	
<b>Outros</b>	Pousada Ecológica
<b>Jaru</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
<b>Rios e Cachoeiras</b>	Rio Jaru, Cachoeira Bom Jardim
<b>Parques, Reservas e Estações Ecológicas</b>	Balneário Bela Vista, Balneário Primavera
<b>Atividades Turísticas</b>	
<b>Outros</b>	Amazon Park, Estádio Leal Chapelão
<b>Ouro Preto do Oeste</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
<b>Rios e Cachoeiras</b>	Vale das Cachoeiras
<b>Parques, Reservas e Estações Ecológicas</b>	Parque Chico Mendes
<b>Atividades Turísticas</b>	
<b>Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre</b>	Vôo livre (Parque Chico Mendes)
<b>Outros</b>	Hotel Fazenda Coimbra Parque
<b>Presidente Médici</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
<b>Rios e Cachoeiras</b>	Rio Machado
<b>Atividades Turísticas</b>	
<b>Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre</b>	Alpinismo
<b>Equipamentos Culturais</b>	
<b>Outros</b>	Sítio Arqueológico, Museu Arqueológico e Centro Cultural Municipal

Rolim de Moura	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Guaporé, Rio Rolim de Moura
Atividades Turísticas	
Festas e Eventos	Baile Anos Incríveis; Baile do Havai; Baile Universitário Fest; EXPOAGRO; Festa do Patrão; Festa do Tambaqui; RolimChop; Etapas Regionais de Fusca Cross e MotoCross; Copa ROTARY de Futsal; Copa conectiva de futsal; Festa do Milho; Estancia Balneária Number One. Além do C.T.G.
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Porto Rolim, kartódromo, Rolim Skate Park
Corumbiara	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Corumbiara
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Balneário dos Índios

- **Mesorregião Sudoeste Mato-Grossense**

A Mesorregião Sudoeste Mato-Grossense dos municípios da All da LT 600kV oletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02 é composta 11 municípios, com uma incipiente estrutura turística.

Na Mesorregião do Sudoeste Mato-Grossense, os municípios estão em processo de estruturação para que o turismo se torne expressivo e potencialmente rentável. A escolha de Cuiabá como uma das cidades sede do evento, foi o fator decisivo para essa mudança de estratégia dos municípios. As Prefeituras Municipais, apoiadas pelo Governo Estadual estão se unindo em parcerias para melhorias no setor de turismo de todos os municípios no entrono de Cuiabá, porém, ainda há muito trabalho a ser feito.

O município de **Comodoro** está procurando se organizar para oferecer uma melhor infraestrutura turística para seus visitantes. A administração municipal vem apoiando a realização de eventos, como a feira agropecuária e a festa do peão, festivais de pesca, festival da canção e carnaval de rua, e investindo na implantação de uma infraestrutura que possibilite a exploração do potencial natural do município para o ecoturismo. Recentemente o município participou de um evento realizado pela SEDTUR-MT, com objetivo de orientar as secretarias municipais sobre o planejamento turístico do ano de 2010. No encontro estiveram presentes representantes do Ministério do Turismo e da AGE COPA, a Agência que vai coordenar as ações específicas visando a Copa do Mundo de 2014, uma vez que Cuiabá será uma das sedes.

**Quadro 3.6.5.12-8 – Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Norte Mato-grossense/MT**

Comodoro	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Romualdo, Cachoeira da Usina, Cachoeira do córrego Areia Branca.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Balneário Santolin, Horto Florestal



Fonte: [www.citybrazil.com.br](http://www.citybrazil.com.br)

**Foto 3.6.5.12-92 - Cachoeira do Córrego Areia Branca**

**Nova Lacerda** é um município famoso por preservar seu patrimônio natural, como o rio Guaporé e a Cascata Uirapuru, que são atrativos para quem busca turismo ecológico. O rio Galera conserva águas vivas e transparentes. A Prefeitura Municipal tem em vista vários projetos de desenvolvimento turístico, em andamento, inclusive uma parceria com o ramo hoteleiro local no sentido de implantar a atividade turística no município.

No município **Vila Bela da Santíssima Trindade** as ruínas da antiga capital da província do Mato Grosso, situadas às margens do rio Guaporé, são um grande atrativo. O Parque Estadual da Serra de Ricardo Franco, localizado nas terras altas da Amazônia Ocidental, no chamado Vale do Guaporé, entre os estados de Mato Grosso e Rondônia, preserva animais ameaçados de extinção como a onça-pintada, o tamanduá-de-colete, a preguiça-real e o boto-cor-de-rosa.

As festas populares quase sempre estão unidas às religiosas, como a dança do Congo e a do Chorado que são exibidas durante a festa de São Benedito, em julho, e têm origem nas manifestações dos escravos africanos.



Foto 3.6.5.12-93-ruínas da antiga capital da província do Mato Grosso

O município de **Pontes e Lacerda**, através da sua Secretaria de Turismo, vem investindo na potencialidade do turismo, em especial do ecoturismo no município. A secretaria traçou metas para a exploração turística dos locais predeterminados. A Prefeitura está ciente que para tanto serão necessárias várias medidas, tais como: transformação das potencialidades em produtos, formatação de roteiros e divulgação, qualificação e agrupamento de artesões, qualificação no atendimento ao turista, agência receptiva, melhorias no acesso ao município.



Fonte: [www.feriastur.tur.br](http://www.feriastur.tur.br)

Foto 3.6.5.12-94- Cascata Uirapuru – Pontes e Lacerda

No município de **Jauru**, a Usina Hidrelétrica de Jauru é um dos principais pontos de visitação, por sua grandiosidade. O município tem uma forte presença religiosa - são realizadas festas e comemorações tradicionais, como o retiro de oração em fevereiro; a comemoração da chegada da imagem de Nossa Senhora do Pilar; e a tradicional festa

do dia 12 de Outubro, com romeiros vindos de vários estados brasileiros e inclusive do exterior.



Fonte: Prefeitura de Juruá

**Foto 3.6.5.12-95 – Usina Hidrelétrica de Juruá – Juruá**

**Quadro 3.6.5.12-9 – Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Sudoeste Mato-Grossense/MT**

<b>Nova Lacerda</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
<b>Rios e Cachoeiras</b>	Cascata Uirapuru, Sararé II “Cachoeira da Funai”, Rio Galera
<b>Pontes e Lacerda</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
<b>Rios e Cachoeiras</b>	Rio Alegre, Rio Barbado, Rio Guaporé, Cachoeira do Rio Minuto, Cascata Uirapuru
<b>Atividades Turísticas</b>	
<b>Festas e Eventos</b>	Femuse, festa do padroeiro Bom Jesus, Festa da Maria Capoeira, Expoeste (feira agropecuária), Festival de Pesca, Festival gastronômico de peixe, Festival de licores e cachaça e Festival de música
<b>Turismo Rural</b>	Estância pousada do sol, Associação centro de tecnologia alternativa, Chácara do Serginho e Fazenda família Fagundes.
<b>Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre</b>	Morro Monte Cristo, Ruínas, Mirante da Serra do Patrimônio e visitas as propriedades com rede de expansão de telégrafos de marechal Rondon, escalada, rapel, banho de cachoeira, passeio de barco, bote ou caiaque pesca esportiva, contemplação da fauna e flora
<b>Juruá</b>	

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Jauru
Atividades Turísticas	
Outros	Usina Hidrelétrica de Jauru

Fonte: Prefeituras municipais de Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Jauru.

- **Mesoregião do Centro-Sul Mato-grossense**

A Mesoregião do Centro-Sul Mato-grossense dos municípios da AII da LT 600kV coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02 é composta 07 municípios, ainda girando em torno da capital do estado. Nessa Mesoregião, **Cuiabá** é o principal destino turístico. Conforme citado anteriormente, os demais municípios do estado, especialmente do entorno de Cuiabá, estão se organizando para oferecer ao turista uma infraestrutura turística ao nível de Cuiabá, para 2014.

O município de **Cuiabá**, sendo a capital do estado do Mato Grosso, recebe muitos turistas que vem a trabalho, portanto sua rede de hotéis está pronta para atender a demanda de visitantes. A cidade tem todos os atrativos de um grande centro urbano, como *shopping centers*, cinema, boates, lojas, bares e restaurantes. Além disso, existem várias opções de lazer ecológico. O centro de Cuiabá é agitado pelo comércio, mas ainda possui vários monumentos que lembram muito seu passado e sua história de quase três séculos. A cidade de quase 300 anos, apesar de ser um centro urbano, guarda símbolos de sua colonização, como a Igreja Matriz que é de 1722.

O município é passagem natural dos turistas que estão a caminho do Pantanal, que fica a cerca de 100 quilômetros da capital do Estado. É oferecido ao turista que segue viagem de Cuiabá para qualquer município Pantaneiro, várias opções de transporte como carro, avião ou barco. A própria viagem de Cuiabá se torna um passeio pelos diversos rios da bacia ou um safári fotográfico pela Rodovia Transpantaneira.

Em 2009, a cidade foi escolhida como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol, no Brasil, em 2014. A Prefeitura está finalizando um Plano Diretor que pretende investir bilhões de reais para melhorias até a data do evento. Será construído um novo e moderno estádio de futebol. A cidade ganhará um anel viário, e ainda milhões de reais em investimentos em transportes públicos, ampliação, adequação e construção de vias públicas. O *slogan* da campanha da cidade é “Copa no Pantanal – Cuiabá 2014”.



Fonte: [www.copanopantanal.com.br](http://www.copanopantanal.com.br)

**Foto 3.6.5.12-96 - Obelisco do Centro Geodésico da América do Sul.**

A economia no município de **Santo Antônio de Leverger** se apóia fortemente no turismo cuja atividade expande-se através do rio Cuiabá, Pantanal e no próprio sítio urbano. As praias atraem muitos turistas, que também visitam a cidade durante o carnaval, onde vários blocos vão as ruas.

O caminho das águas, conhecido como Rota das Baías, é feito de barco entre Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço, passando por antigas usinas de açúcar e álcool, podendo-se ver toda a beleza do pantanal.

O município abriga o povoado de Mimoso, localizado às margens da Baía de Chacororé. Nesse distrito nasceu Cândido Mariano da Silva Rondon, o “Patrono das Comunicações”. Está sendo construído o Memorial Rondon, que abrigará museu, biblioteca e base para atividades turístico-culturais, além de um aeródromo, uma marina e uma casa de festas.





Fonte: [www.feriastur.tur.br](http://www.feriastur.tur.br)

**Foto 3.6.5.12-97 – Rota das Baías**

**Quadro 3.6.5.12-10 – Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Centro-Sul Mato-grossense/MT**

<b>Santo Antônio de Leverger</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
Rios e Cachoeiras	Rio Paraguai, Rio Cuiabá, Rio São Lourenço, Bacia do Prata, Praia de Santo Antônio do Leverger, Praia das Veredas,.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Serra de São Jerônimo
<b>Cuiabá</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
Rios e Cachoeiras	Rio Coxipó, Rio Cuiabá.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Mãe Bonifácia, Parque Mossairo Okamura, Morro da Luz (Morro da Colina), Horto Florestal.
<b>Equipamentos Culturais</b>	
	Museu do Rio, Museu Rondon, Museu da Imagem e do Som de Cuiabá, Museu de Arte e Cultura Popular (Universidade Federal de Mato Grosso)
<b>Atividades Turísticas</b>	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Aquário Municipal, Zoológico da Universidade Federal do Mato Grosso.
Outros	Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Igreja do Rosário, Igreja de São Benedito, Palácio da Instrução, Obelisco do Centro Geodésico da América do Sul.

Fonte: [www.copanopantanal.com.br](http://www.copanopantanal.com.br)

• **Mesorregião Sudeste Mato-grossense**

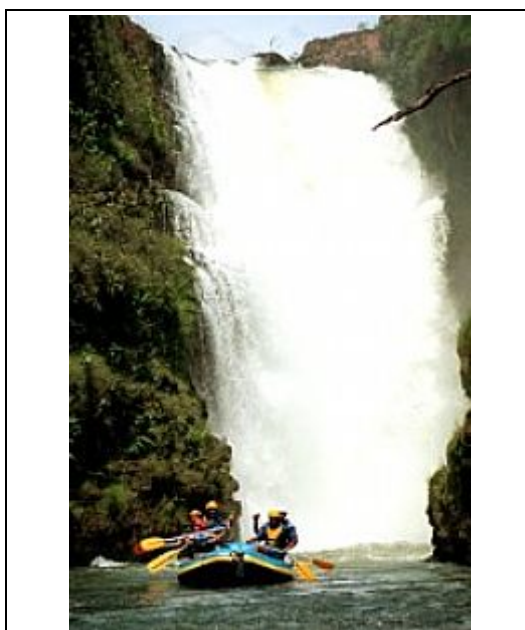
A Mesorregião Sudeste Mato-grossense dos municípios da AII da LT 600kV coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02 é composta 7 municípios e nessa Mesorregião os principais destinos são Jaciara, Juscimeira, Rondonópolis.

A atividade turística no município de **Jaciara** é recente, tendo como principais atrativos as cachoeiras, distribuídas por todo o território. A mais visitada é a Cachoeira da

Fumaça, distante 10 km da cidade. No Complexo Cachoeira da Fumaça estão localizados os Balneários Rocha, Thermas Cachoeira da Fumaça, Estância ECO GAETA e Paraíso das Águas, acessíveis através da Estrada Parque Cachoeira da Fumaça, que cruza todo o Complexo.

Outro atrativo é o Altar da Lua, no rio Tenente Amaral, no Vale das Perdidas, onde, além das pinturas rupestres, existem várias corredeiras de águas cristalinas que vão desembocar no rio São Lourenço, um dos formadores da Bacia Pantaneira. No rio Tenente Amaral pratica-se o *rafting*, esporte radical com forte apelo turístico na região.

No momento a Prefeitura investe no Turismo visando à Copa do Mundo, em 2014. Foi criada uma comissão de turismo, o Comitê Jaciarense Pro - Copa 2014, já que a cidade não possui secretaria específica. A meta é organizar todo tipo de investimento turístico no município para o evento esportivo que terá em Cuiabá uma de suas sedes.



Fonte: [www.feriastur.tur.br](http://www.feriastur.tur.br)

**Foto 3.6.5.12-98– Grupo fazendo rafting na Cachoeira da Fumaça – Jaciara – MT.**

O grande atrativo turístico e de lazer de **Juscimeira** são os balneários de águas termais, destacando-se entre elas: a Termas Alphaville, Termas Aquários, Garimpos das Águas, o Hotel Tropical, as Termas São Francisco e a Fazenda JR. O município é conhecido como paraíso das águas quentes.

Além delas, constituem-se em locais de visitação as Cachoeiras do Chuveirão, do Prata, das Sete Quedas e do Bispo.



Fonte: /www.ferias.tur.br

**Foto 3.6.5.12-99– Cachoeira do Prata – Juscimeira – MT.**

O município de **Rondonópolis**, ao sul do estado, atrai turistas aos *canyons* que cortam o cerrado e águas que vão desembocar no rio Vermelho, um dos formadores da bacia do Prata, onde são disputadas provas de canoagem, assim como no rio Ponte de Pedra.

No município se localiza a Cidade de Pedra, um complexo rochoso e sítio arqueológico, que é referência para o turismo cultural local. Na Cidade da Pedra os sítios arqueológicos guardam pinturas rupestres espalhadas em diversas "lapas". A Cidade da Pedra se encontra dentro do Parque Ecológico João Basso, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O Parque Ecológico João Basso é uma das maiores reservas reconhecidas do Mato Grosso e está entre as dez maiores do Brasil e compreende um ecossistema de cerrado, rios cachoeirados, sítios arqueológicos, fauna e flora típicas da região. Ao longo do rio Ponte de Pedra e Rio Vermelho é possível a prática de esportes radicais e possui várias áreas para lazer.



Fonte: A Tribuna do Mato Grosso

**Foto 3.6.5.12-100 – Canyons do Parque Ecológico João Basso – Rondonópolis – MT.**

**Quadro 3.6.5.12-6 – Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Sudeste Mato-grossense/MT**

<b>Jaciara</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira da Fumaça, rio São Lourenço, rio Tenente Amaral
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Vale das Perdas
<b>Atividades Turísticas</b>	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Balneários Rocha, Thermas Cachoeira da Fumaça, Estância ECO GAETA e Paraíso das Águas
Outros	Altar da Lua
<b>Juscimeira</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Chuveirão, Cachoeira do Prata, Cachoeira das Sete Quedas, Cachoeira do Bispo, Cachoeira do Beleza.
<b>Atividades Turísticas</b>	
Outros	Alphaville, Termas Aquários, Garimpos das Águas, o Hotel Tropical, as Termas São Francisco e a Fazenda JR., Gruta de Nossa Senhora de Lourdes.
<b>Rondonópolis</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
Rios e Cachoeiras	Rio Vermelho, Rio Ponte de Pedra
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Ecológico João Basso

Fonte: Prefeituras municipais de Jaciara, Juscimeira e Rondonópolis.

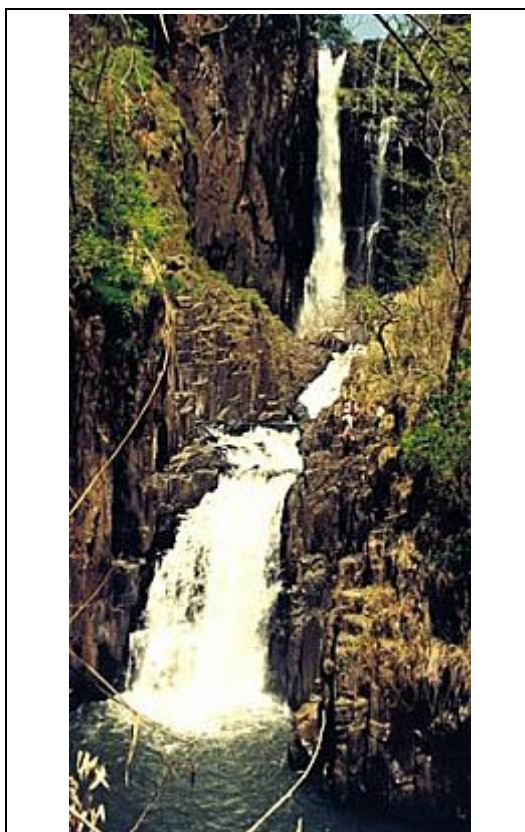
• **Mesorregião do Sul Goiano**

A Mesorregião do Sul Goiano dos municípios da All da LT 600kV coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 02 é composta 5 municípios e dentre os municípios desta Mesorregião não foi possível identificar atrativos turísticos no município de Itarumã.

Em **Santa Rita do Araguaia** os principais atrativos são naturais, como rios, córregos e cachoeiras. As principais atividades culturais são as Festas Religiosas: Festa de Santa Rita dos Impossíveis, padroeira da cidade; Festa Junina na praça. O Rio Araguaia é o seu principal atrativo turístico. O município está às margens do rio, para onde seguem vários turistas, em época de temporada

Em **Mineiros** destacam-se as cachoeiras juntamente com o Parque Nacional das Emas. O Parque foi criado em 1961 e está a 85 quilômetros do centro urbano. Ele possui uma área de 131.800 hectares e está localizado no extremo sudoeste do estado de Goiás, próximo às divisas com o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Representa uma das mais importantes Unidades de Conservação do Cerrado devido à sua extensão e integridade de habitats, riqueza faunística e presença de espécies raras e ameaçadas de extinção, em 1999 foi incluído nas Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal (MMA, 1999) como área de importância biológica extremamente alta, considerado Patrimônio Mundial. Possui uma rica biodiversidade e abundância de espécies como a onça-pintada, a onça-parda, o tatu-canastra, o queixada, o lobo-guará, a anta, o veado-campeiro, a jaguatirica, o cachorro-do-mato, a ema, entre outros. A fragmentação do habitat natural fez com que o Parque e as reservas legais das propriedades adjacentes se tornassem refúgios para a fauna nativa. Os limites do Parque não representam barreiras para os animais, que se deslocam entre o parque e as propriedades rurais.

Mineiros é também um município de muitas cachoeiras. Até então já foram catalogadas mais de cento e vinte, todas com possibilidade para a prática do turismo. Pode-se destacar a Cachoeira da Pinguela, do Sucuri e a dos Dois Saltos, considerada como uma das mais bonitas do Brasil. As **Correntes das Cachoeiras** são uma série de quedas d'água, cercadas por vegetação típica do cerrado. As mais conhecidas são: Cachoeira do Rio Verde, do Ribeirão, Invernadinha, Dois Saltos, do Sucuri, da Pinguela, das Perdizes, localizadas na região do Pinga-Fogo, onde se encontra um conjunto de serras.



Fonte: [www.feriastur.tur.br](http://www.feriastur.tur.br)

**Foto 3.6.5.12-101 -Cachoeira Dois Saltos -  
Mineiros**

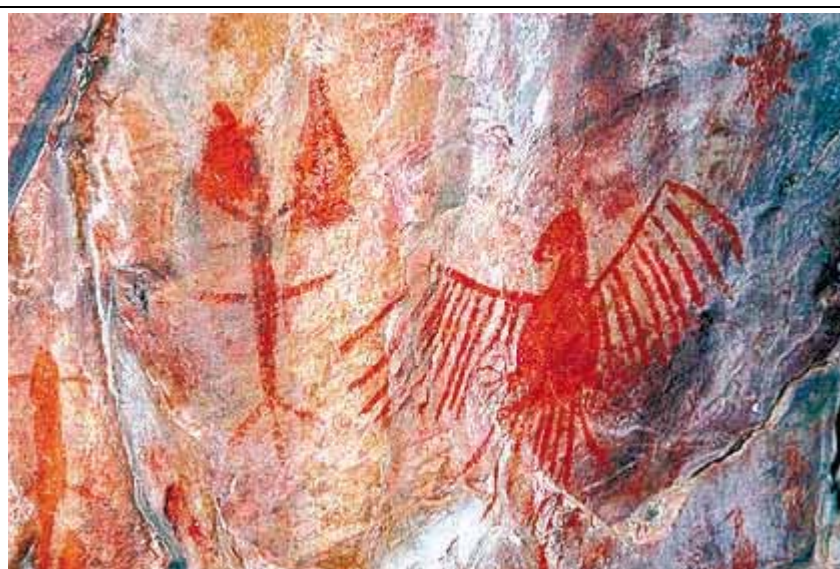
No município podem-se observar mirantes na região do pinga-fogo. Um conjunto de serras, cortadas pelos rios Formiguinha, Diamantino e Matrinchã, também constitui suas paisagens bem como a Serra dos Caiapós, de onde brotam mais de duas mil nascentes de água.

Mineiros conta com rica variedade de fauna, flora, piscinas naturais, grutas e abrigos, destacando-se o lendário morro da **Pedra Aparada**, que fica a 63 quilômetros de da sede do município e conta com um sítio arqueológico e ecológico importante, seja pela imponência de suas formas e características ecológicas, bem como, por suas lendas. Outro atrativo: Águas Sulfurosas dos Pilões, que é uma fonte hídrica considerada medicinal pelo alto teor de enxofre em suas águas. Na região os sítos arqueológicos se fazem presentes, estando dentro da Fazenda da Lagoa Azul, A Fazenda lema e Fazenda Paturi, onde foram encontradas pinturas rupestres.

As suas principais festas culturais e religiosas são: Festa dos Santos Reis; Carnaval; Festa dos Amigos do Mineirinho; Festa de Nossa Senhora de Fátima, no Salto Jataí; Juninão – Festa Junina do município/ Festa Junina do Buracão/ Festa de Santo

Antônio/ Festa Junina no Bira – Matrinchã; Festa de Nossa Senhora da Abadia; Festa da Comunidade do São Domingo e Dia da Consciência Negra.

**Serranópolis** tem um dos maiores patrimônios pré-históricos do Brasil, por suas serras com grutas onde foram encontrados esqueleto humanos com 11 mil anos atrás. No interior das grutas foram também encontrados materiais líticos como pontas de flecha, machadinha e cavadeira, entre outros. Por esta razão a cidade é procurada por estudantes e pesquisadores em busca de pesquisas e novas descobertas.



Fonte: EcoViagem Uol

**Foto 3.6.5.12-102 – Pinturas Rupestres nas Grutas de Serranópolis**

O sítio arqueológico da Pousada das Araras é um dos maiores sítios arqueológicos da América do Sul, e é uma RPPN (Reserva Particular de Patrimônio Nacional). No local foram encontrados evidências de um homem primitivo de 11 mil anos. Além disso, suas grutas, passeios ecológicos e seu olho d'água atraem inclusive turistas que não vão ao local com estudo por finalidade.

As Folias de Reis e Festa Junina são as atividades culturais mais expressivas da localidade. O início da preparação da primeira acontece em dezembro e é realizada em diversos pontos da cidade de Serranópolis e proximidades rurais pelo grupo de foliões. A segunda tem início em junho e é uma festa folclórica, envolvendo as diversas instituições sociais e culturais da cidade. Realizam também a Festa de Nossa Senhora de Fátima, no mês de maio, uma manifestação religiosa tradicional realizada através de Romaria e confraternização no Salão Paroquial, que envolve a comunidade religiosa local e turistas.

Além das festas religiosas o Município realiza a Exposição Agropecuária em agosto, uma festa tradicional da cidade com rodeios e exposições agropecuárias, que acontece

no Parque de Exposição, promovida pelo Sindicato Rural envolvendo toda a comunidade e turistas.

O município de **Jataí** é bem articulado em termos de organização turística, o município possui tanto atrações naturais, quanto, museus e parques. Pode ser destacado o monumento histórico do Busto do Tenente Diomar Menezes, consagrado herói na Segunda Guerra Mundial e natural do município. O município também realiza anualmente as festas: Folia de Reis, Festa de São Sebastião, Carnaval, Festa do Divino Espírito Santo, Festa Junina, Festa do Milho, Rodeio Criolo, Festa de Nossa Senhora de Abadia e o Mutirão das Fiandeiras e Tecedeiras.



Fonte: Wikipédia

**Foto 3.6.5.12-103– Lago Bonsucesso, Jataí.**

**Quadro 3.6.5.12-11– Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Sul Goiano/GO**

<b>Santa Rita do Araguaia</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
Rios e Cachoeiras	Rio Araguaia, Cachoeira Couto Magalhães, Cachoeira Dois Saltos - Ribeirão Salto, Cachoeira - Córrego Cervo Cachoeira cidades Santa Rita e Alto Araguaia/Unsina Rio Babilônia Corgão, Bebedouro, Agrovila Ivapé, da Jóia e Matinha
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Dunas na Foz do Córrego Marimbondo com o Rio Araguaia Grutas e Cavernas
<b>Mineiros</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Ribeirão Invernadinha , Cachoeira do Rio Verde Cachoeiras: Pinguela, Sucuri, e Dois Saltos,, Cachoeiras dos Coqueiros, Corrente das Cachoeiras
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Nacional das Emas, Pedra Aparada, Morro do Caixão
<b>Serranópolis</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
Rios e Cachoeiras	Rio Corrente, Cachoeira do Diogo.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Fazenda Três Cachoeiras, Pinturas Rupestres
<b>Equipamentos Culturais</b>	
Outros	Sítio Arqueológico Manoel Vieira Braga, Museu de História Natural da Serra do



	Cafezal, Aquário Natural.
<b>Jataí</b>	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira Bonsucesso
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Diacuí, Parque Ecológico JK e Lago Bonsucesso, Balneário Brasnipo
<b>Atividades Turísticas Festas e equipamentos culturais</b>	
Festas e Eventos	Folia de Reis; Festa de São Sebastião; Carnaval de Rua em Jataí; Festa do Divino Espírito Santo; Festa Junina; Festa do Milho, Rodeio Criolo; Festa de Nossa Senhora de Abadia –Festa de Nossa Senhora D’Abadia
Outros	Centro Cultural Basileu Toledo França , Memorial JK (Jataí), Cristo Redentor , Pontal do Urutau, Catedral Divino Espírito Santo, Thermas Beach Parklube, Casa do Artesão

Fonte: [www.feriastur.tur.br](http://www.feriastur.tur.br)

### • **Mesorregião do Triângulo Mineiro/ Alto Parnaíba**

A Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba é composta pelos municípios de Limeira do Oeste e Iturama. Os municípios desta Mesorregião apóiam suas economias na agricultura, o turismo ainda é uma atividade muito incipiente.

Em **Itaramã**, destaca-se o Parque Ecológico de Água Vermelha: com área de aproximadamente 45 hectares, localizada às margens da rodovia que liga Iturama a Usina Hidrelétrica de Água Vermelha (a 16 km de Iturama). O parque possui uma área com cerrado e uma significativa mata com diversas espécies vegetais e animais.

O Parque possui uma de minerais semipreciosos ao longo do leito do rio lá são encontrados quartzos, ágatas, e minério de ferro. Na sua parte superior, há uma grande área de erosão natural, provocada pelas intempéries naturais, chamada de cratera, onde se nota visivelmente as camadas de solo, com uma altura aproximada de 25 metros.

No Parque de Exposições de Ituramã, o recinto Rubens Bernardes Coelho, foi o primeiro espaço totalmente coberto no Brasil para fins de rodeios, provas do laço e outras modalidades do gênero. Com uma área de 8.500 m<sup>2</sup>, o recinto abriga doze mil e quinhentas pessoas sentadas, mais de duzentos e vinte camarotes com capacidade de quatro pessoas cada um. O palco para shows tem cento e vinte metros quadrados. Possui ainda em seu andar superior, um amplo salão de recepções.

No mês de agosto acontece a exposição Agro-Industrial de Ituramã, com rodeio profissional, grandes shows, demonstrações de produtos e gado e muitas festas. Neste período o parque de exposições e o recinto coberto, ficam totalmente lotados.

No município todo dia 1º de Maio é realizada uma feira cultural na principal praça da cidade, em homenagem ao dia do trabalho. Nessa feira os artistas locais expõem seus

trabalhos, sendo: artesanatos, peças de teatro, danças, apresentações e shows musicais, gastronomia, pinturas, exposições de tecidos, roupas e calçados.

Itaruma é conhecida como a cidade das festas. O calendário festivo da cidade é bastante amplo. Como principal festa, a EXPORAMA é a festa agropecuária de Itaruma, que reúne um grande público, que presencia shows, exposições de animais, de máquinas e implementos agrícolas, parque de diversões e montaria em touros e cavalos. É realizada sempre no mês de julho.

Outras festividades são a Festa das Igrejas Matriz e de Santa Rosa de Lima e as festas de Peão e os shows tradicionais realizados em locais próprios.

- **Mesorregião São José do Rio Preto**

A Mesorregião São José do Rio Preto dos municípios da AII da LT 600kV coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02 é composta 23 municípios onde destaca-se o município de Votuporanga na atividade turística.

O município de **Votuporanga** conta com conselho para trabalhar as questões turísticas — o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que tem como objetivo planejar, controlar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do turismo local, além de promover e apoiar iniciativas de gestão compartilhada, formação de parcerias e alianças, que visam o desenvolvimento do turismo municipal. Ainda em fase de formação, seus principais objetivos são: fortalecimento do artesanato local, qualificar agentes culturais, dando aos jovens da cidade a oportunidade do primeiro emprego e inventariar a oferta turística no município a fim de melhor promover a cidade, registrar as ofertas já existentes. Já foram formulados roteiros turísticos para implementar a atividade local, conforme apontado no quadro a seguir.

**Quadro 3.6.5.12-12- Roteiros Turísticos Programas pela Prefeitura de Votuporanga**

<b>Roteiro 1</b>	<p>Museu Municipal Edward Coruripe Costa Antiga Algodoeira Matarazzo Antigo prédio do Fórum e câmara Municipal Estação Ferroviária Igreja Matriz Complexo de casas dos ferroviários</p> <p>Estrada Cultural “Lendas e Mitos”: levá-los a conhecer os vestígios das primeiras vilas e fazendas da região da década de 20 e 30. Desbravados pelas comitivas boiadeiras.</p>
<b>Roteiro 2</b>	<p>Cruzamento Pólo Regional Noroeste Paulista - APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios) Nascente Boiadeira Túneis arbóreos de mata nativa Vila Carvalho Cemitério Boiadeiro Bairro Cruzeiro Cemitério Boiadeiro da Prata Bairro do Carrilho Cemitério de crianças da Dona Arcanja Casarão de 1932 Casarão de 1936 Engenho de cachaça artesanal Estrada dos Lima Simonsem</p> <p><b>Cachaça Artesanal:</b> conhecer o processo de fabricação da cachaça artesanal e ainda curiosidades sobre armazenamento e degustação.</p> <p><b>Fazendas Históricas:</b> apresentar o cenário onde foram vivenciadas as primeiras fazendas cafeeiras da cidade da década de 30.</p>
<b>Roteiro 3</b>	<p>Fazenda Bell Champ (engenho) Fazenda Favaro Fazenda Santa Terezinha Fazenda Torres</p>

Fonte: Prefeitura de Votuporanga.

Dentre outras atividades destacam-se as feiras de artesanato e as feiras livres. A **Feira Livre:** Acontece toda quinta-feira das 15h às 22 horas, na praça São Bento. O evento já é um referencial no turismo da região, pois oferece aos seus visitantes uma grande variedade de produtos, serviços e lazer. Verduras, frutas e legumes fresquinhos, doces e salgados da cozinha brasileira, fazem da sua praça de alimentação uma grande atração.

**Feira de Artesanato:** O turista que visita Votuporanga não pode deixar de conhecer as produções artesanais da Cidade que ficam expostas todo início do mês, do dia 1º ao dia 11, das 09 h até 22 horas na Praça Matriz, pela Avoart (Associação Votuporanguense de Artesãos).



Fonte: Prefeitura de Votuporanga

**Foto 3.6.5.12-104 – Igreja Matriz de Votuporanga**

No município de **Fernandópolis** o destaque fica por conta do Museu Histórico Carlos Barozzi e o do Museu Arqueológico, nele há exposição de parte das ossadas encontradas no sítio arqueológico nas margens do Rio Grande, assim como outras ossadas e objetos de civilizações antigas da região.

A Estrada de Ferro de Araraquara (EFA) foi fundada em 1896, com seu primeiro trecho aberto ao tráfego em 1898. Somente em 1933, depois de ter sido estatizada a linha foi prolongada até Mirassol, e em 1941 começou a avançar mais rapidamente, chegando a Presidente Vargas em 1952, seu ponto final à beira do rio Paraná.

**Quadro 3.6.5.12-13– Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião São José do Rio Preto/SP**

Votuporanga	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Parques, Reservas e Estoes Ecológicas	Horto Florestal
Equipamentos Culturais	
Outros	Igreja Nossa Senhora Aparecida – Praça da Matriz; Biblioteca Municipal; Concha Acústica; Praça São Bento; Monumento Tori; Centro de Lazer do Trabalhador

Fonte: Prefeitura de Votuporanga

- **Mesorregião de Araraquara**

A Mesorregião de Araraquara dos municípios da All da LT 600kV Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N 02 é composta 07 municípios e tem o município de Araraquara como seu principal centro turístico. **Araraquara**  a maior cidade da Mesorregião que leva

seu nome. O município possui várias atrações culturais. A cidade possui quatro teatros, um com capacidade para até 3 mil pessoas. O município também possui uma Orquestra Filarmônica Experimental Uniara, da universidade local, que se apresenta regularmente na cidade.



Fonte: Prefeitura de Araraquara

**Foto 3.6.5.12-105– Teatro de Arena Araraquara**

**Quadro 3.6.5.12-14 – Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Araraquara/SP**

Araraquara	
<b>Atrativos Naturais e Ecológicos</b>	
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Fonte Luminosa, Parque do Basalto, Parque Infantil, Parque Pinheirinho, Bosque do Botânico, Bosque D.E.R.
<b>Equipamentos culturais</b>	
Outros	Casa da Cultura Luiz Antônio Martinez Corrêa, Palacete da Esplanada das Rosas, Arquivo Público Histórico Prof. Rodolpho Telarolli, Espaço Cultural Paulo Mascia Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria, Museu Ferroviário Francisco Aureliano de Araújo, Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara, Museu da Imagem e do Som Maestro José Tescari, Teatro Municipal de Araraquara, Teatro Wallace Leal Valentin Rodrigues, Teatro de Arena Prefeito Benedito de Oliveira, Biblioteca Municipal Mario de Andrade, Biblioteca Municipal Infantil Monteiro Lobato.

Fonte: Prefeitura de Araraquara, 2009.

• **Locais de turismo e lazer ao longo do corredor em estudo**

O patrimônio natural aparece como o principal atrativo turístico da região estudada na LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. Nos trechos 1 e 2 entre os municípios de Porto Velho (RO) / Nova Lacerda (MT) no Alto Araguaia, destacam-se os balneários e a pesca esportiva como principais atividades de turismo e lazer identificados ao longo de todo o corredor em estudo. Os locais com potencial interferência do empreendimento estão elencados no quadro a final desse item.

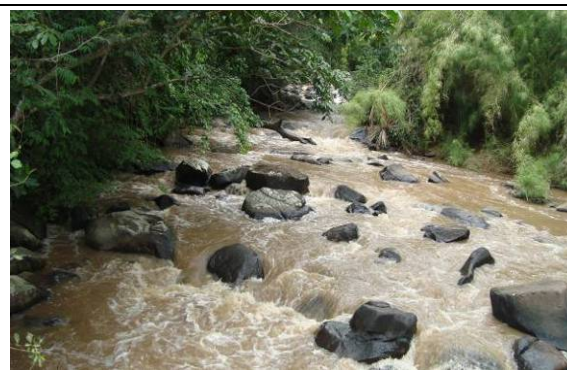
Em Rondônia, as cachoeiras do Rio Candeias e seus tributários são lugares bastante procurados pelos turistas das cidades de Rondônia e Acre.

No caso de Rondônia, nota-se que o fim do pólo turístico das Cachoeiras de Santo Antônio e Teotônio com a implantação da UHE do Madeira, está deslocando o fluxo turístico do Madeira para os balneários e sítios localizados às margens do Rio Candeias, Rio das Garças e Rio João Ramos, incrementando significativamente a atividade existente na bacia hidrográfica do rio Candeias.

Os sítios, balneários e restaurantes mais procurados encontram-se no entorno da AID do Eletrodo de Terra Nº 02 e nas proximidades do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02. No Ramal Rio das Garças e Linha 22, município de Porto Velho, foram identificados diversos balneários freqüentados regularmente pelos moradores da capital, de Candeias do Jamari. Nesses locais os visitantes contam com infra-estrutura básica como barracas e restaurantes.



**Foto 3.6.5.12-106- Balneário localizado na Linha 03 Candeias do Jamari (RO) pesquisa de campo, 05/10/2009 a 22/10/2009**



**Foto 3.6.5.12-107- Beleza cênica em Colorado do Oeste (RO) pesquisa de campo, 05/10/2009 a 22/10/2009**

A pesca esportiva é uma atividade que ganha destaque para a prática do turismo e do lazer, identificada ao longo de todo o corredor em estudo, nos estados de RO- MT e GO. Esta modalidade se intensifica no verão, período em que ocorrem os festivais de pesca, bastante comuns na região. A cidade de Candeias do Jamari é o local de partida das centenas de embarcações que adentram no Rio Candeias. Porém, ainda assim existem denúncias de moradores rurais que afirmam que alguns visitantes não respeitam as medidas determinadas pela legislação ambiental e praticam a pesca predatória no local. Por outro lado, uma importante parcela dos visitantes navega pelo Rio Candeias procurando somente contemplar suas belezas naturais.

As exceções são observadas nos casos de Parques Nacionais e Áreas de Pesca Esportiva nos grandes rios da região. Atividades eminentemente turísticas, elas contam com infra-estrutura de serviços, tais como pousadas, guias e equipamentos, para atender freqüentadores de diversas partes do país e do exterior.

Quanto à população residente na AID da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 02, a pesca é uma atividade de lazer dos finais de semana. Os moradores pescam nos rios Garças, João Ramos e Tapagi, locais onde capturam Tucunaré Jatuarana, Piau, Traíra e Cará. A atividade esportiva também faz parte da vida dos moradores. Campos de futebol são comuns nos sítios e fazendas da região.

De modo geral, no trecho 2 os balneários e pontos de pesca esportiva nos rios que atravessam o corredor de estudo localizam-se no interior das vilas e comunidades visitadas.



**Foto 3.6.5.12-108 - Balneário localizado no distrito de Baús, distrito de Acorizal**



**Foto 3.6.5.12-109 - Obras de instalação do Balneário Ponte de Ferro, área rural de Cuiabá**

Balneários e sítios de fim de semana são espaços normalmente utilizados por moradores das regiões onde eles estão localizados. Eles se caracterizam por sua relação íntima com uma população que vê nestes espaços os locais privilegiados para os descansos semanais. Seus proprietários também são moradores dos povoados ou dos municípios onde eles estão instalados. A população utiliza as quadras esportivas e os campos de futebol como principal área de lazer, além de utiliza-los para as festas religiosas.

Outra prática comum de lazer é o deslocamento nos finais de semana dos moradores das cidades para os diversos sítios localizados nas zonas rurais à procura de restaurantes que oferecem a culinária típica da região à base de peixe e galinha caipira

No trecho 3, entre os municípios de Santa Rita do Araguaia (GO) e Araraquara (SP), a prática do turismo está centrada nas atividades de ecoturismo e na pesca esportiva, em especial os campeonatos que ocorrem ao longo dos rios Araguaia, Paranaíba, Rio Verdinho e Rio Grande.

**Quadro 3.6.5.12-15 – Locais de atividade e/ou potencial turístico identificados ao longo do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02**

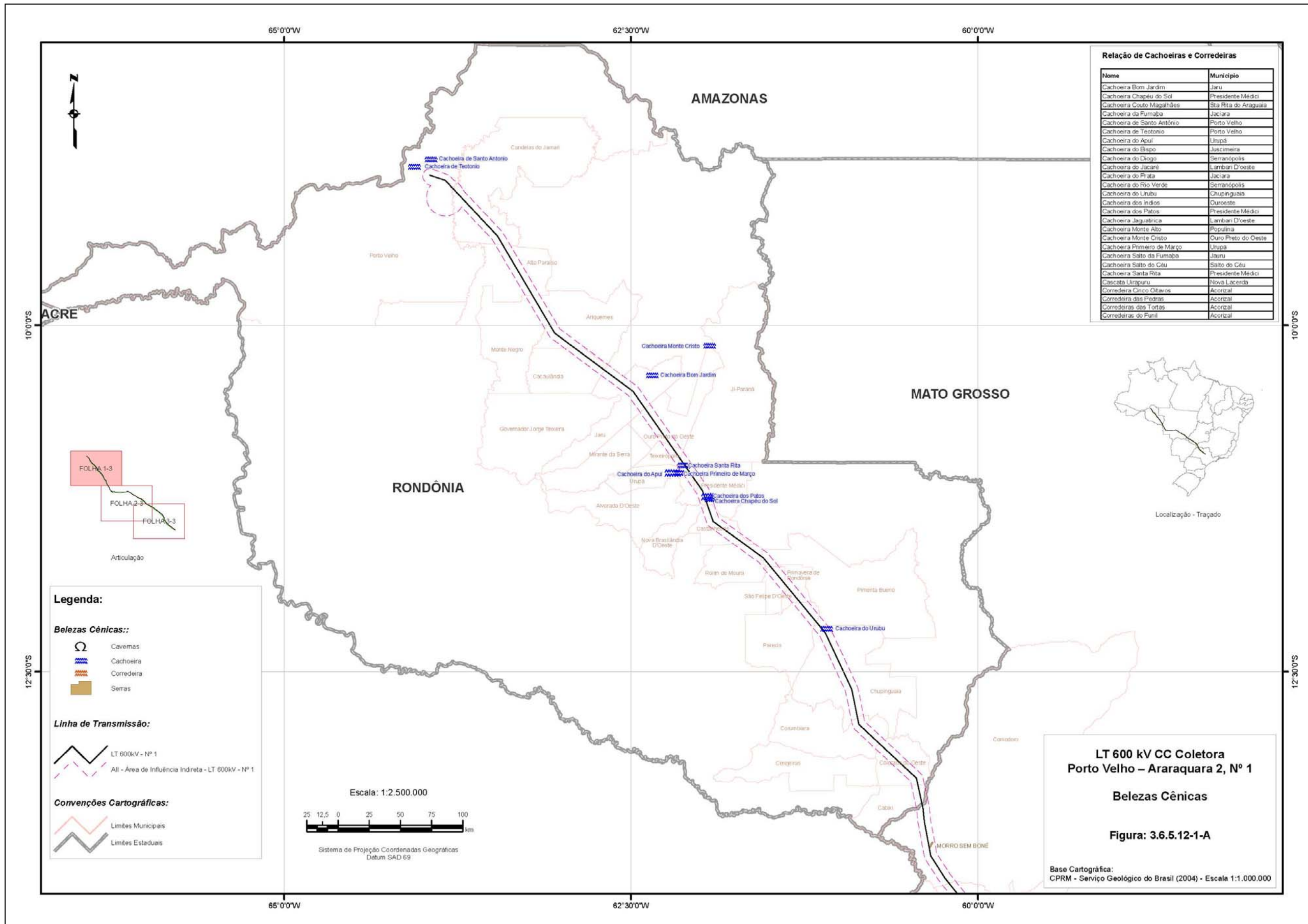
Município/Estado	Localidade	Atividade turística	Interferências do empreendimento
<b>Trecho 1</b>			
Candeias do Jamari- RO	Rio das Garças - Balneários Taboca, Rio das Garças e Dal Santos - BR 364 (PV/RB)- Ramal das Garças e Linha 22	Balneário	Para os balneários localizados em sítios banhados pelo Rio das Garças, incrementando a atividade existente na microbacia.
Candeias do Jamari-RO	Rio Candeias	Balneário e pesca esportiva	incrementando a atividade existente na microbacia.
Candeias do Jamari-RO	Rio Preto – Vila Triunfo	Balneário	-
<b>Trecho 2</b>			
Jauru	Próximo ao distrito de Lucialva	Pesca esportiva	Travessia do rio Jauru
Barra dos Bugres	Pesqueiro Santa Fé	Pesca esportiva e camping	Travessia do rio Paraguai
Barra do Bugres	Distrito de Currupira	Banho	Próximo do rio Currupira
Acorizal	Distrito de Baús	Banho e pesca	Travessia do rio Cuiabá
Cuiabá	Distrito de Coxipó do Ouro	Banho e pesca	Travessia do rio Coxipó
Cuiabá	Balneário Ponte de Ferro	Banho e pesca	Travessia do rio Cuiabá
<b>Trecho 3</b>			
Santa Rita do Araguaia / GO	Estrada de terra para Mineiros, na altura das Fazendas Paraíso e Santa Angela	Rali	O empreendimento passará a 740m das fazendas cruzando a estrada de terra. As torres provavelmente ficarão às margens da estrada.
Serranópolis / GO	Rio Verdinho	Ecoturismo e Sítio Arqueológico	A LT irá passar a 700m do Rio Verdinho podendo influenciar a movimentação de pessoas e veículos. O sítio arqueológico compreende 25 Km da extensão do rio e talvez seja alterado com o projeto.
Ouroeste / SP	Rio Água Vermelha	Pesca Artesanal e recreativa	Com a chegada da LT alguns ranchos podem ficar temporariamente fechados

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.



**ANEXO 3.6.5.12 – 1**  
**BELEZAS CÊNICAS**






**ANEXO 3.6.5.12 - 2**  
**BELEZAS CÊNICAS**







**ANEXO 3.6.5.12 - 3**  
**BELEZAS CÊNICAS**





